UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/PPGG
CURSO DE DOUTORADO

LUCAS ATANÁSIO CATSOSSA

DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O CAMPESINATO E O AGRONEGÓCIO NO CORREDOR DE NACALA EM MOÇAMBIQUE

DOURADOS, MS
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/PPGG
CURSO DE DOUTORADO

LUCAS ATANÁSIO CATSOSSA

DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O CAMPESINATO E O AGRONEGÓCIO NO CORREDOR DE NACALA EM MOÇAMBIQUE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação – Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço regional e fronteira

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

Dourados-MS
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C367d Catsossa, Lucas Atanasio

Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique [recurso eletrônico] / Lucas Atanasio Catsossa. -- 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: João Edmilson Fabrini.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. Conflitos socioterritoriais. 2. Movimentos sociais. 3. Machamba. 4. Corredor de Nacala. 5. Moçambique. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O CAMPESINATO E O AGRONEGÓCIO NO CORREDOR DE NACALA EM MOÇAMBIQUE

BANCA EXAMINADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

Presidente/Orientador
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

1º Examinador

Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho

2ª Examinadora

Profª. Drª. Marcia Yukari Mizusaki

3º Examinador

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

4º Examinador

Prof. Dr. João Cleps Júnior

(Participação remota)

Dourados, 14 de Fevereiro de 2020

Às seguintes mulheres guerreiras e herroínas da minha vida*:*

Albertina Capalamula, a razão da minha re-existência e das minhas lutas quotidianas;
Beatriz Capalamula (In memoriam),minha fonte inspiração, sobretudo, por ter sido uma excelente educadora e uma mãe maravilhosa;
Amélia Catsossa (In memoriam), uma biblioteca viva.

Aos:

*Camponeses e camponesas do Corredor de Nacala que dia-pós-dia, lutam e resistem contra a classe dominante e opressora que invadem os seus territórios para continuarem sendo os mesmos sujeitos de sempre***.**

AGRADECIMENTO

Desde do início da minha jornada acadêmica, sempre quis dar a minha contribuição a ciência geográfica. Essa pretensão surge numa altura, por exemplo, em que a Geografia moçambicana era criticada por estudiosos de outras áreas do conhecimento científico por alegadamente estar ausente (e/ou por causa do suposto silêncio) no debate nacional. No entanto, a ideia era trazer uma contribuição que dismistificasse a ideia segundo a qual, a contribuição da Geografia moçambicana ao debate nacional não ia além da elaboração de mapas temáticos. Também queria contribuir na desmistificação da ideia segundo a qual, a Geografia feita em Moçambique é uma *Geografia enciclopédica*, aquela que supostamente se interessa em saber as capitais províncias, os principais rios e solos que ocorre em Moçambique, etc.

Através desta tese, queria demonstrar que a Geografia moçambicana vai além da elaboração de mapas temáticos e da suposta *Geografia enciclopédica* ao tratar questões mais complexas que outras áreas do conhecimento científico não enchergam. Que só a Geografia é capaz de enchergar e mostrar os dramas, os traumas, as perversidades, as ambivalências, as contradições, os conflitos e as tensões geradas pela atual globalização neoliberal num determinado contexto geográfico –, *territorial*. Outrossim, queria registrar a trajetória secular dos camponeses moçambicanos e, sobretudo, do Corredor de Nacala na luta histórica pela terra/território, pela vida e pelo trabalho livre. Pela abordagem seguida nesta tese, arrisco-me afirmar que em termos dos assuntos tratados, ela não tem apenas a dimensão nacional, mas sim, global. Esta tese procura inserir a Geografia moçambicana (e Moçambique, no geral) no debate global sobre a *produção capitalista do espaço* e as suas contradições. Para dizer que esta tese vai além minha realização pessoal em termos acadêmicos, embora inicialmente fosse este o objetivo principal.

Durante o meu percurso acadêmico na pós-graduação, sobretudo, no Doutorado (tal como aconteceu durante o mestrado), necessitei do apoio e estímulo de muitas pessoas "dentro" e "fora" do convívio familiar, por isso, considero-as como sendo também responsáveis por este mérito e reconhecimento. Quero deixar registrado algo que se calhar não é comum nas pessoas nos disa de hoje, o *saber agradecer*. Vivemos num mundo em que *agradecer* virou virtude nas pessoas. Para dizer que no mundo em que vivemos, há poucas pessoas que agradecem pelo que os outros fazem por elas e/ou que recebem dos outros. Tenho certeza que, quem será chamado "Doutor" e/ou "Professor Doutor" pelo mundo não serão as pessoas que estiveram por de trás das minhas realizações e do meu

sucesso acadêmico, mas sim, serei eu a partir do momento que for lida a ata de defesa, dando conta de que fui aprovado pela banca examinadora.

Essa tem sido a regra. Já vi (e presenciei) várias situações em que as pessoas que estiveram por de trás das realizações e do sucesso na vida de *outrem* a serem tornadas invisíveis. Esquece-se, no entanto, as pessoas que as ajudaram a alcançar os sonhos e sucessos na vida. No meu caso, o reconhecimento e o mérito desta conquista é extensivo a todas as pessoas que estiveram comigo incondicionalmente nesta caminhada e, em última instância, a universidade a qual frequentei o doutorado, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e de forma particular, o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Durante período que frequentei o doutorado, conversei com muitas pessoas, tanto formalmente assim como informalmente e essas conversas decorreram em eventos científicos, nas salas de aulas, durante a banca de qualificação, no grupo de pesquisa, espaços de lazer, etc.

Os argumentos de certas pessoas, obrigram-me a (re)pensar, sobretudo, no tratamento tema em alusão, fato que me levou até um dado momento a mudar a abordagem de determinados assuntos. Para dizer que, esta tese é uma construção coletiva e não individual, muitas pessoas que participaram em todo o processo de construção das ideias aqui transformadas em ciência. Mas, vale realçar que, de um momento para outro, a minha formação pós-graduada, acabou se tornando num projeto para determinadas pessoas, sobretudo, do lado brasileiro. Houve uma mobilização de muitas pessoas solidárias e de alto nível de humanismo para que o meu sonho de ser «Doutor em Geografia» fosse materializado com sucesso. As pessoas que me apoiaram nesta caminhada tão delicada e desafiante não são poucas. São muitas e não haverá espaço para trazer a lista de todas elas. Para as pessoas, cujos nomes não farão parte da lista, vai o meu muito obrigado por terem dado o seu contribuito mesmo de forma indireta.

Primeiro, agradeço ao meu orientador, o Prof°. Dr°. João Edmilson Fabrini por ter abraçado o desafio de orientar-me no doutorado. Não pretendo trazer aqui todas as suas qualidades enquanto ser humano, pois levaria muito tempo e ocuparia muitas páginas para descrevê-las. Apenas, quero destacar que me orgulho tanto por (e/ou de) ter sido orientado por ele no doutorado, pois dele, aprendi muito. Foi a única pessoa que leu tudo quanto esccrevi com ou sem sentido, mas ele não deixou de ler, foi até ao fim na tentaiva de acompanhar o meu raciocínio e entender o que pretendia (e/ou queria) dizer ao (d)escrever determinados assuntos. Agradeço-lhe também pela sua generosidade e pelo seu alto nível de humanismo, pois foi graças ao seu esforço, aos seus ensinamentos, conselhos

motivacionais, incentivo, apoio moral e material incondicional que foi possível realizar a pesquisa que resultou nesta tese.

Um agradecimento especial vai para o Prof°. Dr°. Edvaldo Moretti. Quero registrar que foi ele o arquiteto da minha formação pós-graduada (mestrado e doutorado) no Brasil, por isso, merece todo o reconhecimento e mérito do mundo. Se não fosse ele, esta tese não existiria. A ideia que mais tarde se tornou numa realidade de fazer o doutorado, surgiu dele minutos depois da minha qualificação no mestrado em Dezembro de 2015 e nessa altura, ele era o meu orientador. Foi ele quem me incentivou a começar a pensar num projeto para o doutorado. A ele, vai o meu agradecimento pelo seu apoio incondicional, material e moral em todo o meu percurso acadêmico na UFGD.

Nesta lista de pessoas que me incentivaram e me deram o apoio material e moral incondicional, adiciona-se também a Profª. Drª. Silvana Moretti, uma pessoa generosa, solidária e humilde. A ela, vai o meu muito obrigado por tudo, sobretudo, o amor, afeto, carinho que me proporcionou durante a minha formação pós-graduada (mestrado e doutorado) na UFGD. O meu agradecimento é extensivo a Profª. Drª. Marisa de Fátima Lomba de Farias, pois de tanto ser uma pessoa generosa, humilde e com alto nível de humanismo, não mediu esforços para me apoiar moral e materialmente durante o meu percurso acadêmico na UFGD. Um agradecimento especial vai também ao Prof°. Dr°. Douglas Santos pela amizade durante este percurso acadêmico no Brasil.

De igual modo, agradeço também ao Prof°. Dr°. Guilhermo Johnson e sua esposa, Gorete de Souza. Além de incentivos, conselhos, apoio material e moral, este casal foi solidário pela minha causa. Igualmente, tive também o incentivo e apoio moral de muitos membros do Grupo de Pesquisa Território (GTA), o qual, faço parte desde 2014. Por isso, o meu agradecimento é extensivo a todos os membros do GTA e de forma particular agradeço a Karol(ine), Ângelo, Bruno, João Batista, Cecília, Vera, Cristina, por estarem sempre presentes e disponíveis quando precisei de alguma ajuda.

Agradeço também aos/as professoras/as do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e o destaque vai para o Jones Goetrert, Silava de Abreu, Márcia Mizusaki, Maria José, Lisandra Lamoso, Flaviana Nunes; Juliana Motta; Charlei da Sila, Adáuto Souza, Adeir Archanjo, André Berezuk. Marco Mondardo. Aos professores/as convidados/as com distaque para Maria Laura Silveira, Eduardo Salinas. Maristela Ferrari, Anne-Laure Amilhat-Szary. De igual modo, agradeço o corpo administrativo da FCH, sobretudo, a secretária do PPGG, Érica e os/as funcionários/as que cuidam das chaves dos laboratórios e das sala de estudos, com distaque para a Jussara. O meu

agradecimento vai também para a banca de qualificação, sobretudo, a Profª. Drª. Rosemeire Aparecida de Almeida e ao Prof. Dr. Rodigo Simão Camacho pelas importantes contruibuições e sugestões que culminaram com a eleboração desta tese.

Agradeço igualmente a banca de defesa, sobretudo, ao Prof. Dr. Rodigo Simão Camacho e a Profª. Drª. Márcia Yukari Mizusaki, ambos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD), ao Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho" (PPGG/UNESP)/Campus Presidente Prudente e ao Prof. Dr. João Cleps Júnior do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU) pelas ricas contribuições e sugestões que culminaram com o esclarecimento de alguns equívocos que haviam sido cometidos.

Em Moçambique, agradeço a Profª. Drª. Inês Macamo Raimundo pela sua presença durante a minha formação pós-graduada. Não se faz um percurso deste sem o apoio e incentivo familiar, por isso, agradeço também a minha família e de forma particular, ao meu irmão mais velho, Eusébio Artur, por ter sabido guiar-me em todo o meu processo de formação acadêmica (licenciatura, mestrado e no doutorado). Nesta lista de irmãos/ãs, agradeço ao Paito, Benito, Beatriz, Êfelo, Edina, Manucha, Ester, Rita, Rosa, e entre outros. Aos meus sobrinhos e sobrinhas: Artur, Helena, Aristóteles, Eusébio Jr, Regina, Inês e entre outros. Aos tios Mariano e Salamo. Às cunhadas Carolina e Gina.

Quero realçar que, é quase impossível fazer ciência sem o estímulos de grandes amigos/as. De Moçambique, o meu agradecimento vai para Régio Conrado com que discuti vários assuntos contidos nesta tese, mesmo um distante do outro, eu no Brasil e ele na França. O agradecimento é extensivo para Valério, Jonas Matope, Clemente Ntauazi; Aníbal Colher, Luís, Machamba, Pedgod, Milênio, António Gaveta, Faruk e entre outros. No Brasil, o meu agradecimento vai para Bruno Campos com que várias vezes partilhei a minha produção acadêmica e a sua esposa, Milena; ao Wagner Goulart e a Daiane Alencar, Gilson, Sandra Procópio, Cristiano Almeida; Alex, Elâine Ladeia, Bárbara; Ana Cristina, João Paulo Marin; Fábio Lima, Renata; Augusto; Cleiton Messias.

Em nome destes, também quero agradecer os colegas do mestrado e doutorado com quem partilhei a mesma sala de aulas. Agradeço também às instituições públicas e privadas, entidades, organizações da sociedade civil e os camponeses que aceitaram dar entrevistas ou informações relevantes para a pesquisa que resultou nesta tese. E finalmente, o meu agradecimento especial vai para a CAPES por ter financiado a minha formação acadêmica neste grau acadêmico específico.

«*Anteriormente, as grandes nações mandavam seus exércitos par conquista territórios e o nome disto era colonização. Hoje, as grandes nações mandam suas multinacionais conquistar mercados e o nome disto é globalização*»
In: Milton Santos

«*A questão agrária é, antes de outras coisas, um problema [de soberania] territorial. A procura de novos territórios para a expansão da agricultura tem hoje uma nova característica. Empresas e governos de diversos países [...] riscos em capital, mas pobres em alimentos [...] estão arrendando e comprando [...] gigantescas áreas de terras. [...]. Este processo de exploração não é novo, o que é novidade é que além de empresas, os governos estão mais envolvidos nos acordos que reforçam o neocolonialismo [...]*».
In: Fernandes (2009)

«*Quando os missionários chegaram [à África], os africanos tinham a terra e os missionários a bíblia. Ensinaram-nos a orar com olhos fechados. Quando os abrimos eles [os missionários] tinham a terra e nós [os africanos] a bíblia*».
In: Jomo Kenyatta

«*Eu sou o preto da senzala a morar numa favela,*
Sou dono da terra sem ter mandado nela,
Com os amigos quero paz,
Com os irmãos faço guerra,
Por isso sou explorado na minha própria terra,
Eu sou único rico que vivo na miséria,
Vivo da pena que sente de mim,
Vivo da miséria,
Enteado do mundo civilizado filho da miséria,
Sonho para ver se acordo livre da miséria,
Expulsei colonos e nunca o colonialismo [...]».
(Extrato da letra da música intitulada *Cães de Raça* do rapper moçambicano, Edson da Luz, conhecido no "mundo artístico" com o nome de Azagia.

RESUMO

Esta tese procura analisar a questão agrária moçambicana e, empiricamente, discute o processo de expansão do agronegócio no Corredor de Nacala. A introdução de políticas neoliberais no contexto do desenvolvimento rural, está a trazer uma nova configuração territorial, na medida em que se verifica uma forte presença de monoculturas para exportação. A forte presença de corporações agrícolas ligadas ao agronegócio, está a ocasionar a "colonização" do Corredor de Nacala, na medida em que tem sido transformado num campo de produção de *commodities*, permitindo assim, a reprodução ampliada do capital em escala global. A constituição e o estabelecimento de políticas neoliberais de desenvolvimento rural, além de gerar disputas territoriais entre modelos agrários distintos, de um lado, o agronegócio e do outro, agricultura camponesa, tem trazido significativas mudanças no espaço agrário, na medida em que nota-se a emergência de novos usos do território. A tentativa acirrada de incorporação, às vezes, forçada das "técnicas modernas" nos territórios camponeses para serem usados por estes, além de ser uma ação imperial, é ao mesmo tempo, uma ameaça à soberania popular. O modelo agrário do agronegócio que tem sido promovido pelo Estado no âmbito da modernização da agricultura, ao usar apenas o discurso produtivista e desenvolvimentista, esconde o seu caráter rentista, explorador, expropriador, predador dos recursos naturais e entre outras *barbáries* no campo, em que o latifúndio sustenta o seu poder hegemônico. A concentração de terras, a expropriação e, posteriormente, a expulsão dos povos nativos dos seus territórios e o cercamento destes; a destruição do tecido social preexistente, estão entre as contradições da expansão do agronegócio. Inevitavelmente, o processo de expansão do agronegócio no Corredor de Nacala tem desembocado em fortes conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais. Maior parte dos conflitos sociais que ocorrem no Corredor de Nacala, estão relacionados com a terra e nalguns casos, com a destruição da produção camponesa pelos agrotóxicos usados nas empresas do agronegócio. As consultas comunitárias têm sido as principais fontes de conflitos sociais, pois nem sempre a Lei de Terras é cumprida e muito menos os preceitos constitucionais são respeitados pelo capital. O incumprimento destes instrumentos legais, deve-se em grande medida, por causa da fragilização e conivência do Estado ao capital, do clientelismo e da corrupção, na qual está envolvida a elite e a burocracia estatal em quase todos os níveis ou escalas de exercício do poder. Por via de concessões, às vezes, de forma corrupta, criminosa e sem nenhum respeito com autodeterminação dos camponeses, grandes extensões de terras são concessionadas aos capitalistas estrangeiros. Diante da ofensiva neoliberal no campo, na contramão, surgem os movimentos sociais em contestação ao modelo hegemônico do agronegócio, a introdução de sementes transgênicas e a apropriação de terras pelo capital para a expansão de *commodities*, exigindo a reforma agrária e um modelo alternativo de produção, neste caso, agricultura camponesa. Contudo, apesar das condições adversas a sua reprodução social, os camponeses têm procurado romper com a estrutura rentista e conservadora imposta pelo capital. Tal fato tem sido feita por meio de lutas e resistências contra a expansão do capital sobre os seus territórios. Inseridos na dinâmica dos movimentos sociais, os camponeses têm lutado e resistido contra o capital, tanto para permanecer nas suas terras como também para defender e proteger o seu "modo de vida".

Palavras-Chave: Conflitos socioterritoriais; Movimentos sociais; Machamba; Corredor de Nacala; Moçambique.

ABSTRACT

This thesis seeks to analyze the Mozambican agrarian question and, empirically, examines the process of agribusiness expansion in the Nacala corridor. The introduction of neoliberal policies in the context of rural development brings a new territorial configuration, as there is a strong presence of monocultures for export. The strong presence of agricultural companies linked to agribusiness leads to the "colonization" of the Nacala corridor, because it has been transformed into a field of production of raw materials, thus allowing an enlarged reproduction of capital on a global scale. The constitution and implementation of neoliberal rural development policies, in addition to generating territorial conflicts between different agrarian models, on the one hand, agro-industry and on the other hand, peasant agriculture, have brought important changes in the agrarian space, as it is noted the emergence of new uses of the territory. The fierce attempt at sometimes forced incorporation of "modern techniques" into the peasant territories for their use, in addition to being an imperial action, is at the same time a threat to popular sovereignty. The agrarian model promoted by the state in the context of the modernization of agriculture, using only *productivist* and developmental discourse, hides its rentier, exploitative, expropriating, predatory nature and among others the character of barbarism in the countryside, in which the owner supports his hegemonic power. Concentration of land, expropriation and, subsequently, expulsion of natives from their territories and their precincts. The destruction of the pre-existing social fabric is part of the contradictions of agribusiness expansion. Inevitably, the process of agribusiness expansion in the Nacala Corridor has led to strong social conflicts characterized by territorial conflicts. Most of the social conflicts that occur in the Nacala Corridor are related to land and in some cases to the destruction of peasant production by pesticides used in agro-industrial enterprises. Community consultations have been the main source of social conflict, as land law is not always enforced, let alone constitutional precepts are respected by capital. Non-compliance with these legal instruments is largely due to the weakening and connivance of the state to capital, favoritism and corruption, in which the elite and state bureaucracy are involved in almost all levels or scales of exercise of the State. Power. Thanks to concessions, sometimes corrupt, criminal and without respect for the self-determination of peasants, large tracts of land are granted to foreign capitalists. Faced with the neoliberal offensive in the countryside, in the opposite direction, social movements emerge, challenging the hegemonic model of agro-industry, the introduction of transgenic seeds and the appropriation of land by capital for expansion goods, demanding agrarian reform and an alternative production model. In this case, peasant agriculture. However, despite the unfavorable conditions for their social reproduction, the peasants sought to break with the rentier and conservative structure imposed by capital. This attempt to break the peasants was made through struggles and resistance against the expansion of capital on their territories. Inserted into the dynamics of social movements, peasants fought and resisted capital, both to stay on their land and to defend and protect their “way of life”.

Keywords: Socioterritorial conflicts, Social movement, Machamba; Nacala Corridor; Mozambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação social do "Xiconhoca" no ideário da FRELIMO.....105
Figura 2. Classificação das transações de terras rurais em Moçamique.....261
Figura 3. Principais atores envolvidos no mercado de terras rurais em Moçambique...272
Figura 4. Estratégia de Desenvolvimento Integrado para o Corredor de Nacala.....403
Figura 5. Pragas nas bananeiras da Matanuska em Monapo.....505
Figura 6. Logomarca da Campanha Não ao ProSAVANA em Moçambique.....655

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Registro e distribuição de DUATs por gênero no âmbito do programa Terra Segura em Moçambique (2015-2017).....244
Grafico 2. Distribuição das comunidades rurais delimitadas por província.....244
Gráfico 3. Número de explorações, área e produção da soja (tons) por província 335
Gráfico 4. Níveis de desmatamento decorrentes da atividade agrícola por província....355
Gráfico 5. Quantidade de milho (tons) produzido na empresa Murrimo Macadámia Ltda (2014-2015).....473
Gráfico 6. Quantidade de soja (tons) produzida pela AgroMoz (2013, 2014 e 2015)...477

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Número de explorações agrícolas segundo a área cultivada (ha) por província.....63
Quadro 2. Distritibuição de aldeias cominais por província (%) em Moçambique 122
Quadro 3. Ocupação de terra na dácada de 1970.....131
Quadro 4. Indicadores macroeconômicos da economia moçambicana na década de 1980.....151
Quadro 5. Empresas estatais privatizadas no âmbito das reformas econômicas na década de 1980 162
Quadro 6. Principais mudanças na estrutura agrária moçambicana na dácada de 1980..165
Quadro 7. Parcelas registradas e entregues por província (2015 a 2017)……..243
Quadro 8. Valores mínimos e máximos por hectare praticados na transação de títulos de terra (DUATs) no Corredor da Beira…….262
Quadro 9. Explorações agrícolas de acordo com tamanho por província…….328
Quadro 10. Áreas cultivadas por culturas alimentares segundo o tamanho de explorações agrícolas em Moçambique…….....……329
Quadro 11. Número de explorações com culturas alimentares básicas, segundo o tamanho de explorações agrícolas em Moçambique…….……329
Quadro 12. Área com culturas de rendimentos por ptovíncia (ha)……334
Quadro 13. Áreas cultivadas e não cultivadas nas grandes explorações por província.347
Quadro 14. Número de parcelas de terras fiscalizadas por província…….348
Quadro 15. Incumprimento de plano de exploração por finalidade em Moçambique...348
Quadro 16. Grau de cumprimento de plano de exploração por província……..349
Quadro 17. Alguns monopólios do agronegócio existentes no Corredor de Nacala…..431
Quadro 17. Comparação entre áreas concessionadas e áreas exploradas pelas empresas agrícolas no Corredor de Nacala……432

Quadro 18. Promoção do ProSAVANA no Brasil……..……457
Quadro 19. Distritos onde opera a Green Resources Moçambique…….495
Quadro 20. Relação entre áreas concessionadas e plantadas pela Green Resources por província……495

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.Localização da área de estudo no Corredor de Nacala.....5
Mapa 2. Distribuição dos projetos tramitados pelo Estado no período entre 2013 a 2017 por província.....344
Mapa 3. Área de terra alocada aos projetos do agronegócio por província.....345
Mapa 4. Uso de sementes melhoradas na produção agrícola por província.....361
Mapa 5. Corredor de Desenvolvimento de Nacala.....387
Mapa 6. Área de implementação do ProSAVANA e do Sustenta no Corredor de Nacala.....391
Mapa 7. Área de implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala……..…448
Mapa 8. Rotas de transporte de mercadorias via marítima do PRODECER (1979-1999) e do ProSAVANA (2010-2030) ……...462
Mapa 9. Espacialização da UNAC em Moçambique ……..…….597
Mapa 10. Espacialização da ORAM em Moçambique ……..……...621

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1. Carroça pertencente a uma família camponesa na Comunidade de Ma´khoma/Tsangano.....59
Foto 2. Comercialização da produção camponesa no mercado "38" na cidade de Chimoio/Manica.....64
Foto 3. Mulher camponesa trabalhando a terra junto dos seus filhos na localidade de Mavonde/Bárue.....67
Foto 4. Construções de casas na área abandonada pela empresa agrícola *Sun Biofuls* na cidade de Chimoio/Manica.....333
Foto 5. Camihão transportando cirveja da marca Impala.....336
Foto 6. Algumas empresas produtoras de sementes em Moçambique.....356
Foto 7. Algumas sementes melhoradas e certificadas usadas pelos camponeses em Moçambique.....359
Foto 8. Comboio da mineradora brasileira Vale Moçambique transportando carvão mineral da vila de Moatize/Tete para porto de Nacala/Nampula.....392
Foto 9. Casas construídas pela mineradora brasileira Vale Moçambique para às famílias camponesas afetadas pela linha-férrea em Ribaué/Nampula.....396
Foto 10. Casas em zonas de risco em Meconta/Nampula.....397
Foto 11. Camponês expropriado pela no âmbito da passagem da ferrovia em Meconta/Nampula.....398
Foto 12. Machamba de uma família camponesa em Malema/Nampula.....412
Foto 13. Uma família trabalhando a terra na sua machamba, Malema/Nampula.....413
Foto 14. Cultura de milho numa machamba no distrito de Gurué/Zambézia.....416
Foto 15. Diversificação da produção de culturas alimentares numa machamba camponesa no distrito de Gurué/Zambézia.....417

Foto 16. Instalações da LongAgro (subsidária da John Dire) na cidade de Nampula....433
Foto 17. Pesquisas de leguminosas (soja e Feijão Nhemba) realizadas pelo ITTA e IIAM no distrito de Gurué/Zambézia.....436
Foto 18. Camponesa semeando a cultura de soja na sua machamba em Lioma/Gurué.....443
Foto 19. Instalações da empresa agrícola Murrimo Macadámias Ltda no distrito de Gurué/Zambéiza.....470
Foto 20. Plantação de macadámias na propriedade da Murrimo Macadámias Ltd no distrito de Gurué/Zambézia.....472
Foto 21. Pivot de irrigação da empresa agrícola Murrimo Macadâmias Ltd no distrito de Gurué/Zambézia.....473
Foto 22. Cerca montada pela empresa Murrimo Macadâmia Ltd no distrito de Gurué/Zambézia.....474
Foto 23. Placa indicativa da presença da AgroMoz em Lioma/Gurué.....475
Foto 24. Plantação de soja na empresa agrícola AgroMoz em Lioma/Gurué.....477
Foto 25. Famílias camponesas resistindo contra a agrícola AgroMoz em Lioma/Gurué.....478
Foto 26. Instalações da empresa agrícola Hoyo-Hoyo Agribusiness em Ruace/Gurué..481
Foto 27. Parte das terras usadas pela empresa agrícola Hoyo-Hoyo Agribusiness em Ruace/Gurué.....483
Foto 28. Trabladores da empresa agrícola Hoyo-Hoyo Agribusiness embalando soja para colocar nos silos em Ruace/Gurué.....486
Foto 29. Instalações da empresa agrícola MOZACO em Natuto/Malema.....488
Foto 30. Parte das terras "pertencentes" a empresa agrícola MOZACO em Natuto/Malema.....489
Foto 31. Plantio da cultura de algodão em terras da MOZACO, Natuto/Malema.....490
Foto 32. Trabalhadores sem material de trabalho na empresa agrícola MOZACO.....492
Foto 33. Alimentação fornecida pela MOZACO aos seus trabalhadores.....493
Foto 34. Trabalhador da empresa agrícola MOZACO exibindo ferrimento que contraiu durante a realização de atividades.....494
Foto 35. Plantação de eucalipto da LGR em Namina/Mecuburi.....497
Foto 36. Machamba camponesa cercada de eucaliptos da LGR em Namina/Mecuburi.498
Foto 37. Alguns camponeses expropriados pela LGR na comunidade de Lancheque/Ribaué.....500
Foto 38. Escola construída por material precário em Namina/Mecuburi.....501
Foto 39. Residências de famílias camponesas cercadas pelos eucaliptos da LGR em Namina/Mecuburi.....502
Foto 40. Limite entre terras camponesas e propriedade da empresa agrícola Matanuska em Nacololo/Monapo.....506
Foto 41. Plantação de sisal na propriedade da sisaleira em Itoculo/Monapo.....511
Foto 42. Divisão entre a machamba camponesa e a propriedade da sisaleira em Itoculo/Monapo.....511
Foto 43. Instalações da sisaleira em Itoculo/Monapo.....412
Foto 44. Trabalhador desfiando sisal na sisaleira em Itoculo/Monapo.....513
Foto 45. Processo de secagem e empacotamento do sisal em Itoculo/Monapo.....514
Foto 46. Trabalhador carrgado cordas produzidos a partir de sisal em Itoculo/Monapo.514
Foto 47. Alguns trabalhadores sem material de trabalaho em Itoculo/Monapo.....515

Foto 48. Sistema de bombardeamento de água para o abastecimento da empresa.....516
Foto 49. Mulheres camponesas protestando contra a implementação do ProSAVANA.528
Foto 50. Movimentos sociais em defesa da soberania alimentar em Moçambique.....574
Foto 51. Mulheres camponesas da UNAC protestando contra a entrada de OGM´s em Moçambique.....603
Foto 52. Sementes nativas apresentadas pela UNAC na Conferência Internacional.....606
Foto 53. Membros da UNAC durante a III Conferência Internacional sobre Terras.....610
Foto 54. Diálogo entre a ORAM e as comunidades.....620
Foto 55. Mulher camponesa indicando uma (possível) área a ser usada para atrair investimento.....625
Foto 56. Amostra de sementes nativas feita pela ORAM.....628
Foto 57. ADECRU junto das suas bases no distrito de Ile/Zambézia.....641
Foto 58. Liderança Nacional da ADECRU discursando durante a IV Conferência Intwernacional Triangular dos Povos/Tóquio.....642
Foto 59. Reunião de militantes da ADECRU e do MST.....643
Foto 60. Membros da Campanha Não ao ProSAVANA durante a IV Conferência Internacional Triangular dos Povos/Tóquio.....670
Foto 61. Integrante da FASE/Brasil discursando durante a III Conferência Internacional Triangular dos Povos/Maputo.....672

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ACB – *African Center of Biodiversity*

ADECRU – Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais

ASCUT – Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terras em Moçambique

BM – Banco Mundial

CaJuPaNa – Comissão Arquidiocesana de Justiça, Paz de Nacala

CASP – Conferência Anual do Setor Privado

CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte

CLIN – Cadeia Logística Integrada de Nacala

CPJN – Comissão de Paz e Justiça de Nampula

CTA – Confederação das Associações Econômicas de Moçambique

CTV – Centro Terra Viva

DINAT – Direção Nacional de Terras

DPASAN – Direção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terras

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCH – Faculdade de Ciências Humana

FDA – Fundo de Desenvolvimento Agrário

FDD – Fundo de Desenvolvimento Distrital

FMI – Fundo Monetário Mundial

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GRM – Green Resources Moçambique

GTA – Grupo de Pesquisa Território e Ambiente

IBW – Instituições de Breeton Woods

IDE – Investimento Direto Externo

IIAM – Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

IITA – Instituto Internacional da Agricultura Topical

iTC-F - Fundação Iniciativas de Terras Comunitárias

JÁ – Justiça Ambiental

JICA – Agência Japonesa de Cooperação Internacional

JVC – Centro de Voluntariado Internacional do Japão

LDH – Liga Moçambicana dos Direitos Humanos

LGR – Lúrio Green Resources

MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

MCTESTP – Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

MDM – Movimento de Democrático de Moçambique

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

OMR – Observatório do Meio Rural

ONG – Organização Não Governamental

ORAM – Associação Rural de Ajuda Mútua

PARP – Plano de Ação para a Redução da Pobreza

PEDEC – Programa Estratégico de Desenvolvimento do Corredor de Nacala

PEDSA – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário

PIAR – Princípios de Investimentos Agrários Responsáveis

PNDS – Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável

PNISA – Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

ProSAVANA – Programa de Cooperação Triliteral de Desenvolvimento Agrário das Savanas Tropicais em Moçambique

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

UDCM – União Distrital dos Camponeses de Monapo

UDCM – União Distrital dos Camponeses de Malema

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNAC – União Nacional de Camponeses

UPCN – União Provincial de Camponeses de Nampula

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ZEE – Zonas Econômicas Espaciais

ZEEN – Zona Econômica Especial de Nacala

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO 1 15
QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO EM MOÇAMBIQUE 15
1.1- O campesinato no modo capitalista de produção 15
1.2- A questão camponesa em Moçambique 56
CAPÍTULO 2 82
ESTADO, TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DE CLASSES SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE 82
2.1 – Independência política, produção socialista do espaço e suas contradições 82
2.2- Programa de socialização do campo: do discurso produtivista e desenvolvimentista à modernização autoritária no Moçambique socialista 114
2.3-Lutas e resistências camponesas contra a socialização do campo 135
2.4– Crise do projeto socialista, reformas econômicas e seus impactos sobre o campesinato 149
2.5. Fim do projeto socialista, formação da "burguesia nacional" e patrimonialização do Estado 168
3-CAPÍTULO 202
POLÍTICA FUNDIÁRIA E CAPITALISMO NA AGRICULTUTA MOÇAMBICANA 202
3.1 – Ação do Estado para a expansão das relações capitalistas de produção na agricultura moçambicana 203
3.2. Lei de terras de 1997 e suas contradições 209
3.3. A questão de terras na atualidade em Moçambique 231
3.5. Mercado de terras em contexto da propriedade estatal de terras em Moçambique 255
3.6. Renda da terra: aliança terra e capital em Moçambique 272
3.6.1. Do pacto de classes à acumulação rentista da "burguesia nacional" em Moçambique 282
CAPÍTULO 4 303
ESTADO, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E NOVAS DINÂMICAS PRODUTIVAS EM MOÇAMBIQUE 303
4.1- Modernização da agricultura e a emergência de novas relações produtivas no campo 304
4.2- Estado e o ideário de modernização da agricultura em Moçambique 315
4.3. Organismos Geneticamente Modificados (OGM): uma solução para os problemas agrários em Moçambique? 367
CAPÍTULO 5 385
EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO SOBRE AS MACHAMBAS CAMPONESAS E NOVAS DINÂMICAS PRODUTIVAS NO CORREDOR DE NACALA 385
5.1. Reordenamento produtivo do Corredor de Nacala: contexto, propósitos e contradições 385

5.2. As machambas camponesas na rota de ocupação pelo capital monopolista para a produção de commodities no Corredor de Nacala 406
5.3. Apropriação capitalista do território, velhas práticas e novas configurações do espaço agrário corredor-nacalaense 419
5.3.1-ProSAVANA 445
5.3.2. Murrimo Macadamias Ltd 470
5.3.3. Agribusiness de Moçambique (AgroMoz) 475
5.3.4. Hoyo-Hoyo Agribusiness 481
5.3.5- Mozambique Agriculture Corporation (MOZACO) 487
5.3.6. Green Resources Moçambique (GRM) 494
5.3.7. Matanuska Mozambique Limited 503
5.3.8. Sisaleira em Monapo 509
5.4. Conflitos sociais e lutas camponesas por terras/território no Corredor de Nacala 517
CAPÍTULO 6 545
MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NO CORREDOR DE NACALA 545
5.1. Movimentos sociais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica 546
6.2. Da concepção classista à abordagem territorial dos movimento sociais 562
6.3. Movimentos sociais e lutas camponesas no Corredor de Nacala 572
6.3.1. União Nacional de Camponeses (UNAC) 592
6.3.2. A Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) 619
6.3.3. Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU) 633
6.3.4. Campanha Não ao ProSAVANA: uma luta anticapitalista para além do ProSAVANA 645
6.4. Relação entre o governo e os movimentos sociais: conflitualidade em questão 687
CONCLUSÃO 701
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 715

INTRODUÇÃO

O espaço agrário moçambicano está passando por profundas transformações em resultado da entrada massiva do capital no campo e tais transformações, são cada vez mais evidentes no Corredor de Nacala. A estrutura agrária moçambicana e do Corredor de Nacala, em particular, tende a estar cada vez mais concentrada, dificultando assim, o processo de democratização da posse de terra. Por causa da concentração da estrutura fundiária no país e, principalmente, no Corredor de Nacala, os movimentos sociais no âmbito das suas ações coletivas, têm exigido a realização da reforma agrária como forma de promoção da justiça social no campo.

Neste sentido, para os movimentos sociais a reforma agrária tem dois significados no contexto das suas lutas e resistências, sendo que o primeiro é contra o latifúndio e o segundo, é contra a expansão do agronegócio no campo, por entenderem que a permanência desta estrutura, destrói e coloca em risco a reprodução social do campesinato no campo. Embora seja um país onde vigora o regime de propriedade estatal de terra, isto não impede que o campo moçambicano seja conflitado e apropriado privadamente pela classe dominante com vista a garantir a sua reprodução social.

Nota-se um elevado nível de concentração de terras nas mãos de poucos, sobretudo, das grandes corporações capitalistas e alguma elite política e econômica nacional interessada também em extrair a renda (diferencial) da terra, mas, de forma subordinada ao capital estrangeiro. Para dizer que, não é apenas a classe latifundiária estrangeira que está em consolidação no campo moçambicano. Verifica-se também a consolidação da classe latifiundiária nacional constituída majoritariamente pelas elites políticas e econômicas nacionais ligadas ao partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), no poder desde 1975.

Só que essa classe latifundiária nacional em consolidação no campo moçambicano e de forma particular, no Corredor de Nacala, depende do capital estrangeiro para a sua capitalização. Significa que no Corredor de Nacala nota-se o estabelecimento de alianças entre os capitalistas nacionais e estrangeiros para a exploração capitalizada da terra. Os capitalistas nacionais, na maioria das vezes, por serem descapitalizados, entram no negócio com a terra e os capitalistas estrangeiros, com o capital financeiro, capital cognitivo, conhecimento, tecnologia, etc. Desta aliança entre os capitalistas nacionais e capitalistas estrangeiros, surgem empresas globais que atuam no mercado financeiro.

A aliança do capital rentista nacional baseado na terra e o capital estrangeiro torna-se num componente nuclear da questão agrária em Moçambique. Sob o ponto de vista

territorial, o Corredor de Nacala está numa disputa paradigmática, onde diversos grupos sociais procuram apropriar-se de uma porção de terra para viabilizar os seus interesses. Nesta disputa, os camponeses querem a terra para a sua reprodução social, usando-a para a como um instrumento de trabalho e para a instalação das suas habitações.

Já o capital, ao apropriar-se da terra, o objetivo é transformá-la num negócios, a base para a sua reprodução ampliada. Além do capital estrangeiro, outros grupos sociais e entidades que estão numa disputa com os camponeses por terras, estão o Estado, o governo e os capitalistas nacionais, na sua maioria, membros e grupos sociais próximos ao partido FRELIMO. Na maioria das vezes, os interesses do Estado, do governo, das elites frelimistas e do capital multinacional, se sobrepõem aos dos camponeses do Corredor de Nacala. Esta sobreposição dos interesses da classe dominante aos dos camponeses, tem gerado fortes conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais.

Mas, vale realçar que, o capital multinacional não está a disputar apenas a terra com os camponeses. A água transformou-se também num dos elementos naturais disputados no Corredor de Nacala. Enquanto os camponeses querem a água para a sobrevivência, o capital quer maté-la sob seu domínio e usá-la para fins de irrigação das lavouras como também para a lavagem de mercadorias no processo de processamento das mesmas. Compreender a produção sócio-espacial do Corredor de Nacala no atual contexto da mundialização da agricultura capitalista e com ela, a natureza das transformações em curso neste espaço agrário, torna-se, portanto, num dos grandes desafios da atualidade da questão agrária em Moçambique. Para compreender essas transformações, passa necessariamente por entender as lutas e resistências seculares travadas pelos camponeses contra a classe dominante no campo.

O espaço agrário corredor-nacalaense tem demonstrado sinais de profundas transformações sócio-espaciais típicas da era da globalização neoliberal que o mundo vive atualmente. Globalização neoliberal porque trata-se de um processo de radicalização sem precedentes da estrutura capitalista a escala global, na medida que se verifica a implantação de uma nova (des)ordem sobre o (e/ou no) espaço geográfico. Além de estar a ser fracionado e/ou fragmentado, o conteúdo do espaço agrário corredor-nacalaense está mudando significativamente, na medida em que passa a ser produzido e organizado em função dos interesses do capital em escala global.

Desde finais da década de 1980, houve interesse por parte do Estado em organizar e reorganizar este espaço para atender o mercado internacional. Para dizer que, agricultura do Corredor de Nacala tem sido organizada e orientada para atender os interesses

(exclusivos) do mercado global através da ocupação de extensas áreas de terras para a produção de *commodities* para a exportação. Destas monoculturas, o destaque vai para cana-de-açúcar, soja, milho, algodão, chá, sisal, macadámias, eucaliptos, cajueiros, girassol, etc. Por isso, o entendimento das mudanças em curso no campo espaço agrário corredor-nacalaense, requer que se considere a interação dos processos produtivos locais e as dinâmicas do mercado global de *commodities*.

Trata-se de mudanças profundas não apenas nas relações sociais e produtivas, mas também, nos usos do(s) território(s). Nota-se, portanto, a emergência de novos usos do(s) território(s) caracterizados pela exploração permanente da terra e uso intensivo do capital e da "técnica moderna". Além disso, existe uma exploração capitalista rentista da terra sem produção, medida pelo Estado/FRELIMO, é também o núcleo duro da questão agrária em Moçambique, pois é geradora de conflitos sociais no campo. Estas transformações que vêm ocorrendo no Corredor de Nacala, começa a ganhar notoriedade a partir da primeira década do início do século XXI, pois este período é marcado pela emergência de "novos" ajustes espaço-temporais do agronegócio em machambas camponesas.

A machamba é a unidade de produção camponesa e, é a via pela qual o campesinato se territorializa no campo. Embora sejam "novos", estes ajustes espaço-temporais, os seus conteúdos são "velhos", típicos da agricultura capitalista. Trata-se da consolidação de um modelo agro-exportador, agro-expropriador *e* agro-explorador e latifundiário. No Corredor de Nacala, o auge deste processo transformacional, começa a ganhar notoriedade a partir dos anos que sucederam a recente crise econômico-financeira de 2007/8, pois foi a partir deste período que a corrida de terras agrícolas torna-se mais evidente. É a partir deste período que se verifica a maior pressão sobre a terra no país, dado que, os interesses sobre ela, aumentaram duma forma vertiginosa.

Os países ricos (e/ou poderosos financeiramente), sobretudo, do Norte Global começaram a capturar terras agrícolas em Moçambique. De igual modo, os países do Sul Global, passaram também a disputar terras em Moçambique para a produção de mercadorias. Além de corrida por terras desencadeada pelos empresários estrangeiros individuais e coletivos, nota-se também neste mesmo período, o deslocamento de fronteiras agrícolas outrora implementadas em outros países a se implantar em Moçambique, com a objetivo de expandir *commodities*. Essas fronteiras agrícolas, visam necessariamente, garantir a continuidade da acumulação ampliada do capital em escala global e o ProSAVANA é apenas um dos exemplos clássicos deste processo.

O ProSAVANA se insere numa nova fase de expansão mais rápida do capital financeiro que visa empreender a exploração capitalista da terra no Corredor de Nacala para a produção de *commodities*. Por isso, para a compreensão das transformações em curso no espaço agrário *corredor-nacalaense* nesta era da globalização neoliberal, acaba sendo um desafio. Não se trata de transformações simples, muito pelo contrário, no Corredor de Nacala verifica-se a consolidação de um "novo" modelo agrário/agrícola ancorrado ao agronegócio, típico dos países ocidentais e alguns da América Latina, mas, mascarado pelo discurso produtivista e desenvolvimentista.

O agronegócio é visto pelas autoridades governamentais como o único modelo agrário/agrícola possível para agricultura moçambicana e ao mesmo tempo, como parte de um projeto de "desenvolvimento" o qual deve ser "acarinhado" pelos camponeses no campo. Além de atrair o Investimento Direito Externo (IDE) para o setor agrário, por meio do Estado, as oligarquias nacionais têm concessionado grandes extensões de terras e mais tarde, as entrega aos capitalistas estrangeiros. Na maioria dos casos, essas concessões têm sido feitas em terras comunitárias e sem autodeterminação dos camponesas. Em outras palavras, estas concessões são feitas sem nenhum debate público e muito menos, a realização de consultas comunitárias prévias como determina a legislação de terras –, Lei nº. 19/97. Essa situação, tem gerado revolta dos camponeses e dos movimentos sociais.

Ao entregar grandes extensões de terras às corporações capitalistas (e ao capital financeiro global) a expectativa do governo moçambicano tem sido a de ter o acesso fácil ao investimento estrangeiro e tecnologias por forma a avançar com a modernização da agricultura no país e de forma particular, no Corredor de Nacala. Além de perspectivar uma possível elevação da produção agrícola, superávit da balança comercial, o governo olha para o agronegócio como a solução para "estancar" a fome, a miséria e o desemprego. Embora se diga que a intenção é promover o desenvolvimento econômico socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, as evidências deste novo paradigma em consolidação no Corredor de Nacala, revelam a combinação contraditória e desigual da expansão das relações capitalistas de produção no campo.

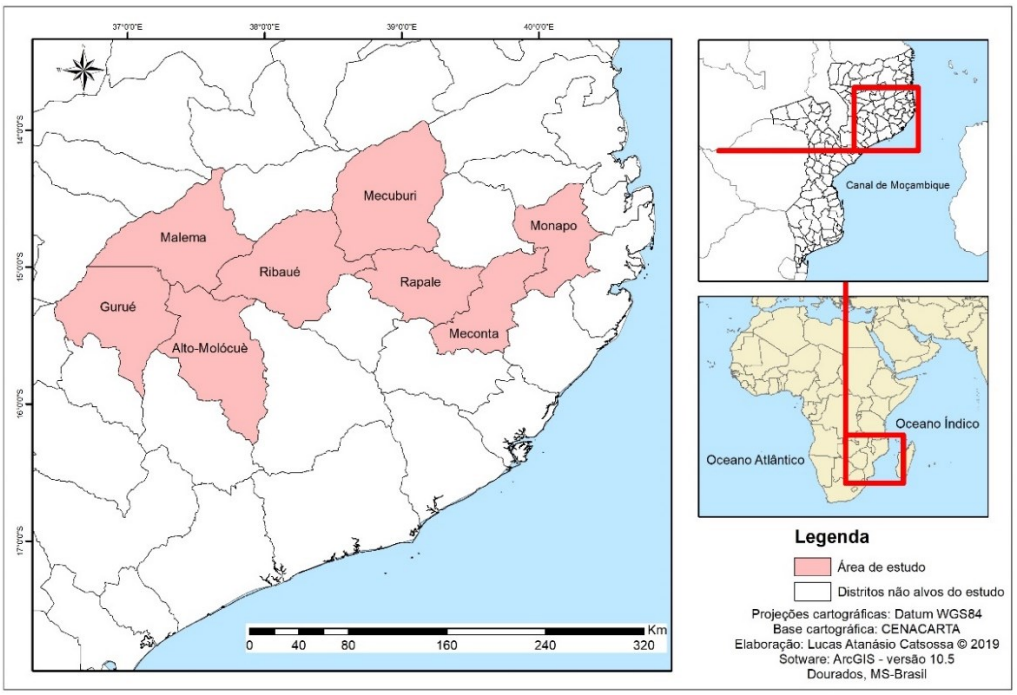
Estas contradições que se verificam no Corredor de Nacala ocorre em outros países do mundo onde este modelo de desenvolvimento agrário já foi experimentado e o Brasil é exemplo classíco. Além de ter altos custos ambientais, concentra também terra, riqueza e a renda nas mãos de pequenos grupos. Significa que, por onde se territorializa este modelo agrário/agrícola, gera fome, miséria, desemprego estrutural e níveis elevados

de desigualdades sociais. Igualmente, esse modelo agrário/agrícola, controla quase toda a cadeia produtiva e subalterniza/sujeita os camponeses à lógica do modo capitalista de produção, na medida em que são transformados em produtores de mercadorias de interesse do mercado global.

Por sua vez, esse modelo de desenvplvimento agrário/agrícola tem colocado em confronto o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário secularmente acumulado e transmitido de geração em geração. Tem ameçado ainda a soberania alimentar (e nutricional) dos povos nativos. Enfim, trata-se de um modelo agrário/agrícola que se baseia na comodititização da natureza local e da produção agropecuária. Através deste modelo agrário/agrícola, nota-se a mercantilização das relações produtivas, a superexploração do trabalho, a emergência de conflitos agrários, perseguição, intimidação, repressão e criminalização das lutas populares, destruição dos traços campesinos locais pela incorporação do "novo", contaminação dos alimentos, biomas, solos, água, etc.

No caso do Corredor de Nacala, lugar identificado para a realização desta pesquisa, a questão agrária, mostra-se ainda mais complexa, dada a forma multi-escalar de como os interesses se inter-conectam. O Corredor de Nacala, é apenas um exemplo de um território que está sendo disputado pelas corporações capitalistas ligadas ao capital financeiro, cujo objetivo, passa por transformá-lo em campos de produção de *commodities* agrícolas exportáveis para o mercado global.

Mapa 1. Localização da área de estudo no Corredor de Nacala



A escolha destes oito (8) distritos dentro do Corredor de Nacala, deve-se pelo fato de serem alvos do capital financeiro. É nestes distritos onde nota-se a elevação dos níveis de conflitos sociais e disputas territoriais envolvendo os camponeses e as corporações do agronegócio. Embora num estágio avançado de transformação por conta da presença massiva de corporações agrícolas, no Corredor as questões de natureza socioculturais e étnico-linguísticos, ainda são muito fortes e as mesmas, estão intrinsecamente ligadas com a questão camponesa. A terra e alimentação, ambos os elementos, estão ligados com a cultura dos povos locais.

Trata-se de povos que têm acesso à terra com base em *normas e práticas costumeiras* e, nalguns casos, por *boa-fé*. O acesso à terra com base nas *normas e práticas costumeiras*, está intrinsecamente ligada com a *herança*. É aqui onde essa ligação torna-se mais afetiva. A herança tem permitido a transferência não apenas do *poder linhageiro*, mas também os saberes e valores seculares acumulados pelos povos locais. Neste sentido, a herança da terra acaba se tornando num meio de reprodução do campesinato no campo moçambicano, uma vez que ela permite garantir a continuidade da vida camponesa.

As lutas e resistências travadas pelos camponeses, sobretudo, quando os seus territórios são invadidos pelo capital, fazem no sentido de salvaguardar, não apenas as suas terras enquanto a base material e simbólica de existência enquanto povos, mas também todos os saberes e valores, enfim, o seu "modo de vida" secular acumulado e transmitido de geração em geração. Neste contexto, o entendimento da questão agrária no Corredor de Nacala, passa necessariamente por compreender as formas de acesso e controle da terra por parte dos camponeses como também as relações sociais que aí se estabelecem. A não compreensão dos aspectos acima arrolados, corre-se o risco de fazer uma interpretação e/ou análise simplista sobre os camponeses.

Metodologicamente, a pesquisa é de caráter qualitativa, pois visa trazer a história oral de lutas e resistências travadas pelos camponeses no campo contra a expansão do capital em seus territórios. Preconiza também trazer as historicidades produzidas em diferentes temporalidades. Por ser um estudo de caráter qualitativo, pressupõe um trabalho de campo intenso junto ao *chão* (o território) onde vivem e trabalham os sujeitos estudados. Significa que o pesquisador além de fazer observações *in loco* dos fenômenos em análise, participa, interage e vivencia alguns momentos marcantes junto dos sujeitos enfocados.

Outra metodologia adoptada durante a pesquisa de campo foi dialógica, às vezes, feita de forma informal com os informantes chaves. Esta metodologia permitiu a

compreensão das contradições, ambivalências, tensões, conflitos e negociações envolvendo vários grupos sociais com interesses na terra no Corredor de Nacala, sobretudo, capitalistas, o governo, os camponeses e as organizações camponesas. Foram efetuadas também algumas ligações via celular para confirmar determinadas informações junto as lideranças de algumas organizações camponesas.

De realçar que grande parte das entrevistas foi gravada a partir do celular e, nalgumas vezes, eram feitas anotações em blocos de notas, agendas e cadernos. Além dos camponeses, a recolha de dados/informações, envolveu também as instituições do Estado, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e organizações camponesas. Das organizações camponesas, o destaque na metodologia vai para a União Nacional de Camponeses (UNAC), e os seus núcleos provinciais e distritais, a começar pela União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), a União Distrital de Camponeses de Monapo (UDCM), União Distrital de Camponeses de Malema (UDCM); União Distrital de Camponeses de Ribaué (UDCR).

Foi entrevistada também a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) e o seu núcleo provincial de Nampula, neste caso, Associação Rural de Ajuda Mútua de Nampula (ORAM/Nampula). Igualmente, foi entrevistada a Livanigo e a «Campanha Não ao ProSAVANA». Foram entrevistadas também instituições do Estado e o destaque vai para o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), sobretudo, a Coordenação do ProSAVANA; o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) nos seguintes setores: Direção Nacional de Desenvolvimento Rural (DNDR); Direção Nacional de Terras (DINAT), a Direção Provincial da Agricultura e Segurança Alimentar de Nampula (DPASA-N), a Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Nampula (DPTADR-N), o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP), sobretudo, o Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Comunitário (CITT).

Nas instituições do Estado, a burocracia no acesso à informação, foi um característica comum. Em relação as instituições do Estado, há setores que para cederem informações foi necessário insistir várias vezes. Por sua vez, há setores que declararam terem perdido as credenciais, sugerindo que se remetesse novamente. Esta situação dificultou obter informações relevantes para a pesquisa em algumas instituições do Estado. Em relação as ONG, OSC e organizações camponesas, não foi diferente.É verdade que algumas cederam informações relevantes para a pesquisa, mas outras,

infelizmente, apenas ficaram no silêncio, ignorando como se não tivessem recebido credenciais. Outras mesmo tendo exigido que fosse-lhes enviado o questionário via *e-mail*, mas não se dignaram a responder.

A pesquisa de campo, envolveu também a participação em alguns eventos (conferências nacionais e internacionais) organizados pelos movimentos sociais onde se discutia problemas que afetam a classe camponesa no campo. Nestas conferências, por exemplo, foi possível tirar algumas fotografias inseridas no corpo do trabalho. Por sua vez, nestes eventos foi possível gravar algumas declarações feitas pelas lideranças dos movimento sociais inseridas também no corpo do trabalho. Dentro do corpo do trabalho, existem algumas entrevistas realizadas durante o mestrado, sobretudo, em 2016 e foram incorporadas por entender-se que são importantes para explicar determinadas situações.

Igualmente, foram entrevistados alguns pesquisadores nacionais e brasileiros por considerar-se informantes chaves para compreensão do programa ProSAVANA. Essas entrevistas foram realizados em 2016, sobretudo, durante o mestrado e por serem importantes, foram inseridas no corpo do trabalho. Os nomes dos camponeses que aperecem identificados no corpo desta tese não são verdadeiros, mas sim, fictícios e foram colocados desta forma para proteger a integridade (física e psicológica) dos mesmos. Como técnica de recolha de dados, foram usadas entrevistas semi-estruturadas. Neste âmbito, foram entrevistados camponeses ao longo do Corredor de Nacala, lideranças das organizações camponesas e algumas instituições do Estado.

No total foram entrevistadas 84 pessoas. Neste conjunto, foram entrevistados 31 camponeses, sendo 10 no distrito de Gurué, 5 em Malema, 14 em Ribaué, 16 em Monapo, 4 em Mecuburi, 3 Meconta, 3 em Alto-Molócuè e 2 Rapale. Nos movimentos sociais, foram entevistadas 14 lideranças, sendo 6 na UNAC, 4 na ORAM, 1 na Livaningo, 3 na «Campanha Não ao ProSAVANA». Foram também entrevistadas 9 pessoas nas instituições do Estado, sendo 6 no MITADER sendo 5 DINAT e 2 na DNDR, 2 no MASA, 1 no CITT/MCTESTP; 1 DPTADR-N e 1 DPASA-N.

Qualquer pesquisa de natureza acadêmica, confere ao/a pesquisador/a grandes desafios, e pesquisar as transformações em curso no campo agrário moçambicano, sobretudo, no Corredor de Nacala, é um grande desafio. Torna-se num desafio por trata-se de uma das temáticas pouco discutidas na Geografia moçambicana embora se verifica um intenso processo de expansão das relações capitalistas no campo. Por causa disto, custou a Geografia moçambicana duras críticas por parte do economista e professor catedrático, João Mosca que também é Diretor do Observatório do Meio Rural (OMR),

uma instituição de pesquisa com sede na cidade de Maputo. João Mosca criticou severamente o silêncio dos geógrafos moçambicanos no debate em torno da questão agrária. Criticando, João Mosca referiu que:

> Em Moçambique existe uma lacuna muito forte, ninguém trabalha sobre isso [Geografia Agrária], talvez alguém trabalhe sobre cidade, migrações, mas, sobre a questão agrária e território, acho que ninguém trabalha. Há mais geógrafos que apareceram também formados no Brasil. Grande parte chega aqui, mete-se na UEM [Universidade Eduardo Mondlane]. A UEM está partidarizada, não podem fazer os trabalhos que querem, tem controlo daquilo que [...] fazem [...] depois ficam membros do partido FRELIMO, começam a levantar o braço. [...]. É assim que são capturados pela FRELIMO [...][1]

Embora João Mosca tenha apontado apenas a UEM, a verdade é que, um número considerável de instituições do ensino superior, está sob alçada do poder político vigente no país, sendo elas, públicas e privadas. Nas instituições do ensino superior, na maioria das vezes, a territorialidade da FRELIMO, se dá a partir da instalação de células do partido e isto, tem minado a construção/produção de um conhecimento baseado num pensamento crítico, emancipador e libertador, na medida em que há um controle políticos das mentes críticas.

Temáticas que questionam ou criticam o *modus operandi* das elites frelimistas, como, por exemplo, os seus interesses sobre a terra, o seu envolvimento no negócio fundiário, no agronegócio, no saque ou pilhagem dos recursos naturais do solo e do subsolo, são pouco discutidas na academia moçambicana, sobretudo, na ciência geográfica. Igualmente, as temáticas que questionam e critiam os interesses das elites frelimistas e a sua artculação com o capitalismo global, são quase inexistentes na Geografia moçambicana. Politicamente falando, dentro das universidades, abordar temáticas que questionam e criticam o *modus operandi* das elites frelimistas na academia moçambicana, sobretudo, na Geografia é, por si só, um ato revolucionário.

A produção geográfica do conhecimento crítico sobre temáticas relacionadas com campo, infelizmente, começou pouco tarde em Moçambique. A maior parte dos estudos que analisam o campo sob perspectiva da transformação do espaço agrário moçambicano por causa da sua incorporação às dinâmicas do modo capitalista de produção, são de autores que realizaram a sua pós-graduação (mestrado e doutorado) no Brasil. Estes estudos, por exemplo, começam a surgir a sensivelmente, a partir da primeira década do século XXI. O que quer dizer que, há uma forte influência brasileira no debate em torno de temáticas relacionadas com o campo em Moçambique. Mesmo o campo moçambicano

[1] Entrevista realizada no dia em Junho de 2016.

estando diante da expansão do capital, na geografia moçambicana é díficil encontrar estudos que analisam a questão agrária (e/ou camponesa) ou mesmo estudos relacionados com os movimentos sociais, daí que os geógrafos são desafiados a entrar numa baralha teórica com outros campos do saber. Partindo do pressuposto de que a questão agrária, é ao mesmo tempo, um problema de ordem territorial, o desafio para a compreensão das transformações em curso no espaço agrário moçambicano, sobretudo, no Corredor de Nacala, são cada vez maiores para os geógrafos.

A geografia tem suas particularidades no meio de outras ciências. Além de estar possibilitada e capacitada a mergulhar nas entrelinhas do modo capitalista de produção no campo por forma a demonstrar os dramas, os traumas, as contradições, as ambivalências, as tensões e os conflitos que se dão num determinado lugar, a geografia procura trazer também o significado das lutas resistências pela terra travadas pelos camponeses e os movimentos sociais contra o capital. Por de trás das lutas e resistências travadas pelos camponeses no campo, há uma *utopia camponesa*, a de querer organizar-se e reproduzir-se socialmente de acordo com o seu "modo de vida".

Através das lutas e resistências, os camponeses querem romper com a hegemonia da estrutura capitalista no campo. Por meio destas lutas e resistências, os camponeses têm procurado se livrar das cercas implantadas pelo capital no âmbito da sua expansão no campo. Este enfrentamento dos camponeses contra a expansão do capital no campo, precisa ser analisado criticamente pelos geógrafos, pois por de trás dele, existem várias contradições, os quais a geografia é a única área do saber capaz de desvendar. Essas contradições, por exemplo, são nítidas no campo moçambicano e, algumas delas, são visíveis a olho nu.

No entanto, as lutas e resistências camponesas não são "populistas" e muito menos visam atrapalhar e/ou retrair o "desenvolvimento" como a classe dominante afirma quando é confrontada e contestada pelos camponeses e os movimentos sociais. Em parte, essas lutas são contra o "atraso" reproduzido pela sociedade capitalista e esse aspecto contraditório do modo capitalista de produção na agriciltura não é discutido na sua plenitude geografia moçambicana. Por exemplo, para fundamentar as análises que estavam sendo feitas na elaboração desta tese, foi necessário recorrer autores de deterninadas áreas do conhecimento.

Um dos maiores momentos mais desafiantes, foi o de recolha de dados junto dos camponeses. De um modo geral, os camponeses e as camponesas do Corredor de Nacala, foram abertas em me receber e falaram um pouco daquilo que lhes apoquentam no seu

dia-a-dia. Pela sua forma de falar, de olhar e de fazer gestos, dava a entender de que se estava diante de um "povo" oprimido, reprimido e violentado. Mesmo vivendo nas condições adversas, os camponeses propuseram-se a falar, denunciando a triste realidade que estes sujeitos são forçados a viver em seu próprio país, o qual dizem ter lutado para a independência. Há um entendimento por parte dos camponeses segundo o qual estão a reviver quase as mesmas práticas que predominavam no período colonial.

Embora não totalmente nos moldes como acontecera durante a colonização portuguesa, a verdade é que os camponeses continuam a ser expropriados e expulsos das suas terras para da lugar a produção de *commodities*, às vezes, sem a sua autodeterminação. Nos dias atuais, contraditoriamente, a expopriação e expulsão dos camponeses das suas terras é "apadrinhado" pelo Estado, a quem cabe promover a justiça social no campo. Além de serem explorados nas "agroindústrias", nalgumas vezes, os camponeses são integrados de forma perversa ao modo capitalista de produção. A integração perversa dos camponeses ao modo capitalista de produção, às vezes, é premeditada, na medida em que é incorporada dentro das políticas agrárias e de desenvolvimento rural elaboradas pelo governo.

Um dos momentos mais desafiantes verificou-se durante o contato com os camponeses. Alguns camponeses entrevistados não falavam a língua portuguesa, embora língua oficial em Moçambique. Grande parte deles, falavam suas línguas, localmente faladas, sobretudo, *macua* e *lomwé*. Esse aspecto foi desafiante para a condução da pesquisa por não ser falante de tais línguas. Para superar este obstáculo, foi necessário pedir o apoio de alguém para que pudesse interpretar o que os camponeses diziam durante as entrevistas. De realçar que, havia camponeses que falavam português, mas não muito bem, mesmo assim, foi possível ouvir e extrair algumas informações relevantes a pesquisa.

O momento de pesquisa de campo, não deve ser visto como de aventuras, mas sim, de descobertas e de aprendizado para os pesquisadores que buscam informações relevantes para as suas pesquisas. Constitui-se num momento de aprendizado porque se procura provar e/ou anular as hipóteses levantadas no projeto de pesquisa. Serve também para confrontar o que já foi escrito sobre a mesma temática, sendo que, o/a pesquisador/a pode corroborar com as análises já feitas sobre esta temática ou rebatê-las.

Embora haja correntes interpretativas dentro do debate em torno da questão agrária que afirmam, portanto, que os camponeses são "portadores de vestígios do passado" e/ou reproduzem o "atraso" a sociedade, o contato com estes sujeitos durante a

pesquisa de campo, constituiu-se num momento de aprendizado, pois foi possível de perto compreender o mundo o qual estes sujeitos vivem e estão inseridos. Há espaço para dizer que os camponeses são detentores de um conhecimento incrível, mas que na maioria das vezes, tem sido ignorado por alguns acadêmicos. Essa ignorância pelos saberes campesinos, não se verifica apenas em Moçambique, mas em muitos países do mundo conforme será demonstrado ao longo desta tese.

Outro desafio foi percorrer o espaço agrário corredor-nacalaense, considerado aqui como sendo um dos territórios mais violentos do país. Quem passa por este território, logo à vista, sente que a repressão, a opressão e a violência, são as características mais predominantes. O olhar medroso dos camponeses e o receio de conversar com pessoas que aí passam a procura de informações para as suas pesquisas, são algumas expressões exatas dessa violência. Trata-se, portanto, da violência física e simbólica, sendo que a segunda, é a mais expressiva.

Igualmente, as cercas erguidas pelas empresas do agronegócio com arrame farpado, às vezes, ligados a corrente elétrica sobre as terras que outrora foram dos camponeses, a existência de segurança armada dentro e nas proximidades das propriedades das empresas agrícolas, evidencia essa opressão, repressão e violência. As armas que estavam nas mãos e nas cinturas dos seguranças das empresas agrícolas visitadas por si só, denunciavam que se travava de um território policiado. O medo é também um dos aspectos que mais predomina neste território dado policiamento comunitário dentro das comunidades.

Algumas empresas agrícolas alienaram e cooptaram as lideranças comunitárias e parte dos membros das comunidades visitadas, fazendo destes, diga-se de passegem, numa espécie de uma "milícia" ao seu serviço. Paradoxalmente, os líderes e os régulos reproduzem as práticas opressoras, controlando politicamente os membros das comunidades, e se necessário, reprimindo-as e violentando-as verbalmente, em defesa dos interesses do capital. Essas lideranças comunitárias passamm a controlar as "propriedades" das empresas agrícolas para em caso de reindicação e ocupação pelos camponeses, reprimi-los e/ou violentá-los. Nalgumas vezes, os membros das comunidades são ameaçados de serem expulsos em caso de promover "desordem" contra os interesses das empresas agrícolas.

De realçar que, parte destas terras, antes pertenciam as famílias camponesas, sendo que, com a territorialização das empresas agrícolas, foram expropriadas e expulsas para lugares longínquos, às vezes, sem condições básicas de existência. Mas, cabe realçar

que esse controle político não é apenas sobre as populações locais, mas também, os/as pesquisadores/as que aí procuram obter algumas informações são vítimas da perversidade e contradição da atuação dos líderes comunitários e régulos. Os líderes comunitários e os régulos, são em parte, uma extensão do poder político vigente, o que significa que, não estão necessariamente a representar os interesses das comunidades aonde estão inseridos, mas sim, das elites políticas nacionais, sobretudo, do partido FRELIMO.

Pesquisar os sujeitos expropriados pelo capital, no qual jazem os interesses das elites políticas nacionais, torna-se um desafio para os/as pesquisadores/as por causa do controle político do território desencadeado pelos líderes comunitários e régulos. É isso que faz com que o Corredor de Nacala seja um dos territórios mais complexos sob ponto de vista da pesquisa científica. Por isso, qualquer pesquisador/a antes de percorrer este território em busca de informações relevantes à sua pesquisa, precisa primeiro informar-se, pois pode cair numa armadilha montada pelo capital.

É quase regra que todo aquele que pretende pesquisar, primeiro deve-se apresentar aos líderes comunitários e/ou régulos. Dependendo do teor da pesquisa, o/a pesquisador/a pode ser autorizado como também, pode não ser permitido manter contatos com as comunidades. Ao se recusar que os/as pesquisadores/as façam os seus trabalhos, os líderes comunitários e/ou régulos, têm alegado que estes primeiros têm criado convulsões sociais nas comunidades. Dito doutro modo, há um entendimento por parte dos líderes comunitários e dos régulos que os/a pesquisadores/as têm instrumentalizado as comunidades a se relvotarem, por exemplo, contra as empresas agrícolas e o governo.

Esta tese está dividida em seis (6) capítulos e, em cada um, foi selecionada uma literatura especifica e especializada para sustentar as análises a serem feitas. O primeiro capítulo traz o debate sobre a questão agrária, sobretudo, as diferentes interpretações em torno do campesinato no modo capitalista de produção. Procura trazer as diferenças entre o campesinato e o agronegócio como também a forma como a questão camponesa é tratada nos estudos moçambicanos. No segundo capítulo, a análise centra-se no debate em torno da formação do Estado e com ele, as classes sociais sem, no entanto, deixar de lado as contradições que surgem deste processo, desde o período socialista até as reformas econômicas na década de 1980. Por sua vez, discute-se a modernização agrícola sob égide da socialização do campo, suas contradições e ações desencadeadas pelos camponeses.

No terceiro capítulo, discute-se a política fundiária moçambicana e os paradoxos em volta da governação da terra no atual contexto do desenvolvimento capitalista na agricultura moçambicana. Neste capítulo, analisa-se, portanto, todo o processo que

culminou a consolidação das relações tipicamente capitalistas na agricultura moçambicana. Por sua vez, analisa-se a atual legislação de terras por forma a trazer à superfície as suas complexidades e contradições. Igualmente, traz à ribalta o debate atual em torno da questão de terras; o mercado de terras sem deixar de lado os grupos chaves do processo e finalmente; procura analisar a renda da terra enquanto um meio de acumulação capitalista rentista. No quarto capítulo, a análise centra-se no debate em torno da modernização da agricultura em curso no país, tendo em conta o seu ideário, o papel do Estado e as contradições sócio-territoriais que surgem deste processo no campo moçambicano.

No quinto capitulo, analisa-se o processo de reordenamento produtivo do Corredor de Nacala e a sua (re)ocupação pelo capital estrangeiro para a expansão de *commodities* para a exportação sem, no entanto, deixar de lado, as contradições e consequências sócio-territoriais em emergência neste território. No sexto e último capítulo, a análise centra-se no debate sobre a atuação dos movimentos sociais no Corredor de Nacala. Procura-se trazer à ribalta as principais reivindicações dos movimentos sociais, suas estratégias de lutas e resistências como também as suas dificuldades e/ou limites no processo. Igualmente, procura trazer as respostas dos camponeses em face da expansão do agronegócio em seus territórios. E finalmente, a relação entre o governo e os movimentos sociais.

CAPÍTULO 1
QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO EM MOÇAMBIQUE

O objetivo deste capítulo cinge-se em atualizar o debate da questão agrária a partir do Corredor de Nacala, considerando, sobretudo, o lugar do campesinato na sociedade de classes. Este capítulo compreende duas (2) seções. A primeira seção, traz várias acepções e/ou interpretações do campesinato no modo capitalista de produção. A segunda e última seção, traz à ribalta o debate sobre a questão camponesa em Moçambique.

Para sustentar as análises a serem feitas neste capítulo, usar-se-á os seguintes autores: Marx (2011; 2012); Chayanov (1974; 1981; 2012); Martins (1989; 1981; 1986; 1986); Oliveira (2004, 2007a); Kautsky (1980, 1981); Engels (1981); Lênin (1981); Mitrany (1975); Shanin (2005, 2008); Ploeg (2008, 2016); Abramovay (1992); Mizusaki (2003); Paulino (2008); Almeida (2003, 2006); Almeida e Paulino (2010); Fernandes (2008, 2012, 2013, 2015; 2017, 2018a, 2018b, 2019); Fabrini (2008, 2011, 2019); Fabrini e Ross (2014); Guzmán e Molina (2013) dentre outros. Para compreender a questão camponesa em Moçambique, serão utilizados os seguintes autores: Smart e Hanlon (2014); Hanlon e Smart (2008); Mosca (2014, 2015, 2017a); Mosca, Matavel e Dadá (2014); Dadá (2015; 2017); Feijó e Agy (2015); Júnior *et al*., (2015) dentre outros.

1.1- O campesinato no modo capitalista de produção

O debate em torno do campesinato no modo capitalista de produção tem se mostrado inacabado na academia e o mesmo, tem envolvido estudiodos da questão agrária provenientes de diversas áreas do conhecimento científico. Neste debate, a geografia tem ocupado um lugar de destaque na teorização do campesinato. A diferença de outras áreas do conhecimento, a geografia tem uma particularidade na teorização do campesinato e a mesma, reside no fato dos geógrafos preocuparem-se também em compreender as contradições reproduzidas internamente pelos camponeses e, na maioria das vezes, são as mesmas pelas quais (eles) lutam contra.

Outro diferencial da geografia com outras áreas do conhecimento no debate em torno da questão agrária, segundo Mizusaki (2003), está no fato dos geógrafos levarem em consideração as categorias "espaço" e "território" nas suas teorizações. Para esta autora, embora seja algo diferencial da geografia, torna-se ao mesmo tempo num desafio para os geógrafos. Nas suas palavras, esta autora afirma que "aos geógrafos, especificamente, esse desafio tem um caráter diferenciado, no sentido de que o espaço

e/ou o território, conforme sua opção teórico-conceitual constitui produto e processo a mediar as relações sociais" (MIZUSAKI, 2003, p. 31).

A maior preocupação dos estudiosos da questão agrária ao se integrar neste debate, tem sido a de procurar entender o lugar e o futuro do campesinato na sociedade de classes. Aos poucos, este debate acabou por se tornar mais complexo. A situação torna-se mais complexa ainda, na medida em que foram surgindo divergências teóricas na interpretação do campesinato no modo capitalista de produção, cenário que continua até os dias atuais. A questão *une* e *separa* os estudiosos que procuram analisá-la cientificamente. É quase impossível adentrar no debate em torno da questão agrária sem, no entanto, "brigar" com autores/as defensores/as de uma determinada corrente teórica.

É bem provável que a análise feita nesta tese, possa algum dia, significar o afastamento e/ou a união com uma determinada corrente *político-ideológica* dentro do debate em volta da questão agrária. Esse campo do conhecimento científico por natureza, é um dos mais conflituosos. Talvez Martins (1994, p. 12) tenha razão quando afirma, por exemplo, que "a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e que não vê, quem quer e quem não quer". Estas divergências teóricas, fizeram com que os estudiosos estivessem cada vez mais divididos e isto, é visível dentro da ciência geográfica. Na perspectiva de Oliveira (2007a):

> Compreender a questão agrária sob o modo capitalista de produção sempre foi tarefa difícil e complicada. Não porque muitos autores não a tenham praticamente esgotada, mas porque os estudos mais trazem discordâncias do que convergência. Por isso, esta temática cria atritos entre os conservadores e os progressistas, entre os socialistas e os comunistas, e entre todos eles e os anarquistas. Não há possibilidade nenhuma de consenso ou mesmo de aproximações. Sempre haverá pressupostos que se interporão abrindo espaço para a polêmica e discussões. Não há como encerrá-la no mundo político, ideológico ou teórico, pois sempre haverá um novo texto para reavivá-la, ou mesmo, o devir da história para (re) ou propô-la (OLIVEIRA, 2007a, p. 3).

A partir desta narrativa de Oliveira (2007a), pode dizer-se que, as divergências teóricas que têm havido sobre o lugar e o futuro do campesinato no modo capitalista de produção, traduzem-se numa disputa de natureza *político-ideológica*, onde determinadas correntes procuram defender visões de mundo que procuram explicar uma realidade específica e localizada. Essas divergências teóricas que têm vindo a caracterizar o debate em torno do campesinato no modo capitalista de produção, não são inúteis. Essas divergências teóricas contribuíram (e continuam a contribuir) para o processo de produção do conhecimento científico, tanto dentro da ciência geográfica como noutras áreas. A esse respeito, Ploeg (2016, p. 15) afirma , que "os debates históricos sobre

camponesas e camponeses [no modo capitalista de produção], não podem ser encarados como brigas irrelevantes ou ultrapassadas". O debate sobre a questão agrária continua complexo até os dias atuais. Fernandes (2004) é um dos autores que constatou a existência dessa complexidade e segundo ele:

> A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras. Nas pesquisas a respeito da questão agrária, esses intelectuais têm seus respectivos métodos de estudos, seus referenciais teóricos, portanto suas ideologias, que compõem as análises e influenciam, determinando as compreensões do problema (FERNANDES, 2004, *não paginado*).

Noutro momento, Fernandes (2013) afirma que:

> A questão agrária não é problema em si, mas é problema da contradição inerente do sistema capitalista, que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo. A contradição impossibilita a superação da questão agrária, gerando o paradoxo que alimenta a própria contradição (FERNANDES, 2013, p. 183).

Embora presente e cada vez mais intenso nos dias atuais, o debate em torno do campesinato no modo capitalista, perdura há vários séculos. A Rússia foi o primeiro palco do debate sobre o campesinato no modo capitalista de produção. A partir de então, o campesinato no modo capitalista de produção começou a ser interpretado sob várias perspectivas (e/ou vertentes). De acordo com Fabrini (2008):

> "O campesinato foi interpretado a partir de diferentes perspectivas teóricas e políticas, sendo considerado desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas" (FABRINI, 2008, p. 239).

Foram estas visões de mundo que nortearam o debate sobre o campesinato no modo capitalista de produção na Rússia. Pela forma como o campesinto era interpretado no modo capitalista de produção, revela tratar-se de diferentes visões de mundo a partir de uma realidade localizada. Martins (1989) é dos autores que avança com a tese segundo a qual, a interpretação do campesinato no capitalismo é guiado por visões diferenciadas de olhar (para) o mundo. Este autor afirma, no entanto, que:

> Em síntese, há aí visões opostas. A luta dos camponeses russos contra o capital era compreendida como empenho reacionário que entravava o desenvolvimento capitalista, o progresso e, portanto, a revolução. Já a luta dos arrendatários pobres irlandeses, contra os latifundiários ingleses, era entendida uma luta revolucionária e transformadora que feria o âmago a metrópole do capitalismo. Numa interpretação, a luta camponesa é a única forma de viabilizar a luta operária. Num caso, o camponês é tido como o que cria *obstáculos econômicos.* No outro caso, é tido como o que cria *possibilidades políticas*. Estamos, portanto, diante de um problema de interpretação e não diante de um problema real das classes subalternas, de uma dificuldade real

> para a sua participação na história (MARTINS, 1989, p. 110, itálico do original).

Os principais precursores na interpretação do campesinato no modo capitalista de produção foram Lenin (1975, 1981), Kautsky (1980) e Chayanov (1974). Ploeg (2016) afirma que desde cedo, houve controversas na interpretação do campesinato no modo capitalista de produção. Este autor afirma que:

> Historicamente, as primeiras controversas estiveram fortemente associadas a dois principais porta-vozes, Vladimir Lenin e Alexandre Chayanov que, nas primeiras décadas do século XX, envolveram-se em polêmicas incisivas que refletiam diferentes interesses e perspectivas já em estado de dormência na sociedade russa durante muito tempo e que drasticamente vieram à tona logo após a revolução de 1917 (PLOEG, 2016, p. 3).

Chayanov (1974) não estava em conflitos interpretativos e/ou analíticos do campesinato no modo capitalista de produção apenas com Lênin (1975), mas também com Kautsky (1980) e Engels (1981). Um elemento crucial, é que a Rússia nesse período, era um país agrário. A preocupação desses autores estava em compreender o lugar e o destino tanto da agricultura, enquanto atividade econômica, como do campesinato dentro do desenvolvimento capitalista na Rússia. Nesse período, a indústria não era tão forte quando comprada com o número de camponeses que havia no campo naquele momento, embora por aí se verificasse o aumento dos empreendimentos capitalistas. Embora o entendimento do campesinato por parte de Ploeg (2016) esteja mais próximo a agricultura familiar, a sua constatação sobre o que estava a acontecer na Rúsia neste período é importante. Este autor explica que durante esse período:

> A indústria representava apenas uma pequena parte da indústria nacional. O número de camponeses era maior do que o de trabalhadores da indústria e, embora os empreendimentos agrícolas capitalistas começassem a surgir (e a sua relevância fosse de discussões acalorados), os camponeses representavam a grande maioria de habitantes da zona rural. As comunidades camponesas forneciam a estrutura que regulava o cotidiano da maioria dos russos (PLOEG, 2016, p. 4).

Este autor afirma ainda que:

> Lênin e Chayanov interpretavam as realidades de diferentes formas, assumindo posições distintas sobre o papel de diferentes grupos sociais (em particular, o campesinato), o que gerou acirradas controvérsias sobre o futuro da sociedade russa (PLOEG, 2016, p. 4, itálicos do original).

Mas, o que ocasionou a divisão de opiniões entre Lênin (1975) e Chayanov (1974) nas suas análises sobre a estrutura produtiva da Rússia nesse período? Ploeg (2016) responde esta pergunta nos seguintes termos:

> Originalmente, a grande divisão era centrada em diversas questões fortemente inter-relacionadas. As mais importantes se debruçavam, antes de mais, na definição da posição de classe do campesinato – uma questão que estava nitidamente ligada aos assuntos práticos, como a natureza das coalizões e o papel que partes distintas da população podem exercer em processos revolucionários (PLOEG, 2016, p. 4).

Tanto Lênin (1975) quanto Chayanov (1974), ambos deixaram ficar os seus argumentos e ideias sobre qual seria o futuro da Rússia, se passava a ser país industrializado sem camponeses ou as duas coisas coexistiriam. Iniciado por Lênin (1975) e Chayanov (1974), o debate sobre o futuro do campoesinato na sociedade de classes, mais tarde, se espacializou em vários países do mundo, sendo que o mesmo está cada vez mais presente nos dias atuais. Na senda da espacialização deste debate iniciado por Lênin (1975) e Chayanov (1974) nos finais do século XIX, Ploeg (2016) sinaliza o seguinte:

> Os principais porta-vozes daquela época também citavam, e tentavam integrar em suas análises, diferentes experiências de outros locais: Estados Unidos, Alemanha (em especial a Prússia), Suíça, Tchecoslováquia, Itália, Países Baixos. Da mesma maneira, o debate não tardou a se estender em âmbito global de leste a oeste e de norte a sul. Sempre que poder era tomado ou ocorriam grandes mudanças de regime, questionava-se se o socialismo (ou, mais genericamente, uma sociedade melhor) poderia ser construído oferecendo-se aos camponeses um papel de destaque total no processo de desenvolvimento rural. Essa dúvida foi recorrente, sobretudo, em locais onde os camponeses estavam à frente das batalhas revolucionárias, no México, na China, em Cuba e no Vietnã. Nesses países, os debates muitas vezes levaram a outra importante pergunta: como organizar a reforma agrária? Essas questões estavam longe de ser apenas teóricas. Foi uma preocupação imediata no México nos anos 1930, e depois na Itália logo após Segunda Guerra Mundial, quando a reforma agrária foi planejada e parcialmente implantada. Em 1974, foi à questão central em Portugal e, pouco depois em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Em Cuba, foi também central após a revolução de Castro e mais uma vez no início da década de 2010; na China, na segunda metade dos anos 1940 e mais uma vez de 1978 em diante. O mesmo debate surgiu no Vietnã em 1954 e 1986, ano do Doi Moi. No Japão, o debate teve início após a Segunda Guerra Mundial e nunca mais saiu da pauta. Nas Filipinas, foi uma grande questão nos anos 1950, ganhou novo fôlego durante as eleições e se intensificou durante e após a reforma de Aquino de 1988. A América Latina testemunhou discussões semelhantes e, embora houvesse constantes focos específicos (como no período das Ligas Camponesas, no Brasil e da radical Reforma Agrária, no Perú), enfim, o debate abrangeu o continente e ajudou a moldar os setores agrícolas que existem hoje (PLOEG, 2016, p. 5-6).

Por muito tempo, a interpretação do campesinato no modo capitalista de produção, foi dominado pelo o que Martins (1980) chama por «*modo capitalista de pensar*» enquanto uma visão de (ver o) mundo. Para este autor:

> O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de ideias marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define à produção das diferentes modalidades de ideias necessárias a produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas o modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, a

> reelaboração das suas bases de sustentação – ideológicas e sociais (MARTINS, 1989, XI).

No entanto, o *modo capitalista de pensar* (enquanto uma visão de mundo no processo de interpretação de uma determinada realidade), construiu-se com base nos fundamentos de que, as relações capitalistas de produção seriam a única forma de organização dos territórios no campo e tudo aquilo que não tivesse as mesmas características, iria desaparecer. Segundo Fabrini e Ross (2014) os teóricos marxistas ao interpretar o campesinato no modo capitalista de produção, afirmavam que, o camponês não tinha nenhuma consciência de classe, por isso, nem no socialismo e muito menos no capitalismo, ele teria lugar garantido para a sua emancipação. No socialismo o fim do campesinato estava decretada porque o próprio camponês era visto como um sujeito detentor de uma racionalidade individualista e conservadora.

E no capitalismo, a tese era que com o avanço das relações capitalistas de produção, seria inevitável o seu desaparecimento no campo. Segundo este princípio, afirmava-se que "somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a passagem do socialismo, ou seja, depois da revolução burguesa viria a revolução do proletariado" (FABRINI, 2002, p. 77). O proletariado era para os teóricos marxistas, o único sujeito que estava em condições de conduzir uma revolução que culminaria, portanto, com o alcance do socialismo. Por acreditarem no proletariado para os processos revolucionários e não o camponês, Marx e Engels (1999) no livro «*O manifesto comunista»*, terminam gritando em voz alta que "proletariado de todo o mundo, uni-vos". Estes autores, acreditavam na capacidade revolucionária do proletariado e não na capacidade política do campesinato.

Mitrany (1975, p. 22) faz saber que "Marx estabelecera que na agricultura, como na indústria, o grande produtor era levado a despojar o pequeno fazendeiro". Fica aqui a ideia de que Marx (2011) argumentava que as relações capitalistas de produção seriam hegemônicas no campo, de tal maneira que não dariam espaço de manobras para a sobrevivência de outras relações sociais e produtivas que não fossem capitalistas. Em «*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*», é onde Marx (2011) explicita a ideia segundo a qual, o campesinato não é uma classe social e que os próprios camponeses não estavam munidos de condições necessárias fazer valer os interesses da sua classe. Nesta obra, Marx (2011) fez as seguintes declarações:

> Os camponeses [...] constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu mundo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um

> intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação [...] e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção [...] não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. [...]. São incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção [...] eles não são capazes de representar a si mesmos [...] na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, [*por isso*], eles não constituem classe nenhuma (MARX, 2011, p. 142-143).

Em «*As lutas de Classe na França de 1848 a 1850*», Marx (2012, p. 36) lançou duras críticas ao campesinato francês e chegou a afirmar que, se tratava de "uma superpopulação estagnante", alegando que ele não teve "tempo nem oportunidade de eliminar o mundo dos velhos espíritos" (idem). No livro acima citado, Marx (2012) olha para o camponês francês como sendo parte de uma sociedade atrasada. É verdade que Marx (2011, 2012) revolucionou o debate de ideias através das suas análises e interpretações sobre o processo de desenvolvimento do capital na agricultura e o lugar do campesinato e dos camponeses nele, mas, há que admitir que tal como qualquer outro pensador, ele estava também sujeito a várias contradições analíticas e interpretativas. Ou seja, há limites interpretativos e analíticos nos seus escritos de Marx sobre o campesinato e os camponeses na sociedade de classes, é o que sugerem as obervações de Mitrany (1975). As contradições analíticas e interpretativas avançadas por Marx (2011, 2012) foram constatadas por Mitrany (1975), em seu livro intitulado «*Marx contra os camponeses»*. Nesse livro, por exemplo, Mitrany (1975) faz uma crítica frontal a Marx (2011, 2012) onde afirma que:

> O Marx dos primeiros tempos não teve jamais escrúpulo algum quanto à exatidão de sua doutrina. Ele decretou-a **ex cathedra** no Manifesto Comunista muito antes de apurar explica-la cientificamente em **O Capital.** O ponto de partida do problema agrário que deveria ser enfrentado era o fato de que o camponês estava desgraçado e ele estava desgraçado pelo fato de ser camponês (MITRANY, 1975, p. 22-23, grifos do original).

Marx (2011, 2012) é criticado também por Mitrany (1975) pelo fato deste ter afirmado que com a expansão das relações capitalistas de produção no campo, o camponês seria destruído. Para Mitrany (1975) tal destruição não aconteceu em muitos lugares do mundo. Em suas palavras, este autor elucida que:

> [...] justamente ao contrário havia acontecido, mesmo sem levar em conta o levantamento camponês provocado pela Revolução Russa. [...]. Marx diria mais tarde que a perda para o camponês seria um ganho para a sociedade, já que suas necessidades só seriam generosamente satisfeitas por uma produção em larga escala. Seu erro nesse ponto parece mais fatal para seu sistema. Ele permite interrogar não apenas se a análise marxista da história é válida, mas

> também se a doutrina socialista se justifica em todas as suas partes. Se o pequeno e abandonado proprietário poderia sobreviver apesar do grande e poderoso capitalista, na produção do que depende em grande parte da existência humana, era por ventura necessária a solução socialista para melhorar uma vida individual assim como a da sociedade? Na Europa Oriental [...] numerosos reformadores sociais concluíram pela negativa (MITRANY, 1975, p. 22).

No decurso das suas críticas a Marx (2011, 2012), Mitrany (1975) afirma, no entanto, que enquanto sentença, a ideia segundo a qual o campesinato iria desaparecer com a expansão das relações capitalistas de produção no campo, consubstanciava-se num verdadeiro desespero. Mitrany (1975) considera Marx (2011, 2012) de ter uma visão preconceituosa sobre o sujeito camponês. O autor critica Marx (2011, 2012), primeiro ao comparar o camponês com "saco de batatas", segundo, por ter louvado o desenvolvimento capitalista, por expropriar e expulsar um número considerável de populações do campo e, terceiro, pelo fato deste ter declarado que politicamente, os camponeses não tinham uma consciência de classe dado o seu isolamento geográfico. Mitrany (1975) elucida que a declaração feita por Marx (2011, 2012) contra os camponeses:

> Era uma sentença pronunciada sem processo. Durante toda a sua vida, não apenas como economista, mas também como homem da cidade e revolucionário, Marx revelou um desespero patente pelo camponês. No livro O Dezoito Brumário, ele afirma que o camponês forma uma classe tão a parte como a da sua organização econômica, e que na sua existência ele difere ao mesmo tempo do burguês e do proletário, sendo contrário a ambos. Politicamente, porém, ele não tem unidade de classe, sendo antes uma aglomeração de indivíduos que Marx compara com um saco de batatas. Marx louva ainda o capitalismo por ter retirado "uma parte considerável da população da estúpida vida rural". O que reflete um preconceito que prevalecia claramente entre os socialistas ocidentais (MITRANY, 1975, p. 32).

Engels (1981) foi outro teórico que se colocou a examinar o papel e futuro do campesinato no modo capitalista de produção. O exame sobre o futuro e o lugar do campesinato no modo capitalista de produção, está em seu texto «*O problema camponês na França e na Alemanha»*. A sua tese foi do desaparecimento do campesinato com o avanço das relações capitalistas de produção no campo. Engels (1981) defendia que o campesinato no modo de produção capitalista não tinha (nenhum) futuro, pois este poderia desaparecer sem, no entanto deixar *rastros*, daí a sua transformação em proletário.

Este autor, chegou a considerar o campesinato como sendo um "modo de produção caduco". Para ele "o desenvolvimento capitalista rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha inevitavelmente para a ruina" (ENGELS, 1981, p. 60). Sentenciando, Engels (1981, p. 63) afirma que, com a expansão das relações capitalistas de produção no campo, o

campesinato estava "condenado irremediavelmente a perecer". Este autor, previa também que o futuro do camponês no modo capitalista de produção era de se tornar num proletário. Para ele "o pequeno lavrador é um futuro proletário" (ENGELS, 1981, p. 63).

A proposta de Engels (1981) para a sobrevivência do campesinato estava relacionada com a transformação dos camponeses através de sistemas de cooperativas e das suas propriedades em terras coletivas. Seguindo este caminho, os camponeses não entrariam na ruina e muito menos seriam desalojadas das suas terras, tendo em conta que o Estado é que poderia garantir a sua existência. O autor acreditava, portanto, que era "justamente a exploração individual, condicionada pela propriedade individual" que conduzia "os camponeses à ruina" (ENGELS, 1981, p. 74-75). Para este autor, seria através da coletivização e dos meios de produção que se poderia construir uma consciência coletiva e revolucionária no seio do campesinato.

No caso francês, Engels (1981) via a possibilidade duma possível rebelião por parte dos camponeses contra o governo francês e consequentemente, a emergência de conflitos sociais. Para que tal fato não ocorresse, Engels (1981) chamou atenção às lideranças francesas para que o processo de coletivização das propriedades e dos meios de produção fosse acautelado, destacando que, nada poderia ser feito contra a vontade dos camponeses. Aconselhando as autoridades francesas, Engels (1981) descrevia o seguinte cenário possível de ocorrer:

> Há um ponto em relação ao qual, nossos camaradas franceses têm razão, indiscutivelmente: *contra a vontade* dos pequenos camponeses não haverá, na França, nenhuma transformação duradoura. No entanto, se querem ganhar os pequenos camponeses não me parecem que abordem o tema de maneira adequada (ENGELS, 1981, p. 72).

Para Engels (1981), uma das fórmulas para se empreender transformações estruturais na França caso os franceses quisessem, consistia na realização de promessas mesmo que não fosse possível de materializá-las. O importante era aliciar os camponeses e fazer-lhes acreditar que o Estado estava do lado deles, mesmo que isso não fosse verdade. No entanto, a ideia era que os camponeses fossem informados que, tudo o que estava sendo feito naquela altura, era em seu benefício, que o Estado queria apenas protegê-los. Na sua abordagem, Engels (1981) detalha sobre como deveria ser aplicada a fórmula por ele elaborada aos camponeses:

> Parecem propor-se ganhar os pequenos camponeses num abrir e fechar de olhos, e se possível, as próximas eleições gerais. Para conseguir isto, precisam fazer promessas gerais muito arriscadas, em cuja defesa não tem outro remédio senão aventurar considerações teóricas ainda mais arrojadas. [...]. Falemos com franqueza: devido aos preconceitos que lhes imprimem toda a sua situação

> econômica, sua educação, o isolamento em que vivem, e que são neles alimentados pela imprensa burguesa e pelos grandes proprietários de terras, não podemos ganhar a massa de pequenos camponeses da noite para o dia, se não prometendo-lhes coisas que sabemos perfeitamente que não poderemos conseguir. Na verdade temos que lhes prometer não apenas proteger sua propriedade a todo o custo contra a corrente de todos os poderes econômicos, como também libertá-los das taxas que os oprimem [...] (ENGELS, 1981, p. 72-73).

A proposta de Engels (1981) dado aos seus "camaradas franceses", em parte, consistia em atrair os camponeses para as alçadas do Estado. Em caso de sucesso, a proposta de Engels (1981) desembocaria no "aniquilamento" político do campesinato, pois a socialização das propriedades e a coletivização dos meios de produção, tinha como objetivo máximo, combater o individualismo, o conservadorismo e o espirito reacionário dos camponeses. A ideia principal da fórmula descrita por Engels (1981) que estava sendo proposta aos seus "camaradas franceses" era a de transformar os camponeses em meros operários. Engels (1981) mostra que não havia nenhuma intenção de proteger os camponeses, apenas era para que eles não suspeitassem das armadinlhas que estavam sendo planejadas. Em suas palavras, este autor afirma que:

> Em nosso partido não há lugar para o camponês que queira que tornemos eterna sua pequena propriedade, nem tampouco para o pequeno mestre artesão que quer treinar seus dias, como mestre. Essa gente é bem recebida pelos anti-semitas. [...]. Se os franceses estivessem rodeados pela ruidosa demagogia anti-semitas como estamos nós, dificilmente teriam cometido o erro de Nantes. [...]. Se os procurarem, eles lhes prometerão a salvação de suas pequenas explorações agrícolas; quando perceberem o que há detrás das frases brilhantes e das melodias que tocam os violinos de que estão cheios os céus anti-semitas, irão compreender a cada dia que passa que nós, prometemos menos e buscamos a salvação num sentido muito diferente, somos, apesar das aparências, um porto mais seguro. [...]. Se pudéssemos fazê-lo voltaríamos a nos encontrar na situação que foi o ponto de partida para a caminhada que conduziu forçosamente ao atual estado de coisas. Nós libertaríamos o camponês; não faríamos mais do que conceder-lhe um momento para respirar antes de ser enforcado [...]. Nossa missão em relação ao pequeno camponês consistirá, antes de mais nada, em canalizar sua produção individual e sua propriedade privada para o regime cooperativo, e não pela força, senão pelo exemplo, e proporcionando o auxílio social com esta finalidade. E neste caso teremos, seguramente, meios de sobra para apresentar ao pequeno camponês a perspectiva das vantagens que hoje já devem parecer-lhe evidentes. [...]. O mais importante, em tudo isso, é e a continua sendo fazer os camponeses compreenderem que só podemos salvá-los, conservar a sua propriedade de sua casa e das suas terras, convertendo-a em propriedade e exploração coletiva (ENGELS, 1981, p. 73-74).

Outros autores clássicos do referencial teórico marxista que sentenciaram o campesinato são Kautsky (1980) e Lênin (1975). Algo que estes dois autores têm em comum é o fato de defender a proletarização dos camponeses como uma via rápida para alcançar o socialismo. Ou seja, para que o socialismo fosse alcançado, era imperioso que

os camponeses fossem transformados em operários. Para estes autores seria por via da proletarização que o campesinato desapareceria do campo. Sobre sentença feita por Kautsky (1980) e Lênin (1975) ao campesinato na sociedade capitalista, é referencida por Paulino (2006) onde faz saber que:

> "Kautsky e Lênin sentenciaram o desaparecimento dessa classe, o fizeram num momento crucial do desenvolvimento capitalista, em que a interpretação dos fenômenos sociais estava fundamentada em teses oriundas das análises das profundas transformações urbano-industriais" (PAULINO, 2006, p. 39).

Na mesma senda, Paulino e Almeida (2010) explicam que toda:

> A história do marxismo revelou que a social-democracia desde a II Internacional (1889), em especial a partir dos escritos de Kautsky e Lênin, operou um reducionismo econômico do pensamento marxista em relação à compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo. Isto significa dizer que prosperou entre os marxistas a tese da homogeneização/unilateralidade das relações capitalistas e, portanto, das formas sociais materializadas na tendência inexorável à concentração da propriedade. Logo, é neste entendimento que se fundamenta a problemática na leitura marxista, uma vez que a grande unidade de produção aparentemente como condição do progresso do ponto de vista das relações capitalistas, de modo que aposta em seu desenvolvimento era caminho mais curto para atingir o socialismo. Por outro lado, supunha-se que as pequenas unidades camponesas retardavam o progresso da história, por apresentar um entrave ao desenvolvimento do capital, no sentido pleno da empresa capitalista assentada na divisão social do trabalho que impõe sua lei da especialização para o aumento da produtividade (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p. 21-22).

Para compreender melhor as sentenças feita por cada um destes autores anteriormente referenciados, é importante analisá-los de forma separada. No caso de Lenin (1975), defendia a aliança entre operários e camponeses, mas sempre sob direção do primeiro. Para este autor, com a expansão das relações capitalistas de produção no campo, os camponeses não iriam conseguir se libertar "do jogo do capital", restando apenas a estes sujeitos aderirem "ao movimento operário e ajudando os operários a lutar pelo regime socialista, pela conversão da terra e de outros meios de produção (fábricas, as máquinas, etc.) em propriedade social" (LENIN, 1975, p. 37).

Destacou ainda que, com o avanço das relações capitalistas de produção no campo "o camponês fora reduzido a um mísero nível de vida: vivia com os animais, vestia farrapos, comia ervas" (LENIN, 1975, p. 37). Afirmava também que o campesinato era uma das "instituições caducas, ao atrasarem o ascenso do capitalismo" e que em caso do avanço das relações capitalistas de produção no campo, não haveria espaço de manobras para os camponeses resistirem "contra a mais imperiosa e eliminada exploração e até mesmo contra a sua morte" (LENIN, 1975, p. 35). Este autor chegou a chamar o campesinato de instituição absurda e prejudicial ao desenvolvimento da "nação", e por

isso, ninguém poderia defender a favor, muito menos os sociais-democratas. Igualmente, Lênin (1975, p. 37) assegurou que "os sociais-democratas sempre deverão lutar contra instituições absurdas e prejudiciais como são: a inalienabilidade dos lotes dos camponeses, acuação solidária".

Dizia ainda que, na Rússia ninguém deixaria os seus afazeres para se juntar à luta dos camponeses, ou seja, "defender o campesinato, defendendo a pequena exploração e a pequena propriedade contra o impulso do capitalismo" (LENIN, 1975, p. 37). No seu entender, juntar-se ao camponês naquele período para defender a existência do campesinato na Rússia, "significava travar inutilmente o desenvolvimento social" na medida em que estariam a "enganar o camponês com a ilusão de um possível bem-estar sob o capitalismo" (LENIN, 1975, p. 37). Lênin (1975) acreditava na possível diferenciação social, na medida em que surgiriam ao longo do processo de desenvolvimento capitalista, camponeses ricos, médios e pobres. Para Lênin (1975) no caso dos camponesees pobres, apenas restavam-lhes a sua *proletarização* caso estes quisessem continuar sobrevivendo no campo. Lênin (1975) afirma que:

> O poder do dinheiro não só oprimiu os camponeses, também os dividiu: a esmagadora maioria foi arruinando-se incontavelmente e convertendo-se em proletariado. Uma minoria foi criando no seu seio grupos de *kulanques*e *mujiques* sabidos, pouco número, mas de unhas bem aguçadas, que se apoderaram de bens e das terras dos camponeses e que vêm a integrar as fileiras na nascente burguesia rural (LÊNIN, 1975, p. 37).

Noutro livro intitulado «*Como iludir o povo com slogans de liberdade e igualdade*», Lênin (1979) considera os camponeses de serem sujeitos "atrasados" e "ignorantes". O atraso e a ignorância dos camponeses segundo Lênin (1979) estava no fato destes não aceitarem serem convencidos pelas promessas governamentais e de serem censurados. Em suas palavras, afirma que:

> [...] quando enfrentamos, hoje, o ataque de todos os países "civilizados" contra a Rússia, não podemos supendrer quando os camponeses mais atrasados nos acusarem de faltarmos as nossas promessas. Respondemoplhes – "Não há nada a fazer". O seu total atraso e extrema ignorância impede-nos de os censurar. Como podemos pedir a um camponês totalmente atrasado que compreenda que há guerras e guerras, que há guerras justas e guerras injustas, guerras progressivas e guerras reacionárias, guerras de classes avançadas e guerras de classes atrasadas, guerras que servem para fortificar a opressão classista e guerras que servem para a oprimir? Para tal tem que se conhecer a luta de classes, os fundamentos do Socialismo, e até mesmo algo sobre a história das revoluções. Não podemos pedir isto a um camponês atrasado (LÊNIN, 1979, p. 15-16).

É possível afirmar quer que Lênin (1979) descartava qualquer possibilidade dos camponeses serem sujeitos com uma mensalidade revolucionária e/ou uma consciência

política capaz de cunduzir a revolução na Rússia. Para dizer que os camponeses eram apenas iludidos com discursos de inclusão social segundo os quais iriam seriam livres e que todos elss seriam iguais (perante as leis vigentes na altura), sendo que o fim era o de transformá-los em proletários, pois estes últimos é que eram considerados como a classe social que poderia fazer com que a revolução socialista triunfasse na Rússia. Já em relação a Kautsky (1980), o seu livro intitulado «*A questão agrária*», é uma das referências no que tange ao debate em torno da questão agrária no mundo, sobretudo, na ciência geográfica. Comentando esta obra, Shanin (2005), faz as seguintes considerações:

> A principal obra que dominou o pensamento marxista daquela época foi *A Questão Agrária* de K. Kautsky. Ela foi (e ainda é) rica em conteúdo e em *insight* quanto à problemática camponesa. Aceitou a possibilidade de algumas diferenças no modo como o capital penetra na agricultura, em contraposição aos outros ramos da economia. Apontou para a acumulação de capital e para a mudança na agricultura alemã. E salientou que a referida falta de concentração da propriedade fundiária não significava necessariamente o fracasso do capitalismo em ali se estabelecer. O principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi à indústria, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa. A posição de Kautsky seguiu de perto e elaborou a apresentação de Marx do exemplo inglês/irlandês em *O Capital*, adequadamente generalizado e desdobrado (SHANIN, 2005, p. 7, itálico do original).

Neste livro, Kautsky (1980) defende a tese segundo a qual, a indústria capitalista era superior quando comparada com a doméstica. O autor parte do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista no campo levaria uma transformação asfixiadora, onde outras relações sociais e de produção, sobretudo, as não capitalistas, por força do capital, elas não teriam espaço para a sua manutenção, daí que a sua ruina estava declarada. Kautsky (1980) justificava a sua tese destacando incapacidade das relações não capitalistas de produção em se interligar a outros sistemas a sua volta e dentro do próprio modo capitalista de produção. Em suas palavras, Kautsky (1980) assevera que:

> Só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para o seu próprio uso**.** Unicamente o sistema de comunicações da sociedade capitalista, com as suas estradas de ferro, os seus correios e jornais, pode transportar as ideias e os produtos urbanos até os cantos mais recuados do interior, submetendo assim o conjunto da população agrícola, e não apenas os subúrbios das cidades, a esse processo (KAUTSKY, 1980, p. 13).

Para Kautsky (1980) o futuro dos camponeses no modo capitalista de produção, estava também na proletarização. Para este autor, a proletarização dos camponeses seria consequência direta da modernização agrícola no campo. Para ele, com a modernização agrícola, os camponeses seriam expropriados das suas terras e posteriormente, expulsos do campo sem resistência a este processo, daí que, caso os camponeses quisessem garantir

a sua existência e sobrevivência, o caminho a seguir era a sua proletarização, recebendo em troca algum dinheiro. Ou seja, o dinheiro seria o garante da sua reprodução social. Em suas palavras, Kautsky (1980) afirma que:

> Quanto mais tal processo avança e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro (KAUTSKY, 1980, p. 13).

Na concepção de Kautsky (1980), a modernização agrícola no campo levaria a desestruturação precoce dos camponeses, na medida em que esta procuraria a todo o custo homogeneizar as relações produtivas, mediante o uso de "técnicas modernas" com destaque para maquinarias e entre outros insumos agrícola. A realidade atual, contraria as afirmações feitas por Kautsky (1980), pois modernização não está a dar-se de forma hegemônica no campo. Contraditoriamente, o que se verifica no campo é que a modernização agrícola está a ocorrer em latifúndios, sobretudo, onde o capital agrário (materializado com o nome agronegócio) se territorializa diretamente.

No entendimento de Kautsky (1980), o campesinato está presente onde o capitalismo não se consolidou e onde se consolida, é o fim. A realidade atual do campo permite afirmar que em ambos os espaços agrários, sobretudo, onde o capitalismo ainda não se consolidou e onde se consolidou, o campesinato continua re-existindo de várias formas, pois os camponeses procuram sempre que possível, retirar benefícios das situações que lhes são impostas pela sociedade capitalista para a sua reprodução social.

Nos lugares onde o capitalismo se consolidou, a realidade revela que o "velho" e o "novo" estão a coabitar no mesmo espaço agrário, na medida em que as relações capitalistas de produção se nutrem das relações não capitalistas de produção no processo de reprodução ampliada no campo. Ademais, nos lugares em que o capital agrário se territorializa indiretamente, nota-se a presença de uma forte resistência dos camponeses, embora de forma subordinada, em adotar por completo práticas estrangeiras ("técnicas modernas") nos processos produtivos. Kautsky (1980), sentencia que com a expansão das relações capitalistas de produção no campo:

> [...] a ruína da indústria camponesa que produzia para as necessidades pessoais dos lavradores, forçou estes pequenos proprietários que colhiam pelo menos os gêneros necessários para o seu gasto e de suas famílias a um trabalho acessório. O pequeno camponês arranja o tempo necessário para realizá-lo, pois a exploração de sua terra só lhe reclama os cuidados em determinadas épocas (KAUTSKY, 1980, p. 101).

Kautsky (1980) via também a integração dos camponeses ao mercado como uma forma para o seu arruinamento, pois no seu entender, estes passariam a ser agricultores puros. Para o autor, isso faria com que estes deixassem de produzir para si, isto, é para o seu próprio consumo. Por sua vez, os camponeses ao colocarem, por exemplo, os seus produtos no mercado, se tornavam dependentes dele. Kautsky (1980) afirma que:

> O único método mediante o qual ele podia conseguir dinheiro consistia em transformar os seus produtos em mercadorias, e levá-las ao mercado para a venda. Mas não era certamente para os artigos de sua indústria atrasada que ele mais depressa encontrava compradores, era para os que a indústria urbana não produzia. Assim, o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: *um agricultor puro*. O camponês caíra agora sob a dependência do mercado, que era para ele ainda mais caprichoso e mais incerto que a temperatura (KAUTSKY, 1980, p. 13-14, itálicos do original).

Tal como Engels (1981), Kautsky (1981) também defendia a socialização de toda a agricultura e todos os meios de produção. Essa afirmação está presente no trabalho de Kautsky (1981) intitulado «*Socialização da agricultura*». Neste, livro Kautsky (1981) faz as seguintes afirmações:

> É preciso que o Estado intervenha com todas as suas forças com métodos que implique uma ampla socialização. [...]. Essa socialização é tanto mais urgente por se constituir um meio seguro de conservar o "operário" agrícola em seu trabalho e canalizar para as grandes propriedades novas forças produtivas, em maior quantidade, que são necessárias em grande medida para que o desenvolvimento se processe com toda a sua potencialidade (KAUTSKY, 1981, p. 129).

Uma abordagem diferente foi trazida por Chayanov (1974) na sua obra clássica intitulada «*La organización de la unidad econômica campesina*» («*A organização da unidade econômica camponesa*», em português) referente ao problema agrário no campo, sobretudo, no que tange ao futuro e o destino do campesinato no modo capitalista de produção. Embora a obra de Chayanov (1974) tenha seus limites pelo fato desta não trazer o entendimento do campesinato na perspectiva da contradição, a verdade é que veio revolucionar ainda mais o debate em torno da questão camponesa, trazendo assim uma possibilidade ver o problema agrário na Rússia por outro ângulo, diferente ao dos marxistas ortodoxos.

A abordagem de Chayanov (1974) rompia assim com a visão unilateral do problema agrário russo que era defendida pelos marxistas ortodoxos até então, de que o campesinato não tinha condições para r-existir na sociedade de classes. O rompimento de Chayanov (1974) mostra que nessa época, havia um debate paradigmático sobre futuro e o destino do campesinato russo no modo capitalista de produção que envolvia de um lado,

os *marxistas ortodoxos* e, do outro, o *movimento narodnista*. Como autor, Chayanov (1974) fazia parte do *movimento narodnista* que trazia um olhar diferente sobre o problema agrário russo naquela época. Guzmán e Molina (2012) afirmam que:

> O movimento narodnista surgiu dos embates concernentes ao problema dos camponeses e buscava uma alternativa que assegurasse os interesses das comunidades rurais que viviam sob o Direito Consuetudinário camponês. A principal questão que se colocava era: para a construção do socialismo na Rússia é fundamental a existência de uma etapa capitalista ou pode ser desconsiderada? Os populistas russos – narodnistas – defendiam a manutenção das comunas. [...]. Alexander Chayanov foi o principal continuador das teses dos narodnistas e, mesmo sob [gestão de] Stalin, questionou a política de desintegração do campesinato enquanto classe" (GUZMÁN & MOLINA, 2013, p. 12-13).

Lembrar que nessa altura, Chayanov (1974) travava um intenso debate com Lênin (1975). Nas suas abordagens, Chayanov (1975) sempre enfatizou a importância da unidade econômica camponesa. A sua abordagem contrária a pré-estabelecida, custou-lhe a própria vida, pois acabou sendo perseguido, preso e assassinado por fuzilamento. Antes de se pronunciar sobre a questão camponesa na Rússia naquela época, Chayanov (1974) fez um olhar atento e minucioso sobre a forma como os camponeses se comportavam e se organizavam socialmente e economicamente. Chayanov (1974) percebeu que o funcionamento interno do campesinato é regido por princípios totalmente diferentes da unidade de produção capitalista.

Através destas variáveis, Chayanov (1974) compreende que a família é que era o núcleo de existência do campesinato. Para este autor, a família era uma instituição importante para explicar como é que internamente e dentro das suas contradições, os camponeses conseguiam tomar as suas decisões com vista a superar os problemas que se verificavam na unidade econômica camponesa. Chayanov (1974) entendia que a família era chave para explicar como as decisões eram tomadas, desde os processos produtivos, alocação da força de trabalho, investimento, equipamentos, consumo até a comercialização de uma parte da sua produção, sobretudo, aquela que era transformada em mercadoria.

Nas palavras do autor, lê-se que para uma melhor compreensão do campesinato "debemos aceptar que el carácter de la família es uno dos factores principales en la organización de la unidad económica campesina (CHAYANOV, 1974, p. 147). Para chegar a esta afirmação, ele percebe ainda que, a unidade de produção camponesa não é regida e nem se organiza com base na extração e apropriação do trabalho alheio, enfim, de *mais-valia* como acontece na unidade de produção capitalista. Para Ploeg (2016):

> A análise de Chayanov tem início em um ponto de partida simples, porém contundente. Agricultura camponesa (salvo algumas exceções) se baseia no trabalho não assalariado. O trabalho não é mobilizado pelo mercado de trabalho. É trabalho familiar: trabalho na propriedade fornecido pela família. [...]. Na unidade camponesa [...], o capital não é capital no sentido marxista, [mas sim], são as ferramentas disponíveis, as instalações, os animais e os estoques[...]. Como não há pagamento de salário, não é possível calcular os lucros. Logo, os princípios de organização que governam a economia capitalista (por exemplo: a maximização do lucro e as reduções de custos que são obtidas com frequência por meio da redução de insumos de trabalho) não se aplicam à agricultura camponesa. Portanto, a dinâmica da unidade camponesa é caracterizada e governada por uma busca de equilíbrios internos que seguem outra lógica (PLOEG, 2016, p. 21-30).

Em outro texto intitulado «*Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*», Chayanov (1981) argumenta que o:

> [...] produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente. Assim, é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (CHAYANOV, 1981, p. 138).

A unidade camponesa foi diagnosticada por Chayanov (1974) como sendo ao mesmo tempo, *unidade de produção* e *unidade de consumo*. De realçar que, o centro da interpretação de Chayanov (1974) era o consumo dentro do núcleo familiar. Dito de outra forma, a produção era comandada pelo consumo da família. O argumento era que a família é quem dinamizava a produção nas unidades de produção camponesa, o que quer dizer que, para que esta não passasse fome, tudo dependia da sua capacidade produtiva.

Neste sentido, o aumento ou a diminuição da produção camponesa dentro do agregado familiar, dependia exatamente da quantidade e da intensidade da força de trabalho disponível e disposta a trabalhar numa determinada unidade de produção. Para este autor, "a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar" (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Para chegar a esta conclusão, Chayanov (1974) teve que ampliar o seu olhar para uma variedade de aspectos que segundo ele, determinavam a quantidade da produção num agregado familiar. Para ele, o sexo, idade, composição, tamanho e biologia do agregado familiar, eram os elementos que no seu entender, determinavam a quantidade da produção dentro da unidade de produção camponesa. Este autor afirma que:

> De hecho, la composición familiar define ante todo los limites máximos y mínimo del volumen de sua ctividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la

> disponibilidad de membros capacitados em la familia (CHAYANOV, 1974, p. 47).

O autor acrescenta ainda que, para haver um volume elevado da atividade na unidade de produção camponesa, vai depender também da quantidade do trabalho proporcionada por esta força de trabalho, mas reitera que deve ser feita com a máxima intensidade possível. Em suas palavras, Chayanov (1974) afirma que:

> […] el limite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada com la máxima intensidad. De la misma manera, el volume más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existência de la família (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Este autor, afirma também que a produtividade na unidade camponesa, vai depender também da qualidade da terra usada pelos camponeses. Para ele "isto é especialmente importante pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através da qual, os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano" (CHAYANOV, 1981, p. 138). A abordagem chayanoviana, baseou-se num "conjunto mais amplo de equilíbrios" que "nos permitem lidar melhor, de forma coerente, com os problemas e potenciais enfrentados pela unudade camponesa hoje" (PLOEG, 2016, p. 59). Ao considerar a família como o núcleo da existência camponesa, Chayanov (1974) acrescentou mais um componente na sua matriz teórica, neste caso, o *balanço trabalho-consumo*, que segundo ele, estaria presente dentro da unidade de produção camponesa.

O *balanço trabalho-consumo* de Chayanov (1974) tinha como pressuposto básico, a (co)relação direta entre a quantidade de pessoas que havia para se alimentar numa família e a força de trabalho existente dentro do mesmo núcleo familiar. Usando o *balanço trabalho-consumo*, Chayanov (1974) deixa claro que, o número de bocas por alimentar é que determinava a quantidade da produção a ser retirada numa determinada unidade de produção camponesa. Em suas palavras, afirma, no entanto, que "el volumen de la actividad de la depende totalmente del número de consumidores y de ninguna menera de numero de trabajadores" (CHAYANOV, 1974, p. 81).

Tendo em conta que as atividades nas unidades de produção, nalguns casos seriam pesados, para Chayanov (1974) a quantidade de energia a ser gasta por cada trabalhador, era determinante na produção agrária e consequentemente, a satisfação dos consumidores dentro do agregado familiar. Este autor afirma que "la energia desarrollada por un trabajador en una unidad doméstica de exploración agraria es estimulada por las

necessidades de consumo de la família" (CHAYANOVY, 1974, p. 84). O argumento de Chayanov (1974) era que, o aumento da necessidade de consumo dentro do agregado familiar, era diretamente proporcional à taxa de auto-exploração da mesma.

Neste sentido, para que a família camponesa não caísse na fome, deveriam redobrar esforços para aumentar os níveis de produção e produtividade agrária na sua unidade de produção. Chayanov (1981, p. 139) afirma que "enquanto não se atingir o equilíbrio [...] a família que trabalha sem utilizar o trabalho pago tem todo o tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica". Neste entendimento, os camponeses só deixaram de fazer muito esforço, em caso destes conseguirem produzir produtos alimentares suficientes para o seu consumo dentro da unidade familiar. Em suas palavras, Chayanov (1981) afirma que:

> Quando atinge este ponto de equíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhado, já que todo dispêndio adcional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia a seus efeitos econômicos (CHAYANOV, 1981, p. 139).

A teoria de *balanço trabalho-consumo* elaborada por Chayanov (1974), baseou-se exatamente na quantidade de energia gasta por cada membro do agregado familiar dentro da unidade de produção. O autor afirma que "cualquer unidad doméstica de exploración agraria tiene asi un límite natural para su producción, el cual está determinado por las proporciones entre la intensidad do trabajo de la familia y o grado de satisfacción de sus necessidades (CHAYANOV, 1974, p. 85).

Isso quer dizer que, quanto menor for quantidade de energia exercida por determinado membro do agregado familiar durante os processos produtivos dentro da unidade de produção familiar, menor será é a produção e produtividade agrária. O componente balanço trabalho-consumo cunhado por Chayanov (1974), é tido também por Ploeg (2016) como sendo equilíbrio trabalho-consumo. Mesmo assim, não há muitas diferenças com o que Chayanov (1974) descreveu. Para Ploeg (2016, p. 48) o equilíbrio trabalho-consumo "se dá na esfera da família" sendo que "tem a ver com o número de consumidores em relação ao número de trabalhadores" (idem). Descrevendo duma forma detalhada, o autor assinala que:

> Neste equilíbrio particular, o trabalho se refere à força de trabalho familiar disponível (isto é, as mãos capazes de desempenhar o trabalho) e consumo se refere às bocas a serem alimentadas. Em seu sentido mais limitado, trabalho se refere à produção de alimentos, e consumo se refere a ingestão do alimento produzido. De maneira mais ampla, o equilíbrio está relacionado à produção total (incluindo aquela vendida no mercado) e o consumo que deve suprir as muitas necessidades da família, muitas das quais são abastecidas pelos

> mercados (e pagas em dinheiro ganho por meio da produção) (PLOEG, 2016, p. 41).

A relação entre as famílias camponesas e a natureza à sua volta, era segundo Ploeg (2016), um dos equilíbrios estudados por Chayanov (1974). Neste sentido, a natureza constituía também num mecanismo de reprodução social do campesinato, pois é alí onde as famílias camponesas tiravam "a sua sobrevivência, garantindo a satisfação familiar em relação ao esforço e dureza atribuída ao trabalho desenvolvido" (Guzmán & Molina, 2013, p. 13) na unidade de produção. Numa clara oposição, Chayanov (1974) rebateu a teoria Leninista da "diferenciação social" trabalhada por Lênin (1981), destacando que não era suficiente para explicar a questão camponesa no campo russo. Nas suas observações, Chayanov (1974) constata que para o caso da Rússia, não era a "diferenciação social" do campesinato em si que ampliava ou contraia o número de trabalhadores numa determinada unidade de produção como defendia Lênin (1981), mas sim, a "diferenciação demográfica" é que tinha maior peso. Chayanov (1974) explica que:

> No hay duda de que certa diferenciación de este tipo se produce realmente en le campo, pero un análisis más profundo de la composición de la unidad económica campesina demonstra que la heterogeneidad no puede explicarse totalmente por la diferenciación sociale. No sólo depende del desarrollo dinâmico sino también, y en forma considerable, del efecto dos factores demográficos que resultan de la natureza de la unidad económica campesina (CHAYANOV, 1974, p. 290).

A constatação de Chayanov (1974) é reforçada também por Martins (1989). Este autor afirma que com base na "diferenciação social" do campesinato utilizado por Lênin como fundamento para explicar a questão camponesa, sobretudo, o destino e o futuro do campesinato no modo capitalista de produção na Rússia, não lhe permitia enxergar que essa situação era produto das contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura que se dava duma forma desigual no campo. Nas palavras do autor:

> Lênin, nessa perspectiva, não podia entender que o campesinato constituía, também, uma classe de sociedade capitalista, cuja características "atrasadas" dependiam diretamente do próprio desenvolvimento desigual do capitalismo, os obstáculos maiores que o capital encontrava no campo para se reproduzir segundo as regras da reprodução ampliada (MARTINS, 1989, p. 109).

A penosidade era para Chayanov (1974) outro elemento basilar para a compressão do balanço *trabalho-consumo*. Ele dizia que no balanço *trabalho-consumo* estava patente à ideia da penosidade enquanto um problema estrutural que ocorre dentro da unidade de produção camponesa. A penosidade corresponde ao desgaste físico da força de trabalho numa determinada unidade de produção camponesa e pode dar-se de várias formas, dependendo das circunstâncias.

A penosidade pode acontecer em casos dos camponeses contraírem ferimentos e/ou por ficarem muito tempo exposto ao sol durante os trabalhos; ficar muito tempo inclinado durante o trabalho pode causar a penosidade e ela, pode se dar por meio de dores da coluna nos membros do agregado familiar e não obstante, algumas doenças contagiosas e esta situação, pode impossibilitá-los a realizar determinadas atividades produtivas, sobretudo, aquelas que exigem muita força. Para Ploeg (2016) a:

> Penosidade se refere aos esforços exatos necessários para aumentar a produção total (ou renda total da terra). Penosidade está associada à adversidade, longas jornadas de trabalho, suor de baixo do sol escaldante (sonhando com uma cerveja gelada), madrugar para ir ao trabalho e trabalhar sob condições congelantes ou úmidas. [...]. No entanto, ele também envolve esforço físico e quando o trabalho a ser realizado aumenta, a sua natureza extenuante será sentida com mais intensidade. É isso que a noção analítica de penosidade tenta captar (PLOEG, 2016, p. 47).

A penosidade tem implicações negativas na produtividade agrícola de uma determinada unidade de produção camponesa, na medida em que se verifca a redução da força de trabalho familiar. Iguamlemnte, verifica-se a redução dos tamanhos das áreas de produção agrícola e tudo, é feito em função da quantidade das pessoas disponíveis a trabalhar. A penosidade tem impactos negativos sob ponto de vista social, pois expõe os camponeses a fome e a miséria. Quanto maior for à penosidade, menor é a produtividade agrícola na unidade de produção camponesa e "isso, consequentemente, provoca um aumento nas demandas do consumo familiar a serem supridas" (PLOEG, 2016, p. 49). Nas suas próprias palavras, Chayanov (1981) remata que:

> Exaustivos estudos empíricos das explorações camponesas na Rússia e outros países perfêricos nos permitem estabelecer a seguinte tese: o grau de aute-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda da família e a própria penosidade do trabalho (CHAYANOV, 1981).

Quando grave, a penosidade pode dar lugar à contratação da força de trabalho assalariada dentro da unidade de produção camponesa, na medida em que o camponês fica debilitado e impossibilitado de realizar determinadas tarefas. O "trabalho assalariado" faz parte dos elementos da produção camponesa, em que os camponeses em momentos críticos são forçados pela conjuntura a procurar uma força de trabalho extra para concluir os trabalhos na sua unidade de produção. Enquanto os teóricos clássicos do marxismo ortodoxo e seus seguidores sentenciavam o fim do campesinato com a expansão das relações capitalistas de produção no campo, Chayanov (1974) assinalou que este permaneceria, mesmo numa situação de elevada fragilização econômica, ele resistiria a sua (total) destruição. Em outro texto Chayanov (1981) reitera que haveria outras formas

de produção agrárias não capitalistas, mostrando que as formas capitalistas de produção não seriam hegemônicas no campo. Ao comentar em relaçãoo a este aspecto, Chayanov (1981) argumenta que:

> Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera da produção agrária) baseia-se, não é uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada (CHAYANOV, 1981, p. 134).

Chayanov (2014) desenvolveu outra pesquisa que resultou numa longa novela intitulada «*Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa*». Nesta novela, Chayanov (2014) usa o pseudônimo de Ivan Kremnev, inicialmente editada em Moscou, em 1920. Nela, Chayanov (2014) acreditava numa possível prosperidade da agricultura camponesa, mesmo com as adversidades que poderiam ser causadas pelo capital(ismo) na sua expansão no campo. Ao traçar a sua matriz teórica, Chayanov (1974) admitia que com a ascensão das relações capitalistas de produção no campo, o campesinato se expressaria duma forma diferenciada, mas que isso, não levaria necessariamente ao seu desaparecimento como os autores clássicos do marxismo ortodoxo defendiam nas suas abordagens. Chayanov (1974) argumenta nos seguintes termos:

> En una unidad económica baseada en el trabajo assalariado esta tendência a la expansión infinita está limitada por la disponibilidade de capital y, si esta aumenta, resulta praticamente infinita. Pero en la unidad de exploración doméstica, aparte del capital disponible expresado en medios de producción, esta tendencia está limitada por la fuerza de trabajo familiar y por las fatigas crescientes del trabajo si su intensidad se aumenta forzadamente (CHAYANOV, 1974, p. 133).

Por sua vez, Chayanov (1974) realçou que haveria a possibilidade do campesinato relacionar-se com o seu entorno, destacando que era a partir desta relação com o exterior que poderia ter parte da renda para garantir a sua reprodução social dentro da sua unidade de produção. Chayanov (1974, p. 42) afirma que "las empresas campesinas tien en inter-relaciones sociales demasiado complejas con todos estos elementos en la economia actual". Essa constatação, configura-se também numa desconstrução das teses defendidas pelos marxistas ortodoxos e seus seguidores, segundo as quais, proclamaram o fim do campesinato no campo com a expansão das relações capitalistas de produção.

A obra clássica «*La organización de la unidad económica campesina*» e outros escritos que Chayanov deixou após a sua morte, valeu-lhe o título de "gênio" e quem o considerou, foi Ploeg (2016). Justificando os motivos que o levaram a considerar Chayanov um "gênio", o autor explica nos seguintes termos: "faço questão de ressaltar

que a sua genialidade não era inspiração divina" (PLOEG, 2016, p. 23). Continuando com as suas declarações de reconhecimento à Chayanov, o autor afirma que "ele foi, como todos nós (e talvez, sobretudo, como os gênios entre nós), um produto das próprias circunstâncias" (PLOEG, 2016, p. 23-24).

Quem também considerou importante a obra de Chayanov (1974) é Fabrini e Ross (2014, p. 31) em que afirmam que a "sua obra acerca do campesinato se constitui numa importante referência para compreender a questão". Os autores afirmam ainda que "a obra de Chayanov tem nos revelado que os elementos internos da família camponesa como a diferenciação biológica, por idade, sexo, tamanho, servem como elementos explicativos na compreensão do trabalho e do consumo familiar" (FABRINI & ROSS, 2014, p. 34). Na mesma perspectiva, Gerardi e Salamon (2014) afirmam que:

> [...] o trabalho de Chayanov representou um instrumento de análise inovador pelo fato de opor-se à visão tradicional a respeito da questão da produção familiar camponesa, que, via de regra, é encarada sob a ótica do sistema capitalista e de seus padrões de modernidade. Ao contrário, pode-se perceber que ocorrem inúmeras situações reais em que é possível coexistirem diferentes formas de organização da produção não geradas diretamente pelo capital, mas que, ao penetrarem nos espaços abertos por ele, acabam de alguma maneira subordinadas a ele (GERARDI & SALAMONI, 2014, p. 177).

Esse reconhecimento pela obra de Chayanov (e/ou pela abordagem chayanoviana), mostra claramente que trouxe outro olhar em torno do papel e do futuro do campesinato na sociedade capitalista. Chayanov (1974), além de ser referência importante e obrigatória para o entendimento da questão camponesa, permite compreender a organização social e produtiva do campesinato enquanto modo de vida.

Não menos importante, um dos autores que renovou este debate nos finais do século XX, é o economista brasileiro, Ricardo Abramovay, ao defender a sua tese em 1990, intitulada «*De camponeses a agricultores: paradigma do capitalismo agrário em questão*» e mais, sobretudo, em 1992tarde publicada em livro com título «*Paradigmas do capitalismo agrário em questão*». Neste livro Abramovay (1992) defende afincadamente agricultura familiar, sendo que a sua abordagem, afirma que não existe discussão sobre o campesinato no debate marxista. Na sua abordagem, Abramovay (1992, p. 36) afirma que "o campesinato é uma expressão que não encontra nenhum lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento capitalista".

Para este autor, "o desenvolvimento econômico não passa, no essencial, pela incorporação à agricultura tradicional dos meios técnicos característicos dos progressos científicos recentes" (ABRAMOVAY, 1992, p. 90). Por causa disto, entende este autor

que “não é possível que se tome o campesinato como setor social sobre cuja base possa acumulação capitalista” porque “*o capitalismo é por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais*” (ABRAMOVAY, 1992, p. 128-129, itálicos do orginal). Dito de outro modo, Abramovay (1992) entende que neste estágio do desenvolvimento capitalista na agricultura, não existe espaço para a permanência (e/ou resistência) do campesinato. Por outra:

> As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam as relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquirem a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (ABRAMOVAY, 1992, p. 117).

Para Abramovay (1992), com o avanço das relações capitalistas de produção no campo, o campesinato seria asfixiado e posteriormente, os sujeitos sofreriam uma *metamorfose*. Desta metamorfose, afirma o autor que os camponeses seriam transformado num outro sujeitos, neste caso, em *agricultores familiares*. Para este autor, com o desenvolvimento capitalista, a metamorfose do *camponês* em *agricultor familiar* seria inevitável. Em suas palavras, Abramovay (1992), afirma que com a integração plena dos camponeses nas estruturas do mercado:

> […] metamorfoseiam-se numa categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores professionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia de impessoal que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor familiar na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições de reprodução social. […]. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica do camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1992, p. 127-131 itálicos do original).

E sentencia que:

> O ambiente no que se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele de asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p. 131).

Entrando na defensiva da agricultura familiar, Abramovay (1992) destaca que além de estar fortemente integrada aos mercados, mostra uma facilidade de incorporar dentro de si, os principais avanços tecnológicos fornecidos pela sociedade capitalista,

diferentemente dos camponeses, cuja integração tem sido incompleta. Abramovay (1992) considera que a agricultura familiar é que está mais preparada para responder as políticas governamentais quando comprada com o campesinato. Nesta defesa a agricultura familiar, Abramovay (1992), afirma que:

> Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizadas como camponeses. [...]. Explicar a existência *camponesa* a partir da lógica do capital é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são *familiares, mas não camponesas* (ABRAMOVAY, 1992, p. 22-24, itálicos do original).

Nesta defesa a agricultura familiar, Abramovay (2014) passou a criticar e a desvalorizar os argumentos de Chayanov (1974) referentes ao campesinato e isto, é visível em seu texto intitulado «*O admirável mundo de Alexandre Chayanov»*. Neste texto, Abramovay (2014) afirma que:

> A obra mais conhecida de Chayanov (1925/1986) começa relatando um episódio familiar a quem trabalha com a economia do desenvolvimento: a suposta resistência dos camponeses à adoção de inovações técnicas. Os agricultores da região de Perm recusavam-se a adotar uma inovação que, no entanto, lhes economizaria uma quantidade imensa de trabalho, a máquina de trilhar cereais. A razão dessa suposta aversão ao progresso estava no fato de que o trabalho deslocado pela máquina não poderia ser empregado produtivamente em qualquer outra atividade. […]. Se é verdade que a população rural no mundo todo está declinando, não é menos certo que aí se encontra um potencial econômico e organizativo para o qual o estudo da obra de Alexander Chayanov pode contribuir a valorizar. Os 80 anos da Revolução Russa devem servir não só para que o massacre humano cometido em nome dos ideais da superioridade da organização coletiva não seja esquecido, mas também para que se resgate aqueles que consagraram suas vidas à construção de um equilíbrio que, de fato, suprima as barreiras até hoje existentes entre cidade e campo (ABRAMOVAY, 2014, p. 184-187).

Na citação anterior, é possível observar que Abramovay (2014) não acredita tanto na possível resistência dos camponeses contra as "técnicas modernas". Embora de forma contraditória as use no processo produtivo, a realidade tem revelado que os camponeses lutam e resistem contra a entrada de "técnicas modernas" em suas unidades de produção, destacando os seus impactos negativos não apenas para o seu modo de vida, mas também sob ponto de vista socioambiental. Isso para dizer que não é uma "suposta resistência dos camponeses à adoção de inovações técnicas", mas sim, é uma verdadeira resistência pelos motivos anteriormente mencionados.

Outro aspecto que merece uma análise, é a ideia de "aversão ao progresso" por parte dos camponeses como Abramovay (2014) deixa transparecer na sua crítica a Chayanov (2014). Sem querer ser porta-voz de Chayanov (2014), não é uma verdade

absoluta que o simples fato dos camponeses resistirem à "inovações técnicas", significa que são "avessos ao progresso". Embora Abramovay (1992) tenha afirmado que o camponês ao se relacionar com o mercado seria transformado num outro sujeito despido das suas características iniciais, tal fato é contestado por vários autores (como, por exemplo, Martins, 2002, Shanin, 2005; Fabrini & Ross, 2014; Fabrini, 2019, Paulino, 2008.), que destacam que os camponeses não estão se dissolvendo, mas sim, continuam sendo camponeses mesmo dentro das adversidades em que se encontram.

Para garantir a sua reprodução social, o campesinato enfrenta vários desafios sendo que em alguns momentos, se subordina ao modo capitalista de produção, produzindo mercadorias. A subordinação dos camponeses ao modo capitalista de produção, resulta das contradições geradas pelo próprio capital no âmbito da sua territorialização no campo. Isto significa que para crescer, o capital não pode excluir o campesinato dos processos produtivos no campo porque fazendo isso, ele é que sairá a perder, pois para o seu crescimento precisa do trabalho alheio.

É por esta razão que quando o capital se expande no campo sempre procura subordinar as relações não capitalistas à lógica do modo capitalista de produção. Embora Abramovay (1992) olhe a sujeição/subordinação do campesinato ao modo de produção capitalista como a base para a sua *metamorfose*, ou seja, que através deste contato perdem os seus elementos constituintes, não é uma verdade absoluta, pois a realidade tem demonstrado ao contrário. A realidade têm revelado que o vínculo gradual que os camponeses mantém com o mercado, não resulta necessariamente no seu desaparecimento no (e/ou do) campo enquanto sujeitos. Shanin (2005) afirma que:

> […] os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês […]. Os camponeses são *marginalizados*, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada (SHANIN, 2005, p. 9 itálico do original).

Já Martins (2002) afirma que:

> O vínculo do camponês com a sociedade é um vínculo pessoal; a pessoa inteira se opõe nele e não apenas aquilo que diz respeito ao trabalho. É, também, um vínculo mediado pelo caráter de mercadoria, que os seus produtos, rela ou potencialmente, têm. Mas, essa mediação não lhe aparece como mediação primária fundamental, embora seja, sem dúvida causa de problemas, desagregações, mudanças e sofrimento ou alegrias. Mas, é sempre uma mediação irreconhecível, que se manifesta no caráter problemático e

> reconhecidamente misterioso e mágico do dinheiro e da mercadoria. [...]. Nas situações de maior integração no mercado, em que parte ponderável do tempo do camponês e da sua família é dedicada à produção de mercadorias, ainda assim, têm elas um certo caráter de excedente. Porque, no geral, o agricultor familiar mesmo especializado na produção de fumo, milho, feijão, suínos, soja, mandioca, frutas ou o que for, tende a produzir diretamente seus meios de vida, aquilo que destina ao consumo diário da própria família (MARTINS, 2002, p. 76-77).

Por sua vez, Shanin (2008) revela que diferentemente de outras economias baseadas na produção agrícola:

> A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (SHANIN, 2008, p. 27).

Na mesma perspectiva Ploeg (2008) afirma que

> "Os camponeses adaptam-se às condições constantemente a conjunturas e específicas, portanto, as especificidades da sua sobrevivência também, adaptam-se a elas – sem que isso implique qualquer *alteração básica* nas próprias condições camponesas" (PLOEG, 2008, p. 47).

Já Wolf (1976) entende que:

> O camponês entretanto não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa [...]. Para quem está de fora, o camponês, é visto, fundamentalmente, como uma fonte de trabalho e bens, com os quais o grupo superior poderá aumentar seu fundo de poder. Mas, o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade *tanto é uma unidade econômica como um lar*. A unidade camponesa não é, portanto, somente uma organização produtiva formada por um determinado número de mãos prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto bocas para alimentar quanto mãos para trabalhar (WOLF, 1976, p. 14-28, itálicos do original).

A questão é que o centro da existência do campesinato não está no mercado, embora nalguns casos, mantenha o contato com o mercado através da venda do excedente da sua produção. Essa produção colocada aos mercados pelos camponeses, grande parte dela, é aquela que chega às mesas de milhares de pessoas que dependem da compra dos produtos alimentares. Mesmo assim, a racionalidade camponesa fundamenta-se em garantir a reprodução social do agregado familiar que trabalha numa determinada unidade de produção. Fabrini e Ross (2014) elucidam que:

> Em contraponto do projeto do agronegócio e do latifúndio está a agricultura camponesa. A produção camponesa, embora incorporada à dinâmica capitalista de uma forma desigual e contraditória, não está pautada no lucro

> médio como as empresas capitalistas. Uma parte da produção camponesa, por, exemplo, é elaborada e destinada ao consumo direto da família e outra parte é transformada em mercadoria, indicando essencial diferença entre agricultura camponesa e agricultura capitalista do agronegócio (FABRINI & ROSS, 2014, p. 8).

Ou por outra:

> […] a produção de resistência realizada pela família camponesa possui características diferenciadas da produção de mercadorias (valor de troca). Na agricultura camponesa uma parte da produção é destinada ao consumo da família e possui valor de uso, não se constituindo em mercadoria. Mas, a produção de valor de uso e para autoconsumo dos camponeses não está à parte do sistema produtor de mercadorias, pois serve para baixar os custos da produção de valor de troca. Por isso, o campesinato não pode ser considerado um modo de produção à parte do capitalismo (FABRINI, 2019, p. 154).

Desta forma:

> [...] enfatizamos a especificidade da lógica da economia camponesa, que produz visando a satisfação das necessidades da família, e reafirmamos a sua flexibilidade e capacidade de adaptação, o que tem permitido seu ajuste a níveis de remuneração mais baixos em conjunturas desfavoráveis (MARQUES, 2008, p. 69).

Não se pretende com isso, "endeusar" os camponeses. Mesmo diante desta rebeldia, a realidade tem mostrado que, enquanto, de um lado, os camponeses negam as "práticas modernas" em seus territórios, do outro, eles as aceitam, usando-as na produção agrícola. Dito de outra maneira, os camponeses se integram ao mundo de quem os oprimem (o capital) no campo por meio da "técnica moderna". Aqui, os camponeses adquirem também práticas opressoras e conservadoras, passando eles mesmos, a reproduzi-las nas suas próprias unidades de produção familiares. Neste sentido, os camponeses têm se mantido dentro da estrutura de dominação por meio das "técnicas modernas" de produção, as mesmas pelas quais no seu cotidiano, lutam e resitem contra a sua expansão no campo. Analisando as contradições geradas pelos camponeses no seu dia-a-dia durante o processo produtivo, Fabrini (2018) é categórico e remata:

> A complexa trama de reprodução da classe camponesa no modo capitalista de produção está relacionada às contradições dessa classe. [...]. Os camponeses possuem vigorosa capacidade de afrontar a dominação engendrada no modo capitalista de produção, mas contraditoriamente, reproduzem relações sociais conservadoras e opressoras, enfim, negam e/ou reproduzem a estrutura e superestrutura dominante. [...]. As contradições camponesas se manifestam na esfera produtiva, quando de um lado, se adota técnicas e conhecimentos modernos para algumas atividades, e de outro, recorrem-se aos saberes e técnicas "tradicionais" e arcaicas para outras atividades. [...]. Verificam-se contradições também no âmbito familiar, que reforça valores humanos e solidários, mas reproduz o autoritarismo patriarcal (FABRINI, 2018, p. 6-7).

Esta forma contraditória de "ser" e de "estar" do camponês, se dá no interior do seu próprio núcleo de existência, neste caso, a família conforme foi referenciado por Chayanov (1974). É aqui, onde reside a contradição do sujeito camponês. Estas contradições que os camponeses têm demonstrado no deu dia-a-dia, fazem parte do processo de reprodução das próprias relações não capitalistas de produção no contexto desigual e contraditório do modo capitalista de produção na agricultura. Nalguns casos, os camponeses são vítimas das contradições internas do próprio sistema capitalista, em que, para sair das suas crises, o capital procura inovar-se, produzindo "novos" elementos alienantes, mas com conteúdo muito "velho".

A "técnica moderna" é um dos elementos alienantes resultantes desta revolução tecnológica em que o responsável é o próprio capital fabricada para garantir a sua reprodução ampliada. A "técnica moderna" anda de mãos dadas com a ideologia produtivista e desenvolvimentista". É reproduzida uma ideia segundo a qual, se a "técnica moderna" for usada na agricultura pelos camponeses, estes podem aumentar os seus níveis de produção e produtividade agrícola e que, posteriormente, poderão sair da miséria. Contraditoriamente, os camponeses têm procurado experimentar as "técnicas modernas" na perspectiva de verem se conseguem aumentar os seus níveis de produção e produtividade, mas como foi referenciado anteriormente, nem sempre se integram completamente a modernidade, pois resistem à sua dominação.

A adopção das "técnicas modernas" por parte dos camponeses no processo produtivo, pode ser benéfico como também maléfico. Benéfico porque o uso das técnicas modernas, possivelmente, pode ajudar-lhes a elevar os seus níveis de produção e produtividade como também permitir o acesso aos mercados especializados e, por via disto, venderem os seus produtos e ter algum dinheiro. Maléfico porque ao fazerem o uso das "técnicas modernas", aumenta o seu grau de sujeição/subordinação ao modo capitalista de produção. A introdução se sementes transgênicas pode trazer mudanças nos sistemas agroalimentares locais, contaminando os solos, já que a sua produtividade está também condicionada ao uso excessivo de agrotóxicos. Por sua vez, o uso de "técnicas modernas", faz também com que os camponeses percam certos traços, saberes, sabores, valores e viveres secularmente acumulados.

De certa forma, o uso da "técnica moderna" no seu processo produtivo, contrasta os elementos que regem o seu próprio modo de vida. É paradoxal a afirmação de que o uso da "técnica moderna" e a integração dos camponeses ao mercado possa comprometer a sua base "objetiva" e "simbólica" de existência. A entrada dos camponeses ao "mundo

da modernidade" por meio de "técnicas modernas", por si só, revela que a tese segundo a qual, eles são avessos à inovação é infundada. Para Fabrini (2018, p. 7) "as contradições não implica em aversão à classe camponesa, pois a superação das contradições camponesas passa pelo fortalecimento dessa classe, e não pelo seu fim".

Mesmo inseridos no "mundo da modernidade" por meio da "técnica moderna", eles não deixam de ser camponeses, mas sim, se fortalecem dentro destas contradições enquanto grupo social que defende a sua classe. Nem a proletarização faz com que estes percam as suas características iniciais. Em «*Por uma geografia dos camponeses»,* Paulino (2008) apropriadamente demonstra que, nem a tecnificação dos processos produtivos, a modernização agrícola e muitos menos a sua sujeição ao capital, fazem os camponeses deixarem de ser o que socialmente são. Esta autora afirma que, mesmo diante destes processos, continuam sendo camponeses, pois além de serem destruídos, são reforçados e reconstruídos pelo mesmo capital que tenta os destruir.

Para esta autora, por meio da sua integração aos mercados, na sua entrada ao "mundo da modernidade" e por inovarem os processos produtivos, os camponeses consolidam alianças políticas e saem da condição de *classe em si*, para aquela *classe para si*. A integração dos camponeses aos mercados não é total, mas sim, é incompleta e isto, faz parte da sua condição enquanto classe social. É dentro desse contexto que o campesinato enquanto um modo de vida e classe social se reproduz. Paulino (2006) entende que integração incompleta do camponês aos mercados a partir do seu produto:

> [...] revela a potencialidade política dessa classe na luta contra o capital, à medida em que lhe confere uma representação totalizante daquilo que o cerca. É essa experiência totalizante que lhe permite reconhecer-se nos produtos do seu trabalho e situar-se no mundo da mercadoria, a partir dele (PAULINO, 2006, p. 419).

A realidade atual do campo também vai de acordo com as constatações de Chayanov (1974), segundo as quais, o relacionamento do camponês com o seu entorno (o mercado) visa garantir a sua reprodução social, pois a partir dela, teria renda extra, a qual usaria para a compra de bens para ganatir a manutenção da família. Neste sentido, a unidade camponesa seria a base para a re-existência camponesa e a família camponesa, mesmo que de forma subordinada a lógica da reprodução capitalista através da produção de mercadorias, opor-se-ia a sua total destruição pelo capital de diversas formas.

Embora haja correntes teóricas que consideram os camponeses que usam "técnicas rudimentares" como portadores dos "vestígios do passado", a verdade é que, este discurso apenas visa negar o modo de vida de um grupo social que historicamente vem lutando e

resistindo para se manter como tal. O movimento dos subalternos no campo, caracterizado por mobilizações populares contra a hegemonia do capital, mostra essas lutas e resistências dos camponeses contra a sua (total) destruição tanto pela "técnica moderna" quanto pela sua integração perversa ao mercado, na medida em que procuram defender sempre que possível o seu modo de vida. As lutas e resistências que os camponeses travam mesmo inseridos no "mundo da modernidade" de forma subordinada, mostra que estão (cons)cientes do sentido perverso da "técnica moderna" disponibilizada pelo capital.

Os camponeses lutam e resistem quando descobrem que tais "inovações técnicas" em introdução em (e/ou nas) suas unidades de produção, são nocivas à sua existência, ou seja, que engendram destrur (por completo) o seu "modo de vida" secular transmitido de geração em geração. Os camponeses são por natureza seres rebeldes e quando se sentem ameaçados, eles lutam e resistem de variadas formas para manter o seu modo de vida, mesmo que de forma subordinada ao capital. Ao defender o seu modo de vida no seu enfrentamento com o capital no campo, fazem-no para continuarem sendo camponeses. Fernandes e Welch (2008) afirmam que:

> Compreender o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim, considerar a estrutura e as dimensões que compreendem o seu modo de vida, a partir do seu território, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital, condições essenciais para continuar camponês (FERNANDES & WELCH, 2008, p. 49).

As lutas e resistências travadas pelos camponeses contra a classe dominante, elas não podem em nenhum momento ser vistas como um atestado de que eles estão se autoproclamando como portadores dos vestígios do passado. As lutas e as resistências travadas pelos camponeses no campo é contra o atraso (re)produzido pela sociedade capitalista. Por causa desta recorrente associação do campesinato às práticas do passado, tem havido autores mais atentos e estes, têm destacado que há uma necessidade de ver os camponeses como parte da sociedade contemporânea. Um desses autores é Ploeg (2008) e afirma que o campesinato deve ser visto como:

> [...] como parte integral do nosso tempo e sociedade. O campesinato não pode ser explicado de uma mera referência ao passado, pois ele está enraizado nas realidades de hoje e, por conseguinte, deve ser explicado através de relações e contradições que caracterizam o presente. [...]. O campesinato apresenta [...] apresenta uma crítica materializada e, muitas vezes, extremamente visível no mundo de hoje [...]. (PLOEG, 2008, p. 8-9).

Para Ploeg (2008) a tese segundo a qual o campesinato é portador de vestígio do passado não faz nenhum sentido. Este autor afirma que "o campesinato sempre esteve

presente através de uma grande variedade de expressões específicas de uma época e do lugar" (PLOEG, 2008, p. 5). É através destas expressões específicas que o campesinato tem procurado se manter no campo, mesmo em situações adversas a sua reprodução social. Martins (1986) rebate também a tese segundo a qual o campesinato e os camponeses representam os vestígios do passado. Para este autor, o camponês faz parte da sociedade contemporânea fundada por princípios capitalistas.

Segundo ele "o camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente" (MARTINS, 1986, p. 16). Acrescenta ainda que não se pode associar o camponês ao passado e que fazendo isso, é reproduzir equívocos sobre ele. Em suas palavras, Martins (1986, p. 16) afirma que "classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar o sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo". Faz saber ainda que o passado que é atribuído aos camponeses (e ao campesinato) faz parte da violência protagonizada pelo capital e o Estado.

Para este autor, o passado o qual é atribuído aos camponeses só será resolvido caso essa violência cesse no campo. Igualmente, esse passado será resolvido caso as lutas e resistências camponesas por terras (que é o garante da sua liberdade e autonomia produtiva), passem a serem vistas não como a reprodução do passado em si, mas como uma forma de proteger o seu modo de vida dos próprios camponeses. Neste entendimento, as lutas e resistências camponesas contra a classe dominante (o capital) são em si, uma forma de viver o presente e de perspectivar o futuro, mediante a superação e a (re)solução das contradições geradas pelo capital no âmbito da sua territorialização no campo. Martins (1986) elucida que:

> Entretanto, esse "passado" só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse "passado" é uma arma de luta do presente. Esse "passado" só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital, quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente "no futuro", na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação (MARTINS, 1986, p. 16).

Tem havido dentro da sociedade a ideia segundo a qual, as lutas camponesas são *populistas*, destacando que elas não fazem sentido, que o fim é retrair o desenvolvimento, sobretudo, quando os sujeitos do campo lutam contra a entrada do capital em seus territórios. Convém realçar que, as lutas e resistências travadas pelos camponeses contra a sua dominação pelas práticas estrangeiras de produção, não se trata de nenhuma ação

e/ou comportamento populista como os anarquistas afirma. Pelo contrário, trata-se duma questão de vida, de luta pela existência enquanto sujeitos que procuram reproduzir-se socialmente por meio dos seus saberes tradicionalmente obtidos de geração em geração por meio da socialização do camponês enquanto elemento da produção camponesa. Martins (1986) entende que:

> Classificar como populistas as lutas camponesas é parte de uma conduta ideológica e política que só deixa às lutas camponesas a caminho da alienação, do abandono, do misticismo, do banditismo. É a recusa ao campesinato do direito de se expressar politicamente, de manifestar os termos da sua aliança com a classe operária sem mediação de uma perspectiva política distorcida pelo compromisso de aliança preferencial com a burguesia, com as classes dominantes, com o governo e com o desenvolvimento da democracia burguesa (MARTINS, 1986, p. 17).

A ideia de que as lutas camponesas são uma ação meramente populista, ela retira a ação política dos camponeses, não apenas contra os dominadores, exploradores e expropriadores, no caso concreto, o capital, mas também contra aqueles que promovem tais fenômenos, neste caso, o Estado, os governos, etc. Por isso, os camponeses devem ser compreendidos como sujeitos e o campo, como espaço onde se faz política contra os poderes dominantes e/ou hegemônicos que procuram destuí-los, sobretudo, quando se implantam. Martins (1986) faz saber que no campo:

> O problema nem é um problema estritamente econômico, nem estritamente teórico – é um problema político, de luta e de confronto entre as classes sociais, entre exploradores e explorados. Esse é um problema que precisa de resposta e essa resposta é política. A questão é saber se a ação política e o sentido político das lutas sociais encontram a sua importância histórica nas coisas *como são* ou nas coisas *como deveriam ser*, nos fatos *concretos* vividos pelo campesinato em suas relações visíveis e concretas, e em suas relações ocultas, ou nas fantasias dos intelectuais pretensamente descomprometidos (MARTINS, 1986, p. 13 itálicos do original).

Fazendo uma análise geo-histórica da trajetória dos camponeses, vê-se que o seu desejo sempre foi de garantir a sua liberdade em todo o processo da sua reprodução social, mas tal proprósito tem sido interrompido, sobretudo, quando o capital se implanta em seus territórios. A liberdade pela qual os camponeses lutam no seu cotidiano, está associada ao paradigma da autonomia produtiva. Ploeg (2008, p. 48) afirma que "o campesinato representa uma *luta constante pela autonomia*" contra práticas que ameaça a sua reprodução social no campo. É a autonomia produtiva que permite, por exemplo, que o próprio campesinato se construa na sociedade como uma classe social. A esse respeito, Ploeg (2006) afirma que:

> Esta luta pela autonomia que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se no caso espacífico do campesinato

> como processo contínuo de construção, aperfeiçamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas parte essenciais (PLOEG, 2006, p. 22-23).

Os camponeses sempre garantiram a sua liberdade, desobedecendo os poderes dominantes e hegemônicos no campo, numa clara demonstração de que eles não são portadores de vestígios do passado. Se os camponeses aparecem na contramão, as lutas e as resistências que travam no campo contra os poderes dominantes e/ou hegemônicos (o capital e o Estado) é, em defesa da sua classe. Neste sentido, o campesinato é uma classe social histórica que tem a sua própria lógica de organização social e produtiva do território. Para Martins (2002):

> Como classe social, o campesinato é *classe em si*, que nessa condição pode ser observada objetivamente. Ela se *manifesta* como classe de um ponto de vista puramente externo, a partir de suas formas convergentes de produzir e de se relacionar com o seu principal instrumento de produção, a terra (MARTINS, 2002, p. 100 itálicos do original).

Quem também vem o campesinato como *classe social* e um *modo de vida*, é Marquez (2012). Além de saberes e sabores, o campesinato é regido por seus próprios princípios, normas, valores e viveres onde se desenvolve. Esses elementos fazem da agricultura camponesa ser diferente de outras *formas de fazer agricultura* no campo. As línguas e seus dialetos, os ritos iniciação, os casamentos, as bebidas, as músicas e danças, as religiões, a magia, ambos materializados de forma tradicional pelos povos, fazem parte do modo de vida camponês. Para Martins (1986):

> […] a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrtura da sociedsde; por isso, não é apenas o nome (MARTINS, 1986, p. 22-23).

Numa tentativa de conceituação, Shanin (2005) entende:

> Camponês é uma mistificação [...] não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. [...]. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir "o diacrônico" e "o sincrônico" nos fenômenos sociais). O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades (SHANIN, 2005, p. 1-2).

Já Almeida (2003, p. 21), entende que "ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única […] que é reconhecido pelo nome, pelo apelido, pelo *estilo* de vida que expressa o *habitus*, não como a tradição [em si], mas enquanto manutenção, renovação e

inovação". A manutenção, a renovação e a inovação do camponês não se dá necessariamente pela "modernidade", mas sim, a partir do seu próprio modo de vida. A forma como os camponeses se comunicam entre si, tanto pela fala quanto pelos gestos, a preparação dos alimentos e entre outros aspectos, fazem parte do seu mundo, o qual não é compreendido pela sociedade capitalista e/ou gente alienada pelo capital. É com estes aspectos que o camponês consegue se manter, se renovar e se inovar um sujeito que procura reproduzir-se com base no seu próprio mundo. Neste sentido, o campesinato é também um modo de vida, pois ele procura se reproduzir com base nos seus próprios princípios e valores. Ianni (2012) sugere que o campesinato seja visto como uma *posposta sociocultural*. Para este autor:

> O campesinato, na verdade, pode ser visto como uma proposta que é, ao mesmo tempo, sóciocultural. [...]. O campesinato tem um património cultural e uma forma de organizar a produção e reprodução, bem como a distribuição do produto de trabalho que pode ser sugestões de maneira pela qual a sociedade no futuro pode se organizar. [...]. Neste sentido, há na comunidade camponesa ou as formas camponesas de viver e trabalhar uma sugestão ou uma metáfora do que poderia ser o modo futuro de organizar a sociedade. Eu vejo nisso uma utopia camponesa, a importância do campesinato como história (IANNI, 2012, p. 65).

O campesinato pode ser visto também como uma diversidade *em si*. A diversidade camponesa se dá pela heterogeneidade da produção agrícola, sobretudo, o cultivo de diversas culturas de subsistências na mesma unidade de produção familiar. É possível encontrar na mesma unidade de produção familiar, culturas alimentares diversas como, por exemplo, milho, feijões, quiabo, abóbora, etc. A diversificação de culturas alimentares na mesma unidade de produção, tem se configurado não apenas como forma de diferenciação de outras formas de fazer agricultura, no caso do agronegócio, onde o seu território é totalmente homogêneo. Pelo contrário, a diversificação das culturas alimentares na mesma unidade de produção fito pelos camponeses tem sido também uma estratégia de luta e resistência contra as práticas estrangeiras.

Na perspectiva agroecológica, o campesinato pode ser visto também como *sócio-biodiversidade*, na medida em que procura se organizar e se reinventar com base na racionalidade ecológica dentro do seu território. Ploeg (2016, p. 59) considerou isso de "equilíbrio entre as pessoas e a natureza". O campesinato é sócio-biodiversidade por causa do sentido de pertencimento que os camponeses têm na sua relação com a natureza, diferentemente do que acontece com o agronegócio por onde se territorializa, na medida em que se verifica destruições em grande escala da floresta nativa durante a abertura de campos para a produção de *commodities*. Nesta perspectiva, Fernandes (2017, p. 12)

afirma que “a agroecologia é uma prática camponesa e um modelo de desenvolvimento da agricultura. As práticas agroecológicas diferem do agronegócio em escala, intensidade, temporalidade, lógica e dimensionalidade”. Para este autor, a produção agroecológica a qual se baseia o campesinato, reúne um:

> […] vínculo com a terra, manejo adequado do solo, sentimento de pertencimento, aproveitamento dos recursos naturais, preservação da biodiversidade […] para a reprodução biológica e social da família e, portanto, do território camponês. Evidente que essas características não se enquadram no que o capitalismo definiu como a-g-r-o-n-e-g-ó-c-i-o (FERNANDES, 2017, p. 12).

É verdade que os camponeses também destroem a natureza, mas não aos níveis (das empresas) do agronegócio. Por sua vez, há indicações que os camponeses sabem quais são as consequências socioambientais da destruição da natureza, por isso, eles convivem com ela dentro das suas unidades de produção. Igualmente, os camponeses sabem dizer que, destruindo a natureza, estarão a autodestruir-se, daí que procuram manter o mínimo de respeito durante as suas atividades produtivas. Assim:

> [...] o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agrossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia (GUZMÁN & MOLINA, 2013, p. 76).

A abordagem do campesinato na vertente sócio-bidiversidade está presente em Altieri (2012). Este autor afirma que o campesinato mostra-se preocupado com a biodiversidade, pois os camponeses usam agrossistemas tradicionais de produção. Esses sistemas tradicionais usam princípios e técnicas/tecnologias agroecológicas sustentáveis ao meio ambiente. A sócio-biodiversidade camponesa reside também no fato dos camponeses adotarem sistemas de produção sustentáveis, quando comparado com o agronegócio em representação das relações capitalista de produção no campo que prioriaza o uso excessivo de agrotóxicos no processo produtivo. Altieri (2012) faz saber que a grande diferença neste processo, é que os camponeses:

> [...] dependem dos serviços ecológicos da agrobiodiversidade e, portanto, evitam o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos em suas práticas. Já os que adotam as sementes modificadas [como é o caso do agronegócio] promovem a uniformidade genética e monoculturas e não restringuem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos (ALTIERI, 2012, p. 61).

Enquanto classe social e modo de vida, o campesinato tem se mostrado preocupado com as mudanças climáticas, pois parece ter a noção do seu impacto na produção agrícola, daí a necessidade de preservação ambiental. Há uma consciência de

classe entre os camponeses que as mudanças climáticas representam uma ameaça para a sua própria reprodução social, daí que tem procurado desencadear ações com vista a empreender mudanças na estrutura socioetária, avançando com alternativas em termos de modelo de desenvolvimento agrário/agrícola, destacando a agricultura camponesa como solução. O campesinato tem se mostrado contra a correção dos solos usando tecnologias modernas, pois os camponeses preferem deixar a terra em pousio por algum tempo para se recompor organicamente. Há uma consciência dentro do campesinato de que não é a terra quem precisa de ser corrigida, mas sim, o homem capitalista por causa da sua mentalidade cega pelo lucro. O homem capitalista é tido como quem está a destruir e degradar a natureza por causa do seu egoísmo e das suas práticas ambientalmente insustentáveis. Wootmann (2004) ajuda-nos a compreender este embate:

> O trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza no geral), esperando dela aquilo que ela pode e quer dar, isto é, os alimentos que ela é capaz de produzir. O homem não deve forçar a terra a dar aquilo que não é a sua vocação, isto é, não deve "corrigir o solo", como se a natureza pudesse estar "errada". O sitiante como dialoga com a terra, avaliando "o que a terra quer produzir". O trabalho do homem é o de preparar a terra e quando necessário alimentá-la com a "vitamina" de adubo. O trabalho da terra é o de fazer crescer nascer e crescer a planta, alimentando-a com a "vitamina". A terra, agradecida, retribui o trabalho do homem com uma colheita abundante. Quando ela "recebe vitamina dada pelo homem e a chuva de Deus, ela fica alegre e agradece, dando muito alimento" e trazendo "fartura". Mas, se a terra trabalha, tal como o homem, ela fica "cansada" e é preciso respeitar seu tempo de "descanso" (pousio). [...]. O homem deve saber que a terra "precisa ser bem tratada", do que resulta uma forma de reciprocidade positiva. Mas, quando se o homem desgastar a terra, não a deixando "descansar quando ela precisa", ou não der "a vitamina que ela precisa", ela se tornará estéril; ela "se vinga", não dando o alimentos e deixando a família em "precisa". Constitui uma reciprocidade negativa (WOOTMANN, 2004, p. 133-134).

Embora sejam conotados e estigmatizados como portadores de vestígios do passado e avessos a inovações tecnológicas, na verdade, a razão das lutas e resistências travadas pelos camponeses contra o capital em seus territórios, visa defender o seu modo de vida, por considerarem que é *sócio-biodiversidade*. Se para Shanin (2005) o camponês é uma *mistificação*, para Marques (2012), o campesinato é uma classe muito *estranha*. A estranheza do camponês se dá pelo fato deste aceitar, de um lado, a sua subordinação ao capital, produzindo mercadorias para o mercado, e do outro, lutar contra o mesmo capital que outrora o subordinou à lógica do modo capitalista de produção.

Conforme Almeida (2003, p. 21) "os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escaparem das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de reprodução do capital". A luta pela terra, por exemplo, tem sido uma das formas pela qual, os camponeses têm procurado se manter no campo. Por esta razão

que, a tese segundo a qual o campesinato faz parte do vestígio do passado precisa ser desconstruído, pois os camponeses lutam e resistem para se manter como tais. O campesinato tem as suas especificidades e elas, só podem ser observadas quando os camponeses lutam e resitem aos processos que visam transformá-los em sujeitos que não pretendem ser em nenhum momento da sua vida. Para Shanin (2005, p, 4) "as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem", sobretudo, quando estes se tornam insatisfatórios para a reprodução social do campesinato. Este autor faz saber ainda que:

> A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rural familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo (SHANIN, 2005, p. 5)

Diferentemente dos autores clássicos do marxismo ortodoxo, as leituras feitas por Chayanov (1974), permitiram muitos autores enxergar que o campesinato não desapareceria com a expansão das relações capitalistas de produção no campo, mas sim, era recriado pelo próprio capital. A lista dos autores que aponta a permanência do campesinato no campo diante da à expansão das relações capitalistas de produção, é muito longa, sendo que uma parte está citada neste trabalho e o destaque vai para Martins (1989) é o outro autor e afirma que:

> A tese clássica de que a expulsão do camponês é o primeiro passo da sua proletarização e da extinção do campesinato, como desenrolar inexorável da expansão capitalista, está sendo desmentida diariamente na história da Amazônia. Ao mesmo tempo em que o posseiro está sendo expulsas, as novas fazendas abertas na região tem demonstrado uma notável capacidade de regenerar em benefício próprio formas arcaicas de exploração do trabalhador, como a peonagem. Do mesmo modo, os posseiros, mesmo expulsos, têm, com grande tenacidade, reconstituídos sua agricultura familiar e sua economia mercantil simples. O que não quer dizer que não haja até saldos líquidos reais nas expulsões, caso das populações faveladas das cidades como Goiânia, Cuiabá, Belém, São Luís, Rio Branco. Portanto, o ritmo do processo é outro. E são outras e mais complexas suas contradições internas (MARTINS, 1989, p. 73).

A tese sobre a permanência do campesinato no modo capitalista de produção, está presente nos trabalhos de geógrafos, sobretudo, brasileiros. Oliveira (2004) foi mais longe

com suas análises, apresentando dados estatísticos que revelam a permanência do campesinato neste país latino-americano, conforme apresentamos a seguir:

> [...] os camponeses [...] continuam levando continuam lutando para o acesso às terras em muitas partes do Brasil. [...]. Se as teses da extinção do campesinato de fato tivessem capacidade explicativa, esses posseiros deveriam ter se tornado proletários. Mas não foi isso que aconteceu. Os camponeses em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses. [...]. Como faço parte de outra concepção teórica de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, para mim, o que ocorre na agricultura brasileira é um processo diferente. [...]. É [*um processo*] contraditório e combinado. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do bóia-fria), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e o aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2004, p. 35-36, parênteses reto nosso).

Na mesma perspectiva, Fabrini e Ross (2014) rematam que:

> [...] na contramão da profecia do desaparecimento do camponês e seu território, verifica-se o seu fortalecimento, não ao ponto de inverter o quadro de forças favorável à produção capitalista e à dominação que este modo de produção exerce. Por isso, muitos estudiosos buscam entender a permanência do campesinato no processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção de forma contraditória, pois mesmo na sua etapa monopolista, emergem lutas e resistências das relações não capitalistas de produção (FABRINI & ROSS, 2014, p. 134).

Ao estudar os camponeses, Paulino (2006, p. 410) constatou que "na área de estudo a presença camponesa se impõe e pode ser identificada pelos marcos geográficos destoantes das parcelas onde o capital está territorializado". O estudo de Almeida (2006) cujo recorte territorial foi o Estado do Mato Grosso do Sul, também mostra que o avanço das relações capitalistas de produção no campo *sul-mato-grossense*, não levou o desaparecimento do campesinato.

Descata que, nota-se a recriação do campesinato com a expansão das relações capitalistas de produção, pois os sujeitos têm se colocado na dianteira, lutando e resistindo pela sua permanência como também na conquista de um pedaço do *chão*. A tese que sempre defendeu o fim do campesinato no modo capitalista de produção no campo, é severamente criticada por acadêmicos que também procuraram compreender a questão camponesa. Martins (1989) vê apenas dilemas na tese do fim do campesinato no modo capitalista de produção. De acordo com este autor:

> Os dilemas não são, portanto, os reais dilemas das classes subalternas. São, antes, dilemas das interpretações sobre a realidade dessas classes, dificuldades para lidar com a diversidade dos tempos contida no processo do capital. O conhecimento teórico a respeito dos grupos e classes subalternos apresenta-se, basicamente, como conhecimento sobre essas classes e não conhecimento das classes subalternas. A desqualificação teórica dos campesinato não expressa

> sua realidade, mas um ponto de vista que tenta fazer das possibilidades *teóricas* abertas pelo aparecimento da classe operária, possibilidades que só podem ser encarnadas por essa mesma classe. (MARTINS, 1989, p.101-101, itálico do original).

As críticas aos autores da tese do fim do campesinato, não pararam por aí, estas tiveram outros integrantes. Oliveira (1991, p. 47) lançou também duras críticas aos defensores do fim do campesinato no modo capitalista de produção, destacando que além da "descontextualização de suas críticas", as "suas acusações derivam certamente, de um equívoco teórico lamentável" (idem). Num outro momento, Oliveira (2004) intensifica as suas críticas, destacando que:

> [...] as teses sobre a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo seguidas por esses autores que possivelmente não têm capacidade explicativa. Na realidade, o que ocorre é que esses autores têm uma concepção *teórica* que deriva de uma concepção *ideológica* de transformação da sociedade capitalista. Ou seja, parte do pressuposto de que a chegada ao socialismo só seria possível se a sociedade capitalista tivesse apenas duas classes antagónicas: o proletariado e a burguesia. É, pois, essa concepção que esses autores e partidos políticos tem procurado impor às lideranças dos movimentos sociais a qualquer preço. Com isto, causam confusão do que esclarecem essas lideranças, pois, em vez de explicar o que realmente está acontecendo no campo, passam apenas uma visão teórica do que acham que está acontecendo (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Na mesma perspectiva, Guzmán e Molina (2013, p. 10) afirmam que "a tese do fim do campesinato não tem fundamentação, serve apenas de instrumento de luta ideológica para justificar o modelo dominante de produção agrícola". Por exemplo, Schneider (2016) entende que os camponeses na sociedade de classe nunca foram comprendidos o suciente, daí as controvêrcias e/ou divergências teóricas na interpretação do campesinato. Para este autor

> É provável que não haja um grupo social mais incompreendido pelos cientistas sociais do que os camponeses. Mas também é verdade que "rios de tinta" já foram escritos sobre eles. Mesmo assim, as controvérsias e discussões sobre o seu futuro e lugar na sociedade continuam. Romantizados por uns, rejeitados por outros, simplesmente desrespeitado e desqualificados por terceiros. Ora são vistos como atrasados, pobres e sem chances de sobrevivência. Ora são idealizados e apontados como a solução para alimentar o mundo (SCHNEIDER, 2016, p. XIII).

Por causa desta divisão no processo de interpretação do campesinato no modo capitalista de produção, há autores dentro da Geografia que olham para estes olhares e/ou abordagens como sendo um debate paradigmático. Fernandes (2012, p. 316) afirma que é debate paradigmático porque "explicita a disputa de paradigmas que utilizam das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos". Dos autores que

interpretam o debate em torno do campesinato no modo capitalista de produção sob ótica paradigmática, pode se citar Fernandes (2008; 2012; 2015; 2018); Camacho (2014; 2018), Origuéla *et al*., (2019).

Os autores que interpretam o campesinato no modo capitalista de produção sob viés paradigmático, dividem-no em dois caminhos: (i) *Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)* e; (ii) *Paradigma da Questão Agrária (PQA)*. Os dois paradigmas representam duas formas distintas de ver o mundo, significa que há conflitos e divergências sob ponto de vista teórico. Enquanto no PCA o camponês que é o problema, no PQA o problema é o capital. Por sua vez, enquanto no PCA não se considera conflitualidades no processo de análise, no PQA tem-se na conflitualidade como ponto de partida da análise. O PCA é analisado sob duas perspectivas, a primeira é pela agricultura familiar e a segunda pelo agronegócio.

Na agricultura familiar, por exemplo, tem-se a metamorfose do campesinato em agricultor familar e a integração do agricultor familiar ao agronegócio. Este seria o fim do campesinato no modo capitalista de produção segundo os teóricos do PCA. Já o agronegócio, é visto como o único modelo de desenvolvinento agrário possível no campo, ou seja, uma totalidade. Os teóricos do PCA ignoram igualmente as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato enquanto formas distintas de *fazer* agricultura e de organização social. Neste entendimento, para os teóricos do PCA, o campesinato seria eliminado pelo agronegócio pelo fato deste último ser uma totalidade no campo.

No caso do PQA a análise é vista também sub duas perspectivas, proletarista e campesinista. A proletarista, por exemplo, dá ênfase na relação capital-trabalho. O fim do campesinato dar-se-ia como resultado da territorialização do capital no campo, sobretudo, na transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados. Já a campesinista dá ênfase nas relações sociais camponesas e o seu enfrentamento com o capital no campo (*cf.* ORIGUÉLA, *et al,* 2019; FERNANDES, 2008, 2013, 2016, 2018; CAMACHO, 2014, 2018). Olhando pela forma como os debates foram sendo conduzidos, mesmo sob viés paradigmático, há espaço suficiente para afirmar que as interpretações feitas por estes estudiosos em suas pesquisas, tiveram como base explicativa, a intencionalidade. Estes autores tentam explicar o mesmo problema agrário no campo, mas usando outros caminhos, mesmo assim, as divergências teóricas permanecem quase as mesmas.

1.2- A questão camponesa em Moçambique

Moçambique é um país africano constituído por uma população majoritariamente rural. De acordo com os dados do último censo populacional, estima-se que cerca de 66,6% milhões de habitantes vivem no meio rural (*cf*. INE, 2017). Os censos e inquéritos agropecuários, apontam também que maior parte da população moçambicana, pratica agricultura camponesa. A maior parte das explorações agrícolas são familiares estimadas em cerca de 99% e são estas que garantem a segurança alimentar do país.

De realçar que a maior parte das explorações familiares estão localizadas nas províncias da Zambézia e Nampula, respetivamente. Isto se deve pelo fato de serem províncias mais populosas do país. Embora os dados estatísticos do censo populacional de 2017, revelem que demograficamente as mulheres representam o maior número da população moçambicana, o censo agropecuário de 2010, aponta que grande parte das explorações familiares, são chefiados por homens. Igualmente, a maior parte da produção alimentar que chega às mesas dos cidadãos, advém da agricultura camponesa.

A própria Constituição da República, no seu artigo 105, reconhece o papel desempenhado pelos camponeses na produção de alimentos que são disponibilizados aos mercados para alimentação de milhares de moçambicanos. Em muitos lugares do país, a produção camponesa é que garante a segurança alimentar de milhares de famílias moçambicanas, sobretudo, aqueles que dependem da compra dos produtos alimentares para o consumo familiar.

Os camponeses estão envolvidos tanto na produção de produtos alimentares como também os (produtos) de rendimento. Dos produtos alimentares produzidos pelos camponeses, destacam-se o milho, os feijões (manteiga, nhemba, jugo e *boer*), a mandioca, batata-doce, batata-reno, mapira, melhoeira, abóbora, amendoim, etc. O milho e feijões, têm sido as culturas mais produzidas pelo camponeses e isto deve-se pelo fato de constituírem a base da sua dieta alimentar. Em relação aos produtos de rendimentos, os camponeses têm se envolvido também na produção da soja, milho, gergelim, algodão, tabaco, hortícolas, etc.

De realçar que, além dessas culturas, a mandioca acabou por se transformar numa cultura de rendimento para as famílias camponesas. Tanto a soja, como o milho, que têm sido culturas mais procuradas por capitalistas ligados à indústria avícola que precisam delas para a produção de ração animal para alimentar frangos, a mandioca tem sido procurada também por fábricas de produção de cervejas de marca *Impala*. Outras culturas

de rendimento mais produzidos pelos camponeses segundo constatações feitas por Uaeine (2012), são a gergelim, tabaco e algodão, respectivamente.

Um aspecto importante a referenciar é que, mesmo estando a produzir mercadorias específicas para o mercado, no geral os camponeses continuam a privilegiar a massificação da produção de culturas alimentares, sua principal base de sobrevivência familiar. Além da caça, pesca artesanal, a pecuária de pequena escala, tem sido outra atividade desempenhada pelos camponeses. Outra fonte de renda dos camponeses é a natureza, pois a partir dela, tiram os recursos naturais suficientes para garantir a sua sobrevivência familiar.

No entanto, as formas de reprodução social do campesinato moçambicano são várias e são estes que garantem o equilíbrio e a satisfação dentro da unidade de produção familiar. Grande parte dos camponeses ainda usa sementes nativas/crioulas, isto é, aquelas que são retiradas por estes nas campanhas agrícolas anteriores e que depois, são reservadas em celeiros. Isto permite aos próprios camponeses mantenham maior controle das suas sementes. Mas, esta realidade tem alterado significativamente nos dias atuais por causa da modernização agrícola em curso no país.

Há camponeses que têm usado deliberadamente sementes laboratoriais no processo produtivo. Trata-se, portanto, de sementes melhoradas que são disponibilizadas pelo Estado e também comercalizadas em diferentes lugares dentro do país. Há camponeses que têm usado sementes transgênicas que recebem dos capitalistas que os procuram para produzirem mercadorias por contrato. O avanço de sementes melhoradas e transgênicas no campo coloca em risco as práticas campesinas.

Nota-se uma adesão significativa dos camponeses, sobretudo, no uso de sementes melhoradas e, não obstante, as transgênicas. A expansão de sementes melhoradas e transgênicas coloca em risco não apenas a soberania alimentar dos povos nativos, mas também as sementes nativas que estão na posse dos camponeses. O controle das ervas daninhas, das pragas e fungos e outro tipo de bactéria nocivas às culturas alimentares dentro das machambas, é feito manualmente, pois o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, é muito baixo. Alguns camponeses, neste caso, a maioria, têm usado os sistemas tradicionais de produção para o processo de adubagem.

Estes camponeses usam folhas de árvores caídas nas suas machambas e cinzas resultantes da queima de arbustos destroncados durante a limpeza e ampliação da área de produção que os fertilizantes, pesticidas e os agrotóxicos. O uso das ditas "técnicas rudimentares" na produção agrícola por parte dos camponeses moçambicanos têm

permitido que os mesmos retirem das suas machambas alimentos de qualidades e saudáveis para o consumo humano. Igualmente, o uso de "técnicas rudimentares" no processo produtivo pelos camponeses moçambicanos, faz com que não haja maior destruição e degradação ambiental como acontece em áreas de expansão do agronegócio.

Mas, com a modernização em curso no país via (promoção e expansão do) agronegócio, verificam-se mudanças significativas nos processos produtivos. Nota-se, portanto, uma ligeira substituição das "técnicas rudimentares", responsáveis pela produção de alimentos de qualidade, saudáveis e ambientalmente sustentáveis pelas "técnicas modernas", responsáveis pela contaminação dos alimentos e dos solos. De algum modo, os camponeses estão a contribuir também para a destruição e degradação ambiental, contaminação dos alimentos e dos solos, mesmo que não seja aos níveis das empresas do agronegócio.

Agricultura camponesa praticada por maior parte da população moçambicana é caracterizada pelo uso da força de trabalho basicamente familiar. Para suprir as necessidades dentro do agregado familiar, nalguns momentos, verifica-se o recrutamento da mão-de-obra assalariada para realizar certas atividades dentro das machambas. O Anuário de Estatísticas Agrárias, publicado em 2015, elaborado pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), mostra, por exemplo, o uso de força de trabalho assalariado nas explorações familiares, mas de forma periódica. Em 2012, por exemplo, as províncias de Sofala, Gaza, Niassa, Zambézia e Tete, foram as que mais se destacaram na contratação da força de trabalho assalariada, com 24,7%, 24,6%, 19,8%, 19,5% e 18,1%, respetivamente. Já em 2014, o destaque vai para as províncias de Sofala, Tete, Maputo, Gaza e Niassa, com 22,2%, 21,8%, 20,1%, 19,7% e 18,3%, respetivamente (*cf*. MASA, 2015).

A contratação da força de trabalho assalariada dentro do agregado familiar, acontece em temos críticos, sobretudo, quando internamente não conseguem realizar determinadas atividades. No processo produtivo, verifica-se a predominância de instrumentos rudimentares, nomeadamente, enxadas de cabo curto, machados, catanas[2] e entre outros, que são usados, tanto no processo de abertura de campos agrícolas como para desbravar e/ou destroncar a floresta. Os camponeses, sobretudo, aqueles que têm condições de pagar, contratam serviços, como, por exemplo, tratores e charruas para abertura e aumento da área de produção. Este grupo de camponeses têm sido aqueles que

[2] No caso brasileiro, catana é facão.

se integram a lógica do mercado, produzindo mercadorias. Em seu estudo, Uaiene (2015) revela que as províncias de Maputo e Gaza, na região sul do país, são as que concentram maior parte dos tratores, num total de 63%.

A concentração de tratores nesta províncias, não significa necessariamente, maior acesso aos mesmos, pois tem havido exclusão dos camponeses. Quem na maioria das vezes, tem acesso aos tratores, é aquele que pode pagar pelos serviços. Num contexto de extrema pobreza no campo, significa que, grande parte dos camponeses não tem conseguido ter acesso aos tratores para desbravar ou ampliar a sua área de produção. Nos últimos anos, sobretudo, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), foram também instalados ao longo do país, vários parques com maquinaria agrícola, sobretudo, tratores e respectivas alfaias (acessórios) para prestarem serviços aos agricultores, mas nem com isso, a exclusão dos camponeses mais pobres reduziu. De acordo com Uaiene (2015), nas províncias de Maputo, Gaza e Manica predomina o uso de atrelados e charruas, num total de cerca de 75% dos meios.

Os que não têm condições, usam a força de trabalho familiar em todas as fases de atividade produtiva. Os meios de transportes mais usados pelos camponeses mais pobres durante a colheita dos seus produtos nas machambas para às suas casas, são a carroça e a bicicleta, respectivamente. A exceção da província da Zambézia onde predomina o uso de bicicletas para o transporte de produtos agrícolas, nas restantes províncias do país, predomina o uso de carroça que é amarrado aos bois e outro tipo de animais, como, por exemplo, burros e, é frequente na província de Tete, na região centro do país.

Foto 1. Carroça pertencente a um camponês/Comunidade de Man´khoma/Tsangano

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

A carroça que os camponeses têm, não serve apenas para realizar os trabalhos dentro dos seus agregados familiares. Os camponeses usam a carroça para realizarem trabalhos para outras pessoas. Através da caroça, os camponeses transportam bens e produtos de outras pessoas e em troca, recebem algum dinheiro que depois é usado para suprir as necessidades dentro do agregado familiar. Mesmo que os estudos (*cf*. Mosca, 2011; 2014; 2015) estejam a revelar que maior parte da população moçambicana é camponesa, as autoridades governamentais não dão importância para os camponeses.

Até um certo ponto, as autoridades governamentais, duvidam da existência do campesinato em Moçambique, numa tentativa acirrada de fortalecimento de iniciativas do agronegócio. Esse cenário ficou evidente durante a conversa com a Coordenação do ProSAVANA no Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) em Maio de 2019. Mas, esta dúvida das autoridades governamentais sobre a existência dos camponeses em Moçambique, é apenas uma contradição, pois a Constituição da República reconhece a importância do campesinato para no desenvolvimento econômico e social do país através da produção de produtos alimentares necessários para o consumo da população.

A dúvida sobre a existência do campesinato no país, levou a União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento campesino nacional, a dar uma resposta contundente à Coordenação do ProSAVANA no Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), defendendo a existência do campesinato em Moçambique. Convidado a reagir em torno da dúvida sobre a existência do campesinato no país feito pela Coordenação do ProSAVANA, o Coordenador-Executivo da UNAC, teceu os seguintes comentários:

> Primeiro, o negar a existência do campesinato, revela que é uma instituição que não está a operar em Moçambique e não tem conhecimento da lógica de organização das populações rurais. [...]. É um pronunciamento estranho e estamos a falar duma população em que cerca de 60% está no meio rural e a característica desse 60% é campesinato. [...]. É uma *barbárie* que seja pronunciado por uma instituição destas. Estou a olhar a Coordenação do ProSAVANA que está dentro dum ministério, que é Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA). E se eu perguntar ao ministro da Agricultura, com que eles estão contando no seu dia-a-dia para o seu trabalho, estou certamente a ver o campesinato. Cerca de 95% das explorações agrícolas moçambicanas são exploradas pelo campesinato. Boa parte da produção interna sob ponto de vista alimentar é feita pelo campesinato. [...]. Nós como UNAC, defendemos que o campesinato existe e que o campesinato é que ocupa maior ação da economia e maior (auto)empregabilidade que o país regista [no campo][3].

[3] Entrevista realizada em Maio de 2019.

A dúvida sobre a existência de camponeses em Moçambique demonstrada pelas autoridades governamentais, não faz sentido num país em que maior parte da população é rural e tem na agricultura camponesa, a base para a sua sobrevivência familiar. Aliás, a realidade mostra que os camponeses sempre estiveram presentes na formação socioespacial moçambicana e se expressaram de diversas maneiras em cada período histórico. A história de Moçambique mostra, portanto, que sempre houve uma tentativa por parte da classe dominante, de interromper o modo de vida campesino. Mas, na contramão e de forma organizada, às vezes individualmente, os camponeses sempre contestaram os poderes dominantes, lutando e resistindo contra a sua destruição, mesmo em situações difíceis.

Assim foi no período colonial, seguiu-se o período socialista, durante as reformas econômicas na década de 1980 e o mesmo cenário continua a verificar-se até os dias atuais. Isto para dizer que, os camponeses sempre existiram em Moçambique e a tendência mostra que vão permanecer enquanto tais, mesmo que de forma subordinada à classe dominante, mas por meio de lutas e resistências em defesa do seu modo de vida. O campesinato moçambicano tem as suas próprias características e dependendo do lugar, se expressa de forma diferenciada. A organização social de cada grupo *étnico-linguístico*, em parte, determinam a forma como o campesinato se expressa num determinado contexto geográfico em Moçambique.

A terra é seu principal instrumento de reprodução social. Neste sentido, a terra é para os camponeses é *terra de trabalho* (importante para a reproduçao do seu modo de vida) e não um *instrumento de negócio*. O acesso à terra por parte dos camponeses, se dá por duas principais vias, sendo a *ocupação* o denominador comum. A primeira se dá com base em «*normas e práticas costumeiras»* e a segunda, é com base na «*boa-fé»* e, estas duas formas de acesso à terra, estão em processo de formalização, na medida em que o governo decidiu avançar com o registro e atribuição títulos permanentes aos camponeses e as comunidades rurais no geral, com suposições de garantir-lhes maior segurança em face da penetração do capital no campo.

Embora formas distintas de acesso à terra por parte dos camponeses, em ambos os casos, há complexidades, contradições e conflitos. A terra tem servido como um *elo* de ligação dos camponeses com os seus ancestrais. Ou seja, a terra serve com um instrumento de sacralização com os seus antepassados. É por esta razão que, quando os camponeses são invadidos, expropriados e expulsos das suas terras com o capital, lutam resistem de várias formas. No caso da invasão, lutam e resistem para permanecer nas suas

terras. Já no caso dos que foram expropriados e expulsos, estes lutam para reaver as suas terra. Estas lutas e resistências que os camponeses têm desencadeado contra o capital, tem sido no sentido de garantirem a continuidade do seu modo de vida.

Os camponeses continuam acantonados em pequenas parcelas de terras, num contexto em que as corporações capitalistas são lhes concedidas centenas e milhares de hectares ao longo do país para a produção do que não vai diretamente na mesa dos cidadãos. Para Mosca (2011), desde a independência do país, não houve mudanças significativas no que tange ao tamanho das explorações familiares, na medida em que os camponeses continuam em média a ter em sua posse cerca de 1,5 ha. Em parte, a fome e a miséria que afeta os camponeses, tem sido associada ao tamanho das explorações que estão em sua posse.

Num contexto em que o tamanho dos agregados familiares tende a aumentar no campo, há autores (*cf.* Mosca, 2015) que afirmam, no entanto, que é importante que este processo seja também acompanhado com o aumento dos tamanhos de explorações na posse dos camponeses. Neste entendimento, a reversão dos elevados índices de insegurança alimentar e da miséria no campo, só será possível se as explorações familiares mudarem pelos menos do seu tamanho. Dito de outra maneira, "a expansão da superfície por exploração e por família (*per capita*) é uma das condições necessárias para esse objetivo" (MOSCA, 2015, p. 71). Esta observação é partilhada por Mosca, Matavel e Dadá (2014) e afirmam que:

> Os atuais níveis de produtividade por hectare e as superfícies trabalhadas são insuficientes para retirar as famílias da pobreza e, em muitos casos (como, por exemplo, no milho, não são suficientes para aquisição de bens alimentares de primeira necessidade (MOSCA, MATAVEL & DADÁ, 2014, p. 151).

Mesmo assim, Smart e Hanlon (2014) entendem que não basta aumentar o tamanho das explorações, é preciso também haver uma substituição de instrumentos de trabalho, pois a enxada usada pelos camponeses para desbravar a terra, é, em sim, parte do problema. Para estes autores, a enxada (de cabo curto) usada pelos camponeses no processo produtivo tem contribuído, não apenas para os baixos resultados em termos de produção, mas também, para na redução dos tamanhos das áreas de produção. Segundo estes autores, com o uso da enxada "para as muitas famílias tão carentes em alimentação que não ingerem calorias para trabalhar o dia inteiro, mesmo o trabalho de 1 hectare pode ser difícil" (SMART & HANLON, 2014, p. 21).

De realçar que, o esgotamento das terras na posse dos camponeses têm contribuído também para a reprodução da fome e da miséria no campo. Para garantir os maiores níveis

de produção e produtividade, muitos camponeses tem enveredado pelo uso de agroquímicos obtidos na maioria das vezes, no mercado informal. Essa realidade foi constatada nos distritos de Angónia e Tsangano, na província de Tete. Por exemplo, nestes dois distritos, alguns camponeses, sobretudo, aqueles que têm condições, recorrem o país vizinho, neste caso, a República do Malawi para comprar agroquímicos conhecido por *fetereza* para usarem no processo produtivo[4].

O uso deste produto químico, está a mudar consideravelmente os sistemas agroalimentares locais, pois nota-se um crescimento do número de camponeses a usá-lo no processo agrícola, numa tentativa de garantir elevados níveis de produção e produtividade agrícola. Por parte dos camponeses, nem sempre há cuidados no uso deste produto químico. Igualmente, não tem havido um controle dos níveis aplicados nas lavouras e esta situação, pode perigar a própria saúde dos camponeses. O quadro 1, traz de forma resumida o número de explorações agrícolas segundo a área cultivada no país, por província.

Quadro 1. Número de explorações agrícolas segundo a área cultivada (ha) por província

Provincia	< 0.5 ha	0.5 - 1 ha	1 - 2 ha	2 - 5 ha	5 - 9 ha	9 ha ou mais	Total
Maputo	659.058,00	68.813	44.600	5.526	800	462	779.258
Gaza	83.857,00	51.196	36.422	30.030	2.730	503	204.737
Inhambane	76.918,00	59.613	50.504	25.413	457	52	212.957
Sofala	69.517,00	62.702	63.552	34.905	1.159	261	232.096
Manica	23.880,00	38.759	76.947	52.631	4.659	923	197.865
Tete	56.451,00	96.576	108.496	92.631	11.206	1.369	366.730
Zambézia	159.294,00	183.362	208.423	128.068	10.489	255	689.891
Nampula	196.378,00	257.530	185.535	94.636	8.484	117	742.679
Cabo Delgado	90.973,00	137.168	112.001	71.004	6.476	843	418.465
Niassa	23.194,00	53.334	112.001	36.407	1.804	S/D	169.267
Total	**1.439, 521**	**1.009,05**	**941.007**	**571.318**	**48.265**	**4.784**	**4.013,95**

Fonte: MASA (2016). **Org**. Do autor

Na quadro 1, as explorações de maior parte dos camponeses moçambicanos se situam entre 0,5 a 2 ha no máximo. As autoridades governamentais exigem muitos dos camponeses numa situação em que, além de serem ciclicamente excluídos e marginalizados no processo de implementação de políticas públicas (acesso ao crédito, serviços de extensão rural, etc.), são mantidos ainda em pequenas parcelas de terras, sendo

[4] Na República do Malawi, por exemplo, o uso de *fetereza* é recorrente entre os camponeses devido o esgotamento dos solos. No Malawi, o esgotamento dos solos está relacionado com a forma como os ingleses usaram durante o período colonial. Durante o período que os ingleses permaneceram no Malawi como colonizadores, usaram a terra de tal maneira que a deixaram esgotada, pois estes, implantaram uma modernização agrícola baseada no uso excessivo de agroquímicos. Tem havido migração dos camponeses malawianos para o lado moçambicano a procura de terras para a produção agrícola. Depois de produzirem, colhe e transportam a produção para o Malawi, seu país de origem. Esta situação tem contribuído também para a pressão de terras e, posteriormente, conflitos de terras entre camponeses malawianos e moçambicanos que vivem na zona de fronteira. Há situações que para conseguirem terras, alguns malawianos casam-se atém com moçambicanas.

que nalguns casos, em alto estágio de esgotamento, daí os baixos níveis de produção agrária. Estes fatores contribuem, sobremaneira, para a reprodução da fome e da miséria no campo. Mosca (2014, 2015) revela que o Estado pouco faz para apoiar os camponeses, dado que maior parte do orçamento alocado é usado para apoiar os *produtores comerciais* e/ou *produtores emergentes* como também fica nas cidades em detrimento do campo onde vive aqueles que de fato garante a segurança alimentar no país.

Este autor diz ainda que, os camponeses têm sido excluidos no acesso a outros meios de produção como, por exemplo, maquinaria agrícola, serviços de extensão rural, terra e entre outros As desigualdade na distribuição de terras feitas pelo governo, na maioria das vezes, é política, baseada pelo preconceito de que os camponeses não têm conseguido desenvolver o país. É com base nesta ideia preconceituosa que leva as autoridades governamentais a entregar grandes extensões de terras supostamente para quem pode desenvolver o país e a preferência tem sido, o agronegócio.

Da pouca terra que tem em sua posse, nalguns casos, esgotado sob ponto de aptidão edáfica, os camponeses produzem os seus próprios alimentos para a sua sobrevivência e parte destes, são transformados em mercadorias. Estes produtos são comerciados nos mercados locais conforme a foto 2, e na maioria das vezes, tem sido o excedente. É esta produção que chega às mesas de milhares de famílias moçambicanas, sobretudo, aquelas que dependem da compra de produtos alimentares para o consumo.

Foto 2. Comercialização da produção camponesa no "mercado 38" na cidade de Chimoio/Manica

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Através da venda da produção agrícola, os camponeses conseguem obter algum dinheiro, sendo que mais tarde, é aplicado em outras atividades e/ou na compra de produtos não agrícolas para sustentar a sua família. Mesmo assim, os camponeses têm-se deparado com problemas no processo de comercialização dos seus produtos. Nem sempre os camponeses conseguem escoar parte da produção que transformam em mercadoria para os mercados e isto, deve-se por causa da precariedade da cadeia logística, neste caso, as estradas. Os altos preços de transporte também têm contribuído no escoamento da produção camponesa aos mercados.

Os camponeses que têm carroça e bicicletas, conseguem transportar a sua produção para os mercados, sobretudo, quando a distância não é tão maior. Igualmente, nem sempre há compradores e quando isto acontece, maior parte da produção na posse dos camponeses acaba por apodrecer. Para não deixar a sua produção apodrecer, alguns camponeses optam por vender a preços baixos nos mercados locais, apenas para conseguirem recuperar parte do investimento alocado. Para o efeito, alguns camponeses têm percorrido grandes distâncias para conseguirem vender os seus produtos nas cidades e vilas onde a procura por produtos alimentares é maior (isto pelo fato de existir um número elevado de consumidores), às vezes, transportando-os através de bicicletas como meio de transporte. A esse respeito, Francisco (2010) afirma que:

> As populações do interior do país percorrem dezenas de quilômetros de distância a pé, ou de bicicleta, em busca de locais para venderem os seus excedentes e ou comprarem os produtos que lhes fazem falta, para moerem milho, etc.; os que vivem ao longo das fronteiras, recorrem os países vizinhos, o que faz com que o país perca milhares de toneladas de produtos agrícolas por ano, em benefício daqueles países (FRANCISCO, 2010, p. 46).

No caso de existirem, por exemplo, compradores, estes têm criado condições próprias do sistema capitalista para explorar os camponeses, na medida em que impõem seus próprios preços. De realçar que estes preços têm sido os mais baixos quando comparados com os praticados no mercado formal. Estes que têm expropriado os camponeses são *compradores ambulantes*. Estes compradores ambulantes, são aqueles que se têm deslocado às machambas dos camponeses, sobretudo, quando chega o tempo de colheita. Os mesmos também se têm deslocado para as residências dos camponeses, sobretudo, após colheita andando de casa em casa com objetivo de comprar cereais, sobretudo, o milho. Conforme Francisco (2010) esses compradores ambulantes têm minimizado o sofrimento dos camponeses. Em suas palavras, este autor afirma que:

> Em outras regiões os comerciantes ambulantes são os que minimizam o sofrimento das populações, pois levam um mínimo de produtos básicos as

> comunidades, e em troca, compram os produtos excedentários das comunidades a preços baixos das tabelas praticadas pelo comércio formal (FRANCISCO, 2010, p. 46).

A leitura deste autor é paradoxal, pois estes comerciantes ambulantes como se refere, aproveitam-se das inúmeras fragilidades dos camponeses para expropriá-los. Na maioria das vezes, esse tipo de relação comercial acontece em zonas de fronteiras e, é mais frequente, por exemplo, nos distritos de Zumbo, Macanga, Angónia e Tsangano, na província de Tete. No caso destes dois distritos de Angónia e Tsangano, por exemplo, os malawianos é que têm sido os compradores ambulantes. Depois de comparem a produção dos camponeses e, em seguida, é transportada para o Malawi e de lá, é processada e colocada em sacos. Mais tarde, é comercializada, às vezes, a preços altos como se fosse um produto tipicamente malawiano, pois nos sacos aparecem frases do tipo «*Made in Malawi*»[5] e, na maioria das vezes, tem sido o milho. Dadas as assimetrias de poder, os camponeses acabam por aceitar vender a sua produção a preços mais baixos impostos pelos compradores ambulantes. O mau ambiente de negócios no país têm contribuído para o empobrecimento dos camponeses.

Os baixos níveis de escolarização dos camponeses, têm contribuído para a exploração destes pelos compradores. Há situações em que há viciação da balança comercial e, na maioria das vezes, os camponeses não conseguem notar. Isto tem contribuído também para o empobrecimento dos camponeses no campo. A transferência do conhecimento sempre é feita das gerações mais velhas para as mais novas do núcleo familiar e/ou da comunidade. A *socialização do camponês*, é um processo recorrente em Moçambique e, é o que garante a manutenção e reprodução do campesinato, pois os conhecimentos são transferidos dentro da estrutura familiar, sobretudo, entre os membros. Geralmente, os homens e as mulheres trabalham juntos na machamba e na maioria dos casos, sempre tem sido na companhia dos seus filhos/as, uns/umas em idade escolar, outros não. De realçar que, as mulheres têm-se envolvido também pelas práticas de assalariamento no campo, mas não ao nível dos homens.

O maior assalariamento dos homens faz com que as explorações agrícolas sejam na maioria das vezes, chefiadas por mulheres. No processo de socialização do camponês, a mulher desempenha um papel muito preponderante, pois é ela quem na maioria das vezes, está na machamba com as suas crianças enquanto os homens viajam as cidades para procurar outros trabalhos não agrícolas. Igualmente, a mulher ocupa-se com os

[5] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Catsossa (2017a).

trabalhos da machamba quando os homens tornam-se em assalariados nas agroindústrias como tem sido recorrente, a procura de algum dinheiro. Os rendimentos provenientes do trabalho assalariado, permitem custear algumas despesas dentro do agregado familiar, como, por exemplo, levar os/as filhos/as à escola, hospitais, comprar produtos necessários para a sua sobrevivência. Parte do rendimento é usado também para a compra de meios de produção (enxadas, machados, sementes, etc.) e também bicicletas, etc. Na ausência do homem, a mulher ocupa-se com os trabalhos domésticos, cuida da casa e dos/as filhos/as como também das atividades produtivas na machamba familiar.

Em Moçambique, sobretudo, no campo, a produção de alimentos está diretamente ligada à mulher. Não se pretende com isso, *feminizar* o processo produtivo em Moçambique (embora nalguns casos se verifique), pois elas são as que têm toda a criatividade, que nalgumas vezes, são invisíveis a olho nu. As mulheres têm o poder de controle dos alimentos desde o processo produtivo até o consumo, diferentemente do homens que na maioria das vezes, estão ausentes por conta do trabalho assalariado. Essa situação foi constatada na província de Manica como também ao longo do Corredor de Nacala. A foto a seguir, tirada na localidade de Mavonde, no Distrito de Bárue, traz um retrato de como na prática ocorre a socialização do camponês na sua forma prática.

Foto 3. Mulher camponesa trabalhando a terra junto dos filhos no postos administrativo de Mavonde/Bárue

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Na foto 3, nota-se uma mulher camponesa na companhia dos seus filhos, trabalhado a terra. Por de traz das monoculturas de eucalipto pertencente a *Portucel Moçambique*, uma empresa agrícola de capitais portugueses, uma pobre camponesa e os

seus filhos estão trabalhando a terra, plantando várias culturas de subsistência, entre elas milho e mapira por forma a garantir a sua sobrevivência. De realçar que, centenas de famílias camponesas já foram expropriadas e expulsas das suas terras pela *Portucel Moçambique*. Tal fato, culminou com fortes conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais e essa situação, continua até os dias atuais. As terras destas famílias camponesas, foram transformadas em campos de produção de eucaliptos, enfim, a base para a reprodução ampliada do capital. Dentro desta unidade de produção, foi possível observar também outras culturas de subsistência, como por exemplo, feijões (feijão manteiga e *boer*, este último localmente conhecido por feijão nhemba) e amendoim.

Nesta unidade de produção há uma diversidade produtiva que contrapõe o agronegócio enquanto uma expressão exata das relações capitalistas de produção na agricultura. Quem carregava muda de outros lugares para dar a mãe, eram os dois filhos sendo que um deles, não saiu nesta foto, pois eram três, sendo duas meninas e um menino.No meio de tantas ameaças que esta mulher camponesa está sujeita, mostra-se firme, ensinado os seus três filhos a trabalhar a terra. A persistência desta mulher em ensinar os seus filhos a trabalhar a terra, é uma forma de resistência contra o capital em expansão através de monoculturas de eucaliptos. Por incrível que pareça, os três filhos iam fazendo outros trabalhos de acordo com os ensinamentos da mamãe, detalhe por detalhe. É desta forma como a socialização do camponês funciona. No âmbito das práticas da ajuda mútua e/ou princípio de reciprocidade, essa relação é frequente no campo. Aqui, a solidariedade entre os camponeses, é maior, pois sempre que há um problema com um dos membros da comunidade e/ou da família, procura-se formas de ajudar o outro sem, no entanto, esperar algo em troca.

Há casos em que, por incapacidade de realizar certas tarefas, os membros da comunidade se juntam para ajudar a pessoa incapacitada. Em situação de debilidade, sobretudo, quando um camponês não consegue, por exemplo, retirar o milho (e/ou outros produtos) da sua machamba, também é ajudado até no transporte da sua produção. Há casos em se emprestam meios de produção sem, no entanto, esperar e/ou exigir algo em troca. De forma solidária, aqueles camponeses que têm seus próprios meios de transporte, como, por exemplo, carroça, ajudam os que, por incapacidade física, não conseguem transportar pessoalmente os seus produtos das machambas até as suas casas. Quando não tem tempo, apenas alocam a carroça a esta família que, por incapacidade física, não consegue transportar os seus produtos das suas machambas para casa. Nesta situação, dentro do núcleo familiar onde há incapacidade física, procura-se uma pessoa para

transportar os produtos da machamba até em casa. Isto demonstra o quão alguns camponeses são solidários entre si.

O campesinato moçambicano tem estado a enfrentar vários desafios nos dias atuais. A migração campo-cidade, por exemplo, tem contribuído negativamente para a diminuição da força de trabalho familiar. Esse cenário se verifica em muitos lugares do país e o mesmo, tem contribuído não apenas para a redução das áreas de exploração familiares, mas também os níveis de produção e produtividade e, consequentemente, a insegurança alimentar dentro dos agregados familiares. Mosca (2015) entende que a migração campo-cidade deve-se à falta de atratividade da agricultura. Para este autor "quem está a ficar na agricultura são as crianças [algumas delas em idade escolar], as senhoras e os velhos (MOSCA, 2015, s/p). Muitos jovens abandonam os trabalhos na machamba, migrando para as cidades a procura de melhores condições de vida, sobretudo, de empregos. Além disso, muitos adolescentes e jovens migram para as cidades para terminar os seus estudos.

Estes jovens nem sempre voltam para o campo após terminar os seus estudos nas cidades. De algum modo, esta a migração campo-cidade tem estado a comprometer a reprodução social do campesinato, na medida em que se verifica a escassez da força de trabalho familiar no campo. Porque o abandono da atividade agrícola por parte de pessoas ativas no campo, neste caso, os mais jovens, Mosca (2015) traça um futuro sombrio para os próximos anos. Para este autor, com o passar do tempo, os jovens estarão "cada vez mais escolarizados e não vão querer mais a agricultura. Os velhos vão morrer [...] se tu analisas a situação a curto prazo é grave, se projetas para daqui a 50-100 anos, a situação é muito mais complicada" (MOSCA, 2015, s/p). Reconhecendo que a migração campo-cidade está a trazer impactos negativos na na produção agrária do país, sobretudo, para o setor familiar, Mosca, Maravel e Dádá (2014) sugerem que:

> Para evitar a aceleração ou contrair o êxodo rural e o abandono da atividade agrária ou a persistência de fenômenos que dificultam o desenvolvimento da agricultura e do meio rural, é fundamental que a produtividade do trabalho, das superfícies e dos rendimentos das famílias cresça de forma a aumentar o custo de oportunidade do trabalho agrícola, reduzir a pobreza e forçar o aumento dos salários. Isto é, é necessário aumentar os rendimentos por hectare e os rendimentos monetários provenientes da atividade agrária. Sugere-se que os preços relativos da agricultura com outras oportunidades de ocupação e os termos de troca entre bens adquiridos no mercado e os produzidos na agricultura sejam acompanhados, de forma a evitar-se o desfavorecimento das culturas e setores que se pretendem priorizar, no âmbito das decisões de política econômica e do desenvolvimento. [...]. É recomendável que o sistema educativo tenha em consideração as realidades de cada local, de forma a ajustar o tipo de formação e os planos curriculares para que a educação se reflita na

> produtividade e nos rendimentos das famílias (MOSCA, MATAVEL & DADÁ, 2014, p. 162).

Partindo do pressupostos de que, os que migram para as cidades são majoritariamente pessoas do sexo masculino, verifica-se uma a *feminização* da produção agrícola no campo. Não se está a dizer que a *feminização* da produção agrícola é coisa ruim. Pelo contrário, o que se está a dizer é que, as mulheres é que têm dominado os processos produtivos no campo. A migração da força de trabalho masculina para as cidades, está a trazer mudanças significativas na produção agrícola. Por exemplo, há atividades que requerem muita força e quando os homens migram para as cidades, algumas mulheres não conseguem dar conta das mesmas.

Se não tiverem dinheiro para contratar a força de trabalho assalariada, significa que pode não ser realizada. Nota-se, portanto, mudanças na estrutura social, sobretudo, dentro do núcleo familiar, no sentido em que há redução força de trabalaho. Alguns autores (*cf*. Mosca, Matavel & Dadá, 2014) afirmam, no entanto, que a feminização dos processos produtivos além de ocasionar o aumento da mulher no campo (o que não é mau), tem resultado na redução das áreas dos tamanhos das explorações agrícolas. Para este autores "a feminização da chefia das explorações e o aumento do trabalho da mulher nos trabalhos agrícolas, poderá provocar alterações na estrutura social e de poder no seio das famílias e das comunidades" (MOSCA, MATAVEL & DADÁ (2014, p. 162).

Nem sempre a *feminização* da produção agrária se dá pela migração dos homens para as cidades. Pelo contrário, a morte dos homens faz com que os chefes das explorações seja dominada pelas mulheres. A diminuição das áreas de exploração em resultado da ausência da força de trabalho masculina dentro da unidade de produção camponesa, tem estado a contribuir para a eclosão da miséria e da fome, pois os níveis de produção e produtividade agrícola têm reduzido bastante. Pelo menos em muitos lugares dentro do território moçambicano, em situações de feminização da produção agrária, a tendência tem sido de diminuição das áreas produtivas, sobretudo, quando se trata de mulheres idosas.

O envelhecimento é outro aspecto que desafia a reprodução social do campesinato, pois tem criado a incapacidade da força de trabalho familiar. Quanto maior for o número de pessoas incapacitadas dentro de um agregado familiar, seja pelo envelhecimento como pelas doenças, é o risco das famílias camponesas permanecerem e/ou caírem na extrema miséria e na insegurança alimentar é maior. Essa proporcionalidade se dá na medida em que, as famílias com maior número de membros em situação de incapacidade não

conseguem produzir quantidades suficientes de produtos alimentares para garantirem a sua sobrevivência familiar. Na maioria das vezes, as pessoas que mais ficam incapacitadas são as das gerações mais velhas. O envelhecimento das populações no campo, tem contribuído para reduzir a força de trabalho familiar.

Em situação de incapacidade física, as gerações mais velhas não têm conseguido deslocar-se as suas machambas para ensinar as gerações mais novas, por exemplo, como devem trabalhar a terra. Essa situação tem comprometido, sobremaneira, a continuidade das práticas de socialização do camponês, enquanto um mecanismo de transferência de conhecimento (saberes e valores) em termos práticos, uma vez que tem sido das gerações mãos velhas para as gerações mais novas. Além do envelhecimento da população no campo, as doenças como a malária e o HIV/SIDA, estão entre os fatores que ameaçam a reprodução social do campesinato. É verdade que o envelhecimento dos membros das famílias camponesas tem contribuído consideravelmente para a sua incapacidade das mesmas, mas as doenças anteriormente referenciadas, têm maior impacto no processo produtivo. O estado de saúde dos camponeses, determina a quantidade da produção agrária/agrícola a ser produzida num determinado agregado familiar.

Em situação de incapacidade física dos camponeses, tem se observado uma redução considerável da força de trabalho por realizar atividades numa determinada unidade de produção familiar. Tendo em conta que a distribuição da rede sanitária é desigual e cada vez mais concentrada nos centros urbanos e vilas, as pessoas incapacitadas por doenças acima referenciadas (malária e HIV/SIDA), são forçadas a se deslocarem longas distâncias para receberem tratamento. Isto tem levado os camponeses a "matar" dias de trabalho para poderem receber tratamentos nos hospitais e/ou centros de saúdes. Em caso de doenças, para suprir e/ou compensar a necessidade força de trabalho familiar nas machambas (e, em outros trabalhos familiares), nota-se o envolvimento das crianças nas atividades produtivas. Para Artur *et al*., (2014, p. 103) com "doentes nas casas pelo menos uma pessoa cuida de pessoa(s) doente(s), levando ao maior envolvimento da criança [...] como forma de aliviar o défice da mão-de-obra".

A participação das crianças em idade escolar na produção agrícola (e noutros trabalhos familiares, dentro e fora da machamba) junto dos seus pais, tem contribuído com os elevados índices de desistências escolares no campo. Para dizer que, possivelmente, os baixos índides de escolaridades no campo, estão relacionados com a participação das crianças em idade escolar na produção agrícola. No caso do HIV/SIDA, por exemplo, Moçambique é um dos países africanos com altos índices de

seropositividade e, é alto em contexto rural e a província de Gaza, no sul do país, é considerada com a que tem mais casos (*cf*. ARTUR, *et al*., 2013). Ao comparar os níveis de seropositividade nas províncias de Tete (região centro) e Niassa (região norte), Artur *et al*., (2013), trazem algo novo na sua abordagem, neste caso, relacionado a questão de gênero. Estes autores descrevem que, do grupo alvo da sua pesquisa, as mulheres é que apresentam maiores níveis de seropositividade nestas duas províncias quando comparados com os homens. Em suas palavras, estes autores descrevem que:

> Os resultados mostram que, tanto na província de Tete, assim como na província de Niassa, a maior parte dos entrevistados (famílias afetadas pelo HIV) é do sexo feminino com cerca de 67% e 64% em Tete e Niassa, respectivamente. Mais da metade destes entrevistados do sexo feminino são chefes do agregados familiares com idades compreendidas entre 36-65 anos (ARTUR *et al*., 2013, p. 92).

Outro elemento importante levantado por estes autores, está relacionado com o fato dos chefes do agregados familiarem serem na sua maioria mulheres nas províncias em alusão. Este, não é um caso isolado destas duas províncias. Pelo contrário, muitas unidades de produção camponesa são chefiadas por mulheres, mesmo em situações de seropsitividade. Tendo em conta que a força de trabalho é completamente familiar, o adoecimento de determinados membros de agregados, tem impactado negativamente na produção agrícola. A escassez da força de trabalho, é diretamente proporcional a quantidade da produção agrária/agrícola a ser retirada numa determinada unidade de produção camponesa. Quanto maior for a escassez da força de trabalho familiar, automaticamente, menor será a quantidade da produção agrícola por cada unidade de produção camponesa e, consequentemente, a insegurança alimentar.

Isto para dizer que, o aumento de números de membros doentes dentro de um determinado agregado familiar, coloca em cheque a reprodução social do campesinato em Moçambique, uma vez que a família é seu núcleo de existência conforme nos ensina Chayanov (1974). As doenças já referenciadas têm contribuído para a redução das áreas de produção por cada agregado familiar. Nalguns casos, há famílias que abandonam os trabalhos na machamba, deixando de produzir à procura de tratamento nos hospitais, ou ainda para cuidar de quem está a padecer da doença. No caso de HIV/SIDA, por exemplo, Artur *et all*., (2013) revelam que, nas províncias de Tete e Niassa:

> Com o HIV e a SIDA, houve uma certa restruturação na produção agrária. […] houve uma tendência de redução de áreas de cultivo por agregado familiar devido à pandemia. Isto foi mais mencionado em Tete (56,9%) do que no Niassa (47,6%). Em alguns casos, houve abandono total da atividade agrícola. A província do Niassa apresenta maior índice de abandono de áreas de produção com cerca de 15,6% 14 inqueridos), contra 3,25% (dois inqueridos)

> na província de Tete. […]. Na província de Tete, cerca de 63% dos entrevistados teve que deixar de trabalhar na machamba para visitar alguém doente, pelo menos três vezes durante a campanha [agrícola]. Em Niassa, a situação foi pior, pois cerca de 50% faltaram na machamba mais de cinco vezes na campanha agrícola anterior para visitar doentes (ARTUR, *et all*., 2013, p. 98-103).

No caso daqueles camponeses que tinham a intenção de ampliar a sua área, já não conseguem porque se tornam mais debilitados e incapazes de realizar atividades mais pesados, como, por exemplo, a limpeza dos campos de produção, com destaque para o destroncamento de algumas árvores. Isto para dizer que, as doenças como HIV/SIDA, têm contribuído para a reprodução da fome e da miséria no campo. A esse respeito Artur *et all*., (2013) afirmam que:

> O HIV e a SIDA, estão diretamente ligados com a pobreza e a fome. […]. É evidente que praticamente todos os agregados familiares, sobretudo, nas zonas rurais, estão afetados por ter alguém doente, alguém que morreu, órfãs para tomar conta o que resulta numa grande sobrecarga de mão-de-obra naqueles que ainda existem. A escassez da mão-de-obra está a levar uma redução da produção agrária em muitos agregados […]. A redução da mão-de-obra tem levado a uma redução nas áreas de produção, mudanças nas culturas, redução de práticas agrárias e, de modo geral, na mudança do padrão tradicional de produção agrária. Isto tem implicações profundas nos rendimentos obtidos e no bem-estar geral dos agregados [familiares] afetados [pelo HIV/SIDA] (ARTUR *et all*., 2013, p. 88-89).

O HIV/SIDA é visto também como responsável da interrupção da transmissão do saberes e valores tradicionais de gerações mais velhas para as gerações mais novas e de acordo com Artur *et all*., (2013) a região sul do país tem se notabilizado. Segundo estes autores, esta interrupção acontece quando as gerações mais velhas infetadas pelo vírus do HIV/SIDA, morrem. Para estes autores, essa situação faz com que as gerações mais novas percam a oportunidade de aprender com as gerações mais velhas como se manejam as sementes nativas/crioulas. Afirmam, no entanto, que:

> Uma das consequências do HIV e da SIDA na produção agrícola tem a ver com o fato de que a quantidade e a qualidade de conhecimentos e experiências sobre a produção agrária vai declinando uma vez que as pessoas, detentoras do saber, vão perecendo. O tradicional sistema de passagem de conhecimento de país para filhos e mães para filhas vai ficando quebrado com sérias implicações para a gestão de conhecimentos agrários, os meios de vida e a sustentabilidade rural (ARTUR, *et all*., 2013, p. 89).

As doenças têm contribuído para a redução das horas de trabalho dentro de uma unidade de produção familiar. A tendência de hora por trabalhar sempre tem sido de diminuir, sobretudo, quando alguém está doente dentro do agregado familiar. A diminuição das horas de trabalho por pessoa, tem trazido consequências graves sob ponto de vista dos níveis de produção. Sempre que as horas de trabalho diminuem num

determinado agregado familiar, significa que, a quantidade de produção agrária a ser retirada da machamba será pequena. Essa situação, compromete, sobremaneira, a segurança alimentar dos agregado familiares, sobretudo, aqueles que têm membro(s) doente(s). Artur *et all*., (2013) afirmam que nas províncias de Tete e Niassa:

> A redução de dias e horas de trabalho nas machambas teve consequências na produção global. […]. O tempo de trabalho na produção agrícola reduziu, de uma média de mais de 8 horas/dia e 5-6 dias/semanas para pouco menos de 3-4 horas/dia e 3-4 dias/semanas, correspondendo a perda de cerca de um mês em cada ciclo produtivo. No Niassa, 78,3% dos agregados [familiares] referiram que reduziu enquanto que em Tete foram 66,1%. Em termos quantitativos, no Niassa, antes da pandemia, maior parte das famílias (54,9%) referiu que conseguia colher alimentos que lhes garantia alimentação acima de nove meses. Atualmente, apenas cerca de 15% dos agregados entrevistados é que referiram que conseguem produzir e ter reservas acima de nove meses. Em Tete, antes da pandemia, 80,5% referiu que tinha reservas alimentares para acima de nove meses; 65% dos inqueridos referiu ainda produzir e ter reservas para acima de nove meses (ARTUR, *et all*., 2013, p. 101-103).

Os camponeses moçambicanos estão inseridos numa dinâmica social e econômica a qual não garante necessariamente que evoluam sem nenhum obstáculo. Se não são as doenças a constituírem num estorvo à sua reprodução social, então, são as políticas agrárias adversas a sua reprodução social concebidas e implementadas pelo governo, como, por exemplo, as que viabilizam o agronegócio. Os efeitos das mudanças climáticas têm tido também reflexo na produção camponesa e atualmente, configuram-se num dos maiores estorvos para a reprodução social do campesinato em Moçambique. O ciclone tropical IDAI que afetou a região centro do país com mais intensidade na província de Sofala e o ciclone Keneth que afetou a região norte com maior intensidade na província de Cabo Delgado, são exemplos de fatores que impactaram negativamente a reprodução social do campesinato em Moçambique, sobretudo, no ano de 2019.

Muitos camponeses perderam a sua produção e foram colocados em situação de vulnerabilidade a insegurança alimentar, pois passaram a depender da ajuda humanitária vindas do governo moçambicano, parceiros de cooperação, instituições multilaterais, no caso da FAO e organizações não governamentais nacionais e estrangeiras. Igualmente, muitos camponeses perderam suas ferramentas de trabalhos enxadas, machanados, charuas, dentre outros) e sementes nativas. Para darem continuidade com as atividades produtivas, os mesmos dependiam de doações. No caso das sementes, nem sempre eram nativas. Grande parte das sementes (para não dizer todas) que estavam sendo distribuídas no período que ocorreram os ciclones, eram sementes melhoradas, o que significa que, passaram pelos laboratórios para o seu melhoramento genético. As cheias e secas têm tido também impactos negativos na produção camponesa no país. As regiões norte e centro

do país, por exemplo, são as que têm sido ciclicamente afetadas pelas cheias e como consequência direta deste fenômeno, muitos camponeses, sobretudo, os que vivem e trabalham nas áreas mais baixas, perdem a sua produção.

As cheias têm colocado também os muitas famílias camponesas em situação de vulnerabilidade de insegurança alimentar e dependência de ajuda alimantar. Já a região sul do país, tem sido fustigado pela seca severa. Mutos camponeses, sobretudo, aqueles que plantam determinadas culturas alimentares e/ou de rendimento, perdem a sua produção por conta da falta e/ou escassez de chuvas. As províncias de Gaza e Maputo, têm sido as principais vítimas da seca no sul e muitas famílias camponesas tornam-se dependentes de apoio alimentar, tanto do governo como das insituições multilateriais e das organizações não governantais nacionais e estrangeiras que operam no país. Os conflitos armados e/ou as guerras (não declaradas) que vêm acontecendo no país nos útimos anos, também têm impactado negativamente na reprodução social do campesinato.

As guerras recorrentes entre o governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique, partido no poder desde 1975) e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana, o maior partido da oposição em Moçambique), a primeira entre 2013 e 2014 e a segunda, entre 2015 e 2016, forçaram milhares de famílias camponesas da região centro do país, sobretudo, as províncias de Sofala, Manica, a sairem das suas áreas de resisdência para outros lugares a procura de segurança. As acções de guerrilha que vem sendo desencadeada desde 2019, pela autoproclamada Junta Militar da Renamo (JMR), liderada pelo general Mariano Nhongo que contesta o pacote *Descartelização, Desmobilização e Reintegração* dos homens da RENAMO, ou simpleemente, DDR, tem afectado negativamente a população camponesa das províncias de Manica e Sofala, forçando-as a refugiarem-se para outros lugares, às vezes sem terras aptas para a prática da agricultura.

Igualmente, a guerra que vem acontecendo na região norte de Moçambique, sobretudo, na província de Cabo Delgado desencadeada pelo grupo terrorista *Al Shabbab* desde 2017 contra ordem previamentente estabelecida pelo Estado, já deslocou centenas de famílias (e algumas mortas por decapitação) para outros lugares a procura de segurança. Como consequência direta disto, milhares de famílias camponesas têm sido expulsas das suas áreas de residências que são também de produção para outros lugares, sendo que na maioria das vezes, as mesmas são forçadas a migrarem para as cidades. Ao sairem, estas famílias camponesas, além de perder suas terras, suas casas (e os seus espaços de sociabilidade), elas perdem também a sua produção, uma situação que as

colocam ainda mais vulneráveis a fome e a miséria. Pelo fato de serem pessoas sem nenhuma formação acadêmica formal, quando chegam nas cidades acabam também por cair na miséria. No entanto, é uma violência atrás da outra.

Tal como acontece em outros países do mundo, em Moçambique persistem as incompreensões sobre a questão camponesa, e isto, é visível tanto na esfera acadêmica como política. Os camponeses moçambicanos são estigmatizados e conotados de serem portadores de "vestígios do passado", "avessos à inovações", enfim, que são um "atraso" ao progresso das "nações". É daí que surgem propostas destacando, por exemplo, urge a necessidade de transformá-los, modernizá-los e integrá-los à lógica do modo capitalista de produção como forma de torná-los mais produtivos, eficientes e competitivos. No entanto, tanto a tese de que os camponeses moçambicanos são portadores de vestígios do passado como a proposta sobre a necesidade de modernizá-los pode ser lida em Smart e Hanlon (2014). Este autores rematam que:

> Em Moçambique é preciso usar intensivamente a terra para produzir mais comida e produtos de exportação e criar mais empregos. […]. Moçambique precisa de uma revolução verde. E isso, requer modernização. Os moçambicanos não podem continuar a cultivar a terra do mesmo modo que os seus antepassados (SMART & HANLON, 2013, p. 15).

Na citação acima, nota-se que os autores são favoráveis à modernização agrícola e no uso intensivo da terra. Isso envolve também o uso intensivo do capital e de "técnica moderna" no processo produtivo. Este processo não é simples, muito pelo contário, traz mudanças significativas na estrutura produtiva e na maioria das vezes, afeta negativamente o campesinato, na medida em que as práticas preexistentes tradicionalmente instituídas pelos camponeses, são destruídas no processo de incorporação do "novo" (moderno) num determinado lugar. Quando se afirma, por exemplo, que os (camponeses) moçambicanos não podem continuar a cultivar a terra do mesmo modo que os seus bisavós, como é no caso de Smart e Hanlon (2014), implicitamente, está a ideia de que o campesinato é portador de práticas arcaicos e/ou atrasadas. Nota-se aqui, uma negação de um modo de vida baseado nas relações de pertencimento com os lugares os quais vivem. Igualmente, trata-se de uma negação a um modo de vida baseado nas relações de solidariedade, reciprocidade e vizinhança que os camponeses estabelecem entre si.

Para dizer que, em Moçambique está em vigor um processo de (re)criação e reprodução da imagem segundo a qual, os camponeses são de fato, portadores de vestígios do passado e que para se despirem deles, precisam ser modernizados e orientados para o

mercado, com vista a serem competitivos e eficientes. Outros autores (como, por exemplo, Júnior *et all.,* 2015) avançam com a sugestão de que, em Moçambique, há uma necessidade de modernizar, orientar e integrar os camponeses aos mercados para torná-los mais competitivos e economicamente eficientes, numa clara reprodução do discurso da classe dominante. Neste contexto, os fenômenos como a fome e a miséria que fustigam os camponeses, ambos seriam sanados com o uso de "técnicas modernas", na medida em que teriam maiores rendimentos. Autores como Junior *et all*., (2015) são firmes na sua recomendação e afirmam que:

> "há uma necessidade de se introduzir tecnologias que melhorem os rendimentos, com base nos sistemas pré-existentes, transformando-os de forma a assegurar, simultaneamente, uma maior integração nos mercados e autonomia das economias familiares" (JÚNIOR *at all*., 2015, p. 158).

Nesta afirmação, estes autores se contradizem, pois a integração dos camponeses ao mercado não garante a sua autonomia como tal. Além disso, a integração dos camponeses aos mercados leva-os a dependência (quase total) as "técnicas modernas" (insumos agrícolas) e sob ponto de vista da soberania, é uma ameaça a sua lógica de organização produtiva. Na esfera política, as conotações em volta dos camponeses, têm ganhado outras dimensões. Igualmente, os camponeses são vistos pelas autoridades governamentais como sujeitos sem nenhum conteúdo progressista, adjetivando-os de serem "analfabetos", "preguiçosos", "não competitivos e ineficientes", "avessos à inovações" e tantos outros nomes. As conotações em volta do campesinato são feitas pelo próprio governo, às vezes, partem do mais alto nível da "nação", até aos baixos escalões do poder (governos locais [provinciais e distritais]). Em resposta as conotações de que os camponeses são preguiçosos, Hanlon e Smart (2008) afirmam que:

> Os camponeses não são nem estúpidos e nem preguiçosos. Mas, têm fome e estão limitados na quantidade de trabalho que podem fazer depois de tantos projetos governamentais e de ONG´s que falharam, também são, sensatamente, avessos aos riscos. Apesar disso, os camponeses aceitam nova tecnologia se ela for barata e proveitosa e se os riscos forem baixos – especialmente se há um mercado seguro" (HANLON & SMART, 2008, p. 376).

Resta concordar com Hanlon e Smart (2008) que os camponeses não são estúpidos e muito menos preguiçosos e/ou incompetentes. As dificuldades que os camponeses têm passado dia-pós-dia como foi analisado anteriormente, apenas são ignoradas por aqueles que os conotam. A União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento campesino moçambicano, tem rebatido, portanto, os preconceitos que têm sido feitas, tanto pelas autoridades governamentais como por alguns pesquisadores sobre o

campesinato. Rebatendo, estes preconceitos contra os camponeses, o Coordenador-Executivo da UNAC, avança com uma hipótese, destacando que:

> Ou não se está a entender o que é campesinato. Provavelmente, [o campesinato] pode não estar a ser entendido devidamente. O fato de nós termos pessoas que estão a viver do campo e vivem no campo [...], a sua indumentária da sua vida, circunscreve-se naquele mosaico rural, na nossa forma de pensar, esse é o campesinato[6].

A "indumentária de vida" e o "mosaico rural" que o coordenador-executivo da UNAC se refere, tem a ver com todas as práticas, saberes e valores tradicionais campesinos. Igualmente, tem sido criada também a imagem segundo a qual, os camponeses são avessos a "inovações tecnológicas", mas a realidade revela ao contrário, pois os camponeses têm usado "técnicas modernas" no processo produtivo, mas de forma incompleta. Contrariamente, os camponeses moçambicanos têm reproduzido práticas do opressor (do capital). Desmistificando o preconceito de que os camponeses são avessos a inovações, Mosca (2014) remata que:

> Antes de fundamentar [...], importa desmistificar alguns pressupostos muito utilizados a cerca dos camponeses enquanto agentes econômicos. Primeiro, não é acertado afirma-se que, não regem aos incentivos do mercado, como, por exemplo, preços. Não é completamente verdadeiro que sejam adversos à inovação. [...]. Os casos de gergelim e tabaco, contrariam os preconceitos de que os camponeses são adversos à inovação (neste caso, a introdução de uma nova cultura, pois o tabaco é hoje produzido em zonas sem tradição nessa cultura). Em todos os casos, estiveram presente agentes econômicos que promoveram a produção no quadro do conceito do agronegócio. [...]. Terceiro, é erado pensar-se que os camponeses não possuem lógicas e racionalidades econômicas nas suas decisões produtivas nem tenham objetivos a maximizar (MOSCA, 2014, p. 31-33).

Tanto os preconceitos que os camponeses moçambicanos vêm sofrendo de que são portadores de vestígios do passado, como a recomendação da necessidade de integração dos camponeses aos mercados como forma de alcançar os altos níveis de produção e produtividade, por si só, ambos têm uma base *político-ideológica*. Estas ideologias procuram legitimar o modelo agrário/agrícola dominante (o agronegócio) que se apresenta como "totalidade" e "moderno" no campo, mas que na prática, mantém fortes traços coloniais. Na maioria das vezes, os próprios camponeses moçambicanos são confundidos com agricultores familiares e pequenos agricultores e produtores de mercadorias. Ao tratar da agricultura familiar em Moçambique, Mosca (2014, p. 3) afirma que "os conceitos de agricultura familiar, produtores de pequena escala, pequenos produtores, produtores de mercadorias e camponeses, embora com matizes conceptuais,

[6] Entrevista realizada em Maio de 2019.

são, neste texto, considerados como sinónimos[7]". Num outro artigo, Mosca (2017) aparece contraditoriamente, ao explicar as causas que lhe levaram a usar estes conceitos como sinônimos[8]. Neste artigo, o autor afirma que, tanto o campesinato como outras formas de fazer agricultura em Moçambique:

> [...] Serão considerados, como tal, os produtores agrários de pequena escala, cuja produção é intensiva em mão-de-obra, sobretudo, familiar, pouco integrados no mercado de fatores (insumos, máquinas e dinheiro – terra, trabalho assalariado e outras fontes de rendimento não agrícola), que produzem essencialmente para a reprodução da família enquanto unidade econômica e social, que nem sempre possuem o mercado como a única e mais importante referência nas suas opções produtivas, que não têm, necessariamente, o lucro como o principal objetivo e, sempre que podem, complementam os rendimentos agrários com outros, dentro ou fora do setor (MOSCA, 2017, p. 69).

Na citação acima, podem ser feitas várias leituras. Os camponeses são "produtores agrários de pequena escala" e no processo produtivo, eles usam intensivamente a força de trabalho familiar" e o que produzem em termos de alimentos, serve para "a reprodução da família enquanto unidade econômica e social". Até aqui, tudo bem. Onde começam as contradições é quando, por exemplo, este autor afirma que ambas as formas de fazer agrícola (e/ou de trabalhar a terra) "não têm, necessariamente, o lucro como o principal objetivo" (*cf.* MOSCA, 2017). O campesinato é uma forma de organização social e econômica, enfim, uma relação social que não é pautada pelo *lucro*, embora produza mercadorias agrícolas e insira no mercado a partir delas. Diferentemente dos camponeses que produzem para a sua sobrevivência e subsistência familiar, os produtores de mercadorias, estão interessados na acumulação do capital.

]Não é o *lucro* que rege o campesinato enquanto uma forma de organização social e econômica, mas sim, é a produção de alimentos necessários para satisfação das necessidades básicas da família, o seu núcleo de existência. Igualmente, quem tem pouca integração com o mercado, é o camponês e não o "agricultor familiar" e o "produtor de mercadorias" como Mosca (2015) se refere. Existem autores (como, por exemplo, Abramovay, 1992) que refutam a ideia de que o camponês e agricultor familiar são sinônimos. Dito do outro modo, agricultor familiar e camponês "são membros da mesma família, mas separados pelas contradições, diferenciados e *metamorfoseados* pelas desigualdades e pelos paradigmas (FERNANDES, 2013, p. 191). Entre os autores clássicos citados por Mosca (2017) ao tratar da sinonímia entre os "camponeses",

[7] A mesma afirmação pode ver-se em Mosca (2017, p. 69).
[8] No seu texto publicado Mosca (2017) não explicou os motivos os quais, lhe levaram a usar estes conceitos como sinônimos e muito menos no outro publicado em 2015 (*cf.* MOSCA, 2015).

"pequenos produtores", "agricultores familiares" e "produtores de mercadorias", está Chayanov (1974). Nos escritos de Chayanov (1974) é quase impossível encontrá-lo a usar o termo «*camponês*», «*pequeno agricultor*» e «*produtor de mercadorias*» como conceitos equivalentes e/ou sinônimos.

O texto de autoria de Shanin (1971) que é citado por Mosca (2017) tem como título «*Naturaleza y lógica de la economía campesina*». Nesse texto, Shanin (1971) não fala que o camponês é sinônimo do pequeno agricultor, do agricultor familiar e do produtor de mercadorias, mas sim, afirma que nalguns casos, ele se subordina ao mercado externo. A subordinação do camponês ao mercado não acontece apenas pela sua integração a produção de mercadorias agrícolas, mas também na venda da sua produção (o excedente) e na compra de instrumentos de trabalho (enxadas, machados, sementes, etc.). Além disso, o mercado desempenha outras funções não-econômicas, passando a ser espaços de troca de experiência e conhecimento e de vida dos próprios camponeses quando se encontram nos mercados. Nesse texto citado por Mosca (2017) o próprio Shanin (1971, p. 8) chama atenção que "las plazas de mercado también cumplen uma serie de funciones "no-económicas" como centros de contacto ínter-aldeano, información, vida social y esparciamiento".

Nos seus estudos recentes (*cf*. Shanin, 2008) tem estado a revelar que o campesinato difere tanto de outros modos de fazer agricultura, sobretudo, em termos de racionalidade. Mesmo os autores clássicos de tradição marxista citados por Mosca (2017), no caso de Kaustky (1970), sobretudo, o seu livro intitulado "*La cuestión agrária*» («*A questão agrária»,* em português), não trata o camponês como sinônimo de «*agricultor familiar*», «*pequeno produtor*» e «*produtor de mercadorias*». No mesmo livro e traduzido em português no Brasil, Kautsky (1980) defende que, com a industrialização da agricultura, o avanço do capital no campo destruiria todas as relações de produção não capitalistas, em especial o campesinato e que a única saída para os sujeitos (caso quisessem sobreviver à fúria das relações capitalistas) seria a sua proletarização. Outro autor que cita Chayanov (1974), relacionando-o com o debate de «*pequenos produtores*» em Moçambique, é Dadá (2017). Numa das passagens do seu artigo, o autor afirma que:

> [...] **para Chayanov, a essência das estratégias de produção dos pequenos produtores** não vai além da satisfação de uma dada necessidade que está ligada ao grau de exploração de sua força de trabalho. [...]. **Na óptica de Chayanov os pequenos produtores** deixam de trabalhar quando produzem o suficiente para poder comprar o que satisfaça as suas necessidades. [...]. De fato, a análise de Chayanov resume-se em como a conjugação dos diferentes fatores supracitados podem interferir nas estratégias produtivas dos pequenos produtores tendo em conta a satisfação do bem-estar (DADÁ, 2017, p. 9-10, grifo nosso).

Como se pode verificar nesta citação anterior, Chayanov é tido como quem terá utilizado o termo «*pequeno produtor*» no debate sobre a questão camponesa. A contradição é nítida na citação que Dadá (2017) faz do texto de Chayanov, intitulado «*The theory of peasant economy» («A teoria da economia camponesa»)*, publicado em 1966. No trecho citado por Dadá (2017, p. 10), Chayanov não utiliza o termo «*pequeno produtor*», mas sim, camponês. Em *«Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas»)*, Chayanov (2014), também não utiliza o termo «*pequeno produtor*» para se referir aos camponeses. A mesma situação nota-se no seu livro «*La organización de la unidad económica campesina*», publicado em 1974 e também em «*Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa*», publicado na versão portuguesa no Brasil em 2014.

Nos dias atuais, em Moçambique nota-se a emergência de uma nova corrente interpretativa que avança na estratificação dos camponeses ao chamá-los, por exemplo, de «*pequenos camponeses*». Os defensores desta corrente não explicam, por exemplo, quem são os tais «*pequenos camponeses»* e muito menos a sua racionalidade. Por exemplo, Feijó e Agy (2015a; 2015b) defendem a existência de «*pequeno campesinato moçambicano*» (*cf.* Feijó & Agy, 2015a; 2015b), como se para estes autores existisse «*médio campesinato*» e «*grande campesinato*» em Moçambique. No caso de Feijó e Agy (2015a; 2015b), acredita-se, no entanto, que seja um novo *paradigma* em emergência dentro do debate em torno da questão camponesa em Moçambique. Igualmente, acreditamos que estes autores, estejam a adotar a estratégia governamental de estratificação dos produtores do setor agrícola no contexto da produção de mercadorias, em *pequenos*, *médios* e *grandes*.

Essa estratificação é notória no PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário) e dos demais instrumentos institucionais elaborados pelo governo no âmbito do desenvolvimento agrário do país. Podem existir vários campesinatos (*cf.* Ploeg, 2016), mas a estratificação dos camponeses em «*pequenos», «médios»* e «*grandes»*, além de ser desnecessária, ela traz um debate fora deste quadro teórico sobre a questão camponesa traçado por Chayanov (1974), como também aquele defendido por Shanin (1971, 2008), por exemplo. Estratificar os camponeses em «*pequenos», «médios» e «grandes*» como Feijó e Agy (2015a; 2015b) sugerem, é reduzir uma classe social que vêm lutando e resistindo a sua destruição a milhões de anos para manterem a sua lógica de organização do espaço produtivo e habitacional de acordo com as suas normas e práticas costumeiras, enfim, o seu "modo de vida".

CAPÍTULO 2
ESTADO, TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DE CLASSES SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE

Com este capítulo, pretende-se também demonstrar que o espaço agrário moçambicano desde a colonização portuguesa até os dias atuais, vem sendo organizado em função dos interesses da classe dominante, sobretudo, do Estado e do capital. Os sujeitos mais afetados neste processo de transformação do espaço agrário sempre foram os camponeses que dum período histórico para outro, foram sendo desterritorializados em função dos interesses do Estado e do capital. Este capítulo está dividido em 4 seções.

A primeira seção discute o processo de construção/produção do Estado moçambicano e as contradições que surgiram ao longo do tempo. Na segunda, analisa-se o processo de modernização agrícolas através do programa de socialização do campo e suas contradições sócio-territoriais. Na terceira seção, analisa-se a geografia das lutas e resistências camponesas contra o programa de socialização do campo. Na quarta seção, a análise centra-se no debate sobre a crise do projeto socialista, as reformas econômicas e o seu impacto na reprodução social do campesinato.

Na quinta e última seção, procura-se analisar o processo de formação da "burguesia nacional" que começa a emergir durante as reformas econômicas e as estratégias usadas por estes para garantir a acumulação privada da riqueza nos anos seguintes as reformas econômicas. Para esta análise, serão utilizados autores como: Pitcher (2003); Caste-Branco (1993, 1995, 2015, 2017); Mosca (1999, 2005, 2008; 2009, 2011; 2012, 2014); Mondlane (1975); Hedges e Chilundo (2000), Raposo (2017); Feijó (2017a; 2017b); Serra (1997; 2000); Chichava (2008), Ncomo (2004), Fauvet e Mose (2004); Minter (1998); Arnfred (2001); Waterhouse e Vijfhuizen (2001); Silva (2017); Ngoenha (2011); Rosário (2009); Matsimbe (2017); Araújo (1989); Quembo (2016); Thomaz (2008); Lobo (2017) Ncomo (2004); Carrilho & Mandamule (2017); CACHAT (2018), Brito (2019) dentre outros.

2.1 – Independência política, produção socialista do espaço e suas contradições

Antes de avançar com análise mais aprofundada sobre as transformações ocoridas após a proclamação da independência nacional, torna-se importante, portanto, trazer de forma breve, a situação colonial. Isto vai permitir compreender as ações e opções políticas que foram sendo tomadas após a proclamação da independência nacional. O território atualmente conhecido com o nome de Moçambique foi colônia de Portugal por muito

tempo (quase cinco séculos). De realçar que, todo este período que Portugal se manteve em Moçambique como colonizador, o território moçambicano sofreu várias transformações, sobretudo, na forma como foi sendo usado.

Destas transformações, pode-se mencionar a apropriação e ocupação de extensas áreas de terras para a materialização dos interesses de Portugal. Foi neste contexto que iniciou um longo período caracterizado pela monopolização e apropriação territorial em Moçambique, dominado por latifúndios. Isto para dizer que, havia uma elevada concentração da terra nas mãos de poucos, neste caso, colonos brancos europeus. Neste processo, Portugal decide ocupar determinados territórios de forma direta e outros, indiretamente, mas que em ambos casos, conseguia acumular de forma violenta e brutal o capital.

No caso da ocupação direta dos territórios, Portugal abriu grandes campos para a produção de mercadorias do seu interesse, sobretudo, algodão, sisal, copra, caju, chá, cana-de-açúcar, arroz, etc. Trata-se, portanto, das Companhias Majestáticas entre elas: a Companhia de Moçambique e Companhia do Niassa. Já no caso da ocupação indireta dos territórios, passou a concessionar parte das terras para quem quisesse explorar, mediante a cláusulas pré-estabelecidas por ele próprio. São os casos das *Companhias Arrendatárias* entre elas: Companhia da Zambézia, Companhia do Borror, Sociéte do Madal, Sena Sugar Estate*s* (*cf*. SERRA, 1999).

Neste último caso, Portugal determinava as condições de uso e ocupação da terra e isto, lhe dava o poder de decisão e de expropriar sem indenização quem não fosse a cumprir as cláusulas (*cf*. EDGES & CHILUNDO, 2000). Para garantir uma maior acumulação de capital, Portugal converteu os/as moçambicanos/as em mão-de-obra escrava. Para garantir uma eficácia no processo de recurtamento de força de trabalho para trabalhar nas plantações coloniais, o Estado colonial passou a aplicar o "princípio da obrigação moral do trabalho precisto no Código do Trabalho Indígena" (BRITO, 2019, p. 25). A partir de então, os corpos (dos moçambicanos) foram sendo usados de forma violenta e brutal como força de trabalho escrava para a reprodução ampliada do capitalismo colonial.

As pessoas foram colocadas em "cativeiros" e, só saíam de lá acompanhados pela milícia colonial, neste caso, os *sipaios* (e entre outras forças opressoras) para trabalhar nas grandes plantações coloniais. Nalgumas vezes, a milícia colonial (os *sipaios*) usavam os mesmos moçambicanos para trabalhar também em suas unidades de produção. As leis e os decretos instituídos nessa altura, eram discriminatórias e promoviam a

(super)exploração da mão-de-obra. O processo de ocupação de terras por Portugal em Moçambique e, consequentemente, a implantação da modernização autoritária, significou em parte, a destruição das práticas, normas e costumes que os povos nativos usavam para a sua reprodução social. Durante este período que Portugal permaneceu como colonizador, os camponeses foram confinadas em pequenas parcelas, às vezes, em terras inaptas (marginais) para a prática da agricultura, na altura, sua base de sobrevivência.

Igualmente, essa situação minava também a própria reprodução social do campesinato e isso fez com que a miséria, a fome e outros males sociais se perpetuassem no campo. A própria política fundiária colonial era discriminatória. Esta situação contribuiu de certo modo, para a reprodução das desigualdades sociais entre cidadãos da cor branca (colonos e concessionários europeus) com os da cor negra (populações nativas). Ademais, a política fundiária colonial não levava em consideração a questão de gênero e isto, ocasionava a exclusão das mulheres no acesso à terra e, posteriormente, a sua participação no desenvolvimento rural. Esta mesma política era machista, pois privilegiava apenas os homens e não as mulheres. Estas desigualdades sociais, em parte, eram resultante da distribuição desigual da terra e de outros recursos naturais (*cf*. MONDLANE, 1975; WATERHOUSE & VIJFHUIZEN, 2001).

Ademais, o campesinato foi perversamente integrado à economia do mercado capitalista, de tal maneira que os camponeses moçambicanos, deveriam semear numa primeira fase, monoculturas de interesse do Estado colonial, e, só depois disso é que eles poderiam avançar com as culturas de subsistência familiar em pequenas explorações. Este processo, levou milhares de famílias camponesas a insegurança alimentar e a miséria estrutural. Neste período, o Estado colonial decretou a cultura de algodão como de produção obrigatória e todos os camponeses deveriam produzi-la em suas *machambas* e esta, situação aumentou ainda mais a sujeição destes ao capitalismo colonial. Em seguida, nota-se também introdução autoritária do *chibalo* (trabalho forçado enquanto um mecanismo para suprir a força de trabalho no mercado interno em tempos de crise) e o *imposto de palhota* (*cf*. EDGES & CHILUNDO, 2000; FEIJÓ, 2017a; BRITO, 2019).

Estas duas práticas, faziam parte de um leque de mecanismos colonais de exploração e de expropriação dos camponeses e da força de trabalho escrava. Aos poucos, os moçambicanos foram ganhando consciência de que era possível libertarem-se do opressor (o colono). Para se livrarem da situação colonial marcada pela opressão, exploração, expropriação dentre outras *barbáries*, os moçambicanos foram forçados pela conjuntura a pegarem nas armas e lutarem para a sua libertação, isto depois de tantas (e

muitas) tentativas de negociação para uma independência pacífica. Já que a violência no campo (caracterizada pela *exploração* e *expropriação* e entra outras barbáries contra os camponeses) era tanta e a mesma se intensificava na medida em que o capitalismo colonial se reestruturava, os camponeses e os operários das fábricas, começam a desobedecer, lutando contra a hegemonia do poder colonial.

As contestações populares contra a colonização portuguesa segundo alguns autores (*cf*. Hedges & Chilundo, 2000;), começa, sobretudo, a partir da década de 1930 com a restruração do capitalismo colonial depois da crise de 1929. Mas, vale realçar que todo o processo de invasão e dominação portuguesa em Moçambique foi acompanhado pelas lutas e resistências dos povos locais contra as práticas que agrediam o seu modo de vida. Estas lutas e resistências não aconteceram apenas em Moçambique, muito pelo contrário, em todos os paises africanos invadidos pelas potências coloniais, embora em tempos diferentes, estas foram sendo contestados pelos povos nativos.

No caso moçambicano, como estratégia de lutas e resistências, além de reivindicar os seus territórios ora invadidos, os camponeses passaram a ferver as sementes usadas no processo produtivo. A partir desta ação, os camponeses queriam que a produção fosse baixa e de seguida, forçassem os portugueses a considerar aquela região como sendo inapta para a cultura de algudão. Já no caso de comercialização, alguns vendiam os seus produtos aos compradores dos países vizinhos e isto, era frequente no casos dos que viviam nas zonas de fronteira. Igualmente, alguns camponeses incendiavam a produção nas plentações colonais como forma de protexto contra a invasão colonial nos seus territórios, o trabalho forçado dentre outras brutalidades e/ou barbaridades perpetradas pelo Estado colonial.

Os camponeses queriam se reproduzir com base na sua forma de organização social, outrora interferida pelos os portugueses quando invadiram os seus territórios. Isso passava necessariamente pelo acesso e controle das terras (e outros recursos naturais) que estavam nas mãos dos portugueses, sua base material e simbólica, daí o motivo da sua luta e resistência contra a dominação e opressão colonial. Neste período, o decontentamento era quase total, pois além dos camponeses, os operários das fábricas e das indústrias começaram também a contestar e a protestar a opressão colonial. Os trabalhadores das fábricas e das indústrias começaram também a paralisar as atividades produtivas e mesmo aqueles que iam ao trabalho, não produziam grandes quantidades e outros fugiam para os países vizinhos e isto lavava ao colapso a economia colonial.

A sabotagem das máquinas fazia parte das estratégias de lutas dos operários das fábricas e das indústrias. As lutas e resistências tanto dos camponeses como dos operários, se intensifica a partir dos anos 1940 e 1950 por conta da restruturação dos processos produtivos (*cf*. EDGES & CHILUNDO, 2000). Havia neste período uma consciência tanto por parte dos camponeses quanto dos trabalhadores das fábricas e das indústrias de que a liderdade deveria ser conquistada e que para isso, era preciso lutar e resistir a opressão colonial. Nesta altura havia também outras lutas e resistências e, eram feitas, por exemplo, pelos movimentos estudantis, culturais, literários, etc.

Ao surgir em Junho de 1962, sob liderança de Eduardo Chivambo Mondlane, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique[9]), abraçou as pautas e/ou reivindicações dos camponeses, dos operários das fábricas, dos artistas, intelectuais (alguns deles exilados no exterior por temerem ser presos pela PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado) para lutar contra a dominação e opressão colonial, sob *slogan* "*libertação do Homem e da terra*". Conforme Brito (2019):

> As populações das "zonas libertadas", os camponeses, cuja motivação principal era de pôr termo à dominação colonial, aceitavam assim esse novo Estado embrionário que a FRELIMO ia construindo. Elas viam mesmo nele a concretização das suas aspirações, encontravam no seu seio a dignidade, a consciência da sua força e o orgulho de acabar pela força das armas com as humilhações infligidas pelo colonialismo; de certa maneira, elas eram já independentes e, tendo voltado a ser camponeses africanos e não mais indígenas portugueses, aceitavam de bom grado serem Moçambicanos (BRITO, 2019, p. 77).

Moçambique como «Estado-Nação», nasce em 1975, depois de uma guerra sangrenta travada pela FRELIMO sob liderança de Samora Machel contra o colonialismo português e teve duração de 10 anos (1964-1974). Como «Estado-Nação», embora as lideranças da FRELIMO previlegiassem a dessiminação da ideia da "unidade nacional",

[9] A FRELIMO é resultado da fusão de três movimentos nacionalistas entre eles: UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), fundada em 1960, em Bulawayo, no Zimbabwe, sub liderança de Adelino Guambe; a MANU (União Nacional Africada de Moçambique), fundada em 1961, em Mombaça, Quenia e; UNAMI (União Nacional para Moçambique Independente), fundado em 1961, em Niassalândia, atualmente, República do Malawi, em 1961 e era liderado por Baltazar Chagonga. A união destes três movimentos nacionalistas culminaram com o nascimento da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) a 25 de Junho de 1962, em Dar-Es-Salam, em Tanganyika, atual República da Tanzania. O primeiro presidente da FRELIMO foi Eduardo Chivambo Mondlane e nos meandros políticos, é considerado o "arquiteto" da "Unidade Nacional" por alegadamente ter unidos os três movimentos nacionalistas num só movimento de libertação nacional (a FRELIMO). Mais tarde, a ideia da "Unidade Nacional" que tem no Eduardo Chivambo Mondlane o seu arquiteto, transformou-se apenas numa miragem e isto, se deve por causa do fenômeno de tribalismo que se instalou dentro do movimento de libertação. O tribalismo dentro do movimento revolucionário se intensifica durante a luta armada (*cf*. Simango, 1969; Ncomo, 2004), situação que precaveu após a independência do país, sobretudo, quando a FRELIMO se torna num partido político (*cf.* Chichava, 2008; Domingos, 2009), fenômeno este que continua presentes até os dias atuais na sociedade moçambicana.

Moçambique funda-se a partir de lutas de poder e de classes. A lutas de poder (pela sucessão) dentro da FRELIMO segundo Brito (2019), vem desde da sua fundação em 1962, e, a mesma viera desaguar na década de 1970, sobretudo, quando estava certo que Moçambique alcançaria a sua independência.

Estas lutas de poder, consubstanciavam-se também numa luta de classes, pois tratava-se de duas linhas ideológicas em constante confronto e conflito. De acordo com Brito (2019, p. 55) a primeira linha ideológica era "revolucionária e popular [...] de inspiração marxista" e a segunda, era "oportunista, baseada no tribalismo, racismo e ambição, portanto, contra revolucionária" (idem). Enquanto a primeira combatia severamente o surgimento de *novos capitalistas* e/ou *aspirantes a burguesia* (promotores da *exploração do homem pelo homem*) após a independência do país, a segunda, favorecia a "formação de uma camada de social burguesa, os chamados novos exploradores" (BRITO, 2019, p. 67).

Este autor faz saber ainda que "durante esses confrontos, intelectuais de inspiração marxista, que como vimos eram na sua maioria do sul, afastaram os membros da liderança e vários outros quadros que se lhes opunham" (BRITO, 2019, p. 55). Esses que se opunham as inspirações marxistas, são aqueles que aspiravam ser, portanto, uma nova burguesa após a independência do país. Estas divergências político-ideológicas vão se verificar também durante o debate sobre que tipo de socialismo seguir, isto em 1977. De realçar que o processo de construção do «Estado-Nação» é acompanhado também pela negação do outro, ação esta que culminava com o aniquilamento físico dos opositores dentre outras contradições internas. Na perspectiva de Brito (2019):

> O Estado tornou-se assim o centro do processo político moçambicano e a lógica que lhe é própria – dada a sua história particular que nada tem de democrático -, uma lógica de imposição e de administração, substituiu a lógica de mobilização e de representação que era – ainda que só parcialmente – a da organização partidária. O Estado tornou-se ao mesmo tempo o instrumento privilegiado e o lugar por excelência da realização da "unidade nacional". Nesta perspectiva, tudo o que escapava ao poder e ao controle estatal era visto como uma ameaça à unidade do povo, ou como um obstáculo ao esforço de desenvolvimento (BRITO, 2019, p. 89).

Com a independência nacional em 1975, a FRELIMO deixava de ser apenas um movimento de libertação e passava também a ser um partido (com tendência socialista) no poder, preparado para instaurar uma nova ordem no país. A partir de então, inicia-se um processo amplo e profundo de restruturação e reforma do Estado. Essa restruturação e reformas que estavam em curso nesta altura, tinham fortes traços do socialismo. O que estava em curso neste período, era uma tentativa de produção de um Estado com base no

socialismo, onde utopicamente se pressupunha a (re)distribuição equilibrada da riqueza para todas as camadas sociais. Por sua vez, pressupunha-se produção de uma sociedade nova sem a diferenciação de classes sociais.

Por parte da FRELIMO sempre houve atitudes muito fortes de tendência socialista, sobretudo, nas políticas que vieram a ser implementadas após a independência do país. Para Pitcher (2003, p. 795) "à medida que a ideologia do marxismo-leninismo foi sendo formulada de modo mais sistemático e que o partido da FRELIMO cresceu em poder, a intervenção estatal tornou-se a pedra angular da agenda política do governo" com vista a avançar com o projeto alternativo para o desenvolvimento do país no período pós-colonial. Para esta autora:

> O estatismo servia de base às tentativas da FRELIMO de reordenação da estrutura do poder e de transformação das relações sociais e espaciais em Moçambique, reforçadas pela retórica que condenava enérgica e repetidamente a exploração capitalista e era apoiada por uma legislação de nacionalização e intervenção do estatal (PITCHER, 2003, p. 795).

Essa simpatia pelo socialismo por parte da FRELIMO, vem desde o período colonial, sobretudo, durante a luta armada de libertação nacional. Muitos guerrilheiros da FRELIMO tiveram treinamento militar em países socialistas como, por exemplo, Argélia, Cuba, Rússia. Além disso, maior parte dos membros fundadores da FRELIMO tivera a formação acadêmica em países socialistas, entre eles, Cuba e Rússia, só para citar alguns exemplos. Após a independência do país, seguiram-se também as nacionalizações e isso, se dá no contexto da tentativa de produção do país nos moldes socialistas que estava em curso neste período.

Sob os *slogans* a «*libertação dos homens e da terra*» e o «*fim da exploração do homem pelo homem*», a FRELIMO nacionalizou a terra e outros recursos naturais, tornando-os propriedade do Estado. A nacionalização da terra e de outros recursos naturais ocorrida momentos após a proclamação da independência, fazia parte de um processo intenso de tentativa de destruição da estrutura colonial em Moçambique. Por sua vez, este processo, fazia parte da tentativa de edificação do sistema socialista em Moçambique, onde se pressupunha que todos os moçambicanos e todas as moçambicanas, sem a distinção de sexo e cor, pudessem ter acesso à terra sem restrições para a sua reprodução social.

Vale lembrar que, um dos fundamentos era a devolução das terras aos verdadeiros donos (neste caso, os camponeses) para que estes, usassem a mesma sem nenhuma restrição. Como se sabe, no período colonial havia restrição aos moçambicanos no acesso

a terra e a nacionalização de terras pelo Estado em nome do povo, dava liberdade aos camponeses em ocupar as terras e fazer uso das mesmas de acordo com as suas necessidades e prioridades. Dentro das suas utopias, com a nacionalização da terra e de outros recursos naturais, a FRELIMO queria mudar este cenário machista e excludente, fazendo com que todos os moçambicanos sem a distinção do gênero, tivessem acesso à terra e posteriormente, participassem no processo de desenvolvimento rural.

A proclamação da independência em 1975, trouxe tamabém uma preocupação com "emancipação da mulher" e a FRELIMO fez isso no contexto da *revolução socialista*. Neste entendimento, sem a libertação da mulher nas amarras da sociedade patriarcal que teria sido produzida pela colonização portugueses, a *revolução socialista* que a FRELIMO pretendia travar em Moçambique, não teria nenhum sentido. No entanto, "esta abordagem estava na mesma linha da oposição da FRELIMO às práticas tradicionais, atrasadas, que se considerava oprimirem as mulheres" (WATERHOUSE & VIJFHUIZEN, 2001, p. 19).

Foi daí que, no momento da proclamação da independência, a FRELIMO declarou que todos eram iguais perante a lei, e isto, dava ao homem e à mulher as mesmas oportunidades no acesso à terra e aos recursos naturais. Mesmo assim, não quer dizer que, a mulher deixou der oprimida na sociedade moçambicana. Pelo contrário, a situação manteve-se, além do machismo ter se perpetuado, o acesso à terra por parte das mulheres continuou a ser um problema, embora com uma pequena mudança nos dias atuais. Neste processo, nacionalizou-se ainda as infra-estruturas habitacionais (prédios, casas, etc.) e econômicas (lojas) e serviços sociais (saúde, educação, etc).

Em relação as estruturas habitacionais, a maior parte delas, foram "abocanhadas" pela nova classe nacionalista e detentora do poder político, nalguns casos, ocupadas pelo povo. As escolas privadas que funcionavam no período colonial foram também nacionalizadas e o setor privado foi abolido. O mesmo aconteceu com as infra-estruturas onde funcionavam os centros de saúde e os hospitais. No caso das lojas que estavam nas mãos dos portugueses, após a sua nacionalização, a mesmas foram convertidas em lojas do povo, sobretudo, quando foram criadas as aldeias comunais durante a implementação do programa de «socialização do campo».

Essa restruturação e reformas no aparelho do Estado que estava a acontecer no sentido de implantar o socialismo no país, passava também por lutar contra a reprodução das práticas coloniais. A FRELIMO entendia que eram estas práticas que criavam as desigualdades e diferenciações sociais e entre outras *barbáries* em Moçambique, daí que

deveriam ser combatidas. Num dos seus discursos revolucionários, Samora Machel afirmara que o "colonialismo é um crime contra a humanidade. Não há colonialismo humano, não há colonialismo democrático, não há colonialismo não explorador[10]".

É daí que FRELIMO avança rapidamente com a ideia de "escangalhar" o aparelho do Estado colonial, mas sem se despir necessariamente das mentes (e outras práticas) coloniais. Isso passava necessariamente pela tentativa de "aniquilamento" de quase toda a administração colonial e substituí-la pelos novos burocratas nacionais, sobretudo, aqueles que estiveram ligadas diretamente com a luta de libertação nacional[11]. Esses burocratas eram aqueles que foram e continuaram leais a ideologia política dominante que reinava dentro da FRELIMO, a de produzir a "nova" sociedade liberta dos escombros do colonialismo português com base no socialismo. Conforme Brito (2019):

> Os dirigentes da FRELIMO eram nacionalistas não porque exprimissem um sentimento nacional efetivamente partilhado pelo conjunto da população, mas porque o seu projecto era o de criarem a nação moçambicana. [...]. A independência não podia, pois, signiicar para eles nada diferente do que a apropriação do Estado colonial para transformá-lo num Estado nacional, num Estado-nação moderno. E vão empenhar-se neste projeto com grande determinação. Ao tomarem as rédeas do poder do Estado, os dirigentes da FRELIMO, fortes do seu prestígio e da sua legitimidade, estavam decididos a realizar o seu projeto, que enunciavam em termos de "construção do socialismo". Porém, contrariamente às aparências, eles não eram os únicos senhores no país, apesar de estarem em situação de impor o seu discurso como o único legítimo. Com efeito, o controle do exército que tinha estado na origem do seu poder durante a luta armada já não era suficiente para lhes assegurar o controle da gestão do país independente, vendo-se por consequência obrigados a estabelecer novas alianças: foi na burocracia estatal que eles acabaram por se apoiar, transformando o aparelho do Estado no verdadeiro lugar do novo poder independente. Acabada a guerra e conquistada a independência, o funcionário substitui o soldado guerrilheiro na nova tarefa que se atribui a FRELIMO: a construção de uma nação moderna e desenvolvida (BRITO, 2019, p. 87).

Para a FRELIMO o problema era o sistema imposto pelo Estado colonial em Moçambique, por isso, deveria ser combatido e destruído, para depois ser substituído por outro, que privilegiasse a solidariedade entre os povos, neste caso, o socialismo. A FRELIMO via no socialismo, um sistema de desenvolvimento econômico e social mais justo e solidário. Para mostrar que estava contra a reprodução das práticas coloniais na nova sociedade, a FRELIMO viera incorporar no primeiro «Hino Nacional», expressões que combatessem e/ou vetassem tais ações no país e pode-se ler a seguir[12].

---

[10] Disponível em: https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/frases-samora30-anos-a-luta-continua-tres-decadas-depois. Acesso: 08/12/2018.

[11] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Mosca (1999).

[12] Este Hino Nacional foi substituído pelo atual intitulado «Pátria Amada» que está desde 1 de Maio de 2002 a ser entoado pelos moçambicanos como Símbolo Nacional.

Viva, viva a FRELIMO;
Guia do Povo Moçambicano!
Povo heróico qu'arma em punho;
O colonialismo o povo derrubou;
Todo o povo unido;
Desde o Rovuma até o Maputo;
Luta contra o imperialismo;
Continua e sempre vencerá;
Refrão
Vivia Moçambique!
Viva a bandeira, símbolo Nacional!
Viva Moçambique;
Que por ti o povo lutará

Unidos ao mundo inteiro;
Lutando contra a burguesia;
Nossa Pátria será túmulo;
Do capitalismo a exploração;
O Povo Moçambicano;
De operários e de camponeses;
Engajados no trabalho;
A riqueza sempre brotará
Refrão
Vivia Moçambique!
Viva a bandeira, símbolo Nacional!
Viva Moçambique;
Que por ti o povo lutará

Como se pode verificar, as palavras *colonialismo, imperialismo, capitalismo, exploração* e *burguesia* são as que mais se evidenciam neste hino nacional. Ao colocar-se essas palavras no hino nacional, a ideia era para difundir a mensagem de que a nova sociedade que estava sendo produzida pela FRELIMO, seria, no antanto, um "túmulo" destas práticas. Que a FRELIMO seria implacável no seu combate. Nas escolas, duma forma organizada e nalgumas vezes, trajadas/os de uniforme escolar, as crianças, adolescentes, os jovens (e o povo moçambicano no geral) deveriam entoar este hino nacional antes de entrar nas salas de aula como uma forma de exaltação da pátria.

Num país formado por *operários* e *camponeses*, sob liderança de Samora Machel, acumulação capitalista foi vetada, pois segundo o discurso oficial, tratava-se duma prática colonial. Samora Machel, não queria saber também da formação da chamada "burguesia nacional" na nova sociedade, pois no seu entender, esta seria uma via declarada para acumulação capitalista na nova sociedade, daí o seu combate. Por exemplo, num dos seus discursos revolucionários, Samora Machel afirmara que o objetivo final era "romper com a burguesia, pincipalmente os aspirantes à burguesia" (FAUVET & MOSSE, 2004, p. 163). Durante o seu discurso revolucionário, Samora Machel chegou a comparar os tais "aspirantes à burguesia" a um jacaré que acaba de sair do ovo, ou seja, um "jacarezinho" como gostava de dizer. Num dos seus discursos combativos transcrito por Fauvet e Mosse (2004) em seu livro, Samora Machel afirma que:

> Quando alguém captura um jacaré saído do ovo, acha-o um verme interessante. Mas, à medida que ele cresce, precisa cada vez mais de grandes pedaços de carne fresca. É como a burguesia. Se deixarmos crescer, corrompe as nossas instituições .... Os nossos jacarés ainda estão no estado de verme, são ainda aspirantes a burguesia. Mas, se não liquidarmos esses vermes, se os deixarmos crescer, tornar-se-ão mais perigosos (FAUVET & MOSSE, 2004, p. 163)

A experiência colonial, foi determinante para a tomada de decisões de Samora Machel no Moçambique independente. Há autores (como, por exemplo, Silva, 2017) que revelam que Samora Machel no decorrer da sua formação político-militar, terá lido Karl

Marx. A partir deste entendimento, é possível inferir, portanto, que a leitura feita por Samora Machel aos escritos de Karl Marx o ajudou bastante compreender as contradições do sistema capitalista como um todo e a orientar o país ao socialismo como sistema de desenvolvimento econômico e social. Silva (2017) afirma que:

> O próprio Samora Machel ofereceu uma perspectiva da apropriação do marxismo pela FRELIMO. Em um dos encontros com Samora Machel já na década de 1980, o sociólogo suíço Jean Ziegler em companhia de Regis Debray e José Luís Cabaço, desejavam saber a respeito da influência do pensamento socialista na revolução moçambicana e tinha como hipótese a influência do Partido Comunista Português na formação da elite dirigente. Ziegler perguntou a Samora quando tinha lido a primeira vez um texto de Marx. Samora ignorou a pergunta e começou a narrar sobre sua infância, enfatizando que a exploração de seu pai e citando os momentos da discriminação e humilhação que ele havia passado. Ziegler interrompeu a fala de Samora e novamente lhe perguntou. O presidente continuou sua fala contando a respeito da sua fuga para Tanzânia, da sua renúncia aos estudos para ingressar na luta armada e de sua viagem de treinamento para Argel, capital da Argélia. Samora disse que foi neste momento em que chegou a ele um livro de Marx. O presidente afirmou que ao ler o livro passou-se diante dele toda a sua experiência de vida e ele se deu conta de que estava lendo Marx pela segunda vez (SILVA, 2017, p. 98).

Os membros da FRELIMO não poderiam ter bens privados, por isso, todos eles eram chamados a trabalhar para o bem-estar do povo moçambicano e não para benefícios próprios. Como diz Ngoenha (2011, p. 15), nesse período "o Estado moçambicano era implacável contra tudo que de longe ou de perto, se parecia com a corrupção, desvio de bens públicos, tentativa de enriquecimento pessoas, acumulação individual". Mesmo assim, a experiência revelou que, há quem transgredia as regras de comando impostas pela ala dominante e radical dentro do movimento revolucionário.

O processo de edificação do "Estado Novo" no Moçambique independente, foi gerando consigo contradições e até a decisão final de que o país deveria adotar o socialismo como sistema de desenvolvimento econômico e social, várias situações aconteceram, grande parte delas, caracterizadas pela *barbárie*. Em pouco tempo, verifica-se em Moçambique, a "paternização" do Estado, na medida em que, a FRELIMO autoproclama-se "guia do povo moçambicano" e Samora Machel, "pai da nação". Isso dava o poder tanto a FRELIMO quanto ao Samora Machel na qualidade de presidente da república, avançar com ações autoritárias na constituição da nova sociedade, o que também permitia, portanto, o controle político e social dos sujeitos que estavam sob seu domínio. Essa *partenização* do Estado, fez com que a FRELIMO se apropriasse de quase toda a história da libertação do país. José (s/a) afirma que:

> "a FRELIMO, mais concretamente, a ala dominante, reivindicou para si o monopólio da ação política, construindo os próprios mecanismos e o conteúdo

> da participação dos cidadãos de acordo com os seus parâmetros ideológicos" (JOSÉ, s/a, p. 84).

Essa *paternização* do Estado, nalgum momento, fez com que a FRELIMO passasse, por exemplo, a tratar Moçambique como sua propriedade e não de todos os moçambicanos. A ideia segundo a qual a FRELIMO queria produzir uma sociedade sem diferenciação de classes sociais e promover a "unidade nacional", parece começar a entrar em crise. Os dirigentes da FRELIMO começam, contraditoriamente, a se sentirem (a se acharem) mais moçambicanos que os outros, mesmo que estes últimos tenham participado também na luta de libertação nacional. Nesta tentativa de produzir da "nova" república com base no socialismo, sucede que a FRELIMO "não rompe de forma clara com a expressão territorial daquele [antigo] poder" (Carrilho & Mandamule, 2017, p. 73), pois as "velhas" questões, permaneceram intacta na nova sociedade, mas desta vez, com uma nova *roupagem*.

Em vez de se ocupar em construir uma verdadeira alternativa para o povo que vinha de um sofrimento, enfim, de uma extrema violência, as ações desencadas pela liderança da FRELIMO, foram aos poucos, reproduzindo o passado colonial, o qual ela mesma lutou. Neste sentido, pode-se dizer que, no processo de constituição da nova sociedade liberta dos escombros do Estado colonial, a nova classe nacionalista, agora no poder por via da luta armada, exibia ao seu povo uma pele negra e, silenciosamente, a mesma agia por debaixo de uma máscara branca, situação descrita por Fanon (2001) em seu livro «*Pele negra, máscaras brancas»*.

Ao entrar no poder, as novas "elites libertadoras na nação", passaram dominar e a controlar politicamente moçambicanos/as iguais numa clara demonstração de relações de poder. Tal como no período colonial, após a independência, os pronomes "nós" e "eles", começam a ganhar cada vez mais espaço nos discursos políticos e no *modus operandi* da FRELIMO no processo de produção da nova sociedade. Todo aquele que pensava de forma diferente do *modo frelimista de pensar* (enquanto cultura de "ser" e de "estar" dentro da FRELIMO) era tido como *Outro*.

As conotações variavam, iam desde "inimigo do povo", "inimigo das conquistas da revolução", "aspirantes a burguesia", reacionários, "bandidos armados", neste último caso, tratava-se da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana, atualmente, o maior partido da oposição em Moçambique), o principal opositor do *modo frelimista de pensar* durante o socialismo. Todos estes eram *Outros* no ideário da FRELIMO, sendo assim, deveriam ser combatidos, varridos e limpados, pois segundo o discurso dominante, eram

nocivos a nova sociedade que estava sendo constituída. Matsimbe (2017) revela que após a nova classe nacionalista entrar no poder:

> Os *Outros* foram substituídos por todos os que se mostravam contra os ideais da revolução, os apelidados *xiconhocas* ou inimigos internos, reacionários, boateiros, candongueiros, obscurantistas, preguiçosos, etc. Esta divisão foi tomando diferentes formatos ao longo do tempo, tendo os *Outros* sido representados pelos bandidos armados, lacaios, fantoches do imperialismo, inimigos do Estado e do povo (MATSIMBE, 2017, p. 64, itálicos do original).

Com a independência do país, a FRELIMO herdou e deu continuidade ao processo de exclusão social, mantendo quase todo o resto em constante, neste caso, a opressão, a violência (física e simbólica), a negação do outro dentre outras barbáries. Num contexto revolucionário, embora tenha sido começado durante a preparação da guerra contra o regime colonial português e mais tarde, nas zonas libertadas e com a independência oficial, a FRELIMO começou a intensificar aquilo que Serra (1997) chamou de «*frelimismo*». O «*frelimismo*» é tido aqui, como um processo sistêmico de ideologização do social e do político, iniciado desde os primórdios da luta anticolonial.

O «*frelimismo*» também pressupunha a modernização, marginalização do que segundo a ideologia (da classe) dominante era avesso e, posteriormente, a *reeducação* dos que tinham um pensamento (e/ou discurso) contrário ao oficialmente instituído. Em casos graves, o *frelimismo* era severo e quem desobedecesse a ideologia (da classe) dominante era "sacrificado" como na altura se dizia, em nome das *conquistas da revolução*.

A FRELIMO sempre associou a luta *anticolonial* com a sua implantação social e ideológica sobre os territórios por ela conquistados durante toda a guerrilha. Neste caso, as *zonas libertadas* foram os primeiros territórios onde a FRELIMO se implantou com maior eficácia. Nalguns casos, o *frelimismo* verificava-se também nas *zonas semi-libertadas* onde a FRELIMO tinha algum controle, tanto sobre a população quanto pelos territórios parcialmente conquistados. Os primeiros anos da independência foram marcados pelo processo de formulação de "novas" diretrizes e/ou linhas orientadoras do projeto «*frelimista*» que levariam o desenvolvimento do país.

Mesmo sem mencionar a(s) data(s) do encontro, Pitcher (2003, p. 795) descreve que a FRELIMO "em Fevereiro de 1975, aprovou medidas que sancionava a intervenção estatal nos seguintes casos: ameaça de despedimento dos trabalhadores, interrupção ou redução da produção, destruição de equipamento, descapitalização ou desinvestimento e abandono". Já prestes a independência oficial do país, a FRELIMO viera fortificar cada

vez mais as suas ações revolucionárias. Neste processo, tenta-se duma forma autoritária, eliminar todas as divergências possíveis, e isto, passava necessariamente por silenciar todos aqueles que se opunham à ideologia frelimiana. Serra (2003) sinaliza que:

> A unidade absoluta que exigem em função do projeto utopiano e escatológico da regeneração social não pode realizar-se senão pela eliminação das divergências. A eliminação das divergências consiste, fundamentalmente, na eliminação da oposição política. Aqui, o mundo frelimiano é, também, um mundo owelliano, com o seu Big Brother terrível e punidor. É no sistemático silenciamento da diferença cultural e da oposição política que o frelimismo constrói, decanta e retroalimenta a simbólica voluntarista do povo revolucionário (SERRA, 2003, p. 121).

Além disto, "no programa da *utopia «frelimista»*, existia duas grandes ambições políticas: destradicionalizar a colonização e descolonizar a tradição" (SERRA, 2003, p. 110). Por esta via, começa a ficar evidente negação das práticas locais, uma autêntica herança do poder colonial. Com a independência do país, herda-se também a língua e a cultura portuguesa. De forma sistemática, procura-se marginalizar as línguas nacionais que eram faladas pelos povos nativos ao longo do país. Tenta-se duma forma autoritária proibir que os povos falassem as suas línguas nativas (maternas), forçando-os a falar a língua portuguesa, como se o português fosse superior. Nas escolas, o ensino passou a ser ministrado em português e as línguas locais (maternas), foram sistematicamente marginalizadas e secundarizadas nos planos de ensino.

Proibia-se falar as línguas locais dentro do recinto escolar e, quem fosse encontrado/a, era de seguida, punido/a, numa autêntica reprodução das práticas coloniais, sobretudo, as que forçava os moçamocanos a se assimilarem a cultura portuguesa. Isso fez com que, houvesse nalguns casos, as populações residentes no meio rural perdessem certos valores (e/ou traços) culturas. Mais tarde, e, sobretudo, depois de quase mais de duas décadas após a independência do país, percebeu-se que as línguas locais (maternas) tinham alguma importância e que deveriam ser valorizadas. As lutas e resistências populares, contribuíram significativamente para que as elites frelimistas entendessem que as línguas locais eram importantes para a manutenção do modo de vida das populações rurais.

No entanto, cada vez mais que as elites frelimistas tentassem elimitar tais línguas na sua tentativa de produzir uma sociedade nova, mais contestações populares estas sofriam. Numa altura em que a FRELIMO precisavam "unir" os moçambicanos, insistir com a ideia de eliminação das línguas locais embora o seu projeto de modenização incuísse esse aspecto, era um caminho sinuoso, pois a maior parte da população viviam

no meio rural. As línguas locais não eram apenas uma base de comunicação não apenas das populações nativas, mas uma identidade que traduzia-se na manifestação cultural dos povos. Dito de outra forma, as línguas locais (maternas) compunham nessa altura (e continuam a compor até os dias atuais) um "património cultural" que é ao mesmo tempo, a riqueza dos moçambicanos (por verificar-se uma diversidade linguística), a qual precisa ser preservada.

Aos poucos, começam a aparecer nos planos de ensino do país. A seguir a isso, inicia-se um processo de tradução de alguns documentos, sobretudo, algumas leis para as línguas locais. O exemplo clássico é da Lei de Terras 19/97 que foi traduzida para o *Xindau*, uma das línguas faladas na província de Sofala, na região centro do país. A própria Constituição da República também foi traduzida, numa primeira fase para o *Changana*, língua predominantemente falada nas províncias do região sul do país (Inhambane, Gaza e Maputo) e isto, só aconteceu ceeca de 40 anos depois da independência do país. Esses são alguns exemplos que demonstram uma aparente mudança do *modo frelimista de pensar*.

A nova classe nacionalista, agora no poder, era detentora de um conhecimento *europeizado* e possuía um alto domínio da língua portuguesa. A maior parte das pessoas que faziam parte desta nova classe nacionalista, era composto pelos chamados *assimilados*, aqueles que haviam aceitado que a sua cultura, suas tradições, hábitos e costumes fossem mutilados pelo regime colonial no âmbito da sua implantação. O domínio da língua portuguesa, adicionado ao conhecimento *europeizado* que na altura detinha, a nova classe nacionalista, era superior a todos outros moçambicanos. Nalguns casos, isto apenas servia como um mecanismo de recolonização das massas e também para exclusão social no país. Matsimbe (2017) sinaliza que:

> A herança da língua e cultura portuguesas foi um marco extremamente importante. Nos anos que se seguiram à independência, a proibição do uso das línguas nacionais e de todas as formas de manifestação cultural significou a continuidade da ideologia colonial. Ademais, os novos líderes escolhidos para conduzir os destinos da revolução não foram procurados entre os africanos com melhor compreensão dos hábitos culturais africanos, mas sim entre intelectuais com conhecimento europeizado, com domínio da língua portuguesa, o que pressupunha uma clara exclusão dos menos escolarizados e baseados nas tradições africanas (MATSIMBE, 2017, p. 64).

Nessa sua luta pela edificação do socialismo no país, a FRELIMO tenta "aquilhar" as autoridades tradicionais (homens e mulheres) que supostamente estavam a serviço do Estado colonial. Igualmente, as autoridades tradicionais são hostilizadas de promover o divisionismo, o abscurentismo dentre outras práticas que a FRELIMO queria extinguir

no país, como, por exemplo, a poligamia, os ritos de iniciação, os casamentos precosses etc. Tal intenção não se efetivou, pois durante o processo a FRELIMO compreende que as autoridades tradicinais eram tão importantes para garantir a menurenção do poder ao nível local/comunitário. A FRELIMO compreende, portanto, que a extensão do seu poder até às bases, onde se localizavam as massas populares, seria por meio das autridades tradicionais, daí que era importante aliar-se as mesmas.

Contraditoriamente, a sua importância na nova sociedade permaneceu como elemento chave, não apenas no processo de tomada de decisão, mas também na concepção de programas de intervenção social a nível local (*cf*. CARRILHO & MANDAMULE, 2017). A FRELIMO apenas eliminou as antigas autoridades tradicionais, substituindo-as por outras que eram da sua confiança. Essas novas autoridades tradicionais ora empossadas pela FRELIMO logo após a independência do país, eram mais leais a sua ideologia política. Após serem empossadas, estas autoridades tradicionais, passaram a desempenhar quase a mesma função que as anteriores lideranças de ser interlocutores (informantes chaves) e de garantir o controle político e social sobre os territórios e as pessoas que estavam sob sua alçada. De acordo com Brito (2019):

> Apesar da negação implícita da organização específica das sociedades rurais, a Frelimo reconhecia, no entanto, o prestígio dos chefes junto das suas populações e aceitava de certa maneira a sua legitimidade, admitindo a sua participação na nova organização do poder local. [...]. Em sua substituição foram gradualmente investidos nas novas estruturas político-administrativas – células, círculos e localidades – os secretários do partido, jovens escolarizados, às vezes da família do chefe, mas frequentemente pertencentes a outras famílias, muitas vezes arrogantes e desrespeitadores das "tradições", que aliás eram encarregados de combater. Para além da difusão do discurso da Frelimo, era sua missão mobilizar o povo para a construção de aldeias comunais, e lutar contra o "obscurantismo" e todos os males atribuídos à sociedade "tradicional feudal", como a poligamia, os casamentos precoces, os ritos de iniciação, mas também o alcoolismo, a preguiça, etc... (BRITO, 2019, p. 89-90).

Estas autoridades tradicionais estavam também envolvidas na produção da nova sociedade e o seu papel era, portanto, o de identificar pessoas consideradas como desajustadas e/ou aquelas que tinham um desvio de padrão. Após identificadas, em seguida, autoridades tradicionais enviavam os nomes das pessoas consideradas como desajustadas às estruturas do então partido único, sendo que mais tarde, eram submetidos a vários tipos de violência (física ou psicológica) supostamente para se adquarem a ideologia política da época. Segundo Carrilho e Mandamule (2017), faziam parte dos líderes tradicionais: os sistemas de sucessão, conselhos de ancião, marechais e oficiais de campo, entre eles, os *indunas*, o sistema policial dos *sipaios*, os cabos da terra e entre outros. As autoridades tradicionais eram acusadas pela FRELIMO de terem sido

coniventes à exploração dos moçambicanos iguais, por isso, não mereciam sua confiança na nova sociedade. Para Arnfred (2001):

> Depois da independência, todos os chefes foram afastados pela FRELIMO, tendo sido substituídos por pessoas do partido, colocadas em novas estruturas de poder do Estado. Contudo, em alguns lugares, a antiga autoridade tradicional secretamente a última palavra, indicando homens da linhagem de chefia, controlados pelos chefes destronados, para cargos como secretários das aldeias comunais (ARNFRED, 2001, p. 187-188).

Os cantores que produziam músicas de intervenção social também não escaparam das ações autoritárias da FRELIMO. Houve uma censura generalizada das letras de músicas escritas neste período. Os cantores rebeldes ao sistema, foram severamente combatidos, perseguidos, reprimidos e alguns foram até enviados para «*campos de reeducação»*, numa tentativa de torná-los "novos homens" e "moderno". Além das manifestações culturais e artes, a imprensa também foi censurada pela FRELIMO. Nessa altura não havia tanta crítica (como tem acontecido nos dias atuais) ao sistema (governo da FRELIMO), quem o fizesse, era perseguido, reprimido, torturado e, em casos graves, preso e morto, acusado de crime contra a ordem e segurança do Estado.

As igrejas que atuavam no período colonial, algumas delas (para não dizer todas) também não escaparam da ação revolucionária da FRELIMO. No imaginário da FRELIMO, na nova sociedade que estava sendo constituída na base do socialismo, não cabia as religiões que operavam durante o período colonial", por estas terem alegadamente sido coniventes a "exploração do homem pelo homem e de tantas barbáries perpetradas pelo regime colonial em Moçambique. Silva (2017) faz saber que nessa altura, a FRELIMO afirmava que:

> Os missionários nacionais e estrangeiros eram grupos a favor do imperialismo, que intencionavam manobrar os crentes para servir os interesses dos exploradores [...] ao preconizarem os caminhos do céu, as igrejas transformavam os seus ensinamentos em dogmas que escravizavam, e que faziam acreditar que a miséria e a opressão ao povo era algo imutável (SILVA, 2017, p. 100).

A FRELIMO considerava a "religião como *ópio* do povo", por isso, aquelas igrejas que foram coniventes ao processo de colonização do país, deveriam ser combatidas e se necessário, os seus fiéis ser enviados para «*campos de reeducação»*. A igreja católica e a religião muçulmana são as que foram severamente combatidas, acusadas de terem dividido ainda mais os moçambicanos, numa altura em que a FRELIMO lutava para o restabelecimento da unidade nacional. No caso da Igreja Católica, a FRELIMO acusava-a "por sua associação com o poder colonial português" destacando que era "inimiga a

revolução moçambicana" (SILVA, 2017, p. 103). Na perspectiva de Brito (2019, p. 103) "a Igreja Católica foi particularmente atacada por causa das suas ligações com as autoridades coloniais, e naquela época muitos padres católicos foram expulsos do país". outros que também não escaparam das ações revolucionárias da FRELIMO, são os crentes da Igreja Testimunhas de Jeová. Durante o processo de produção da nova sociedade "milhares de membros da seita Testemunhas de Jeová foram acusados de atividades subversivas e enviados para os «campos de reeducação» (BRITO, 2019, p. 103). Já no caso dos muçulmanos, estes foram de fato acusados pela FRELIMO de cumplicidades durante a colonização portuguesa e uma parte da *barbárie* que os moçambicanos passaram era atribuída a eles. CACHAT (2018) lembra que:

> Os velhos *sheiks* que tinham beneficiado, antes da independência, da generosidade das autoridades portuguesas, comportavam-se o mais discretamente possível, evitando os insultos e os arremessos de pedras, embora maior parte da população lhes tenha mostrado infalivelmente respeito e fidelidade. Eles repreendiam as crianças que nas suas brincadeiras contribuíam a degradação da ilha [de Moçambique], mas não ousavam abertamente aos ativistas da FRELIMO, bem decididos a acabar com aquela autoridade tradicional considerada culpada de cumplicidade (CACHAT, 2018, p. 15).

Os casos de perseguição religiosa, segundo Rosário (2009) aconteciam com maior frequência no distrito de Angoche, na província de Nampula e eram encabeçadas pelos dirigentes da FRELIMO. Os muçulmanos de Angoche viam a atuação dos dirigentes da FRELIMO como uma espécie de recolonização, onde os negros, mas desta vez, vindos do sul do país, passavam a oprimir outros negros. Dito de outra forma, entre os *angochianos* reinava a "ideia de existência de novos colonos, mas desta vez, vindos do sul do país" (ROSÁRIO, 2009, p. 82). No entender deste autor, os novos colonos vindos do sul tidos pelos *angochianos*, eram os membros da FRELIMO. O combate as religiões por parte da FRELIMO nos primeiros anos da independência, esteva ligado ao seu projeto de construção do país com base no socialismo. Chichava (2008) é da opinião de que:

> O combate à religião, efetuado com vigor durante os primeiros anos da independência [...] deve ser encarado [...] como um instrumento usado não só para legitimar a ideologia "marxista-leninista", mas também o estilo de nação então em construção (CHICHAVA, 2008, p. 73).

Contraditoriamente, nos dias atuais, a FRELIMO, sobretudo, quando o país está numa crise social, convida as mesmas igrejas que outrora combateu para participarem na busca de soluções. Além disso, alguns membros da FRELIMO que outrora combatiam estas mesmas igrejas, tornaram-se crentes. Mosca (2014, p. 84) afirma que "antes era clara a diferenciação entre Estado e religião e a FRELIMO não permitia que como

membro, as pessoas confessassem algum credo", mas "hoje, duvidosas religiões organizam missas-comícios com a presença de altos dirigentes" (idem).

Ainda no decurso da constituição da nova sociedade, duma forma autoritária, a FRELIMO tenta produzir um «*Homem-Novo»*. O «*Homem-Novo»* era para a FRELIMO um sujeito purificado, moderno e habilitado em viver a modernidade, com um mente minimamente revolucionária, capaz de defender as *conquistas da revolução*. Enfim, um «*Homem-Novo*» para a FRELIMO era um sujeito dotado de *consciência de classe e política*. Sobre a produção do «*Homem-Novo*» que estava sendo realizado pela FRELIMO, Quembo (2017) reporta que:

> Para a visão da revolução nacional-democrata e popular, a ideologia do homem Homem-Novo, a produção não era meramente necessária para satisfazer as necessidades biológicas fundamentais, mas também necessária para a formação política e para o desenvolvimento da consciência de classe. O importante é o trabalho moderno, modernizador e modelador do Homem-Novo (QUEMBO, 2017, p. 65).

Na perspectiva de Serra (1997), lê-se o seguinte:

> Se na era colonial o objetivo central era o de gerir os corpos úteis produtores de matérias-primas, agora o objetivo central é o de gerir mentalidades revolucionárias produtoras de uma Sociedade Nova. Lá se procurava a «simetria corporal»; aqui «simetria mental». O que interessa os quadros da FRELIMO não é o rendimento dos corpos, mas o «rendimento» da mentalidade revolucionária; é bem menos a quantidade «colonial» dos cocos colhidos, do que a qualidade revolucionária das **mentalidades novas** que colhem cocos, enquanto que para o colonialismo a população só tinha sentido enquanto reservatório de mão-de-obra, para o frelimismo a sua importância advém do grau de porosidade política às mobilizações/adesões (montante de processo) e as regenerações sociais (jusante do processo) (SERRA, 1997, p. 97-98, grifos do original).

Num outro momento, Serra (2003) faz saber ainda que:

> [...] se antes, o colonialismo foi fundamentalmente uma empresa técnica de gestão corporal, agora o frelimismo pretende ser uma empresa política de gestão de mentalidades pensando da mesma maneira: a revolucionária, a da subversão do existente. [...]. Ia-se à aldeia colonial recrutar corpos para trabalho; vai-se à aldeia frelimiana mobilizar **mentalidades novas** para o futuro; o mundo colonial era o mundo das tribos portuguesadas; o mundo frelimiano esperava-se que fosse o mundo dos moçambicanos descolonizados, republicanos e sem fissuras identitárias (SERRA, 2003, p. 111, grifos do original).

Para avançar com este programa de constituição de uma nova sociedade livre do pensamento colonial, Samora Machel viajou pelo país junto dos quadros da FRELIMO, deixando a mensagem sobre como deveria ser o Moçambique independente. Na província da Zambézia, Samora Machel terá proferido as seguintes palavras:

> Primeiro temos de realizar o trabalho da descolonização mental de todos os moçambicanos e a todos os níveis. No lugar da mentalidade colonialista, uma mentalidade nova, uma mentalidade revolucionária. Por isso, a tarefa do Governo de Transição foi de estender a FRELIMO a todo o território do País, estender o Poder Político, estabelecer a estrutura da FRELIMO [...] ao nível da localidade, ao nível do distrito, ao nível provincial, a nível da Nação para podermos para podermos desmantelar completamente as estruturas coloniais. [...]. A batalha será desencadeada depois da proclamação da independência da República de Moçambique. Será desencadeada a batalha porque é um trabalho permanente, ao nível das ideias. Só liquidando a mentalidade colonialista, só liquidando o complexo de superioridade e informalidade, só criando uma nova mentalidade estaremos em condições de construir o Moçambique forte, jovem, feliz e próspero, as relações entre o nosso Povo, entre todos os homens de todas as raças e de todas as corres só partindo deste ponto e desta consciência, deste sentimento (SERRA, 1997, p. 95-96).

O «*Homem-Novo*» mão poderia viver de forma isolada, mas sim, em espaços coletivos, só assim é que ganharia a consciência política coletiva. Para que fosse possível a formação do «*Homem-Novo*», numa primeira fase, criou condições necessárias para o efeito. Identificou os lugares onde a formação deveria ocorrer como também, o tipo de formação. Para a FRELIMO impor-se perante os camponeses e as populações no geral, criou forças repressiva, a chamadas Milícias Populares dotadas de poderes suficientes para cumprir as missões e/ou tarefas que eram atribuídas. Além disso, criou também um *Tribunal Revolucionário* em que os não alinhados a ideologia política da FRELIMO eram julgados e condenados. As instituições repressivas criadas pela FRELIMO após a independência do país, foi apenas uma reedição e modernização do passado colonial. Matsimbe (2017) afirma que

> A instituição repressiva colonial por excelência, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado-Direção-Geral de Segurança (PIDE-DGS), foi substituída pelo Serviço Nacional de Segurança Popular (Snasp, depois SISE — Serviço de Informações e Segurança do Estado) (MATSIMBE, 2017, p, 66).

As formas repressivas que se verificaram no período colonial, foram recuperadas, reeditadas e modernizadas pela FRELIMO após a proclamação da independência, sobretudo, durante o processo autoritário de formação do «*Homem-Novo*». Se no período colonial a repressão física era feita por meio do chicote, durante a formação do «*Homem-Novo*», foi substituído pela palmatória. Matsembe (2017, p. 66) sinaliza que "há que enfatizar que a repressão não foi apenas herança da máquina repressiva colonial, mas também da luta armada de libertação nacional". Para a formação do «*Homem-Novo*», foi necessário abrir «*campos de reeducação*» ao longo país. Os «*campos de reeducação*» foram massificados com a implementação do programa «*Operação Produção*» que surge ainda no âmbito da produção socialista do espaço nos primeiros anos da independência do país e estava ligado ao ideário da produção do «*Homem-Novo*».

Neste sentido, o programa «*Operação Produção*» é implicado exclusivamente para a produção do «*Homem-Novo*» na nova sociedade. É nos «*campos de reeducação*» onde se ensinava o marxismo enquanto ideologia política da FRELIMO. Nos «*campos de reeducação*», as pessoas vítimas da «*Operação Produção*», aprendiam um pouco de tudo, pois além de supostamente produzirem, o *marxismo* era como se fosse o seu "pão de cada dia". Depois dos trabalhos, sentados no chão e em debaixo de uma árvore, com uma bandeira vermelha içada num tronco e no meio de "viva, viva a FRELIMO", as pessoas eram ensinadas intensivamente o marxismo, numa tentativa acirrada de produzir-se novas mentalidades (*cf*. LOBO, 2017). Neste sentido, o marxismo da FRELIMO passou a ser um curso intensivo e o objetivo era fazer triunfar o socialismo no país. A formação do «*Homem-Novo»* desencadeada pela FRELIMO foi baseada no preconceito, na segregação e marginalização, enfim, na construção social do *Outro*.

As pessoas que tinham um pensamento contrário ao oficialmente implantado pela FRELIMO, eram em seguida, marginalizados, julgados e enviados para «*campos de reeducação*». O programa «*Operação Produção*» "era uma reedição da experiência de luta anticolonial, estritamente ligado ao processo da revolução nacional-democrática-popular" (QUEMBO, 2017, p. 52). Foi daí que a FRELIMO sob liderança de Samora Machel decide enviar todas as pessoas que não declarassem renda mensal para o campo trabalhar na agricultura. Este programa promovia a identificação e deportação de pessoas consideradas improdutivas das cidades, sobretudo, a cidade de Maputo ondenviviam as novas "elites libertadoras da nação" para o campo, sem o consentimento delas para serem transformadas no «*Homem-Novo»*. Inicialmente, segundo Brito (2020) o governo intimou as pessoas a escolherem o lugar que gostariam de ir.

Mas, como ninguém queriam voltar novamente para o campo por causa da fome, da miséria e do desemprego, quase ninguém se pronunciou. Foi daí que sob a direção de Armando Guebuza, na altura Ministro do Interior, decidiu-se, portanto, dar o início a evacuação forçada dos "improdutivos" que abundavam às cidades. A presença massiva de pessoas vindas do campo para as cidades, preocupava (e ao mesmo tempo, encomodava) as lideranças da FRELIMO (com mentes urbanizadas) e viam na possibilidade de aumentar a deliquência, daí que se decidiu que deveria ser criado um mecanismo de conter o êxodo rural. Em pouco tempo, o programa «*Operação Produção*» ganha legitimidade dentro da FRELIMO e o núcleo duro desta organização, decidiu implementá-lo como forma de combater a migração campo-cidade. De realçar que Marcelino dos Santos, na altura Ministro de Planificação e Desenvolvimento Econômico,

teve um papel de destaque para que o programa «*Operação Produção*» fosse implementado. Brito (2020) faz saber que foi Marcelino dos Santos quem criou a comissão que estudou o impacto negativo do êxodo rural sobre o espaço urbano e que propôs as medidas para pôr fim a este fenômeno no Moçambique independente.

A migração campo-cidade era para a FRELIMO um estorvo ao seu projeto revolucionário no contexto da nova sociedade que estava sendo produzida/constituída (na base de pressupostos socialistas), por isso, o controle da mobilidade, era essencial, diga-se de passagem, para "cortar o problema pela raiz". A cidade é vista mais uma vez, como um espaço de reprodução social das elites, tal como era durante o período colonial e a cidade de Maputo, é reflexo deste processo segregacionista de produção do espaço. Todo aquele que fosse encontrado nas ruas das cidades de Maputo, Beira e Nampula, só para citar alguns exemplos, era levado e enviado para «*campos de reeducação*» por forma a serem transformados em sujeitos úteis a "nação". Não interessava para a FRELIMO se as pessoas visadas tinham ou não ocupação, caso fossem encontrados nas ruas sem documento de identificação e/ou mesmo carteira de trabalho todas elas eram recolhidas e enviadas para «*campos de reeducação*».

Para que o programa de «*Operação Produção*» fosse um "sucesso", a FRELIMO criou uma milícia específica à moda colonial para reprimir os que resistiam às decisões que vinham da licença máxima da nação e do partido. A seguir a isso, foi criada a *Lei do Chamboco*, uma reprodução da palmatória e do *chicote* usado durante o período colonial para reprimir e torturar todos aqueles que desobedeciam as ordens pré-estabelecidas pelos dirigentes da FRELIMO. Da mesma forma, a FRELIMO passou a torturar os que desobedeciam as suas ordens, fazendo o uso do *chamboco*, isso acontecia no contexto da chamada *justiça revolucionária*. A esse respeito, Matsimbe (2017) argumenta que:

> No Moçambique revolucionário, no âmbito da justiça revolucionária, assistimos à aprovação da Lei 5/83 de 1 de Abril de 1983 (Lei das Chicotadas) com penas mais severas, através de tortura corporal e pena de morte para alguns crimes ou conduta que fosse contra o projeto nacional. Cidadãos condenados por roubo, furto, violação sexual, contrabando ou especulação de preços de produtos alimentares foram chicoteados ou fuzilados em público, o que Samora chamou «justiça revolucionária». Em Moçambique, não são poucos os relatos de uso de meios opressivos, da violência revolucionária, principalmente nos primeiros anos de independência, sob a égide da revolução marxista, no combate aos contra-revolucionários para a FRELIMO se impor, bloquear ou silenciar as vozes críticas, algumas delas emergentes de entre os que haviam participado diretamente ou apoiado a luta de libertação nacional. [...]. A repressão física passou da palmatória e do chicote coloniais para o chamboco (MATSIMBE, 2017, p. 63).

Em pouco tempo, começou um processo de "purificação" das cidades. As pessoas eram forçadas a irem para o campo com o pretexto de que lá iriam produzir bens alimentares e a partir deles, contribuírem para o desenvolvimento da "nação". Enviar as pessoas para os «*campos de reeducação*» era como se a FRELIMO estivesse a "purificar a cidade dos parasitas que criavam espaço de infiltração do inimigo" (QUEMBO, 2017, p. 52). A FRELIMO via na «*Operação Produção*» "uma ofensiva organizacional para além da luta contra o desemprego" (idem). Um dado importante a realçar é que, o direito à escolha do que fazer e onde viver por parte dos visados, foi lhes expropriado pela FRELIMO. Pode-se dizer que, portanto, que a FRELIMO negou as pessoas vítimas da «*Operação Produção*», o que Lefebvre (1991) chamou de "direito a cidade".

Os segmentos sociais vítimas da «*Operação Produção*» eram aquelas consideradas pela FRELIMO como sendo improdutivos, vadios, inimigos da pátria (do povo) e/ou da revolução, possuidores de hábitos coloniais e/ou burgueses, prostitutas, criminosos, vagabundos, marginais, sabotadores de bens públicos, comerciantes informais, pessoas desempregadas (tanto homens quanto mulheres, incluindo jovens), embriagados e entre outros estatutos sociais (*cf.* THOMAZ, 2008; FEIJÓ, 2017a; FEIJÓ, 2017b; QUEMBO, 2017). Mais tarde, as vítimas da «*Operação Produção*» foram adjetivados com o nome de "*Xiconhoca*".

Segundo a FRELIMO, "*Xiconhoca*" era aquele que aglutinava todos os aspectos maléficos a nova sociedade, entre eles: absentismo, atrasos, desobediência, bebedeira, desleixo, condescendência, sonolência no trabalho ou falta de aprumo na apresentação pessoal e entre outros aspectos (*cf*. FEIJÓ, 2017b; QUEMBO, 2017). Para a FRELIMO esse tipo de cidadão não fazia parte do padrão da nova sociedade que ela queria produzir, por isso, deveria ser expulso da cidade e levado a campos de reeducação para ser corrigido, isto é, transformado no «*Homem-Novo»*. Só com o fim do espírito de "*xiconhoquisse*", a pessoa poderia ser útil para a nova sociedade que estava em produção naquele momento.

Figura 1. Representação social do "Xiconhoca" no ideário da FRELIMO

Fonte: FEIJÓ (2017b)

Se o *xiconhoca* estava a beber e não estava no trabalho, significava que ele era um desocupado, daí que era conotado de parasita. Sendo um parasita, deveria ir a um «*campo de reeducação*» para ser transformado num sujeito útil a "nação". Há pessoas que foram enviadas para «*campos de reeducação*» mesmo exercendo funções formais, a exemplo de professores e mais tarde, a FRELIMO justificou isso como sendo "erro de planificação". Produzir para Samora Machel era um "ato de militância e a profanidade era considerada como sendo "um termómetro de consciência política" (FEIJÓ, 2017b, p. 334). Além disso, "se a produção no período colonial era representada como assentado em relações de exploração, no período revolucionário era considerada como uma forma de construção e libertação do Homem-Novo" (FEIJÓ, 2017b, p. 334-335).

Segundo a ideologia dominante, o país só seria desenvolvido a partir do trabalho, por isso, todos deveriam dar a sua contribuição. Só era considerado trabalho se fosse uma atividade formal. As pessoas que não estivessem inseridas no (mercado de) trabalho formal, era apelidadas (e/ou consideradas) *Candongueiros*[13] supostamente porque escapava a sua formalização pelo Estado como forma de permitir a recolha de impostos (*cf*. QUEMBO, 2017). Já que estas pessoas dificultavam a recolha de impostos ao Estado,

[13] O termo *Candongeiro* foi um termo encontrado pela FRELIMO para classificar todo aquele que desenvolvia atividades no setor informal.

automaticamente, deveriam ser enviados aos «*campos de reeducação*» para serem transformadas em Homem-Novo. De acordo com Quembo (2017):

> O Homem-Novo de Moçambique recentemente independente, devia produzir para a recuperação econômica do país. [...]. O trabalho e a produção eram as forças motrizes do desenvolvimento da sociedade. [...]. Segundo a ideologia puritanista e modernista da FRELIMO, assim como aconteceu no Código de Trabalho Indígena, o trabalho é aquele unicamente considerado moderno, formal, qualificado e inserido na visão do sistema económico e social vigente. Todos os que se dedicavam à venda do setor informal, geralmente, apelidados de *Candongeiros*, não eram considerados trabalhadores ou "produtores" e deviam assim serem conduzidos a campos para se dedicarem a uma atividade produtiva. A este nível há uma aproximação, um paralelismo entre a ideologia autoritária da FRELIMO e a do governo colonial português (QUEMBO, 2017, p. 50).

Nem todas as pessoas que iam a «*campos de reeducação*» eram "criminosas", "parasitas", "improdutivas" ou tinham as características que eram apontadas pela FRELIMO para justificar a sua ação autoritária. Até um certo ponto, "pensava-se sempre que quem ia para Niassa tinha cometido algum erro, algum desvio da linha incorreta" (Lobo, 2017, p. 45), mas nem sempre era assim. As pessoas viviam aterrorizadas e o medo era tão enorme que por causa da conjuntura, eram obrigadas a tomar todas as precauções para que não fossem as próximas vítimas da ação autoritária e perversa da FRELIMO.

As pessoas sabiam de antemão que indo para «*campos de reeducação*» não sairiam de lá e nem poderiam voltar vivos. Como diz Lobo (2017, p. 47) "não se chegava a Niassa imaculado" e muito menos "se saía de lá incólume" (idem), pois a barbárie era enorme em «*campos de reeducação*». Os lugares os quais eram enviados longínquos, ou por outra, era um verdadeiro "fim do mundo", assim diziam aqueles que teriam experimentado a vida em «*campos de reeducação*» que por sorte, sobretudo, quando se encontravam o outras vítimas a caminho de lá (*cf*. LOBO, 2017).

Era como se as pessoas estivessem a ire para nunca mais voltar as suas terras de origem e foi o que aconteceu na maioria das vezes, pois poucos voltaram. Algumas pessoas visadas não voltaram para os seus lugares de origem por terem tombado durante o processo, outras, porque nunca se reencontraram com seus familiares e acharam melhor por permanecer lá mesmo depois do fim da «*Operação Produção*». A FRELIMO sabia muito bem que mandando essas pessoas para lugares remotos como Niassa, por exemplo, as mesmas teriam dificuldades de regressar para suas casas e novamente se juntar às suas famílias. Nem sempre os lugares onde as pessoas eram enviadas apareciam no mapa que era utilizado neste período, é o que Lobo (2017) revela em seu trabalho literário «*O berlinde com Eusébio lá dentro*».

A não existência de nomes dos lugares de destino das pessoas que eram enviadas para «*Campos de reeducação»* durante a «*Operação Produção*», abre espaço para questionamentos, sobretudo, o papel da cartografia que era produzida neste período, pois tudo indica que a mesma estava a serviço do projeto revolucionário da FRELIMO. Não colocar nome no mapa, era uma estratégia de *dividir para reinar*, pois impossibilitaria as vítimas da «*Operação Produção*» darem informações as suas famílias e amigos sobre a sua localização exata. Isso fez com que as pessoas visadas se perdessem no tempo e no espaço, pois não sabiam onde estavam exatamente naquele momento e quando poderiam sair de lá.

O preconceito e a construção social do *Outro* se generalizam a partir da década de 1980, pois é o período em que se verifica o recrutamento compulsivo das pessoas tidas como "improdutivas" para os «*campos de reeducação*», espaços onde supostamente se formava o tal «*Homem-Novo*». Por muito tempo, o ex-presidente da república, Armando Emílio Guebuza, foi tido o mentor e/ou o principal arquiteto da «*Operação Produção*», mas Quembo (2017), desconstruiu esta tese, destacando que foi uma decisão vinda do *Bureau* político da FRELIMO e não individual. Na FRELIMO, a personificação e a individualização do processo de tomada de decisão, era bastante limitada (*cf*. Quembo, 2017), mas o presidente da república poderia tomar assim que justificasse a necessidade, situação que permanece até os dias atuais.

Rigorosamente falando, a FRELIMO não estava a transformar esses sujeitos para serem úteis a nação, mas sim, para assegurar que o seu projeto revolucionário (que era ao mesmo tempo utópico) triunfasse em Moçambique. A «*Operação Produção*» foi uma invenção da FRELIMO e concebido com a finalidade de livrar-se uma vez por todas dos seus opositores, sobretudo, aqueles que estavam contra a ideologia política vigente. Neste sentido, «os *campos de reeducação»* para além de serem campos de concentração e de lavagem cerebral dos sujeitos visados, serviam também como cadeias e os reeducando como presos políticos. Matsimbe (2017) afirma que:

> Os campos de reeducação foram, por excelência, um espaço de opressão e de lavagem cerebral para a formação do «homem novo». Houve mesmo algumas execuções sumárias daqueles que se opunham ao poder do dia, ou aos ideais do marxismo (MATSIMBE, 2017, p. 66).

Nos «*campos de reeducação*» onde muitos foram enviados no contexto da «*Operação Produção*», os direitos humanos não eram respeitados. Muitos deles "eram forçados a atender necessidades fisiológicas no seu interior por falta de atendimento imediato dos guardas" e em casos de tomar banho de sol, "viam a luz solar duas vezes

por semana, sempre acompanhados de sentinelas" (NCOMO, 2004, p. 33). Por causa da *barbárie* que esteve por de trás da «*Operação Produção*» "Moçambique foi, durante os primeiros anos depois da independência, considerado pela Anistia Internacional dos países onde menos se respeitava os direitos humanos" (MOSCA, 1999, p. 78).

Paradoxalmente (a isto), o antigo presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, numa palestra proferida no *Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTEC)*, a margem da passagem dos 40 anos da independência de Moçambique, afirmou, no entanto, que os «*campos de reeducação»* tinham uma "missão nobre", ou seja, um alto grau (e/ou cheio) de humanismo. Numa das pesagens da sua intervenção, Joaquim Chissano fez as seguintes declarações:

> As pessoas que não compreendiam bem, disseram que estávamos a criar uma Sibéria, que estávamos a deportar pessoas para uma Sibéria para trabalho forçado. Não era trabalho forçado nenhum. Aqueles indivíduos estavam a ser reeducados. Eu empreendi uma visita com diplomatas estrangeiros acreditados no nosso país para Niassa e fui até Unango, onde estava o projeto. E em Unango, vi construção, uma casa muito bonita construída pelos próprios, vamos chamar de penitenciários que estavam em prisão aberto, mas como nós chamávamos de cetros de reeducação, não caia bem nos ouvidos das pessoas. Então eu fui lhes mostrar o centro de reeducação e disse que olha, neste centro faz-se isso. Esta casa aqui é para ser banco para estes indivíduos que estão a trabalhar aqui, depositar seu dinheiro depois da venda dos produtos que vão produzir aqui. São apoiados por alemães e construíram uma barragem e tem alguns milhares de hectares de terras para produzir para eles próprios. E o que o dirigente que dirigiu a construção daquela casa, era um criminoso e perguntei [a ele] porque é que foste preso? [Respondeu o sujeito] eu matei a minha esposa com machado. O que é que merecia um homem deste para a justiça normal? Se fosse no Malawi, era morto também. Mas, nós tínhamos isto, vamos recuperar este homem e este homem, dirigiu a construção daquele banco[14].

Nesse sentido, a inserção social das pessoas tidas como "improdutivas" e "criminosas", seria por via de trabalho e a agricultura. Em «*Urias Simango: um homem, uma causa*», Ncomo (2004) desmistifica a ideia segundo a qual, a implementação dos «*campos de reeducação*» pela FRELIMO tinham um propósito nobre. Para este autor:

> O regime da FRELIMO mentiu. O que apelidou reeducação, foi nada senão uma criminosa via de liquidar todo aquele que ousasse, mesmo que por via de diálogo, o estabelecido dogmaticamente pelo grupo que detinha o poder político em Moçambique. [...]. Contrariamente ao que a classe dirigente propalava em relação às condições de vida nos centros de *reeducação*, N'telela, onde Simango permaneceria até os últimos dias da sua vida na companhia de outra centena de moçambicanos, era um campo de extermínio em tudo semelhante ao sistema de Goulag e aos campos de concentração hitlerianas. E tal como aconteceu no leste europeu onde pontificaram as chamadas "ditaduras do proletariado", os crimes do totalitarismo político em Moçambique ficarão eternamente esquecidos, seguindo-se, deste modo, a regra da memória histórica dos homens [...] (NCOMO, 2003, p. 22-23).

[14] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TxaSPoJ-g60. Acesso em: 10/12/2018.

A afirmação de Ncomo (2004) apenas confirma a *barbárie* perpetrada durante o período socialista em Moçambique. Aliás, sobre o livro de Ncomo (2004) fala-se que a primeira edição foi banida no mercado por comprometer o poder político vigente na altura. As prisões arbitrárias feitas pelas milícias populares e o envio das pessoas visadas aos «*campos de reeducação*», sob ponto de vista social, teve impactos negativos, pois desestruturou o núcleo e/ou a base (de existência) familiar. Duma forma resumida, o que se pode dizer da «*Operação Produção*» é que de produção apenas teve no nome.

Rigorosamente falando, a «*Operação Produção*» foi uma *barbárie* camuflada pelo discurso desenvolvimentista e produtivista, pois mais do que produzir-se comida, pois "os dados mostraram que a dinamização da produção supostamente para reinventar o cenário da crise econômica que afligia o país nesta época, não teve espaço" (QUEMBO, 2019, p. 73). A «*Operação Produção*», reproduziu os males sociais os quais a FRELIMO lutava contra e os que evocou quando concebeu este programa para ser implementado no país. A esse respeito, Quembo (2017) afirma que:

> Contraditoriamente, mesmo sem estatísticas é possível argumentar que a OP contribuiu inversamente para o aumento da delinquência lá para onde os afetados foram conduzidos, sujeitos à fome e susceptíveis ao roubo, para sobreviver. Alguns dentre eles se tornaram mendigos ou mesmo realmente criminosos ou ainda prostitutas, para poder se alimentar (QUEMBO, 2017, p. 77).

Nesta mesma perspectiva, Brito (2019) faz saber que:

> Uma pequena parte desses «improdutivos» evacuados da cidade foi colocada em machambas estatais. Tendo chegado em pleno período de colheita, essa mão-de-obra barata respondia a necessidades reais. Mas, assim que a colheita acabou, as empresas não precisavam mais da maioria dos novos trabalhadores e começaram a livrar-se deles. Como resultado, depois de alguns meses de trabalho, encontraram-se numa situação crítica, um destino que tinha afetado a grande maioria dos deslocados desde o início. Estes foram inicialmente instalados em campos de trânsito e depois transferidos em pequenos grupos para o mato, onde deviam construir uma aldeia e abrir machambas, recebendo para tal algumas ferramentas e um pouco de comida. Na província do Niassa, por exemplo, esse apoio durou pouco tempo antes que as reservas alimentares da província se esgotassem e, no final de 1983, a fome era generalizada na província, afetando particularmente os deslocados, mas também os presos dos "campos de reeducação" e até mesmo uma parte do campesinato local (BRITO, 2019, p. 113).

Socialmente, a «*Operação Produção*» teve consequências sociais muito graves, a começar pela desestruturação e destruição do tecido familiar, sendo a separação de casais, uma delas. Muitas mulheres ficaram viúvas porque os seus maridos foram "raptados" e enviados para os «*campos de reeducação*» acusados de serem vagabundos, xicunhocas, parasitas etc. Muitos homens também ficaram viúvos porque perderam as suas esposas

porque teriam sido deportadas para os «*campos de reeducação*». Algumas crianças ficaram órfãs muito cedo, perdendo assim a possibilidade de ter o amparo (carinho, amor) dos seus país por causa do projeto revolucionário da FRELIMO. Quembo (2017, p. 79) faz saber que por, causa do caráter arbitrário, autoritário, falta de planejamento e organização "das instituições engajadas, houve pais e mães deslocados ou privados dos seus filhos ou dos seus esposos e esposas".

Há pessoas (homens, mulheres, nalguns casos, grávidas e com crianças em idade de amamentação) que foram retiradas do seio familiar e nunca mais foram vistas e essas marcas ainda vivem no seio de muitas famílias. Na província de Niassa, por exemplo, há muitos túmulos abandonados desconhecidos de pessoas que tombaram, algumas por execução no contexto da «*Operação Produção*» (*cf*. Ncomo, 2004; Quembo, 2017), situação que denuncia a barbaridade criada por este programa a quando da sua implementação. Os mais famosos, são os casos de M´telela e Unango, na província do Niassa, onde muitos foram "remetidos a reeducação para depois nunca mais se ouvir deles falar" (NCOMO, 2004, p. 26).

Nem todas as pessoas que tombaram em «*campos de reeducação*» durante a «*Operação Produção*» foram enterrados (e/ou sepultadas) pelas suas próprias famílias e muito menos, houve cerimônia como tem sido a prática na sociedade moçambicana, sobretudo, quando uma pessoa morre numa determinada família. Isto denuncia a tamanha *barbárie* que resultou da implementação autoritária e arbitrária do programa «*Operação Produção*», tudo em nome da defesa das conquistas da revolução. No entanto, mais do que um programa que procurava incentivar a produção alimentar, este programa teve mais contornos políticos. A esse respeito, Brito (2019) afirma que:

> Independentemente dos custos econômicos, diretos e indiretos, da "Operação Produção" e do destino reservado aos deslocados, o impacto político sobre a população urbana foi muito negativo. Esta operação foi caracterizada por numerosos abusos da parte da polícia e dos militares e afetou um grande número de famílias: primeiro, porque os desempregados, urbanos ou rurais, tinham as suas famílias ou parentes na cidade em que viviam; em segundo lugar, porque muitos artesãos independentes não tinham cartão de trabalho, arriscando-se assim, como foi o caso de muitos, a serem considerados "improdutivos": de fato, dependiam da boa vontade do "grupo dinamizador", a única estrutura que podia fornecer-lhes um certificado da sua profissão, cuja validade era frequentemente questionada pela polícia ou pelos militares durante os controles; finalmente, porque muitas mulheres, domésticas, não eram legalmente casadas e podiam ser consideradas solteiras e desempregadas, portanto "improdutivas" (BRITO, 2019, p. 113-114).

Embora Quembo (2017) avance com a tese segundo a qual, a «*Operação Produção*» foi uma política pública, há espaço para refutar essa afirmação, olhando para

a sua concepção e a maneira como ela foi implementada. Além de ter havido uma imposição (caracterizada por falta de debate democrático e inclusivo) e arbitrariedade em todo o processo de implementação deste programa pela FRELIMO, a negação das diferenças culturais e a inacabada eliminação da oposição política, mostra que não se tratava de uma política pública, mas sim, um programa que foi utilizado para atender interesses poítico-partidários, os de fazer triunfar o socialismo.

Por isso, a «*Operação Produção*» não pode ser vista como uma política pública, pois enquanto programa, não estava a serviço da "nação", mas sim, dos interesses do projeto revolucionário (e utópico) da FRELIMO. A ideia segundo a qual, o envio das pessoas consideradas como sendo "parasitas", "*xiconhocas*" para os «*campos de reeducação*» no contexto da «*Operação Produção*» tinha por objetivo transformá-los em sujeitos úteis a nova sociedade, precisa também ser desmistificada.

Embora a «*Operação Produção*» tenha sido abolida em 1989 e com ela, os «*campos de reeducação*», a formação do «*Homem-Novo*», nunca saiu do imaginário da FRELIMO, pois as "velhas" práticas da ideologia «*marxista-leninista*», nunca desapareceram por completo na sua forma de governar o país. Este programa deixou cicatrizes na vida das pessoas. Igualmente, muitas pessoas ficaram traumatizadas sendo elas, aquelas que foram vítimas e as que, souberam mais tarde que os seus parentes (pais, mães, irmãos, filhos, etc.) tombaram em Niassa e Cabo Delgado e entre outros lugares onde foram abertos «*campos de reeducação*».

Se no período socialista era necessário criar «*campos de reeducação*», nos dias atuais, a FRELIMO criou suas próprias escolas e universidade para a formação do «*Homem-Novo*» para servir a "Nação". Trata-se, portanto, das escolas da FRELIMO distribuídas em quase todas as capitais províncias do país e a Universidade Nachingwea (UNA), localizada na cidade da Matola, na província de Maputo. É verdade que os tempos mudaram, mas o *mudus operandi* da FRELIMO ainda permanece quase o mesmo. A educação que os sujeitos têm nas escolas do partido FRELIMO, visa, sobretudo, alinhá-los as diretivas e diretrizes do partido, disciplinando-os.

Não é um ensino capaz de os tornar críticos para a partir dele, questionar a própria educação que lhes são dados e as injustiças sociais no país, mas sim, para obedecer as estruturas do partido. Por sua vez, não se trata de uma educação libertadora, mas sim, para mantê-los ainda presos ao sistema. É uma educação que visa salvaguardar os interesses do partido e não necessariamente dos moçambicanos no seu todo. Embora seja prática dos partidos políticos no mundo, tanto de esquerda como da direira ter suas

próprias escolas, em Moçambique a FRELIMO é o único partido político com escolas e universidade, o que de algum modo, permite manter o controlo político (das mentes) dos sujeitos. As células do partido FRELIMO instaladas em diversas universidades do país, sobretudo, públicas e, não obstantes, algumas privadas, são uma extensão do *poder frelimiano* com vista a garantir a continuidade no controlo político (das mentes) dos sujeitos.

No entanto, foi no meio destas (e de outras) contradições que o socialismo no país foi se moldando e se consolidando enquanto um sistema de desenvolvimento econômico e de organização social. Para a escolha do sistema socialista como modelo de organização da sociedade e produtiva, houve um debate, diga-se de passagem, "aceso" dentro do *Bureau* político da FRELIMO. Este debate, demonstrou que havia internamente *alas* diferentes e com pensamento distinto dentro da FRELIMO.Cada *ala* defendia para que fosse implementado em Moçambique um determinado "socialismo", numa clara luta de classes. Segundo Hanlon e Smart (2008):

> A FRELIMO surgiu a política em voga na altura de criar um estado monopartidário definindo-se cada vez mais dentro de uma linha socialista e depois marxista. Havia dentro da FRELIMO quem desejasse uma linha mais dura do socialismo à maneira dos estados da Europa do Leste, outros mais pragmáticos, preferindo uma democracia socialista à maneira dos países nórdicos (HANLON & SMART, 2008, p. 30).

Pode-se inferir que, o que contribuiu para esta disputa paradigmática, foi o fato de muitos membros fundadores da FRELIMO, terem passado durante a sua formação político-militar e acadêmica por vários países que tinham no socialismo, o seu sistema de desenvolvimento econômico e social. Finalmente, no III Congresso realizado em 1977, a FRELIMO se tornava um partido de orientação *marxista-leninista*. O socialismo que a FRELIMO adotou como sistema de desenvolvimento econômico e social foi o mais duro e perverso socialmente, cujas características básicas consistiam na perseguição e eliminação das diferenças culturais e oposição política com uso de meios violentos. A ala mais radical e ortodoxa da FRELIMO estava interessada em acabar duma vez por todas com todos aqueles que supostamente, eram uma ameaça ao socialismo que utopicamente pensava que poderia triunfar no país. Serra (2003) faz saber que do socialismo escolhido pela FRELIMO surge:

> [...] um Estado jacobino que assenta na simbólica puritana e intolerante de um Centro hegemônico e poderosos. Nele tudo devia estar organizado e disciplinado como na geometria euclidiana. [...]. O marxismo acaba, afinal, também, como um discurso racionalizador e justificador daquele silenciamento (SERRA, 2003, p. 111-112).

Quembo (2017) acrescenta que após a partidarização da FRELIMO, surge:

> Um partido-Estado centralizador, de orientação marxista-leninista, militarizado, não deixa espaço para debate sobre outras opções [...]. Não poderia se debater se não a melhor forma de implementar a decisão já tomada e incontestável (QUEMBO, 2017, p. 61).

O socialismo escolhido como sistema de desenvolvimento econômico e social do país, resulta de "disputas internas durante a luta armada de libertação nacional" e "fez com que dominasse uma aliança entre militantes representantes de uma corrente de esquerda radical e ortodoxa e membros ideologicamente defensores de algo parecido com o populismo" (MOSCA, 1999, p. 82). Mas, vale lembrar que, a FRELIMO torna-se um partido político de orientação *marxista-leninista* numa altura em que a sua ideologia política que instituía o partido único, era contestada militarmente pela RENAMO. Além de defender o multipartidarismo e a democratização do espaço político moçambicano para permitir a participação de outros atores na disputa política pelo poder, a RENAMO era a favor do capitalismo como sistema de desenvolvimento econômico e social.

Embora RENAMO tenha ganhado popularidade por causa da má governação da FRELIMO, a verdade é que trata-se de um partido liberal de direita e com fortes vínculos aos interesses capitalistas e imperialistas. A FRELIMO nasce como um partido de esquerda, mas com o tempo, passou a ter fortes vínculos aos interesses do capitalismo e o imperialismo. Neste processo, o roubo, a corrupção, o clientelismo e o patrimonialismo passaram a ser práticas recorrentes na sua governação e, é o que em grande medida, garante a sua reprodução social nos dias atuais. Mas, vale realçar que os fortes vínculos da FRELIMO aos interesses do capitalismo e o imperialismo, se dão a partir da década de 1980, sobretudo, durante as reformas econômicas.

Já no caso da RENAMO, a situação é bem diferente, o vínculo aos interesses do capitalismo e o imperialismo, historicamente, estão na sua genese. Isto é, desde os tempos em que a RENAMO era apenas um movimento rebelde (*cf*. Fauvet & Mose, 2004) e esse vínculo aos interesses capitalismo e o imperialismo continua até os dias atuais. Para que fosse possível materializar os seus objetivos, antes negados, a RENAMO moveu uma guerra civil contra o governo socialista da FRELIMO que durou cerca de 16 anos (1976-1992) e culminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, na cidade italiana de Roma. De realçar que, após a sua partidarização, seguiram ações que visavam o desenvolvimento do país e foi durante o III Congresso da FRELIMO que surgiu o programa de «*socialização do campo*» como uma política e/ou estratégia de desenvolvimento agrário do país que será analisado a seguir.

2.2- Programa de socialização do campo: do discurso produtivista e desenvolvimentista à modernização autoritária no Moçambique socialista

Nacionalizada a terra a favor do Estado em 1975, faltava por parte da FRELIMO traçar estratégias de desenvolvimento agrícola no país. Partindo do pressuposto de que a luta pela independência do país foi no sentido de "libertar a terra e os homens" do colonialismo, a política e/ou a estratégia de desenvolvimento do setor agrícola a ser seguida, deveria afastar-se de todas as práticas coloniais. Baseando-se neste princípio, a FRELIMO queria produzir-se um novo Moçambique de base "socialista", pautado supostamente na "dignidade" humana e na solidariedade entre os povos. Embora a FRELIMO tenha sinalizado uma tentativa de rompimento com o passado colonial, nos primeiros anos da independência do país, não havia clareza do tipo de agricultura que deveria ser praticado.

De um lado, deparava-se com a falta de técnicos qualificados em decorrência da fuga dos portugueses, e do outro, não havia investimento suficiente, pois dependia dos parceiros de cooperação, majoritariamente, vindo dos países que eram socialistas até aquele momento. A falta de clareza do tipo da agricultura a ser particada, de técnicos qualificados e de investimento por parte do Estado, fez com que nos primeiros anos da independência, continuasse o dualismo que vinha sendo praticado no período colonial em que, de um lado, predominavam grandes plantações agrícolas e do outro, as pequenas explorações familiares. O economista moçambicano Firmino Mucavele, durante o programa «*Debate da Nação*» exibido pelo Grupo Soico (STV), em Junho de 2015, é quem terá descrito esse fato paradoxal do governo "socialista" da FRELIMO.

Para Firmino Mucavele, durante os primeiros anos do governo socialista era difícil saber se era "agricultura centralizada ou agricultura comercial [...], as definições não estavam clara sobre as formas de agricultura, os modelos de agricultura e os meios de produção[15]". Tendo em conta que o desafio da FRELIMO era romper com as práticas coloniais, era imperioso, portanto, que se procurassem mecanismos viáveis com vista a colocar-se fim tal cenário no país. Para que fosse possível a restruturação do setor agrário moçambicano, o Estado era a única entidade que poderia decidir todas as formas de distribuição dos recursos não apenas financeiros e humanos, mas também técnicos e tecnológicos em todo o processo produtivo. Enquanto o tempo ia passando, a FRELIMO debatia-se ainda com a política agrícola, pois não bastava apenas criar o ministério como

[15] Para mais detalhes, consulte em: https://www.youtube.com/watch?v=eCqEZvoBEI4. Acesso: 05/03/2019.

forma de incrementar a produção de alimentos no país. A política agrária que supostamente poderia romper com as práticas coloniais no campo, foi encontrada durante o III Congresso, momentos após a partidarização da FRELIMO em 1977, neste caso, a «*socialização do campo*».

Para a FRELIMO, a socialização do campo é que seria a estratégia viável a ser implementada para empreender uma rápida modernização da agricultura no país. Igualmente, entendia que com a socialização do campo, seria mais rápido transformar e modernizar as unidades de produção. A socialização do campo tinha também uma ligação com o Plano Perspecivo Indicativo que tinha por objetivo acabar com o subdesenvolvimento em Moçambique num intervalo de apenas dez (10) anos, isto é, de 1980 até 1990. De acordo com Brito (2020), o PPI tinha três objetivos principais, dentre eles (i) a "cooperativização" do campo, que devia chegar à integração de mais de dez milhões de pessoas em cooperativas; (ii) o desenvolvimento do setor estatal agrário, que devia atingir uma superfície cultivada de um milhão de hectares e (iii) a criação e o desenvolvimento da indústria pesada, em especial do ferro e do aço. Como se pode ver, em relação ao PPI, há uma visão otimista sobre a possibilidade de Moçambique alcançar o desenvolvimento em apenas 10 anos.

Em relação a socialização do campo, dentro da FRELIMO havia muita euforia em torno deste programa, pois nele aglutinam-se quase todo o ideário da revolução socialista que estava em curso em Moçambique naquela época. Mosca (2012, p. 18) afirma que "Moçambique adotou pela socialização do campo e da agricultura, num contexto de opções de desenvolvimento socialista" e termina destacando que "a socialização do campo foi concebida estar assente na propriedade estatal da terra" (idem). Em parte, a socialização do campo é o resultado de toda experiência vivida pela FRELIMO (antes enquanto movimento) desde os tempos de guerrilhas, sobretudo, nas zonas libertadas.

Enquanto "política pública" (de desenvolvimento do setor agrário), a arquitetura do programa de *socialização do campo* foi iniciada durante a guerra de libertação nacional e retomada momentos depois da proclamação da independência. Além disto, a FRELIMO se inspirou em outros países que teriam implementado o mesmo modelo, sobretudo, na antiga Tanganhica (atual república da Tanzânia) e embora pouco mencionada nos estudos acadêmicos, a experiência cubana, foi determinante, pois era um dos países que Moçambique mantinha relação de cooperação nessa altura.

Com a socialização do campo, a FRELIMO acreditava em duas situações fundamentais: (i) racionalizar os meios de produção e; (ii) permitir que Moçambique

avançasse em curto espaço de tempo para um país com autossuficiência. Por de trás da socialização do campo, estava também à ideia segundo a qual, só com a sua implementação é que haveria de se distribuir "equitativa" dos serviços básicos sociais, já que o governo machelista herdara um país caracterizado por desigualdades sociais estruturais. Para que tal processo se efetivasse, a FRELIMO avançou com outra forma de organização do espaço social e produtivo diferente da anterior a independência do país.

Nessa altura, de forma populista, a FRELIMO falava da necessidade de avançar com a socialização do campo, mas, o que faltava era como fazer para que esse programa desse certo. Um dos problemas que a FRELIMO enfrentava, estava relacionado com a forma de organização das populações, que era em si, dispersa. Para a FRELIMO, uma população dispersa impossibilitava avançar com a sua ação revolucionária em vista ao desenvolvimento do país. A dispersão das populações dificultava a formação do «*Homem-Novo*», a produção de indivíduos com consciência de classe. Para que a socialização do campo fosse possível, a FRELIMO professava que era necessário aglomerar as populações no mesmo espaço geográfico.

A nova forma de produção do espaço encontrada pela FRELIMO seria por via de organização coletiva tanto dos assentamentos humanos quanto do espaço produtivo. Este processo exigia também a transformação dos meios de produção de individuais em coletivos. A coletivização dos assentamentos humanos era vista pela FRELIMO como uma forma ideal e sustentável sob ponto de vista da alocação serviços básicos sociais e até para a implementação de políticas públicas em benefício das populações. Para a FRELIMO, segundo (ARAÚJO, 1989, p. 183), organizando as populações em aldeias comunais seria possível:

a) Atingir a produção coletiva;
b) Produzir para a autossuficiência da coletividade, para a melhoria da nutrição e para acumulação social através de excedentes comerciáveis;
c) Mecanizar gradualmente e de acordo com estágios do desenvolvimento cada vez mais avançados;
d) Conservar os recursos naturais e, muito em particular, a fertilidade dos solos

Num país como Moçambique onde "o grosso da população residia no campo (perto de 90%) e dependia da agricultura de subsistência (quase 87%) para a sua reprodução social" (Matos & Medeiros, 2015, p. 43), na ótica da FRELIMO a organização das famílias camponesas em aldeias comunais era fundamental para o bem-estar e social destas. Foi com base nesses pressupostos que a FRELIMO coletivizou os assentamentos

humanos que era (antes) dispersos, dando assim lugar, as aldeias comunais, por onde supostamente surgiria uma "nova" sociedade, nste caso, revolucionária capaz de romper com as práticas colonais. A esse respsito, Brito (2019) explica que:

> A expressão "aldeias comunais", consagrada mais tarde, apareceu pela primeira vez por ocasião do seu discurso de posse como Presidente de Moçambique, no qual também usou outras formulações como "sociedades comunitárias" ou "sociedades revolucionárias" (BRITO, 2019, p. 116).

Como se pode ver, por parte das lideranças da FRELIMO, havia desde do começo uma idela clara de transformar as aldeias comunais em espaços de formação de mentes revolucionárias capazes. O fim seria a urbanização do campo em que por sua vez, resultaria na produção de pequenas cidades do campo, mas com fortes implicações políticos, embora predominasse o discurso segundo o qual a ideia era promover o desenvolvomento econômico socialmente inclusivo. Experiência típica a que foi implementada pela FRELIMO no Moçambique socialista, ocorreu também em Cuba durante a revolução, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, aonde foram criadas várias cidades do campo, fato que culminou com a coletivização dos meios de produção ao se criar cooperativas agrícolas (*cf*. FABRINI & MARCOS, 2010).

A FRELIMO baseou-se no pressuposto da superioridade do (espaço) *urbano-industrial* tratado por Karl Marx nos seus escritos, sobretudo, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Neste livro, Marx (2012) afirma que os camponeses dispersos no espaço tinham dificuldades de se aglutinar para a realização de ações coletivas. É possível aprender com ele que a consciência de classes só se dá em espaços onde existem aglomerados populacionais e não onde há uma dispersão dos sujeitos, pois não permite avançar com ações conjuntas. Igualmente, defendeu que a dispersão dos camponeses não permitia a sua comunicação e dificultava na luta dos interesses de sua classe (*cf*. FABRINI & MARCOS, 2010).

No contexto da socialização do campo, fica evidente que a FRELIMO, em parte inspirou-se na concepção marxista para fazer valer e legitimar este programa. A organização das populações em aldeias comunais, mostra que o interesse da FRELIMO era dotar os sujeitos de consciência de classe dentro do ideário produção de gente com novas mentalidades, o chamado «*Homem-Novo*», pois só assim é que seria possível uma revolução socialista. O próprio Samora Machel como foi referenciado na seção anterior, terá lido durante a sua formação político-militar alguns escritos de Karl Marx, possivelmente terá lhe inspirado em avançar com a socialização do campo e posteriormente, a criação de aldeias comunais. Além de Marx (2012), no âmbito da

implementação da socialização do campo, a FRELIMO inspirou nos escritos de outros autores como, por exemplo, Engels (1981) e Lênin (1975).

Estes autores viam a coletivização dos meios de produção e posteriormente a sua socialização como uma das formas para o rápido alcance do socialismo. Além Karl Marx, nomes como Friedrech Engels e Vladimir Lênin também não passaram despercebidos nos olhares da FRELIMO quando esta tentava produzir a nova sociedade com base no socialismo. Não é por acaso que a FRELIMO batizou algumas avenidas com nomes destes teóricos na capital moçambicana, Maputo. A luta pela edificação do socialismo por parte da FRELIMO era maior, daí que passou a inspirar-se em quase todos os autores que tinham uma visão socialista de mundo e/ou de produção do espaço tanto habitacional quanto produtivo. A partir deste período, o território moçambicano, passava, então, a ser organizado e gerido em função dos interesses do Estado (e do partido único – , a FRELIMO) e isto partia desde as formas de organização residencial às de organização produtivas.

Depois das populações terem sido organizadas em aldeias comunais, seguiu a fase da implementação efetiva do programa de socialização do campo. A maior parte das terras nacionalizadas são alocadas às empresas estatais e nalgumas, criam-se cooperativas agrícolas, sendo que o objetivo final era a coletivização dos meios de produção. Neste período, as empresas estatais outrora intervencionadas pelo Estado eram consideradas pela FRELIMO como sendo a forma superior de produção agrária, por isso, como propriedade de todo o povo moçambicano, elas deveriam ser geridas pelo Estado (na altura) constituído por operários e camponeses[16]. Igualmente, as cooperativas criadas pelo Estado, eram vistas pela FRELIMO como uma forma avançada do socialismo (*cf*. Mosca, 2011), daí que a produção agrária deveria ser baseada "na propriedade comum da terra e do trabalho coletivo" (MOSCA, 1999, p. 121).

A maior parte das cooperativas agrárias criadas pelo Estado, segundo Castel-Branco (1995, p. 622) "eram constituídas por mulheres e, em quase todas as restantes, as mulheres constituíam a maioria das cooperativistas". Neste sentido, os camponeses deveriam viver nas aldeias comunais enquanto espaços coletivos e trabalhar coletivamente nas cooperativas agrárias criadas pelo Estado, seria desta forma que o socialismo triunfaria no entender da FRELIMO. Seria nas cooperativas onde se combateria a "consciência individualista" do camponês e todas as "velhas" e "arcaicas" técnicas de produção que

[16] Para mais detalhes, consulte Mosca (1999; 2011).

estavam presentes no campesinato naquele momento, sendo que o fim, era dotá-los de novas mentalidades, desta vez, com uma consciência revolucionária.

Aos poucos, o programa de socialização do campo foi gerando suas próprias contradições durante a sua implementação, embora houvesse muito otimismo naquele momento, sobretudo, no seio da FRELIMO. As contradições não atrasaram e viu-se momentos depois, a surgir "um Estado muito mais possante ou, melhor dito, um Estado-Partido tentacular, gestor de uma modernidade autoritária" (SERRA, 1997, p. 100). A modernidade autoritária que aqui se fala, não é apenas agrícola, mas também, avançava sobre as mentes dos sujeitos. Conforme Minter (1998, p. 271), "a instalação do Estado é simbolizada pela imposição de aldeias como novas estruturas de autoridade e pelo deslocamento da população para fora das suas terras ancestrais".

Para os mais ortodoxos dentro da FRELIMO, o individualismo era uma ameaça ao sucesso do socialismo, por isso, a sua integração mesmo que forçada a produção coletiva, era necessária para defender e proteger as conquistas da revolução[17]. O que era para ser um programa para a modernização agrícola e a partir dele, acabar-se com a fome e miséria em Moçambique, tornou-se, diga-se de passagem, um pesadelo para os camponeses. O autoritarismo, arbitrariedade e falta de democracia dos dirigentes da FRELIMO, caracterizaram o processo de implementação da socialização do campo.

Embora a FRELIMO pregasse a ideia de que era um partido de "Democracia Popular", a experiência mostra que a implementação do programa de socialização do campo revelou ser anti-democrática em termos de debate interno. Quem questionasse o programa de socialização do campo enquanto política agrária, era visto como um infiltrado dentro do aparelho do Estado. Ou por outra, era como houvesse uma "infiltração da pequena burguesia no aparelho do Estado" (MOSCA, 2011, p. 44) e de seguida, era demitido do cargo se fosse gestor público e no caso dos membros do partido FRELIMO, eram expulsos do Comité Central, pois pessoas desta natureza eram consideradas como desalinhadas e/ou desorientada da linha política do partido.

Mosca (2011) reporta o caso do primeiro Ministro da Agricultura que durante o governo socialista da FRELIMO foi demitido do cargo e expulso do *Bureau* político do partido (popularmente conhecido como «*Comité Central*») quando este, teve a ousadia de questionar a política agrícola que estava sendo desencadeada pela socialização do campo. Isso mostra que neste período não havia espaço para questionar as decisões que

[17] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Mosca (2011).

vinha do *Bureau* político da FRELIMO. Com o presidente não se poderia levantar a voz e as pessoas apenas deveriam comprimir as ordens, produzindo para o bem na "Nação", o "povo"**).**

O que contava mais nesta altura, era a disciplina partidária e os sujeitos deveriam ser fieis aos ideários da revolução. Aqueles camponeses que questionavam, por exemplo, porque é que estavam a ser obrigados a sair dos seus lugares de origem para as aldeias comunais, eram vistos também como "infiltrados" (inimigos internos") e, às vezes, viam os seus nomes registrados e em seguida encaminhados para os dirigentes máximos, onde mais tarde era reprimidos e *chamboqueados*[18] em público. O uso da violência, em parte, era um aviso aos outros para aprenderem a não questionar nada se seja tomado pelo *Bureau* político da FRELIMO e sobretudo, a ordem do presidente.

Em casos graves, os visados era enviados aos «*campos de reeducação*» para serem transformados em "*Homem-Novo*", sendo que uns voltavam com vida e outros acabavam por tombar lá mesmo dada as condições as quais as pessoas eram forçadas a viver e a trabalhar. Nos primeiros momento de mobilização, a FRELIMO não explicitou a sua verdadeira missão ao obrigar as famílias camponesas para irem habitar nas aldeias comunais e a trabalhar nas cooperativas agrícolas. O que acontecia é que, Grupos Dinamizados (GD), membros e dirigentes da FRELIMO, passavam apenas a fazer uma variedade de promessas às famílias camponesas, segundo as quais as suas condições de vida poderiam melhorar caso essas aceitassem ir às aldeias comunais.

Sobre esta matéria, Mosca (1999, p. 137) argumenta que, "a mobilização política era acompanhada por promessas de apoio a construção das casas, na proximidade dos serviços que existiriam nas aldeias, abastecimento de água, comércio, entre outros beneficiários inerentes à aglomeração". Aqui, o modelo moçambicano de "criação de cidades do campo" se difere do cubano, pois neste último caso, as populações não foram transferidas de forma forçada. O que aconteceu em Cuba, é que os camponeses eram concedidos alguns benefícios para viverem em espaços aglomerados.

No caso moçambicano, além do processo de transferência ter sido coercitivo, não havia clareza sobre que tipo de benefício os camponeses teriam em casos de irem para aldeias comunais. Inicialmente, a FRELIMO não pensava em avançar por uma mobilização coerciva das populações para as aldeias comunais, pois havia uma

[18] Ao usar-se o termo *chamboqueados*, pretende-se referir que as vítimas eram violentadas em público com uma vara (*chamboco*) pelas forças opressoras (a milícia) instituídas pelo governo da FRELIMO durante o socialismo.

expectativa de que haveriam de sair duma forma espontânea. Mas, durante o processo de transferência, muitos camponeses começaram a mostrar vários cenários de resistência à voz de comando da FRELIMO para a sua ida às aldeias comunais e isto, não deu muito espaço de manobra para os "camaradas da utopia".

Depois de fracassada a mobilização pacífica conduzida por membros e dirigentes da FRELIMO no sentido de influenciar para que as famílias camponesas pudessem ir para aldeias comunais, em seguida, começou uma mobilização forçada, autoritária e arbitraria. José (s/a, p. 87) elucida que "a implementação do projeto de socialização não foi linear em direção ao progresso, não foi absolutamente coerente, pacífico, nem mobilizou incondicionalmente os cidadãos". Este processo foi caracterizado por uma violência simbólica generalizada, na medida em que as pessoas visadas eram obrigadas a deixar as suas antigas povoações consideradas pela FRELIMO como sendo dispersas.

Em alguns casos, haviam demolições de casas das famílias camponesas sem nenhuma ação compensatória (*cf*. RAPOSO, 2017). Quem fugisse das aldeias comunais era tido como "inimigo do povo", "reacionário", enfim, "traidor da pátria" e das "conquistas da revolução" e se capturado, o mesmo era torturado e em muitos casos, enviado a «*campos de reeducação»*. Chichava (2008) relata vários casos de violência das pessoas que supostamente se recusavam em aderir as aldeias comunais na província da Zambézia. Antes de serem enviados a «*campos de reeducação*», na maioria da vezes, essas pessoas, em caso de serem identificadas e capturadas pela milícia que estavam a serviço do então partido-Estado, eram apresentadas e humilhadas em comícios populares e às vezes, o próprio presidente Samora Machel, é que se encarregava nisto (*cf*. NCOMO, 2004).

A maior parte dos camponeses que foram para aldeias comunais, temiam represálias e casos graves, serem punidos em nome da defesa das conquistas da revolução. Mas, vale realçar que, a mobilização coercitiva das famílias camponesas para as aldeias comunais intensificou quando uma guerra civil eclodiu entre o governo (socialista) da FRELIMO e a RENANO a partir de 1976. Como a FRELIMO supostamente tinha a obrigação e dever de proteger e defender o "povo" de qualquer que fosse a ameaça externa e interna, a sua ação baseou-se nesse argumento. As pessoas que mais foram violentadas de acordo com Raposo (2017) foram as seguintes: (i) os deslocados involuntariamente das zonas de controle da RENAMO; (ii) os idosos, deslocados e sem capacidade produtiva e; (iii) os que não dispunham de machamba suficiente para assegurar a subsistência familiar. É importante realçar que, as aldeias comunais em Moçambique

tiveram várias origens sob ponto de vista da sua formação. O quadro 2 resume os fatores que estiveram na originaram as aldeias comunais em Moçambique.

Quadro 2. Aldeias comunais em Moçambique por província (%)

Províncias	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5
	Relação interprovincial (1978)					Relação intraprovincial (1982)				
C. Delgado	86,4	26,1	-	91,3	9,1	12,3	31,9	-	56,5	0,2
Niassa	10,8	5,3	-	4,4	72,7	13,0	52,0	-	22,0	13,0
Nampula	-	42,2	-	-	-	-	100,0	-	-	-
Zambézia	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-
Tete	2,8	0,1	4,0	2,2	18,2	13,0	0,7	26,7	46,6	13,0
Manica	-	0,2	6,0	1,6	-	-	1,8	53,9	44,3	-
Sofala	-	-	26,0	0,2	-	-	-	94,5	5,5	-
Inhambane	-	7,4	-	-	-	-	100,0	-	-	-
Gaza	0-	16,2	39,0	03	-	-	70,9	27,0	2,1	-
Maputo	-	25	5,0	-	-	-	76,2	23,8	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Araújo (1989).

Legenda
Tipo 1 - Aldeia formada durante a luta de libertação nacional
Tipo 2 - Aldeias formadas a partir da mobilização de produção coletiva
Tipo 3 - Aldeias resultantes de calamidades naturais
Tipo 4 - Aldeias edificadas em antigos "aldeamentos"
Tipo 5 - Aldeias formadas pelos regressados da guerra de libertação nacional

Embora a FRELIMO sob liderança de Samora Machel tenha travado uma batalha para combater a formação duma nova elite exploradora, após a independência, a sua ação revolucionária não surtiu muitos efeitos. Os "velhos hábitos" continuaram a serem reproduzidas durante o programa de socialização do campo. A própria ideia de que o governo Machelista foi implacável a *exploração do homem pelo homem*, precisa também ser desmistificada, pois vista do outro ângulo, sugere que tais práticas eram e foram reproduzidas pelos dirigentes da FRELIMO a vários níveis.

Além de trabalhar nas suas pequenas propriedades familiares onde produziam seus produtos para a sua sobrevivência, eram também utilizados como mão-de-obra nas machambas estatais. Durante o programa de socialização do campo, "as relações patrão-empregado foram substituídas por métodos do tipo militar" (MOSCA, 1999, p. 124) e o "«patrão-explorador» tinha sido substituído pelo Estado"(idem). Em torno deste assunto, Feijó (2017a) acrescenta também que:

> Diversos elementos que estiveram na base destes fenómenos sociais apareceram em continuidade com algumas práticas do período colonial. As novas empresas agrícolas estatais herdaram um sistema de plantação fortemente dependente do emprego de mão-de-obra sazonal (frequentemente forçada), sendo que não deixaram de continuar a recorrer a práticas de recrutamento compulsivo de trabalhadores rurais (FEIJÓ, 2017a, p. 335).

Na mesma perspectiva, Minter (1998) acrescenta que:

> [...] tal como no período colonial, as machambas irrigadas (apoiadas pelo Estado) e a produção camponesa continuaram em competição direta. As machambas necessitavam de mão-de-obra, especialmente de mão-de-obra

> sazonal para a colheita do arroz. Mas, assalariado sazona não garantia rendimentos suficientes durante todo o ano, além de que interferia na produção doméstica. O Estado colonial tinha forçado os camponeses a trabalhar nas machambas; o Estado pós-colonial exortava-os a fazer o mesmo, ocorrendo ocasionalmente à coerção e experimentou repetidamente a escassez de mão-de-obra durante os períodos de pico do ano agrícola (MINTER, 1998, p. 351).

Outro aspecto que revela a reprodução do passado colonial, está relacionado com o controle da cadeia de comercialização da produção agrícola. No período colonial, os camponeses deveriam obrigatoriamente vender os seus produtos diretamente ao Estado português e/ou as concessionárias a preços pré-definidos. Essa relação era em si, exploradora, pois quem sempre saia a perder eram os camponeses. Isto possibilitava tanto o Estado português quanto as concessionárias acumularem primitivamente o capital. Com a independência do país e, sobretudo, durante implementação do programa de socialização do campo, os camponeses depararam-se quase com o mesmo cenário. Aqui, os camponeses deveriam apenas comercializar os seus produtos as instituições do (e/ou criadas pelo) Estado e com mais ninguém. De acordo com Mosca (1999, p. 131), obrigatoriamente os camponeses deveriam escoar e vender os seus produtos pelas seguintes vias:

a) Pelas empresas estatais agrárias especializadas em monoculturas, principalmente as que se dedicavam à produção de produtos exportáveis;
b) Por empresas ou instituições públicas especializadas como é o caso da comercialização de grãos (especialmente cereais) e;
c) Pela rede comercial existente, pública e privada.

A socialização do campo foi um projeto hegemônico de dominação das massas populares que se encontravam sob alçada da FRELIMO, na medida em que, o interesse era de capturá-las e por via disto, controlar politicamente o "povo". A circulação das famílias camponesas para fora das aldeias comunais era feita a partir de «*guias de marchas*» que eram documentos emitidos exclusivamente pelo então, governo socialista da FRELIMO. Na verdade, as «guias de marchas» não se tratou de algo novo, apenas era uma reedição das práticas coloniais.

Com a independência do país, a FRELIMO apenas as recuperou e modernizou-as, mantendo todo o resto em constante, a *barbárie*. Durante o período colonial, o Estado emitia um certificado de circulação para os escravos e as escravas. Sem esse documento, quem fosse pego, era intimidado/a, torturado/a e punido/a pela milícia portuguesa, pois eram considerados de "fujões". Com a independência do país, as «guias de marchas», desempenhavam (quase) a mesma função nas aldeias comunais. Embora que tenha

começado desde a luta de libertação nacional e depois nas zonas libertadas e semi-libertadas, o seu uso se estendeu até as aldeias comunais.

As populações que viviam em aldeias comunais deveriam estar na posse duma «guia de marcha» caso quisessem se deslocar duma aldeia para outra. Em caso de não possuir, era impedidas de circular pelas milícias que estavam a serviço da FRELIMO. A esse respeito, Mosca (1999, p. 137) afirma que "os cidadãos sem este documento poderiam sofrer ações punitivas imprevisíveis praticadas pelas milícias populares [...] nos postos de controle existentes nas estradas do país". Chegado aqui, duas linhas importantes podem ser vistas sobre a socialização no campo. Uma das preocupações centrais da FRELIMO pós-colonial era a captura do território e da sua população e isto, passava necessariamente pela tentativa de uniformizar e homogeneizar a "nação".

A outra era ligada a sedimentação autoritária do seu poder como fato social total dentro desses lugares. Diante destes dois desafios, o processo de socialização do campo respondia à extensão do poder da FRELIMO em termos de controle político dos territórios, base essencial do exercício do poder estatal. Outra leitura possível em torno da Socialização do campo, é que com este programa, a FRELIMO queria matar as tribos existentes nesse período. Urbanizar o campo, significava ao mesmo tempo (tentar) acabar com os traços tradicionais que os camponeses aglutinavam dentro do seu modo de vida.

Se os camponeses formavam uma tribo a partir da sua organização social (que era em si, dispersa), a FRELIMO ao pretender criar pequenas cidades do campo com base no programa de socialização do campo, a intenção era de acabar com tais tribos. Neste caso, organizando os camponeses em aldeias comunais, estar-se-ia, portanto, a matar as tribos, pois no entender dos ideológos da FRELIMO, este tipo de organização do espaço era contrária a ideia de "nação". Dito de outra maneira, a nação moçambicana no ideário dos ideológos da FRELIMO, só poderia existir caso as tribos fossem aniquiladas, urbanizadas e modernizadas. Para Brito (2019), o programa de socialização do campo fazia:

> [...] parte do processo de urbanização do campo, cujas implicações eram não só técnicas e económicas, mas principalmente políticas. Transformar os camponeses em "urbanos" no campo, correspondia ao projeto dos líderes de os libertar dos seus laços «tradicionais» para torná-los cidadãos nacionais, isto é, indivíduos que apenas se reconhecem e existem socialmente na sua relação com o Estado-nação. Samora Machel referia-se com frequência à necessidade de «matar a tribo para fazer nascer a nação». Ora, a «aldeia comunal» é o lugar por excelência desse ideal, é o oposto da «tribo». A tribo são os camponeses vivendo dispersos, submetidos à autoridade dos seus líderes e cujo acesso à terra é regido pelas suas próprias instituições. Ao contrário, a «aldeia comunal» são os camponeses reunidos fisicamente numa unidade político-administrativa criada pelo Estado e sujeita à autoridade dos seus representantes que têm o papel, entre outros, de decidir sobre a ocupação da terra de acordo com os

> princípios estabelecidos pelo poder central. [...]. A tribo são também os ritos de iniciação, os casamentos prematuros, a poligamia, o lobolo e muitas outras práticas que o poder denuncia como fruto do obscurantismo e da sociedade «tradicional-feudal» e que quer destruir em nome do progresso e do socialismo. Na verdade, tudo o que representa qualquer forma de autonomia em relação ao Estado, tudo o que escapa ao seu controle, é combatido. A «aldeia comunal» é o lugar da submissão dos camponeses aos modelos e valores dos dirigentes do Estado, onde a relativa independência desfrutada fora da aldeia é suprimida. A «aldeia comunal» é a transposição da cidade para o campo, e a sua concepção obedece ao modelo da sociedade urbana moderna, onde o indivíduo existe apenas pelo (e no) Estado (BRITO, 2019, p. 116-118).

Ao descrever as contradições geradas pela socialização do campo, Cahen (2006, p. 122) afirma que "as aldeias comunais não vieram para cooperativizar o campo (as cooperativas não ultrapassavam 1% da população)", mas sim, "vieram, na verdade, para introduzir o aparelho do Estado no campo, para controlar, modernizar os camponeses, para nacionalizá-los" (idem). Essa contradição aconteceu na medida em que, através da socialização do campo, a FRELIMO procura manter o controle direto dos corpos dos camponeses que trabalhavam nessas machambas do Estado, as chamadas *empresas estatais*. A implementação do programa de socialização do campo era para a FRELIMO uma forma deliberada de eliminação rápida do camponês visto como a face retrograda da sociedade moçambicana.

Além disso, a implementação do programa de socialização do campo em si, não foi concebida para ajudar o campesinato a prosperar, mas sim, exterminá-lo politicamente. O único lugar onde deveria acontecer esse o aniquilamento político do camponês seria, portanto, nas aldeias comunais, territórios os quais a própria FRELIMO tinha maior controle. Isso passava necessariamente pela eliminação dos traços campesinos, tudo isto em nome da proteção das *conquistas da revolução*, sendo que era acompanhado pelo discurso protecionista segundo o qual, a intenção era para salvá-los de possíveis ataques militares da RENAMO.

Esta era apenas uma estratégia da própria FRELIMO para manter controle dos corpos e das mentes dos camponeses a médio e longo prazo, tudo para fazer triunfar o socialismo e por via disto, proteger as *conquistas da revolução*. Pode-se dizer que, o programa de socialização do campo foi *anti-campesinista* que verdadeiramente *campesinista*, embora a FRELIMO destacasse em suas ações mobilizadoras que o objetivo era ajudar os camponeses a prosperar socialmente, mas na prática, isto não aconteceu. Cahen (2006) afirma que olhando para:

> [...] a ideologia modernizadora do paternismo autoritário da FRELIMO, era impossível deixar o campesinato viver nos moldes tradicionais, pois com esse modelo de modernização, a pequena elite burocrática e urbana da FRELIMO

> e do sul de Moçambique não podia aceitar um campesinato espalhado que vivia de uma agricultura semi-itinerante, isto é, um meio social que era difícil de controlar (CAHEN, 2006, p. 121).

Na mesma perspectiva, Brito (2019) afirma que:

> A atitude hostil da Frelimo em relação às sociedades camponesas coincide com uma nova clivagem política fundamental do Moçambique independente: de um lado a Frelimo com o seu Estado e a sociedade urbana e, do outro lado, a imensa massa da população rural, quase completamente afastada do poder, simples objeto da ação modernizadora, por vezes violenta, do partido-Estado (BRITO, 2019, p. 90).

Já no entender de Cahen (2019), durante o processo:

> Seguiu um paradigma de modernização autoritária definido principalmente de maneira negativa, numa leitura simplista do marxismo em que o modo de produção doméstico e as relações sociais originais no seio do campesinato eram consideradas como feudalismo. [...]. O Estado quis proletarizar o campo, transformando os camponeses em assalariados de machambas estatais ou trabalhadores dependentes de cooperativas [...], mas não o conseguiu (CAHEN, 2019, p. 31).

A FRELIMO sabia muito bem que acabando politicamente com o camponês, a sua ideologia implantar-se-ia facilmente, pois não haveria muita resistência por parte deste e, desta forma, a sua dominação seria hegemônica no campo. Aliás, a FRELIMO não tinha como aparecer a falar abertamente que o camponês era o seu inimigo, pois seria uma "traição", tendo em que este sujeito se juntou a causa da "nação", neste caso, a luta de libertação do país. Para que o camponês não desconfiasse das suas reais intensões, de forma sigilosa, a FRELIMO usou outros meios e/ou métodos por forma que a sua missão fosse bem sucedida.

O problema essencial da FRELIMO no campo embora não tenha afirmado isso abertamente, era o camponês. Um camponês que vivia em situações de isolamento, era o mais perigoso para a FRELIMO do que aquele que vivia dentro duma unidade de produção coletiva e isso tem sua própria explicação. A figura do camponês em si, era perigosa e problemática para a FRELIMO sob ponto de vista da mentalidade individual, suas práticas e visões de mundo. Um camponês deste tipo era uma ameaça para a FRELIMO, primeiro para o sucesso do seu projeto modernizador e, segundo, para o socialismo que estava a seguir enquanto modelo de desenvolvimento do país naquela altura.

Para evitar que o seu projeto revolucionário fosse um fracasso, a FRELIMO procurou colocar todos os camponeses que viviam em assentamentos dispersos em espaços coletivos, neste caso, em aldeis comunais. Recorde-se que, nessa altura, a

FRELIMO acabou distinguindo paradoxalmente três características principais dos camponeses, entre elas; (i) que ele era conservador em termos econômicos, (ii) que era politicamente reacionário e (iii) que era individualista em termos sociais (*cf*. MOSCA, 1999; MOSCA, 2011). Para a FRELIMO, este tipo de sujeito não era um «*Homem-Novo*», pois não estava dotada de consciência de classe, ou seja, "era adverso à socialização da terra dos meios de produção e resistente à coletivização e à vida comunitária" (MOSCA, 2011, p. 38).

Num contexto em que a FRELIMO autoconsiderava-se um partido de orientação *marxista-leninista*, o camponês deveria ser transformado num novo sujeito, portador de uma consciência política coletiva, isto é, classista e as aldeias comunais eram "chaves" para a tal processo. Estava claro que através do programa de socialização do campo, a FRELIMO queria aumentar o número de operários no país. É por essa razão que, o centro essencial do processo de socialização do campo, passava pela tentativa de modernização autoritária da agricultura, que tinha em vista, se não o seu desaparecimento e a sua transformação em operário, então deveria ocorrer o "anestiasiamento" do camponês enquanto corpo social dominante. Este "anestisiamento" dos camponeses não cingia apenas em eliminá-los politicamente, mas também em não alocar investimento suficiente nas cooperativas, exatamente onde desenvolvia as suas atividades produtivas.

Era era nas cooperativas onde trabalhava maior número de camponeses que foram forçados para irem viver em aldeias comunais. A redução de investimento para as cooperativas por parte da FRELIMO, além de ser nalgumas vezes propositada, era também estratégica deliberada para eliminar os camponeses. Segundo Mosca (1999; 2011), através do «plano», o Estado determinava onde alocar os recursos e os setores que mais se beneficiavam, eram aqueles considerados por ele como sendo «setores planificados». Nessa época, o campesinato foi marginalizado através do «plano», na medida em que mobilizou-se maior parte dos recursos técnicos e financeiros existentes naquela altura para as empresas estatais em detrimento das cooperativas. A esse respeito, Mosca (1999) descreve que:

> As formas pouco definidas relacionadas com a distribuição dos rendimentos, as lógicas diferenciadas entre os mecanismos de reprodução da produção familiar e das cooperativas, a organização do trabalho com reflexo sobre a produtividade, as insuficiências de técnicas e de quadros [...], constituíram alguns dos elementos, a nível micro e interno ao movimento corporativo, dificultaram o crescimento das cooperativas (MOSCA, 1999, p. 127).

Nesta mesma linha de pensamento, Cahen (2006, p. 121) relata que nessa altura "o Ministério da Agricultura destinava 98% do orçamento às machambas estatais" e isto, minou significativamente a reprodução social do campesinato, pois o "apoio ao setor familiar era virtualmente inexistente" (MINTER, 1998, p. 349). Posicionando-se sobre esta matéria, Mosca (2005) descreve o seguinte:

> A distribuição dos recursos é desta forma centralizada no plano, beneficiando os setores planificados e marginalizando os não planificados, retirando a estes a capacidade de reprodução por não possuírem acesso aos recursos e estes não existirem nos mercados. O modelo permitiria assim, o crescimento dos setores socialistas (principalmente do setor estatal) e reduziria a capacidade de desenvolvimento dos pequenos e médios produtores e da produção familiar (MOSCA, 2005, *sem página*).

Durante a socialização do campo, existiram algumas cooperativas agrícolas que tiveram algum êxito durante o processo produtivo e outras não. Estas cooperativas que tiveram alguns êxitos, eram aquelas que se beneficiavam do financiamento do Estado e as que fracassaram, são as que foram sendo marginalizados, nalgumas vezes, propositadamente com o objetivo de atingir o campesinato, dificultando assim a sua reprodução social. Mosca (1999) afirma que:

> Existiram exceções nas quais as cooperativas receberam apreciáveis apoios, em financiamento de explicação e na afetação dos recursos. Estas cooperativas interligadas nos planos anuais do Estado e constituíam uma minoria do movimento cooperativista. As não contempladas nos planos possuíam grandes dificuldades financeiras como derivado às ausências destes bens no mercado (MOSCA 1999, p. 127).

E Minter (1998), acrescenta que:

> Pouco restava do orçamento do desenvolvimento rural para promover a produção camponesa cooperativa ou para apoiar a vasta maioria dos camponeses que continuavam a produzir individualmente em moldes familiares. Houve aldeias com cooperativas que tentaram melhorar a vida dos camponeses por meio do aumento da produção agrícola coletiva. Mas, era uma minoria em comparação com as aldeias criadas por razões militares ou administrativa; um grupo ainda menor, favorecido por uma boa direção ou por acesso a financiamento externo, conseguiu grandes apoio do Estado (MINTER, 1998, p. 348).

Fazendo uma análise do programa de modernização agrícola da FRELIMO no Moçambique socialista, Minter (1998 afirma que:

> O programa de socialização do campo não ocorreu. [...] O Estado pós-colonial teve sérios problemas de gestão ao lidar com as machambas que caíram sob seu controlo. [...] tendo vindo a revelar-se um fracasso econômico. As machambas estatais não produziam quanto se esperava, debatendo-se com a má gestão, importações de tecnológicas inapropriadas e problemas em orientar a força de trabalho anteriormente controlada por meio de coerção (MINTER, 1998, p. 349-350).

A FRELIMO entendia que caso se investisse muito nas cooperativas agrícolas, já que os camponeses eram a maioria, automaticamente, estes se transformariam em pequenos capitalistas rurais. De acordo com Mosca (2009, p. 122) nessa altura "qualquer aos produtores de pequena escala era criticada por estar a fomentar *kulaks* (camponeses ricos)". O surgimento de camponeses ricos contrariava a ideologia revolucionária frelimista, a de pretender uma sociedade com base no "socialismo". Tendo em conta que era nas cooperativas agrícolas onde predominava o setor familiar e, principalmente, o campesinato, automaticamente isso impossibilitaria a sua reprodução social.

Esta constatação é confirmada por Mosca (2009, p. 125) quando afirma que "os produtores de pequena escala [...], não eram incorporados nos planos e, sem afetação administrativa de recursos, tiveram dificuldades de reproduzir os ciclos produtivos". No caso específico do período "socialista", o desinvestimento no setor familiar fragilizava em grande medida o reprodução social do campesinato e isto, levava a própria FRELIMO a dominá-lo e por sua vez, controlá-lo politicamente dentro das aldeias comunais. Se a terra era a base para os camponeses tomarem o poder após a independência do país, então, a sua nacionalização retirou-lhes esse poder.

Com a nacionalização, o Estado acabou se tornando poderoso, na medida em que ele passou a determinar as condições do seu uso e aproveitamento da terra, situação que permanece até os dias atuais. Tanto as propriedades coloniais como as pequenas parcelas que os camponeses, sobretudo, aqueles que haviam se restabelecido (por ocupação) após o fim da luta armada, também foram nacionalizadas e confiscadas a favor do Estado, numa clara rejeição das práticas preexistentes. A decisão de entregar as propriedades que eram exploradas pelas plantações coloniais à gestão das empresas estatais, gerou frustações dentro do campesinato no período socialista, pois muitos camponeses ambicionavam em recuperar as terras dos seus ancestrais.

Maior parte destas terras que os camponeses ambicionavam em ocupar após a independência, localizavam-se próximos aos cursos de água. Outras terras que os camponeses ambicionavam ocupar, são aquelas que se beneficiavam do sistema de irrigação durante o período colonial. Os camponeses queriam aproveitar o sistema de irrigação que havia neste período para produzir os seus produtos alimentares. Muitos camponeses que abraçaram a luta armada de libertação nacional ao lado da FRELIMO, ambicionavam ter acesso à terra (e outros recursos naturais) sem restrição e se reproduzir nos seus moldes, mas isso, não aconteceu momentos que se seguiram após a independência do país, daí a sua frustração. Mosca (2011) salienta que:

> A questão da terra demonstra também essa ideologização da política agrária. Os camponeses, muitos deles expropriados durante a colonização, esperavam porventura recuperarem terras ou terem acesso a áreas de melhor qualidade e que tinham sido abandonados pelos colonos. Isto não aconteceu. As terras abandonadas transferiram para o Estado e, através deste para as empresas estatais e para as cooperativas de produção agrícolas" (MOSCA, 2011, p. 45).

E Minter (1998), acrescenta que:

> Na altura da independência, muitos camponeses esperavam ocupar as terras irrigadas anteriormente pertencentes as machambas dos colonos. Em vez disso, o Estado manteve o controlo e aproveitou a oportunidade criada pelas cheias de 1977 para reassentar as famílias em aldeias comunais, longe dos rios e em zonas de agricultura de sequeiro (MINTER, 1998, p. 351).

Por sua vez, Brito (2019) acrescenta também que:

> Os camponeses que tinham manifestado no momento da independência a sua adesão à FRELIMO viram rapidamente as suas esperanças traídas. Apesar das humilhações de que eram vítimas durante o período colonial terem desaparecido com a independência, continuavam, no entanto, privados do direito de expressar politicamente os seus interesses e, ao mesmo tempo, viram a sua situação econômica deteriorar-se a um ponto sem precedentes (BRITO, 2019, p. 133).

A distribuição de terras após a independência do país foi desigual. e aquelas que sobreviveram à transição do capitalismo colonial para o socialismo, continuaram a ocupar grandes extensões de terras quando comparado com as parcelas ocupadas pelas famílias camponesas. Mosca (2012, p. 24) afirma que "relativamente à ocupação de terras para fins agrícolas" não existiram grandes "mudanças quanto a distribuição e às áreas cultivadas". O autor afirma ainda que durante o período socialista, os camponeses continuaram com "parcelas de dimensões semelhantes à existente antes da independência", sendo que "as grandes plantações (açúcar, algodão, chá, citrinos, copra, pecuária, etc.)" mantinham-se "com superfícies de centenas ou milhares de hectares, muitas delas em zonas onde operavam anteriormente" (MOSCA, 2012, p. 25).

Quando as famílias foram evacuadas para aldeias comunais "tinham direito de um hectare em sequeiro e meio hectare regadio para a produção de subsistência do agregado familiar" (MOSCA, 2011, p. 204). Através de dados estatísticos, Mosca (2011, p. 422) revela que enquanto as empresas estatais e as que sobreviveram à transição ocupavam grandes extensões de terras, "as explorações dos pequenos agricultores (menos de 10 hectares) possuíam em média 1,5 hectares por exploração" (Mosca, 2011, p. 422) e, essa contradição, é notória quadro 3.

Quadro 3. Ocupação da terra na década de 1970

Dimensões (há)	Nº. de explorações	Área (há)	% das explorações (ha)		Área média
0-10	1641158	2405789	99,3	48,3	1,5
11-50	8.729	152.533	0,53	3,1	17,5
51-500	1.687	315.979	0,1	6,3	187,3
501-2500	555	592378	0,034	11,9	1067,3
>2500	219	1.513.769	0,013	30,4	6915,2
Total	1.652.348	4.980.448	-	-	3,0

Fonte: Mosca (2012). **Org.:** Do autor

Embora para a FRELIMO, a socialização do campo tenha sido um programa supostamente bem sucedido, há espaço para dizer que gerou várias contradições. A política de aldeias comunais falhou porque não foram consideradas as questões basilares da formação da sociedade, o modo de vida das famílias camponesas, enfim, as bases de existência do campesinato como, por exemplo, é propriedade da terra, família e religião, etc. Ribeiro (2006) relata que:

> Apesar da existência, ainda hoje, de olhares positivos sobre a política fundiária da FRELIMO pós-independência por parte de diversos atores locais, há que reconhecer que este processo de mudança no uso da terra assente na coletivização colocou em causa a segurança material dos camponeses" (RIBEIRO, 2006, p. 5).

A socialização do campo não surtiu efeitos positivos na vida dos camponeses por ser um programa que veio de "cima para baixo", decido pelo *Bureau* político da FRELIMO sem observar as condições reais do campo. Pela forma autoritária como a socialização do campo foi implementada sem considerar outras relações sociais preexistentes, sobretudo, o campesinato que nessa altura procurava organizar os seus territórios de acordo com seu modo, era difícil de ter sucesso. Além disso, aspectos geofísicos, sociais, econômicas e político-organizacionais também não foram considerados pela FRELIMO durante a implementação do programa. Os camponeses foram sendo transferidas duma forma forçada e colocadas num lugar como objetos que não tenham nenhuma relação com o meio que os rodeavam. De realçar que, quando a luta anti-colonial termina em 1974, os camponeses estavam a reerguer as suas vidas com base nas suas crenças, saberes, hábitos e costumes.

Estavam também a se (re)orgnizarem novamente em clâs e etinias. Para dizer que, quando a FRELIMO decidiu duma forma autoritária implementar a socialização do campo, as populações estavam a recuperar o seu modo de vida que teria sido destruído pela colonização portuguesa, na sua tentativa de "europeizar", modernizar e homogeneizar as relações sociais e produtivas. Através do programa de socialização do campo, a FRELIMO destruiu pela segunda vez, as relações sociais e produtivas que os

camponeses estavam a reconstruir de acordo com o seu modo de vida. A "nova" forma de organização social imposta pela FRELIMO, sobretudo, em aldeias comunais (re)inventada momentos após a independência do país com alegações de unir os moçambicanos, não se concretizou. Ao invés de uni-los, esta forma de organização social os desuniu, pois desorganizou a estrutura societária preexistente, fato que fez do programa de socialização do campo fosse socialmente culturalmente perverso.

O fato de desvincular as populações dos seus lugares de origem, forçando-as a irem para aldeias comunais, trouxe mazelas para as famílias visadas, sobretudo, em termos socioculturais.A implementação da política de aldeias comunais alterou a estrutura político-organizacional preexistente. Neste caso, as antigas relações de vizinhança que as famílias camponesas implicadas teriam construídas foram quebradas e tiveram que reiniciar a construir novas nas aldeias comunais. Há caso em que, pessoas que viviam umas próximas das outras foram colocadas em talhões distantes quando foram viver em aldeias comunais. Isto quebrou as relações de vizinhança que as pessoas partilhavam antes de serem forçadas a irem para aldeias comunais.

A implementação do programa de socialização do campo, levou também a "alterações das estruturas de poder das famílias, clâs e etnias" e "entre outros aspectos de natureza sociológica, de reprodução das comunidades como entidades políticas e sociais" (MOSCA, 2011, p. 43). Em outras palavras, o poder tradicional que havia nos territórios onde viviam as comunidades, foi destruído durante a implementação do programa de socialização do campo, sobretudo, quando as famílias foram forçadas pela FRELIMO a irem viver nas aldeias comunais. O programa de socialização do campo, significou a destruição massiva do modo de vida que as famílias camponesas vinham erguendo.

Visto nesta ótica, compreendem-se melhor os desdobramentos programa no Moçambique socialista. As famílias camponesas implicadas pela socialização do campo, não perderam apenas os seus territórios materiais (onde os sujeitos produziam os seus produtos e realizavam as suas ações políticas), mas também significou a morte simbólica dos seus territórios. Mosca (2011, p. 44) argumenta que deveu-se ao "desconhecimento dos solos dos novos campos de produção e a impossibilidade de desenvolver algumas produções em redor das casas (mandioca, batata-doce, produção de animais de pequena espécie, etc.) como habitual em quase todo o meio rural moçambicano".

As famílias camponesas quando foram para aldeias comunais viviam distantes das suas árvores de frutas, o que de algum modo alterou o seu modo de vida (*cf*. MOSCA, 1999, MOSCA, 2011). Quando estavam nos seus lugares de origem, as árvores de frutas

estavam nas proximidades das suas casas e isto não se repetiu nas aldeias comunais. Outro dado importante constatado por Mosca (2011) está relacionado com a devastação das florestas que ocorreu ao redor das aldeias comunais, o que de algum modo trouxe impactos negativos sobre o meio ambiente. Essa devastação ocorreu na medida em que as famílias camponesas iam tirando lenha para o uso doméstico e às vezes, estacas para a construção de casas e outros utensílios domésticos. Igualmente, quando os camponeses foram colocados em aldeias comunais, alguns deles, tiveram sérios problemas durante o processo produtivo. Alguns camponeses tiveram que se deslocar para lugares distâncias por forma a conseguir pelo menos um padaço de terra fértil para produzir alimentos para o seu consumo. Para Brito (2019):

> [...] o simples agrupamento de camponeses nas aldeias, no entanto, afetou seriamente as condições de produção de boa parte deles: alguns ficaram obrigados a percorrer vários quilómetros diariamente para cultivar as suas machambas, outros foram forçados a abandonar completamente as suas antigas machambas (e as suas árvores...) e pedir parcelas aos que controlavam as terras mais próximas da aldeia (BRITO, 2019, p. 117).

Outro aspecto negativo da política de aldeias comunais esteve relacionado com a divisão dos talhões que foram distribuídos às pessoas. Famílias que tinham muitos filhos/as por criar, tiveram muitas dificuldades em se familiarizar com a nova realidade nas aldeias comunais. Por exemplo, em seus lugares de origem, o espaço que tinham cabia para a construção de pequenas *palhotinhas*[19] para os seus filhos, sobretudo, os que já teriam atingido uma idade a qual já não poderiam dormir com os seus pais, sobretudo, os jovens e nalguns casos, adolescentes. Essa forma de organização do espeço residencial por parte dos camponeses é notório no campo moçambicano até os dias atuais. Mas, porque o espaço não permitia construir essas *palhotinhas*, nalguns casos, as famílias numerosas eram obrigadas a partilhar o mesmo espaço com os seus filhos.

Ao fazer a divisão dos talhões, a FRELIMO não teve em consideração os homens que viviam situação de poligamia (*cf.* Mosca, 2011) e isto, trouxe problemas para as famílias implicadas. No entanto, há quem diga, por exemplo, que a política de aldeias comunais ocasionou destruição de lares (casamentos), pois já não havia a liberdade das pessoas circularem livremente. Recorde-se que, para um cidadão circular duma aldeia para a outra, era necessário apresentar uma «*guia de marcha*» as milícias populares. Em caso de não ter este documento, as pessoas eram interditadas em circular e isso, afetava

[19] Neste trabalho, *palhotinhas* refere-se as pequenas construções de casas feita com material precário, sobretudo, estacas, barro e com cobertura de capim.

negativamente as pessoas que tinham uma relação extra conjugal, ou seja, que viviam em situação de poligamia.

Para terminar, a implementação do programa de socialização do campo, gerou conflitos dentro da máquina estatal. Esse fenômeno caracterizado pelo "ódio de classes" surge por causa da priorização de determinados setores em relação a outros. Neste sentido, os setores mais priorizados é que recebiam mais investimento e outros meios de produção em relação aos não priorizados. Isto quer dizer que, os burocratas e tecnocratas que geriam os setores pririozados tinham melhores condições de trabalho em relação aos que trabalhavam nos setores não priorizados. Essa forma diferenciada de distribuição de investimento aos setores criados no âmbito da socialização do campo por parte da FRELIMO, segundo Mosca (1999) gerou conflitos territoriais. Este autor explica que:

> Porque o plano priorizou o setor produtivo, as empresas estatais foram beneficiárias com a recepção de equipamento (máquinas, meios de transporte, etc.), meios financeiros e técnicos. Os diretores das empresas possuíam meios de transportes novos e os administradores distritais, quando muito, uma viatura em más condições. As direções provinciais não tinham técnicos para a fiscalização e controlo das empresas. A acessibilidade dos diretores das empresas às instituições e respsonsáveis de nível nacional era mais fácil e fluida que a dos administradores e diretores provinciais do Estado (MOSCA, 1999, p. 140-141).

Para melhor compreensão destes conflitos, é importante serem vistos contexto de luta de classes, pois a "briga" tinha como núcleo duro, os investimentos que eram alocados pelo governo através do plano. A esse respeito, José (s/a, p. 87) afirma que "o rumo ao socialismo também encerra contradições internas, tensões e reajustamento de posições de atores sociais, tanto dentro como fora do Estado". No entanto, fica claro que, os diretores provinciais administradores distritais se sentiam excluídos e desvalorizados, pois os diretores das empresas estatais além de terem acesso a fatores de produção, meios financeiros e técnicos, tinham um contato direto ao poder central.

Os diretores provinciais e administradores distritais, uma vez que serviam o mesmo Estado achavam que tinham também o direito de ter acesso não apenas ao poder central, mas também, aos fatores de produção, meios de financeiros, técnicos para dinamizarem a produção. Por sua vez, estes achavam que também tinham o direito de receber novos carros. Se por um lado, o socialismo era visto como uma forma de combater as desigualdades regionais, estas foram reproduzidas de forma ampliada no âmbito da socialização do campo pela própria FRELMO. Os investimentos públicos foram sendo alocados a setores modernos e localizados, na sua maioria da região sul do país quando comparado com outras regiões do país. Mosca (1999) afirma que:

> Mas, não menos importante que as questões institucionais, foram ou não, o plano e as políticas do pós-independência não reduziram os desequilíbrios de desenvolvimento regional. As prioridades mantiveram-se nas produções e serviços especialmente localizados. Os investimentos públicos foram realizados para a recuperação das atividades do setor modeno que mais contribuía para as exportações, para o abastecimento das cidades e para a prestação de serviços às economias do interior da África Austral. Como consequência, o sul do país, de onde eram originários a maior parte dos altos dirigentes do Partido e do Estado, concentrou grande parte do investimento (MOSCA, 1999, p. 142).

Mosca (1999) revela ainda que cerca de 50% do investimento público foi enviado para a região sul do país, aonde se vivia maior parte das elites frelimistas. Este autor faz saber ainda que nessa altura, a região sul era habitada por cerca de 22% da população rural e 29% da população total. Esse cenário mostra como é que a FRELIMO reproduziu desigualdades sociais, excluindo outras regiões do país e, eram as que concentravam maior parte da população.

No caso das regiões norte e centro do país, sempre contestaram o *poder frelimiano*, apoiando a RENAMO, o que significa que, em algum momento, o redirecionamento do investimento público para o sul do pais, teve motivação e/ou contornos político-partidária. Contudo, os camponeses apenas foram usados para legitimar os interesses políticos, sobretudo, para o sucesso da revolução quando foram aglomerados em aldeias comunais. A socialização do campo foi uma política governamental e não necessariemante, uma política pública, na medida em que procurava responder interesses do partido FRELIMO, que visavam desenvolver Moçambique com base no "socialismo" e com ele, proteger e defender as *conquistas da revolução*.

2.3-Lutas e resistências camponesas contra a socialização do campo

As lutas e resistências travadas pelos camponeses contra o programa partidário-governamental de socialização do campo, ocorreram sem nenhuma estrutura organizativa, ou seja, um movimento camponês que defendesse os interesses de sua classe. No Moçambique socialista não era permitido a criação de organizações com fins privados e/ou de defesa de interesses de grupos. As únicas organizações que existiam nessa altura, estavam ligadas ao próprio partido FRELIMO, neste caso a OJM (Organização da Juventude Moçambicana) e a OMM (Organização da Mulher Moçambicana). Estas duas organizações serviam como a base mobilizadora da FRELIMO no âmbito da coletivização dos espaços residenciais e produtivos.

Se estas organizações estavam a serviço da FRELIMO, defendendo os interesses deste partido, pode-se dizer que, a OJM e a OMM, ambas foram "inimigas" do

campesinato, ou seja, participaram diretamente na tentativa de "anestesiamento" político dos camponeses durante a experiência socialista. Representar apenas interesses dos camponeses nesse período, significava promover o individualismo e/ou divisionismo e isto ia contra o que a FRELIMO defendia em termos ideológicos. A FRELIMO estava interessada em unificar o país com base no paradigma da "unidade nacional", o que quer dizer que, nenhuma pessoa seja singular ou coletiva deveria criar uma organização para a defesa de interesses particulares.

Os camponeses que avançavam nesses sentido, quando identificadas pela (milícia popular e o Grupo dos Dinamizadores [GD] da) FRELIMO eram, em seguida, consideradas de agitadores do povo. Por sua vez, essas pessoas eram julgadas no *tribunal revolucionário* e, em seguida, punidas, torturadas e, às vezes, enviado para «*campos de reeducação»* na qualidade de preso político, acusados de traidores das *conquistas revolução*. A acusação grave que pesava sobre quem desobedecesse o poder, criando associação de defesa de interesses de grupos, era a de semear o divisionismo no país, pois nessa altura, utopicamente, a FRELIMO defendia o paradigma da unidade nacional.

No entanto, a FRELIMO era implacável a todas formas de incentivo a manifestações organizadas por grupos estranhos a ela, pois entendia que os seus organizadores eram apenas agitadores e que queriam colocar o povo contra a própria FRELIMO. Mosca (2014) cita um caso que aconteceu na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, onde os camponeses tentaram criar uma organização que defendesse a sua classe, mas este grupo foi combatido severamente pelo então governo socialista da FRELIMO. De acordo com o autor:

> Quando surgiu uma experiência de organização dos camponeses em Cabo Delgado, órgãos da FRELIMO e do Estado de então (e de "altíssimo" nível atual), imediatamente declararam a iniciativa reacionária, como desvio da linha política e capitalista (MOSCA, 2014, p. 84).

Esse aspeto é confirmado também por Ngoenha (2011, p. 17) afirma que durante o período "socialista", a FRELIMO "combatia os alicerces individuais e culturais dos indivíduos e grupos". Esse cenário mostra claramente que, em nenhum momento os camponeses poderiam se organizar em associação. Isto explica porque é que neste período em Moçambique não havia nenhuma associação que representava os interesses dos camponeses. Mesmo assim, os camponeses reagiram de variadíssimas formas contra os desmandos da FRELIMO socialista e com ela, o seu programa modernizador.

O programa hegemônico, autoritário e arbitrário da FRELIMO que tinha em vista a socialização do campo (e com ele todos os meios de produção) foi contestado de

diversas formas pelos camponeses. José (s/a, p. 87) afirma, contudo, que, "os cidadãos não foram, portanto, elementos passivos, meramente receptores da política governamental". Dominar e/ou tentar anestesiar um camponês que vinha sendo oprimido e que havia sido expropriado e explorado pelo regime colonial português, não foi uma missão fácil para a FRELIMO.

Cada tentativa de anestesiamento aos camponeses em aldeias comunais, significava uma rebelião anunciada, mesmo que esta demorasse de acontecer, mas era apenas uma questão de tempo para os oprimidos. A ação autoritária e arbitrária da FRELIMO no Moçambique socialista, fez com que os camponeses ganhassem consciência de que deveriam se rebelar contra "o libertador". Aos poucos os camponeses foram-se transformando em atores políticos, fazendo política no campo, de igual modo que fizeram no período colonial, lutando e resistindo contra o colonizador.

A luta dos camponeses contra o programa modernizador da FRELIMO, configura-se numa luta política e ao mesmo tempo, de classes. Como Marx e Engels (1998, p. 48) destacaram, "toda a luta de classes é uma luta política". O camponês demonstrou à FRELIMO que, a sua estratégia de querer eliminá-lo politicamente, não poderia se efetivar, daí a sua resistência primeiro contra a ideia dele ir viver confinado numa aldeia comunal e depois, contra o programa de socialização do campo como um todo, já que visava modernizá-lo e por via disto, eliminar os traços campesinos.

As lutas e resistências travadas pelos camponeses contra o programa de socialização do campo, tanto para não ir às aldeias comunais como para trabalhar nas cooperativas, numa primeira fase, demonstra que eles não queriam ser operários. Mosca (2011, p. 44) afirma que "em Moçambique depois da independência existiram processos de resistência e integração dos camponeses à socialização e às transformações impostas" pela FRELIMO. Na mesma perspectiva, Brito (2019) faz saber que:

> [...] o projeto do poder, nacional e integrador, encontrou resistência por parte dos camponeses. Não era uma resistência por princípio, inerente a uma suposta natureza reaccionária do campesinato amarrado a formas de vida "tradicionais", mas uma reação de defesa na medida em que esse projeto envolvia uma precarização da sua existência social. Essa resistência dependia, obviamente, das condições histórico-econômicas de cada região em particular, das modalidades locais de integração do campesinato na economia de mercado e do tipo de ação do Estado, indo desde a simples negação dos novos modos de organização propostos até à revolta aberta, assumindo múltiplas formas de acomodação ou de recuperação das orientações definidas pelo poder (BRITO, 2019, p. 134).

Os primeiros focos de resistência dos camponeses surgem quando, a FRELIMO começou a evacuá-los para as aldeias comunais. Lembrar que, ao se integrar na luta de

libertação nacional, os camponeses perspectivavam que, caso a FRELIMO saísse vitoriosa, já que dizia que queria "*libertar o homem e a terra*", automaticamente, eles levaram a sua vida de acordo com o seu modo de vida. Utopicamente, os camponeses pensam que poderiam ter liberdade e/ou autonomia na construção/produção das suas relações sociais e produtivas. Mas, a FRELIMO negou-lhes dar essa liberdade e/ou autonomia, ao decidir que as pessoas deveriam ir viver nas aldeias comunais. O fato da FRELIMO forçá-los a irem viver em aldeias comunais, isso criava questionamento no seio dos camponeses.

Ao se integrarem na luta contra o colonialismo português, os camponeses não queriam viver em confinamentos como acontecia durante o período colonial, mas sim, em espaços abertos e livre da opressão, onde poderiam produzir os seus alimentos e se reproduzirem socialmente de acordo com as suas normas, práticas e costumes, enfim, com o seu modo de vida. Para os camponeses, as aldeias comunais eram uma réplica do que teriam vivido durante o período colonial, onde as suas liberdades tinham-lhes sido retirados pelo colono. Para não reviverem a experiência "amarga" do passado, os camponeses passaram a contestar a ação autoritária e arbitrárias da FRELIMO, embora esta, alegasse que nas aldeias comunais apenas queria melhorar as suas condições de vida e protegê-los já que nessa altura, a guerra civil estava a eclodir, tendo a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) como adversário político.

A persistência da FRELIMO em aglomerar todas as populações nas aldeias comunais aumentara ainda mais o descontentamento de muitos camponeses uma vez que estes saiam numa frustração de não ter de volta as suas terras, após o Estado ter as colocado a serviço das empresas estatais. Esta mobilização compulsiva empreendida pela FRELIMO levou uma resistência geral dos camponeses, traduzinhando-se numa "oposição entre a «tradição» e o Estado «moderno» da FRELIMO" (SERRA, 1997, p. 109). Os camponeses viam a independência como uma forma de se livrar de programas e/ou iniciativas opressoras.

As "feridas" desta modernização colonial ainda não estavam "cicatrizadas" quando a FRELIMO quis avançar também com o seu projeto, daí que os camponeses passaram a contestar. Com a colonização portuguesa, os camponeses foram forçados a se integrarem ao modo colonial de produção e a priorizarem a produção de mercadorias e não necessariamente, a sua base de sobrevivência, ou seja, culturas alimentares. Ao longo do processo, os camponeses estavam aos poucos perdendo as suas caraterísticas, a sua identidade, enfim, o seu modo de vida.

Com a independência do país, os camponeses queriam inverter esse cenário, priorizando as culturas de subsistência baseada na sua autonomia produtiva. Enfim, os camponeses queriam continuar com o seu modo de vida, por isso, contestavam o programa modernizador da FRELIMO. Em outras palavras, os camponeses ao resistirem à sua integração forçada as às aldeias comunais era "uma forma de preservar e reforçar a produção nas parcelas familiares (MOSCA, 2011, p. 85). Os camponeses tinham em mente que indo as aldeias comunais, a sua modernização e da agricultura seria irreversível, pois a FRELIMO estava decidida em avançar com os seus intentos.

Estes, baseavam-se também pelo pressuposto de não terem sido consultados se queriam ou não viver em aldeias comunais, uma vez que o programa de socialização do campo é decidido durante o III Congresso da FRELIMO, em 1977. Os camponeses tinham em mente também que a sua base de existência que estavam reconduzindo aos poucos com base no seu modo de vida, poderia ser destruindo novamente pela FRELIMO caso estes icem às aldeias comunais. É preciso considerar que, de 1974, altura que terminou a luta armada de libertação nacional até a implementação efetiva do programa de socialização do campo, os camponeses já teriam restabelecido nos seus territórios onde viviam, algumas práticas tradicionais.

Nos lugares onde viviam, os camponeses já tinham construído, o que se pode chamar de *territórios sagrados*, que eram espaços que estes usavam para a sacralização com os seus antepassados. É por esta razão que os camponeses lutavam e resistiam para não saírem dos seus territórios para as aldeias comunais. Os aspectos culturais dos camponeses e o seu modo de vida, pois as aldeias comunais não garantiam esses aspectos, uma vez que a socialização do campo envolvia uma modernização completa das relações produtivas e sociais. O descontentamento dos camponeses com as ações da FRELIMO se generaliza dentro das aldeias comunais e isso deve-se a vários fatores.

Chegados às aldeias comunais, os camponeses se depararam com talhões muito pequenos em espécie de quadradinhos e este aspecto fez com que estes não se contestassem. Este episódio é descrito por Araújo (1988) em sua tese de doutorado, onde afirma que os camponeses queriam talhões maiores que lhes permitissem a sua reprodução social. Para famílias camponesas numerosas, ter pequenas parcelas de terras naquela altura era problemático sob ponto de vista da sua reprodução social. Sendo famílias maiores na altura, a exigência era para que lhes fosse atribuído espaços maiores por forma a albergar outros agregados familiares. Os camponeses queriam um espaço que lhes permitisse a construção de suas casas, curais para a criação de animais e também

para a produção de hortaliças, enfim, que fosse possível a reprodução do modo de vida idêntico a que levavam nos seus lugares de origem, mas isso não aconteceu.

Esta era a primeira frustração com o projeto modernizador da FRELIMO. As contestações surgem por causa das parcelas de terras que recebiam para a sua reprodução social que era média de 1,5 hectares por família camponesa conforme demonstrado na seção anterior. Lembrar que, quando os camponeses se integraram na luta de libertação nacional, almejavam ter acesso a maiores parcelas de terras. Já que isso não aconteceu em aldeias comunais, eles começaram a questionar o sentido da independência a que eles lutam para que fosse alcançada. Mesmo havendo esses questionamentos, as suas ações sob ponto da luta e resistência de forma mais aberta contra a modernização autoritária encabeçada pela FRELIMO, eram frustradas pelas milícias populares.

De realçar que nem todos os camponeses foram para as aldeias comunais impostas pela FRELIMO. Pelo contrário, muitos deles resistiram para não icem, numa clara demonstração de força de que queriam continuar vivendo de acordo com o seu modo de vida. Alguns camponeses continuaram a trabalhar nas suas anteriores machambas, produzindo diversos alimentos. Essa resistência dos camppneses em se integrarem às aldeias comunais aconteceu em muitos lugares do país, sobretudo, na região norte do país, concretamente, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, respectivamente. Para dizer que o projeto da FRELIMO embora fosse autoritário, o mesmo não foi hegemônico. A esse resteito, Brito (2019) sinaliza que:

> [...] na maioria dos casos, os camponeses não abandonaram completamente as suas antigas machambas, sendo uma prática comum dividirem o seu tempo (ou os membros da família) entre a aldeia comunal e as habitações, mantidas ou reconstruídas, nas suas terras. Contrariamente ao projeto idealizado pela liderança da FRELIMO, a construção das «aldeias comunais» não foi acompanhada de qualquer alteração significativa em termos de produção: a agricultura familiar manteve-se a base econômica dos aldeãos e o número de cooperativas que se formou foi irrisório. Mesmo nas antigas «zonas libertadas», onde, segundo o discurso oficial, os camponeses estavam engajados em novas formas coletivas de produção, a resistência às transformações impostas pelo Estado foi notória. Em Cabo Delgado houve o fenômeno da «desagregação» (camponeses que abandonavam as «aldeias comunais» em que tinham sido concentrados para reconstruir outras aldeias nos seus próprios territórios). Nas antigas "zonas libertadas" do Niassa, também se pode citar como exemplo o que aconteceu em M'sawize quando as autoridades provinciais decidiram que a machamba coletiva devia ser transformada em cooperativa. A machamba coletiva que existia desde a independência, onde toda a população de M'sawize (mais de mil pessoas) trabalhava rotativamente, tinha em 1983 uma área cultivável de 80 hectares. Isso significava, na verdade, um investimento simbólico para todos, não afetando a disponibilidade para trabalhar nas machambas familiares. Quando chegou a orientação de formar uma cooperativa definindo um número de membros limitado a 80 (um membro por hectare), a reação foi imediata [...]. A população recusou a cooperativa, em nome do "trabalho coletivo", mas foi

> apenas uma maneira, bastante inesperada, de preservar a disponibilidade de todos para produção familiar (BRITO, 2019, p. 134-135).

Além disso, as resistências eram várias e em muitos casos, os camponeses reivindicavam os benefícios do trabalho por eles realizados, pois estes levavam muito tempo a trabalhar. Maior parte dos camponeses que reivindicavam, eram aqueles que trabalhavam nas cooperativas agrícolas criadas pela FRELIMO para a massificação da produção. Debruçando-se sobre esse assunto, Araújo (1989, p. 185) afirma que, até certa altura "os membros das cooperativas de produção assim criadas não viam os benefícios do seu trabalho, o que os levava a abandoná-las". Nalguns casos, o *absentismo* e/ou o *faz-de-conta* (estamos a trabalhar) era uma das estratégias de lutas e resistências dos camponeses contra o programa de socialização do campo. Os camponeses andavam descontentes, pois quando iam trabalhar nas empresas estatais e nas cooperativas, os mesmos não produziam com uma motivação e isto, contribuiu significativamente para os baixos níveis de produção e a produtividade agrária. Mosca (2011) relata que:

> Era comum as pessoas trabalharem amontoadas, sem organização nem tarefas quantificadas reduzindo a produtividade para níveis extremamente baixos e onde o esforço, empenho e o «faz-de-conta» se misturavam sem diferenciação nem avaliação (MOSCA, 2011, p. 76).

As contestações camponesas nas aldeias comunais ao projeto de modernização da FRELIMO se intensificaram também quando as condições de vida começaram a se deteriorar. Recorde-se que, uma das premissas que justificou a criação das aldeias comunais e a posterior mobilização das populações, foi a de acabar com a vida miserável que vinham tendo. De acordo com Mosca (2011, p. 95) "os camponeses, quase sem alternativas, integraram-se e simultaneamente resistiram às aldeias comunais. Integraram-se na expectativa dos benefícios materiais e dos apoios do Estado vinculados no discurso político". Os camponeses vendo que estavam a ficar cada vez mais miseráveis quando comparado com o estágio anterior antes de irem para aldeias comunais, começaram a mostrar sinais de descontentamento contra o projeto "utópico" da FRELIMO (de socialização do campo) como forma de pressioná-la, por exemplo, a cumprir com as suas promessas.

Para defender as conquistas da revolução que estavam sendo ameaçadas cada dia que passava por causa do descontentamento dos camponeses nas aldeias comunais, a FRELIMO era obrigada a prover as condições básicas sociais. A FRELIMO não queria que o "povo" se revoltasse contra ela. Uma revolta popular, levaria ao fracasso o seu projeto utópico que tinham em vista controlar politicamente as mentes das populações

(com destaque para os camponeses) que vivam em aldeias comunais. Embora Ngoenha (2011, p. 15) afirme que durante a experiência socialista "o Estado moçambicano na sua natureza libertária e socialista era distribuidora", Serra (1997; 2000) e Araújo (1988), por exemplo, rebatem esta tese, demonstrando que foi exatamente a falta de distribuição da renda que fez com que os camponeses contestassem a FRELIMO. Para Serra (1997):

> Os camponeses não estavam contra o «Estado» por este ser «moderno», mas por este não ser tão redistribuidor quanto desejavam. O retorno ao «passado» não era um protesto contra a modernidade, mas afinal, contra a falta dela. Sintetizando, o que os camponeses penalizavam era a impossibilidade governamental de lhes dar o bem-estar, felicidade (SERRA, 1997, p. 110).

Os recursos naturais que estavam ao redor das aldeias comunais, sobretudo, os que eram extraídos diretamente das florestas, quase estavam esgotados, pois os mesmos eram disputados por muitas famílias camponesas que aí viviam. A fome no seio das famílias camponesas era tanta que até não tinham mais nada por comer se não recorrerem a natureza para extrair alguns produtos para garantir a sua sobrevivência e, essa situação se intensifica na década de 1980. As terras também já estavam esgotadas, uma vez que não se verificava o pousio dos solos porque não havia dentro das aldeias comunais disponíveis (*cf.* MOSCA, 2011). Lembrar que, os camponeses usam o pousio do solo como forma de torna-los férteis quando se verifica o seu esgotamento e o mesmo processo que os camponeses que viviam em aldeias comunais queriam fazer.

No caso dos camponeses que estavam em aldeias comunais, o esgotamento do solo contribuiu para os baixos níveis de produção e produtividade agrária e consequentemente, a eclosão da fome. A guerra civil que estavam em curso neste período, inibia os camponeses em irem procurar frutos silvestres nas florestas para a sua sobrevivência. Estes fatores, contribuíram sobremaneira para a generalização das contestações populares em se manterem dentro das aldeias comunais contra a FRELIMO.

O desejo dos camponeses em sair das aldeias comunais era tanta, mas ao seu arredor, estavam as forças repressoras (as milícias populares), pois qualquer tentativa, poderia culminar com a sua punição, tortura e entre outros tipos de violência. Embora vivendo em aldeias comunais, os camponeses começaram a desobedecer aos "camaradas" da FRELIMO, ignorando até determinadas ordens superiores, porque não garantia condições suficientes de existência dentro das aldeias comunais tendo em conta que os produtos nas lojas do povo já havia se esgotado.

Os camponeses queriam de qualquer forma, se livrar das "garras" da FRELIMO e da vida miserável que levavam nas aldeias comunais e em parte, a guerra deu-lhes essa

possibilidade de escolha. Os maiores beneficiários da sua fúria dos camponeses foram os movimentos anti-FRELIMO, sobretudo, a RENAMO. Na província da Zambézia, por exemplo, é "onde o governo da FRELIMO encontrava dificuldades para realizar as suas atividades político-administrativas" (Chichava, 2008, p. 35) e isso se deve por causa do apoio que os camponeses davam aos movimentos anti-frelimo nesta época.

De acordo com Chichava (2008), a província da Zambézia sempre mostrou-se ser rebelde e essa rebeldia, surge como resistência dos camponeses zambezianos à sua hostilização e marginalização nos processos decisórios e na gestão dos recursos naturais pela FRELIMO logo após a independência. Para este autor "os zambezianos sempre se sentiram marginalizados, quer pelo Estado colonial, quer pelo Estado pós-colonial" (CHICHAVA, 2008, p. 16). A rebeldia dos zambezianos veio se repercutir no Moçambique socialista, na medida em que tornam-se numa clara oposição ao projeto revolucionário da FRELIMO. Chichava (2008) faz saber ainda que no caso específico da província da Zambézia houve:

> [..] uma reação ao paradigma da "modernização autoritária" da FRELIMO. [...]. A contestação caracterizou-se pelo apoio que a população rural concedeu aos movimentos anti-FRELIMO (PRM e RENAMO) e propagação de rumores pondo em causa a governação da FRELIMO. [...] o apoio aos movimentos anti-FRELIMO (ao PRM [Partido Revolucionário de Moçambique], por exemplo) consistia, entre outros, em alimentação e informações sobre a localização das tropas da FRELIMO. [...]. A população, no entanto, também ajudou o PRM a destruir as "aldeias comunais", naquilo que localmente ficou conhecido como "*wotcha weka*" (queima mesmo você a sua aldeia comunal) (CHICHAVA, 2008, p. 34).

A vida nas aldeias comunais era asfixiante. Para muitas pessoas que viviam em aldeias comunais, sobretudo, os camponeses, o surgimento dos movimentos anti-frelimismo e, sobretudo, da RENAMO enquanto uma oposição à ideologia política vigente, foi uma "alternativa" para garantir a sua liberdade. Mesmo que a FRELIMO propagasse a mensagem de que eram "inimigos do povo" e/ou "bandidos armados", a RENAMO era vista como "cidadãos do bem" pelos camponeses, daí que começaram a apoiá-la. Se a mensagem da FRELIMO era não permitir a entrada de sujeitos estranhos nas aldeias comunais, alguns camponeses desobedeciam a voz de comando dado por Grupos Dinamizados e as milícias populares confiados pela FRELIMO para manter o controle territorial e social.

Tal como os camponeses, as autoridades tradicionais acabaram por se tornarem também numa base de apoio a RENAMO como mecanismo de defesa do seu modelo local de reprodução social. Daí que, se a FRELIMO não lhes deixava se organizar de

acordo com a sua visão de mundo, como forma de contestação, estes davam o seu apoio a RENAMO. Minter (1998, p. 271) faz saber que "o campesinato e os chefes, erradamente estereotipados pelo governo como antigos colaboradores do regime colonial agora desacreditados, opõem-se ao Estado e, portanto, aclamam a chegada das forças da RENAMO como potenciais libertadores".

Outros que mais tarde serviram como base de apoio da RENAMO eram, líderes religiosos pertencentes a várias igrejas que operavam em Moçambique. A religião islâmica por ser uma das mais combatidas pela FRELIMO, foi a que mais se destacou no seu apoio a RENAMO, situação que prevalece até os dias atuais. Os muçulmanos, sobretudo, de Angoche, na província de Nampula, foram os que mais tarde se transformaram numa verdadeira base de apoio da RENANO, numa clara resposta à sua perseguição pela FRELIMO nos anos a seguir a independência do país (*cf*. ROSÁRIO, 2009). Outros que serviram também de base de apoio da RENAMO, jovens sufocados com a vida mísera das aldeias comunais, que queriam ir as cidades, mas que o seu sonho era negado.

Os prisioneiros que estavam encarcerados em centros de reeducação pela FRELIMO em nome da defesa das *conquistas da revolução*, fazia também parte da base de apoio da RENAMO. Os curandeiros que eram acusados de praticar o obscurantismo pela FRELIMO, quando surgiu a RENAMO, estes optaram em apoiá-la. A base de apoio da RENAMO estava a aumentar em termos de tamanho e sob de vista militar, isto era importante para a sua inserção social. Serra (1997, p. 111) confirma que o apoio que a RENAMO ia tendo nas aldeias comunais, além dos camponeses, o mesmo vinha também de "régulos, curandeiros, fugitivos dos «campos de reeducação» e jovens frustrados" com o projeto utópico da FRELIMO. No caso dos camponeses, havia uma particularidade, pois além de deixarem que os guerrilheiros da RENAMO entrassem em aldeias comunais, estes disponibilizavam também alimentação. Minter (1998) afirma que nessa altura:

> "[...] havia grupo de mulheres ou de velhos com funções específicas de cultivar para a base. [...]. Em algumas zonas os soldados eram enviados para buscar comida ou [...] organizavam a população para que esta trouxesse comida a um ponto de controlo, perto da base (MINTER, 1998, p. 274-275).

Nem sempre o apoio à RENAMO com bens alimentícios era voluntário quando esta conseguia entrar nas aldeias comunais, pois há casos em que os camponeses eram forçados a ceder, mesmo não tendo muita coisa para dar. Minter (1998) relata que quando os guerrilheiros da RENAMO instruídos para adquirirem alimentação com os camponeses, quando estes entravam em aldeias comunais, numa primeira fase pediam, se

as pessoas recusassem ceder voluntariamente, eles levavam a força e nalguns casos, toda a comida, deixando muitas famílias sem nada por comer. Para os camponeses era pesadelo atrás de pesadelo, mas o da FRELIMO era maior, porque além de os reprimir e de os explorar nas grandes machambas estatais, também não providenciavam produtos alimentares, por isso, preferiam mesmo assim ajudar a RENAMO. Mais tarde, as empresas estatais acabaram também por se transformar em campos de batalha, ou seja, de demonstração de forças via armada entre a FRELIMO e a RENAMO, numa altura, em que por exemplo, faltava quase um pouco de tudo (alimentação, roupa, medicamento, etc.) nas aldeias comunais.

Igualmente, as empresas estatais acabaram por se configurar em verdadeiros espaços de discórdia em termos de sistemas de desenvolvimento econômico e social que deveriam ser implantados no país. De um lado, estava a FRELIMO a defender o socialismo, e do outro, a RENAMO tentando destruí-lo para implantar o capitalismo. A esse respeito, FREI (2017, s/p) reporta que "as famosas *machambas* haviam se transformado em verdadeiros campos de batalha", pois "no lugar de produzir alimentos, [as mesmas], passaram a semear a fome, a miséria, a discórdia, deslocamentos involuntários, a morte". As próprias aldeias comunais, passaram a se configurar numa espécie de territórios em disputa política. Esta disputa paradigmática, envolvia o governo da FRELIMO e a RENAMO, sendo que, os camponeses passaram a ser os principais elementos de disputa político-militar.

Enquanto a FRELIMO precisava de camponeses para aumentar o número de operários, ou seja, de «*Homens-Novos*» para o sucesso do seu projeto revolucionário, a RENAMO precisava de camponeses não apenas para engrossar a sua fileira de guerrilheiros, mas também como mensageiros sobre a localização das bases do seu inimigo. Por sua vez, enquanto a FRELIMO procurava destruir a estrutura social e produtiva preexistente, isto é, tradicionalmente construída pelas famílias camponesas, a RENAMO sempre operou na contramão desta prática. A RENAMO defendia a liberdade dos camponeses, dando possibilidade destes se reproduzirem tendo em conta os seus hábitos e costumes. Em outras palavras, a RENAMO estava contra a apologia frelimista de modernização e de urbanização que a FRELIMO procurava implantar duma forma autoritária no meio rural, destacando a necessidade de se preservar os saberes e os valores tradicionais dos camponeses.

A RENAMO avançava com discurso segundo o qual, era necessário libertar-se duma ver por todas da FRELIMO, na altura, partido único. Com este tipo de discurso, a

RENAMO procurava mostrar os camponeses que Moçambique estava a ser recolonizado pelos "camaradas" da FRELIMO, os "libertados da pátria". A RENAMO prometia libertar os camponeses das aldeias comunais, dando-lhes assim, uma ideia de que, caso vencessem a batalha, teriam uma vida diferente daquela eram oferecidos pela FRELIMO. Mas, esta era apenas uma estratégia político-militar deliberada para a sua inserção social e não necessariamente que a RENAMO estava preocupada com o campesinato e com os camponeses. Nessa altura, toda estratégia era válida para a RENAMO, desde que a mesma, conseguisse capturar as massas populares (que já estavam frustradas com a FRELIMO) para o seu lado.

Para tal, a RENAMO era forçada pela conjuntura a se envolver em mentiras e até criar uma imagem negativa da FRELIMO, tudo para ganhar simpatia e confiança dos camponeses, mesmo sabendo que o seu mundo não seria verdadeiramente uma maravilha para o campesinato, pois desde o início da sua luta anti-comunista, demonstrou isso. Para desestabilizar e/ou enfraquecer a FRELIMO, a RENAMO precisava de uma população dispersa e não aglomerada, esta era uma estratégia própria de guerra. Uma população aglomerada dificultava a penetração da RENAMO nos territórios (e/ou nas bases que estavam sob domínio) da FRELIMO tendo em conta que a segurança era maior nas aldeias comunais.

Além disso, uma população dispersa facilitava a RENAMO empreender, por exemplo, a chamada "*renamização do social*" cunhada por Serra (1997) enquanto um processo de *ideologização do social* que entre outras coisas, tinha em vista instrumentalizar os camponeses em aderir à sua causa de luta. A RENAMO uso os camponeses como instrumentos de manobra para penetrar nos territórios que estavam sob domínio da FRELIMO. Inicialmente, os camponeses não estavam totalmente na agenda política-militar da RENAMO, mais estes acabaram sendo importante ao longo da batalha. Mosca (2011) faz saber, por exemplo, que:

> A RENAMO tinha como um dos alvos as aldeias comunais, porque necessitava da população dispersa para facilitar a ação de guerrilha e recrutamento de soldados. Sabia-se do provável descontentamento dos aldeões devido ao não cumprimento das promessas (MOSCA, 2011, p. 94).

Tendo em conta que muitos camponeses encontravam-se frustrados pela FRELIMO em não lhes ter garantido melhores condições de vida, por terem perdido as suas benfeitorias durante a mobilização coercitiva e também de por não terem tido de volta as suas terras após o processo de nacionalização, em pouco tempo, a RENAMO conseguiu tê-los como sua base de apoio. Os maiores frustrados e descontentes com as

ações da FRELIMO estavam nos «*campos de reeducação*» e quando eram resgatados, se juntavam a RENAMO para se vingarem da opressão e da humilhação que passavam. Não era o interesse da RENAMO atender as demandas dos camponeses, por isso não fez mais nada se não usá-los para combater a FRELIMO.

Politicamente falando, a RENAMO soube aproveitar a fúria e/ou o descontentamento dos camponeses pelas ações autoritárias e arbitrárias da FRELIMO em todo o processo de implantação do socialismo e, sobretudo, no contexto da socialização do campo. No entanto, de oprimidos em aldeias comunais, os camponeses ao se entregarem a RENAMO, acabaram por se transformar em opressores, lutando contra a própria FRELIMO, quem supostamente lhes libertou das amaradas do regime colonial português. Para Mosca (2011, p. 45) "o importante apoio que a RENAMO chegou a possuir em algumas zonas durante a guerra (pelo menos a partir de certa altura), era também uma forma de protesto" ao projeto utópico da FRELIMO.

Esse apoio que a RENAMO recebeu dos camponeses, não estava necessariamente ligada à possibilidade de melhorar as suas condições de vida, mas foi porque estes, estavam cansados de tanto sofrimento, mortes e violência sistemática, nalguns casos perpetrados nas aldeias comunais pelas milícias populares. De fato, a RENAMO não fez nada de diferente. Mesmo recebendo apoio dos camponeses, a RENAMO não consguiu melhorar as condições de vida destes e a situação agravou-se ainda mais. A esse respeito, Brito (2019) faz saber que:

> Ao revoltarem-se contra o Estado da FRELIMO, certamente encontraram a liberdade de se organizar em torno dos seus líderes e voltaram a poder respeitar as suas tradições, combatidas pela FRELIMO, mas a RENAMO acabou por ser incapaz de substituir o Estado na organização do acesso das populações sob seu controlo aos bens de consumo industriais (BRITO, 2019, p. 136).

Quando a RENAMO teve acesso às aldeias comunais, passou a recrutar os camponeses, integrando-os na sua fileira de guerrilheiros para combater militarmente a FRELIMO. Este recrutamento nem sempre era pacífico, pois a atuação da RENAMO era sobremaneira violenta. O uso da violência, também era parte deste processo, na medida em que temendo, os camponeses não tinham muitas opções, senão aderir causa de luta da RENAMO. Serra (1997) descreve que:

> A luta renamiada não visa alvos seletivos: ela é **total**. A sua lógica desumana, numa guerra é a condição de reprodução da RENAMO como instituição armada, acaba pouco a pouco, por impregnar o comportamento do próprio exército governamental (SERRA, 1997, p. 111, grifo do original).

Ainda na senda dos ataques militares protagonizadas pela RENAMO às aldeias comunais, Raposo (2017) lembra alguns casos por si estudados que aconteceram na província de Manica. Descrevendo, a autora afirma que:

> Foi o caso das aldeias de Socera e Chinhambuzi cujas famílias tinham sido obrigadas a deixar as suas antigas povoações dispersas, a verem demolidas as suas habitações e a instalar-se na malha ortogonal das aldeias. Foi também o caso da aldeia de Chigodole sujeita a múltiplos ataques da RENAMO, geralmente noturnos, obrigando as famílias, constrangidas a viver na aldeia, a dormirem em abrigos improvisados no mato. E foi ainda no caso da Junca no distrito de Gondola, sem árvore nem plantação, por ordem superior, visando impedir a infiltração de membros de guerrilha, tendo gerado grande empobrecimento dos camponeses (RAPOSO, 2017, p. 199).

Os ataques e os bombardeamentos que os guerrilheiros da RENAMO faziam nas proximidades das aldeias comunais preocupavam ainda mais os camponeses. Outro aspecto importante a realçar, é que os ataques e os bombardeamentos da RENAMO ocorriam também nos «*campos de reeducação*». Vendo-se pressionados com a guerra, muitos camponeses aproveitavam fugir desta forma para muito longe, mesmo que as suas vidas estivesse em perigo. Os camponeses preferiam morrer tentando fugir para as matas e outros lugares fora da alçada da FRELIMO, sobretudo, onde não havia muita violência, do que dentro das aldeias comunais como era regra.

Por sua vez, vendo-se muitas vezes explorados e expropriados, em alguns casos os camponeses apenas abandonavam clandestinamente a produção coletiva, procurando abrir novas *machambas* fora da alçada dos "capatazes" da FRELIMO. Livrar-se da FRELIMO nessa altura era uma missão difícil para qualquer camponês, pois o controlo era maior. A aplicação de «guias de marcha» para o controlo da mobilidade populacional *intra-aldeia* comunal, cercava por completo as camponeses, por isso, a fuga inicialmente era clandestina. Neste processo de resistências, clandestinamente muitos camponeses fugiam das aldeias comunais para o interior das matas, onde começavam a recriar as suas formas tradicionais de produção longe das empresas estatais.

Com esta fuga também procuravam organizar-se segundo os seus ideários tanto na produção do espaço como na sua exploração, ou como prefere Mosca (2012, p. 19), recriavam o seu *modus vivendi* e *operandi*, sobretudo, quando "proveitosas para os mecanismos de reprodução da família como unidade econômica e social". Fugindo para áreas onde não havia muita violência, a ideia dos camponeses além de ter acesso à terra fértil com maiores dimensões, era também de recomeçar a sua vida fora da coletividade que lhes eram imposto pela FRELIMO, produzindo alimentos de acordo com as suas práticas costumeiras e necessidades. Nesses lugares, os camponeses ganhavam autonomia

de decidir “o que produzir”, “quando produzir”, “como produzir” e “para quem produzir” os produtos.

Muitos camponeses fugiam para os países vizinhos, sobretudo, no caso das aldeias comunais que estavam próximas às zonas fronteiriças. A fuga dos camponeses, trouxe impactos negativos na produção agrária durante a implementação do programa de socialização do campo. Além do *absentismo* enquanto estratégia de lutas e resistências camponesas contra a socialização do campo, verifica-se também uma considerável redução da força de trabalho nas cooperativas agrárias e nas empresas estatais.

A esse respeito, Mosca (2011, p. 85) afirma que “as dificuldades de contratação da mão-de-obra para as empresas estatais pode refletir essa resistência” camponesa contra o programa de socialização do campo. Como se pode ver, a geografia das lutas e resistências contra o projeto utópico da FRELIMO no Moçambique socialista é complexa, pois ela envolve questões de ordem territorial (luta pela permanência nos seus antigos territórios, acesso à terra e outros recursos naturais e a sua organização com base seu modo de vida), política, econômica, social e cultural. Estes e outros aspectos que serão analisados na seção a seguir, contribuíram grandemente para o colapso do socialismo.

2.4– Crise do projeto socialista, reformas econômicas e seus impactos sobre o campesinato

A década de 1980 foi marcante para a restruturação do espaço agrário moçambicano, pois de um lado, chegava ao fim o projeto socialista da FRELIMO, e do outro, dava sinais do nascimento de uma nova república, capitalista. Isso veio mudar também a própria geografia do país, pois se tratava de um período de transição, isto é, do “modo socialista de produção” para a recuperação do “modo capitalista de produção” e teve desdobramentos sócio-territoriais negativos, sobretudo, na reprodução social do campesinato.

Os fatores conjunturais que caracterizavam Moçambique na década de 1980 pesavam muito e forçaram a FRELIMO, embora com certa timidez no início, a tomar novas decisões políticas, que conduzissem o país a uma possível “calmaria”, depois da profunda crise econômica/financeira que assolava o país nesse período. A queda do “socialismo” em Moçambique na década de 1980 foi influenciada por vários fatores de origem interna e externa. Esses fatores podem ser aglutinados em nacionais, regionais e internacionais, de natureza físico-naturais, políticos, econômicos e sociais. Lembrar que, é na década de 1980 que o bloco socialista entra numa crise estrutural e isto, deveu-se em

grande medida por causa da guerra fria que se verificava nesse período. Uma vez que o "socialismo moçambicano" era intervencionado pelos países socialistas, os mesmos que estavam em crise, neste caso, a ex-URSS, a mesma fez-se sentir em Moçambique.

A crise do bloco socialista (da ex-URSS) contribuiu bastante para a queda do projeto socialista da FRELIMO já que a maior parte do dinheiro vinha de lá. Mosca (2008) confirma este fato, ao pontuar que a conjuntura regional no contexto da guerra fria que envolvia o bloco socialista, foram determinantes para o colapso dos socialismo em Moçambique.Internamente, na década de 1980, além da guerra civil que evoluía aos passos "galopantes" envolvendo o governo da FRELIMO e a RENAMO, o país era também fustigado por uma seca severa, algo que agudizou a fome que já era crônico no país. A crise econômica que assolava o país nesse período era tão profunda que colocava em risco até a reprodução das "elites frelimistas" (os chamados libertadores na pátria) e alguns burocratas que trabalhavam na função pública.

Com a crise, o Estado deixou de ser providencialista e viu-se momentos depois, a ter dificuldades em alocar serviços básicos sociais ao seu "povo" que viviam em aldeias comunais. A cada dia, a penúria aumentava cada vez mais no campo, sobretudo, nas aldeias comunais e nalguns casos, as populações eram obrigadas a descarrascar alguma coisa para a sua sobrevivência por causa da crise que assolava o Estado, diga-se de passagem, providencialista. Mosca (2008, p. 7) afirma que "com o tempo [...] muitas aldeias transformaram-se em campos de acantonamento de populações entre fogos cruzados e nunca desempenharam o papel previsto no desenvolvimento rural e na transformação da sociedade".

A crise teve também impacto negativo no processo de reprodução social do campesinato. As cooperativas agrícolas absolviam maior parte das famílias camponesas, passaram a não receber financiamento suficiente para o seu funcionamento, pois as atenções estavam na guerra que o governo da FRELIMO travava com a RENAMO. A esse respeito, Mosca (2008, p. 7) revela que "os camponeses deixaram de possuir incentivos para a produção de excedentes, devido ao colapso da rede comercial, à debilidade dos canais de escoamento e à inexistência de insumos".

Por causa da falta de incentivo para a produção agrícola nas aldeias comunais, a fúria das populações no campo generalizou-se e isto, contribuiu grandemente para o fim do projeto socialista. Mosca (2008) afirma que durante a crise "a insatisfação dos camponeses e a resistência às aldeias comunais e à cooperativização, foi feita de diversas formas, incluindo o apoio à guerrilha antigovernamental em algumas zonas". A crise foi

utilizada pela RENAMO como um triunfo adicional à sua luta anti-frelimista e por via disto, instrumentalizar as populações do campo para as mesmas se rebelarem contra a FRELIMO e quiçá, juntar-se a ela. Politicamente falando, pode-se dizer que, ocorreu aquilo que se chama *protagonismo político* por parte da RENAMO, pois esta, "utilizou as medidas de política econômica que produziram insatisfações para a mobilização das populações" (MOSCA, 1999, p. 152).

A cada dia, a inflação aumentava ainda mais, situação que encarecia os produtos (de consumo) da primeira necessidade e como consequência direta disto, as condições de vida das populações moçambicanas deterioravam-se com mais intensidade. Tanto na cidade quanto no campo, a vida tonou-se insuportável para os cidadãos, uma vez que eles apenas dependiam dos produtos que eram disponibilizados nos mercados e nas lojas do povo pelo então Estado providencialista para comprarem e consumirem. Nessa altura, quase todos os indicadores macroeconômicos do país estavam em queda "livre", aprofundando ainda mais a crise e isso, começa a partir de 1981. O quadro 4, mostra o comportamento dos indicadores macroeconômicos na década de 1980.

Quadro 4. Indicadores macroeconômicos da economia moçambicana na década de 1980

	1980	1981	1984	1985	1986
PIB – Variação anual	2,2	-3,6	-16,8	-4,2	-10,8
Inflação (IPC)	n/d	2,0	17,6	47,8	12,2
Importações/Exportações	35,0	35,0	17,7	18,1	14,6
Défice da Balança de Pagamentos/PIB	-1,4	-2,8	-13,9	-9,7	-13,9
Défice público corrente/PIB	0,1	0,9	-10,2	-9,3	-12,1
Gastos públicos/PIB	7,8	17,3	20,8	22,4	25,4
Receitas públicas/Gastos públicos	105,7	106,4	66,6	58,2	52,2
Investimentos públicos/PIB	12,7	17,2	9,7	4,5	6,9

Fonte: MOSCA (1999). **Org**. O autor.

A guerra que era conduzida pela RENAMO contra o socialismo da FRELIMO, adicionado à fome que deteriorava ainda mais as condições de vida dos moçambicanos naquele período, não dava muitas opções a FRELIMO, senão pensar na mudança de "paradigma". Para que a situação fosse a encontrar uma "calmaria", era imperioso que a FRELIMO avançasse rapidamente com reformas profundas de natureza política e econômica no Estado. Essas reformas visavam liberalizar a economia, ou seja, Moçambique deveria deixar de um país baseado numa *economia centralizada* ou planificada para um país baseado numa *economia de mercado*.

Estas reformas foram impostas pelas *Instituições de Breeton Woods (IBW) –, Fundo Monetário Internacional [FMI] e Banco Mundial [BM]*. Essa imposição acabou valendo, pois a conjuntura local não era favorável a uma possível resistência por parte da

FRELIMO, pois alguns países africanos, encontravam-se também debilitados economicamente em resultado da luta de libertação e da guerra civil, como é o caso do Zimbabwé e da Angola. Além disso, havia tensões geopolíticas entre o governo da FRELIMO com África do Sul e Malawi.

No caso da África do Sul, mesmo com assinatura do Acordo de N´nkomat (para a não agressão) em março de 1984, o "regime de minoria branca voltasse rapidamente a atacar e a apoiar ações de desestabilização militar no país" FREI, 2017, s/p) e isto, fragilizava ainda mais o governo da FRELIMO. As IBW aproveitaram-se da fragilidade econômica da FRELIMO e do ambiente regional desfavorável a uma possível resistência para impor as reformas que achavam que deveriam ser feitas no país. Para piorar a situação "a ajuda foi travada até que Moçambique concordasse com o programa de ajustamento estrutural do BM e do FMI" (FREI, 2017, s/p).

De realçar que, propunham a privatização, não apenas de empresas estatais que na altura inoperantes, na sua maioria precisando duma recapitalização, mas também a terra deveria ser privatizada e estas eram as condições para que Moçambique tivesse ajuda externa e por forma a sair da crise estrutural que se encontrava. Em 1983, é realizado IV Congresso da FRELIMO e nele, foram discutidas questões relacionadas com a situação econômica, social e política do país.

Serviu também para refletir questões relacionadas com as imposições que estavam sendo feitas pelas IBW, isto é, se a FRELIMO aceitaria ou não avançar com as reformas na economia moçambicana, tendo em conta que esta, era a opção que tinha para receber apoio da comunidade internacional, sobretudo, do Ocidente. De acordo com Mosca (2011, p. 118), foi este Congresso que "preparou o país às transformações possíveis e que vieram acontecer". O IV Congresso da FRELIMO é que trouxe várias alterações tanto na vertente econômica como também no próprio discurso político. Em termos de discurso político, a FRELIMO saiu do IV Congresso um pouco moderada e, sobretudo, cautelosa nas abordagens.

Mesmo duma forma tímida e cautelosa, a FRELIMO já mostrava alguns sinais de que aceitaria avançar com as reformas que lhe estava ser imposto pelas IBW. A FRELIMO enquanto partido político que estava no poder naquele período, não tinha muita força para também se impor às IBW. Ao sair do IV Congresso, teoricamente, a FRELIMO teria mudado de paradigma (de que deveriam avançar com algumas reformas na economia moçambicana), mas na prática, ela continuava com a mesma filosofia de sempre, autoritária e arbitrária nas ações e centralizadora do poder.

Por questões de ordem *político-ideológica*, a FRELIMO não abriu mão em tudo, ela resistiu em alguns casos, sobretudo, no âmbito das privatizações. Castel-Branco (1994) afirma que nem todas as medidas tomadas no IV Congresso da FRELIMO foram colocadas em prática. À primeira vista, fica a ideia segundo a qual, ao não implementar as medidas tomadas por ela tomadas durante o IV Congresso, a FRELIMO ainda tinha esperança de que a crise era passageira e que, caso acontecesse algum "milagre", como, por exemplo, a recuperação econômica nos países socialistas e possível, com a derrota da RENAMO, ela poderia retomar a reconstrução de Moçambique com base nas suas visões de mundo através do socialismo.

Além desse aspecto, a FRELIMO entendia também que as reformas econômicas que lhes eram impostas pelas IBW, era uma "estratégia vaga e indecisa em vários aspectos, nomeadamente quanto às formas de implementação das reformas, às relações entre os diferentes setores sociais, à relação entre a planificação dos recursos e a operação dos mercados, etc." (CASTEL-BRANCO, 1994, p. 62-63). É possível também inferir que, a FRELIMO tinha também o receio de perder a ideologia que guiava a sua política econômica nessa altura, o *centralismo econômico estatal*, por isso, todas as decisões deveriam ser tomadas com cautela.

É a partir do centralismo econômico que a FRELIMO conseguia controlar todos os setores da atividade no processo de alocação de fundos e outros meios de produção. Isto também permitia a materialização das relações de poder com os governos (locais) e a administração das empresas estatais (*cf*. MOSCA, 1999). O comportamento da FRELIMO neste período, sugere afirmar que, ela não queria por nada, perder os elementos fundantes da sua ideologia política. Mosca (2011, p. 118) refere que por parte da FRELIMO era uma estratégia bem pensada, pois com isso, ela "pretendia adiar os objetivos [que o FMI e o BM tinham ao impor reformas], mantendo a fidelidade aos princípios políticos e ideológicos e às opções do socialismo".

A consulta e/ou auscultação, era fundamental para posterior tomada de decisões e ao mesmo tempo, era uma estratégia de resistência por parte da FRELIMO contra a nova (des)ordem que estava sendo impostas pelas IBW. Nenhuma decisão poderia ser tomada sem, no entanto, realizarem-se reuniões/encontros ordinários e/ou extraordinários e, em caso de necessidade, eram realizadas ao mais alto nível do partido, neste caso, a Comissão Política (CP) (o *Bureau* político) do partido FRELIMO (*cf*. MOSCA, 2011) e até dias atuais, mantém a mesma tradição. A FRELIMO sabia de antemão que cedendo às imposições das IBW, a hegemonia estatal em termos de funções, seria reduzida com a

forte presença do setor privado na economia moçambicana. O que a FRELIMO queria, era manter o setor privado sob vigilância do Estado, situação que acontece nos dias atuais.

Mantendo o setor privado sob sua alçada, enquanto partido que governava o país naquela época, estando no poder, a FRELIMO poderia negociar os pacotes de investimento que futuramente poderiam ser propostos pelo setor privado e/ou empresariado. Por sua vez, isto permitiria que a FRELIMO controlassem os negócios do Estado e a partir disto, criasse meios para que os membros entrasse em cena no processo de acumulação. Manter o setor privado sob vigilância do Estado, permitiria também que em casos do investimento levar a expropriação das comunidades e dos camponeses, este tomasse decisões que fossem favoráveis aos povos diretamente implicados, enfim, ao povo moçambicano.

Por este meio, a FRELIMO enquanto se mantivesse no poder, criaria uma imagem de que é um partido que está preocupado com o bem estar das comunidades e dos camponeses. A ideia principal era que o Estado continuasse a desempenhar o seu papel, o de determinar as condições de uso e ocupação da terra, de regulador e fiscalizador das ações do setor privado. Nessa altura, as IBW avançavam também com propostas segundo as quais, o Estado deveria ser apenas facilitador, deixando assim, o setor privado atuar em quase todos os setores de atividades, incluindo sociais. Como se vê, era uma disputa política envolvendo a FRELIMO e as IBW.

Embora estivesse apegado o *seu modo de pensar nacionalista e independentista*, aos poucos, a FRELIMO começou a deixar o seu radicalismo, suavizando assim o seu discurso político para com a comunidade internacional e, sobretudo, com o Ocidente. A guerra civil que era conduzida pela RENAMO contra o socialismo, adicionado à fome que deteriorava ainda mais os moçambicanos naquele período, não havia muitas hipóteses para a FRELIMO, se não pensar na possível mudança de "paradigma". Foi o que mais tarde a FRELIMO procurou fazer, mas por imposição da comunidade internacional.

Paradoxalmente, FRELIMO resistia mesmo em situações de extrema pobreza do seu "povo", mostrando-se cada vez mais firme e decidida para não avançar com as reformas que lhe estavam sendo impostas pelas IBW, pois o fim era salvar e as *conquistas da revolução*. Nesta altura, a RENAMO é que era vista como a principal causadora de todos males sociais que assolavam o país nele período. A esse respeito, Mosca (2011, p. 106) afirma que dentro da FRELIMO, "a guerra serviu também para «exportar» as causas da crise econômica" pois "segundo o discurso oficial quase tudo era consequência do conflito imposto do exterior e de um "bando" de bandidos armados (RENAMO)"

(MOSCA, 2011, p. 106). A FRELIMO descartava a possiblidade de ser a crise econômica, o início do fim do seu *projeto utópico* em Moçambique. Além disso, a própria FRELIMO estava tão dividida na interpretação da crise e o futuro do próprio partido, isto é, se ela continuava a guiar-se pela ideologia *marxista-leninista* como filosofia de governamção, ou então, se iria aderir as políticas econômicas das IBW. Mosca (2011) revela que dentro da FRELIMO existiam:

> [...] várias interpretações para o período das reformas antes do PRE: os que acreditavam nas intenções socialistas da FRELIMO, afirmavam ser um período de compasso para que a crise dos países socialistas recuperasse e que a guerra e o contexto regional se alterassem para, posteriormente, se retomar o projeto socialista. Outros afirmavam ser um processo irreversível, não apenas devido à evolução internacional, como duvidavam que a FRELIMO tivesse ou mantivesse a agenda política anterior, devido principalmente a novas relações de força no seio do poder. Outros ainda, acreditavam ser uma fase em que a FRELIMO demonstraria ao exterior alguma redução da radicalização política e econômica para conseguir apoios externos de alívio da dívida e receber ajuda humanitária para acudir à situações dramáticas da fome (MOSCA, 2011, p. 107).

Há elementos suficientes para afirmar que não havia condições suficientes para a sobrevivência do socialismo em Moçambique. Em termos sociais e econômicos, a FRELIMO vinha muito fragilizada no final da década de 1970. O país não tinha muitos recursos financeiros para a sua própria sobrevivência como Estado, pois estava muito endividado, tanto dentro do país como fora (*cf*. MOSCA, 1999; 2011). As doenças, como, por exemplo, a cólera e a malária aumentaram no país em decorrência da falta de medicamentos, uma vez que a guerra que dificultava a sua distribuição em unidades hospitalares. As cidades enchiam cada vez mais de "gente" e para a FRELIMO este era um problema adicional, sobretudo, na provisão de serviços básicos sociais.

Muitas infraestruturas sociais e econômicas estavam totalmente destruídas em muitos lugares do país por conta da guerra civil que assolava o país nessa altura. A cadeia logística que existia nessa altura, embora precária, que serviam para o escoamento da produção, ficou também total e parcialmente destruída. Por causa da guerra, muitos camponeses não conseguiam produzir o suficiente para a sua sobrevivência porque estes tinham que fugir para lugares seguros e como consequência disto, a fome agudizou-se ainda mais no campo. Os poucos produtos que existiam até então nas chamadas "lojas do povo", não eram suficientes para alimentar toda a demanda que vivia em aldeias comunais.

O número de desnutridos (crônicos e agudos), em aldeias comunais nas aldeias comunais não parava de aumentar. Esses aspectos e tantos outros que não foram

mencionados aqui, fizeram com que a FRELIMO em representação do Estado moçambicano entrasse no processo negocial com as IBW muito fragilizada e não resistisse tanto em avançar com as reformas econômicas que estavam sendo impostas pelas IBW. Como diz Frei (2017, s/p) nas condições em que a FRELIMO se encontrava, "não havia muita opção senão concordar com os senhores do *progresso*" neste caso, as IBW. O auge da suavização do discurso político, acontece em 1987, altura que a FRELIMO decide abandonar em definitivo, o projeto socialista.

O abandono definitivo do projeto socialista pela FRELIMO em 1987, foi sucedido pela aplicação do *Programa de Reabilitação Econômica* (PRE) que mais tarde se chamou de *Programa de Reabilitação Econômico e Social* (PRES), levado acabo pelas IBW que preconizava entre outras coisas, uma privatização massiva das empresas estatais. A partir deste momento, Moçambique deixava de ser uma «*economia planificada e centralizada*» para uma «*economia de mercado e liberal*». Ngoenha (2011) explica essa mudança de sistema de desenvolvimento econômico e social em Moçambique nos seguintes termos:

> De um dia para outro as coisas mudaram [em Moçambique]. Era como se, de repente e sem aviso prévio, nos encontrássemos diante de uma passagem de nível sem guarda. Nesta mudança que corresponde à mudança das relações de força na política mundial, a sociedade mundial viu-se, de um dia para outro, radicalmente mudada: de uma economia planificada para uma economia selvagem. Não digo liberal, digo selvagem, porque o liberalismo tem regras. Por exemplo, se o pressuposto é a livre iniciativa dos indivíduos e a possibilidade de concorrerem com os outros, a situação moçambicana não se prestava a isto, quer porque as populações não tinham formação e informação, quer porque não tinham meios financeiros necessários para entrarem neste tipo de economia. Abandonar as populações de um momento para outro ao volante de um *porche* que vai a duzentos quilômetros à hora sem lhes terem previamente ensinados a conduzir, significa condená-las inevitavelmente ao desastre (NGOENHA, 2011, p. 16 itálico do original).

Graça Machel, viúva de Samora Machel que durante o governo socialista foi Ministra da Educação e Cultura, em entrevista à Televisão de Moçambique (TVM), deixou claro que o problema da FRELIMO foi seguir uma economia de mercado e não capitalismo em si. Na visão dela, dentro dos "capitalismos" há um capitalismo que pelo menos, cria equilíbrio, na medida em que, todos conseguem ter mínimas condições, tendo citado o caso dos países nórdicos. Graça Machel afirmou que na economia de mercado o cenário é diferente pelo fato do próprio mercado ser cego. Para Graça Machel, o erro da FRELIMO durante as reformas econômicas, foi o de adotar um modelo que mundialmente já comprovado que gera muitas desigualdades sociais.

Nesta mesma abordagem, Frei (2017, s/p) afirma que com a implementação do PRE a partir da segunda metade da década de 1980 "sepultou-se o socialismo e um novo

filho estava nascendo". Este autor faz notar ainda que "não era um filho qualquer [...] era o neoliberalismo ─ o filho pródigo que chegou para arrasar" (FREI, 2017, s/p). Um dos aspectos que chama atenção na afirmação de Frei (2017) é a ideia de que as reformas econômicas impostas pelas IBW geraram o neoliberalismo. Se partirmos do pressuposto de que o neoloberalismo pressupõe a existência do Estado mínimo, sobretudo, em termos de intervenção (caracterizado pela privatização de quase todos os serviços sociais), então não é o que aconteceu no país.

A questão de terras, revela que não se tratou do neoliberalismo. O que aconteceu em Moçambique, foi apenas a liberalização da economia para que permitisse a atuação do setor privado. Mesmo com as imposições, a FRELIMO conseguiu garantir que o Estado continuasse como a entidade dominante nos peocessos de desenvolvimento, mas, nalgumas vezes, de forma contraditória e, em aliança com o capital. No entanto, Frei (2017) não é o único autor que relaciona as reformas econômicas impostas pelas IBW com o neoloberalismo. Essa mesma abordagem por ser lida em Feijó (2017a; 2018).

Quando se deu início aos processos de liberalização econômica, grupos empresariais começaram a entrar no país. Durante e após as reformas econômicas que estavam sendo impostas pelas IBW, houve uma movimentação de empresários, outros "novos" e outros os antigos proprietários que já operavam no período colonial. Mesmo as empresas agrícolas que terão a transição do capitalismo colonial para o socialismo, procurava também expandir os seus negócios para outros lugares do país, o que mostra que as condições eram favoráveis nessa altura. Pitcher (2003) afirma que:

> A Companhia de Moçambique, uma das mais antigas do país, bem como a sua empresa-mãe, o grupo Entreposto, permaneceram no país depois da revolução e continuaram a operar em Moçambique [...]. Duas outras empresas com uma longa história no país, João Ferreira dos Santos e o grupo Madal, permaneceram em mãos privadas, tendo perdido poucos dos seus ativos. Estas grandes empresas agrícolas mantiveram a maior parte das atividades que desenvolviam no período anterior à independência e que incluíam a produção de algodão, copra, chá e tabaco. Estas empresas não foram nacionalizadas nem caíram sob a administração do Estado, expandindo-se posteriormente para outros ramos da economia. Em todos os setores da indústria, desde a eletrônica às bebidas, diversas pequenas e médias empresas sobreviveram à firme expansão do Estado na economia, toleradas por um governo que, em última instância, não tinha capacidade nem vontade de estender o seu controle a todas as fábricas e a todas as áreas econômicas do país (PITCHER, 2003, p. 799).

Alguns seguimentos sociais, questionava, por exemplo, porque é que a FRELIMO deixou sobrevier algumas empresas agrícolas que funcionavam coloniais, se ela própria estava contra a reprodução do modo colonial de produção. A resposta segundo Mose e Fauvet (2004) foi dada pelo próprio Samora Machel e ironicamente, afirmou que o

"Estado não vendia agulhas". De fato, é paradoxal, tendo em conta que era a própria FRELIMO combatia a emergência da "burguesia" em Moçambique. Era a FRELIMO que lutava contra o capitalismo, imperialismo, a exploração do homem pelo homem, enfim, tudo o que fosse a reproduzir as práticas coloniais no país. No caso das empresas coloniais que sobreviveram a revolução, Pitcher (2003) afirma que os seus proprietários e/ou acionistas eram os:

> Principais apoiantes do governo da FRELIMO no período pós-independência. Além disso, o Estado FRELIMO valorizava a experiência técnica dessas empresas, um fator que também teve o seu peso na decisão de permanência no país das mesmas (PITCHER, 2003, p. 798-799).

As províncias da Zambézia e de Nampula (na região norte) foi onde mais se verificou o retorno dos antigos proprietários de terras e empresas capitalistas. Grande parte destas empresas capitalistas funcionaram durante o período colonial. Algumas destas propriedades são as mesmas que tinham sido intervencionadas pelo Estado durante o processo das nacionalizações, mas com as reformas econômicas, apenas foram reativadas para a sua exploração capitalista. Algumas das empresas, mesmo com as nacionalizações, sobreviveram e continuaram a funcionar nos mesmos lugares e outras foram adquirindo mais terras em outras províncias do país. O grupo João Ferreira dos Santos (JFS), continua a produzir (e a fomentar a produção de) mercadorias agrícolas em Moçambique, sobretudo, ao longo do Corredor de Nacala. O grupo JFS durante o período colonial, fazia parte das empresas concessionárias e nos dias atuais, funciona nos quase mesmos moldes e tem:

> [...] uma formidável presença na economia de Moçambique, quer por meio de empreendimentos próprios, quer por meio de *joint-ventures* com o governo, com interesses que se estendem à indústria e à agricultura, ao comércio e à exploração mineira [...] e tem investimentos significativos nos setores da produção e processamento de algodão, copra, tabaco e caju. Os seus interesses vão desde as plantações de algodão e tabaco em Cabo Delgado e Niassa às fábricas de farinha de Maputo (PITCHER, 2003, p. 814).

O grupo JFS é que mostrou-se leal ao governo socialista da FRELIMO. Como forma de gratidão, a FRELIMO, sobretudo, "a partir de 1986 começou a recompensar o grupo pela sua «lealdade», concedendo-lhe preferência de aquisição sobre terras do Estado" (PITCHER, 2003, p. 816). Pelo fato de ter sido leal ao governo socialista da FRELIMO, até o ano de 2003, o grupo JFS "possuía individualmente, seis empresas agrícolas e era acionista de diversas outras e estava envolvido em *joint-ventures* com o Estado para a produção de tabaco, algodão e outros produtos em todo o país" (PITCHER, 2003, p. 816). Além do grupo JFS que produz e fomenta a produção de culturaa de soja,

milho e algodão, na província de Nampula existem várias empresas que tem ligação com o passado colonial, por estas terem ocupado propriedades coloniais e atualmente, dinamizam a produção de mercadorias para exportação, como por exemplo, gergelim, bananas, algodão e sisal.

Maior parte destas empresas, foram visitadas durante a pesquisa de campo realizada no Corredor de Nacala e, constatou-se que nem sempre eram reativadas pelos antigos exploradores coloniais, mas sim, novas empresas foram entrando em cena na ocupação e apropriação de propriedades que funcionavam no período colonial. Em pouco tempo, após o abandono do projeto socialista, as reformas impostas por estas instituições começaram a fazer-se sentir no país. Com o avanço das reformas, o papel (e/ou a função desempenhada pelo) Estado na economia, começou a ser reduzido. Se antes, o padrão de acumulação centrava-se no Estado, com as reformas o plano deixou de influenciar na economia, ou seja, "o mercado determinava cada vez mais a afetação dos recursos e o setor privado possuía maior iniciativa econômica" (MOSCA,1999, p. 161).

A comunidade internacional, sobretudo, o Ocidente, chantageava a FRELIMO no sentido de que, se ela não avançasse com as reformas, então, não teria nenhum apoio financeiro que precisava para atenuar a crise no país. A chantagem das IBW ficou evidente no processo de privatização das empresas estatais. De acordo com Mosca (2009, p. 122) "as privatizações foram impostas e, por vezes, com a chantagem dos cortes dos financiamentos e ajuda". Mesmo de forma fragilizada e no meio de chantagens de possibilidade de corte de financiamentos, a FRELIMO resistiu avançar com as reformas de tal maneira que eram impostas pelas IBW. A resistência da FRELIMO foi evidente durante o processo de privatizações das empresas estatais. Mosca (2008) entende que:

> Politicamente, a privatização constituía um dos programas decisivos para o fim das eventuais possibilidades de recuperação do projeto socialista e uma derrota para as forças políticas da FRELIMO, que continuavam a defender a política anterior ou que eram críticos em relação ao ajustamento estrutural (MOSCA, 2008, p. 13).

Durante este processo, a FRELIMO aceitou privatizar quase um pouco de tudo, neste caso, as empresas estatais, menos a terra. Um dos exemplos práticos de que a FRELIMO aceitava avançar com as reformas econômicas, esteve relacionado com a terra. Mesmo antes da revisão desta lei, o Estado avançou com a distribuição de terras nos anos 1983/84, tanto para o setor privado como também para os camponeses na região do regadio de Chókwè, na província de Gaza e este fato é revelado por Moaca (2011). De acordo com o autor "a distribuição de terras [...] no regadio de Chókwè em 1983/84, foi

destinada às populações que habitavam as aldeias do perímetro irrigado ou das zonas vizinhas" sendo que "ao setor privado foram também distribuídas as terras" (MOSCA, 2011, p. 204-2015).

Em relação aos camponeses, Mosca (2011, p. 204) revela que "foi atribuído até um hectare por família e não os 0,5 hectares como era a situação antes das reformas econômicas]". O interesse de ter parcelas maiores por parte dos camponeses durante a distribuição de terras no regadio de Chókwè, não faltou durante este período. Vendo que as parcelas que estavam sendo atribuídas pela FRELIMO, os camponeses começara a desenhar outras estratégias para obterem mais espaços produtivos. A poligamia foi, por exemplo, uma das estratégias usadas pelas famílias camponesas para obterem mais parcelas de terras. De acordo com Mosca (2011, p. 204) "as estratégias familiares neste processo foram no sentido de obterem mais que uma parcela, por exemplo, através de filhos e esposas (poligamia) que viviam ou se apresentavam como residentes em uma ou mais que uma aldeia".

O fato dos camponeses terem usado esta estratégia como uma forma de obterem mais terras, isso apenas mostra que desde muito cedo, eles queriam acesso a parcelas maiores do que tinham em sua posse. A distribuição de terras aos camponeses que aconteceu durante os primeiros anos das reformas econômicas, ela não pode ser vista como uma questão meramente de justiça social, embora fosse importante para a reprodução social do campesinato. A distribuição de terras aos camponeses no regadio de Chókwè foi mais uma questão política que social, pois a FRELIMO queria agradar o Ocidente que de fato estava a abrir o espaço para atuação do setor privado no país.

Mosca (2011) avança também na hipótese de que esta era uma forma da FRELIMO responder as críticas que as opiniões que era feitas internamente. Por sua vez, a distribuição de terras aos camponeses no regadio de Chókwè feita pela FRELIMO na década de 1980, importa realçar que, o interesse final era destruir a base de apoio da RENAMO que era garantida pelos camponeses frustrados pelas suas políticas. Numa altura em que a RENAMO avançava com as suas ações de guerrilha para a zona sul do país, onde por coincidência, vivia a elite frelimista, a distribuição de terras aos camponeses foi uma estratégia bem pensada e arquitetada, pois em parte, tinha em vista frustrar a RENAMO para que as suas ações de guerrilha não avançassem para esta região.

De fato, há evidências que mostram (como mostra Chichava, 2008; Mosca, 2011) que a guerra não avançou tanto na zona sul (províncias de Inhambane, Gaza e Maputo), quando comparado com o que aconteceu em outras regiões do país, a exemplo, das

regiões norte (Nampula, Niassa e Cabo Delgado) e centro (Zambézia, Sofala, Manica e Tete). No sul do país, as ações militares (e/ou de guerrilha) da RENAMO, não se expandiram como se verificou nas regiões norte e centro do país.

Por esta via, a FRELIMO não só dominou os camponeses, mas também manteve o controle do território para que as ações de guerrilha da RENAMO não se espacializassem tanto como aconteceu em outras regiões do país. Esta tentativa de frustrar as ações de guerrilha da RENAMO na região sul do país por via de distribuição de terra aos camponeses no regadio de Chókwè e em outros lugares na região sul do país, é confirmada por Mosca (2011). De acordo com o autor, ao usar essa estratégia, a FRELIMO pretendia no fundo:

> Evitar apoios dos camponeses à RENAMO. Recorde-se que estas ações também tiveram lugar na província de Gaza (sobretudo, no vale do Limpopo – Chókwè, Chibuto e Xai-Xai) e de Maputo, quando a guerra teve um avanço rápido para as zonas econômicas nevrálgicas do sul do país, ameaçando-se o estrangulamento da cidade de Maputo (MOSCA, 2011, p. 117-118).

A forma diferenciada de distribuição de terras no regadio de Chókwè, revelou suas complexidades. Em pouco tempo, as críticas começaram a surgir contra a FRELIMO. Os mais críticos, entendiam que privilegiava os cidadãos/agricultores de cor branca que os camponeses negros moçambicanos. Não quer dizer que, nessa altura não havia negros com pensamento neocolonial. Pelo contrário, havia cidadãos moçambicanos que ambicionavam entrar na onda da acumulação, sobretudo, aqueles que estavam ligados ao poder e estes, mais tarde passaram a ocupar enormes extensões de terras, mas havia um movimento muito intenso de produtores brancos.

Na prática, a questão de terras durante as reformas econômicas levanta novamente o debate sobre o regresso dos brancos em Moçambique para a ocupação de terras, alguns deles, com forte ligação com o passado colonial. Esse regresso dos "antigos colonos" era chancelada pelos dirigentes da FRELIMO, assim acusavam os críticos. Mosca (2008, p. 13) afirma que "a terra introduz elementos e/ou reativa importantes elementos de conflito na sociedade como é a questão do acesso à propriedade fundiária associado à colonização e à discriminação com base na cor da pele". Esta complexidade da questão de terras no regadio de Chókwè, é relatada por Mosca (2011) e segundo ele:

> A complexidade da questão de terras revelou-se de várias formas. [...]. O tamanho das parcelas obedeceu os critérios de experiência anterior (do período colonial), as capacidades produtivas em termos de meio (tratores, tração animal, etc.). [...]. Esta opção recebeu críticas de alguns de alguns quadrantes de intelectuais, por ser os agricultores brancos os que maiores áreas recebiam [...], alegando estar-se a reproduzir e ampliar as desigualdades sociais e a favorecer elites e antigos colonos com a diferença de acesso de recursos (além

> da terra, a *insumos*, equipamentos, etc.). Também foram questionados aspectos relacionados com a qualidade da terra e localização ao longo dos canais de rega e de drenagem, aspectos como a influência no acesso a água e na produção (MOSCA, 2011, p. 205)

Com as reformas econômicas que as IBW impunham para a FRELIMO fizesse em Moçambique, segundo o discurso oficial, pretendiam dar eficiência e rentabilidade as empresas e por via disto, incentivar a entrada do capital estrangeiro e posteriormente, a emergência do setor privado nacional no país (*cf.* MOSCA, 2011; MOSCA, 1999; CASTEL-BRANCO, 1994). Antes das reformas econômicas, o Estado mantinha controle sobre os meios de produção, a ideia das IBW ao impor que se privatizasse as empresas estatais, era no sentido de retirá-lo nesta condição. Retirando o Estado no controle dos meios de produção, estes passariam a ser dominados pelo setor privado. Isso daria mais espaço ao capital empreender uma acumulação ampliada do capital, pois mantendo o controle dos meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, etc.), seria fácil expropriar e explorar os trabalhadoes assalariados. Mosca (2008, p. 12) revela que existiram quatro formas de nacionalização, entre elas:

a) Constituição de empresas mistas em *joint-venture*, sobretudo, para a produção, comercialização, transformação e exportação, como, por exemplo, na cultura do algodão;
b) Recuperação do sistema de concessionárias;
c) Parcelamento das terras e a sua distribuição por privados e;
d) Venda de empresas.

Embora as IBW tenham destacado que o processo de privatização seria irreversível, nem todas empresas estatais foram privatizadas no país. Durante as reformas, agumas empresas estatais foram privatizadas, e outras, permaneceram a funcionar da mesma maneira e algumas foram encerradas. O quadro 5, traz uma análise resumida das empresas privatizadas e as razões que levaram a sua privatização.

Quadro 5. Empresas estatais privatizadas no âmbito das reformas econômicas na década de 1980

Nome da empresa	Razões que levaram a sua privatização
EMOCHÁ E.E	A EMOCHÁ sendo uma empresa vocacionada na produção de chá, a sua privatização segundo o discurso oficial tinha em vista manter a coerência do setor tendo em conta que, o produto final era destinado para mercados específicos. No processo da sua privatização, a EMOCHÁ foi vendida a empresários estrangeiros e nacionais interessados em dinamizar a produção de chá no país. Embora não haja uma estratégia que possa dinamizar o setor de chá, é dominado pela empresa *Chazeiras de Moçambique*, um consórcio de capitais majoritários indianos, localizada no distrito de Gurué, na província da Zambézia. No caso da empresa Chazerias de Moçambique, o produto é fabricado e comercializado localmente. Além desta empresa, existem outras empresas que operam na província da Zambézia que se dedicam também a produção de chá.
	A privatização do Regadio de Chókwè tinha como objetivo, criar outras empresas, mas desta vez, de pequenas dimensões que permitisse/facilitasse a gestão integrada dos recursos hídricos como também melhorar a eficiência e a produtividade. A própria empresa que fazia a gestão do Regadio

REGADIO DO CHÓKWÈ	de Chókwè, neste caso, o *Complexo Agroindustrial de Limpopo*, foi alvo de medidas de ajustamento estrutural. Aliás, antes da ocorrer a privatização do Regadio do Chókwè, primeiro houve uma reforma na empresa gestora do próprio regadio. As terras que pertenciam a empresa Regadio de Chókwè, mais tarde foram distribuídos tanto ao setor privado como também aos camponeses locais. Após as terras serem distribuídas, um dos empresários beneficiários investiu seus capitais para a compra de equipamentos que lhe permitisse a produção de tomate em grandes quantidades, pois queria exportar. Outros empresários que se beneficiaram terras neste local, experimentaram também a produção da cultura do arroz e de palmeira. Como resultado da privatização, os resultados da produção agrícola neste local, aumentou, tendo alcançado níveis próximos do que era produzido no período colonial.
EMPRESA NACIONAL AVÍCOLA (AVICOLA E.E)	A privatização desta empresa tinha como objetivo incentivar a produção de avicultores privados como também racionalizá-la, concentrando-a nas unidades de produção de maior escala. Depois de ser privatizada, entraram em Moçambique vários empresários interessados em produção avícola, tanto nacionais como estrangeiros. Esta empresa já tinha concorrentes na década de 1980, sobretudo, nos anos de 1984/5. A Sun Rich é a empresa privada que queria comprar a AVICOLA. A Sun Rich teria avançado na compra de equipamentos de matadouro que estava encaixotado há mais de 5 anos a fim de construir um novo matadouro de aves. Após a sua privatização, os níveis de produção ultrapassaram quase os que foram alcançados no período colonial.
HORTOFRUTÍCOLA E.E	Para a privatização desta empresa, houveram muitas pretensões. Na tentativa de privatizá-la, a direção desta empresa não concordava que ocorresse tal processo e como consequência direta disto, acabou se convertendo numa empresa privada em 1996 e os potenciais acionistas eram os funcionários da mesma. Todo o património desta empresa, antes estatal, passou para a empresa privada. Esta é uma das únicas empresas que continuava a operar em Moçambique até mais ou menos o ano de 2011.

Fonte: organizado pelo autor com base em Mosca (2011).

Dentre as empresas que não sofreram privatização, destacam-se a empresa GAPECOM E.E e a AGRICOM E.E. em relação a GAPECOM E.E, desenvolvia as suas atividades ao nível do país, sobretudo, nos municípios (exceto, em Maputo). No entanto, a empresa funciona, mas as atividades estão circunscritas apenas no sul do país e a sua produção abastece a cidade de Maputo. Já no caso da AGRICOM E.E, esta foi extinta e no seu lugar, não foi criado outra para que continuasse a desenvolver as atividades (*cf*. MOSCA, 2011). Antes de ser extinta, esta empresa desenvolvia também outras atividades, sobretudo, o abastecimento da produção agrícola nas cidades moçambicanas e também funcionava como estabilizador de preços no processo de comercialização agrícola (*cf.* MOSCA, 2011). É importante frisar que, o processo de privatização das empresas estatais impostas pelas IBW, teve muitas zonas de penumbras, o que quer dizer que, foi caracterizado por corrupção.

Existe hipótese das privatizações das empresas estatais terem beneficiado as elites dentro do partido FRELIMO e os altos quadros da função pública. Essas hipótese não pode ser ignorada, afinal de contas, é esta classe que fazia parte da butocracia estatal nessa altura. Mosca (2009, p. 122) faz saber que "com a liberalização [econômica] surgem privatizações caóticas, não transparentes em muitos casos, em qualquer estratégia de ajustamento à mudança do sistema econômico". Tendo em conta que não havia nenhuma estratégia de ajustamento à mudanças do sistema econômico, muitos setores industriais foram entrando na falência.

Destes setores industriais, destacam-se a indústria farmacêutica, têxtil, de caju, de produção de plásticos, vidros e segundo Feijó (2017a), o seu encerramento gerou

desemprego no país. Como estratégia de sobrevivência, tendo em conta que o Estado não tinha capacidade de absorver todos os que se tornavam desempregados por causa do encerramento de algumas unidades industriais, muitas pessoas acabaram por ingressar ao comércio informal, sobretudo, nas cidades vendendo diversos produtos. As reformas econômicas afetaram negativamente o campesinato, na medida em que, as cooperativas agrárias deixam de ser intervencionadas pelo Estado e muitas delas, entraram em falência total (*cf*. MOSCA, 2008; MOSCA, 2011).

Esta situação dificultou, sobremaneira, a reprodução social do campesinato no país. Neste processo, a agricultura camponesa foi secundarizada, dando-se prioridade à agricultura comercial. Maior parte do investimento que entrava no país em decorrência das reformas econômicas, passou a ser direcionado para produtores que supostamente tinham maior eficiência produtiva. Estes produtores, eram aqueles que tinham uma maior ligação com o mercado e que aparentavam ter condições de devolver o dinheiro emprestado as instituições financeiras.

De acordo com Mosca (2011), no decorrer das reformas, notou-se uma marginalização massiva dos camponeses no acesso ao crédito, pois começa-se a apoiar produtores organizados. O apoio aos produtores organizados tinha em vista "garantir maior eficiência, evitando-se o financiamento de atividades e empresas com rentabilidade duvidosa ou elevado risco relativamente ao pagamento dos créditos" (MOSCA, 2011, p. 233). Vendo-se marginalizadas e excluídas, alguns camponeses passaram a se organizar em associações agrícolas, primeiro como um mecanismo de ter acesso ao crédito, e segundo, como uma estratégia de sobrevivência perante as adversidades da época.

Questões que caracterizavam o modelo colonial de produção, com as reformas econômicas, foram recuperadas, modernizadas e reeditadas. Dito de outra forma, a questão agrária moçambicana com as reformas econômicas tomou novos rumos, diferenciando-se daquele que caracterizava o período "socialista" e assemelhando-se mais com a que se observava no período colonial. O quadro 6, traz o resumo das mudanças verificadas da estrutura agrária moçambicana nos três momentos analisados neste capítulo: *período colonial, período socialista e período das reformas econômicas*. Por sua vez, o quadro 6 descreve também duma forma resumida, os principais nós de estrangulamentos que caracterizaram a *questão agrária* (e/ou o modelo de desenvolvimento agrário) neste três momentos.

Quadro 6. Principais mudanças na estrutura agrária moçambicana

	Período colonial	Período "socialista"	Período das reformas econômicas
Propriedade de terra	Estatal com concessões e propriedade privada	Estatal	Estatal com negócio fundiário privado informal
Formas de propriedade das unidades econômicas	- Privada - Camponesa	- Estatal - Cooperativa - Camponesa - Privada	- Privada - Camponesa - Cooperativas
Sistema econômico	Mercado	Plano	Mercado formal e informal
Estrutura do mercado	- Oligopólio em algumas culturas de exportação	- Monopolista estatal - Concorrência	- Concorrência - Oligopólio em algumas culturas de exportação
Mercado do investidor	- Exportação - Abastecimento interno	- Abastecimento interno - Exportação	- Exportação - Abastecimento interno
Origem principal do investimento	- Externo - Privado	- Nacional - Estatal com cooperação	- Externo - Privado
Padrão de acumulação	- Centrado no setor privado e no exterior	- Centrado no Estado e no país	- Centrado no setor privado com articulações externas
Tecnologia nas empresas	- Intensivo em trabalho	- Intensivo em capital	Intensivo em trabalho
Sistema de produção dos pequenos produtores	- Pequena propriedade - Assente na mão-de-obra familiar - Poucos insumos adquiridos no mercado - Produção principal para auto-suficiência	- Pequena propriedade - Assente na mão-de-obra familiar - Poucos insumos adquiridos no mercado - Produção principal para auto-suficiência	- Pequena propriedade - Assente na mão-de-obra familiar - Poucos insumos adquiridos no mercado - Produção principal para auto-suficiência
Prioridade das culturas	Exportação	Alimentares	Exportação
Alianças sociais	- Elite governamental - Colonos e nova elite local - Setor privado - Países ocidentais	- Citadinos - Elite da administração e do setor estatal empresarial - Países socialistas	- Citadinos - Elite da governação - Setor privado emergente - IBW - Países ocidentais

Fonte: Mosca (2011). **Org.** Do autor.

As reformas econômicas e posteriormente, a atribuição de terras via concessões e vendas das propriedades onde funcionavam as empresas estatais, frustrou mais uma vez aos camponeses que ambicionavam ter acesso as mesmas terras. A maior parte destas terras estavam em áreas próximas dos rios e/ou de regadios e para os camponeses esta localização ajudaria nos processos produtivos para a irrigação das suas culturas. A recuperação do modelo colonial de produção durante as reformas econômicas, em grande medida, trouxe novamente graves problemas sob ponto de vista sócio-territorial.

O campo moçambicano começa novamente a ser reconfigurado nos moldes capitalistas para atender o mercado global, em que enormes áreas de terras passaram a ser ocupadas pelas monoculturas. Igualmente, começou um processo intensivo de ocupação de grandes extensões de terras para a produção de mercadorias agrícolas para a exportação. O processo de ocupação de terras para a produção de mercadorias, começa também a gerar conflitos sociais no campo. Nalgumas regiões do país, o acesso à terra passou a ser um problema para os camponeses.

Em muitos casos, a distribuição de terras ao setor privado, sobretudo, as novas concessões, eram feitas em terras comunitárias, cujos proprietários teriam fugido da guerra civil. Quando as famílias camponesas começaram a regressar para os seus locais

de origem depois que a guerra civil abrandou no país, os conflitos de terra notabilizam-se e essa situação foi notória em quase todo o país. Em muitos casos, os camponeses ocupavam propriedades capitalistas. Depois de invadirem as propriedades capitalistas, os camponeses usavam parte das terras para a construção das suas casas como também abriam suas machambas para a produção dos seus produtos alimentares.

Há casos que os camponeses eram despejados como os novos proprietários das terras, e noutros, resistiam. Muitas empresas agrícolas que atualmente operam no país, se implantaram em terras que pertenciam antes às famílias camponesas, sobretudo, aquelas que teriam fugido a guerra civil nas décadas de 1970 e 1980. Maior parte destas empresas até hoje se encontram em conflito com os camponeses, pois estes últimos continuam a reivindicar as suas terras.

Grande parte destes camponeses, começaram a regressar massivamente após o Acordo Geral de Paz (AGP), assinado em Roma, a 4 de Outubro de 1992, por Joaquim Alberto Chissano, em representação da FRELIMO e Afonso Macacho Mariceta Dhlakama, a RENAMO. Quando estas famílias camponesas regressavam para os seus locais de origem, deparavam-se com novos ocupantes, neste caso, investidores estrangeiros e nalguns casos, as elites locais que também se aproveitaram das reformas econômicas para se autodeclarem "donos" das terras.

Esta situação desembocava em disputas territoriais, caracterizado por conflitos de terras e foi isto que esteve na origem da emergência dos movimentos sociais de luta pela justiça social no campo em Moçambique. Outro aspecto a referenciar, está relacionada com a integração dos camponeses à produção de mercadoria, às vezes, duma forma forçada e perversa. Com o fim da guerra civil, em 1992 e com o avanço do modelo capitalista de produção na agricultura moçambicana, embora de forma tímida, nota-se a emergência de:

> [...] um conjunto de pequenos e médios produtores comerciais, apostando, sobretudo, em produtos de exportação – nomeadamente tabaco, soja e algodão – mas também em culturas alimentares como o feijão, o milho entre diversas hortículas (FEIJÓ, 2018, p. s/p).

Partindo do pressuposto de que nessa relação os capitalistas procuram dominar os sujeitos integrados ao seu modo de produção por meio de relações de poder, não se pode negar que durante o processo tenha havido, por exemplo, a expropriação e exploração dos campesinato. A sujeição dos camponeses à produção de mercadorias, teve um impacto negativo na insegurança alimentar das famílias camponesas. Nesse sentido, liberdade e/ou a autonomia produtiva que os camponeses lutaram para tê-la durante o período colonial

e após a independência, sobretudo, quando foram forçados a viver nas aldeias comunais e a trabalhar nas cooperativas no contexto da socialização do campo, com as reformas foi novamente afetada, sobretudo, quando começaram a serem integrados na produção de mercadorias.

Com as reformas, muitos camponeses foram sendo integrados a produção de mercadorias, às vezes, como produtores e noutros casos, como trabalhadores assalariados. A partir do assalariamento, os camponeses passaram a dividir o seu tempo, sendo que, alguns dias iam trabalhar nas suas machambas e, noutros, para os capitalistas. Aos poucos, o passado colonial passou a ser cada vez mais evidente, pois os trabalhadores assalariados passaram a ser explorados nas agroindústrias. No capitalismo a exploração e expropriação dos trabalhadores assalariados são fenômenos quase inevitáveis, pois são a base do processo de acumulação capitalista. Por isso, não se pode negar a hipótese de ter ocorrido a exploração e expropriação dos trabalhadores assalariados neste período das reformas econômicas, sobretudo, naquelas empresas agrícolas que já operavam.

É preciso considerar que, durante as reformas econômicas a procura de emprego era maior por parte das populações por conta da extrema miséria que se verificava no campo. As pessoas procuravam emprego nas agroindústrias como uma forma de obter alguma renda extra (dinheiro) e para depois utilizarem para diversos fins como, por exemplo, comprar produtos alimentares, pagar a escola dos seus filhos, medicamentos nos hospitais, transporte, já que o Estado neste período teria deixado de ser providencialista. Debruçando-se do impacto das reformas econômicas sobre agricultura, Mosca (2008) afirma que:

> As alterações radicais, as mudanças de alianças sociais e os conflitos, provocaram instabilidade nas comunidades, reestruturações sociais, rupturas nos sistemas produtivos, desequilíbrios no tecido económico e crise profunda no conjunto da sociedade. A reativação do modelo colonial conduzirá inevitavelmente à recuperação da estrutura agrária herdada, à transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior, a concentração do rendimento e a consequente não resolução do problema da pobreza, a priorização das culturas de rendimento (ou de exportação), a integração subordinada do campesinato no padrão de acumulação dominante e conforme as necessidades do desenvolvimento e do mercado de bens alimentares, o aprofundamento de assimetrias regionais com eventuais implicações de estabilidade política, entre outros aspectos. As reformas estão a permitir que seja o mercado a recuperar o modelo colonial sem que o Estado tenha uma estratégia de desenvolvimento nem capacidade para exercer as funções de regulação e fiscalização da economia e dos agentes económicos. Emerge uma economia e um capitalismo selvagem (MOSCA, 2008, p. 19).

Era desta forma que Moçambique se tornava um país capitalista, cujo características nalguns casos, se confundem com o passado colonial. Convém esclarecer

logo que, trata-se de um *capitalismo dependente*, na medida em que o orçamento do Estado é alimentado pelo apoio dos parceiros de cooperação do(s) governo(s) sucessivos da FRELIMO. É por causa desta dependência econômica que faz Moçambique nos dias atuais estar refém das ações imperialistas de outras "nações" e das agências multilaterais, neste caso, o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Atuamente, Moçambique continua sendo imposto pelas agência internacionais (FMI e Banco Mundial) e outros parceiros de cooperação sobre o que tem que ser feito em termos de reformas internas para beneficiar-se de apoio ao orçamento do Estado.

As famosas «*dívidas ocultas*[20]», revelaram esse cenário, na medida em que, tanto o FMI, o Banco Mundial e outros parceiros de cooperação condicionaram o seu apoio ao orçamento do Estado. Essas instituições impunham reformas internas profundas COMO forma de voltarem a "apoiar" e/ou a "ajudar" Moçambique. Por sua vez, a falta de capacidade de dinamizar agricultura moçambicana por meio de políticas públicas elaboradas internamente, Moçambique tem sido vítima de ações imperialistas de outras "nações", cujo interesse tem sido a ocupação de vastas extensões terras para a implementação de projetos que viabilizam o agronegócio.

2.5. Fim do projeto socialista, formação da "burguesia nacional" e patrimonialização do Estado

A crise estrutural e, posteriormente, o fim do projeto socialista na década de 1980, trouxe manifestações dentro da FRELIMO sobre a necessidade do país formar seus próprios capitalistas, tendo em conta que o capitalismo seria o novo sistema de desenvolvimento econômico e social. Castel-Branco (2017) chama isso de "manifesto capitalista" em que se dava relevância a formação do «*Capitalismo Nacional*» que permitisse acumulação privada da riqueza de grupos dentro do partido FRELIMO. Na sociedade moçambicana, a luta pela acumulação privada da riqueza, não é tão recente.

Ela não surge necessariamente com a crise e, posteriormente, o fim do projeto na década de 1980. A luta pela acumulação privada da riqueza que está acontecer nos dias atuais, sem quase nenhuma regra, demonstra que estas elites nacionalistas entram tarde no processo. Porque entraram tarde no processo de acumulação privada da riqueza, nos dias atuais, estas elites frelimistas tentam a qualquer custo, recuperar o tempo perdido com mecanismos mais violentos, espoliando o seu "povo" a vários níveis. As tensões de classes pela acumulação privada da riqueza são antigas quanto a própria independência

[20] Para mais detalhes sobre as "*dívidas ocultas*" veja a seção a seguir.

do país. O colono não deixava espaço de manobra para que os moçambicanos se tornassem "burguesias" no campo e/ou nas cidades. Vendo-se impossibilitado, a luta contra o colono que não os permitia acumular privadamente a riqueza, era a única alternativa para a sua ascensão, pois derrubando-o, automaticamente, o substituiriam. A esse respeito, Castel-Branco (2016) afirma que:

> O debate sobre o desenvolvimento da burguesia nacional e do seu papel histórico, numa óptica nacionalista, não era uma questão nova em Moçambique. Tensões sobre a natureza de classe do poder pós-independência e o papel da burguesia nacional são tão antigas como a luta pela independência nacional, e é parte das motivações e dinâmicas dessa luta. Se as revoltas dos trabalhadores dos portos e caminhos-de-ferro e das plantações refletiam a luta entre trabalhadores assalariados e o capitalismo colonial, já as dos plantadores de algodão eram de pequenos empregadores de trabalhadores assalariados impedidos de se expandir por causa da repressão e do controlo monopolista exercidos pelas autoridades coloniais. A arte política do movimento de libertação foi unir todas estas e outras motivações e expressões da luta de classes num contexto histórico específico, o capitalismo-colonial, em torno do objetivo comum que era a conquista da independência nacional. No entanto, os conflitos sobre a natureza social, ou de classe, da independência revelaram-se mesmo durante a luta de libertação nacional e, naturalmente, permanecem focos de tensão e conflito, com novas realidades e em torno de novas e velhas questões (CASTEL-BRANCO, 2016, p. 153).

Desde os primeiros anos da independência, sempre houveram classes que tinham apetência pela acumulação privada da riqueza, tanto dentro como fora da FRELIMO, mas não conseguiam pôr em prática as suas ações por causa da conjuntura. Durante o período socialista, até que alguém poderia ambicionar, mas era impossível avançar-se pelo caminho da acumulação privada da riqueza, pois era considerado um *desvio* a linha político-ideológica do então partido único, a FRELIMO. Logo após a independência do país, havia setores ligados ao poder que queriam fazer dos anos que ficaram nas matas combatendo o colono, um *trampolim* para ter acesso fácil a riqueza e os meios de produção, sobretudo, a terra para avançar com a acumulação capitalista. Por sua vez, esses setores ambicionavam ter uma vida luxuosa quando comprado com as dos outros moçambicanos, mas, não foi possível porque a ala mais radical e ortodoxos da FRELIMO supostamente eram contra a estas práticas.

A ala mais radical e ortodoxa da FRELIMO sabia que internamente haviam pessoas desalinhadas com a sua ideologia política. Como forma se salvaguardar e proteger as conquistas da revolução, em seus discursos revolucionários, Samora Machel, fazia a questão de mandar recados os "aspirantes à burguesia", destacando que a FRELIMO seria implacável com esta classe em casos de tentativa de "enriquecimento pessoal" e/ou "acumulação individual. Nestes discursos revolucionários, Samora Machel avisava

também que a luta era contínua, não apenas contra o que considerava de "inimigo externo", mas também "inimigo interno". Os que ambicionavam entrar na onda da acumulação, eram vistos pela ala radical e ortodoxa da FRELIMO, como uma ameaça as conquistas da revolução e ao socialismo. Este "inimigo interno" era composto por aqueles que tinham traços coloniais, pautadas pela acumulação capitalista. Pode-se dizer, no entanto, que Samora Machel na direção máxima da FRELIMO, frustrou sonho de muitos grupos de dentro e fora do partido que queriam se tornar novos "senhores" no país em substituição do colono.

Mas, o cenário mudou após a sua morte em 1986 causada por queda do avião que lhe transportava, na região de Mbozini, no território sul-africano, quando regressava da República da Zâmbia, um mistério ainda por ser revelado. A partir da segunda metade da década de 1980, sobretudo, com o início das reformas econômicas na década, a ambição pela acumulação privada da riqueza fica mais evidente na sociedade moçambicana. A ambição pela acumulação era uma das indicações claras de que rompiam com o paradigma socialista e tal fato, aumentou consideravelmente, após a morte de Samora Machel. É aqui, onde houve descontinuidade do projeto progressista da FRELIMO que tinha o "povo" com o centro das atenções. Grupos mais poderosos, sobretudo, aqueles que ocupavam cargos de chefia na administração pública, maior parte deles membros da FRELIMO e próximos a este partido, começaram a entrar em cena na luta pela acumulação.

As reformas econômicas que estavam em curso na década de 1980, foram fundamentais para a formação da nova classe de capitalistas nacionais vinculados a burocracia estatal, embora inicialmente tenha se dado duma forma tímida. Castel-Branco (1994) revela que o debate sobre a necessidade dos membros da FRELIMO serem proprietários dos meios de produção era (in)tenso na década de 1980. Este autor, revela ainda que neste debate, havia muitas percepções sobre a necessidade da acumulação dentro do partido FRELIMO, na medida em que procurava encontrar o melhor caminho a seguir. De acordo com o autor:

> Foram apresentados argumentos diversos sobre a necessidade de mudar o centro de acumulação para o setor privado. Alguns membros da FRELIMO entendiam este movimento como uma ação paradigmática tendente a envolver todas as formas sociais de produção no combate à fome; outros afirmavam que a pequena-burguesia nacional era o setor social mais dinâmico da sociedade moçambicana, pelo que ela teria que passar a ser o centro estratégico de desenvolvimento. Alguns chegaram mesmo a afirmar que, em África, a posse de terra e de gado é uma tradição cultural, e que o emprego de força de trabalho é a continuação de forças de interajuda comum à cultura rural africana e

> distantes do sentido clássico de exploração do homem (CASTEL-BRANCO, 1994, p. 65).

Esse debate interno, mostrava claramente que as elites do partido FRELIMO estavam decididas em não deixar espaço suficiente para que o setor privado estrangeiro atuasse sozinho no processo de acumulação privada da riqueza em Moçambique. Essas elites queriam entrar também na órbita de acumulação privada da riqueza sem, no entanto, por onde começar, pois não tinham meios de produção próprios. Castel-Branco (2017) entende que o que estava em formação neste período, era a formação de uma "burguesia nacional". Os momentos mais marcantes em todo processo que culminou com a formação de capitalistas nacionais em Moçambique, são o «*IV Congresso da FRELIMO*» e elaboração do «*Programa de Reabilitação Econômica (PRE)*» e ambos ocorrem na década de 1980.

Estes dois momentos foram chaves para a edificação de capitalistas nacionais. Foi do IV Congresso da FRELIMO que saíram as decisões sobre a adesão do país as reformas econômicas que estavam sendo impostas pelas *Instituições de Bretton Woods* (IBW – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial). Este Congresso pode ser visto também como o que fez renascer a ambição de alguns membros do partido FRELIMO de serem capitalistas e quiçá, uma "burguesia agrária" moçambicana. Castel-Branco (1994, p. 65) descreve que "tão cedo como em 1984 (após um ano após o IV Congresso), iniciou-se o debate sobre a possibilidade de permitir os membros do partido FRELIMO o acesso à propriedade dos meios de produção incluindo o recrutamento da força de trabalho".

Depois deste Congresso e no meio de imposições das IBW, a FRELIMO começou a dar alguns passos embora duma forma lenta, ao processo que levaria a privatização das empresas estatais, mas não da terra. A privatização das empresas estatais estava sendo feita duma forma lenta e cautelosa, tudo no sentido de criar-se condições internas mais adequadas e/ou propícias para permitir que a nova "classe nacionalista" da FRELIMO, não ficasse por fora dos processos que mais tarde, viriam dar espaço para a acumulação capitalista em Moçambique. Para Mosca (2008):

> Pode-se sugerir que internamente, o processo de privatização foi "atrasado" com o objetivo de criar condições para que o empresariado nacional pudesse beneficiar da venda do património e de forma a existirem condições internas, isto é, que se tivesse neutralizado ou transformado as forças políticas discordantes (MOSCA, 2008, p. 13).

Neste sentido, a inserção na dinâmica capitalista, mesmo que duma forma embrionária, era importante para a consolidação do projeto de criação do "Capitalismo

Nacional" que estava sendo desenhado na altura por alguns membros da FRELIMO. No contexto das reformas econômicas, a FRELIMO diversificou as ações. Além do processo de privatização das empresas estatais, em simultâneo, a FRELIMO avançou a liberalização dos preços de alguns produtos alimentares e pequenas espécies de animais, que estavam sob controlo monopolístico do Estado (*cf*. MOSCA, 1999, 2011; CASTEL-BRANCO, 1995, 2017).

O processo de liberalização dos preços de produtos alimentares e agrícolas foi acompanhado também pela restruturação de quase toda a cadeia produtiva, quando começa a haver apoio aos produtores comerciais que se mostravam eficientes em termos de produção agrícola. A maioria desses produtores estavam organizados em associação e em cooperativas. O processo de liberalização dos preços, fez com que se abrisse espaço para a emergência de produtores comerciais individuais, sendo alguns deles, membros da FRELIMO, na sua maior parte, antigos combatentes de luta de libertação nacional. Para Castel-Branco (2017), no âmbito da liberalização dos preços:

> Foi desenvolvido uma estrutura de apoio à produção, nomeadamente as casas agrárias, as cooperativas e associações de diferentes tipos, o estatuto de quinteiro (agentes que produziam bens alimentares em pequenas parcelas anexas às residências, ou quintais), bem como mecanismos de acesso a finanças e meios de produção. Um pequeno grupo de pequenos produtores comerciais começou a desenvolver-se neste período, e foram ensaiados sistemas de apoio à promoção de empresários privados nacionais, incluindo a partir do enquadramento econômico de antigos combatentes de luta de libertação nacional que haviam passado à reserva (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 284-285).

Além dos combatentes de luta armada de libertação nacional, outros que foram se beneficiando dos financiamentos, são grupos sociais próximos a própria FRELIMO, neste caso, membros da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Envolver os antigos combatentes da luta de libertação nacional membros da OJM e a OMM em pequenos negócios, foi uma estratégia vista pela FRELIMO para garantir reprodução social destes grupos sociais que são ao mesmo sua base de apoio. Em relação ao Programa de Reajustamento Econômico (PRE), de referir que foi através dele que foi possível a privatização de "cerca de milhar e meio de empresas [...] em um pouco mais de cinco anos" (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 285).

De forma combinada, a liberalização dos preços de produtos alimentares e agrícolas e a privatização das empresas estatais, deu azo para formação de pequenos e grandes capitalistas nacionais. A liberalização dos preços de alimentos e produtos agrícolas criou condições para que se avançasse com acumulação capitalista, sobretudo,

as classes sociais que estavam integradas no processo. De um modo geral, a nova classe capitalista no país foi alimentada grandemente com a privatização das então empresas estatais, cuja capitalização dependia do capital externo.

A privatização de algumas empresas estatais, trouxe de volta o "velho" pensamento em Moçambique, neste caso, o de acumulação capitalista, sendo os antigos defensores do socialismo, os protagonistas, pois estes, almejavam adquirir parte das propriedades onde funcionavam estas mesmas empresas. Neste sentido, as elites da FRELIMO e defensoras do "socialismo", tornaram-se elas mesmas, protagonistas do processo de acumulação capitalista em Moçambique. De realçar que, a privatização das empresas estatais, como foi referenciado na seção anterior, não beneficiou os camponeses, mas sim, aos capitalistas estrangeiros e as elites frelimistas e a burocracia estatal.

Esta classe, faz parte dos que ocupavam os cargos de chefia na administração pública. Parte considerável das terras, antes ocupadas pelas empresas estatais, foi açambarcada pelas *elites frelimistas* e alguns burocratas da administração pública, num esquema pouco claro, caracterizado pela corrupção e abuso de poder. A falta de transparência no processo de privatização das empresas estatais, fez com que as elites frelimistas e os burocratas, fossem os maiores beneficiários da privatização das empresas estatais, quando comparado com os camponeses que apenas tinham a terra como seu único meio de reprodução social. Pitcher (2003) afirma que:

> À medida que o processo de privatizações se aproxima do seu termo, estas empresas estabelecidas competem ou cooperam com os empresários africanos emergentes, antigos apoiantes da FRELIMO ou funcionários do governo que se serviram dos seus contatos políticos para se lançarem no mundo dos negócios e mesmo com administradores das empresas estatais (PITCHER, 2003, p. 794).

O interesse por terras agrícolas entre os "camaradas" e burocratas que detinham o controlo da máquina estatal, primeiramente se revela durante a distribuição de terras no regadio de Chókwè, nos anos 1983/84. De acordo com Mosca (2011, p. 205), durante o processo "grupos de famílias tradicionalmente importantes, pessoas com relacionamento com o poder, procuraram mover influências para obterem maiores parcelas e melhores terras" ao longo do regadio de Chókwè. Esse cenário, já dava sinais claros que os momentos a seguir, seriam caracterizados por disputas dentro da sociedade moçambicana, sobretudo, para terem mais terras em sua posse. Esta classe constituída pelas elites frelimistas e a burocracia da administração pública, ocupava terras em locais estratégicos,

se não era próximo dos rios, então, era em locais de ocorrência de recursos naturais, sobretudo, algum minério com alto valor de troca no mercado internacional.

A ocupação de terras em locais estratégicos, permitiria, por um lado, a especulação em casos de venda e/ou de arrendamento para quem delas precisa usar, e do outro, alianças com o capital multinacionais, sobretudo, em casos de haver minerais preciosos de maior valor de troca no mercado internacional. Estes locais os primeiros palcos de disputas de terras/territórios entre as famílias camponesas e a classe composta pelas elites frelimistas e os burocratas da administração pública que autodeclaravam-se "dona" de terras. Como consequência direta, surgiram os primeiros focos de conflitos sociais, pois as famílias camponesas que regressavam para os seus lugares depois do fim da guerra civil, queriam recuperar as suas terras para delas fazerem usos diversificados, como, por exemplo, a produção de alimentos para a sua sobrevivência como também para a construção das suas *palhotinhas*, mas já teriam sido açambarcadas pelas elites e os burocratas.

A nova classe de capitalistas nacionais que estava na fase embrionária, mostrava-se cada vez mais poderosa e, em consequência do açambarcamento de terras comunitárias, muitas famílias camponesas tiveram que migrar forçosamente para outras áreas onde pelo menos haviam materiais condições (como, por exemplo, caso de existência de terras) para a sua reprodução social, nalguns casos, em terras marginais. O açambarcamento de terras envolvendo grupos poderosos da sociedade moçambicanas e antigos funcionários do Estado e das empresas estatais, não ocorreu apenas no regadio de Chókwè. Pelo contrário, em lugares onde famílias camponesas teriam saído por conta da guerra civil, as terras foram açambarcadas por estes grupos, registrando-as como suas.

É preciso considerar que estes grupos poderosos ligados, estavam distribuídos em quase todo o território moçambicano, ocupando cargos relevantes (e/ou de chefia) na administração pública e isto lhes davam o poder de autodeclararem-se "donos" de enormes parcelas de terras e, esse *modus operandi*, continua até os dias atuais. Não foram apenas terras rurais que foram açambarcadas, muito pelo contrário, nas cidades e vilas, por exemplo, o açambarcamento de terras que pertencim os camponeses e comunidades locais, era uma realidade durante as reformas.

Durante as reformas econômicas, o açambarcamento de terras tinha como principais protagonistas do escândalo, as novas elites frelimistas urbanas e também alguns funcionários e/ou burocratas do aparelho do Estado que ocupavam cargos de relevo, permitindo-lhes assim, assinar títulos a seu favor e nalguns casos, de seus familiares e

outras pessoas mais próximas. Estes grupos poderosos, ocupavam terras em locais estratégicos onde permitiria mais tarde, uma maior especulação em casos de venda e nalguns casos, próximos das praias.

As terras açambarcadas, foram deixadas por muito tempo para que as mesmas se valorizassem, para daí, entrarem na onda da especulação, vendendo aos clientes a preços exorbitantes, é o que atualmente tem acontecido no país. O período das reformas econômicas foi favorável para o açambarcamento de terras por parte das elites frelimistas e os burocratas que viviam nas cidades, mas que tinham objetivos de monopolizar terras no meio rural. Foi através da privatização das empresas estatais que começa a emergir uma «classe de senhores de terras e/ou proprietária de imóveis rurais sem capital». Nos dias atuais, a «classe de senhores de terras e/ou proprietária de imóveis rurais sem capital», transformou-se numa «classe de oligarcas emergentes sem produção», pelo fato desta não ter capitais e outros meios de produção para colocar a terra a produzir, riquezas[21].

A realidade atual, tem revelado que ao açambarcar terras, «a classe de senhores de terras e/ou proprietária de imóveis rurais sem capital», o interesse era arrendar e, em última instância, vender a quem delas precisasse para a sua explorar capitalista. Mas, como constitucionalmente, literalmente, proíbe-se a venda, por ser considerado um ato ilícito e passível de punição através de uma pena de prisão, apenas arrendam as terras aos capitalistas. A descapitalização da «classe de senhores de terras e/ou de proprietários de imóveis rurais» faz com que o pais tenha apenas uma «classe de oligarcas emergentes sem produção». Se não usa o Estado para captar recursos para colocar as terras a produzir, então, esta «classe de oligarcas emergentes sem produção», estabelece alianças com o capital multinacional para a exploração capitalista da mesma por forma a extrair a renda da terra, mesmo de forma, subordinada.

No processo de formação de capitalismo nacional, surgiram figuras sonantes que defendiam, a "ferro e fogo" a necessidade de existência de capitalistas nacionais em Moçambique. Um dos principais porta-vozes do projeto de formação do *Capitalismo Nacional,* segundo Castel-Branco (2017), foi o antigo presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, que esteve no poder durante 10 anos (2005-2015). Castel-Branco (2017) lembra que:

[21] Para uma leitura mais detalhada, consulte Castel-Branco (2015; 2017), pois é um dos autores que analisa de forma detalhada este processo no país.

> Na segunda metade da década de 1980, numa palestra muito concorrida, que teve lugar num dos hotéis da cidade de Maputo, Armando Guebuza defendeu a lógica da necessidade e do processo de reorientar a política nacional para promover acumulação capitalista nacional. Segundo o seu argumento, em face da globalização capitalista, o partido e o Estado tinham a tarefa de garantir a soberania política e econômica de Moçambique e sobre os seus recursos estratégicos, o que requereria o desenvolvimento de uma classe capitalista doméstica capaz de representar os interesses nacionais e ditar o rumo do desenvolvimento nacional, em vez de o ter ditado apenas por forças externas [...]. Segundo Guebuza, este processo requereria qualificações e capital. As qualificações proviriam do partido e do Estado (onde se acumulara a experiência de gestão do País e a lealdade nacionalista), bem como dos jovens de famílias nacionalistas em formação. Logo, estes grupos de elite deveriam ser mobilizados para a formação da burguesia nacional. Nas condições históricas de Moçambique, o capital teria de provir das suas principais fontes externas, ajuda externa, investimento direto estrangeiro (IDE) e créditos internacionais, porque as classes capitalistas emergentes, com exceção de comerciantes moçambicanos de origem asiática, não eram detentoras de capital e porque a crise econômica da primeira metade dos anos 1980 havia arruinado a economia. Além de mobilizar capital externo seria necessário encontrar um mecanismo de comunicação entre o capital internacional e elites domésticas que permitisse usar esses influxos financeiros para capitalizar a burguesia nacional emergente) (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 262-2630.

Dando continuidade, afirma Castel-Branco (2017) que:

> Pela sua influência e preponderância ideológica, política e histórica, Guebuza provavelmente era, na época, a melhor pessoa para articular publicamente este argumento, mas o argumento em si refletia aspirações sociais de classe legítimas (tão legítimas quanto quaisquer aspirações sociais de classe podem ser), que emergiam em condições históricas específicas, de crise (económica e do regime) e transição, e em aberto conflito com a linha anticapitalista tradicional da FRELIMO. Portanto, este discurso era o manifesto capitalista de Moçambique, em oposição, mas aproveitando genialmente a linguagem nacionalista radical (nacionalismo econômico justificado como oposição ao imperialismo) e o «estatismo» da esquerda ortodoxa da FRELIMO como instrumento desse capitalismo nacionalista (pois ao Estado estaria reservado o papel histórico de construir a relação triangular com o capital nacional e internacional e de se expropriar em favor da valorização do poder da burguesia nacional nessa relação) (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 262-263).

Na década de 1980, Armando Guebuza já havia deixado bem claro que "a formação de uma classe capitalista nacional era um imperativo nacional que excedia interesses de classes específicos" (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 288). Num outro momento, Castel-Branco (2016) afirma que o argumento de Armando Guebuza:

> [...] em si, refletia aspirações sociais de classe legítimas (tão legítimas quanto quaisquer aspirações sociais de classe podem ser), que emergiam em condições históricas específicas, de crise (económica e do regime) em transição, e em conflito aberto com a linha dura, anticapitalista, da FRELIMO. [...]. Na óptica do nacionalismo econômico de Guebuza, a libertação nacional não estaria completa até se desenvolver uma forte burguesia capitalista negra doméstica. Guebuza profetizava o que duas décadas mais tarde viria a acontecer mais generalizadamente na África Austral, o *black economic empowerment* (BEE), sob a bandeira de ação afirmativa com retórica anti-imperialista e do renascimento e auto-estima africanos. Uma das mais famosas expressões do

> objetivo político mais amplo da luta de libertação nacional em Moçambique, «libertar a terra e os homens», passou a conter um sentido oposto ao que havia tido até então. Esta frase havia simbolizado a dimensão revolucionária e socialista da luta de libertação nacional, pois os homens deveriam ser libertados da exploração capitalista à medida que a terra era libertada da ocupação. Na nova filosofia política de Guebuza e do nacionalismo econômico, os homens deveriam ter a possibilidade de se tornarem capitalistas, libertando-se dos bloqueios que o colonialismo e o imperialismo representavam para o desenvolvimento do capitalismo nacional, à medida que a terra era libertada (neste caso, expropriada ao Estado e aos camponeses) e posta à disposição desse processo de acumulação capitalista doméstico. [...]. Assim, «libertar da exploração», que era a dimensão revolucionária da luta de libertação nacional, havia sido substituído por «libertar do impedimento à acumulação capitalista nacional». O argumento estava claramente apresentado para que a formação de capitalistas nacionais se tornasse um imperativo nacionalista da mais alta prioridade, uma vez que a crítica ao imperialismo passara a ser dominada pela retórica nacionalista, e por uma continuidade dos objetivos da luta de libertação nacional, mesmo estando em contradição com o anterior discurso e retórica (CASTEL-BRANCO, 2016, p. 150-151).

Ao se manifestar sobre a necessidade do país ter seus próprios capitalistas, Armando Guebuza via o risco dos ativos econômicos que estavam a ser privatizados na década de 1980, serem dominados pelo capital estrangeiro. Para que não houvesse mais capitalistas estrangeiros a dominar os negócios no país, era imperioso que se pensasse com rapidez a necessidade de produção de capitalistas nacionais como forma de assegurar certos ativos econômicos das antigas empresas estatais e não só. A esse respeito, Castel-Branco (2016) afirma que:

> Guebuza enfatizou, ainda, que o processo de privatização das empresas estatais ou intervencionadas pelo Estado, que então se iniciava, corria o risco de transferir o grosso dos ativos econômicos a serem privatizados para as mãos de capitalistas estrangeiros ou nacionais de grupos étnicos minoritários, perdendo-se assim, mais uma vez, a oportunidade histórica de formação das elites capitalistas nacionais maioritárias (ou autênticas) (CASTEL-BRANCO, 2016, p. 150).

Até aqui, Guebuza tinha suas razões, pois não existe um capitalismo sem capitalistas. E se o país estava a entrar para o sistema capitalista como modelo de desenvolvimento econômico e social, é óbvio que deveria produzir seus próprios capitalistas para concorrer de forma igual com outros. Cedo ou tarde, o país teria seus capitalistas, pois a sua existência é inerente ao sistema capitalista de desenvolvimento o qual o país estava a adotar como modelo de organização da economia e da sociedade. A ideia defendida por Guebuza, segundo a qual, produzindo capitalistas nacionais, estes seriam capazes de "manter a soberania sobre os recursos nacionais e ditar o rumo do desenvolvimento nacional, em vez de o ver ditado por forças externas" (CASTEL-BRANCO, 2016, p. 150) faz sentido, pois caso contrário, o país seria dominado pelos capitalistas estrangeiros e, essa situação é, em si, uma ameaça à soberania territorial

(nacional). O problema de Armando Guebuza não estava na sua defesa ao projeto de produção de capitalistas nacionais em si, mas sim, como seria a produção de tais capitalistas nacionais uma vez internamente, não havia condições materiais para tal propósito.

No entanto, a crítica ao Armando Guebuza não pode ser feita pelo fato deste, ter defendido a necessidade de produção de capitalistas nacionais. Ao ser feita desta forma, a crítica acaba sendo ingênua, o que deve ser criticado, são os mecanismos usados para a produção de tais capitalistas em Moçambique. Igualmente, o que dever ser críticado é a forma exclusiva do projeto em integrar apenas membros e militantes da FRELIMO e não os moçambicanos como um todo. É claro que o capitalismo é, por si só, excludente, mas o projeto de produção de capitalistas nacionais, incluiu mais membros e fundadores da FRELIMO e outros grupos sociais mais próximos ao partido, excluindo milhares de moçambicanos no processo, sobretudo, grupos sociais ligados aos partidos da oposição. Parafraseando o pensamento de Armando Guebuza, Castel-Branco (2017) refere que a formação da classe capitalista nacional, seria a combinação de vários fatores.

Para este autor, o primeiro seria a mobilização de capital que viria do Orçamento do Estado, da ajuda externa, do investimento estrangeiro e pelo controlo dos recursos naturais nacionais. O segundo fator de acordo com este autor, seria por via da mobilização de qualificações dentro do aparelho do Estado, no partido e na juventude em formação proveniente das elites sociais e políticas. E o terceiro, seria por meio do estabelecimento de mecanismos que permitissem ligar o capital internacional à acumulação doméstica de capital privado nacional (*cf.* CASTEL-BRANCO, 2017). A defesa sobre a necessidade de acumulação, mostra um abandono ao radicalismo que havia dentro da FRELIMO. Os princípios do *marxismo-leninismo* que estiverem presentes na origem do Estado, são a seguir abandonados, ao observar-se a legitimação daquilo que antes se combatia severamente, como, por exemplo, a acumulação individual e/ou de grupos específicos dentro da sociedade moçambicana. Se eram implacáveis no combate à *exploração do homem pelo homem* e a expropriação dos camponeses dos seus territórios, com as reformas econômicas, as elites frelimistas favoráveis a formação de capitalistas nacionais, mostrava-se a favor de tais práticas. Feijó (2017a) argumenta que:

> Se durante o período de inspiração marxista, a empresa privada era representada como local de exploração da classe proletária [...] de acumulação da burguesia e produção das desigualdades, com a lideralização da economia, passou a ser representada como o motor do progresso sócio-econômico (FEIJÓ, 2017a, p. 346-347).

Além de Karl Marx, muitos pensadores marxistas, tais como Vladmir Lênin e Friedrich Engels, os quais a própria FRELIMO se inspirou na produção socialista do espaço, foram sendo retirados dos seus vocábulos. Hoje nem se fala deles, sendo que os seus princípios foram abandonados supostamente para não atrapalhar os interesses das elites frelimistas. Seguiu-se também o banimento destes teóricos marxistas nalgumas universidades, sobretudo, públicas onde tinha o controlo político sobre as mesmas. Ao banir o acervo e/ou pensamento marxista, ideia principal era colocar a sociedade moçambicana na ignorância durante a sua formação acadêmica e política e por via disto, avançarem com o processo de acumulação privada da riqueza, explorando e expropriando os camponeses que outrora, lutaram do seu lado contra a opressão colonial, sem que ninguém os criticassem.

Autores como Karl Marx que Samora Machel leu como foi referenciado anteriormente, em seu livro «*O capital»* descreve como a exploração e a expropriação dos camponeses ocorrem no sistema de desenvolvimento capitalista. Deixar com que Karl Marx e outros pensadores marxistas povoem nas mentes dos cidadãos seria uma afronta aos seus interesses. Atualmente, quando criticadas que as suas ações estão a reproduzir o passado que elas mesmas lutaram contra, as elites frelimistas criam a imagem de que todos aqueles que ousam em criticá-las, são seus inimigos.

De seguida, os críticos ao *modus operandi* das elites frelimistas, são perseguidos, intimidados e, em casos graves, torturados e mortos (*cf.* MATSIMBE, 2017). Um dos casos mais polêmicos foi, portanto, a criminalização da crítica feita pelo economista Carlos Nuno Castel-Branco a governação de Armando Guebuza (2005-2015), a qual lhe levou a "barra" da justiça. Carlos Nuno Castel-Branco, um dos autores moçambicanos de tradição marxista da atualidade, mas nem sempre foi compreendido pelas elites políticas detentoras do poder. A crítica feita por Carlos Nuno Castel-Branco a figura do ex-presidente Armando Guebuza em sua página oficial do *Facebook* e mais tarde, reproduzida por alguns meios de comunicação social, no caso do semanário *Canal de Moçambique (CanalMoz)*, foi categorizada de "crime conta a segurança do Estado" e o seu julgamento, aconteceu em 2015, no qual foi absolvido.

De realçar que, o editor e o jornalista do semanário CanalMoz que reproduziu a crítica de Carlos Nuno Castel-Branco, também foram criminalizados e julgados, sendo que também foram absorvidos. A absolvição de Carlos Nuno Castel-Branco e do editor e do jornalista do CanalMoz, em parte, deveu-se à forte mobilização e protestos feitos dentro e fora do país por diversas organizações da sociedade civil ligadas aos direitos

humanos, dos acadêmicos e não só. Estas organizações denunciavam, por exemplo, que o julgamento de Carlos Nuno Castel-Branco era uma violação aos direitos fundamentais do Homem, neste caso, a liberdade de expressão que está consagrado na Constituição da República no artigo 48[22].

Aqui, nota-se uma reprodução do *modus operandi* que vigorava no período socialista, em que ninguém poderia abertamente criticar o presidente da república, pois configurava-se num "crime contra a segurança do Estado". Samora Machel como foi referenciado anteriormente, autoproclama-se "Pai da Nação" e criticá-lo abertamente, seria como se estivesse a confrontar o Estado. Os que se atreviam em criticá-lo, se não "sucumbissem" da face da terra, eram encaminhados para «*campos de reeducação»* no contexto da «*Operação Produção*» como presos políticos para onde também não saíam vivos (*cf*. NCOMO, 2004). Ao se transformar a crítica de Carlos Nuno Castel-Branco em "crime contra a segurança do Estado", o objetivo era condená-lo e encarcerá-lo por expressar opinião diferente da pré-estabelecida ou ainda, por confrontar a elite política e/ou a "burguesia" moçambicana.

Esse é apenas um exemplo que mostra que as elites frelimistas não toleram críticas. Segundo Matsimbe (2017), os críticos ao sistema e/ou os que atrapalham os interesses das elites, passaram a ser criminalizados, perseguidos, ameaçados e, em casos graves, sequestrados, torturados e mortos em nome da acumulação privada da riqueza de grupos poderosos moçambicanos. Atualmente, as medidas de segurança para acumulação privada da riqueza por parte das elites frelimistas, aos poucos foram sendo reforçadas.

Como forma de defender os interesses da classe capitalista que estava em formação, criou-se um mecanismo de controlo político-ideológico dos sujeitos, tanto nas universidades como fora deste espaço social. Nota-se também a consolidação da *milícia digital* constituída pelo *G40*, um grupo de choque do partido FRELIMO, cuja função é de deturpar as informações e fomentar ódio, numa altura em que utopicamente se luta pelo alcance da "unidade nacional". É importante realçar que os defensores do projeto de formação de um *Capitalismo Nacional* dentro da FRELIMO, representavam um grupo de pessoas que não via nenhum problema um gestor público nomeado por confiança política ser ao mesmo tempo empresário, ou seja, defensor de interesses próprios.

É por isso mesmo que nos governos formados depois da queda do socialismo, notou-se a presença massiva de empresários que eram ao mesmo tempo, membros e/ou

[22] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Catsossa (2016).

elementos próximos do partido FRELIMO. O que na verdade estavam a ser desenhado nesta altura, é uma acumulação privada da riqueza, mas uma acumulação não-tipicamente capitalista. É uma acumulação não-tipicamente capitalista porque ela se dá por meio da corrupção, do rentismo, do clientelismo e patrimonialismo. Já acumulação tipicamente capitalista se dá a partir da mais-valia, lucro e produção e não é isso que estava em curso naquele período. Se observarmos com atenção o que aconteceu momentos depois, veremos que o projeto de produção de «*Capitalismo Nacional*» baseou-se nestes aspectos.

Nesse processo, a corrupção é a base da acumulação privada da riqueza dentro das redes oligárquicas estabelecidas dentro do Estado. De realçar que, a corrupção como demonstram Martins (1994) e Souza (2017), embora com altos custos sociais, ela é essencial para a reprodução ampliada do capitalismo global. É a partir da corrupção que o capital consegue capturar os governos nacionais (e cooptar os governantes) e por esta via, reproduzir-se em escala global. Essa reprodução privada da riqueza baseada na corrupção, é notória em Moçambique, mas interligado ao capitalismo global. No caso moçambicano, a corrupção anda de mãos dadas com o clientelismo. As práticas clientelistas e corruptas, têm garantido acumulação privada da riqueza às elites políticas nacionais, sobretudo, ligadas ao partido FRELIMO.

Em Moçambique, o público e o privado se misturam numa tradição tipicamente oligárquica. Às vezes, torna-se difícil distinguir o público e o privado, pois são a mesma pessoa física, embora juridicamente diferentes. Nisso, nota-se conflitos de interesses. O conflito de interesse entre a política e os negócios, tornou-se numa prática recorrente e, a mesma, está enraizada na gestão (do aparelho) do Estado em Moçambique, numa situação em que foi aprovada a *Lei de Probidade Pública*, em que no artigo 34, proíbe tal situação, visando "promover a confiança pública sobre a integridade da atuação pública" sobretudo, no "processo de tomada de decisões pelos servidores públicos". A esse respeito, Mosca (2014) salienta que:

> A promiscuidade entre política e negócios atingiu níveis descontrolados, não penalizados, isto porque, talvez, seja perigoso denunciar. O debate da Lei de Probidade Pública foi revelador para depois se dizer que Moçambique deu uma lição de democracia ao mundo ... *please*! (MOSCA, 2014, p. 84).

É perigoso denunciar a promiscuidade entre política e negócios porque acontecendo, a fonte de acumulação privada da riqueza por parte das oligarquias ligadas a FRELIMO será fechada. É por esta razão que estas oligarquias *deixam as coisas andarem* como se nada de errado estivesse acontecer no país. Como foi realçado anteriormente, trata-se, portanto, de uma rede de oligárquicas que está por fora da

máquina estatal, nalguns casos, por velhice, mas que depende de quem está em ativo no governo para garantir a sua reprodução social. Castel-Branco (2017), afirma que:

> Enquanto funcionários individuais podem ser punidos por desvio de fundos para uso pessoal, é permitida e promovida a alegada promiscuidade entre o interesse público e privado que permite a políticos e funcionários séniores doestado a tornarem-se acionistas, membros de conselhos de administração e/ou proprietários de empresas ligadas ao setores que os seus departamentos governativos deveriam regular e fiscalizar, ou tornarem-se fornecedores de bens e serviços ao Estado [...]. Essa alegada promiscuidade é justificada em termos da defesa do interesse nacional ou do desenvolvimento do empresariado nacional [...] (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 191).

É normal em Moçambique um empresário do ramo do X, ocupar no governo, o cargo de ministro. Ao aceitar ir ao governo, este empresário se for dono e/ou proprietário da empresa e que, antes de ir para o governo estava sob sua gestão, deixa nas mãos de seus familiares. Em situações que se trata de uma sociedade, na qual este empresário era Presidente do Concelho de Administração (PCA), o mesmo deixa o cargo temporariamente para outros elementos. Este é apenas um dos exemplos de como é que as práticas oligárquicas se materializam no Estado. Ao ir para o governo, em casos de um concurso público, adjudica-se em benefício da classe empresarial a qual ele pertence e/ou na qual tem interesses.

Essa situação não ocorre apenas em Moçambique, muito pelo contrário, em países onde a luta de classes pela acumulação privada da riqueza é maior, nota-se também o (r)estabelecimento de redes oligárquicas nos governos, em que se apropriam da *máquina estatal* para viabilizar seus negócios com vista acumulação privada da riqueza. Embora a formação sócio-espacial moçambicana seja diferente da brasileira, há, no entanto, alguns elementos comuns, sobretudo, na atuação das oligarquias. Esses elementos comuns podem ser encontrados, por exemplo, em «*O poder do atraso*» de Martins (1994).

Destes elementos, destaca-se a troca de favores entre as redes oligárquicas ora instaladas dentro do aparelho do Estado. Martins (1994) revela ainda que o estabelecimento de redes oligárquicas no aparelho do Estado, tornou este país latino-americano, ingovernável, isto é, refém de alianças políticas, baseadas em práticas clientelistas. No Brasil, por exemplo, é quase impossível um determinado partido governar e mandar passar o seu programa e/ou uma determinada lei, sem enveredar pelos mecanismos do clientelismo com as oligarquias. Martins (1994) elucida que

> As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho do Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com grupos

> tradicionais. [...]. Nem mesmos os militares, secularmente envolvidos no antagonismo histórico com as tradições oligárquicas, conseguiram nos vinte anos da sua recente ditadura destruir as bases do poder local das oligarquias. Tiveram que governar com elas, até mesmo ampliando-lhes o poder. No fim, o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil (MARTINS, 1994, p. 20).

Em Moçambique, as redes oligárquicas capturaram também o aparelho, apropriando-o para materialização dos seus interesses, neste caso, os negócios. Embora as oligarquias moçambicanas estejam a se institucionalizar e/ou a consolidar-se por meio de mecanismos de clientelismo político baseado na troca de favores, no caso moçambicano, essa ingovernabilidade não é evidente ainda, mas não se pode retirar a possibilidade de um dia vir acontecer.

Se vai acontecer a ingovernabilidade no país, será desencadeada por forças internas de dentro do partido FRELIMO, sobretudo, aquelas insatisfeitas com a governação ou ainda os que não conseguem obter alguma fonte de renda internamente para garantir a sua reprodução social. A luta pela a acumulação privada da riqueza tem sido maior dentro do partido FRELIMO. Atualmente, a FRELIMO está cada vez mais dividida. Às vezes, tem havido sinais de cisões internas, na medida em que, membros que ocupam cargos de relevo no partido se rebelam as lideranças máximas do partido, avançando com candidaturas próprias e/ou se juntando a outros movimentos.

O exemplo clássico disso é o de Samora Machel Júnior., filho de Samora Machel que é fundador da FRELIMO e primeiro presidente de Moçambique independente, que se rebelou ao "partido do seu pai", aceitando ser cabeça-de-lista de um movimento cívico denominado Associação Juvenil para o Desenvolvimento de Moçambique (AJUDEM) para disputar eleições para o presidente do Conselho Autárquico de Maputo, em Outubro de 2018. Samora Machel Júnior., aceitou o convite da sociedade civil depois deste, ter sido excluído dos processos internos dentro do partido FRELIMO. No seu discurso, Samora Machel Júnior, dizia que "queria dignidade do seu povo", numa clara cisão com "o partido do seu pai". A ideia de Samora Machel Júnior, segundo a qual queria "dignidade do seu povo", dá a impressão que "o partido do seu pai" não estava necessariamente preocupado em garantir a tal dignidade ao povo.

Alguns militantes mais conservadores dentro FRELIMO, tentaram intimidar Samora Machel Júnior, realçando que, caso insistisse, poderia ser "sacrificado" e que teria o mesmo destino que o pai teve. Estes militantes afirmavam que, a FRELIMO nunca na sua historiografia aceitou ser desafiado por um membro. Mas, estes conservadores se esqueceram que Samora Machel Júnior não era um membro qualquer. Dentro da

FRELIMO, baseando-se no princípio de disciplina partidária, abriu-se um processo disciplinar e alguma ala, sobretudo, a mais radical, já avançava na possibilidade de Samora Machel Júnior ser expulso do "partido do seu pai", mas tal fato não aconteceu. Samora Machel Júnior estava quase decidido em agudizar a crise dentro do "partido do seu pai".

Em resposta a esta ala radical e conservadora existente dentro da FRELIMO, Samora Machel Júnior, subiu o seu tom de voz e afirmou que, quem deveria ser demitir-se e/ou expulso, era o presidente da república e do partido FRELIMO, Filipe Nyusi, numa clara desobediência a disciplina partidária. Mesmo assim, Samora Machel Júnior não foi expulso do partido FRELIMO e continuou a exercer funções no Comité Central da FRELIMO. Expulsar do partido o filho de Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique independente, abriria espaço para a concorrência e a FRELIMO não quer que isso aconteça. É por isso que muito cedo, as elites frelimistas, sobretudo, aquelas que prezam pelo diálogo e consenso, procuraram fazer "pazes" com Samora Machel Júnior como forma de evitar possíveis cisões e concorrência que poderia até comprometer os interesses de grupos aligárquicos dentro do próprio partido FRELIMO.

De realçar que, quanto a atitude de Samora Machel Júnior., a FRELIMO esteve mais dividida quando dos fatos, pois enquanto uns o criticam, outros o apoiavam. A luta pelo poder e pela acumulação privada da riqueza dentro da FRELIMO, nota-se, por exemplo, quando se escolhe um candidato para disputar as eleições presidenciais. Neste processo, tem se verificado a existência de alas opostas em disputa paradigmática pelo acesso ao poder como forma de garantir a sua reprodução social. No passado, dentro da FRELIMO existiam duas alas, entre elas, a «*ala Chissaniana»* e a «*ala Guebuziana»*, ambas lideradas pelos antigos presidentes do país, Joaquim Chissano e Armando Guebuza, respetivamente, sendo que estavam numa disputa paradigmática pelo acesso ao poder por forma a garantir acumulação privada da riqueza por meio de mecanismos do clientelismo baseadas em trocas de favor e em práticas oligárquicas.

Esse cenário, ficou evidente nas eleições presidenciais de 2014, pois durante as eleições internas, houve candidatos em representação das duas alas e o atual Presidente da República, Filipe Nyusi, foi fruto da disputa paradigmática travada dentro da FRELIMO pela «*ala Chissaniana»* e a «*ala Guebuziana»*. Filipe Nyusi, vem da «*ala Guebuziana*», mas aglutina interesses de todos os segumentos em disputa. É possível que venha se formar mais outra ala dentro da FRELIMO, neste caso, a *«ala Nyusiana»* [de Filipe Nyusi] que também vai entrar numa disputa acirrada pelo acesso ao poder com as

duas *alas* anteriormente referenciadas e, possivelmente, as que seguirão. Como forma de amainar os conflitos e/ou as tensões, dentro da FRELIMO, o pacto tem servido como uma via para acomodar os interesses das classes sociais em disputa pelo acesso ao poder. Esse pacto não é necessariamente para o bem da nação, mas sim, é *pacto do atraso*, pois tem sido uma forma de estabelecimento de redes oligárquicas no Estado para daí, se apropriarem dele, transformando-o num instrumento de acumulação privada da riqueza.

Quando, por exemplo, um candidato da FRELIMO de uma determinada ala vence as eleições, por regra, ele tem a obrigação de acomodar dentro do seu governo os interesses de outras alas (em disputa pelo acesso ao poder) para não sentir-se excluída no processo de governação. Isto passa necessariamente, por nomear algumas pessoas pertencentes a outras alas diferentes que o candidato eleito pertence a cargos de chefia no governo, sejam eles, para ministros e vice-ministros, governadores e diretores provinciais, secretários permanentes provinciais e distritais, chefes dos gabinetes de altos quadros do Estado, administradores de empresas, etc. Este é o exemplo de como é que o clientelismo político e as práticas oligárquicas se estabelecem dentro do aparelho do Estado.

Contudo, isso demonstra apenas que o interesse da acumulação por parte desta classe, aonde o Estado seria um instrumento, era maior. Embora de forma tímida, a emergência de capitalistas nacionais no governo Joaquim Chissano foi alimentada grandemente pelo clientelismo, pela corrupção (acompanhada pela ideia segundo o qual, o *cabrito come onde está amarrado*), a patrimonialização do Estado, apropriação do Estado pelas oligarquias. Além disso, verificou-se uma extremanda e violenta expropriação dos camponeses, pelo concessionamento criminoso de extensas áreas onde existiam recursos naturais e terras agrícolas ao capital externo numa ação conjunto com o capitalismo nacional e entre outros fenômenos.

Embora tenha sido um dos porta-vozes sobre a necessidade de formação de um *Capitalismo Nacional*, Armando Guebuza esperou chegar ao poder em 2005 para implementar o projeto de formação de uma classe capitalista nacional. O cargo de Secretário-Geral que ocupava dentro da FRELIMO até altura de ser indicado como candidato a presidente da república nas eleições de 2004, não dava a Guebuza espaço para implementar suas ideias de defesa de formação de uma classe capitalista na década de 1980. Esse cargo, não permitia implantar no governo sua rede oligárquica que melhor pudesse gerir os negócios de toda a "classe burguesa", já que a nomeação dos ministros e vice ministros, governadores, etc., se dá por via de confiança política. Por sua vez, este cargo não lhe permitia estabelecer alianças com o capital financeiro para a viabilização

dos negócios privados (pessoais) como também da classe social a qual representava. A formação de capitalistas nacionais, intensificou-se durante a sua governação (2005-2015). Castel-Branco (2017) chama isso de "*revolução guebuziana*". Durante a governação de Armando Guebuza, houve deslocamento do papel do Estado, pois este, passou a atender os interesses da acumulação e outros grupos sociais próximos ao partido FRELIMO.

Igualmente, a classe média emergente por meio do clientelismo e neo-patrimonialismo, aparece também como beneficiária neste processo. Neste processo de tentativa de produção de capitalistas, o Estado passou a ser instrumento de acumulação, onde "tudo faz-se em função do rendimento, do ganho e das mordomias", onde "o funcionário não seve [a nação], serve-se" (NGOENHA, 2011, p. 17). Ao chegar no poder, Armando Guebuza, deu continuidade algumas das ações que já vinham sendo feitas pelo se antecessor, embora criticasse severamente algumas delas, como, por exemplo, o combate ao «*espírito de deixa andar*» que acontecia durante a governação do seu antecessor.

Contraditoriamente, Armando Guebuza, reproduziu o que ele mesmo dizia combater durante a sua governação. Armando Guebuza, *deixou andar* um pouco de tudo que prejudicaram a "nação", como, por exemplo, a corrupção. Este fenômeno ganhou níveis alarmantes durante a sua governação, sobretudo, em áreas de grandes negócios e/ou de interesses das elites políticas e econômicas. Os maiores beneficiários de contratos de concessão de terras para a exploração dos recursos naturais do solo (recursos florestais) e do sobsolo (carvão mineral, rubi, ouro, areias pesadas, grafite, etc.) e/ou ainda no alto mar para a exploração de hidrocabonetos (gás e petroléo), foram membros da FRELIMO e empresários nacionais próximos ao Partido. O caso mais emblemático de tantos que ocorreram na sua governação, está relacionado com os terminais logísticos e portuários de Pemba e de Palma que segundo Castel-Branco (2017) foram concessionadas a uma a um empresário com fortes ligações com o partido FRELIMO. Nas palavras do autor:

> Um exemplo clássico do foco do combate ao «deixa andar» foi a velocidade com que fixado contrato de concessão de uma das terminais portuárias e logísticos de Pemba e Palma pelo Governo de Moçambique [na altura liderado por Armando Guebuza] à empresa privada Portos de Cabo Delgado (PCD), encabeçada por uma alta figura do *establishment* político e financeiro nacional, sem concurso público, alegadamente, segundo, o governo, pela urgência de se estabelecerem as infra-estruturas necessárias para a exploração do gás natural (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 292).

Igualmente, com a ascensão de Armando Guebuza, o Estado passou a ser apropriado a níveis jamais vistos para a materialização de interesses de grupos, nalguns

casos, alheios a sociedade moçambicana. Assim, o Estado, passou a ser dilapidado para o enriquecimento desses grupos, situação que se generalizou com a chegada de Armando Guebuza ao poder e posteriormente, com o seu sucessor, Filipe Nyusi. A experiência moçambicana desde que o país tornou capitalista, mostra que, basta alguém chegar ao poder, procura atender os interesses da classe social a qual representa e não necessariamente, da "nação".

O que aconteceu durante o governo Guebuza, foi uma captura do Estado por grupos que detinham o poder e controlo da *máquina estatal* para viabilizar os interesses próprios e do capitalismo global. Os capitalistas nacionais, na sua maioria sem capitais para abrir seus negócios e explorar os recursos naturais, sobretudo, minérios de maior valor de troca no mercado internacional (pedras preciosas) e as propriedades de terras que estavam em sua posse, foram-se capitalizando por meio das alianças com o capital externo que por sua vez, era promovido pelo Estado. Tanto as alianças das elites políticas e os capitalistas estrangeiros para a exploração dos recursos naturais como para produção de *commodities*, embora de forma subordinada, permite, portanto, a extração de mais-valia (renda da terra).

Nota-se também uma massifica apropriação dos recursos naturais e da terra pelas elites frelimistas. Além disso, verifica-se a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, as quais foram sendo entregues às corporações estrangeiras na modalidade de concessões. A exploração dos camponeses também ganhou espaço fértil com a tentativa de produção de capitalistas nacionais. Por exemplo, se no socialismo "criticava-se o colonial-capitalismo porque explorava o povo, mas hoje, são alguns dos tais revolucionários que exploraram os seus revolucionários" (Mosca, 2014, p. 82). As políticas agrárias, os planos institucionais e os programas governamentais de desenvolvimento rural/territorial, foram sendo pensados e elaborados com objetivos de promover a entrada do Investimento Direto Externo (IDE). A promoção do IDE por meio de planos institucionais e programas governamentais de desenvolvimento agrário, permitiriam o estabelecimento de alianças com a classe de proprietários de terras sem capitais e/ou de oligarcas sem produção que havia no país com o capital estrangeiro.

Neste processo, essas alianças seriam feitas para a transformação da agricultura moçambicana por via da expansão de *commodities* agrícolas para a exportação, o que significava a ocupação de extensas áreas de terras. Os exemplos mais emblemáticos de programas e iniciativas que tiveram e continuam tendo um papel chave no processo de transformação de agricultura moçambicana nestes moldes, são os casos do PARP (Plano

de Ação Para o Combate à Pobreza), a Política Nacional de Biocombustíveis, Estratégia da Revolução Verde, ProSAVANA, ProSUL e tantos outros. A estes programas, adiciona-se também o PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário), o PNISA (Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário), pois estes programas e/ou iniciativas, têm um papel importante na transformação no espaço agrário moçambicano por demandarem a modernização da agricultura por meio da expansão do agronegócio.

Igualmente, Armando Guebuza tentou através de certas políticas públicas, criar uma classe de capitalistas no campo, mas a iniciativa acabou fracassando por falta de plano. Alguns programas cuja missão era reduzir a pobreza no campo através de financiamento em atividades produtivas, como, por exemplo, agricultura, tornara-se em mecanismos de redistribuição de recursos do Estado e um deles, é o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD). O FDD tinha em vista financiar segmentos sociais de baixa renda para reduzir as desigualdades sociais no país. Este objetivo não se materializou, pois muitos camponeses foram sendo marginalizados e excluídos dos processos. Num contexto eminentemente *patrimonialista e clientelista*, parte dos fundos do FDD foram sendo alocados duma forma direcionada aos membros do partido FRELIMO, elementos próximos a ele, sobretudo, antigos combatentes de libertação nacional e outros grupos sociais, neste caso, os integrantes da OJM e OMM, só para citar alguns exemplos. Para Chichava (2009):

> Existem evidências de que este fundo é, na sua maioria, atribuído a elementos próximos do partido FRELIMO e do Estado (antigos combatentes, membros da OMM, da OJM e outros) sem que se tenha em conta a viabilidade dos projetos de desenvolvimento por eles apresentados (CHICHAVA, 2009, p. 74).

Além dos membros da OMM, da OJM, dos combatentes de libertação nacional, outros segmentos sociais que se benefeciaram dos fundos provenientes do FDD com base em práticas *patrimonialistas* e *clientelistas*, foram os líderes comunitários. A esse respeito, Feijó (2018) afirma que:

> Uma outra forma de obtenção de benefícios econômicos por via de relações com o exterior relaciona-se com a constituição das redes clientelistas com o Estado. este fenômeno é evidente a partir a partir da análise da atribuição dos famosos "*7 milhões*". Entre os indivíduos que beneficiaram deste fundo estão claramente sobre os representados os camponeses mais ativos no trabalho político da FRELIMO (que participam nas campanhas eleitorais, que efetuam doações em gado ou em dinheiro ao partido no poder, que estão presentes nas mesas de voto durante os escrutíneos), assim como secretários do bairro ou antigos combatentes de libertação nacional. Pela sua capacidade de influência e de mobilização das populações (funcionando, portanto, como elos de ligação entre o Estado e as comunidades), os líderes comunitários estão frequentemente entre os primeiros beneficiários deste fundo (assim como

> sementes e outros insumos, que posteriormente, distribuem, ao seu critério, pela comunidade (FEIJÓ, 2018, p. 28).

Em relação ao envolvimento dos líderes comunitários em ações patromoniais e clientelistas na recepção de findos do FDD, Feijó (2018) faz saber o seguinte:

> Em Angónia, uma importante fatia dos beneficiários do Fundo de Desenvolvimento dos Distritos pertence ao clã alargado do próprio *nhacuaua* [líder comunitário], tendo aplicado o valor emprestado na aquisição de insumos. Inseridos numa complexa rede clientelista, nenhum destes elementos procedeu à devolução do valor (FEIJÓ, 2018, s/p itálicos do original).

No caso do *Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD),* os fracos reembolsos podem estar relacionados com o fato dos mutuários serem majoritariamente membros da FRELIMO e elementos próximos deste partido que no poder, desde 1975. Os mutuários que são ao mesmo tempo membros da FRELIMO, eles sabem de antemão que não vai acontecer nada. Isto tem se notado no país, pois em vez dos governos da FRELIMO empreenderem ações concretas para que o dinheiro que não é pouco, ser devolvido, como por exemplo, abrir um processo crime por burlar o Estado, nota-se apenas discursos apelativos do presidente da república, Filipe Nyusi que é ao mesmo tempo, presidente da FRELIMO.

O fato dos governos da FRELIMO não estarem a avançar com ações coercitivas, pode abrir espaço para dizer que, há receio que estes membros (que não são poucos) que são o garante das vitórias da FRELIMO nas suas bases, às vezes, de forma fraudulenta caracterizado por roubo de votos, se rebele contra ela e não ajude o partido a vencer as eleições por forma permanecer no poder. Existem evidências de que os fundos do FDD não são aplicados para os projetos os quais os seus mutuários submete ao Estado. Feijó (2018) entende o FDD foi de fato, um fundo partidário pelo fato de não ter havido reembolsos consideráveis por parte dos mutuários. Segundo este autor:

> O fato de nenhum dos beneficiários ter desembolsado o empréstimo do Fundo de Desenvolvimento dos Distritos, assim como a despreocupação generalizada em relação a esse assunto (quer pelos mutuários, quer do próprio Governo), permite confirmar que os famosos *7 milhões* constituíram, na verdade, um fundo partidário, com objetivos de alargar o apoio ao partido no poder, instituído num contexto de generalizado oportunismo (FEIJÓ, 2018, p. 29).

Nesta mesma perspectiva, Capaina (2015) remata que:

> O comportamento das pessoas quanto ao não-pagamento do empréstimo do empréstimo tinha outra causa também importante: a componente político-ideológica. O discurso de que é o governo do dia – e, portanto, o partido FRELIMO – que está a disponibilizar o FDD aos cidadãos, estava muito enraizado nas aldeias. Se, para uns, «é graças ao pai Guebuza que temos os 7 milhões», para outros, «este é um dinheiro do povo» (CAPAINA, 2015, p. 183).

Neste entendimento, os membros da OJT e OMM e entre outros grupos sociais próximos a FRELIMO, os líderes comuntários e antigos combatentes de libertação nacional é que se tornariam na nova classe de capitalistas, criado na base de políticas públicas. Castel-Branco (2017, p. 289) afirma que "o enfoque das políticas públicas dos governos de Guebuza foi a construção das condições objetivas para o desenvolvimento da burguesia nacional". Na mesma perspectiva, Feijó (2018) afirma que:

> As evidências demonstram uma tentativa de captação de fundos dessa pequena burguesia rural por parte do partido FRELIMO. Estes mecanismos que permitem a emergência de alguns produtores agrícolas (como o trabalho migratório, a pluriatividade, a pertença às linhagens mais poderosas ou a proximidade aos centros de decisão política) constituem, na verdade, aspectos históricos, que mantiveram uma importância regular ao longo do último século (FEIJÓ, 2018, p. 29).

Essa tentativa de formação de capitalistas rurais tem sido reproduzida no atual governo Filipe Nyusi através do programa «*Sustenta*». Elaborado como sendo um programa com foco para apoiar camponeses, com o programa «*Sustenta*» tem-se verificado a promoção da agricultura comercial de pequena escala. Durante o processo, os camponeses foram sendo excluídos e marginalizados no acesso aos fatores de produção. Ademais, o programa «*Sustenta*» tem sido denunciado como sendo partidário, em que, por meio de ações patrimonialistas, faz-se a distribuição dos fundos e outros meios de produção (máquinas agrícolas, sementes, fertilizantes, etc.) aos funcionários do Estado, em que na sua maioria, são membros da FRELIMO. As autoridades locais e os agricultores que arduamente militam na FRELIMO, integram também a lista dos beneficiários. Estes agricultores que mais têm-se beneficiado dos fundos, são aqueles que localmente, têm capital político, ou seja, alguma influência e capacidade mobilizadora em temos de campanha eleitoral.

Em Setembro de 2019, o candidato da FRELIMO, Filipe Jacinto Nyusi que tentava a sua reeleição, durante a campanha eleitoral, usou o programa «*Sustenta*» para ganhar simpatia dos eleitores e isto, aconteceu na província de Nampula. Igualmente, a FRELIMO e o seu candidato, Filipe Nyusi são citados pelo jornal *online Carta de Moçambique* edição de 2019, de terem usados os meios circulantes (carros) "oferecidos" aos produtores no âmbito do programa «*Sustenta*» para fazer sua campanha eleitoral na província da Zambézia. No âmbito da implementação do programa Sustena tem-se verificado a reprodução das práticas clientelistas e patrimoniais, na medida em que os fundos do Sustenta são canalizados aos agricultores ligados ao partido FRELIMO. O presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN) denunciou também

que o programa Sustenta tem estado a beneficiar membros governo e não os camponeses, foi feita pela conforme se pode ler no depoimento abaixo.

> No Sustenta, dizia-se que era projeto que ia para o camponês, mas não é isso [que está a acontecer]. Houve um encontro aqui em Nampula e nós [da União Provincial de Camponeses] participamos. Entre os membros do governo estavam-se a se julgar lá, dizendo que, nós não estamos a ver o que está a fazer o Sustenta. Membros do governo, diretores do SDAE andaram a lamentar, dizendo o que está a fazer o Sustenta. […]. Nenhum camponês está a beneficiar-se. […]. Os fundos estão sendo usados pelos membros do governo, pelos empresários, mas no desenho está a vir camponês[23].

O presidente Filipe Nyusi é continuidade da governação de Armando Guebuza e isto, ficou claro nos seus discursos durante a campanha eleitoral de 2014. É por isso que, a corrupção, o clientelismo e patrimonialismo, continuaram cada vez mais presentes na sociedade moçambicana durante a sua governação. De forma paradoxal, o projeto de criação de «*Capitalismo Nacional*», foi acompanhado também pelo discurso *populista* de combate à pobreza. Para isso, criou-se políticas públicas e o exemplo disto, é o PARP (Plano de Ação para a Redução da Pobreza), mas não trouxe os resultados esperados, pois a miséria reproduziu-se no país. Há autores (*cf*. Castel-Branco, 2017; Chichava, 2009) que afirmam que durante a governação de Armando Guebuza, a pobreza foi usada pelas elites político-partidárias como um meio para acumulação privada da riqueza. Estes autores afirmam ainda que durante este período, a pobreza passou a ser responsabilizada as próprias populações, destacando que, eram pobres por causa da sua "mentalidade miserabilista" e que não tinham o "amor ao trabalho".

Além desse discurso, diz-se que Armando Guebuza destacou que em Moçambique havia espaço para todos os moçambicanos serem ricos, mas para tal, as pessoas deveriam mudar de mentalidade. Para Armando Guebuza, a pobreza que fustigava os moçambicanos era o resultado da vergonha e do medo das pessoas em serem ricos. De acordo com Chichava (2009, p. 70), num dos seus discursos, Armando Guebuza afirmou que "todos os moçambicanos podem ser ricos ou devem aspirar a serem ricos, e que, para tanto, devem abandonar a mentalidade miserabilista que faz com que tenham vergonha ou medo de serem ricos". Neste entendimento, o pobre só sairia da pobreza caso esse deixasse de lado a mentalidade miserabilista e passam a amar o trabalho. Mas, essa afirmação é paradoxal, tendo em conta que maior parte da população moçambicana que vive em situações de extrema pobreza, encontram-se no meio rural e não dispõe-se de

[23] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

qualquer formação formal (para não dizer que são analfabetos). Nessas condições, é quase impossível retirar as pessoas da miséria. É por isso que:

> [...] o discurso de combate à pobreza torou-se, por um lado, um meio de legitimação da abordagem de acumulação de capital e, por outro lado, tenta justificar a transferência da responsabilidade dos custos sociais de reprodução da força de trabalho para as famílias pobres (CASTEL-BRANCO, 2017, p.).

A ideia de que as pessoas "deveriam aspirar-se em serem ricos" era severamente combatida por Samora Machel, durante o período socialista, sobretudo, nos seus discursos revolucionários. Isto apenas confirma a ideia segundo a qual, Armando Guebuza não foi verdadeiramente um marxista "nato" e/ou "convicto" durante o período socialista, faz sentido, se visto nesta luta incansável em defesa da acumulação privada da riqueza no período das reformas econômicas. Chichava (2009) afirma que:

> […] algo deve ser dito em relação à apologia de Guebuza à riqueza material, que, para além de ser uma tentativa de legitimação da sua própria posição social, sem dúvida também entra em contraste com os ideais de rejeição do luxo, renúncia às preocupações materiais e financeiras e defesa da austeridade dos militantes defendidos pela FRELIMO nos primeiros anos da independência quando este partido tinha auto-proclamado o marxismo-leninismo como sua ideologia oficial em 1977 (CHICHAVA, 2009, p. 74)

A apetência e a luta pela distribuição da renda e da riqueza entre as elites frelimistas e outros elementos próximos ao partido FRELIMO, foi gerando contradições em Moçambique e as mesmas, foram notórias durante a governação de Armando Guebuza, onde mais do que reduzir o número de miseráveis, foram reproduzidos em termos numéricos. Em uma entrevista a STV, o economista Carlos Nuno Castel-Branco afirmou, estimando que cada um milionário que emergiu durante o governo Armando Guebuza, custou cerca de 1000 pobres em Moçambique.

Num outro momento, voltou a estimar que o governo Armando Guebuza foi responsável "tanto pelo milhar de novos milionários como pelos dois milhões de pobres adicionais" (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 293). A concentração da riqueza e da renda nas mãos de um "punhado" de gente que se verificou durante a governação de Armando Guebuza, foi escandalosa e isto, contribuiu significativamente para a reprodução das desigualdades sociais na sociedade moçambicana, cenário que continua a verificar até os dias atuais. A intenção de Guebuza, era fortalecer uma burguesia nacional, mas o projeto virou corrupção, cujas consequências disto, são incalculáveis sob ponto de vista social como também da reputação do país. O exemplo clássico são as chamadas "dívidas ocultas", que além de colocar o país na lista "negra" das instituições financeiras, sobretudo, o FIM e o Banco Mundial e outros parceiros de cooperação, aprofundou ainda

mais a miséria e as desigualdades sociais no país. São "ocultas" porque estas dívidas foram contraídas de forma secreta e sem aprovação da Assembleia da República (AR).

As mesmas, só passaram a ser do conhecimento público quando as informações foram despoletadas a partir dos EUA em 2015. As "dívidas ocultas", fazem parte de um dos maiores escândalos e crimes financeiros internacionalizado, são a face do processo de expropriação do Estado para interesses particulares e/ou de grupos com apetência de enriquecimento e acumulação individual. A apetência pelo enriquecimento e acumulação individual, levou grupos a "assaltar" o Estado moçambicano, fazendo dele um mecanismo para ter acesso fácil o capital para viabilizar os seus negócios dentro e fora de Moçambique. No entanto, há evidências suficientes que durante a governação de Armando Guebuza, o Estado moçambicano funcionou exatamente como um comitê de gestão dos negócios particulares das elites nacionais, mas em aliança com o capital internacional, na medida em que passou a ser usado para o processo de acumulação ampliada do capital em escala global.

Contudo, o projeto de produção de capitalistas nacionais deve ser compreendida como parte de um processo internacionalizado de expropriação do Estado para atender interesses de grupos, cuja missão era a acumulação privada da riqueza, apropriando-se de quase todos os recursos naturais, incluindo a terra que de acordo com a Constituição da República, são de todos os moçambicanos. Embora o ser humano tenha a capacidade de fazer a sua própria história, no caso moçambicano, o processo de produção de capitalistas nacionais liderado por Armando Guebuza durante a sua governação (2005-2015), foi influenciada grandemente pela conjuntura histórica pela quase se materializa (*cf*. CASTEL-BRANCO, 2017). Além interesses internos, sobretudo, dos grupos poderosos queriam tomar conta dos recursos naturais, apropriando-se para a partir deles, entrarem na dinâmica da cumulação, havia também forças externas com fortes interesses em Moçambique. Neste sentido, projeto de formação de capitalistas nacionais encabeçada por Armando Gubueza, representava interesses de classe e não individual.

Embora Castel-Branco (2017) afirme que em Moçambique existe uma "burguesia nacional", referindo-se a que teve sua gênese na década de 1980, essa afirmação abre espaço para o debate. Há espaço para afirmar que em Moçambique não tem uma "burguesia nacional" propriamente dita. Da transição do socialismo para o capitalismo, pode-se dizer que, surgiram apenas uma «classe de senhores de terras e/ou proprietária de imóveis rurais sem capitais» e, posteriormente, uma classe de «oligarcas emergente sem produção» e não uma burguesia descrita por Marx (2013) como Castel-Branco

(2017) procura demonstrar. Uma "burguesia" vista a partir da abordagem marxista, significa uma classe social que detém dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho). É por ser proprietária dos meios de produção que a burguesia intensifica o processo de acumulação ampliada do capital por onde ela opera.

Pode-se acrescentar também que, além dos meios de produção, a "burguesia" deve ser proprietária de finanças próprias (capital fixo e móvel) para avançar com as suas atividades produtivas, que lhe permite pagar os trabalhadores assalariados e comprar mais terras e instrumentos de trabalho em caso de necessidade. Não foi isso que aconteceu em Moçambique durante e depois as reforma econômicas. No caso moçambicano, os processos de liberalização econômica que começam na segunda metade da década de 1980, precisamente em 1986, com o PRE (Programa de Reajustamento Econômico), em 1989 com a realização do *V Congresso* da FRELIMO, que culmina, incisivamente, com o abandono da economia centralizada e, em 1990 com a introdução duma constituição liberal, não foi suficiente para produzir "burguesias nacionais".

Temos um conjunto de pessoas que do ponto de vista social e profissional, estavam integradas na máquina burocrática estatal, sendo alguns veteranos da luta de libertação nacional (generais ligados a FRELIMO), altos funcionários (do aparelho) do Estado distribuídos em vários setores e ex-gestores das diferentes empresas estatais que vão se transformar, praticamente, em acionistas das empresas privatizadas, porque eles próprios detinham o poder sobre estas mesmas empresas. Esses altos funcionários do Estado, generais e ex-gestores das empresas estatais, beneficiaram-se das privatizações sem, no entanto, ter plano de negócio e capitais próprios, seja ele, capital humano, capital cognitivo ou capital financeiro para iniciarem com as suas atividades. Descapitalizados, este grupo entra, portanto, em *joint venture* com aqueles capitalistas internacionais interessadas em investir na produção agropecuária. Pitcher (2003) faz saber que:

> A forma que a transição assumiu e o grau a que chegou ficaram a dever-se à colaboração entre as elites econômicas e o governo, colaboração essa que guiou o processo de reforma e trouxe benefícios aos seus participantes. As elites econômicas salvaram o Estado e o partido, que em troca lhes concederam privilégios. [...]. Muitos destes [...] constituem frequentemente *joint-ventures* entre empresas estatais politicamente poderosas e um parceiro do setor privado, como é o caso das telecomunicações ou das disposições de concessionamento por parte de instituições para estatais portuárias e ferroviárias, nas quais tanto o parceiro estatal como o privado procuram retirar benefícios da relação. Frequentemente, estas *joint-ventures* também incluem capital estrangeiro (PITCHER, 2003, p. 820, itálicos do original).

É daqui que esses grupos poderosos, na sua maioria, composto por altas figuras proeminentes do partido FRELIMO, não só vão vender os ativos das empresas ora

privatizadas, mas também vão ganhar milhões e milhões de dólares sem terem feito nenhum tipo de esforço. Esses indivíduos, vão vender vastas extensões de terras aos diferentes capitalistas interessados, às vezes, caracterizado pela especulação, como aconteceu no Vale do Limpopo, nas proximidades do regadio do Chókwè e nalgumas regiões da província da Zambézia, sobretudo, no distrito de Gurué.

É no Gurué onde haviam muitas empresas produtoras de chá e maior parte delas, foram tomadas por capitalistas estrangeiros por meio de compra de ativos aos "aspirantes à burguesia" que estavam em emergência neste período, mas sem capitais para colocar a terra a produzir riquezas. Esses são alguns exemplos clássicos e paradigmáticos de como as privatizações das empresas estatais beneficiou grupos poderosos durante e após as reformas econômicas. A partir da década de 1990, esses indivíduos vão se envolver no mercado dos serviços com o dinheiro obtido na venda de ativos aos capitalistas estrangeiros. O que se tem com as reformas econômicas (privarizações) é emergiu um grupo de pessoas que não tiveram nenhuma capacidade para investir e para produzir riquezas, mesmo tendo em sua posse grandes extensões de terras ao longo do país. Neste processo, emergem classes sociais que não detinham de nenhuma prática sob ponto de vista de cultura de trabalho e/ou mesmo práticas sociais, que, portanto, as associem a uma burguesia como é descrito por Marx (2013).

Enfim, surgem no país um conjunto, como se diz, usando a expressão do excritor Mia Couto, de "endinheirados", mas sem nenhuma capacidade produtiva e cultura de trabalho. São esses "endinheirados" que mais tarde passaram a ser considerados de empresários de sucessos num país em que a maioria é pobre. Surge também uma camada ou melhor, um grupo social, cuja função fundamental é construir-se enquanto atores rendeiros. O que se constata em Moçambique, é que esse grupo de rendeiro não tem capacidade de fazer investimento, porque grande parte dos recursos financeiros, são no fundo, colocados em *offshores*, nos bancos de diferentes países da Europa, dos Emiratos Árabe, da Ásia e entre outros. Não se produz uma "burguesia nacional" exportando, por exemplo, grande parte das riquezas acumuladas para fora do país. Então, estamos a dizer que, sob ponto de vista sociológico e econômico, não podemos falar duma burguesia nacional em Moçambique. Para Moçambique ter uma "burguesia nacional" nos moldes referidos por Karl Marx, vai ser necessário, primeiro perguntamos, o que significa sob ponto de vista de valores e de cultura de trabalho ser uma burguesia. Para Cahen (2019):

> [...] designar *hoje em dia* por «primitivos» os processos de acumulação em curso em [...] Moçambique ou algures na periferia do capitalismo significa uma

> postura teleológica: será a acumulação «primitiva» porque *vai* produzir uma burguesia nacional à imagem do processo europeu dos séculos XVII-XIX? É considerar que é o mesmo fenómeno que se desdobra agora na periferia do capitalismo (CAHEN, 2019, p. 29 itálicos do original).

O projeto de formação de «*Capitalismo Nacional*» encabeçado por Armando Guebuza não permitiu que emergisse capitalistas e/ou empresários de outras cores partidárias que não fossem da FRELIMO. O processo de implementação deste projeto de produção de capitalistas nacionais, foi excludente, na medida em que marginalizou todo aquele que não fosse da FRELIMO e/ou quem não tivesse nenhuma ligação com este partido. Membros de partidos da oposição, neste caso, a RENAMO, o MDM e tantos outros, são excluídos dos negócios. Para excluir outros atores nos negócio, a FRELIMO tem se baseado no paradigma segundo o qual, ela é que libertou o país, numa clara apropriação da história de libertação (*cf*. MATSIMBE, 2017).

A apropriação da história de libertação pelas elites felimistas, fez com que estes, olhassem Moçambique como sua propriedade e, este cenário continua a verificar-se até os dias atuais. Pela forma como as elites frelimistas fazem as suas declarações, levam a crer que só elas é que podem governar o país e serem ricas, pois autoconsideram-se os únicos e legítimos libertadores de Moçambique. Por exemplo, Alberto Chipande, uma das figuras proeminentes e ao mesmo tempo, um dos membros fundador da FRELIMO, conhecido como o "homem do primeiro tiro" que deu o início da luta de libertação nacional, disse publicamente durante a comemoração dos seus 75 anos de idade, que o seu partido tinha um projeto de governação para mais de 50 anos. Discursando-se aos presentes, Alberto Chipande, mandou recados para a oposição, destacando que a FRELIMO tinha um plano de governação muito longo. Num tom completamente antidemocrático, o "homem do primeiro tiro", rematou o seguinte:

> Temos programa, temos calendário. Programa nosso é de 50 anos. [...]. Programa para dirigir esta sociedade por mais de 50 anos, temos. [...] Como governar, nós já sabemos. Agora vir alguém mudar tudo de qualquer maneira, não, não. Eles vão mudar, à custa de quem? Não temos culpa[24].

De relaçar, que Alberto Chipande é tio do presidente Filipe Nyusi. Com base nas declarações feitas por de Alberto Chipande, pode-se inferir que mesmo perdendo ou não as eleições, de qualquer maneira, a tendência da FRELIMO é de se manter no poder. As declarações de Alberto Chipande surgem num contexto de vigência do sistema político democrático em Moçambique. Esse cenário, mostra apenas que, a ideia de que a

[24] Disponível em: https://macua.blogs/mocambique_para_todos/2014/11/chipande-aniversario-e-falouatencao-ao-seu-democratico-aviso.html. Acesso em: 15/05/2019.

FRELIMO é que libertou o país foi "naturalizado" no país. No caso da RENAMO, a sua exclusão dos negócios e/ou acumulação privada da riqueza, data desde o período socialista. Desde que a RENAMO decidiu militarmente contestar o *poder frelimino* a partir de 1976, os seus membros foram sendo considerados como "bandidos armados" pela FRELIMO. A regra instituída pelas elites da FRELIMO é: nenhum "bandido armado" deve estar em frente dos grandes negócios e ocupar cargos de relevo na "Nação moçambicana", daí a exclusão precoce dos membros da RENAMO.

Neste entendimento, um grupo de "bandidos armados" e/ou "inimigos do povos", na visão das elites frelimistas, não poderia fazer parte do processo de acumulação privada da riqueza no país. Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO, morreu lutando para ver se ele e os seus membros teriam acesso as riquezas, mas não conseguiu. A RENAMO tentou várias vezes se inserir na onda da acumulação, mas este desejo foi sendo mutilado pelas elites frelimistas. Para se inserir nas dinâmicas da acumulação privada e rentista da riqueza, a liderança da RENAMO foi utilizando as armas que estavam (e que ainda continuam) em sua posse desde a guerra civil, travando novas guerras violentas e sagrentas, numa disputa paradigmática com os governos sucessivos da FRELIMO como estratégia para ter acesso aos recursos naturais, enfim, a riqueza.

As declarações do líder da recém criada *Junta Militar da Renamo* (JMR), General Mariano Nhongo em volta dos ataques que acontecem na região centro do país, revelam estar-se diante de uma luta de classes (dentro da RENAMO e não só) pelo acesso às riquezas do país. Mariano Nhongo, justifica que os ataques à civis nas estradas da região centro de país, sobretudo, nas províncias de Manica e Sofala que culminaram com a morte de pessoas e destruição de produtos e bens diversos, se devem à fome e miséria que os guerrilheiros deste partido que estão sob seu comando passam no seu dia-a-dia nas matas de Gorongosa. O «*Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo»*, assinado em agosto de 2019 pelo governo da FRELIMO e a RENAMO que colocava fim a guerra violenta e sangrenta que envolvia entre essas duas forças políticas, embora necessário e importante para a estabilidade do país, sobretudo, para acabar com o sofrimento dos/as moçambicanos/as, por um lado, ele simboliza um pacto de classes pela acumulação privada e rentista da riqueza.

A partir deste acordo, as classes sociais da RENAMO, embora de forma subordinada as elites frelimistas, serão integradas e reintegradas no Estado e por via disto, terão acesso as riquezas. Os recentes *Acordos de Paz* não foram necessariemente pensados para trazer a paz definitiva e reconciliação nacional, mas sim, acomodar os

interesses particulares das duas classes em conflito, a FRELIMO de um lado, e a RENAMO, do outro. A guerra que estava cada vez mais intensa na região centro do país, onde abundam os recursos naturais, dificultava as elites da FRELIMO avançarem tranquilamente com o processo de acumulação privada da riqueza, daí que era importante e urgente chegar a um acordo com a RENAMO, mesmo que esse não se traduzissem numa solução definitiva para o país. A ideia era levar a RENAMO às eleições para vencê-la a qualquer custo, isto é, com ou sem fraude eleitoral (como tem sido regra) para desta forma, legitimar o seu poder e, por via disto, apropriarem-se privadamente das riquezas do país. O *Acordo de Cessação das Hostilidades* assinado entre antigo presidente Armando Guebuza e o falecido líder da RENAMO, Afonso Dhlakama em 2014 e mais tarde, o *Acordo de Paz e Reconciliação Nacional*, assinado pelo presidente Filipe Nyusi e o atual líder da RENAMO, Ossufo Momade, em 2019, são exemplos clássicos de acordos que tinham por objetivo acomodar os interesses privados das duas classes em conflitos.

Mas, vale ressalvar que nem sempre a RENAMO (enquanto partido que vem reivindicando o acesso às riquezas do país) conseguiu alcançar os seus objetivos nesses acordos. Sentindo-se traída pelas elites da FRELIMO, a RENAMO vêm desesperadamente movendo novas guerras e protagonizando terror, luto e destruições de várias infra-estruturas como tem sido recorrente. Dentro da RENAMO, apenas as elites conseguem alcançar as riquezas, mas de forma subordinada as elites da FRELIMO. O último acordo de paz, demonstrou isso, onde a RENAMO urbanizada que vive em casas e anda com carros de luxos na capital moçambicana, Maputo, ignorou a razão das guerras sucessivas quem vêm travando contra a FRELIMO para ter acesso às riquezas, deixando para trás seus guerrilheiros nas matas da Gorongosa a viver desesperadamente na miséria.

O clientelismo (troca de favores), a fidelidade ao líder do partido, neste caso, Ossufo Momade e a disciplina partidária, por exemplo, marcaram a ascenção de certos grupos sociais da RENAMO, sobretudo, as elites urbanizadas, na sua maioria, residentes na capital moçambicana (Maputo) para o acesso às riquezas do país. Como resultado disto, os grupos sociais excluídos, sobretudo, os guerrilheiros rebeldes tidos como desertores pelas elites da RENAMO, se uniram para mais uma vez, desestabilizarem o país como forma de reivindicar a sua parte, neste caso, o acesso às riquezas. Mas, vale ressalvar que o empresário de sucesso em Moçambique, é membro da FRELIMO e/ou são grupos próximos a este partido, a maior parte deles, são aqueles (ou seus parentes) que no socialismo lutavam contra acumulação privada. Mosca (2014) faz saber que:

> [...] antes o membro o capitalista era o explorador do povo, aquele "jacaré" que era necessário ser morto enquanto incubava. Hoje, o capitalista (ou melhor, o "rentista") é exemplo de Homem de sucesso [na FRELIMO]. Antes, o membro da FRELIMO não podia ter bens privados e, muito menos, ser empresário (capitalista). Hoje, muitos dos mesmos que assim discursavam, são os maiores empresários (melhor dito, "endinheirado"), mas desconhece-se a origem da riqueza porque grande parte exerce funções políticas há várias décadas (MOSCA, 2014, p. 83).

Os negócios que os membros da RENAMO e do MDM, em grande medida, não os permitem, por exemplo, a tornarem-se em "empresários de sucesso" no país como acontecem com os membros da FRELIMO. Maior parte das pessoas ligadas aos partidos da oposição que tentam ser empresários em Moçambique, encontram muitas barreiras, daí o seu insucesso. Não se pretende com isso negar a existência de capitalistas na RENAMO e no MDM, nesses partidos políticos existem algumas elites que se encontram inseridas na órbita da acumulação privada e rentista da riqueza, por vias obscuras, inclusive. A verdade é que a Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA) é constituído por empresários ligados a poder político vigente (a FRELIMO).

Paradoxalmente, a antiga primeira-ministra e ministra das Finanças, Luiza Diogo, é citada pelo jornal Savana a dizer que, em Moçambique tinha apenas comerciantes e não capitalistas no verdadeiro sentido. Para ela, Moçambique tinha mais "empresários de sucesso" que capitalistas. Mas, reiteramos que em Moçambique tem sim capitalistas, mas estes, nalguns casos, operam como comerciantes. No contexto atual, grande parte destes capitalistas, a sua capacidade produtiva, depende do Estado. Maior parte dos capitalistas nacionais são donos de empresas, cuja sobrevivência depende do Estado. Essas empresas prestam serviços ao próprio Estado, no qual são funcionários públicos. Importa realçar que, essas empresas não têm nenhuma capacidade competitiva suficiente para se impor no mercado onde a transparência, é o princípio básico.

Essa falta de competividade das empresas destes capitalistas, foi revelado em 2018 durante a Conferência sobre gás e petróleo realizado na cidade de Pemba, sob organização pela petrolífera norte-americana, *Anadarko*. As empresas nacionais não conseguem competir no mercado de igual para igual com outras de capitalistas estrangeiros, ficam a expropriar o Estado por meio de prestação de serviços. Em Moçambique, a ideia de acumulação primitiva de capital que tem sido defendida afincadamente por Castel-Branco (2017) está ligada, por exemplo, com a prestação de serviços ao Estado, onde maior parte desses capitalistas, são funcionários públicos. Neste sentido, não se pode falar de uma "burguesia nacional", mas sim, um grupo de "pessoas endinheiradas", ricas e rendeiras. Como lembra Cahen (2019, p. 30) ser "«rico» não é sinónimo de «burguês», tal como

«pobre» não o é de «proletário»". Inicialmente, pode até ter havido um interesse pela formação duma "burguesia nacional" quando começou-se a discutir a necessidade de se implementar o projeto de formação de um *Capitalismo Nacional*, mas não se efetivou, pois as condições não permitiram que fosse assim.

O que se verificou é que, "um setor privado de proprietário emergiu, mas o processo de acumulação em larga escala não arrancou" (CASTEL-BRANCO, 2015, p. 188-189) e isto, se deve exatamente pelo fato destes capitalistas serem proprietários de terras sem capitais e ao mesmo tempo, serem parasitas e dependentes do Estado e da aliança com o capital extrangeiro para a sua capitalização. Sem o Estado por apropriar para a viabilização dos seus nagócios, sem o orçamento do Estado, na sua maioria, disponibilizado por parceiros de cooperação por "saquear" e sem capitalistas estrangeiros para estabelecer alianças para a exploração capitalista conjunta da terra e dos recursos naturais, esta classe que Castel-Branco (2017) considera de ser uma "burguesia nacional", dificilmente vai existir. É por isso mesmo que o projeto *guebuziano* de formação do *Capitalismo Nacional*, falhou de forma retumbante e vergonhosa no país, pois não tinha nenhuma base sólida para a sua sustentação. A crise econômico-financeira que afetou o país com maior expressão a partir de 2015 em resultado da descoberta das chamadas "dívidas ocultas" e consequentemente, a fuga dos parceiros de cooperação, revelou que não havia nada de burguesia nacional, mas sim, capitalistas parasitas ao Estado.

Este grupo, é composto por *lobistas* e empresários, na sua maioria, membros da FRELIMO, cujo processo de iserção no *sistema-mundo* para a extração das *mais-valia*, se dá pela sua subordinação/sujeição ao capital estrangeiro. O que está acontecer é uma acumulação primitiva de capital baseada na expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, na apropriação do Estado pelas aligarquias ligadas ao partido FRELIMO. É também uma acumulação primitiva de capital caracterizada pelas relações não capitalistas de produção ancorrada na corrupção, no clientelismo e no patrimonialismo, e não necessariamente, na separação de trabalhadores e meios de produção como a teoria de acumulação primitiva de capital de Marx (2013) nos ensina, embora nalguns casos ocorra, sobretudo, no setor minério-energético[25]. A "burguesia moçambicana" é composta

[25] A luta pela acumulação privada e rentista da riqueza nos partidos da oposição, sobretudo, a RENAMO e o MDM, é recorrente em Moçambique e quase se dá nos mesmos *modus operand* do partido FRELIMO. Estes partidos reproduzem quase as mesmas práticas desencadeadas pelos governos sucessivos da FRELIMO, sobretudo, após o fim do projeto socialista. Nos locais onde a RENAMO já governou e tem governado, as práticas clientelistas (trocas de favor), o nepotismo, a corrupção e o (neo)patrimonialismo, estão entre os aspectos mais dominantes. Esse cenário se verificou em Angoche (*cf.* Domingos, 2009) e alguns destes aspectos se verificam também na cidade de Nampula. No MDM, o cenário se reproduz. Num

majoritariamente por um grupo de bandidos que se apropriou do aparelho do Estado e vive roubando o pouco do dinheiro que existem e que poderia ser alocado para políticas públicas sociais com vista a reduzir os níveis de fome, miséria e de desigualdades sociais no país. Para dizer que, a furtuna da "burguesia moçambicana" não vêm da sua capacidade produtiva, pois nem cultura de trabalho ela tem. Para Cahen (2019);

> [...] se entendermos que a elite moçambicana não é uma burguesia, mas um corpo social rendeiro procedente da burguesia internacional – isto é um corpo social que negocia a sua inserção específica no sistema-mundo –, se entendermos que ela não tira o grosso da sua remuneração da sua capacidade de organizar a produção para extrair diretamente a mais-valia dos trabalhadores, mas que ela vive da proteção política para obter parte das ações de projetos internacionais sem as capitalizar, ou de privatizações que ela paga só muito parcialmente, chegamos à conclusão de que o lucro característico do capitalismo não é o seu principal meio de subsistência (CAHEN, 2019, p. 31).

A principal fonte de acumulação de capital da "burguesia moçambicana", é a delapidação do Estado e expropriação e exploração do "povo". A fonte de acumulação de capital é baseada também no saque e entrega dos recursos naturais (e da terra) aos capitalistas estrangeiros caracterizada por falta de transparência, manipulação, corrupção dentre outras práticas criminosas. Para legitimar e consolidar a sua posição dentro da sociedade, "a burguesia moçambicana" recorre o uso da violência, intimidação, tortura e, em casos extremos, pode significar o assassinato por encomenda de quem a critica publicamente. Essa "burguesia" que Castel-Branco (2017) diz existir em Moçambique, não está em condições de explicar a origem da sua a riqueza porque maior parte dela, foi obtido por meios ilícitos. A realidade atual permite afirmar que o processo que Castel-Branco (2017) considera acumulação primitiva de capital, não ocorre necessariamente dentro destes parâmetros marxistas, mas sim, tem-se notado uma agregação de novos outros elementos, próprios da atual globalização neoliberal.

passado recente, a luta pela acumulação privada e rentista da riqueza, revelou haver classes sociais em disputa no MDM. Tal fato, fez com que certos membros, alguns deles, quadros séniores (fundadores) saíssem do partido, acusando a liderança máxima do partido, neste caso, Daviz Simango de promover o divisionismo, o tribalismo, o nepotismo e de centralizar a tomada de decisões. O maior escândalo aconteceu em Nampula, quando o falecido Mahamudo Hamurane, na altura, presidente do Conselho Municipal pelo MDM, decidiu abrir a sua "boca", denunciando a liderança máxima na imprensa de monopolizar e centralizar, tanto o processo de tomada de decisão como a gestão financeira nos municípios onde o MDM governava. Igualmente, este cenário aconteceu em Quelimane, onde também Manuel Araújo, na altura presidente do Conselho Municipal pelo MDM, denunciou a liderança do partido pelas mesmas práticas.

3-CAPÍTULO
POLÍTICA FUNDIÁRIA E CAPITALISMO NA AGRICULTUTA MOÇAMBICANA

O presente capítulo, procura analisar a questão de terras e os debates a sua volta no atual quadro do desenvolvimento capitalista na agricultura moçambicana. Este capítulo tem cinco (5) seções. Na primeira seção, procura-se fazer uma análise geo-histórica sobre as principais transformações da política fundiária, as quais, vieram desaguar na Política Nacional de Terras aprovada em 1995 e, posteriormente, a Lei de Terras (Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997).

As transformações que ocorreram na política fundiária, sobretudo, a partir da década de 1980 durante as reformas econômicas são as que trouxeram todo o aparato legal para que o desenvolvimento capitalista se consolidasse no país. Na segunda seção, propõe-se analisar a Lei de Terras (Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997) por forma a compreender as complexidades e as contradições que a mesma apresenta em situação de propriedade estatal da terra.

Na terceira seção, propõe-se analisar a questão de terras na atualidade, dominado pela ideia segundo a qual, é importante a oficialização do mercado de terras no país por meio da transmissibilidade de títulos como forma de atrair investimento para a modernização da agricultura no país. Neste sentido, o programa «*Terra Segura*» em implementação desde 2015, que visa registrar e formalizar as ocupações de terras feitas de acordo com as *normas e práticas costumeiras* como também de *boa-fé*, é visto como uma "antecâmara" para a mercantilização da terra no país.

Na quarta seção, discute-se o mercado de terras que se tem mostrado crescente no país. Existem denúncias feitas por organizações das sociedade civil que avançam no sentido de que algumas empresas que viabilizam o agronegócio ao longo do país, estão a comprar terras e, não obstante, de forma ilegal, uma vez que constitucionalmente, proíbe a venda deste recurso natural pelo fato de estar-se diante do regime estatal de propriedade de terra. A compra de terras por parte dos capitalistas, embora ilegal em termos constitucionais e criminosa segundo o Código Penal, tem sido uma vida de expansão do agronegócio no campo.

De realçar que, o mercado de terras, além de ser muito complexo, ele envolve vários atores e com múltiplos interesses. O objetivo principal aqui, é compreender como é que este o circuito funciona e o que move o negócio fundiário que está cada vez mais

crescente num contexto de propriedade estatal da terra em Moçambique. Na quinta e última seção, discute-se a renda da terra. O objetivo desta seção é trazer o debate sobre como é que os segmentos sociais que detém o controlo de extensas áreas de terras em sua posse, tiram benefícios.

Para ampliar a discussão, além da legislação de terra e a Constituição da República, será utilizada também uma literatura específica por forma a profundar o debate. Desta bibliografia, usar-se-á os seguintes autores: Mosca (2011; 2014; 2015; 2017a); Catel-Branco (2015), Mandamule (2015; 2017a; 2017b; 2017c; 2019); Mandamule e Carrilho (2017); Mandamule e Júnior (2019); Carrilho (2013; 2018); Chiziane (2014); Catsossa (2017b, 2018a); Hanlon e Smart (2008); Francisco (2013); Serra (2013); Matos (2016); Muianga (2015; 2018), Langa (2012); OMR (2017) e entre outras fontes. Essa discussão será auxiliada por uma literatura estrangeira e especializada com destaque para os seguintes autores: Porto-Gonçalves (2017); Harvey (2016; 2018); Martins (1980, 1983, 1986), Fernandes e Frederico e Pereira (2017).

3.1 – Ação do Estado para a expansão das relações capitalistas de produção na agricultura moçambicana

O fim do projeto socialista na década de 1980 também obrigou o Estado a avançar com as reformas necessárias nos instrumentos normativos e regulatórios para a expansão das relações capitalistas de produção na agricultura. Estas reformas nos instrumentos normativos e regulatório foram sendo feitas sob pressão das Instituições de Breeton Woods (IBW) – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. A Constituição da República foi a primeira e a seguir, avançou-se com algumas mudanças nas demais legislações, com destaque para a política fundiária do país como forma de adequá-la ao momento político, econômico e social o qual o país estava a entrar.

Como Moçambique estava a sair do sistema socialista de desenvolvimento para capitalista, a mudança na política fundiária do país era imprescindível para permitir o desenvolvimento nacional baseado nos preceitos capitalistas. Dito de outra forma, para que o desenvolvimento capitalista se efetivasse em Moçambique, era necessário criar-se condições legais de tal maneira que os interesses do capital fossem acomodados. É aqui, que começa a discussão sobre a necessidade de se ter uma nova política fundiária no país que fosse aglutinadora, não apenas que acomodasse os interesses do capitalismo global, mas também dos camponeses, pois estes últimos, tinham a terra como seu único meio de reprodução social.

Essa reforma na legislação de terras beneficiou também algumas elites políticas nacionais, ligadas ao partido FRELIMO e alguns burocratas, sobretudo, altos funcionários do aparelho do Estado e das antigas empresas estatais que teriam se apropriado de grandes extensões de terras durante as reformas econômicas. Essas mudanças na política fundiária começaram a serem desencadeadas na década de 1980, sobretudo, durante a crise do estrutural do socialismo. No ano de 1987, foi aprovado regulamento de terras que trazia todas as mexidas feitas na Lei de Terras de 1979. Este regulamento de terras de 1987, trouxe grandes mudanças e uma delas, revelava que o país já deixava em definitivo o projeto socialista, caracterizado pela economia centralizada ou planificada para uma economia de mercado.

Por sua vez, este regulamento de terras de 1987 veio recuperar o sistema de administração e gestão colonial de terras, reeditando-o, mas com algumas mudanças. Se durante a colonização portuguesa, o Estado colonial concessionava terras para o setor privado explorá-las num determinado período de tempo, a mesma filosofia foi recuperada e incorporada no regulamento de terras de 1987 pela FRELIMO em representação do Estado. Este regulamento de terras de 1987, veio declarar que os cidadãos nacionais com ou sem domicílio em Moçambique, podem adquirir o DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) para fins diversos, situação que prevalece na Lei de Terras em curso no país – Lei n°. 19/97.

Se a Lei de Terras de 1979 não explicava como os cidadãos estrangeiros poderiam ter acesso a terras para fins diversos no país, o regulamento de 1987, já trazia alguns avanços neste sentido (*cf*. MATOS, 2016). As mudanças também são verificadas na estrutura fundiária e agrária do país. Além desse aspecto, o regulamento de 1987 também trazia dentro dele uma preocupação com o setor familiar, sendo que o campesinato foi declarado importante na economia do país e que deveria ter espaço para a sua reprodução social. Na apresentação do Regulamento de Terras de 1997, aprovado pelo Decreto n.º de 66/98, de 8 de Dezembro, fazendo referência ao Decreto n.º 16/87, de 15 de Julho, que aprova o Regulamento da Lei de Terras de 1987, lê-se:

> A experiência resultante da aplicação do Regulamento demonstrou a necessidade de alterar várias das suas disposições, de modo a simplificar os procedimentos administrativos e facilitar, desse modo, o acesso à terra por parte dos investidores nacionais e estrangeiros (MOÇAMBIQUE, 1997, p. 17).

Como se pode ler na citação acima, havia uma preocupação por parte do Estado com a entrada do investimento seja ele nacional, como estrangeiro, pois já era visto como

essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. A revisão da Lei de Terras – Lei n.º 6/79 foi por forma a criar condições suficientes (e/ou necessárias) para o desenvolvimento capitalista em Moçambique, por isso, era imperioso que fosse revista, situação acordada pela FRELIMO. Na apresentação da Lei de Terras –, Lei n°. 19/97, lê-se o seguinte:

> O desafio que o país enfrenta para o seu desenvolvimento, bem como a experiência na aplicação da Lei n.º 6/79, de 3 de Julho, Lei de Terras, mostra a necessidade da sua revisão, de forma a adequá-la à nova conjuntura política, econômica e social e garantir o acesso e a segurança de posse da terra, tanto para os camponeses moçambicanos, como dos investidores nacionais e estrangeiros. Pretende-se, assim incentivar o uso e aproveitamento da terra, de modo a que esse recurso, o mais importante de que o país dispõe, seja valorizado e contribua para o desenvolvimento da economia nacional (MOÇAMBIQUE, 1997, p. 3).

Para que os capitalistas se sentissem seguros, era necessário introduzir na nova política fundiária diretrizes para a sua proteção como também remover as barreiras que estavam nas legislação de terras de 1979. Como foi referenciado anteriormente, a legislação de terras de 1979 tinha muitas barreiras sob ponto de vista de reprodução ampliada do capital. O período de exploração capitalista da terra no país, era um dos principais estorvos para acumulação ampliada do capital, daí que deveria ser aumentado para permitir tal propósito na nova política fundiária que estava em discussão na altura.

De fato, a FRELIMO cedeu à pressão do capitalismo global, aumentando o número de anos para a exploração capitalista da terra em Moçambique para o setor privado. O aumento dos anos, veio acontecer após aprovação do Decreto n°. 16/87, de 15 de Julho, o regulamento da Lei de Terras que vigorou durante o período das reformas. No entanto, a revisão feita em 1986 da lei de terras – Lei n°. 1/86, de 16 de Abril, viera aprofundar ainda mais as alterações na política fundiária do país.

O destaque vai para o período de exploração de terras por parte do setor privado para fins agrícolas (e para a implementação de outros projetos). Se a Lei de Terras de 1979 determinava um período que variava entre 5 à 15 anos para a exploração capitalista da terra, com a sua revisão e, sobretudo, com a entrada em vigor do regulamento de 1987, passou para 50 anos renováveis por igual período. Esse regulamento, mantinha ainda a terra como propriedade do Estado e isto para as IBW, era uma barreira para o desenvolvimento capitalista no país, sobretudo, para a reprodução ampliada do capital.

Para que a acumulação do capital se efetivasse em Moçambique, as IBW propunham a privatização da terra. As IBW entendiam que era melhor privatizar a terra para melhor gestão e caso a mesma permanecesse nas mãos dos Estado, haveria muita

burocracia. A previsão das IBW de que poderia existir burocracia no processo de titulação, foi acertada, pois é o que se verifica nos dias atuais. O debate sobre terras acabou por se tornar paradigmático na medida em que dividiu opiniões.

De um lado, estava as IBW a defender a privatização da terra, ideia apoiada e aplaudida por alguns capitalistas moçambicanos emergentes que queriam entrar na órbita da acumulação, entre eles, a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), alguns membros da própria FRELIMO e entre outros interessados. Do outro, estavam alguns membros FRELIMO que ainda preservavam e/ou defendiam os princípios, os quais estiveram na fundação da "nação", como, por exemplo, "a libertação dos homens e da terra" do imperialismo a defender a não privatização da terra. Estes membros da FRELIMO estavam contra a privatização da terra no país, eram apoiadam também por diversas organizações da sociedade civil, movimentos camponeses, acadêmicos, congregações religiosas e entre outros segmentos sociais anônimos e conhecidos que via a privatização da terra como uma via para a reprodução das injustiças sociais no país.

Neste período surge um movimento social denominado «*Campanha Terra*» e lutava contra ao projeto das IBW que propunha a privatização de terras no país. Este movimento social se alinhava as pautas da FRELIMO na sua luta contra a privatização da terra no país. A «*Campanha Terra*» é que veio aglutinar todas as organizações sociais que defendiam a necessidade de proteção dos interesses dos camponeses, na alguma considerada como a classe mais desfavorecida. Negrão (2003) revela que:

> Em dois anos, cerca de 200 organizações não-governamentais, organizações comunitárias de base, igrejas, institutos de investigação e outras instituições se juntaram à Campanha Terra. Mais de 15.000 pessoas foram formadas como ativistas e 50.000 estiveram diretamente envolvidos na Campanha Terra em 114 dos 128 distritos de Moçambique e chegou a altura em que os administradores do Estado se queixavam de que o povo conhecia melhor a lei que eles (NEGRÃO, 2003, p. 20).

Na década de 1990, num dos manifestos elaborados pela sociedade civil contra a privatização da terra em Moçambique, lia-se o seguinte:

> Não aos sem-terra em Moçambique. Não aos latifundiários ausentes, os que alugam a terra e não investem. Reconhecimento da prova testemunhal na ocupação da terra pelos pobres. Incorporação dos sistemas de direito costumeiro no quadro legal. Fim à abordagem bimodal para o desenvolvimento agrário (NEGRÃO, 2002, p. 17).

Embora os interesses sobre a privatização da terra tenham sido maiores durante as reformas liberais, os segmentos sociais que defendiam o princípio da "não privatização de terras Moçambique", encabeçadas por alguns membros que tinham fortes traços da

ideologia marxista-leninista, acabaram por vencer a batalha, ao verificar-se a manutenção da propriedade estatal da terra, mas abrindo espaço para a exploração capitalizada da terra para quem quisesse implementar seu programa. Ao lutar para que a terra continuasse propriedade do Estado, a FRELIMO quis manter a tradição "socialista" do uso da terra que predominou no país entre 1975 à 1986, por considerá-la a mais sustentável.

A terra era para a FRELIMO como se fosse uma "bandeira de libertação", "um país", "uma pátria" e "independência" (*cf.* Mosca, 2009; Mosca, 2011) e não poderia do nada ser trocada por interesses capitalistas dos "de fora", daqueles que nunca teriam lutado contra o regime colonial, por isso, ela não poderia ser privatizada. Para a FRELIMO, privatizar a terra, era o mesmo que abandonar a sua ideologia política que a levou a lutar, não apenas para a libertação dos moçambicanos, mas também da própria terra que esteve por muito tempo sob dominação do Estado colonial.

Seria também condenar os povos do campo, sobretudo, aqueles que outrora se juntaram a causa da "nação", neste caso, os camponeses que eram a maioria e pobre nessa altura. Para Mosca (2009, p. 123) a FRELIMO não acolheu o projeto privatista das IBW porque entendia que "a privatização regularia, em termos precisos, um conjunto de aspectos e retiraria o Estado um instrumento de poder e de negociação" com quem quisessem explorar a terra e os recursos naturais aí existentes.

A FRELIMO ao se recusar avançar com a privatização da terra no país mesmo sob pressão e chantagens do FMI e do Banco Mundial, queria manter o Estado como o único ator que poderia determinar as condições de uso e ocupação da terra em Moçambique. Partindo do pressuposto de que a terra é um elemento (de materialização de relações) de poder por parte de quem a tem na condição de propriedade, o Estado seria superior e hegemônico, dominando assim todos poderes inferiores a ele. Por si só, a *exploração capitalizada da terra*, permitiria que o Estado mantivesse o controlo total (monopolístico) sobre todas as terras (e outros recursos naturais do solo e do sobsolo) existente no país.

Neste sentido, quem quisesse explorar, tanto a terra quanto os outros recursos naturais do solo e do subsolo, deveria por lei (e/ou norma) instituída pelo próprio Estado negociar com ele. A subordinação dos capitalistas ao Estado no acesso à terra para a implantação dos seus projetos, em nalguns casos, tem desembocado em fortes esquemas de corrupção, envolvendo algumas figuras dentro do partido FRELIMO, mas que mantém o controlo sobre a *máquina estatal*. As negociações e os processos de concessões de terras para a exploração capitalista por parte dos investidores que necessitam delas para

implementar seus projetos ou extrair os recursos naturais aí existentes, não tem sido transparentes, sendo que é feito ao mais alto nível da "nação", embora a Lei de Terras determine a realização de prévias consultas comunitárias.

Atualmente, a *exploração capitalizada da terra*, faz de alguns grupos dentro do Estado que também são membros do partido FRELIMO, manterem o controlo sobre a terra e todos os recursos naturais existentes no país. A exploração capitalizada da terra tem permitido a acumulação do capital por parte da burocracia estatal por meio de concessões de terras aos investidores estrangeiros. Ao não insistir na privatização da terra em Moçambique, as IBW viam na atual Lei de Terras que a mesma não impediria o livre mercado das benfeitorias instalados na terra. Para as IBW, a compra e venda de benfeitoras, criava espaço para a especulação e acumulação capitalista no país.

Mesmo assim, o interesse das IBW em avançar com a privatização da terra em Moçambique nunca desapareceu nas suas agendas, pois estas instituições têm vindo a interferir na política fundiária moçambicana destacando a necessidade de tornar a Lei de Terras mais flexível. O programa «Terra Segura» em implementação no país, atualmente move interesses de vários grupos que desde muito defenderam a necessidade de privatização de terras para desburocratizar o seu acesso com vista a melhorar o ambiente de negócios, mas que nunca conseguiram impor suas vontades, um deles, o Banco Mundial. A estatização da terras no país permitiria também o Estado controlar, se de fato, a terra estava sendo usada de acordo com os planos de exploração submetidos pelos proponentes. Para a FRELIMO, seria mais fácil converter à favor do Estado todas as terras ociosas. Neste sentido, o Estado teria o poder de expropriar sem compensar as pessoas que detinham a posse da terra e que não a explorava de acordo com o plano de exploração submetido para tal propósito.

Pode-se dar exemplo das «*Campanhas Nacionais de Fiscalização de Terras*», que têm sido lançadas com o propósito de fiscalizar as terras nas mãos de capitalistas nacionais e estrangeiros. Estas campanhas de fiscalização de terras têm sido um fracasso, pois nem sempre as terras são confiscadas, o que contribui para que os investidores (nacionais e estrangeiros) continuem com grandes áreas de terras em desuso enquanto há camponeses precisando de terras para plantar. A própria Lei de Terras, refere que em caso do não cumprimento do plano de exploração, o Estado pode revogar o DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terras) e descreve que:

> No âmbito da autorização provisória, se se constatar o não cumprimento do plano de exploração sem motivos justificados, no caso da aquisição do uso e

> aproveitamento da terra para o exercício de atividades econômicas, ou a não realização do empreendimento proposto nos restantes casos, os Serviços de Cadastro, promoverão a revogação. A revogação da autorização provisória não dá direito a indemnização pelos investimentos não removíveis entretanto realizados. Após o despacho da revogação, os Serviços de Cadastro procederão ao cancelamento do processo[26].

O debate sobre a necessidade de uma nova política fundiária no país foi uma verdadeira disputa política e paradigmática ao mesmo tempo de classes, que culminou com a aprovação da atual Lei de Terras –, Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997 e o seu regulamento, aprovado em 1988 pelo Decreto n°. 66/98. Com aprovação destes instrumentos legais, foi oficialmente o desenvolvimento capitalista em Moçambique. Tanto a Política Nacional de Terras e posteriormente, a Lei de Terras, ambas aglutinam os interesses de classes. Através destes dois dispositivos legais, a exploração capitalizada da terra enquanto uma via para acumulação do capital, estava garantido em Moçambique.

3.2. Lei de terras de 1997 e suas contradições

Ao ser aprovada em 1997, a atual Lei de Terras, veio introduzir elementos que na lei anterior, não haviam e destes, pode destacar-se, o reconhecimento por parte do Estado dos direitos que as comunidades rurais e camponeses foram adquirindo ao ocupar as terras após a proclamação da independência do país. No Decreto n°. 66/98 de 8 de Dezembro, que aprova o Regulamente da Lei de Terras de 1997, lê-se o seguinte:

> A revisão da Lei de Terras, efetuada pela Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997, introduziu várias inovações que importa regulamentar, nomeadamente, o reconhecimento dos direitos adquiridos por ocupação pelas comunidades locais e pelas pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, ocupam a terra há pelo menos dez anos (MOÇAMBIQUE, 1997, p. 17, parênteses reto nossos).

A Lei de Terras trouxe algumas inovações dentro de si. Mas mesmo assim, na prática, verificam-se várias contradições, pois, às vezes, é o próprio Estado quem viola as diretrizes que estão por de traz do processo de atribuição de concessões aos investidores no pais, sejam eles nacionais, como estrangeiros. Ao reconhecer a *ocupação* como um direito adquirido, minimamente, o Estado estava a criar condições materiais para a proteção das comunidades rurais e os camponeses.

Os camponeses e as comunidades rurais foram integrados num agrupamento que se chamou de *comunidade local*. Trata-se, portanto, de um recorte territorial onde juridicamente, estão salvaguardados todos os direitos e interesses dos camponeses e das comunidades rurais. De acordo com a Lei de Terras, comunidade local é uma:

[26] Cfr. Artigo 32, números 1, 2 e 3 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro.

> […] agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam elas cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e de áreas de expansão[27].

Embora seja um conceito técnico, existem aspectos que chamam atenção na citação acima. Nesta definição o destaque vai para as frases "agrupamento de famílias e indivíduos", "circunscrição territorial", "interesses comuns". Estas frases, juntas descrevem a forma como os camponeses se organizam no campo. O agrupamento de famílias e indivíduos numa determinada circunscrição territorial, cuja luta tem sido de defender os interesses comuns em casos de uma ameaça, é, em si, uma prática tipicamente campesina.

Em casos de ameaça, os camponeses têm lutado e resistido para que as suas áreas agrícolas, sejam elas cultivadas e/ou em pousio, as florestas onde tiram estacas, madeiras, plantas medicinais, praticam a passagens, a caça não sejam destruídos. Os camponeses lutam e resistem ainda para que os seus espaços sagrados (culturais) não sejam destruídos com a expansão do capital em seus territórios. Nesta tentativa de criar mecanismos para a proteção das comunidades rurais e dos camponeses, o Estado introduziu nesta Lei de Terras, as *consultas comunitárias*. A partir de então, as comunidades rurais e os camponeses, passavam a ser elementos chaves no (e/ou do) processo de administração e gestão de terras no país.

Neste sentido, todos os investidores nacionais e estrangeiros, são forçados antes de avançarem com a implementação dos seus projetos, a ir ao encontro das comunidades rurais e os camponeses e outras autoridades localmente instituídas pelo Estado, por forma a procurar saber se as terras em questão, não estão em uso. Para o Estado, só assim é que poderiam ser salvaguardados e/ou protegidos os interesses das comunidades rurais e dos camponeses, por serem dependentes da terras e dos recursos naturais aí presentes para a sua reprodução social.

Esta lei de terras, proclama que "o processo de titulação do direito de uso e aproveitamento da terra inclui parecer das autoridades administrativas locais, precedido de consultas às próprias comunidades, para efeitos de confirmação de que a área está livre e não tem ocupantes[28]". Embora a lei obrigue os investidores a realizar consultas comunitárias prévias, nem sempre as normas são seguidas, pois verifica-se o

[27] Cfr. Artigo 1, número 1, da Lei de Terras n° 19/97.
[28] Cfr. Artigo 13, número 3 da Lei de Terras n° 19/97.

incumprimento da legislação e isto, tem desembocado em fortes conflitos sociais e, consequentemente, disputas por terra/território no campo.

Outra inovação da Lei de Terras de 1997 é que ela incorporou dentro de si, a questão de gênero no acesso à terra. Esta lei determina que "podem ser sujeitos do direito de uso e aproveitamento de terra as pessoas nacionais, coletivas e singulares, homens e mulheres bem como as comunidades locais[29]". Constitucionalmente, a questão de gênero passou a ser reconhecida, sendo que todos os direitos foram salvaguardados. Neste sentido, tanto o homem como a mulher, ambos passaram a ter o direito de posse de terra, como também de participar na gestão dos recursos naturais.

Embora a Constituição da República reconheça direitos iguais para as mulheres e homens, ou seja, que "o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural[30]" no país, na prática, ainda prevalecem grandes desafios, pois as mulheres continuam a ser um grupo social mais excluído e marginalizado na sociedade moçambicana, sobretudo, nos processos de tomada de decisão, com destaque para a gestão da terra, enfim, dos recursos natutais. A esse respeito, o Fórum Mulher, o meior movimento feminista de Moçambique, afirma que:

> Apesar das Mulheres, em Moçambique, serem as principais utilizadoras da terra e de outros recursos naturais (agricultura, lenha, água, plantas medicinais, barro, etc…), geradoras de rendas e veículo de disseminação de valores e de educação na família, as decisões dentro dos agregados familiares são, em geral, tomadas pelo chefe da família que é homem[31].

Alguns estudos têm revelado uma tendência crescente da participação das mulheres nos processos de gestão dos recursos naturais (*cf*. Mandamule, 2019), mesmo assim, ainda há muitos desafios sob ponto de vista de inclusão na perspectiva de gênero no país. Na maioria das vezes, as mulheres são secundarizadas no processo de administração e gestão de terras no país. Os homens têm sido os principais detentores da terra e isto, tem contribuído para a perpetuação da "dominação masculina". Por causa desta aparente proteção as comunidades rurais e os camponeses, a Lei de Terra moçambicana (Lei n°. 19/97) é reconhecida internacionalmente como sendo uma das mais progressistas do continente africano.

Durante a cerimônia de abertura do «*IX Fórum de Consulta sobre Terras*», organizado pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER),

[29] Cfr. Artigo 10, número 1 da Lei de Terras n° 19/97.
[30] Cfr. Artigo 36 da Constituição da República.
[31] Disponível em: http://forumulher.org.mz/16-dias-de-activismo/. Acesso: 23/12/2018.

em Novembro de 2017, o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, euforicamente, classificou a Lei de Terras moçambicana como sendo a mais progressista do mundo. No fim do seu discurso, o presidente Filipe Nyusi destacou a necessidade de aperfeiçoá-la por forma a proteger os interesses das comunidades rurais e dos camponeses, em particular no atual contexto da entrada do capital no campo.

De fato, para quem lê a Lei de Terras moçambicana, pode até pensar que está tudo bem, mas há muitas zonas de penúnbras (e/ou lacunas) por de trás dela que permitem a burocracia administrativa e as elites políticas econômicas nacionais ligadas ao partido FRELIMO controlarem extensas áreas de terra e outros recursos naturais aí existentes, sobretudo, do sobsolo. Às vezes, dá entender que tais zonas de penúmbras (e/ou lacunas) que estão por de trás da Lei de Terras, foram deixadas propositalmente pelo legislador com o objetivo de fazer valer os seus interesses.

Aliás, há uma sensação por parte das organizações da sociedade civil ligadas a defesa e proteção dos interesses das comunidades rurais e dos camponeses que tais zonas de penúmbras, foram deixadas de forma propositada pelo legislador para garantir o controle da terra e de outros recursos natuais por parte das elites nacionais. Em muito casos e por conta destas zonas de penúmbras presentes na Lei de Terras de 1997, verifica-se a expropriação e expulsão das comunidades rurais e dos camponeses das suas terras e, consequentemente, a emergência de conflitos sociais no campo caracterizados por disputas territoriais.

A própria ideia segundo a qual, a terra em Moçambique é propriedade do Estado quem pode determinar as condições do seu uso e ocupação e mais ninguém, é uma das principais ambiguidades. Nos dias atuais, nota-se a emergência de segmentos sociais que questionam se a propriedade estatal da terra em Moçambique que se refere é na vertente «*Estado-Administração Pública»* ou «*Estado-Cidadãos»*. Esses questionamentos surgem por obervar-se que, há uma considerável quantidade de terras no país nas mãos de burocratas dentro do aparelho do Estado, majoritariamente ligados ao partido FRELIMO.

Esses questionamentos e denúncias de que há uma quantidade enorme de terras nas mãos de burocratas foram feitas durante a «*IX Sessão de Consultas sobre Terras*», realizada em 2017, na cidade de Maputo sob organização do MITADER. Óscar Monteiro, uma das figuras proeminente do partido FRELIMO e antigo ministro da Administração Estatal, é quem fez esta denúncia. Denunciando, disse ele que "parte da terra em Moçambique está na posse de burocratas que se aproveitam do princípio de que a terra pertence ao Estado para fazerem a sua distribuição ilegalmente e para fins não

produtivos[32]. Há razões para existir esta forma de interpretação e/ou análise em torno da questão de terras no país.

Os que controlam a máquina estatal, usando o poder que detém para registrar terras em seu favor e/ou de seus parentes. Este grupo enorme, pois trata-se de uma rede de oligarquias que está descentralizado dentro das instituições do Estado. Numa altura em que a procura de terras tende a aumentar, parte das terras que estão nas mãos de determinados burocratas, são vendidas para os capitalistas que precisam delas para a viabilização dos seus negócios. Assim, os capitalistas não precisam procurar o Estado para pedir terras para a viabilização dos seus negócios, compra diretamente dos burocratas que também são funcionários públicos.

A própria ideia segundo a qual, a terra em Moçambique é propriedade do Estado nunca foi detalhada para deixá-la mais compreensível para o cidadão comum e isso está evidente tanto na Constituição da República como na Lei de Terras 19/97. O não esclarecimento desta ambiguidade, faz com que os que mantém o controle monopolístico da *máquina estatal*, neste caso, as elites políticas e econômicas nacionais e alguns burocratas da administração pública, extraiam benefícios, acumulando riquezas em prejuízo das comunidades rurais e dos camponeses, em particular.

Outra ambiguidade presente na Lei de Terras 19/97, está relacionada com a ideia segundo a qual, em Moçambique só pode-se vender as benfeitorias e não necessariamente a terra. Esta afirmação é paradoxal, pois a realidade tem mostrado que mais do que vender-se benfeitorias, em Moçambique a terra está sendo vendida em "fatias" (pequenas parcelada) a pessoas singulares e coletivas, tanto nas cidades quanto no campo. Os interesses que estão por de trás da terra desde que Moçambique se tornou um "Estado capitalista rentista", envolvendo grupos poderosos, sendo que grande parte destes, está ligada ao partido FRELIMO.

Estes grupos poderosos ligados ao partido FRELIMO é que podem melhor explicar as contradições presentes na Terras por forma a saber porque as deixaram. Mas, destes poderosos da FRELIMO não se pode esperar muito, pois explicando do porque, por exemplo, deixaram tais lacunas na Lei de Terras, pode ser um "suicídio". Dito de outra maneira, seria como um soldado durante a guerra se dar um tiro no próprio pé. Essas lacunas foram deixadas para permitir que as elites dentro da "velha" política moçambicana pudessem tirar algum benefício. Em relação as contradições por de trás da

[32] Disponível em: http://opais.sapo.mz/terra-em-mocambique-esta-nas-maos-de-burocratas. Acesso: 06/01/2019.

propriedade estatal da terra em Moçambique, elas equiparam-se em alguns momentos com as que ocorrem em países onde ocorre o regime privado de propriedade de terra.

Tanto no *regime de propriedade privado* quanto no *regime de propriedade estatal*, notam-se contradições, pois em ambos os cenários, os sujeitos do campo são privados de acederem e usufruírem livremente os recursos naturais e outras riquezas do solo e do subsolo por normas estabelecidas pelo próprio Estado. A propriedade estatal da terra é, em si, "uma modalidade extrema de propriedade privada, posto que também priva a sociedade do poder de decidir sobre o uso dos recursos e das riquezas" (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 224).

Essa privacidade dos sujeitos em usufruir dos bens da natureza verifica-se em Moçambique desde altura em que o Estado se tornou o único e legítimo proprietário da terra e de todos os recursos naturais existentes no país. Fazendo uma análise mais aprofundada, percebe-se que o DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) não é apenas uma questão de posse a qual os sujeitos nacionais e estrangeiros podem ter, mas sim, na prática torna-se um direito de propriedade de terra não declarado em Moçambique.

Ao tornar-se proprietário, sobretudo, depois do processo de nacionalização de terras e outros recursos naturais, o Estado moçambicano acabou se configurando num monopólio fundiário do país. Após a nacionalização de terras, nota-se a emergência de relações de poder na gestão da terra, sendo o Estado a entidade dominadora e os camponeses, os dominados. Todo o poder de decisão sobre os mecanismos de uso e aproveitamento da terra e dos recursos naturais, passou a ser determinado pelo Estado, mesmo em situações em que as comunidades rurais e os camponeses, em particular, pretendem usá-los para a sua reprodução social.

Aqui, os camponeses deveriam conformar-se com as decisões tomadas pelo Estado, mesmo que estas coloquem em risco a sua reprodução social. Embora os camponeses sejam considerados como donos consuetudinários da terra, estes não têm poder sobre a mesma, pois mesmo estando em sua posse, o Estado usa-na independentemente da vontade destes sujeitos. Diante deste cenário, pode-se dizer que, o processo de nacionalização da terra ocorrido após a independência do país, foi um *golpe* ao camponês. Segundo Mosca (2015b):

> "há pessoas que dizem que a grande usurpação da terra em Moçambique foi a nacionalização da terra, porque o Estado pode fazer o uso da terra independentemente da vontade do camponês. Então, o camponês, dono da

> terra, não tem nenhum poder sobre a terra, ou tem pouco poder sobre a terra" (MOSCA, 2015b, s/p).

Não se está aqui a dizer que a nacionalização de terras à favor do Estado não foi importante. Pelo contrário, socialmente a nacionalização de terras à favor do Estado é tido como sendo uma das maiores conquistas que os moçambicanos tiveram após a independência do país. A sociedade civil, organizações camponesas, enfim, os movimentos sociais têm destacado que a nacionalização da terra à favor do Estado foi necessária e importante.

Mas, questionam a ação do Estado que permite o atropelo da Lei de Terras, tanto pelos seus agentes (funcionários públicos e algumas elites ligadas ao partido FRELIMO e não só) como também as corporações capitalistas no campo. Por sua vez, questionam a tendência discursiva atual do setor privado nacional (e de alguns acadêmicos, na sua maioria juristas) caracterizada pelos fundamentos segundo os quais, é necessário que haja a transmissibilidade dos DUAT´s (mercado ativo de terras) para permitir a entrada dos investimentos em Moçambique.

Numa altura que há segmentos sociais favoráveis à privatização da terra, a sociedade civil, organizações camponesas e os movimentos sociais, dizem ainda que deve-se lutar para que a mesma continue sendo propriedade do Estado. É através dessas diretrizes e/ou regras presentes na Constituição da República e na Lei de Terras de 1997 que o Estado exerce o poder sobre quem quer explorar terras no país, sejam eles cidadãos nacionais ou estrangeiros. A terra acaba por se transformar num elemento de poder para o Estado que a tem como propriedade e isto, determina todas as relações sociais. A esse respeito, Mosca (2017) afirma que:

> A posse da terra pelo Estado é um elemento de poder e reprodução deste. A distribuição do recurso, obedece desta forma critérios políticos e de contratos com as empresas públicas e privadas, que se podem ou não enquadrar na política económica e numa estratégia de desenvolvimento (MOSCA, 2017, p. 103).

Neste sentido, a ideia segundo a qual o Estado é dono de todas as terras existentes no país é, em si, um meio não apenas para exercer o poder sobre os sujeitos, mas também um fator para controlar todas as relações sociais e os interesses sobre o uso da terra no país. Ser dono da terra e de todos outros recursos naturais existentes no país, dá ao Estado o poder (quase) absoluto de determinar as condições e os mecanismos para a exploração capitalista destes. Para Francisco (2013):

> A prerrogativa do Estado Moçambicano como único proprietário da terra confere-lhe o estatuto de verdadeiro monopólio na alocação, exploração e

> gestão dos recursos naturais existentes no solo e no subsolo no país. Na verdade, muitos são os mecanismos forjados, formal e informalmente, para contornar a proibição da transação privada da terra, a qual efetivamente, nunca deixou de ser comercializada, com a mesma força de qualquer propriedade privada [...]. Nas atuais condições do direito constitucional moçambicano, o Estado possui título de propriedade da terra, o verdadeiro sentido e função de um título de propriedade. Seu título é próprio Constituição da República, a qual recebe suficiente legitimidade legal, devidamente homologada pelo Estado Moçambicano (FRANCISCO, 2013, p. 108-109).

Quando adquirido por empresários/investidores, o DUAT em Moçambique tem sido semelhante a privatização, pois nota-se delimitações e até vedações feitas de arame farpado, nalguns casos, ligados a corrente elétrica e ainda reforçado com segurança privada armada para garantir o controlo. Essa situação priva os sujeitos de usufruírem dos recursos naturais disponíveis na natureza. Esse cenário foi constatado ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, nos distritos visitados. A situação torna-se grave ainda porque os negócios para a exploração de terras e de outros recursos naturais aí presentes (do solo e do sobsolo) são feitos ao mais alto nível da "nação", isto é, fora da alçada do povo, das organizações da sociedade civil e dos movimentos camponeses. Esse cenário apenas alimenta a corrupção no negócio fundiário no país.

Tanto a concentração de terras quanto os conflitos sociais que têm sido recorrentes no campo, ocorrem em ambos os tipos de regime de propriedades de terras (estatal e privada) e o desenvolvimento capitalista, é quem os recria e isto se deve as suas contradições internas. No entanto, a Lei de terras de 1997, sobretudo, o artigo 12, prevê três formas de aquisição de DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terras) em Moçambique, a saber:

a) Ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a Constituição;
b) Ocupação por pessoas singulares nacionais de boa-fé, que estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos e;
c) Autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou coletivas.

Da maneira como está, parece não a ver ambiguidades, contradições e/ou complexidades nas três formas de ter acesso ao DUAT. Como se pode ver, a Lei de Terras, não detalha como é que este processo ocorre na prática, apenas elenca as formas pelas quais se pode ter acesso a terra em Moçambique. Tal fato, impossibilita compreender as complexidades e as contradições que se dão espacialmente no campo moçambicano. Na Lei de Terras, há muitos aspectos que por natureza são complexas e contraditórias ao mesmo tempo.

Das três formas de aquisição do DUAT acima referenciadas, a primeira é mais complexa de todas. Essa complexidade se dá pela forma como as relações sociais são (re)estabelecidas num determinado contexto geográfico. Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que no processo de aquisição de DUAT´s através da *ocupação segundo as normas e práticas costumeiras*, existe uma lógica de organização social e territorial diferente das restantes formas de acesso à terra no país. Nalguns casos, se assemelha com a *ocupação por boa-fé* que tem sido também a base para a reprodução social do campesinato.

Compreendendo as relações que se dão neste processo, ajuda também a entender os motivos das lutas e resistências dos camponeses que têm acesso à terra por esta via, sobretudo, quando são forçados a sair das suas terras pelo capital e/ou por uma iniciativa do governo. No caso da ocupação de terras segundo as *normas e práticas costumeiras* pelos camponeses tratado na Lei de Terras, obedece a linhagem familiar e isto, se dá por meio de herança.

Em Moçambique, a herança é um direito constitucionalmente garantidos a todos os cidadãos. A Constituição da República, proclama que "o Estado reconhece e garante a herança, nos termos da lei, o direito à herança[33]". A legislação de terras reforça ainda que "o direito de uso e aproveitamento de terra pode ser transmitido por herança, sem distinção de sexo[34]". É a partir da herança que o acesso ao DUAT via *normas e práticas costumeiras* torna-se complexo. Neste sentido, a terra herdada pelos sujeitos dos seus ancestrais, torna-se num dos seus patrimônios, onde está enraizada toda a história da sua família, a partir do momento em que apropria-se dela, tornando-se novo "dono".

Quando apropriada, a herança (da terra) deixa de ter apenas um sentido material, de transmissão de terras e benfeitorias ai existentes (casas, plantas frutíferas, etc.). A herança (da terra) passa também, a representar a dimensão simbólica (sociocultural) dos povos, o que de algum modo, torna-se numa base para a compressão do campesinato enquanto modo de vida. É da herança (da terra) que os saberes campesinos são transferidos das gerações mais velhas para as gerações mais novas.

No caso moçambicano, o estudo de Langa (2012), revela que grande parte dos camponeses por si estudados nos distrito de Manica e Sussundenga, na província de Manica, herdaram a terra dos seus antepassados. No entanto, a pesquisa de campo realizada ao longo do Corredor de Nacala, permitiu compreender que a herança da terra

[33] Cfr. Artigo 83, da Constituição da República.
[34] Cfr. Artigo 16, número 1 da lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 01 de Outubro de 1997.

enquanto forma de acesso à terra por parte das gerações mais novas, tem sido também a base para a reprodução social do campesinato.

De realçar que essa, não é apenas a realidade de Manica, Sussundenga e/ou do Corredor de Nacala, mas sim, verifica-se em quase todo o país. Os camponeses que têm acesso à terra por meio da herança, contestam os poderes dominantes quando se implantam nos seus territórios como uma forma de preservar os seus saberes e valores, cuja reposição vem sendo feita de geração em geração. Os laços que se estabelecem quando correm a herança, ligam uma determinada linhagem com o território o qual os sujeitos estão inseridos.

O espaço ocupado pelos camponeses *segundo as normas e práticas costumeirae*, não contempla apenas onde erguem suas habitações e muito menos onde produzem sua alimentação. Pelo contrário, contempla as antigas machambas (unidades de produção), que as comunidades deixam em pousio para recompor-se organicamente, florestas de uso comum, onde praticam atividades diversas como, por exemplo, a caça, pastagem de animais, retiram frutos silvestres, plantas medicinais, extraem lenha para uso doméstico, estacas para a construção de casas, etc.

É onde existem também os seus cemitérios e os espaços sagrados que as comunidades usam para realizar as suas cerimônias tradicionais, a sacralização com os seus antepassados. Isto abre espaço para se dizer que, a terra é vista como sendo um bem sagrado e inalienável, na medida em que, qualquer transferência de posse para outrem, seja por meio de venda, arrendamento ou mesmo por empréstimo ou doação, deve ser feita de acordo com as normas ou práticas costumeiras. Caso seja feita fora deste princípio, estar-se-á a violar as regras que orientam a ocupação de terra baseada nas normas e práticas costumeiras.

É também um desrespeito as autoridades tradicionais locais que também são eleitas seguindo uma certa linhagem familiar. Em casos graves, a violação destes princípios, pode desembocar em fortes conflitos sociais e, em última instância, desavenças familiares como também entre os membros das comunidades. A transferência da posse terra dentro das normas e práticas costumeiras, permite garantir a manutenção e a reprodução dos poderes tradicionais, ou seja, as classes sociais que aí se fundam por meio das normas e práticas costumeiras. Mosca (2017) afirma que:

> Os sistemas consuetudinários de posse e transmissão do direito de uso e aproveitamento de terra através dos chefes clânicos sustentam o poder de determinadas famílias as quais lhes é reservado o poder de alocação de terras por critério de herança segundo as normas "tradicionais", o poder de atribuição

> de parcelas a "entrantes" nas famílias e clãs por via de casamentos, entre outras formas (MOSCA, 2017, p. 104).

As transferências de posse de terras dentro das normas e práticas costumeiras, legitima também as próprias autoridades tradicionais eleitas dentro das comunidades para exercer tais poderes. Neste sentido, as autoridades tradicionais tornam-se elites dentro das comunidades com poderes suficientes no processo de tomada de decisões. De realçar que, através dos poderes que os régulos lhe são conferidos pelos membros durante a sua eleição, eles ganham o estatuto de autoridade e, em casos de um determinado sujeito dentro da comunidade encontrar-se em situações de conflitos com as normas e práticas costumeiras, ele pode sancionar e em casos graves, expulsar.

Outro dado importante é que, a eleição das autoridades tradicionais (régulos), nalguns casos obedece a linhagem (e/ou núcleo) familiar. Essa situação permite a reprodução dos poderes dentro da linhagem, tornando-a poderosa (uma elite) por muitos anos. Só em casos de não haver mais ninguém é que se transferem os poderes para outro núcleo familiar que também, passa a ser uma elite dentro da comunidade. No caso de não observância deste aspecto no processo de transferência dos poderes, há práticas que acabam não funcionando dentro da sua normalidade dentro das comunidade.

Por exemplo, o novo régulo pode pedir ajuda aos encentrais da comunidades para resolver um determinado problema e pode não ser atendido, pois passa a não ser reconhecido por eles. A falta de resposta em si, é uma mensagem de que o novo régulo que foi eleito sem ter em consideração a linhagem não tem legitimidade para exercer a função. Quando isso acontece, os anciãos mais velhos das comunidades, devem se reunir e convocar novas eleições por forma a colocar um membro da antiga linhagem familiar no poder. Essa situação foi constatada no distrito de Chibubo, na área onde a mineradora chinesa AFEEC está a explorar areias pesadas.

Em Chibuto, por exemplo, foi eleito um novo régulo, mas este, viu-se rejeitado quando pelos espíritos dos encentrais das comunidades, numa altura que pediam para a queda da chuva. A situação só veio a ser resolvida quando o novo régulo foi substituído por outro da antiga linhagem[35]. A entrada do capital em territórios comunitários/camponeses, faz também com que esses poderes sejam destruídos, daí a emergência de conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais. Os povos nativos

[35] Essas informações resultam duma conversa com as populações que vivem nas área de concessão mineira da mineradora chinesa AFEEC, que explora areias pesadas na vila de Chibuto, na província de Gaza, feita em Janeiro de 2018.

lutam e resistem para garantir que os seus poderes não sejam destruídos. Nesse sentido, o régulo que está no poder usa vários mecanismos a sua volta para manter a sua hegemonia e, quando há invasão, ele mesmo convoca as manifestações populares. Por sua vez, passa a dialogar com algumas pessoas influentes dentro da comunidade para contestarem a entrada do capital. Esta tem sido uma forma vista pelos régulos para se manterem no poder, sobretudo, quando a sucessão se dá por linhagem familiar dentro das suas comunidades.

Nalguns casos, esses poderes, tornam os régulos e líderes comunitários em sujeitos mais burocratas. É quase impossível realizar determinadas atividades dentro da comunidade, sem informá-los com antecedência. Essa situação foi constatada no posto administrativo de Namina, no distrito de Mecuburi, na província de Nampula, durante a pesquisa de campo. Situação semelhante a esta, foi constatada também na comunidade de Meparara, no distrito de Ribaué, ainda na província de Nampula. Nalguns casos, eles se envolvem e negócios fundiários no país em estrita alianças com as elites político-partidárias (da FRELIMO), o que lhes fazem também entrar no esquema de acumulação do capital. Igualmente, os líderes comunitários estão interligados a uma vasta rede de oligarquias que por meio de práticas clientelistas, procuram garantir a sua reprodução social. Estas práticas clientelistas baseadas em troca de favores são mais visíveis durante o período de campanha eleitoral, pois por causa da sua capacidade de mobilização das massas (dos eleitores), têm-se transformado numa base de apoio do partido FRELIMO.

Em troca, além de serem prometidos melhores condições de vida, os líderes comunitários têm-se beneficiado também de algum apoio financeiro para a implementação dos seus projetos de geração de renda (*cf*. FEIJÓ, 2018). Mesmo assim, os régulos e líderes comunitários enquanto autoridades tradicionalmente instituídos e reconhecidos pelo Estado, são atores chaves na manutenção na ocupação baseada nas normas e práticas costumeiras por parte dos camponeses. Os líderes comunitários são sujeitos que identificam as terras para serem entregues a certas famílias camponesas dentro da comunidade e tudo é feito dentro das normas e práticas costumeiras. Tique (2001, p. 131) salienta que "as terras do setor familiar são, por norma, geridas dentro do sistema costumeiro, no qual o indivíduo pertencendo a comunidade tem direito de a utilizar, mas com o conhecimento dos líderes locais".

Por regra, os régulos e/ou líderes comunitários e anciãs têm sido pessoas mais velhas da comunidade, eles é que sabem que terras pertencem aos ancestrais de cada família camponesa. A capacidade de reconhecimento que as autoridades tradicionais têm

sobre os donos consuetudinários das terras, permite que eles, mantenham as ocupações baseadas nas normas e práticas costumeiras, a base para a produção social do campesinato em Moçambique. O sistema costumeiro de posse de terra em Moçambique está a associado também a origem dos sujeitos, isto é, se o sujeito é da *sociedade matrilinear* ou então, é da *sociedade patrilinear*. Em Moçambique existem essas duas sociedades e estão imbricados na questão de terras, o que em caso de não observância, gera também conflitos *intra-familiares* e *intra-comunidades*.

As regiões norte (Nampula, Cabo Delgado e Niassa) e centro (Sofala, Manica Tete e Zambézia) do país, são predominantemente matrilineares, enquanto que a região sul (Inhambane, Gaza e Maputo), é patrilinear. Na *sociedade matrilinear*, o homem fixa residência na terra (dos familiares) da mulher. Neste caso, a terra que o homem usa para produzir alimentos, pertence à (família da) mulher. Em casos de sucessão ou herança da terra e de outros bens (e/ou benfeitorias), ela é feita por meio da linha da mulher e por tradição, tem sido das mães para a filha mais velha. De acordo com Anfred (2001) na sociedade matrilinear:

> Os homens têm acesso à terra apenas através da sua relação com as mulheres. [...]. Os homens jovens conseguem acesso à terra das suas esposas na altura do casamento. [...]. Nos primeiros anos do casamento, os jovens vivem e trabalham no agregado familiar dos seus sogros. Se este período de experiência der bons resultados, depois de alguns anos, o genro pode pedir aos país da esposa a permissão para ele e a esposa se estabelecerem na terra da família dele. [...]. As crianças pertencem a linhagem materna da mãe. [...]. A herança da terra segue a linha feminina, das mães para as filhas. [...]. As filhas permanecem nas terras da família das suas mães (ARNFRED, 2001, p. 192-193).

Na sociedade matrilinear, valoriza-se mais as crianças do sexo feminino que as do sexo masculino. Arnfred (2001, p. 192) afirma que "por todas as razões, as crianças do sexo feminino são mais valorizados do que bebés masculinos". A valorização das crianças do sexo feminino em relação as do sexo masculino na sociedade matrilinear tem suas justificação. Em casos de divórcio, o homem volta a sua terra natal, carregando o que trouxe, e a terra continua sendo da mulheres e dos seus filhos[36]. Um dos aspectos é que, os filhos ficam na responsabilidade da mulher e não do homem, o que de certa forma, faz rejuvenescer a família e aumentar o número de agregado familiar para trabalhar nas machambas (unidades de produção).

Outro aspecto é que, quando se trata de uma mulher, ela não saí de casa para se juntar ao seu esposo, o que também garante a união da família, situação que aumenta os

[36] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Braga (2001).

laços de solidariedade dentro do núcleo familiar. Quando por exemplo, os pais têm dificuldade de terminar as tarefas na machamba, as filhas junto dos maridos, são os que trabalham. Estamos diante das práticas da ajuda mútua e/ou de reciprocidade enquanto elementos da produção camponesa. Outro dado importante é que, a vinda do homem para o núcleo familiar da esposa, aumenta também a segurança da própria família. Os trabalhos mais pesados da casa, são feitos por ele.

Em caso da relação não gerar frutos (filho ou filha), rompe-se com a união dos dois, o que nem sempre é pacífico e o genro regressa ao seu local de origem. É conflituosa porque, às vezes, nem sempre é o homem (genro) quem não faz filhos (estéril), mas este, acaba sendo visto como a pessoa que tem problemas na relação. Por sua vez, há casos em que a sucessão ou herança da terra, é feita também dos tios maternos, neste caso, irmão das mães para os/as sobrinhos/as[37]. Para Arnfred (2001, p. 193) uma das vantagens que as sociedades matrilineares têm é a possibilidade dos "irmãos viverem próximos das irmãs, cujos filhos – seus sobrinhos e sobrinhas – eles devem tomar conta", acompanhado toda a sua fase de crescimento.

Ainda na sociedade matrilinear, a mulher supostamente tem maior *poder* de decisão quando comparado com o homem. Supostamente porque mesmo tendo esse *poder*, a estrutura patriarcal continua dominante, pois em casos de registro de terras, há situações em que a mulher não pode tomar decisões na ausência do marido. É verdade que nos dias atuais nota-se uma aparente mudança de comportamento na sociedade moçambicana, mas a mulher ainda continua dominada pelo homem mesmo em contexto de sociedade matrilinear. Mandamule (2017b) traz o exemplo de "dominação masculina" numa sociedade matrilinear a partir do norte e centro de Moçambique, sobretudo, entre a etnia *macua* (Nmapula) e *lomué* (Zambézia). Segundo a autora, "mesmo em sociedade matrilineares como *emácua* e *elomué*, embora haja casos de co-titularidade no registo do DUAT, [...], quem tem o direito sobre a terra e decide sobre a gestão e finalidade da produção, são os homens" (MANDAMULE, 2017b, p. 126).

Já no caso da *sociedade patrilinear*, a sucessão ou a herança é feita através da linha do homem, e geralmente, tem sido do pai para o seu filho e, em outras situações, para outros descendentes dentro da estrutura patriarcal, neste caso, do irmão mais velho para o mais novo[38]. Ainda na *sociedade patrilinear*, a mulher é quem vai se instalar na terra dos país do homem. Aqui, as decisões são tomadas exclusivamente por homens e

[37] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Waterhouse e Vijfhuizen (2000); Mandamule (2017b).
[38] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Waterhouse e Vijfhuizen (2000); Mandamule (2017b).

cabe as mulheres obedecer e concordar, pois as *relações de poder* são praticamente *masculinizadas*. Nalguns casos, essa situação tem criado constrangimentos na obtenção de informações quantitativa e qualitativa, não apenas para pesquisadores, mas também para o Estado, sobretudo, quando há inquéritos e outras atividades que necessitam de dados estatísticos e não só.

A *sociedade patrilinear* tem muitas desvantagens para as mulheres. Primeiro, elas são forçadas a viver em contexto de "dominação masculina" e nestas situações, a invisibilidade da mulher é um fato. Segundo, é forçada a viver fora do seu núcleo familiar e numa insegurança total, ou seja, em situação de extrema vulnerabilidade no que tange a violência doméstica e de perder os seus filhos para a família do homem, mesmo em situações em que ela tem razão, por exemplo, quando há um problema familiar. Arnfred (2001, p. 193) remata que nas sociedades patrilineares "as esposas e seus filhos sofrem vivendo em território alheio, longe dos seus próprios parentes maternos, afastados dos seus membros".

Quando se trata de herança da terra ou qualquer outro bem, mesmo no leito da morte, alguns homens deixam por escrito ou informam uma pessoa da sua família sobre o destino da herança e poucas vezes beneficia a mulher. Várias são situações de despejos das mulheres quando os seus maridos morrem e atual Lei de Terras, pouco protege esses casos. A co-titularidade da terra, embora a Lei de Terras preconize que seja feita para proteger ambos, na sociedade patrilinear a mesma não acontece em grandes proporções, como na sociedade matrilinear.

Há casos em que as mulheres ficam cuidando das crianças mesmo com a morte dos seus esposos, mas as mesmas, com o tempo acabam também por sair e voltar em casa dos seus parentes. Essa situação acontece por causa da insegurança e também da relação conflituosas dentro da família do seus falecidos esposos, pois há casos em que as mulheres são acusadas de terem sido elas as "assassinas". Arnfred (2001) afirma que em sociedades patrilineares "se a esposa sobreviver ao marido, ela vai regressar para a casa da família dela, pois sozinha não se sente confortável na casa família do esposo".

Mesmo com essas contradições e conflitos que se verificam nas sociedades patrilineares, nota-se uma aparente mudança de comportamento por parte de alguns homens, mas eles não aceitam que as mulheres lhes arranquem o *poder* decisório sobre um determinado assunto e/ou situação. Reina a ideia de que a mulher não pode ser superior que o homem, que ela não pode seguir na linha da frente dentro do casa e isso, tem estado a reproduzir o machismo em Moçambique. Mesmo havendo essa resistência

por parte de alguns homens, há certos grupos dentro da sociedade moçambicana que têm se mostrado um pouco moderados. Como afirmam Waterhouse e Vijfhuizen, (2001, p. 12) "não se pode supor, por exemplo, que, porque a liderança é patrilinear, então, a herança de bens e pertences também devem ser patrilinear, ou vice-versa. A herança não tem de ser exclusivamente patrilinear ou matrilinear".

Mas, essa realidade, é mais visível nas cidades que no campo. O ambiente citadino faz com que as pessoas percam alguns valores e/ou determinadas práticas e comecem a aceitar outros paradigmas, diferente daqueles do campo. Por causa da globalização, da expansão do capital no campo e da mobilidade populacional resultante da procura de melhores condições de vida, nota-se uma mudança tanto na estrutura na sociedade matrilinear, quanto na patrilinear, sobretudo, quando as pessoas entram em contato com outras culturas e/ou povos. Os casamentos que acontecem quando as mulheres da sociedade matrilinear se deslocam a procura de melhores condições de vida para o Sul do país, onde é predominantemente patrilinear, é um dos exemplos disso.

Se na sua terra (onde predomina a sociedade matrilinear), a mulher estava revestida de poder, sobretudo, de manter controlo sobre a terra e seus filhos, ela passa a se subordinar novamente ao homem no que tange a gestão de terras e até o controlo dos filhos. Nota-se também uma divisão de trabalho, as mulheres continuam a trabalhar nas machambas familiares, enquanto que os homens podem ir para outras atividades não agrícolas, neste caso, o comércio (*cf*. MANDAMULE, 2017).

Já em relação a «*ocupação de boa-fé*», pressupõe que as pessoas singulares nacionais, utilizem o espaço tanto para habitação quanto para a produção de alimentos (e/ou para outros fins), no caso dos camponeses e das comunidades rurais, no geral, há pelo menos 10 anos. Passado um intervalo de 10 anos, automaticamente, os camponeses são reconhecidos pelo Estado como legítimos ocupantes, cujos direitos estão consagrados na Lei de Terras. Esses sujeitos, podem fazer o uso diversificado destas terras, pois são deles. Em situações de expropriação para a implantação de um projeto, seja ele, de iniciativa pública ou privada, abre-se o espaço para negociações, acompanhadas de consultas comunitárias.

A Lei de Terras, garante indenização às comunidades e aos camponeses que ocupam a terra por *boa-fé* em casos de expropriação. Mesmo em casos de invasão sem o consentimento dos seus ocupantes, na mesma, abre-se o espaço para as indenizações pelos danos materiais causados e isto, constitucionalmente, está previsto. Mesmo sendo reconhecidos pelo Estado como "donos" das terras ocupadas e usadas por si com base na

boa-fé, os camponeses, em particular, são ignorados pelo próprio Estado como também, pelo capital e muitas vezes, são expulsos e isto, tem desembocado em fortes conflitos sociais e disputas territoriais. Por sua vez, mesmo que haja um imperativo para que sejam realizadas as consultas comunitárias, as mesmas são ignoradas e isto, tem contribuido para a expropriação dos camponeses e das comunidades sem indenização.

Os camponeses e as comunidades rurais de forma organizada ou individualmente, em caso de serem lesados no processo, podem reivindicar que lhes sejam indenizadas e, é o que se verifica no Corredor de Nacala e muitos outros lugares, sobretudo, de maior presença do capital multinacional (agrário, minério-energético, etc.). A *ocupação por boa-fé* enquanto forma de acesso à terra a terra por cidadão singular nacional, sobretudo, no campo, tem sido uma forma de reprodução social do campesinato. A partir da ocupação da terra *por boa-fé*, com o tempo, as relações de pertencimento com o lugar são restabelecidas. A relações de solidariedade e/ou reciprocidade inter-comunitários e intra-comunitários, de vizinhança entre os diferentes grupos sociais também se territorializam.

A remoção dos sujeitos ora territorializado em caso de implementação de projetos de investimento, leva à destruição do tecido social pré-estabelecido. As lutas e resistências que os camponeses e as comunidades rurais que têm acesso à terra por via *boa-fé* travam quando são invadidos, por um lado, configura-se numa contestação a destruição do seu modo de vida, pois de antemão, sabem que vão perder a relação com os seus espaços sociais. Tendo em conta que abrem cemitérios dentro dos seus territórios, embora obtidos por meio da ocupação de *boa-fé*, estes sujeitos estabelecem uma ligação com os seus antepassados a partir da terra. Por exemplo, quando podem, fazem limpeza nas campas onde foram enterrados os seus ente-queridos é uma prática tradicional em Moçambique, sobretudo, no campo. É recorrente, por exemplo, as pessoas irem fazer limpeza nos cemitérios, sobretudo, onde jazem os restos mortais dos seus antepassados.

E finalmente, em relação a *«autorização de pedidos apresentados por singulares ou coletivos»*, de realçar que**,** esta forma de aquisição de terras é que formaliza, por exemplo, a exploração capitalista da terra no país. Igualmente, esta forma de aquisição da terra é que permite a exploração capitalista da terra por parta das corporações agrícolas globais e não só. Além do rentismo, essa forma de aquisção de terras permite também a especulação da terra, tanto para os capitalistas nacionais como para os estrangeiros. Essa forma de aquisição da terra, é um processo formal, onde os capitalistas, tanto nacionais como estrangeiros, por lei, são convidados a submeterem os documentos (suas propostas de investimento e planos de exploração) às instituições responsáveis, neste caso, os

Serviços de Geografia e Cadastro. Neste sentido, os documentos são submetidos quer a nível central ou local, são responsáveis pela emissão dos DUAT´s, dependendo do tamanho das parcelas e o tipo de uso que se pretende.

Nos casos em que o interesse dos proponentes pelos DUAT´s é para fins de realização de atividades econômicas, ou seja, projetos de investimento privado, o processo é complexo e envolve muitos atores. Os proponentes dos projetos são obrigados por lei, a apresentar, um parecer técnico que é emitido pelas instituições responsáveis, plano de exploração, contendo a identificação do requerente (pessoa singular ou coletiva), esboço, localização e a dimensão da área pretendida. Os proponentes são obrigados a fazer uma descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas em caso de aprovação pelas instituições responsáveis, como também a efetuar o pagamento das taxas cobradas e fixadas pelo Estado em conformidade com a Lei de Terras.

A emissão dos DUAT´s aos respectivos proponentes, segundo a Lei de Terras só acontece depois das consultas às comunidades locais, como também mediante o parecer das autoridades administrativas (administrador do distrito). De realçar que, numa primeira fase, emite-se o DUAT provisório, "no prazo de três meses após a notificação ao requente da sua emissão[39]" e isto, vale tanto para os investidores nacionais como para os estrangeiros, sendo que, difere apenas nos anos, mas, mediante ao pagamento de uma taxa. De acordo com o anexo técnico do Regulamento da Lei de Terras, a taxa paga pelos capitalistas que solicitam terra ao Estado para a sua exploração capitalizada é de cerca de 600.000,00MT.

A Lei de Terras refere, por exemplo, que em caso de pedidos de DUAT para a implementação de projetos de investimento, "a autorização emitida terá caráter provisório, válida por um período de cinco anos para os nacionais e dois anos para os estrangeiros[40]". Passando um período de 5 anos para os investidores nacionais e 2 anos para os estrangeiros, é emitido o DUAT definitivo. De realçar que, caso o requerente queira reduzir a sua área, o pedido é feito durante a vigência do DUAT provisório. A Lei de Terras estabelece que "no termo da autorização provisória, o interessado poderá solicitar que lhe seja reduzida a área inicialmente autorizada[41]".

O DUAT provisório, está sujeito a revogação em caso de verificar-se irregularidades e/ou o incumprimento do plano de exploração. A revogação do DUAT

[39] Cf. Artigo 42, número 2 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.
[40] Cf. Artigo 28, número 3 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.
[41] Cf. Artigo 33 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.

provisório não dá espaço para as indenizações ao agente econômico. Dito de outra forma, em casos de incumprimento do plano de exploração sem nenhuma justificação, ocorre a expropriação do agente econômico sem indenização e as terras, são novamente transferidas para o Estado. Mais tarde, o Estado pode concessionar e entregar estas mesmas terras a outros interessados. A Lei de Terras descreve que:

> No termo da autorização provisória, se se constatar o não cumprimento do plano de exploração sem motivos justificados, no caso de aquisição de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra para o exercício de atividades econômicas, ou a não realização do empreendimento proposto […], os Serviços de Cadastros, promoverão a sua revogação. A revogação da autorização provisória não dá direito a indenização pelos investimentos não removíveis, entretanto, realizados. Após o despacho de revogação da autorização provisória, os Serviços de Cadastro, procederão o cancelamento do processo[42].

A transformação do DUAT provisório para definitivo só acontece depois de ser "constada a realização do empreendimento ou cumprimento do plano de exploração[43]" aprovado pelo Estado. Segundo o anexo técnico do Regulamento da Lei de Terras, a autorização definitiva do DUAT, está sujeita ao pagamento de uma taxa, sendo que é correspondente a 1/2 do valor da taxa de autorização provisória. No caso de exploração capitalizada da terras para fins econômicos (implementação de grandes projetos de investimentos) o DUAT dado aos investidores "está sujeito a um prazo máximo de 50 anos, renovável por igual período a pedido do interessado[44]" seguido de pagamento de taxas anuais. Neste caso, "as texas são pagas aos Serviços de Cadastro, ou por delegações destes[45]" na qualidade de representante do Estado, só depois é que "farão a entregar dos valores arrecadados […] na Repartição de Finanças da área fiscal respectiva no mês seguinte ao da sua cobrança através de guia modelo B, para efeitos de contabilização e entrada nos cofres do Estado[46]".

Segundo o anexo técnico do Regulamento da Lei de Terras, a taxa anual paga pelo capitalista que solicita ao Estado terra para a exploração capitalizada é de cerca de 30.000,00 MT. O atraso e o não pagamento das taxas ao Estado, leva a penalizações e/ou sanções aos capitalistas que solicitaram a terra para explorar. Neste sentido, todos capitalistas que tiveram o DUAT para exploração capitalizada do mesmo, no primeiro momento, são multados pelo Estado e, no segundo, leva o seu cancelamento. E no caso de cancelamento, a terra volta novamente para o Estado. Quem consegue ter renovação

[42] Cf. Artigo 32, números 1, 2 e 3 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.
[43] Cf. Artigo 31 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.
[44] Cfr. Artigo 17 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.
[45] Cf. Artigo 42, número 5 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.
[46] Cf. Artigo 42, número 6 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.

do DUAT são aqueles empresários que têm toda a sua situação regularizada no que tange ao pagamento das taxas anuais. De acordo com a Lei de Terras:

> O atraso na prestação do pedido da renovação do prazo, implicará o pagamento de uma multa equivalente ao valor da taxa de renovação, multiplicado pelo número de anos ou fração do atraso. O pagamento da taxa anual fora do prazo fixado […] implica o pagamento de uma multa no valor equivalente ao duodécimo da taxa anual por cada mês de atraso. O não pagamento da multa no prazo de quinze dias após a notificação do infrator, implica a remessa do auto de notícia e demais expedientes ao juízo das Execuções Fiscais para cobrança coercitiva[47].

De realçar que, essas taxas anuais pagas pelos capitalistas, são como se fossem uma *renda da terra*, a qual é transferida diretamente para o Estado e varia de acordo com a localização geográfica, dimensão, finalidade a qual se pretende fazer o uso da terra. Neste caso, embora um bem natural, ao ser transferida para os capitalistas para a sua exploração capitalizada, a terra passa a ter um valor mensurável que é estabelecido e cobrado pelo Estado. Em caso de atraso, o Estado usa meios coercitivos para garantir que o dinheiro seja pago pelos capitalistas, sendo um deles, ameaça a revogação e/ou cancelamento do DUAT sem indenização. Neste processo, verificam-se várias contradições. A realidade revela que, nem todos os capitalistas que adquiriram DUAT´s pelo Estado estão a explorar devidamente as terras no país. As taxas atualmente cobradas pelo Estado aos capitalistas estão desatualizadas e segundo Carrilho (2019), última atualização aconteceu em 2010.

As taxas cobrada atualmente pelo Estado, necessita de um reajuste, pois ela dá vantagem aos capitalistas, sobretudo, nos períodos em que os preços de *commodities* são elevados no mercado global. O que dá vantagem aos capitalistas é que, o pagamento das taxas ao Estado, apenas acontece a partir do segundo ano de exploração. Neste sentido, toda a riqueza acumulada da exploração da terra no primeiro ano, é apropriada pelo capital e investida em outras atividades. Aqui, o Estado não consegue captar todas taxas que em caso de necessidade, poderiam ser usadas para auxiliar a realização de outras atividades, sobretudo, a fiscalização de terras ao longo do país. Estudos recentes (*cf*. Carrilho, 2019) têm apontado, por exemplo, que um dos problemas que afeta diretamente ao processo de fiscalização de terras no país, é a falta (e/ou a insuficiência) de recursos financeiros no setor que gere e administra terras. Carrilho (2019) afirma que:

> O atual valor de cobrança de taxas é inferior às necessidades para uma administração de terras auto-sustentável. Como se pode ver pela exiguidade de orçamento e sistemático recurso a doadores para adquirir, manter e

[47] [47] Cf. Artigo 39, números 3,4 e 5 da Lei de Terras – Lei n°. 19/97 de 1 de Outubro de 1997.

> desenvolver recursos humanos, equipamento, mobiliário e imobiliário e outros meios de trabalho (CARRILHO, 2019, s/p).

Tem-se destacado ainda que há uma necessidade do Estado rever as taxas cobradas, pois em vez de recorrer os parceiros de cooperação e/ou as instituições multilaterais, neste caso, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), as mesmas que sempre tiverem interesses em Moçambique para a contração de dívidas para financiar atividades relacionadas com a fiscalização de terras e entre outras, poderia recorrer o dinheiro cobrado aos capitalistas. Para Carrilho (2019):

> Atualmente, o potencial de receita é da ordem de 200 milhões de MZM e estão a ser cobrados cerca de 40 milhões. Porque é assim? O fato de terem sido cadastrados e atribuídos direitos de uso e aproveitamento não implica o início imediato de cobrança de taxas. […]. Quando puderem ser cobradas adequadamente, as taxas da província da Zambézia seriam mais do que hoje se cobra em todo o país. A província de Niassa deveria cobrar mais do que as províncias de Cabo Delgado, Tete e Gaza combinadas. A Província de Maputo deveria cobrar quase tanto como as províncias de Inhambane e Manica combinadas. De fato, as províncias de Zambézia, Niassa, Maputo e Sofala poderiam contribuir com quase 2/3 da cobrança de taxas de todo o país (CARRILHO, 2019, s/p).

Os altos níveis de ociosidade e de especulação de terras que têm se registrado no país, segundo alguns Carrilho (2019), estão relacionados com a falta de capacidade financeira do Estado. Este autor afirma, no entanto, que por falta de capacidade financeira, "os serviços [criados para a administração e gestão de terras] não têm funcionários que só façam esse trabalho e os seus custos de deslocação e fiscalização são distribuídos por várias outras atividades" (CARRILHO, 2019, s/p). Este autor avança que há necessidade de reverter-se o cenário e isto, passa por criar uma base sólida para aumentar os níveis de cobrança dos impostos aos capitalistas, pois só assim é que haverá a melhoria do sistema de administração e gestão de terras no país e isto, permitirá o Estado financiar sozinho as suas atividades. Carrilho (2019) entende que é:

> […] oportuna […] a tomada de medidas que melhorem a administração de terras. Sem boa informação é difícil desenhar e implementar uma boa política e bons procedimentos administrativos. Sem dados é difícil encontrar o ponto-de-ouro para cobrar o suficiente para desenvolver o sistema de administração de terras, mas também para influenciar o bom uso da terra e o combate à ociosidade e especulação (CARRILHO, 2019, s/p).

A questão da ociosidade da terra que está nas mãos de capitalistas, sejam elas nacionais como estrangeiros, necessita de eleboração de uma política para combater tal fanômeno no país. Uma das medidas, por exemplo, seria o Estado suspender e/ou eliminar a ideia segundo a qual os capitalistas só podem pagar taxa anual pela área explorada. A seguir a isso, o Estado determinaria, por exemplo, que todo aquele que for a solicitar

DUAT para fins a exploração capitalista, deve pagar a referente taxa, independentemente do tamanho da área explorada. Quando os capitalistas submetem ao Estado o pedido de DUAT e a proposta de investimento junto do seu plano de exploração, subentende-se que os mesmos têm a capacidade para explorarem tais terras.

Ao se determinar que independentemente da área de exploração, os capitalistas devem pagar por toda a terra em sua posse, possivelmente, haveria de se combater os elevados índices de ociosidade da terra no país. Neste sentido, ou os capitalistas solicitaria a terra tendo em conta a sua capacidade produtiva, ou então, fariam tudo para pôr as terras a produzir conforme os planos de exploração para não pagarem muito dinheiro sem usar toda a terra em sua posse. Aliás, tem-se dito com recorrência no país que existem muitas terras livres e subutilizadas e que, para que as mesmas sejam aproveitadas como dever ser para garantir o desenvolvimento que se quer, é necessário entregá-las a quem melhor pode as explorar, destacando os capitalistas.

Contraditoriamente, são esses mesmos capitalistas que deixam muita terra ociosa por muito tempo sem pôr a produzir quase nada. Esse cenário é visível em muitos lugares do país. É questionável, por exemplo, haver muita terra ociosa nas mãos de capitalistas mesmo tendo afirmado em seus planos de exploração que usaria a mesma, numa situação em que há milhares de famílias camponesas no país que reclaram não ter terra (suficiente) para plantar e produzir os seus alimentos. Por serem muito baixas, essas taxas anuais (pagas pelos capitalistas ao Estado) têm demandado interesses sobre a terra por parte do capital estrangeiro. Os capitalistas sabem dizer que os custos são menores e que em casos de produção, a renda é maior. É por isso, que as solicitações de DUAT ao Estado tem aumentado no país.

Embora que análise tenha sido feita apenas nas província de Nampula e Zambézia, o estudo de Mandamule (2017b), revela um crescimento da demanda por terras agrícolas no país. O relatório da ACUST[48] (2017) também mostra uma tendência crescente de investidores que solicitaram a terra ao Estado para a produção de *commodities*. Este cenário já havia sido apontado pela Justiça Ambiental e UNAC (2011) e pela UNAC e GRAIN (2015) nos seus relatórios como também por Muianga (2013), Smart e Hanlon (2014), Sassen (2015), Mosca (2015) e Catsossa (2015; 2017b) em seus estudos.

Além de tornar "mais lucrativa a apropriação de terras públicas" (Langa, 2012, p. 102), as baixas taxas anuais pagas pelo capital multinacional, têm contribuído

[48] ASCUT é Aliança da Sociedade Civil Contra a Usurpação de Terras em Moçambique.

grandemente para a concentração latifundiária no país. Se em países onde vigora a propriedade privada da terra, a concentração latifundiária é caracterizada, por exemplo, pela sonegação de impostos ao Estado por causa dos altos cursos, como acontece, por exemplo, no Brasil, em Moçambique os capitalistas que detém grandes extensões de terras, não precisa enveredar por este caminho, embora necessário para acumulação privada e rentista da riqueza.

Não quer dizer que em Moçambique não ocorre a sonegação dos impostos. Pelo contrário, há empresas agrícolas que sonegam impostos (taxas anuais que deveriam ser pagas) ao Estado. Embora a Lei de Terras estabeleça que todo aquele que obteve DUAT para a exploração capitalista da terra, deve pagar anualmente uma taxa, nem todos pagam, sendo que grande parte destes, ignora a medida. A sonegação dos impostos, na maioria dos casos, deve-se a conivência das instituições do Estado ao capital multinacional. A corrupção, por exemplo, tem contribuído também para a sonegação dos impostos por parte dos capitalistas, sobretudo, estrangeiros.

No caso dos capitalistas nacionais, por serem majoritariamente, membros do partido FRELIMO, estes optam por não pagar os impostos. Esta tem sido, portanto, uma forma de expropriação do Estado por parte das elites frelimistas. Na maioria das vezes, estes alegam o fato de terem lutado para a libertação do país. Neste caso, a recompensa pelo seu envolvimento na luta de libertação do país, passa por não pagar os impostos sobre as terras em sua posse. De fato, este grupo social tornou-se intocável em Moçambique, pois nem sempre as terras que estão em sua posse são fiscalizadas no sentido de forçá-los a pagar impostos e/ou multas correspondentes em caso de atraso.

Aliás, em Moçambique, sonegar impostos, além de ter se normalizado e institucionalizado, transformou-se numa prática recorrente e isto, tem envolvido altos funcionários do Estado distribuídos em diversos setores. Esta ação, tem prejudicado o Estado, na medida em que não tem tido capacidades financeiras para realizar normalmente as suas atividades. No caso específico da administração e gestão de terras, a sonegação de impostos anuais, tem contribuído para o crescimento dos níveis de ociosidade e especulação da terra no país.

3.3. A questão de terras na atualidade em Moçambique

A questão de terras continua a dominar os debates sobre a transformação da estrutura agrária no país. Em Moçambique, há um entendimento segundo o qual, a tal transformação só pode se feita nos moldes capitalistas e não por meio das relações não

capitalistas de produção que dominam o espaço agrário moçambicano. Tal fato, passa necessariamente, por empreender algumas mudanças nos usos da terra. Essas mudanças atingem também as próprias relações sociais e produtivas, na medida em que ambas relações, dependem da terra para a sua materialização.

No atual contexto de escolha de opções de políticas de desenvolvimento agrário, a questão de terras tem dominado o debate na sociedade moçambicana. A terra é um dos principais meios de produção. Tanto agricultura de negócio bem como agricultura camponesa, embora formas diferentes, têm a terra como a base para a materialização dos seus projetos e interesses. É por esta razão que, tanto os capitalistas quanto os camponeses têm procurado manter a terra sob seu domínio/controle. Mas, vale realçar que, tanto para os capitalistas quanto para os camponeses, a terra tem significados diferentes. Para os capitalistas, a terra é um meio de negócio (acumulação ampliada do capital) enquanto que para os camponeses, é mais que terra.

Para além de ser instrumento de trabalho, para os camponeses a terra é o meio de vida. Quando discutida a questão de terras no país, não se tem levado em consideração estas diferenças no que tange ao valor e significado da terra, tanto para os capitalistas, como para os camponeses. Nos dias atuais, este debate envolve vários segmentos sociais e entidades (públicas e privadas), entre eles: o governo, políticos, o setor privado, instituições multilaterais, neste caso, o Banco Mundial, parceiros de cooperações, acadêmicos e organizações da sociedade civil.

De forma direta e indireta, estes segmentos sociais e entidades têm influenciado em algumas decisões que são tomadas pelo governo e o setor privado nacional em relação as reformas da Lei de Terras. Embora haja participação das organizações da sociedade civil que defendem e protegem os interesses das conunidades e dos camponeses, o debate sobre (a questão de) terras é dominado pelos defensores do paradigma da da acumulação capitalista no país. A partir daqui, o debate da questão de terras no país torna-se paradigmático e ao menos tempo, conflituoso, pois verifica-se a emergência de várias correntes em torno do assunto.

Enquanto as classes sociais defensoras da acumulação capitalista no país avançam com propostas sobre a necessidade de rever-se a Lei de Terras para adequá-la à conjuntura atual caracterizada pela globalização do capital financeiro, as organizações da sociedade civil e camponesas surgem na contramão, destacando, por exemplo, que não há motivos para revisões. Na verdade, essas divergências em torno da questão de terras no país, não

são atuais e como foi referenciado anteriormente, começa no âmbito das reformas econômicas iniciadas na segunda metade da década de 1980.

Os defensores da acumulação capitalista no país, avançam no sentido de que, há uma necessidade de se fazer reformas pontuais na atual Lei de Terras, por forma a torná-la menos burocrática e mais flexível no que tange o acesso à terra por parte do capital. A atual Lei de Terras, é vista pelos defensores da acumulação capitalistas enquanto "lacaios" do capitalismo global (e/ou do imperialismo) como sendo um obstáculo para a sua reprodução ampliada, por permanecer ainda nas mãos do Estado, na qualidade de proprietário. A ideia dos defendores da acumulação capitalista é retirar aos poucos o poder do Estado no controle monopolístico da terra no país.

A retirada do Estado no controlo monopolístico da terra, dá lugar à propriedade privada e, é exatamente isso que o Banco Mundial, o FIM, o capital corporativo (e financeiro) e alguns capitalistas nacionais querem que aconteça em Moçambique. Os defensores da propriedade privada, afirmam ainda que "o mercado funciona e a terra é afetada segundo critérios de eficácia, variando os preços conforme a oferta e a procura" (MOSCA, 2017, p. 106). Aqui, mais uma vez, ignora-se a existência de outros grupos sociais, cujas relações sociais e produtivas, não estão necessariamente pautadas pelo lucro, a exemplo dos camponeses que têm a terra como instrumento de trabalho.

A ideia dos que defendem a propriedade privada é que a terra seja transformada numa base de negócios e passível de ser vendida, isto é, num instrumento de reprodução ampliada do capital. Nisso, as organizações camponesas estão atentas e têm defendido que em caso da privatização da terra, a tendência das injustiças sociais aumentar no campo, como, por exemplo, a expropriação e expulsão dos camponeses e, consequentemente, a concentração da terra nas mãos de oligarcas e/ou latifundiários do agronegócio (nacionais e estrangeiros), será de aumentar.

Há um entendimento por parte das organizações camponesas segundo o qual, a reprodução social do campesinato pode ser colocada em *cheque*, em caso do Estado perder este poder de governança de terras no país em favor do capital, dado que pode-se instalar uma tirania. Durante a «*Conferência Nacional sobre Governação de Terras*», realizado em Agosto de 2019, na cidade de Maputo, a assessora jurídica do Centro Terra Viva (CTV)[49], Alda Salomão, asseverou que "a pressão sobre a terra é cada vez mais

[49] Centro Terra Viva (CTV) é uma organização que se dedica a promoção da justiça sociocioambiental em Moçambique. Para mais detalhes consulte: www..ctv.org.mz

crescente, o Estado deve ficar mais atento e não perder o seu poder" no processo de governação de terras no país.

Esse alerta é oportuno, pois há uma tendência crescente de procura de terras agrícolas por estrangeiros no país e em caso do Estado perder esse poder, a situação sob ponto de promoção de justiça social, pode ser trágica no campo. Não que o Estado não esteja a perder esse poder, pois há sinais de que tem sofrido fragilização no âmbito da territorialização do capital no campo. No entanto, esse alerta feito pela assessora da CTV, é importante para o Estado não entrar numa fragilização profunda, deixando-se cooptar pelo capital global.

Como descreve Doubor (2017, p. 116) "o dinheiro e a pressão das corporações de hoje penetram por toda a parte" e o fim do poder corporativo, é capturar o Estado, colocando-o a seu serviço para garantir a reprodução ampliada do capital. Para este autor "o poder corporativo tornou-se sistêmico, capturando uma a uma as diversas dimensões de expressão e exercício de poder, e gerando uma nova dinâmica, ou uma nova arquitetura do poder realmente existente" (DOUBOR, 2017, p. 115). O capital consegue penetrar-se no seio das elites políticas e da burocracia estatal, capturando-as por forma a criarem condições para a sua reprodução ampliada.

Outros segmentos sociais que foram capturados neste processo, são alguns acadêmicos, na sua maioria juristas. Estes juristas têm insistido a ideia segundo a qual, deve-se fazer alguns "arranjos" pontuais na legislação de terras, pois o objeto é de garantir que os interesses do capital global sejam acomodados. Esse grupo de acadêmicos, vê a terra da mesma forma como o capital, como um instrumento de negócio. Por parte deste grupo, há uma desconsideração de outras funções que a terra apresenta para aqueles que a têm como seu único meio de sobrevivência e de trabalho, neste caso, as comunidades rurais e os camponeses.

Pela forma como o debate em torno da questão da terra tem sido conduzido, há uma sensação de que a terra é vista sob ponto de vista econômico e não social. Alienado pela ideologia neoliberal, este grupo de acadêmicos, se esquece que em Moçambique, constitucionalmente, a terra é considerada "um meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social[50]". Significa que "o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano[51]" e não do capital estrangeiro, embora a própria Constituição da República reconheça a importância do setor privado para o desenvolvimento econômico

[50] Cfr. Artigo 109, número 3.
[51] Cfr. Artigo 109, número 3.

e social do país. Na verdade, o que se pretende com estes "arranjos pontuais" na Lei de Terras, é que todos os obstáculos presentes nela, sejam retirados para garantir a acumulação ampliada do capital em escala global.

No âmbito da sua reprodução ampliada, o capital procura também sujeitar e/ou subordinar outras relações sociais e produtivas, sobretudo, as não capitalistas de produção, neste caso, o campesinato. Ao influenciar na revisão da legislação de terras, o capital global pretende ser proprietário de terras em Moçambique, mas, a sua ambição é ofuscada porque o Estado continua sendo dono de todas as terras e todos os recursos naturais. Esta ideia de que a Lei de Terras deveria ser reformada por forma desburocratizá-la e torná-la mais flexível e acessível ao capital, não é atual, ela é velha, pois começa na década de 1980, durante as reformas econômicas impostas pelo FMI e o Banco Mundial.

O interesses pela privatização da terra por parte destas instituições não desapareceu, pois têm influenciado para que o governo avance com reformas pontuais na atual Lei de Terras. Atualmente, o Banco Mundial (BM) conta com o apoio de acadêmicos, sobretudo, juristas que também olham para a atual Lei de Terras como impeditiva e/ou retrativa ao capital. Alguns destes juristas têm desenvolvido pesquisas em torno da questão de terras, onde deixam claro que a atual Lei de Terras precisa de reformas pontuais, alegando que é mais burocrática e inacessível ao capital estrangeiro para o setor agrário.

Para este grupo de acadêmicos, a solução mágica de desburocratizar a Lei de Terras, passa por oficializar duma vez por todas, a transmissibilidade dos DUAT´s. A transmissibilidade vai no sentido da mercantilização dos títulos de terras. Isto significa que, as pessoas que têm DUAT´s, podem transacionar para quem elas quiserem e, em troca, receberem dinheiro ou outro bem de valor. Aqui, estar-se-á a oficializar o mercado de terras nos país, que já vem sendo realizado por outros meandros, sobretudo, informais.

A intenção do Banco Mundial é ver a terra privatizada em Moçambique como sempre quis para garantir a renda absoluta da terra. Mas, com estes juristas que vêem a atual lei como impeditiva e/ou um estorvo a acumulação ampliada do capital, a tendência é de oficializar a mercantilização dos DUAT´s no país. O que o Banco Mundial quer, é que se ofocialize logo a venda de títulos no país sem que seja considerado como ato ilícito, passível de punição com pena de prisão conforme o Código Penal.

A ideia segundo a qual, é urgente avançar com reformas na legislação de terras por forma a permitir a transmissibilidade dos DUAT´s, já está consolidada e foi defendida

por alguns juristas bem conhecidos na sociedade moçambicana durante a «*IX seção de Consultas sobre Terras*» em 2017, organizado pelo MITADER. Atualmente, o paradigma de transmissibilidade dos DUAT´s no país como uma forma de desburocratização da Lei de Terras e de flexibilização do acesso à terra por parte do capital, tem seus porta-vozes e Serra (2013), é um deles. Serra (2013) é um dos autores que defende a transmissibilidade dos DUAT´ no país. Para ele é:

> [...] importante despirmo-nos de qualquer tendência sacralizadora, enveredando por um questionamento real e sério sobre a eficácia da Lei de Terras, na insistência no princípio da proibição geral da transmissibilidade de DUAT´s. Não se está a falar de uma reforma profunda da Lei de Terras, mas sim, de uma revisão pontual que afetaria tão-somente os aspectos referentes à transmissibilidade de DUAT´s, tendo presente a necessidade de se adequar à realidade (SERRA, 2013, 65).

O argumento de Serra (2013), mostra claramente que ele é a favor da mercantilização dos DUAT´s no país, daí a sua defesa sobre a necessidade de se fazer uma "revisão pontual" da Lei de Terras para torná-la mais eficiente no atual contexto do desenvolvimento capitalista. Sem querermos fazer algum paralelismo se a sua defesa incisiva sobre a necessidade de se fazer uma "revisão pontal" tem ou não relação com os interesses do capitalismo global em expansão no campo moçambicano, a verdade é que Serra (2013) foi Diretor do Gabinete Júridico do Ministério da Terra Ambiente de Desenvolvimento Rural (MITADER), instituição responsável pela administração e gestão de terras no país durante o governo Filipe Nyusi (2015-2020), um dos governos que mais promoveu agronegócio no país.

Embora Serra (2013) afirme que, o que está sugerindo é apenas uma "revisão pontual" da Lei de Terras, torna-se importante lembrar que, qualquer revisão desta lei, implica também fazer mexidas em outros instrumentos legais, tanto na Constituição da República, sobretudo, o número 2 do artigo 109, que proíbe o transacionamento de DUAT´s, como também no Código Penal, concretamente, o número 1 do artigo 269, que criminaliza a venda de terras no país. Para este autor, a falta de institucionalização da comercialização de títulos, quem perde é o Estado uma vez que não consegue coletar todas as receitas para os cofres públicos, considerando que maior parte das transações são feitas nos mercados informais de terras. A argumentação deste autor dá entender que a privatização da terra no país beneficiaria o Estado, sobretudo, na coleta de receitas para os cofres do Estado. Este autor entende que:

> O retardamento da institucionalização de um mercado de terras de títulos de terras tem, certamente, implicações negativas ainda não devidamente estudadas e contabilizadas para o Estado, desde logo na perda de uma

> importante fonte de receitas para os cofres públicos, visto que as transações ocorrem numa espécie de mercado negro, paralelo ou ainda informal, sem que sejam declaradas e, consequentemente, oneradas em termos fiscais (SERRA, 2013, p. 64-65).

Outro porta-voz do paradigma de transmissibilidade do DUAT em Moçambique é Chiziane (2014). Este autor, além ser favorável a transmissibilidade dos DUAT´s, sobretudo, de quem tem posse sobre ela para quem quer usá-la para fins agrícolas, propõe a "revisão ligeira" da legislação de terras, sobretudo, o artigo 16 que fala exatamente sobre a «*transmissão»*. Este autor, propõe que seja acrescentado mais um número no artigo 16 para serem seis (6) além dos atuais cinco. No sexto número, segundo este autor, é onde dar-se-á menção à necessidade de se isentar o pedido de autorização que tem sido feito pelos capitalistas ao (e/ou as instituições do) Estado. Neste sentido, todas as parcelas de até 50ha, poderiam estar isentas de autorizar (das instituições) do Estado. Para este autor, isentando a autorização da terra pelo Estado as parcelas de até 50 ha, supostamente poderia acelerar a entrada do investimento no setor agrário no país. Nas palavras do autor:

> A aceleração do investimento agrário implica reformar as regras sobre a transmissão da terra. Fixando uma mínima de 2 ha mas zonas rurais, sobre a qual a sua transmissão, fosse isenta do pedido de autorização a Administração Pública, como impõe a Lei de Terras de 1997. Propõe-se ligeira modificação à Lei. Assim propomos a modificação ou adiamento do artigo 16 da Lei de Terras de 1997, através da criação do artigo 16, n. ° 6, que teria a seguida redação: "*na transmissão de prédios rústicos inferiores a 50 ha, pertencente a singulares ou comunidades locais, dispensa-se a autorização da entidade competente*" (CHIZIANE, 2014, p. 315-316 itálicos do original).

Este autor, mostra-se favorável ao mercado de terras rurais no país em nome da suposta atração do investimento agrário. Mais uma vez, qualquer mexida a ser feita na legislação de terras por forma a permitir a transmissibilidade dos DUAT´s, passa necessariamente por mexer em outros instrumentos legais. A transmissão dos DUAT´s conforme o autor coloca, necessitará de ser descriminalizada no país, pois a troca por venda de títulos, ainda é crime no país segundo o Código Penal. Para isso, vai precisar ainda que a Constituição da República seja revista, pois proíbe a venda, a alienação, a hipoteca e a penhora da terra no país. Durante a «*Reunião Nacional de Terras*», realizada na cidade da Beira em Julho de 2017, de acordo com Carrilho (2018), uma das recomendações que seguiu do debate, foi a necessidade de se fazer a reforma na lei de terras para permitir o mercado fundiário no país. De acordo com este autor, recomendou-se ao governo para:

> Realizar uma revisão do direito fundiário moçambicano no que respeita à valorização da terra, no quadro da anunciada revisão do quadro jurídico e legal, eventualmente visando não ignorar o mercado de títulos e/ou a locação por

> parte dos proprietários (Estado-cidadão) e sublocação pelos titulares de direito definitivo de DUAT, sob condições a determinar à luz das diretrizes da Política Nacional de Terras (*Proposta do Relatório LGAF*) (CARRILHO, 2017, s/p, itálicos do original).

Nota-se aqui o interesse pela mercantilização dos títulos de terras por parte dos que olham a atual legislação como um obstáculo a acumulação capitalista. No debate sobre a transmissibilidade dos DUAT´s que já se transformou num paradigma, a Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA), tem desemprenhado um papel de maior relevência. No país, a CTA acaba sendo também um dos aliados tradicionais do Banco Mundial nesta senda de desburocratização e flexibilização da Lei de Terras sob ponto de vista de acessibilidade para o capital(ismo) global.

A CTA tem pressionado o Estado no sentido de avançar com as reformas na atual Lei de Terras, destacando que a ação visa melhorar o ambiente de negócios. Como se pode ver, a terra é para a CTA, um instrumento de negócio. Durante a conferência subordinado ao tema "Agronegócio: razões do (in)sucesso", organizado pelo Observatório do Meio Rural (OMR), em Março de 2018, o acesso à terra por parte da classe empresarial, foi visto como um dos principais estorvos, destacando que deveria ser superado.

No entender do setor privado, a superação deste estorvo, passa necessariamente por avançar com as reformas pontuais na atual Lei de Terras. Ou seja, o agronegócio só pode lograr seus sucessos no país se o Estado avançar com reformas na legislação de terras por forma a torná-la menos burocráticas e mais flexível sob ponto de vista de acesso a terra para o capital. Após a conferência organizada pelo OMR em 2018, a questão de terras voltou a dominar o debate durante a *Conferência Anual do Setor Privado (CASP)*, um evento de alto nível, organizado pela CTA. Este evento, tem juntado o empresariado nacional, o governo, instituições multilateriais (FMI e Banco Mundial), parceiros de cooperação internacional e são discutidos os problemas e as soluções do desenvolvimento agrário do país. Muianga (2018) faz saber que:

> Imediatamente, após esta conferência [organizado pelo OMR], na Conferência Anual do Setor Privado (CASP) 2018, a questão de terras foi motivo de um debate aceso, onde a necessidade de criar e consolidar instrumentos que permitam criar um mercado de terra dominou a discussão. [...]. Entretanto, a questão da transferência de títulos de posse de terra dominou o debate, com o setor privado a exigir menos burocracia e maior flexibilização no transpasse do DUAT. O argumento do setor privado é o de que a atual legislação não facilita o transpasse do DUAT entre titulares privados, o que permitiria o florescimento de um mercado de terras em Moçambique, e que, por sua vez, acrescentaria valor a um ativo que muitos cidadãos moçambicanos possuem (MUIANGA, 2018, p. 300).

A ideia sobre a necessidade de desburocratização da Lei de Terras e a flexibilização de transpasse de títulos no país, foi também tema de debate durante a Conferência Nacional sobre os 20 anos da Lei de Terras, que teve lugar em Outubro de 2017, na cidade de Maputo. Mais uma vez, o setor privado foi categórico neste aspecto e destacou que a atual legislação era o maior problema para o sucesso do agronegócio no país. Na contramão, estavam as organizações da sociedade civil defensoras dos interesses das comunidades rurais e os próprios camponeses organizados, a destacarem mais uma que o problema não estava na legislação em si, mas na sua implementação. Em Maio de 2019 um dos membros do corpo diretivo da CTA referiu que já tinha sido encaminhada a proposta da CTA no que tange a reforma da atual Lei de Terras.

Questionada se estava de acordo com a proposta da CTA que avança sobre a necessidade de empreender reformas pontuais na atual legislação de terras, a União Nacional de Camponeses (UNAC), um dos maiores movimentos campesinos do país, diz estar profundamente preocupado com estas iniciativas. A UNAC diz ainda que a revisão da Lei de Terras pode vir legitimar a ideia sobre a necessidade de privatização da terra que vem desde o período das reformas econômicas, na década de 1980, que era apadrinhada por alguns moçambicanos, mas numa clara conivência ao capital internacional. A liderança da UNAC faz a seguinte afirmação:

> Fizemos uma discussão em três conferências regionais (norte, centro e sul) e discutimos seriamente em volta da questão e o consenso que saiu de lá é que nós não estamos a ver a razão de se mexer com a Lei de Terras. Achamos que qualquer mexida na Lei de Terras pode vir legitimar algumas tendências que já estão acontecer e que são manifestadas em diferentes fóruns por aí. [...]. Nós [a UNAC] questionamos tanto ao governo quanto ao setor privado (representado pela CTA), quais são os impedimentos para aceder o DUAT, o que os impedem e qual é a barreira para o setor privado? O governo não conseguiu nos dizer qual é a barreira, a única coisa que nos disse é que nós [como governo] temos que garantir um bom ambiente de negócio para a entrada do setor privado. A CTA não foi clara, só disse que o período que nos é dado [pelo Estado] de 50 anos mais 50 anos, não é justo para um investimento. E a pergunta que nós sempre fizemos é: que tipo de investimento que você não pode recuperar em 100 anos?[52]

No depoimento feito pela liderança da UNAC, pode-se tirar algumas ilações. A primeira é que o governo quer reformar a Lei de Terras para criar um bom ambiente de negócio como um mecanismo de atrair mais investimentos para setor agrário no país. A segunda é que o setor privado nacional, vê nos 100 anos (50 anos renováveis por igual período como determina a Lei de Terras) como um tempo muito curto para um

[52] Entrevista realizada em Maio de 2019.

determinado investidor recuperar o dinheiro por ele investido em Moçambique. Não é verdade que é impossível recuperar um investimento em 100 anos. Este argumento da CTA é apenas uma estratégia para legitimar para a corrente que sempre defendeu a privatização da terra no país, sobretudo, os que vêem a propriedade estatal como um obstáculo a acumulação ampliada do capital.

Aqui, fica claro que a ideia da CTA ao pressionar o governo a avançar com as reformas na legislação de terras, visava criar espaço para uma possível privatização, pois só assim é que os capitalistas, sejam eles nacionais e estrangeiros, teriam a terra como um ativo passível de ser vendida. Seria da venda que tirariam renda, situação que torna difícil num contexto de estatização da terra, onde teoricamente a comercialização dos títulos é vetada por lei como acontece em Moçambique. Para a UNAC, as intenções da CTA não passam de uma tentativa acirrada que visa apenas privatizar a terra no país. Esta organização camponesa justifica-se pelo fato da CTA não ter conseguido esclarecer porque acha que é difícil um investimento ser recuperado em 100 anos. O Coordenador-Executivo da UNAC faz as seguintes declarações:

> Até hoje ainda não foram capazes de nos provar que existe um investimento que não se recupera em 100 anos, então, leva-nos a crer o que os senhores da terra pretendem privatizar esse bem comum[53].

Para que as intenções da CTA sejam materializadas, mais uma vez, a Constituição da República terá que ser revista. Se atualmente ela criminaliza a venda, a hipoteca e a alienação da terra, com as revisões, esses atos deixaram de ser crimes e o negócio fundiário passará a fluir normalmente no país. A União Nacional de Camponeses (UNAC) acusa a CTA de estar a intentar mecanismos obscuros que visam apenas legitimar o mercado de terras no país ao pressionar o governo para a revisão da Lei de Terras país. A UNAC afirma que nesta empreitada de pressionar o governo a avançar com as reformas na legislação de terras, a CTA conta com o apoio financeiro da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Neste entendimento, a USAID estariam a influenciar o processo de reformas na Lei de Terras no país, financiando as ações da CTA. Por sua vez, a UNAC tem dúvidas se a CTA tem clareza do que tem vindo a discutir com a USAID para se avançar com a reforma na legislação de terras no país. A liderança da UNAC afirma que:

> Sabemos que a USAID é que é um dos grandes financiadores, é que está a dar empurrão ao setor privado para que possam fazer a devida implementação [das

[53] Entrevista realizada em Maio de 2019.

> suas intenções]. Agora, o que questiono é se o nosso setor empresarial a nível interno tem clareza do que está a discutir junto com a USAID[54].

Quem também acusa a USAID de estar a influenciar o processo de reformas da Lei de Terras por meio de financiamento às ações da CTA é a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM). Esta organização camponesa, diz não ter dúvidas que as ações da USAID no país, ao financiar a CTA, visam essencialmente, flexibilizar o mercado de terras. O Diretor-Executivo da ORAM faz saber que:

> OS EUA através da USAID estão a financiar os processos nacionais para o avanço dos mercados de terras no país. E estes processos estão a ser financiados através do setor privado [CTA]. Foi um dos resultados que saiu do CASP [Conferência Anual do Setor Privado] no ano passado (2018)[55].

Temendo a possível privatização da terra, a ORAM se pronunciou contra as ações da USAID no país. O Diretor Executivo da ORAM salienta ainda que "nós como ORAM, dissemos que não, a USAID não pode forçar o Estado nos processos de debate de reformas da Lei de Terras no país[56]". Os defensores da transmissibilidade de títulos, olham também para o registro formal de terras como uma solução para o problema. Estes por sua vez, acreditam que com o registro formal da parcelas de terras e, posteriormente, a sua distribuição as comunidades e aos camponeses, o problema que impede a reprodução ampliada do capital no país estará resolvido.

É neste contexto de tentativa de resolução do problema do capital que pode ser enquadrado o programa «*Terra Segura*», em implementação no país desde 2015, pelo MITADER, cujo objetivo é registrar e formalizar as parcelas ocupadas pelas comunidades rurais, tanto com base nas *normas e práticas costumeira*, como também por *boa-fé*. O projeto «Terra Segura», está a ressuscitar os interesses que dominaram a segunda metade da década de 1980 e princípios de 1990 sobre a necessidade de privatização da terra no país. A ideia do registro formal de terras no país em si, não é nova, muito pelo contrário, ela vem sendo defendida e desencanada pelo Banco Mundial algumas décadas atrás. De acordo com Muianga (2018, p. 295) a formalização de terras vem sendo realizada há alguns anos atrás "com os maciços programas de redistribuição e de registo de terras promovidos pelo Banco Mundial".

Pode-se afirmar que, o programa «Terra Segura» é uma continuidade das ações do Banco Mundial no que tange às reformas da legislação de terras no país. Neste caso,

[54] Entrevista realizada em Maio de 2019, na cidade de Maputo.
[55] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[56] Entrevista realizada em Maio de 2019.

o que está acontecer é apenas uma recuperação, reedição e modernização das ações do Banco Mundial. Este processo já vinha sendo realizado e modernização porque atualmente o sistema de registro de terras está informatizado. A modernização do sistema de registro de terras no atual contexto se dá pelo uso do SiGIT (Sistema Informatizado de Gestão de Terras) e esta plataforma, não estava disponível ainda quando o Banco Mundial realizava as suas atividades.

Os interesses do Banco Mundial sobre a terra em Moçambique, tornaram-se mais explícitos, na medida em que passou a financiar programas que viabilizam o agronegócio, como, por exemplo, o Programa *Sustenta*. Lançado pelo governo moçambicano em 2017, o Programa *Sustenta* conta com o financiamento do Banco Mundial e está orçado em cerca de 10 milhões de dólares. Tal financiamento, mostra que os interesses do Banco Mundial sobre a terra estão cada vez mais presentes no país. Embora este programa tenha sido lançado em 2015, já vinham sendo realizadas ações relacionadas com o registro foral de terras no país.

As informações estatísticas obtidas pela Direção Nacional de Terras (DINAT), revelam que o registro formal de terras no país vem sendo realizado deste 2011. Para o governo, o registro formal das terras que estão na posse das comunidades, cujo acesso foi adquirido por via de ocupação, supostamente procura incentivar a gestão sustentável da terra (e de outros recursos naturais existentes em Moçambique) como também "acabar" com os conflitos de terras resultantes da territorialização do capital em territórios comunitários. Seguindo esta mesma linha de pensamento, com o registro formal das terras, os conflitos entre as comunidades, intra-comunitários, entre o Estado e comunidades, também seriam minimizados.

Neste sentido, seriam registrados e distribuídos cerca de 5 milhões de títulos às comunidades rurais, o que outros projetos não conseguiam por causa da capacidade financeira. Durante o processo, o governo foi se deparando com dificuldades, pois este número até o primeiro semestre de 2019, estava muito longe de ser alcançado. A falta de recursos financeiros por parte do Estado, tem sido um dos principais estorvos para a incorporação de mais processos no sistema, já que trata-se de um processo que necessita de dinheiro para a sua materialização.

A falta de financiamento é um dos principais fatores que poderá fazer com que o governo não atinja os 5 milhões de DUAT que foram anunciados no âmbito do lançamento deste programa em 2015. Inicialmente, foi levantado e registrado um número total de 500.000 parcelas e a quantidade de títulos de DUAT entregues aos seus ocupantes

foi de cerca de 300.000 (*cf.* MITADER, 2017), o que corresponde a 60% das parcelas. O MITADER (2017) descreve ainda que, através dos projetos Prodeza e ProSUL, foi possível registrar cerca de 20. 000 parcelas como também resultou em 2.144 processos formados por iniciativas locais.

Dados atualizados disponibilizados pela DINAT referente à segunda fase do processo de implementação do programa «Terra Segura», apontam, por exemplo, que até 4 de Maio de 2019, o número de processos no SiGIT era de 593.193 e os processos completos no sistema era de 565.233. Além disto, teriam sido fixados um número de 515.264 editais. Os editais formados eram de 499.732. Por sua vez, foram impresso um total de 473.410 DUAT´s, dos quais foram assinados 471.233 e destes, foram entregue 369.104. O número dos DUAT´s entregues até Maio de 2019 terá aumentado em cerca de 69.104. O quadro 7, mostra a quantidade das parcelas registradas e de títulos entregues pelo Estado no período compreendido entre 2015 à 2017.

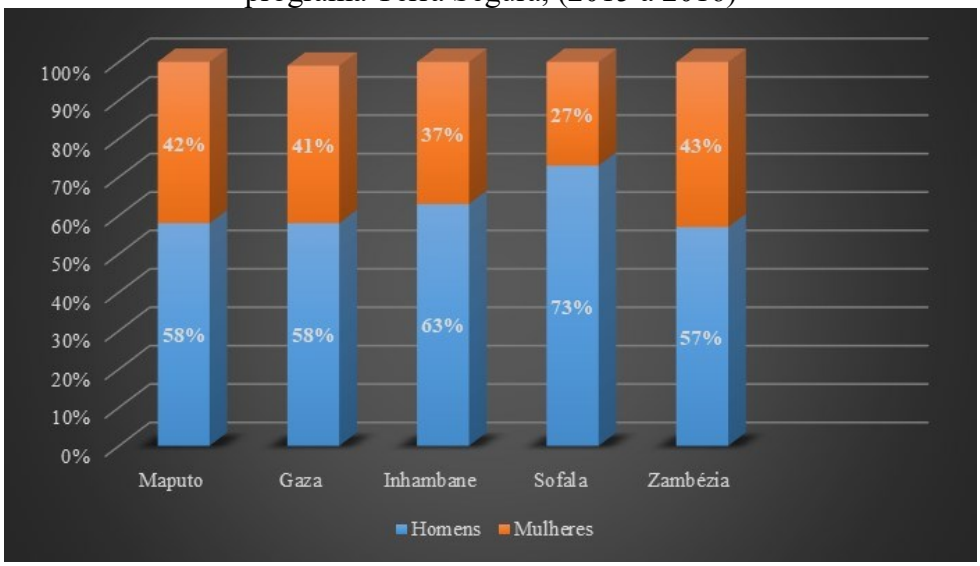
Tabela Quadro 7. Parcelas registradas e entregues por Província (2015 à 2017)

Províncias	Número de parcelas registradas	Número de RDUAT entregues
Niassa	51.829	48.143
Cabo Delgado	44.827	39.456
Nampula	51.022	35.085
Zambézia	122.824	75.128
Tete	544	492
Manica	1.171	172
Sofala	26.756	20.980
Inhambane	52.560	39.741
Gaza	49.521	27.041
Maputo	68.505	10.698

Fonte: MIDADER (2017). **Org.** Do autor

O quadro, mostra que desde que o projeto «Terra Segura» começou a ser implementado, muitas terras foram registradas como também vários títulos entregues às comunidades rurais em diferentes províncias do país. A província de Nampula é que teve mais registro de terras, seguido de Cabo Delgado e Niassa, respectivamente. Das parcelas registradas e entregues no âmbito do projeto Terra Segura, nota-se uma desigualdade sob ponto de vista de gênero. Ou seja, dos 500 mil títulos que foram registrados e entregues as comunidades e os homens aparecem em primeiro lugar com cerca de 61% ao todo quando comparado com as mulheres, cuja a percentagem é de 39%.

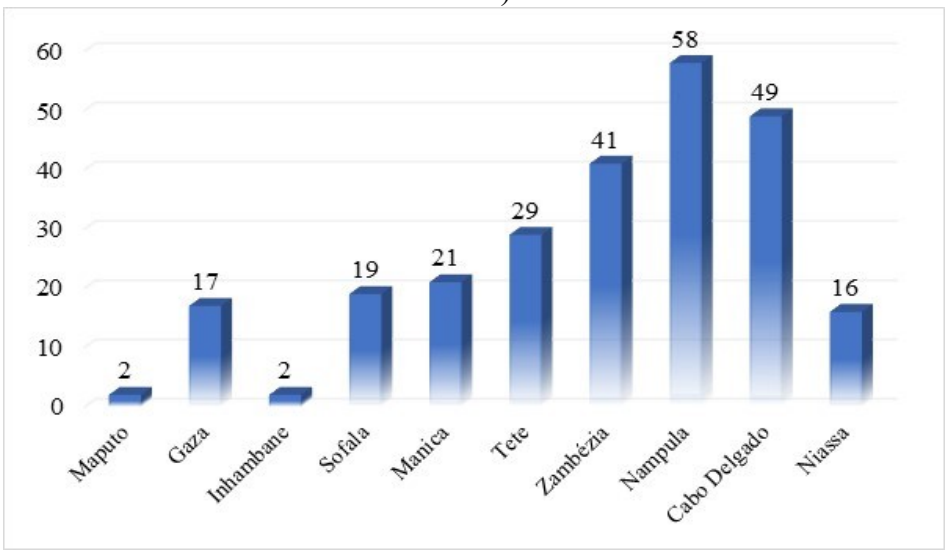
Gráfico 1. Distribuição dos registros e distribuição de DUAT por gênero no âmbito do programa Terra Segura, (2015 à 2016)



Fonte: MITADER (2017). **Org.:** Do autor

Além de títulos individuais/familiar, o projeto «Terra Segura» está também a fazer a delimitação de terras comunitárias. Desde que começou a ser implementado, este projeto já delimitou cerca de 260 comunidades em todo o país, isto no período compreendido entre 2015 e 2016. O gráfico 2, mostra a distribuição das comunidades delimitadas em Moçambique no período em questão.

Gráfico 2. Distribuição das comunidades rurais delimitadas por província (2015 à 2016)



Fonte: MITADER (2017). **Org.:** O autor

O gráfico 2, mostra ainda que maior parte de terras comunitárias delimitadas pelo governo no âmbito deste programa, está concentrada na região norte, sobretudo, na província de Nampula e Cabo Delgado, respetivamente. No caso da província de Nampula, apresenta maior número de cumunidades delimitadas por causa da recente

expansão do agronegócio. Já a província de Cabo Delgado, apresenta um número considerável de comunidades delimitadas por causa da presença massiva de multinacionais do setor minério-energético (mineração e hidrocarbonetos). A confirmação de existência de minerais preciosos, gás e petróleo tem ocasionado a pressão de terras nesta província e, por conseguinte, conflitos sociais. É possível inferir que, a província de Cabo Delgado apresenta um número considerável de comunidades porque o governo pretende proteger as comunidades locais de possíveis invasões por parte do capitalistas que procuram terras agrícolas para produzir produtos para alimentarem as multinacionais do setor minério-energético que aí operam.

No centro do país, uma das províncias com maior número de comunidades registradas, é a província da Zambézia e isto, possivelmente, está relacionado com o avanço do agronegócio sobre os territórios comunitários. A província da Zambézia, atualmente, é uma das províncias com mais empresas do agronegócio e na sua maioria, algumas delas, objetos de estudo nesta tese, estão em conflitos com os camponeses.

Fazendo uma análise, é falacioso afirmar que, a atual Lei de Terras é impeditiva e/ou inacessível para o capital. Se assim fosse, os capitalistas que atuam no agronegócio não poderiam concentrar grandes extensões de terras. Torna-se falacioso ainda afirmar que a Lei de Terras 19/97 é impeditiva e inacessível ao capital como se diz por aí, muito pelo contrário, mas sim, ela é mais protetora para com as comunidades rurais e os camponeses, em particular. Aliás, a legislação de terras moçambicanas é considerada a mais progressista pelo fato de proteger as comunidades rurais e os camponeses e, com eles, os recursos naturais existentes nos seus territórios. Essa proteção, para o capital é um obstáculo para a sua reprodução ampliada em escala global. O que o capital quer, como foi referenciado anteriormente, é que esses obstáculos sejam removidos na atual legislação de terras e as consultas comunitárias, faz parte do processo.

A consulta comunitária é que garante a proteção das comunidades e dos camponeses. As evidências sugerem afirmar que, a capital não quer negociar com mais ninguém para ter acesso à terra, se não form com o governo. É nas consultas comunitárias aonde os usos são negociados entre o capital e as comunidades rurais/camponeses. Tendo em conta que a consulta comunitária envolve outros atores sociais, como, por exemplo, organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo, o processo torna-se mais burocrático ainda, pois em casos de falta de consenso entre as partes envolvidas no diálogo, sobretudo, os possíveis benefícios para as comunidades rurais e os camponeses, a negociação é adiada. Numa situação em que as consultas comunitárias têm

significado a desterritorialização formal do "modo de vida" comunitário e camponês, caracterizado pela expropriação e expulsão dos sujeitos das suas terras, a participação das organizações da sociedade civil e dos próprios camponeses organizados, tem tornado o processo mais complexo. Essa complexidade surge pelo fato de exigirem que antes das comunidades rurais e os camponeses serem removidas das suas terras, sejam antes criadas as condições básicas em locais de reassentamentos populacionais.

Nota-se também o aumento de exigências em termos de dinheiro a dar as comunidades rurais e os camponeses como indemnização e/ou compensação pela perca das suas benfeitorias (machambas, culturas de subsistência, árvores produtoras de frutos silvestres, etc.). Para o capital, essas exigência além de serem ações burocráticas, as mesmas constituem um obstáculo para a sua reprodução ampliada, daí a necessidade de removê-los. Grande parte dos investidores que entram no país a procura de terras para explorar, vê as consultas comunitárias como um processo burocrático que lhes fazem gastar muito dinheiro antes de começar com as suas atividades. Para os capitalistas, as consultas comunitárias são dispendiosas, uma vez que em caso de consenso com as comunidades locais, envolvem indemnizações e/ou compensações das benfeitorias e, posteriormente, reassentamentos onde por lei, são obrigados ainda a construir casas e outros serviços básicos sociais.

Para os capitalistas, a consulta comunitária, economicamente, ela é inviável para a sua reprodução ampliada por dois motivos. Primeiro, os capitalistas acham que ao fazer consultas comunitárias, está a perder seu tempo, partindo do pressuposto que no desenvolvimento capitalista há um paradgma segundo o qual, *time is money* ("tempo é dinheiro como se na verdade fosse[57]") e segundo, acredita que este processo é muito dispendioso em termos econômicos. Vendo essa barreira, os capitalistas por meio de outros mecanismos, têm influenciado as instituições do Estado para que a legislação de terras seja revista por forma a remover os obstáculos. E se as consultas comunitárias fazem parte desses obstáculos presentes na legislação de terras, então, precisam de ser "eliminadas" por forma a facilitar o acesso à terra por parte dos capitalistas que querem usá-la para a implementação dos seus projetos no campo.

[57] Em relação ao paradigma segundo o qual "tempo é dinheiro", o crítico literário e ensaísta, António Cândio é lacônico quanto a isto. Segundo ele "temos que entender que tempo não e dinheiro" nenhum. E continua: "essa é uma brutalidade que o capitalismo faz, como se o capitalismo fosse o senhor do tempo. Tempo não é dinheiro. Tempo é o tecido da nossa vida". Para dizer que a ideia segundo a qual "tempo é dinheiro" é uma recriação do próprio capitalismo com vista a garantir acumumação ampliada do capital em escala global num curto espaço de tempo.

Embora "omisso" dentro do programa «Terra Segura», mas a sua implementação tem a ver com a desburocratização da Lei de Terras e, consequentemente, o acesso à terra por parte do setor privado para a implementação dos seus projetos. É por esta razão que a UNAC diz estar preocupada com as reformas em curso na Lei de Terras, sobretudo, no âmbito do programa «Terra Segura». Internamente, a UNAC diz estar preocupada, pois as consultas comunitárias além de garantirem o poder de negociação, são ao mesmo tempo, um mecanismo de lutas e resistências coletivas por parte dos camponeses, sobretudo, em caso dos seus territórios motivar interesses de investidores para a sua exploração capitalista. Em estado de alerta, a UNAC garante que vai lutar e a resistir para que os camponeses não percam este poder no âmbito da implementação do programa «Terra Segura». O Coordenador-Executivo da UNAC faz as seguintes afirmações:

> Retirar as consultas comunitárias como uma obrigação, estaríamos a ser irresponsáveis como país. Retirar isso, é retirar o poder das pessoas, é alienar, é vender o país. Isso está mais do que claro, mais do que óbvio. Só para admitir que essa coisa aconteça, poderemos correr o risco de sermos julgados pelas gerações vindouras, porque a única arma de negociação e de resistência que ao camponeses têm é o postulado sobre as consultas comunitárias. Essa luta, a UNAC que vai fazer com unhas e garras até as últimas consequência, de tal forma que aconteceu em 1997. A UNAC, Sublinho e reafirmo, que essa luta vai fazer com unha e garras até as últimas consequências, se for necessário outra revolução moçambicana que venha acontecer, mas isso nunca vai ser admitido, se isso acontecer, é que terá custado vidas, isso pelo menos é comum dentro do movimento[58].

A tese segundo a qual, há uma necessidade de se fazer reformas na legislação de terras, mostra claramente que por de trás dela, existem fortes interesses sobre a terra e estes, ligam grupos poderosos, tanto dentro da sociedade moçambicana, como também, destes com os capitalistas estrangeiros. As agências multilaterais, como, por exemplo, o Banco Mundial e entre outros que olham para a propriedade estatal da terra como um obstáculo para acumulação ampliada do capital, também estão interessados na transmissibilidade dos DUAT´s em Moçambique, esperando apenas que o processo de efetive. Os defensores da transmissibilidade dos títulos quer em todo o custo que se desburocratize a Lei de Terras, tornando-a mais flexível por forma a permitir que o mercado de terras em Moçambique aconteça com maior fluidez. Em relação a este aspecto, o Diretor Exeda ORAM é categórica neste aspecto e afirma que:

> O programa Terra Segura é um processo de flexibilização do acesso à terra para o setor privado. A massificação dos DUAT´s que o programa Terra Segura está a fazer, na minha opinião é simplesmente para criar espaço para a venda da terra. Acelerar e flexibilizar os processos de transmissibilidade dos

[58] Entrevista realizada em Maio de 2019.

> DUAT´s para nós é promover a venda da terra. Está claro que o Terra Segura visa facilitar a dinâmica dos mercados de terras no país[59].

O Banco Mundial que na segunda metade da década de 1980 e princípios de 1990 defendeu efusivamente que a terra deveria ser privatizada em Moçambique por questões de uso sustentável, isto é, para melhorar o ambiente de negócio, parece estar de volta com a mesma intenção. Neste retorno, os interesses do Banco Mundial são múltiplos e ocultos ao mesmo tempo, pois pouco se conhecem na sua plenitude. O Banco Mundial se predispôs para ajudar o governo moçambicano no processo de demarcação/delimitação de terras no âmbito do programa «Terra Segura», prometendo doar milhões de dólares.

Partindo do pressuposto de que no capitalismo nada é de graça, não se pode excluir a hipótese de que por de traz da suposta doação do Banco Mundial de milhões de dólares haja interesses ocultos que vão no sentido de influenciar a privatização da terras em Moçambique. O OMR (2017, s/p) já havia alartado que em Moçambique "existe ainda pressão de algumas forças políticas e financeiras externas no sentido da privatização da terra" e o programa «Terra Segura» está sendo usado como um *trampolim* para a materialização destes interesses. Alartou ainda que o o programa «Terra Segura» pode ser uma *antecâmara* da privatização de terras no país. Para OMR (2017):

> A hipótese do programa ser uma antecâmara da privatização enquadra-se num outro debate que possui vários posicionamentos da sociedade, estreitamente relacionados com os interesses em jogo (camponeses, empresários, políticos). Igualmente existe a influência ideológica. A filosofia política e ideológica do Estado e dos partidos políticos é claramente neoliberal. O empresariado nacional está ciente que a privatização ou o mercado de terras seria um elemento favorável para o investimento externo ao qual se pretendem aliar com parcerias nas quais pouco mais têm que oferecer que não seja o "lobby" e o "conhecimento local". [..]. Como forças opositoras estão forças políticas dentro da FRELIMO ligadas à luta pela independência onde se dizia que se lutava para libertar a terra e os homens, uma elevada percentagem dos camponeses, organizações da sociedades civil uma proporção da intelectualidade. O discurso oficial da governação, ou é o silêncio expressivo ou a defesa da terra como propriedade do Estado. Neste último posicionamento pode ainda considerar-se poderem existir setores de opinião e de interesses que aguardam silenciosamente pelos DUATs (sendo que dirigentes ou oficiais das burocracias facilmente adquirem o documento) para que, aquando da privatização, a terra constitua um ativo imediato, de custo quase zero e de elevado valor de mercado (OMR, 2017, s/p).

Por parte das organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo há um entendimento segundo o qual, o projeto «Terra Segura» é uma *antecâmara* para a privatização da terra no país. As organizações camponesas estão de "olhos abertos"

[59] Entrevista realizada em Maio de 2019.

quanto ao projeto «Terra Segura» e a ORAM, é uma delas. O coordenador-executivo da ORAM/Nampula entende que:

> A análise que vem da corrente que suspeita que o programa Terra Segura vai para a privatização é válida. Tenho o mesmo receio que a atribuição de títulos individuais ou familiares pode criar condições para a privatização da terra. Na verdade, quem vier numa área em que eu sei que é minha e tenho título, negociar comigo eu posso aceitar ou não vende. Mas, se eu tenho lá as minhas benfeitorias, vou alegar que estou a vender a minha casa, os meus coqueiros. Isso fica mais fácil. Esse é o receio que muitos têm[60].

As suspeitas do programa «Terra Segura» ser uma *antecâmara* de privatização da terra em Moçambique, não para por aí. A Coordenadora de gênro da ORAM/Nampula descreve nos seguintes termos:

> A questão do programa «Terra Segura» é recente, ainda não foi muito bem refletida. É algo recente que deveria ser refletido para entender quais são as suas implicações. O Estado gozando o seu papel, poderá por via disso retirar, ou seja, condicionar a aquisição de DUAT's dos camponeses tendo em conta este programa «Terra Segura», que já começou até em Maputo, na Moamba. Assisti no jornal na STV, mulheres alí todas felizes porque receberam DUAT, mais talvez seja uma armadilha[61].

A suspeita do OMR (2017), da UNAC e da ORAM de que o programa «Terra Segura» visa acomodar interesses do capital, ela é válida, olhando pelos interesses em jogo e pela forma como está sendo implementado. Em relação aos interesses m jeogo, de realçar que o programa «*Terra Segura*» é financiado por várias instituições, na sua maioria, estrangeiras. Além do Banco Mundial, nota-se também a presença de outras instituições financeiras, como, por exemplo, a Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA), que fez acordo com o governo em 2018 para financiar o parte das atividades em curso no âmbito do programa «Terra Segura». Citando o acordo firmado entre o governo e o IDA em 2018, o jornal *online* Carta de Moçambique faz saber que:

> O governo ratificou o acordo de donativo, assinado em Maputo, no dia 28 de Dezembro de 2018, com a Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA), destinado a financiar o Projeto de Administração de Terras denominado "Terra Segura". O acordo está avaliado em 100.000,00 USD. Segundo a porta-voz do governo, Ana Comoane, o projeto visa fortalecer a segurança de posse de terra as comunidades, de forma particular, mas também melhorar a eficiência e acessibilidade dos serviços de administração de terras[62].

O que chama atenção na citação acima, é a palavra "donativo". Quando se fala, por exemplo, em "donativo" fica parecer que não há nenhum interesse por parte do IDA, mas é apenas uma questão de linguagem. No capitalismo, nenhum capitalista investe seu

[60] Entrevista realizada em Setembro de 2018, na cidade de Nampula.
[61] Entrevista realizada em Janeiro de 2016, na cidade de Nampula.
[62] Disponível em: https://cartamoz.com. Acesso: 201/12/2019.

dinheiro sem esperar nada em troca. Neste sentido, "doar" parte da sua riqueza (neste caso, os lucros) para a execução de uma determinada atividade e/ou programa, para os capitalistas, seria o mesmo que investir no vazio. É, portanto, perder o seu dinheiro sem a possibilidade de retorno. Para dizer que, por de traz da suposta doação do IDA de milhões de dólares para auxiliar a implementação do programa «Terra Segura», há um interesse. Tal como outros financiadores, não se pode negar que o IDA através da sua "doação" pretende flexibilizar o processo e os mecanismos de acesso à terra no país, desburocratizando a atual legislação de terras por supostamente não permitir acumulação ampliada de capital. O termo "doação" tem sido usado por outras instituições financeiras para "ocultar os seus interesse sobre a terra em Moçambique, como, por exemplo, o Banco Mundial.

Igualmente, tem-se observado também a implementação de políticas governamentais virados para o desenvolvimento rural a promover a delimitação de terras com a suposição de ajudar Moçambique a prosperar. A UNAC diz estar preocupada com todo o processo de implementação do programa «Terra Segura», que é financiado pelo Banco Mundial. A UNAC entende, que existem muitos interesses por de trás deste programa. O Coordenador-Executuvo da UNAC afirma que:

> Preocupa-nos o processo, o nível e os indicadores que estão a ser seguidos e o que está por de trás, quem está a financiar e qual é o interesse desse que está a financiar. Isso é o que nos preocupa[63].

As organizações camponesas já estão atentas na atuação silenciosa do Banco Mundial no processo de reforma da Lei de Terras que está a acontecer por meio do programa «Terra Segura» no país. Uma das organizações camponesas atenta nas ações do Banco Mundial, é a ORAM e na voz do seu Diretor-Executivo, declara que:

> O interesse do Banco Mundial, está oculto. Não está claro o que eles pretendem ao apoiar o governo na reforma da Lei de Terras através do Terra Segura. Somente leituras atenciosas é que pode se verificar que desde a década de 1980 que Moçambique migra para o sistema de Breeton Woods, a um conjunto de reformas que o próprio Banco Mundial colocou, [destacando] que Moçambique deveria adotar para merecer o seu apoio. Eu costumo dizer, mas porque é que o Estado precisa do Banco Mundial se um dos resultados das propostas foi a falência do tecido industrial no país. Entretanto, o interesse do Banco Mundial é de enfraquecer o Estado. Numa leitura sobre a economia de mercado livre, tudo vai no sentido de enfraquecer as estruturas produtivas do país para que a nação continue dependente dos apoios do Banco Mundial. E em relação a terra, é um dos setores onde na minha opinião o Estado merece uma nota positiva porque ainda se assumiu a questão da terra como negócio e essa pressão existe. Uma das formas de acelerar o processo de mercantilização

[63] Entrevista realizada em Maio de 2019.

> da terra, é através da massificação dos DUAT´s que o próprio Banco Mundial vai apoiando[64].

A ORAM questiona porque é que o Banco Mundial, por exemplo, não financia os camponeses no processo de produção de alimentos e apenas corre em abraçar o programa «Terra Segura». O Diretor-Executivo da ORAM afirma que:

> Uma das questões que nós podemos colocar é porque é que ao invés de massificar os DUAT´s, não apoiamos as comunidades nos processos produtivos? Por exemplo, nós já temos o direito costumeiro, vamos apoiar as comunidades nos processos produtivos para responder aquelas que são as suas necessidades. O Banco mundial não está interessado nisso, mas sim, como é que as empresas latifundiárias podem expandir os seus negócios[65].

Numa situação de mercantilização dos títulos, a terra passa automaticamente a funcionar como um ativo para os compradores, na medida em que, podem mais tarde usá-la para acumulação capitalista. Por esta via, os compradores de terras, sejam eles nacionais ou estrangeiros, passarão a concentrar grandes reservas de terras no país e mais tarde, eles podem melhor se envolver na onda da especulação. Embora o governo moçambicano afirme que o programa «Terra Segura» vai garantir a segurança de posse para as comunidades rurais e os camponeses, é muito cedo pensar assim. Uma terra registrada dá aos sujeitos a possiblidade de confrontar o capital em casos de expropriação que a área lhes pertence.

Aumenta também os poderes das comunidade e/ou dos camponeses, não apenas em termos de negociação, mas também, para o processo de tomada de decisão do que fazer, por exemplo, com a terra em sua posse, mas não garante a segurança como tal, partindo do pressuposto que o desenvolvimento capitalista é movido por contradições. A ideia do governo segundo a qual, é imperioso que as comunidades rurais transitem do direito consuetudinário de posse de terra para o "moderno" como forma de garantir a segurança da posse de terras, também é um mito. A transição de um sistema de posse da terra para outro, não significa necessariamente vai dar segurança aos sujeitos, mas sim, irá apenas aumentar os mecanismos de proteção das comunidades rurais em caso destas, serem invadidas por *estranhos* em seus territórios.

Neste sentido, pode-se dizer que, os títulos formais irão aumentar os poderes das próprias comunidades sob ponto de vista negocial em casos dos capitalistas pretenderem explorar as mesmas. António Siamon, um dos funcionários da Direção Nacional de Terras

[64] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[65] Entrevista realizada em Maio de 2019.

(DINAT), explicou que os títulos formais que estão sendo distribuídos pelo governo irão aumentar o poder de negociação e garantir a proteção dos sujeitos em casos de entrada de grandes investimentos em seus territórios. Em suas próprias palavras, António Saimon da DINAT fez as seguintes declarações:

> Eu olho num outro sentido da coisa. Suponhamos que sou membro duma comunidade, sou titular duma determinada parcela e não tenho um título sobre aquela parcela, apenas tenho o direito sobre aquela parcela. Aparece lá um investidor e precisa daquela área para investir. Eu sem título, será que estou em condições de negociar ou de discutir algo sobre aquela parcela? O governo facilmente, tira-me dalí e põe-me em algum lugar sem qualquer coisa e sem nenhum ganho, mas com o título tenho a capacidade de negociação[66].

Aqui, fica a ideia de que com o documento emitido pelo Estado, os camponeses podem comprovar que a terra é deles, mas isso, não significa necessariamente que estão seguros. A observação do OMR (Observatório do Meio Rural), avança na mesma direção e afirma que, nas condições em que o projeto «Terra Segura» está sendo executado, "pode afirmar-se que o DUAT para os pequenos produtores não altera fundamentalmente o direito e a segurança do uso e aproveitamento da terra, mas aumenta as condições para a sua proteção" (OMR, 2017, s/p). Embora o programa «Terra Segura» traga algumas vantagens sob ponto de vista do aumento de condições para a sua proteção e nalguns casos, o poder negocial, o OMR (2017) descarta, portanto, a possiblidade dos títulos permanentes darem segurança as comunidades rurais e aos camponeses. O OMR (2017) afirma, no entanto, que:

> Embora também traga vantagens, tanto a nível individual como comunitário, esta possibilidade coloca em risco os pequenos produtores que alienem as suas terras sem um conhecimento aprofundado dos mercados. Em contextos de pobreza, de grandes assimetrias de informação, de conhecimento e de distorções dos mercados e mesmo a politização dos mesmos, existem elevados riscos para as famílias camponesas (OMR, 2017, s/p).

No desenvolvimento capitalista, ter documento que formaliza os direitos sobre a terra, não significa necessariamente ter segurança sobre a mesma. O capital procura formas de obter ter acesso a terra, aliciando os sujeitos e depois tomar os seus direitos sobre os territórios, mesmo que de forma indireta. Mesmo com a Lei de Terras reconhecendo as comunidades rurais e os camponeses como "donos", o capital tem criado mecanismos próprios para tomar terras destes. O capital têm aliciado às comunidades e os camponeses, prometendo-lhes boas condições de vida e, em seguida, toma parte das terras destes. A corrida pela massificação de títulos, sobretudo, individuais

[66] Entrevista realizada em Maio de 2019, na cidade de Maputo.

para serem entregues as comunidades rurais e aos camponeses, configura-se também numa contradição e isto, pode trazer graves problemas no sistema de administração e gestão de terras no país.

A delimitação e entrega dos DUAT´s no país não está sendo acompanhada pela fiscalização, o que ainda aumenta as possibilidades deste programa não atingir os objetivos desejados. Em princípio, qualquer trabalho necessita de uma fiscalização para ver se o que está sendo feito, está em ordem ou não, mas no processo de implementação do projeto «Terra Segura», este pressuposto básico e necessário, é quase ignorado pelas autoridades governamentais. Já há registro de comercialização de títulos por parte das comunidades, cedidos no âmbito do programa «Terra Segura» no país. Um dos casos de comercialização de títulos foi registrado no distrito Inhassouro, na província de Inhambane, onde se diz que, um camponeses cedeu a sua parcela a um investidor do setor turístico e em troca, recebeu algum dinheiro[67].

É mais fácil, por exemplo, um camponês decidir por si só comercializar o seu título, situação que se torna difícil quando se trata de um DUAT coletivo. Quando o DUAT é coletivo (comunitário) as decisões são tomadas para que não sejam vetores de conflitos sociais entre os membros da comunidade. Como isso, não se pretende dizer de algum modo que a comunidade não tenha suas contradições. Pelo contrário, a comunidade é por si só, uma contradição, pois nela verifica-se relações de poderes, onde uns procuram dominar os outros, mas aumenta a capacidade de negociação dos sujeitos em caso de alguma invasão pelo capital, pois é feita de forma coletiva. A UNAC diz ser adepta da massificação dos DUAT´s coletivos e não individuais como está sendo feito atualmente pelo governo e na voz do seu Coordenador-Executivo lê-se o seguinte:

> Nós promovemos DUAT´s coletivos e não DUAT´s individuais. Há camponeses sim que se beneficiaram desses DUAT´s. Às vezes, nós temos nos pronunciado sobre esses DUAT´s e o nosso pronunciamento tem sido sempre, por favor, se vocês [as autoridades governamentais] que é uma via, uma das melhores vias [para resolver o problema de conflitos no campo], deve também atribuir DUAT´s que sejam coletivos, que vão permitir uma luta mais coletiva que individuais. E parece que o governo não está a fazer isso, é aí que estamos a contestar, pois está a correr com DUAT´s individuais. E qual é o problema dos DUAT´s individuais? O DUAT´s individual, não toma em conta as questões coletivas; o DUAT individual vai ser atribuído na delimitação da terra pertencente aquela pessoa e não da comunidade, onde fazem pastagem, onde tiram frutos silvestres, onde passam rios. Então, essas coisas já não fazem parte de um indivíduo, não fazem parte de uma área individual, pertencem a uma área coletiva. Então, se nós estamos a massificar os DUAT´s individuais, estamos a deixar de fora estes espaços [de uso coletivo que são vitais para as comunidades] e mais tarde, vamos dizer que são espaços que não estão a ser

[67] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Catsossa (2018a).

> ocupados por ninguém e o governo pode levar e atribuir aos parceiros de cooperação. Isso é que nos preocupa, é isso que nos leva a pensar que há muita coisa por de trás do DUAT e pode ser um problema no futuro. O nosso pronunciamento é que dêem os DUAT´s, mas que sejam coletivos[68].

Com base nos pressupostos aperesentados, há espaço para afirmar que, no programa «*Terra Segura*», a segurança não será para o camponês, mas sim, para os capitalistas que querem terras para a produção de *commodities* para daí, acumularem o capital. A abordagem governamental sobre o programa «Terra Segura», sugere afirmar que pretende empurrar as comunidades outrora delimitadas e com títulos formas o mercado financeiro por forma a acederem crédito bancário para dinamizarem as suas atividades produtivas. A ORAM denuncia que a abordagem do governo no âmbito do programa «Terra Segura», visa simplesmente atrair os produtores para o mercado financeiro. O Diretor-Executivo da ORAM afirma que "o governo incentiva bastante que as comunidades devem estar delimitadas, destacando que a delimitação permite a organização, sendo que a partir deste meio, podem aceder os créditos bancários"[69]. Num contexto em que o capital financeiro tende a se efetivar no país, existem possibilidades de as instituições financeiras virem penhorar, em casos dos mutuários não entregar o dinheiro por eles solicitados aos bancos. Neste sentido, a terra passa, por exemplo, a ser garantia bancária passível de penhora, embora constitucionalmente, ilícito.

Do princípio, é preciso considerar que, nenhum capitalista no mundo, faz algum empréstimo para perder seu dinheiro. Antes de alocar o investimento e/ou conceder o préstimo a um determinado mutuário, o capitalista precisar ter certeza que não irá perder nada no negócio que ele faz. A terra será a única certeza que este capitalista terá ao conceder empréstimo a um determinado mutuário. Com a terra, o capitalista não vai perder o seu dinheiro, pois confiscando a terra do(s) mutuário(s), ele pode mais tarde, garantir uma acumulação ampliada através da venda e/ou arrendamento para quem dela precisa para explorar. O OMR (2017) acredita que em Moçambique:

> O DUAT pode ainda, embora ilicitamente, constituir uma garantia bancária. Ao se considerar um bem de garantia, pressupõe-se imediatamente a atribuição de um valor com correspondência monetária e, portanto, uma moeda de troca. A terra passa automaticamente a ser transacionável (OMR, 2017, s/p).

A Coordenadora de gênero da ORAM/Nampula também suspeita que:

> [...] o DUAT pode ser objeto de penhora, alienação essas coisas. Mas, ouve-se por alto que existem a questão que o DUAT, é tido como garantia colateral ao

[68] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[69] Entrevista realizada em Maio de 2019.

> empréstimo. Então, quer dizer que, quem não paga o empréstimo, perde o DUAT, um direito, mas a lei de terra diz que não[70].

Há espaço para afirmar que, existe a possibilidade do programa «Terra Segura» vir catapultar o *mercado estatizado de terras* em curso no país, mesmo sendo feito por vias informais. No que tange ao negócio fundiário, há, portanto, algumas reservas que o programa «Terra Segura» venha solucionar o problema que levou a sua concepção e implementação no país.

3.5. Mercado de terras em contexto da propriedade estatal de terras em Moçambique

As discussões em torno da valorização de terras têm ganhado espaço no atual debate em torno da transformação da agricultura moçambicana. Nestas discussões, além de pesquisadores, nota-se também a presença de representantes do governo em representação, instituições multilateriais, das organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo e entre outros segmentos sociais. Em causa, está o crescimento do mecado de terras no país. As organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo, na sua maioria, camponesas, feministas, de defesa do meio ambiente e direitos humanos, olham para o crescente mercado de terras, não apenas como uma prática ilegal, pois literalmente, já a terra é considerada constitucionalmente como propriedade do Estado, mas também como uma ameaça à existência camponesa no campo.

A terra como foi referenciado na seção anterior é propriedade do Estado. Sendo propriedade do Estado, teoricamente, ela não pode ser transformada numa mercadoria passível de ser trocada. O Código Penal, veio ainda desencorajar estas práticas no país, criminalizando-as. Por exemplo, o Código Penal assevera que "aquele que, arrogando-se de proprietário ou titular, vender, ou por qualquer outra forma alienar, hipotecar ou penhorar a terra, será punido com uma pena de prisão maior de dois a oito anos, se pena mais grave não couber[71]". Mesmo assim, a realidade tem revelado que a terra é atualmente, um dos bens naturais mais comercializados no país.

Se partirmos do pressuposto de que o mercado (seja qual for) só existe se envolver uma relação de troca de bens tangíveis entre pessoas singulares e coletivas (organizações e/ou corporações capitalistas), então, em Moçambique se está diante de um mercado de

[70] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.
[71] Cfr. Artigo 269, número 1, do Código Penal.

terras. De realçar que, nem todo o mercado é capitalista. Se for observar com atenção, o período em que o mercado capitalista surgiu, que é mais ou menos no século XVI, é possível ver que antes deste período (para não dizer na antiguidade) que vigoravam relações não capitalistas de produção. Portanto, pode exitir um mercado de terras que serve para à acumulação ampliada de capital e pode exitir um mercado de terras que não é capitalista no país. Aliás, a terra não é capital, mas sim, é um equivalente de capital.

Embora a terra não seja capital, nota-se a sua mercantilização em Moçambique de tal maneira que o fenômeno atingiu níveis alarmantes, estando fora do controle das autoridades governamentais. Existe um mercado crescente de terras, tanto rurais como urbanos, camuflado no transionamento de benfeitoras presentes na terra, ou seja, dos bens e os direitos adquiridos sobre a terra, sendo que essa troca envolve duas pessoas ou grupos que tem interesses sobre os imóveis. As transações dos imóveis asseguradas pelo artigo 16 da Lei de Terras – Lei nº. 19/97, acontece tanto nas cidades como campo e dependendo da sua localização, os preços têm sido elevado, daí a especulação imobiliária.

Esse processo envolve trocas entre o vendedor e o comprador. No processo de transacionamento de imóveis, as pessoas que têm a posse de terras, vende-as em pequenas fatias para permitir a extração da renda da terra. Para Mosca (2009), a própria ideia segundo a qual em Moçambique vende-se apenas imóveis e não necessariemente a terra, é uma farsa sob ponto de vista prático, pois oculta o verdadeiro mercado de terras. Ainda de acordo com este autor, a ideia segundo qual vende-se imóveis e não a terra, trata-se apenas de "uma manipulação de conceitos para se chegar ao mesmo objetivo" (Mosca, 2009, p. 123) que é de compra e venda da terra e vice-versa.

Por sua vez, a ideia segundo a qual a venda era apenas dos imóveis e não da terra em si, foi incorporado para tornar o processo mais burocrático e isso, tem se verificado em relação as terras urbanas. Atualmente, a venda de imóveis tem permitido que certos funcionários afetos nos municípios, por exemplo, que se beneficiem, pois quando vão ao campo tirar coordenadas através de GPS (*Sistema de Posicionamento Global*, sigla inglesa) no âmbito do transpasse da parcela de terras de um cidadão para o outro, pedem algum dinheiro fora do salário que são pagos pelo Estado no final do mês.

Sem dar "sopinha" o termo usado nos contornos da corrupção no país, às vezes, o processo não anda. No caso em particular das terras urbanas, nas ruas dos bairros, tornou-se recorrente ver placas, por exemplo, a publicitar a venda de (parcelas) de terras. Além as publicidades aparecem até em jornais de maior circulação nacional, como, por exemplo, o *jornal Notícias* (*cf*. MANDAMULE, 2019). As redes sociais (*facebook*) têm

sido como outros espaços alternativos, aonde as parcelas de terras são publicitadas pelos seus "proprietários". Na *internet*, por exemplo, basta escrever "venda de terras em Moçambique", saem várias informações referentes a este fenômeno, envolvendo milhões de meticais, sendo que muitas das vezes, os compradores têm sido burlados pelos vendedores. A esse respeito, Catsossa (2017b) explica que, há casos em que neste tipo de negócio fundiário, verifica-se burla. Este autor argumenta que:

> [...] já que a terra é controlada pelos *vassalos* dos senhores especuladores, caso os investidores queiram alugar e/ou comprar as tais terras, estes últimos pela regra *cabritista* assente na sociedade moçambicana, são obrigados a darem de comer todos os "cabritos" em sua frente, desde as pessoas que ficam a controlar tais terras, até o suposto dono. É assim que funciona o negócio de terras, pois é uma rede de burocratas e ao mesmo tempo de especuladores. Importa referenciar ainda que, neste negócio, o comprador e/ou arrendador de terras, corre também o risco de ser *burlado*, já que há muitos "cabritos" no meio de tudo [isso] por dar de comer, sobretudo, os *insaciáveis*. Às vezes, muitos deles só têm estado a se aproveitarem da ocasião para se beneficiarem de um dinheiro alheio (CATSOSSA, 2017b, p. 159, itálicos do original).

Para dizer que os membros da FRELIMO não são os únicos corruptos e muito menos são os únicos rentistas que usam a terra para acumulação privada da riqueza no país. Embora seja mais visível entre os membros da FRELIMO, a corrupção e o rentismo transformaram-se em práticas recorrentes em Moçambique e o mercado de terras, demonstra isso. Na maioria das vezes, vende-se o mesmo espaço para mais de uma pessoas e isto, tem contribuido para a emergência de conflitos caracterizados por disputas por terra.

Os conflitos resultantes da venda de parcelas de terras para mais de uma pessoa, caso aconteça dentro das comunidades, as autoridades tradicionais são chamadas a resolver o problema. Numa situações de burla, o problema torna-se mais complexo de resolver. Em caso de dificuldades na resolução do problema por parte das autoridades tradicionais, em seguida, é encaminhado aos tribunais e de lá, sai a decisão final, onde o burlador é obrigado a devolver o dinheiro por ele cobrado ao(s) burlado(s) por um determinado período de tempo. Em caso de não serem resolvidos, às vezes, surgem violências físicas, ameaças de mortes e entre outros aspecto. A esse respeito, Mandamule e Júnior (2019) rematam que:

> Em Moçambique, as vendas do mesmo espaço acontecem também nas zonas rurais e peri-urbanas, como resultado da rápida urbanização e da procura por terra para fins habitacionais que a acompanha, e da crescente comercialização da agricultura. Estas disputas envolvem os novos ocupantes e os cedentes – pessoalmente ou representados pelos seus intermediários – e a sua gestão e resolução será, tanto ou menos difícil, quanto o número de pessoas envolvidas e o tempo que estas tiverem estado no espaço em disputa. A reivindicação pode incidir sobre o recurso terra, propriamente dito, ou sobre este e as benfeitorias

> implantadas no local (número e tipo de árvores, infra-estruturas, vedação, etc.). A base legal usada pelos atores envolvidos nos conflitos decorrentes de transações de terra varia entre o direito tradicional, onde o caso é apresentado aos membros mais velhos da comunidade e às autoridades tradicionais, como o régulo e o secretário do bairro, e os tribunais comunitários. Excepcionalmente, os conflitos derivados da compra e venda de terra são apresentados aos tribunais judiciais locais. Este tipo de conflitos de terra pode envolver violência física, ameaças de morte, para além de afetar a segurança alimentar das famílias. Os conflitos afetam igualmente as formas de uso e exploração da terra pois as pessoas param de produzir e investir na terra, fator que pode afetar a sua produtividade agrícola e a subsistência das famílias que retiram o seu sustento da terra (MANDAMULE & JÚNIOR 2019, p. 32-32).

Há evidências que demonstram que a terra em Moçambique mesmo sendo propriedade Estado, vende-se a preços exorbitantes, sendo que as transações acontecem mesmo em situações em que não existe nenhum imóvel. Serra (2013) confirma a existência do negócio fundiário no país, mesmo num contexto de regime de propriedade estatal da terra, num contexto em que a constituição e os demais instrumentos legais vetam tal prática. Para ele "a terra é abertamente transacionada, não obstante os imperativos constitucionais e legais" (SERRA, 2013, p. 64). Faz saber ainda que em Moçambique existem três tipos de mercados de terras previamente identificados. Para este autor em Moçambique:

> Há pelo menos, três tipos de mercados de terras devidamente identificados: (i) um mercado de terras entre as elites, especialmente nas zonas consideradas nobres das cidades, nas áreas de expansão urbana, e neste sentido, é possível facilmente constatar, no caso das cidades de Maputo e Matola, que o valor da terra em determinados bairros tem vindo a subir de forma considerável, a terra tem preço e sobre a mesma são feitas transações, ainda que de forma dissimulada (apesar da proibição legal da venda, experimente realizar uma busca rápida na *internet*, recorrendo as palavras chaves "venda", "terreno", "Maputo" ou "Matola" e vai ver os resultados...); (ii) um mercado de terras no seio das populações mais desfavorecidas que residem nos perímetros urbanos, no qual podemos encontrar as mais diversas formas de negociação, com destaque para a subdivisão de um terreno em pequenas parcelas, para fins de arrendamento à famílias/pessoas de baixa renda; (iii) um mercado de terras rurais, bastante eficiente, que se rege ancestralmente por normas e práticas costumeiras [...] (SERRA, 2013, p. 64).

A entrada massiva do captal no país, está a trazer mudanças significativas na estrutura agrária. Nem sempre os investidores seguem os preceitos constiticionais e muito menos as regras estabelecidas pela Lei de Terra sobre como os investidores privados podem ter acesso a terra no país. As empresas agrícolas que entram no país, têm-se envolvido em atos ilegais, pois nota-se a compra e venda de terras ao outros capitalistas.

Acrescenta-se também um mercado de terras entre corporações capitalistas, pois estas transacionam seus títulos (propriedades) para outros investidores e isto, normalmente acontece, sobretudo, quando uma determinada empresa entra em crise

(falência) e a propriedade acaba sendo tomada por outra. Essa situação é recorrente no país e nem sempre é transparente. A comercialização de DUAT´s acontece tanto em locais onde as pessoas têm títulos formais como também onde não têm.

As istituições do Estado, sobretudo, ligadas à administração e gestão de terras no país, têm conhecimento da existência do mercado terras, mesmo que a Constituiçao da República e a Lei de Terras, vetem a venda de títulos. Essa situação foi confirmada por um funcionário da Direção Nacional de Terras (DINAT) e afirmou que "na verdade esse mercado [de terras] com ou sem DUAT, já existe. Infelizmente, esse mercado [de terras] existe[72]". A ORAM, uma das organizações camponesas que tem-se mostrado engajada no debate sobre terras no país, confirma a venda de terras no país. Posicionando-se em relação a este fenômeno, o Diretor-Executivo da ORAM afirma que:

> Legalmente, a terra em Moçambique não se vende, isso está claro. Mas o fato, é que a terra em Moçambique se transaciona dentro daquilo que são as estruturas públicas do Estado, compram a terra. Um amigo meu diz que a terra em Moçambique não se vende, mas se compra[73].

Já Langa (2012), afirma que:

> A terra em Moçambique é propriedade do Estado, não se vende como está previsto na Lei de Terras, mas com o surgimento de investimentos no agronegócio o mercado de terra é uma realidade e tem se expandido e movimentando vários atores sociais desde as empresas e a sociedade no geral. Entretanto, há casos de venda e compra de terra, e o Estado está a par deste fenômeno, porém não tem controle da situação, sobretudo, pela fraca fiscalização e baixo nível de cobertura dos Serviços de Geografia e Cadastro – SGC (LANGA, 2012, p. 120).

As transações de terras agrícolas no campo entre empresários e comunidades, nem sempre são feitas mediante uma moeda. Em muitos casos, os empresários entregam bens alimentares nas comunidades; prometem empregos nas suas unidades de produção e isso tem sido recorrente nas empresas florestais (eucaliptos). Essa situação tem sido recorrentemente denunciada pelas organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo. Os casos mais emblemáticos são das empresas do agronegócio de eucaliptos no país.

É o caso da *Green Resources Moçambique* (LGR) que através das suas subsidiárias, aliciam os camponeses com promessas de que terão empregos em caso de aceitarem, por exemplo, que as suas terras sejam tomadas pela empresa. Esse cenário foi constatado nos distritos de Ribaué e Mecuburi, onde opera a *Green Resources*

[72] Entrevista concedida pelo funcionário da Direção Nacional de Terras (DINAT) em Maio de 2019, na cidade de Maputo.
[73] Entrevista realizada em Maio de 2019, na cidade de Maputo.

Moçambique (LGM) através da sucursal *Lúrio Green Resources* (LGR). Situação semelhante a esta, foi constatada nas províncias de Manica e Zambézia, sobretudo, em locais onde opera a *Portucel Moçambique*, uma empresa portuguesa que viabiliza agronegócio de eucaliptos nestes locais.

Essa empresa prometia, por exemplo, dar emprego e melhorar as condições de vida das populações, mas em troca, estas deveriam entregar as suas terras para serem usadas como campos de expansão de eucaliptos. Na província de Manica, esta empresa, aliciava os camponeses com chapas de zinco. Para dizer que a empresa dava chapas de zinco aos camponeses em troca das suas terras. Além de ser confirmada durante uma vista de campo, essa situação foi denunciada também pela Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU). De acordo com Langa (2012):

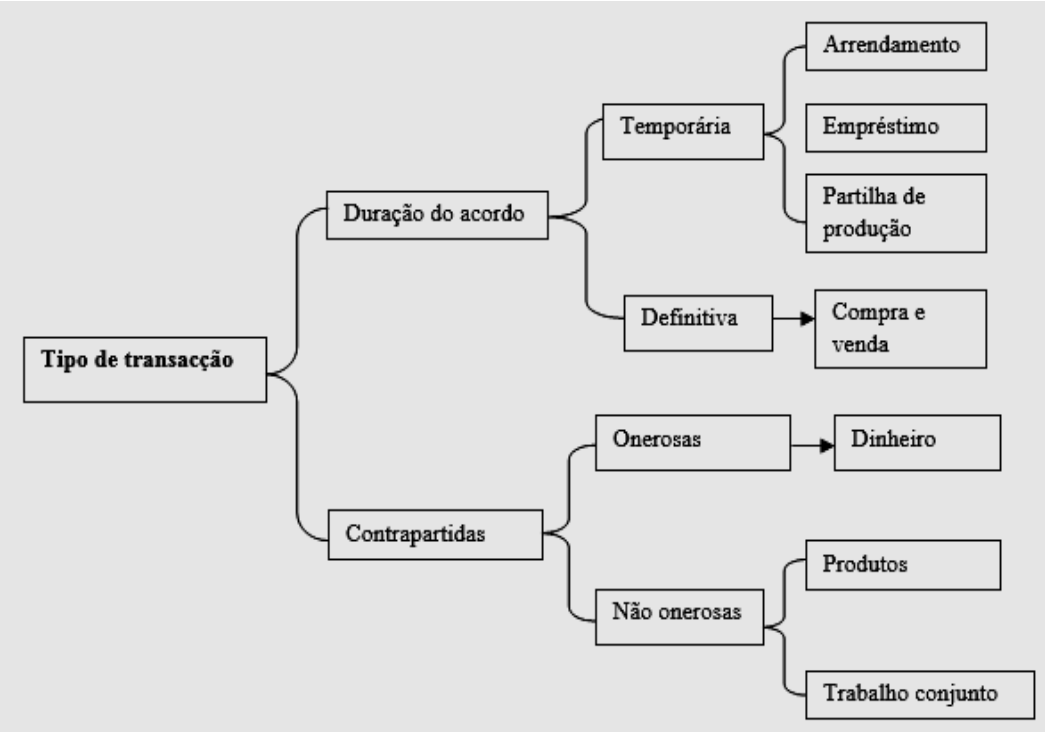
> Nas áreas rurais existem camponeses que operam no mercado de venda de Terra com base na trocas com produtos. Neste caso, a Terra é vendida (troca) por materiais de construção e alimentos, o que caracteriza uma situação mais incipiente e de maior precariedade nas relações institucionais. Essa lógica de negociações ratifica nossas considerações acerca das fragilidades institucionais de controle social camponesa sobre a terra no país (LANGA, 2012, p. 104).

As transações de terras envolvendo empresários e comunidades estão a dar-se de várias formas, mas sempre estas últimas é que saem a perder, pois os empregos têm sido sazonais e não permanentes. Na maioria das vezes, esse tipo de negócio acaba gerando conflitos sociais, pois os camponeses se sentido enganados pelas empresas, tentam voltar para as suas terras, mas em contra partida, encontram as mesmas terras enquanto estão sendo usadas para a produção de eucaliptos. Sobre as transações de terras em curso no país, Carrilho (2013) faz saber que:

> As transações [...] podem classificar-se, em geral, conforme os agentes envolvidos, isto é, se envolvem pessoas singulares ou pessoas coletivas, incluindo famílias alargadas, empresas e instituições; conforme os requisitos de formalidades, isto é, entre as formas sujeitas a registro e as informais e/ou não sujeitas a registro. Dentro destas categorias, pode distinguir-se pela forma como se processa – atribuição ou recompensa – a transação, isto é, as não pagas e as que são pagas (em dinheiro ou espécie). Pode ainda classificar-se de acordo com o direito que resulta para a pessoa ou entidade que transfere: se perde ou retém direitos sobre a terra depois de processada a transação (CARRILHO, 2013, p. 170).

A Figura 2, mostra resumidamente, a classificação das transações de terras rurais em Moçambique.

Figura 2. Classificação das transações de terras rurais em Moçambique



Fonte: Mandamule e Júnior. (2019)

Todos os tipos de transações de títulos de terras acontecem no meio rural e dependendo da sua localização, os seus "proprietários" conseguem ter renda. As terras que estão a serem transacionadas por camponeses no meio rural, são aquelas que foram ocupadas por estes com base em «*normas e práticas costumeiras*» como também a por «*boa-fé*». Diferentemente das zonas urbanas onde existem muitas informações em torno do negócio fundiário, no meio rural são quase inexistentes. Essa escassez de informações sobre o mercado de terras rurais é confirmado por Carrilho (2013), mas este autor deixa claro que mesmo assim, a tendência tem se mostrado cada vez mais crescente. Em suas palavras, o autor afirma que:

> Para as terras rurais, há menos informações de como é que o mercado está a comportar-se como mecanismo de alocação de terras. Trabalhos recentes de titulação de terras no quadro do projeto Acesso Seguro à Terra, do MCA indica uma tendência semelhante. Nos distritos de Mecufi, Niacuadala e Monapo, mostra-se que entre as formas principais de aquisição da terra, em 481,913 e 349 parcelas foram (a) o mercado, com 18%, 15% e 0%, respetivamente [...]. Existem indicações de que, em muitos casos a oferta apresenta, realmente, uma transação de direitos envolvendo valores (CARRILHO, 2013, p. 172-173).

Um estudo recente de autoria de Mandamule e Júnior (2019), subordinado ao título «*Mercados de terras rurais no Corredor da Beira: dinâmicas e conflitos*» denuncia a comercialização de terras no país, num contexto do regime de propriedade estatal da

terra. Os autores demonstram que, maior parte das comunidades que vivem ao longo do Corredor da Beira, venderam as suas terras aos investidores.

Dos setores que mais tem se destacado na compra de terras, em primeiro lugar está a agricultura com 50%, segue habitação com 34%, o comércio com 10%, o turismo com 3%, extração mineira com 1% e outras atividades não identificadas com 2%. Dos distritos alvos da pesquisa, o destaque vai para Sussundenga onde 36% dos membros das comunidades venderam as suas terras; Nhamatanda conta com 34%; Manica com 27% e; Vanduze com 3% (*cf.* MANDAMULE & JÚNIOR, 2019). Ao estudar o mercado de terras nos distrito e Manica e Sussundenga, Langa (2012), descreve o seguinte cenário:

> Dos entrevistados 41% concordam fazer parte deste mercado, que é ilegal por lei em Moçambique. Desses, 46,6% venderam terras para pessoas particulares e coletivas. Essa cifra consideramos constituir os atores envolvido na questão da especulação e venda de terra em Moçambique. Portanto, este e um dos indicadores da presença do mercado de Terra "existência da mercantilização de terra". Este quadro reflete que há indivíduos com ou sem DUAT, vendendo direitos de uso para particulares ou coletivos, sem a mediação/regulação concreta do Estado e ou controle das comunidades locais. Igual percentagem (41%), vendeu terra somente para pessoas particulares, em quase todas transações foram de vendas à familiares. Este tipo de processo e caracterizada pela sociabilização entre as famílias rurais onde a venda está associada a trocas de produtos e até gratificações que torna peculiar a vida do campo (LANGA, 2012, p. 106).

Os dados trazidos por Carrilho (2013), Mandamule e Júnior (2019) e Langa (2012) denunciam que o mercado de terras rurais em Moçambique está ativo e cada vez mais crescente. Os valores usados para as transações, revelam que as comunidades é que saem a perder, na medida em que são ilusórios. São ilusórios porque depois da valorização das terras adquiridas pelos empresários gera mais valores, o que lhe permite acumular o capital. A partir do Corredor da Beira, Mandamule e Júnior (2019) mostram que numa área cujas dimensões são 20x40, dependendo da sua localização, as comunidades recebem em troca valores compreendidos entre 2.000 Meticais (MZN) à 120. 0000 Meticais (MZN), conforme ilustra a quadro 8.

Quadro 8. Valores mínimos e máximos por hectare praticado na transação de terras no Corredor da Beira

Distrito	*Valor mínimo*	*Valor Máximo*
Nhamatanda	2.000 MZN	20.000 MZN
Vanduze	40.000 MZN	120.000 MZN
Sussundenga	5.000 MZN	15.000 MZN
Manica	5.000 MZN	10.000 MZN

Fonte: Mandamule e Júnior (2019). Org. O autor

Estes autores mostram ainda que o arrendamento de terras é outra forma de transação de terras que tem se elevado ao longo do Corredor da Beira nos dias atuais. O

distrito de Nahamatanda é que lidera com cerca de 35% dos membros das comunidades que já arrendaram as suas terras aos capitalistas; o distrito de Manica conta com 22%; o distrito de Sussundenga com 12% e o de Vanduze com 3% (*cf*. MANDAMULE & JÚNIOR, 2019). A venda de terras no país, tem acontecido aos olhares do governo e nalguns casos, são estes mesmos governantes que aparecem envolvidos nos negócios fundiários no país.

A ORAM descreve com uma preocupação um fato que aconteceu durante encontro organizado em 2018 pela Confederação das Atividades Econômicas de Moçambique (CTA) denominado CASP (Conferência Anual do Setor Privado), em que um dos empresários do ramo do agronegócio, afirmou estar a comprar terras no país, sobretudo, na província de Niassa, onde produz soja, milho e outras monoculturas de exportação. Esta organização camponesa, faz saber ainda que a afirmação deste empresário do agronegócio foi feita em frente dos membros do governo e, principalmente, do presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, aquele que jurou no dia de tomada de posse, fazer cumprir a fazer constituição e as demais leis moçambicanas. O Coordenador-Executivo da ORAM descreve que:

> Eu estive presente numa reunião realizada no CTA chamado CASP, é uma reunião de alto nível que o setor privado realiza em Moçambique, esteve lá o governo, incluindo o chefe do Estado. Apareceu um fulano, João Ferreira dos Santos e afirmou que ele está a comprar terras em Niassa bem em frente do chefe do Estado, que as comunidades andam a vender-lhe terras. Agora, a questão que coloco é: será que as comunidades têm noção que estão a vender terras? Sabem o que é que essa transação significa?[74]

A questão que se coloca é como as autoridades governamentais, principalmente, o presidente da república que estava presente no evento da CTA se sentiram ao ouvir de um empresário estrangeiro que ele está a comprar terras, num país onde constitucionalmente se diz que a terra não se vende? Num posicionamento pessoal, O Diretor-Executivo da ORAM afirma que "eu acho que isso [a venda de terras] resulta na minha opinião da ausência efetiva do Estado[75]". Na mesma perspectiva, Serra (2013, p. 64) afirma que o crescente mercado de terras no país "está indissociavelmente ligado ao enfraquecimento progressivo do papel do Estado na administração da terra".

Embora anualmente o governo simule a fiscalização de terras no país, as ações governamentais no combate ao mercado de terras, estão longe de serem efetivas. Como foi referenciado nas seções anteriores, muitas empresas que solicitaram DUAT ao Estado,

[74] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[75] Entrevista realizada em Maio de 2019.

não estão a cumprir com os planos de exploração de terras sobmetido e aprovado pelo governo e isto, tem contribuído para a ociosidade da terra. Para Langa (2012, p. 106), o incumprimento dos planos de exploração da terra por parte das empresas do agronegócio tem ocasionado "a proliferação de venda [da terra], contribuindo assim, para o surgimento de atos ilícitos no âmbito da gestão de terras". O crescente mercado de terras rurais que se verifica no país, traz outro debate, neste caso, a perca de controle deste fenômeno por parte das instituições do Estado em combatê-lo, por exemplo. Langa (2012) afirma que:

> O Mercado de terra está crescendo e acreditam alguns funcionários do Ministério da Agricultura, que este cenário aumente pelo simples fato da existência de fortes investimos externos nas terras das comunidades. Durante o campo ficou claro que a terra é vendida e o gestores públicos não tem como controlar este fenômeno (LANGA, 2012, p. 105).

Nos dias atuais, o mercado de terras rurais tem se mostrado cada vez mais sofisticado. Além disso, nota-se o envolvimento de muitos atores no processo. O envolvimento destes atores, faz com que o mercado de terras seja complexo, pois nem todos são conhecidos fisicamente. Neste processo, nota-se o envolvimento ativo das elites políticas e econômicas nacionais, burocratas da função pública, ambos com estrita ligação com partido no poder (a FRELIMO).

Era de esperar que fossem essas elites políticas atualmente no poder a combater a comercialização de terras no país, operando no sentido de implementar-se adequadamente a Lei de Terras. Contraditoriamente, são estas mesmas elites atualmente no poder que atropelam e/ou violam, a Constituição da República, a Lei de Terras e as demais leis existentes no país que poibem a venda de terras.

O que acontece é que, essas elites participam de forma ativa e nalguns casos, passava no negócio fundiário, em benefício próprio e das multinacionais, as quais tem interesses. No Código Penal, a participação ativa e passiva na venda de terras, configura-se no crime na República de Moçambique, mas nem com isso, as elites deixam de praticar este ato ilícito. Serra (2013, p. 64) afirma que em Moçambique observa-se uma "tendência crescente para a situação de açambarcamento de terras, por parte de uma elite bem colocada na esfera do poder político".

O crescimento do mercado de terras em Moçambique, está intrinsecamente ligado com a fragilização das instituições do Estado responsáveis pela fiscalização da terra, a falta de transparência e a forma secreta como são feitas na concessão de terras aos investidores privados, a corrupção e as assimetrias no acesso à informações sobre terras no país. Os próprios contratos para a entrada do investimento no país são assinados de

"cima para baixo", isto é, ao mais alto nível da "nação" sem a realização de um debate público para ver a sua viabilidade social, econômica e ambiental e muito menos as comunidades locais são consultas.

A maior parte dos moçambicanos, não conhecem como os contratos entre os governos e as empresas multinacionais são estabelecidos e isto, deve-se à falta de transparência por parte dos que representam os interesses da "nação". Muitas vezes, as comunidades são surpreendidas ao serem invadidas pelos capitalistas em seus territórios e quando procuram questionar, são respondidos que as terras já não lhes pertencem, destacando que foram autorizados pelo governo.

Informações sobre a quantidade de terra alocada ao capital e o número de contratos assinados, são mantidos em segredo, apenas pessoas de confiança e ligadas a máquina estatal e aquelas que têm ligações com as elites políticas e econômicas são as que têm acesso. Igualmente, informações sobre terras no país, nunca foram tornadas públicas para o acesso livre dos cidadãos, pois sempre que os/as pesquisadores/as querem usá-las em suas pesquisas, devem solicitar as instituições responsáveis e nem sempre são facultados/as. As infiormaçõs relacionadas com (a questão de) terras no país, são blindadas pelo Estado e o exemplo disto, é o programa «Terra Segura».

Desde que foi lançado em 2015, mesmo de forma incompleta, as infomações sobre este programa apenas foram partilhadas ao público em Outubro de 2017, durante a Conferência da UNAC. Importa realçar, que os dados preliminares sobre esse programa, não estão disponíveis no *site* da instituição. As primeiras informações sobre o programa «*Terra Segura*», embora em pequenas proporções, começaram a surgir em público depois da Conferência da UNAC em 2017 e foi graças ao Observatório do Meio Rural (OMR) que se encarregou em disponibilizar em seu *site*[76]. A disponibilização das informações aconteceu depois de vários questionamentos feitos ao funcionário da Direção Nacional de Terras (DINAT) por participantes da conferência organizada pela UNAC que queriam utilizar nas suas pesquisas.

A burocracia no acesso a informações sobre terras em Moçambique é maior e de certa forma, facilita que os grupos que detém grandes extensões de terras no país, às vezes, de forma fraudulenta e ao mesmo tempo criminosa, continuem blindados e impunes. A questão de terra tem estado a revelar relações de poder, sobretudo, no acesso à informação. A situação torna-se mais complexa ainda quando se trata de locais onde

[76] Este material, pode ser encontrado em: http://omrmz.org/omrweb/. Acesso: 18/12/2018

ocorrem recursos naturais (carvão mineral, gás e petróleo, pedras preciosas, areais pesadas) de interesses das elites. A inibição dos cidadãos no acesso a informações referente a terras, permite os grupos mais poderosos do país perpetrarem ações de dominação o que também lhes dá possibilidade de garantir a sua reprodução social com base no clientelismo e na corrupção. Mosca (2017) afirma que:

> As elites políticas e as burocracias utilizam as suas posições para fazer ou não cumprir a lei, ou por meio de acesso privilegiado à informação, facilidade de procedimentos administrativos e muitas vezes do poder discriminatório e de decisão a troco de benefícios, incluindo materiais e dinheiro (MOSCA, 2017, p. 105).

No negócio fundiário funciona também a *lei cabritista* e bem conhecida na sociedade moçambicana, segundo a qual, "o cabrito come onde está amarado". O *cabritismo* é um processo sistemático de corrupção que se instalou em Moçambique, em quase todas as instituições do Estado e tem tido grandes repercussões no setor de terras e de florestas no âmbito da «*Operação Tronco*», conduzida pelo MITADER a partir do ano de 2016. Em relação a corrupção no negócio fundiário em Moçambique, Hanlon e Smart (2008) reportam um caso que aconteceu no centro do país envolvendo grupos filiados ao partido FRELIMO. Estes autores afirmam que em Moçambique:

> A terra provou ser uma questão fulcral. Muitos da nomenclatura, desde o topo até administradores de distritos, tinham-se servido de terrenos nas zonas rurais para si próprios. Uns tantos estavam de fato a investir e outros tinham machambas de fim-de-semana. Mas a ato nível havia pessoas com grandes extensões de terra que mantinham em pousio para a especulação. Se a terra fosse privatizada, esperavam vendê-la, se não fosse, tinham esperança de arrendá-las. Andando ao longo da estrada principal de Chimoio a Manica, veem-se extensas terras agrícolas de primeira qualidade – bons solos, boa pluviosidade, próxima da estrada. Só uma pequena parte é usada; mas está em nome de pessoas muito altas na hierarquia da FRELIMO. Entrevistamos um investidor estrangeiro que queria produzir bananas para a exportação. Encontrou alguma terra perto da Beira, e a estória continua: "A terra era perfeita para bananas e eu podia criar 2000 empregos. Mas estava nas mãos de uma pessoa importante do partido que queria uma grande fatia. Fui falar com o Ministro da Agricultura na época que foi informar-se e veio dizer-me depois: essa pessoa é demasiado poderosa para eu poder intervir". O investidor começou a procurar no corredor de Maputo. "Havia boa terra e os funcionários que a controlavam disseram que queriam promover o desenvolvimento e estavam preparados a negociar. Mas queriam que eu lhes desse, empregos pagos a 3.000US$ por ano". "As bananas podem ser lucrativas, mas não se eu tiver que pagar 1 milhão por ano a cabritos" (HANLON & SMART, 2008, p. 237-238).

Embora seja difícil explicar a corrupção como um gesto pessoal, mas há que evidenciar que, em Moçambique o "negócio fundiário", tem suas ramificações. No caso das terras rurais, quem ganha mais com isso, são os que exercem o poder a nível central, em seguida, os de nível provincial e finalmente, os de nível local. Lembrar que não grupos

quaisqueres, todos eles ocupam cargos privilegiados dentro da administração pública, desde o *poder central* até *poder local*. Mandamule (2017) remata que:

> A ocupação de cargos de liderança e chefia dentro do sistema de poder (a todos os níveis) confere aos atores implicados nos arranjos ou negociações com os novos ocupantes, privilégios, prestígios e outros tipos de benefícios (materiais ou simbólicos) o que, por sua vez, permite-lhes legitimar o seu poder e perpetuar a sua dominação. Quanto mais importante for o cargo que os indivíduos ocupam na hierarquia do poder, maior será a sua influência nos processos de negociação e maior será a tendência de exclusão de outros setores inferiores colocados na estrutura do poder, como os régulos ou outras autoridades tradicionais. Estes últimos reduzem-se, portanto, a meros legitimadores de quimeras processuais (MANDAMULE, 2017, p. 129-130).

As autoridades tradicionais, popularmente conhecidos como régulos e líderes comunitários, são outros sujeitos que estão diretamente envolvidos no negócio fundiário no país. Dependendo do grupo *étnico-linguísticos*, os nomes de régulos e líderes comunitários mudam. No centro do país, sobretudo, nos distritos de Angónia, Tsangano, Macanga, Chiúta, Marávia, são conhecidos por *Mfumu´s, Nhakwa´s, Nduna´s*. A participação no negócio fundiário, contraria os elementos basilares da sua existência. O papel das autoridades tradicionais dentro das comunidades está assegurado pela Constituição da República de Moçambique. Por exemplo, numa das passagens, a Constituição da República proclama que:

> O Estado reconhece e valoriza a autoridade tradicional legitimada pelas populações e segundo o direito consuetudinário. O Estado define o relacionamento da autoridade tradicional com as demais instituições e enquadra a sua participação na vida econômica, social e cultural do país, nos termos da lei[77].

O poder das autoridades tradicionais em Moçambique, se materializa dentro de um determinado contexto geográfico, neste caso, territorial. Neste sentido, os régulos e líderes tradicionais tem a sua própria área de jurisdição onde mantém o controlo do território. Isso significa dizer que, eles não mantém apenas o controlo sobre as pessoas que aí vivem, mas também sobre a terra e outros recursos naturais. As autoridades tradicionais conhecem bem os seus territórios, sobretudo, onde começam e terminam, por isso, são vistos como elementos importantes no processo de governação.

As autoridades tradicionais são lhes conferido o poder suficiente para resolução de conflitos *intra-familares* e *intra-comunitários*. Com base no poder tradicional eles, resolvem vários problemas dentro das comunidades onde estão inseridos, sobretudo, quando há conflitos sobre terras e entre outros. Todos os problemas das comunidades

[77] Cfr. Artigo 118 da Constituição da República, números 1 e 2.

relacionados com a falta de infra-estruturas sociais, escolas, hospitais, mercados, furos de água e entre outros, são reportado por eles às instituições do Estado, neste caso administração local.

Nenhuma atividade do Estado nas comunidades é realizada sem a presença dos líderes comunitários e/ou régulos. O poder que os régulos e líderes comunitários são conferidos pelo Estado, nalguns casos, faz detes equipararem-se a um funcionário da administração pública. Mosca (2017, p. 104) afirma que em Moçambique, as autoridades tradicionais "foram instrumentalizadas pelas burocracias dos Estados modernos, transformando-os em chefes locais em extensão e aliados do poder do Estado".

Além disso, os régulos e líderes comunitários estão ligados a uma rede oligárquica ligada a máquina partidária no poder, a FRELIMO que tem se apropriado do aparelho do Estado para viabilizar os seus negócios e do capital. Neste sentido, os régulos e líderes comunitários acabam entrando no sistema para viabilizarem os negócios fundiários de todas as elites e do capital, como um mecanismo para a sua reprodução social. Os régulos e líderes comunitários acumulam a riqueza a partir da sua aliança às elites políticas e econômicas do país (na sua maioria, ligadas ao partido FRELIMO) como também aos capitalistas estrangeiros.

Estas alianças entre os régulos e líderes comunitários com as elites ligadas ao partido FRELIMO e o capital estrangeiro, são baseadas em mecanismos clientelistas caracterizadas pela troca de favores e corrupção. No negócio fundiário, o papel dos líderes comunitários e dos régulos é de intermediar os negócios das elites políticas com o capital multinacional. O papel dos líderes comunitários e régulos passa por identificar terras em suas comunidades para depois, alocá-las ao grande capital que necessita dela para a expansão de *commodities* agrícolas. Identificadas as terras, os régulos e/ou líderes comunitários, se reportam as elites políticas e econômicas nacionais as quais os próprios régulos e líderes comunitários se aliam, informando que existem terras. A partir das informações facultadas pelos líderes comunitários ou régulos, as elites políticas, avançam com o negócio, concessionando terras para o capital multinacional.

Essas concessões, às vezes, tem sido atribuídas aos capitalistas nos quais futuramente as elites políticas prevêem estabelecer alianças para a exploração capitalista das terras ora concessionadas. Nalgumas vezes, os líderes comunitários e os régulos participam dos encontros entre o governo e os capitalistas que tem procurado terras para explorar no país. É nestes encontros onde os líderes comunitários e os régulos confirmam a existência de terras. Nem sempre a confirmação da existência de terras pelos líderes

comunitários e régulos é consensual, uma vez que nem parte dos membros das comunidades não têm sido informados sobre a realização dos encontros com os investidores. Na maioria das vezes, as terras tidas pelos líderes comunitários e régulos nos encontros com os investidores têm sido aquelas de uso comum entre os membros das comunidades e em caso da sua ocupação pelo capital, emergem conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais. Mandamule e Júnior (2019) afirma que:

> No atual contexto de grandes aquisições de terra e de crescente desenvolvimento de relações comerciais sobre a terra, os chefes tradicionais aparecem, por um lado, como a interface oficial entre os grandes investidores, as elites políticas, empresários e outros notáveis que procuram terra para variados fins e as comunidades locais onde as ações serão desenvolvidas, tendo assim uma influência importante na distribuição e no controlo da terra e dos projetos de desenvolvimento trazidos às zonas rurais. [...]. São eles os primeiros a serem contatados, são também eles que negoceiam e organizam as consultas comunitárias, os que têm acesso a alguma informação sobre os projetos e os primeiros a beneficiar dos acordos estabelecidos, colocando-se, assim, numa posição privilegiada em relação aos outros membros da comunidade. Assim, pode-se afirmar que o papel das autoridades tradicionais pode, por vezes, ir para além da simples proteção dos interesses das comunidades, passando estes a atuar também como intermediários das transações de terras (MANDAMULE & JÚNIOR, 2019, p. 12-13).

Pela sua lealdade, as autoridades tradicionais recebem em troca das elites políticas e econômicas nacionais alguma gratificação, alguns privilégios, prestígios ou mesmo algo material, não apenas para permitir a sua reprodução social, mas também para legitimar o seu poder e por via disto, perpetuarem a dominação contra outros sujeitos dentro da comunidade. Em casos de existência de uma política pública e/ou um programa governamental que visa diminuir a pobreza no campo, num contexto praticamente patrimonislista, os líderes comunitários e os régulos têm sido os promeiros a se beneficiarem quando comparado com os restantes membros das comunidades.

Tendo em conta que as listas dos membros das comunidades por receber os produtos são feitas pelos líderes comunitários e os réguos, na maioria das vezes, os primeiros nomes têm sido dos seus parentes, seguindo de pessoas leais a eles e depois, os restantes. Nalguns casos, como recompensa, os líderes comunitários e os régulos, chegam mesmo a mudar posição na estrutura burocrática, passando para administração pública, onde entram também na onda da acumulação privada de capital, expropriando também o Estado. De acordo com Mosca (2017):

> Estas autoridades ficam como parte da moderação e conciliação de interesses, onde não escasseiam múltiplas formas de corrupção e obtenção de privilégios por alegada defasa dos interesses ou o não cumprimento e de ordens superiores dos “chefes”, ou do partido no poder (MOSCA, 2017, p. 104-105).

Às vezes, os líderes comunitários e os régulos têm trabalhado na contramão das elites políticas e econômicas do país, pois eles acabam fazendo negócio sem subordinar-se a elas. Isso acontece mais durante as consultas comunitárias, já que antes de tudo, o empresário é obrigado pela Lei de Terras a ir ao encontro das comunidades para aferir se de fato existem terras por serem exploradas. Quando o empresário chega, quem lhe recebe é o régulo ou líder comunitário.

Na maioria das vezes, o negócio é tratado entre os líderes comunitários e/ou régulos com os empresários e mais ninguém. Acontecendo nestes moldes, ele é quem se beneficia e não a comunidade no seu todo, pois em caso de cederem parcelas de terras, recebem em troca, dinheiro, bens alimentares, bebida e, nalguns casos, promessas de terem melhores condições de vida, emprego, etc. É notório a melhoria das condições de vida dos líderes quando comprada com o restod dos membros das comunidades.

Isto está diretamente ligado ao seu envolvimento nos negócios fundiários e a sua alianças com as elites político-partidárias (da FRELIMO) e com outros burocratas nacionais (altos funcionários do Estado) que têm interesses sobre a terra no país. Além dos líderes comunitários ou régulos, existem também dentro das comunidades, cidadãos que têm participado diretamente no negócio fundiário no país, os chamados *angariadores de terras*. Os *angariadores de terras* funcionam como intermediário entre as comunidades e os investidores no negócio fundiário. Os angariadores de terras estão divididos em dois grupos.

O primeiro grupo é composto por angariadores informais e na sua maioria, são membros das comunidades. Já o segundo grupo é composto por angariadores formais e estes, fazem parte burocracia, sendo que, alguns destes, são funcionários do Estado a nível local. Nalguns casos, as autoridades tradicionais aparecem também como angariadores de terras em benefício do capital. De acordo com Mandamule e Júnior (2019, p. 112) os chefes tradicionais podem atuar como angariadores de terras para os atores (empresários e investidores) que procuram adquirir terra a baixos custos". Os angariadores de terras são majoritariamente do sexo masculino. Explicando a atuação dos angariadores de terras, Mandamule Júnior (2019) descrevem o seguinte:

> No grupo dos intermediários nas transações de terras rurais, encontramos, por um lado, os atores formais, ou seja, os funcionários públicos, aos diferentes níveis (distrital, local e municipal), que procedem à alocação da terra e facilitam o acesso ao DUAT para os grandes investidores, empresários e elites políticas, muitas vezes com ligação ao sistema de poder. Por outro lado, encontramos os atores informais, constituídos pelos nativos e notáveis das comunidades, maioritariamente do sexo masculino, a quem os migrantes se

> dirigem, primeiramente, para procurar terra (MANDAMULE & JÚNIOR 2019, p. 11).

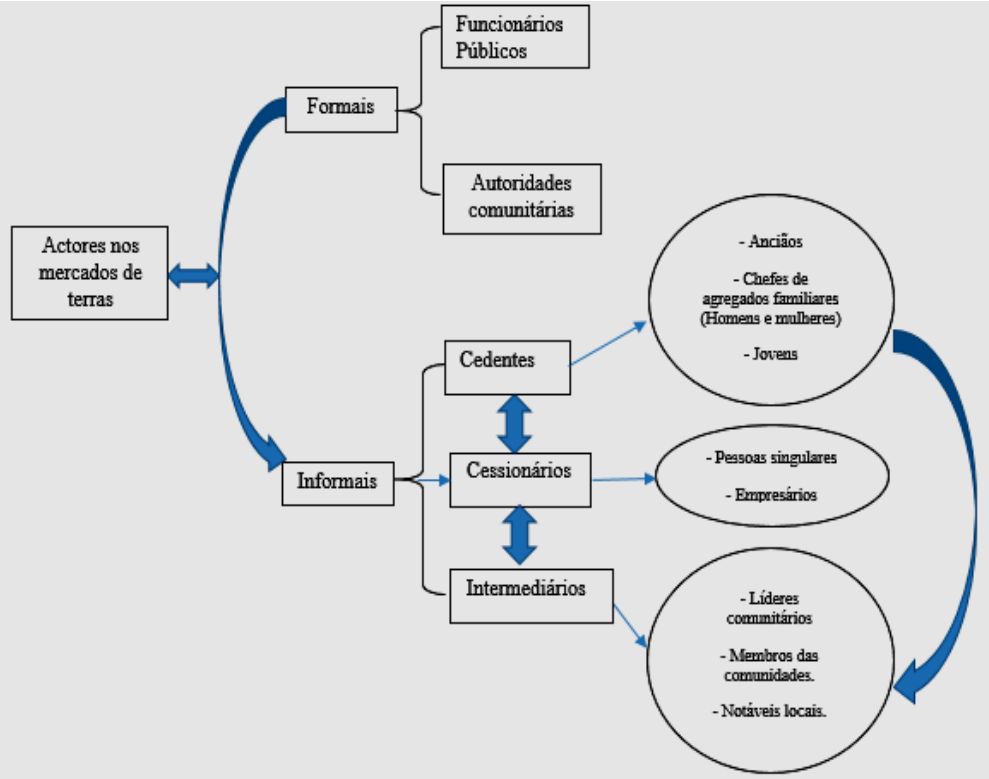
Os angariadores na qualidade de intermediários, percorrem as comunidades em busca de terras supostamente não usadas pelas comunidades. Em casos da sua existência, os angariadores de terras fazem contatos com os investidores. Depois disso, os angariadores de terras avançam com a negociação das parcelas de terras e muitas das vezes, as comunidades não participam, situação que lhes levam a sua expropriação, neste caso, duas vezes, primeiro pelos angariadores e segundo pelos investidores. De acordo com Mandamule e Júnior (2010):

> O intermediário aparece como um ator-chave nas transações de terras, responsável pela identificação de potenciais cessionários e por colocá-los em contato com potenciais cedentes. Para além disto, o seu papel passa igualmente por negociar as condições da cedência, tendo em conta as exigências do dono da área, entendido aqui como o detentor legal e legítimo dos direitos de uso e aproveitamento sobre determinada área (MANDAMULE & JÚNIOR, 2019, p. 11).

Após a negociação com os investidores, em seguida, os angariadores trazem a proposta para as comunidades. Nem sempre a proposta que os angariadores de terras dão as comunidades é verdadeira. Pelo contrário, tem sido inferior àquela dada pelos investidores. A redução do valor proposto pelos investidores na compra da posse de terras dentro das comunidades, tem servido para os angariadores como um mecanismo de acumulação o capital. Parte do dinheiro, às vezes, maior, fica com os angariadores de terras e outro é entregue as comunidades.

Além de ser uma forma deliberada de expropriação das comunidades e dos camponeses, a ação dos angariadores de terras faz parte de esquema ilegal de negócio fundiário no país, o qual beneficia os integrantes. A existência de angariadores de terras foi denunciada pelos camponeses da província de Manica durante o lançamento do Conselho Consultivo da Portucel Moçambique, uma empresa de capitais portugueses do ramo de plantação de eucaliptos em Moçambique, ocorrido em Dezembro de 2017, na cidade de Maputo. A figura 3, resume o funcionamento do negócio fundiário em Moçambique.

Figura 3. Principais atores envolvidos no mercado de terras rurais em Moçambique



Fonte: Mandamule e Júnior (2019)

O monopólio da terra pelo Estado moçambicano apenas permite a circulação e reprodução ampliada do capital, mesmo em situações de regime estatal da terra em Moçambique. A multiplicação por parte dos atores que têm interesses sobre a terra no país, faz com que as comunidades e os camponeses em particular, fiquem inseguras, enfim, sob ameaças de serem expulsas das suas terras e de perderem outros recursos naturais vitais para a sua reprodução social.

3.6. Renda da terra: aliança terra e capital em Moçambique

Esta seção pretende trazer uma análise sobre a renda de terra enquanto base material para a "capitalização" e consolidação da "burguesia nacional" moçambicana em emergência. A hipótese básica que vai guiar esta análise, baseia-se na ideia de que, nos dias atuais, a terra configura-se num instrumento de acumulação ampliada do capital em Moçambique, sobretudo, dos que a têm em sua posse.

Para a análise da renda de terras usar-se-á estudos de Harvey (2016; 2018); Martins (1980; 1983; 1986); Oliveira (2007a) e Fernandes, Frederico e Pereira (2019), servirão como base fundamentadora para compreender o caráter rentista da formação da "burguesia" nacional moçambicana, ou seja, a formação da burguesia a partir da extração da renda da terra que aqui se propõe analisar. Os estudos existentes em Moçambique, na

sua maioria de autoria de alguns economistas (*cf*. Mosca, 2009; 2014; 2015; 2017; Castel-Branco, 2015; 2017), não entram no debate teórico-conceitual sobre a renda da terra e muito menos os seus meandros, mas sim, relatam como é que a classe capitalista e/ou a "burguesia" moçambicana, através das terras que detém em sua posse e os recursos naturais presentes nelas, tiram ganhos disto.

Como foi referenciado nos capítulo 2, houve grupos poderosos composto por membros do partido FRELIMO e altos funcionários do Estado que se envolveu no açambarcamento das terras no país. Além destes, adiciona-se também os grupos sociais próximos ao partido FRELIMO, como por exemplo, membros da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e alguns burocratas da administração pública que fazendo uso do poder que detém, continua açambarcando terras no país em benefício próprio.

Embora no contexto de terras urbanas, o caso mais emblemático é de César de Carvalho que foi acusado pelo crime de abuso de autoridade pelo Gabinete Central de Combate a Corrupção (GCCC) pelo fato destes ter usado o poder que detinha na altura que era presidente do Conselho Municipal de Tete para assinar e falsificar os documentos, declarando-se dono de extensas áreas de terras dentro da cidade.

As terras de que César de Carvalho foi acusado de ter açambarcado em benefício próprio, correspondiam cerca de 43.07 hectares espalhados pelos bairros da cidade de Tete, com destaque para o bairro Mpádue onde possuía 34.91 hectares[78] e os outros, estavam distribuídos nos bairros Chingodzi (3 terrenos), Josina Machel (2 terrenos), Matundo (2 terrenos) e Samora Machel (1 terreno)[79]. Mesmo envolvido neste escândalo de corrupção, o caso foi arquivado.

Mais tarde e, sobretudo, em 2018, César de Carvalho foi "repescado" pelos seus camaradas e reeleito presidente do mesmo Conselho Autárquico (de Tete) em que para além de ter açambarcado terras urbanas, desviou também fundos públicos, num total de cerca de 518.160 meticais[80]. Em relação ao destino das terras que teriam sido açambarcadas por ele, existem duas possibilidades todas elas visando acumulação capitalista. A primeira, passa pela construção de imóveis, tanto para a venda como

[78] Informação disponível em: https://macua.blogs.com/mocambique_para_todos/2013/07/gccc-acusa-edil-de-tete-de-abuso-de-poder.html. Acesso em: 14/07/2019.
[79] Informação disponível em: https://www.google.com/amp/s/noticias.mmo.co.mz/2013/07/presidente-do-conselho-municipal-de-tete-vai-a-julgamento-esta-quarta-feira.html/amp. Acesso:14/07/2019.
[80] Informação disponível em: https://macua.blogs.com/mocambique_para_todos/2013/07/gccc-acusa-edil-de-tete-de-abuso-de-poder.html. Acesso em: 14/07/2019.

também aluguel para quem precisasse deles para usar. A segunda, essas terras seriam vendidas em pequenas parcelas como tem sido recorrente assim que os espaços ficassem valorizados para quem precisasse das mesmas para implantar os seus empreendimentos.

A cidade de Tete, por se tratar de um lugar que vem se produzindo na base de uma economia extrativa (mineração do carvão mineral), os benefícios seriam maiores, pois entrariam na órbita da especulação como tem sido característico desde que começaram a entrar as multinacionais. Esta é a apenas a face de um fenômeno tão estrutural que se implantou dentro da sociedade moçambicana, cujos beneficiários têm sido majoritariamente, as elites políticas e econômicas dentro da FRELIMO e outros, sobretudo, os elementos mais próximos ao partido como anteriormente foi referenciado.

A renda da terra, tem ocupado espaços no debate acadêmico e, sobretudo, na ciência geográfica. Os estudiosos envolvidos nesse debates e embates têm procurado compreender a lógica rentista de acumulação do capital daqueles que monopolisticamente, detém e/ou controlam grandes extensões de terras, tanto aqueles que as têm como propriedade quanto os que as têm em forma de posse. Nos escritos históricos de Marx (2013), sobretudo, em «*O Capital*», a renda da terra aparece como o equivalente a uma mercadoria que passível de ser transacionada (e/ou trocada) nos mercados a um determinado preço.

Embora tratasse a terra como equivalente a mercadoria, dentro dos meandros do sistema capitalista, "Marx está interessado, sobretudo, na forma distintamente capitalista de propriedade e renda fundiária" (HARVEY, 2018, p. 46). Por sua vez, Harvey (2018, p. 46) "em seus escritos históricos, no entanto, ele reconhece que a posse de terra e a renda são formas sociais que representam relações sociais de tipos muito diferentes numa variedade de situações pré-capitaistas".

Afirma Harvey (2018, p. 46) que ao adentrar neste debate, Marx (2013) queria desmistificar certos equívocos, demonstrando que "o capitalismo não pode funcionar sem uma forma distinta de renda fundiária" por onde se implanta. Por sua vez, o autor entende que Marx (2013) nas suas análises não prestou atenção sobre a possibilidade da emergência de outras formas de renda dentro do sistema capitalista de desenvolvimento. Em suas palavras, Harvey (2018) afirma que:

> O que ele não previu foi que novas formas de rendas capitalistas pudessem desenvolver-se no interior das estruturas evolutivas do capitalismo e que na prática do *rente-seeking* pudessem ir mais além do que ele considerava necessário e funcional, bem como politicamente tolerável para uma forma madura de desenvolvimento capitalista. O *rente-seeking* pela especulação no mercado imobiliário e de recursos naturais (como preços de combustíveis) já é

> suficientemente deplorável. Mas, o que dizer do *rente-seeking* sobre a propriedade intelectual? Isso é o exemplo de um desdobramento que Marx não previu, mas que nós analistas contemporâneos, temos de enfrentar. Da mesma forma que os comerciantes, como bloco fraccional de poder, vão com frequência muito além da competência que Marx originalmente atribuiu a eles como atores necessários do funcionamento adequado do capital, os rentistas tendem a fazer o mesmo nos mercados fundiários, imobiliários e de ativos de todos os tipos (HARVEY, 2018, p. 46, itálicos do original).

Se a terra é equivalente a uma mercadora, significa que ela pode ser transacionada nos mercados. Esta relação envolve o proprietário e/ou de quem tem posse da mesma e quem precisa usá-la, neste caso, o comprador, arrendador de terras ou aquele que prefere alugá-las. Dependendo da conjuntura, a transação de terras do proprietário e/ou de quem tem posse sobre elas, seja por meio de venda, arrendamento e/ou aluguel, está sujeita a especulação. Por onde se implanta, o capitalista tem procurado mercantilizar as relações sociais e produtivas, com o objetivo de direcioná-las à sua lógica de produção baseada no mercado. Martins (1983) é elucidativo quanto a este processo:

> A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos de produção e, pouco a pouco, ele o faz. [...]. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. [...]. Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa a ser transformada, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada (MARTINS, 1983, p. 160).

A venda e/ou arrendamento de terras aos capitalistas que precisam delas para o seu uso, ocorre em todos os regimes de propriedades, seja privado ou estatal. Tanto a venda quanto o arrendamento de terrae, ambas formas de transações de terras (e/ou dos ativos) permitem aos seus proprietários ou ainda aos que têm posse sobre as mesmas, a retirarem a renda, especulando e manipulando os preços, inclusive. Para Martins (1980, p. 61) "a renda não existe apenas quando a terra é alugada; ela existe também quando a terra é vendida. Alugar ou vender significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada" por quem precisa dela para implementar os seus projetos. Mesmo "sendo a terra um fator natural" que "teoricamente não deveria ter (nenhum) preço, porque não é futuro do trabalho humano" (MARTINS, 1980, p. 20).

Mas, com o advento das relações capitalistas de produção, a terra deixa de ter apenas o valor de uso, mas sim, ela é transformada para valor de troca, passando assim a ser trocadas por determinados grupos sociais. Em Marx (2013) a terra é vista como um recurso natureza que não tem nenhum valor, tendo em conta que todo o valor que possui é produzido socialmente pelo homem através do trabalho. Assim sendo, a água é também visto basicamente como uma condição natural. No entanto, tal como a terra, quando

apropriada, a água é transformada em mercadoria passível de ser transacionada. Depois da sua mercantilização pelas corporações capotalistas globais, a água deixa de ter apenas o valor de uso, passa também a ter um valor de troca nos mercados[81] como acontece, por exemplo, com a terra. A esse respeito, Harvey (2016) afirma que:

> Todas as mercadorias que compramos numa sociedade capitalista têm um valor de uso e um valor de troca. A diferença entre essas duas formas de valor é significativa. Como costumam estar em conflito uma com a outra, elas constituem uma contradição que, de vez em quanto, podem provocar uma crise. Os valores de uso são infinitivamente variados (até para o mesmo item), enquanto o valor de troca (sob condições normais) é uniforme e quantitativamente idêntico (um dólar é um dólar, e mesmo quando é um euro, este tem um valor de troca conhecido em relação ao dólar) (HARVEY (2016, p. 27).

A transformação do valor de uso para o valor de troca, leva a privatização da natureza por parte dos capitalistas para fins de extração da renda, manipulação e especulação do valor real dos ativos, inclusive. Após a natureza ser privatizada, os capitalistas fazem-na, em sua propriedade passível de empreender um controle monopolístico da mesma. A esse respeito, Harvey (2016) afirma que:

> Quando os bens comuns são privatizados, todos os objetos, coisas e processos existentes recebem um valor (às vezes de forma arbitária, por ordem burocrática), pouco importando se neles foi investido trabalho social ou não. É assim que o capital cria o seu ecossistema característico. Desse modo as pessoas são livres de extrair riqueza social da posse de uma natureza mercantilizada, inclusive capitalizando-a como riqueza monotária. Isso cria uma base para a formação de uma classe rentista (e proprietária de terras) potencialmente poderosa, que regula o acesso à reserva de valores de uso em virtude de seu poder de monopólio de classe e da renda que extrai da terra. Essa classe é "dona" da natureza da qual precisamos para viver e pode ameaçar a perpetuação do capital, monopolizando toda a riqueza para si. […]. O poder (da classe) dos rentistas aumanta porque muitos recursos, sendo encontrados em lugares geograficamente específicos, estão sujeitos a concorrência monopolista e, portanto, à extração de rendas de monopólios. […]. Esse poder (da classe) dos rentistas se estende àquele aspecto da natureza que é

[81] Da mesma forma que a terra é disputada pelas corporações capitalistas globais para ser apropriada para fins de acumulação de capital, o mesmo acontece com a água. No caso da água, verifica-se uma disputa acirrada das corporações globais pela sua apropriação. Pode-se citar o exemplo das empresas como a norte-americana *Coca-Cola* que se tem apropriado, não apenas deste precioso líquido em si, mas também do processo "produtivo", na medida em que está envolvida no comércio global da água engarrafada. Além da *Coca-Cola*, destacam-se também empresas como a Suíça *Nestlé* e a francesa *Danone* (*cf.* PORTO-GONÇALVES, 2008). No caso moçambicano, existem várias empresas que se apropriam da água e depois de ser produzida socialmente e engarrafada, é comercializada nos diferentes mercados, sejam eles nacionais e internacionais. Trata-se, portanto, da *Água de Namacha, Água Vumba, Água da Chúta, Água de Gurué*, etc. Contudo, da mesma forma que se fala da «*questão agrária»* e/ou da «*questão ambiental»* pode-se dizer que estamos diante da *questão da água*, pois estamos diante de apropriação da natureza para acumulação ampliada de capital em escala global Assim como a apropriação da terra pelas corporações capitalista é contestada pelos camponeses e os movimento sociais, o mesmo acontece com a água. Em seu texto intitulado «*A luta pela apropriação e reapropriação social da Água na América Latina*», Porto-Gonçalves (2008) revala que no processo de apropriação e reapropriação social da água pelas corporações capitalistas, na contramão, nota-se a eclosão de lutas de resistência em contra a apropriação e privatização da água pelas corporações capitalistas.

> interiorizado na circulação do capital como tecnologia. Patentes e direitos de propriedade são estabelecidos a mando dos que produzem (socialmente a) natureza na forma de novas tecnologias. Em troca de uma renda monopólica, concede-se licenças privadas sobre matérias genéticas (sementes, por exemplo), novos métodos e até novos sistemas organizacionais de propriedade privada. […]. O controle que a classe rentista (por exemplo, proprietária de terras e tituares de direitos de propriedade mineral, agricultura e intelectual) exerce sobre os ativos e os recursos naturais permite que crie e manipule a escassez e especule sobre o valor dos ativos que controla (HARVEY, 2016, p. 233).

Quando há uma ocupação desta propriedade por outros grupos sociais, sobretudo, os camponeses, o simples fato de tornar a natureza sua propriedade, gerente aos capitalistas para que noutro momento passem a reivindicar o territótio e com ele, todos os recursos naturais aí existentes. Ademais, quem faz circular as mercadorias nos mercados globais, são os próprios capitalistas. Para Harvey (2018):

> As mercadorias não chegam sozinhas ao mercado. Agentes individuais – compradores e vendedores – trabalham juntos para trocar mercadorias por dinheiro e vice-versa. Para que isso ocorra, tanto compradores quanto vendedores precisam por direitos exclusivos de disposição e apropriação das mercadorias e do dinheiro com quem lidam. O valor de troca e dinheiro pressupõem conjuntamente a existência de direitos individuais de propriedade privada tanto sobre as mercadorias quanto sobre o dinheiro (HARVEY, 2018, p. 47).

Há uma substancial diferença na compreensão de Martins (1983) e de Harvey (2016, 2018) sobre a *renda terra* que precisa ser considerada quando analisada usando este dois autores como referência. Enquanto Martins (1983) atenta-se para o passado e o atraso, o segundo, Harvey (2016, 2018) atenta-se para o futuro e o moderno. Mesmo diante destas diferenças em termos de compressão que reside nestes dois autores, são importantes para o entendimento da renda da terra. Quando o valor de uso transita para o valor de troca, se está diante da apropriação da natureza (já que a terra é um bem natural) pelo homem com vista a satisfazer os seus interesses, neste caso, a acumulação ampliada de capital. Não se trata apenas da apropriação da terra, mas sim, de outros recursos naturais nela presentes, sejam eles do solo e do sobsolo, que são usados pelos capitalistas para acumulação ampliada do capital em escala global.

Nem todo o proprietário é necessariamente um capitalista burguês. Mesmo que o proprietário não seja um burguês, quando há uma apropriação da natureza, ocorre também a privatização dos elementos que a compõem, ambos vitais para a sobrevivência e/ou a existência dos povos nativos. No caso concreto, verifica-se a privatização da terra e da água, na medida em que são transformações como a base para acumulação ampliada do capital, sobretudo, nas agroindústrias. O Estado desempenha uma função preponderante

no processo de apropriação da terra e dos recursos naturais presentes nela pelo capital. É o Estado que promove e cria condições necessárias para a territorialização do capital multinacional, tanto para explorar as terras como os recursos naturais do solo e do sobsolo.

Igualmente, é o Estado quem dá as garantias necessárias para que a renda possa ser apropriada pelos proprietários de terras ou ainda aqueles que tem a posse sobre as mesmas. A partir de então, uma instância política se ergue para garantir a acumulação rentista. Acontece que a terra e os recursos naturais de maior valor de troca nos mercados globais são entregues ao capital multinacional por meio de grandes concessões, o que leva a sua apropriação e posteriormente, os povos nativos são cercados e todos os direitos de usufruto dos bens da natureza são lhes retirados também (e essa situação é evidente em Moçambique). A esse respeito, Harvey (2016) faz saber que:

> A imposição dos direitos de propriedade privada depende da existência de poderes estatais e sistemas legais (usualmente vinculados a acordos de tributação) que codificam, definem e impõem as obrigações contratuais associados tanto aos direitos de propriedade privada quanto aos direitos dos sujeitos jurídicos. Há provas suficientes de que o poder coercitivo do Estado teve um papel importante na abertura de espaços para o fortalecimento do capital muito antes de os regimes de propriedade privado se tornarem dominantes. Isso é verdadeiro tanto durante a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa como depois, quando os chineses restabeleceram zonas econômicas especiais, a partir de 1980. No entanto, entre os direitos de usufruto e os de propriedade privada há uma abundância de direitos de propriedade comum ou consuetudinário, em geral confinados a uma dada coletividade (como a uma comunidade rural, ou, mais, amplamente, a todo o regime cultural). Esses direitos não necessariamente acessíveis a todos, mas pressupõem formas de governo compartilhadas e cooperativas entre os membros da entidade pública. O fim dos direitos de usufruto e o infame processo de cercamento dos bens comuns levaram a predominância de um sistema de direitos de propriedade privada individualizada, respaldado pelo poder estatal, como *a* base para as classe de troca e comércio. Essa é a forma consistente com acumulação e a circulação do capital (HARVEY, 2016, p. 49).

Quando o capitalista se apropria da terra, a transforma num instrumento de acumulação a seu próprio serviço. É diferente do que acontece com o camponês, pois quando se apropria de uma determinada parcela de terra, ele a transforma num meio de trabalho, a base para a sua reprodução social. Martins (1960) faz saber que:

> Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (MARTINS, 1986, p. 60).

Quando o capitalista se apropria da terra, ele procura separar o homem dos meios de produção. É da separação do homem com os meios de trabalhos que se verifica acumulação rentista. Depois de separar o homem dos meios de produção, o capital usa

esta mesma terra para explorar o trabalhador assalariado. A terra acaba por se transformar numa base de exploração dos trabalhadores que não têm terra e parte destes, são aqueles que são expropriados e expulsos das suas terras pelo próprio capital no âmbito da sua implantação. A esse respeito, Martins (1980) afirma que:

> Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalhador de quem não tem terra; ou serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve a vontade do capitalista de se abdicar a agricultura. O monopólio de classe sobre a terra assegura o capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra (MARTINS, 1980, p. 60).

Num outro momento, Martins (1986) volta ao passado para explicar como a apropriação capitalista da terra se faz no intuito de extrair a renda de quem precisa dela para usar, sobretudo, para fins produtivos. Neste retorno ao passado, Martins (1986) descreve o seguinte cenário contraditório:

> [...] antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou em dinheiro. Essas eram formações pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalizada da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoa do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. A nova forma que ele assume é caracteristicamente capitalista, é oposto ao tributo historicamente anterior [...] (MARTINS, 1986, p. 20).

A apropriação monopolística da terra pelo capital, tem como por objetivo final, extrair o máximo possível a chamada *mais-valia* descritas por Karl Marx. Neste sentido, a "renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, **componente particular e especifico da mais-valia**" (OLIVEIRA, 2007, p. 43, grifos do original). O fracionamento da *mais-valia* no interior das relações capitalistas de produção, passa necessariamente por fazer circular uma determinada mercadoria como, por exemplo, a terra e/ou ainda explorar alguém durante o processo produtivo, neste último caso, os trabalhadores. A renda da terra pode ser *renda absoluta* ou *renda diferencial*, sendo que esta segunda divide-se em duas partes: «*renda diferencial I*» e «*renda diferencial II*».

Há autores que mostram também que a «*renda diferencial I*» é «*renda natural*» e a «*renda diferencial II*» é «*renda produzida*» (*cf*. FERNANDES, FREDERICO & PEREIRA, 2019). A *renda absoluta* refere a apropriação privada da terra e se dá em

países onde o regime de propriedade de terra é privado, como acontece no Brasil, por exemplo. Esta modalidade de apropriação da terra, apenas beneficia o proprietário fundiário, na medida em que fica com toda a renda. O proprietário fundiário procura explorar onde as condições climáticas e edáficos favorecem para uma rápida acumulação ampliada de capital. Se for para expandir *commodities*, ele começa com as áreas onde as terras são férteis e só depois disso, é que avança sobre aquelas que são marginais para a produção agrícolas. Em outras palavras:

> Ao adquirir grandes extensões de terras com vegetação nativa, a conversão da propriedade ocorre gradualmente das áreas de maior fertilidade natural para aquelas que exigem maior dispêndio do capital para a sua adequação às exigências da agricultura moderna (FERNANDES, FREDERICO & PEREIRA, 2019, p. 192).

Em relação à *renda diferencial*, ela se dá pela exploração capitalizada da terra, pois aqui não vigora a propriedade privada. Esta modalidade de apropriação da terra acontece em países onde, por exemplo, ocorreu a nacionalização da terra (e com ela, outros meios de produção) e outros recursos naturais (do solo, sobsolo, do mar, etc.) à favor do Estado. Quando a terra é nacionalizada, a renda absoluta é eliminada, ficando apenas a exploração capitalizada da terra e como foi referenciado anteriormente, ela divide-se em duas partes: «*renda diferencial I*» e/ou «*renda natural*» e «*renda diferencial II*» e/ou «*renda produzida*».

No primeiro caso, se dá quando um determinado capitalista consegue ter acesso à terra em áreas em que as condições climáticas e edáficas são favoráveis para a sua exploração capitalizada e, consequentemente, acumulação ampliada de capital. Tendo em conta que as terras são férteis, o capitalista explora sem precisar aplicar muito dinheiro para torná-las produtivas, como acontece em áreas onde as terras são marginais em que é forçado a adequar as terras às exigências da agricultura moderna. O que quer dizer que, além de ter maiores níveis de produção e produtividade, o capitalista obtém também uma maior renda sem, no entanto, aplicar precisar excessivamente os chamados "novos" pacotes tecnológicos durante o processo produtivo.

Em outras palavras "aparentemente, este tipo de renda não possui nenhuma relação com a disponibilidade técnica, visto que deriva do controle por determinado capitalista por faixas naturalmente mais férteis e, portanto, mais produtivas e lucrativas" (FERNANDES, FREDERICO & PAREIRA, 2019, p. 187). No caso de terras agrícolas, o proprietário pode ter uma elevada se elas estiverem numa área bem localizada, sobretudo, próximo de um rio, da cadeia logística (estrada, ferrovia, porto, etc.) e se as

terras forem férteis. Autores como Fernandes, Frederico e Pareira (2019, p. 187) afirmam que "nesse caso, o detentor das faixas de terra de maior fertilidade natural consegue se apropriar não apenas do lucro natural, mas também de adicional derivado da diferença de produtividade com relação às terras menos férteis". Por sua vez, o detentor de áreas férteis obtém uma renda adicional quando, por exemplo, estão localizadas próximas de onde tem uma cadeia logística operacional com relação aos lugares é precária e/ou está distante das áreas de produção. Aqui, a transação de terras do proprietário para que deseja usá-la, está sujeita à especulação, o que significa que, a renda da terra pode ser elevada, dependendo da conjuntura. Para Harvey (2018), nestes termos:

> A concorrência entre produtores capitalistas fundiários encontra vantagens diferenciais, conforme a fertilidade ou a localização da terra, em comparação com outras formas de atividades econômicas. Essas diferenças [...] podem ser atribuídas em primeira instância à natureza, mas com o passar do tempo são produzidos cada vez mais por investimentos em melhorias fundiárias e imóveis (culminando, é claro na construção de cidades). [...]. Proprietários fundiários ou imobiliários que extraem renda dessas vantagens diferenciais prestam um grande serviço ao capital em geral: eles equalizam as condições para a concorrência perfeita entre capitalistas industriais (neste caso, agrícolas) que trabalham com a terra. Se o produtor Y obtivesse permanentemente uma taxa de lucro muito mais alta do que o produtor X em virtude de ocupar uma localização superior ou possuir um terreno mais fértil, a força motriz da concorrência intercapitalista estaria permanentemente embotada e as leis de movimento do capital estariam permanentemente prejudicadas (HARVEY, 2018, p. 45-46).

Em relação a «*renda diferencial II*» ou «*renda diferencial produzida*», ela se dá em áreas em que para a exploração capitalista da terra, é necessário usar meios tecnológicos típicos da agricultura moderna por forma garantir que os níveis de produção e produtividade sejam elevados. Significa que nestas faixas de terras, o capitalista terá que alocar um investimento adicional caso estes queira ter os melhores resultados. No entanto, o investimento adicional o qual os investidores são forçados a alocarem para garantir os elevados níveis de produção e produtividade, são dispendiosos para qualquer capitalista. É por esta razão que os capitalistas procuram sempre que possível se instalarem em áreas onde as terras são férteis e há predominância de chuvas, pois isso, permite otimizar os gastos e maximizar os lucros (relação custo-benefício) e isto, é evidente em Moçambique, sobretudo, no Corredor de Nacala. Fernandes, Frederico e Pareira (2019) salientam que:

> Naquelas terras com maior investimento de capital, o preço individual fica a preço regulador de mercado, permitindo a produção de um valor excedente adicional. Conscientes de que os produtos cultivados, por se caracterizarem como *commodities* agrícolas, dificilmente obtém uma precificação diferenciada, como seu preço determinado pelo mercado internacional e dependente de fatores que não conseguem controlar, as grandes empresas

> agrícolas buscam rentabilidade diferencial pelo aumento da eficiência da produção (aumento da produtividade e dos custos usuários). Para demonstrar a elevação de sua eficiência produtiva para os acionistas e potenciais investidores, as empresas agrícolas de capital aberto enfatizam nos seus relatórios e apresentações públicas a evolução no tempo de alguns indicadores que demonstrem a elevação da apropriação da renda produzida da terra, como: número de hectares por funcionário (produção, beneficiamento e administrativo), despesas gerais e administrativos por hectare, uso de trator (cv) por hectare, área de aplicação da agricultura de precisão (kg/ha) (FERNANDES, FREDERICO & PAREIRA, 2019, p. 189-190).

Nestas situações, os que detém o controle sobre faixas de terras, não conseguem ter lucros extraordinários e pior ainda quando estão localizadas em lugares onde a cadeia logística é precária e/ou distante dela. Estas sob formas de renda diferencial da terra ocorre em Moçambique e, é o que se verá a seguir.

3.6.1. Do pacto de classes à acumulação rentista da "burguesia nacional" em Moçambique

Em Moçambique, o processo de apropriação da terra e dos recursos naturais nela presentes, tanto os do solo como os do sobsolo, e posteriormente, a sua exploração capitalista, implica necessariamente, a realização de pacto de classes entre as elites políticas e econômicas nacionais ligadas ao partido FRELIMO, num habitual esquema tradicionalmente clientelista e corrupta. A maior parte destes grupos, detém o poder sobre a máquina estatal. Significa que, estamos diante da captura da máquina estatal pelas oligarquias para a materialização dos interesses de toda a classe "burguesa nacional" moçambicana. O processo de nomeação dos/as Secretários/as do Estado em Janeiro de 2020 no contexto da entrada em vigor da governação descentralizada a nível das províncias, demonstra a instalação de redes oligárquicas no Estado com vista a representar os interesses de grupos poderosos, sobretudo, ligados ao partido FRELIMO.

Se antes o controle territorial, sobretudo, a terra e (outros recursos naturais) estava nas mãos dos governadores, mesmo que nomeados pelo Presidente da República, com a governação descentralizada a nível provincial, esta função passou para os secretários do Estado enquanto representantes dos interesses das elites frelimistas nos negócios. Por exemplo, antes da governação descentralizada a nível procincial, era o governador quem concessionava terras numa escala de 100 até 1000 hectares para capitalistas interessados em implementar seus projetos. Mesmo eleitos por surfrágio universal no contexto da governação descentralizada, os governadores foram-lhes retirado o poder de controlar o território e com ele, todos os recursos naturais e de consccionar terras para os capitalistas que delas precisam para explorar. Esta função passou para os Secretários do Estado

nomeados pelo Presidente da República. Quer dizer que, o poder de controlar o território e de concessionar terras, sobretudo, ao nível da província está nas mãos de quem não foi eleito pelo voto popular, neste caso, o Secretário do Estado.

Este fato chamou atenção a alguns segmentos sociais, sobretudo, algumas organizações da sociedade civil atentas ao *modus operandi* frelimista de governar e destacavam também estar em curso a instalação de "peças" para permitir acumulação rentista da riqueza. Mas, vale ressalvar que esse novo modelo de governação evidenciou a luta pelo poder e controle territorial. Nos primeiros momentos, verificou-se vários conflitos nas províncias, envolvendo governadores/as provinciais eleitos/as e Secretários/as do Estado nomeados pelo presidente da república, pois não havia clareza sobre as funções destes segundos. Tudo indica que estes segundos não era para existirem enquanto tais e os poderes que passaram a revestir após a sua nomeação pelo presidente da república, foram retitados dos/as governadores/as provinciais eleitos/as. Para dizer que a figura poderosa do/a Secretário/a do Estado foi uma invenção do partido FRELIMO.

Politicamente falando, ao inventar essa figura poderosa do/a Secretário/a do Estado, de um lado, a FRELIMO tinha em vista garantir o contlole monopolístico da riqueza e dos negócios de toda a classe rentista nas províncias porque as pessoas nomeadas a esse cargo, seriam de confiança política, e do outro, inviabilizar a governação dos partidos da oposição, sobretudo, da RENAMO, tendo em conta que haviam hipóteses de vencer em algumas províncias do país, sobretudo, do centro do país (Zambézia, Tete, Manica e Sofala) e Nampula (no norte) nas eleições de Outubro de 2019, por serem os lugares onde tem maior apoio popular. Ao inventar a figura poderosa do Secretárioa do Estado, a FRELIMO pensava que estava a criar solução para si em termos de governação.

Mas, ao contrário do que se pensava, a FRELIMO criou mais problemas para si mesma, pois os/as governadores/as eleitos/as sentiam-se usados pelo partido. Além de previlêgios, os/as governadores/as eleitos foram-lhes usurpados os seus poderes pelos/as Secretários/as do Estado. O/a governador/a passou a ser uma figura representativa ao nível da província e o/a Secretário/a do Estado, executiva. Alguns governadores da FRELIMO como aconteceu na província da Zambézia com Pio Matos, já avançavam com a possibilidade de renunciar o mandato por lhe ter sido usurpado o poder pelo Secretário do Estado nomeado pelo Presidente da República. Pio Mato, chegou a "gazetar" uma cermónia do Estado na província da Zambézia, numa clara contestação ao modus *operand frelimista* de governar. Esse clima tenso verificou-se em várias outras províncias do país, sobretudo, em Sofala, Manica e Nampula, só para citar alguns exemplos. Para dizer que

há uma disputa acirada pelo controle territorial e da riqueza e o modelo atual de governação descentralizada é um dos principais fatores.

A tendência com esta forma de governação decentralizada, é a eclosão de conflitos caracterizados por tensões de poderes, de um lado, os/as governadores/as eleitos pelo voto popular querendo governar para materializar o seu programa, e do outro, os/as Secretários/as do Estado querendo responder os interesses da "classse burguesa" nacional a qual fazem parte. Mas, como na FRELIMO é tradição conter os conflitos por meio de práticas clientelistas (troca de favores), corruptas e patrimonialistas para que os problemas internos não saiam para fora do partido, é bem possível que ocorra algum pacto de classes.

Deste pacto de classes, os/as governadores/as eleitos/as pelo surfrágio universal, mesmo sem poder de controlar o território e com ele, todos os recursos naturais e de concessionar terras, passarão a ritirar alguma renda, mesmo de forma subordinada aos/as Secretários/as do Estado nomeados pelo Presidente da República. Os partidos da oposição, sobretudo, a RENAMO e o MDM, mesmo tendo representação ao nível do parlamento têm estado fora destes pactos de classes para acumulação rentista e privada da riqueza a qual estão inseridas as elites frelimistas. No caso dos partidos em referência não ficam de fora dos pactos de classes não porque as suas elites não querem entrar na órbita da *acumulação rentista* e privada da riqueza, mas porque lhes são vedados quase todas as possibilidades pelas elites frelimistas.

Há, portanto, manifestação e intenção por parte das elites dos partidos da oposição em referência de entrar na órbita da acumulação rentista e privada da riqueza. Estes partidos querem ter internamente seus próprios capitalistas, "endinheirados" e/ou "empresários de sucessos" como acontece na FRELIMO. No caso da RENAMO, para se inserir na órbita da acumulação rentista e privada da riqueza, tem movindo guerras contra o governo da FRELIMO. Quando as lideranças da RENAMO vem que os seus interesses não estão sendo salvaguardados pelos governos da FRELIMO, saem das cidades e regressam as matas para montar o seu "exercíto". Após montar o "exército", a RENAMO começa, nalgumas vezes, a fazer chantagens e como forma de demonstrar que tem poder (e/ou força) para desestabilizar e tornar o país ingovernável, passa a disparar e matar as pessoas inocentes nas estradas nacionais.

Afonso Dhlakama, o antigo presidente da RENAMO viveu maior parte da sua vida nas matas da Gorrongosa por onde liderava algumas guerrilhas e morreu lutando para inserir as elites e outros grupos sociais próximos a este partido. Com a sua morte,

Afonso Dhlakama foi subistituído por Ossufo Momade, um velho general. Como nessa altura decorriam as negociações para a paz, Ossufo Momade saiu da cidade onde era deputado na Asseembleia da República e foi se instalar nas matas e a partir de lá, dialogava com o Presidente República, Filipe Nyusi sobre os assuntos ligados a paz.

Da mesma forma que Afonso Dhlakama usava telefone na presença da comunicação social para se comunicar com o país, Ossufo Momade passou a usar o mesmo sistema. Com assinatura do acordo de paz em Agosto de 2019 e a saída de Ossufo Momade das matas da Gorrongosa, um novo grupo surgiu dentro da RENAMO liderado pelo também por um outro velho genaral chamado Mariano Nhongo que reivindica a inserção econômica e social dos guerrilheiros supostamente marginalizados e excluídos deste partido.

A diferença de Ossufo Momade que não usou armas para disparar e matar civis como forma de forçar a FRELIMO a acomodar os seus interesses e da RENAMO no geral, Mariano Nhongo vem fazendo ameaças, chantagens e liderando alguns ataques a civis nas estradas da região centro do país, sobretudo, Sofala e Manica, matando e destruíndo bens diversos. Algo comum entre Afonso Dhlkama, Ossufo Momade e Mariano Nhongo é que ambos usavam telefones na presença de jornalistas para ameaçar, chantagiar a FRELIMO e os moçambicanos como também para falar com "a nação" e dar a conhecer os passos acordados. Num aúdio vazado na *internet* em Janeiro de 2020, Mariano Nhongo afirma que não reconhecia Filipe Nyusi como presidente da república.

Neste áudio, além de afirmar que o país não está seguro para os investidores estrangeiros, Mariano Nhongo fala também das dificuldades financeiras dos guerrilheiros da RENAMO que estavam sob sua liderança. Portanto, isso mostra que os segmentos sociais da RENAMO que estiveram com Afonso Dhlakama pelo menos até a sua morte em Maio de 2018, querem entrar também na órbita da acumulação rentista e privada da riqueza a qualquer custo, mesmo que isso implique destruir infra-estruturas, incendiar carros e bens como também matar pessoas dentre outras barbáries.

Com isso não quer dizer que não haja alguma elite dentro da RENAMO que estaja inserida na órbita da acumulação rentista com base na apropriação da terra e dos recursos naturais no país, sejam eles do solo como os do sobsolo. Mesmo no MDM é bem provável que haja grupos que estejam inseridas na órbita da acumulação rentista e privada da riqueza. Aliás, no MDM tem havido também conflitos caracterizados por tensões de poderes e, na maioria da vezes, desembocam em cisões e, consequentemente, a migração de alguns dos seus membros para outros partidos políticos, sendo a RENAMO a maior

benefeciária. Alguns destes membros quando vêm que na RENAMO também não há espaço para acumulação rentista e privada da riqueza, voltam de novo para o MDM e outros, preferem realizar outras atividades foram da esfera política que se humilharem e serem humilhados novamente pelas lideranças deste partido político.

O capitalistas estrangeiros e nacionais, a burocracia estatal moçambicana, as elites políticas e econômicas ligadas ao partido FRELIMO estão entre as classes sociais que mais de destacam e que têm maiores interesses sobre a terra no país e com ela, os recursos naturais aí presentes, sejam do solo ou do sobsolo, sobretudo, de maior valor de troca no mercado internacional com destaque para pedras preciosas (rubi, ouro, turmalinas, mercúrio, etc.). A burocracia estatal, a elite frelimista e a classe de capitalistas nacionais que aqui se refere, são compostos por aqueles que durante o período de transição do socialismo para o capitalismo açambarcaram terras, tanto no campo quanto nas cidades por meio de práticas corruptas e *patrimonialistas*.

A estes, adiciona-se também a novas burocracias estatais, novas elites frelimistas emergentes, mas que mantém o controlo sobre a máquina estatal e extensas áreas de terras. Algumas dessas terras pertence a esta classe e nalguns casos, aos seus familiares, alguns deles vivos e outros já falecidos. No atual contexto da territorialização do capital e da confirmação recorrente da existência dos recursos naturais no sobsolo, os interesses sobre a terra são cada vez maiores. Havendo maiores interesses sobre a terra, significa que, a luta pela sua apropriação será maior. É por meio dessas lutas pela apropriação e controlo da terra e dos recursos naturais aí presentes que levam o surgimento de pacto de classes de Moçambique.

Essa luta pela apropriação da terra e com ela, os recursos naturais do sobsolo, e posteriormente, o pacto de classes para a sua exploração capitalista, é recorrente dentro da FRELIMO. Nem todos tiram benefícios, pois a realidade tem demonstrado que o Estado, as comunidades/camponeses e a sociedade moçambicana no geral têm sido os maiores perdedores, sendo o capital e grupos internamente restabelecidos, os principais beneficiários. Em outras palavras, o Estado, as comunidades/camponeses e a sociedade no seu todo, são expropriados por grupos poderosos que mantém controle sobre a máquina estatal em benefício próprio[82].

Neste caso, o Estado passa a ser apropriado por grupos para acumulação privada, uma vez que sido utilizado para viabilizar negócios privados a margem da sociedade

[82] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Castel-Branco (2015; 2017); Catsossa (2016).

moçambicana. A apropriação do Estado por parte da burocracia estatal para viabilizar os interesses do capital, permite que estes últimos "partilhem os lucros, em realizarem, financeiramente essa participação" (CASTEL-BRANCO, 2015, p. 189). O processo que culmina com a extração da renda (diferencial) da terra, é complexo e ao mesmo tempo conflituoso.

É complexo porque a renda da terra é extraída de várias formas. Os burocratas nacionais, não retiram a renda basicamente da terra que está a sua posse ou das concessões que o Estado faz às corporações do agronegócio, mas também, dos recursos naturais presentes nela. É conflituoso porque este processo tem estado a ocasionar a expropriação e expulsão dos camponeses dos seus territórios. Em muitos lugares do país, sobretudo, onde operam as multinacionais, a degradação das condições de vida dos sujeitos, têm sido cada vez mais deploráveis, caracterizada pela violência física e simbólica.

As elites frelimistas estão preocupadas em ganhar dinheiro, não se preocupam se as suas ações/práticas vão ou não prejudicar a "nação" inteira, sobretudo, os camponeses, já que estes têm apenas a terra como o seu único meio de reprodução social. Na verdade, essas elites estão a reproduz grande parte das práticas as quais lutaram durante o período colonial, mas desta vez, duma forma ampliada e em aliança com o capital multinacional.

Os sujeitos são expropriados e explorados, tanto pelas elites políticas locais como também o capital multinacional. Numa altura em que o Estado foi apropriado e transformando num instrumento de acumulação ampliada de capital pelas elites frelimistas e a burocracia estatal, torna-se díficil falar da justiça social, da paz e da democracia no campo. Embora forcem os moçambicanos a "exaltar a pátria", como o ex-presidente da república, Armando Guebuza se referiu numa altura em que era questionado sobre as "dívidas ocultas" que lesaram o país e que beneficiaram grupos ligados e próximos ao partido FRELIMO, há evidências suficientes de que as ações/práticas dessas elites prejudiciais a "nação" inteira.

O que acontece é que quando são expropriados, os camponeses não produzem o suficiente para garantir a sua sobrevivência como também para alimentar os mercados locais, situação que desemboca numa insegurança alimentar estrutural. As oligarquias ligadas ao partido FRELIMO, se aproveitam do Estado para materializar seus interesses, neste caso, beneficiar-se por meio da terra e dos recursos naturais aí presentes, que constitucionalmente, são de todos os moçambicanos. Esta classe, obtém os benefícios de vários mecanismos, mas combinados entre eles. O primeiro mecanismo ocorre durante a negociação com os capitalistas que necessitam de terras para fazer a exploração capitalista

das mesmas, implementando os seus projetos agrícolas. Neste processo, por meio de práticas corruptas, os investidores são forçados a deixarem algum valor que vai diretamente nos bolsos dos burocratas que participam das negociações. O segundo mecanismo, ocorre ainda no decorrer das negociações, pois os burocratas nacionais aproveitam o momento para estabelecerem alianças com o capital internacional, sobretudo, para serem sócios.

Neste caso, os burocratas traçam vários mecanismos para participarem nos negócios com a terra e os capitalistas estrangeiros que procuram terras para produzir *commodities*, com o capital. Através deste mecanismo, os burocratas que detém o controlo monopolístico da terra, extraem a renda, mesmo de forma subordinada ao capital estrangeiro. A acumulação rentista da "burguesia moçambicana", se dá de diversas formas, sendo que ambas concorrem para o lucro. Essa acumulação ocorre por meio de venda, arrendamento e aluguel, troca de favores pela burocracia estatal frelimista e licenças de concessões.

As licenças de concessões ocorrem tanto para projetos ligados ao agronegócio como também para a exploração de recursos naturais do sobsolo que envolvem a expropriação dos seus antigos ocupantes (camponeses). Em relação à venda de parcelas de terras, embora não legalizada, ela está a ocorrer no país e, é mais notório nas cidades, onde se colocam preços exorbitantes, como já foi referenciado na seção anterior. Os grupos sociais que "abocanharam" terras rurais bem localizadas, hoje vivem especulando e vendem a preços elevados a quem delas precisa para usar para a implementação de projetos. No caso de terras rurais, verifica-se a venda títulos de terras para investidores do ramo do agronegócio, mas como as informações relacionadas com o negócio de fundiários são blindadas no país, dificilmente se conhecem os envolvidos.

Alguns autores têm denunciado a venda parcelas de terras para fins agrícolas aos capitalistas estrangeiros (*cf.* HANLON & SMART, 2008; MANDAMULE & JÚNIOR, 2019). Embora os estudos conduzidos por Mandamule e Júnior (2019) e Hanlon e Smart (2008) denunciem casos de venda de parcelas de terras rurais no Corredor da Beira, onde o agronegócio está também em expansão, a verdade é que este não é um caso isolado. No atual contexto onde a procura por terras agrícolas tem aumentado exponencialmente no país, não se pode negar que este fenômeno esteja também a ocorrer em outros territórios como, por exemplo, o Corredor de Nacala onde progressivamente o agronegócio tem se expandindo nos dias atuais. Estando a ocorrer também no Corredor de Nacala, é possível inferir que a venda de parcelas de terras para os capitalistas estrangeiros, está a dar

benefícios (renda) para os que mantém o controle monopolístico sobre extensas áreas de terras. Já o arrendamento tem sido uma via mais rápida para a extração da renda por parte destas elites.

O arrendamento das terras em sua posse aos capitalistas que precisam de terras para a implementação dos seus programas no país, dependendo da conjuntura, permite que as elites retirem desta relação benefícios (*renda*). A questão de terras em Moçambique precisa ser analisada fora dos *tabus*. Existem ambiguidades na atual Lei de Terras (Lei n° 19/97) que precisam ser analisadas com uma devida atenção para a sua compreensão crítica, pois foram deixadas, às vezes, de forma propositada para garantir que grupos poderosos da sociedade moçambicana se beneficiassem. Esta Lei de Terras, não menciona em nenhuma parte que o arrendamento é crime como acontece com outras práticas como a venda, a penhora e a hipoteca.

Na "primeira república" (República Popular de Moçambique), constitucionalmente e na legislação de terras, o arrendamento era vetado no país. Na Lei de Terras –, Lei n°. 6/79, o arrendamento era proibido em Moçambique, mas na atual Lei de Terras –, Lei n°. 19/97, não faz menção se pode ou não arrendar-se terras para qualquer que seja a finalidade. De tudo o que a atual lei de terras e a Constituição da República tanto de 1990 quanto a de 2004, proíbe em Moçambique, apenas o arrendamento da terra está fora da lista. A questão que surge é a seguinte: *porque é que o arrendamento ficou fora da lista dos aspectos proibidos e/ou considerados como crime tanto nas duas constituições (a Constituição de 1990 e a de 2004) quanto na Lei de Terras de 1997?*

Esta pergunta é importante que seja colocada, pois os *tabus* em volta da terra, em parte começam aqui. Deixar o arrendamento fora da lista do que era proibido após o nascimento da "segunda república" (República de Moçambique que surge a partir de 1990 com o fim do projeto socialista) no concernente a questão de terras, politicamente foi uma estratégia por parte dos grupos que detinham (e ainda detém) o controle sobre a máquina estatal em Moçambique. Alguns deles reclamam ainda serem os libertadores da pátria, daí que acham que têm todo o direito de ter uma "velhice" luxuosa, açambarcando terras e apoderando-se dos recursos naturais existentes nelas.

Criminalizar o arrendamento de terras, seria um problema para aqueles que durante as reformas liberais, conseguiram concentrar grandes extensões de terras no caso específico das novas elites urbanas e dos burocratas que na altura estavam na função pública, mas que atualmente são aposentados. Por sua vez, seria um problema para grupos dentro da FRELIMO, tendo em conta que foram essas elites que se beneficiaram das

reformas liberais. Como foi referenciado no capítulo anterior, além de ter se beneficiado das privatizações das empresas estatais, essas elites e alguma burocracia estatal (altos funcionários do Estado) açambarcaram parte das terras, o que fez com que detivessem grandes reservas de terras ao longo do país.

A maior parte destas elites, além de terem conseguido terem grandes reservas de terras em sua posse, eram ao mesmo tempo descapitalizadas. Tendo em conta que a sua capitalização estava garantida pela especulação, o arrendamento seria para estas elites, uma forma de se inserir na estrutura capitalista e por esta via acumularem o capital. Para que tal propósito fosse materializado, estas elites arrendariam as suas propriedades aos capitalistas, sobretudo, externos e deste sistema, tirariam proveitos, renda. Mas, vale realçar que, tanto a venda como o arrendamento da terra aos que dela precisa para utilizar, significar extrair renda da terra.

É o que vem acontecendo desde o período das reformas econômicas, situação que prevalece até os dias atuais. Num contexto de maior procura de terras como acontece nos dias atuais, a venda e o arrendamento de terras passou a ser prática recorrente no país envolvendo grupos poderoso, alguns com fortes ligações com o partido FRELIMO. Neste caso, a terra é transacionada para quem tem dinheiro a pagar por elas, seja pela vanda como pelo arrendamento. O tempo evidenciou que a intensão das elites políticas e alguma burocracia estatal ao açambarcar terras dos camponeses, era mesmo de se inserir na órbita da acumulação de capital.

]Nos dias atuais, o envolvimento das elites políticas locais e econômicas tem suscitado o debate sobre a *recolonização* de Moçambique pelos chamados "libertadores da pátria". Dentro da esfera acadêmica, há um entendimento de que a entrada da FRELIMO no poder em 1975, o colonialismo apenas mudou de *roupagem*, sendo que apenas houve substituição de atores, de brancos para pretos/negros (*cf.* MATSIMBE, 2017). Mas, esses pretos moçambicanos que tomaram o poder, são apenas pretos pela cor da pele, mas a (sua) máscara é branca, se quisermos emprestar as palavras de Fanon (2013), neste caso, dos antigos colonos.

Olhando para o *modus operandi* das "elites libertadoras da pátria", esta analogia funciona, pois algumas delas, continuam ativamente até os dias atuais, a expropriar os camponeses e entregar essas mesmas terras e com elas, quase todos os recursos naturais do solo e do sobsolo as corporações internacionais a preços muito baixos, mas com altos impactos socioambientais, sobretudo, quando explorados, tudo para obter benefícios e garantir a sua reprodução social. De acordo com Mosca (2017):

> A questão essencial que se coloca é saber se com a capacidade atual do Estado e os níveis de promiscuidade entre a política e os negócios ou mesmo o não-respeito da lei, não existe o perigo da usurpação da terra pela elite política e empresarial e a sua utilização para a participação em negócios em aliança com empresas multinacionais. Ou através do Estado, estabelecerem-se parcerias e investimentos com grandes projetos sem se garantir os direitos das comunidades e dos cidadãos, beneficiando as *nomenklaturas* dos centros de decisão (MOSCA, 2017, p. 107 itálico do original).

As licenças de concessões que são feitas pelo Estado aos capitalistas estrangeiros, têm trazido benefícios para os burocratas nacionais. Isso passa necessariamente por tomar terras dos camponeses para entregá-las as empresas estrangeiras, às vezes, de forma fraudulenta para garantir os dividendos. Para avançar com exploração capitalizada da terra, o capital precisa numa primeira fase, ter acesso à terra. A licença de exploração cedida pelo Estado é que tem sido a base para o capital avançar com as suas incursões rumo a acumulação ampliada de capital.

Igualmente, a licença de exploração permite que o processo de acumulação não seja obstruída e comprometida por lutas populares. Aqui, o papel do Estado torna-se imprescindível. É o Estado quem cria condições básicas (e/ou necessárias) para que a exploração capitalista da terra aconteça, desde que os interessados apresentem um plano de exploração ao aparelho estatal vigente. É esse aparelho do Estado que aprova os panos de exploração e depois, tramita os processos para que as terras sejam concedidas aos capitalistas que precisam delas para explorar.

Partindo do pressuposto de que "a licença de exploração capitalista da terra, depende de um pagamento ao proprietário" (MARTINS, 1983, p. 161) que no caso moçambicano é o Estado, as elites e os burocratas locais, criam mecanismos para que para se apropriarem de uma parte considerável do dinheiro. Neste sentido, o dinheiro que deveria ser de todos os moçambicanos pelo fato do proprietário da terra ser o Estado, é apropriado pelas burocracias. Por este meio, esses burocratas estatais, na sua maioria, frelimistas, conseguem obter a renda da terra. O dinheiro que recebem em forma de renda, esses burocratas por serem ao mesmo tempo capitalistas sem capitais, eventualmente usam-no para alavancar seus negócios, seja no campo ou nas cidades.

No campo, alguns destes burocratas usam o dinheiro que recebem com os empresários estrangeiros no âmbito de tramitação dos processos ligados a concessão de terras para tornar as suas próprias terras produtivas, já que na sua maioria faz parte da classe de capitalistas sem capitais. Nas cidades, essa classe de capitalistas nacionais investem na indústria imobiliária (construção de casas) para fins de arrendamento e/ou aluguel como forma de garantir a sua reprodução social.

O dinheiro investido na construção de casas outrora arrendadas e/ou alugadas a quem precisa delas para usar, vai crescendo e, em momentos de maior procura, as *mais-valia* têm sido maiores. Em tempo de maior procura, a especulação imobiliária tem ganhado notoriedade, situação que permite acumulação ampliada da riqueza por parte da classe de capitalistas nacionais urbanas outrora envolvida no negócio fundiário com os capitalistas estrangeiros. Nesse sentido, o uso do Estado para negócios de grupos dentro da burocracia estatal, torna-se chave para a reprodução social dos capitalistas nacionais, pois isso dá espaço para esta classe "maximizar as suas rendas e lucros e para gerar novas oportunidades em grande escala" (CASTEL-BRANCO, 2015, p. 191).

Em relação a agricultura, a terra é sem dúvidas, o maior obstáculo que o capital possui para a sua reprodução ampliada num determinado lugar. Como diz Martins (1983, p. 160), "sem a licença de proprietário da terra, o capital não poderá subordinar agricultura" e, é o que tem acontecido nos dias atuais em Moçambique. Neste contexto, o capital consegue subordinar agricultura através posse da terra, por se tratar de um país onde vigora o regime estatal de propriedade de terra. Existe uma apropriação da terra para fins agrícolas, mas é uma apropriação através de corporações estrangeiras, que baseando-se em princípios capitalistas, fazem a exploração capitalizada da mesma.

Nesta empreitada, o capital se baseia no princípio da rentabilidade da terra, já a economia de escala pressupõe que quanto mais terra for considerada de livre acesso num determinado país, melhor ainda é para o seu caráter rentista. Agora, se o capitalista vai ou não usar todas as terras, isso tem a ver com a forma de atuação das instituições do Estado responsáveis pela fiscalização. Nota-se uma certa inoperância em implementar a lei por parte das instituições do Estado, é por esta razão que muitas terras ficam muito tempo nas mãos das corporações estrangeiras sem ser usadas, numa situação em que os camponeses não têm onde plantarem as suas culturas de subsistência.

Não sendo possível a "compra" da terra em Moçambique porque a Constituição da República assim o proíbe e não vendo outra forma de subordinar a agricultura, o capital começa a avançar por outros caminhos alternativos. Para esquivar-se dos princípios constitucionais vigentes no país segundo os quais, a terra não se "vende" e nem se "compra", o capital avança com mecanismos de negociação com o Estado para ter acesso à terra por meio de concesões para a exploração capitalizada da mesma, numa clara e evidente tentativa de sujeição da renda (diferencial) da terra ao capital.

Tendo em conta que dentro dos princípios constitucionais, as concessões de terras para fins econômicas têm um prazo de 50 anos renováveis por igual período, mesmo sem

comprar a terra, isso dá uma propriedade da terra provisória, mas longa para os que precisam delas para usar dentro dos padrões capitalistas, excluindo e inclusivamente, destruindo o sistema campesino moçambicano.

A destruição do sistema campesino pelo capital como tem vindo acontecer no país, está relacionado com a conivência do Estado e da classe que detém o controle da máquina estatal, mas com fortes interesses no agronegócio em expansão. De realçar que é a partir da sua conivência ao capitalismo global que a classe capitalista nacional consegue partilhar a renda da terra, mesmo de forma subordinada. Por onde se territorializa, o capital procura dentro das suas condições, sejam elas, legais ou ilegais, remover todos obstáculos a sua volta.

Para se livrar desses obstáculos, o capital tem entrado em negociação com o Estado moçambicano para ter acesso à terra, para a partir dela, empreender a exploração capitalizada da mesma. As populações que vivem nas áreas de interesse do capital e os movimentos populares são, no entanto, obstáculos para a reprodução ampliada do capital, por isso, ele faz tudo para contorná-los. Garantir que a terra esteja em sua posse por forma de concessões, é o primeiro obstáculo de tantos outros que o capital no âmbito da sua territorialização procura remover em Moçambique.

O capital tem procurado, remover tais obstâculos, usando o Estado, mas nem sempre as suas empreitadas têm tido sucesso, pois na contramão, nota-se as lutas e resistências camponesas e dos movimentos sociais. Neste processo de remoção de obstâculos a sua reprodução ampliada, o Estado torna-se no "parceiro número um" do próprio capital e a situação torna-lhe mais favorável uma vez que a máquina estatal moçambicana, além de ter fortes interesses no agronegócio, é ao mesmo tempo corrupta e fácil de ser alienada.

A corrupção como foi referenciado no capítulo anterior, ela faz parte da essência do capitalismo global e no caso moçambicano, permite a reprodução social das elites que mantém o controlo da máquina estatal nestes países. É da corrupção que o capital se reproduz em grande escala. Além disso, é por meio da corrupção que o capital consegue subordinar as instituições do Estado, colocando-as a seu serviço, cuja materialização se dá por meio dos governos locais ao se tornar executores dos planos do capitalismo global.

O envolvimento em esquemas de corrupção por parte das elites nacionais que detém o controlo da máquina estatal, sobretudo, nos países onde o capital tem interesse sobre a terra, faz com que elas obtenham alguma renda. Quando se vêm confrontado com os povos nativos e pelos movimentos populares, os capitalistas que precisam dessas

terras, recorrem a burocracia estatal moçambicana por forma a garantir a sua reprodução ampliada. Por este meio, embora lhes custe muito caro porque implica alimentar a burocracia estatal por valores monetários, o capital consegue remover os obstáculos que impedia a sua reprodução ampliada do capital. Na maioria das vezes, essas concessões de terras são feitas empresas agrícolas com as quais a burocracia estatal frelimista estabeleceu alianças.

O caso emblemático disto, é o da AgroMoz, empresa agrícola que opera em Lioma, distrito de Gurué, província da Zambézia, onde o antigo presidente de Moçambique, Armando Gubueza é um dos acionistas. O estudo conduzido pela Justiça Ambiental e UNAC (2011), que trata da usurpação de terras no país pelo capital internacional em conivência com o Estado, denuncia também alianças entre os empresários moçambicanos. Esse estudo, demonstra, por exemplo, que os empresários nacionais participam apenas com as terras (DUAT´s) que detém nos negócios referentes a expansão do agronegócio no país e os capitalistas internacionais, com o capital. Neste estudo, a Justiça Ambiental e UNAC (2011) fazem a seguinte elucidação:

> Nos casos das empresas ou investimentos nacionais, verificou-se que estes apenas participam como acionistas do investimento, geralmente como detentores do DUAT ou facilitadores do mesmo, como é o caso da *Fundação Malonda* que herdou os ativos e passivos da antiga *Mozagrios* é acionista da *New Forest, Tree Farm* e *Chikweti Forest*, em que com esta última, [...] decidiu romper o vínculo contratual devido a sua forma de prestação de serviços ao nível da comunidade (JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2011, p. 20).

Por se encontrar numa situação de descapitalização (avançada), a única saída para o setor privado nacional colocar as suas terras produtivas, tem sido a de estabelecer alianças com o grande capital, fazendo sociedades (*joint venture*) para avançarem com a exploração capitalista da terra, expandindo *commodities* diversas. O Coordenador-Executivo da UNAC, entende que embora os empresários nacionais detenham grandes reservas de terras em sua posse ao longo do país:

> Na verdade, eles nem tem capital suficiente sob ponto de recurso financeiro para se manter. O que faz o nosso empresariado, é ocupar as terras e depois chama o setor privado externo que tem capital financeiro e depois fazem o *joint* (consórcio/sociedade) e depois esses nossos [empresários nacionais] participam com os recursos naturais, o sobsolo, a terra e a água; e o outros [os empresários externos] participam com o capital financeiro, fazem sociedade e avançam[83].

Tanto a constatação feita pela Justiça Ambiental e UNAC (2011) quanto o depoimento feito pela liderança da UNAC, ambos trazem dois elementos fundamentais

[83] Entrevista realizada em Maio de 2019.

para a compressão da renda da terra em Moçambique. Primeiro, está relacionado com a participação da *classe de capitalistas nacionais sem capitais* nos negócios por meio das extensas áreas de terras (e/ou os DUAT´s) que eles detém ao longo do país e, segundo, por facilitarem a tramitação dos documentos dos capitalistas internacionais para terem acesso à terra no país, para depois fazerem a exploração capitalizada da mesma. Em ambas as formas de alianças, a *classe de capitalistas nacionais sem capitais* consegue obter benefícios.

No primeiro caso, essa classe coloca as suas terras disponíveis para a expansão de *commodities* no país e partilham os lucros com o capital internacional, mesmo que de forma subordinada. No segundo caso, tendo em conta que trata-se de investimento que supostamente visa desenvolver a "nação", a burocracia estatal moçambicana procura mecanismos de influenciar outros poderes para conseguir que as terras estejam disponíveis e as mesmas, sejam concessionadas aos capitalistas que precisam delas para usar. Tratando-se de um país onde as burocracias estão em quase todos escalões de gestão de poder, os grupos responsáveis por criar condições para o capital se implantar, lutam para superar todos os obstáculos, mesmo que isso signifique subornar quem for a dificultar o processo.

O fim é criar espaço para o capital se restabelecer e a partir dele, conseguir tirar algum benefício. Aqui, essa classe recebe no final do processo algum dinheiro, sobretudo, se este for tramitado com sucesso, ou seja, se os capitalistas estrangeiros conseguirem ter a licença de concessão. Nalgumas vezes, essa burocracia estatal é que toma as terras para depois arrendar aos que precisam para fazer o uso capitalista das mesmas. Nalguns casos, essas elites usam essas terras para estabelecer alianças com o capital estrangeiro e por via disto, extraírem a renda. Os elevados níveis de concentração de terra que se verificam atualmente no país, como será demonstrado na seção a seguir, não estão apenas relacionados com a presença do capital.

Como foi referenciado nas seções anteriores, parte das terras está também nas mãos de grupos poderosos da "velha" política moçambicana, sobretudo, algumas elites dentro da FRELIMO. Nem sempre as grandes extensões de terras na posse dessas elites políticas e/ou dos burocratas nacionais são para serem usadas para fins agrícolas. Na verdade, essas terras estão reservadas por conta do que elas têm por debaixo, pois lá estão os minerais de maior valor de troca no mercado internacional, cuja exploração está condicionada a sua aliança com o capital internacional. A falta de meios de próprios de produção, sobretudo, maquinarias para a exploração destes recursos, técnicos

especializados nesta matéria e informações relacionados com os meandros do mercado de troca de mercadorias, é que obriga essas elites a estabelecer alianças com o capital internacional.

Da posse das terras, a elite política burocrática moçambicana poderá vender tais terras no futuro a "peso de ouro", após a sua valorização, o que possivelmente ira desembocar numa possível especulação em caso da demanda por terras ser maior. O *modus operandi* das elites frelimistas e a burocracia estatal moçambicana no que pode chamar de *rentismo*, ou seja, acumulação sem produção. Numa altura em que se discute que a transmissibilidade dos títulos de terras (DUAT´s) seja legalizado no país (*cf*. SERRA, 2013), as elites frelimistas e os burocratas nacionais, sendo a classe que detém extensas áreas de terras, ela pode ser a maior beneficiária.

As elites nacionais, podem melhor entrar na órbita da especulação e por esta via, terem *lucros extraordinários* resultantes da venda de suas terras e, quiçá, ter uma renda igual ou superior a renda nacional. O programa «*Terra Segura*» em implementação no país, não pode ser visto de fora dessa apetência de classes sociais que vê a atual lei como sendo um obstáculo a acumulação ampliada do capital. O registro formal de terras que está acontecer no âmbito deste programa, por si só, já incorpora esta ideia de transmissibilidade dos DUAT´s, pois como foi referenciado nas seções anteriores, é mais fácil com título de posse alguém transacionar para outrem e isso, pode dar *lucros extraordinários* aos seus detentores.

O que quer dizer que, aos poucos, o mercado de terras no país está sendo flexibilizado sem, no entanto, fazer-se as devidas reformas na legislação de terras, no Código Penal e na Constituição da República para a sua institucionalização e/ou oficialização. Neste sentido, se as elites frelimistas e a burocracia estatal moçambicana tivesse todos os meios de produção (capital, maquinarias, recursos humanos qualificados e especializados, e o conhecimento detalhado do mercado de troca das mercadorias, etc.) avançariam sozinhas com a produção de mercadorias, o que lhes daria mais renda do que a que têm tido quando estabelece alianças com o capital estrangeiro.

Mas, como o país não tem uma burguesia no verdadeiro sentido se não rendeiros, é por isso que essas elites são forçadas a fazer estas alianças com o capital por forma a partilhar as rendas. Portanto, é possível afirmar que, são licenças de concessões que mais geram renda para a as elites frelimistas. Aqui, não é necessariamente o Estado quem está a determinar as condições do uso e exploração capitalista da terra, mas sim, classes sociais poderosas dentro do governo (e do partido FRELIMO, em particular) que vêm a entrada

do capital no país, uma possibilidade de acumulação de todos os envolvidos na ação. Não são poucos os grupos sociais que querem se beneficiar da terra e dos recursos naturais presentes nela. Há uma espécie de árvore "genealógica gigante" composta por grupos que querem tirar benefícios e não foi por acaso que um renomado general afirmou que ainda faltam 50 anos para a FRELIMO governar o país.

As declarações deste general da FRELIMO, atualmente na reserva, surgiram como protesto a ideia da RENAMO que dizia que ela governaria as províncias que teria vencido nas eleições de Outubro de 2015 e por sinal, com terras férteis e ricos em recursos naturais. A confirmação inacabada sobre a ocorrência de minérios preciosos e hidrocarbonetos no país, aumenta ainda a ganância pela acumulação por parte destas elites. Dependendo da quantidade do capital a ser investido, o projeto apresentado pelas empresas estrangeiras é colocado na categoria de megaprojeto, destacando assim, a sua importância econômica para o país. A partir do momento em que o projeto apresentado pelos empresários estrangeiros é elevado à categoria de um megaprojeto, a expropriação dos camponeses e das comunidades rurais está dada.

Como a expropriação está garantida constitucionalmente, resta apenas discutir-se no âmbito das chamadas *consultas comunitárias*, aspectos referentes como as indenizações e consequentemente, os reassentamentos dos expropriados em outros para que o capital se implante sem ser obstruído por ninguém, ou melhor, que faça a exploração capitalista da terra[84]. O discurso "desenvolvimentista" e "salvacionista" de que as iniciativas que entram com o capital são um investimento necessário para o país sob ponto de vista social e econômico, passa a ser reproduzidas pelas autoridades governamentais, as mesmas com interesses nos negócios. Aqui, faz-se no sentido de remover os obstáculos que antes impossibilitavam a reprodução ampliada do capital, neste caso, os movimentos populares, constituídos pelos camponeses que fazem uso das terras em disputa.

Os discursos "desenvolvimentistas" e "salvacionistas" usados pelos empresários capitalistas, têm sido apenas uma forma deliberada para contornar as críticas e/ou acusações por parte das organizações sociais que militam no campo no contexto da promoção da justiça social, de que o governo está a entregar terras comunitárias/camponesas ao capital estrangeiro. Nalguns casos, as populações reassentadas, são novamente convertidas em mão-de-obra barata para a serviço do próprio

[84] De acordo com o artigo 82, número 1 da Constituição da República, "a expropriação só pode ter lugar por causa da necessidade, utilização ou interesses públicos, definidos nos termos da lei e dá lugar a justa indenização".

capital que lhes expropriou, o que se configura numa outra violência. Acontece que as terras são concessionadas ao capital e, em seguida, ordena-se a saída compulsiva das populações que ocupavam essas mesmas terras, antes tidas como obstáculos pelo capital.

Assim, o capital vence a batalha e se implanta nos territórios camponeses por intermédio da burocracia estatal corrupta moçambicana. Na maioria das vezes, as comunidades camponesas são surpreendidas com empresários a exibir documentos, alegando que aquelas terras são suas, que foram sido autorizados pelo governo para usá-las para as suas atividades. Mas, há lutas e resistências diversas dos camponeses contra a sua espoliação. Em respostas à ação autoritária e arrogante do governo da FRELIMO, as comunidades rurais e os camponeses por depender dessas terras para a sua reprodução social, entram em cena, resistindo a sua desterritorialização.

Mesmo assim, os camponeses nem sempre vencem a batalha, uma vez que empresários têm tido proteção do governo, pois este reforça a ideia de que trata-se de um projeto necessário para o desenvolvimento do país, mesmo sendo apenas de grupos que quer explorar a terra para interesses próprios. Em casos de insurgência das comunidades e dos camponeses, as forças policiais estatais de diferentes categorias, são acionadas pelo governo para defender e proteger os interesses do grande capital. Tudo é feito no sentido de evitar que as manifestações populares atrapalhem o processo normal de produção das empresas. Para garantir que o processo produtivo das empresas não seja atrapalhado, as forças opressoras, neste caso, diversas categorias da Polícia da República de Moçambique (PRM), passaram a reprimir as comunidades locais e os camponeses que se insurgiam quando os seus direitos eram ameaçados.

Foi assim que aconteceu no distrito de Moatize, província de Tete, local onde a mineradora brasileira *Vale Moçambique* e, explora o carvão mineral; em Inhassunge, na província de Zambézia, onde a mineradora chinesa *Africa Great Wall Meaning Company Development* explora areias pesadas e entre outros locais. Tal como aconteceu em Moatize, onde as famílias camponesas foram torturadas e nalguns casos, baleadas mortalmente pelas forças policiais estatais, em Inhassunge, na província da Zambézia, a violência perpetrada pela polícia terminou em óbitos por baleamento[85]. Neste sentido, os camponeses são expulsos dos seus territórios em nome de um desenvolvimento duvidoso, cujos maiores beneficiários são os capitalistas que querem usar essas terras e a burocracia

[85] No caso de Moatize, recomenda-se que se consulte: Selemane (2010); Mosca e Selemane (2011); Castel-Branco (2017). Já no caso de Inhassunge/Zambézia pode-se ler em: https://m.dw.com/pt-002/fir-mata-uma-pessoa-e-fere-duas-em-protesto-contra-reassentamento/a-44887066. Acesso: 11/07/2019.

estatal moçambicana ligada ao partido FRELIMO que deu a licença, autorizado a exploração capitalista das terras em questão. Já que em Moçambique quase nada passa e sai dos gabinetes sem os governantes pedirem alguma percentagem nos negócios, em seguida, cobra-se um valor, o qual fica com a burocracia moçambicana.

As elites frelimistas extraem as *mais-valia* com maior frequência e, em grandes proporções, isto é, a dobrar nas multinacionais do setor minério-energético. Na República de Moçambique, além da terra, "os recursos naturais situados no solo e no sobsolo, na águas interiores, no mar, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva são propriedade do Estado[86]". Os recursos naturais que deveriam ser de todos os moçambicanos por ser propriedade do Estado, são apropriados por grupos poderosos da "velha política" moçambicana, que de forma subordinada ao grande capital multinacional, obtém renda. A recente "descoberta" dos recursos naturais no país que transformou-se em *maldição* (da abudância) para muitos moçambicanos, tem acelerado o processo de acumulação por parte das elites frelimistas.

Além de os camponeses serem exproriados, expulsos dos seus territórios e passarem por outras barbaridades com altos custos sociais, os recursos naturais têm sido geradores de guerras violentas e sangentas no país. Nestas guerras violentas e sangrentas, os camponeses é que têm sido novamente vítimas. Pode-se citar, por exemplo, o caso da província de Cabo Delgado que vem sendo palco de uma guerra violenta e sangrenta. Esta guerra violenta e sangrenta vem sendo desencadeada por um grupo que se intitula ser (e/ou pertencer ao) "*Al Shabbab*" contra o Estado moçambicano. São pouco conhecidas as motivações deste grupo, mas ao que tudo indica, os recursos naturais (embora haja outras motivações), podem estar por de trás desta guerra violenta e sangrenta que vem acontecendo em Cabo Delgado desde finais de 2017.

Esta guerra violenta e sangrenta, já deslocou milhares de famílias camponesas para outros lugares, fazendo com que estas perdessem, por exemplo, as suas terras e com elas, a sua produção. Grande parte das famílias camponesas tornou-se vulnerável a insegurança alimentar e passou a depender de ajudar alimentar fornecida pelo governo e seus parceiros de cooperação como também algumas Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e estrangeiras. Igualmente, esta guerra violenta e sangenta além de destruir infra-estruturas diversas (casas de camponeses, instituições do Estado, etc.), também levou a morte de um número considerável de pessoas (civis e militares). Em

[86] Cfr. Artigo 98, número 1 da Constituição da República.

áreas de ocorrência de recursos naturais, sobretudo, minerais preciosos, acontece algo extraordinário. Quando as elites frelimistas vêem que os garimpeiros estão a se apropriar de pedras preciosas, estas reivindicam a sua propriedade. Em casos de resistência dos garimpeiros às ordens superiores, as elites se aliam, concessionando estas áreas ao grande capital. Nessas áreas, o garimpo foi criminalizado e a responsabilidade de controle foi dada as multinacionais as quais estabeleciam alianças para a sua exploração.

A partir de então, há uma nova ordem instituída, pois garimpo passa a ser proibido e quem for encontrado a praticar tal atividade, está sujeito a prisão ou mesmo sofrer violência física e, em casos graves, pode culminar com a sua morte. Na província de Cabo Delgado, sobretudo, no distrito de Montepuez, concretamente em Namanhumbir, foi palco de violência física contra os garimpeiros pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Este grupo de garimpeiros, constituído por alguns membros das comunidades locais que procuravam do sobsolo a base para a sua reprodução social, foi humilhado, torturado e *chamboqueado*[87]. Castel-Branco (2917, p. 291) faz saber ainda que nestes locais alguns "garimpeiros foram enterrados vivos" quando após serem pegos a explorar o tal minério.

Esse cenário de violência se reproduz quase em todos os locais onde ocorre algum minério com maior valor de troca no mercado internacional, sobretudo, onde as elites (os capitalistas) nacionais têm interesses. A mina de rubi onde alguns garimpeiros constituídos por membros das comunidades locais foram torturados é controlada por um general e ao mesmo tempo membro sénior da FRELIMO e veterano de luta de libertação nacional, onde Smora Machel Júnior, filho do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, é Presidente do Conselho de Administração (PCA). Os membros da FRELIMO e parentes de fundadores deste partido, são os que ocupam cargos de chefia dentro das empresas.

É difícil encontrar uma pessoa nos grandes negócios e/ou na gestão de empresas públicas e a ocupar cargos de chefia nas multinacionais sem ter, no entanto, ligações com o partido FRELIMO. Em áreas de ocorrência de recursos naturais, sobretudo, minérios de maior valor de troca no mercado internacional, os interesses da burocracia estatal frelimista, são maiores. As áreas de prospecção mineira também não são do conhecimento público e, em muitos casos, apenas circulam informações dando conta de que a empresa X, vai explorar recurso natural Y no lugar Z. Os próprios mapas geológicos não são de

[87] *Chamboco* é sinônimo de *chicote*. Neste sentido, *chamboquear* é o mesmo que dizer *chicotear*.

domínio público. Como ter acesso à informação é uma questão de poder, a sua monopolização pelos burocratas moçambicanos que detém o controlo da máquina estatal, faz destes burocratas serem ainda mais poderosos. Só esses burocratas é que têm acesso a informações privilegiadas de cada tipo de minério precioso e o seu local de ocorrência, daí que acionam todos os mecanismos legais e ilegais para garantir que a sua exploração lhes beneficie.

Na maioria das vezes, os próprios camponeses são surpreendidas com pessoas estranhas a destruir culturas alimentaresm em suas machambas. As empresas responsáveis pelas prospecções e pesquisas, nalgumas vezes, com fortes ligações com as elites frelimistas e a burocracia estatal moçambicana, fazem escavações sem prévias consultas aos camponeses, numa tentativa de levar amostras para os laboratórios por forma a testar se de fato, naquele lugar ocorre o tal minério e estimar-se as quantidades e o período máximo de exploração. Esse fato confirmado no posto administrativo de Namanhumbir, distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado, em 2017, onde ocorre o minério de rubi, em que, dentro duma extensa floresta fechada, estavam alguns cidadãos brancos de origem tailandesa a fazer estudos de prospecção.

Das constatações feitas, é possível afirmar que dificilmente alguém sai das matas sem ser revistado, pois desconfia-se que esteja a transporta minério de rubi. Se não for a segurança armada que fica dentro das matas a serviço do capital internacional, aonde a burocracia estatal tem interesse, então, é a polícia transito nas estradas quem pergunta e vasculha se no carro há uma mercadoria (rubi) ou não. Os próprios camponeses sentem medo de sair das suas comunidades por causa do aparato militar que havia dentro das matas. É nessas matas onde os camponeses retiravam lenha, estacas para construir suas *palhotinas*, plantas medicinais, faziam a caça e entre outras atividades. Por baixo das machambas camponesas, ocorre o minério de rubi. Um dos camponeses fez a questão de apresentar um pedacinho deste recurso natural que diz ter encontrado na sua machamba durante os trabalhos. Este camponês referiu-se ainda que tinha medo de sair com este rubi da sua comunidade por causa do aparto militar que havia dentro das matas.

No caso dos camponeses que viviam dentro e/ou nas proximidades da área onde estavam em curso as atividades de prospecção e pesquisa da empresa *Megaruman Rubi*, destacaram que teriam sido proibidos de cultivar e que as mesmas, deveriam esperar até os estudos terminarem. Essa situação fez com que muitos camponeses perdessem a época agrícolas, isso desembocou em fome e necessidade de compra dos produtos alimentares. Por de baixo das machambas camponesas, havia fortes indícios de ocorrência do minério

de rubi e, é possível que os camponeses locais tenham tido o mesmo destino dos outros que já foram vítimas da riqueza no país. O simples fato de ocorrência de pedras preciosas de maior valor de troca no mercado global, automaticamente, leva o deslocamento compulsivo das famílias que vivem nessas áreas para locais de reassentamento por forma a dar espaço para o capital explorar o subsolo, saqueando as riquezas que estavam por debaixo das suas machambas.

O deslocamento dos camponeses acontece mediante o pagamento duma indemnização que a constituição prevê que seja justa, mas nem sempre é, olhando para quantidade da riqueza que é saqueada e o seu valor de troca no mercado global. No entanto, não há justiça social, pois a retirada das famílias camponesas diretamente afetadas pelos megaprojetos, tem significado o empobrecimento estrutural das mesmas, sobretudo, quando são reassentados. A experiência dos megaprojetos, revela que, quem ganha são as empresas que obtém licenças de concessão e a burocracia moçambicana que se torna parte do negócio como acionista e não os camponeses que são expropriados e jogados a sua sorte em locais de reassentamentos. Os contratos para a exploração dos recursos naturais no país, pouco são claros e nalguns casos, não são públicos e para agravar a situação, os acordos são firmados no mais "alto nível da nação".

Esse tipo de acordo feito no mais "alto nível da nação", não permite saber com detalhes quais os benefícios que o país terá e no caso de corrupção porque isso propicia essa ação, quem são as pessoas dentro da máquina estatal que estão envolvidas nos negócios. Tendo em conta que tudo é feito fora da alçada das organizações das sociedade civil e de outros segmentos sociais, a burocracia estatal moçambicana entra em ação, estabelecendo alianças e procurando também espaço para a sua inserção como acionistas nos negócio. Ao fazer esta aliança com o capital multinacional para a exploração dos recursos naturais, as elites da FRELIMO aparecem como acionistas e, nalguns casos, a assumir cargos de chefia dentro das multinacionais, numa forma de distribuição da riqueza e da renda entre as forças internas do partido com o capital internacional.

Na maior parte, essas elites partidárias são *sulistas* (vindas do sul do país) ou de outras regiões, mas que vivem no sul do país desde a independência. Desta análise, pode-se concluir que, renda no caso moçambicano, está no negócio da (e com a) terra e dos recursos naturais aí presentes (do solo ou sob solo) e não necessariamente em produzir na terra para a "burguesia nacional", embora nalguns momentos, esta precise também colocar as suas terras a produzir alguma mercadoria, mas em aliança com o capital internacional.

CAPÍTULO 4
ESTADO, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E NOVAS DINÂMICAS PRODUTIVAS EM MOÇAMBIQUE

O presente capítulo procura analisar o processo de modernização da agricultura em curso no país. O papel do Estado setá sendo importante neste processo, por ser a entidade que cria as condições necessárias para a consolidação da modernização. Existe no país um debate (in)tenso sobre as opções de políticas para a transformação (da estrutura) agrária e do meio rural em que defende-se, por exemplo, a necessidade de se romper com a "agricultura de enxada de cabo curto" (em referência ao campesinato) por forma a avançar-se com uma "agricultura moderna", feita em grande escala (agronegócio). Neste contexto, o agronegócio é visto pelo Estado como a solução dos problemas sociais do país (fome, miséria e desemprego), numa clara negação ao papel a agricultura camponesa no processo. Ao se dar menção à necessidade de modernização da agricultura com base no agronegócio, significa que, as relações sociais e produtivas, as formas de acesso à terra e os seus usos, sofrerão profundas transformações.

Este capítulo, está dividido em três (3) seções. A primeira seção, centra-se no debate teórico sobre a modernização da agricultura e seus desdobramentos sócio-territoriais por onde ela ocorre. Na segunda seção, a análise cinge sobre o ideário da modernização agrícola em curso no país. A análise cingirá também no papel do Estado, partindo do pressuposto de que é a entidade que dinamiza os processos produtivos no país. O objetivo é compreender as ações que têm vindo a ser desenvolvida pelo Estado para a efetivação da modernização da agricultura no país. Finalmente, na terceira seção, procura-se analisar a decisão tomada recentemente pelo governo, em que dá sinal positivo sobre o uso dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM´s) na produção agrícola no país com alegações de que são benéficos aos camponeses porque quando usados na produção agrícola, aumentam os níveis de produção e produtividade.

Igualmente, o governo, alega que os OGM´s são resistentes à seca e a pragas e que não são nocivos à saúde pública e muito menos para a biodiversidade. Para auxiliar as análises a serem feitas neste capítulo, são usados os seguintes autores: Mosca (2015); Macaringue (2017); Smart e Hanlon (2014), Bento (2017) e entre outras fontes. Por sua vez, contará com uma literatura estrangeira composta pelos seguintes autores: Santos (1996; 2013); Santos (2014); Santos (2001); Haesbeart e Porto-Gonalves (2006); Porto-Gonçalves (2004, 2017); Neto (1982); Altieri (2012); Andrioli (2012); Fuchs (2012);

Bombardi (2017); Beck (1998); Quijano (2005); Giddens (2010); Radomsky (2015), Ferment (2011); Apoteker (2011) e entre outros.

4.1- Modernização da agricultura e a emergência de novas relações produtivas no campo

A modernização da agricultura, continua temática de destaque nas discussões atuais tanto na esfera acadêmica quanto na política. Na esfera acadêmica, por exemplo, os estudiosos estão divididos, uns analisam a "modernização da agricultura sob perspectiva hegemônica" (*cf*. GRAZIANO DA SIVA, 1982) que está relacionada tanto com o uso permanente da terra e a utilização intensiva do capital e maquinarias como também de insumos agropecuários no processo de produção. Já outros estudiosos, analisam a modernização da agricultura sob viés da "contradição e desigualdade" (*cf*. OLIVEIRA, 1991).

Nesta perspectiva, no âmbito da modernização da agricultura no campo, o processo não se daria de forma hegemônica (absoluta), pois contraditoriamente, criaria e recriaria relações não-capitalistas de produção para a sua reprodução ampliada. Como acertadamente constatou Oliveira (1991, p. 18) "este processo nada mais é do que o de produção, feito através de relações não-capitalistas". Noutro momento, este autor observou que a modernização da agricultura no campo apresenta duas faces combinadas entre si, neste caso, a "modernidade e barbárie" (*cf*. OLIVEIRA, 2003). Nesta mesma perspectiva, Cubas (2018) explica, no entanto, que:

> Interpretar barbárie e modernidade, passa por compreender a centralidade do debate do capitalismo rentista e do uso (i)racional da terra. Isto é, a unidade indissociável entre latifúndio e agronegócio, entre a barbárie e modernidade, entre o arcaico e o novo, a partir da (ir)racionalidade rentista que exclui/expropria/marginaliza paradoxalmente os agricultores efetivos do lugar da (re)produção da vida, a terra (CUBAS, 2018, p. 224).

Neste entendimento, a modernização da agricultura seria responsável pela emergência de conflitos sociais, concentração fundiária, expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, sujeição/subordinação dos camponêses ao modelo hegemônico de produção, reprodução da miséria e da fome, destruição das florestas nativas, degradação ambiental, contaminação dos solos, da água dentre outras barbáries no campo. Outros estudiosos analisam a modernização da agricultura na perspectiva do "atraso ou não-moderno" (*cf*. MARTINS, 1994). Neste entendimento, a modernização da agricultura não significa a presença do "novo" num determinado espeço geográfico, mas sim, do "velho" na medida em que "o passado se esconde, às vezes mal por de trás das

aparências do moderno" (MARTINS, 1994, p. 11). O agronegócio é que passou a esconder o passado ao autoproclamar-se de ser o mais moderno de todas as formas de *fazer* agricultura no campo. Para Fernandes (2017, p. 11) "o agronegócio é o modelo que o capitalismo estabeleceu há menos de um século e se apresenta como totalidade, como o único modelo possível para agricultura".

O agronegócio passou a ser visto também como um modelo economicamente "eficiente", "competitivo" e capaz de desenvolver as "nações" quando comparada com o campesinato estigmatizado pela sociedade capitalista de ser portador dos vestígios do passado. Embora "novo" no nome, agronegócio é visto como sendo uma relação social e produtiva que esconde "velhas" práticas, típicas da agricultura capitalista. Neste entendimento, Fabrini e Ross (2014):

> O agronegócio é uma "nova" face da agricultura capitalista que esconde o "velho" caráter especulativo da agricultura capitalista (rentismo) e a superexploração da força de trabalho, a exemplo das condições de trabalho, análogas à escravidão, de cortadores de cana-de-açúcar (FANRINI & ROSS, 2014, p. 8).

Nesta mesma perspectiva, Harvey (2004, p. 121), afirma que ao surgir, "o agronegócio substituiu a agropecuária familiar", mas, "a escravidão não desapareceu" necessariamente no campo. Em seu texto intitulado «*o novo nome é agribusiness*», Fernandes (2010) entende que a origem do agronegócio está no sistema de *plantation*, em que para a sua efetivação no campo, são ocupadas vastas (e/ou grandes) extensões de terras para a produção de mercadorias (monoculturas) destinadas à exportação para os mercados globais. Para este autor:

> O modelo [do agronegócio] não é novo, sua origem está no sistema de *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. [...]. A palavra agronegócio é nova (década de 1990) e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundiária da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si, a imagem de exploração, trabalho escravo, extrema concentração de terra, coronelismo, clientelismo, subserviência, atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país: latifúndio está associado à terra que não produz e pode ser usada para a reforma agrária. A imagem do agronegócio foi construído para renovar a imagem da agricultura capitalista, para modernizá-la. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, exploratório e excludente para revelar somente o caráter produtivista. Houve um aperfeiçoamento do processo, o agronegócio promove pela intensa produtividade (FERNANDES, 2010, p. 1).

Pode-se dizer que, o agronegócio enquanto modelo agrário/agrícola dominante no campo, apenas foi recuperado, reeditado e modernizado e isto, permitiu-lhe que passasse a ocultar a sua verdadeira face. No agronegócio, a ideia de "desenvolvimento" passou a

ser mobilizadora de imaginários, fazendo a creditar a sociedade que com ele, é possível alcançar-se o progresso. A realidade tem revelado que a ideia de "desenvolvimento" propalado pelo agronegócio, transformou-se num "pesadelo" e/ou "fantasma" que persegue e vive na memória da sociedade ate hoje.

O agronegócio passou a usar o discurso "produtivista" e "desenvolvimentista" como "arma" manipuladora, ao autoconsiderar-se ser a grande produção e produtividade agrícola no campo, daí que investindo nela, a fome e a miséria ficariam pela história no mundo. Mas, como diz Fernandes (2017, p. 11) "esta pretensão do agronegócio é questionada a cada dia", pois há evidências claras que este modelo de desenvolvimento agrário/agrícola não está a resolver os problemas que têm sido evocados por ele no âmbito da sua territorialização no campo, sobretudo, o combate à fome e à miséria e, não obstante, o desemprego.

Esta constatação de Fernandes (2017) confirma também as obervações de Oliveira (2003) segundo as quais, o combate a fome, a miséria e o desemprego são mitos no modelo do agronegócio. O modelo do agronegócio está em crise e isto, se deve por causa do uso excessivo dos agrotóxicos no processo produtivo como também por disponibilizar no mercardo (de consumo) muitos alimentos ultraprocessados. Tanto os agrotóxicos quanto os alumentos ultraprocessados estão a trazer muitos problemas de saúde para os consumidores, daí que o agronegócio tem vindo a ser questionado a cada dia. Estes dois aspectos estão a fazer com que o agronegócio perca (a sua) força no mundo e a produção agroecológica, tende a ganhar cada vez mais espaço para a sua emancipação.

Na esfera política, verifica-se uma aproximação com a concepção hegemônica da modernização da agricultura traçada por Graziano da Silva (1982) e não na perspectiva da "contradição e desigualdade", da "modernidade e barbárie" e muito menos do "atraso e não moderno". Em muitos casos, nos discursos políticos quando se fala da modernização da agricultura, nota-se uma preocupação com as modificações no sistema produtivo, que passa necessariamente, por incorporar as chamadas "técnicas modernas" onde predomina "técnicas antigas". Neste sentido, defende-se que deve-se ultrapassar o uso de "técnicas rudimentares" ("enxada de cabo curto" e estrumes) na produção agrícola, passando assim, a usar-se "técnicas modernas" (tratores, maquinaria agrícola, aviões agrícolas, fertilizantes químicos, pesticidas, agrotóxicos, etc).

Muitas vezes, a ideia da modernização agrícola está embutida pelos discursos que apontam sobre a necessidade de elevação da produção e produtividade num determinado lugar. O ideário da modernização faz pensar que "a produtividade seria uma qualidade

exclusiva do setor industrial moderna" (SANTOS, 2014, p. 189) e não aquela que é considerada pela classe dominante como sendo detentora de práticas atrasadas, neste caso, o campesinato como tem sido conotado. Este ideário da modernização da agricultura é frequente em Moçambique, sobretudo, nos discursos políticos e nas concepções teóricas de alguns estudiosos, por isso, urge a necessidade de adentrar no debate *teórico-conceitual* dobre a modernização.

A palavra "modernização" em si, vai além das transformações acima arroladas no sistema produtivo. A noção de "modernização", está intrinsecamente ligado a introdução do "novo" num determinado lugar. Neste sentido, o fim é a modernização dos espaços agrários, antes considerados "não modernos" (na maioria das vezes, ocupados pelos camponeses) para estarem interligados aos que já são "modernos". Essa modernização passa pela transformação não apenas pelas técnicas de produção, mas também no modo de vida dos camponeses.

No decorrer da modernização, os valores e saberes dos camponeses são destruídos na implantação do "moderno". Enfim, embora de forma desigual e contraditória, as relações sociais e produtivas, antes "não modernas", passam a ser modernizadas e integradas aos "novos" saberes, baseados no eurocentrismo enquanto modelo dominante de organização das sociedades. Aqui, se está diante, portanto, diante da colonização dos povos nativos pelos saberes externos. As palavras "modernização" e "colonização", embora estejam em páginas diferentes no dicionário da língua portuguesa, no caso em análise, são processos gêmeos, pois andam juntas, na medida em que onde ocorre uma, a outra está também presente e vice-versa.

Em outras palavras, a "modernização" se dá pela "colonização" e a "colonização" pela "modernização", é por esta razão que, são a face da mesma moeda: desigualdade e contradição. Para dizer que, a "modernização" e "colonização" são processos combinados que se intercambiam mutuamente, mas de forma contraditória e desigual. A "modernização" se dá pela incorporação do "novo" ("moderno") num determinado espaço geográfico. Este processo, implica que as relações sociais e produtivas sejam "modernizadas", padronizadas e (re)ordenadas de acordo com os interesses do modelo dominante. A partir da modernização, verifica-se, portanto, o restabelecimento de uma nova ordem social e territorial, caracterizada pela incorporação de novos elementos, muitos deles, alheios as práticas preexistentes em quase todas as facetas. Haesbeart e Porto-Gonçalves (2006) são incisivos quanto a isto e afirmam que:

> A ideia do "Novo Mundo", bem como toda obsessão pelo "novo" que tanto marcará a chamada Modernidade, o imaginário europeu ocidental desde o renascimento e o colonialismo, deveu-se a necessidade de afirmação frente ao "Mundo Antigo" – Oriental. [...]. Vê-se desse modo, que **o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade. Daí dizemos, sempre, aqui, que vivemos um sistema-mundo moderno-colonial** (HAESBEART & PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 19, grifo nosso).

Neste sentido, a noção de "modernização" pode ser também equiparada com o ideário do "imperialismo", pois são a face da mesma moeda no campo. Porto-Gonçalves (2017,) já avançava que:

> A geografia mundial sofrerá importantes mudanças, mantendo, entretando, a estrutura moderno-colonial. Estamos, sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas – *moderno-colonial* (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.).

Este mesmo entendimento segundo o qual a "modernização" está associada com a implantação de um *sistema-mundo moderno-colonial* num determinado espaço geográdico, pode ser lido também em Quijano (2005). A ideia da "modernização" está associada com noção de "globalização" que por meio da ideologia técnico-científica procura homogeneizar as relações sociais e produtivas por onde se implanta. O conteúdo técnico-científico da modernização está na sua força de fazer com que outras relações sociais e produtivas que não sejam capitalistas se subordinem ao capital global enquanto modelo hegemômico de organização sócio-espacial. A subordinação das relações não capitalistas de produção consideradas "atrasadas" (pelo discurso dominante) ao capital globalizado, faz emergir transformações no campo, não apenas das dinâmicas produtivas, mas também no tecido social. No âmbito da modernização da agricultura, a globalização deve ser vista a partir da sua estrutura desigual e contraditória, própria da lógica de reprodução da sociedade capitalista. Na perspectiva de Santos (2013), este:

> […] sistema técnico dominante no mundo de hoje tem uma outra característica, isto é, a de ser invasor. Ele não se contenta em fica ali onde o primeiro se instala e busca se espalhar, na produção e no território. […] é essa sua vocação […]. (SANTOS, 2013, p. 26).

Por isso, a globalização deve ser entendida também como sendo o processo de radicalização da estrutura capitalista nos territórios onde ela se implanta, que duma forma perversa e ambivalente, vai reproduzindo as "velhas práticas". De acordo com Quijano (2005, p. 117) a "globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição [...] do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial". Este autor faz saber ainda que

com a globalização "uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido" (QUIJANO, 2005, p. 119). Como apropriadamente considerou Santos (1996). o atual contexto geográfico trazido pela globalização se insere no que chama de "*meio técnico-científico-informacional*[88]", no qual as relações de trabalho nas sociedades consideradas "atrasadas" são perversamente e de forma ambivalente, "modernizadas" de forma a impulsionar e a acelerar as atividades produtivas com vista a reprodução ampliada do capital. Porto-Gonçalves (2017) é contundente e remata que:

> [...] o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e sujeitos distribuídos desigalmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos e dos homens sobre as mulheres de um lado. A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racionalidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade – modernidade – colonialidade – racionalidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 25).

Na mesma perspectiva, Santos (2013, p. 65) afirma que ao se implantar, "a globalização mata a noção de solidariedade, desenvolve o homem à condução primitiva de cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada". Nesse retorno do homem a sua condição primitiva, emerge o que Beck (2010) chama de "*sociedade do risco*" fundada pelo *lucro*. A *sociedade do risco* é caracterizada basicamente pelo seu caráter individualista, sobretudo, a ganância pela acumulação ampliada da riqueza, custe que custar os meios que garante a existência e a reprodução social de outras espécies, até a própria espécie humana. Para chegar à conclusão de que o mundo que vivemos é caracterizado (e está sendo dominado) pela *sociedade do risco*, Beck (2010) faz um paralelismo entre atual crise socioambiental planetária, a globalização e as inovações tecnológicas.

Essa *sociedade do risco*, fazendo uso da ideologia técnico-científica, além de revolucionar a técnica (maquinarias usados na produção agrícolas, tanto para semear, pulverizar e colher grãos e aviões agrícolas, por exemplo), passou a produzir incertezas a

[88] Para Santos (1996, p. 157) "meio *técnico-científico-informacional* é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção".

partir dos laboratórios, cuja finalidade é atender os seus interesses, neste caso, a acumulação ampliada da riqueza. As sementes laboratoriais (entre elas, híbridas e Organismos geneticamente Modificadas [OGM]) e fertilizantes químicos, agrotóxicos diversos e pesticidas usados na modernização agrícolas, fazem parte destas incertezas criadas pela *sociedade do risco*. Beck (2010, p. 28) diz não ter dúvidas que a "sociedade de risco é uma sociedade catastrófica", pois as suas ações têm estado a demonstrar que são um atentado a existência da humanidade e da biodiversidade. Desde avanço da mecanização e do uso de insumos modernos, as incertezas atingem a sociedade a vários níveis, situação que se confunde com a *barbárie*. Para Porto-Gonçalves (2017):

> A caracterização da "sociedade de risco" traz um componente interessante para o debate acerca do desafio ambiental, na medida em que aponta para o fato de que os riscos que a sociedade contemporânea corre são, em grande parte, derivados da própria intervenção da sociedade humana no planeta (reflexividade), particularmente derivada das intervenções dos sistema técnico-científico. Assim, sofremos, reflexivamente, os efeitos da própria intervenção que ação humana provoca por meio do poderoso sistema técnico que moderno-colonialmente se impõe (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 69).

A partir daqui, a globalização começa a ser apenas uma fonte de "fábrica de perversidades" (Santos, 2013), na medida em que se verifica uma radicalização da estrutura capitalista em escala global. Desde então, o mundo entra em descontrole, pois ao se implantar, "o capitalismo moderno insere-se no futuro ao calcular o lucro e perdas de futuros, e portanto, riscos, como um processo contínuo" (GIDDENS, 2010, p. 34). A condição humana começa também a ser banalizada, pois o fim não é atender os interesses da sociedade como um todo, mas sim, de um grupo específico, cujo objetivo é acumulação ampliada do capital em escala global.

Esses pacotes tecnológicos são produtos da chamada *revolução verde* e foram sendo implementados com o argumento segundo o qual, a intenção era "acabar" com a fome no mundo, mas ao contrário disto, significou apenas a emergência de um "conjunto de transformações de relações de poder por meio da tecnologia" (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 212). As relações de poder no contexto da modernização agrícola no campo, se intensificam e as mesmas, passaram a materializar-se por meio de sementes e agrotóxicos (pesticidas e outros agroquímicos) usados na produção agrícola.

As multinacionais produtoras de sementes e agrotóxicos (e outros agroquímicos), mais tarde, se apropriam destes pacotes tecnológicos, fazendo assim, o controlo monopolístico dos mesmos. Com o avanço da modernização sob égide do ideário da *revolução verde*, os camponeses passaram a ser forçados a usar os pactotes tecnológicos,

pois as empresas multinacionais que comercializavam, começaram a dominar e a controlar quase toda a cadeia produtiva, desde a produção, transformação industrial, armazenamento e distribuição. Porto-Gonçalves (2012) faz saber que:

> O controle do mercado de sementes, que, pela via, de produção transgênica (tipo RR), pode se fundir com o mercado de herbicidas, é o que está em jogo. [...]. Enfim, esse modelo agrário-agrícola que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo, pela sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 242-244).

O discurso modernizatório na agricultura, ganha cada vez mais espaço no mundo com o advento da *revolução verde*, sobretudo, nos anos 1970. Desde que a *revolução verde* começou a disponibilizar estes pacotes tecnológicos, o campo (e/ou o meio rural) não é o mesmo, várias foram as transformações *sócio-espaciais.* Neto (1982) faz a seguinte descrição sobre os resultados da modernização agrícola no campo:

> A mecanização avança, o uso de trator intensifica-se. Os chamados insumos modernos, como os fertilizantes químicos, os agrotóxicos, as sementes selecionadas, rações, medicamentos veterinários, etc., começam a serem utilizados de forma recorrente. É a transformação capitalista da agricultura, sua industrialização, sua modernização (NETO, 1982, p. 26).

Com a *revolução verde*, por exemplo, a forma de produzir no campo também mudou consideravelmente, pois a partir deste período, começa a verificar-se massivamente a externalização dos processos produtivos no campo. Como descreve Porto-Gonçalves (2004):

> O mundo rural, com a revolução verde, suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento com a biotecnologia dos transgênico e do plantio direto, está sofrendo mudanças profundas tanto ecológicos quanto sociais, culturais, sobretudo, políticas. À medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normalização (candidamente chamados *normas de qualidade)* (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 212).

Aqui, se instalam as *relações de poder* entre os camponeses, aqueles que de fato produzem, e as empresas vendedoras destes pacotes tecnológicos. Essas empresas se apropriam de quase toda a cadeia produtiva, colocando assim, os camponeses dependentes delas. O pacote tecnológico, inclui também os conhecimentos e nalguns casos, os camponeses recebem também capacitações sobre como usá-los com as próprias empresas. A *revolução verde*, não significou uma "maravilha" como era a proposta, cujo

objetivo era sanar a fome e a miséria no mundo. A outra face da *revolução verde*, é que ela significou uma modernização desigual e contraditória, na medida em que verificou-se a reprodução, diga-se de passagem, ampliada dos problemas sociais que eram evocados que seria a solução em casos da sua efetivação.

Em vários lugares do mundo, verificou-se, portanto, a reprodução ampliada da fome, da miséria e entre outras *barbáries* como, por exemplo, a expropriação dos sujeitos do campo e, posteriormente, a sua transformação em trabalhadores assalariados ao serviço da reprodução ampliada do capital. Esta situação permanece até os dias atuais, tendo em conta que "o *verde* dessa revolução reflete o medo do *perigo do vermelho*" (Porto-GONÇALVES, 2004, p. 212, itálicos do original). Contraditoriamente, essa modernização tem estado a incorporar nela, "novos" elementos essenciais a reprodução do capital.

A certificação e selagem dos produtos agrícolas é apenas um exemplo clássico deste processo. A certificação e a selagem dos produtos agrícolas, faz parte da atual globalização, que de forma perversa e ambivalente, vem gerando suas contradições nos territórios no âmbito da modernização agrícola. A certificação dos produtos tem sido uma forma de controlo da qualidade dos produtos por parte das empresas contratantes e justifica-se o fato, alegando questões de saúde pública. Como diz Radomsky (2015, p. 31) "o processo de certificar, especificamente, está vinculado à ideia geral de controlo e inspeção". Teoricamente, os selos apareceram "por efeito de uma crescente preocupação com o ambiente, uso incessante de poluentes e qualidade dos produtos" (RADOMSKY, 2015, p. 32).

No processo de certificação e selagem dos produtos agrícolas, nem sempre são observados os níveis de agroquímicos utilizados na produção agrícola, o que quer dizer que, a aplicação de agrotóxicos, pesticidas (inseticidas [para o controle de incestos] herbicidas [para o controle de ervas daninhas], fungicidas [para o controle de fungos]) que são distribuídos aos produtores integrados, eles por si só, uma ameaça para à saúde pública e ao meio ambiente. Nem que se observe, na mesma não resolve o problema a partir da raíz dada a inexistência no mundo de níveis seguros para o uso de muitos tipos de agrotóxicos no processo produtivo. Além destes produtos químicos, existem também bactericidas que são usados na produção agrícola supostamente para combater e controlar bactérias consideradas como nocivas as plantas.

Embora o discurso dominante afirme que a ideia por de trás da certificação e selagem dos produtos agrícolas, visa controlar a qualidade dos mesmos, na medida em

que se procura dar cada vez mais segurança aos consumidores, a realidade contrasta estas alegações. Muitas vezes, a qualidade que é controlada, não está relacionado com o interior do produto, mas sim, o seu exterior. Para dizer que é a *beleza* externa do produto e não a interna. Aqui, predomina a ideia do *belo* que também é produto da atual globalização enquanto um elemento diferenciador entre os produtos agrícolas.

No entanto, tenta-se criar uma imagem de que os produtos do agronegócio por supostamente possuírem selos, dão maior segurança aos consumidores, mas, os que assim defendem, se esquecem que, apresentam maiores níveis de toxidade quando comparados com os produtos agroecológicos produzidos pelos camponeses. No processo de certificação e selagem, poucas vezes, há controlo dos níveis de toxidades dos produtos que são comercializados nos mercados consumidores.

Essa situação expõe os consumidores aos riscos de intoxicação alimentar, o que pode desembocar em muitas doenças. Neste sentido, o perigo para os consumidores está por de traz da beleza externa dos produtos do agronegócio. A certificação dos produtos agrícolas é um mecanismo próprio da expansão do mundo capitalista, pois serve para garantir a eficiência dos mercados uma vez que "funcionam como um tipo de confiança que habilita a expansão de um mercado com informações" supostamente "seguras sobre bens" (RADOMSKY, 2015, p. 32).

A certificação e selagem na agricultura, tem sido um mecanismo deliberado de marginalização e exclusão dos camponeses, sobretudo, no processo de comercialização dos seus produtos produzidos organicamente e saudáveis sob ponto de vista da saúde pública. Neste sentido, a certificação e selagem na agricultura, além de servir como um mecanismo de controlo político dos camponeses, é também uma forma deliberada que o capital agrário viu para forçar os camponeses a entrar no mundo da modernidade.

Mesmo assim, nem todos os camponeses aceitam entrar neste mundo globalizado, pois têm resistido, comercializando os seus produtos em outras redes comerciais, algumas delas informais. Nalguns casos, a certificação e selagem dos produtos agrícolas, é benéfica para a sociedade. É benéfica porque num contexto em que há denúncias de que os produtos advindos do agronegócio têm intoxicado cada vez mais os consumidores, ajuda a distinguir os produtos produzidos agroecologicamente, daqueles que são produzidos com base em sementes geneticamente (e/ou transgenicamente) modificados e no uso excessivo de agrotóxicos.

A modernização da agricultura, é nada mais, nada menos, que um processo deliberado de territorialização do capital e de tecnologia num determinado lugar. Neste

sentido, a territorialização e modernização são processos que se interligam, pois um depende (da existência) do outro. Para Santos (2014, p. 188) "para que o processo de territorialização aconteça na sua plenitude é necessário que o capital estabeleça o processo de modernização". Do princípio, todo o processo de modernização da agricultura, implica necessariamente a desterritorialização das práticas preexistentes e, essa é a regra geral no desenvolvimento capitalista.

Para Santos (2014, p. 220) "o processo de territorialização do agronegócio significa desintegrar o preexistente, criar ordem para o capital e para a burguesia do agronegócio e desordem para a população, o povo e, sobretudo, os trabalhadores". Na medida em que a modernização vai-se dando, ocorrem muitas transformações no espaço agrário. Com a modernização, os sistemas agroalimentares preexistentes são destruídos no processo de incorporação do "moderno" na produção agrária.

Isso leva a mutação dos sistemas agroalimentares e consequentemente, a mudança drástica da dieta alimentar por parte dos povos nativos, uma vez que, durante o processo produtivo são o utilizados os pacotes tecnológicos, na sua maioria estranhos aos camponeses. Em jeito de desabafo, Santos (2014, p. 220) afirma que "antes os camponeses faziam as suas rocinhas de toco, mas atualmente, está cada vez mais difícil a sua continuidade. Na verdade, os elementos da modernização são estranhos ao povo do lugar". Nos lugares onde ocorre a modernização agrícola, a destruição do campesinato com base na "técnica moderna", tem sido maior.

É verdade que em lugares onde a modernização agrícolas avançou nota-se resistências camponesas contra a sua dominação, mas nem sempre os camponeses são contra o uso de "técnicas modernas" nos processos produtivos, mas sim, é lutam pela (sua permanência e acesso à) terra. O uso de "técnicas modernas" por parte dos camponeses como foi referenciado no capítulo 1, faz com que percam certos traços campesinos, mas isso, não os faz deixarem de ser camponeses.

Outro fenômeno que surge com a modernização agricultura, é a *empresarialização* do campo, pois alguns produtores familiares acabam por se tornarem em pequenos capitalistas com o passar do tempo. Se antes a racionalidade produtiva tinha em vista garantir alimentos necessários para o consumo familiar, com a sua integração ao mercado, os produtores (de base) familiar, mesmo sem usar o trabalho assalariado nas suas unidades de produção, aos poucos, vão mudando foco, produzindo assim, mercadorias. O mercado e a racionalidade do lucro, começa a ser as bases fundamentais

da existência dos sujeitos do campo, outrora integrados no âmbito da modernização da agricultura. Neto (1982) reitera que:

> Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e utilização do trabalho modifica-se; […] a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores […] vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais. Com este processo de transformação, os chamados agricultores de subsistências – cuja principal determinação da produção é o consumo da própria família – vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionantes fundamentais no processo de produção. […] os agricultores de subsistência dão lugar a empresas familiares, que não usam trabalho assalariado, mas se relacionam com o mercado, ou seja, produzem mercadorias (NETO, 1982, p. 26-27).

Com a modernização da agricultura, embora se observe transformações das relações sociais e produtivas, sobretudo, nos territórios onde este processo ocorre, o "antigo" e o "novo", coabitam no mesmo espaço geográfico. Em outras palavras, a modernização agrícola não leva completamente a extinção as relações não capitalistas de produção (o campesinato) com a expansão das relações capitalistas de produção (agronegócio) no campo. Isto quer dizer que, a reprodução da lógica capitalista ao se expandir no campo, ela vai se nutrindo e subordinando as relações não capitalistas de produção. É por isso que a modernização da agricultura é contraditória e ao mesmo tempo desigual. Esse processo desigal e contraditório é notório no campo moçambicano e com mais intensidade no Corredor de Nacala.

4.2- Estado e o ideário de modernização da agricultura em Moçambique

Em Moçambique, o Estado é entidade responsável pela criação condições necessárias em vista a transformação do espaço agrário. Constitucionalmente, está escrito que em Moçambique, "o Estado determina as condições de uso e aproveitamento da terra[89]". Por sua vez, a Constituição da República proclama que "o Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso econômico e social do país[90]". Significa que, tanto as políticas públicas de desenvolvimento rural quanto as regras de acesso à terra no país e, posteriormente, o seu uso, são determinadas pelo Estado. No âmbito da modernização da agricultura, os exemplos clássicos da ação do Estado na transformação do espaço

[89] Cfr. Artigo 110, número 1.
[90] Cfr. Artigo 103, número 2.

agrário moçambicano, têm a ver com a criação de *Corredores de Desenvolvimento* (CD) por cima das machambas camponesas em todo o país.

Esses *Corredores de Desenvolvimento* são mais tarde, incorporados nos principais documentos institucionais criados para a dinamização da agricultura moçambicana. Por sua vez, estes documentos institucionais têm sido aprimorados pelo governo, simplesmente para promover e dinamizar a produção de *commodities* agrícolas para atender o mercado global. Igualmente, estes documentos institucionais têm aglutinado interesses do capital financeiro. Trata-se do «*Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA)*» e o «*Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA)*». Por cima das machambas camponesas, são feitos os novos *ajustes espaço-temporais* do agronegócio e mais tarde, realizam-se concessões de terras, as quais são mais tarde entregues aos capitalistas estrangeiros.Neste sentido, a responsabilidade de garantir a produtividade agrária do país, é dada às grandes corporações do agronegócio e o Corredor de Nacala, é apenas um exemplo clássico disto.

Para dizer que, após estas concessões feitas pelo Estado, as machambas camponesas serão transformadas em meros campos de produção de *commodities* para alimentar o mercado global. No entanto, é quase impossível falar da modernização da agricultura em Moçambique sem, no entanto, colocar o Estado no meio deste processo que já está a trazer mudanças estruturais no espaço agrário moçambicano. Não pretendemos com isso, elaborar uma teoria específica sobre o Estado moderno, no qual Estado moçambicano se insere, mas sim, analisar as suas ações e as contradições que, posteriormente, surgem no campo, sobretudo, no âmbito da modernização da agricultura.

Em Moçambique, a modernização da agricultura está na ordem do dia. É comum ouvir a ideia segundo a qual, agricultura moçambicana precisa ser modernizada e mecanizada para atingir os resultados que se pretendem para o desenvolvimento econômico e social do país. Esse discurso é recorrente entre os políticos e alguns acadêmicos, sobretudo, os (mais) tecnocratas. Alguns estudiosos (*cf.* Smart & Hanlon, 2014; Dadá *et al.,* 2015) têm sugerido e recomendado ao governo a necessidade de transformação da agricultura por meio da mecanização e da integração dos camponeses aos mercados.

Igualmente, são organizados alguns eventos para discutir-se, por exemplo, os insucessos do agronegócio em Moçambique em que os participantes têm sido na sua maioria, os membros do governo, empresários e empresas agrícolas ligadas ao agronegócio no país. Em relação aos políticos, de realçar que a ideia de modernização e

mecanização agrícola não é recente na sociedade moçambicana. A defesa sobre a modernização e mecanização agrícola como forma de se alcançar altos níveis de produção e produtividade, começa no Moçambique socialista por meio programa de socialização do campo, sendo o Estado o principal protagonista do processo.

O mesmo discurso permaneceu após o colapso do socialismo na década de 1980 e com as reformas econômicas, a responsabilidade para a modernização e mecanização agrícolas com vista o alcance dos altos níveis de produção e produtividade, foi sendo dada as grandes empresas agrícolas em que para tal propósito, eram concessionadas grandes extensões de terras e essa situação ainda continua até os dias atuais. A ideia segundo a qual, o país deve avançar com a modernização e mecanização da agricultura foi notório durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2019.

Todos os candidatos que entraram na disputa política para a eleição do presidente da república, falaram da necessidade de transformação da agricultura moçambicana através da modernização e da mecanização como forma de garantir os maiores níveis de produção e de produtividade. Não se trata de é uma simples transformação. A transformação que estava sendo referida pelos candidatos presidenciais prevê (como sempre tem sido) a intensificação do capital, exploração permanente da terra mediante o uso de "técnicas modernas" típicas de *revolução verde*.

Este tipo de transformação do espaço agrário através da estratégia da *revolução verde* não deu certo em Moçambique e foi visível durante o governo Armando Gubueza (2005-2015), tendo permitido apenas a ocupação de extensas áreas de terras por parte dos capitalistas estrangeiros para a produção de mercadorias, no caso, dos *agrobiocombustíveis* entre eles, *jatropha*. A *revolução verde* não deu certo em Moçambique porque a mesma não resolveu os problemas pelas quais foi concebida e implementada, sendo um deles, acabar com a fome e a desnutrição.

As propostas dos partidos políticos que disputavam a presidência da república, sobretudo, da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) e MDM (Movimento Democrático de Moçambique)[91], revelavam uma tentativa acirrada de modernização e integração dos camponeses de forma subordinada e perversa aos mercados. As palavras "modernização da agricultura", "mecanização agrícola" e a "promoção do investimento estrangeiro", eram as que mais

[91] Os candidatos que disputavam as eleições presidenciais de 15 de Outubro de 2019 são: Filipe Jacinto Nyusi pela FRELIMO, Ossufo Momade pela RENAMO, Daviz Mbepo Simango MDM e Mário Albino pela AMUSI.

predominavam nos discursos dos candidatos à presidência da república dos partidos políticos referenciados anteriormente. A modernização da agricultura que estava sendo proposta pelos partidos políticos em referência, passa por modernizar a agricultura camponesa, transformando-a numa agricultura mecanizada supostamente para torná-la economicamente eficiente e competitiva, o que pode ser expressa na concepção da Agricultura Familiar.

Em nenhum momento falou-se, por exemplo, dos impactos negativos da "modernização da agricultura" e muito menos, da "mecanização agrícola". Para dizer que os impactos negativos da "modernização da agricultura" e da "mecanização agrícola" sob ponto de vista social e ambiental são vistos como sendo marginais, o que quer dizer que, apenas dá-se importância o lado econômico do processo, neste caso, o superávit da balança comercial. O candidato da FRELIMO, Filipe Jacinto Nyusi que concorria a sua reeleição, é que mais chamou atenção de todos os candidatos à presidência da república no que tange a sua proposta para a transformação da agricultura moçambicana. Durante o comício popular no âmbito da campanha eleitoral feito na província de Gaza, no distrito de Massingir, o candidato da FRELIMO fez a seguintes declarações:

> O meu governo vai trabalhar para transformar Moçambique numa potência agro-industrial no mundo. E, é possível porque Moçambique tem tudo para dar certo. A primeira coisa a fazer neste setor, nesta área especifica, é criar uma base forte de combinação de atividade agrícola –, plano intersetorial. Todas as coisas que mencionei […] têm de estar coordenadas para darem certo. Deixar de usar instrumentos rudimentares sim, mas também usar a força de trabalho qualificada. Para desenvolver agricultura, não é só pensar em pôr trator, é muito mais que isto, colocar o conhecimento científico, hidrológico para a promoção e desenvolvimento da agricultura[92].

O que chama atenção neste discurso do candidato da FRELIMO é a ideia de "transformar Moçambique numa potência agro-industrial do mundo". Isso dá entender que se trata duma modernização da agricultura baseada na intensificação do capital, no uso permanente da terra e dos "novos" pacotes tecnológicos. Por exemplo, a ideia do "uso da força de trabalho qualificado", de "deixar de usar instrumentos rudimentares" e de "colocar conhecimento científico" no processo produtivo, revela apenas essa apetência pela transformação de Moçambique numa suposta potência agroindustrial global. O conhecimento que o candidato da FRELIMO se referia, não é aquele que está na posse dos camponeses, como foi referenciado nos capítulos anteriores, há um preconceito de que estes sujeitos, são portadores dos "vestígios do passado" (o atraso) e/ou duma

[92] Discurso captado na peça noticiosa da STV, exibida na noite (Jornal da Noite) do dia 03/10/2019.

"mentalidade miserabilista" que não leva Moçambique ao progresso. A ideia do progresso em Moçambique tem sido associada a modernização da agricultura.

O candidato da FRELIMO referia-se a um conhecimento que vai no sentido de ocidentalizar as relações sociais e produtivas, o que significa que, os camponeses serão impostos um modelo padrão de produção. Defende-se, por exemplo, que há uma necessidade dos camponeses deixarem de usar os "instrumentos rudimentares" no processo produtivo para passarem a usar "técnicas modernas". Durante o seu discuro, deixou claro que o modelo que iria adotar em caso de vencer, não tinha espaço para os camponeses, daí que haveria de propor a eleboração de uma política espcífica para enquadrar agricultura camponesa.

A defesa da necessidade de se usar "força de trabalho qualificado", tem em vista responder os desafios da modernização e da mecanização agrícola, na medida em que o processo produtivo passará a ser dominado pelo uso elevado de tecnologia e/ou maquinaria agrícola. Os países que optaram por transformar a sua agricultura a partir dessa lógica (a exemplo, o Brasil onde a modernização da agricultura se consolidou graças às "novas" tecnologias), tiveram que ceder ao capital (financeiro) grandes extensões de terras e por sua vez, criaram todas as condições necessárias para que tal modernização fosse alcançada, mas a preço alto sob ponto de vista socioambiental.

Além disso, nestes países houve o aumento do número de desempregados no campo como resultado do elevado uso de tecnologia e maquinaria na agricultura, sendo que a maioria migrou para as cidades a procura de melhores condições de vida. Por causa do uso das "técnicas modernas" na produção agrícola, as atividades que antes eram realizadas pelo homem, passam a ser substituídas pelas máquinas, situação que gerou desemprego estrutural no campo. Para Porto-Gonçalves (2004) a técnica usada no âmbito da modernização da agricultura, por si só:

> […] proporciona diminuição dos custos principalmente de mão-de-obra, na medida em que os produtores já não têm de realizar as tarefas de combate a pragas, além do que com as técnicas de plantio direto facilitam, as tarefas de semeadeiras. Trata-se, portanto, de uma técnica que acentua a tendência a uma *agricultura sem agricultores*, agravando problemas num momento em que o novo padrão de poder proporcionado pelas novas tecnologias também não emprega tanta gente […] (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 226-227 itálicos do original).

O discurso do candidato da FRELIMO, embora seja uma prática "velha" na República de Moçambique, ao dar importância o lado econômico da modernização da agricultura, na medida em que presupõe-se que elevará os níveis de produção e

produtividade, por si só, "oculta" as desigualdades e as contradições geradas por este processo no campo. O Observatório do Meio Rural (OMR), uma instituição de pesquisa que se tem dedicado aos estudos relacionadas com o desenvolvimento rural em Moçambique, foi atrás dos manifestos eleitorais para compreender as propostas que os partidos políticos que disputavam a presidência da república tinham para agricultura.

Dos manifestos eleitorais analisados pelo OMR (2019), estão o da FRELIMO, da RENAMO, no MDM e do PODEMOS. Ao analisá-los criteriosamente, o OMR (2019) compreende que as propostas presentes nestes manifestos eleitorais no que concerne a transformação estrutural da agricultura, não consideram o campesinato como importante no processo de desenvolvimento rural em Moçambique. Essa transformação visa garantir acumulação ampliada de capital enquanto consequência (derivação) da expansão do capitalismo (agrário) no campo, o que se traduz numa ameaça ao campesinato. Em suas palavras, o OMR (2019) descreve o seguinte cenário:

> Os manifestos revelam a opção da modernização da agricultura com base na intensificação do capital (mecanização, irrigação, armazenagem de grandes unidades de silos e armazéns, e insumos químicos). Está presente a configuração de cadeias de valor do agronegócio, sobretudo de bens para exportação, onde o setor familiar surge em uma relação de integração perversa, enquanto simples produtores de mercadorias em mercados distorcidos e assimétricos, e de força de trabalho assalariada Os manifestos são omissos em propostas acerca de formas institucionalizadas de diálogo e participação com os produtores e em especial com os pequenos produtores, através das suas organizações representativas e com as lideranças locais das comunidades. Não é feita referência ao cumprimento da lei das consultas comunitárias para diferentes situações, assim como ao papel do Estado em garantir os acordos estabelecidos, por exemplo, quando se trata de ocupações de terra e de reassentamentos Os manifestos eleitorais, no que respeita à agricultura e desenvolvimento rural, são documentos de continuidade das políticas não explícitas e de ausência de políticas agrárias praticadas em Moçambique há décadas, onde não existe uma visão de transformação estrutural da agricultura, no quadro dos padrões de crescimento e das transformações econômicas. […]. As questões ambientais e de resiliência às mudanças climáticas, não são apresentadas como parte integrante de mudanças necessárias nos sistemas agro-florestais e nas técnicas produtivas (OMR, 2019, p. 1-2).

A modernização em curso no país, é acompanhada pela crença de avançar com uma agricultura em grande escala, típicas de países latino-americanos, como o Brasil, por exemplo. É este país latino-americano que o governo moçambicano tem vindo a se espelhar nos últimos anos e, foi isso que justificou a implementação do ProSAVANA ao longo do Corredor de Nacala. A ideia de "transformar Moçambique numa potência agroindustrial no mundo" como avançou o candidato à presidência da república pelo partido FRELIMO, Filipe Nyusi, não está longe daquilo que aconteceu no Brasil a partir da década de 1970. Este país latino-americano, baseando-se na ideologia produtivista e

desenvolvimentista fabricada pela *revolução verde*, modernizou a sua agricultura e como resultado disto, contraditoriamente e de forma desigual, o Brasil transformou-se num "império da soja", ou melhor, numa "superpotência mundial do agronegócio", com elevadíssimos custos em termos socioambientais (*cf*. GRATÃO, 2008).

A própria ideia de "transformar Moçambique numa potência agroindustrial do mundo", está dentro do paradigma brasileiro de transformação e de modernização da agricultura. É possível afirmar também que, se a transformação da agricultura moçambicana for materializada com base neste paradigma, tendência será de transformar Moçambique num *novo celeiro mundial do agronegócio*, sendo a soja e o milho, ambas culturas transgênicas, as mais preferidas pelo mercado global de *commodities*.

Da maneira como foi concebido, o ProSAVANA tem condições necessárias para *tornar Moçambique nesta potência agro-industrial do mundo*, na medida em que este programa está inserido dentro do paradigma brasileiro de transformação estrutural da agricultura praticada em grandes áreas de terras e por meio do uso excessivo (e intensivo) da "técnica moderna". É bem possível que o candidato da FRELIMO esteja a contar com o ProSAVANA para a *transformar Moçambique numa potência agro-industrial do mundo*, pois desde o início, este partido sempre foi favorável à implementação deste programa no Corredor de Nacala, mesmo numa situação de protestos populares.

Foram os membros e deputados da FRELIMO, partido no poder desde 1975, que aplaudiram quando o ProSAVANA foi apresentado na Assembleia da República em 2015 pelo ministro da Agricultura José Pacheco, destacando a sua importância para o desenvolvimento do país, numa altura em que, os camponeses do Corredor de Nacala, diziam "não ao ProSAVANA". Os deputados da FRELIMO tampouco questionaram o modelo agrário-agrícola que estava a entrar no país através do ProSAVANA.

O que está a acontecer em Moçambique nos dias atuais, já ocorreu em outros países do mundo que experimentaram a modernização da agricultura. Na verdade, é uma reedição do que terá acontecido em outros países do mundo, pois a racionalidade da modernização em curso, é a mesma dos países centrais e das chamadas *economias emergentes*, neste último caso, o Brasil. Os pacotes tecnológicos que estão sendo utilizados na modernização da agricultura em Moçambique, vêm também destes países, enfim, trata-se da externalização dos processos produtivos.

Trata-se, portanto, de um processo que vem de "cima para baixo" e sem autodeterminação popular, o que acaba se configurando numa modernização autoritária, na medida que exclui outros grupos sociais no processo de tomada de decisão e o

ProSAVANA, é apenas o exemplo clássico desta contradição. A modernização em curso no país, aproxima-se a descrita por Graziano da Silva (1982) como sendo "modernização dolorosa" na medida em que se está diante de um processo de intensificação do capital mediante o uso permanente da terra e dos pacotes tecnológicos no processo produtivo.

É uma modernização que exclui e nega, por exemplo, a importância das relações não capitalistas de produção (campesinato) com base no discurso produtivista. As práticas, valores e saberes que os camponeses usam no processo produtivo, são negados na medida em que o governo tem procurado integrá-los aos modelos agrários hegemônicos. Além disso, é uma modernização que gera impactos negativos em termos sociais e ambientais.

Por exemplo, além de expropriar e expulsar os camponeses das suas terras, de ocasionar a concentração de terras nas mãos de corporações agrícolas, de demandar a colonização agrícola, verifica-se também a degradação ambiental, contaminação dos solos, dos rios e lençóis freáticos a apropriação e predação dos recursos naturais, alguns deles, vitais para a reprodução social dos povos nativos. Tradicionalmente, os modelos agrários/agrícolas pelos quais os camponesas são integrados, são "inimigos" da agricultura camponesa. Um dos modelos de produção pelos quais os camponeses têm sido perversamente integrados, é o agronegócio. Pode-se dizer, no entanto, que a ação do governo visa, tal como ocorreu no socialismo, "aniquilar" os camponeses, mas desta vez, pela sua integração forçada ao mercado, que ao mesmo tempo controlado pelo agronegócio.

Fica evidente que, a modernização agrícola em curso em Moçambique, não é um processo endógeno, mas sim, exógeno. É uma modernização feita por forças externas, mas com a conivência do Estado, cujo objetivo é essencialmente, responder os interesses do capital(ismo) agrário global a partir da produção de *commodities*, caracterizado pela ocupação de grandes extensões de terras. Esse tipo de modernização agrícola tem levado apenas à entrada de grandes corporações agrícolas no país. Não se trata-se de uma modernização moçambicana, ou seja, pensada pelos moçambicanos para os moçambicanos.Trata-se, portanto, de uma modernização importada de outros países e, na maioria das vezes, tem sido experiências forjadas pelos discursos produtivas e desenvolvimentistas, mas que na verdade, significaram um fracasso tendo em conta as contradições geradas durante o processo.

No atual contexto, caracterizado pela mundialização da agricultura capitalista, o Estado tem avançado com várias ações, ambas viradas para a modernização da

agricultura. Para a materialização destas ações, o governo tem mobilizado o capital. O Estado vê nele meio, um veículo, tanto para a entrada do Investimento Direto Externo (IDE), como também para ter acesso fácil as tecnologias para, avançar com a modernização agricultura no país. Por sua vez, com o IDE, a ideia é tentar incentivar o setor industrial "moderno local" a expandir a sua produção no campo. Convém referenciar aqui que, na maioria das vezes, esse setor "moderno local" tem emergido por meio de alianças com o capital multinacional. Estas alianças entre as elites nacionais e o capital estrangeiro, são na maioria das vezes, estabelecidas com base em mecanismos do clientelismo político (troca de favores) envolvendo as redes oligárquicas reestabelecidas dentro do aparelho do Estado. Os interesses das elites frelimistas, dos governantes e os capitalistas nacionais no agronegócio está cada vez mais evidente no país.

O papel dos *lobistas* nacionais, na sua maioria, membros da Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA) tem sido relevante na atração de capitalistas estrangeiros para investirem na agricultura. Como foi referenciado anteriormente, a CTA tem estado a pressionar o governo a avançar com reformas pontuais na legislação de terras para torná-la menos burocrática, acessível e atrativa para o capital como forma de melhorar o ambiente de negócio. Porque trata-se de um negócio rentável, os capitalistas nacionais por serem descapitalizados, entram no negócio com a terra e os capitalistas estrangeiros, com o capital, tecnologias, conhecimento e entre outros fatores e meios de produção.

É através desta aliança que se capitalizam e tornam-se capitalistas globais e, esse cenário é visível ao longo do Corredor de Nacala. Para o Estado, o capital e as tecnologias que entram com os investidores estrangeiros, são elementos basilares para a modernização da agricultura e, consequentemente, para o aumento dos níveis de produção e produtividade no país. A expansão recente do agronegócio no país tem sido apadrinhada pelo Estado no contexto da modernização da agricultura. Ao promover a modernização agricultura por via do agronegócio, o Estado não tem destacado apenas a sua importância econômica, mas também, social e neste último caso, está a ideia mítica de que só assim, é que o país poderá sair do mapa mundial da fome e que deixará de ser miserável.

O agronegócio é visto pelas autoridades governamentais como a solução do desemprego no campo. A própria produtividade agrícola do país, é atribuída ao agronegócio e não ao campesinato. Aliás, não é por acaso que os ministros que já dirigiram o Ministério da Agricultura, quando nomeados, marcam encontros com empresários do ramo do agronegócio representados pela Confederação das Associações

Econômicas de Moçambique (CTA) para falar da produtividade agrária do país. Quando resolvem marcar um encontro com as organizações camponesas, a conversa tem sido a de integração dos camponeses aos modelo hegemônico de produção (o agronegócio).

Foi o que aconteceu em Abril de 2019 quando o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) convocou as organizações das sociedade civil que contestam a implementação efetiva do ProSAVANA. Tal como a conotação dos camponeses de que são "portadores do atraso", a promoção do agronegócio em Moçambique tem sido feita ao mais alto nível da "nação". Em Janeiro de 2017, durante a visita do presidente da Turquia, Recep Taiyyp Erdoğan acompanhado de empresários turcos, numa clara demonstração promoção do agronegócio, o presidente Filipe Nyusi fez os seguintes pronunciamentos:

> O governo moçambicano de acordo com o seu programa quinquenal de governação, elegeu áreas em que incide a sua atuação, nomeadamente: a agricultura, infraestrutura, energia e turismo [...]. Na agricultura temos vindo a mobilizar esforços nacionais e do setor privado com vista a alcançar a autossuficiência alimentar e aumentar a renda. **Consideramos importante explorar a cadeia de valor com ênfase para o agronegócio, onde o nosso potencial da agricultura, pode e deve beneficiar da crescente procura de alimentos tanto ao nível nacional como global** (grifo nosso)[93].

Durante o «*Fórum de Negócios Estados Unidos da América/África*», realizado em Adis Abeba, na Etiópia em Janeiro de 2018, o presidente Nyusi, voltou novamente a promover o agronegócio, convidando os investidores estrangeiros para se implantarem no país por forma a explorarem as oportunidades existentes. Fazendo *marketing* sobre as potencialidades do país, o presidente Filipe Nyusi destacou que Moçambique tinha "uma posição geoestratégica para o sucesso do agronegócio[94]". Prosseguindo com o seu *marketing,* o presidente Filipe Nyusi fez os seguintes pronunciamentos:

> Moçambique dispõe de um potencial de cerca de três milhões de hectares para o desenvolvimento e gestão sustentável de irrigação, procurando fornecer soluções para a agricultura irrigada e oito bacias prioritárias nomeadamente, Rovuma, Lúrio, Búzi, Meluli, Licungo, Zambeze, Búzi, Limpopo e Maputo. A expansão e melhoria das linhas de energia elétricas que é uma realidade, é também elemento potencial visando alavancar o desempenho do agronegócio[95]

A publicidade sobre a disponibilidade de muitos rios pelas autoridades governamentais para a irrigação dos campos agrícolas, tem demandado o surgimento de

---

[93] Extrato do discurso proferido pelo presidente Filipe Jacinto "Nyusi" que pode ser visto na sua íntegra em: https://youtu.be/kcs0RNRsWc4. Acesso: 29/01/2019

[94] Disponível em: http://www.masa.gov.mz/mocambique-possui-posicao-geo-estrategica-vantajosa-paraagro-negocio-de-sucesso/. Acesso: 25/12/2018.

[95] Disponível em: http://www.masa.gov.mz/mocambique-possui-posicao-geo-estrategica-vantajosa-paraagro-negocio-de-sucesso/. Acesso: 25/12/2018.

outras relações capitalistas, na medida em que se observa apropriação dos recursos hídricos para fins exclusivamente do capital. A água torna-se também num dos elementos naturais disputados pelo capital, na medida em que procura apropriar-se dela para mantê-la sob seu domínio. Na realidade, a água é veiculada a terra e a partir destes dois elementos naturais, avança-se para acumulação ampliada do capital em escala global.

O sucesso do agronegócio depende também da disponibilidade da água para o seu uso exclusivo. Por exemplo, quando acontece a apropriação da terra e da água pelo capital monopolista no processo da sua implantação, nasce uma nova categoria analítica: o *agrohidronegócio*. Neste sentido, o *agrohidronegócio* surge como uma nova categoria analítica dentro da Geografia Agrária na medida em que procura analisar a aliança água e terra no processo de reprodução ampliada do capital em escala global e as contradições sócio-territoriais que aí emergem. Em relação ao *agrohidronegócio*, Thomaz Júnior (2010) faz as seguintes revelações:

> O capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. [...]. De forma consorciada, dispor de terra e água, mais ainda, controlá-las, possibilita ao capital condições para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos. A evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias para o capital (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 97).

Os casos de apropriação da água para fins exclusivamente de irrigação dos campos agrícolas são vários em Moçambique. No sul do país, por exemplo, o destaque vai para a *Bananalândia*, empresa agrícola que viabiliza o agronegócio de bananas no distrito de Boane, na província de Maputo. Esta empresa tem estado a apropriar-se grandemente das águas do Umbeluzi para irrigar as lavouras de bananas. Na região centro do país, por exemplo, o processo de apropriação da água foi constatado no distrito de Sussundenga, na província de Manica e a *MACS IN MOZ*, empresa agrícola que viabiliza o agronegócio de macadâmias, é a principal protagonista no processo.

Esta empresa, além de contornar a água dos rios para a sua propriedade, está também a construir represas para servirem de reservatórios. Neste sentido, em casos de escassez da chuva, a empresa passará a usar a água disponível nas suas represas para irrigação dos campos agícolas. Na região norte do país, o processo de apropriação da água pelo capital está a acontecer em Cabo Delgado, sobretudo, no distrito de Balama. Neste local, a barragem de Chipembe tem sido disputada e apropriada pelo capital, não apenas agrário, mas também mineiro. No norte de Moçambique, adiciona-se também o

Programa de Desenvolvimento do Rio Lúrio que pretende construir barragens hidroelétricas para a irrigação das lavouras (*cf.* UNAC & GRAIN, 2015).

O processo de apropriação da água para fins exclusivamente capitalistas, já está a gerar conflitos sociais e ameaça também a biodiversidade aquática, sobretudo, as espécies que aí vivem. Em casos graves, este processo pode levar a extinção de alguns rios. A extinção de rios gera graves problemas socioambientais, pois além de levar o desaparecimento dos ecossistemas marinhos, traz enormes prejuízos para as populações que dependem destes para a sua sobrevivência, tanto para tirar água para o consumo humano como também para a pesca.

Em países como o Brasil onde o agronegócio é modelo de produção hegemônico no campo, os impactos da apropriação dos rios para fins exclusivamente de irrigação das lavoras foram devastadores sob ponto de vista socioambiental (*cf*. BALDUÍNO, 2001; FABRINI & ROSS, 2014). Mesmo estando diante da emergência de conflitos sociais pela água resultantes da expansão das relações capitalistas de produção na agricultura moçambicana, a crença de que Moçambique precisa de uma "agricultura moderna" baseada no agronegócio para alcançar o seu desenvolvimento, continua cada vez mais forte no seio das autoridades governamentais.

Esta crença de que para se desenvolver, Moçambique precisa de uma agricultura moderna e feita mediante a ocupação de grandes extensões de terras é comum entre os deputados da FRELIMO. O discurso da deputada da bancada parlamentar da FRELIMO, Ana Rita Sithole, feito durante o programa «*Opinião no Feminino*» da STV em 2016, revela, portanto, essa apetência das autoridades moçambicanas pela modernização agrícola baseada no agronegócio como opção para o desenvolvimento do país. Neste debate, esta deputada da FRELIMO argumentou que:

> [...] o ProSAVANA e tantos outros, são projetos de longa dimensão, mas que trazem ganhos [para o país]. Mas, no geral quando alguém, aqueles que têm oportunidades de viajarem de avião, quando estão a chegar seja de qualquer província, quer que seja da África do Sul quando o avião está a criar condições de aterrar e olhem um pouco para o país, vê que nós ainda precisamos de desenvolver este país. Este país não está ocupado todo ele[96].

No argumento da deputada da FRELIMO, fica evidente que o agronegócio é visto como sendo a opção para o desenvolvimento do país e não o campesinato. Fora da FRELIMO, essa crença por uma "agricultura moderna" feita mediante a ocupação de extensas áreas de terras, é notória dentro do partido RENAMO e o presidente do Conselho

[96] Este debate pode ser visto na sua íntegra em: https://youtu.be/i1hwR10UM. Acesso em: 03/09/2016

Autárquico de Quelimane, Manuel de Araújo é quem tem realçado essa necessidade. Ao defender uma "agricultura moderna", Manuel de Araújo tem referenciado que, só assim é que a província da Zambézia pode voltar a dar o seu contributo, não apenas para o Produto Interno Bruto (PIB), mas também para o combate à fome.

A defesa da "agricultura moderna" por parte de Manuel de Araújo foi expressa durante a campanha eleitoral em 2018 e em 2019, sobretudo, quando se candidatava para a presidência do Conselho Autárquico de Quelimane e para governador da província da Zambézia, respetivamente. Um dos distritos que tem sido mencionados para avançar-se com a modernização da agricultura na província da Zambézia, é o distrito de Gurué, considerado como sendo a "capital da soja". De realçar que durante a colonização portuguesa, a província da Zambézia serviu como espaço para a produção de mercadorias agrícolas de interesse do capitalismo colonial.

Grande parte das empresas coloniais funcionaram no distrito de Gurué, sendo que depois da independência, sobretudo, durante e após as reformas econômicas, as mesmas foram sendo tomadas e ocupadas por outros capitalistas. Ao serem tomadas e ocupadas por outros capitalistas, sobretudo, estrangeiros, a racionalidade produtiva da agricultura praticada no distrito de Gurué permaneceu a mesma, neste caso, a produção de mercadorias agrícolas para exportação, sendo a soja, o chá, o milho e macadámias, as principais monoculturas. Atualmente, Gurué é dos distritos da provincial da Zambézia que concentra gande parte de empresas agrícolas do ramo do agronegócio (*cf*. MANDAMULE, 2017b).

Na cabeça de um número considerável de dirigentes, especialmente, de alguns tecnocratas atualmente no poder, Moçambique é um território que ainda não encontrou o seu desenvolvimento e, portanto, a produção agrícola deve ser feita em *machambas maiúsculas*[97] e modernas (do agronegócio). No entender destes tecnocratas, para alcançar-se a modernização que se pretende, as terras precisam ser ocupadas por quem tem a capacidade de explorar e esta visão de mundo, é possível ser lida no depoimento da deputada da FRELIMO, Rita Sthole, anteriormente, referenciado.

O grande capital multinacional é visto pelo Estado como quem tem a capacidade de exploração de terras agrícolas, no qual é dado a responsabilidade de desenvolver o país, como se as *machambas maiúsculas* fossem na verdade, a solução dos problemas

[97] São "*machambas maísculas*" por causa do seu tamanho e/ou dimensão, enfim, da sua extensão territorial e são "*modernas*" por causa da técnica e da tecnologia usanada no processp produtivo.

sociais. Se ao promover o agronegócio o Estado alega que as "*machambas minúsculas*[98]" não estão a resolver os problemas no país, a realidade revela também que as "*machambas maiúsculas*" e "*modernas*" não são a solução, sob ponto de vista do combate a insegurança alimentar, miséria e entre outras *barbáries* no campo e quadros 10 e 11 explicam esse fato.

Embora o agronegócio esteja a ganhar "simpatia" do Estado, o espaço agrário moçambicano é dominado por pequenas explorações agrícolas, seguida por médias e grandes. O Inquérito Estatístico do MASA (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar) publicado em 2016, revela que até 2015 existiam no país cerca de 4.0 milhões explorações, das quais 3.9 milhões (98.7%) eram pequenas, 51 871 (1.03%) eram médias e apenas 728 (-1%) eram grandes explorações.

Quadro 9. Explorações agrícolas de acordo com o tamanho por província

Porvíncias	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Niassa	168.926	341	5	**169.272**
Cabo Delgado	414.029	4.436	21	**418.486**
Nampula	739.457	3.222	34	**742.713**
Zambézia	688.457	1.452	23	**689.932**
Tete	358.210	8.520	40	**366.770**
Manica	194.036	3.829	52	**197.917**
Sofala	228.983	3.113	77	**232.173**
Inhambane	199.354	13.603	36	**212.993**
Gaza	194.669	10.068	167	**204.904**
Maputo	775,971	3.288	273	**4.337**
Total	**3.186.897**	**51.872**	**728**	**3.239.497**

Fonte: MASA (2016). **Org.:** Do autor

Nas províncias abrangidas pela nossa pesquisa, sobretudo, Zambézia (na região centro) e Nampula (na região norte), conforme o quadro 10, são predominadas pelas pequenas explorações agrícolas, o que quer dizer que, o campesinato é a maior expressão, embora note-se a consolidação do agronegócio. Somadas as pequenas explorações nestas duas províncias são 1.427.914 contra 57 que corresponde ao número de grandes explorações agrícolas. As estatísticas do país, contradizem ainda as alegações do Estado, segundo as quais o agronegócio é a maior produtividade no campo em termos produção alimentos básicos para o consumo. Estas estatísticas revelam que o campesinato é que tem se mostrado preocupado com a produção de alimentos alimentares básicos no país quando comparado com o agronegócio promovido pelo Estado. O quadro 10 elaborado com base nos dados do censo agropecuário de 2011, mostra de forma resumida, áreas cultivadas por culturas alimentares básicas, segundo o tamanho de exploração agrícola.

[98] Neste trabalho, "*machambas minúsculas*" faz referência as explorações familiares/camponesas.

Quadro 10. Áreas cultivadas por culturas alimentares básicas, segundo o tamanho de exploração agrícola

Principais culturas alimentares básicas	Área cultivada (ha)		
	Pequenas	***Médias***	***Grandes***
Milho	1.360.	11.561	21.430
Arroz	270.980	1.506	2.816
Feijão nhemba	342.515	7.869	9.298
Feijão manteiga	85.153	2.665	9.332
Feijão jugo	72.589	1.133	121
Feijão *boer*	260.517	1.833	500
Mapira	297.612	1.775	8.072
Mexoeira	42.708	1.811	86
Amendoim	535.430	7.978	1.676

Fonte: INE (2011). **Org**. Do autor

A partir do quadro 10, é possível visualizar que as pequenas explorações agrícolas são as que apresentam maior área cultivada com culturas alimentares básicas, quando comparada com as explorações do agronegócio. Estas estatísticas apenas confirmam que o campesinato é quem se preocupa com a produção de alimentos básicos que vão diretamente à mesa do cidadão quando comparado com mercadorias que tem sido promovidos pelo Estado. O quadro 11 elaborada com base nos dados do censo agropecuário de 2011, mostra culturas alimentares básicas no país produzidas em diferentes tipos de explorações agrícolas, entre elas, pequenas, médias e grandes.

Quadro 11. Número de explorações com culturas alimentares básicas, segundo o tipo de exploração agrícola

Principais culturas alimentares básicas	Área cultivada (ha)		
	Pequenas	***Médias***	***Grandes***
Milho	2.614.303	21.979	206
Arroz	535.919	2.516	54
Feijão nhemba	1.651.795	14.521	112
Feijão manteiga	283.674	4.048	61
Feijão jugo	466.828	3.208	9
Feijão *boer*	1.041.295	2.010	14
Mapira	990.925	6.580	44
Mexoeira	151.862	2.695	12
Amendoim	1.448.554	12.678	78

Fonte: INE (2011). **Org**. Do autor

O quadro 11, demonstra que as culturas alimentares básicas são produzidas nas pequenas explorações agrícolas, seguidas das médias e finalmente, as grandes. Olhando para a situação demonstrada nos quadros 10 e 11, há espaço para afirmar que, quem produz maior parte dos produtos alimentares que vão diretamente para a mesa dos cidadãos no país, é o campesinato e não o agronegócio que tem sido promovido e apoiado pelo governo. Embora o governo aponte apenas as cheias, inundações, a seca e nalguns casos, as pragas como fatores que estão por de trás da insegurança alimentar e da miséria

no país, o agronegócio em expansão no campo promovido pelas autoridades governamentais, tem um peso significativo na reprodução destes fenômenos.

Primeiro porque a sua racionalidade é pautada pelo lucro; segundo porque a sua implantação tem ocasionado a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, seu único meio de sobrevivência e; terceiro, porque a sua expansão para outras áreas tem significado a destruição de alternativas de sobrevivência dos povos nativos. Sob ponto de vista da segurança alimentar, existem autores (*cf*. OLIVEIRA, 2003) que têm afirmado que, a ideia de que o agronegócio é grande produção e produtividade é apenas um *mito* e isto, deve-se pelo fato deste modelo agrário ter uma racionalidade pautada para a obtenção do lucro. Os altos níveis de insegurança alimentar e da miséria, revela apenas uma incossistência da modernização da agricultura através do agronegócio vista pelas autoridades moçambicanas como forma eficaz de "liquidar".

Os estudos de Abbas (2017) Mosca & Abbas (2016), Mosca & Nova (2015, 2019) revelam também a reprodução da fome e da miséria no país e as províncias mais afetadas são as de Nampula e Zambézia, respectivamente e por sinal, as que nos dias atuais, recebem maior parte dos investimentos agrários no país. No entanto, são as pequenas explorações familiares que agregam os camponeses que contribuem para a segurança alimentar no país embora seja conotada, descriminada, excluída e marginalizada no âmbito da elaboração e implementação das políticas púbicas no campo. O caminho que deve ser seguido se na verdade o governo está preocupado e interessado em combater a insegurança e a miséria no país, passa necessariamente por promover a agricultura camponesa através de políticas públicas ajustadas, apoiando os camponeses financeiramente e entre outras formas de assistências durante o processo produtivo.

Algumas políticas públicas e/ou agrárias, foram sendo pensadas e implementadas com o objetivo de criar espaço para a emergência de capitalistas no campo e não necessariamente, fomentar a produção de alimentos de qualidade que vão diretamente na mesa do cidadão. Essas políticas públicas e/ou agrárias que vêm sendo implementadas/os nos país, na sua maioria, são excludentes. Nalguns casos, a exclusão é premeditada, pois alguns programas são usados para beneficiar certos segmentos sociais, num esquema praticamente *patrimonialista* e *clientelista*. Trata-se de políticas públicas como, por exemplo, «*Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)*» que com o tempo passou a funcionar como um "fundo partidário" do partido FRELIMO.

O programa «*Sustenta*» que supostamente foi pensado para os camponeses, está a reproduzir também as mesmas práticas clientelistas e patrimoniais, pois não está a

responder necessariamente os objetivos os quais nortearam a sua elaboração, na medida em que tem promovido agricultura comercial e não a produção de alimentos que vão diretamente a mesa dos cidadãos. Para dizer que, as políticas públicas não foram elaboradas para atender o público, neste caso, os interesses dos camponeses, mas sim, o capital. Mas vale realçar que, essas políticas são mais privadas do que públicas.

A promoção de produtores comerciais tem sido o foco da governação da FRELIMO nos últimos. O PEDSA e o PNISA, são instrumentos institucionais, cujo objetivo é fomentar agricultura comercial a partir da integração dos camponeses à lógica do mercado através da produção de mercadorias agrícolas. De realçar que, todas as diretrizes do processo de modernização da agricultura, estão dentro destes dois instrumentos institucionais. No âmbito da operacionalização do PEDSA e do PNISA, foi elaborado o Programa de Nacional de Mecanização Agrária (PNMA).

Este programa é financiado por uma linha de crédito especial para África no âmbito do «*Dialógo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*», assinado no ano de 2010 em Brasília. O apoio técnico é garantido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estabelecido no âmbito da Cooperação Sul-Sul. Em Moçambique, o PNMA está sendo implementado por meio de estabelecimento de Centros de Prestação de Serviços Agrários (CPSA) ao longo dos Corredores de Desenvolvimento identificados e delimitados pelo Estado no âmbito da dinamização da produção agrária no país.

O estabelecimento dos CPSA´s ao longo do país conta com um financiamento de cerca de 97,6 milhões de dólares, com uma taxa de juro anual de 2% e um período de amortização de 25 anos. Além de maquinarias agrícolas, o estabelecimento dos CPSA´s no país visava providenciar também outros serviços complementares à produção agrária, dentre eles: assistência técnica, capacitação dos agricultores, processamento, armazenamento, conservação, venda de insumos, transporte e comercialização.

Ao ser criado em 2007, o Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA) veio também preencher o vazio que havia no contexto da modernização da agricultura no país. O FDA foi dada a responsabilidade de garantir a mecanização da agricultura em escala nacional, mas com fortes ligações com os interesses do mercado global de *commodities*. Depois de ser criado, o FDA passou a adquirir máquinas agrícolas, algumas delas, vindas do Brasil, tendo depois criado vários parques ao longo do país. O estabelecimento dos CPSA´s no país está sendo implementado pelo FDA. De acordo com dados oficiais do governo, até 2017, o FDA tinha alocado 513 tratores e equipamentos importantes para a produção

agrária em 47 distritos mapeados como potenciais sob ponto de vista produtivo. Além do Estado, os CPSA´s são geridos por privados ou ainda por parceria público-privado.

Dos CPSA´s estudados por Dadá, Nova e Mussá (2019), quase todos eles foram confiados a empresas de prestação de serviços com fortes interesses no agronegócio. No distrito de Malema segundo estes autores, o CPSA foi confiado a uma empresa de nome SONIL com fortes interesses no agronegócio de tabaco. Estes autores revelam ainda que nem todos os agricultores conseguem aceder os CPSA´s por causa do custo elevado de aluguel de equipamentos e a situação torna-se insustentável porque o seu rendimento mensal não lhes permite pagar pelos serviços. Em suas palavras, estes autores rematam:

> Nos três distritos, a maioria dos entrevistados aponta o custo elevado do aluguel do equipamento como a principal dificuldade enfrentada pelos produtores. Os produtores não têm um rendimento médio mensal que permita o pagamento, em dinheiro, dos serviços. Não existem outras modalidades de pagamento (por exemplo, em espécie), o que dificulta o acesso aos serviços (DADÁ, NOVA & MUSSÁ, 2019, p. 19)

O FDA em representação do Estado, fornece serviços agrícolas aos agricultores, sobretudo, aqueles que têm capacidade de pagar. Os agricultores que não têm condições de pagar os serviços prestados pelo FDA, são excluídos do processo e cabe a eles, procurarem outras alternativas em termos de acesso aos meios de produção. Fica evidente que a exclusão dos agricultores mais pobres em Moçambique se dá pela modernização.

Tanto os CPSA´s geridos pelos privados como os que estão na responsabilidade do Estado, ambos excluem os agricultores mais pobres no processo de prestação de serviços agrários. Muitas empresas agrícolas promovidas pelo Estado, as quais foram concessionadas centenas de hectares de terras com promessa de desenvolver o país, isto é, sanar a fome e a miséria, faliram de forma retumbante e vergonhosa sem, no entanto, os seus proprietários deixarem rastros. Trata-se, portanto, de empresas agrícolas como a *ProCana* que expandia o agronegócio de cana-de-açúcar no distrito de Massingir, na província de Gaza; da *Sun Biofuls* que estava envolvida na expansão do agronegócio de *jatroha* na cidade de Chimoio, na província de Manica e entre outras.

No caso da *ProCana*, os camponeses do distrito de Massingir, guardam recordações amargas da presa desta empresa, pois além da promessa de que as suas condições de vida seriam melhoradas, foram expropriados e expulsos das suas terras, sendo que mais tarde, foram reassentados em outros lugares (*cf*. BORRAS JR & SUARÉZ, 2010). Algumas empresas falidas, as suas propriedades foram sendo ocupadas por outros investidores. É o caso da propriedade da *Sun Biofuls*, viu-se mais tarde, a ser

alocada para outro investidor estrangeiro, num processo caracterizado por falta de transparência. Por exemplo, parte das terras que pertenciam a *Sun Biofuls*, mais tarde, foram transformadas numa área de expansão urbana na cidade de Chimoio. A transformação da área da *Sun Bioful* numa zona de expansão urbana aconteceu depois de ter ficado muito tempo abandonada pelos seus proprietários.

Foto 4 Construções de casas na área abandonada pela empresa agrícola *Sun Biofuel* na cidade de Chimoio/Manica.

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Mesmo com o insucesso das *machambas maiúsculas* e modernas, os tecnocratas moçambicanos que gerem o aparelho do Estado, vêem nelas ainda como a solução do país sob ponto de vista de desenvolvimento econômico e social. De realçar que estes insucessos das *machambas maiúsculas*, vêm acontecendo desde a independência do país, pois sempre mostraram-se incompatíveis com a promoção da segurança alimentar e a redução da miséria no país.

As iniciativas que são promovidas pelas autoridades governamentais com alegações de acabar com a fome e a desnutrição no país, na maioria das vezes, produzem o que não se come, pois produzir o que vai diretamente na mesa do cidadão não é a sua racionalidade. Essas iniciativas, visam essencialmente para extração de lucro. Trata-se, portanto, de iniciativas que viabilizam, por exemplo, o agronegócio de soja, eucalipto, girassol sisal, algodão, tabaco, cana-de-açúcar, gergelim. Quadro 12, mostra algumas culturas de rendimento cultivadas pelas corporações agrícolas por província.

Quadro 12. Área com culturas de rendimentos por província (ha)

Províncias	Culturas de rendimentos/exportação							
	Algodão	*Girassol*	*Cana-de-açucar*	*Tabaco*	*Sisal*	*Soja*	*Chá*	*Gergelim*
Niassa	6.689	931	s/d	22.542	s/d	93	s/d	2.677
Cabo Delgado	18.160	37	s/d	273	s/d	9	s/d	13.379
Nampula	22.445	288	s/d	2.184	19.452	4	s/d	28.513
Zambézia	568	3.478	s/d	3.060	s/d	1.919	4.205	6.570
Tete	6.563	1.204	s/d	42.770	s/d	7.236	s/d	5.697
Manica	4.408	3.426	27	1.381	14	916	s/d	12.656
Sofala	3.105	1.341	9.284	662	s/d	48	s/d	26.682
Inhambane	27	18	3	40	s/d	48	s/d	253
Gaza	63	4	111	3	s/d	s/d	s/d	662
Maputo	s/d	53	19.599	1	s/d	53	s/d	458

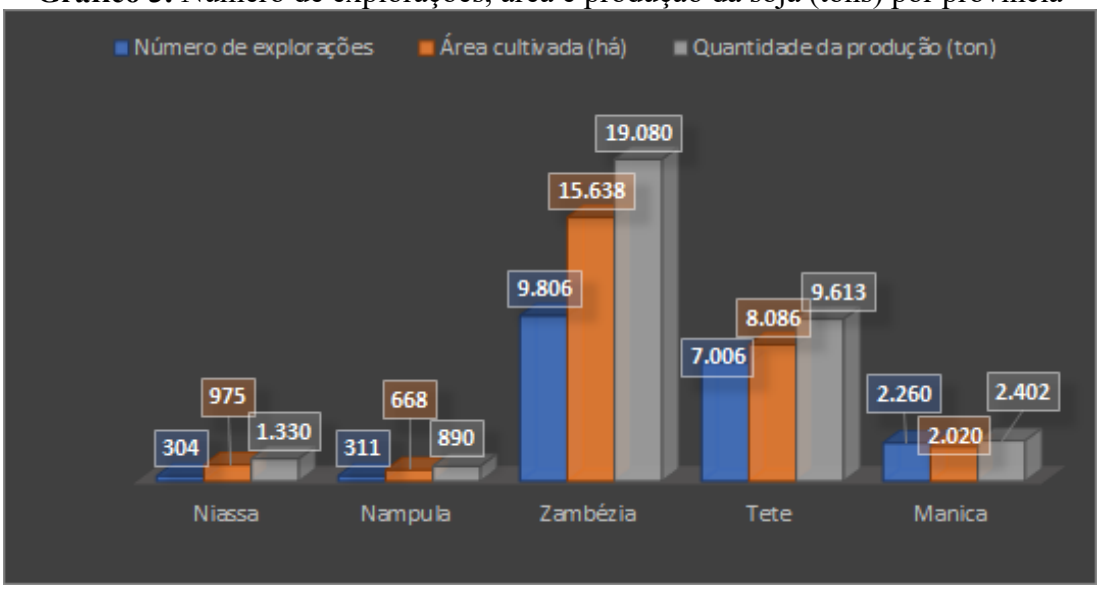
Fonte: INE (2011). **Org:** Do autor

O algodão, o girassol, o tabaco e o gergelim, segundo quadro 12, são as culturas que têm mostrado maior expressão no campo moçambicano. As províncias de Nampula e Cabo Delgado, ambas da região norte, são as que apresentam maior expressão no que tange a expansão da cultura do algodão. A cultura de girassol tem maior expressão nas províncias da Zambézia e Manica, na região centro do país. A província de Tete (região centro) e Niassa (região norte), são as que apresentam maior expressão no que concerne a expansão da cultura de tabaco.

A cultura de gergelim, tem maior expressão em quase todas as províncias das regiões norte e centro do país. O destaque vai para as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Sofala e Manica, respectivamente. As províncias de Sofala (região centro) e Maputo (região sul) do país, são as que mostram uma expansão significativa da cultura de cana-de-açucar. A província da Zambézia mostra uma maior expansão da cultura de chá enquanto que na Nampula é o sisal tem maior expressão.

A cultura de soja, tem mostrado maior expressão no que concerne a sua expansão nas regiões norte e centro do país. Com isso, não quer dizer que na região sul do país não se verifica a expansão da cultura de soja, por exemplo. Pelo contrário, tem se expandido, mas não como acontece nas regiões norte e centro do país. O gráfico 3 resume dados referentes a expansão da cultura de soja em algumas províncias do país, tendo em conta o número de exporações, área utilizada e o nível de produção. Esses dados resultam do Inquerito Agrícola Integrado (IAI) de 2015, levado a cabo pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA).

Gráfico 3. Número de explorações, área e produção da soja (tons) por província



Fonte: MASA (2015). Org. O autor.

A partir do gráfico 3, é possível ver que é nas províncias de Tete e Zambézia na região centro do país, onde a cultura de soja é que predomina, seguida da província de Manica. Já na região norte do país, as províncias de Niassa e Nampula, é onde predomina a cultura de soja. Com isso, não quer dizer que na região sul do país e noutras províncias do norte (Cabo Delgado) e centro (Sofala) onde a cultura da soja não aparece no gráfico 13, não se produz. Outra cultura que não aparece nas tabelas e nos gráficos anteriores, mas que tem se expandindo no país, é a de milho.

Esta é outra cultura mais procurada tanto pelos avicultores como por empresas de produção de cerveja, o que quer dizer que, a sua expansão no país é significativa. Nesta lista, a diciona-se também a cultura de mandioca que tem-se notabilizado no que tange a sua expansão na região norte e sul do país, sobretudo, nas províncias de Nampula e Inhambane, respetivamente. A cultura de mandioca tem se notabilizado no país por causa da maior procura por parte das empresas produtoras de cerveja de marca *Impala*.

De realçar que, além da cultura da mandioca, o milho é mais procurado pelas empresas capitalistas para a produção de cerveja da marca *Impala*. Algo inreressante nisso é que a empresa produtora de cerveja da marca *Impala*, deixam explicitamente que o milho que é a matéria-prima que usa vem das machambas dos camponeses. Nos caminhões que transportam as garrafas de cerveja da marca *Impala*, como publicidade para alcançar os consumidores e atraí-los ao consumo, a empresa produtura, escreve "o saber das nossa machambas", dando a entender que a matéria-prima é adquirida junto dos camponeses espalhados em diferentes lugares do país conforme ilustra a foto 5.

Foto 5. Camihão transportando cerveja da marca Impala

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

A partir da foto 5, pode-se afirmar que as machambas camponesas em Moçambique estão sendo colocadas ao serviço (da reprodução ampliada) do capitalismo gobal. No âmbito da modernização da agricultura, a expansão do agronegócio no campo moçambicano, contraditoriamente, está a dar-se de formas distintas, mas ambas, garantem a reprodução ampliada do capital em escala global. A primeira, se dá pela *implantação direta do capital no campo* e a segunda, se dá pela *implantação indireta do capital* por meio de agricultura de contrato. Em relação a primeira, se materializa através de concessões de terras feitas pelo Estado.

Trata-se, portanto, da implantação de monopólios agrícolas no campo que além dinamizar os processos produtivos, se apropria também dos principais meios de produção, sobretudo, recursos naturais com destaque para terra e água. Ao se implantar desta forma, o capital se expande, destruindo as relações sociais e produtivas preexistentes numa tentativa acirrada de homogeneização do espaço agrário com base em monoculturas de exportação. Destas monoculturas, destacam-se, por exemplo, soja, cana-de-açúcar, algodão, macadâmias, eucaliptos, *jatropha*, girassol, sisal, chá, cajueiros, toranjas, etc.

Por esta via, o agronegócio tem avançado no sentido de apropriar-se do território e com ele, todos os recursos naturais vitais para a sobrevivência dos povos nativos, sobretudo, a terra, água e as florestas. Ao se apropriar dos recursos naturais para fins exclusivamente capitalistas, os povos nativos são inibidos de usufruir os bens da natureza,

pois estes, passam a ser usados como meios para a reprodução ampliada do capital em escala global. Através da implantação direta, o agronegócio expropria e expulsa os povos nativos das suas terras para locais distantes. Há casos em que os camponeses são reassentados em outros lugares.

Nestes casos, aos camponeses são lhes restituídos outras terras para darem continuidade com as suas atividades produtivas. Quando isto acontece, as antigas terras dos camponeses são transformadas em campos de produção de *commodities*. De realçar que, nem sempre as terras que os camponeses recebem após serem reassentadas em outros lugares são propícias para a prática da agricultura. Pelo contrário, na maioria dos casos, as terras atribuídas aos camponeses têm sido impróprias para a prática da agricultura. Essa situação, além de gerar conflitos sociais, tem contribuído apenas para a perpetuação e reprodução da fome e da miséria em áreas de expansão do agronegócio.

Por sua vez, há casos em que depois de serem expropriados e expulsos do campo, vendo que não têm outra alternativa para garantir a sua reprodução social, alguns camponeses têm migrado para as cidades a procura de melhores condições de vida. Por causa das exigências das cidades, na maioria dos casos, os camponeses que têm sido expulsos do campo pelo capital, caem novamente na miséria. Para ter emprego digno na cidade, exige-se formação formal e especializada.

A maioria dos camponeses que migra para as cidades não tem essa formação, o que significa que são novamente excluídas e marginalizadas. Outros camponeses expropriados e expulsos das suas terras pelo capital, sobretudo, aqueles que preferem permanecer no campo, lutando e resistindo, alguns deles, são convertidos em força de trabalho assalariada ao serviço do mesmo capital que os expropriou. Para garantirem a sua reprodução social, os camponeses expropriados, são forçados pela conjuntura a venderem, por exemplo, a sua força de trabalho ao capital que os expropriou, mediante as regras do mercado, o que quer dizer que, em troca, recebem algum dinheiro no fim da jornada e/ou do mês. Neste entendimento, Martins (1980) faz saber que:

> […] a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica de reprodução do capital. […]. A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face, do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. […]. O capital só pode crescer, se reproduzir, à custa do trabalho, por isso, só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, a lei básica do capital é a de subulgar o trabalho. Não há capitalismo sem subjulgação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista mediante o salário, os frutos dos seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou,

> como propriedades do capitalista. Para que isso ocorra é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho; para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo, isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalista (MARTINS, 1980, p. 54-56).

Num outro momento, Martins (1981) afirma:

> Como já não são proprietários nem de instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias-primas, empregados no trabalho, não têm outra alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão. […]. Os trabalhadores expropriados são livres de vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise dela comprá-la, que tem as ferramentas e os materiais, mas não tem trabalho. […]. O patrão converte uma parte do seu capital em salário para pagar a força de trabalho do trabalhador. Assim, o trabalho é apropriado pelo capital, é como se fosse uma força do capital e não do trabalhador. O capital compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias quem pode criar mais valor que aquela que ela contém (MARTINS, 1981, p. 152-153).

De realçar que, quanto maior for a procura de trabalho nas agroindústrias, menor tem sido o salário recebido pelos trabalhadores assalariados. A partir do momento em que são expropriados e transformados em força de trabalho assalariada, não são eles que determinam quanto devem receber do capitalista que os expropriou. Dito do outro modo, os camponeses expropriados e separados dos meios de meios de produção, são livres de venderem a sua força de trabalho ao capitalista para em troca receberem salários; mas não são livres de determinar quanto devem receber pelo seu trabalho prestado por eles ao capitalista. A esse respeito, Martins (1980) afirma que:

> Ele [o trabalhador expropriado] agora terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, segundo regras do mercado e não conforme as suas necessidades. Já não é ele, trabalhador, quem diz quanto precisa juntamente com a sua família para sobreviver, é o capital que lhe dirá quanto quer pagar, segundo as leis do mercado. Se houver muita gente procurando trabalho, se for muito grande o número dos expropriados que não conseguiu encontrar emprego, a tendência a da queda dos salários, a sua redução a níveis até inferiores às necessidades mínimas vitais do trabalhador (MARTINS, 1980, p. 56).

No caso moçambicano, por conta da expropriação e expulsão massiva dos camponeses das suas terras para outros lugares, na maioria das vezes, sem condições básicas para a sua reprodução social, a procura por emprego nas agroindústrias tem sido maior. Num contexto de maior procura de emprego nas agroindústrias em decorrência dos processos de expropriação dos camponeses das suas terras pelo capital, significa que a tendência dos salários tem sido a de baixar. Essa atuação contraditória e perversa do capital, além de ser reportada por vários estudos, a mesma foi constatada também durante a pesquisa de campo no Corredor de Nacala. Os empregos gerados nas agroindústrias, são na sua maioria sazonais, o que quer dizer que, os trabalhadores são recrutados quando

há necessidade, mas, mediante as regras do mercado. O salário mensal e, às vezes, diário que os trabalhadores assalariados recebem das empresas nas quais trabalham, é que esconde a escravidão no campo moçambicano.

Embora durante a luta armada de libertação nacional tenha sido guiada pelo *slogan* "a libertação da terra e do homem", a verdade é que, no atual contexto da modernização da agricultura, o homem continua explorado pelos capitalistas, pois é usado como mão-de-obra barata para a reprodução ampliada do capital em escala global. Vários estudos têm revelado também que as condições de trabalhos nas agroindústrias são precárias, caracterizadas pela superexploração da força de trabalho assalariada. No trabalho de Ali (2017), lê-se por exemplo, que muitos trabalhadores dizem estarem a serem explorados nas agroindústrias de eucaliptos na província de Niassa. Este trabalhadores, chegam mesmo a comparar a situação que vivem atualmente com a que viveram durante o período colonial sob domínio do *chibalo* (trabalho forçado).

Outro autor que denuncia a existência de práticas exploratórias nas agroindústrias é Muianga (2017) que estudou as relações de trabalho na agroindústria de chá no distrito de Gurué, na província da Zambézia. Este autor, revela que, além dos salários serem baixos e insuficientes para cobrir os gastos dentro do núcleo familiar (alimentação, transporte, educação dos filhos, etc.), as condições de trabalho são deploráveis na empresa. Além dos trabalhadores permanecerem muito tempo a trabalhar na empresa (das 6h as 15 h por dia), este autor, revela também que a alimentação tem sido por conta própria. Ou seja, a empresa não fornecem alimentação aos seus trabalhadores.

Para dizer que, quem não tem condições de lavar alimentação para o seu posto de trabalho, fica quase todo o dia sem comer nada, mas trabalhando. A maior parte dos trabalhadores assalariados, segundo este autor, são na sua maioria, camponeses mais vulneráveis, mulheres viúvas, idosos/as, jovens desempregados, etc. Ao estudar as condições de trabalhos na Açucareira de Xinavane (AdX), O´Laughlin (2017) revela a forma bruta e cruel como os trabalhadores assalariados são explorados nesta empresa agrícola. Esta autora, faz saber que:

> O recrutamento diário flexível de trabalhadores pouco qualificados sob contrato, uma espécie de contrato de zero dia, implica que os trabalhadores só sejam pagos pelos dias em que realmente trabalham. A AdX transformou, assim, o contrato permanente de trabalhadores pouco qualificados num instrumento que cria reserva de trabalho interna não remunerada, um sistema mais suave, mas que não deixa de recordar, ainda assim, os sistemas de *chibalo* (trabalho forçado) do período colonial (O´LAUGHLIN, 2017, p. 89).

Essa forma de implantação do capital no campo descrita anteriormente, é considerada por Oliveira (2004) como sendo a "territorialização do capital monopolista na agricultura". Oliveira (2004) explica que:

> O capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Neste caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num mar de cana, soja, de laranja, de pastagem, etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

A segunda forma de implantação do capital no campo moçambicano no contexto da modernização da agricultura, se dá de forma indireta. Neste caso específico, o capital procura apenas fazer o uso capitalizado da terra estando em mãos de seus "donos" *consuetudinários*, neste caso, dos camponeses sem expropriá-los e explusá-los das suas terras. Martins (1980, p. 50) faz saber que "onde a expropriação não ocorre diretamente, nem por isso o capital deixa de se fazer presente, estrangulando economicamente o lavrador". Na maioria das vezes, a expropriação do camponês ocorre no processo de venda dos produtos agrícolas aos capitalistas.

Neste caso, a expropriação dos camponeses se dá através dos valores baixos de compra estabelecidos pelos capitalistas. O que acontece é que o capital usa todos os mecanismos ao seu alcance para aliciar os camponeses a entrar no território do mercado, que por sua vez, está sob seu domínio. Nessas condições, o capitalista não precisa comprar a força de trabalho e muito menos arrendar e/ou ser proprietário da terra. O que o capital precisa, é garantir que as relações sociais e produtivas sejam materializadas por meio da lógica do mercado onde ele mantém o controlo monopolístico. Dito de outra forma, "não importa para o capital ser dono da terra, o que importa é que a forma do acesso seja por meio das relações do mercado" (FERNANDES, 2009, p. 40).

Isso também permite que o próprio capital controle politicamente o campesinato, mas não, na sua totalidade. O que acontece é que o capital se expande contraditoriamente no campo, na medida em que não subordina/sujeita a todos e a tudo da mesma forma por conta da resistência dos camponeses. Oliveira (2004) considerou este processo como sendo, a "monopolização do território pelo capital monopolista". Descrevendo os desdobramentos *sócio-territoriais* deste processo, Oliveira (2004) sintetiza que:

> Quando o capital monopoliza o território, o capital, cria, recria e redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O

> campo continua povoado e a população rural pode até se expandir. Neste caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes. Neste segundo caso ainda, o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam a matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo de bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). Isto revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

No caso moçambicano, a "monopolização do território pelo capital monopolista" descrita por Oliveira (2004) se dá por meio da subcontratação, onde algumas empresas capitalistas, fomentam a produção de determinadas culturas do seu interesse, fazendo assim, dos camponeses locais os produtores de mercadorias agrícolas. Por meio da subcontratação, além de subordinar/sujeitar os camponeses ao lógica do modo capitalista de produção, as empresas contratantes, controlam quase todo o processo produtivo.

A tentativa de integração dos camponeses ao mercado, cria largos espaços para o próprio capital passar a manter, tanto o controle monopolístico do (e/ou sobre o) território, como também dos sistemas alimentares, desde a sua produção, processamento, comercialização e posteriormente, a a sua distribuição nos mercados globais, mesmo de forma indireta. Usando essa via, o capital tem oferecido quase todas as condições materiais para os camponeses, desde sementes, fertilizantes, maquinarias para abertura e limpeza dos campos agrícolas até a compra da produção.

Uma vez que a terra em Moçambique, *consuetudinariamente* tem "donos", neste caso os camponeses, a subcontratação tem sido a única forma para o capital contornar possíveis contestações populares. Para lograrem sucessos, as empresas contratantes alienam os camponeses destacando que, todos sairiam a ganhar num ambiente de "*win-win*" (ganhos mútuos). Estudos recentes (*cf.* Hanlon & Smart, 2008; Smart & Hanlon, 2014; Mosca, 2014; Dadá, 2016) relevam que a integração dos camponeses a produção de mercadorias agrícolas por meio da agricultura de contrato está a reproduzir a fome e a miséria no país.

Os maiores beneficiários da subcontratação da agricultura são as empresas contratantes e não os camponeses. O que acontece é que os camponeses têm sido integrados de forma perversa, num ambiente dominado por empresas capitalistas que se beneficiam "de uma situação monopolística do mercado" (MOSCA, 2014, p. 48). Em situação de controlo monopolístico do mercado pelo capital, os camponeses não têm tido condições suficientes para se imporem, ou seja, determinar os seus preços e isto, deve-se pelo fato de existir assimetrias de poder. Mosca (2014, p. 49) entende que por causa destas

assimetrias de poder "torna-se difícil a emergência de um tecido econômico local e das relações intersetoriais que dinamizem e criem efeitos multiplicadores no território, condições importantes para o desenvolvimento mais endógeno".

Em relação a fome, os camponeses são aliciados pelos capitalistas a produzir, por exemplo, a soja, o milho, o tabaco, o algodão, o gergelim, a mandioca e entre outras monoculturas de interesse do capital em detrimento de culturas alimentares. A integração dos camponeses na produção de mercadorias agrícolas pela subcontratação, além de colocar as famílias camponesas em situação de vulnerabilidade aos fenômenos da fome e da miséria e na dependência de compra de produtos alimentares, ocasiona também a mutação os regimes alimentares locais.

Essa mutação dos regimes alimentares locais se dá pela externalização dos processos produtivos, isto é, pela uso de "técnicas modernas" por parte dos camponeses na sua integração aos mercados. No entanto, as duas formas de territorialização do capital na agricultura moçambicana, estão a trazer transformações na estrutura produtiva. Nota-se, portanto, a emergência de novas relações sociais e produtivas baseadas na produção de mercadorias agrícolas destinadas à exportação. Resta aqui, destacar as contradições da territorialização do capital monopolista na agricultura moçambicana.

Diferentemente da *monopolização do território pelo capital monopolista*, a *territorialização do capital monopolista* na agricultura moçambicana, está a ocasionar a concentração de terras, riquezas e renda e, consequentemente, gera conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais, pois os camponeses, entram em ação em defesa não apenas das suas terras, mas também, do seu modo de vida. Maior parte das empresas agrícolas estão em conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais por terem expropriado e expulso os camponeses das suas terras em indenização justa. A modernização da agricultura em curso no país por meio da expansão do agronegócio, está a ocasionar a concentração da terra nas mãos de pequenos grupos.

Em Moçambique, a concentração de terra nas mãos de capitalistas nacionais e estrangeiros do ramo do agronegócio é um fato e isso, não pode ser negado. Dos países africanos onde se verifica maiores níveis de concentração de terras, Moçambique ocupa o terceiro lugar, depois da Etiópia e o Sudão (*cf*. Mosca, 2015), o que significa dizer que, maior parte das terras estão nas mãos de grupos poderosos dentro da sociedade moçambicana, sejam eles, nacionais ou estrangeiros. Maiores áreas concessionadas para corporações agrícolas até 2009, estavam ligadas a expansão de eucaliptos, onde detinham 595. 327 ha, seguido de sequestro de carbono, com 126.000 há e finalmente, turismo, com

100.000 ha, isto apenas, um único projeto (*cf.* MUIANGA, 2015). Para todas as modalidades do agronegócio, até 2011, o governo moçambicano terá concessionado um total de 2. 660.888 ha em quase todo o país.

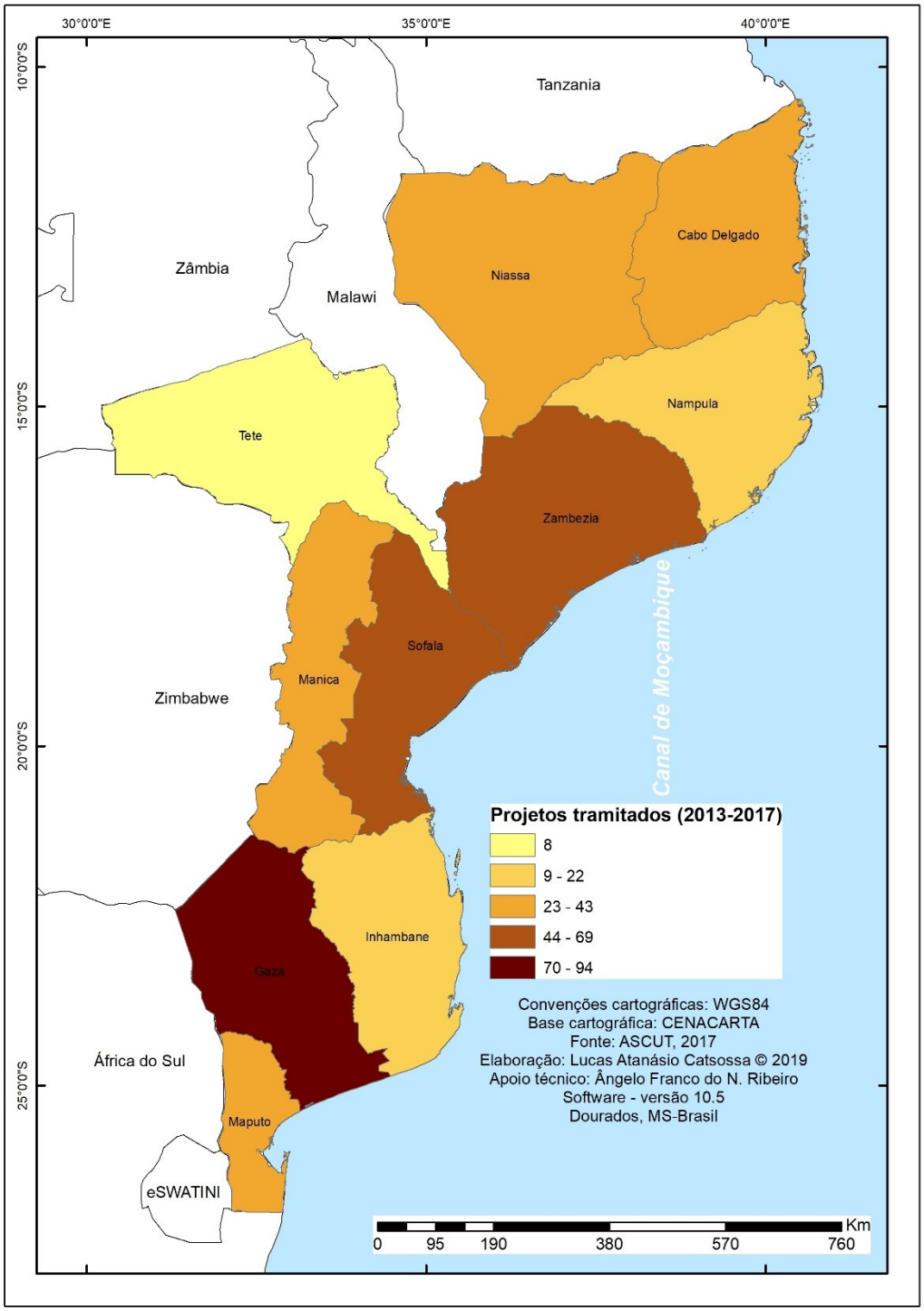
A região com mais terras alocadas aos investidores privados até 2011, era o norte de Moçambique e contava com 12.335.350 ha, seguida do centro, com 1.232.740 ha e finalmente, o sul com 94.598 ha (*cf*. JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2011). De 2004 até 2009, o governo moçambicano teria alocado cerca de 2,7 milhões de hectares de terras a investidores externos, destes números apenas 50% não foi utilizado (*cf.* JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2011). Porém, maior parte dos acordos afirmados para a aquisição de terras em Moçambique, ocorreram no ano de 2009, tendo alcançado quase um total de 876.855 ha, correspondente a cerca de 40% da área total adquirida pelos investidores (*cf*. MUIANGA, 2015).

Essa crescente demanda por terras agrícolas em 2009, tem sua explicação, neste caso, a crise de preços de alimentos ocorrido nos anos de 2007 e 2008, que ainda se fazia sentir neste período. Durante este período, além de produção de *commodities* como a soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, muitos investidores queriam também adquirir terras para biocombustíveis (ou agrocombustíveis). Lembrar que foi neste período que o governo Armando Guebuza mandou elaborar a *Política Nacional de Biocombustíveis*, para a produção de *jatropha* no país, processo que culminou com a ocupação de vastas áreas de terras no país. Nesta procura de terras por parte dos investidores, tanto para a produção alimentos como para biocombustíveis, foram alocados 70.528 ha. Neste processo, a *ProCana*, uma empresa de produção de cana-de-açúcar, que operava no distrito de Massingir, na província de Gaza, terá sido atribuída uma área de 30.000 hectares (*cf*. BORRAS JR & SUARÉZ, 2010; MUIANGA, 2015).

O relatório da Justiça Ambiental e pela UNAC publicado em 2011, faz a distribuição regional da concentração de terras nas mãos de grandes corporações do agronegócio ao longo do país. Este relatório revela, por exemplo, que até 2011, a região norte é que apresentava maiores níveis de concentração de terras nas mãos de grandes corporações agrícolas, seguida do centro e do sul, com 13.335.350 ha, 1.232. 740 ha e 94.598 ha, respectivamente (*cf*. JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2011). Desde 2013, o número de aquisições de terras por parte de empresas agrícolas aumentou significativamente em Moçambique. Por exemplo, a UNAC (União Nacional de Camponeses), aponta que até o ano de 2016, cerca de 500.000 ha teriam sido ocupados por apenas 35 projetos de investimento ao longo do país (*cf.* ASCUT, 2017). O mapa 2

mostra os projetos de investidores estrangeiros que foram tramitados pelo Estado, os quais se beneficiaram de extensas áreas de terras, sobretudo, no período de 2013 a 2017.

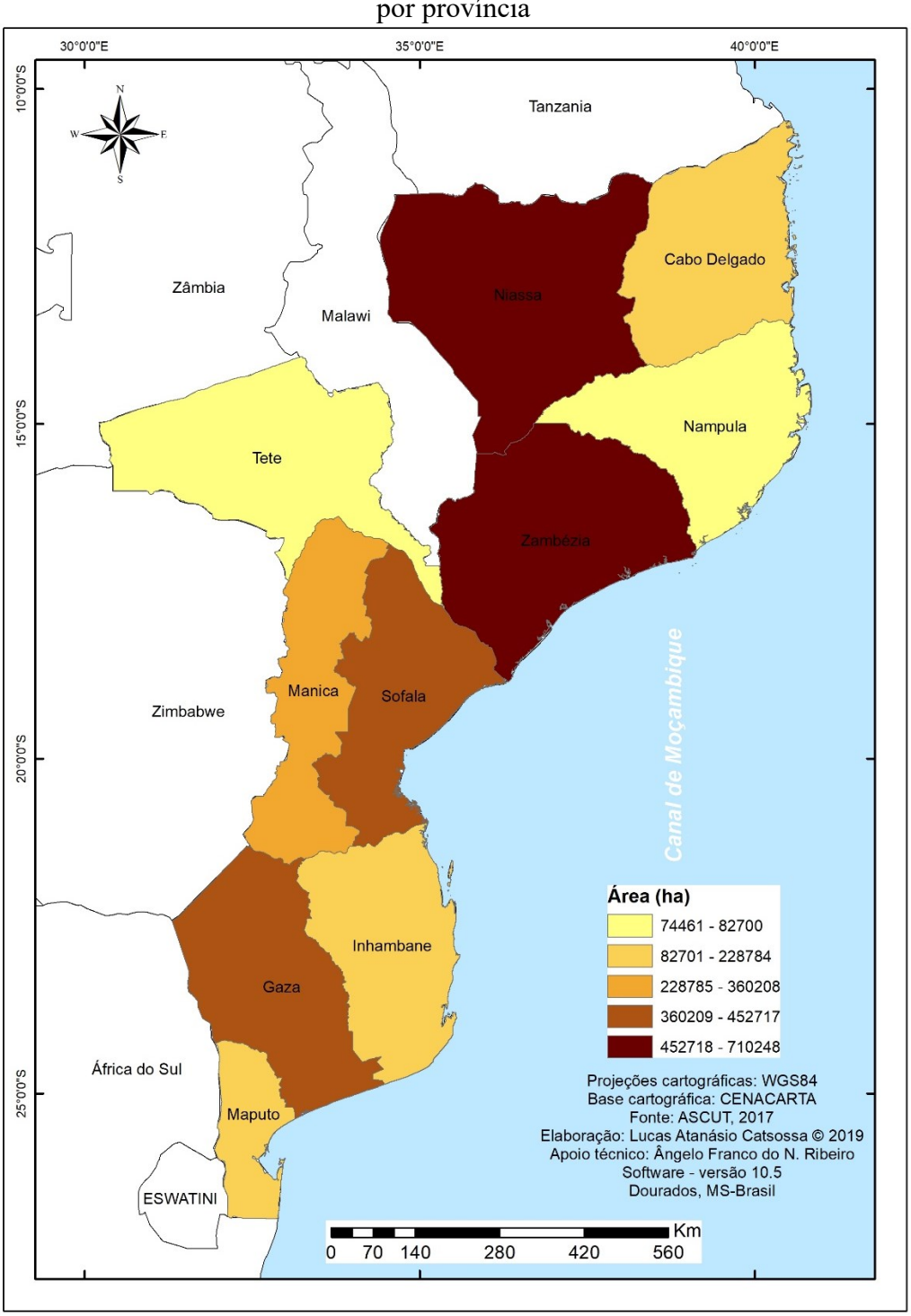
Mapa 2. Distribuição dos projetos tramitados pelo Estado no período entre 2013 a 2017 por província



No mapa 2, é possível ver que maior parte dos projetos agrícolas no período em referência, ficaram concentrados na província de Gaza, no sul do país. No centro do país, sobretudo, nas províncias de Sofala e da Zambézia, seguem com maior número de projetos agrícolas tramitados no mesmo período. Já na região norte do país, as províncias

de Cabo Delgado e Niassa, respectivamente, são as que se destacaram no que tange a concentração de projetos agrícolas tramitados pelo Estado no período em referência. Para estes projetos agrícolas de capital estrangeiro, foram concessionados cerca de 3.350.509.000 hectares de terras. A província de Niassa e Zambézia, são as que lideravam em relação a quantidade de terra concessionada aos investidores estrangeiros, seguida das províncias de Sofala e Gaza conforme ilustra o mapa 3.

Mapa 3. Área de terra alocada aos projetos do ramo do agronegócio em Moçambique, por província



Além disso, das províncias afetadas pelo ProSAVANA no Corredor de Nacala, Nampula é que apresenta maior número de distritos. Um dado a adicionar é que provavelmente não foram incorporados os hectares de terras que serão alocados ao ProSAVANA nesta província. Após o projeto «Terra Segura» identificar terras livres e disponíveis, saber-se-á melhor a quantidade a ser alocada para o ProSAVANA. O mesmo vai para as províncias de Niassa e Zambézia, respetivamente, que também são afetado por este programa.

No centro do país, as províncias de Zambézia e Sofala, são as que concentram mais terras, com 710.247,53 ha e 452.716,56 ha, respetivamente (*cf.* ASCUT, 2017). No centro do país, a quantidade de terra nas mãos do capital trazida no relatório da ASCUT, pode ser menor olhando para a forma como o agronegócio tem estado a se expandir nos dias atuais. É no centro do país, foi inaugurado uma fábrica de cerveja de marca Impala que será produzido com base no milho e isto acarretará maior disponibilidade de terra.

Já no sul do país, a província de Gaza é que teve maiores níveis de concentração de terra, seguida de Inhambane e Maputo, ambas com 179.313,73 ha e 146.448,48 ha, respetivamente. No caso do sul do país, não há até então, informações referentes a quantidade de terras que serão destinados ao programa ProSUL, que entre outras coisas, dinamiza e viabiliza o agronegócio nesta região do país. A estes projetos, adicionam-se também outras iniciativas, como é o caso do ProSAVANA que viabiliza o agronegócio brasileiro em Moçambique, aonde ocupa cerca de 14,5 milhões ao longo do Corredor de Nacala.

A ociosidade da terra está relacionada com o fato dos investidores adquirem os DUAT e não explorarem a terra de acordo com os planos de explorações aprovados pelo Estado. Neste sentido, os investidores por motivos não explicados, deixam muitas improdutivas por muito tempo. De acordo com Mosca (2015) em Moçambique os níveis de ociosidade são elevados nas grandes corporações agrícolas e em alguns casos, ultrapassa os 50% de toda a área cultivada, em situações em que os investidores recebem do Estado DUAT definitivo. No período de 2005 a 2017, em Moçambique havia "mais de um milhão e 800 mil hectares de terra não eram aproveitados[99]". O quadro 13, mostra os níveis de ociosidade da terra em Moçambique e a partir dele, pode-se tirar algumas ilações sobre o que isso significa sob ponto de vista sócio-territorial.

[99] Informação retirada em: http://opais.sapo.mz/mitader-podera-recuperar-um-milhao-de-hectares-de-terra-ociosa; Acesso: 12/03/2019.

Quadro 13. Áreas cultivadas e não cultivadas nas grandes explorações

Província	Área cultivada	Área não cultivada	Total
Niassa	237.617	5.641	**243.258**
Cabo Delgado	542.010	42.582	**584.592**
Nampula	830.231	65.805	**896.036**
Zambézia	904.875	68.542	**973.417**
Tete	614.936	21.138	**636.074**
Manica	344.524	26.311	**370.835**
Sofala	267.785	54.397	**322.182**
Inhambane	208.654	11.151	**219.805**
Gaza	238.169	26.931	**265.100**
Maputo	174.493	54.649	**229.142**
Total	**4.363.294**	**377.147**	**4.740.441**

Fonte: MASA (2016). Org.: O autor

O quadro 14, mostra que os níveis de ociosidade são elevados nas províncias de Zambézia (18,17%), Sofala (14,42%), no centro; na região norte o destaque vai para Nampula (17,45%) e Cabo Delgado (11,29%), na região sul, o destaque vai para Maputo (14,49%) e Gaza (7,14%). Na verdade, nem todas as empresas agrícolas não exploram toda a terra que está em sua posse. As empresas de plantação florestal, sobretudo, a Portucel Moçambique (de capitais portugueses) e a Green Resources Moçambique (de capitais noruegueses), são as empresas que mais concentram terras no país e também são as que apresentam maior quantidade de terra ociosa, ou seja, que não está sendo usada.

No caso da Portucel Moçambique, em Dezembro de 2017, o presidente desta empresa de plantação florestal, terá afirmado que dos 356 hectares adquiridos pelo Estado moçambicano, apenas explorava 13%. Já no caso da Green Resources Moçambique, dos 236.000 hectares adquiridos pelo Estado 9%, mas não explora todas as terras que ela detém. O estudo de Capaina (2019) revela também a existência de subaproveitamento de terras em várias empresas agrícolas ligadas ao agronegócio ao longo do país. De realçar que, este subaproveitamento de terras acontece num contexto em que muitas famílias camponesas clamam por uma porção de terra para produzir seus produtos alimentares.

Este é um dos impactos negativos da modernização da agricultura em curso no país que se dá por meio da expansão do agronegócio no campo. E porque os níveis de ociosidade são cada vez maiores, no âmbito do projeto «Terra Segura», em 2018, o MITADER lançou a «*Campanha Nacional de Fiscalização de Terras*» que previa a recuperação de quase todas as terras que não estavam a serem usadas pelos seus respectivos "donos". O MITADER destaca afirma que:

> O Governo vai fiscalizar o uso da terra [...] com o objetivo de fazer cumprir o exploração e o pagamento de taxas. Todo o espaço solicitado para fins econômicos que não é explorado será recuperado a favor do Estado. O MITADER espera fiscalizar mais de sete milhões de hectares de terra em todo o país. As projeções do MITADER indicam que um milhão de hectares podem não estar a ser usado solicitados[100].

A Campanha Nacional de Fiscalização de Terras, levada acabo pelo MITADER em 2018, teve uma cobertura nacional. No âmbito deste processo, houve a fiscalização de 2.413 números de parcelas (NP) numa área total de 885.412,09 ha, em todo o território nacional. Para facilitar o trabalho de fiscalização, as parcelas foram divididas em três principais categorias, a primeira ia «até 1000 ha», a segunda era «1000 – 10.000 ha» e a terceira, de «mais da 10.000 ha», conforme ilustra o quadro 15.

Quadro 14. Número de parcelas fiscalizadas por província

Províncias	Parcelas fiscalizadas		Áreas *versus* competências					
			Até 1000 há		1000 – 10.000 (ha)		Mais de 10.000 (ha)	
	NP*	Área (ha)	NP	Área (ha)	NP	Área (ha)	NP	Área (ha)
Niassa	122	254.229,63	96	47.911,88	22	106.404,33	4	99.913,42
Cabo Delgado	149	180.314,98	136	71.252,13	13	109.061,85	s/d	s/d
Nampula	364	349.574,43	326	162.944,58	37	158.223,85	1	28.406,00
Zambézia	420	714.221,52	329	145.058,18	80	337.774,53	11	28.388,80
Tete	108	139.237,83	98	48.577,33	9	64.660,50	1	26.000,00
Manica	298	459.227,97	241	107.985,56	48	184.856,86	9	166.385, 15
Sofala	286	428.907,08	228	95.559,30	55	231.988,21	3	101.359,57
Inhambane	197	331.713,30	148	64.662.41	45	207.050,89	4	60.000,00
Gaza	199	502.976,88	107	47.845,12	90	413.131,76	2	42.000,00
Maputo	270	279.942,56	225	93614,20	42	128.454,36	3	57.874,00
Total	2.413	885.412,09	1.934	885.412.09	441	1.941.607,14	38	813.326,94

Fonte: DINAT (2019). **Org**. O autor.

No âmbito da fiscalização, foram identificados alguns setores de atividades econômicas como, por exemplo, agricultura, pecuária, agropecuária, silvicultura, fazenda do bravo, turismo e ecoturismo. Destes setores, fez-se a fiscalização de números de processos (NP) e as suas respectivas parcelas, conforme ilustra o quadro 15.

Quadro 15. Incumprimento do plano de exploração por finalidade em Moçambique

Finalidades de uso da terra	Parcelas fiscalizadas		Parcelas não aproveitadas		Área não aproveitada	
	NP	Área (ha)	NP	%	Área (há)	%
Agricultura	613	510.450,60	247	27%	272.322,50	20%
Pecuária	748	944.344,66	276	30%	309.512,31	23%
Agropecuária	726	574.724,06	280	30%	259.588,68	19%
Silvicultura	191	969.152,28	44	5%	293.154,74	22%
Fazenda do Bravo	53	566.538,96	23	3%	199.256,00	15%
Turismo	56	54.003,61	34	4%	13.527,77	1%
Ecoturismo	26	21.132,00	15	2%	14,962,00	1%

Fonte: DINAT (2019). **Org**: O autor

[100] Informação retirada em: http://opais.sapo.mz/mitader-podera-recuperar-um-milhao-de-hectares-de-terra-ociosa; Acesso: 12/03/2019.

No quadro 15 a agricultura, A pecuária, agropecuária e A silvicultura, são atividades econômicas mais apresentam muita terra não aproveitada pelos seus respectivos proprietários. Os planos de exploração não estão a ser cumpridos no país, o que eleva ainda mais os níveis de ociosidade de terras, num contexto em que há pessoas que não onde plantar no campo. O quadro 16 mostra o grau de cumprimento dos planos de exploração por província.

Quadro 16. Grau de cumprimento de plano de exploração por província

Província	0%		]-25%[		[25-50%]		[50-75%]		[75-100%]	
	NP	Área (ha)	NP	Área (ha)	NP	Área (ha)	NP	Área (ha)	NP	Área (ha)
Niassa	39	96.339,19	18	62.614,54	10	16.596,27	39	71.978,90	16	6.640,73
Cabo Delgado	22	28.650,10	58	88.338,30	22	23.740,00	26	27.227,60	21	12.358,90
Nampula	160	154.047,99	62	60.025,94	63	38.135,01	32	37.544,15	47	30.647,63
Zambézia	125	252.717,70	92	202.402,24	54	38.135,01	55	37.544,15	94	183.422,41
Tete	76	98.081,80	9	4.998,03	3	20.480,00	6	11.878,00	14	3.800,00
Manica	108	160.016,81	10	2.939,07	33	61.475,96	44	149.177,82	103	85.618,31
Sofala	118	203.056,00	59	117.449,23	31	16.330,42	19	19.787,16	59	72.284,27
Inhambane	98	138.549,27	8	5.560,00	28	36.615,52	31	106.782,15	32	44.206,36
Gaza	74	138.531,04	28	47.785,30	24	72.344,80	28	96.218,00	45	148.098,75
Maputo	99	92.286,11	40	65.539.79	28	13.267,35	27	30,673,30	76	78.176,01

Fonte: DINAT (2019). **Org**. O autor

Embora em Moçambique a Lei de Terras determine que em caso do requerente não explorar a terra para fins indicados no seu plano de exploração, a mesma seria revertida novamente para o Estado, contraditoriamente, este postulado não está sendo cumprido. Nota-se, portanto, uma impunidade generalizada, pois o Estado pouco tem feito para averiguar se de fato, os DUAT´s solicitados estão a ser explorados como foi mencionado nos planos de exploração submetidos pelos seus requentes. Se há fiscalização, em muitos casos os fiscalizadores "fecham" os olhos em como se nada de errado estivesse a acontecer no país. Essa ação dos fiscalizadores, em parte está relacionada com a corrupção que atingiu quase todas as instituições do Estado.

Os escândalos de terras que acontecem pelo país, em parte, estão ligados a conivência dos fiscalizadores dos setores responsáveis pela fiscalização de terras no país. A iniciativa de recuperar terras ociosas que estão na posse das empresas é ambiciosa. Num país em que a corrupção generalizou-se enquanto um mecanismo de acumulação de capital, há espaço para dizer que não vai ser fácil recuperar todas as terras ociosas que o MITADER propõe. Outro fator que faz com que o programa de fiscalização de terras e a recuperação de terras ociosas não dar resultados positivos, está relacionado com o fato de parte considerável de terras estar nas mãos de burocratas.

Esses burocratas não são cidadãos quaisquer, pois parte destes, são as elites políticas e econômicas locais, altos funcionários do aparelho do Estado e alguns membros do partido FRELIMO. Alguns destes, são intocáveis, o que pode levar ao fracasso a

iniciativa de recuperar-se as terras ociosas. Essa ineficiência na administração de terras, não só tem significado uma ameaça na segurança de posse, mas também, a própria permanência dos camponeses nas suas terras. Embora a Constituição da República proclame que "*como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano*[101]", a realidade contrasta este postulado constitucional. Ter acesso à terra e permanecer nela, passou a ser um grande desafio e ao mesmo tempo problema para os camponeses.

Mesmo assim, as autoridades governamentais procuram ignorar os fatos e, tentam sem o mínimo de pudor, ludibriar a opinião pública, descredibilizando assim, as denúncias que têm sido feitas pelos camponeses e pelos movimentos sociais sobre a usurpação de terras e, consequentemente, a sua concentração nas mãos do capital e de grupos poderosos dentro da sociedade moçambicana. Essa ação que, na maioria das vezes, é levada acabo pelas autoridades governamentais, algumas com interesses no agronegócio, apenas beneficia os capitalistas que detém maiores reservas de terras no país, sejam eles, nacionais como estrangeiros.

A miséria e a fome que têm vindo a perpetuam-se no campo, está ligado a concentração de terras nas mãos de grupos dominantes dentro da sociedade moçambicana. Por falta de terra suficiente para cultivar, os camponeses são obrigados a ficarem acantonados em pequenas parcelas de terras, em muitos casos, marginais (inaptas) para a prática da agricultura, situação que lhes coloca ainda mais vulneráveis a miséria e a fome. Mesmo assim, os camponeses dividem essas pequenas parcelas terras que detém em sua posse, tanto para a construção das suas *palhotinhas* como para a produção dos seus alimentos, sua base para sobrevivência.

Numa altura em que a população moçambicana tem se mostrado cada vez mais crescente, a situação pode num futuro breve, agravar-se, pois a cada censo populacional, o tamanho de agregados familiares no campo tem aumentado consideravelmente. Neste sentido, há espaço para dizer que, caso não se faça algo por formas a reverter este cenário, as pessoas poderão não ter espaço suficiente para cultivar alimentos e muito menos onde construir casas. A falta de terra para plantar por parte das famílias camponesas, acontece num contexto em que ao lado das suas pequenas parcelas tem empresas agrícolas com muita terra não explorada. Essa realidade, foi visualizada ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, nos distritos visitados. Os elevados níveis de concentração de terras nas mãos

[101] Cfr. Artigo 109, número 3.

destes grupos dominantes, apenas mina o processo de democratização do campo, que é uma forma de promoção de justiça social.

O que dificulta saber os reais índices de concentração de terras no país, é a indisponibilidade dos dados relacionados ao número de imóveis, o total das empresas ligadas ao ramo do agronegócio, a quantidade de terras que está na posse destas empresas e as áreas cultivadas por elas. Os dados que têm sido levantados pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) através dos «*anuários estatísticos*» e o Instituto Nacional de Estatística (INE) através de «*censos agropecuários*», estas duas instituições, não tem trazido detalhes sobre o número total das propriedades, tamanhos das propriedades, total das empresas do ramo agropecuário, áreas exploradas e entre outros elementos.

A falta destes elementos tanto nos «*anuários estatísticos*» como nos «*censos agropecuários*» levados acabo pelo MASA e o INE, respectivamente, dificulta a compreensão dos reais níveis de concentração de terras no país. Neste sentido, urge a necessidade destas instituições aprimorarem os mecanismos de recolha de dados estatísticos ligados à produção agropecuária no país. Igualmente, as fiscalizações de terras que têm vindo acontecer no país, não tem sido abrangentes no sentido de trazer informações detalhadas que possam permitir uma análises mais aprofundadas sobre os níveis de concentração de terras no país.

Como se pode ver, a modernização da agricultura em curso no país, é desigual e contraditória, na medida em que, além de ocasionar a concentração de terras nas mãos das corporações agrícolas. Igualmente, verifica-se a ociosidade de terras, na medida em que os planos de exploração submetidos pelos capitalistas e aprovados pelo Estado para a sua execução não estão sendo explorados na sua plenitude, num contexto em que há camponeses que não têm terras suficientes para plantar e produzir seus alimentos básicos de subsistência familiar.

No ideário das autoridades governamentais, a modernização da agricultura no país ainda é incompleta, mesmo estando diante de níveis elevados de concentração de terras nas mãos de corporações capitalistas, reprodução da fome e da miséria, expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras. Para ser completa, segundo o discurso dominante, é preciso avançar com ações concretas com vista a criar condições necessárias para que a modernização se efetive no país. Numa primeira fase, é necessário modernizar as instituições responsáveis pelo desenvolvimento agrário e rural em Moçambique. Neste contexto, as instituições do Estado, criadas para impulsionar o desenvolvimento agrário

em Moçambique, passam a serem alvos da modernização. É o caso do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique) que nos últimos anos sofreu várias reformas consideráveis como forma de adotar as novas tecnologias e práticas agropecuárias.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), foi determinante neste processo. No âmbito do ProSAVANA, a EMBRAPA transferiu para Moçambique parte da tecnologia que será usada na implementação deste programa. As tecnologias transferidas pela EMBRAPA para Moçambique no âmbito da implementação do ProSAVANA, segundo alguns estudos (*cf.* Funada-Classen, 2013; Dúran & Chichava, 2013) foram usadas antes para a modernização da agricultura no cerrado brasileiro na década de 1970. Foi com base nestas tecnologias que foi possível transformar o Brasil num dos maiores produtores de soja no mundo.

Para dizer que, se forem usadas em Moçambique podem também tornar este país africano num dos maiores produtores da soja e de outras culturas de interesse do mercado global. Além da transferir tecnologias para Moçambique, a EMBRAPA formou e capacitou muitos técnicos moçambicanos, sobretudo, do IIAM em matéria de pesquisa de solos, melhotramento de sementes e o uso das chamadas novas tecnologias na produção agropecuária. Localmente, além de estar envolvendo no melhoramento laboratorial de sementes diversas, o IIAM tem avançado na capacitação e formação de técnicos nacionais, sobretudo, extensionistas afetos nas diversas Direções Provinciais Agricultura e Segurança Alimentar (DPASA´s) e nos Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE´s) em matérias de uso de tecnologias na produção agrária.

Os conhecimentos que os técnicos do IIAM e os extencionistas adquirem nas formações e capacitações são mais tarde, transferidos para os camponeses. nesta transferência do conhecimento dos técnicos e estencionistas, verifica-se relações de poder. Os conhecimentos dos camponeses são ignorados e estes, são forçados a seguir os passos e as recomendações dadas pelos técnicos e extencionistas sobre como se deve produzir. Este processo não tem sido pacífico, pois na contramão, nota-se resistências camponesas em dar segmento os passos e as recomendações dos técnicos e extencionistas.

O governo moçambicano, criou um projeto específico para a transferência de tecnologias para o campo, conhecido «Tecnologia rural» e, está sendo implementado pelo MITADER (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural) e os técnicos do IIAM e os extencionistas, tem um papel fundamental neste processo. Estão em curso iniciativas que visam a capacitação de camponeses, não apenas no uso de tecnologias nos

processos produtivos, mas também para a certificação dos seus produtos[102]. Na maioria das vezes, essa capacitação é promovida pelos países que têm interesses em determinadas culturas.

A China, por exemplo, é um dos países que tem avançado com iniciativas de capacitação dos camponeses em matérias do uso de tecnologias no país[103]. A adopção das práticas estrangeiras pelos camponeses nos processos produtivos já está a trazer suas consequências sócio-territoriais, neste caso, mudanças na estrutura produtiva em que o campo começa a ser dominado por monoculturas, mutação nos sistemas agroalimentares locais, insegurança alimentar e a reprodução da miséria. Mesmo estando diante dos impactos negativos da modernização da agricultura para os camponeses, a criação de condições materiais para a efetivação deste processo no país, continua a ser feita pelo governo.

Neste processo, o governo tem atraído investimento para a construção e revitalização da cadeia logística (estrada, linha-férrea, portos) ao longo do país. Elaborou um projeto específico que intitulado «Estrada rural» que tem como prioridade estratégica construir "infraestruturas de ligação aos mercados", ou seja, dos centros de produção aos mercados consumidores e está sendo implementado pelo MITADER. O governo avançou ainda com a implementação do projeto «*Um distrito, um banco*», cujo objetivo é a *bancarização do meio rural*, com vista a garantir a total cobertura da rede bancária do país. Em simultâneo, o governo através do MITADER está também a implementar outro projeto intitulado «Finanças rurais», ambos os projetos, visam garantir que os produtores tenham acesso ao crédito junto as instituições financeiras para dinamizarem as atividades produtivas, mas com foco para o agronegócio.

Além disso, nos últimos anos o governo flexibilizou um conjunto de normas para acomodar os interesses do capital multinacional e financeiro. Esse processo, começa a se intensificar após a crise de preços de alimentos verificados nos anos de 2007 e 2008. Num contexto de internacionalização do agronegócio, era imperioso que o governo avançasse com a padronização da legislação nacional por forma a viabilizar a produção de *commodities* em Moçambique. A ideia era que a produção de *commodities* a ser feita em Moçambique pudesse estar dentro das normas e os padrões internacionais. Daí que as leis

[102] Para uma leitura mais detalhada, consulte em: http://opais.sapo.mz/camponeses-de-manica-capacitados-em-certificacao-de-frutas-e-vegetais. Acesso em: 10/03/2019.

[103] Para uma leitura mais detalhada, consulte em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/China-capacita-camponeses-em-tecnologias-agrarias. Acesso em: 10/03/2019.

de semente e de fertilizantes deveriam ser revistas por forma acomodar e atender os interesses do capital. No âmbito das reformas das legislações nacionais tidas como essenciais para a consolidação da modernização da agricultura no país, o governo (da FRELIMO) tem ignorado outras forças da sociedade moçambicana.

Nestas reformas, não tem havido um debate público e democrático por forma a acolher-se sensibilidades outras opiniões, sobretudo, de pessoas interessadas, neste caso, de associações de camponeses, organizações da sociedade civil, acadêmicos e outros segmentos sociais. De realçar que, para o capital sentir-se confortável por onde se implanta, só pode acontecer caso a legislação nacional permita. Para avançar com as suas ações, o capital tem alienado as autoridades governamentais por meio de discursos produtivistas e desenvolvimentistas, colocando-as ao seu serviço e isto, tem sido feito para garantir a sua consolidação no campo. Tendo em conta que o governo se tem mostrado aberto para receber o capital, este último, aproveita esta abertura para fazer as suas exigências.

Numa situação de crise estrutural como a que Moçambique vive desde 2015, agudizada pelas chamadas "dívidas ocultas", o governo local não tem tido muito espaço de manobra de negociação com o capital, se não avançar com as reformas necessárias nas legislações para o agronegócio se expandir sem nenhuma ameaça. Como foi referenciado, a Lei de Terras (Lei n°. 19/97) considerada pelos investidores como sendo burocrática e inacessível para o capital, daí que forçam o governo a avançar com as devidas reformas por forma a torná-los flexível. O programa «*Terra Segura*» em implementação no país desde 2015, vai no sentido de desburocratizar o processo de acesso à terra por parte do capital. Por sua vez, o capital precisa de uma Lei do Ambiente menos protetora sob ponto de vista de destruição da natureza por onde se territorializa.

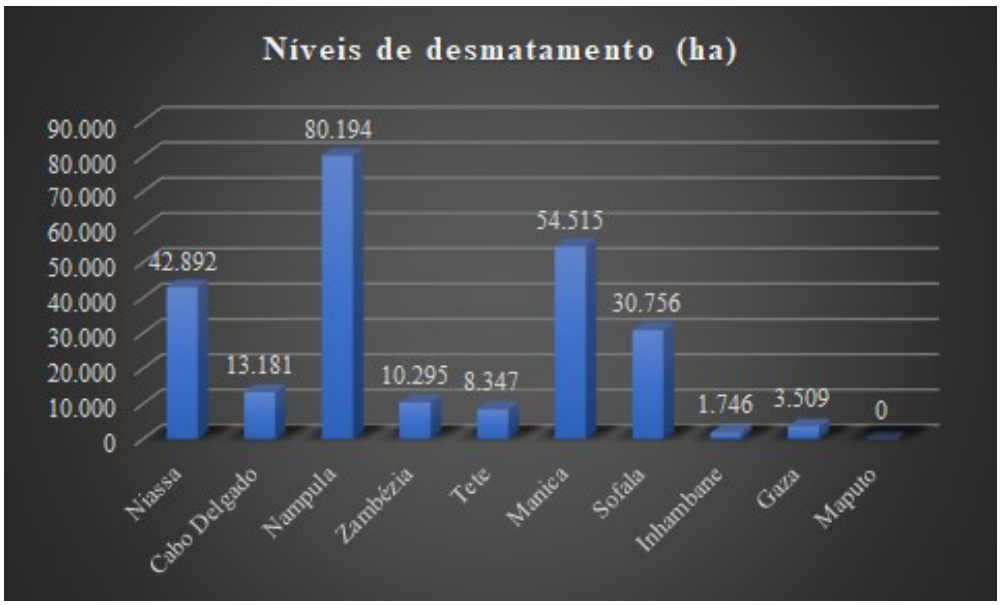
Partindo do pressuposto de que a modernização da agricultura em curso é dominada pelo capital estrangeiro, é necessário também que Lei do Ambiente seja desburocratizada por forma a permitir tal processo. Nos últimos anos, a legislação ambiental moçambicana tem-se mostrado menos burocrática no que concerne ao desmatamento da floresta nativa. Para o capital, é melhor ainda para garantir a sua acumulação ampliada em escala global. Uma legislação ambiental que não impede o desmatamento, é benéfica para o capital, pois ele precisa expandir sua área de produção.

Para o agronegócio alcançar elevados níveis de produção, será necessário desmatar a floresta para a produção de *commodities* agrícolas. Só assim é que a modernização se efetiva por onde o agronegócio se territorializa enquanto modelo

agrário/agrícola dominante na agricultura. O desmatamento por onde o agronegócio já se implantou, está cada vez mais elevado no país. O setor empresarial é que tem desmatado grandes áreas no processo de ampliação das suas áreas de produção. Esta situação foi constatada nos distritos de Bárue, Gondola, Manica, Sussundega/Manica, no distrito de Maracuene/Maputo, nos distritos de Gurué, Ile/Zambézia, nos distritos de Malema, Mecuburi, Monapo, Ribaue/Nampula, locais visitados durante a pesquisa.

Recentemente, sobretudo, em Janeiro de 2019, foram divulgados os dados estatísticos sobre os níveis de desmatamentos pela agricultura capitalista ao longo do país. Por exemplo, os dados estatísticos revelam que no período de 2004 à 2016, foram "perdidos 2,9 milhões de hectares de florestas em Moçambique", sendo que a "agricultura é a causa do desmatamento[104]". O desmatamento no país, tem sido recorrente em áreas que apresentam terras férteis, pois é lá onde a agricultura comercial/capitalista, enfim, o agronegócio tem se expandindo com grande intensidade.

Gráfico 4. Níveis de desmatamento decorrentes da atividade agrícola por província (2004-2016)



Fonte: @verdade (2019). **Org**. O autor.

No gráfico 4, nota-se que, a região norte do país é que a presenta os maiores níveis de desmatamentos, sendo a província de Nampula a que mais se destaca, seguido de Niassa e Cabo Delgado, respectivamente. Já na região centro do país, o destaque vai para a província de Manica, seguida de Sofala, Zambézia e Tete, respectivamente. E finalmente, a região sul do país (províncias de Inhambane, Gaza e Maputo) é que apresenta menores índices de desmatamento e isto, pode estar relacionado com a fraca

[104] Cfr. Jornal @Verdade (2019, p. 1).

expansão do agronegócio nesta região do país. Para que a modernização agricultura se efetive num determinado lugar, é importante que também a Lei de Semente seja ajustada aos interesses do capitalismo agrário global e, é o que tem vindo acontecer em Moçambique. Esse ajusto tem sido feito para que seja permitida a entrada de sementes laboratoriais, entre elas, híbridas ou transgénicas (vulgos –, OGM [Organismos Geneticamente Modificados]) em lugares aonde a modernização ainda não avançou.

As reformas na legislação de sementes em cursos no país que têm sido desencadeadas pelo governo, às vezes, sem nenhum debate público, vão no sentido de criar condições necessárias com vista a alcançar a modernização agrícola no país. Desde a primeira década do século XXI, o governo vem-se envolvendo com organismos internacionais, assinando protocolos e decretos internacionais com vista a padronizar a Lei de Sementes. Neste processo, paulatinamente, o governo foi fazendo as reformas na legislação de semente. Antes de dar sinais de que os OGM´s seriam usadas no país, o governo avançou em autorizar o uso de uma outra espécie de sementes laboratoriais, neste caso, *sementes melhoradas e/ou híbridas*.

Depois de autorizar o uso de sementes melhoradas, o governo determinou que se avançasse com o processo de certificação, justificando que a ação visava "garantir a disponibilidade semente de qualidade ao produtor através de inspeção de campos de análises laboratoriais[105]". No país, já existem algumas empresas que disputa o mercado de sementes. Destas empresas, podem citar-se, por exemplo, a Pannar e Klein Karro (K2), ambas localizadas na cidade de Chimoio, província de Manica, mas que as suas sementes são usadas em quase todo o país conforme a foto 6.

Foto 6. Empresas produtoras de sementes em Moçambique

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

[105] Informação disponível em: www.masa.gov.mz/agricultura/semente/. Acesso: 09/07/2019.

Como se pode visualizar na foto 6, as duas empresas criaram um cenário próprio do sistema capitalista com vista a aliciar os camponeses a comprar sementes. De um lado, a Pannar diz, por exemplo, ser uma empresa produtora de "sementes de qualidade", e do outro, a Klein Karro (K2), diz também ser "líder em redimento" em como se as sementes nativas/crioulas que estão na posse dos camponeses não fossem de qualidade e não lhes garantisse rendimento. Algo interessante neste processo, é que estas duas empresas abriram campos de demontsração nas proximidades das suas instalações, onde plantaram a cultura de milho, numa tentativa acirrada de aliciar e cooptar os camponeses a comprarem as suas sementes. Aqui, se está diante de uma disputa paradigática em que as empresas produtoras de sementes, procuram a todo o custo garantir que os camponeses comprem as suas sementes, mas usando elementos alienantes do tipo "somos produtoras de sementes de qualidade" e que "somos líderes em rendimento".

A publicidade, ou então, o *markiting*, faz parte do processo de reprodução ampliada do capital em escala global. As empresas produtoras de sementes usam a publicidade, seja por via televisão, rádio, redes sociais (*Facebook*) ou ainda *ortodor* para fazer com que os seus produtos (sementes) alcancem mais consumidores, neste caso, os camponeses. As empresas capitalistas produtoras de sementes, sabem que estão inseridas num mundo dominado pela *sociedade de consumo* enquanto produto da globalização neoliberal (indissociável a este processo), daí que há necessidade de investir na publicidade. Essas empresas investem na publicidade (e/ou no *markiting*) porque sabem que caso contrário ninguém vai comprar os seus produtos. Essa é a lógica do agronegócio.

A ideia segundo a qual a Pannar produz "sementes de qualidade" e/ou ainda como diz a Klein Karro (K2) que é "lider em rendimento", visa apenas criar curiosidade e atrair os camponeses para experimentarem tais sementes melhoradas no processo produto. A partir deste mecanismo, os camponeses se inseririam no mercado, o qual é controlado monopolisticamente pelas mesmas empresas. Significa que, em cada época agrícola, os camponeses serão forçados, agora pelas regras do mercado, a comprar tais sementes com estas empresas, se estes quiserem terem maiores rendimentos.

Outro aspecto constatado neste processo que coloca em cheque a reprodução social do campesinato em Moçambique, é que as empresas produtoras de sementes mantém alianças com as empresas processadoras de farinha de milho. Os camponeses que usam suas sementes no processo produtivo, se vêem recusados pelas empresas processsadoras de farinha durante a comercialização do seu milho. As empresas processadoras de farinha de milho, alegam que as sementes usadas pelos camponeses não

são de qualidade. Estas empresas processadoras de farinha, chagam a importar milho de outros lugares do mundo, sobretudo, nos países latino-americanos, como, por exemplo, na Argentina. Tal situação foi constatado na empresa DECA, localizada na cidade de Chimoio, província de Manica. Algo interessante e ao mesmo tempo contraditório, é que esta empresa escreve no saco de farinha que "De milho moçambicano para as famílias moçambicanas", mas o milho não é necessariemente dos camponeses moçambicanos, mas sim, importado na América Latina[106].

Embora em algum momento mostrem-se ser mais produtivas, as sementes melhoradas têm uma particularidade, elas são harmonizados nos laboratórios. Isto quer dizer que, as espigas e os grãos são quase do mesmo tamanho e, é o que diferencia as sementes melhoradas nos laboratórios das sementes nativas. Com isso, não quer dizer necessariamente que as *sementes híbridas* são melhores quando comparadas com as sementes nativas. Pelo contrário, estas primeiras dependem de determinadas condições, sobretudo, físico-geográficas e no uso de pacotes tecnológicos, enquanto que as segundas, resistem naturalmente.

A introdução de sementes laboratoriais num determinado lugar, tem sido um mecanismo próprio do capital para controlar a cadeia produtiva. A certificação das sementes, visa controlar o mercado de sementes. Quando há introdução de sementes laboratoriais, emergem empresas, sejam elas, pequenas, médias e grandes que passam a apropriar-se do mercado de sementes. Tendo em conta que a produtividade das sementes laboratoriais depende do uso de fertilizantes químicos, isto é, diferentes tipos de pesticidas e agrotóxicos, emergem também empresas que passam a se dedicarem na comercialização destas mercadorias. Aqui, ocorre também o controle do mercado de sementes pelas empresas corporativas.

Este controle, tanto da cadeia produtiva, do mercado de sementes como de fertilizantes químicos, é notório em Moçambique. As sementes certificadas são comercializadas por grupos empresarias reconhecidas pelas instituições do Estado, trata-se, portanto, de pequenas e médias empresas. Mosca (2014) já alertava que com o avanço da modernização da agricultura no país, surgiria uma classe empresarial que passaria a

[106] A visita às empresas produtoras de sementes e de processamento de milho, foi efetuada após a defesa da tese, sobretudo, em Março de 2020. Tendo em conta que tais informações são de extrema importância para a compreensão da questão agrária em Moçambique e, estando nessa altura a realizar as correções e adequações recomendadas pela banca examinadora, considerou-se necessário inseri-las no corpo do trabalho. De realçar que, tais informações fazem parte de uma pesquisa do autor intitulada "A emergência de oligopólios no setor de sementes e a padronização da dieta alimentar mundial: desafios e perepectivas para Moçambique*"* (in prelo).

comercializar insumos agrícolas aos agricultores. Neste estudo, este autor afirma que com a modernização da agricultura:

> Surgirão empresários locais de escala diferenciada que fornecerão serviços agrários (venda de insumos agrícolas, comerciantes, pequena e média indústria tranaformadora de excedentes, comeriantes formais rurais, fornecedores de máquinas e instrumento de trabalho, assistência técnica, etc.) (MOSCA, 2014, p. 34).

As sementes melhoradas nos laboratórios estão sendo comercializadas em diferentes estabelecimentos comerciais espalhados no país. A foto 7 mostra algumas sementes melhoradas nos laboratórios e certificadas vendidas em alguns estebelcimentos comerciais especializadas para tal propósito.

Foto 7. Algumas sementes certificadas melhoradas laboratoriamente

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

A partir da foto 7, pode-se ver que existem muitas empresas que laboratorialmente produzem e certificam sementes no país. O destaque vai para a Companhia de Zembe, localizada na cidade de Chimoio, na província de Manica e a Bonimar que acabaram por se tornarem em monopólios nacionais na produção e certificação de sementes melhoradas. O que chama atenção na foto 7, é a frase que aparece nas embalagens de

sementes escrita “tratada com veneno” que aparece na semente de milho. Muitos agricultores não sabem o que na prática significa a palavra “tratada com veneno”, apenas compram. No estabelecimento comercial onde foram tiradas estas fotografias, localizada na cidade de Tete, a comerciante apenas falou para os agricultores das vantagens das sementes melhoradas nos laboratórios e certificadas.

Os que comercializam as sementes laboratoriais, não explicam também o seu lado maléfico, sobretudo, quando usado na produção agrícola. Ao comprarem estas sementes, os agricultores usam-nas para a produção de alimentos para o consumo dentro do agregado familiar e a outra parte, é transformada em mercadoria e vendida nos mercados locais. O uso de sementes melhoradas “tratadas como veneno” pode estar a criar problemas de saúde para os consumidores. Para tal, é importante e urgente, a realização de um estudo mais apurado por forma a compreender-se melhor os desdobramentos destas sementes sob ponto de vista da saúde pública para os consumidores.

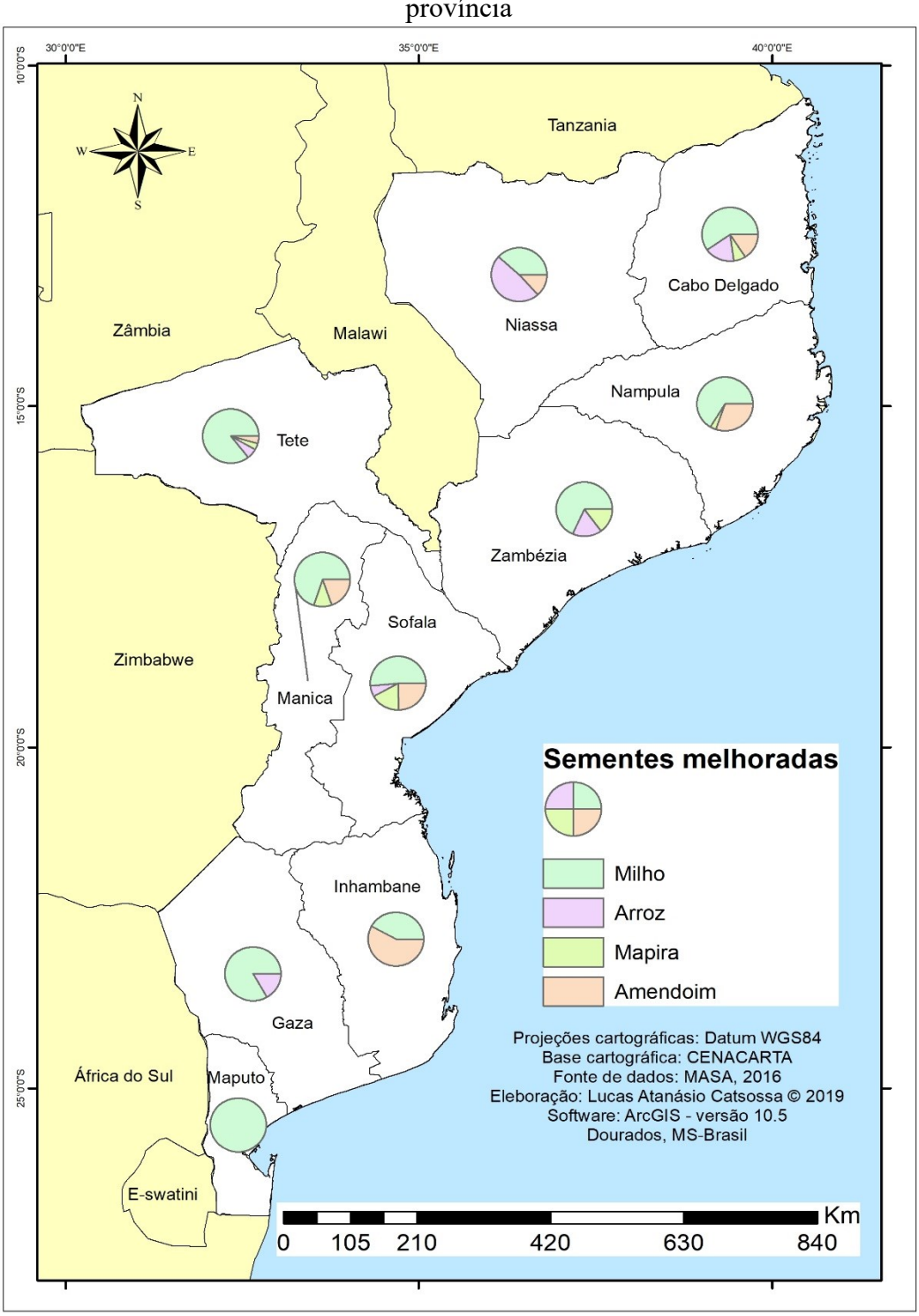
No dicionário da língua portuguesa, a palavra “veneno” é um substantivo masculino que significa “uma substância capaz de alterar as funções vitais e causar a morte” das pessoas que ingerem ou se expõem diretamente. Se partirmos do pressuposto de que o veneno aplicado no processo de produção de sementes melhoradas pode alterar as funções vitais e causar a morte das pessoas, logo estamos diante de uma ação e/ou prática criminosa, desencadeada não apenas pelas empresas produtoras, mas também pelas que comercializam, já que se trata de um produto envenenado.

A liberalização do uso de sementes melhoradas e certificadas, de certo modo, procura excluir os camponeses dos processos de comercialização dos seus produtos nos mercados de consumo. Por exemplo, quem não utilizar as sementes registradas, pode ver sua produção rejeitada nos mercados consumidores, sobretudo, por parte das redes de supermercados. O que quer dizer que, se o camponês almejar, por exemplo, que o seu produto seja comprado pelas redes de supermercados, terá que usar a semente recomendada e patenteada pelo Estado. Significa que, para responderem as exigências do mercado, os camponeses terão que deixar de lado as suas sementes para usar sementes estrangeiras (melhoradas e/ou híbridas).

Aqui, se está diante da expansão do *modelo agrário moderno-colonial*, mas desta vez, reproduzido pelo governo em nome de garantir qualidade no produto, que também é questionável como foi referenciado na seção anterior. As ações do Estado têm contribuído significativamente para a colonização dos camponeses por meio da técnica moderna, pois tem-se verificado uma forte externalização dos processos produtivos. Paradoxalmente, as

ações do Estado têm demonstrado que a intenção é modernizar as práticas campesinas em que faz de tudo para que os novos pacotes tecnológicos cheguem em territórios camponeses como forma de torná-los mais produtivos e competitivos. O Estado tem operado no sentido de forçar os camponeses a entrarem na modernização. O uso de sementes melhoradas na produção agrícola pelos camponeses tem aumentado significativamente no país conforme se pode ver no mapa 4.

Mapa 4. Uso de sementes melhoradas na produção agrícola pelos camponeses por província



No mapa 4, é possível visualizar que as culturas de milho, mapira, arroz, amendoim, ambas melhoradas laboratorialmente (híbridas), são as mais procuradas pelos camponeses. as províncias de Maputo, Tete, Gaza, Manica, Nampula, Zambézia, Sofala e Cabo Delgado, são as que apresentam maiores índices de utilização da semente melhorada de milho no processo produtivo. O anuário estatístico elaborado pelo Ministério da Agricultura e Segurança alimentar (MASA), publicado em 2016, mostra uma tendência crescente de uso de sementes melhoradas (híbridas) no processo produtivo pelos camponeses.

No caso da semente de Feijão Vulgar, tem sido mais usados nas províncias de Inhambane, Tete, Manica, Sofala e Nampula, com 59,9%, 14,8%, 13,6%, 11,1% 3 8,1%, respectivamente. Já a semente melhorada de Feijão Hhemba, é mais usada na província de Tete, seguindo de Manica e Sofala, com 10,5%, 6,4% e 4,4%, respectivamente (*cf.* MASA, 2016). Muitos agricultores têm adquirido as sementes melhoradas por meio de revendedores espalhados por quase todo o país, como também em outros mercados paralelos, às vezes, sem nenhum cuidado. Além das empresas especializadas na produção e comercialização das sementes melhoradas nos laboratórios utilizadas pelos camponeses, nota-se também o envolvimento do Estado.

No entanto, as instituições do Estado também se destacam na venda e distribuição de sementes melhoradas (híbridas) no país. A distribuição destas sementes por parte do governo, tem sido recorrente através do programa «*Sustenta*», em implementação no país, sobretudo, nas províncias de Zambézia (região centro) e Nampula (região norte). O governo tem realizado campanhas no sentido dos camponeses utilizarem sementes melhoradas e certificadas dada a sua importância no que tange a alevanção dos níveis de produção e produtividade. Além disso, nota-se também uma campanha que vai no sentido de desvalorizar as sementes que estão na posse dos camponeses, numa tentativa acirrada de aliciá-los a aderir as sementes melhoradas e certificadas.

Por exemplo, em Outubro de 2017, sobretudo, durante a «*VI^{a} Conferência Internacional sobre Terras e Sementes*», organizada pela União Nacional de Camponeses (UNAC), uma funcionária do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), afirmou que, o que estava nas mãos dos camponeses não eram sementes, mas sim, grãos. Para ela, só seria semente se o grão que supostamente estava nas mãos dos camponeses passasse por uma transformação laboratorial.

A alegação da funcionária do MASA, foi severamente criticada e desconstruída, tanto pela União Nacional de Camponeses (UNAC), como também pelos movimentos

sociais brasileiros que estavam presentes nesta conferência, no caso do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), onde o seu representante fez uma apresentação brilhante de como é que os camponeses podem melhorar as suas sementes sem modificá-las geneticamente nos laboratórios.

A alegação segundo a qual, o que está na posse dos camponeses não é semente, mas sim, grão foi constatada também no Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Comunitário (CITT), um órgão tutelado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Professional (MCTESTP). Maninho Júnior, funcionário do CITT que integra a equipe envolvida no processo de melhoramento laboratorial de sementes, afirmou que:

> Nós queremos de fato ajudar eles [os camponeses] a aumentar os seus níveis de produção e produtividade [...] porque não usam semente [e sim, grão]. Foi o que norteou a determinação a introdução da certificação de sementes. [...]. Para se ser semente, obedece critérios previamente definidos pelas instituições credenciadas para a sua produção[107].

Maninho Júnior fez saber ainda que o processo de produção e certificação de sementes melhoradas começou há um bom tempo no país. Segundo Maninho Júnior, este processo foi acompanhado por falhas. Foram estas falhas que não permitiram que se alcançassem os resultados esperado, embora o Estado tenha investido muito dinheiro para a produção e certificação de sementes melhoradas.

Essas falhas surgem pelo fato de ter havido uma exclusão de setores chaves no processo de produção e certificação de sementes. Mesmo com essas falhas e maus resultados no processo de produção e certificação de sementes melhoradas, o Estado continua a desenvolver algumas ações com vista a atingir os objetivos, disponibilizar a semente propriamente dita no mercado para os camponeses utilizar por forma a elevar os seus níveis de produção e produtividade agrícola. Maninho Júnior, realçou que o processo de produção e certificação de sementes melhoradas:

> Começou no ano antepassado [2017] e nos anos transatos não se produziu sementes porque houve falhas durante o processo. Uma das falhas foi a não inclusão de outros setores. Não é só o IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique), é a questão de laboratório e aí fora. Há alguns intervenientes que de fato não foram integrados no processo de produção [de sementes]. Esse erro foi corrigido neste ano [de 2019]. De fato, há algum dinheiro investido e não deu resultados que todos nós esperávamos. Esperamos que no final tenhamos a semente propriamente dita[108].

[107] Entrevista realizada em Novembro de 2019.
[108] Entrevista realizada em Novembro de 2019.

A partir destes dados, é possível afirmar que o uso de sementes melhoradas e certificadas, está a trazer grandes transformações nos sistemas agroalimentares locais ao longo do país. O simples fato de haver muita adesão no uso de sementes híbridas no país, significa que, os camponeses têm deixado de lado as sementes nativas, aquelas que sempre utilizaram durante as atividades produtivas. A expansão das sementes laboratoriais no país, coloca em risco também a soberania [alimentar] dos camponeses, uma vez que, trata-se da entrada de sementes estrangeiras em seus territórios. Em Julho de 2019, os produtores da província de Manica, denunciaram haver uma adulteração das sementes melhoradas laboratorialmente que têm sido comercializadas nos mercados.

Além de denunciarem adulteração, alguns camponeses afirmam que desde que começaram a utilizar sementes melhoradas, as suas sementes nativas estão desaparecendo aos poucos. António Macuaca, camponês da província de Gaza, confirmou este fato. Este camponês afirma ainda que as sementes nativas de milho em sua posse, quando processadas, elas saem pouco farelo comparativamente a cultura de milho melhorada nos laboratórios. Para António Macuaca, a reprodução da fome em sua província, está estritamente ligada com a quantidade de farelo que o milho resultante da semente melhorada sai, pois quando processada, perde-se uma certa quantidade do próprio milho que poderia ser aproveitado para o consumo familiar. Em suas palavras, António Macuácua descreve o cenário da seguinte maneira:

> A nossa semente desapareceu na medida em que fomos mudando a própria semente, em vez de usarmos a nossa, introduzimos a semente estrangeira. Quando começaram a introduzir aquele milho, começou aparecer baixa produção, razão pela qual até hoje existe bolsa de fome. O nosso milho, sai pouco farelo e aquele outro milho (da semente estrangeira), sai muito farelo[109].

A expansão das sementes melhoradas está a ser acompanhada pelo uso de fertilizantes e pesticidas no processo produtivo. Uaeine (2015) faz saber que 90% dos fertilizantes são utilizados nas culturas comerciais, sobretudo, plantações de cana sacarina, o tabaco e as hortícolas. As experiências recentes, revelam também que usa-se para a produção de soja, milho, algodão, macadámias, feijões, bananas, frutas diversas, etc. Neste estudo, Uaeine (2015) revela também que nota-se o uso crescente de pesticidas que de fertilizantes na produção agrícola a nível nacional, sobretudo, em explorações familiares. Os camponeses que usam pesticidas e fertilizantes, são aqueles que se integram a produção por contrato de culturas comerciais, como, por exemplo, tabaco,

[109] Entrevista realizado em Setembro de 2019.

soja, milho, etc. No caso dos camponeses que "aderem ao contrato de produção de tabaco recebem, para além da semente, fertilizantes a créditos" (UAEINE, 2015, p. 32). Este autor faz saber ainda que "os fertilizantes mais comuns em Moçambique são o composto 12-24-12 e a Ureia (46% N)" (UAEINE, 2015, p. 32).

Revela ainda que, as províncias de Tete, Niassa e de Maputo, são as que apresentam maiores percentagens do uso de fertilizantes na produção agrícola, sendo 17,6%, 12,5% e 8,6%, respectivamente. Como se pode ver, há uma certa adesão dos camponeses no uso de sementes melhoradas como também de fertilizantes e pesticidas no processo produtivo. Em relação ao uso dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM´s), importa realçar que, inicialmente, o Estado moçambicano tentou resistir, na medida em que procurou criar restrições para a sua entrada no país, mas não foi por muito tempo. Por exemplo:

> Em 2003, Moçambique ratifica o protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança. Em 2005, preparou um quadro legal de biossegurança com severas restrições na importação comercial de organismos geneticamente modificados (OGM) para alimentação, ração e processamento, assim como de importação de sementes GM" (BENTO, 2017, s/p).

Em pouco tempo, a resistência de Moçambique abrandou e isto, deveu-se a forte pressão do capital que precisava expandir o agronegócio. As reformas na legislação de terras para atender os interesses do capital internacional, ganharam maior expressão após a crise de preços de alimentos, ocorrido nos anos de 2007/8. As reformas na legislação de sementes não estão a acontecer apenas em Moçambique, mas sim, em quanto todo o continente africano.

Nos países membros da União Africana (UA), começou a verificar-se algumas alterações nas legislações por forma a dar espaço para o desenvolvimento capitalista. O Programa Compreensivo para o Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP, sigla em inglês), da União Africana, o qual Moçambique aderiu, foi usado para se avançar com tais reformas. A ideia principal era padronizar as legislações de todos os países membros. Essa situação, intensifica-se após Moçambique aderir à Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional dos G8 – atualmente G7. Já que a pressão internacional era maior:

> [...] o Governo de Moçambique levou a cabo a reforma de políticas que favorecem a implementação de uma agricultura moderna e mecanizada, baseada no uso de insumos, com destaque para sementes certificadas, importação de OGMs para o consumo humano e animal, uso de fertilizantes sintéticos, que promovem a industrialização da agricultura moçambicana. A mudança no quadro político também forçou o Governo de Moçambique a rever o regulamento de biossegurança (Decreto 6/2007), substituindo-o por um novo regulamento que permite a importação de OGMs para o consumo humano e

> animal. Portanto, enquanto no passado a importação de grãos GM era apenas autorizada em situações de emergência para garantir a alimentação (devidamente moídos antes de distribuídos), hoje permite-se que os OGM sejam importados [...] (BENTO, 2017, s/p).

A Lei de Sementes moçambicana, no artigo 47, destaca que "a importação de sementes OGM é permitida de acordo com o estipulado na legislação específica" (MOÇAMBIQUE, 2013, p. 224). Se em Moçambique existe uma lei específica para a importação de OGM´s, isto apenas prova a força que o capital teve para que a mesma fosse aprovada pelo Estado. Numa demonstração clara que aceitava a entrada de OGM´s, o governo avançou com algumas experiências no país. Essas experiências culminaram com os testes de Organismos Geneticamente Modificados (OGM´s), uma variedade de milho *Bt* e foram realizadas num confinamento no distrito de Chókwè, pelo IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique), isto em Fevereiro de 2017. Bento (2017), faz conhecer que:

> Os ensaios arrancaram em Fevereiro de 2017, com os ensaios de milho Bt, resistente a insetos e o gene tolerante à seca GM foi introduzido no mês de Julho do ano de 2017. Justifica-se a realização de ensaios de Milho Bt numa primeira fase, uma vez que Fevereiro é o mês de chuva, período de surgimento de insetos e brocas. O gene tolerante à seca GM foi introduzido mais tarde, no período de Julho, altura que marca o início da estação de seca em Chokwé (BENTO, 2017, s/p).

O projeto WEMA o qual fez com que o governo avançasse com os ensaios de produção baseada em sementes transgênicas, está em implementação em cerca de cinco países africanos, entre eles, África do Sul, Uganda, Tanzânia, Quénia e Moçambique (*cf*. BENTO, 2017; ADECRU & ACB, 2017). Tradicionalmente, esses cinco países africanos, são os que apresentam maiores níveis de concentração de terras, o que significa que, esse projeto apenas demandou a entrada de corporações agrícolas. Nunca houve um debate público para a implementação do projeto WEMA e muito menos avançar-se com os ensaios de OGM´s no país. O governo da FRELIMO decidiu que tinha que ser assim sem, no entanto, incluir outros segmentos sociais chaves no processo.

No âmbito dos testes dos OGM´s, os acadêmicos, associações de camponeses, organizações da sociedade civil e os próprios camponeses não foram auscultados e/ou consultados. Por causa da forma excludente que se verificou no processo de implementação do projeto WEMA e com ele, os OGM´s foram sendo contestados pelas organizações da sociedade civil ligadas ao meio ambiente, direitos humanos, feministas e campesinas. Mesmo sem ter havido um debate público, democrático e inclusivo, em Julho de 2019, o governo apresentou os resultados dos testes feitos no âmbito do projeto

WEMA, no distrito de Chókwè. Esta apresentação foi feita pelas instituições responsabilizadas pelo governo para avançar com os tais testes dos OGM´s entre eles, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) e o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA).

Na apresentação dos resultados, o MASA e o MCTESTP, deram sinais de que o país está em condições de usar os OGM´s no processo produtivo. O IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique) em representação do MASA, o justifica o fato que "o milho geneticamente modificado não apresenta riscos à saúde humana nem dos animais, quanto menos perigam o meio ambiente[110]", numa clara resposta as críticas feitas pelas organizações da sociedade civil.

A ideia é que a médio e longo prazo, semente de milho geneticamente modificado, que é resultado dos ensaios realizados no distrito de Chókwè, na província de Gaza, seja usado por todos os produtores do país. A decisão tomada pelo MASA em liberar o uso de OGM´s no país, é contraditória, pois em 2017, um dos funcionários desta instituição, referiu que toda a produção derivada dos testes realizados num confinamento no distrito de Chókwè, tinha sido queimada sem detalhar os motivos. Estas declarações foram feitos durante a «*III[a] Conferência Internacional dos Povos*» em resposta aos questionamentos das organizações sociais filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*».

Em 2017, a coordenação do ProSAVANA informou também que havia uma ideia clara de que o país não iria aderir o uso dos OGM´s por causa do seu impacto negativo para a saúde pública e para o meio ambiente, mas as críticas e os questionamentos das organizações sociais, sobretudo, ambientalistas e camponesas, foram ignoradas no processo. A decisão tomada pelo MCTETSTP e pelo MASA que dá espaço para o uso de OGM´s na produção agrícola no país, fere com os princípios democráticos que são produtos de lutas sociais dos moçambicanos e, principalmente, dos camponeses.

4.3. Organismos Geneticamente Modificados (OGM): uma solução para os problemas agrários em Moçambique?

No atual contexto da modernização da agricultura, as sementes nativas/crioulas têm sido responsabilizadas pelas autoridades governamentais pelos supostos baixos níveis de produção e produtividade no país. Neste entendimento, para a elevação dos níveis de produção e produtividade agrária do país, passa por uma mudança na

[110] Informação disponível em: http://www.opais.sapo.mz/semente-do-milho-geneticamente-modificado-pode-aumentar-producao-da-cultura. Acesso: 16/09/2019.

abordagem. A mudança da abordagem passa pelo uso de sementes laboratoriais, sobretudo, dos OGM´s no processo produtvo. Os OGM´s têm sido vistos pelas autoridades governamentais como a solução dos problemas agrários que o país enfrenta.

O uso de OGM´s na produção agrícola, por exemplo, tem estado a dominar o debate em torno da questão agrária moçambicana. De realçar que neste debate, observa-se clivagens *político-ideológicas* entre os envolvidos. De um lado, está o governo a defender o seu uso na produção agrícola, destacando que, além de não ser uma ameaça à saúde pública e ao meio ambiente, os OGM´s garante a maior produção e produtividade aos produtores. O governo destaca ainda que, os OGM´s são resistentes à seca e a pragas, daí que torna-se importante o seu uso na produção agrícola no país.

Recentemente, o candidato da FRELIMO (e presidente eleito) nas eleições de Outubro de 2019, destacou é imperativo o uso de OGM´s na produção agrícola no país para atingir os níveis elevados de produtividade. Num comício popular realizado na província de Gaza em Outubro de 2019, no distrito de Massingir, Filipe Nyusi que concorria a sua própria sucessão à presidência da república pelo partido FRELIMO, afirmou que "é preciso geneticamente modificar as sementes […], é preciso pensar como combater as pragas, como combater as doenças para que o nosso produto seja de qualidade"[111].

Como se poder ver, Filipe Nyusi, presidente eleito pelo partido FRELIMO para o seu segundo mandato (2020-2025) é favorável ao uso de sementes transgênicas na produção agrícola sob alegação do combate as pragas e a produção de alimentos de qualidade. Por de trás da ideia do combate às pragas, o uso de sementes transgências na produção agrícola é associado também com a elevação dos níveis de produtividade no país. Do outro lado, estão as organizações da sociedade civil defensoras do meio ambiente, dos direitos humanos, organizações camponesas a rebater o discurso governamental, destacando os impactos negativos das sementes transgênicas para a reprodução social do campesinato, saúde pública e a biodiversidade biológica.

Por parte das autoridades governamentais, nota-se uma certa euforia no que tange ao uso dos OGM´s na produção agrícola. De realçar que, essa euforia por parte das autoridades governamentais acontece numa altura em que as alertas no mundo sobre os impactos negativos das sementes transgênicas, sobretudo, na esfera social e ambiental, passaram a ser recorrentes. Existem estudos importantes que trazem a vista os problemas

[111] Este discurso foi captado na peça noticiosa da STV, exibida na noite (Jornal da Noite) do dia 03/10/2019.

gerados pelo uso de sementes transgênicas na produção agrícola. Destes estudos importantes para a compreensão dos problemas gerados pelo uso de sementes sementes transgênicas na produção agrícola, pode-se citar, por exemplo, de Zanoni e Ferment (2011), de Altieri (2012) e de Porto-Gonçalves (2017).

Neste sentido, endentemos que estes estudos são importantes para a desmistificação da tese do governo, segundo a qual, os OGM´s não são prejudiciais à saúde pública e biodiversidade, destacando apenas a sua importância para o aumento dos níveis de produção e produtividade. A tese defendida pelo o IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique) em representação do MASA (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar) durante a divulgação dos resultados do ensaio sobre os OGM´s onde afirma que a variedade do milho *Bt* testado no distrito de Chókwè, na província de Gaza, não constitui um risco para a saúde pública e ao meio ambiente, é contestada por alguns estudos científicos (*cf.* ALTIERI, 2012; FUCHS, 2012; ANDIROLI, 2012; MARQUES, 2015).

Embora o governo moçambicano ignore os fatos, cientificamente está comprovado que o uso de sementes transgênicas na produção agrícola, representa uma ameaça tanto para a humanidade como para a biodiversidade biológica. Os OGM´s são consideradas "sementes do mal" (*cf.* Fuchs & Andrioli, 2012), pois silenciosamente, contaminam os alimentos e os solos e com eles, a biodiversidade, sobretudo, quando usados na produção agrícola. Além de terem impactos negativos sobre a saúde pública, "os transgênicos são uma tecnologia de risco sem benefícios à maior da população, com enormes efeitos destrutivos sobre o meio ambiente" (ANDRIOLI, 2012, p. 263).

As sementes transgênicas têm como *irmã gêmea*, os agrotóxicos. O uso de OGMs na produção agrícola significa igualmente a aplicação de mais agrotóxicos numa determinada cultura, seja ela de milho, soja, algodão, etc. O agronegócio torna-se grande produção e produtividade mediante o uso destes pacotes tecnológicos frutos da *revolução verde*. Cada variedade de semente transgênica tem o seu próprio tipo de agrotóxico, o que quer dizer que, tem sido liberado também vários agrotóxicos para garantir os elevados níveis de produção e de produtividade agrícolas. Na opinião de Ferment (2011, p. 109) "as plantas transgênicas foram desenvolvidas para serem usadas no modelo da revolução verde, no sentido que estão adaptadas aos sistemas monoculturais, com uso intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos".

Neste sentido, se a intenção é para os agricultores atingirem maiores níveis de produção e produtividade agrícola, depois de oficializar o uso de OGM´s, o governo

moçambicano, o passo a seguir é liberar também o uso massivo de agrotóxicos. É por causa da ação combinada das sementes transgênicas com os agrotóxicos que verifica-se a reprodução da *barbárie* no campo, caracterizada pela contaminação dos alimentos e da biodiversidade. A ideia de que as sementes visam ajudar os camponeses, precisa ser desmistificada, pois elas são prejudiciais ao seu modo de vida.

Igualmente, a ideia de que ao usar estas sementes, os camponeses irão aumentar os níveis de produção e produtividade, é enganosa. Os OGM´s podem trazer maiores níveis de produtividade para os produtores, mas sem o uso de agrotóxicos, é quase impossível. Para dizer que, sem aplicar agrotóxicos no processo produtivo, o agronegócio não é necessariamente, a grande produção e produtividade agrícola no campo. A semente de milho transgênica não é a grande produção e produtividade quando comparada com a semente nativa/crioula. Andrioli (2012, p. 2012, p. 260) afirma que "os milhos transgênicos liberados não produzem mais que o milho convencional".

Neste contexto, a ideia segundo a qual, os OGM´s são a solução para a segurança alimentar é reducionista. Altieri (2012) afirma que embora as sementes transgênicas "possam se mostrar produtivos e, em alguns casos, economicamente, rentáveis, [...] há evidências suficientes para sugerir que [...] não são realmente necessários para atender aos problemas para os quais foram projetados". Neste sentido, se o governo moçambicano quiser oficializar o uso de OGM´s com a pretensão de acabar a fome no país, os objetivos pretendidos podem não ser alcançados, pois cientificamente, está comprovado que agricultura camponesa têm-se notabilizado no mundo ao produzirem maior quantidade alimentos saudáveis que vão diretamente a mesma dos cidadãos.

Caso seja oficializado o uso de OGM´s na produção agrícola no país, a tendência é que os camponeses fiquem reféns da multinacionais ligadas a indústria de sementes e de fertilizantes.Significa também que a médio e longo prazo o mercado de sementes e de fertilizantes, a tendência é ser dominado e controlado por corporações globais ligadas a cadeia produtiva do agronegócio enquanto modelo dominante na agricultura. No caso das sementes transgênicas, a sua monopolização pelas empresas produtoras das mesmas, se transforma num mecanismo de materialização das relações de poder.

Sendo sementes que apenas produzem e não reproduzem, os camponeses são forçados a comprá-las em cada época agrícolas, e isto, cria dependência. As multinacionais produtoras de sementes, usam esta dependência dos camponeses às sementes transgênicas para dominá-los politicamente. Esta relação tem aprofundado ainda mais as desigualdades sociais, uma vez que as assimetrias de poder têm sido

maiores, sendo os camponeses, os dominados pelas multinacionais. Para Bruno (2008, p. 91) "a questão dos transgênicos também expressaria assim uma forma de dominação e de poder, em especial das indústrias transnacionais e das grandes corporações. Significaria uma visão estreita que aprofunda as desigualdades sociais". Em quase todos os lugares onde a modernização da agricultura se consolidou, o cenário tem sido de dependência dos camponeses as multinacionais, sobretudo, para a compra de sementes e agrotóxicos. Para Andrioli (2012), nos países onde se usa OGM´s no processo produtivo:

> a liberação do milho [transgênico] foi realizada de maneira forçada a partir dos interesses de poucas multinacionais, interessadas na cobrança de *royalties* (taxas sobre o uso desta tecnologia apropriada em forma de patentes) (ANDRIOLI, 2012, p. 263).

No caso de Moçambique, a realidade mostra que essa tentativa de aprovação do uso de OGM´s na produção agrícola, é resultado da pressão externa, sobretudo, nas multinacionais que estão na cadeia produtiva do agronegócio, com destaque para as indústrias de sementes (sem, no entanto, deixar de lado, as de agroquímicos). Caso o uso de OGM´s seja aprovado no país, significa também que as sementes nativas, aquelas que ainda são utilizadas pelos camponeses, estão num eminente risco de desaparecerem.

Igualmente, estudos (*cf*. Altieri, 2012; Neto, 1982) revelam que não são os OGM´s em si que combate as pragas como o governo moçambicano proclama. O que combate as pragas são os agrotóxicos utilizados na produção agrícola, mesmo assim, eles também não são uma solução definitiva para os problemas agrários no campo. É por isso que, os OGM´s devem sempre estar em sintonia com o tipo de agrotóxico utilizado numa determinada cultura. Altieri (2012) afirma que:

> [...] os sistemas de culturas transgênicas [...] são caracterizados por monoculturas que podem reduzir o uso de herbicidas ou um determinado inseticida [nos primeiros anos], mas que ainda são fortemente dependentes de agrotóxicos para controlar os insetos ou plantas espontâneas que a planta transgênica por si só não consegue controlar (ALTIERI, 2012, p. 60).

Os agrotóxicos não são também uma solução definitiva porque quando usados na produção agrícola, eles não atacam o fator que faz com que as pragas surjam numa determinada unidade de produção. O que acontece de fato, é que ataca-se apenas os insetos-pragas que são a face visível de um fenômeno tão estrutural na produção agrícola. Neto (1982) afirma que:

> […] os agrotóxicos sintéticos foram uma forma cômoda e rápida, mas não muito inteligente para controlar os insetos-pragas que surgiram na agricultura. Assim, como as curvas de nível para controlar a erosão, o uso de inseticidas atua no sintoma mais visível – a praga –, mas não ataca a causa dos fenômenos (NETO, 1982, p. 103).

Os agrotóxicos eliminam grande parte dos insetos-pragas na lavoura, mas não os elimina definitivamente. Isto quer dizer que, na medida em que se tenta eliminar os insetos-pragas na produção agrícola, mais tarde eles ressurgem e com mais intensidade (*cf*. Neto, 1982), e situação compromete, sobremaneira, os resultados esperados pelos agricultutores. Para Neto (1982):

> A introdução de um inseticida como meio de controle de pulgões, vai dezimar boa parte da população. A primeira vista, o resultado parece excelente. Mas, o aniquilamento dos inimigos naturais e a supressão de outros tipos de controle naturais fá com que, em pouco tempo, o ataque de pulgões seja mais severo. É o fenômeno de ressurgência (NETO, 1982, p. 105).

Alguns autores (*cf.* Neto, 1982) têm aconselhado o combate natural dos insetos-pragas, embora esse método tenha também problemas sob ponto de vista de eficácia. Há um entendimento segundo o qual, o combate natural dos insetos-pragas, embora não faça estes predadores desaparecerem nas lavouras, os mesmos não aumentam também e os dados às culturas são menores do que quando se usa agrotóxicos. Neto (1982, p. 105) avança com algumas alternativas de combate aos insetos-pragas, onde afirma que "ou então, podem ser controlados pelas águas de irrigação, por cinzas ou pelo esmagamento com as mãos. Os pulgões não desaparecem, mas também não aumentam muito, causando pequenos danos nas plantas".

A cultura de milho transgênica *Bt*, a mesma que o governo moçambicano que pretende oficializar para o seu uso na produção agrícola, tem mostrado resistência a determinados praga-insetos, mas desta vez, resistentes a qualquer tipo de produto químico. A esse respeito, Neto (1982, p. 103) faz saber que "através da resistência, desenvolvida geneticamente pela população de insetos, estes se tornam imunes às aplicações dos inseticidas mais utilizados na agricultura". Nesta mesma perspectiva, Andrioli (2012) faz saber também que:

> Trata-se, como se sabe, de um milho resistente a determinados insetos e a um herbicida. O efeito dessa tecnologia, em longo prazo, já foi constatada: a exposição dos insetos a altas dosagens de um mesmo produto (nesse caso, à toxina produzida pela batétria *Bacillus thuringeriensis*, em concentração que variam enormemente e mesmo sem que os insetos esteja operando como pragas) conduz a resistência por parte desses insetos ao produto, os quais se reproduzem (ANDRIOLI, 2012, p. 260-261).

A partir desta evidência, pode-se dizer que, a alegação do governo de que o uso de sementes transgênicas na produção agrícola no país, sobretudo, a cultura de milho variedade *Bt*, visa combater e controlar as pragas, cientificamente ela é falaciosa. O uso da semente transgênica de milho variedade *Bt*, provoca outros problemas mais difíceis de

combater-se naturalmente. A milho variedade *Bt*, segundo Altieri (2013) tem atingido negativamente os inimigos naturais de pragas-insetos, considerados como sendo predadores benéficos, provocando assim, um desequilíbrio biológico nos agroecossistemas locais. Nas palavras desta autora, lê-se o seguinte:

> A introdução de cultivos transgênicos pode também afetar o equilíbrio biológico das comunidades de insetos nos agroecossistemas. No caso do milho Bt, sabe-se que os inimigos naturais dos insetos-praga podem ser diretamente atingidos pelos efeitos da toxina Bt em nível intertrófico. O potencial de as toxinas Bt se moverem ao longo da cadeia alimentar dos insetos tem sérias implicações para o controlo biológico natural na agricultura. Há estudos que mostram que a toxina Bt pode afetar predadores benéficos que se alimentam de insetos-pragas presentes em cultivos. [...]. Os efeitos em nível intertrófico da toxina Bt levantam sérias inquietações sobre os riscos potenciais impostos ao controle natural de pragas. Os predadores polífagos que se movimentam ao longo do ciclo agrícola, dentro e entre cultivos mistos, certamente, encontrarão presas contendo a toxina Bt. A ruptura dos mecanismos de controle biológico pode resultar em perdas de safras crescentes devido a pragas ou provocar um uso intensivo de agrotóxicos, com consequentes danos à saúde e ao meio ambiente (ALTIERI, 2012, p. 41-42).

Além de impactar negativamente os ecossistemas, os transgênicos criam também dependência do uso de agrotóxicos aos agricultores. Neto (1982, p. 105) afirma que "os agrotóxicos são como drogas: quando se começa a utilizá-los na lavoura é difícil parar com o seu uso" e quem ganha com isso, são as multinacionais produtoras de agroquímicos, na medida em que os camponeses são forçados a comprar para combater os insetos-pragas que surgem nas lavouras. A esse respeito, Altieri (2012) afirma que:

> As culturas transgênicas desenvolvidas para o controle de pragas enfatizam o uso de um mecanismo de controle, o qual já se mostrado muitas vezes falho com insetos, patógenos e plantas espontâneas. Os transgênicos, tendem, portanto, a aumentar o uso de agrotóxicos [...] (ALTIERI, 2012, p. 38).

Por exemplo, quando surgem insetos nas lavouras, são aplicados inseticidas para combatê-los, em caso de aparecer fungos na lavoura, aplica-se fungicidas e finalmente, no caso de surgirem ervas, aplica-se herbicidas. A combinação destes produtos tóxicos no mesmo produto alimentar, torna-se letal em casos de não ter o devido cuidado sanitário. Partindo do pressuposto de que o fim da produção agrícola é ir a mesa dos cidadãos, estes últimos têm sido vítimas, o que quer dizer que, são intoxicadas ao ingerir os produtos do agronegócio que contém elevados níveis de toxidades.

As intoxicações por agrotóxicos dividem-se em agudo e crônicos e a sua manifestação no organismo humano, depende do tempo de exposição dos sujeitos a estes produtos tóxicos. O processo de absorção dos agrotóxicos pelo organismo humano acontece de três maneiras diferentes, entre eles: a ingestão, respiração e absorção térmica,

sendo que as duas últimas afetam mais os trabalhadores e as trabalhadoras que estão ligados diretamente ao processo produtivo (pulverização, processamento, armazenamento, etc.) (*cf.* RIGGOTO & AGUIAR, 2015).

No caso moçambicano, a situação torna-se mais preocupante ainda pelo fato de haver no país uma rede sanitária, que além de ser precária, não consegue diagnosticar certas patologias por falta de condições, sobretudo, tecnologias para o efeito. Por exemplo, em Julho de 2018, foram registrados os casos de intoxicação alimentar por causa de altos níveis de toxidades em produtos como couve. Como resultado desta intoxicação alimentar, duas pessoas morreram e outras 28 pessoas foram internadas em algumas unidades hospitalares na província de Maputo[112].

Não existe até então, o uso seguro dos agrotóxicos na produção agrícola aplicados em sementes geneticamente modificados. As culturas transgênicas de milho e de soja, têm sido as grandes ameaças para a saúde pública já que no processo produtivo usa-se excessivamente veneno (agrotóxicos). Sabe-se, no entanto, que essas duas culturas são utilizadas para a produção de reação animal para alimentação de frangos e entre outros animais. Nota-se também o uso excessivo de agrotóxicos na produção de hortaliças, sobretudo, couve, alface, tomate, repolho, cenoura e entre outros. O mesmo cenário, verifica-se também algumas frutas, com destaque para bananas, laranjas, tangerinas e maçãs, só para citar alguns exemplos.

Na cadeia alimentar (e/ou produtiva) do agronegócio, os consumidores estão em último lugar. Partindo do pressuposto de que trata-se de alimentos produzidos na base de sementes transgênicas e com o uso excessivo de agrotóxicos, estes consumidores, por sua vez, estão expostos a intoxicação alimentar. O famoso documentário intitulado «*o veneno está na mesa*», produzido no Brasil, é uma denúncia dos iscos que os produtos do agronegócios apresentam para a saúde pública, sobretudo, quando consumidos. Além de acontecer por meio dos alimentos e a exposição direta dos trabalhadores assalariados durante a pulverização aérea, o ar, a água, a flora, a fauna, o solo se ambos estiverem poluídos, podem ser potenciais vetores de contaminação e de intoxicação das pessoas que aí vivem e as que se encontram próximos a estes locais.

Nas áreas onde ocorre a pulverização aérea, a situação é grave, pois as pessoas que vivem nas proximidades das lavouras do agronegócio tornam-se cada vez mais vulneráveis a sua contaminação e/ou intoxicação. As crianças pequenas e as mulheres

[112] Para mais detalhes, consulte em: https://www.dn.pt/lusa/interior/dois-mortos-e-28-hospitalizados-por-intoxicacao-alimentar-em-mocambique-9640401.html. Acesso: 22/02/2019.

gestantes as pessoas mais vulneráveis. As crianças pequenas por ficarem muito tempo no chão brincando com areia, elas estão em eminente risco de intoxicação pelos agrotóxicos se o solo estiver contaminado e/ou poluído. Se o veneno molhar o solo durante a pulverização aérea, ele torna-se um veículo de intoxicação das crianças que aí brincam.

A intoxicação se dá também pelo transporte das águas já poluídas pelos agrotóxicos para residências das pessoas. Isto é recorrente em locais onde as pessoas vivem nas proximidades das lavouras do agronegócio. A intoxicação das pessoas pode se dar também pela migração do *pólen* transportado pelo vento de uma produção de milho, de soja e/ou de algodão, cujas sementes são geneticamente modificadas. Neste sentido, as pessoas que ficam na direção onde vai o vento, elas estão cada vez mais vulneráveis a sua intoxicação e dependendo do grau, pode ser fatal.

Os trabalhadores assalariados das "agroindústrias", estão sujeitos também a transportar produtos tóxicos dos seus postos de trabalho para casa e por via disto, contaminar e intoxicar as pessoas. No caso da produção alimentar, tem sido recorrente a aplicação de vários grupos de agrotóxicos no mesmo produto. Por exemplo, quando saem ervas daninhas na produção, aplica-se herbicidas para combatê-las e isto, acontece também quando saem fungos, aplica-se fungicidas, no caso de insetos, aplica-se inseticidas e no caso de bactérias, aplica-se bactericidas. Quando aplicados desta forma, os agrotóxicos ficam acumulados num determinado produto alimentar e, em termos de saúde pública, pode ser fatal se consumido sem nenhum cuidado.

Como consequência direta do uso dos OGM´s e dos agrotóxicos na produção agropecuária, alguns estudos (*cf.* PORTO-GONÇALVES, 2004; ANDRIOLI, 2012; FUCHS, 2012; MARQUES, 2015; BOMBARDI, 2017) apontam que os consumidores e as consumidoras adquirem câncer (infanto-juvenil e em adultos), alergia da pele, problemas respiratórios, resistência antibiótica, redução da progesterona em células de mamíferos, infertilidade masculina, alterações terratogênicas por via placentária e abortos. A cegueira, a contaminação do leite materno (em que contém resíduos de *glifosato*) e o nascimento de crianças com má formação congênita, cientificamente, têm sido apontados também como sendo patologias resultantes dos agrotóxicos utilizados na produção agropecuária.

Estes problemas de saúde têm sido agudos nas áreas onde ocorre a atividade agropecuária devido ao uso recorrente de OGM´s e excessivo de agrotóxicos no processo produtivo. O fim de tudo isto, tem sido trágico para a espécie humana, pois termina com a morte dos consumidores por intoxicação, sobretudo, aqueles ingerem produtos com

altos níveis de toxidades. Quando um determinado consumidor é intoxicado pelos agrotóxicos ao consumir os produtos advindos do agronegócio, é como se tivesse sido lhe aplicado a "morte adiantada". Dependendo do grau de toxidade do produto, a morte pode ser rápida como também lenta.

Isto revela que as corporações globais ligadas ao ramo de agrotóxicos que atuam também no ramo farmacêutico são fabricantes de incertezas para a humanidade. O estudo de Bombardi (2017) intitulado «*Atlas do uso do agrotóxico no Brasil e conexões com a União Europeia*», é importante para a compreensão deste problema que tem magnitude global. Embora a sua análise tenha sido baseada no Brasil, este estudo é uma verdadeira denúncia a *barbárie* que tem sido reproduzida pelo agronegócio no mundo, onde apresenta uma narrativa contundente que vislumbra as dimensões geopolíticas e geoeconômicas dos agrotóxicos no Brasil.

Este estudo ajuda a desmistificar os *mitos* que segundo os quais, as sementes geneticamente modificadas não são uma ameaça à saúde pública e ao meio ambiente, pois sem agrotóxicos elas não produzem quase nada. Num contexto em que o agronegócio tende a globalizar-se cada vez mais, o olhar de Bombardi (2017), extrapola as fronteiras físicas do Brasil. Este estudo, torna-se relevante para o debate em torno da questão agrária em Moçambique e do Corredor de Nacala, em particular, tendo em conta que discurso dominante incentiva a modernização da agricultura com base no agronegócio, modelo agrário/agrícola por sua vez, exportado do Brasil que entra com o ProSAVANA.

As empresas que vendem sementes e agrotóxicos são as mesmas que se encontram no mercado de produção de medicamentos (remédios) supostamente para a cura. A *Bayer*, é uma das corporações globais que está ligada aos dois ramos, o primeiro está ligado a produção de agrotóxicos (*Bayer CropScience*), e o segundo, a produção de fármacos (*Bayer HealthCare*)[113]. Se não são as mesmas multinacionais, então, elas funcionam em forma de rede na fabricação, tanto de sementes transgênicas e venenos (agrotóxicos) usados na produção agrícola, como também de antibióticos (atenuantes) para serem consumidos pelos consumidores e dos trabalhadores assalariados em caso de intoxicação. Na opinião de Apoteker (2011):

> A aproximação e a concentração crescentes das empresas multinacionais dos domínios da saúde e da agricultura, em particular dos gigantes farmacêuticos e agroquímicos, ampliaram suas redes junto aos centros de pesquisa e às administrações. Os laboratórios públicos de biologia molecular totalmente

[113] Para mais detalhes, consulte em: https://www.bayer.com/en/products-overview.aspx. Acesso: 18/02/2019.

> independentes (financeiramente) dessas firmas tornaram-se bastante raros. Enfim, devido ao sigilo de fabricação, as portas desses laboratórios onde são elaborados os produtos do porvir não são abertas ao olhar do público (APOTEKER, 2011, p. 85).

A ação sigilosa das multinacionais no processo de produção se sementes transgênicas e os respetivos agrotóxicos, torna-se uma ameaça para a humanidade, pois não se sabe quais as substâncias são misturadas. Andrioli (2012) faz saber que:

> Especialmente no caso do milho transgênico [...], há um enorme risco envolvendo a saúde: foi constatado que cobaias em contato com a toxina produzida pelo *Bacillus thuringiensis* apresentaram sintomas de imunodeficiência. Essa alerta é extremamente preocupante e confirmaria os interesses das multinacionais que pressionam a liberação [dos OGM´s], pois essas também são indústrias de medicamentos (ANDRIOLI, 2012, p. 263).

Como se pode ver, de um lado, essas multinacionais produzem *venenos* (agrotóxicos) para a produção agrícola, os mesmos que têm estado a contaminar os consumidores ao ingerir os produtos com ato teor de toxidade e os trabalhadores assalariados quando usam este produto durante os processos produtivos. E do outro, produzem atenuantes que depois são alocados aos mercados, cujo público alvo são as mesmas pessoas contaminadas pelo agronegócio. Mesmo consumindo os remédios fabricados por estas multinacionais, o paciente não encontra uma cura definitiva, apenas é lhe dado uma possibilidade de adiar a sua morte.

O que acontecer é que este paciente, para a sua sobrevivência torna-se dependente de antibióticos produzidos pelas mesmas multinacionais que o contaminaram por meio de sementes transgênicas e agrotóxicos produzidos por elas e usados na produção agrícola. Para Fuchs (2012) as sementes transgênicas contém genes resistentes aos antibióticos, o que mais uma vez, confirma que os OGM´s são uma ameaça para a saúde pública por meio de *glifosato*. O autor explica que:

> Considerando que antibióticos são utilizados na medicina humana e animal para combater doenças bacteriológicas, genes resistentes a antibióticos – mas não apenas estes – ocupam grande espaço de debate sobre riscos dos transgênicos, pois, com o consumo alimentar de tais construções genéticas, o organismo humano e animal é capacitado a sintetizar uma enzima que desativa o respectivo antibiótico. Assim, pode ocorrer uma resistência antibiótica em seres humanos e animais [...] (FUCHS, 2012, p. 235).

O milho transgênico não contém quase nenhum sabor quando comparado com a semente nativa/crioula de milho usado pelos camponeses no processo produtivo. Em seu estudo, Schlesinger (2013, p. 46) reporta que além de servir para a produção de "ração animal, [...] trata-se de uma variedade transgênica pouco saborosa". Alguns estudos (*cf*. Andrioli, 2012), apontam ainda que todas as variedades do milho transgênico, são as

piores em termos de qualidade para o consumo humano quando comparado com as sementes nativas usadas pelos camponeses no processo produtivo. Andrioli (2012) argumenta que:

> As variedades de milho transgênico liberadas para o cultivo não contém nenhuma vantagem para quem as consome; ao contrário, trata-se de variedades de pior qualidade: uma delas (resistente a insetos) contém, em todas as suas células, uma toxina produzida por uma bactéria que nela foi introduzida para combater determinados insetos; a outra (com resistência a um herbicida secante) permite que o glifosato seja aplicado sobre a planta, resultando em um maior índice de resíduos do produto (ANDRIOLI, 2012, p. 260).

Outra contradição do uso de OGM´s e agrotóxicos na produção agrícola, são os conflitos socioambientais. O milho transgênico é um dos principais responsáveis pelos conflitos socioambientais no campo, evidências mostram que não há coexistência por onde as sementes transgênicas são usadas na produção agrícola entre modelos de produção. Nos locais onde são usadas as sementes transgênicas, emergem conflitos entre modelos de produção.

Estes conflitos envolvem, portanto, o agronegócio que usa sementes transgênicas no processo produtivo e a agricultura camponesa, cuja produção basea-se no uso de sementes nativas/crioulas. Esses conflitos, são uma evidência clara de que estes modelos de produção não coexistem no mesmo espaço produtivo. O que acontece é que, com a introdução de sementes transgênicas num determinado espaço produtivo, as sementes nativas/crioulas usadas pelos camponeses, perdem as suas características naturais. Altieri (2012) afirma, no entanto, que:

> A coexistência de culturas geneticamente modificadas (GM) e culturas não GM é um mito porque já está mais do que comprovado que ocorre, ainda que involuntariamente, uma movimentação de transgenes para além dos seus destinos orginalmente empobrecidos, o que leva a contaminação genética de cultivos crioulos, orgânicos e convencionais. É improvável que os trangenes possam a ser recuperados depois de terem escapado e, portanto, os danos à pureza das sementes não GM são permanente. [...]. O problema da introdução de culturas transgênicas em regiões caracterizadas pela diversidade é que a propagação das características dos grãos geneticamente modificados para variedades locais preferidas pelos pequenos agricultores podem diluir sustentabilidade natural destas sementes (ALTIERI, 2012, p. 40-56).

Já Andrioli (2012), elucida que:

> O caso do milho é o mais grave, pois se trata de uma planta com polinização aberta e cruzada. Neste caso, a contaminação das lavouras [que estão nas proximidades] é inevitável, impedindo qualquer possibilidade de coexistência entre cultivos transgênicos e convencionais (ANDRIOLI, 2012, p 260).

No caso da semente transgênica de milho variedade *Bt*, a mesma testada pelo governo moçambicano em que avança sobre a necessidade de usá-la no processo produtivo, tem efeitos negativos sobre o meio ambiente. Altieri (2012) afirma que:

> [...] os efeitos ambientais negativos não se limitam aos cultivos e aos insetos. As toxinas Bt podem ser incorporadas ao solo junto com restos culturais dos cultivos transgênicos no momento em que a terra é arada após a colheita. As toxinas podem persistir dois ou três meses, resistindo à degradação ao se prenderem as partículas de argila e de ácidos húmicos presentes no solo, enquanto continuam mantendo sua atividade tóxica. Tais toxinas ativas acabam se acumulando no solo e na água a partir dos resíduos de folhas de transgênicos e podem impactar negativamente o solo e os invertebrados aquáticos, assim como os processos de reciclagem de nutrientes. O fato da toxina Bt manter sua propriedade inseticida e estar protegida da degradação microbiana, persistindo em vários tipos de solos por pelo menos 234 dias, é uma série preocupação para os agricultores que não podem comprar fertilizantes químicos. Ao contrário, esses agricultores recorrem aos resíduos locais, à matéria orgânica e aos microrganismos do solo para melhorar a fertilidade (espécies-chaves de invertebrados, fungos ou bactérias), que podem acabar sendo negativamente afetada pela toxina ligada ao solo (ALTIERI, 2012, p, 42-43).

Através do milho transgênico variedade *Bt*, se tem a *poluição genética*, o que quer dizer que, mesmo sem usar diretamente, os camponeses mais próximos da lavoura do agronegócio podem ser contaminados. Este tipo de poluição acontece, sobretudo, pela água das chuvas ao serem escoadas da lavoura do agronegócio para as unidades de produção camponesa e a produção acaba sendo contaminada durante este processo. Isto desemboca em fortes conflitos sociais, pois quando atingida, a produção dos camponeses, muitas vezes, não desenvolve com naturalidade.

A contaminação pode se dar ainda por via de transporte de *pólen* feito pelo vento de uma lavoura do agronegócio para as unidades de produção camponesa. Neste primeiro caso, mesmo estando distantes, as unidades de produção camponesa, podem ser atingidas pelo *pólen*, causando assim a contaminação da produção familiar (*cf*. PORTO-GONÇALVES, 2004, 2017). Embora oficialmente até agora não tenha sido registrado um caso de contaminação da produção camponesa pelo *polén* transportado pelo vento das lavouras do agronegócio em Moçambique, existem hipóteses que este conflito esteja a acontecer. Para tal, é necessário efetuar estudos mais aprofundados com vista a apurar os fatos.

Já o uso de agrotóxicos na produção agrícola sempre gerou conflitos sociais com os camponeses. No caso dos agrotóxicos, a pulverização aérea é uma das que tem gerado conflitos sociais no campo entre o agronegócio e o campesinato. Nos países onde o agronegócio é expressão maior no campo como acontece no Brasil, os conflitos

socioambientais estão ligados com o uso de agrotóxicos na produção agrícola[114]. Em Moçambique, já há registro de conflitos socioambientais resultantes do uso de agrotóxicos na produção agrícola. Este conflito já se registra em Moçambique, sobretudo, nas áreas onde o agronegócio tem expressão maior.

É visível nas áreas onde predomina o agronegócio de eucaliptos e foi notório na província de Manica e Zambézia, sobretudo, no distrito de Ile, onde opera a *Portucel Moçambique*. No caso destas empresas de plantação florestal, na maioria das vezes, as culturas dos camponeses não desenvolvem por conta da contaminação pelos agrotóxicos usados na produção de eucaliptos. Esse conflito é recorrente em Lioma, no distrito de Gurué, onde opera *AgroMoz*, empresa agrícola do agronegócio de soja e milho. Esta empresa tem realizado pulverizações aéreas a partir de aviões agrícolas, sendo que na maioria dos casos, tem contaminado as culturas de subsistência dos camponeses, além de intoxicar as famílias locais. Além disso, quando chove, parte da água tem sido escoada para machambas camponesas.

Outro caso é da *Hoyo-Hoyo*, empresa agrícola que viabiliza o agronegócio de soja e milho no distrito de Gurué, sobretudo, na localidade de Ruace. Nesta empresa, constatou-se o escoamento de água das lavouras da empresa, para as áreas onde trabalham e vivem as famílias camponesas. Já na área da *MOZACO*, empresa agrícola produtora da cultura de soja e algodão na vila de Malema, foi constatado também o escoamento de água de chuvas para as áreas onde os camponeses produzem suas culturas de subsistência.

O mesmo tipo de conflito foi referenciado pelos camponeses do distrito de Monapo e destacaram que as suas machambas têm sido contaminadas pela empresa *Matanuska* que viabiliza o agronegócio de bananas. Este tipo de conflito, é pouco discutido em Moçambique, mas em locais onde o agronegócio tem-se expandido, ele existe. Aliás, os próprios camponeses também pouco sabem que estão a ser contaminados pelas empresas agrícolas que operam nas suas proximidades.

Partindo do pressuposto de que nos distritos descritos, a queda pluviométrica tem sido regular, a tendência deste tipo de conflito será de aumentar. Mas, vale lembrar que, nem toda a água da chuva infiltra e/ou fica estagnada. Pelo contrário, parte da água da chuva é escoada para os rios próximos e este fato foi constatado na vila de Malema e no distrito de Gurué, onde opera a *AgroMoz* e a *Hoyo-Hoyo*, neste caso, nas localidade de Lioma e Ruace, respectivamente. A mesma situação de escoamento de águas de chuvas

[114] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Fabrini e Ross 2014).

das propriedades das empresas do agronegócio tem acontecido com recorrência no distrito de Monapo e foi descrita pelo presidente da União Distrital de Camponeses de Monapo (UDCM). O escoamento das águas contaminadas representam um risco, não apenas para a biodiversidade aquática, mas também para a saúde pública.

Os dados estatísticos levantados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) referente ao censo populacional de 2017, mostram que maior parte da população moçambicana vive no meio rural e consome água diretamente dos rios. O consumo de água contaminada pelos agrotóxicos, pode ser fatal para os consumidores. O consumo de água contaminada por agrotóxicos usados na produção agrícola, pode ser um dos vetores de transmissão de determinadas patologias de natureza hídrica. Os processos modernos na agricultura, têm trazidos sérios problemas, não apenas sob ponto produtivo, mas também para a saúde pública e ao meio ambiente.

Num país como Moçambique onde a rede sanitária é precária e inacessível para todas as pessoas, sobretudo, no meio rural, aonde milhares de famílias consome diariamente a água dos rios, os mesmos que têm sido usados pelas empresas agrícolas e contaminados pelas águas das chuvas, escoadas das lavouras do agronegócio, a situação pode vir a ser trágica sob ponto de saúde pública. Por sua vez, tratando-se de um país em que depende de outros países para diagnosticar determinadas patologias, no caso de de doenças resultantes do consumo de produtos do agronegócio como as que foram mencionadas anteriormente, a situação pode vir a tornar-se mais grave ainda sob ponto de vista da saúde pública.

Os custos da tecnificação dos processos produtivos na agricultura, tornam-se cada vez mais complexos, pois pressupõe a expansão da monocultura e, consequentemente, o uso intensivo dos pacotes tecnológicos. Os problemas socioambientais que advém deste processo, nem sempre têm solução definitiva. No entanto, há uma necessidade de questionar o lado humano da própria ciência que fábrica os pacotes tecnológicos usados na produção agropecuária, pois mais do que responder os problemas os quais alega ser solução, aliado a ideologia da globalização, nota-se apenas a reprodução de perversidades no mundo, algumas das quais, já se observam em Moçambique.

A decisão do governo, segundo a qual os OGM´s podem ser utilizados na produção agrícola no país, no caso da cultura de milho, com vista aumentar os níveis de produção e produtividade, ela é técnica e política, visa responder os objetivos dos planos de governação e os interesses do capitalismo global. Nota-se, no entanto, um esvaziamento do debate sobre as implicações negativas dos OGM´s para a saúde pública

e ao meio ambiente e isto, demonstra que, por parte do governo, não existem nenhum interesse em abordar este assunto nesta vertente, mesmo num contexto em que as organizações das sociedade civil contestam a legalização e a entrada das sementes transgênicas no país.

Foram os tecnocratas do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) que de forma conjunta, chegaram à conclusão de que os OGM´s não trazem problemas para a saúde pública e ao meio ambiente, destacando a sua importância na elevação dos níveis de produção e produtividade e a suposta resistência a pragas e a seca. Por isso, ter apenas técnicos e não cientistas sociais e das humanidades numa instituição, o resultado tem sido este, autoriza-se o uso de OGM´s na produção agrícola, sem evidências empíricas e concretas.

As autoridades governamentais veem a técnica como a solução do problema que mina agricultura moçambicana, ignorando o essencial, neste caso, a humanidade e a biodiversidade. Mas, mais do que ser a solução do problema como as autoridades moçambicanas pensam, existem evidências de que a técnica tem sido a principal causadora de problemas no mundo. No caso moçambicano, o uso de OGM´s na produção alimentar, existem possibilidades de vir a ser trágico para o país, tendo em conta os seus impactos negativos, tanto para a saúde pública como para o meio ambiente. A esse respeito, Nodari (2011) afirma que:

> […] a respeito dos riscos de OGMs, torna-se indispensável que a liberação para plantio e consumo em larga escala de plantas transgênicas seja precedida de uma análise criteriosa de risco, respaldada em estudos de impacto ambiental, situações de riscos à saúde humana, bem como as implicações socioeconômicas e culturais, com a utilização da estratégia holística e não reducionista/descontextualizada (NODARI, 2011, p. 59).

E Apoteker (2011), acrescenta que:

> […] as consequências dos cultivos geneticamente modificados sobre o meio ambiente, o modo de vida e a escolha do modelo agrícola, necessitam um debate público indubitavelmente maior do que o uso de OGM em meio confinado (APOTEKER, 2011, p. 95).

A decisão sobre o uso de sementes transgênicas no caso dos OGM´s está sendo tomada ao mais alto nível da "nação", isto é, de "cima para baixo". Não há um debate público, democrático e inclusivo, apenas as autoridades governamentais avançam com a ideia, segundo a qual "é preciso modificar geneticamente as sementes" como o candidato e presidente da FRELIMO e da república, Filipe Nyusi se referiu durante a campanha

eleitoral no distrito de Massingir, em Outuburo de 2019. As instituições do Estado responsáveis pelos testes da semente transgênica variedade *Bt* realizados num confinamento localizado no distrito de Chòkwè, neste caso, o IIAM e o MCTESTP, vão na mesma direção, pois alegam que os OGM´s serem importantes para o país, destacando que além de não constituir uma ameaça para a saúde pública e ao meio ambiente, as mesmas sementes, se usadas pelos camponeses podem aumentar os seus níveis de produção e produtividade, embora a ciência contrarie parte destas alegações.

Numa altura em que há evidências empíricas de que os OGM´s são um verdadeiro atentado a saúde pública, como também para a biodiversidade, sobretudo, quando usados no processo produtivo, o papel dos deputados da Assembleia da República (AR) é importante para travar-se o avanço destas sementes por constituírem uma ameaça para a "nação" inteira. Afinal, trata-se da soberania alimentar do povo que está sendo ameaçada com a entrada de OGM´s no país. Aliás, a própria alimentação é também uma questão de "nação" que precisa ser defendida e protegida pelo próprio Estado, na medida em que serve como base identitária de um povo.

Mas, nota-se um silêncio por parte dos deputados e das deputadas que se dizem ser reprentantes do povo, isso num contexto em que os movimentos sociais têm denunciado por meio de comunicados de imprensa exibidos nas televisões, publicados em jornais e também oralmente durante os eventos. Para os deputados aparecerem a posicionar-se sobre os OGM´s, precisam ter no mínimo, uma base científica e empírica sobre esta matéria. Mas, a qualidade sob ponto de vista de formação acadêmica de alguns dos deputados da Assembleia da República, deixa pouco a desejar, na medida em que nota-se um esvaziamento político e desconhecimento sobre esta e outras matérias que apoquentam a sociedade moçambicana no geral.

Poucos deputados defendem os interesses da "nação", se não de classes, as quais pertencem. Essa defesa de interesses de classes se verifica em quase todos os partidos políticos com representação na Assembleia da República, sobretudo, dentro do partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e do MDM (Movimento Democrático de Moçambique). É crítico ver os deputados da FRELIMO que têm aprovado quase todas iniciativas do governo, a permanecer no silêncio, tendo em conta que eles são maioria na Assembleia da República. Se de fato os deputados da FRELIMO representam e defendem os interesses do povo moçambicano, num momento em que o governo o qual sustentam procura a todo o custo viabilizar a entrada de OGM´s no país, o seu papel torna-se importante.

Por serem a maioria na Assembleia da República, os deputados da FRELIMO podem forçar o governo a repensar na decisão que avança no sentido de liberar o uso de OGM´s no país. Mas, como alguns membros da FRELIMO são capitalistas e têm interesses no agronegócio, pode ser difícil eles votarem contra os OGM´s no país. Alguns destes deputados, têm terras ao longo do país e nalgum momento e a oficialização do uso de OGM´s no país pode transfomar-se numa oportunidade para fazer negócio, colocando-as a produzir, como também estabelecerem alianças com investidores estrangeiros para a partir deste mecanismo, extraírem a renda (diferencial) da terra, mesmo que de forma subordinada.

Nas universidades, o debate sobre os riscos dos OGM´s e dos agrotóxicos para a saúde pública e o meio ambiente, é quase inexistente. É importante que os/as pesquisadores/as avancem com pesquisas paralelas com vista a trazer evidências mais detalhadas e aprofundadas para contrapor algumas decisões que têm sido tomadas pelo(s) governo(s), às vezes, sem nenhum debate público democrático e inclusivo. Em relação a saúde pública, as cidades de Maputo e Matola por estar próximo da África do Sul, onde usa-se OGM´s na produção agrícola, existem possibilidades de que as populações estejam a consumir grandes quantidades de venenos. Mesmo assim, não existe estudos que analisam este fenômeno nestas duas cidades.

Existe também a possibilidade do país estar a usar OGM´s mesmo sem liberar o seu uso na produção agrícola. Num país onde a fiscalização é quase inexistente por causa da inoperância das instituições do Estado é possível que os OGM´s estejam a entrar de forma clandestina no país. Os OGM´s chegam as mãos dos camponeses por meio dos capitalistas com interesse em mercadorias com as de soja e milho para a produção de ração animal para alimentar frangos. Na maioria das vezes, os camponeses não sabem que tipo de semente se trata, apenas avançam em produzir nas suas terras, com a promessa de que já tem mercado e que toda a produção será comprada por estes mesmos capitalistas que deixaram sementes e isso foi constatado no distrito de Monapo.

Contudo, se o governo moçambicano quer alcançar a modernização agrícola, terá que usar estes pacotes tecnológicos considerados como nocivos à saúde pública e a biodiversidade, mesmo numa situação em que estão sendo contestados pelos movimentos sociais no país. Sob égide da modernização que se propõe, que é por meio da expansão do agronegócio em grande escala, só se pode alcançar níveis elevados de produção e produtividade se forem utilizados OGM´s e agrotóxicos na produção agrícola.

CAPÍTULO 5
EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO SOBRE AS MACHAMBAS CAMPONESAS E NOVAS DINÂMICAS PRODUTIVAS NO CORREDOR DE NACALA

Este capítulo procura analisar o processo de reordenamento produtivo do Corredor de Nacala pelo Estado. Ao reordenar o Corredor de Nacala, o Estado pretende torná-lo mais produtivo e competitivo. A competitividade do Corredor de Nacala é vista pelas autoridades governamentais sob ponto de vista da sua ocupação pelas grandes corporações agrícolas ligadas ao agronegócio. De modo particular, aqui nos interessa compreender as intensas transformações deste território habitado por milhões de famílias camponesas desde a primeira década do século XXI.

Este capítulo compreende quatro seções. Na primeira seção, analisa-se processo de reordenamento produtivo do Corredor de Nacala e seus desdobramentos sócio-territoriais. Na segunda seção, a análise cinge-se na apresentação da geografia social e econômica do Corredor de Nacala. Na terceira seção, por exemplo, discute-se o processo de apropriação do Corredor de Nacala pelo capital monopolista e as transformações sócio-territoriais em curso neste território. Esta terceira seção, está dividida em subseções, onde analisa-se os programas e/ou iniciativas do agronegócio visitados durante a pesquisa do campo e os desdobramentos sócio-territoriais dos mesmos. Na quarta seção, procura-se trazer a ribalta a discussão sobre os conflitos sociais e as lutas camponesas por terras no Corredor de Nacala.

Para auxiliar estas análises, usar-se-á a seguinte bibliografia: Anfred (2001), Selemane (2017); Smart e Hanlon (2014), Mosca e Bruna (2015); Mandamule (2017); Mandamule e Bruna (2017); Macaringue (2017) e entre outros. Por sua vez, contará também com uma bibliografia complementar dos seguintes autores: Olivira (2014), Ploeg (2008); Lênin (2012); Harvey (2004; 2005; 2017; 2018); Martins (1980; 1988), Santos (2013); Funada-Classen (2013); Fingermann (2013); Clements e Fernandes (2013); Schlesinger (2013); Aguiar e Pacheco (2015); Clements (2016); Inocêncio (2010; 2016); Pessôa (1988; 2015) Pessôa e Inocênico (2014) e entre outras.

5.1. Reordenamento produtivo do Corredor de Nacala: contexto, propósitos e contradições

Desde a primeira metade do século XXI, o Corredor de Nacala tem chamado atenção de vários/as pesquisadores/as de diferentes quadrantes do mundo em que procuram compreender a geografia que está sendo produzida nesta região. Além de

iniciativas privadas para a expansão de *commodities*, encontram-se também outras que são implementadas pelo Estado com a mesma racionalidade produtiva. Ambas iniciativas, sejam elas privadas ou estatais, têm trazido novas configurações e transformações nesta região do país.

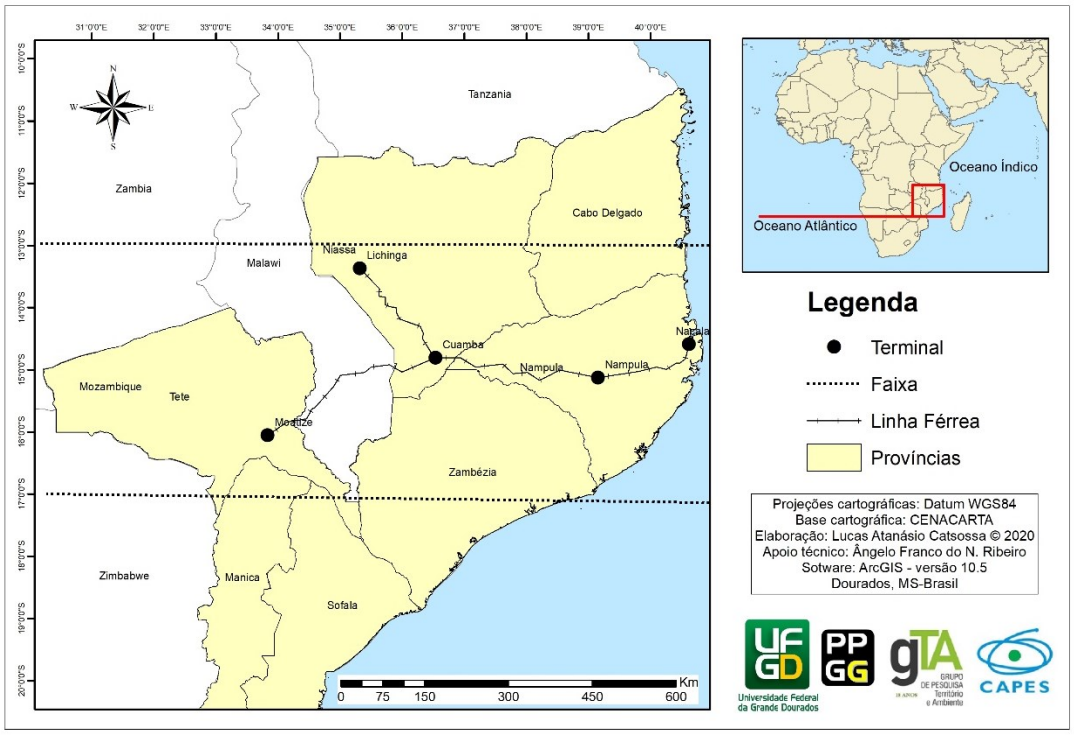
Além das iniciativas que vêem sendo implementadas pelo Estado, nota-se também um forte interesse das elites ligadas ao partido FRELIMO e dos capitalistas nacionais pelo agronegócio, cuja integração ao capitalismo global se dá de forma subordinada aos capitalistas estrangeiros. As elites frelimistas e os capitalistas nacionais, por serem descapitalizadas, no negócio entram com a terra e os capitalistas estrangeiros, com o capital, conhecimento, tecnologia e entre outros meios de produção. Essas alianças são recorrentes do Corredor de Nacala e as mesmas, têm contribuído significativamente para a sua transformação e integração na economia global por meio de *commodities*.

O Corredor de Nacala faz parte dos seis (6) Corredores de desenvolvimento criados pelo Estado na primeira década do século XXI. Além do Corredor de Nacala, outros corredores existentes no país, destacam-se os seguintes: Maputo, Limpopo, Beira, Vale do Zambeze, Nacala e Pemba-Lichinga. A maior parte destes corredores têm sido, sobretudo, os que se localizam nas regiões norte e centro do país, têm alvos de grandes investimentos, sobretudo, para o setor da agricultura para a produção de *commodities* agrícolas para a exportação e o destaque vai para o Corredor de Beira[115] e o Corredor de Nacala. Todos esses corredores são tidos como "Zonas Econômicas Especiais – ZEE"

[115] No caso do Corredor da Beira, por exemplo, tem sido também palco de grandes investimentos, sobretudo, nos setores de infra-estruturas e agricultura, respetivamente. Além disso, no Corredor da Beira *jazem* também os interesses das elites frelimistas e os seus negócios estão distribuídos em vários setores, a começar dos transportes e comunicação e quase toda a cadeia logística, sobretudo, a linha-férrea, nos negócios com a terra e outros recursos naturais do solo (recursos florestais) e do sobolo (minérios). Em termos de infra-estruturas, o Corredor da Beira tem sido restruturado para entender os interesses do mercado, sobretudo, do *Interland* para o escoamento de produtos diversos tanto via terrestres (*cf.* SELEMANE, 2018; AIUBA, 2019). Já no setor agrário, nota-se a presença massiva do capital financeiro, sobretudo, na produção de *commodities* diversas, sendo os mais importantes, a cana-de-açúcar, eucaliptos, macadámias, soja, tangerinas, toranjas e entre outros. Neste processo, são ocupadas grandes extensões de terras para a produção destas mercadorias. Das corporações agrícolas que operam no Corredor da Beira, destacam-se, a *Companhia de Vanduzi*, a *Portucel Moçambique*, a *MACS IN MOZ*, a *Açucareira de Xinavane* e entre outras. De realçar que, algumas destas empresas tem obtido terras, às vezes, de forma ilícita, comprando com as comunidades locais, num esquema que também envolve as autoridades tradicionais (líderes comunitários e régulos) e entre outros atores (*cf.* MANDAMULE & JÚNIOR, 2019). Importa referenciar que, a ocupação destas terras tem gerado conflitos sociais e, posteriormente, disputas paradigmáticas envolvendo camponeses e corporações agrícolas. Uma das empresas agrícolas que está em conflito permanente, disputando terras com os camponeses locais é a *Portucel Moçambique*, aonde viabiliza o agronegócio de eucalipto nos distritos de Bárue, Gondola, Manica, Mussorize e Susundenga, na província de Manica. A empresa agrícola MACS IN MOZ que viabiliza o agronegócio de macadámias no distrito de Sussundenga, também está num eminente conflito, pois além de cercar as famílias camponesas, nota-se também a apropriação da água para fins de irrigação dos campos agrícolas.

e/ou como “Polos de Desenvolvimentos – PD” pelo Estado. Atualmente, o Corredor de Nacala, compreende uma área geográfica composta por cinco (5) províncias, sendo elas, duas do centro do país (Tete e Zambézia) e três do norte (Nampula Cabo Delgado e Niassa). O Corredor de Nacala se estende desde a cidade nortenha de Nacala Porto, na costa do Oceano Índico, ligando-se a República do Malawi. No caso moçambicano, compreende uma extensão territorial de cerca de 700 km (*cf.* MASA, 2015, p. 15).

Mapa 5. Corredor de Desenvolvimento de Nacala



Nesta área encontram-se várias iniciativas do agronegócio, seja de capitalistas estrangeiros como outras resultantes da alianças entre o capital nacional com as elites frelimistas e os capitalistas nacionais. Igualmente, estão em curso nessa área, iniciativas governamentais que visam a promoção do agronegócio. Trata-se, portanto, de programas específicos concebidos pelo governo, mas com o financiamento de instituições multilaterais com interesses no agronegócio, como, por exemplo, o Banco Mundial.

Embora todas as cinco (5) províncias façam parte do Corredor de Nacala, a sua integração foi feita duma forma paulatina. A província da Zambézia na região centro e as de Nampula e Niassa, na região norte, foram as primeiras a serem integradas, sobretudo, com a entrada do ProSAVANA, em 2009, e mais tarde, seguiram-se, as de Cabo Delgado (região norte) e Tete (região centro), em 2012 (*cf.* MASA, 2015). Estas duas últimas províncias (Cabo Delgado e Tete) estão inseridas no contexto da regionalização e especialização produtiva dos territórios. Neste processo, o Estado teve um papel decisivo.

As ações desencadeadas pelo Estado nesta luta pela transformação do Corredor de Nacala num dos territórios mais produtivos e competitivos economicamente, fez com que ocorresse uma movimentação de monopólios dos países centrais, sobretudo, dos EUA, da Europa, da Ásia e nalguns casos, vindas das chamadas «*economias emergentes*», no caso do Brasil, em direção a estas cinco províncias do país que representam o Corredor de Nacala.

O discurso das autoridades governamentais sobre a necessidade de se combater a pobreza (antes, pobreza absoluta como foi notório durante o governo Armando Guebuza [2005-2015]), as desigualdades sociais e assimetrias regionais, fazem parte dos pressupostos que levaram a regionalização produtiva do Corredor de Nacala (e de outros corredores de "desenvolvimento" existentes no país) para a sua integração na economia global por meio de *commodities*. A promoção de investimentos estrangeiros para o Corredor de Nacala, tem sido feita com o pressuposto de combater a fome e a miséria, mas nem sempre os resultados são satisfatórios socialmente.

Mais do que promover ações com vista a retirar as pessoas da miséria, observa-se a reprodução das mesmas, mas de forma ampliada. O *Plano de Ação para a Redução da Pobreza* (PARP), uma das políticas públicas elaboradas durante o governo Armando Guebuza, fracassou de forma retumbante, de tal maneira que reproduziu duma forma ampliada a fome e a miséria no país e de forma particular, no Corredor de Nacala. O PARP foi uma política pública que teve como base, criar mecanismos com vista a emergência de capitalistas nacionais no campo, sendo que na sua maioria, eram constituídos por grupos sociais próximos ao partido FRELIMO, dentre eles, membros e simpatizantes.

Além desta política pública, adiciona-se também o «*Fundo de Desenvolvimento Distrital* (FDD)», ainda implementado durante a governação de Armando Guebuza, mas que a sua concepção inicia na governação de Joaquim Chissano (1986-2005). O FDD tinha como um dos objetivos, financiar iniciativas produtivas no campo, sobretudo, as populações de baixa renda que viviam no Corredor de Nacala (e não só). Os camponeses por serem pobres, eram segundo esta iniciativa estatal, o grupo social que seria beneficiado. Contraditoriamente, a implementação do FDD revelou suas contradições.

Por meio da *patrimonialização* do Estado, transferia-se fundos do Estado para financiar projetos, cujos proponentes são famílias tradicionalmente importantes na sociedade moçambicana, sendo que alguns, eram também grupos sociais de escalões mais baixos de poder, sobretudo, a nível local. Além de funcionários do Estado afetos em

diferentes setores dos governos provinciais e distritais, os que se benefiviavam também dos fundos do FDD eram os líderes comunitários e outros grupos sociais, sobretudo, militantes do partido FRELIMO por constituírem sua base de apoio durante as campanhas eleitorais. Este grupo social é que seria a nova classe capitalista do campo, pois as políticas de Armando Guebuza (PARP e FDD) visavam criar empresários rurais. Tendo em conta que o FDD teve uma cobertura nacional, os seus reflexos fizeram-se se sentir também no Corredor de Nacala.

O Corredor de Nacala (e tantos outros corredores criados pelo Estado) tem o PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário) como seu instrumento orientador. Para dizer que, o Corredor de Nacala, espacialmente foi recortado para materializar os objetivos do PEDSA, que são de atingir a modernização agrícola e por via disto, aumentar os níveis de produção e produtividade agrícola do país. As políticas territoriais elaboradas e implementadas pelo governo, a sua filosofia têm sido a de criar espaço para a ocupação do Corredor de Nacala pelo capital monopolista e o programa «Sustenta» (enquanto política territorial) vai neste sentido.

A semelhança do FFD, o programa «Sustenta» como foi referenciado no capítulo 2, está a reproduzir as mesmas práticas patrimonialistas e clientelistas, na medida em que o fundo tem estado a beneficiar agricultores previamente identificados pelo poder político vigente. Os agricultores beneficiários do fundo do programa «Sustenta», além de serem "produtores emergentes" (aqueles com que possuem K inicial), alguns deles, são militantes do partido FRELIMO, sendo que em período de campanha eleitoral, têm disponibilizado os seus meios de trabalho, sobretudo, carros para transportar pessoas de um ponto para outro. Esta situação foi notória durante as eleições presidenciais de 2019.

A União Nacional de Camponeses (UNAC) tem denunciado que o programa sustenta embora concebido para apoiar os camponeses, estes têm sido excluídos e marginalizados em detrimento dos funcionários públicos afetos em diversos setores do Estado, alguns deles, membros do partido FRELIMO. Nessa luta pela transformação do Corredor de Nacala numa área mais produtiva e competitiva do país, verifica-se a sobreposição de programas, ambos promovidos pelo governo. Trata-se, portanto, dos programas como, por exemplo, o «ProSAVANA» e o «Sustenta», respectivamente.

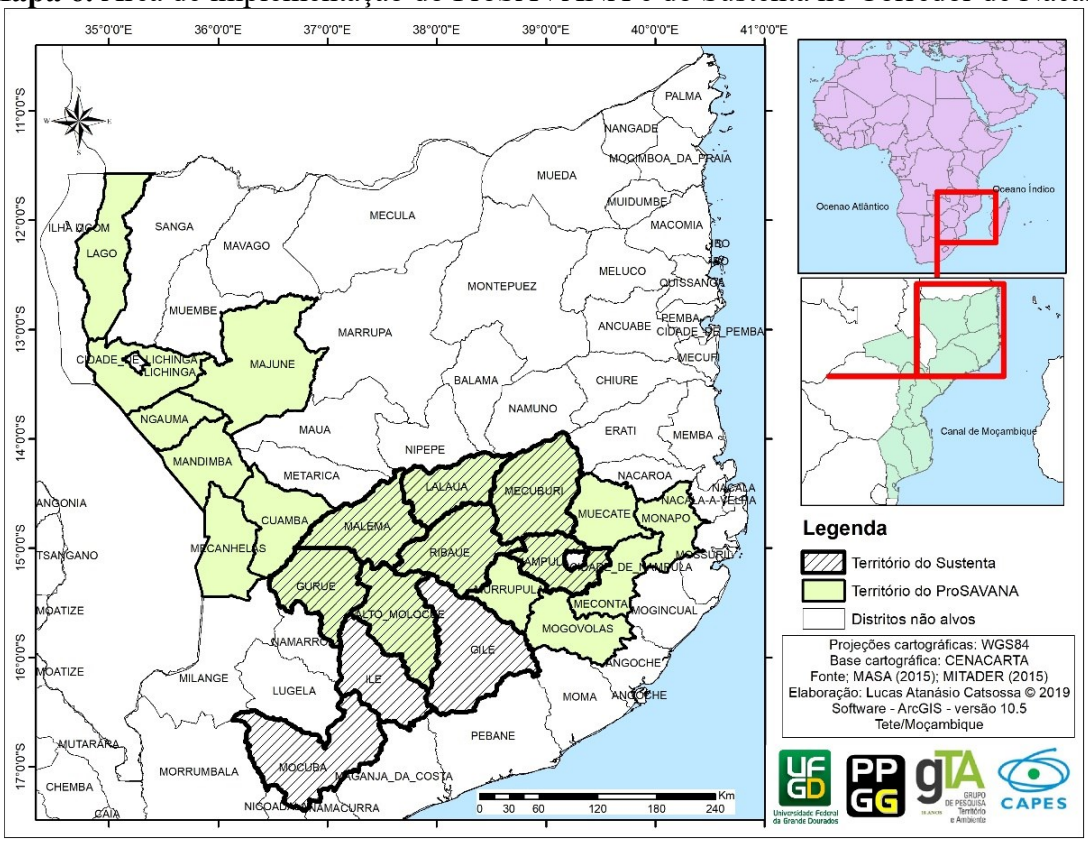
No mapa 6 a seguir, nota-se uma sobreposição de iniciativas que viabilizam o agronegócio no Corredor de Nacala. O discurso oficial, aponta sobre a necessidade de promover-se o desenvolvimento econômico socialmente inclusivo e sustentável em termos ambientais, o chamado *desenvolvimento sustentável*. Tratando-se de programas

direcionados a determinados territórios, em termos de desenvolvimento rural, isto significa que pode reproduzir assimetrias regionais, ou como prefere Ortega (2008), inevitavelmente a ação do governo, pode gerar "*territórios deprimidos*". Para este autor, *territórios deprimidos*:

> "são constituído por municípios com baixo nível de desenvolvimento, baixo rítimo de crescimento e baixo potencial de desenvolvimento. Seus indicadores sociais (educação, saúde e mortalidade) ficam a quem da média nacional, assim como sua capacidade institucional (avaliada pelo grau de participação local em sua gestão, sua capacidade financeira e gerencial (ORTEGA, 2008, p. 16).

Neste sentido, os territórios do «*Sustenta*» e do ProSAVANA, respectivamente, embora em termos sócio-territoriais se dê duma forma desigual e contraditória, podem apresentar um desenvolvimento considerável em relação aos outros, uma vez que os investimentos ficarão concentrados.

Mapa 6. Área de implementação do ProSAVANA e do Sustenta no Corredor de Nacala



Dentro do que atualmente se denomina Corredor de Nacala, no ano de 2007, o Estado havia criado uma sub-região econômica, dominada *Zona Econômica Especial de Nacala* (ZEEN). Neste período, a ZEEN era regulamentada pela Lei de Investimentos aprovada pelo governo, na altura de Armando Guebuza, cujo objetivo era atrair investimentos para dinamizar as atividades produtivas e por via disto, aumentar a produção e produtividade agrária (*cf.* QUADROS, 2004). Neste processo de

reordenamento produtivo do território, o Estado e o capital privado têm atuado em conjunto no processo de transformação do Corredor de Nacala baseada na produção de *commodities* agrícolas. O Estado atua no sentido de criar todas as condições necessárias para a restruturação produtiva do Corredor de Nacala, mobilizando o capital estrangeiro.

Já o capital privado, sobretudo, estrangeiro, aparece a financiar as atividades demandas pelo Estado e tem sido em setores de interesse do capitalismo global. É o Estado quem promove e atrai o investimento privado para o Corredor de Nacala com objetivo de incentivar a expansão do agronegócio. Esta promoção do agronegócio para a sua expansão no Corredor de Nacala, tem acontecido dentro e fora do país, numa tentativa de atrair investimento. A promoção do agronegócio para a sua expansão no Corredor de Nacala por parte das autoridades governamentais, passou a configurar-se numa diplomacia econômica no contexto da política internacional. Além do presidente da república, Filipe Jacinto Nyusi que afirmou que na governação de 2020-2024 pretende "transformar Moçambique numa potência agroindustrial" durante a campanha eleitoral em 2019, José Pacheco, ministro do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC), tem se evidenciado na promoção do agronegócio dentro e fora do país.

De realçar que, antes de ir para o MNEC, José Pacheco ocupava o cargo de ministro no Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), desempenhou um grande papel com vista a agroi-ndustrialização do país. O setor privado nacional representado pela Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA) tem desempenhado um papel de relevância na atração de investimento privado para o setor agrário, sobretudo, o agronegócio. Como foi referenciado no capítulo 3, a CTA é um dos atores que tem influenciado de ativa para que a Lei de Terras seja revista, destacando a necessidade de desburocratizá-la por forma a torná-la mais flexível.

A CTA entende que só assim é que o ambiente de negócios poderá melhorar e como foi referenciado, as organizações camponesas, têm estado a rebater esse discurso, acusando-a de ir contra os princípios constitucionais que proíbe a transmissibilidade de DUAT (Direito de Uso de Terras) no país. Embora o IDE esteja presente em todos estes setores de atividades, o da agricultura é que tem se notabilizado. Nota-se, portanto, uma confluência de interesses sobre a terra para a produção de *commodities*, envolvendo capitalistas estrangeiros e nalguns casos, nacionais. No caso do setor da agricultura, o Estado vê no IDE uma oportunidade para captar investimento com vista a obter tecnologias para daí, avançar com a modernização agrícola do Corredor de Nacala. No

entanto, a agricultura moçambicana tem se internacionalizado com base no discurso produtivista do agronegócio.

Nesta restruturação produtiva do Corredor de Nacala, torna-se relevante falar também da cadeia logística. O Estado tem criado condições através da promoção do investimento privado para a construção e retivalização da cadeia logística (estradas, ferrovias e portos) importante para o escoamento de mercadorias diversas para o mercado global. A construção e revitalização da cadeia logística, só tem sido possível através de financiamento feito por atores com interesses no agronegócio e na exploração dos recursos naturais. Neste processo, a mineradora brasileira Vale, a mineradora japonesa Mitsui e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), têm se destacado neste processo. O estudo de Aiuba (2019) mostra que de todos os corredores de desenvolvimento criados pelo Estado, o Corredor de Nacala é o que mais está infra-estruturado, seguido do Corredor de Maputo e da Beira, respetivamente.

A linha-férrea que aparece no mapa 4, nas páginas anteriores, é importante no processo de restruturação produtiva do Corredor de Nacala, pois é ela que faz esse território ser verdadeiro atrativo ao investimento estrangeiro. Esta linha-férrea é uma das infraestruturas que demandam e/ou movem muitos interesses da classe política e econômica nacional ligada ao partido FRELIMO. Esta linha-férrea pertence à mineradora brasileira Vale Moçambique, na qual usa para o escoamento do carvão mineral que e extraído na vila de Moatize, na província de Tete conforme a foto 8.

Foto 8. Comboio da Vale Moçambique transportando carvão mineral da vila de Moatize/Tete para o porto de Nacala/Nampula

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Essa linha-férrea, sai da vila carbonífera de Moatize, passando pela República do Malawi num perímetro de cerca de 200 km de distância e volta a entrar novamente em Moçambique a partir do distrito de Cuamba, na província de Niassa, passando pelo distrito de Nacala-a-Velha, na província de Nacala. Malawi, é um pequeno país com apenas três províncias que se encontra encalhado, diga-se de passagem, no "sovaco" de Moçambique. Embora o passado de Moçambique e Malawi tenha sido tenso por conta de *clivagens* de natureza política, por esta ferrovia ter passado neste país vizinho, revela que atualmente as diplomáticas são saudáveis.

A República do Malawi não tem conseguido se impor a Moçambique por ser um dos países africanos sem nenhum contato direto com o mar. Isso lhe levou a aceitar a ação subimperial de Moçambique e do capitalismo global, representado pela mineradora brasileira Vale Moçambique. Moçambique têm usado a sua localização estratégia em relação ao mar como a base para a materialização da sua ação imperial. Malawi é dependente de Moçambique em muitos aspectos. Por exemplo, para importar seus produtos (medicamentos, combustíveis, etc.), Malawi depende dos portos moçambicanos, sobretudo, da Beira e de Nacala e das estradas moçambicanas para o escoamento de produtos diversos.

De forma fracassada, Malawi tem tentado, usando a diplomacia política, convencer as autoridades moçambicanas para usar às águas do rio Zambeze e Chire com vista a escoar os seus produtos via fluvial. De realçar que, para a mineradora Vale Moçambique continuar a exportar a sua mercadoria da vila carbonífera de Moatize, em Tete passando por Malawi vai depender necessariamente das relações diplomáticas entre os dois países. Importa realçar que, a decisão de que a linha-férrea deveria atravessar por Malawi, surge depois de ter sido realizado um estudo de viabilidade econômica, onde concluía que os gastos de transporte por parte da Vale seriam menores se passasse por este país.

A inauguração desta linha-férrea aconteceu em maio de 2017 e participaram os governos de Moçambique, Malawi, Brasil, Japão e entre outros convidados, nacionais e estrangeiros. Após a sua inauguração, esta linha foi concessionada às empresas: Corredor Logístico Integrado de Nacala – CLIN e Corredor de Desenvolvimento do Norte – CDN, em Moçambique, e *Central East Africa Railway Company Limited – CEAR* e *Vale Logistics Limited – VLL*, no Malawi[116]. Com a entrada da Mitsui, uma empresa japonesa

[116] Informação disponível em: https://www.dn.pt/lusa/interior/mocambique-e-brasil-juntam-se-hoje-na-inauguracao-do-corredor-de-nacala-8469587.html. Acesso: 20/02/2019.

que explora carvão de coque na vila de Moatize, esta passou a ter controlo da mesma. No caso da Mitsui, detém 50% da linha ferroviária do Corredor de Nacala e os restantes 50% são detidos pela mineradora brasileira Vale[117].

Ao integrar o porto de Nacala junto a ferrovia foi com o objetivo de usá-lo para o escoamento de *commodities* diversas para o mercado global. No entanto, o porto de Nacala, adicionado à linha-férrea que sai da vila carbonífera de Moatize, na província de Tete, constitui o que atualmente se chama de *Corredor Logística Integrado de Nacala (CLIN)*. O CLIN é um empreendimento econômico composto por uma linha-férrea e tem cerca de 912 km de comprimento que começa na vila carbonífera de Moatize, na província de Tete e termina no distrito de Nacala-a-Velha, na província de Nampula. No caso da província de Cabo Delgado, a sua integração está relacionada com a recente "descoberta" dos hidrocarbonetos, sobretudo, gás e petróleo na bacia do Rovuma.

Os interesses pela exploração destes recursos naturais, sobretudo, minerais preciosos, como ouro, rubi e entre outros, com certeza, despertou atenção ao capital multinacional. Por sua vez, despertou atenção as corporações agrícolas ligadas ao agronegócio a entrarem na corrida por terras nesta província. Para os capitalistas, trata-se de mais uma oportunidade de negócio, por isso, ter terras nesta província significa garantir lucros. A província de Cabo Delgado é das províncias que apresenta um volume considerável de investimento no setor agrícola no norte do país e, possivelmente, está relacionado com a presença de multinacionais do setor minério-energético e empresas de prestação de serviços que necessitaram de produtos alimentares.

Partindo do pressuposto de que a demanda em termos de procura de alimentos será maior, a ideia é massificar a produção e isso, só será mediante o uso dos chamados "novos" pacotes tecnológicos sementes laboratoriais (melhoradas, híbridas e/ou transgênicas [OGM´s) e agrotóxicos no processo produtivo. Durante o seminário organizado pela ANADARKO em Agosto de 2018, muitos empresários nacionais e estrangeiros de vários setores, participaram como forma de ouvir quais as oportunidades de negócio haviam[118].

Tendo em conta que o setor privado nacional não possui uma estrutura bem consolidada, existe uma possibilidade da produção agrícola ser dominada por investidores

[117] Para uma leitura mais detalhada, consulte: https://www.dw.com/pt-002/o-imp%C3%A9rio-colonial-do-jap%C3%A3o-e-as-origens-do-projeto-agr%C3%ADcola-prosavana-em-mo%C3%A7ambique/a-46376399. Acesso: 14/01/2019.
[118] Para uma leitura mais detalhes, consulte em: http://opais.sapo.mz/anadarko-fala-de-oportunidades-a-empresarios-em-cabo-delgado. Acesso: 09/01/2019.

estrangeiros em Cabo Delgado, Técnica e financeiramente, o setor privado nacional não tem capacidade produtiva para produzir alimentares suficientes para abastecer as multinacionais e as pequenas e médias empresas de prestação de serviços em Cabo Delgado.

Aliás, em Agosto de 2018, foi organizado um evento na cidade de Pemba pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia em parceria com a ANADARKO Moçambique", denominado «*I Seminário sobre Oportunidades Locais (SOL)*» em que discutiu-se o lugar do empresariado nacional na economia do gás e do petróleo. Na verdade, o objetivo era ver como o empresariado nacional poderia se beneficiar das oportunidades de negócios que seriam criadas pelas empresas petrolíferas e ficou claro que havia poucas hipóteses.

Os empresários locais reclamaram que localmente havia falta de uma fábrica de produção de ração e incubadoras para a produção de pintos[119]. Essas estão entre as dificuldades do empresariado local, o que pode fazer com que, grandes empresas entre na província de Cabo Delgado para operarem neste setor. Em relação a província de Tete, realçar que ela é integrada por causa da linha-férrea que saí do distrito de Moatize até ao distrito de Nacala Porto. Com a entrada massiva do capital ao logo do Corredor de Nacala, os interesses sobre esta linha-férrea foram aumentando duma forma vertiginosa e isto, fez com que fosse reabilitada e revitalizada e o agronegócio tem sido o setor mais interessado nesta linha-férrea.

Lembre-se que, essa linha-férrea foi restruturada e aumentada após a entrada do ProSAVANA, programa que viabiliza o agronegócio brasileiro ao longo do Corredor de Nacala. Além do ProSAVANA, outros setores como o de silvicultura (plantação de eucaliptos), também é um dos setores interessados no uso desta ferrovia. Importa realçar que, a restruturação desta linha-férrea, implicou o desalojamento compulsivo de centenas de famílias camponesas, sendo que parte delas foram reassentadas em outros lugares conforme a foto 9.

[119] Para uma leitura mais detalhada, consulte em: http://opais.sapo.mz/cabo-delgado-e-terra-de-oportunidades-mas-tambem-de-muitos-desafios. Acesso: 09/01/2019.

Foto 9. Casas feitas pela Vale para as famílias camponesas/Ribaué/Nampula

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Com esta transferência compusiva das famílias camponesas, o seu modo de vida alterou drasticamente. O espaço social construído para o reassentamento das famílias tem características urbanas. Sendo urbano, significa que as práticas que eram feitas em seus espaços sociais anteriores, sofreram transformações, sendo que algumas, foram parcial e totalmente destruídas após a sua ida aos locais de reassentamentos. Para dizer que, a modernização em curso no Corredor de Nacala, está a espoliar os traços tradicionalmente herdados pelas famílias que são vítimas do capital neste território[120].

O reassentamento resultante da restruturação da linha-férrea, desde o início foi alvo de críticas por parte das organizações da sociedade civil. Os conflitos sociais envolvendo as famílias camponesas outrora removidas dos seus lugares de origem e a

[120] Os povos de Moatize, na província de Tete, foram os primeiros a sentir os efeitos nocivos da modernização das estruturas produtivas, ao serem removidas para os locais de reassentamentos, uns em Cateme pela mineradora brasileira Vale Moçambique e outros, em Mualadzi, pela extinta mineradora australiana, Rio Tinto e outros ainda em remoção pela mineradora indiana, Jindal África, que opera em Cassoca, no distrito de Marara, ambas empresas ligadas a exploração do carvão mineral. Essa situação aconteceu também em Chubuto, aonde opera a mineradora chinesa AFFEC, que explora areias pesadas, pois as machambas, casas e florestas de uso comum das famílias camponesas, foram tomadas para servirem de espaço para a produção do capital, tendo sido mais tarde reassentadas em e outros espaços urbanizados. Em Topito, no distrito de Moma, na província de Nampula, centenas de famílias foram também vítimas do capital da mineradora Kenmare, que explora areias pesadas, sendo que mais tarde, foram também reassentadas. O mesmo processo, está a decorrer em Palma, aonde as multinacionais estão a disputar a exploração do gás e petróleo. Neste processo, centenas de famílias foram desalojadas das suas casas e terras para dar lugar a reprodução ampliada do capital, aonde também foram reassentados num espaço urbanizado. Neste sentido, o processo de expansão geográfica do capital no campo, está a trazer profundas alterações na estrutura social, econômica, antropológica e política de milhares de famílias camponesas, aonde são forças a se urbanizar. Um elemento comum nestes locais são os conflitos sociais, se não forem por terras, é por causa da falta de indenizações pelas benfeitorias destruídas e incumprimento de promessas feitas pelas empresas.

Vale ainda fazem-se sentir até os dias atuais. Um dos grandes problemas está relacionado com a qualidade das casas construídas pela empresa às famílias camponesas que perderam as suas terras e outras benfeitorias no âmbito da restruturação da linha-férrea.

Um dado importante é que, nem todas as famílias foram retiradas nos locais considerados como perigosos para a instalação de habitações. No caso das que não foram retiradas, o argumento das autoridades locais segundo denúncias feitas por estas famílias é que não nasceram naquela comunidade. Em muitos casos, o argumento das autoridades locais contrasta com o destas famílias, na medida em que, estas últimas, dizem que estão alí desde a guerra civil que terminou em 1992, com assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) entre o governo da FRELIMO e a RENAMO.

Conta também que algumas famílias não receberam indemnização por parte da mineradora Vale Moçambique. No entanto, essas famílias estão em risco, pois além do barulho causado pela poluição sonora que não as deixa dormir quando o comboio da mineradora Vale Moçambique passa no período da noite. Igualmente, as mesmas famílias correm também o risco de um dia serem atropeladas e talvez, mortas em quanto dormem, uma vez que a ferrovia passa bem próximo das suas casas conforme a foto 10.

Foto 10. Casas em zonas de risco em Meconta/Nampula

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

As notícias que são veiculadas pela comunicação social moçambicana, revelam que os acidentes envolvendo esta empresa mineira são recorrentes, sobretudo, nos distritos da província de Nampula por onde esta ferrovia passa. Embora algumas famílias camponesas tenham recebido outras terras em áreas de reassentamento, há reclamações

segundo as quais, não são propícias para a prática da agricultura. Algumas famílias regressaram de forma temporária para os seus locais de origem com vista a aproveitar terras para produzir alguns produtos de subsistência, no caso da cultura de mandioca. Já que nem todas as famílias conseguem terras para produzir, alguns cidadãos tentam a sorte nas margens das estradas mesmo em situação de perigo conforme ilustra a foto 11.

Foto 11. Camponês expropriado no âmbito da passagem da ferrovia, Meconta/Nampula

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

O sujeito da foto 11, faz parte do grupo que foi retirado e reassentado pela mineradora brasileira Vale como forma de dar lugar ao seu projeto de ampliação da linha-férrea e estava ciente do perigo por trabalhar alí, mas o seu objetivo era o de produzir alimentos necessários para o consumo familiar. Em muitos casos, nota-se a sobreposição de interesses. Na maioria das vezes, os interesses do capital se sobrepõem aos dos camponeses. No Corredor de Nacala, os interesses do capital privado no processo de regionalização são múltiplos e envolvem vários seguimentos sociais. De um lado, estão os interesses das elites políticas e econômicas nacionais e do outro, os capitalistas internacionais. No caso das elites políticas e econômicas nacionais, maior parte destes, estão ligados ao partido no poder, a FRELIMO e alguns deles, ocupam (e já ocuparam) cargos de relevo na administração pública. Para Selemane (2017):

> De entre os dirigentes políticos com interesses empresariais naquele corredor, destaque vai para o antigo Presidente da República, Armando Guebuza, tendo como seu sócio em diversos empreendimentos, o empresário Salimo Abdula, o atual Presidente da República, Filipe Nyusi, e os seus aliados mais próximos: Alberto Chipande, Raimundo Pachinuapa e Lagos Lidimo (SELEMENE, 2017, p. 7).

Os interesses das elites políticas e econômicas nacionais se manifestam da seguinte maneira: (i) controlo de terras para fins especulativos e se necessário, fazem alianças com o capital internacional para a expansão de *commodities* para exportação; (ii) controlo da ferrovia e do porto de Nacala para viabilizar o escoamento de diversas *commodities* para o mercado global, cujas divisas não beneficiam necessariamente as populações e; (iii) controlo e exploração dos recursos naturais, ambos de natureza extrativa (carvão mineral, areias pesadas, pedras preciosas, gás e petróleo) que ocorrem ao longo do Corredor de Nacala.

Já no caso dos capitalistas internacionais, os seus interesses são garantidos e protegidos pelo Estado. Estes interesses estão relacionados com exploração capitalizada da terra e dos recursos naturais, sejam eles do solo e do sobsolo. Os interesses são diversificados, *multi-escalares* e distribuídos por vários setores da economia moçambicana. Destes setores, os destaques vão para agricultura, minerário-energético (mineração, gás e petróleo), infra-estruturas (construção e revitalização de estradas, linha-férrea, porto, aeroportos) e silvicultura (plantação de eucaliptos) e entre outros.

Feita essa descrição, pode-se dizer que o Corredor de Nacala está sendo (re)ajustado para atender os interesses do capitalismo internacional e não necessariamente, promover o desenvolvimento econômico social e inclusivo e sustentável como o discurso governamental tem tentado transparecer. A geografia que está sendo produzida por meio do reordenamento do território produtivo do Corredor de Nacala, apenas tem conduzido a sua monopolização pelo capital na sua fase globalizada.

A ocupação de terras pelas empresas agrícolas, já está a trazer graves consequências sobre os territórios, pois nota-se a emergência de fragmentos (enclaves espaciais) dentro deste território, atualmente controlados pelo capital monopolista. Dito de outra forma, o que está em curso, é uma tentativa acirrada de dominação e apropriação privada do Corredor de Nacala enquanto território. Outros recursos naturais vitais para a sobrevivência das comunidades e os camponeses, em particular também estão sendo apropriados e privatizados pelo capital.

Neste processo, é negado aos camponeses o direito de usufruto dos bens da natureza. Pode-se dizer que, no Corredor de Nacala está em curso a reconstituição de um *sistema-mundo moderno-colonial*, baseadas na produção de bens primários, ou seja, na exploração dos recursos naturais. Toda a arquitetura, consiste na reordenação produtiva do Corredor de Nacala e, por via disto, entregá-lo ao capitalismo global. A forma de integração do Corredor de Nacala à economia global, consiste em entregar a terra e outros

recursos naturais do solo e do subsolo ao capital internacional. Junto do Corredor de Nacala, as elites frelimistas e toda a "classe burguesa" moçambicana, está a integrar-se a economia global, mesmo que de forma subordinada, se aliando ao capital através das terras e dos recursos naturais do solo (madeira) subsolo (minerais preciosos).

Neste sentido, a integração do Corredor de Nacala à economia global está acontecer por meio da sua ocupação de grandes extensões de terras para a produção de e exploração bens primários, sobretudo, *commodities* para exportação. Não se pode falar que, o que está a acontecer no Corredor de Nacala trata-se da reprimarização da economia, pois Moçambique nunca foi um país industrializado para transformar as riquezas que são saqueadas pelo capital estrangeiro. Neste caso, a industrialização se dá nos países de destino das mercadorias que são "saqueadas" pelas empresas estrangeiras em Moçambique e não no sentido inverso.

Nota-se ainda um intenso processo de territorialização de um modelo agrário/agrícola com fortes traços coloniais caracterizado pela expansão de monoculturas em grande escala destinados a exportação. As concessão de terras às multinacionais ao longo do Corredor de Nacala, às vezes, sem nenhuma consulta comunitária e autodeterminação dos povos nativos, é parte da estratégia deliberada para garantir a consolidação do agronegócio. A restruturação da *Cadeia Logística Integrada de Nacala (CLIN)* e a integração das províncias de Cabo Delgado e Tete, traz um novo debate, neste caso, o a (re)colonização de Moçambique, mascarado pelo discurso desenvolvimentista demandado por países que se consideram investidores.

Esta (re)colonização é apadrinhada pelo Estado, na medida em que tem sido ele o promotor do IDE como também o concessionador de grandes extensões de terras para serem usadas pelos capitalistas internacionais ao longo do Corredor de Nacala. No atual contexto, essa nova "colonização" no Corredor de Nacala pelo capital financeiro que se encontra na sua fase globalizada, se consolida por causa da conivência do Estado. Além disso, a "colonização" do Corredor de Nacala tenta se consolidar por causa dos interesses de classes sociais que gerem o próprio aparelho estatal.

Estas classes sociais têm operado no sentido de extraírem a renda (diferencial) da terra, mesmo que de forma subordinada, entregando terras e riquezas ao capital global por via de concessões, ás vezes, feitas de forma fraudulenta. O Brasil e o Japão, entram como potenciais "colonizadores" em Moçambique, pois as suas iniciativas revelam estar em curso a reprodução do passado colonial, o qual, milhares de famílias camponesas do Corredor de Nacala viveram durante a colonização portuguesa. No caso brasileiro, a

mineradora Vale já estava em Moçambique desde 2004 a preparar o terreno e o ProSAVANA, é apenas uma expressão da multiplicidade de interesses geopolíticos deste país latino-americano na atual corrida de terras e recursos naturais em África, sendo Moçambique, vítima da sua ação (sub)imperial.

Já no caso do Japão, a empresa mineira Mitsui, tem vindo a preparar espaço para a consolidação do *neocolonialismo* japonês, pois se encontra numa disputa acirrada pela apropriação e contriole do subsolo em Moçambique. Esta é uma das empresas que mantém o controle de uma parte da ferrovia no Corredor de Nacala e, é na mesma área onde está sendo implementado o ProSAVANA. Significa que há uma articulação entre os interesses da Mitsui e da JICA no processo de controle da ferrovia e da terra por meio do agronegócio no Corredor de Nacala. Isto revela o interesse japonês no controlo dos recursos naturais em Moçambique. A apropriação e consequentemente, o controle da ferrovia que atravessa o Corredor de Nacala, a Mitsui beneficiária o Japão, pois este país asiático, poderá escoar as *commodities* a serem produzidas no âmbito do ProSAVANA.

Além disso, será possível escoar *commodities* a serem produzidas por outras iniciativas, sobretudo, que serão promovidas no âmbito do «*Projeto das Estratégias de Desenvolvimento do Corredor Econômico do Nacala de Nacala (PEDEC)*». É preciso realçar que, um dos programas estruturais e estruturantes pensado e financiado pelo governo japonês em implementação no Corredor de Nacala, não é o ProSAVANA como tem sido divulgado tanto pela mídia como pelos movimentos sociais e acadêmicos, mas sim, o PEDEC. O ProSAVANA é um dos programas de menor dimensão dentro do PEDEC e isto, já vem sendo denunciado por organizações da sociedade civil, tanto de Moçambique como do Japão.

Neste sentido, o PEDEC enquanto programa, não pode ser dissociado do ProSAVANA. Longe dos ouvidos das organizações camponesas e dos movimentos sociais, o PEDEC tem estado a ganhar espaço para a sua efetivação no Corredor de Nacala. Coincidência ou não, a verdade é que o PEDEC está a ser implementado no mesmo território que o ProSAVANA, que também conta com o financiamento majoritário do governo japonês. Funada-Classen (2019) faz saber que no processo de implementação do PEDEC, o japão tem como parceiro a mineradora brasileira Vale através da sua ferrovia que estrutura o Corredor de Nacala.

Além disso, na área a qual o PEDEC está em implementação, existem e estão em curso outras iniciativas do capital financeiro ligadas ao agronegócio e a exploração de recursos naturais. De realçar que, os interesses do Japão no Corredor de Nacala são

múltiplos e estão distribuídos em várias áreas, sobretudo, a agricultura, recursos naturais (mineração, gás natural) e infra-estruturas. A integração das províncias de Cabo Delgado e Tete ao Corredor de Nacala, se deu por meio da iniciativa intitulada «*Estratégias de Desenvolvimento Integrado»* («*Strategies Development Integrated»*) encabeçado pelo governo japonês. A sua implementação está sendo feita no âmbito do PEDEC.

O governo japonês tem estado a revelar-se interessado em investir no Corredor de Nacala e o primeiro-ministro japonês, manifestou este interesse durante a visita do presidente da república, Felipe Nyusi, em Maio de 2017. Na costa moçambicana, prevê-se o uso do porto de Nacala e está em curso a impantação de uma indústria de agro-processamento. Significa que, parte da produção que será feita no Corredor de Nacala no âmbito do programa PEDEC e do ProSAVANA em caso de implementação efetiva, será feita nesta indústria.

Os interesses do Japão com as do capitalismo global, não se cingem apenas na agricultura, mas sim, eles se (inter)conectam na exploração dos hidrocarbonetos (gás e petróleo) localizados na bacia do Rovuma, em Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Funada-Classen (2019) explica que os motivos que levaram a integração da província de Cabo Delgado ao Corredor de Nacala, está intrinsecamente ligado com o seu interesse no gás natural na bacia do Rovuma, numa disputa acirrada com outras potências globais pela apropriação deste recurso natural em Moçambique. Em suas palavras, Funada-Classen (2019) faz saber que:

> Os interesses econômicos japoneses concentram-se intencionalmente no norte de Moçambique e não se limitam à região ao longo do corredor de Nacala. [...] A JICA inclui a província de Cabo Delgado, rica em recursos naturais, na área mais ampla do maior corredor económico de Nacala. O seu alvo é o gás natural descoberto e cuja concessão de mineração é realizada pela principal petroleira dos EUA, Anadarko. Mais uma vez, a Mitsui participa nesse grande negócio, sendo o segundo maior acionista da concessão (20%), depois da Anadarko do Rovuma Offshore Área 1 Bloc juntamente com a JOGMEG (Japan Oil, Gas and Metals National Corporation), financiada pelo governo (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 64-65).

No caso da província de Tete, além do carvão mineral, o que interessa ao capital, é a linha-férrea para o escoamento das *commodities* agrícolas, daí a importância da mineradora brasileira Vale Moçambique neste processo. Há também uma empresa japonesa que explora carvão de coque no Rio Rovubwe, na província de Tete e se chama-se *Nippon Steel & Sumitomo Metal*. A figura 4, a seguir faz um resumo detalhado de todas as engenharias feitas pelo Japão através do PEDEC para a ocupação do Corredor de Nacala e a sua transformação num campo de produção de mercadorias.

Figura 5. Estratégia de desenvolvimento Integrado para a ocupação do Corredor de Nacala

Fonte: Funada-Classen (2019)

Como se pode ver na imagem 4, os interesses do Japão através do PEDEC, estão conectados a do capitalismo global. Para dizer que, além do capital financeiro nipônico que entra o PEDEC e o ProSAVANA, fica evidente que no Corredor de Nacala, estão imbricados também interesses de outras potências imperialistas. De realçar que, nesta área abrangida pelo PEDEC estão em curso várias iniciativas ligadas ao agronegócio de capitais provenientes de diversos países do mundo, como, por exemplo, a Noruega e o Brasil, África do Sul, EUA, etc.

Num estudo recente, Funada-Classen (2019) fez um *check-list* das iniciativas japonesas em curso e outras em processo de efetivação no Corredor de Nacala no âmbito do PEDEC. Além da agricultura, mineração, controlo da ferrovia, os interesses do Japão concentram-se também na exploração do gás natural na bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Além dos interesses japoneses, Funada-Classen (2009) identifica também os interesses brasileiros e de outros países com interesses, não apenas relacionados com a terra, mas também em outros recursos naturais, sobretudo, minérios diversos, gás e petróleo.

Destes países, estão os EUA, Portugal, Itália, França, Inglaterra, Noruega e entre outros conforme se pode ver na figura 4. De realçar que, tal como no caso japonês e

brasileiro, os interesses de outros países se têm consolidado em Moçambique por conta da conivência do Estado ao capital. A (re)colonização do Corredor de Nacala pelo capital financeiro (na sua fase monopolista) e a commoditização da natureza preexistente (dos recursos naturais) e da agricultura, é "apadrinhada" pelo Estado no âmbito da atração e promoção do Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

O que está acontecer no Corredor de Nacala, é a retomada e a reconfiguração do modelo colonial de produção, baseado na produção de bens primários como soja, cana-de-açúcar, caju, girassol, chá, eucaliptos, algodão, tabaco, girassol, macadámias, sisal, minérios, gás, petróleo, etc. Neste modelo de produção em consolidação no Corredor de Nacala, quem ganha não são os povos nativos que dia-pós-dia têm sido expropriados e expulsos das suas terras, mas sim, as corporações ligadas ao agronegócio, a indústria mineira e de hidrocarbonetos que acumulam poder e quase o monopólio da economia em escala global.

O interesse do Japão sobre o Corredor de Nacala, vem sendo questionado e denunciado pelas organizações da sociedade civil, tanto em Moçambique como no Japão. No caso moçambicano, Jeremias Vunjanhe, atual liderança da ADECRU (Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais), considera a ação do Japão em Moçambique como sendo *imperialista*, por estar a demandar, tanto o controlo da terra e dos recursos naturais. Num artigo intitulado «*Às vésperas de uma Visita Imperial*», a liderança da ADECRU afirmou:

> Debaixo de muito secretismo e escuridão incomum de um chefe de Governo, o Primeiro-ministro nipónico, acompanhado por mais de 50 grandes empresários, chega hoje a Maputo para uma visita oficial de Estado de três dias. Aliado a potências imperialistas e coloniais, o Japão quer construir e ampliar sua zona de influência e poder geoestratégico no continente africano, eis o real motivo da digressão pela África do Primeiro-ministro nipônico, Shinzo Abe. O objetivo desta visita imperial é perigoso. Uma disputa acirrada das grandes potências coloniais pela posse e controlo dos recursos naturais africanos justifica esta prioridade japonesa pelo velho continente. Desde que Shinzo Abe disse que o Japão deve reforçar as suas relações com África [...] clarificou da melhor maneira possível e em primeira mão, as razões de fundo da sua viagem. [...]. Em meados do século 21, sem dúvida, a África estará no centro do desenvolvimento, por isso, se não investirmos agora, quando o faremos? Qual seria o momento certo? Agora é a hora de investir (VUNJANHE, 2014).

As delacrações da liderança da ADECRU, foram feitas no âmbito da visita do Primeiro-Ministro japonnes, Shinzo Abe. Nesta vista, "o Japão prometeu 672 milhões de USD em créditos concessionais para infra-estruturas e agricultura" (Smart & Hanlon, 2014, p. 151), mas, condicionou a transferência deste dinheiro a realização de ações

concretas por parte do governo moçambicano. Foi nessa altura que Armando Guebuza na qualidade de presidente da república "apelou a produção agrária em grande escala" (SMART & HANLON, 2014, p. 151).

O apelo de Armando Guebuza a necessidade de se fazer uma agricultura em grande escala era uma demonstração clara da sua submissão ao (sub)imperialismo japonês que estava sendo desencadeada por Shinzo Abe. A submissão do governo Armando Guebuza ao Japão passou também a ser questionada pelas organizações da sociedade civil e por alguma mídia moçambicana e neste último caso, foi considerado "vende pátria" em várias edições do jornal *Canal de Moçambique* (CanalMoz). O Japão também foi criticado pelas organizações da sociedade civil no fim da visita de Shinzo Abe a Moçambique, tendo referido que "o generoso apoio do governo japonês realizava-se uma perspectiva de continuidade do colonialismo (SMART & HANLON, 2014, p. 151).

No caso japonês, em Outubro de 2017, sobretudo, durante a «*III Conferencia Triangular dos Povos*», realizado na cidade de Maputo, sob organização da «*Campanha Não ao ProSAVANA»*, Nayoko Watanabe, ativista social e membro da *Centro de Voluntariado Internacional do Japão* (JCV sigla inglesa), organização social japonesa, denunciou também a estratégia sigilosa da atuação do governo japonês em Moçambique. Prosseguindo com as suas denúncias, esta ativista social japonesa destacou que o interesse do Japão vai para além do ProSAVANA e do PEDEC, pois a intenção é controlar monopolisticamente os recursos naturais e a cadeia logística, importante para o escoamento de *commodities* para o mercado global.

Esta tentativa acirrada de controlo monopolístico do Corredor de Nacala por parte do Japão na qual Funada-Classen (2019) chama de «*Legado histórico: "Manchúria"/Nordeste da China*»**,** faz parte do *modus operandi* japonês, sobretudo, no âmbito da cooperação internacional. No passado, a China é que foi vítima do colonialismo japonês. Neste entendimento, o que está em curso no Corredor de Nacala com o PEDEC é apenas o reprodução das práticas coloniais que caracterizam a cooperação internacional japonesa. Para Funada-Classen (2019):

> "Dividir e Governar" sempre foi uma táctica e estratégia dos colonizadores. O mesmo ocorre com o modelo de comoditização da natureza, ao instalar a rota de mercadorias de alto-volume-velocidade "do interior para porto". Isso não é novidade para o Japão. Ele experimentou esse processo no início do século XX, no nordeste da China, na "Manchúria". O Japão procurava madeira-carvão-soja, e o desenvolvimento de ferrovias e portos. Mistui desempenhou papéis indispensáveis e centrais nesse desenvolvimento. Durante esta época, o mesmo acontece com intervenção e manipulação social em "Manchúria". De

> facto, a abordagem da JICA para a formulação de planos directores de desenvolvimento é baseada na experiência da divisão de pesquisa da Ferrovia da Manchúria do Sul, uma linha de frente da ocupação colonial na China. É de perguntar se é mera coincidência que o avô do primeiro-ministro Abe fosse Shinsuke Kishi, que fez um plano de desenvolvimento industrial de cinco anos para a "Manchúria" em 1939 e chamou de criminoso de guerra a uma das "5 grandes figuras da Manchúria" juntamente com Hideki Tojo. Neste século XXI, após quase 100 anos de tentativas de colonização na China, o Japão prossegue o sonho não realizado do passado manchado na África em nome de "cooperação internacional" e "parceria público-privada (FUNADA-CLASSEN, 2019, 66).

Além dos movimentos sociais, algumas pesquisadoras japonesas têm estado a também denunciar a cooperação japonesa em Moçambique, sobretudo, nos setores da agricultura e minério-energético que se desdobra através do ProSAVANA e do PEDEC, respectivamente. Uma destas pesquisadoras que têm denunciado os interesses múltiplos japoneses camuflados pelo discurso produtivista e desenvolvimentista, é Funada-Classen (2013; 2014, 2019). De realçar que, a ocupação das terras camponesas pelo agronegócio, não tem sido pacífico, pois emergem conflitos sociais, lutas por terras e disputas por modelos de desenvolvimento agrários.

Os camponeses têm lutado e resistido, primeiro, contra a sua expropriação e expulsão das suas terras. Tendo em conta que o desenvolvimento capitalista é movido por contradições, no processo de expansão do capital no Corredor de Nacala, o Estado aparece a conter as tensões sociais resultantes do processo, mas na maioria das vezes tem atuado ao lado do capital, agudizando assim, as conflitos sociais.

5.2. As machambas camponesas na rota de ocupação pelo capital monopolista para a produção de commodities no Corredor de Nacala

O Corredor de Nacala faz parte da rica e extensa savana moçambicana enquanto ecossistema, embora em profundas transformações sócio-espaciais em resultado do avanço do agronegócio. Neste bioma chamado "savana", vivem várias espécies florestas e animais, sendo elas terrestres e aquáticas. A sua paisagem natural, embora em processo de devastação pelo agronegócio, revela a existência de muitas vidas. A existência destas espécies neste bioma, está relacionada com o clima local que é tropical, sendo num determinado período do ano, chuvoso, e noutro, seco.

Alguns distritos que compõem o Corredor de Nacala, como é o caso de Ribaué, Malema, Mecuburi e Lalaua, na província de Manica e Gurué e Alto-Molócuè, na província da Zambézia, as chuvas são abundadas. Este é um dos fatores que faz com que o Corredor de Nacala seja um dos territórios disputados por corporações agrícolas ligadas

ao agronegócio. Além disso, dentro do Corredor de Nacala, as florestas naturais que aí abundam, proporcionam as populações locais, uma variedade de frutas silvestres, onde além de usarem para o consumo familiar, comercializam também por forma a terem algum dinheiro para mais tarde usarem. Através da venda destas frutas silvestres, os camponeses obtém algum dinheiro.

Das floretas nativas, além da caça, os camponeses locais fazem o uso diversificado delas. O seu modo de vida tem o mínimo respeito com a natureza em sua volta quando comparada com o agronegócio. Na realidade, nota-se uma controvérsia entre (agri)cultura e (agro)negócio, sobretudo, na forma de valorização da natureza preexistente. Se para os camponeses a natureza é base para a sua existência, física e divina, para o agronegócio é um instrumento de acumulação ampliada em escala global. O respeito pela natureza, tem sido uma forma dos camponeses preservarem os seus espaços sagrados que servem como *elo* de ligação com os seus ancestrais.

É nesses espaços que os camponeses fazem as suas rezas, invocando os nomes dos seus ancestrais. Isso acontece, sobretudo, quando há cerimônias tradicionais nas áreas onde as famílias camponesas vivem. Nalguns casos, acontece quando há problemas que as pessoas presentes não conseguem resolver. Quando não conseguem resolver os problemas, fazem rezas, pedindo apoio aos seus antepassados por forma a ultrapasaar tais os embaraços a que os camponeses se encontram. Os espaços sagrados também são úteis quando se pretende, por exemplo, inaugurar alguma infra-estrutura social dentro das comunidades.

Algumas árvores dentro das áreas onde os camponeses vivem, desempenham uma função simbólica, um *elo* da sua ligação com os antepassados. Antes de se inaugurar uma determinada infra-estrutura, as autoridades governamentais junto às autoridades tradicionais (régulos e líderes comunitários) acompanhado de outras pessoas, rezam em baixo duma árvore, pedindo autorização aos ancestrais dos povos nativos. Enfim, os espaços sagrados que estão dentro dos territórios camponeses, quando apropriados pelos sujeitos, se transformam num "território sagrado".

Mas, com a recente expansão do agronegócio neste território, as tradições dos povos nativos estão em risco. Esse risco surge pelo fato do Corredor de Nacala estar a ser inserida na rota de produção de *commodities* agrícolas para o mercado global. A monotonia paisagística, não é aquela natural, pois está a emergir uma nova passagem, neste caso, a artificial, caracterizada por monoculturas de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, tabaco, eucaliptos, macadámias, cajueiros, girassol, gergelim, sisal e entre

outras. Dito de outra forma, nota-se uma desnaturalização da natureza com o avanço do agronegócio sobre os espaços naturais. A sua ocupação pelo agronegócio, coloca em risco não apenas a (permanência da) vida humana, mas também outras espécies que têm no Corredor de Nacala e as próprias populações, correm o risco de perder outras fontes de sobrevivência.

A expansão do agronegócio no campo leva consigo a destruição das florestas e outros biomas, sobretudo, aquáticos e/ou marinhos, impactando negativamente a reprodução das espécies que aí vive. Essa destruição acontece tanto durante a ampliação de áreas de produção, como também durante a pulverização das lavouras pelos agrotóxicos. Esse cenário, chama atenção sobre a necessidade de preservação da savana tropical moçambicana enquanto bioma, pois nela, existem e vivem várias espécies terrestres, sobretudo, florestas, fauna bravia e outros que mantém o equilíbrio biológico nos ecossistemas. As abelhas que são os responsáveis pelo processo de polinização, têm as florestas nativas como seu *habitat* e sua extinsão, sobretudo, pelos agrotóxicos, coloca em risco a sua existência risco. Sobre as abelhas, há um entendimento segundo o qual, a sua extinção, compromete também a existência humana, daí o chamamento de atenção para a sua preservação e da natureza no geral.

A chamada de atenção sobre a necessidade de conservação da savana tropical moçambicana que vem sendo apropriada e incorporada na rota global de *commodities* pelo capital monopolista, já se verificam e já se globalizaram, sendo os movimentos sociais, os protagonistas pela sua globalização. Esta chamada de atenção, já chegaram nos ouvidos dos governos que têm levado as suas iniciativas, consideradas localmente como sendo trágicas. É o caso do Brasil que se encontra a expandir a sua fronteira agrícola do agronegócio para Moçambique por meio do ProSAVANA. A mesma chamada de atenção, por exemplo, já chegou também no Japão, país que financia a fronteira agrícola brasileira do agronegócio em expansão na savana moçambicana.

Numa altura em que o mundo depara-se com as mudanças climáticas, no qual Moçambique tem sido vítima, os movimentos sociais têm destacado a necessidade de se adotar práticas sustentáveis em termos agroecológicos. Neste caso, agricultura camponesa é vista pelos movimentos sociais como sendo a única opção, numa clara contestação ao agronegócio, se levarmos em consideração as controversas de valores que estas duas palavras representam na sua relação com a natureza. Na savana tropical moçambicana a qual o Corredor de Nacala faz parte, vivem milhares de famílias camponesas que são dependentes da própria natureza para a sua sobrevivência.

Esta é uma das regiões mais populosas do país e as províncias de Nampula e Zambézia, são as que fazem com que seja a mais populosa do país. O Corredor de Nacala é um dos territórios mais pobres o país. As províncias da Zambézia e Niassa, são as que apresentam maiores índices de pobreza. No caso da província da Zambézia, estudos (*cf*. MOSCA & NOVA, 2017), revelam que os elevados níveis de miséria, resultam da sua marginalização pelo governo da FRELIMO no âmbito da implementação de políticas públicas e governamentais. Em «*Zambézia: rica e empobrecida»,* Mosca e Nova (2017) revelam que o desinvestimento e a implementação de políticas públicas inconsistentes e excludentes, estão por de traz do *atraso* da província da Zambézia.

A historiografia da província da Zambézia revela que a sua marginalização vem desde o período colonial, situação que continua até os dias atuais. Os camponeses são os que têm sido os protagonistas neste processo. De acordo com Chichava (2008), uma margem maior dos *zambezianos* sempre foi marginalizado pelo regime colonial e depois da independência, com o governo da FRELIMO. Com o multipartidarismo, em oposição ao *poder frelimiano*, este grupo de *zambezianos* majoritariamente constituídos por camponeses outrora marginalizado, acabou por se transformar numa base de apoio a RENAMO, adversário número um da FRELIMO na disputa política pelo poder no país.

Neste entendimento, o voto dos z*ambezianos*, na sua maioria camponeses, a favor da RENAMO tem o significado de contestação contra o *poder frelimiano* em retaliação a sua marginalização. Essa contestação ao *poder frelimiano* por parte deste grupo *zambezianos*, pode ser visto também como uma expressão de revolta por causa da sua exclusão no processo implementação de políticas públicas e governamentais. Já no caso da província de Niassa, a sua marginalização deve-se a falta de vontade política por parte das elites frelimistas. Alguns segmentos sociais não entendem porque é que a província de Niassa foi mantida no "atraso" uma vez que nela, saíram altos quadros do Estado, alguns deles, membros seniores do partido FRELIMO.

Desde a independência do país, a província de Niassa, tem sido considerada a mais pobre do país, seguida de Gaza, na região sul. Diferentemente das províncias da Zambézia e Niassa, a província de Nampula, embora os *nampuleses* contestem também o *poder frelimiano*, nota-se um aparente progresso. Nos últimos anos, a FRELIMO tem vindo direcionar programas com vista a reduzir níveis de pobreza no Corredor de Nacala, sobretudo, nas províncias da Zambézia e Nampula e o programa «*Sustenta*», embora se verifique práticas patrimonialistas e clientelistas, vai neste sentido. Embora Selemane (2017) afirme que os programas que têm sido implementados pela FRELIMO nos últimos

anos nesta região, tem em vista capturar o eleitorado que vota na RENAMO, politicamente, a realidade local é complexa.

Os *zambezianos* e *nampuleses*, na sua maior parte constituídos por camponeses, continuam a contestar o *poder frelimiano* por meio do voto, pois as cicatrizes do passado, caracterizadas pela marginalização, exclusão, perseguição e ódio destes "povos", ainda não desapareceu completamente. Para dizer que, a pobreza nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, continua a fustigar as populações locais. Os programas que têm sido implementado pelos governos consecutivos da FRELIMO nem sempre visam reduzir a fome e a miséria, mas sim, tentar criar espaço para a emergência duma "burguesia rural", mas subordinada ao capital estrangeiro.

Como forma de minimizar o sofrimento resultante da fome e da miséria, as famílias camponesas ao longo do Corredor de Nacala, têm desenvolvido várias atividades com destaque para as de geração de renda. A venda dos produtos agrícolas, por exemplo, tem sido uma das principais fontes de renda das famílias camponesas nos distritos visitados. Ou seja, para alivirem-se da fome e da miséria, os camponeses têm transformado parte da sua produção em mercadoria e de seguida, a comercializa nos mercados locais.

Outro aspecto importante a realçar, está relacionado com a forma como os espaços habitacionais dos camponeses são organizados no campo. A forma de organização dos assentamentos humanos ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, nos distritos visitados é típica do país no geral, isto é, disperso e nalgumas vezes, agrupado. Em seu livro intitulado «*Geografia dos Povoamentos: assentamentos humanos rurais e urbanos»* Araújo (1997) traz o debate sobre os tipos assentamentos humanos em Moçambique, tendo em conta a sua organização. Especificamente para o meio rural, o autor afirma que em Moçambique ocorre "povoamento disperso" as vezes "com tendência para agrupado" (ARAÚJO, 1997, p. 33).

Essa tendência para o assentamento agrupado, caracteriza, em muitos casos, as vilas e/ou sedes distritais e isto é visível nos distritos visitados. Os assentamentos humanos ao longo do Corredor de Nacala são dispersos, o que significa dizer que, as famílias camponesas estão distantes umas das outras. Mas, vale realçar que, mesmo que as comunidades estejam distantes, não significa que elas não se comunicam, que não haja solidariedade entre elas. Pelo contrário, as comunicações são feitas em muitos casos por meio das lideranças locais, entre eles, líderes comunitários e/ou régulos. Quando há falecimento numa determinada comunidade, os régulos e/ou líderes comunitários

difundem as informações e as famílias deslocam-se até ao local, em muitos casos a pé por forma a prestar a sua solidariedade com as famílias enlutadas. Por sua vez, carregam consigo alguns produtos alimentares para ajudar as famílias enlutadas. Em casos de existência de um problema que atormenta a comunidade e, sobretudo, quando há uma invasão de terras comunitárias por parte do capital, as famílias camponesas se reúnem num lugar acordado entre os régulos e/ou líderes comunitários.

Neste sentido, as outras organizações sociais têm trabalhado em conexão com as lideranças locais por forma apoiarem a mobilização das famílias camponesas em suas comunidades para os lugares previamente identificados. Esse aspecto foi constatado no distrito de Ribaué, onde famílias camponesas advindas de diversas comunidades, se reuniram com vista a traçar estratégias de lutas e resistências contra a *Green Resources Moçambique*, uma empresa de plantação de eucaliptos. O espaço social e produtivo, se inter-relacionam e/ou se interconectam, na medida em que, as residências das famílias camponesas e suas machambas estão dentro do mesmo território.

As casas estão circundadas de machambas e, esta situação que faz com que haja uma relação íntima, ou seja, sentimento de pertencimento com os seus lugares. Isso permite as famílias camponesas manter o controle dos seus territórios em caso de invasão, por exemplo. Além disso, outros espaços sociais, sobretudo, de uso comum (florestas) estão localizados no entorno das áreas habitacionais. Araújo (1997, p. 33) afirma que "esta é a forma de organização em que a unidade entre os espaços residencial e produtivo se torna mais íntima e completa, constituindo um todo indissociável [...] onde a casa da família está rodeada pelas parcelas de terra que esta usa".

É por causa desta intimidade que os sujeitos têm com os seus lugares residenciais e produtivos, que quando são invadidos por grandes corporações, sejam agrícolas como atualmente está acontecendo (como também por via de projetos ligados ao setor mineiro-energético), resistem, lutando de diversas formas para não serem desterritorializados. A luta que eles travam, é para manter-se nos seus territórios para depois continuarem a se organizar de acordo com o seu modo de vida e, esse cenário é visível nos distritos visitados.

Dentro das suas machambas, é possível visualizar a presença de árvores, sendo que as mesmas, desempenham várias funções. Uma das funções dessas árvores que estão presentes nas machambas dos camponeses, seria de fornecer sombra em dias de muito sol para as famílias camponesas repousarem. Por sua vez, servem como fertilizantes, sobretudo, quando as folhas das árvores caem sobre a terra, pois elas são usadas pelos

camponeses como adubo. A foto 12, mostra essa importância das árvores presentes nas machambas dos camponeses.

Foto 12. Machamba de uma família camponesa em Malema/Nampula.

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Como se poder ver, a casa da família está dentro da machamba (unidade de produção familiar), onde produzem diversas culturas de subsistência familiar. Ainda na foto 12, é possível observar uma área de uso comum constituída por florestas. Esta área é reservada para prática de outras atividades de subsistência e/ou de geração de renda, como, por exemplo, a caça, a pastagem de animais. É nela onde estão os espaços que as famílias camponesas usam para rezas tradicionais e a sacralização com os seus antepassados. Os elementos naturais presentes na natureza, têm servido como fontes e/ou alternativas de sobrevivência familiar. É aí onde tiram madeira para a fabricação de utensílios domésticos, a lenha, estacas para a construção de casas, frutos silvestres, plantas medicinais etc.

Um dos fatores que contribuiu para que o Corredor de Nacala fosse a mais população do país, além da abundância das chuvas, são os solos férteis que aí ocorrem, consideradas como próprias para a prática da agricultura. Aliás, das regiões aptas para a produção agrícola do país identificadas pelo Estado, o Corredor de Nacala é uma das únicas que apresenta melhores condições edáficas e climáticas. As famílias camponesas têm estado a aproveitar a fertilidade dos solos para o desenvolvimento da agricultura, sua base de sobrevivência. É por conta também da fertilidade dos solos que esta área tem sido

alvo do capitalismo agrário mundializado. A agricultura que predomina no Corredor de Nacala é de subsistência familiar. A força de trabalho é essencialmente familiar confome se pode oservar na foto 13.

Foto 13. Uma família camponesa trabalhando a terra na sua machamba/Malema, Nampula

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Ainda na foto 13, é possível observar a participação das crianças no processo de preparação da terra, a qual, mais tarde é usada para a produção de culturas alimentares para o consumo familiar. Igualmente, a agricultura praticada no Corredor de Nacala pelos camponeses é caracterizada pelo uso de técnicas e métodos tradicionais, entre eles, enxada de cabo curto, pousio dos solos, o uso de capim e folhas de árvores caídas no chão como adubo. Mas, vale ressalvar que mesmo com entrada massiva do agronegócio, ainda prevalece o uso de técnicas tradicionais no processo produtivo.

O tamanho das machambas ocupada por cada família camponesa está diretamente ligado ao tamanho do agregado familiar e, em média são de 1,5 hectares, é o que dizem as estatísticas oficiais (censos e inquéritos agropecuários) do país. A maior parte dos camponeses têm mais de uma machamba e estão localizadas em lugares diferentes. O fato das famílias camponesas terem várias machambas, permite-lhes ter terras para produzir quando, por exemplo, uma determinada machamba torna-se improdutiva por questões de esgotamento do solo. Se uma determinada machamba não está sendo usada pelos seus donos, em muitos casos, são deixadas em pousio por questões de recomposição orgânica.

Por exemplo, enquanto uma machamba está localizado nas zonas altas, outra encontra-se na zona mais baixas, sobretudo, nas proximidades dos rios e riachos. Nesta machamba localizada nas zonas baixas, as famílias camponesas usam-na para produção de hortícolas para consumo familiar como também para a venda. Em geral, os agregados familiares são chefiados por homens. Como foi referenciado no capítulo 3, nas sociedades matrilineares, as mulheres é que detém o poder sobre os filhos e o controle da terra. A forma de acesso à terra é predominantemente por ocupação, tanto segundo *normas e práticas costumeiras*, como também por *boa-fé*. No caso do acesso à terra por ocupação segundo as *normas práticas costumeiras*, significa que a herança, é uma das vias de transferência da terra e do *poder linhageiro*.

Embora com as suas contradições, os régulos e líderes comunitários, desempenham um papel preponderante neste territórios, pois são eles quem participam na identificação e distribuição de terras aos membros das comunidades com base nas normas e práticas costumeiras. Os sujeitos não herdam apenas a terra, mas também todos os conhecimentos por meio da *socialização do camponês* enquanto elemento da produção camponesa. A *socialização do camponês*, é um processo recorrente no campo moçambicano e, é o que garante a manutenção e a reprodução do campesinato, pois os conhecimentos são transferidos dentro da estrutura familiar, sobretudo, entre os membros.

A transferência do conhecimento sempre é feita das gerações mais velhas para as gerações mais novas do núcleo familiar e/ou da comunidade. Geralmente, os homens e as mulheres trabalham juntos na machamba e isso, foi confirmado ao longo do Corredor de Nacala. Nota-se uma divisão do trabalho familiar, pois enquanto os homens destroncam as árvores e preparam o terreno porque o trabalho que exige muita força, as mulheres acompanhadas das crianças, elas se ocupam na sementeira. Além disso, os homens se ocupam também no corte de estacas para a construção de casas e celeiros, enquanto as mulheres trabalham nas machambas como também ficam a cuidar dos filhos e da casa.

Nalguns casos as mulheres cortam e carregam também estacas, capim e entre outros materiais de construção de casas. No caso das mulheres viúvas, elas realizam sozinhas os trabalhos da machamba e também domésticos. Em relação ao destroncamento das árvores e preparação do terreno, caso elas não consigam, pagam alguém para fazer isso. O pagamento nem sempre é feito em dinheiro, mas sim, em produtos agrícolas. O processo de socialização do camponês, a mulher desempenha um papel muito preponderante, pois é ela quem na maioria das vezes, está na machamba com as suas crianças enquanto os homens viajam as cidades para procurar outros trabalhos não

agrícolas. Por sua vez, os homens vão as "agroindústrias" procurar algum emprego para obter dinheiro e a partir dele, ajudar a sua família. Este fato, foi constatado no distrito de Malema, em que um camponês trabalhava na propriedade da *MOZACO*, uma empresa agrícola do agronegócio da soja e do algodão.

Enquanto este camponês trabalhava na propriedade da *MOZACO*, a sua mulher e filhos estavam a realizar atividades na machamba familiar. Nalguns momentos, a saída dos homens para trabalhar na condição de assalariados nas "agroindústrias", embora importante para a manutenção da família, tem trazido impactos negativos dentro da unidade de produção familiar. Há, no entanto, uma diminuição da força de trabalho familiar quando determinados membros vão trabalhar nas "agroindústrias" ou migram para as cidades em tempos de produção, o que quer dizer que, esta situação tem estado a impactar a quantidade do trabalho realizado por dia. Por sua vez, tem impactos negativos na quantidade da produção que é colhida no final da época agrícola. Para evitar que a família passe por necessidades (falta de alimentos), a auto-exploração da força de trabalho familiar tem sido maior, sobretudo, quando um membro da família não está presente.

Os membros que ficam têm procurado trabalhar o máximo possível dentro da machamba como forma de compensar as horas e/ou o dia em que outro membro não esteve presente. A regra, passa necessariamente por lavrar grandes áreas por dia. Significa que, a quantidade de energia gasta por dia de trabalho quando um membro da família não está, sobretudo, o homem, é maior, tendo em conta as necessidades de consumo dentro do núcleo familiar. Neste caso, a penosidade também é maior, pois está intrinsecamente interligada a auto-exploração da força de trabalho familiar dentro da unidade camponesa de produção.

No campo, a produção de alimentos está intrinsecamente ligada a mulher e, essa realidade é nítida ao longo do Corredror de Nacala. Não se pretende com isso, *feminizar* o processo produtivo, mas as mulheres são criativas. As mulheres têm o poder de controlo dos alimentos, desde o processo produtivo, armazenamento até o consumo, diferentemente dos homens que na maioria das vezes, estão ausentes por conta do trabalho assalariado. Arnfred (2001) pontua que:

> A terra e os alimentos estão intimamente ligados. A comida deriva da terra. A terra, tal como as mulheres, contém poderes invisíveis. [...]. A vida, a comida e o nome de famílias são transferidas aos filhos através das linhas femininas, das mães para os filhos. [...]. Nesta situação, o controlo dos alimentos é crucial. O consumo da comida deve ser cuidadosamente calculado; o bem-estar da família depende disso. Esse controlo está nas mãos das mulheres. [...]. Regra geral, as mulheres controlam os alimentos e os homens controlam o dinheiro resultante da venda das culturas de rendimento, mesmo em casos que as

> mulheres participam no cultivo desses produtos (ARNFRED, 2001, p. 189-190/1).

As culturas de subsistências familiar mais produzidas pelos camponeses nos distritos visitados são as seguintes: milho, feijões (manteiga e nhemba/boer), abóbora, batata-doce, mapira, mexoeira, mandioca, quiabo, e entre outras. A cultura de milho, por exemplo, é a mais comum em quase todos os distritos visitados. Embora as culturas de subsistências sejam comuns em quase todo o Corredor de Nacala, a produtividade não é a mesma em todos os distritos, pelo menos é o que foi possível constatar nos lugares visitados conforme a foto 14.

Foto 14. Cultura de milho numa machamba no distrito de Gurué/Zabémzia.

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Nampula tem estado a produzir muita mandioca para a comercialização através da agricultura de contrato. Dos distritos visitados da província de Nampula, a cultura de mandioca, é cultivada em Monapo, Meconta, Mecuburi, Rapale e Ribaue. A produção massiva desta cultura pelos camponeses, está relacionada com a sua procura pela indústria de cerveja de marca *Impala*. Atualmente, muitos camponeses têm sido subcontratados para produzirem esta cultura em suas machambas para depois revenderem as empresas interessadas pela mandioca e na maioria das vezes, têm sido produtoras de cerveja conforme demonstrado no capítulo 4.

Outro aspecto importante, está relacionado com a organização do espaço produtivo. Ao longo do Corredor de Nacala e, sobretudo, nos distritos visitados, nota-se

uma diversificação da produção na mesma unidade de produção, ou seja, na mesma machamba. Os camponeses misturam as culturas de subsistência na mesma machambas, usando o sistema de canteiros, conforme se pode observar na foto 15.

Foto 15. Diversificação da produção de culturas numa machambas, Gurué/Zambézia

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Na foto 15, é possível observar a cultura de milho e a de feijão na mesma machamba, usando o sistema de canteiros. A diversificação das culturas ao longo do Corredor de Nacala, não acontece apenas no sistema de canteiros. Em outros sistemas de organização do espaço produtivo, como, por exemplo, aquele em que os camponeses fazem limpeza e em seguida, abrem covas, também funciona. A mistura das culturas de subsistência no mesmo canteiro, embora de forma alternada, isto é, numa cova a cultura de milho e noutra, o feijão, tem suas vantagens no processo de reprodução do campesinato. Além do milho e feijão, é possível ver também outras culturas no mesmo espaço produtivo como, por exemplo, a cultura de abóbora e quiabo.

A diversificação de culturas na mesma machamba (unidade de produção) ajuda no equilíbrio do solo, uma vez que faz com que a terra não se vicie apenas por uma determinada cultura. Essa forma de organização do espaço produtivo, pode ser entendida como uma das estratégias de resistências do próprio campesinato. Por sua vez, a diversificação das culturas de subsistência no mesmo espaço produtivo, têm ajudado os próprios camponeses em tempos de colheita, tirarem ambas as culturas de subsistência no mesmo espaço produtivo, tendo em conta que, alguns têm cultivado em outras

machambas, às vezes, distantes das suas residências. No caso das culturas como feijão nhemba e abóbora, aonde as suas folhas são aproveitadas para o consumo familiar, quando cultivadas nas machambas que estão próximas das suas residências, tem ajudado muito as famílias camponesas em casos de necessidades.

Essa prática não ocorre apenas ao longo do Corredor de Nacala, mas sim, é característico de todo o país, pois os camponeses de outros lugares usam o mesmo sistema. As famílias camponesas dos distritos visitados também praticam outras atividades, sobretudo, a pecuária (criação de gado, bovino, caprino e suíno). Como se pode ver, os camponeses do Corredor de Nacala realizam diversas atividades de subsistência familiar. Além desses aspectos, no Corredor de Nacala, verifica-se também uma diversidade linguística, pois os povos desta região do país falam e se comunicam em várias línguas e as mais dominante é *emacua* e *elomwé*. Como se sabe, Moçambique é um país com várias línguas, sendo que todas elas são faladas pelos povos.

Embora língua oficial, o português, quando comprarado com as línguas locais, é pouco falado. Maior parte as pessoas que falam e se comunicam por meio da língua portuguesa, vivem e trabalham nas cidades e vilas. As línguas faladas ao longo do Corredor de Nacala, estão intrinsecamente ligadas a culturas dos povos. Diz-se, por exemplo, o "*povo macua*" e/ou o "*povo lomwé*", aí está a se fazer referência os povos falantes da língua *macua* e *lomwé*, respectivamente. Macaringue (2017) revela que ao longo do Corredor de Nacala, as famílias camponesas organizam-se também em pequenos agrupamentos de aldeias denominados *nloko* como também por um conjunto de agrupamento regulado, mas por causa da presença massiva do capital no Corredor de Nacala, estão em risco de desparecer. Este autor explica que:

> O *nloko* é um território que geralmente é fundado por pessoas que estão ligadas por laços de familiaridade e o regulado através das imposições dos poderes formais. Essas duas estão sendo sufocadas pela organização instituída pelo governo que se desdobra em todos os sentidos para acabar com as formas locais de organização (MACARINGUE, 2017, p, 297 itálico do original).

Culturalmente, os camponeses moçambicanas se identificam também pelos seus pratos típicos (comida) e, esses aspectos foi constatado durante a pesquisa ao longo do Corredor de Nacala. A forma como se preparam e/ou se confeccionam os alimentos, difere dos outros lugares do país. Mesmo dentro do Corredor de Nacala, há uma diferenciação em cada lugar visitado. Neste sentido, a alimentação é outro elemento básico para a compreensão do campesinato no Corredor de Nacala, pois está intrinsecamente ligado a cultura dos povos nativos. A alimentação produzida por

camponeses e camponesas, é usada também nas cerimonias tradicionais. Isto para dizer que, as lutas e resistências que têm sido travadas pelos camponeses contra o agronegócio, visam preservar os sabores tradicionais. Arnfred (2001) sinaliza que:

> A maneira macúa de entrar em comunicação com os antepassados é depor *makewa* num lugar apropriado: uma árvores sagrada ou um túmulo. *Makeya* é o nome que dá a uma farinha fina de mapira, quando utilizada no contexto cerimonial, como matéria de sacrifício oferecido aos antepassados defuntos. A mapira é uma cultura feminina; o cultivo, a sacha e a colheita são exclusivamente feitos pelas mulheres, como é o pilar dos grãos (pila-se três vezes) e a subsequente moagem entre duas pedras. Mesmo a deposição cerimonial de *makeya* é uma tarefa feminina. Isto não significa que os homens não podem fazer, mas para a deposição da *makeya* nas cerimónias grandes e importantes pede-se sempre a a assistência de uma mulher. Para as grandes cerimónias comunais, como a cerimónia da chuva, e para as cerimónias de iniciação masculina e feminina, a mulher que vai verter *makeya* deve se a *pwipyamene*. A *pwipyamene* é a contraparte feminina do *mwene*; para cada *mwene*, grande ou pequeno, sempre haverá uma *pwiyamwene*. O *mwene* e a *pwiyamwene* nunca serão marido e mulher; eles pertence à mesma linhagem materna e, por isso, são irmã e irmã, tio e sobrinha, ou tia e sobrinho. Entre as responsabilidades do *mwene* fazem parte as atribuições da terra, resolução de conflitos e representar a linhagem perante o Estado e os visitantes. As responsabilidades da *pwiyamwene* são de caráter mais espiritual e cerimonial (ARNFREDI, 2001, p. 185-186 itálicos do original).

Toda esta riqueza que os camponeses do Corredor de Nacala apresentam em termos *sociocultural* e *étnico-linguístico*, está em risco por causa da expansão do agronegócio, pois como se verá na seção a seguir, está a expropriar e a expulsar os povos das suas terras, forçando-os a migrar para outros lugares, às vezes, distantes de origem. Em muitos casos, tem sido em lugares onde os hábitos culturais são diferentes daqueles das suas zonas de origem, o que quer dizer que, no local de chagada, sofre novamente a violência simbólica.

5.3. Apropriação capitalista do território, velhas práticas e novas configurações do espaço agrário corredor-nacalaense

O início do século XXI, marcou a chegada duma nova era no processo de organização do espaço produtivo no Corredor de Nacala. Aos poucos, a realidade foi demonstrando que havia fortes interesses na proposta de regionalização do Corredor de Nacala. O Corredor de Nacala começou a apresentar novas configurações na sua *morfologia paisagística*. Pouco a pouco, os recortes espaciais foram sendo feitos no espaço agrário *corredor-nacalaense* por forma a atender os interesses do capital financeiro global.

Mas, vale realçar que, estes recortes espaciais no Corredor de Nacala foram sendo feitos no sentido de flexibilizar a produção internacionalizada de *commodities* para

atender a demanda global. Aos poucos, o modelo de desenvolvimento agrário foi sendo (re)ajustado para atender interesses do capitalismo global, sobretudo, as potências ricas e dependentes de determinados tipos de *commodities*. No Corredor de Nacala, os interesses do capitalismo global aparecem interligados aos do capitalismo doméstico.

Esses interesses aparecem acomodados nos principais documentos institucionais elaborados para dinamizar a agricultura moçambicana, neste caso, Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA) e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS). Diferentemente do que acontece em outras regiões do país, no Corredor de Nacala a questão agrária revela uma mistura de interesses, tanto das elites frelimistas e de toda a "burguesia nacional" como também do capitalismo global. Em alguns momentos, esses interesses entram em conflitos com os dos camponeses que têm apenas a terra como seu único meio de sobrevivência.

Nos dias atuais, a territorialização do agronegócio no Corredor de Nacala tem demonstrado a emergência de "novos" elementos em termos teóricos, mas na prática, o conteúdo é "velho". As crises recorrentes que o capital vêm passando algumas décadas atrás, levaram a sua reestruturação em escala global. Para materializar seus os interesses, dentro dessas crises, o capital foi fabricando ao mesmo tempo alguns elementos alienantes, apresentando-se como o único modelo agrário/agrícola possível, isto é, que pode solucionar os males sociais (fome e miséria) que apoquentam as nações pobres. Os discursos de caráter produtivista e desenvolvimentista, foram sendo usado pelo capital como sendo seu trunfo alienador. É com base nestes discursos que o capital tem conseguido se implantar no Corredor de Nacala, ocupando vastas extensões de terras para a produção de *commodities*. Uma das recriações do capital que é fruto das crises que tem passado, que é ao mesmo tempo, um novo elemento da questão agrária nesta primeira metade do século XXI, são os PRAI (Princípios de Investimentos Agrários Responsáveis, em portugues).

Os PRAI funcionam como códigos de conduta e o seu uso na agricultura, visa promover um desenvolvimento baseado em princípios de investimentos responsáveis (*cf*, ZOOMERS, 2013). Ao promoverem o uso dos PRAI na agricultura, os capitalistas procuram difundir a informação segundo a qual, é possível pautar por um capitalismo agrário responsável, isto é, que não pilha/destrói a natureza e os recursos naturais aí existentes e ao mesmo tempo, que não espolia e muito menos, expropria e expulsa os povos nativos das suas terras. Na maioria das vezes, os PRAI são usados quando os

acordos são realizados de forma confidencial (*cf*. Zoomers, 2013), isto é, de "cima para baixo", isto é, sem a participação popular no processo de negociação com os investidores que pretendem fazer o uso capitalista do território.

Ao serem usados, a ideia tem sido tentar corrigir os erros que possivelmente, podem gerar impactos negativos em caso de implementação de programas e/ou iniciativas visando o desenvolvimento agrário num determinado lugar. O uso dos PRAI no processo produtivo segundo o discurso político, é tentar evitar no máximo a expropriação dos camponeses e, posteriormente, a sua expulsão do campo, como também a destruição da natureza. Ao promover-se o uso de PRAI na agricultura, supostamente, a ideia é tentar controlar os efeitos negativos de aquisição de terras em grande escala no mundo e, sobretudo, em países pobres (*cf*. ZOOMERS, 2013).

A ideia por de traz do uso dos PRAI na agricultura, em grande medida, tenta dar entender que, é possível corrigir os erros cometidos no âmbito da (implementação da estratégia da) *revolução verde* a partir da década de 1970, cujos resultados sob ponto de vista socioambiental, foram catastróficos. Uma análise rigorosa dos PRAI, permite afirmar que o seu uso na agricultura, vêm acrescentar mais valor nos *mitos* sobre o "desenvolvimento sustentável" ("*sustentable development*"), "economia verde" ("*green economy*") e "economia azul" ("*blue economy*"), cujas narrativas revelam um movimento que vai no sentido de tentar corrigir os erros do mercado (re)criados pelo próprio capital.

O uso dos PRAI na agricultura não tem nada a ver com a promoção do desenvolvimento social inclusivo e ambientalmente sustentável como o discurso político procura transparecer, sobretudo, quando os movimentos sociais e acadêmicos questionam a sustentabilidade socioambiental do modelo de desenvolvimento agrário ancorado ao agronegócio. Pelo contrário, o uso dos PRAI na agricultura é, em si, "uma preocupação das empresas internacionais/Ocidentais que têm medo de manchar o seu bom nome" (ZOOMERS, 2013, p. 34). Neste contexto, pode-se afirmar que, ao insistir o uso dos PIAR na agricultura, o objetivo dos capitalistas tem sido o de evitar possíveis questionamentos/criticas daqueles que podem levar ao fracasso os seus interesses, neste caso, as organizações da sociedade civil (ligadas a questão camponesa, ambiental, direitos humanos, feministas, etc.), os acadêmicos, as congregações religiosas e entre outros segmentos sociais. Para Funada-Classen (2014):

> [...] os PRAI têm sido, muitas vezes, usados ou aptesentados por investidores, empresas e seus financiadores para justificar projetos, aprovação rápida de projetos ou, de alguma forma, desvias as critícas ennegar qualquer atitude errada, quando surgem problemas (FUNADA-CLASSEN, 2014, p. 64).

No Corredor de Nacala, os PRAI, surgem no âmbito do ProSAVANA. Ao se expandir no Corredor de Nacala, o capital tem evocado a necessidade de se usar os PRAI, destacando a sua importância no processo produtivo. Com os PRAI, a intenção das agências multilaterais, neste caso, o Banco Mundial, é supostamente estimular os investimentos responsáveis. Os PRAI fazem parte das retóricas e/ou ilusões (re)criadas pelo próprio capital na sua tentativa de ultrapassar as suas crises. Se fosse verdade que os PRAI visam controlar os efeitos negativos das grandes extensões de terras, então, o , que ocupa uma área de cerca de 14,5 milhões de hectares de terras no Corredor de Nacala não poderia se implantar.

Sob ponto de vista de proteção social e ambiental, os PRAI não são eficazes quando usados na agricultura tendo em conta as contradições internamente geradas pelo desenvolvimento capitalista. Em relação à proteção social, Funada-Classen (2013, p. 64) afirma que os PRAI "são apenas princípios voluntários e não incluem qualquer tipo de regulamentação obrigatória que proteja os agricultores locais". Já em relação a proteção da natureza, é quase impossível a observância da responsabilidade ambiental por onde o capital se expande.

A expansão do agronegócio significa mais desmatamentos e/ou destruição da floresta nativa que acontece no âmbito da ampliação dos campos de produção e essa realidade é visível ao longo do Corredor de Nacala. Outrossim, ao incentivar o uso dos PRAI, as agências multilaterais, no caso do Banco Mundial, a ideia principal é que se evite, por exemplo, a exploração dos camponeses em caso destes últimos serem, portanto, integrados no mercado por via da agricultura de contrato. Neste caso, os camponeses passariam a produzir mercadorias do interesse do capital em suas machambas.

Além de fomentar culturas do seu interesse, o capital forneceria insumos agrícolas, serviços agrários (extensão rural, capacitação, abertura e/ou ampliação de campos de produção, etc.), noutro momento, passaria a comprar a produção dos camponeses. Esta é uma forma clara de subordinação/sujeitação dos camponeses ao modo capitalista de produção. No ideário das agências multilaterais, no processo de integração dos camponeses a lógica do mercado, deve prevalecer a relação de *win-win* (ganhos múltiplos) entre o capital e os camponeses. As agências multilaterais, entendem que só por via disto, é que será possível gerar-se um desenvolvimento territorial/rural inclusivo (*cf.* ZOOMERS, 2013).

No entanto, afirmar que os camponeses não serão explorados ao serem integrados ao mercado por via agricultura subcontratação, é mais um mito. Na subcontratação é

quase impossível o camponeses saírem ganhadores, pois o capital, cria condições necessárias para a sua acumulação ampliada em escala global mesmo não sendo ele a produzir as mercadorias. A agricultura de contrato é uma forma de territorialização indireta do capital no território camponês. É também um mecanismo pelo qual o capital usa para manter o controle dos processos produtivos na agricultura, mas usando o campesinato. A política de contrato é, em si, uma passagem de dependência dos camponeses a estrutura capitalista a expropriação.

Trata-se, portanto, da verticalização dos processos produtivos sob lógica do modo capitalista de produção, na qual, o beneficiário é o próprio capital. Neste caso, a agricultura de contrato beneficia mais os capitalistas e/ou as empresas contratantes e não os camponeses. Vários autores (*cf*. Smart & Hanlon, 2014; Dadá, 2016; Fernandes & Welch, 2008; Schlesinger, 2013; Morais, 2014) afirmam também que na sujeição/subordinação dos camponeses à lógica do modo capitalista de produção ocorre a expropriação pelo capital. A expropriação dos camponeses integrados a essa lógica de produção acontece na medida em que os capitalistas passam a exigir a qualidade dos produtos na hora de compra.

De realçar que, durante a negociação, nem sempre discute-se a questão da qualidade do produto, mas quando chega o período de compra, os capitalistas começam a exigir. Se o produto não tiver a qualidade supostamente exigida no mercado, significa que a expropriação dos camponeses será maior uma vez que os preços será para a compra da produção camponesa têm sido ilusórios. Os preços baixos determinados pelos capitalistas na altura de compra, por serem ilusórios, os mesmos têm contribuído negativamente para a perpetuação (e/ou reprodução) da fome e da miséria no Corredor de Nacala. Na maioria das vezes, os capitalistas usam a qualidade do produto como forma de obter a produção dos camponeses a preço mais baixo do mercado.

Mesmo garantindo que irão comprar a produção, nem sempre os capitalistas que fomentam culturas do seu interesse honram com as suas palavras. Após os camponeses produzirem quantidades solicitadas pelos capitalistas, na altura de compra, estes últimos, ficam indisponíveis. Nem sempre a indisponibilidade dos capitalistas significa a falta de dinheiro ou de mercado. Pelo contrário, a indisponibilidade dos capitalistas na hora de compra tem sido uma estratégia deliberada empobrecimento dos camponeses integrados a lógica do modo capitalista de produção por via da subcontratação. Ao permanecerem indisponíveis, a ideia dos capitalistas tem sido a de deixar os camponeses dependentes e sem muitas opções, se não venderem os seus produtos a preços muito baixos do mercado.

Após deixarem os camponeses dependentes e sem muitas opções, os capitalistas avançam com os seus intentos, impondos seus próprios preços. Como forma de não deixarem a produção apodrecer nas suas mãos, sem muitas opções, alguns camponeses aceitam vender a preços baixos impostos pelos capitalistas. Grande parte dos camponeses integrados no mercado através da agricultura de contrato, não têm conseguido ter no mínimo, o retorno de todos os fatores de produção alocados. Para os camponeses que recorrem aos bancos esta situação tem culminado com o seu endividamento e, posteriormente, a sua permanência na linha da miséria e para garantir a sua reprodução social, os mesmos, passam a vender parte dos seus bens (*cf*. SMART & HANLON, 2014).

Para suprir as necessidades internas, os camponeses são forçados ao assalariamento como forma de obter algum dinheiro para comprar produtos alimentares nos mercados. Em outras palavras, a subcontratação está a reproduzir a fome e a necessidade de compra dos produtos alimentares nas famílias camponesas. Por isso, não se pode assumir categoricamente que os PRAI num contexto da agricultura de contrato geram relações que se deduzem em *win-win* (ganhos mútuos), pois sempre há desequilíbrios de poder no processo de negociação. Esse desequilíbrio de poder, faz com que o campesinato seja subalterno À hegemonia do agronegócio. Fernandes e Welch (2008) explicam que o campesinato "é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo a correlação de forças com o capital".

As próprias formas de negociação também são controladas pelo agronegócio e essa situação tem contribuído consideravelmente para a expropriação dos camponeses integrados no campo. Embora os PRAI estejam embutidos de um discurso "desenvolvimentista", a verdade é que, esta é apenas uma tentativa disfarçada do próprio capital em criar um ambiente favorável para que a sua consolidação num determinado lugar não seja ameaçada por lutas populares. No entanto, não constituiu uma verdade absoluta que com o uso dos PRAI pretende-se proteger os camponeses e a natureza no processo produtivo, pois no desenvolvimento capitalista, a expropriação dos camponeses e a destruição da natureza, são fenômenos inevitáveis, pois fazem parte e/ou são inerentes do processo de acumulação ampliada do capital.

A verdade é que os PRAI são uma das recriações do próprio capital nesta primeira metade do século XXI, com os quais pretende atingir o seu objeto primordial, neste caso, a acumulação ampliada do capital em escala global. Os PRAI não têm sido eficientes no combate a apropriação e concentração de terras em países pobres. As próprias instituições multilateriais que têm incentivado o uso dos PRAI enquanto códigos de conduta "como

forma de controlar os efeitos negativos das aquisições de terras em grande escala" (ZOMMERS, 2013, p. 34) nos países pobres, são as mesmas que estão a forçar os governos nacionais a rever as legislações de terras com vista a criar espaço favorável para acomodar os interesses do capitalismo global como está acontecer em Moçambique.

Com o avanço de políticas neoliberais no campo, há uma série de aquisições de terras que têm sido ignoradas nos discursos políticos difundidos pelas instituições multilaterais, ao observar-se apenas uma preocupação com o desenvolvimento das "nações" pobres. Estas aquisições de terras resultantes da implementação de políticas neoliberais no âmbito do desenvolvimento rural/territorial, têm vindo acontecer no Corredor de Nacala, às vezes, de forma fraudulenta, corrupta e sem considerar a autodeterminação dos dos camponeses embora a Lei de Terras 19/97 determine que a realização de consultas comunitárias prévias.

Como consequência direta deste processo, nota-se a apropriação do Corredor de Nacala pelo capital monopolista e a sua transformação num campo de produção de *commodities* de interesse do mercado global. A apropriação de terras no Corredor de Nacala para a produção de *commodities* se intensifica após a crise mundial de preços de alimentos de 2007 e 2008. É este período que o Corredor de Nacala passou a ser um território mais cobiçado pelo capital global. O processo de apropriação de terras pelo capital no Corredor de Nacala torna-se mais fácil porque o governo está interessado em modernizar a agricultura com base no modelo do agronegócio. Igualmente, o processo inacabado de promoção do Investimento Direito Externo (IDE) feito pelo governo, demandou também interesses do agronegócio no Corredor de Nacala. A promoção do IDE pelo governo fez com que as terras do Corredor de Nacala passassem a serem apropriadas pelos capitalistas para a implementação dos seus negócios.

A fácil alienação das autoridades governamentais pelos discursos desenvolvimentistas e produtivistas, adicionado ao interesse das elites políticas e econômicas nacionais ligadas ao partido FRELIMO em fazer alianças com o capital estrangeiro, foram elementos fundamentais que levaram a ocupação e apropriação de terras neste território. Além da terra ser muito barata, a localização estratégica do Corredor de Nacala em relação ao mercado global e a existência de uma cadeia logística (estradas, ferrovias e porto) integrada capaz de permitir o escoamento de *commodities*, passaram também a serem elementos essenciais para a territorialização do capital e, posteriormente, para a sua reprodução ampliada. Não menos importante, estão as condições climáticas e edáficas desta região do país. Tendo em conta que as condições

são ótimas para o sucesso do agronegócio, muitas megaempresas e megaprojetos agrícolas se implantaram neste território.

Aos poucos, o Corredor de Nacala foi sendo apropriado e controlado por megaempresas e megacorporações agrícolas do ramo do agronegócio, com fortes articulações com os capitalistas nacionais, majoritariamente, ligados ao partido no *poder* desde 1975, a FRELIMO. A Cadeia Logística Integrada de Nacala (CLIN), passou a ser disputada por pelas elites políticas e econômicas nacionais que pretendiam a partir dela, acumular a riqueza. Tanto o estudo conduzido por Selemane (2017), Mandamule e Bruna (2017), como o relatório da UNAC e GRAIN (2015), ambos são unânimes em afirmar que, no Corredor de Nacala, nota-se uma confluência de interesses sobre a terras para a produção de *commodities* agrícolas para exportação. Em parte, as transformações do espeço agrário *corredor-nacalaense*, se dão por meio destas alianças caracterizadas pelo clientelismo político entre as elites poderosas do país, os líderes comunitários e/ou régulos e o capital. Essas alianças clientelistas têm gerado uma "burguesia rural" constituido por "agricultores emergentes" ligados ao agronegócio. Para Mosca (2019):

> Os mecanismos formais de criação de alianças clientelistas do capital e das burocracias do poder com as elites comunitárias e a emergência de uma pequena burguesia rural (os designados "agricultores emergentes") constituem atualmente a principal dinâmica de transformação rural, apoiada pelas políticas públicas (MOSCA, 2019, s/p).

No Corredor de Nacala, essas alianças entre as elites políticas e econômicas ligadas ao partido FRELIMO e o capital, são visíveis e isto é confirmado também por Mandamule e Bruna (2015). O processo que leva o estabelecimento de alianças entre as elites e o capital no Corredor de Nacala, além de ser caracterizado por corrupção, é ao mesmo tempo complexo e contraditório, pois usa-se o Estado para viabilizar interesses privados, enfim, de toda a *classe burguesa* (nacional e internacional). Mandamule e Bruna (2017) elucidam que:

> [...] a emergência de alianças no contexto do agronegócio é promovida pela entrada do capital no meio rural combinada com um conjunto de interesses convergentes com interesses de governantes e o capital interno ou externo. Através de *lobby* político, entre outras formas de influência *rente seeking*, a aliança entre o Governo e o grande capital opera através de facilitação da sua penetração, nomeadamente, através de benefícios fiscais e de re-exportação de capitais, de excepcionalidades legais e procedimentos administrativos (MANDAMULE & BRUNA, 2017, p. 220).

Neste sentido, a mundialização do capital monopolista no Corredor de Nacala está a materializar-se por meio destas alianças, em que, na maioria das vezes, levam a formação de empresas que atuam no mercado global de *commodities*. A *AgroMoz* é

apenas um exemplo clássico de uma empresa agrícola que surge destas alianças entre capitalistas nacionais com o capital estrangeiro que se mundializou pela produção de soja e milho. Oliveira (2014) é categórico na sua leitura sobre a forma contraditória da mundialização do capital na agricultura e segundo ele:

> Este processo trouxe consigo a reordenação territorial, em termos mundiais, da formação, compra e fusões de monopólios econômicos que passaram a comandar a economia, igualmente, em termos mundiais. A novidade que este processo trouxe foi a presença, no plano mundial, de monopólios formas em países emergentes, ao processo de ascensão internacional das burguesias nacionais com o apoio dos Estados. As associações entre as empresas monopolistas internacionais com empresas, transformaram-se, ambas, nas empresas mundiais. Ou seja, o capital disseminou-se pelos países emergentes, arrebatando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais (OLIVEIRA, 2014, p. 17-18).

No caso do Corredor de Nacala, nota-se fusões e/ou compra de monopólios econômicos e pode-se dar o exemplo da *Green Resources Moçambique*, uma empresa que viabiliza o agronegócio de eucalipto, em que no âmbito da sua territorialização, "engoliu" pequenas empresas que disputava com ela neste negócio. Esta empresa, cujos desdobramentos territoriais serão vistoS mais em diante, atualmente, constitui-se num dos maiores monopólios no que tange ao controlo de terras no país. No caso dos monopólios, cuja formação foi demandada por alguns capitalistas de países emergentes presentes no Corredor de Nacala e que estabelece alianças com capitalistas nacionais é o *Grupo Pineso*, que viabiliza o agronegócio e, é "dono" de grandes extensões de terras no Brasil.

Trata-se da *AgroMoz*, empresa agrícola que resulta da aliança entre capitalistas nacionais e as burguesias estrangeiras de origem brasileira e portuguesa. Essas alianças entre as elites políticas e o capital, além de ocasionar a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, estão igualmente, a gerar conflitos sociais no Corredor de Nacala. Tendo em conta que as condições estavam criadas, em pouco tempo, o Corredor de Nacala passou a ser disputado por várias corporações agrícolas, cujos potenciais investidores vinham dos países ricos. Os interesses das corporações estrangeiras, tornam-se mais facilitados porque localmente havia também uma elite política corrupta que queria entrar na onda da acumulação por meio de alianças.

Com a crise de preços de alimentos de 2007/8, emerge um "velho" fenômeno em África (e de forma particular em Moçambique) –, a corrida por terras agrícolas. Esta corrida por terras agrícolas em África, é desencadeada por países ricos e não obstante, as as chamadas «*economias emergentes*» (no caso dos *BRICS* – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) sendo que passaram a *grilagem* internacional de terras em países pobres,

às vezes, em nome de promoção do progresso. Os países ricos e os que integram as «*economias emergentes*», passaram a se apropriarem violentamente de extensas áreas de terras para a produção de *commodities* para abastecer os seus mercados, comprometendo a soberania e a segurança alimentar dos povos nativos.

Com o advento da crise de preços de alimentos de 2007/8, camponeses de muitos países africanos, incluindo de Moçambique, passaram a ser expropriados e expulsos dos seus territórios. Igualmente, as terras dos camponeses africanos passaram a ser transformados em campos de produção de *commodities* para abastecer o mercado internacional. A partir deste momento, verifica-se a restruturação dos "regimes alimentares" (*cf*. McMichael, 2016) ou "imperios alimentares" como prefere Ploeg (2008), tendo passarado a se empenhar na mercantilização dos processos produtivos, permitindo assim o controle monopolístico da cadeia alimentar, de um lado, e a extração da renda da terra, do outro. Para Harvey (2016):

> Os "assenhoramentos de terra" praticados hoje no mundo inteiro em especial na África) têm mais haver com a competição crescente para a monopolizar a cadeia de alimentos e recursos com o intuito de extrair a renda do que com o temor de que, a qualquer momento, a natureza possa limitar a produção de alimentos e extração de minérios. O aumento de preços de alimentos – que vem gerando tanta inquietação nos últimos tempos (e até revoluções no norte da África) – pode ser atribuído em grande parte a manipulação do sistema de valores de troca com objetivo de obter lucros (HARVEY, 2016, p. 234).

A corrida por terras agrícolas para a produção de *commodities* para exportação em África, e de forma particular em Moçambique, gerou outros problemas, neste caso, a concentração nas mãos de corporações capitalistas globais, mas por conivência dos governos locais. Em África, e de forma particular em Moçambique, os níveis de concentração de terras nas mãos de corporações capitalistas são escandalosos (*cf*. MOSCA, 2015; UNAC & GRAIN, 2015; SASSEN, 2016). Ao serem expopriados e expulsos das suas terras pelas corporações capitalistas, a maior parte dos camponeses africanos e de forma particular, moçambicanos, passaram a depender a ajuda alimentar para a sua sobrevivencia, nalgumas vezes, vindo dos países que promoveram a expopriação. Esse *modus operandi* das corporações capitalistas vindas dos países ricos e integrantes das «*economias emergentes*», evidencia o *neocolonialismo* mascarado pela ideologia do progresso, mas que na prática, simboliza o retrocesso, ou seja, o atraso do povo africano e moçambicano de forma particular. Para Fernandes (2009):

> Esta realidade intensifica a questão agrária agora não somente como um problema de renda da terra, mas reforçando o sentido e o significado do conceito de soberania alimentar e que está – cada vez mais – associada à soberania dos povos (FERNANDES, 2009, p. 4).

Além disso, muitos países e organizações multilaterais passaram a fomentar também a produção de culturas do seu interesse, que passava pela integração dos camponeses ao modo capitalista de produção por meio da agricultura por contrato. Muitos capitalistas internacionais que fomentam o agronegócio ao longo do Corredor de Nacala e dividem-se em três principais grupos. O primeiro grupo, é composto pelas empresas estrangeiras que além de se implantarem diretamente no território e ser elas a produzir, fomentam as culturas de exportação, contratando os camponeses locais. O segundo grupo, é composto por monopólios globais do agronegócio, e estão ligadas tanto no setor de sementes e fertilizantes como de equipamentos/maquinarias agrícolas. Este grupo comporta a *Cargill, Phoenix, SABMiller, COMACI, DADTCO, Sunshine Nut Company, Competitive African Cotton Initiative, African Cashew Initiative (ACI) AGCO, Swiss Re, United Phosphorus (UPL)/Advanta, Vodafone/Vodacom, TchnoServe*.

Já o terceiro grupo é composto por Organizações Não Governamentais (ONGs), parceiros de cooperação internacional, blocos econômicos e instituições multilaterais e pode se citar, o Banco Mundial, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Liga das Cooperativas dos EUA (CLUSA), Programa Alimentar Mundial (WFP, sigla inglesa), a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional do G7 (antes G8). Adiciona-se também a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em articulação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e entre outros.

Esses capitalistas globais, têm influenciado nas mudanças que estão em curso no espaço agrário moçambicano e, principalmente, no Corredor de Nacala, pois além de ocuparem extensas áreas de terras para a expansão de *commodities,* financiam também atividades agrícolas. No Corredor de Nacala, os investimentos que vêm entrando desde o começo do século XXI (com mais notoriedade nos anos 2007 e 2008) para a produção agrícola, não se restringe apenas aos tradicionais movimentos dos países centrais. Pelo contrário, os países periféricos vêm se notabilizando na corrida por terras agrícolas para a produção de *commodities*.

Nessa corrida por terras agrícolas no Corredor de Nacala pelo capital, nota-se também mudanças no campo geopolítico. No caso moçambicano, tanto a Cooperação Norte-Sul (CNS) como a Cooperação Sul-Sul (CSS), sobretudo, as chamadas *economias emergentes* ou simplesmente *BRICS* (Brasil, Índia, China e África do Sul), ambas passaram a demandar o controlo monopolístico de terras e de outros recursos naturais –, o chamado *land grabbing*, no sentido mais amplo, para acumulação ampliada de capital

em escala global. Tanto a Cooperação Norte-Sul quanto a Cooperação Sul-Sul passou a promover o *lang grabbing* em Moçambique, sendo o Corredor de Nacala, o território alvo do capital financeiro.

Vários investidores, tanto da norte global quanto do sul global, beneficiando do financiamento dos seus governos, passaram a se apropriar de largas extensões de terras para a produção de *commodities*. A própria diplomacia feita no âmbito da cooperação internacional entre as nações ricas e as pobres, mudou duma forma repentina. Se antes a diplomacia era política e/ou econômica, com a crise de preços de alimentos, passou a ser dominada pela *diplomacia da fome* (*cf.* Inocêncio, 2010) e os países mais afetados por ela, neste caso, a China e o Japão, passaram a ser protagonistas no processo.

Para os países como China e Japão, só para citar alguns exemplos, por causa da sua dependência em *commodities* como a soja, a distância com o lugar de produção não é um problema como tal. O que interessa para países como China e Japão, é a disponibilidade da terra para ser explorada para a produção de mercadorias, mas a um preço mais barato possível. Neste sentido, estes países seriam os principais financiadores e, nalgumas vezes, compradores (mercado) e os governos nacionais, apenas deveriam garantir terras agrícolas. A tecnologia a ser usada também viria destes países. Em casos de dificuldades na transferência da tecnologia, fariam parcerias com outros países.

Estes países são aqueles que têm reconhecimento internacional em pesquisas agropecuárias, sobretudo, da agricultura tropical. Igualmente, são países que conseguiram com sucesso alcançar, embora de forma contraditória e desigual, a modernização da agricultura, reproduzindo as práticas da revolução verde mediante o uso de pacotes tecnológicos. Nesta empreitada, os países com o interesse em terras agrícolas para a produção de *commodities* começaram a aliar-se também àqueles que são reconhecidos mundialmente como *expert* em matéria de pesquisa agropecuária, sobretudo, capazes de empreenderem uma transformação estrutural da agricultura. É neste contexto que o Brasil se tornou aliado do Japão para a expansão do agronegócio em Moçambique no âmbito do ProSAVANA.

O Brasil não foi escolhido ao acaso pelo Japão como seu aliado nesta empreitada pela tranaformação estrutural da agricultura no Corredor de Nacala. Pelo contrário, ambos já vinham cooperando desde a década de 1970, durante a implementação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) no cerrado brasileiro. Essa perferência do Japão pelo Brasil como seu aliado, deve-se em grande medida pelo papel revolucionário desempenhado pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) nas

pesquisas agropecuárias, as quais tornaram este país latino-americano numa potência bem sucedida da agricultura tropical, reconhecimento feito pela JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) durante a promoção do ProSAVANA.

Esta multiplidade de interesses por terras agrícolas, é que faz com que a questão agrária no Corredor de Nacala seja mais complexa. A complexidade da questão agrária do Corredor de Nacala se dá por envolver diversos grupos com interesses em terras agrícolas para a produção de *commodities* para exportação, desde as elites frelimistas, burocratas e capitalistas nacionais, instituições multilaterais, ONG´s, parceiros de cooperação, investidores estrangeiros individuais e entre outros. Além disso, fronteiras agrícolas já implementadas em outros lugares do mundo, foram sendo deslocadas para o Corredor de Nacala num esquema caracterizado por falta de transparência e o ProSAVANA, é apenas um exemplo clássico deste processo contraditória de mundialização da agricultura capitalista.

Dezenas de monopólios do agronegócio controlam monopolisticamente milhares de hectares de terras no Corredor de Nacala. Em apenas 10 anos, isto de 2008 até mais ou menos até 2018, mais de 38 empresas de diversos continentes ligadas ao ramo do agronegócio (agricultura, silvicultura, pecuária e avicultura) entraram no Corredor de Nacala. O quadro 17, traz a lista de alguns monopólios do agronegócio presentes no Corredor de Nacala. De realçar que, estes monopólios vêm de diversos países, com destaque para o Brasil, Japão, Índia, Portugal, Noruega, Ilhas Maurícias, EUA, só para citar alguns exemplos.

Quadro 17. Monopólios do agronegócio presentes no Corredor de Nacala.

Nome do projeto ou da empresa agrícola	Extensão territoria (ha)	Culturas produzidas e/ou a produzir
ProSAVANA	14,5 milhões	Soja, milho, cada-de-açúcar, algodão, etc.
Companhia do Desenvolvimento do Vale do Lúrio	607.237	Construçao de barragem hidroelétrica, produção de milho, cana-de-açúcar e algodão
MOZACO & Grupo Espírito Santos	2.389	Soja, milho e algodão
AgroMoz	9.000	Soja, milho e feijões
Hoyo-Hoyo	28.000	Soja e milho
Murimo Macadámias Ltda	3.200	Macadámia e milho
Chazeiras de Moçambique	2.228	Chá
Mathária Empreendimentos	20.000	Soja, milho e algodão
Matanuska	3.000	Bananas
Green Resources Moçambique (Niassa Green Resources & Lúrio Green Resources)	126.000	Eucaliptos
Alfa Agricultura	1.650	Criação de galinhas para a produção de ovos
New Horizontes Moçambique	380.75	Criação de galinhas para a produção de ovos
Rei Agro	12.500	Soja e milho
Corredor Agro	8.200	Bananas e mandioca
Trigon Mozagri Spv	19.800	Algodão
MedErgy Global	10.000	Cereais
African Century Agriculture	4.800	Soja e milho
Avian Limitada	9.000	Cereais
Onça Moçambique	9.500	Cereais
Olan Mozambique	9.530	Creais
Sisaleira(s) de Monapo	5.500	Sisal

Eggs for África	27.996	Criação de galinhas para a produção de ovos
Santos Agrícola	1.300	Gergelim, cereais e hortícolas
Raízes Profundas Agrícolas	500	Soja, milho e hortícolas
Amarula Farms	780	Gergelim e hortícolas
Alfa Agricultura Nacololo	1.080	Cajú
Agrobusiness	1.000	Milho
Agro Mercado	1.000	Milho e Tabaco
Chá de Magoma	1.719	Chá
Macadámias G&F	836.33	Macadámias, milho e feijões
Alfa Química	1.700	Soja e milho
ATFC	3.052	Eucaliptos
SDZ	2.688	Chá
Chá Mitilile	600	Chá
Jacarandá Agricultura Lda	6.050	Soja, milho, cana-de-açúcar, criação de gado, aves (frangos)
MOSAGRI Lda	4.000	Murringa

Fonte: UNAC & GRAIN (2015); Justiça Ambiental e UNAC (2011); Justiça Ambiental; Livaningo & UNAC (2016); ADRCRU & PLASS (2016); MANDAMULE (2017); DPASA-N (2018); www.terradealguns.divergente.pt e informações obtida durante a pesquisa de campo. **Org**.: O autor

As megaempresas e megaprojetos agrícolas apresentadas no quadro 17, são as que possuem informações disponíveis e, estão presentes em vários estudos e em *sites* de organizações camponesas. Mesmo não contemplando todos os projetos e/ou iniciativas do agronegócio, o quadro 17, ilustra a forma como o Corredor de Nacala, vem sendo apropriado e controlado por corporações agrícolas ligados ao capital financeiro globalizado. Algumas destas mega-empresas, já começaram com as suas atividades, tendo explorado alguns hectares de terras conforme o quadro 18.

Quadro 18. Comparação entre áreas concessionadas e áreas exploradas pelas empresas agrícolas ao longo do Corredor de Nacala.

Nome da empresa/projeto	Área autorizada (ha)	Área explorada (ha)
Amarula Farms	780	780
Santos Agrícola	1.300	400
Raízes Profundas Agrícola	500	500
Novo Horizonte/Frango King	38.075	12.000
Alta Agricultura Nacololo	1.080	150
Eggs For Africa	27.996	35
Mozambique Fresh Eggs	100	4
Agrobusiness	1.000	400
Agro Mercados	1.000	30

Fonte: DPASA-N (2018). **Org**.: Do autor.

No quadro 19, é possivel ver a exploração das terras é diferenciada. Nota-se que, há empresas que já exploraram áreas maiores quando comparado com outras. As empresas *Eggs For Africa*, *Novos Horizontes/Frango King Moçambique Lda.*, *Alfa Agricultura Nacololo* e *Agro Mercados*, são as que apresentam os menores níveis de exploração das suas áreas. Olhando pela forma contraditória e desigual como desenvolvimento capitalista se dá no campo, pode-se inferir que, os menores níveis de exploração de terras que estão na posse dos monopólios do agronegócio, devem-se por causa do caráter rentista do capital por onde se implanta. Quando o mercado de *commodities* não for favorável ao processo de acumulação, os capitalistas não exploram

a terra na sua plenitude, pois temem perder o seu investimento. Para o capitalista investir na produção agrícola, ele precisa ter certeza que não vai perder. Nenhum capitalista no mundo se atreve em alocar o seu investimento num negócio para não ganhar mais do que investiu.

Essa é a lógica do desenvolvimento capitalista e, é a razão da existência de muita terra na posse de monopólios do agronegócio no Corredor de Nacala.que ainda não está a ser explorada devidamente. Aliás, os baixos níveis de exploração de terras por parte dos capitalistas constatados pelo Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) aquando da Campanha Nacional de Fiscalização de Terras (CNFT), levado acabo em 2018, em parte, este fenômeno tem a ver com o fato do mercado de *commodities* não ser favorável nalguns momentos para os capitalistas que se beneficiaram de concessões feitas pelo Estado. O único período que os capitalistas intensificam a produção de *commodities* é quando se nota uma estabilidade dos preços no mercado global. A acumulação do capital ocorre quando os preços dos *commodities* são estáveis e/ou crescentes no mercado global, pois permitem os capitalistas obterem lucros elevados.

Tendo em conta que o agronegócio necessita do uso de tecnologia no processo produtivo, nota-se também a implantação de empresas ligadas ao ramo de maquinarias agrícolas no Corredor de Nacala. Trata-se, portanto, da *John Deere*, uma empresa global que se instalou em Moçambique através da sua subsidiária de nome *LonAgro Moçambique Lda*. A sede desta empresa está na cidade de Maputo, mas tem uma representação ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, na cidade de Nampula.

Foto 16. Instalações da LonAgro (subsidiária da John Deere) na cidade de Nampula

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Esta empresa vende maquinarias agrícolas para todas as atividades ligadas ao processo produtivo na agricultura (plantadeiras/semeadeiras, colhedeiras, cortadores giratórios, pulverizadoras, aplicadores de nutrientes). Além de Moçambique, esta empresa atua também em outros países africanos onde o agronegócio tem se expandido nos últimos anos, sobretudo, em Angola, Tanzânia, Sudão, Etiópia, Malawi, Ruanda e Burundi. Por causa da forte presença de monopólios do agronegócio, nota-se também a presença de empresas ligadas ao ramo de comercialização de sementes e fertilizantes.

Maior parte das empresas produtoras e fornecedoras de sementes no Corredor de Nacala, estão localizadas nas províncias de Nampula e Zambézia, respectivamente. Na província de Zambézia, o destaque vai para a *Lozane Farms do Alto-Molocué*. Conforme Smart e Hanlon (2014) esta empresa "produz sementes em produção externa para soja, milho híbrio, batata-doce de polpa alaranjada, mapira e grão-de-bico". Estes autores, descrevem ainda que a *Lozane Farms do Alto-Molocué*, começou a produzir sementes em 2003, sendo que neste período, tinha perto de 100 hectares.

Igualmente, estes autores destacam que, a partir de 2011, esta empresa passou a produzir apenas a semente de soja, fornecendo para cerca de oito (8) associações de produtores e contava com o envolvimento direto da *CLUSA*, *TechnoServe* e *Agrifuturo* da *USAID*. Segundo este autores, a *Lozane Farms do Alto-Molocué* é a única empresa envolvida na produção de sementes que assinou um contrato com Nova Aliança do G8 (atualmente G7). Este contrato, levaria a *Lozane Farms do Alto-Molocué* a ampliar o processo de produção de sementes para respodder a demanda, tendo em conta que o objetivo do G8 (atualmente G7) era (e continua sendo) de viabilizar o agronegócio ao longo do Corredor de Nacala.

Outra empresa produtora de sementes é a *Oruwera*. De acordo com Smart e Hanlon (2014, p. 137) esta empresa foi "estabelecida em 2011, produz sementes de milho, feijões, gergelim e amendoim em produção própria e a contrato". Igualmente, estes autores, em 2011 a *Oruwera* contava com algumas associações que trabalhavam para ela, sendo que havia cultivado uma área de 105 hectares. Por sua vez, contava com 15 agricultores familiares, aonde contavam com uma área cultivada de 50 hectares. Em sua tese de doutorado, Macaringue (2017, p. 284) revela que a *Oruwera* foi criada com a "missão de multiplicar e comercializar as sementes melhoradas" laboratorialmente.

Para realizar a sua missão, esta empresa beneficiou-se de "donativos concedidos pelas organizações internacionais, designadamente AGRA, CIMMIT, FINAGRO e PROSAVANA-JICA" (MACARINGUE, 2017, p. 285). Esta empresa tem expandido as

suas ações em quase todas as províncias que perfazem o Corredor de Nacala e isto deve-se à maior procura por parte dos produtores. Além de sementes, esta empresa oferece também serviços de treinamento de produtores integrados ao modo capitalista de produção. Por causa do aumento do número de produtores que procuram por sementes melhoradas e dos seus serviços, segundo Macaringue (2017) a *Oruwera Lta*:

> [...] estabeleceu duas redes de produtores e de retalhistas em quatro distritos. São no total 750 produtores e 50 retalhistas e comerciantes agrícolas nas províncias de Nampula, Zambézia e Cabo Delgado. A Oruwera oferece treinamento técnico e comercial para produtores e varejistas e compra sementes básicas e certificadas (MACARINGUE, 2017, p. 284).

Como se pode ver, além de estar no mercado de sementes, a mesma empresa está a avançar com fornecimento de outros serviços aos produtores, sobretudo, conhecimentos técnicos e ligados a comercialização dos produtos agrícola. A diversificação das atividades e/ou serviços é a principal característica dos monopólios do agronegócio quando se territorializam, pois eles, avançam com o controle monopolístico de quase toda a cadeia produtiva. Este controle monopolístico da cadeia produtiva, torna os produtores integrados mais dependentes das empresas fornecedoras de sementes, fertilizantes, conhecimento, serviços de extensão agrária, treinamento, etc., fazendo com que as empresas fornecedoras de sementes, fertilizantes, serviços e conhecimentos, concentrem o poder e mais tarde, usam-no para subalternizar/sujeitar os agricultores integrados. A esse respeito, Fernandes e Welch (2008) pontuam que:

> O capital controla todos os sistemas do complexo [...]. O controle deste complexo pelo capital, denominado o agronegócio, também tem dominado os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e politicas agrícolas. [...]. Este controle é determinado pela escala de produção de diferentes sistemas: produção, indústria, mercado, financeiro, etc. [...]. A lógica do agronegócio é controlar todas as formas de conhecimento, desde as tecnologias até as formas de negociação" (FERNANDES & WELCH, 2008, p. 48-64)

O Instituto Internacional da Agricultura Topical (IITA) é outra instituição que está ligada a produção e comercialização de sementes ao longo do Corredor de Nacala e a sua sede está localizada na cidade de Numpula e é financiado pela USAID. De acordo com Macaringue (2017) o IITA conta com um investimento de cerca de 38 milhões de dólares (34,6 milhões de euros) e será destinado as províncias de Nampula e Zambézia, respectivamente. Das sementes produzidas e certificadas pelo IITA, destacam-se: gergelim, Feijão Nhemba (variedades: IT-16, IT-18, IT-1069 e IT-1263) e soja (variendades: wima, sana, wamina, Zamboane e Olima) e os campos de produção estão em diferentes distritos da província de Nampula (*cf*. MACARINGUE, 2017). A empresa

IKURO, encontra-se também a produzir e a certificar sementes ao longo do Corredor de Nacala. Das sementes produzidas pela IKURO, destacam: amendoim (variadede: nametil), milho (variedade: matuba e ZM523), gergelim (variedade: limd), soja (TGX8F), feijão nhemba (variedade: IT16 e IT18) e feijão boer (variedade: 0040) e os campos de produção estão localizados em diferentes distritos da província de Nampula.

No âmbito governamental, o Instituto de Investigação Agrário de Moçambique (IIAM) tem se notabilizado na produção e certificação de sementes laboratoriais como também a sua distribuição e comercialização aos produtores espalhados ao longo do Corredor de Nacala. No processo de produção e certificação de sementes, o IIAM tem trabalhado com empresas privadas, como, por exemplo, o IITA e o IKURO. De realçar que, o IIAM e o IITA estão a realizar pesquisas de leguminosas, soja e milho e conta com o financiamento da USAID e a Fundação Bill & Melinda Gate. Estas pesquisas estão acontecer no distrito de Gurué, na província da Zambézia conforme a foto 17.

Foto 17. Pesquisas de leguminosas (soja e feijão nhemba) reaizadas pela IITA e o IIAM no distrito de Gurué/Zambézia

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Parte das sementes utilizadas na produção agrícolas vêm do Brasil e as mesmas são comercializadas em várias lojas na cidade de Nampula. As sementes de origem brasileira que são comercializadas na cidade de Nampula são majoritariamente de hortícolas. Como se pode ver, as condições para a monopolização e o controlo monopolístico do território e com ela, a cadeia de produção no estão criadas no Corredor

de Nacala. Significa que, as políticas de controle e o poder, tanto no setor de máquinas agrícolas como de semente e conhecimento tecnológico, estão concentrado nas mãos do capital. Neste contexto, estão criadas e garantidas todas as condições necessárias para a acumulação ampliada do capital em escala global. Para o campesinato, resta apenas a sua integração perversa no próprio sistema agrícola controlado pelo capital. De realçar que, mesmo de forma subordinada, os camponeses resistem com vários mecanismos a hegemonia do agronegócio.

A territorialização do capital por via de corporações agrícolas ao longo do Corredor de Nacala, está a dar-se duma forma desigual e contraditória. Verifica-se, no entanto, um intenso processo de apropriação privada do território e com ele, todos outros recursos naturais, alguns deles, vitais para a sobrevivência das famílias camponesas. A expansão do capital está a mudar drasticamente a economia desse território ao notar-se a consolidação de modelo agrário pautado pelo lucro, baseado na produção de *commodities* para a exportação, assegurada por grandes companhias multinacionais. Os usos dos territórios passam a ser baseados pela lógica capitalista, o que significa dizer que, a permanência e a reprodução das relações não-capitalistas de produção no campo, passam a ser minadas.

Mesmo assim, para garantir a sua acumulação ampliada, ao se territorializar, o capital tem-se nutrido as relações não-capitalistas de produção e isto passa necessariamente por subordinar/sujeitar os camponeses à lógica do modo capitalista de produção por meio da agricultura de contrato como também por transformá-los em trabalhadores assalariados a seu serviço. No Corredor de Nacala, verifica-se o que Harvey (2004) chamou de "acumulação via espoliação", pois trata-se de um processo que contém fortes traços da *acumulação primitiva do capital* cunhada por Karl Marx. Ao fazer comentário da teoria de acumulação (primitiva) de capital formulado por Karl Marx, Harvey (2005) faz a seguinte leitura do processo:

> A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa acumulação do capital o centro das coisas. Acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos (HARVEY, 2005, p. 43).

A revolução do capital no processo produtivo, se dá pela "técnica moderna", pois é ela que garante a sua circulação e reprodução em escala global. Para Harvey (2018, p. 111) "a questão da tecnologia é fundamental para compreender as dinâmicas do capital

em movimento". Neste sentido, a reinvenção do capital quando está em crise, se dá também pela técnica moderna que é distribuída nos mercados para o seu uso na agricultura. Tais técnicas modernas, nem sempre são benéficas para a humanidade e biodiversidade, pois na maioria das vezes, são fabricadas apenas para atender os interesses do capital, sobretudo, para sair da crise, mesmo que não seja definitiva.

O Corredor de Nacala tem sido palco de utilização desta "técnica moderna". Os camponeses têm sido perversamente forçados a utilizá-los nos processos produtivos. A economia do Corredor de Nacala, insere-se também dentro do que Sassen (2016) chama de "economias em contração". Ao fazer alusão as *economias em contração*, Sassen (2017) faz referência as brutalidades geradas capital caracterizadas pela destruição da biosfera em resultado do uso da técnica moderna no processo produtivo.

Para esta autora, além de expulsão dos sujeitos e concentração de terras nas mãos de capitalistas, as *economias em contração* por causa do uso intensivo da técnica moderna estão a deixar "extensões cada vez mais maiores de terras e águas mortas" (SASSEN, 2016, p. 21). A realidade revela que, a expansão das relações capitalistas de produção no Corredor de Nacala, transcendem as questões de ordem socioambiental. O fenômeno de acumulação via espoliação é caracterizado pela apropriação, pilhagem e/ou predação dos recursos naturais, sem respeitar a sociedade presente nos territórios aonde ocorre os processos e muito menos há respeito para com a natureza. Em suas próprias palavras, Harvey (2004) explica que a acumulação via espoliação se dá pela:

> [...] mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004, p. 121).

O fenômeno de acumulação via espoliação em curso no Corredor de Nacala, está a dar-se de forma rápida, turbulenta e violenta para o ser humano, sendo que, às vezes, os sujeitos diretamente implicados não têm tido instrumentos necessários para prever o seu futuro e destino. Além da pilhagem e destruição dos territórios comunitários e com eles, os recursos naturais, a degradação e banalização da condição humana, são outros aspectos que se verificam no Corredor de Nacala como resultados da expansão do capital. Embora com altos custos sócio-territoriais, a acumulação via espoliação é, em parte, resultado de

uma ação política, na medida em que é legitimada pelos Estados (e/ou governos) nacionais em nome do desenvolvimento.

No caso específico de Moçambique, o governo local tem legitimado o fenômeno de acumulação via espoliação por meio de concessões de terras ao capital privado, seja ele nacional como estrangeiro em nome de desenvolvimento. O exemplo disto, é o ProSAVANA, programa que vem do Brasil que visa modernizar o Corredor de Nacala por meio da produção de *commodities* em grande escala. O processo de *acumulação via espoliação* visto a partir do Corredor de Nacala, avança também no sentido de destruir a agricultura camponesa, integrando-a perversamente na sua lógica do modo capitalista de produção.

A territorialização do capital no Corredor de Nacala, mostra uma tentativa acirrada de apropriação e controlo monopolístico do território. A ocupação de grandes extensões de terras por monopólios do agronegócio é uma demonstração clara de que se está diante de um processo de apropriação e controlo monopolístico do território pelo capital. O território delimitado dentro do Corredor de Nacala para ser ocupado pelo ProSAVANA para a exploração capitalista da terra, é uma consequência direta de atuação do capitalismo global, visando garantir a sua reprodução ampliada.

Além de apropriação privada de quase toda a riqueza aí existente com destaque para a terra e com ela, outros recursos naturais, sobretudo, a água, o capital tem estado a incorporar o Corredor de Nacala nos circuitos do modo de produção capitalista, em que o fim último, é a extração renda da terra através da expansão de *commodities*. Essa forma de atuação do capital no Corredor de Nacala, lembra o debate sobre o "imperialismo" travado por Lênin (2012) em «*O imperialismo: estágio superior do capitalismo»*.

A expansão geográfica do capital para as novas áreas, sobretudo, onde supostamente tem "terras livres e subutilizadas" para a sua exploração capitalista por meio de empresas agrícolas é, em si, um ação imperial. A expansão é, no entanto, uma fórmula recriada pelo próprio capital para sair das recorrentes crises que ele próprio (re)produz no seu ciclo de vida. Neste sentido, o capital tenta sair dessas crises, se expandindo para os países periféricos, na busca de novos territórios para garantir a sua reprodução ampliada e, é o que vem acontecendo desde a crise de preços de alimentos de 2007/8, que moveu a corrida por terras agrícolas na África e Moçambique, em particular. Harvey (2005) faz saber que:

> O capitalismo apenas consegue escapar da sua própria contradição por meio de expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e

> necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação (HARVEY, 2005, p. 64 itálicos do original).

A recente expansão do capital por meio de empresas transnacionais e fronteiras agrícolas outrora implementadas em outros países, sobretudo, no Brasil, no caso do ProSAVANA, evidencia esse desejo pela acumulação ampliada do capital por meio da expansão de *commodities* de interesse do mercado global. No atual contexto da globalização do agronegócio, as suas práticas no campo evidenciam a materialização de *(sub)imperialismo* por meio da produção de *commodities* de interesse do mercado global, mas mascarado pelo discurso "produtivista" e "desenvolvimentista". Sobre o imperialismo, Lênin (2012) é categórico e afirma que:

> [...] o imperialismo da forma mais breve [...] é o estágio monopolista do capitalismo. Esta definição compreenderia o principal, pois, de um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas industriais, e, por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido" (LÊNIN, 2012, p. 124).

A expansão das "empresas imperiais" no Corredor de Nacala, tem evidenciado o que Santos (2013) chamou, por exemplo, de "compartimentação e fragmentação do espaço geográfico". O que acontece no Corredor de Nacala, é que no contexto dos recortes espaciais em cursos neste espaço agrário, os territórios delimitados, estão a ser controlados por grandes corporações agrícolas e com eles, imensas áreas de terras que são usadas para a expansão de *commodities*. Ainda nesta fase transitória para o imperialismo, regra geral, sempre que o capital se territorializa, opera no sentido de criar condições necessárias para a reprodução ampliada. A territorialização do capital no Corredor de Nacala tem significado apropriação da terra e de outros recursos naturais importantes para a sobrevivência dos povos nativos.

A apropriação, privatização, mercantilização e commoditização dos recursos naturais pelo capital, tem contribuído, sobremaneira, para o aumento dos níveis de pobreza no Corredor de Nacala. Harvey (2014, p. 62) faz saber que "a comodificação (*commodification*) dos recursos naturais e as crescentes commodificações e privatizações de tudo que nos cerca estão transformando a vida cotidiana em fonte de desigualdades que surgem em qualquer sistema de mercado". Neste processo, os camponeses passam a ser impedidos de usufruir os bens da natureza (terra, recursos hídricos e florestas), pois

são apropriados e incorporados a lógica do mercado no processo de acumulação ampliada do capital em escala global.

Contraditoriamente, no Corredor de Nacala este processo já despejou e forçou milhares de famílias camponesas a migrarem para as cidades. Os que já foram despejados das suas terras no âmbito da entrada de corporações, alguns deles, estão em locais de reassentamento, às vezes, sem condições necessárias para a sua reprodução social. Parte considerável das famílias camponesas reassentadas no âmbito da territorialização do capital no Corredor de Nacala, as suas condições de vida se deterioraram. É por esta razão que algumas famílias camponesas começaram a regressar para os locais de origem na tentativa de reaver as suas terras, mas nem sempre conseguem tê-las de volta.

O assalariamento nas "agroindústrias", nalguns casos, as mesmas que lhes expropriaram, passou a ser uma forma de luta pela sobrevivência para a maior parte das famílias camponesas, situação que se torna numa autêntica violência. Os próprios reassentamentos populacionais resultantes da territorialização do capital, transformaram-se em "viveiros" da mão-de-obra barata e fácil de ser explorada pelo mesmo capital que outrora lhes expropriou. Na maioria das vezes, os proprietários destas empresas, nem sempre vivem nos lugares de produção de *commodities*, mas sim, nas cidades e no exterior, situação que retarda o desenvolvimento rural inclusivo no campo.

O processo expansão do capital se dá pelo cerceamento das terras outrora ocupadas pelos camponeses. As cercas montadas pelo capital, às vezes, com arame farpado, são um obstáculo para reprodução social das famílias camponesas. O cerceamento das famílias camponesas por onde o capital se expande não é apenas um caso isolado de Moçambique, muito pelo contrário, este fenômeno vem ocorrendo em outros países do mundo, onde o agronegócio tem maior expressão. No Corredor de Nacala (e no país em geral), nota-se um crescente processo de confisco e destruição dos territórios comunitários construídos/produzidos na base de *normas e práticas costumeiras*, aonde a herança da terra é uma das formas de transferência dos saberes, sabores, valores e viveres, enfim do modo de vida tradicional entre os sujeitos.

O confisco e a destruição destes territórios comunirarios, representa a morte simbólica destas famílias, pois a sua ligação com os seus ancestrais a partir da terra, é cortada. No caso moçambicano, as empresas agrícolas que confiscam e aniquilam os territórios comunitários, são protegidos pelo governo. Para os camponeses se livrarem das cercas, exigirá deles, a sua união para de forma conjunta, lutarem e resistirem contra este tipo de injustiça social protagonizado pelo capital ainda em expansão no espaço

agrário *corredor-nacalense*. É o que tem acontecido nos dias atuais, pois os camponeses têm ganhado consciência de que estão sendo cercados, injustiçados, violentados, expropriados e expulsos das suas terras e que os seus direitos, estão sendo aos poucos usurpados pelo capital.

Como diz Martins (1988, p. 11) "a cerca cria o sentido político do corte do arame farpado" e os camponeses do Corredor de Nacala, inseridos nas dinâmicas dos movimentos sociais, têm entrado em cena, lutando e resistindo numa disputa acesa contra as corporações capitalistas para não perder os seus territórios. Por exemplo, a UNAC e GRAIN (2015) diz estar-se diante de "uma nova era de luta contra plantações coloniais" no Corredor de Nacala. Essas organizações rematam que:

> O dinheiro que está a entrar em agronegócios no Corredor de Nacala está, essencialmente, a recriar o que a população local viveu sob o colonialismo português. Durante o período colonial, o governo entregou generosamente as terras mais férteis na área a investidores portugueses. Em alguns casos, os moçambicanos que cultivavam as terras recebiam pequenas quantidades a título de compensação, mas na maioria dos casos eram simplesmente desalojados e escravos. Com a independência, em 1975, os investidores portugueses fugiram e as populações locais voltaram às suas terras para retomar a agricultura. Em alguns casos, empresas estatais tomaram posse de plantações coloniais, mas poucas destas empresas foram capazes de manter a produção, e mais tarde as comunidades recuperaram também grande parte destas terras (UNAC & GRAIN, 2015, p. 5).

A realidade atual do Corredor do Nacala revela também que se está diante da territorialização de "regimes alimentares" (*cf.* McMichael, 2016) e/ou "impérios alimentares" (*cf.* Ploeg, 2008) na medida em que procuram empreender um ordenamento produtivo por meio de expansão de monoculturas. Já na sua fase monopolista, os *regimes alimentares* e/ou os *impérios alimentares*, avançam no controlo de todo o processo produtivo, desde a produção, processamento, comercialização e distribuição dos próprios alimentos e os demais produtos agrícolas.

Isto tem servido de um *trampolim* para o império empreender no território onde se implanta, uma acumulação ampliada do capital em escala global. O que está a acontecer no Corredor de Nacala é que sempre que agronegócio se territorializa, produz mudanças no territórios, sobretudo, na forma de produzir os alimentos, na medida em que procura padronizá-los a lógica do mercado. Os camponeses são forçados a entrar no sistema, situação que lhes coloca na dependência dos chamados "novos" pacotes tecnológicos.

Neste processo, o camponês perde a autonomia produtiva, isto é, o poder de decidir sobre o que produzir, quando produzir, como produzir e porque (e/ou para quê)

produzir, por exemplo. Tal situação coloca em cheque a reprodução social do campesinato de forma soberana e autonômia. A foto 18, traz um pouco as transformações produtivas em curso no Corredor de Nacala. Como se pode observar, uma mulher camponesa está a cultivar monocultura da soja na sua machamba, onde já havia semeado cultura de milho. Isto revela que a presença massiva do agronegócio neste distrito tem estado a trazer mudanças nos sistemas alimentares campesinos.

Foto 18. Camponesa semeando a cultura da soja na sua machamba em Lioma/Gurué

Fonte: Acervo particular de Clemente Ntauzi (2019)

Muitos camponeses integrados ao mercado estão a perder seus traços culturais e com eles, o seu modo de vida. A dieta alimentar dos camponeses também mudou significativamente desde que começaram a se integrar ao mercado. Antes, a dieta alimentar de muitas famílias camponesas eram composta por batata doce, abóbora, mandioca e entre outros produtos, mas com a sua integração ao mercado, passaram a preparar alguns *paezinhos* feitos de leite de soja (*cf*. ADECRU & PLASS, 2016) e entre outros derivados. O processamento de soja a nível local pelos camponeses, implica o aumento dos níveis de consumo por parte destes. Isso mostra que os sabores tradicionais que são adquiridos e transmitidos de geração em geração, estão sendo substituídos pelos "de fora" e, esta, é uma grande perda para as famílias camponesas.

É o que observa no distrito de Gurué, na província da Zambézia, tradicionalmente considerado a "capital da soja" no país. As mudanças nos sistemas alimentares campesinos foram também confirmadas pela UNAC e GRAIN em seu relatório publicado em 2015. Essas duas organizações descreveram que "os investidores estrangeiros e seu modelo industrial do agronegócio estão a causar estragos no seio das comunidades

camponesas e os seus sistemas alimentares" (UNAC & GRAIN, 2015, p. 6). A mesma constatação foi feita pela ADECRU e PLASS em seu relatório publicado em 2016. O estudo conduzido por estas organizações, centrou-se no distrito de Gurué, na província da Zambézia. Estas duas organizações sociais, concluem que:

> [...] a especialização em culturas de rendimento, empreendida pelos pequenos agricultores, está também associada com o esgotamento dos recursos naturais, o desaparecimento de alimentos tradicionais (culturas locais) e a redução da diversidade de sementes. E tudo isto é consequência da proeminência crescente das sementes certificadas, que oferecem rendimentos maiores aos pequenos agricultores. Por conseguinte, em simultâneo com a diversificação dos cabazes alimentares – assim que um número cada vez maior de agricultores vai integrando as culturas de rendimento, como a soja, nos seus regimes alimentares – estas novas culturas de rendimento são compradas pelos consumidores locais. Por isso, regista-se uma dependência crescente nos alimentos comprados para satisfazer as necessidades alimentares dos agregados familiares (ADECRU & PLASS, 2016, p. 43).

Mas, vela realçar que, a especialização produtiva dos territórios para a sua exploração capitalista, sobretudo, a expansão do agronegócio, traz consequências nefastas, não apenas sob ponto de vista social e ambiental, mas também territorial. Com a especialização produtiva dos territórios, o seu conteúdo muda profundamente, sobretudo, a sua morfologia paisagística. Em locais onde ocorre a especialização dos territórios, surge uma paisagem homogênea, em resultado da plantação de monoculturas.

Nestes locais, por exemplo, pelo fato da monocultura ser a maior expressão, produzida em largas extensões de terras, nota-se, portanto, pouca presença de pessoas e isto acontece porque são expulsas, às vezes, para lugares longínquos e, em seguida, os seus territórios são tomados pelo capital e transformados em campos de produção de mercadorias. A própria *soberania territorial* (neste caso nacional), é ameaçada, pois territórios passam a ser governados e geridos por grandes corporações capitalistas, ou seja, por dinheiros globalizados. Mesmo em situações desfavoráveis, os camponeses erguem a sua cabeça, lutando e resistindo contra o agronegócio no campo.

Neste processo, as lutas e resistências camponesas permanecem ativas no campo e as mesmas, se manifestam de várias formas. Neste caso específico, as lutas e resistências camponesas acontecem de duas formas. A primeira, está relacionada com ocupação pelos camponeses das terras das propriedades das empresas do agronegócio, sobretudo, aquelas que não são exploradas e a sua transformação em machambas enquanto mecanismo de territorialização do seu modo de vida. A segunda, os camponeses aproveitam as terras marginais localizadas nas proximidades das propriedades das empresas do agrongócio para a produção dos seus alimentos básicos para a sua sobrevivência.

Esta tem sido outra forma de garantir a sua existêencia no campo e ambos os casos, são recorrentes no Corredor de Nacala, sobretudo, nos distritos visitados. Como forma de compreender as transformações em curso no espaço agrário *corredor-nacalense*, foram identificadas algumas iniciativas que viabilizam o agronegócio neste território. No primeiro momento, analisar-se-á o ProSAVANA enquanto programa que se desdobra na monopolização do território pelo capital.

Igualmente, foram identificadas certas empresas agrícolas, cuja ações desdobraram-se na monopolização do território, mas que atuam no mercado financeiro, algumas delas, resultam de alianças entre as elites políticas e econômicas nacionais com o capital estrangeiro e outras, são de capitalistas estrangeiros, aonde ocupam vastas áreas de terras para a produção de *commodities*. A abordagem sobre tais empresas do agronegócio é porque a sua presença no Corredor de Nacala, ocasionou a expropriação e expulsão dos camponeses de suas terras, gerando assim, fortes conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais.

5.3.1-ProSAVANA

O ProSAVANA é um dos controversos programas agrícolas que visa a modernização agrícola das savanas moçambicanas. Muitas análises já foram feitas sobre este programa sob várias tendências. A territorialização do ProSAVANA em Moçambique, evidenciou a emergência do debate paradigmático, na medida em que dividiu opiniões de vários acadêmicos/pesquisadores que procuravam entender a geografia que seria produzida durante e após a implementação efetiva deste programa no Corredor de Nacala. Alguns autores (*cf*. Fingermann, 2013), entendiam que era possível a ver uma coexistência (pacífica) entre o ProSAVANA e a agricultura camponesa no mesmo espaço agrícola no Corredor de Nacala.

Já outros (*cf*. Funada-Classen, 2013/19; Clements & Fernandes, 2013; Mello, 2013; Pêssoa, 2015; Inocêncio, 2016; Mandamule & Bruna, 2017; Mosca & Bruna, 2015; Schlesinger, 2013; Aguar & Pacheco)[121], entendiam que por ser um modelo agrário, cuja racionalidade está pautada na produção de mercadorias para a obtenção do *lucro*, o ProSAVANA está sujeito a várias contradições. Destas contradições, destacam-se a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, deslocamentos forçados,

[121] Estes aspectos podem ser lidos em Catsossa (2015, 2017a, 2007b, 2018a, 2018b; 2019a; 2019b).

reprodução de conflitos sociais caracterizado por disputas por terra/território, destruição da floresta nativa, degradação ambiental e entre outras barbáries.

Mesmo assim, o ProSAVANA continua a marcar o debate em torno da questão agrária moçambicana. A necessidade de analisá-lo embora haja muitos textos publicados em torno do ProSAVANA, surge pelo fato deste programa estar a dominar o debate atual sobre a questão agrária moçambicana. Textos publicados recentemente sobre o ProSAVANA, avançam que este programa está em queda (*cf*. Funada-Classen, 2019), que os camponeses moçambicanos derrotaram o ProSAVANA (*cf*. Liberti, 2018) ou ainda que o governo moçambicano tem vindo a substituí-lo por outras iniciativas do agronegócio, como, por exemplo, o programa «*Sustenta»* pelo fato de ter se tornado impopular por conta das lutas e resistências camponesas (*cf*. CHICHAVA, 2019).

Já Funada-Classen (2019) faz saber que, o governo Japonês através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) tem usado o dinheiro do ProSAVANA para avançar com o delineamento de um outro programa, desta vez, mais amplo e conectado com outras iniciativas em curso no Corredor de Nacala suportadas pelo capital financeiro denominado «*Projeto Estratégico de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (PEDEC)*», visando assim, empreender uma ocupação efetiva deste território.

Outro fator que contribuiu para que o ProSAVANA fosse analisado separadamente de outras iniciativas do agronegócio em curso no Corredor de Nacala é o fato de haver por parte do governo moçambicano, um entendimento segundo o qual, o ProSAVANA não representa o modelo agronegócio e que, há um mal entendido da parte das organizações da sociedade civil que contestam este programa. Essa negação do governo de que o ProSAVANA não é um modelo agrário do agronegócio, foi manifestada pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA).

Essa manifestação de que este programa não representa o modelo do agronegócio acorreu em Maio de 2019 quando solicitava-se uma entrevista junto a Coordenação do ProSAVANA. Esta entrevista visava obter informações atualizadas e esclarecimentos em torno deste controverso programa agrário em Moçambique. A ideia segundo a qual, o ProSAVANA não tem nada a ver com o modelo agrário do agronegócio e que as organizações da sociedade civil que contestam este programa estão equivocadas, incita o levantamento de várias questões, sendo que uma delas, o que é, então, o ProSAVANA?

A indisponibilidade de informações oficiais e detalhadas sobre o ProSAVANA, desde cedo foi acompanhada por questionamentos. Questionava-se, portanto, as reais intenções deste programa no Corredor de Nacala. Para Funada-Classen (2019, p. 3) “a

menos que se entenda o contexto e se analisem as fontes primárias dos atores japoneses, é quase impossível obter compreensão plena do ProSAVANA". As próprias organizações da sociedade civil, sempre questionaram o que era ProSAVANA, uma vez que, quando questionados, o governo (e seus parceiros de cooperação), se recusava a ceder informações como também que se tratava de um modelo agrário do agronegócio.

Pelo fato das informações terem permanecido por muito tempo sigilosas e na língua japonesa (*cf*. Funada-Classen, 2019), tornava-se difícil compreender o ProSAVANA e os seus reais objetivos e/ou interesses ao pretender ocupar extensas áreas de terras no Corredor de Nacala. O que chamava atenção as organizações da sociedade civil e os acadêmicos, mesmo em situações de sigilo quase total de informações sobre este programa, era a extensão de terras e as culturas que pretendia introduzir no Corredor de Nacala.

Assim como os discursos coerentes e críticas mais elaboradas das organizações da sociedade civil, análises mais aprofundadas dos acadêmicos sobre o ProSAVANA foram surgindo, na medida em que as informações sobre este programa iam vazando, às vezes, de forma acidental e o exemplo disto, é o Plano Diretor elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos) que vazou em 2013, trazia pelo menos, objetivos claros da ocupação do Corredor de Nacala e o modelo agrário que era proposto para a modernização deste território. Com o vazamento do Plano Diretor da FGV Projetos, as tensões entre grupos sociais com visões de mundo diferentes e com interesses distintos sob ponto de vista do uso e organização do território, de um lado o governo e seus parceiros (Brasil e Japão) e do outro, os camponeses e os movimentos sociais, tornaram-se mais evidentes.

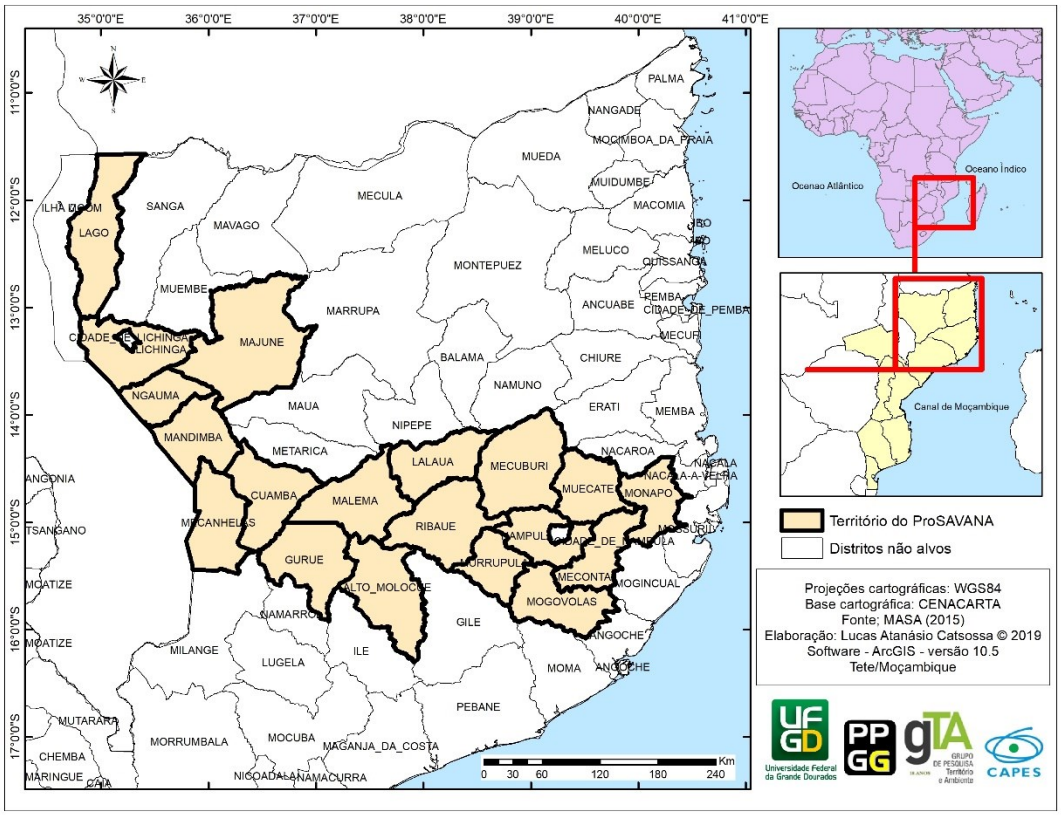
Estas tensões entre grupos sociais, continuam até os dias atuais, pois o modelo agrário proposto inicialmente pela FGV Projetos não sofreu tantas alterações (*cf*. Funada-Classen, 2019), mesmo tendo sido elaborado um "novo" Plano Diretor publicado em 2015, após muita pressão feita pelos movimentos sociais nacionais e estrangeiros, sobretudo, brasileiros e japoneses. Foram estas tensões envolvendo diferentes grupos sociais com visões de mundo distintos que determinaram a inclusão deste programa como objeto de análise, já que o espaço geográfico delimitado para a sua implementação, está dentro da área identificada como campo de pesquisa no âmbito desta tese.

De realçar que, na área de implementação do ProSAVANA, estão também em curso outras iniciativas do agronegócio suportadas pelo capital financeiro. Um aspecto importante a realçar é que, os interesses do ProSAVANA se (inter)contectam também a

outras iniciativas em consolidação no Corredor de Nacala, sendo que alguns deles, o Projeto Estratégico de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (PEDEC) financiado também pelo governo japonês. É por esta razão que, o entendimento do ProSAVANA, não pode ser feito a partir de uma simples modernização da agricultura supostamente para aumentar os níveis de produção e produtividade agrícola e consequentemente, a redução da fome, miséria e desemprego do país, mas sim, deve ser acompanhado por uma análise *multi-escalar* tendo em conta a sua ligação com o capital financeiro globalizado na sua forma mais diversificada.

Literalmente, o ProSAVANA é conhecido como Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento das Savanas em Moçambique, cujo acordo para a sua implementação foi assinado em Setembro de 2009, entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão. O ProSAVANA abrange 19 distritos, o correspondente a uma extensão territorial de cerca de 14,5 milhões de hectares de terras agricultáveis dentro do Corredor de Nacala.

Mapa 7. Área de implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala



Esta área é habitada por milhares de famílias camponesas e fazem o uso diversificado das suas terras. As estatísticas oficiais apontam que o ProSAVANA afeta diretamente aproximadamente 692.000 produtores familiares (*cf.* MASA, 2015). As

organizações de camponeses contrariam as estatísticas governamentais e apontam para um número de cerca de 800.000 produtores familiares afetados diretamente pelo ProSAVANA. Uma vez que a população moçambicana tende a aumentar por província (*cf*. INE, 2017), é possível que o número das famílias afetadas inicialmente identificadas pelo governo tenha aumentado também.

Aliás, os dados do INE (2017) mostram que a província de Nampula, a mesma que conta com dez (10) distritos afetados por este programa, cresceu em termos populacionais. Neste sentido, caso o governo queira avançar com a implementação efetiva do ProSAVANA, tudo indica que será necessidade de realizar-se um novo censo no território identificado com vista a ter dados estatísticos reais das famílias camponesas afetadas diretamente por este programa. Uma parte considerável das famílias camponesas que vivem nesta área, tem apenas a terra como seu meio de trabalho e de reprodução social. A produção destas famílias camponesas é destinada para o consumo, o que quer dizer que, serve basicamente para o sustento familiar, embora nalgum momento comercializem também uma parte nos mercados locais.

O pousio é sistema de exploração da terra que predomina nesta área, pois tem sido usado pelos camponeses locais. A implementação do ProSAVANA visa, essencialmente, acabar com o sistema de pousio, substituindo-o pelo uso permanente da terra. Para acabar com o sistema de pousio, será necessário o uso intensivo da tecnologia e do capital. É com base no uso permanente da terra e intensivo da tecnologia e do capital que os executores do ProSAVANA pretendem modernizar o território identificado para a implementação deste programa no Corredor de Nacala.

Os executores do ProSAVANA alegam que usando intensivamente os pacotes tecnológicos e o capital no pfrocesso produtivo, a transformação da agricultura no Corredor de Nacala será rápida e segundo este pensamento, isto vai permitir que os níveis de produção e produtividade se elevem também. Deste forma, será possível acabar com a fome e a miséria que se verifica em quase todos os distritos afetados diretamente por este programa. Além da expansão direta de monoculturas, o ProSAVANA pretende usar também a subcontratação como forma de exploração da terra no Corredor de Nacala.

No primeiro caso, o processo produtivo implica a implantação direta de um modelo de produção caracterizado pela ocupação de extensas áreas de terras e o uso intensivo de capital, maquinarias e excessivo de agrotóxicos, já que prevê-se o uso de sementes transgênicas. Já no segundo caso, significa que os camponeses serão contratados a produzir determinadas culturas de interesses do capital, neste caso, dos

financiadores do ProSAVANA. Dito do outro modo, deliberadamente, o ProSAVANA pretende sujeitar/subordinar os camponeses a lógica do modo capitalista de produção.

Significa que todo o processo produtivo, desde o conhecimento, tecnologia, produção, armazenamento, transformação industrial, comercialização/distribuição no mercado, passará a ser controlado pelo capital por meio do ProSAVANA. Os discursos positivos, apontam a importância econômica do ProSAVANA para o país. Neste sentido, o ProSAVANA é visto pelos seus executores como a solução dos baixos níveis de produção e produtividade agrária que o país registra, tentando transparecer a ideia segundo a qual, com a sua implementação, haverá superávit da balança comercial.

Além do discurso "produtivista", da parte dos executores do ProSAVANA nota-se ainda uma visão "desenvolvimentista", segundo a qual, este programa visa acabar com a fome, a miséria, o desemprego, etc. Neste sentido, o ProSAVANA é visto pelos seus executores como um projeto de desenvolvimento. A solução de todos os males sociais que assolam o país, é responsabilizado a ele. O ProSAVANA, inspira-se no seu "irmão primogênito" do cerrado, o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado numa cooperação bilateral entre o Brasil e Japão, a partir da segunda metade da década de 1970. Para as autoridades brasileiras:

> [...] o ProSAVANA surgiu como um programa de cooperação para o desenvolvimento que facilita o ambiente tecnológico e institucional necessário para a entrada e expansão de investidores do agronegócio. [...] o principal interesse do governo brasileiro com o programa é ampliar o uso da tecnologia tropical do Brasil na agricultura daquele país. "Quanto mais as pessoas a utilizam, mais valor ela ganha" NOGUEIRA, *et al*., 2017, p. 240).

As culturas identificadas no caso do ProSAVANA são: a soja, o milho, a cana-de-açúcar, o algodão, gergelim e entre outras. De realçar que, a implementação oficial do ProSAVANA no Corredor de Nacala começou em 2011 e foi neste ano que ficou conhecido como um programa agrário/agrícola que visava modernizar a agricultura no Corredor de Nacala. O processo de implementação do ProSAVANA, evidencia haver uma aparente Divisão Internacional do Trabalho. Moçambique, o único parceiro pobre neste programa, é representado pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Além de participar com a terra e um pouco de investimento, tem estado a criar condições necessárias para a efetivação do capital.

A criação de condições para a efetivação do capital, passa necessariamente por tentar entrar em consenso com as organizações da sociedade civil que ainda estão contra a implementação do ProSAVANA, elaborar um "novo" plano diretor incluindo as

demandas populares, avançar com as reformas nas legislações de terra, semente e fertilizantes. Não é por acaso que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) tem promovido encontros com as organizações da sociedade civil que contestam este programa.

Neste processo de criação de condições necessárias para a efetivação do ProSAVANA, o governo avançou também com a implementação do programa «*Terra Segura*» e com os testes da cultura de milho, uma variedade transgênica (*Bt*) e foi realizado num confinamento no distrito de Chókwè. Como foi referenciado no capítulo 4, o governo tem-se mostrado favorável o uso de sementes transgênicas e de outras variedades melhoradas nos laboratórios com alegações de aumentar os níveis de produção e produtividade como também de combater as pragas.

O governo moçambicano tem atuado no sentido de acomodar os interesses do ProSAVANA e do capital financeiro que tende a consolidar-se no país e no Corredor de Nacala, em particular. Através do programa «*Terra Segura*», o governo terá um banco de dados, onde estarão as terras supostamente "livres e subutilizadas" e havendo um interesse por parte do capital financeiro e do ProSAVANA, em particular, poderá alocar sem nenhum obstáculo para a sua exploração capitalista. De realçar que, um dos problemas que se verificou quando o ProSAVANA tentou avançar, foi com a terra.

O acesso à terra via *normas e práticas costumeiras* e por *boa-fé* por parte dos camponeses que vivem no Corredor de Nacala, foi um dos principais estorvos para a efetivação do ProSAVANA. Cada vez que os seus executores tentavam implementá-lo, deparavam-se com contestações populares em que os camponeses reivindicavam as terras, as mesmas que o governo dizia que eram "livres" e "subutilizadas". Para desbloquear possíveis contestações populares e críticas das organizações da sociedade civil como as que houveram no início do processo de implementação do ProSAVANA, através do programa «Terra Segura», o governo está a registrar exatamente as ocupações segundo *normas e práticas costumeiras* e por *boa-fé*, dando os seus ocupantes um documento.

No processo de implementação do ProSAVANA, o Brasil é representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) coadjuvada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Neste sentido, cabe ao Brasil por meio destas duas instituições alocar investimento necessário e transferir tecnologias para Moçambique com vista a fazer do ProSAVANA um "sucesso". Já o Japão, é representado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). O Japão é o país que está mais interessado

nas *commodities* identificadas para serem produzidas no Corredor de Nacala com destaque para a soja. Em termos de investimento inicial alocado por cada governo, Funada-Classen (2019) revela que o Ministério da Agricultura de Moçambique (atual Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar – MASA), teria avançado com um montante de US$ 300.000,00, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) com US$ 800.000,00 e Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) com US$ 6. 240.000,00.

Como se pode ver, há uma desproporcionalidade do investimento inicialmente alocado por cada uma das contrapartes. Esta desproporcionalidade está relacionada com os interesses e as relações de poder entre as partes envolvidas no processo de implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Por exemplo, a ordem das letras no acrônimo «JBM» que foi sendo incluído no nome do ProSAVANA (ProSAVANA-JBM) quando apresentado nas discussões de "angariação" de fundos para a execução deste programa "é demonstrativa dos papéis jogados por cada um dos países e de diferencial nas relações de poder que existem entre eles; J, ou Japão, aparece em primeiro" (FUNADA-CLASSEN, 2014, p.5), seguido de B, ou Brasil e finalmente, M, ou Moçambique.

Igualmente, Funada-Classen (2014) revela ainda que nas conferências e/ou eventos de promoção do ProSAVANA aos demais capitalistas interessados, os japoneses eram os primeiros a entrar nas salas e depois, seguiam os brasileiros e os representantes do governo moçambicano, eram sempre os últimos. Essa ordem de letras no acrônimo «JBM», demonstra as relações de poder entre os três países. Isso apenas confirma a tese segundo a qual, desde cedo, o governo moçambicano foi subalterno a hegemonia do (sub)imperialismo japonês e brasileiro, respetivamente.

A ideia defendida pelas autoridades moçambicanas segundo a qual, o ProSAVANA era um programa do governo moçambicano com apoio do Japão e do Brasil, acaba não fazendo sentido se observada a ordem dos acrônimos «JBM» e do diferencial das relações de poder entre as partes. Enquanto que para o Brasil, a implementação o ProSAVANA era via para consolidar a sua imagem como *expert* em matéria pesquisa agropecuária e um "gigante" na transformação estrutura da agricultura no mundo por meio da EMBRAPA, o Japão queria este programa:

> [...] como um exemplo inovador e pioneiro da cooperação Sul-Sul e Triangular, a fim de aumentar a presença do Japão no campo da cooperação e da diplomacia internacionais. Assim, o Japão teve como objetivo demonstrar o seu papel de liderança na formulação dessa cooperação triangular, pelo menos

> até enfrentar severas críticas internas e internacionais (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 7).

O processo de implementação do ProSAVANA ao longo do Corredor de Nacala, evidenciou que havia três pilares, entre eles: (i) Projeto de Investigação (PI); (ii) Projeto de Extensão e Modelos e (iii) Plano Diretor. A implementação destes pilares foi feita de forma faseada, mas num contexto caracterizado por falta de transparência e democracia, sobretudo, no acesso à informação não apenas do programa como um todo, mas também das atividades que estavam sendo realizadas ao longo do Corredor de Nacala. Foram realizadas várias atividades ao longo do Corredor de Nacala, desde a formação e a capacitação de técnicos do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique), estudos dos solos, estudos laboratoriais de sementes, sementes e solos, construção de laboratório(s) para servir o programa.

No segundo caso, um dos objetivos da sua implementação, tinha em vista criar modelos agrários e fortalecer os serviços de extensão agrária ao longo do Corredor de Nacala. Isto passava também pela formação de alguns técnicos afetos das direções provinciais da agricultura e nalguns casos, distritais para serem eles os próximos formadores. A EMBRAPA teve um papel preponderante na formação, capacitação e treinamentos dos técnicos e extencionistas do IIAM. Adiciona-se também o papel desempenado pela JICA, pois esta instituição japonesa, passou a financiar quase todas as atividades do ProSAVANA no país.

Maior parte das atividades do ProSAVANA em quase toda a primeira fase da sua implementação oficial, sobretudo, no período entre 2010 à 2015 foram suportadas pela JICA. Nesta primeira fase de implementação do ProSAVANA, foram testados diversos modelos agrários os quais seriam usados no âmbito da modernização do Corredor de Nacala. Para tal, foram identificados cinco (5) principais modelos agrários, a saber: (i) modelo para as comunidades rurais; (ii) modelo para as associações de produtores; (iii) modelos para as cooperativas agrárias; (iv) modelo para a produção por contrato e; (v) modelo para o agro-processamento.

Feita esta descrição, resta tecer uma breve análise a este programa em Moçambique que supostamente tem a missão de acabar a fome, a miséria e o desemprego, ambos fenômenos estruturais ao longo do Corredor de Nacala. As autoridades moçambicanas e seus parceiros de cooperação, neste caso, Brasil e Japão, têm procurado *maquiar* o ProSAVANA, numa ideia ilusionista de que ele é a esperança e prosperidade para o país. A ideia de prosperidade está relacionada com o "desenvolvimento" que

segundo Acosta (2016, p. 47) é “um fantasma que ronda o mundo desde dos meados do século 20”. Nesta vertente do “desenvolimento” enquanto um “fantasma”, este autor afirma que de um lado, cria “euforia” nas pessoas, e do outro, traz “desencantos”. A euforia porque a ideia do “desenvolvimento” faz acreditar nas pessoas que é possível um mundo melhor, na medida em que produz e passa a vender imaginários. A ideia de que o “desenvolvimento” traz desencantos se deve pelo fato das desigualdades e contradições que são geradas durante o processo. Acosta (2016) explica que:

> Apesar da maioria das pessoas seguramente não acreditar em fantasmas, ao menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, deixou-se influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento”. E é muito próvavel que contínue assim. [...]. Todos os esforços para sustentar o conceito do desenvolvimento não renderam os frutos esperados. A confiança no desenvolvimento – enquanto processo planificado para superar o atraso – fissurou-se nas décadas de 1980 e 1990. Isso ajudou a abrir as portas para às reformas de mercado de inspiração neoliberal em que a busca pelo desenvolvimento devia dar lugar as pretensamente todo-poderosas forças do mercado. Sem a “perniciosa” ingerência do Estado, o desenvolvimento surgiria expontaneamente. O neoliberalismo, porém, não superou a teoria do progresso em suas raízes coloniais. Pelo contrário, reproduziu e reproduz uma visão rejuvenescida das velhas perspectivas hegemônicas do Norte Global. O neoliberalismo encontrou rapidamente os seus limites na América Latina – muito antes do previsto dos seus defensores. Uma vez mais, os questionamentos ao desenvolvimento convencional, sobretudo, em sua vertente neoliberal, afloraram com força. As posturas neoliberais naufragaram. Seu estrondoso fracasso econômico agudizou os conflitos sociais e os problemas ambientais, exacerbando as desigualdades e as frustrações. Então, redobrou-se a busca de alternativas como reação ao reducionismo do mercado (ACOSTA, 2016, p. 43-63).

Nesta primeira metade do século XXI, o ProSAVANA traz para Moçambique quase todos os aspectos presentes na citação acima. Este programa está a tentar de forma eufórica, fazer acreditar os moçambicanos, sobretudo, os camponeses do Corredor de Nacala que com ele, é possível ter melhores condições de vida; que é possível sair da miséria e que não vão passar mais fome como também que não vão permanecer no desemprego como acontece nos dias atuais. O ProSAVANA faz parte de programas de inspiração neoliberal que falharam e continuam falhando no mundo, sobretudo, na América Latina e no Brasil em particular, onde ele saiu, mas que tenta se rejuvenascer nesta primeira metade do século XXI a partir de Moçambique.

No meio de críticas das organizações da sociedade civil, dos camponeses e acadêmicos, nacionais e estrangeiros sobre as inconsistências do ProSAVANA no que tange a promoção do “desenvolvimento”, o governo moçambicano alienado pelos discursos “produtivistas” e “desenvolvimentistas” recriados pelos seus parceiros de cooperação (Japão e Brasil), sempre mostrou-se à favor da implementação deste

programa. O governo tem destacado a importância econômica do ProSAVANA, não apenas para o aumento da produção e produtividade e da superávit da balança comercial, mas também como a solução dos problemas sociais, o que quer dizer que, passou a ser visto também como um programa de "desenvolvimento" em Moçambique.

Este propósito, seria alcançado através do uso dos Princípios de Investimentos Agrários Responsáveis (PRAI) enquanto códigos de conduta no processo produtivo. O argumento dos executores do ProSAVANA é que com os PRAI seria possível estimular investimentos responsáveis ao longo do Corredor de Nacala, como se o capital fosse responsável e consciente de que as suas ações são uma ameaça não apenas para a humanidade, mas também para a biodiversidade.

Segundo este argumento, com a implementação do ProSAVANA, além de incluir os camponeses nos processos produtivos e na cadeia produtiva como fornecedores de mercadorias, evitar-se-ia no máximo a emergência dos conflitos sociais. Neste sentido, com o uso dos PRAI seria possível combater a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, como também a devastação da floresta nativa e. consequentemente, a degradação ambiental. A partir dos PRAI, cria-se uma imagem de que o ProSAVANA será socialmente inclusivo e sustentável em termos ambientais, diferentemente do que aconteceu com o PRODECER no cerrado brasileiro.

Visto desta maneira, corre-se o risco de ocultar as contradições que o ProSAVANA representa em termos destrutivos, não apenas para agricultura camponesa, mas também para biodiversidade local, olhando para a riqueza natural que se verifica no Corredor de Nacala. Enfim, é a soberania alimentar e futuro dos camponeses do Corredor de Nacala (e todos os seus saberes e valores) que está em jogo, por isso, o ProSAVANA precisa ser analisdo com uma certa responsabilidade acadêmica.

Se não, corre-se também o risco de reproduzir análises simplistas e reducionistas que vêm sendo levadas feitas por alguns estudiosos, cujo resultados de suas pesquisas tendem a legitimar ainda mais a ideologia da classe dominante, sobretudo, os grupos que têm interesses dentro do ProSAVANA. O texto de Fingermann (2013) intitulado «*Os mitos por de trás do ProSAVANA*», vai neste sentido. Neste texto, Fingermann (2013) desqualifica as críticas das organizações da sociedade civil e acadêmicos que criticam este programa. Para Funada-Classen (2014) o artigo em referência foi:

> [...] usado pelo Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD) de Moçambique, entre outros promotores e apoiadores do ProSAVANA como prova de que as críticas ao ProSAVANA por parte dos acadêmicos e de organizações da sociedade civil não são verdadeiras. [...]. O artigo de

> Fingernann é também utilizado por consultores japoneses envolvidos no programa como trabalho acadêmico mais neutro e relevante sobre o ProSAVANA [...] (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 9-10).

A partir das revelações de Funada-Classen (2014) é possível afirmar que, de algum modo, o artigo de Fingernann (2013) contribuiu significativamente para a consolidação do ProSAVANA visto como único modelo agrário possível como também para a desqualificação das críticas das organizações da sociedade civil, dos camponeses organizados e os resultados de pesquisas de pesquisadores, tanto moçambicanos, japoneses e brasileiros. O ProSAVANA precisa ser analisado sob perspectiva da expansão das relações capitalistas de produção no Corredor de Nacala, cuja racionalidade está pautada pelo lucro.

Desta forma, será possível compreender-se melhor as contradições que podem surgir com a sua implementação efetiva no Corredor de Nacala como também suas reais intensões ao se implantar neste território. O processo de ocupação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, é parte da atual reafirmação e reconfiguração do capital financeiro em sua escala global. A geopolítica foi determinante para a ocupação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, pois este programa move interesses do capitalismo global, na medida em que trata-se não apenas do deslocamento duma fronteira agrícola implementados em outros territórios do mundo (cerrado brasileiro), mas também de dinheiros globalizados.

Pensar que os interessados neste programa são apenas os três países envolvidos na assinatura do acordo, é reproduzir uma visão reducionista. O ProSAVANA se interliga a outras iniciativas entre elas, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional do G7 (antes G8) e como foi referenciado anteriormente, faz parte do PEDEC (pensado para ser implementado ao longo do Corredor de Nacala que conta também financiamento do Japão), é uma delas. Neste sentido, o ProSAVANA acaba sendo uma parte pequena de tudo quanto existe de programas virados para o agronegócio na carteira do Japão pensados para o Corredor de Nacala, tendo em conta que o PEDEC, é que congrega várias iniciativas que visa a ocupação deste território para a produção de mercadorias.

O Banco Mundial, a USAID, a Organização Mundial do Comércio (OMC), são entre outros atores interessados neste processo. A ocupação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, é uma revelação de que se trata de ajustes *espaço-temporais* do agronegócio sobre as machambas camponesas, visando, essencialmente, garantir acumulação privada do capital em escala global. O objetivo do ProSAVANA nesta

empreitada, é de apropriar e controlar monopolisticamente a terra e com ela, outros recursos naturais, sobretudo, a água para depois, garantir a acumulação ampliada do capital em escala global. Por onde o agronegócio se expande, verifica-se a aliança entre a terra e a água, pois estes dois recursos naturais, constituem a base para o seu sucesso.

Não foi por acaso que o ProSAVANA se implantou exatamente numa área com muitos rios, pois o interesse é usá-los para a irrigação das lavouras em caso de não haver muita chuva. A "replicação" da experiência do cerrado brasileiro (materializada pelo PRODECER), tinha que ser feita em países onde a terra é barata e as legislações do ambiente não são rígidas no que tange ao desflorestamento e Moçambique, tem exatamente estas características. Além de necessitar de muita terra por causa da sua natureza rentista, o agronegócio é contra legislações ambientais rígidas, pois constituem um obstáculo para a sua expansão e, posteriormente, acumulação ampliada do capital em escala global. Esse pensamento torna-se mais evidente e explícito na declaração do presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão, Carlos Ernesto Augustin, onde afirma que:

> Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete mais barato para a China. Hoje, além de a terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter a licença de desmatamento e limpeza da área[122].

Embora a coordenação do ProSAVANA quando confrontada por pesquisadores e movimentos sociais negue a tese de que este programa visa viabilizar o agronegócio no Corredor de Nacala, o Seminário Internacional realizado em 2011, em São Paulo, subordinado ao título «Agronegócio em Moçambique: Cooperação Internacional Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento», é revelador. Este seminário foi realizado no âmbito da promoção do ProSAVANA. O quadro 19 ilustra em referência conferência realizada no Brasil no âmbito da promoção do ProSAVANA.

Quadro 19. Promoção do ProSAVANA no Brasil

Temas	Orador/a	Cargo/função
Cooperação como promotora e oportunidade de investimento	Maco Ferani	Diretor da ABC
	Kenzo Oshima	Vice-Presidente da JICA
	Murade Muragy	Embaixador de Moçambique no Brasil
	Pedro Arraes	Presidente da EMBRAPA
	Wagner Rossi	Ministro da Agricultura no Brasil
	José Pacheco	Ministro da Agricultura de Moçambique
	Kátia de Abreu	Senadora e Presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária)

[122] Esta declaração é citada por muitos/as autores/as e pode ler-se em: Funada-Classen (2013); Chichava e Dúran (2013); Pessoâ (2015); Aguiar e Pacheco (2015).

Agronegócio em Moçambique: potencial e macro-institucional	Roberto Rodrigues	Presidente do Conselho Superior do Agronegócio (FIESP)
Desenvolvimento do agronegócio brasileiro	Aysson Paulinelli	Ex-ministro da Agricultura do Brasil
Panorama do Programa Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA)	JICA & ABC	Representante do governo japonês e brasileiro no processo de implementação do ProSAVANA
	Alberto Santana	Coordenação do ProSAVANA na EMBRAPA: Projeto I-Pesquisa e Transferência de Tecnologia Agrícola em Moçambique
Como investir em Moçambique? Localização, desafios e incentivos	CIP (Centro de Promoção de Investimento)	Governo de Moçambique
Atuação de instituições de crédito no apoio ao desenvolvimento da agricultura em Moçambique	Thierry Tanoh	Vice-presidente da África, América Latina e Carribe-International Financial Corporation IFC-Banco Mundial
	BNDES	Governo do Brasil
Crédito para o agronegócio em Moçambique	JICA	Governo do Japão
Agronegócio em Moçambique – a experiência da Miranda Agroindústria	António Miranda	Representante da empresa
Investimento Japonês	Mitsubishi Co	Representante(s) da empresa vindo do Japão e Brasil

Fonte: Catsossa (2017a)

No quadro 19 é possível ver que a maior parte das apresentações foram feitas pelos representantes e empresários japoneses e brasileiros. Na contraparte moçambicana, apenas houve duas apresentações, uma foi feita pelo antigo ministro do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco e a outra, pelo representante do centro de Promoção de Investimentos (CPI). Este seminário, é revelador de que o ProSAVANA não tem nada a ver com o campesinato no Corredor de Nacala, visa promover a expansão do capital financeiro na agricultura para a produção de *commodities*.

Funada-Classen (2019) demonstra também que a JICA organizou e patrocinou vários eventos para a promoção do ProSAVANA aos demais capitalistas globais interessados. Nalguns eventos organizados pela JICA, contava com a participação da FGV, sendo que um deles, realizou-se em Junho de 2012. Durante este evento, a FGV fez uma apresentação na qual promovia o modelo brasileiro do agronegócio aos demais capitalistas globais para o desenvolvimento agrário no Corredor de Nacala. De realçar que, a FGV passa a fazer parte do processo de implementação do ProSAVANA após ser contratada pela ABC para elaborar o Plano Diretor. Segudo Funada-Classen (2019) foi no decurso do evento realizado em Junho de 2012 que surgiram informações que revelavam a conexão do ProSAVANA com o Fundo de Nacala.

Inicialmente, o Fundo de Nacala era constituído por investimento de cerca de 2 bilhões de dólares, sendo 1 bilhão do Japão e outro 1 bilhão do Brasil, cujo objetivo era financiar os produtores do agronegócio, na sua maioria brasileiros, mas que depois poderia ter ramificações, financiando outros, sobretudo, algumas empresas do

agronegócio presentes no Corredor de Nacala e japonesas que estavam em processo de implantação. De acordo com esta autora "a fim de garantir consistência entre o ProSAVANA e o Fundo de Nacala, a FGV assegurou-se que o coordenador de ambos os programas fosse a mesma pessoa, Cleber Guarany" sendo que "tudo parecia mover-se de acordo com os planos e interesses da JICA" (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 12-12).

Por sua vez, cita outro evento organizado pela JICA e aconteceu em Agosto de 2012, após a visita efeituada pelos representantes da Fundação Getúlios Vargas (FGV) a cidade japonesa de Tóquio. Um dos eventos citados por esta autora, aconteceu em Setembto de 2012, na cidade japonesa de Tóquio e tinha em vista a promoção do investimentos agrários para a modernização da agricultura no Corredor de Nacala. De acordo com Funada-Classen (2019, p. 11) este evento "foi realizado precisamente para os setores privado e público japoneses discutirem como poderiam envolver-se no ProSAVANA e no Fundo de Nacala". No mesmo ano de 2012, a FGV, ABC e a EMBRAPA organizaram também um evento em Brasília intitulado *Global Fund Lauch Event for the Nacala Fund* e contou com apoio da JICA (*cf*. AGUIAR & PACHECO, 2015).

Esses todos eventos, foram sendo realizados sem a participação das organizações camponesas e da sociedade civil moçambicanas em representação dos camponeses do Corredor de Nacala. Isto apenas reforça a tese de que o ProSAVANA não foi concebido pensando no campesinato moçambicano, mas sim, no capital financeiro global. Reforça ainda a tese segundo a qual, o ProSAVANA não representa os interesses dos camponeses, mas sim, do capital. O ProSAVANA é uma ameaça ao campesinato no Corredor de Nacala, embora a coordenação deste programa em Moçambique duvide a sua existência.

Em outras palavras, o ProSAVANA nega de forma clara os saberes e valores seculares acumulados tradicionalmente pelos camponeses do Corredor de Nacala. Não é por acaso que este programa tem sido fortemente contestado pelos camponeses e movimentos sociais nacionais e internacionais. O ProSAVANA tem algo comuns com o seu "primogênito" do cerrado brasileiro (o PRODECER) embora, nalgumas vezes, ignorados pelos seus executores. Este é um fato e não pode ser ignorado. Primeiro, ambos são frutos da *revolução verde* em que para se alcançar os níveis de produtividade esperados, é necessário o uso intensivo do capital e excessivo dos chamados "novos" pacotes tecnológicos.

Assim foi no cerrado brasileiro e no Corredor de Nacala, não será diferente, caso o governo decida passar por cima das contestações populares, implementando-o. Foi com

base nestes pacotes tecnológicos que o PRODECER transformou o "Brasil numa superpotência mundial da soja" (*cf*. Gratão, 2008) e espera-se também que o ProSAVANA transforme o Corredor de Nacala num *novo celeiro mundial da soja*, já que a EMBRAPA, prevê transferir a mesma tecnologia para Moçambique. Outra semelhança entre estes dois programas, está no intervalo de tempo em que foram concebidos para serm implementados.

Ambos os programas foram idealizados e concebidos para durarem vinte (20) anos. A concepção destes dois programas, embora implementados num contexto espacial e temporal diferente, baseou-se no *controle do tempo* em que a exploração capitalista dos territórios é cronometrado por períodos em vista a acumulação ampliada do capital. Neste processo, os impactos socioambientais são ignorados. Foi assim que aconteceu no cerrado brasileiro durante o processo de implementação do PRODECER e parece que a mesma estratégia de exploração capitalista dos territórios, volta a acontecer no Corredor de Nacala com o ProSAVANA.

Por exemplo, a implementação do PRODECER começou em 1979 e terminou em 1999 e a do ProSAVANA deveria ter começado em 2010 para terminar em 2030, de acordo com o plano inicial. No caso do ProSAVAVA, tendo em conta que foi temporariamente suspenso por causa da pressão das organizações da sociedade civil e dos próprios camponeses organizados, caso o governo queira avançar com a implementação efetiva, terá reajustar o período. Ambos os programas estão divididos em três principais fases. No caso do PRODECER, havia as seguintes subdivisões: «*PRODECER I*»; «*PROCECER II*» e «*PRODECER III*».

Já no caso do ProSAVANA, existem as seguintes subdivisões: «*Período Inicial*»; «*Período de Crescimento*» e «*Período de Amadurecimento*». Como se pode ver, houve a mudança dos termos usados na divisão das fases de implementação do ProSAVANA. Para ocupação do cerrado brasileiro, o PRODECER dizia-se que era um "vazio humano", daí que deveria ser colonizado por uma agricultura moderna (*cf*. PESSOÂ, 1988, 2015; PESSÔA & INOCÊNCIO, 2014; INOCÊNCIO, 2010). No caso do ProSAVANA, repete-se o mesmo discurso, na medida em que se afirma que o Corredor de Nacala tem "terras livres e subutilizadas", daí que também dever ser colonizado por uma agricultura moderna por forma a torná-lo mais produtivo e competitivo.

A experiência do cerrado brasileiro parece estar a repetir-se em pleno século XXI e desta vez em Moçambique. No século XX, o "PRODECER estava conectado ao Projeto de Grande Carajás no Brasil" (Funada-Classen, 2013) que era um projeto de exploração

mineral, desenvolvido nas décadas de 1970/80 pela Vale. A ferrovia da mineradora brasileira Vale (ex-Vale do Rio Doce) foi utilizada também para o escoamento de *commodities* agrícolas para o porto de São Luís, de onde eram exportadas para outros mercados via marítima (FUNADA-CLASSEN, 2013). Coincidência ou não, nesta primeira metade do século XXI, a mineradora brasileira Vale Moçambique, volta mais uma vez, a ter ligação estreita com projetos do agronegócio na África, sobretudo, em Moçambique por onde explora carvão mineral.

No caso moçambicano, a ferrovia que será usada em caso de implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, pertence à Vale Moçambique, Essa ferrovia começa na vila de Moatize, província central de Tete, passando por Malawi e termina no distrito de Nacala Porto, onde as *commodities* são exportadas via marítima para o mercado global. Com a entrada do ProSAVANA, essa ferrovia foi revitalizada, ou seja, ampliada como forma de aumentar a sua capacidade em termos de carga. A JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) é que esteve por de traz da revitalização desta ferrovia (FUNADA-CLASSEN, 2013). Como se vê, há uma articulação entre os interesses da Vale e do ProSAVANA no Corredor de Nacala.

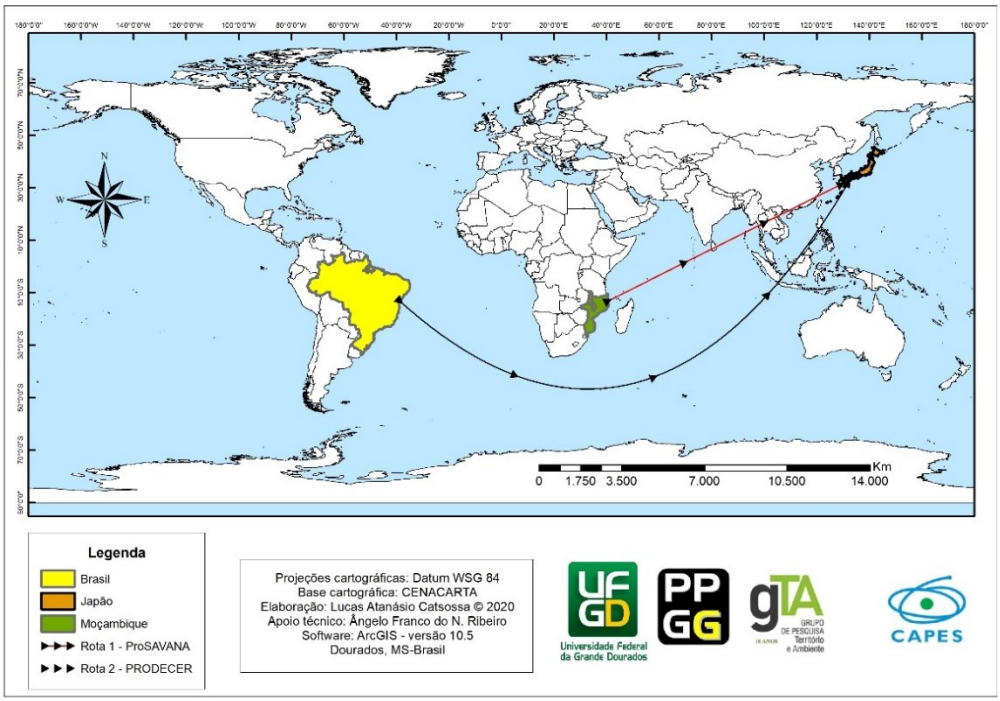
O Corredor de Nacala é uma das únicas áreas do país bem infra-estruturada quando comparada com outras regiões do país, por isso, a escolha deste local pelo ProSAVANA foi estratégica. Outro dado importante está relacionado com o posicionamento geográfico do Corredor de Nacala em relação ao mercado global de *commodities*, neste caso o asiático, aonde está localizado o Japão, principal interessado nas *commodities* a serem produzidos ao longo do Corredor de Nacala.

Aquando do PRODECER no cerrado brasileiro, o Japão não se beneficiou diretamente das *commodities* que eram alí produzidas por conta da distância geográfica com o Brasil. Com a implementação do ProSAVANA em Moçambique, a situação muda, pois o Japão irá se beneficiar diretamente da produção em resultado da localização geoestratégica do Corredor de Nacala. Os custos de transporte serão mais baixos de Moçambique para Japão, a diferença do que aconteceu quando este programa foi implementado no Brasil com o nome de PRODECER.

A distância entre o Brasil enquanto local de produção das *commodities* e o Japão na qualidade de mercado consumidor e os elevados custos de transporte, fizeram com que o cerrado brasileiro fosse ocupado e usado como celeiro da soja para alimentar o mundo. Neste sentido, a localização do Corredor de Nacala em relação ao mercado asiático, permitiria “que um navio carregado de soja alcance a China ou a Índia em

aproximadamente 14 dias, contra 35 dias de um mesmo carregamento saído do porto de Santos[123]**".** Trata-se, no entanto, das chamadas «*vantagens comparativas*» em que se faz menção o *custo* e *oportunidade* no comércio internacional.

Mapa 8. Rotas de transporte de mercadorias via marítima do PRODECER (1979-1999) e prevista para o ProSAVANA (2010-2030)



O sucesso do PRODECER no *cerrado* brasileiro precisa ser questionado e desde já, depende, portanto, do olhar e da concepção política de quem faz a leitura dos desdobramentos deste programa. Se for na vertente da reprodução ampliada do capital, o PRODECER foi um sucesso, pois permitiu acumulação privada da riqueza para as classes sociais que estavam diretamente ligadas a cadeia produtiva do agronegócio, neste caso, os capitalistas brasileiros e japoneses. O PRODECER, criou também pequenos capitalistas, sobretudo, aqueles que tiveram sucesso na sua integração a lógica do mercado, tendo deixado alguns deles endividados com os bancos (*cf*. PESSÔA, 1988; 2015; PESSÔA & INOCÊNCIO, 2014; INOCÊNCIO, 2010; SANTOS, 2014). Partindo do pressuposto de que o modelo agrário proposto é pautado na produção de mercadorias em que prevê a integração dos camponeses no processo produtivo por meio de contratos, não se pode negar a possibilidade de ocorrer endividamentos por parte dos que serão integrados no Corredor de Nacala.

[123] Disponível em: http://www.agroanalysis.com.br.9/2012/mercado-negocios/fundo-nacala-participacaodo-agronegocio-brasileiro-na-africa. Acesso: 25/01/2019.

A ideia segundo a qual o ProSAVANA vai acabar com a fome no Corredor de Nacala, existe a possiblidade que venha a ser um *mito*, pois há estudos (*cf.* Pessôa, 1988/2015; Inocêncio, 2010/2016; Schlesinger, 2013; Clements & Fernandes, 2012/2013, Clements, 2016; Aguiar & Pacheco, 2016; Mello, 2013; Melo, Oliveira & Barbosa Jr, 2016; Souza, 2014, Ribeiro, 2012)[124] apontam que o PRODECER gerou várias contradições, sendo que uma delas, é que não foi a solução deste male social no Brasil. Para Schlesinger (2013, p. 45) "no caso do PRODECER, apresentado como uma verdadeira revolução à favor da produção de alimentos, [...] jamais ocorreu e, ao contrário, resultou em insegurança alimentar e necessidade de compra de alimentos de outras regiões". A reprodução ampliada da fome e da miséria em éreas de expansão do agronegócio, é prova inequívoca de que este modelo agrário/agrícola, não tem resolvido os problemas que ele mesmo incorpora no seu discurso, dizendo ser a solução.

Com o ProSAVANA, a situação pode ser mais trágica ainda, tendo em conta que prevê-se a integração dos camponeses a lógica do mercado para estes passarem a produzir mercadorias de interesse do capital. O milho em introdução ao longo do Corredor de Nacala é laboratorial (transgênica), cujo sabor é totalmente diferente com aquele consumido pelas famílias camponesas. O tal milho tem em vista a produção de ração animal para alimentar galinhas (frangos).

Neste caso, introduzir modelos de desenvolvimento agrário que visam forçar os camponeses a trocar a sua alimentação pela de galinhas, pode aprofundar ainda mais os níveis de insegurança alimentar que se registram nas famílias ao longo do Corredor de Nacala. Existem grandes possibilidades de que a introdução de sementes estrangeiras nos territórios camponeses, pode ocasionar mudanças nos sistemas agroalimentares e consequentemente, pode constutuir uma ameaça a soberania alimentar. O alerta sobre a possibilidade de isso acontecer em Moçambique, vêm ainda do Brasil e desta vez, por Inocêncio (2016) e segundo ela:

> No Brasil a soja foi o principal cultivar introduzido e abriu novos territórios a exploração capitalista. Em Moçambique, há cultivo de outros gêneros alimentícios, alguns relacionados aos hábitos alimentícios moçambicanos, porém a abertura de novas áreas agrícolas em nada contribui para a solução da fome no continente (INOCÊNCIO, 2016, s/p).

Muitas criticas feita pelas organizações da sociedade civil e acadêmicos sobre o ProSAVANA, foram transformadas em mitos por Fingermann (2013) num texto

[124] Estas constatações podem ser também lidas em Catsossa (2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b).

intitulado «*Os mitos por de trás do ProSAVANA*». Os mitos que Fingernann (2013) se referia no seu artigo, são três entre eles: «*Mito 1 – ProSAVANA é uma réplica do PRODECER*», «*Mito 2 – ProSAVANA irá usurpar terras aos pequenos agricultores*» e «*Mito 3 – Conflitos entre agricultores de grande escala comercial (agronegócio) e agricultores de pequena escala*».

Em relação ao primeiro mito, Funada-Classen (2014, 2019) demonstra que os executores do ProSAVANA durante os eventos de promoção deste programa afirmavam que eram réplica do PRODECER. Citando o antigo Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), Funada-Classen (2014; 2019) faz saber que foi este dirigente moçambicano que afirmou que a ideia era replicar a experiência do cerrado brasileiro em Moçambique. Esta autora, revela que nos documentos originas da JICA em língua japonesa, já davam conta de "Moçamboque era um caso onde as experiências no cerrado do Japão e do Brasil poderiam ser transplantadas" (FUNADA-CLASSEN, 2014, p. 15).

Para consolidar estas alegações, as similaridades geográficas entre o Corredor de Nacala, território identificado para a implementação do ProSAVANA e o cerrado brasileiro, território que albergou o PRODECER a partir da segunda metade da década de 1970, passaram a dominar os discursos políticos. Tanto a JICA no lado japonês quanto a EMBRAPA, no lado brasileiro, passaram incorporar as supostas similaridades entre o Corredor de Nacala e o cerrado brasileiro nos seus discursos para justificar o possível sucesso do ProSAVANA em Moçambique.

Em relação ao segundo mito onde a autora refuta a possibilidade ocorrer a usurpação de terras dos camponeses, muitos autores (*cf*. Mello, 2013; Schlesinger, 2013; Clements & Fernandes, 2013; Aguiar & Pacheco, 2015; Mandamule & BRUNA, 2017, Pessôa, 2015; Inocêncio, 2016; Mosca & Bruna, 2015; Tanner, 2013; Funada-Classen, 2014/9; Clements, 2016), chamam atenção sobre aos potenciais riscos. Estes autores não descartam a possibilidade de ocorrer a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras como também o reassentamento destes em outros lugares tendo em conta as contradições do modelo agrário em questão[125].

Alguns estudos (*cf*. Funada-Classen, 2014/9; Mosca & Bruna, 2015; Clements, 2016; Mandamule & Bruna, 2017) e denúncias feitas por algumas organizações da sociedade civil, revelam que durante os testes de modelos agrários os quais seriam usados no âmbito da expansão de *commodities* no Corredor de Nacala, alguns camponeses no

[125] Esta chamada de atenção pode ser liada também em Catsossa (2015; 2017a; 2017b; 2018a; 2018b; 2019).

distrito de Ribaué, perderam as suas terras para a *Matharia Empreendimentos*, uma empresa agrícolas que produz soja e milho. Esta empresa agrícola, terá se beneficado dos fundos do ProSAVANA no âmbito do teste dos modelos agrários que seriam mais tarde, usados pelos executores deste programa para a expansão de *commodities* no Corredor de Nacala (*cf*. FUNADA-CLASSEN, 2014; MOSCA & BRUNA, 2015; CLEMENTS, 2016). Já o terceiro mito do ProSAVANA apontado por Fingermann (2013), nega a possibilidade de ocorrência de conflitos sociais no Corredor de Nacala entre modelos agrários, de um lado, o agronegócio e do outro, agricultura camponesa.

Mesmo que Fingermann (2013) afirme que não será possível a reprodução dos conflitos socioambientais verificadas durante a implementação do PRODECER, pelo fato do ProSAVANA estar a ser implementado quase 30 anos depois, existem hipóteses de ocorrer a reprodução dos conflitos sociais no Corredor de Nacala. A história da expansão do agronegócio, revela que enquanto modelo agrário/agrícola, não muda o seu *modus operandi* por onde se territorializa, tarde ou cedo, as contradições e os conflitos socioambientais se verificam. No entanto, se aconteceu no cerrado brasileiro no século XX, há espaço para a sua reprodução no Corredor de Nacala e, quiçá, de forma ampliada. Para piorar a situação, dentro do Plano Diretor do ProSAVANA versão de 2015, não há informações detalhadas como se vai garantir para que não ocorra a destruição da natureza e degradação ambiental.

As organizações da sociedade civil, sobretudo, ambientalistas, com destaque para a Justiça Ambiental e a Livaningo, já questionaram várias vezes ao governo e seus parceiros de cooperação (Japão e Brasil) a falta de proposta concreta por parte dos proponentes do ProSAVANA no que tange a proteção da biodiversidade e a mitigação dos impactos ambientais ao longo do Corredor de Nacala. Essa hipótese de que o ProSAVANA poderá reprodução os conflitos socioambientais verificadas durante o PRODECER, acaba sendo válida pelo fato do modelo agrário/agrícola adotado ser o brasileiro, caracterizado, tanto pela expansão direta de *commodities* feita em grande escala como pelo uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMS´s) e agrotóxicos.

O uso de OGM´s e de agrotóxicos na produção agropecuária, tem aumentado os conflitos socioambientais no campo, por isso, se for esse modelo que está sendo proposto, significa que o Corredor de Nacala não será imune destas contradições. Vários autores (*cf*. Schlesiner, 2013; Clements & Fernandes, 2012, 2013; Mello, 2013; Funada-Classen, 2013, 2014, 2019; Aguiar & Pacheco, 2015; Pessoâ, 2015; Inocêncio, 2016; Jacinto,

2014; Clements, 2016; Mosca & Bruna, 2015; Smart & Hanlon, 2014; Macaringue, 2017; Mandamule & Bruna, 2017) têm uma visão contrária a de Fingermann (2013). Estes autores, por exemplo, são da opinião de que pelo fato do modelo agrário/agerícola proposto pelo ProSAVANA tratar-se do agronegócio, existe a possibilidade de vir ocorrer conflitos socioambientais caracterizado por disputas territoriais, caso seja implementado como foi concebido[126].

Embora o ProSAVANA não tenha sido implementado na sua plenitude, desde o início, este programa revelou ser conflituoso. Os conflitos com os camponeses tornaram-se cada vez mais evidentes quando os executores deste programa tentaram avançar com a sua implementação. As "terras livres e subutilizadas" que foram mencionadas pelo antigo ministro do Ministério da Agricultura (MINAG e mais tarde, da Agricultura e Segurança Alimentar [MASA]) durante a promoção do ProSAVANA no Brasil, na verdade não existiam no Corredor de Nacala. Naquela altura, caso os executores do ProSAVANA quisessem avançar com a implementação deste programa, não havia outra hipótese, se não, passar por cima dos interesses dos camponeses.

O próprio modelo agrário/agrícola proposto, era também contestado pelos camponeses, situação que continua até os dias atuais. Alguns pesquisadores brasileiros que acompanharam de perto os desdobramentos do PRODECER no Brasil, avançam também com a hipótese segundo a qual, existem possibilidades de ocorrer a reprodução dos conflitos e as disputas territoriais em face da implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Um dos pesquisadores brasileiros que tem esse entendimento, é o geógrafo e professor universitário Bernardo Mançano Fernandes. Para este estudioso:

> Onde há agronegócio e campesinato, há conflito. É impossível não haver conflito porque o agronegócio produz uma relação capitalista que destrói os territórios camponeses. A expansão do agronegócio significa mais terras para o agronegócio, menos terras para os camponeses. Portanto, isso vai gerar um conflito. Então, há um mito pensar que você vai ter um desenvolvimento do agronegócio e o campesinato juntos porque eles são interesses opostos, são relações sociais distintos que dependem de movimentos de desenvolvimentos distintos, eles não vão conviver[127].

Outro geógrafo brasileiro e professor universitário que partilha da mesma leitura é João Edmilson Fabrini e afirma que:

> A tendência caminha para uma reprodução dos conflitos existentes aqui [no Brasil] lá no Moçambique. Esse modelo é excludente e é guiado pelos interesses que não são os interesses das comunidades, dos camponeses. Então, a tendência é para uma reprodução dos conflitos em vistas das características

[126] Estas constatações podem ser também lidas em Catsossa (2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b).
[127] Entrevista realizada em Junho de 2016.

> do agronegócio que é uma produção uniformizada, uma produção que liquida o saberes camponeses, é uma produção em que os saberes dos camponeses são um prejuízo para o agronegócio[128]

Indignado com a atuação do Brasil em países africanos e, sobretudo, em Moçambique, o Padre Adriano e membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) afeto no município de Dourados, em poucas palavras apenas disse que "sinto, pena que o Brasil está exportando os conflitos, aqui temos livros que publicamos em cada ano onde relatamos os conflitos que são gerados pelo agronegócio e, acredito que não tem como contornar isso[129]". Contudo, as constatações feitas por Clements e Fernandes (2012, 2013) e por Mello (2013) segundo as quais, através do ProSAVANA, o governo brasileiro estaria a exportar as contradições internas caracterizadas por conflitos socioambientais e disputas territoriais resultantes do modelo agrário/agrícola proposto para a modernização do Corredor de Nacala, embora rebatidas por Fingermann (2013), precisam ser consideradas. No tal texto, Clements e Fernandes (2013) afirmam:

> O Brasil sofre e promove grilagem internacional com o recente interesse em adquirir terras agrícolas. Ele também expõe o paradoxo da postura do governo brasileiro em relação à prática de grilagem de terras. Durante a tentativa de restringir aquisição de terras agrícolas por estrangeiros, em um contexto doméstico, em nome de proteção da "soberania alimantar" e "segurança alimentar", o governo brasileiro está promovendo simultaneamente a grilagem de terras, através do agronegócio em Moçambique como meio para atingir sua segurança alimentar e, portanto, a sua soberania nacional. Através do ProSAVANA, o Brasil está tentanto exportar para Moçambique o mdelo de desenvolvimento do agronegócio que falhou profundamente em termos de fornecimento de alimentos para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável no Brasil (CLEMENTS & FERNANDES, 2013, p. 18)

As constatações feitas por Clements e Fernandes (2013), encontram-se também no texto de Melo, Oliveira e Barbosa Jr (2016), aonde afirmam que:

> [...] as relações de cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique estão consubstanciadas na etapa atual da acumulação. Moçambique tem se constituído num território convertido em receptáculo de experiências forjadas desde os países do Norte, que, na etapa atual, passam a incluir ações oriundas de países do Sul, como o Brasil. Ao se converter em "vitrine" de um modelo de desenvolvimento, o Brasil, que tem a sua economia fortemente ancorada em *commodities* de origem mineral e agrícola, acaba, transpondo para aquele país as contradições internas que têm acarretado uma série de conflitos relacionados à apropriação e ao controlo da terra, da água e do sobsolo (MELO, OLIVEIRA & BARBOSA JR, 2016, p.108).

Além de reproduzir-se conflitos sociais, a apropriação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, pode levar ainda a especulação territorial. Por esta via, com o

[128] Entrevista realizada em Setembro de 2015.
[129] Entrevista realizada em Setembro de 2015.

ProSAVANA existe a possibilidade de ocorrer a acumulação privada da riqueza por meio da renda capitalizada da terra. Esta forma de apropriação da terra e da renda, faz parte do processo de circulação do capital financeiro e no atual contexto, configura-se no que popularmente se chama *land grabbing.*

Outra autora rebatida por Fingerman (2013), é Mello (2012) ao denunciar o sentido perverso do modelo agrário/agrícola que estava sendo proposto pelo ProSAVANA para a modernização do Corredor de Nacala. no seu texto, Mello (2013) destaca que o seu primogénito do cerrado brasileiro (o PRODECER), além de expropriar e expulsar os camponeses das suas terras, devastou este bioma. Neste sentido, os argumentos de Mello (2013), precisam também ser consideradas, pois o modelo agrário/agrícola proposto para a modernização do Corredor de Nacala, tem matriz expropriadora, exploradora e destrutiva, não só em termos ambientais, mas também do próprio modo de vida tradicional vigente neste território. No texto em referência, Mello (2013) elucida que com o ProSAVANA:

> O Brasil está exportando para a savana moçambicana seus históricos conflitos entre modelo de monoculturas em larga escala do agronegócio voltadas para exportação e o sistema de produção de alimentos de base familiar e cxamponesa (MELLO, 2013, s/p).

Na mesma perspectiva, Pessôa (2015) afirma que, se no:

> [...] processo de produção e apropriação do espaço do Cerrado pelo capital, houve interesse em organizar e reorganizar esse espaço para atender o mercado internacional, no ProSAVANA não será diferente. [...]. A leitura feita sobre o ProSAVANA, a partir do PRODECER, deixa em aberto reflexões e questionamentos para que possamos pensar os verdadeiros interesses de cooperação internacional. Mesmo que em seus objetivos estejam citados a preocupação com a questão ambiental, com a segurança alimentar – três palavras-chaves fundamentais nessa discussão – soubemos que não é tarefa simples conciliar esse tripé no processo desenvolvimento capitalista no campo. Esse desafio é um ponto de partida para compreender as transformações no meio rural nos dois biomas destacados (PESSÔA, 2015, p. 453-456).

Noutro momento, a geógrafa brasileira Vera Lúcia Salazar Pessôa, uma das pesquisadoras a estudar os contornos do PRODECER no cerrado brasileiro salienta que:

> O discurso sustentável faz parte da implantação desses projetos. No PRODECER foi assim e creio que no ProSAVANA é igual. Nos materiais os quais fiz leitura o desenvolvimento sustentável está presente. É uma forma de obter os recursos financeiros. Mas, como conciliar isto em um modelo capitalista? Para mim, difícil[130].

[130] Entrevista realizada no dia 9/10/2016 via correio eletrênico.

Não menos importante, de Portugal, Jacinto (2014) faz as seguintes afirmações sobre as possíveis contradições deste programa no Corredor de Nacala:

> A invasão da savana pelo agronegócio e pela soja é semelhante, na envergadura dos projetos e no tipo de ocupação que lhe está associada, às frentes pioneiras que invadiram o sertão brasileiro e o (des)mataram enquanto remetiam e outros sem terras. Este modelo de desenvolvimento, promovido quase sempre a partir do investimento estrangeiro, fomenta a monocultura, ocupa vastas áreas (14,5 milhões de hectares) e afeta muitas pessoas ([na altura] 4 milhões [de famílias camponesas]). O ProSAVANA, concebido a imagem e semelhança do PRODECER, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, irá produzir fundamentalmente, soja e gado para exportar para países ricos. Os camponeses terão o mesmo destino que tiveram em todo o lado: a troco duma indemnização sempre regateada e insuficiente e em nome duma modernidade duvidosa terão que abandonar as terras dos seus antepassados sem perceber como tamanha maldade lhes foi bater a sua porta (JACINTO, 2014, p. 94-95).

Os desafios para garantir a sustentabilidade socioambiental a partir do ProSAVANA no Corredor de Nacala são vários. Torna-se um desafio ainda a compreensão das transformações que possam advir da implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, tendo em conta que dentro deste bioma, além de existir uma rica e imensa biodiversidade, vivem milhares de famílias camponesas que dependem unicamente das terras, as mesmas que estão na mira deste programa. Além do ProSAVANA, no Corredor de Nacala existem também outras iniciativas do agronegócio, cuja atividades são suportadas pelo capital financeiro.

São empresas agrícolas que se constituíram em Moçambique a partir da primeira metade do século XXI com a pretenção de elevação dos níveis de produção e produtividade agrícola e promoção do desenvolvimento. Usando o discurso "produtivista" e "desenvolvimentista", estas empresas agrícolas foram se beneficiando de grandes áreas de terras pelo Estado por meio de concessões. São empresas atuam em vários setores ao longo do Corredor de Nacala, como, por exemplo, de grãos, leguminosas, fibras, papel-celulose e entre outros.

Mas, vale realçar que, em relação às empresas que serão caracterizadas e analisadas nas próximas seções, não há informações sobre a sua ligação com o ProSAVANA, só que tais iniciativas estão concentradas no Corredor de Nacala. A semelhança do ProSAVANA com estas empresas agrícolas, reside no fato de que ambos estão em conflito caracterizado por uma disputa acirrada e paradigmática com os camponeses para o controlo monopolístico da terra e de outros recursos naturais importantes para a reprodução ampliada do capital em escala global, sobretudo, a água.

5.3.2. Murrimo Macadamias Ltd

A *Murrimo Macadamias Ltd* é uma empresa agrícola constituída em Moçambique ao abrigo de um consórcio entre uma empresa sul-africana *Crookes Brothers, Limited e White Bird International BV*, dos Países Baixos[131]. Esta empresa opera no distrito de Gurué, na província da Zambézia, desde 2012 e ocupa uma área de cerca de três mil hectares para a produção de macadâmia[132]. Até janeiro de 2017, a empresa contava com um investimento de cerca de 24 milhões de dólares norte-americanos na produção de cultura de macadâmia. Um dado importante é que, este consórcio conta com uma larga experiência na produção de frutos e outras culturas na Suazilândia e no Zimbabué[133].

Foto 19. Instalações da empresa agrícola Murrimo Macadâmias Lda, Gurué/Zambézia

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Macadâmia é uma planta originária da Austrália. No território australiano, a macadâmia foi produzida inicialmente no Havaí, local considerado o maior produtor mundial da noz por muitos anos. Aos poucos, por causa do sucesso que teve no território australiano, esta planta foi se expandido para outros países do mundo. Além de

[131] Informação disponível em: https://macauhub.com.mo/pt/2017/01/20/mozambican-company-starts-exporting-macadamia-nuts/. Acesso em: 12/01/2019.
[132] Informação disponíveis em: http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/35042 e em : https://macauhub.com.mo/pt/2017/01/20/mozambican-company-starts-exporting-macadamia-nuts/. Acesso: 11/01/2019
[133] Informação disponível em: https://macauhub.com.mo/pt/2017/01/20/mozambican-company-starts-exporting-macadamia-nuts/. Acesso em: 12/01/2019.

Moçambique, a planta de macadâmia é produzida também no Brasil[134]. Por ser uma planta que necessita de muita água para o seu crescimento, o distrito de Gurué, acaba sendo estratégico para esta empresa, pois como foi referenciado nas seções anteriores, a chuva cai com muita frequência. Esta planta quando crescem, produz frutas oleaginosas que são aproveitadas para vários fins, ambos comerciais.

As nozes (sementes) de macadâmia são utilizadas na indústria alimentar para a produção de chocolate. Igualmente, "a macadâmia pode ser consumida ao natural ou incorporada em diversas receitas, como as de pães, tortas, bolos, *cookies*, trufas, bombons e sorvetes. As nozes (de macadâmias também funcionam como aperitivos (basta torá-las ou salgá-las) ou como ingredientes de saladas[135]". De realçar que, "a semente de macadâmia é rica em gorduras saudáveis, podendo ajudar aqueles que precisam perder peso". Uma pequena porção de macadâmia (semente) fornece fibra, proteína, manganês, tiamina e uma boa quantidade de cobre[136]". Por sua vez, "com a macadâmia ainda pode ser feita uma deliciosa manteiga, sem glúten e com alto teor de proteína[137]". A partir da macadâmia, produz-se também derivados, sendo o óleo, um dos exemplos.

A macadâmia é utilizada também na indústria cosmética, sobretudo, para fabrico de produtos de beleza e o óleo é um dos seus derivados mais utilizados. A macadâmia produzida em Moçambique pela empresa *Murrimo Macadamias Lta*, é comercializada no mercado asiático, europeu como também na América do Norte. Está em curso a construção de uma fábrica de processamento da fruta de macadâmia dentro da sua propriedade. De realçar que, a empresa adiquriu terras ao longo das encostas e da cordilheira de Namuli e até mais ou menos 2017, contava com uma área plantada de cerca de 900 hectares[138].

[134] Informação disponíveis em: http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/35042. Acesso: 11/01/2019.
[135] Informação disponíveis em: http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/35042. Acesso: 11/01/2019.
[136] Informação disponível em: https://www.google.com/amp/s/amp.ecycle.com.br/7267-macadamia.html. Acesso: 10/12/2019.
[137] Informação disponível em: https://www.mundoboaforma.com.br/9-beneficios-da-macadamia-para-que-serve-e-propriedades/. Acesso: 10/12/2019.
[138] Informação disponíveis em: http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/35042. Acesso: 11/01/2019.

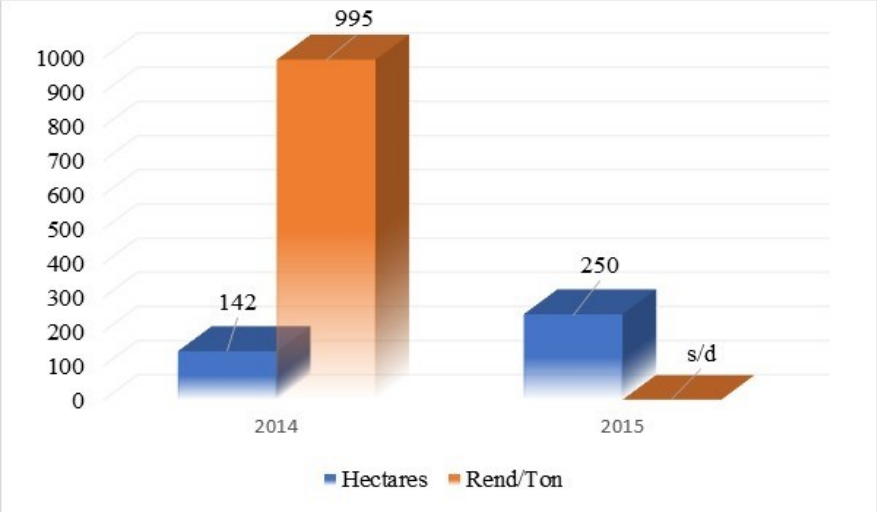
Foto 20. Plantação de macadâmias na propriedade da Murrimo Macadâmias Lda Gurué/Zambézia

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Até mais ou menos 2019, ainda não havia dados disponíveis sobre a quantidade de macadâmia produzida por esta empresa agrícola. Além da cultura de macadâmia, a Murrimo Macadâmias Lda, tem estado a diversificar a sua produção. A empresa produz também uma variedade diversa de milho e feijão que são comercializados nos mercados locais supostamente para garantir a segurança alimentar. Uma parte da produção do milho é comercializa junto as fábricas que produzem e/ou processam ração animal. No entanto, até Janeiro de 2017, a empresa havia plantado uma área de cerca de 660 hectares[139]. Apenas a cultura de milho é que tem dados disponíveis conforme ilustra o gráfico 5.

[139] Informação disponível em: https://macauhub.com.mo/pt/2017/01/20/mozambican-company-starts-exporting-macadamia-nuts/. Acesso em: 12/01/2019.

Gáfico 5. Quantidade do milho produzido na empresa Murrimo Macadâmias Ltda (2014-2015)



Fonte: ADECRU & PLASS (2016). **Org.:** O autor.

Como se pode observar no gráfico 5, de ano para ano, a empresa tem aumentado a área de produção da cultura de milho. Por exemplo, em 2014, a empresa produziu a cultura de milho numa área de 142 hectares e o rendimento foi de 995 toneladas. A partir disto, pode-se inferir que o aumento da área produzida em 2015, foi diretamente proporcional ao rendimento obtido neste mesmo ano. Por ser uma produção em grande escala, a *Murrimo Macadamias Lda* utiliza tecnologia avançada no processo de pulverização das lavouras. Além disso, a empresa utiliza agroquímicos (fertilizantes e pesticidas) no processo produtivo conforme a foto 21.

Foto 21. Pivot de irrigação da empresa Murrimo Macadâmias Lda, Gurué/Zambezia

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

A entrada desta empresa no distrito de Gurué, levou a expulsão de centenas de famílias camponesas, aproximadamente 150 e tiveram que ser realocadas em outro lugar (*cf.* ADECRU & PLASS, 2016). Estas famílias faziam o uso diversificado dos seus territórios. Além das suas casas, culturas de subsistências, perderam outros meios de sobrevivência, sobretudo, os que eram extraídos diretamente da natureza. Ao se implantar, a empresa criou suas próprias regras, depois desta, ter expulsado as famílias camponesas que viviam neste lugar. Além da segurança privada que controla a propriedade, esta empresa conta também com uma cerca (ligada a corrente) elétrica conforme a foto 22.

Foto 22. Cerca montada pela empesa Murrimo Macadamias Ltd, Gurué, Zambézia.

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Na entrada desta propriedade tem uma cancela onde ficam seguranças munidos de armas de fogo. A presença de uma segurança privada e armada é, em si, uma estratégia vista pela empresa para inibir o contato com pessoas que ela considera estranhas a sua propriedade. A colocação do arame farpado e a sua ligação à corrente elétrica, traduz-se também é uma estratégia de amedrontar as comunidades locais em casos destas tomar parte das terras usadas pela empresa, já que a sua territorialiação nesta área não foi pacífica. Dentro da propriedade da Murrimo Macadamias Ltd, existem algumas florestas onde camponeses extraiam mel, lenha para uso doméstico, estacas para construção das suas casas, faziam a caça, pastavam os seus gados, etc. Por sua vez, localmente há uma nascente de um rio, sobretudo, nas montanhas de Gurué, mas a água cai dentro da

propriedade da empresa. Desde que a empresa se implantou neste lugar, as comunidades locais nunca tiveram acesso aos recursos naturais. Um dado importante é que, a floresta tem sido destruída no processo de abertura de novas áreas de produção de macadámias.

5.3.3. Agribusiness de Moçambique (AgroMoz)

A *Agribusiness de Moçambique*, ou simplesmente, *AgroMoz,* é um dos monopólios agrícolas do agronegócio que produz soja e milho, localizada no Posto Administrativo de Lioma, no distrito de Gurué, na província da Zambézia. Lioma está localizado numa região fronteiriça com o posto administrativo de Mutuali, distrito de Malema, província de Nampula. Em Lioma, a *AgroMoz* se estabeleceu em 2012 e, é detentora de um DUAT de 9.000 hectares (*cf.* UNAC & GRAI, 2015).

Foto 23. Placa indicativa da presença da AgroMoz em Lioma/Gurué

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

A *AgroMoz* é uma sociedade agroindustrial formada por capitais moçambicanos, portugueses e brasileiros. No caso moçambicano, a *AgroMoz* é detida pela *Intelec Holding* ligado ao ex-presidente de Moçambique, Aramando Emílio Guebuza, e este, por sua vez, tem o empresário Salimo Abdula como seu principal sócio de negócios. Em Portugal, o capital investido na *AgroMoz* pertence ao Grupo Américo Amorim. Américo Amorim, em vida era considerado um dos homens mais ricos de Portugal.

Já no caso brasileiro, a *AgroMoz* é participada pelo Grupo Pinesso, que além de deter mais de 100.000 hectares terras dentro do Brasil para a expansão do agronegócio,

tem também negócios em vários países da África, um deles, Sudão, aonde detém cerca de 22.000 hectares *(cf.* UNAC & GRAIN, 2015; SMART & HANLON, 2014). Quem atualmente administra a propriedade da *AgroMoz* é o grupo Pinesso que faz o uso do modelo brasileiro do agronegócio, caracterizado pela alta mecanização e uso intensivo do capital e de forma excessiva, os agrotóxicos com recurso a aviões aéreos no processo de pulverização.

A aliança dos capitalistas moçambicanos, brasileiros e portugueses que culminou com a constituição da *AgroMoz*, deve ser compreendida como uma estratégia de territorialização de monopólios na agricultura moçambicana, cuja missão é demandar a produção internacionalizada de *commodities* agrícolas para a exportação. Neste sentido, Lioma configura-se num território de reprodução ampliada de capital em escala global baseado na exploração intensiva e permanente da terra mediante o uso excessivo de pacotes tecnológicos, sobretudo, sementes transgênicas e agrotóxicos.

Esta produção internacionalizada de soja e milho em Lioma, só foi possível por meio de alianças entre capitalistas nacionais e os capitalistas internacionais. É por meio desta associação entre capitalistas nacionais e estrangeiros que a *AgroMoz* tornou-se num dos monopólios mundizalizados pela produção de *commodities* de interesse do mercado global. Quando a *AgroMoz* se implantou em Lioma, tinha apenas 200 hectares, mas aos poucos, a sua propriedade foi crescendo, tendo passado de 3.000 hectares para os 9.000 hectares (*cf*. UNAC & GRAIN, 2015; MANDAMULE & BRUNA, 2017).

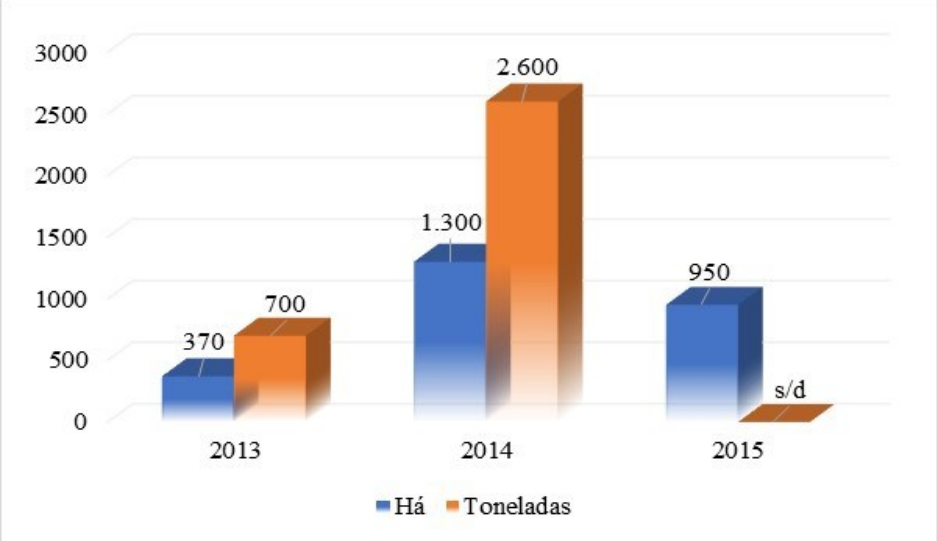
Um dado novo neste processo, é que a empresa tem objetivo de conseguir mais 3000 hectares, para serem 12 hectares (*cf.* UNAC & GRAIN, 2015) mesmo num ambiente caraterizado por protestos populares que reivindicam as mesmas terras. Ao se implantar em Lioma, o interesse da *AgroMoz* era expandir as monoculturas de soja e milho para a exportação. A *AgroMoz* tem vindo a cultivar estas duas monoculturas em grande escala, alternadas por época agrícola, isto é, numa determinada época. Até o período em que foi realizada a pesquisa de campo, a *AgroMoz* havia plantado a cultura de soja conforme a foto 24.

Foto 24. Plantação de soja na empresa AgroMoz em Lioma/Gurué

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Além da monocultura de soja e milho, a *AgroMoz* já experimentou outras monoculturas, como é o caso do arroz. Por exemplo, na época agrícola de 2013/2014, a *AgroMoz* contava com uma área cultivada de cerca de 2100 hectares, sendo 1.700 da monocultura de soja e 400 hectares da monocultura do Arroz (*cf.* UNAC & GRAIN, 2015). O gráfico 5, ilustra a quantidade da produção da monocultura de soja na AgroMoz.

Gráfico 5. Quantidade da produção da soja na empresa AgroMoz/Lioma



Fonte: ADECRU & PLASS (2016). **Org.:** O autor

O gráfico 5, mostra que, cada vez que aumenta a área plantada, os níveis de produção da soja na empresa *AgroMoz,* aumentavam também. Por exemplo, em 2013,

numa área de 370 hectares, a empresa conseguiu tirar 700 toneladas e em 2015, numa área de 1. 300 hectares, conseguiu 2.600 toneladas. A territorialização da *AgroMoz* em Lioma, resultou na expropriação e expulsão os sujeitos das suas terras, sendo que Mandamule e Bruna (2017) estimam um número de cerca de 1000 famílias camponesas.

Grande parte dos camponeses expulsos pela *AgroMoz* durante a sua implantação, deslocou-se para o Posto Administrativo de Mutuali, no distrito de Malema, na província de Nampula e mais tarde, foram forçados a procurar outos espaços para recomeçar e/ou reconstruir uma nova (história de) vida. Outro grupo, preferiu ficar em Lioma com a expectativa de recuperar as suas terras que estão a ser usadas pela *AgroMoz* e estes, vivem e praticam a atividade agrícola nas proximidades da propriedade da empresa.

Foto 25. Famílias camponesas que resistem contra a AgroMoz em Lioma/Gurué

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Além desses que ficaram em Lioma, outro grupo preferiu migrar para as vilas de Gurrue e Malema, respectivamente, aonde algumas pessoas se envolveram em atividades não agrícolas, sobretudo, o comércio. Ainda neste grupo que migrou para as cidades, importa realçar que, algumas pessoas, foram trabalhar nas agroindústrias localidades em Gurué como assalariados. A expulsão das famílias locais fez com que estas perdessem os meios de sobrevivência e/ou de existência enquanto povos. As culturas de subsistência familiares foram sendo destruídas e substituídas por lavouras de soja e milho com a implantação da *AgroMoz*. Além disso, as florestas onde as comunidades extraiam lenha, madeira para a construção das suas caças, praticavam a caça e pastavam o seu gado, foram sendo destruídas no processo de ampliação das lavouras.

No caso dos pastos, as comunidades tem se deslocado para lugares distantes das suas residências. A isto, adiciona-se também os espaços sagrados que também foram destruídos, para dar espaço a expansão da soja. Foi uma violência que levou até certo ponto, a uma morte simbólica dos povos locais. Enfim, as famílias expulsas pela *AgroMoz* no âmbito das sua entrada, não perderam apenas os seus territórios e os recursos naturais, mas também toda a sua história e o seu modo de vida que vinha sendo adquirido de geração em geração foi destruído. Já que a sua expulsão em termos sociais, significou a sua pauperização, para produzir alimentos, estas famílias viviam na base da solidariedade de outros camponeses aonde migravam.

Neste sentido, famílias camponesas que migravam após serem expulsas dos seus territórios pela *AgroMoz*, ao chegar nos locais de destino, eram lhes emprestadas pedaços de terras com os habitantes locais, tanto para poderem produzir seus alimentos como para erguerem as suas casas enquanto procuravam ter suas próprias terra se para restabelecerem. Os que tinham algum dinheiro, no caso dos que trabalhavam como assalariados nalgumas empresas agrícolas e/ou em outros setores de atividade, alugavam terras para os mesmos fins. Mandamule e Bruna (2017) afirmam que:

> O deslocamento forçado, culminou, igualmente, com a pauperização das famílias, sobretudo, mulheres e viúvas que dependiam da generosidade dos habitantes da região vizinha (Mutuali) que ofereciam ou alugavam pedaços de terras para a produção agrícola e habitação (MANDAMULE & BRUNA, 2017, p. 225).

Para reforçar o controle da sua propriedade, *AgroMoz*, contratou segurança privada para vigiar pessoas estranhas a sua existência. Nas extremidades da sua propriedade, a *AgroMoz* construiu alguns postos de controle que funcionam como guaritas. Nestes postos de controlo ficam os seguranças que também são membros da própria aldeia, a controlar a propriedade da *AgroMoz*. A repressão é maior em Lioma de tal maneira que as famílias camponesas, têm medo de darem entrevistas, pois temem represálias e, em casos graves, a sua expulsão do povoado com o líder comunitário e/ou régulo. Durante a visita a esta propriedade, constatou-se também a presença de segurança privada e armada.

Além de ter expropriado e expulso centenas de famílias camponesas das suas terras no âmbito da sua implantação, a *AgroMoz* tem estado também a gerar outro tipo de conflito. O uso de agrotóxicos no processo produtivo tem levado à contaminação das culturas familiares e envenenamento das famílias camponesas que vivem nas proximidades da propriedade da *AgroMoz*. Esta situação tem estado a gerar graves

conflitos socioambientais em Lioma. Na época agrícola de 2013/4, a empresa havia realizado uma pulverização aérea na sua propriedade e na altura teria plantado a cultura de soja. Durante o processo, o avião teria passado por explorações familiares que estão nas proximidades da empresa, tendo depois dado voltas por casas das famílias camponesas residentes em Lioma. A ação perversa da *AgroMoz* em Lioma, foi confirmado também pelo presidente da UPCN (União Provincial de Camponeses de Nampula), onde descreve o seguinte:

> Nós temos o caso de Mutuali, na província da Zambézia com a AgroMoz. Muitos camponeses perderam as suas culturas por causa da pulverização área, isto aconteceu quando o voo da empresa estava a manobrar para outro lado. Os camponeses perderem as suas culturas por causa de agroquímicos[140].

O presidente da UPCN referiu também que sempre que procuraram o governo para resolver esta situação, este tem desvalorizado as denúncias feitas pelas organizações camponesas mesmo com evidências de que a AgroMoz está a contaminar as populações e suas culturas. Desabafando, o presidente da UPCN descreveu que "quando apresentamos ao governo, não aceita que sejam coisas que estejam a acontecer[141]". A ação perversa da AgroMoz que levou a contaminação das famílias camponesas e a destruição de culturas de subsistências foi confirmada também pelo relatório da UNAC e GRAIN (2015).

A destruição das culturas camponesas pela *AgroMoz* no âmbito da pulverização aérea, trouxe impactos negativos sobre a segurança alimentar das famílias, uma vez que, terão perdido quase toda a produção. Além disso, algumas famílias residentes em Lioma, acabaram por contrair gripe e alergia corporal, em resultado do banho dos agrotóxicos que tiveram quando o avião da *AgroMoz* passou por cima das suas residências (*cf.* UNAC & GRAIN, 2015). De realçar que, a propriedade da *AgroMoz* está bem próximo das explorações familiares, situação que gera conflitos socioambientais em caso do uso de agrotóxicos acompanhado pela pulverização aérea.

Mesmo em situações de uso de uma máquina pulverizadors, daquelas maiores, na mesma, gera-se conflitos socioambientais. Em tempos de chuvas torrenciais, a água contendo resíduos de agrotóxicos, tem sido transportada para as explorações familiares, contaminando-as. Torna-se urgente fazer um estudo mais apurado para avaliar o nível de toxidade da água consumida pelas famílias camponesas que vivem nas proximidades da

[140] Entrevista realizada em Setembro de 2018.
[141] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

AgroMoz por conta dos agrotóxicos usados por esta empresa durante o processo produtivo. Como foi referenciado no capítulo 4, uma água contaminada pelos agrotóxicos é um veículo de intoxicação das pessoas quando consumida sem nenhuma precaução e/ou tratamento.

Outro aspecto conflituoso, são as represas que a empresa pretende construir para fins de irrigação das lavouras (*cf*. ADECRU & PLASS, 2016). Em caso de construção de represas pela *AgroMoz* para o armazenamento da água, este recurso natural passará a ser disputado em Lioma, de um lado, a empresa para irrigar as suas lavouras e do outro, as famílias camponesas por forma a usá-la para vários fins, um deles, o consumo doméstico. Em termos ambientais, a criação de represas trazem desequilíbrios ecológicos e, como consequência direta disto, algumas espécies podem desaparecer. Os peixes estão entre as espécies aquáticas que podem ser afetados negativamente com a construção de represas. Como a população local é dependente da atividade pesqueira, isto pode afetá-la negativamente.

5.3.4. Hoyo-Hoyo Agribusiness

A *Hoyo-Hoyo* é uma empresa agrícola ligada ao ramo do agronegócio de soja e milho, ambas sementes transgênicas. Esta empresa agrícola, está em Ruace desde 2009, altura que recebeu do governo moçambicano, um DUAT de cerca de 10.000 hectares para a plantação de *commodities* para exportação.

Foto 26. Instalações da empresa agrícola Hoyo-Hoyo Agribusiness em Ruace/Gurué

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Atualmente, a *Hoyo-Hoyo*, conta com um DUAT de cerca de 28.000 hectares, sendo que 20.000 hectares estão localizados na província da Zambézia e 8.000 hectares, na província de Tete (*cf*. UNAC & GRAIN, 2015). Os meandros de como a Hoyo-Hoyo conseguiu os 18.000 hectares, para atualmente ter um DUAT de 28.000 hectares, considerando que ao entrar em 2009, esta empresa tinha apenas 10.000 hectares, não são conhecidas pelo público em geral. Estabelecida por um dos monopólios internacionais ne nome *Quifel*, a *Hoyo-Hoyo* é controlada por um aristocrata de origem portuguesa de nome Miguel Amaral que também está envolvido no negócio de automóveis (*cf*. SMART & HANLON, 2014; UNAC & GRAIN, 2015).

De acordo com Smart e Hanlon (2014, p. 82) "a Quifel é proprietária da LeYa que por sua vez é prioprietária de duas das mais importantes editoras de Moçambique, a Texto Editoras e a Ndjira". Segundo estes autores, inicialmente, a *Hoyo-Hoyo* teve problemas operacionais. Tendo em conta que os problemas operacionais eram cada vez maiores, a *Hoyo-Hoyo* foi, posteriormente, tomada por outros capitalistas, neste caso, a *BXR*, representado por Gordon Cameron, filho de um agricultor argentino que está envolvido na expansão do agronegócio na América-Latina (*cf.* SMART & HANLON, 2014).

Não é apenas em Moçambique aonde a *BXR* explora terras, pois a mesma empresa, está presente na Argentina, onde ocupa uma área de mais de 60. 000 hectares, no Brasil com 12.000 hectares e no Malawi com 1.000 hectares (*cf*. UNAC & GRAIN, 2015). De acordo com Smart e Hanlon (2014), com a entrada de Gordon Cameron na gestão da *Hoyo-Hoyo* em Moçambique, revolucionou o processo produtivo por meio do modelo latino-americano do agronegócio que vigora em países como Brasil e Paraguai, respectivamente, caracterizado pelo sistema de plantio direto de *commodities*. Quando chegou a Ruace, a equipe dirigida por Gordon Cameron desmatou a floresta nativa e, em seguida, plantou cerca de 1000 ha de soja, com um rendimento de 1,5 t/ha (*cf*. SMART & HANLON, 2014).

No local onde atualmente a empresa explora terras, durante o socialismo, havia uma machamba estatal denominada *Complexo Agro-Industrial de Lioma* (CAPEL) sendo que acabou entrando em colapso por causa da guerra civil que envolvia o governo (socialista) da FRELIMO e a RENAMO. Além disto, o colapso da *CAPEL* está ligado também com os "erros de governação, fraqueza institucional e má articulação com os camponeses vizinhos" (MANDAMULE & BRUNA, 2017, p. 221-222). Foram estes aspectos que culminaram com a sua ocupação das terras pelos camponeses. O *Complexo Agro-Industrial de Lioma*, na década de 1980, já esteve na "mira" dos produtores

brasileiros que tentavam introduzir a cultura da soja (*cf.* Smart & Hanlon, 2014), mas por causa da guerra civil, não foi possível materializar os seus interesses.

De acordo com Smart e Hanlon (2014), em 2002, a Visão Mundial, uma organização internacional, tentou resgatar a intenção dos brasileiros de introduzir a cultura de soja no distrito de Gurué, mas fracassou, uma vez que para os camponeses que estavam sendo integrados a produção de mercadorias não tinha quase nenhuma experiência no agronegócio. Além disso, os camponeses que viviam dentro do *Complexo Agro-Indistrial de Lioma*, área atualmente ocupada pela *Hoyo-Hoyo*, segundo Smart e Hanlon (2014), não tinham também o acesso aos pacotes tecnológicos necessários para responder as exigências do mercado, daí que foi necessário estimulá-los com ajuda de ONG´s (Organizações Não Governamentais) e doadores que estavam interessados na soja, entre eles, a Clusa, *TechnoServe*, Gates, Noruega, Suíça, EUA, IITA (*International Institute of Tropical Agriculture*), e entre outros (*cf.* SMART & HANLON, 2014).

Foto 27. Parte das terras usadas da Hoyo-Hoyo Agribusiness em Ruace/Gurué

Fonte: Pesquisa de campo (2017**)**

A implantação da *Hoyo-Hoyo* em Ruace, resultou no deslocamento forçado das famílias camponesas que aí viviam. Alguns estudos (*cf.* Mandamule & Bruna, 2017; Smart & Hanlon, 2014) apontam que, inicialmente, houve uma tentativa de aproximação entre a empresa e as famílias camponesas, mas este diálogo não gerou consenso. Não havendo consenso, esta empresa, já que tinha autorização do governo para ocupar as terras, avançou com as suas atividades, despejando centenas de famílias camponesas. Esta

ação da *Hoyo-Hoyo*, é ilegal e ao mesmo tempo ilícita. É ilegal porque violou o princípio do acesso à terra por *boa-fé* (*cf*. Artigo 12, Lei de Terras – Lei 19/97 de 1 de Outubro), tendo em conta que as famílias camponesas ora despejadas pela *Hoyo-Hoyo*, viviam há dezenas de anos.

É ilícita porque o processo de ocupação das terras por esta empresa agrícola, culminou com a destruição das culturas de subsistência familiar que estavam nas machambas dos camponeses ao serem transformados em espaços de produção de *commodities*. No processo da implentação da *Hoyo-Hoyo*, algumas benfeitorias das das famílias camponesas foram destruídas com a expansão de monoculturas de soja, as quais, não foram restituídas completamente. Essa destruição aconteceu num contexto em que Constituição da República, no artigo 58, proclama que em casos de danos materiais causados pela implementação de atividades econômicas, os lesados devem ser indenizados. Em relação a ação perversa da *Hoyo-Hoyo* em Ruace, Mandamule e Bruna (2017) são categóricas e afirmam que:

> Em Ruace (distrito de Gurué), a empresa Hoyo-hoyo, pretendia investir na produção e comercialização de soja. No entanto, a chegada e o restabelecimento deste projeto de investimento naquela localidade não gerou consenso no seio das comunidades, ocupantes por boa-fé (artigo 12, Lei de Terras 19/97 de 1 de Outubro) das terras concessionadas à Hoyo-Hoyo, que se viram desprovidas da sua principal fonte de subsistência – as machambas – transformadas em enormes campos de produção de soja (MANDAMULE & BRUNA, 2017, p. 222).

Além do despejo, adiciona-se também a violência simbólica que as famílias camponesas vítimas da *Hoyo-Hoyo* sofreram com a sua implantação em Ruace. Este processo envolve questões de natureza sociológica e antropológica. A destruição das práticas tradicionais foi um dos aspectos que marcou a implantação da *Hoyo-Hoyo* em Ruace e isto, fez com que as famílias camponesas perdessem, por exemplo, os seus traços identitários. Ao serem expulsas dos seus territórios para outros lugares, as famílias camponesas perderam uma parte de si, sobretudo, os laços que lhes ligavam aos seus antepassados/ancestrais, na medida em que os seus territórios e com eles, os espaços de uso comum (pastos, florestas e lugares sagrados), foram destruídos e transformados em campos de produção de soja após a implantação da *Hoyo-Hoyo*. Analisando os problemas gerados pela *Hoyo-Hoyo* em Ruace, Mandamule e Bruna (2017) rematam:

> A retirada dos [povos] locais de pasto e produção agrícola dá-se de forma compulsiva, destruindo para além das culturas, os laços que ligam o campesinato à terra, espaço de produção, estruturação e integração de relações sociais e simbólicas, garantia de subsistência e local de reencontro com os seus antepassados (MANDAMULE & BRUNA, 2017, p. 222).

As próprias relações sociais baseadas na reciprocidade e na solidariedade entre os povos, importantes para a manutenção do modo de vida no campo, foram interrompidas após a implantação da *Hoyo-Hoyo*. Neste processo, centenas de famílias camponesas foram expulsas das suas terras para outros lugares para dar lugar a produção de *commodities* para exportação. Parte das famílias camponesas que tinham machambas na área atualmente ocupada pela *Hoyo-Hoyo*, foram reassentadas em outros lugares, distantes dos anteriores e, em condições desumanas. Embora o reassentamento tenha sido feito com suposição de garantir que as populações continuem a desenvolver as suas atividades produtivas, mas, os visados não ficaram por muito tempo nos locais escolhidos. Estas famílias camponesas saiam dos reassentamentos por serem lugares pantanosos, conforme o depoimento a seguir:

> A empresa reassentou as pessoas daqui e foram colocadas numa outra área que não era favorável para se viver. As pessoas que tinham condições de saírem de lá, procuraram outro lugar por conta própria. E quem não tinha condições, permaneceu naquele lugar[142].

Outras famílias, decidiram migrar para a vila de Gurué, aonde se envolveram com atividades comerciais, comércio informal (venda de refrigerantes, comida e entre outros produtos) e nalguns casos, tornaram-se em trabalhadores assalariados nas agroindústrias, sobretudo, na empresa Chazeira de Moçambique. Além das que já viviam em locais de reassentamento, havia ainda outras famílias camponesas por serem reassentadas, na altura, o administrador do distrito de Gurué, baseando-se nas experiências anteriores que culminaram com conflitos sociais, resultante do incumprimento de promessas por parte da *Hoyo-Hoyo*, determinou que "ninguém poderia se mudar até que lhe fosse dada uma machamba alternativa com o terreno já preparado" (SMART & HANLON, 2014, p. 84).

Foi daí que o "braço de ferro" entre a empresa e os camponeses se intensificou, situação que prevalece até os dias atuais. Embora a palavra "*Hoyo-Hoyo*" em língua changana signifique "bem-vindo", há espaço para dizer que, a presença desta empresa agrícola em Ruace, sob ponto de vista social e ambiental, tem siginificado apenas a reprodução de contradições. A *Hoyo-Hoyo* concentra grandes extensões de terras, numa situação em que nas proximidades vivem centenas de famílias que não têm terras suficientes para produzir alimentos nessário a sua reprodução social. É por esta razão que optam pelo assalariamento nas agroindústrias e no comercio informal para garantir a sua reprodução social. Em termos ambientais, a devastação da floresta nativa e o uso de

[142] Entrevista realizada em Ruace em Dezembro de 2017.

agrotóxicos, traz danos sobre o meio ambiente. Em tempos de chuva torrencial e pelo fato das suas residências estarem nas áreas mais baixas, as famílias camponesas que vivem nas proximidade da propriedade da *Hoyo-Hoyo* têm sido invadidas pela água.

Se for verdade a suposição dos movimentos sociais de que esta empresa usa sementes transgênicas e agrotóxicos no processo produtivo, é provável que esteja a ocorrer a contaminação dos lençóis freáticos, dos rios, só para citar alguns exemplos. No entanto, é importante a realização de estudos mais apurados com vista a medir os níveis de toxidades da água consumida pelas famílias camponesas que vivem nas proximidades na *Hoyo-Hoyo*. Outro aspecto constatado está relacionado com o tipo de emprego que é gerado pela *Hoyo-Hoyo*.

De referir que, os postos de empregos gerados pela *Hoyo-Hoyo*, são sazonais, o que significa dizer que, os trabalhadores são contratados num determinado período do ano para trabalhos emergenciais, como por exemplo, a colocação da soja e do milho nos sacos para o seu armazenamento nos silos. Durante o processo de colocação da soja em sacos para depois ser armazenado nos silos da empresa, os trabalhadores não portavam o quite de material de trabalho, sobretudo, botas para cobrir os seus pês, luvas para esconder as suas mãos e muito menos máscaras para tapar as suas caras conforme a foto 28.

Foto 28. Trabalhadores da Hoyo-Hoyo embalando soja para colocar nos silos em Ruace/Gurué

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Tendo em conta que se trata de soja transgênica, cujo processo produtivo implica a utilização excessiva dos agrotóxicos, a exposição dos trabalhadores a este produto tóxico, pode-lhes trazer problemas de saúde, como, por exemplo, alergia na pele e graves,

gripes. Para dizer que na Hoyo-Hoyo, verifica-se, portanto, a violação dos direitos trabalhistas, pois os trabalhadores não possuem nenhuma proteção. A legislação moçambicana obriga os empresários a disponibilizar o material de trabalho aos seus trabalhadores. Em parte, a falta de disponibilização de instrumentos de trabalho por parte das empresas, resulta da inoperância das instituições do Estado criadas para fiscalizar as condições de trabalho que os moçambicanos e todos aqueles que trabalham no território moçambicano, sobretudo, nas agroindústrias.

5.3.5- Mozambique Agriculture Corporation (MOZACO)

A *Mozambique Agriculture Corporation* é uma empresa do ramo do agronegócio que atua no Corredor de Nacala e foi criada no ano de 2013 por meio de um consórcio estabelecido entre o Grupo Espírito Santos (*Rioforte*) que detém 60% das ações e o grupo João Ferreira dos Santos (JFS) de origem portuguesa, um dos maiores produtores de algodão em Moçambique (*cf.* UNAC & GRAIN, 2015). Além do algodão, esta empresa tem diversificado a sua produção, plantando soja. De realçar que, a ligação do Grupo Ferreira dos Santos (JFS) com Moçambique, data desde o período em que era colônia de Portugal. O grupo JFS é das poucas empresas agrícolas que sobreviveu à transição do capitalismo colonial para o socialista, tendo continuado a produzir mercadorias, mas sub forte controle do Estado.

Com a crise do projeto socialista na década de 1980 e, sobretudo, durante as reformas econômicas, o grupo JFS passou a beneficiar-se grandes extensões de terras. Foi neste contexto que o grupo JFS que consolidou os seus negócios em Moçambique e mais tarde, passou a expandir a produção de mercadorias para outros lugares. A *MOZACO* faz parte de um conglomerado das empresas que estão na lista da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África e em Moçambique, numa forma em particular (*cf.* SELEMANE, 2017). Além de Moçambique, a *Rioforte*, uma das empresas acionistas da *MOZACO*, explora também terras em outros países do mundo, sobretudo, latino-americanos, aonde produz soja, cria gados, planta eucaliptos e entre outras culturas alimentares.

É no caso do Paraguai, aonde ocupa uma área de cerca de 135.000 hectares através de uma empresa subsidiária denominada *Paraguay Agriculture Corporation* (Payco). Além do Paraguai, a mesma empresa atua também no Brasil, aonde tem três plantações de eucaliptos e fazendas de cultivo de alimentos com uma área de 32.000 hectares e essas terras são exploradas por meio de duas empresas subsidiárias (*cf.* UNAC & GRAIN,

2015). Em Moçambique, a *MOZACO*, opera no povoado de Natuto, no distrito de Malema, província de Nampula.

Foto 30. Instalações da MOZACO em Natuto/Malema

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

A área atualmente ocupada pela empresa, no período colonial era explorada por um colono de nome Morgado que produzia culturas de tabaco e algodão, numa área de cerca de 1000 hectares (*cf.* UNAC e GRAIN, 2015). Com a independência do país em 1975, num contexto revolucionário, a Estado nacionalizou todas as terras e neste local, instalou-se uma empresa estatal de nome Unidade de Namele. Esta mesma empresa estatal, explorava também terras nos distritos de Ribaue e Lalaua, ainda na província de Nampula. Com a crise do projeto socialista na década de 1980, adicionado à guerra civil que eclodia neste período, envolvendo a FRELIMO e a RENAMO, esta empresa estatal foi encerrada pelo Estado e parte das terras, foram sendo ocupadas pelos camponeses locais, após o "calar" das armas, sobretudo, nos anos de 1990.

Mais tarde e, sobretudo, com a instalação da *MOZACO*, a situação das famílias camponesas mudou drasticamente em Natuto. A territorialização da *MOZACO* em Natuto, no distrito de Malema, resultou na expropriação e, consequentemente, no deslocamento compulsivamente um total de cerca de 1500 famílias camponesas. Ao entrar em Natuto, a *MOZACO* apresentou um DUAT de cerca de 2.389 hectares (*cf.* UNAC & GRAIN, 2015), cujo processo da aquisição do mesmo foi fraudulento, pois não foi acompanhado efetivamente por consultas comunitárias, conforme determina a Lei de Terras, nos termos do artigo 13, número 3, da Lei de Terras (Lei 19/97 de 1 de Outubro).

Além da destruição das culturas de subsistências, a implantação da MOZACO em Natuto, desestruturou as relações sociais preexistentes. A violência simbólica, foi outro aspecto verificado no âmbito da implantação da *MOZACO* na comunidade de Natuto. A via usada pelas famílias camponesas ora expulsas das terras pela *MOZACO*, baseou-se na *ocupação por boa-fé* e pelo fato de terem ficado muito tempo, as relações de pertencimento com o lugar, já teriam sido efetivadas há dezenas de anos. Com isso, pretende-se dizer que, ao serem deslocadas compulsivamente para outros lugares, as famílias camponesas vítimas da *MOZACO*, em termos identitários, foram destruídas, pois além da terra tomada pela empresa, perderam os espaços de uso comum. A foto 31 mostra parte das terras atualmente usadas pelas MOZACO que no passado pertenciam aos camponeses locais.

Foto 31. Parte das terras ocupadas pela MOZACO em Natuto/Malema

Fonte. Pesquisa de campo (2017)

As famílias camponesas outrora expropriadas pela *MOZACO* vivem há escassos metros da propriedade desta empresa agrícola. Para chegarem às suas casas, passam pela propriedade da *MOZACO*. Um dado a acrescentar é que, estas famílias, continuam a lutar para ver se conseguem recuperar as suas terras, atualmente ocupadas pela empresa. Ao adquirir terras em Natuto, a *MOZACO* pretendia expandir as monoculturas de soja e algodão. A empresa divide a sua propriedade em duas partes, num lado planta a cultura de soja e noutro, o algodão. Durante a visita efetuada à propriedade desta empresa, constatou-se que a mesma continua a produzir estas duas culturas. A foto 32 mostra a cultura de algodão que estava a ser plantada pela MOZACO, em Dezembro de 2017.

Foto 32. Plantio de algodão em terras da MOZACO em Natuto/Malema

Fonte. Pesquisa de campo (2017)

Em 2012/3, a *MOZACO* tinha plantado a monocultura de soja numa área de cerca de 200 hectares, tendo aumentado para 400 hectares na época seguinte. Durante este processo, a empresa expropriou dezenas de famílias camponesas, tendo depois pago uma compensação num valor de 3.000 meticais (o equivalente a US$ 90) à 10. 000 meticais (o equivalente a US$ 300) cada. Ainda durante o processo de plantação de monoulturas de soja, uma igreja local de nome Santa Lúcia também foi destruída e isto, fez com que as famílias camponesas perdessem todas as terras em favor da empresa e mesmo assim, não foram compensadas (*cf.* UNAC & GRAIN, 2015).

Além de estar envolvida na expansão do agronegócio de forma direta em Moçambique, a *MOZACO* fomenta também a agricultura de subcontratação usando as mesmas monoculturas de soja e algodão. De acordo com a UNAC e GRAIN (2015, p. 6) quando a *MOZACO* entrou em Natuto, no ano de 2013, pretendia "levar a acabo produção por contratação envolvendo 116 a 170 camponeses, num terreno de 89 ha, com base num programa criado pela ONG americana TechnoServe". Outro aspecto importante a referenciar, está relacionado com o tipo de emprego gerado pela *MOZACO* em Natuto. O tipo de emprego é sazonal e as pessoas são contratadas em períodos específicos.

Significa que a empresa contrata mais trabalhadores durante o período de plantio e de colheita. Em ambos os períodos, verifica-se a exploração dos trabalhadores. Os salários tendem a ser menores nos períodos em que a procura de emprego é maior. Os salários não estão diretamente proporcionais ao tempo que os trabalhadores ficam na empresa e muito menos, ao tipo de trabalho. Maleane Cardoso, um dos trabalhadores da empresa afirma que "as pessoas recebem 121 meticais, tanto em tempos de plantio como de colheita[143]". Ainda de acordo em este trabalhador, no caso dos "semeadores trabalham

[143] Entrevista realizada em Dezembro de 2017.

12 horas por dia, isto é, das 6h às 18h e recebem 121 meticais[144]". Não são os trabalhadores assalariados quem determinam quanto devem receber pelo trabalho exercido por estes, mas sim, a MOZACO. Nem sempre a redução dos salários é discutida junto dos trabalhadores, muito pelo contário, as decisões são tomadas pela MOZACO.

Na maioria das vezes, os trabalhadores são surpreendidos com cortes salariais e quando questionam, por exemplo, onde está outra parte dos seus salários, de seguinda, surge a arrogância da empresa. Os trabalhadores assalariados vendo-se lesados, tentam desesperadamente reclamar para reaver parte dos seus salários, mas, em contrapartida, os funcionários da empresa lhes reprimem e, seguida, são ameaçados de que serão despedidos caso continuem com as suas exigências. Igualmente, a ameça dos funcionários da MOZACO aos trabalhadiores assalariados, acontece também quando estes últimos se recusam em voltar aos seus postos de trabalho após sofrerem cortes nos seus salários. Maleane Cardoso que trabalha na MOZACO desde que esta empresa agrícola se instalou em Natuto, afirmou que "quando os trabalhadores recusam, os funcionários da empresa ameaçam despedir, dizendo que podem ir embora, mas não pode vir mais aqui[145]". Por sua vez, Maleane Cardoso explicou que, além de trabalhar na MOZACO como tratorista, tem exercido também atividades de mecânica e de soldador.

Por exemplo, como tratorista, o este trabalhador disse que entra na empresa por volta das 6 horas e, às vezes, sai 18 horas, mas recebe um salário mensal de 3.500 meticais. Este trabalhador referiu que não recebe por trabalhar na empresa como mecânico e soldador, atividades pelas quais exerce quando os tratores estão avariados. Maleane Cardoso referiu ainda que um dia destes atreveu-se a reclamar por não estar a receber por ser mecânico e soldador. Um dos funcionários da MOZACO responsável pelo pagamento de salários aos trabalhadores, disse-lhe que "se você não quer trabalhar, vai em casa". Este funcionário realçou ainda que "os camponeses que trabalham nesta empresa, estão a sofrer[146]". Como se pode ver, o senhor Maleane Cardoso exerce três tipos atividades na *MOZACO*, recebe salário apenas por ser tratorista. As horas que este trabalhador fica na *MOZACO* a trabalhar como mecânico e soldador, não recebe por elas.

Este trabalhador está sendo explorado pela *MOZACO*, a mesma empresa que o expropriou. O dinheiro que Maleane Cardoso estaria a receber por ser mecânico e soldador, é tomado pela própria empresa. Se não fica com a própria empresa, então, é

[144] Entrevista realizada em Dezembro de 2017.
[145] Entrevista realizada em Dezembro de 2017.
[146] Entrevista realizada em Dezembro de 2017.

apropriado por quem foi responsabilizado a pagar salários aos trabalhadores. Seja pela empresa ou por funcionários responsáveis pelo pagamento de salários, a verdade é que Maleane Cardoso está sendo explorado. É desta forma que ocorre a acumulação primitiva de capital na empresa agrícola MOZACO.

Embora a sua análise tenha sido feita a partir da realidade brasileira, Martins (2009) nos ajuda a compreender as relações trabalhistas em curso na MOZACO em Natuto, no distrito de Malema. Afinal, trata-se da materialização das relações sociais tipicamente capitalistas, em que para garantir a sua reprodução social, o trabalhador assalariado ora expropriado pela *MOZACO*, vende a sua força de trabalho ao patrão (proprietários da *MOZACO*) e, em troca, recebe um salário. Em seu livro «*Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*», Martins (2009) afirma que:

> *Essa modalidade de exploração de trabalho se traduz na acumulção primitiva porque é, em parte*, ***produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital***. Isto fica claro se entendemos que, historicamente, pode-se falar em ***reprodução*** *capitalista de capital*, reprodução de capital com base em relações formalmente capitalistas de produção (MARTINS, 2009, p. 82, itálicos e grifos do original).

Outro aspecto a destacar, está relacionado com as condições de trabalho fornecidos pela empresa. Os trabalhadores não recebem botas, bonés e muito menos luvas, conforme a foto 33.

Foto 33. Trabalhadores sem material de trabalho na empresa *MOZACO* em Natuto/Malema

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

De realçar que os trabalhadores realizam suas atividades na *MOZACO* sem material de trabalho, tanto nos dias de muito sol como de chuva torrencial. Os

trabalhadores reclamam também a falta de alimentação. Os trabalhadores afirmaram que nem sempre a empresa disponibiliza alimentação. Na maioria das vezes, a empresa disponibiliza apenas o almoço e noutros períodos do dia, tem sido por conta própria dos trabalhadores. Nos dias em que disponibiliza, o *cardápio* não muda, é a mesma alimentação e como o trabalhador da empresa relatou, sempre tem sido "*nicusse*", um tipo de peixe vendido localmente e *xima* feita de farinha grossa, às vezes, sem o mínimo de higiene conforme a foto 34.

Foto 34. Alimentação que a empresa fornece aos seus trabalhadores

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Outro cenário mais grave ainda, é a falta de assistência médica e medicamentosa por parte da empresa, sobretudo, quando há acidente de trabalho. Os acidentes de trabalho na *MOZACO* segundo reletaram os trabalhadores, são frequentes. Mesmo assim, nem sempre a empresa presta assistência médica e medicamentosa. Significa que em caso de acidente de trabalho, a responsabilidade em obter cuidados médicos é dos próprios trabalhadores e não da empresa. Tal fato contrasta com a Lei de Trabalho em curso no país, pois esta, obriga às empresas a assistir os seus funcionários e/ou trabalhadores em caso de acidentes de trabalho.

A falta de assistência médica e medicamentosa aos trabalhadores por parte da empresa em situações de acidente de trabalho, pode ser explicado também pelo fato da maior parte dos contratos no campo serem precários. São contratos que beneficiam mais as empresas que os trabalhadores, pois na maioria das vezes, são realizados de forma oral

e fora dos sindicatos. Significa que, após a conversa entre ambos, a empresa registra o nome do trabalhador num caderno e/ou bloco de nota. Pouco ou quase nada se descute outros direitos dos trabalhadores.

Na maioria das vezes, as empresas agrícolas (dentre outras que atuam noutros setores de atividades) aproveitam-se também o fato de muitos camponeses terem baixos níveis de escolarização e não saberem falar, ler e escrever com base na língua portguesa para avançar com as suas ações percersas. A fraca fiscalização por parte das instituições do Estado às condições de trabalho nas "agroindústrias", propcia também a ocorrência de tais preversidades no campo. Por exemplo, o trabalhador que aperece na foto 35, exibe o ferimento que contraiu durante o exercício das suas atividades na empresa, mas quando foi pedir apoio, foi-lhe recusado.

Foto 35. Mãos desprotegidas de trabalhador da MOZACO

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Tendo em conta que nos dias livres ia ajudar a sua família na machamba, com as feridas que contraiu durante o exercício de atividades na empresa, não conseguia fazer quase nada e segundo ele, isto impactou no rendimento da familiar.

5.3.6. Green Resources Moçambique (GRM)

A *Green Resources Moçambique* (GRM), é uma empresa ligada ao ramo do agronegócio e tem se dedicado à plantação de monoculturas de eucaliptos ao longo do Corredor de Nacala. De capitais noruegueses, além de Moçambique, a empresa que cria

a GRM, neste caso, a *Greesn Resources S.A*, está presente em vários países africanos, entre eles, Tanzânia e Uganda. Em Moçambique, esta empresa acumula aproximadamente 74 títulos contabilizando um total de 264.898 hectares (*cf.* LIVANINGO, JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2016). Esta empresa, opera nas províncias da Zambézia (no centro do país) e as de Nampula e Niassa (no norte do país), respectivamente, conforme ilustra o quadro 20.

Em cada província, a GRM opera com nomes diferentes. Isto deve-se pelo fato desta empresa ter "engolido" ações de outras empresas que estavam em falência. Por exemplo, na província da Zambézia a GRM opera através das empresas florestais *Tectona Forest of Zambézia* e *Ntecua*, respetivamente. Na província de Nampula, a GRM opera através da empresa *Lúrio Green Resources* (LGR). Já na província do Niassa, a GRM opera através da *Niassa Green Resources* (NGR) conforme o quadro 21.

Quadro 20. Distritos onde opera a Green Resources Moçambique

Províncias	**Distritos**	**Nome da subsursal da GRM**
Nampula	Mecuburi, Rapale e Ribaúe	Lúrio Green Resources (LGR)
Niassa	Chibonila, Lichinga, Muembe e Sanga	Niassa Gressn Resources (NGR)
	Chibonila, Lago e Lichinga	Chikweti
Zambézia	Alto-Molocué e Ile	Ntacua
	Gurue, Mocuba, Milange e Namaroi	Tectona

Fonte: Livaningo, Justiça Ambiental & UNAC (2016). Org. Lucas Atanásio Catsossa

Ao "engolir" pequenas empresas florestais que estavam em falência, a GRM tornou-se num dos maiores monopólios, na medida em que, passou a controlar grandes extensões de terras ao longo do Corredor de Nacala, parte das quais usa para a produção monoculturas de eucaliptos.

Quadro 22. Relação entre áreas concessionadas e plantadas pela GRM por província

Província	Área Concessionada	Área plantada
Niassa	114.418	19.486
Nampula	126.480	4.420
Zambézia	24.000	679
Total	264.989	24.585
%	100	9.3

Fonte: Livaningo, Justiça Ambiental & UNAC (2016)

No quadro 22, é possível ver que dos 264.989 hectares que são detidos pela GRM, apenas 24.585 hectares estão plantados nas três províncias aonde opera ao longo do Corredor de Nacala, o correspondente a 9,8%. Isto significa que, 240.404 hectares, representando 90,72%, ainda estão por serem usados. Essa situação acontece numa altura em que muitos camponeses não tem espaços para abrirem suas machambas por formas a produzir seus alimentos. A existência de muita terra não explorada nas mãos da GRM faz parte do incumprimento do plano de exploração desta empresa de plantação de eucaliptos

no Corredor de Nacala. É importante lembrar que, no ramo de plantação de monoculturas de eucaliptos, a GRM disputa o lugar com a *Portucel Moçambique*, outro monopólio de capitais portugueses que opera nas províncias de Manica e Zambézia que detém cerca de 356.000 hectares, sendo na primeira província, 183.000 hectares e na segunda, 173.000 hectares, respectivamente.

No relatório da Justiça Ambiental, Livaningo e a UNAC (2016) publicado em 2016, estas organizações sociais revelam, por exemplo, que a NGR continua a expandir monoculturas de eucaliptos na província do Niassa, sendo que junto a outras sucursais neste caso, a *Chikweti* e a *Messangulo*, ambas ocupam uma área de cerca de 126,471 ha, tendo plantado apenas uma área de 23,864 ha, representando 18,9% de toda a área adquirida. Na província de Nampula, a GRM que opera através da *Lúrio Green Resources* (LGR), aonde possui um DUAT de cerca de 126.000 hectares e deste número, conseguiu plantar cerca de 4.500 hectares, representando 3,6% de toda a área adquirida (*cf.* LIVANINGO, JUSTIÇA AMBIENTAL & UNCA, 2016).

Embora a GRM esteja a operar nestas três províncias, a análise cingirá apenas na *Lúrio Green Resources* (LGR), cujas atividades estão a decorrer na província de Nampula. A LGR é das únicas sucursais da GRM que foi visitada durante a pesquisa de campo, é por esta razão que a análise cingirá apenas a LGR. O investimento da LGR está orçado em cerca de "2.2 bilhões de dólares americanos, dos quais 209 milhões serão alocados para a plantação de eucaliptos e os restantes, para a construção de infraestruturas industriais, incluindo as de apoio ao projeto" (SELEMANE, 2017, p. 9). A LGR opera em três distritos, entre eles: Mecuburi, Rapale e Ribaué. A territorialização da LGR nestes três distritos, sobrepôs os seus interesses aos dos camponeses locais. As terras atualmente ocupadas pela LGR pertenciam os camponeses locais.

Os camponeses de Mecuburi, Rapale e Ribaué, vivem nestes territórios desde o período colonial. Alguns camponeses se restabeleceram logo após a proclamação da independência do país em 1975. Estes camponeses, são aqueles que haviam se refugiado para outros lugares em consequência da guerra civil que envolvia o governo da FRELIMO e a RENAMO, tendo terminado em 1992. Tratou-se, portanto, da territorialização de um *império* cujo *modus operandi*, passa necessariamente por manter o controle do território e com ele, todos outros recursos naturais vitais para a sobrevivência das comunilocais (água, terra, floresta, fauna). Aliás, esse tem sido o *modus operandi* do agronegócio em Moçambique, a sua territorialização no campo. A apropriação e o controle dos territórios (e das riquezas naturais) pelas corporações ligadas ao agronegócio de eucaliptos, é

reportada também em vários países do mundo, sobretudo, no Brasil. No caso moçambicano, parte das famílias camponesas que viram as suas terras a serem ocupadas pela LGR foram indemnizadas, mesmo assim, o dinheiro que receberam não foi suficiente para reerguerem suas vidas em outros lugares.

No distrito de Mecuburi, a LGR conta com um DUAT estimado em 71.777,8 hectares. Desta quantidade de terras, explora apenas 2.995,73 hectares, o que corresponde a 4,17%. No distrito de Ribaué, a LGR detém um DUAT extimado em 30.317,4 hectares, onde explora cerca de 779,62 hectares, o que corresponde 2,57% (*cf.* LIVANINGO, JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2016). Em Namina, um dos lugares visitados durante a pesquisa de campo, a LGR opera desde Fevereiro de 2012 e, é proprietária de um DUAT de cerca de 28.792 (*cf.* LIVANINGO, JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2016), hectares sendo que, uma parte considerável já foi plantada. Embora conte com uma enorme área plantada de eucaliptos estimada em 331,47 hectares, correspendente a 1,15% (*cf*. Livaningo, Justiça Ambiental & UNAC, 2016), em Namima a LGR possui também muitas terras que não estão sendo exploradas. Nas proximidades há comunidades camponesas que dizem não ter terras para produzir seus alimentos. As plantações da LGR em Namina, já são maiores, diferentemente da plantação visitada no distrito de Ribaué.

Foto 36. Plantação de eucalipto da LGR em Namina/Mecuburi

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Ainda em Namina, as machambas dos camponeses estão cercadas de eucaliptos da LGR. Por exemplo, há machambas de algumas famílias camponesas que estão dentro

das plantações de eucaliptos da LGR conforme se pode observar na foto 37, e, este aspecto é comum em quase todos os locais visitados onde esta empresa opera.

Foto 37. Machamba cercada por eucaliptos da LGR em Namina/Mecuburi

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Um dado importante a referenciar é que as culturas de subsistência familiar plantadas pelos camponeses não têm-se desenvolvido e isto deve-se de um lado, por falta de humidade no solo tendo que os eucaliptos consomem muita água para o seu crescimento. E do outro, as culturas de subsistência familiar plantadas pelos camponeses não se desenvolvem por causa dos agroquímicos usados pela LGR no processo de pulverização dos eucaliptos que acabam atingindo as machambas dos camponeses, sobretudo, em tempos de chuvas. Este aspecto foi constatado também pela Livaningo, Justiça Ambiental e UNAC em seu relatório publicado em 2016, sobretudo, nodistrito de Rapale, ainda na província de Nampula onde detém um DUAT extimado em 2.644,56 e com uma área explorada de 625,31, correspondente a 23,65% (*cf.* LIVANINGO, JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2016). Estas organizações descrevem que:

> Em relação ao nível pluviométrico é importante realçar que com exceção de Rapale, particularmente, na comunidade de Muthitha, as plantações estão localizadas com umo índice médio anual acima dos 400 mm (menos nos períodos de seca). Não admira por isso que a comunidade acima referida se tenha queixado da escassez da água e da seca dos rios locais. Aqui, há a pontar que as plantações estão mesmo a seguir o curso dos rios Monapo e Muethasse que são a fonte de fornecimento de água de consumo e recurso para a irrigação

> natural das suas machambas. A equipa visitou visitou um dos rios e verificou que o mesmo, justamente na área onde as plantações estão mais próximas, encontra-se seco, e a população local defende que isso não acontecia antes das plantações e na consciência coletiva local tudo isso tem a ver com a presença das plantações da GRM. Verdade ou não, a água está a escassear nessa comunidade e isso, agravado pelas promessas não cumpridas por parte da empresa, provoca um descontentamento nas populações locais e traz um ambiente de certa tensão social. [...] verificamos que grande parte das plantações (principalmente, da Lúrio Green Resources) estão situadas perto dos rios, situação que é vista pelas comunidades como um ato de crueldade pela parte da empresa porque na sua percepção, veio lhes retirar tudo (terra, água, lenha, etc.) (LIVANINGO, JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2016, p. 29-30).

Igualmente, a falta de desenvolvimento das culturas de subsistência familiares aí existentes pode ser explicado pela competição a luz solar. As plantações de eucaliptos estão a disputar a luz solar com as culturas de subsistências familiares aí existentes. Neste caso, as plantações de eucaliptos por serem maiores em termos de altura, são as que mais se beneficiam da luz solar quando comparado com as culturas de subsistência familtares cultivadas pelos camponeses. Esta é também uma das possíveis razões por trás da falta de desenvolvimento das culturas de subsistência familiares em áreas de expansão de monoculturas de eucaliptos no país.

No distrito de Ribaué segundo informações obtidas durante as entrevistas, a LGR opera desde 2009. Durante a pesquisa, foram visitadas duas comunidades, entre elas, Meparara e Lancheque. A entrada da GRM por meio desta sua sucursal (LGR) nos distritos de Mecuburi e Ribaué foi caracterizada por inúmeras contradições, as mesmas que ocorrem no distrito de Ribaué e Rapale referidas anteriormente. Aos poucos, a presença da LGR nos distritos de Mecuburi e Ribaué, sobretudo, nas comunidades visitadas, foi gerando conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais. Enquanto a LGR avançava no sentido de transformar as terras camponesas em campos de produção de monoculturas de eucaliptos, na contramão, estavam os camponeses a contestar as ações desta empresa agrícola.

Diferentemente de outras províncias onde opera ao longo do Corredor de Nacala, no caso de Nampula e, sobretudo, nos distritos de Mecuburi e Ribaué, a GRM se implantou diretamente, removendo os ocupantes das terras para expandir monoculturas eucaliptos. A remoção das comunidades nos distritos de Mecuburi e Ribaué foi acompanhada por promessas de melhoria de condições de vida das comunidades locais, em caso destas, aceitarem a sua entrada. A empresa prometeu aos camponeses emprego, construção de escolas, centros de saúde, abertura de furos de água, estradas e compensação justa e entre outros benefícios caso cedem parte das suas terras para a

plantação de eucaliptos. A miséria estrutural aliado ao desemprego, fez com que os camponeses aceitassem a entrada da LGR em seus territórios e entregasse parte das suas terras, na expectativa de verem as suas condições de vida melhoradas.

A maior parte destas promessas, não foi cumprida pela empresa. A degradação das condições de vida destas famílias camponesas se ampliam ainda mais com a presença da empresa e essa contradição é notória nos distritos de Mecuburi (localidade de Namina) e Ribaue (comunidades de Lancheque e Meparara), respectivamente. Nestes lugares, a miséria se ampliou porque centenas de camponeses perderam as suas terras e outras fontes de rendas e meios de subsistências após a entrada da empresa.

Foto 38. Camponeses expropriados pela LGR na comunidade de Lancheque/Ribaué

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Nos lugares visitados, verificou-se um elemento em comum, neste caso, a falta de cumprimento das promessas por parte da LGR e, é o que tem demandado conflitos sociais com os camponeses. Tanto em Namina, no distrito de Mecoburi quanto nas comunidades de Meparara e Lancheque, no distrito de Ribaué, as famílias camponesas continuam sem furos de água, hospital, estradas e escolas, embora a LGR tenha prometido que iria construir logo que começasse com as suas atividades. A foto 39, traz o retrato das salas de aulas onde estudavam dezenas de crianças da localidade de Namina, no distrito de Mecuburi, na província de Nampula, cujos pais foram expopriados pela *Lúrio Green Resources* com a promessa de terem uma escola melhorada.

Foto 39. Escola no povoado de Namina em Mecuburi/Nampula

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Por de trás da escola, observam-se monoculturas de eucaliptos da LGR, a mesma empresa que prometeu construir uma escola melhorada para as famílias afetadas por suas atividades. Por exemplo, até Setembro de 2018, nos locais visitados ainda não havia casas melhoradas, poços de água e muito menos uma escola melhorada construída por esta empresa de capitais noruegueses. Esta ação da empresa, pode constituir-se numa "burla" as famílias camponesas, uma vez que a mesma, apropriou-se de parte considerável de terras comunitárias para a produção de monoculturas de eucaliptos sem, no entanto, cumprir com as suas promessas.

Esta escola que aparece na foto 37, foi construída pelas populações com base em material precário, neste caso estacas de árvores e depois argamassado com barro e com uma cobertura de capim. As crianças sentam no chão, às vezes, improvisam carteiras através de troncos de árvores que são implantados dentro das salas. Agora questiona-se: *quanto dinheiro a empresa irá acumular após vender os eucaliptos que foram plantados em terras comunitárias sem indenizá-las e sem garantir-lhes melhores condições de vida?* Muito dinheiro, é a resposta que se pode dar a esta pergunta. Se não tivesse nenhum valor de troca no mercado, não haveria a necessidade de investir muito dinheiro e muito menos, expropriar os camponeses, mas se chegou a fazer isso, é porque através destes eucaliptos, a LGR vai ter lucros no processo de venda.

Este é o princípio básico do desenvolvimento capitalista, e, em todos os locais que o capital se implanta, o fim, é o lucro. Um aspecto comum nesse processo, é que o Estado não se fez presente para fiscalizar as condições de trabalho na LGR e muito menos, para saber se os trabalhadores assalariados recebiam salários de acordo com as atividades que desempenhavam na empresa. Num estudo intitulado «*Plantações florestas e instrumentalização do Estado em Moçambique*», Bruna (2017) é contundente na sua abordagem. Esta autora afirma que no processo de expansão de monoculturas de eucaliptos no meio rural, o Estado se torna num instrumento viabilizador do capital e, consequentemente, a sua reprodução ampliada em Moçambique. Para esta autora conclui que "o Estado coloca-se ao serviço do capital no contexto de exploração dos trabalhadores ou a sua não-intervenção na dita exploração" (BRUNA, 2017, p. 33)

Outro impacto negativo da presença da LGR nos territórios onde opera é o avanço das plantações de eucaliptos para as residências das famílias camponesas, criando assim, insegurança para as mesmas. Muitas famílias camponesas nos locais visitados, correm o risco de serem expulsos por causa das monoculturas de eucaliptos que têm se expandido em direção as suas casas. A situação é mais grave em Namina, pois as monoculturas de eucaliptos da LGR estão bem próximas das casas das pessoas confome a foto 40.

Foto 40. Eucaliptos da LGR cercando famílias camponesas em Namina/Mecuburi

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Os riscos para as famílias camponesas que vivem nas proximidades das monoculturas de eucaliptos da LGR são maiores, tendo em conta que estas plantas são

lugares de preferência de animais perigosos e pode-se citar, por exemplo, cobras. Aliás, durante a pesquisa de campo, sobretudo, em Lancheque, no distrito de Ribaué foi notória a migração duma cobra considerada como sendo mortífera, localmente denominada "*Mamba*" para dentro dos eucaliptos da LGR. Os eucaliptos da LGR representam uma ameaça para as famílias camponesas que aí vivem e trabalham a terra.

Os danos ambientais da expansão de monoculturas de eucaliptos pela LGR ao longo Corredor de Nacala, têm sido denunciados pelas organizações sociais. Em 2016, as organizações sociais compostas pela Justiça Ambiental, a Livaningo, e UNAC (União Nacional de Camponeses), denunciaram por meio de um relatório de pesquisa que, a expansão das monoculturas de eucaliptos da LGR, estavam a ocasionar o desparecimento dos rios. Neste relatório, estas organizações sociais mencionaram o rio Monapo, destacando que estava a perder suas águas em resultado da presença de monoculturas de eucaliptos da LGR plantadas na comunidade de Mithita, no distrito de Rapele, na província de Nampula. Para estas organizações:

> [...] a medida em que as monoculturas de árvores da GRM avançam sobre as posições atualmente ocupadas pelas comunidades e famílias locais (casas, machambas, fontes de água para o consumo, etc.) [...] começa a emergir e a fazer-se sentir os verdadeiros problemas que a Constituição, a legislação de terras, do ambiente e outras legislações relevantes sobre a matéria, procuram evitar: quebra dos sistemas e rendimentos de produção agrícola no seio das comunidades e famílias locais. [...]. Este cenário é agravado pelo fato de não se apresentar as famílias, alternativas de rendimento [...] (JUSTIÇA AMBIENTAL, LIVANINGO & UNAC, 2016, p. 57).

Os aspectos acima referidos também foram constatados nos distritos de Ribaué (Lancheque e Meparara) e de Mecuburi (Namina), respectivamente.

5.3.7. Matanuska Mozambique Limited

A *Matanuska Mozambique Limited* é uma empresa agrícola ligada ao agronegócio de banana em larga escala presente no Corredor de Nacala, sobretudo, na província de Nampula. Em Moçambique, sobretudo, ao longo do Corredor de Nacala, a *Matanuska* detém um DUAT de cerca de 3.000 hectares. A empresa *Matanuska Moçambique*, é subsidiária da *Matanuska Mauritius* e da *Rift Valley Holdings*. A constituição da *Matanuska* "partiu de uma *joint venture* assinada em 2008 com a *Chiquita Brands International* (uma das maiores companhias bananeiras do mundo) que colapsou em 2011" (SMATR & HANLON, 2014, p. 141).

Além de *zimbabweanos* que atualmente controlam a empresa, contam também com a participação dos empresários noruegueses. Smart e Hanlon (2014) afirmam que

um terço da *Matanuska* pertence ao *Norfund*, um fundo norueguês que é destinado para os países em desenvolvimento e dois terços, pertencem à *Rift Valley*, os pioneiros da iniciativa. Até a sua entrada em Moçambique, em 2008, a *Matanuska* contava com um investimento contabilizado em cerca de 1.500 meticais (*cf.* SMART & HANLON, 2014).

As bananas produzidas pela *Matanuska* são exportadas para vários países, entre eles europeus, africanos, asiáticos. Destes países, o destaque vai para o Oriente Médio, sobretudo, Kuwait, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Iraque. Por algum tempo, a *Matanuska* foi interditada de exportar as bananas para o Oriente Médio (Smart & Hanlon, 2014) e essa interdição deveu-se a questões relacionadas com a qualidade do produto. A *Matanuska* já foi considerada pelo governo como sendo o maior investimento agrícola na província de Nampula, sobretudo, ligado ao agronegócio de bananas. No período compreendido entre Julho de 2012 a Junho de 2013, a empresa exportou cerca de 2.1 milhões de caixas (28.000 toneladas) de bananas (*cf.* SMART & HANLON, 2014).

Até 2014, a empresa havia plantado uma área de cerca de 1.450 hectares com banana do tipo Cavendish williams e contava com cerca de 2.500 trabalhadores[147], entre fixos e temporários (sazonais). Num contexto em que o negócio mostrava sinais de crescimento, a *Matanuska* assinou em 2014 um acordo com a *Dole Foods*, uma das maiores companhias bananeiras, com sede nos EUA. A partir deste acordo, a *Dole Foods* passou a ser um distribuir exclusivo da *Matanuska* em quase todos os países onde exporta as suas bananas. Para viabilizar os seus negócios, a *Dole Foods* desejava expandiu o seu raio de atuação, instalando novos escritórios no Dubai (*cf.* SMART & HANLON, 2014; UNAC & GRAIN, 2015).

Com uma expectativa de ver os seus negócios a crescer e a atingir novos mercados, a *Matanuska* conheceu os piores momentos da sua história em Moçambique, situação que fez com a produção de banana caísse, e isto, deveu-se um fungo mortal e invisível a olho nu que afetou maior parte das suas bananeiras. Isto aconteceu quando a empresa preparava-se para expandir as monoculturas de bananas. Trata-se, portanto, do fungo denominado por *Fusarium Fungus* (Fusariose TR4) causador da praga, conhecido também como *doença do Panamá* que vive no solo e ataca as raízes antes de se espalhar pelo resto da planta. Este fungo, por exemplo, "produz esporos que sobrevivem no solo

[147] Informação disponível em: http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/65207-praga-leva-a-insolvencia-de-empresa-em-nampula-e-ameaca-industria-da-banana-em-mocambique. Acesso: 20/01/2019.

por décadas, tornando a terra inútil para colheitas não resistentes[148]". Para se livrar do fungo, a empresa optou por cortar todas as bananeiras infetadas, queimando-as e, em seguida, enterrou todas as cinzas, mas isso, não teve nenhum efeito, pois até Setembro de 2018, altura que foi efetuada a vista a propriedade da *Matanuska*, em Namialo, os problemas continuavam os mesmos.

Tendo em conta que o problema era mesmo grave, "a Matanuska tinha ficado com somente 200 hectares de banana, agora do tipo Cavendish Formosana, e ainda emprega cerca de 750 trabalhadores[149]". A persistência do fungo na sua propriedade, fez com que a empresa não expandisse mais a cultura de bananas. A não expansão das monoculturas de bananas em Monapo pela *Matanuska*, está ligado com as recomendações feitas pelos especialistas do MASA (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar) e da UEM (Universidade Eduardo Mondlane) segundo o qual, a empresa deveria esperar pelo menos 2 ou 3 anos para voltar a usar as terras[150]. Estas recomendações, surgem numa altura em que a empresa pretendia abandonar, declarando insolvência, porque já não conseguia arcar com os custos de pagamento dos salários aos trabalhadores, manutenção da plantação e em simultâneo garantir a mitigação da doença que na sua ótica não tinha cura.

Figura 6. Pragas nas bananeiras da *Manutanuska*

Fonte: http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/65207-praga-leva-a-insolvencia-de-empresa-em-nampula-e-ameaca-industria-da-banana-em-mocambique. Acesso: 27/01/2019

[148] Disponível em: https://macauhub.com.mo/pt/2012/10/25/portugues-matanuska-mocambique-exporta-diariamente-1400-toneladas-de-banana/. Acesso em: 20/01/2019.
[149] Informação disponível em: http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/65207-praga-leva-a-insolvencia-de-empresa-em-nampula-e-ameaca-industria-da-banana-em-mocambique. Acesso: 20/01/2019..
[150] Idem.

A pesistência da doença do Panamá, forçou a empresa a despedir parte dos seus trabalhadores, tendo baixado "para menos 50% (de 2.681 para os 1.168 postos de trabalho" (Dadá & Nova, 2018, p. 3) em 2018. Até altura da visita a propriedade da *Matanuska* efetuada em Setembro de 2018, a área estava quase abandonada.

Foto 41. Limite entre terras camponesas e propriedade da empresa agrícola Matanuska em Nacololo/Monapo

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

O espaço que pertencente aos camponeses é muito pequeno quando comparado com a área ocupada pela empresa. O espaço pertenecnte aos camponeses torna-se ainda mais pequeno porque as famílias tendem a crescer em cada ano que passa, o que signifca que, as necessidades e a pressão sobre a terra aumentam também. Desde cedo, a empresa sempre esteve em conflitos com os camponeses por causa das terras que esta ocupa para a expansão do cultivo de bananas. A entrada da empresa resultou na expropriação centenas de famílias camponesas. A promessa da empresa, era que poderia indenizar todas as pessoas que teriam perdido suas terras, mas nem todas receberam. Mário Antunes, um dos camponeses que perdeu suas terras com a entrada da *Matanuska* em Nacololo, descreve que:

> Dentro da Matanuska tinha machambas aonde antigamente as pessoas capinavam. Quando veio a Matanuska, dizia que iriam pagar. O dono desta machamba não foi pago, mas no mapa que a empresa possui diz que foi pago[151]".

[151] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

Da visita efetuada, constatou-se que a empresa não está a explorar toda a área, numa situação em que nas proximidades, vivem centenas de famílias camponesas sem terra suficiente para a sua reprodução social (produção de elementos e construção de casas). Para produzir alimentos, algumas famílias camponesas tentam ocupar as pequenas parcelas de terras que estão nas margens da propriedade da empresa. Sidónio Matarruca, um dos camponeses de Nacololo, descreveu o cenário nos seguintes termos:

> É muito difícil encontrar lugar para capinar. Tem esquinas, tem lugares que não chega máquinas, essas pessoas que foram arrancadas machambas delas, aproveitam essas esquinas para por qualquer coisa que se come. É um espaço de 25 metros por 50 metros que não chega máquina[152].

Depois da empresa se implantar, esta criou suas próprias regras, passando a proibir as populações a entrar na propriedade da empresa, mesmo que seja para usar como caminho em casos da sua deslocação para outros lugares. Mário Antunes descreve que "a empresa disse que ninguém podem sair do bairro e atravessar para a propriedade dela, por isso, as pessoas ficam aqui isoladas. A empresa tem segurança que controlam a propriedade para as pessoas do bairro não entrarem[153]".

Essa situação resultou em efeitos negativos sob ponto de vista social, pois as famílias que vivem nas proximidades da empresa, são inibidas de usar a floresta, sobretudo, para tirar lenha, capim e estacas para para a construção de casas, temendo assim, serem violentadas com as pessoas contratadas pela *Matanuska* para vigiarem a sua propriedade. Macário Sinagoga, um dos membros dos camponeses residentes em Naocololo, descreveu o drama vido pelas mulheres nos seguintes termos:

> Não são todas as pessoas que têm emprego no Matanuska. Têm pessoas que não têm maneira de comprar carvão. Quando as pessoas, sobretudo, as mulheres entram na propriedade da empresa para tirar lenha e capim, são proibidas. Não sei porque é que a empresa proíbe[154].

Sidênio Matarruca, acrescenta que:

> Além disso, lenha, bambú [estaca] e capim está tudo ali, mas estão a nos proibir tirar essas coisas para aqui no bairro. Neste ano caíram muitas casas, mas somos proibidos a tirar capim e bambu para reabilitarmos as nossas casas e eles não usam isso. Estamos a chorar muito[155].

Por não ter espaços de uso comum nas proximidades, os membros da comunidade têm se deslocado para lugares distantes para procurar lenha, cortar estacas para construção

[152] Entrevista realizada em Setembro de 2018.
[153] Entrevista realizada em Setembro de 2018.
[154] Entrevista realizada em Setembro de 2018.
[155] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

das suas casas, como também para pastar o seu gado. Os membros da comunidade reclamam não terem conseguido emprego na empresa, embora nos primeiros anos tenham sido criadas expectativas de que seriam os maiores beneficiários da presença da *Matanuska*. Um dos entrevistados afirma, no entanto, que "quem tem emprego não são as pessoas daqui, mas sim, de fora. São as pessoas de Meconta, Namialo, na vila é que conseguem empresas[156]".

As condições de trabalho na *Matanuska* são precárias, pois esta empresa agrícola, não fornece todo o material de trabalho aos seus trabalhadores, sobretudo, os assalariados. Dadá e Nova (2018) revelam que os trabalhadores só recebem o quite com material de trabalho completo quando há uma visita feita pelas autoridades governamentais. Estes autores revelam ainda que as relações laborais entre os trabalhadores e a empresa são conflituosas, na medida em que, verifica-se demissões em massa com ou sem justa causa e entre outros.

A territorialização da *Matanuska* em Nacololo, não resultou apenas na apropriação de terras comunitárias, mas também da água. Ao se implantar em Nacololo, a empresa construiu uma barragem sobre o rio Monapo, cuja finalidade é o uso da água para irrigação das lavouras de bananas. A construção da barragem ao longo do rio Monapo, gerou conflitos com as famílias que teriam sido reassentadas nas proximidades. Smart e Hanlon (2014, p. 141) confirmam o fato, argumentando que "a Matanuska arranjou problemas com as comunidades vizinhas ligados ao reassentamento por causa da barragem".

Há possibilidade desse conflito se intensificar, pois nas proximidades existe outra empresa agrícola de um outro capitalista, cujo nome fornecido pelos membros da comonidade de Nacololo é Jane, que se encontra a expandir o agronegócio de cajú. Esta empresa agrícola, pretende também usar o mesmo rio para irrigação das monoculturas de cajueiros, ainda nas proximidades da *Matanuska*.

A apropriação da água para a irrigação dos campos agrícolas, está sujeito a várias contradições. Neste caso, a os membros da comunidade serão o grupo mais sacrificado tendo em conta que estas, apenas usam o rio para o consumo doméstico e nalguns casos, para a prática da atividade pesqueira. As comunidades locais estão cientes que isso pode lhes trazer problemas. Sidónio Matarruca afirma que a empresa:

> É do patrão Jane – proprietário da empresa produtora de caju - e esses postes era para colocar cabos elétricos para tirar água daqui para abastecer na represa

[156] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

> dele para depois irrigar no campo. Lá não tem água suficiente, é por isso, que ele quer desviar o rio Monapo para abastecer a represa e abastecer nos campos agrícolas. Corremos o risco de não ficarmos com lenha, capim e água[157].

O impactos negativos resultantes da implantação da *Matanuska* são cada vez mais evidentes em Nacololo. A presença desta empresa em Nacololo, trouxe consequências nefastas para as famílias camponesas. Em tempos de muita chuva, a água transborda e invade as explorações familiares. Como durante o processo de produção das bananas a empresa usa produtos químicos, a água das chuvas carrega consigo alguns resíduos de agroquímicos para as machambas familiares, uma vez que estas estão nas zonas mais baixas. Como resultado, as terras camponesas ficam contaminadas.

As constatações feitas em Nacololo, permitem afirmar, portanto, que, a *Matanuska* não está a contribuir positivamente para o bem-estar das famílias camponesa a nível local. A esse respeito, Dadá e Nova (2018) afirmam que "a Matanuska contribui de forma limitada para o desenvolvimento da pequena produção, inclusive para as famílias afetadas" no âmbito da sua territorialização em Nacololo. A entrada da *Matanuska* em Nacololo, significou a destruição das prática preexistentes, uma vez que, parte das famílias camponesas foi expropriada e expulsa das suas terras. Este processo significou a concentração de terras, da riqueza e renda nas mãos da *Matanuska* e, esta situação apenas contribuiu para a reprodução ampliada da miséria e das desigualdades sociais.

5.3.8. Sisaleira em Monapo

Esta sisaleira faz parte das poucas empresas ligadas ao agronegócio de sisal que operam em Moçambique. Um dado importante a destacar é que grande parte da produção de sisal no país, é feita no distrito de Monapo. Neste distrito, existem três empresas ligadas a expansão de monoculturas de sisal e ambas, estão localizadas em Jagaia, Ramiane e Mecucu, isto no posto administrativo de Monapo-sede, Itoculo e Netia. Além disso, todas as três empresas exploram cerca de 12 mil hectares de um total de 426 mil hectares no Corredor no Corredor de Nacala.

Todas elas, processam localmente a sua mercadoria e uma parte considerável da produção, é vendida no mercado internacional por cerca de 850 dólares a tonelada. Ao todo, estas empresas, chegam a empregar cerca de 4.000 mil trabalhadores assalariados

[157] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

na fase de colheita e processamento da folha[158]. A Maior parte das empresas existentes em Monapo, funcionam desde o período colonial. O que quer dizer que, com a independência estas empresas foram sendo intervencionadas pelo Estado no contexto da edificação do socialismo.

Com a crise do projeto socialista na década de 1980, sobretudo, durante as reformas econômicas, as terras pertencentes a estas empresa foram sendo ocupadas por outros investidores e transformadas em campos de produção de sisal. Tendo em conta que o seu funcionamento necessitava, além de recursos financeiros, pessoas com capacidade de gestão, algumas empresas entraram em crise. A guerra civil que eclodia no país (1976-1992), também teve influência na falência das sisaleiras no país, sobretudo, em Monapo, pois muitas fábricas e indústrias processadoras foram destruídas.

Com a erosão do socialismo na década de 1980, muitas empresas, sobretudo, aquelas que ainda tinham bens materiais por serem aproveitadas, foram sendo privatizadas. De realçar que, para este estudo, analisar-se-á apenas a sisaleira que está localizada na localidade de Itoculo, a qual foi visitada. A área que atualmente é ocupada por esta empresa, pertencia uma outra companha que terá abandonado durante a guerra civil. Com o fim da guerra civil em 1992, como ficou muito tempo abandonada, esta área atualmente explorada pela sisaleira, foi sendo ocupada por camponeses que regressavam dos lugares aonde teriam se refugiado.

Os camponeses foram tomando as terras que não estavam ocupadas, usando-as para a produção de diversas culturas de subsistência. Mas, como nestas terras havia plantações de sisal, a atual empresa decidiu dar continuidade com a produção desta cultura. Após revitalizar a empresa, deu continuidade com a produção de sisal e segundo o representante da empresa, atualmente propriedade conta com cerca de 5000 hectares e uma parte considerável já foi plantada. A foto 42 mostra a plantação de sisal em Natuto, no distrito de Monapo, província de Nampula.

[158] Informação disponível em: http://jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/50893-cultivo-de-sisal-fortalece-monapo.html. Acesso em: 21/01/2019.

Foto 42. Plantação de sisal na propriedade da sisaleira de Neitia/Monapo

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

A empresa deixou claro que pretende expandir a produção de sisal para outras áreas, mas encontra oposição dos camponeses. Segundo a empresa, os camponeses têm reivindicado parte das terras onde pretende expandir a produção de sisal. A oposição dos camponeses contra a expansão das plantações de sisal é nítida em Itoculo. Nas proximidades das plantações de sisal é notória a re-existência camponesa através da abertura de machambas, onde produzem alimentos básicos de subsistência como também algumas mercadorias, o caso de algodão e a foto 43 ilustra esse aspecto.

Foto 43. Divisão entre machamba camponesa e propriedade da sisaleira em Itoculo/Monapo frente a expansão de sisal

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Essa situação evidencia uma disputa paradigmática por território, de um lado, os camponeses lutando e resistindo para pemanecer esm suas terras para através delas, produzir a sua base de sobrevivência, e do lado, a sisaleira querendo estas mesmas terras para transformá-las em campos de produção de sisal, ou seja, num meio de acumulação ampliada de capital. A presença da empresa em Itoculo, ocasionou a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras para outros lugares. Suas terras porque viveram nelas mais de 10 anos com base na *boa-fé* enquanto mecanismo de acesso a terra por parte dos camponeses. como foi referenciado no capítulo 3, a Lei de Terras reconhece todos os camponeses e comunidades rurais que ocupam a terra com base na *boa-fé* como usuários (para não dizer donos), desde que tenham vivido nela 10 anos.

Qualquer empresário que tenha interesse nestas terras, é obrigado por esta mesma lei a realizar consultas comunitárias e em caso de consenso com os camponeses, avança-se com o reassentamento destes e outros lugares. Parte dos camponeses que viviam nas terras atualmente ocupadas pela sisaleira em Itoculo, foram retirados e reassentados num outro lugar para dar espaço as atividades de produção do sisal. A transferência das pessoas para os locais de reassentamentos não foi pacífico, pois os camponeses têm ocupado parte das terras como forma de reivindicação. Tal como em outras empresas agrícolas que operam no Corredor de Nacala, nesta verifica-se também um forte controlo da propriedade. Além de vedar com arrame, por fora fica um segurança de uma empresa privada e por cima, armado. Qualquer pessoa que quer visitar a empresa, deve-se reportar ao segurança e, em seguida, ele se dirige ao proprietário.

Foto 44: Instalações da sisaleira de Netia/Monapo

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Algumas destas famílias camponesas, foram ainda convertidos em trabalhadores assalariados a serviço da mesma empresa que os expropriou e os expulsou das suas terras para expandir as plantações de sisal. De realçar que, parte parte considerável dos trabalhadores da empresa é constituído por filhos de camponeses expropriados pela sisaleira, na sua maioria, jovens. Nesta empresa, trabalham também alguns idosos e tudo indica que, tanto os pais quanto os filhos, ambos são explorados pela mesma empresa que outrora os expropriou e os expulsou das suas terras.

O tipo de emprego oferecido pela empresa é sazonal, o que quer dizer que, os trabalhadores são recrutados num determinado período de tempo, sobretudo, de corte da matéria-prima (o sisal). Depois de terminar o período de corte que é feito manualmente, os contratos são rescindidos. Há quem depois consegue permanecer, mediante a assinatura de um novo contrato, mas precário. Os trabalhos subsequentes passam por armazenar a matéria-prima num lugar onde não pode estragar-se, como também para transportar até ao local onde o sisal é desfiado. Internamente, observa-se uma divisão do trabalho. Enquanto parte dos trabalhadores fica a empurrar carretas com sisal bruto para uma pequena fábrica instalada dentro da propriedade da empresa, outro grupo, fica a desfiar até transformá-lo em sisal conforme a foto 45.

Foto 45. Trabalhador desfiando o sisal na sisaleira de Netia/Monpo

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Depois de ser desfiado, o sisal passa pelo processo de secagem onde fica alguns dias e depois é recolhido para os armazéns. A seguir, o sisal é organizado e depois empacotado para a sua exportação conforme ilustra a foto 46.

Foto 46. Processo de secagem de sisal (à esquerda) e empacotamentos (à direita)

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Depois de ser organizado e empacotado, em seguida, o sisal é colocado em camiões com destino ao porto de Nacala, para onde depois é exportado para o mercado global. Localmente, a empresa produz cordas para o uso interno e, são vendidas também no mecado nacional. Essas cordas, por exemplo, são utilizadas por camiões para amarrar as mercadorias após serem cobertas por sacos plásticos. A foto 47 mostra um trabalhador carregado cordas produzidos na base de sisal.

Foto 47. Trabalhador da empresa carregando cordas

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Outro aspecto importante a realçar, está relacionado com os salários que os trabalhadores recebem mensalmente, não correspondem com as atividades realizadas pelos trabalhadores assalariados. Igualmente, os salários não correspondem com o tempo que os trabalhadores ficam na empresa. Embora sob forte controle dos proprietários da

empresa, em conversas informais os trabalhadores denunciaram a más condições de trabalho que lhes são oferecidas localmente. Algumas das denúncias foram confirmadas durante as visitas em alguns compartimentos da empresa. O aspecto comum é a falta equipamento de proteção. Até a altura da visita, nem todos os trabalhadores da empresa tinham luvas, bonés e máscaras. A foto 48 mostra os trabalhadores em plena atividade.

Foto 48. Trabalhadores desfiando sisal, Netia/Monapo

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Como se pode observar na foto 48, quase todos os trabalhadores estão sem EPI (Equipamento de Proteção Individual) como luvas para se proteger de possíveis infeções e/ou acidente de trabalho ao desfiar o sisal. Tal como noutras empresas agrícolas analisadas anteriormente, nesta as autoridades governamentais não fazem fiscalização. Nesta empresa, é normal um trabalhador não ter EPI no âmbito do exercício das suas tarefas. Trata-se, todavia, daqueles trabalhadores assalariados que ficam a preparar as cordas depois da sua produção. Outro aspecto importante a realçar, está relacionado com as refeições. Além de não variar, a alimentação consumida pelos trabalhadores é preparada (e/ou confeccionada) em tambores. O que se fez, foi pegar em certos tambores e cortar para serem usados como panelas pelos trabalhadores.

Outro aspecto que se verifica em Netia, está relacionado com a apropriação dos recursos hídricos para o uso exclusivo da empresa, sobretudo, no processo de lavagem do

sisal depois de ser desfiado. Para ganhar a cor desejada (neste caso branca) usa-se grandes quantidades de água. Para facilitar os seus trabalhos, a empresa instalou tubos que saem desta lagoa para as suas instalações. Desta lagoa até as instalações da empresa, são cerca de 5 km. A foto 49 mostra a disputa pelo uso da água entre a empresa e os camponeses.

Foto 49. Sistema de bombardeamento da água para a bastecer a empresa (à esquerda) e camponeses usando a água no rio apropriado pela empresa (à direita)

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

A apropriação da água pela sisaleira visa essencialmente garantir a reprodução do capital. Como foi referenciado anteriormente, maior parte das empresas agrícolas do agronegócio que têm se territorializado no campo, além de se apropriarem da terra, outro elemento que também acaba sendo privatizado é a água. Para a sua acumulação ampliada, o capital presença da terra e da água. A terra para expandir monucultas e água para irrigar as mesmas. A apropriação da água pelo capital não está a acontecer apenas no Corredor de Nacala, muito pelo contrário, verifica-se em todo o país, sobretudo, em locais onde o agronegócio já se territorializou.

Essa recorrente apropriação da água pelo capital, em parte, tem a ver com as publicidades feitas pelas autoridades governamentais em eventos quando, por exemplo, destacam que em Moçambique existem muitos rios que podem ser usados para irrigação das lavouras do agronegócio. A ação das autoridades governamentais está a contribuir para a emergência de outros problemas no campo. Por exemplo, antes da sisaleira interromper o curso normal das águas, o rio era usado pelas comunidades para vários fins, entre eles, o consumo doméstico e a atividade pesqueira. Nos dias atuais, os interesses das comunidades no que tange ao uso água, estão ameaçados, pois a empresa usa grandes quantidades de água por dia.

Esta situação, além de mostrar a sobreposição dos interesses, neste caso do capital e dos camponeses, evidencia a existência de uma disputa pelo uso deste recurso natural por estes mesmos atores. Neste local, vários rios secaram e apenas ficou este que está em

disputado. Da forma como a água é usada pela empresa, existem, portanto, grandes possibilidades do cenário vir ser mais graves para as famílias camponesas, caso a situação não seja controlada. A situação para as famílias camponesas torna-se mais grave porque a empresa usa grandes quantidades de água por dia quando comparado com o uso doméstico feito pelas famílias camponesas. Por exemplo, enquanto os trabalhadores responsáveis por desfiar o sisal trabalhavam, grandes quantidades de água se entornava no chão. O trabalhador da empresa responsável pelo controlo do sistema de bombardeamento da água no rio, referiu que o sistema só desliga quando os trabalhos terminam.

5.4. Conflitos sociais e lutas camponesas por terras/território no Corredor de Nacala

Os conflitos sociais e as lutas camponesas por terra no Corredor de Nacala não são um fenômeno novo para quem conhece de perto a realidade do espaço agrário *corredor-nacalaense*. O Corredor de Nacala é atualmente um dos espaços (agrários) mais conflituosos do país e, em causa, está a recente territorialização do capitalismo agrário sobre as machambas dos camponeses. Esses conflitos devem-se a vários fatores, mas a terra, é o principal motivo.

A estrutura agrária do Corredor de Nacala tem-se mostrado cada vez mais concentrada e, em consequência, surgem os camponeses lutando pelo acesso e permanência na terra. As lutas que vem sendo travadas pelos camponeses, visam garantir a sua reprodução social. Estas lutas que vêm sendo desencadeadas pelos camponeses, fazem parte das resistências destes contra a expansão do agronegócio em seus territórios por entenderem que é uma ameaça a sua existência física e simbólica, enfim, ao seu "modo de vida". Nessa perspectiva, Fernandes (2008b) faz saber que:

> A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural, agudizam as desigualdades e não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização. [...]. A questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e, consequentemente, sua destruição e recriação. Neste processo, acontece a concentração de terra [nas mãos dos capitalistas] e luta pela terra [no caso dos camponeses], produzindo implacavelmente, conflito. Este processo é inerente ao capitalismo, faz parte da sua lógica e de sua vida. É portanto insuportável (FERNANDES, 2009b, p. 49).

Este autor afirma que no contexto da expansão das relações capitalistas de produção no campo, os camponeses têm duas possibilidades caso estes não queiram entrar

na miséria, destacando que "ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo" (FERNANDES, 2009b, p. 49). No caso moçambicano, Mosca (2015b) tem a mesma visão.

Este autor afirma que existem duas possibilidades para os camponeses moçambicanos, caso queiram garantir a sua sobrevivência no atual contexto de expansão radical do agronegócio no campo. Mosca (2015) afirma, no entanto, que "ou as pessoas resistem, com diferentes formas de resistência, ou então, resignam-se e ficam na miséria". Das observações feitas Corredor de Nacala e, do país em geral, é possível afirmar que os camponeses não têm se resignados, mais sim, lutam e resistem de diferentes formas contra a sua total destruição pelo capital. Os camponeses têm lutado e resistido contra o capital por que de antemão, sabem dizer que, politicamente, é difícil administrá-lo.

Em locais onde o agronegócio se territorializou, a fome e a miséria tem se mostrado cada vez mais estrutural e isto, é visível em quase todo o território moçambicano. Nesta senda, Ntauzi (2014) descreve que os camponeses afirmam que a entrada das corporações capitalistas empurram as comunidades para terras inférteis, desestruturam o tecido social, destroem os meios de vivência das famílias camponesas, levando ao aumento da pobreza.

Mesmo havendo indisponibilidade de dados estatísticos para quantificar o número de conflitos sociais que já ocorreram neste território, as informações que são reportadas pelos movimentos sociais, ajudam a compreender a dimensão do problema neste território. Os relatórios que têm sido publicados pelos movimentos sociais, são uma evidência clara de que o Corredor de Nacala é dos territórios que mais registra conflitos sociais e a terra é um dos principais fatores[159]. Igualmente, os comunicados de imprensas e declarações publicados/as pela sociedade civil, são reveladores de que o Corredor de Nacala é um dos territórios mais conflituosos do país[160].

Por sua vez, vários estudos empíricos conduzido por pesquisadores/as nacionais, trazem evidências claras sobre este fenômeno e apontam uma tendência crescente de conflitos sociais ao longo do Corredor de Nacala, apontando a terra como a principal

[159] Para uma leitura mais detalhada, consulte: Justiça Ambiental e UNAC (2011); UNAC e GRAIN (2015); Justiça Ambiental, Livaningo e UNAC (2016); ADECRU e PLASS (2016).
[160] Para uma leitura mais detalhada consulte os seguintes documentários: «*ProSAVANA: a face oculta do PRODECER*»; «*ProSAVANA: terra usurpada, vidas roubadas*» e; «*Somos carvão*?».

fonte[161]. Nos *sites* oficiais dos principais movimentos camponeses, sobretudo, da União Nacional de Camponeses (UNAC) e a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), são visíveis as informações que dão conta do aumento de conflitos sociais no campo.

No caso da ADECRU, em seu *site* oficial, faz a questão de organizar mensalmente, as informações referentes os conflitos de terras no campo, sobretudo, no Corredor de Nacala resultante da territorialização do capital nas machambas dos camponeses. Os eventos nacionais e internacionais organizados pelos movimentos sociais (Justiça Ambiental [JÁ] – Amigos da Terra Moçambique, Associação Rural de Ajuda Mútua [ORAM], Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terras em Moçambique [ASCUT], Fórum Mulher – Marcha Mundial das Mulheres e entre outas), são mercados por denúncias populares sobre o aumento de conflitos sociais no campo.

Vários fatores têm contribuído para que os conflitos sociais se elevem no Corredor de Nacala, sendo que na sua maioria, se dão por causa da terra. O primeiro fator está relacionado com as **consultas** comunitárias. Maior parte dos conflitos de terras ao longo do Corredor de Nacala, estão relacionados com as consultas comunitárias, pois as experiências empíricas revelam que não têm obdecido as regras. A consulta comunitária faz parte de um leque de requisitos instituídos para a aquisição do DUAT na República de Moçambique.

Quer dizer que, antes do arranque de qualquer atividade produtiva, por lei, os investidores interessados em investir no Corredor de Nacala, devem-se antes de tudo, se dirigir as comunidades rurais e aos camponeses para saber se existem terras disponíveis para serem ocupadas para a implementação de tais iniciativas. Neste contexto, os camponeses são os que confirmam a existência ou não de terras, mediante um diálogo inclusivo, transparente e democrático.

As consultas comunitárias têm-se constituído num espaço político em que grupos sociais com interesses na terra se encontram e se desencontram. Na consultas comunitárias enquanto espaço, as ideias de diversos grupos sociais se chocam, numa tentativa acirrada de dominar e/ou cooptar outros. Aqui, cada grupo social procura fazer valer o seu argumento. Os camponeses têm nas consultas comunitárias a base para a materialização das relações de poder, pois é através delas que decidem se o capital entra ou não em seus territórios.

[161] Para uma leitura mais detalhada consulte: Catsossa (2015; 2017a; 2017b; 2018a; 2018b; 2019a; 2019b); Mandamule e Bruna (2017); Mandamule (2017a); Macaringue (2017).

No âmbito das consultas comunitárias como foi referenciado no capítulo 3, são os empresários/investidores que vão ao encontro dos camponeses para saber se existe espaço disponível ou não para a sua exploração. Este processo envolve negociação. Se envolve negociação, significa que há relações de poder. Por meio das relações de poder, os camponeses, às vezes, acessorados pelas organizações da sociedade civil e/ou representados pelas suas lideranças, procuram se impor frente aos investidores. Partindo do pressuposto de que são os capitalistas que necessitam da terra para a implementação dos seus projetos estes avançam com as suas propostas.

As propostas envolvem melhoria das condições de vida, emprego, construção casas melhoradas, centros de saúde/hospitais, abertura de furos de água, indenizações em casos de expropriação e entre outras promessas. Dito doutro modo, nas consultas comunitárias, os capitalistas mobilizam imaginários através da ideologia do "desenvolvimento", fazendo acreditar os camponeses que as suas condições de vida poderão melhorar se deixarem as suas terras serem ocupadas pelos seus projetos.No entanto, dependendo do caso, os camponeses aceitam ou recusam as propostas.

As consultas comunitárias têm se constituído num espaço de lutas e resistência camponesas contra as propostas nocivas à agricultura camponesa e com ela, o seu modo de vida. No caso concreto do agronegócio, por se tratar de um modelo agrário/agrícola que envolve não apenas a terra, mas todo um sistema agroalimentar, nota-se a rejeição do mesmo pelos camponeses durante as consultas comunitárias. O ProSAVANA, é apenas um exemplo, de um programa que foi (e continua sendo) rejeitado pelos camponeses, sobretudo, quando os seus executores decidiram realizar consultas comunitárias, isto depois de 3 anos de lutas e resistências dos movimentos sociais.

O ProSAVANA revelou existir tensões de territorialidades no Corredor de Nacala, envolvendo diferentes grupos sociais com formas distintas de organização do espaço produtivo e de ver o mundo. Enquanto o governo e o capital *nipo-brasileiro* apresenta suas propostas de modelo agrário/agrícola baseado no agronegócio, os camponeses apoiados pelos movimentos sociais, aparecem na contramão, apresentando também um modelo alternativo ao da classe dominante, destacando a necessidade de se promover agricultura camponesa que a partir dele, se produz alimentos saudáveis e que é sustentável e termos ambientais.

Durante as consultas comunitárias, os camponeses organizados e as organizações da sociedade civil por contestarem a implementação do ProSAVANA em suas terras, passaram a ser ameaçados pelas autoridades governamentais. O auge das ameaças aos

camponeses no âmbito das consultas comunitárias, se deram durante uma auscultação pública organizada pelo governo em 2015. José Pacheco, na altura ministro do Ministro da agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco em representação do governo moçambicano no ProSAVANA, primeiro lançou um aviso prévio e bem claro para os intervenientes, apontando que "todas as intervenções no debate devem ser patrióticas" (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 25).

O patriotismo que José Pacheco apelava que se pautasse aos intervenientes durante a auscultação pública, consistia em não criticar o ProSAVANA, pois a sala escolhida para a realização da auscultação pública, estava lotada de membros de organizações da sociedade civil e camponeses que se opunham a este programa. Depois do aviso, José Pacheco clarificou ainda, asseverando que, "não venham aqui com agendas obscurintistas [...]. Estamos firmes nesta missão" (Mosca & Bruna, 2015, p. 26) e ameaçou, "qualquer obstáculo [...] vamos atropelar e passar para a frente" (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 26; @Verdade, 2015, p. 1). Descrevendo os contornos desta auscultação pública, Monjane (2015) afirma:

> O luxoso Centro Internacional de Coferências Joaquim Chissano, acolheu hoje, 12 de Junho [de 2015], uma das mais polêmicas e difíceis auscultações públicas que já se teve no setor da agricultura nos últimos anos. O ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, presidiu em pessoa e moderou o ato – o debate. Não é comum em Moçambique um ministro participar e liderar uma Auscultação ou Conusulta Pública. A razão era deveras "nobres". O evento fortemente concorrido. Toda a nata do Ministério da Agricultura esteve presente, incluindo o antigo ministro e antigos quadros "colossais" daquele ministério. Os diretores provinciais da Agricultura também foram devidamnte moblizados. O Brasil e o Japão enviaram as figuras mais emblemáticas da sua diplomacia em Moçambique para, seguramente, representar Brasília e Tokio. [...] Era visível a presença de uma ala com a missão de banalizar o ProSAVANA e provar que não há nada de mal com o programa. Desde representantes de empresas que já operam na região do Corredor de Nacala, Diretores provinciais não identificados como tal, agricultores de grande escala e até alguns camponeses locais, devidamente preparados para desacreditar o trabalho dos denunciantes do ProSAVANA. Mas, a tentativa fracassou. As posições das organizações da sociedade civil vincaram de tal maneira que o ministro Pacheco, na qualidade de moderador, retirou palavra a um dos grupos de cinco participantes, dentre eles o acadêmico e progressista João Mosca e a ativista feminista Graça Samo. Pacheco recomendou que tais participantes enviassem as suas contribuições por escrito (MONJENE, 2015, s/p).

Estas ameaças eram uma forma de persuasão vista pelas autoridades governamentais para enfraquecer as lutas e resistências camponesas, mas os camponeses e as organizações da sociedade civil presentes na auscultação pública, não se deixaram intimidar. O presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPC-N) afirmou que:

> A LDH, na pessoa de Alice Mabote, logo condenou ao ministro que o senhor ministro está muito errado, não pode ameaçar o povo e não pode nos ameaçar, nós que viemos participar esta consulta pública. E aquela consulta pública não se despediu principalmente nós que defendemos a classe camponesa, acabamos abandonando a sala, deixando o ministro na sala porque o discurso dele foi muitíssimo errado[162]

António Gulambondo, um camponês do distrito de Monapo que participou da auscultação pública, comentando a atuação de José Pacheco, afirmou que:

> Os discursos de Pacheco [quando aparecem ao público] parece que ele veio de outro país, que veio trabalhar aqui, parece [até] que não tem irmão. Mesmo no encontro que estávamos com ele em Maputo junto com a UNAC, discursos dele nós não gostamos. Até se fosse que se pedem ao presidente, íamos pedir para tirar ou demitir o José Pacheco, porque ele não tem aquele diálogo de irmandade, sempre ele é agressivo. Portanto, esse discurso, é um discurso ameaçador, é que o nosso governo está ameaçar o seu próprio povo, isto é que é muito lamentável[163].

Mosca e Bruna (2015, p. 25), avaliam a atuação do ministro, José Pacheco, durante o processo de auscultação pública, como sendo "uma manifestação de autoritarismo e ausência de vontade de diálogo". Para haver maior transparência na consulta comunitária, participam governos provinciais, distritais e nalguns casos, os representantes do governo central, os próprios camponeses, líderes comunitários e régulos, os investidores, as organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo, acadêmicos e entre outros atores interessados. O objetivo da participação destes grupos sociais e entidades visa garantir que os camponeses não serem enganadas e manipuladas no decorrer do processo. Mas, mais do que ser um espaço de diálogo inclusivo e transparente, as consultas comunitárias no Corredor de Nacala, constituem numa das principais fontes de conflitos sociais envolvendo as comunidades locais e os investidores que procuram terras para a expansão de *commodities* agrícolas.

Quase todas as empresa visitadas estão em conflito com os camponeses por causa das consultas comunitárias. Os conflitos sociais resultantes do incumprimento da legislação de terras no Corredor de Nacala, se dão de diversas formas e resumem-se nos seguintes: (i) falta de realização de consultas comunitárias; (ii) falta transparência e inclusão no processo; (iii) interferência das autoridades administrativas (desde a escala comunitária, distrital, provincial até nacional) no processo; (iv) realização das consultas comunitários no decurso do projeto; (v) não cumprimento das promessas feitas pelas empresas durante as consultas; (vi) reassentamentos em locais impróprios e; (vii)

[162] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.
[163] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

condições de trabalho. Muitos estudos que analisam as consultas comunitárias no país (*cf*. Mandamule, 2017b; Mandamule & Bruna, 2017; Mosca & Bruna, 2015; Mosca, 2017), permitem afirmar que, o princípio segundo o qual os investidores devem realizar prévias consultas comunitárias por forma a saber se existem ou não terras para albergar as suas iniciativas, tem sido ignorado.

Este princípio não é apenas ignorado pelos investidores, mas também pelas autoridades governamentais responsáveis pela implementação adequada da legislação de terras no país. O incumprimento das regras orientadoras do processo de realização das consultas comunitárias, foi visível durante a implementação da primeira fase do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Oficialmente, o ProSAVANA começa a ser implementado a partir de 2011, mas por força das organizações da sociedade civil, as auscultações públicas só acontecera em 2015, após ter disso interrompido temporariamente. O ProSAVANA entra em conflito, primeiro com a legislação de terras por não seguir os presupostos básicos, e segundo, com os camponeses ao longo do Corredor de Nacala por não consultá-los, pois estes, foram surpreendidos com o projeto em seus territórios a ser implementado. O Secretário-Executivo da ORAM, relata que:

> Em relação as consultas públicas, sinto que todos os processos devem ser participativos e devem decorrer antes que haja implementação de um determinado programa. Se reparar muito bem, a questão do ProSAVANA, são vários programas dentro dele, tem várias fases, a fase de divulgação, projetos de impacto rápido que já vem sendo implementados. Então, não deveria ter começado antes que acontecesse esse processo de consultas públicas[164].

Alguns estudos (*cf*. Funada-Classe, 2014) apontam que, algumas as atividades do ProSAVANA foram realizadas logo após a assinatura do acordo para a sua implementação. Esta situação não aconteceu apenas com o ProSAVANA, vários outros estudos (*cf*. Selemane, 2010; Mandamule, 2017a; Mandamule & Bruna, 2017) revelam que a legislação de terras tem sido ignoradas com recorrência no Corredor de Nacala e é por isso que muitos camponeses continuam a denunciar que foram expropriados pelas empresas agrícolas.

O ProSAVANA é apenas uma face muito menor de um problema maior e estrutural de violação da legislação de terras no país, cujos beneficiários têm sido as grandes corporações agrícolas e ligadas ao setor minério-energético (mineração e hidrocarbonetos). No processo de realização das consultas comunitárias tem havido muitos interesses de grupos. Diferentes grupos sociais têm procurado tirar benefícios das

[164] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

consultas comunitárias. Por exemplo, as pessoas que deveriam fazer com que o processo de consultas comunitárias fosse realizado com sucesso, são as mesmas que trabalham na contramão dos camponeses, procurando assim, beneficiar o capital e deste processo, retirar algum dinheiro dentro do esquema de corrupção instalado na sociedade moçambicana.

É por esta razão os conflitos sociais no campo tendem a aumentar. Neste sentido, as organizações da sociedade civil têm defendido que, os conflitos sociais só vão diminuir se por ventura, a lei ser respeitada por aqueles que deveriam implementá-la adequadamente. Por sua vez, as consultas comunitárias têm sido o motivo de conflitos sociais por causa do envolvimento das autoridades tradicionais (líderes comunitários e régulos) no negócio terras no país. Como foi tratado anteriormente, o líder comunitário e/ou régulo, foi instituída para representar os interesses das comunidades, mas estes, tem operado na contramão dos camponeses.

Na maioria das vezes, são essas autoridades tradicionais, neste caso, os líderes comunitários e régulos, aceitam a entrada do investimento sem, no entanto, conversar com os membros das comunidades onde estão inseridos. Na verdade, por serem elites dentro das comunidades, os líderes comunitários e/ou régulos, fazem acordos com as empresas, no qual tiram (alguns) benefícios, sobretudo, dinheiro ou mesmo promessas de empregos para eles e seus parentes. Os valores utilizados para as compensações, nalguns casos, são determinados pelos líderes comunitários e/ou régulos, sendo que uma parte fica com eles. A esse respeito, Mosca (2019) afirma que:

> As elites locais procuram ou são vulneráveis a alianças com o capital e com a presença de burocracias, com benefícios económicos mútuos mas assimétricos em prejuízo dos mais pobres dos pobres que empobrecem, aprofundando as desigualdades sociais (MOSCA, 2019, s/p).

Num relatório de pesquisa elaborado pela Justiça Ambiental e a UNAC em 2011, estão presentes também as denúncias sobre a atuação contraditória dos líderes comunitários e/ou régulos nas comunidades onde exercem o poder. Neste relatório de pesquisa, estas fazem as seguintes denúncias:

> Foram encontrados alguns líderes comunitários que tinham pessoalmente aprovado projetos nas suas comunidades, apesar da oposição generalizada dentro da comunidade. É evidente que estes líderes locais gozam de enorme autoridade e quando criticados ou questionados pela comunidade em relação às suas decisões a respeito do uso da terra comunitária, os membros são ameaçados e até fisicamente agredidos. Perante este cenário, é bastante conveniente para as empresas selecionar apenas alguns representantes da comunidade, fato que tem criado conflitos no seio das comunidades (JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2011, p. 30)

Em seu relatório, ASCUT (2017) remata que:

> Há também conflitos sociais que surgem como consequência de comportamentos de membros das comunidades locais, nomeadamente, as autoridades comunitárias [...]. Muitas vezes, as autoridades comunitárias são aliciadas pelas autoridades administrativas, por grupos poderosos, ou por investidores para negociar a cedência de terras da comunidade local em troca de empregos, pagamentos e outras promessas futuras, sem que os membro das comunidade como um todo estejam informados. Em Niassa, as empresas ligadas as plantações florestais, foram acusadas de aliciar as autoridades comunitárias para a obtenção de direitos de uso e aproveitamento de terras ou para expandir as suas áreas além das cobertas pelo seu DUAT (ASCUT, 2017, p. 60-61).

Nota-se aqui, que o objeto dos líderes comunitários e régulos tem sido mesmo o de fraudar as consultas comuniárias e tirar as vantagens das mesmas. Aliás, é desta forma que essas elites conseguem garantir a sua produção social, promovendo a expopriação e a expulsão dos camponeses das suas terras em benefício próprio e de seus parentes. Quando se trata, por exemplo, de um projeto e/ou programa onde as elites políticas têm interesses, nota-se a movimentação de pessoas, na sua maioria, funcionários públicos ligados ao partido FRELIMO, de um determinado lugar para outro. O objetivo destas pessoas tem em vista defender os interesses dos grupos sociais as quais representam, sobretudo, a classe dominante. Este cenário verificou-se em muitos lugares durante as consultas públicas realizadas no âmbito do ProSAVANA. O presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN) relata que:

> O que acontece é que são levadas até pessoas de uma região para outra região que vão sufocar a opinião daqueles que estarão lá. Então, existe aqui um preenchimento dos espaços das salas, onde acontecem as consultas públicas. Transferem uma pessoa de outro distrito que já tem alguma orientação de opinião a ser dada naquela sala e dizem, queremos aqui a sua opinião. E aqueles que foram trazidos de lá, dizem que nós queremos[165].

É por esta razão que muitos camponeses quando entrevistados, diziam que não conheciam o ProSAVANA, que apenas ouviam falar que seria implementado nas suas terras. Na maioria das vezes, as salas onde são realizadas as consultas comunitárias, os espaços são preenchidos por funcionários do Estado, professores, ambos membro do partido FREFLIMO e outros grupos sociais próximos ao partido, como, por exemplo, filiados a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e entre outros segmentos sociais. Para Funada-Classen (2019, p. 30) no âmbito da apresentação do Plano Diretor do ProSAVANA, houve uma "audiência

[165] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

pública tipo comício popular" por observar-se apresença de pessoas ligadas ao partido FRELIMO. Esta autora faz saber que

> [...] a maioria das audiências foi presidida por chefes de administração local, portanto membros de escalão superior do partido no poder, a Frelimo. Todas as audiências foram cheias com "régulos", professores, enfermeiras e polícias, com armas em alguns locais. E a maioria pertence à Frelimo e era masculina (FINADA-CLASSEN, 2019, p. 31).

Essas entidades são as que defendem os interesses da "classe burguesa" moçambicana e não necessariamente dos camponeses que são afetados por grandes investimentos no campo. Esse cenário verificou-se no âmbito das consultas comunitárias realizadas para a implementação do ProSAVANA. Mugabe António, um camponês do distrito de Gurué que esteve presente numa das consultas comunitárias descreveu a situação nos seguintes termos:

> Eu participei em Gurué um dia com essa equipa provincial, quem estava lá eram régulos, os diretores de educação, saúde, do governo. A maioria que estava lá, era do governo que nunca dizem não, só dizem sim, defendendo o pão deles, não havia população[166].

Esse cenário foi observado também na província de Nampula. O vice-presidennte da UPCN afirma que numa:

> [...] consulta comunitária do distrito tinha algumas pessoas indicadas pelo próprio governo do distrito. Participavam os diretores das escolas secundárias, alguns enfermeiros ou médicos, agente da polícia, alguns extensionistas. Esses que não poderiam contribuir a favor do camponês, eles contribuíam a favor do governo[167].

Depois dos encontros, em seguida, são assinadas as atas, destacando que a decisão de se avançar com a iniciativa foi consensual com os camponeses, enquanto estes últimos não participam. Ao se dar anúncio de que foi decidido para avançar-se com a iniciativa, em muitos casos, divulgava-se também informações segundo as quais, houve a participação massiva dos camponeses, mas a verdade, são grupos sociais defensoras dos interesses da classe dominante e, nalguns casos, assinam também os documentos como se fossem camponeses.

As organizações camponesas sempre questionaram como nas listas apareciam muitas pessoas a assinar os documentos, se os camponeses eram considerados analfabetos pelos executores do ProSAVANA por supostamente não saberem ler e escrever em português. Na verdade, maior parte dos camponeses entrevistados não sabem ler e

[166] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.
[167] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

escrever porque não tiveram acesso à educação formal como também ao processo de alfabetização. A partir do contato e das conversas com os camponeses, é possível inferir que nem sempre eram os verdadeiros assinantes dos documentos que autorizam que as terras sejam ocupadas pelas empresas agrícolas.

O Plano Diretor que era apresentado nas audiências públicas, era usado também com um meio para o exercício das relações de poder. Além de ser ter páginas numerosas difícil de ser ler em uma semana que era o período máximo para fazer a leitura do mesmo, estava escrito em português. O português não é a língua mais falada em Moçambique, principalmente, no Corredor de Nacala. Pelo fato de muitos camponeses não falarem a língua portuguesa, houve a exclusão desta classe social no decorrer do processso. Para ser inclusivo, o Plano Diretor deveria ser traduzindo nas línguas locais, sobretudo, a que mais predomina no Corredor de Nacala, neste caso, a língua *macua*.

Funada-Classen (2019) revela que o objetivo dos executores do ProSAVANA ao dar uma semana de leitura do Plano Diretor e por não traduzir nas línguas locais, era uma estratégia deliberada para alcançar o menor número possível de camponeses no Corredor de Nacala. Alcançando o menor número de pessoas, os executores do ProSAVANA legitimariam o discurso segundo o qual, nunca houve interesse por parte dos camponeses locais em participar nas consultas (e/ou audiências) públicas. Esta autora afirma também que havia por parte dos executores do ProSAVANA, um interesse claro de evitar que as lideranças camponesas tivessem uma análise mais aprofundada do texto, por isso, deram apenas uma semana para fazer-se a leitura de um documento com cerca de duas centenas de páginas. Para esta autora:

> Embora o Plano Diretor tivesse 204 páginas e cheio de termos técnicos, as audiências públicas estavam programadas para começar no nível distrital. As audiências nos níveis provincial e nacional seriam realizadas no fim. As organizações camponesas a nível local ficaram surpresas, pois tinham apenas uma semana para ler o draft, disponível apenas online. A maioria delas não sabia ler bem o português, pelo que precisava de assistência técnica para entender completamente o conteúdo e formular sua opinião. Assim, apressar e iniciar a audiência pública a nível distrital significava que os organizadores não estavam muito interessados nas opiniões dos camponeses locais. Claramente, os organizadores queriam evitar que as organizações da sociedade civil e intelectuais aos níveis regional e nacional apresentassem uma análise profunda do documento (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 31).

Sentindo-se excluídos do processo de realização das consultas comunitárias e das audiências públicas, alguns camponeses organizados decidiram manter-se firmes na sua luta contra o ProSAVANA, realçando que não queriam ver esse programa a se expandir em suas terras. Em Outubro de 2017, durante a «*III^{a} Conferência Internacional dos*

Povos», subordinado ao tema "*Entre os modelos dominantes de desenvolvimento agrário as alternativas populares»*, realizado na cidade de Maputo, os camponeses comprometeram-se em continuar a lutar e a resistir contra a implementação efetiva do ProSAVANA em seus território. A foto 50 mostra camponesas contestando a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique.

Foto 50. Mulheres camponesas protestando a implementação efetiva do ProSAVANA

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nas mãos das três mulheres que aparecem na foto 50, algo chama atenção. Cada uma exibe um cartaz contendo uma mensagem de repúdio a este programa e é possível visualizar os seguintes dizeres: "Não à privatização da terra", "Não ao ProSAVANA" e "África não está à venda". Na primeira mensagem, por exemplo, fica a ideia de que essas mulheres estão cientes de que a terra é o único instrumento de trabalho e meio de sobrevivência. Estas mulheres camponesas estão cientes também que a privatização da terra pode inibir-lhes o usufruto dos recursos naturais aí existentes. No entanto, deixar que a sua terra seja transformada em campos de produção de monoculturas pelo ProSAVANA, seria como se estas estivessem a concordar com a sua destruição pelo capital monopolista.

Na segunda mensagem, fica a ideia de que estas mesmas mulheres sabem que além de ser anti-democrático, o agronegócio é uma ameaça para aos seus saberes e valores, enfim, o seu modo de vida. Nesse sentido, para os camponeses lutar e resistir contra o PeroSAVANA é uma questão de (preservação do modo de) vida. Em outras palavras, aceitar que a implementação deste programa se efetive em seus territórios nos

moldes que foi concebido, significa *chancelar* a sua morte simbólica. Finalmente, na terceira mensagem, estas mulheres camponesas denunciam a atual corrida por terras agrícolas em África para a produção de mercadorias de interesse do mercado global.

Essas mulheres estão cientes de que em África e Moçambique em particular, as suas terras estão sendo entregues pelos governos nacionais às corporações capitalistas para acumulação privada da riqueza. Para os camponeses, a terra não é um instrumento de negócio como é tratado pelo agronegócio e os capitalistas nacionais, mas sim, de trabalho, é onde produzem os seus alimentos com base no seu modo de vida. É na terra onde está a felicidade e a festa dos camponeses, pois é dela que eles conseguem produzir os seus alimentos de acordo com o seu modo de vida. Todos estes aspectos arrolados são resumidos no depoimento a seguir proferido pelo presidente da UPCN (União Provincial de Camponeses de Nampula), onde descreve que:

> [...] para nós [os camponeses], sem a terra não há vida. E normalmente, nós moçambicanos, pior aqui no norte, nós podemos ficar três meses sem dinheiro no bolso, mas com comida dentro [de casa], ficamos feliz. Portanto nós confiamos da terra. Tudo o que comemos vêm da terra e nós não temos dinheiro para comprar comida[168].

Por isso, antes de qualquer iniciativa avançar no campo, é importante que os camponeses sejam consultados por forma a evitar possíveis conflitos sociais como tais que estão a acontecer com o ProSAVANA no Corredor de Nacala. Quando são realizadas as consultas comunitárias, além dos camponeses não assinarem documantos autorizando a ocupação das suas terras, nem sempre participam na determinação dos valores a serem usados no âmbito das compensações. O que acontece é que, aparecem representantes da empresa, do governo e líderes comunitários e/ou régulos com papeis, mostrando a tabela de valores acordado a ser utilizada para pagar os camponeses.

Na maioria dos cenários, os camponeses saem a perder, pois o dinheiro que recebem das empresas, não tem sido suficiente para recomeçarem a vida em outros lugares. Essa situação tem contribuído para o aprofundamento da miséria no seio dos camponeses. Esse cenário tem sido recorrentemente denunciado pelas organizações da sociedade civil. Existem entidades que têm assinado os documentos em nome dos camponeses como forma de viabilizar os projetos no campo e por via disto, beneficiar-se a si próprio, o grupo social. É por esta razão que sempre que os projetos tentam avançar,

---

[168] Depoimento extraído no documentário intitulado Somos carvão, disponível em: https://adecru.wordpress.com/2016/05/27/lançamento-do-documentario-somos-carvao/#more-542. Acesso em: 18/02/2019.

enfrentam dificuldades por causa dos protestos populares, pois os camponeses negam ter assinado algum documento autorizando a ocupação das suas terras.

O ProSAVANA é apenas um exemplo, de tantos outros programas que estão sendo contestados pelos camponeses até os dias atuais pelo fato de não ter sido eles a assinar os documentos autorizando a ocupação das suas terras. Outro aspecto importante a realçar, é que os camponeses são forçados para irem aos locais de realização das consultas comunitárias, sobretudo, quando os projetos em questão envolve interesses da "classe burguesa" moçambicana. Esta tem sido uma estratégia deliberada de intimidação dos camponeses que resistem ir às consultas comunitárias.

Ao serem conduzidos à força para os locais de realização de consultas comunitárias, algumas entidades presentes, sobretudo, as que representavam os interesses do capital recolhem as assinaturas para dar legitimidade ao processo de consulta comunitária e por via disto, tomar decisões para de seguida, avançar-se com a implementação dos programas/projetos. Tem sido também uma forma dos responsáveis pelas consultas comunitárias, esquivarem-se de possíveis críticas por parte da sociedade civil, de que o processo não teve a participação dos camponeses.

Tendo em conta que grande parte dos camponeses apresentam baixos níveis de escolarização, isto é, não sabem falar, ler e escrever com base na língua portuguesa, estes têm sido forçados a assinar os documentos, colocando, por exemplo, X em frente do seu nome. Aqueles que falarem, lêem e esvrevem, têm sido na mesma forçados a assinar os documentos pré-elaborados. Em seguida, os responsáveis pela realização das consultas comunitárias, usam estas assinaturas para se defender das críticas. Os camponeses pouco letrados, resistiam ir as consultas comunitárias e grande parte destes, são lideranças locais da UNAC.

A UNAC havia informado os seus membros para que não participassem em eventos convocados pelos executores do ProSAVANA. Os camponeses que se recusavam em ir para os lugares onde as consultas públicas eram realizadas, recebiam notificações emitidas pelas autoridades administrativas locais para os mesmos se deslocarem para o governos distritais e/ou postos administrativos por forma a justificarem a sua ausência. Quem não fosse justificar-se perante as autoridades governamentais dos distritos e dos postos administrativos, era considerado desobidiente. Joaquim João, um dos camponeses que se recursou em ir ao local onde decorriam as consultas comunitárias, denuncia o cenário nos seguintes termos:

> Eu que estou a falar, com a minha esposa, fomos notificados no gabinete do senhor chefe do posto porque estamos contra o ProSAVANA. Então, é assim que está acontecer, o ProSAVANA não tem tido detalhe na própria comunidade. A comunidade não sabem, é obrigada ou alguém chega lá e assina invocando o nome dos camponeses[169].

Américo Manuel que também participou das consultas comunitárias desencadeadas no âmbito da implementação do ProSAVANA afirma que:

> O que está acontecer é de quem vai lá é o administrador com o seu grupo armado, armado refiro polícias. A população sentem-se ameaçada e, é uma obrigatoriedade, não é da nossa livre vontade[170].

Como se pode ver, de antemão, há uma clara intenção de forçar os camponeses a irem para consultas comunitárias e por via disto, assinarem documentos por forma a legitimarem os interesses da classe dominante. O segundo fator responsável pelos conflitos sociais que posteriormente, leva os camponeses a lutarem em defesa das suas terras no Corredor de Nacala, está relacionado com o incumprimento das promessas por parte dos investidores. Muitos camponeses ao verem-se enganados, têm-se organizado para pressionar as empresas a honrarem com as promessas feitas durante as consultas comunitárias.

Na maioria das vezes, os camponeses lutam para que lhes sejam pagas as indemnizações e/ou compensações resultante da destruição das benfeitorias (machambas, culturas de subsistências, casas, árvores de frutas, etc.). Esse cenário foi constatado na localidade de Nacolono, no distrito de Monapo, onde os camponeses travam a quase uma década batalhas com a *Matanuska*, empresa agrícola que viabiliza o agronegócio de bananas. Os camponeses de Nacololo, por iniciativas própria, chegaram a ocupar a propriedade da empresa.

Depois de ocuparem a propriedade da empresa, estes camponeses ocuparam parte das terra e de seguida, abriram as suas machambas para produzir seus alimentos, uma vez que quase todas as suas terras estão nas mãos desta empresa. Neste sentido, a ocupação das terras em propriedades capitalistas por parte dos camponeses, têm sido uma das formas de luta contra a sua destruição pelo capital. Os camponeses de Nacolo que invadiram a propriedade da *Matanuska*, fazem parte dos que não foram indenizados aquando da implantação desta empresa, pois ela, é acusada de ter destruído e transformado machambas locais em campos de produção de bananas. Calemgo Diniz, residente em Nacololo descreve que quando chega a época agrícola:

[169] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.
[170] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

> As pessoas cultivam dentro das terras da empresa como forma de reivindicar o dinheiro que não foram pagos. Tem esquinas que não chega máquinas, essas pessoas que foram arrancadas machambas delas aproveitam para pôr qualquer coisa que se come[171].

De fato, a *Matanuska* concentra grandes extensões de terras, mas esta empresa ao mesmo tempo, não está a explorar todas elas, numa situação em que as famílias camponesas não têm onde produzir e, é por isso, que optam pela ocupação das terras para garantir a sua reprodução social. Os camponeses vivem confinados num espaço muito pequeno e numa situação em que os nascimentos tendem a aumentar, a necessidade de ter mais terras, tanto para a construção de casa como para produzir alimentos, torna-se também maior. O conflito entre a *Matanuska* e os camponeses de Nacololo, perdura alguns anos, mas não tem sido resolvido.

O conflito que envolve a *Matanuska* e os camponeses em Nacololo, não é apenas pela terra, mas também por causa do reassentamento sultante da construção de barragem para a irrigação das lavouras de bananas. Smart e Halnlon (2014, p. 141) faz saber que "a Matanuska arranjou problemas com as comunidades vizinhas ligado ao reassentamento por causa da barragem". O terceiro fator que faz com que o Corredor de Nacala seja um dos territórios mais conflitosos da atualidade, está relacionado com a *burla* que tem sido desencadeada pelas empresas.

Em muitos casos, os camponeses são aliciados com os capitalistas que, em caso de cederem as suas terras, as suas condições de vida poderão melhorar e que vão ter também empregos. Numa situação de vulnerabilidade como a que muitos camponeses se encontram ao longo do Corredor de Nacala, acabam por entregar as suas terras na esperança de ter um emprego, mas a outra face do processo, tem sido a sua expropriação, pois os empregos não são permanentes, mas sim, sazonais. Nem sempre os investidores honram com as suas promessas. Já que as empresa não honram com as suas promessas, não tem restado mais nada para o camponeses, senão lutarem para recuperar as terras tomadas pelas empresas. Num relatório de pesquisa conduzido pela UNAC e a GRAIN, publicado em 2015, estas duas organizações relatam que:

> Camponeses no norte de Moçambique estão a lutar para manter as suas terras, enquanto governos e empresas estrangeiras avançam agressivamente para criar projetos de agronegócio em larga escala. Aos camponeses é dito que estes projetos vão-lhes trazer benefícios. Mas, até agora, a experiência do país com o investimento estrangeiro na agricultura tem sido desastrosa (UNAC & GRAIN, 2015, p. 1).

[171] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

Embora fora do distritos abrangidos por esta pesquisa, a UNAC reporta um caso de camponeses expropriados por uma empresa agrícola que viabiliza o agronegócio de eucalipto, em que afirma, por exemplo, que querem retornar as suas terras e delas, produzirem os seus alimentos. Segundo a UNAC estes camponeses querem retornar nas suas terras por se sentirem ludibriados por esta empresa de que trabalhariam caso entregassem as suas terras.

Esta organização camponesa, diz que os camponeses depois de entregarem as suas terras, a empresa os contratou como trabalhadores sazonais. Durante o processo de produção, os camponeses começaram a serem despedidos pela empresa, alegando que não tinha capacidade financeira para lhes manter como trabalhadores. Neste entendimento, se estes camponeses quisessem permanecer, os mesmos teriam que ceder mais uma vez parte das suas terras a empresa e segundo a UNAC, este episódio aconteceu na província de Niassa. O Coordenador-Executivo da UNAC conta que:

> A nível de Niassa, nós convidamos eles [os governantes] para que possam estudar aqueles casos em que os camponeses foram aliciados a entregar as suas terras para poderem ter emprego nas plantações florestais. As empresas tiveram acesso as terras, os camponeses foram contratados para trabalhar nesses campos, mas a partir do momento em que os eucaliptos começaram a crescer e a sobreviver sozinhos, economicamente ficou inviável para [a empresa] manter as pessoas alí. [...]. Então, eles [os proprietários da empresa] disseram mais tarde que nós não temos capacidade de manter-vos aqui. Então, emprego acabou e os camponeses quando quiseram voltar para as suas terras, já estavam a ser usadas pela empresa, pois eles [os camponeses] teriam entregue para serem usadas [pela empresa] como campos de produção de eucaliptos. Então, [os camponeses] não tiveram onde se manter, fizeram manifestações e isso foi reportado na rádio, na televisão. A própria empresa quando foi questionada, só disse que já não temos terras para tornar a empregar essas pessoas. Então, se quiserem que agente empregue essas pessoas, é uma questão de nos dar mais terras. [...]. Não se sabe aqui, qual é o apetite que o setor privado pretende em termos de controlo da terra. Para eles [os empresários] é incômodo terem que andar a contratar pessoas[172].

Neste sentido, pode se afirmar que, as promessas de emprego e de uma possível vida melhor, constituem-se num "novo" método usado pelas empresas agrícolas para expropriar os camponeses no Corredor Corredor de Nacala. De realçar que, essa situação acontece um pouco pelo todo o país, sobretudo, em áreas de predominância de corporações agrícolas. A invasão das empresas nas terras dos camponeses tem sido um dos fatores geradores de conflitos sociais no Corredor de Nacala.

Na maioria das vezes, os camponeses têm sido surpreendidos com máquinas a derrubar os seus espaços de uso comum (florestas, cemitérios, espaços sagrados, etc.),

[172] Entrevisra realizada em Maio de 2019.

machambas e culturas de subsistência, casas e entre outras benfeitorias. Quando isto acontece, os camponeses reagem, lutando resistindo de variadas formas contra a tirania do capital. Ao lutar e resistir contra a invasão do capital, os camponeses fazem-no com o objetivo de defender os seus territórios por forma a permanecer neles e deles, garantir a sua reprodução social baseado no seu modo de vida tradicional. Deste processo, emergem disputas pelo uso do território. Essa situação, ocorreu no distrito de Ribáue onde operam as empresas agrícolas, *Lúrio Green Resources, Mathária Empreendimentos* e, respectivamente, e, em Monapo onde opera a *Matanuska*.

Durante a vista efetuada a esta *Lúrio Green Resources* na localidade de Namina, no distrito de Mecurburi, notou-se a expansão das plantações de eucaliptos em direção as áreas habitacionais e para as machambas dos camponeses. As famílias camponesas de Namila, em Mecuburi, correm o risco de perderem as suas terras e serem expulsos para outros lugares. Por exemplo, depois de ter parado por muito tempo sem expandir monoculturas de eucaliptos, a União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), realçou que a *Lúrio Green Resources* (LGR), está novamente a contratar mão-de-obra ao longo dos distritos que opera na província de Nampula, e tudo indica que esta empresa está a retomar as suas atividades. O vice-presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN) realçou que:

> Tem esse caso de plantações de eucaliptos da Lúrio Green Resources, é uma história que você já sabe. De novo estou a ouvir a história de inscrição de trabalhadores, não sei se é para avançar de novo, não sei o que está para acontecer[173].

Essa é prova de que corporações capitalistas que operam no Corredor de Nacala, maior parte delas, recrutam trabalhadores em casos de necessidade. Relatando sobre os incidentes de Nacololo, no distrito de Monapo, na província de Nampula, o presidente da União Distrital de Camponeses de Monapo (UDCM), realçou que muitas empresas ao entrarem neste distrito, não dialogam quase com ninguém. Neste sentido, apenas pegam nas suas máquinas e avançam com a destruição das machambas camponesas e, nalgumas vezes, com culturas de subsistência familiar e florestas de uso comum. Segundo a liderança da UDCM, muitos camponeses foram surpreendidos com as máquinas a destruir as suas machambas e outras benfeitorias que estavam nos seus territórios. Confirmando a invasão das empresas nas machambas de camponeses em Nacololo, o presidente da UDCM descreve que:

[173] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

> De fato, há muitos conflitos de terras em Nacololo, entraram muitas empresas. Quando a empresa chegou, estendeu suas máquinas e começou a desbravar toda a terra onde os camponeses viviam e produziam[174].

Esta situação fez com que muitos camponeses se indignassem e mais tarde, se revoltassem contra a empresa. Já que localmente a UNAC é representadas por meio dos seus núcleos, neste caso, as uniões provinciais e distritais, os camponeses têm recorrido estes órgãos numa tentativa de verem os seus problemas resolvidos. De forma organizada, os camponeses lutaram no sentuido de reaver as suas terras. Alguns camponeses que haviam perdido suas terras a favor da empresa, conseguiram recuparar e de seguida, abriram as suas machambas para a produção das suas culturas de subsistência familiar.

Nas suas lutas, segundo realçou o presidente da UDCM, os camponeses apontavam que "um empresário trouxe suas máquinas que nunca vimos e já destroncou os campos que produzíamos. Estão a destroncar o milho da nossa machamba[175]". Depois de ouvir estas palavras de seus membros, a liderança da UDCM numa ação conjunta com a UPCN (União Provincial de Camponeses de Nampula), ambos núcleos representativos da UNAC (União Nacional de Camponeses) em escala local, decidiram visitar os camponeses que viram os seus territórios a serem invadidos pela empresa. A ação conjunta da UDCM e da UPCN, resultou em ganhos para os camponeses que haviam perdido parte das suas terras para a empresa. O presidente da UDCM descreve que:

> Quando chagamos em conjunto, fomos visitar esta empresa. As autoridades distritais disseram ao empresário que olha, é bom reduzir e entregar a população onde você abriu. Onde o camponês vai fazer sua machamba? [Questionou o administrador do distrito de Monapo]. Então, aquela empresa reduziu a sua área e deixou uma parte para ser ocupada pelas populações e até hoje não há queixas[176].

Embora não tenha sido visitada durante a pesquisa de campo, uma situação semelhante a esta, aconteceu também no distrito de Ribaué, ainda na província de Nampula, sobretudo, onde opera a empresa *Matharia Empreendimentos*. As terras as quais a *Matharia Empreendimentos* usa, no passado tinham sido ocupados pelos camponeses, aonde abriam as suas machambas. Trata-se de uma das propriedades abandonadas por seus proprietários após a independência do país. Com o fim da guerra civil na década de 1990, as populações quando voltavam para os seus locais de origem, ocupavam as terras já que não havia donos.

[174] Entrevista realizada em Setembro de 2018.
[175] Entrevista realizada em Setembro de 2018.
[176] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

Considerando que mutas famílias camponesas têm acesso à terra por ocupação via *boa-fé*, todas "as antigas fazendas coloniais já deviam formalmente ter revertido para os camponeses" (UNAC & GRAIN, 2015, p, 5-6). Este princípio básico presente na legislação de terras, tem sido ignorado pelo governo quando faz concessões de terras para os investidores. A *Matharia Empreendimentos*, segundo as organizações camponesas, apenas implantou-se e começo a expandir as suas monoculturas, destruindo territórios dos camponeses, expulsando-os sem nenhuma indemnização, embora a Constituição da República seja clara nisso. Silvério Joaquim, residente em Matharia confirma também este conflito com a *Matharia Empreendimentos* e descreve nos seguintes termos:

> Tem um conflito de terra com a empresa Matharia Empreendimentos. Nas terras estavam pessoas, em vez de falar mesmo com os produtores ou camponeses, só expulsou, por isso, temos um conflito de terra aqui. Nós fizemos uma carta para a direção distrital de agricultura e outros documentos fomos pôr na direção do posto administrativo e da localidade e até agora estamos à espera de sermos respondido sobre essa questão de conflito de terra com a Matharia Empreendimentos[177].

A Coordenadora de Gênero da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) também confirmou a existência de conflitos sociais resultantes de disputas de terras entre os camponeses e a Matharia Empreendimentos, conforme o depoimento abaixo.

> Bom, focos de conflitos existem sim, eu falo da experiência que a ORAM tem. Temos reportado o conflito da Matharia [Empreendimentos] que tinha com a comunidade de Namina para quem vai a Mecuburi, as populações foram retiradas, perderam as suas árvores e as suas plantações[178].

Os conflitos reportados nos depoimentos anteriores, são recentes e estão ligados ao avanço do ProSAVANA. A *Matharia Empreendimentos* foi uma das empresas beneficiárias do financiamento do ProSAVANA no âmbito dos testes dos modelos agrário/agrícolas identificados para serem usados na produção de *commodities* no Corredor de Nacala. Sobre o conflito Mandamule e Bruna (2017, p. 230) afirmam que "financiada pelo ProSAVANA, a *Matharia Empreendimentos* implementou-se no terreno, desconsiderado os direitos adquiridos pelas populações, não permitindo que continuassem a desenvolver as suas atividades". Informações disponíveis no *site* da ADECRU, dão conta que:

> A Matharia Empreendimentos, uma empresa financiada plo ProSAVANA através do Fundo de Iniciativas de Desenvolvimento do ProSAVANA (*ProSAVANA Development Initiative Fund – PDIF*), usurpou terras de mais de

[177] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.
[178] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

> 200 famílias camponesas no distrito de Ribaué, Posto Administrativo de Iapala, comunidade de Matharya para dar início a produção de soja[179].

Este conflito ainda persiste até os dias atuais e os camponeses lutam para reaver parte das terras para garantir a sua reprodução social. As populações expulsas pela *Mathária Empreendimentos* quando foram forçadas a sair dos seus territórios, estas passaram a ocupar áreas improdutivas noutros lugares. Tendo em conta que não conseguem produzir alimentos suficientes para a sua sobrevivência, estes camponeses decidiram travar batalhas com a empresa por forma a reaver as suas terras.

Após a sua expulsão pela «*Matharia Empreendimentos*», os níveis de produção e produtividade destes camponeses baixaram significativamente e isto, deve-se pelo fato das terras que são atualmente ocupadas por estes serem improdutivas. A sua expulsão por esta empresa e posteriormente, a ocupação de terras não adequadas para a produção agrícola, tem colocado os camponeses em situação de insegurança alimentar. O presidenre da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN) descreve que:

> Os camponeses estão a pedir para a empresa deixar pelo menos uma parte da área do rio Matere, onde vivem a comunidade para produzir porque estão a ocupar terras arenosas onde não conseguem produzir, mas até agora a empresa não está a aceitar[180].

A liderança da UPCN, descreve que "os camponeses entraram na propriedade da Matharia Empreendimentos e nesta campanha agrícola [2017/2018], produziram lá mesmo porque não têm onde ir[181]". Vendo que a situação estava cada vez mais tensa entre os camponeses e a empresa *Matharia Empreendimentos*, a liderança máxima da UPCN, levou o assunto ao governador de província de Nampula, Vítor Borges como forma de pôr fim ao conflito que perdura a mais de uma década no distrito de Ribaué. O presidente da UPCN afirmou que:

> Há duas semanas, tínhamos uma audiência com o governador, eu pude apresentar a situação da comunidade de Nakito em Matharia e isto acontece depois de termos remetido uma petição ao governo distrital, mas não estavam a aproximar aquela comunidade para ouvir exatamente o que estava acontecer. Mas, o governador disse que também que estou a acompanhar o caso[182].

Os conflitos sociais no distrito de Monapo têm sido gerados também com outras empresas do agronegócio. Por exemplo, uma das empresas que está em conflito com os

[179] Informação disponível em: https://adecru.wordpress.com/2014/10/06/camponeses-acusam-candidatos-a-presidencia-da-republica-de-marginalizarem-a-agricultura-camponesa/. Acesso: 09/09/2019.
[180] Entrevista realizada em Setembro de 2018.
[181] Entrevista realizada em Setembro de 2018.
[182] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

camponeses é a *Alfa Agriculture*. De acordo com Macarringe (2017) esta empresa agrícolas está em conflito com os camponeses da localidade Nacololo, no posto administrativo de Monapo-sede. Segundo este autor, as terras em disputa, estão dentro da antiga plantação colonial de sisal. No caso específico da disputa de terras entre a Alta Agriculture e os camponeses de Nacololo, segundo este autor, já resultou em um óbito.

> Em relação a Alfa Agriculture que disputa com os camponeses dos diferentes povoados da localidade de Nacololo, no posto administrativo de Monapo-sede, a posse de 600 hectares que circundam uma área de 1000 hectares de uma antiga concessionária colonial de plantação de sisal. Esse conflito até Novembro de 2016 já tinha causado um óbito do lado dos camponeses, que se suspeita ter sido praticado pelo proprietário da empresa Alfa Agricultura (MACARINGUE, 2017, p. 300).

Igualmente, informações disponíveis no *site* da ADECRU, dão conta que a *Agro-Alfa* (*Alfa Agriculture*) usurpou 650 hectares da comunidade de Nacololo para a plantação de soja. Neste mesmo site, lê-se o seguinte:

> Militantes da ADECRU em Nampula, apuraram que a mesma empresa está a enfrentar forte resistência da comunidade de Vida Nova, aldeia de Meruto, onde tenta usurpar cerca de 1746 ha, área de duas antigas machambas coloniais, ocupadas pela comunidade após a independência nacional, em 1975, à semelhança dos 650 ha do Bloco de Nacololo[183].

Além desta empresa, existem outras empresas que estão em conflitos com os camponeses no distrito de Moampo e segundo Macaringue (2017), são as empresas *Amarulha Farms* e o *Centro de Frutas*, respectivamente. Este autor, revela ainda que a disputa não é apenas por terras, mas também por água, pois estas empresas estão a apropriá-la também. Nas suas próprias palavras, este autor afirma que "as empresas *Amarulha Farms* e o *Centro de Frutas* disputam respetivamente o controle da represa de água e uma área de 700 hectares com os camponeses fixados na sede do posto administrativo de Namialo" (MACARINGUE, 2017, p. 300).

Igualmente, essa situação acontece nas proximidades da vila de Melema, onde opera a empresa agrícola MOZACO. O conflito entre a MOZACO e os camponeses locais perdura a alguns anos atrás. Os camponeses tentaram por vias legais recuperar as suas terras, mas não conseguem. Numa carta enviada ao Governo Distrital de Malema, os camponeses descrevem o seguinte cenário:

> [...] na zona de Nholo, Distrito de Malema, a partir do riacho Manie até a Escola Primária Completa de Nholo, [...] existem cemitérios dos nossos ente-queridos que não podemos realizar a limpeza, […], para além de que o proprietário proíbe as comunidades locais de exercer qualquer actividade

[183] Informação disponível em: https://adecru.wordpress.com/2014/10/06/camponeses-acusam-candidatos-a-presidencia-da-republica-de-marginalizarem-a-agricultura-camponesa/. Acesso: 09/09/2019.

> agrícola […]. Assim, pedimos que se faça a consulta comunitária com vista a estabelecerem-se limites onde novos concessionários devem terminar e deixar as comunidades locais com o seu espaço livre e porque as comunidades locais têm ocupação nos termos dos artigos 12 e 13, ambos da Lei 17/97 de 1 de Agosto, ainda coadjuvado com o Artigo 24 da mesma Lei, onde as comunidades participam na resolução dos conflitos de terra e não somente como também participam na definição de limites por elas ocupadas segundo as práticas costumeiras[184].

Além da MOZACO não ter realizado consultas comunitárias no âmbito da sua territorialização, a mesma tem estado a proibir os camponeses locais de praticar as suas atividades produtivas. Constatações feitas por Macaringue (2017) revela que, a MOZACO tem vindo a reclamar roubos na sua propriedade, sobretudo, produtos comestíveis. Este autor afirma que os "roubos constantes que poderão obrigar a empresa a abandonar o cultivo de culturas comestíveis" (MACARINGUE, 2017, p. 299).

O roubo das culturas comestíveis que têm sido perpetrado pelos camponeses, embora seja algo ilegal e ílicio, precisa ser visto em várias dimensões. Estes roubos podem ser entendidos como uma forma de exigir que a empresa lhes entregue as terras usadas por esta para plantarem suas culturas de subsistência familiar por forma a garantir a sua reprodução social. A área atualmente explorada pela MOZACO, no passado funcionava uma empresa estatal, que foi abandonada durante a guerra civil e mais tarde, as terras foram sendo ocupadas pelos camponeses que permaneceram aí mais de dez (10) anos. Isto significa que, a atual Lei de Terras lhes dá o direito de uso por ocupação.

Uma situação semelhante a esta, foi constatada na localidade de Ruace *Hoyo-Hoyo Agribusiness*, e, em Lioma onde opera a empresa agrícola *AgroMoz* (Agronegócio de Moçambique), ambas no distrito de Gurué, província da Zambézia. Em ambas empresas agrícola, as famílias camponesas vêm tentando reaver suas terras a anos, mas todas as tentativas são frustradas. No caso da *Hoyo-Hoyo*, as famílias camponesas que lutam para reaver as suas terras, são aquelas que foram reassentadas em terras pantanosas. Já no caso da *AgroMoz* a situação é muito complexa, pois os conflitos sociais são cada vez mais intensos.

Localmente, há um sentimento de que os camponeses querem as suas terras, sentem-se também frustrados. Para Mandamule e Bruna (2017, p. 223) "os conflitos que acompanharam o processo de ocupação de terras pela AgroMoz, constitui um exemplo das deficiências da implementação na implementação da Lei de Terras, sobretudo, no que concerne à garantia de ocupação da terra por boa-fé". Aquando do debate sobre o processo

[184] Carta disponível em: https://adecru.wordpress.com. Acesso: 09/09/2019.

de territorialização da *AgroMoz*, na localidade de Lioma, a propriedade atualmente explorada por esta empresa, no passado havia sido ocupada por camponeses e tinha suas casas e machambas.

A chegada desta empresa, não considerou essa garantia que a Lei de Terras a ocupação por boa-fé enquanto uma forma de acesso à terra para os camponeses. Tendo em conta que os camponeses ora expropriados viveram e trabalharam nestas terras por muito tempo, automaticamente, a Lei de Terras lhes protege de qualquer situação que culmine com a sua expropriação e consequentemente, a sua das suas terras. Segundo Mandamule e Bruna (2017), em Lioma, os conflitos de terras aumentaram por causa do processo de compensação de algumas famílias ora expropriadas e expulsas das suas terras pela *AgroMoz*. Essas autoras afirmam que:

> [...] o processo de compensações foi pouco transparente, tendo sido verificada a interferência a existência de práticas ilícitas das lideranças locais. Recorrendo à posição estratégica dentro da comunidade, estas elites locais ter-se-ão lançado em acordos, a margem do conhecimento do resto da comunidade, junto aos representantes da empresa, aumentando assim o seu prestígio e beneficiando de alegados valores elevados no momento das indemnizações, quando comparados com o restante dos membros da comunidade (MANDAMULE & BRUNA, 2017, p. 224).

Na verdade, estes conflitos tem aumentado por causa da interferência dos líderes comunitários e, localmente, existe este sentimento por parte dos camponeses expropriados pela *AgroMoz* e, é por isso que, não conseguem reaver as suas terras. No entanto, vários são fatores que contribuem para que os camponeses não consigam reaver as suas terras, outrora tomadas pela empresa. A *AgroMoz* é um consórcio constituído por capitais brasileiros, portugueses e moçambicanos. Os camponeses podem não estar a conseguir reaver as suas terras porque na AgroMoz "jazem" os interesses dos capitalistas nacionais, mas com fortes ligações com o partido FRELIMO.

Uma das elites frelimistas que é citado que tem ligações com a *AgroMoz*, é o antigo presidente de Moçambique, Armando Guebuza. Igualmente, um dos empresários moçambicanos que também está ligado a *AgroMoz*, responde pelo nome de Salimo Abdula do grupo Intelec conforme denunciam vários estudos. Tratando-se de uma empresa em que as elites políticas e econômicas nacionais têm interesses, há posssiblidade de que a resolução dos conflitos sociais estaja a ser bloqueada sobretudo, para que os camponeses consigam ter de volta as suas terras. Os camponeses querem recuperar as terras que lhes foram expropriadas após a territorialização da *AgroMoz*, mas

dizem ter medo de lutar contra esta empresas agrícola, conforme demonstra o depoimento a seguir, feito por Mário Albino residente em Wakua/Lioma, no distrito de Gurué.

> Vejo que já perdemos a nossa terra. Para mim, vai ser difícil recuperar a terra porque a empresa já esta a trabalhar nas machambas que eram nossa. Não vejo outra saída a não simplesmente aceitar. As pessoas aqui têm muito medo[185].

A partir deste depoimento, podem ser extraídas várias situações. O primeiro aspecto tem a ver com o medo. Localmente, a empresa conseguiu cooptar os líderes comunitários e régulos por forma a fazerem o controlo político dos sujeitos os quais representam. Tendo em conta que os líderes comunitários e os régulos estão envolvidos no esquema de venda de terras no país, estes fazem-no em troca de algum benefício, sobretudo, dinheiro, emprego para eles e seus filhos e/ou familiares, etc. Neste sentido, qualquer manifestação popular contra a *AgroMoz*, é controlada e severamente combatida pelas autoridades tradicionais (líderes comunitários e régulos), em nome da defesa dos interesses da empresa.

Instrumentalizados pelas elites políticas e detentoras da máquina estatal e pelo próprio capital, para justificar a sua ação perversa, os líderes comunitários e régulos, têm reproduzido a ideia segundo a qual, a *AgroMoz* está a promover o desenvolvimento neste local. Essa ideia segundo a qual, a *AgroMoz* está a promover o desenvolvimento é propalada numa situação em que centenas de famílias camponesas vivem confinadas em pequenas parcelas de terras aonde além de construir casas, cultivam também alguns produtos de subsistência familiar, como por exemplo, milho e feijões diversos.

Por sua vez, esse discurso desenvolvimentista é propalado num contexto em que as culturas de subsistências familiares e as próprias famílias camponesas são contaminadas por agrotóxicos usado pela empresa no âmbito da pulverização aérea. No entanto, aqui está uma contradição dos líderes comunitários e dos régulos e quando afirmam que a *AgroMoz* está a promover o desenvolvimento. A realidade contradiz a ideia de que a *AgroMoz* é um motor de desenvolvimento, embora haja pessoas a defender esta empresa agrícola.

A presença da AgroMoz em Lioma, está a trazer prejuízos, na medida em que expropria e expulsa os camponeses das suas terras; explora os camponeses outrora expropriados, mas desta vez, na condição de força de trabalho assalariada; destrói as culturas alimentares e contamina os solos, os lençóis freáticos e intoxica as pessoas com agrotóxicos utilizados na sua lavoura; devasta florestas para a plantação de monoculturas

[185] Entrevista realizada em Fevereiro de 2019.

de soja e milho, etc. O medo das pessoas aumenta por causa força policial que controla a propriedade da *AgroMoz*.

Neste local, existem um policiamento comunitário e tem sido uma forma deliberada para controlar politicamente e reprimir os camponeses, sobretudo, aqueles que sonham em reaver as suas terras. Os próprios camponeses destacaram que a *AgroMoz* atua com a polícia comunitária e sempre que possível, faz a vistoria na propriedade da empresa para ver se foi violada ou não. O policiamento que aí se verifica, faz com que os camponeses tenham medo de se rebelarem e aproximar a propriedade da *AgroMoz*, mesmo que parte das terras sejam consuetudinariamente, suas por direito. O segundo aspecto no depoimento em referência, tem a ver com conformismo por parte deste camponês.

Este camponês deixa claro no seu depoimento que, será muito difícil reaver a sua terra porque as terras já estão a ser usadas pela empresa, daí que devem aceitar, pois não vem outra saída. De fato, da visita realizada durante a pesquisa de campo em Dezembro de 2017 a propriedade da *AgroMoz*, constatou-se que, parte das terras estavam sendo utilizadas para a produção de soja. Outras terras não estavam a ser utilizadas pela empresa, mas eram mantidas sob forte controlo policial. Mário Albino, diz por exemplo, que antes da chegada da *AgroMoz* tinha cerca de 3 hectares, mas acabou ficando sem nada depois que esta empresas agrícola se chegou em Wakua/Lioma. Para garantir a sua reprodução social e da sus família, Mário Albino tem optado por plantar algumas culturas de subsistência familiar ao redor da sua casa conforme ele próprio faz saber no depoimento abaixo.

> Tenho 44 anos de idade, sou natural de Wakua, tenho uma família de 3 filhos que já estão casados. Aqui em casa vivo com a minha esposa. Antes da Chegada da empresa AgroMoz eu tinha 3 hectares onde cultivava milho, feijões, cana-de-açúcar e Tabaco. Hoje, não fiquei sem nenhum hectare. A única produção que tenho é esta que esta em volta da minha casa, que não chega um hectare[186].

Além de plantar algumas culturas de subsistência familiar ao redor da sua casa, Mário Albino, procurou emprego na *AgroMoz*, a mesma empresa que o expropriou e o expulsou da sua terra. Neste sentido, se antes a partir dos seus três hectares conseguia produzir alimentos suficientes, agora é obrigado a trabalhar para comprar produtos alimentares para garantir a reprodução social da sua família. Mario Albino, afirma que:

[186] Entrevista realizada em Fevereiro de 2019.

> Hoje trabalho na empresa (AgroMoz) como efetivo. A minha alimentação está condicionada ao salário. Antes não comprava milho, mas agora devo comprar milho para o meu próprio consumo[187].

A luta que Mário Albindo tem travado junto dos seus colegas contra a *AgroMoz* há mais de uma década, visa reaver os seus três hectares que estão com a empresa por forma a usá-los para a produção de alimentos, mas nem sempre consegue. Para garantir a sua existência, Mário Albino recorre o assalariamento, na mesma empresa que lhe expropriou para conseguir algum dinheiro e deste, comprar produtos alimentares. Ao se assalariar na *AgroMoz*, Mário Albino, encontrou também outro fenômeno, neste caso a sua exploração. Para o capital crecer, além de expopriar os sujeitos das suas terras, precisa também explorar os trabalhadores assalariados, pagando-lhes baixos salários.

Não se pode negar a possibilidade de Mário Albino estar a ser explorado na *AgroMoz*, pois nesta empresa, vigoram relações capitalistas de produção. O segundo aspecto, o qual influencia que os camponeses estejam conformados que é difícil reaver as suas terras que estão nas mãos da *AgroMoz*, está relacionado com a ineficiente e/ou a fraca mobilização dos movimentos sociais em contestação as ações desta empresa que culminaram com a expropriação dos camponeses e, consequentemente, da sua expulsão das suas terras. Por parte dos camponeses, há um sentimento de que as organizações camponesas e da sociedade civil estado ausente, daí que as suas lutas pela recuperação das suas terras fracassam. Para António Miguel:

> Talvez a única forma de recuperar seria por ajuda de uma ONG. As pessoas querem ter de volta as suas terras, mas não sabem o que fazer ou onde buscar energia ou coragem para isso. Mesmo eu se me perguntassem se quero voltar para la, claro que eu voltaria. Porque apesar de ser efectivo, um dia a empresa fecha e eu vou ficar sem nada. Eu tenho garantia do meu emprego, mas posso ter garantia da minha machamba[188].

A ONG que António Miguel se refere, são as organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo e destas, a UNAC, a ORAM, a ADECRU. Os camponeses acreditam que com o apoio de uma organização da sociedade civil que luta pela justiça social no campo, podem conseguir ter algum sucesso. Neste depoimento, fica a ideia de que uma mobilização dos camponeses junto com os movimentos sociais pode trazer efeitos positivos que, podem a partir deste entendimento, culminar com o acesso as terras que atualmente estão a serem utilizadas pela AgroMoz para a expansão de *commodities* diversas, entre elas, soja e milho para a exportação.

[187] Entrevista realizada em Fevereiro de 2019.
[188] Entrevista realizada em Fevereiro de 2019.

Embora não faça parte das empresas estudadas, no distrito de Gurué os conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais envolvem também as empresas de produção de chá sendo que uma delas, é Chazeira de Moçambique. Gurué é um dos distritos da província da Zambézia mais disputado pelas empresas do agronegócio e como demonstra Mandamule (2017c), a maior parte delas, estão ligadas a produção de chá. Os conflitos gerados pelas empresas de produção chá em Gurué, segundo essa autora, são antigos, embora ganhe atualidade. Nas suas palavras, a autora assevera que:

> Os conflitos entre as empresas de produção de chá e a população instalada na área de cultivo daquela cultura não são recentes. Estes existem mesmo antes da introdução das políticas de privatização das várias unidades de produção de chá existente no distrito, que culminaram com a redução da intervenção estatal nos assuntos ligados à produção e comercialização do chá. [...]. Atualmente, os conflitos de terras acontcem porque os trabalhadores das empresas de chá constroem habitações e retiram plantas de chá para abrir machambas familiares, na sua maioria para a produção de feijão e do arroz para o consumo ou venda na cidade de Gurué. Ainda que autorizados a construir residências com material precário, os trabalhadores optam, diferentemente, por construir habitações com recurso a material convencional (chapas de zinco, cimento e blocos), mais dificilmente removível. Na tentativa de abrir novas áreas de produção, ou expandir as já existente, a população recorre, igualmente, às queimadas que se alastram destruindo as plantações de chá das empresas (MANDAMULE, 2017c, p. 2018-2019).

As queimadas que se têm alastradas nas áreas de produção, queimando culturas de chá, podem ser vistas também como parte das lutas e resistências camponesas contra as chazeiras no distrito de Gurué. Destruindo as culturas de chá, os camponeses podem depois abrir suas machambas ou mesmo instalarem as suas habitações. Para dizer que não são apenas as empresas ligadas ao agronegócio de soja, macadâmica e milho que estão em conflitos com os camponeses no distrito de Gurue, mas também, existem outras, como, por exemplo, as chazeiras. No entanto, a geografia, as dinâmicas e a natureza dos conflitos sociais no Corredor de Nacala é muito complexa, na medida em que envolve muitas empresas do agronegócio que operam em diferentes setores.

CAPÍTULO 6
MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NO CORREDOR DE NACALA

Neste capítulo procura-se analisar atuação dos movimentos sociais e as lutas e resistências camponesas contra a expansão do agronegócio no Corredor de Nacala. Este capítulo está dividido em 4 seções. A primeira seção fala dos movimentos sociais no geral. Na segunda seção, faz-se uma análise em torno da relação dos movimentos sociais com o território enquanto categorias de análise geográfica que se identificam mutuamente. Na terceira seção, analisa-se as ações dos movimentos sociais no âmbito das suas lutas anti-capitalistas no Corredor de Nacala. O debate dos movimentos sociais nesta terceira seção, permitirá compreender a natureza, dimensão e escala das lutas e resistências travadas por classes populares contra a hegemonia do capital no Corredor de Nacala.

Esta terceira seção, comporta algumas subseções, sendo que a primeira analisa o papel desempenhado pela União Nacional dos Camponeses (UNAC) na luta contra a hegemonia capitalista no Corredor de Nacala; a segunda analisa o papel da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM); a terceira analisa o papel da Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU) e; a quarta, o papel da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Na quarta seção, analisa-se a relação entre o governo e os movimentos sociais.

Para a análise dos movimentos sociais e ralação destes com o território, serão os utilizados os seguintes autores: Oliveira (2004; 2007); Fernandes (1999; 2000, 2005, 2015; 2018); Fabrini (2008; 2012; 2018; 2019); Fabrini e Ross (2014); Gohn (1997; 2013); Montaño e Duriguetto (2011), Raffestin (1993, 2015), Santos (2011); Saquet (2012; 2015), Haesbeart (2017); Haesbeart e Porto-Gonçalves (2006); Mondardo (2018); Souza (2010) e entre outros. Em relação as lutas anti-capitaistas travadas pelos movimentos sociais e dos camponeses no Corredor de Nacala, serão utilizados autores como: Mosca (2015); Mandamule (2017); Mandamule e Bruna (2017); Macaringue (2017); Chichava (2016; 2017; 2019); Catsossa (2015; 2017a; 2917b; 2018a; 2018b; 2019), Matsimbe (2017); Hernández (2018); e entre outros.

5.1. Movimentos sociais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica

O debate em torno dos movimentos sociais tem juntado pesquisadores/as de diversos quadrantes do mundo e de várias áreas do conhecimento, entre eles geógrafos, sociólogos, historiadores, antropólogos e entre outras. Dentro da Geografia, além de ser inacabado, o debate em torno dos movimentos sociais revela-se também ser paradigmático, na medida em que se nota a emergência de novos conceitos, como, por exemplo, "movimentos socioterritoriais" e "movimentos sociais isolados", ambos cunhados por Fernandes (1999; 2000; 2005).

Tendo em conta que a realidade atual dos movimentos sociais tem-se mostrado cada vez mais dinâmica, os estudiosos são chamados a acompanhar essas mudanças, pois de acordo com Scherer-Warren (2006, p. 109) "nem sempre as teorizações têm acompanhado esse dinamismo". Esse dinamismo que os movimentos sociais têm revelado, está relacionado com a observância dentro do seu interior, de novas formas de organização e de fazer política no campo. Igualmente, notam-se novas formas de como são encaminhadas as suas pautas de lutas e resistências contra aqueles que os oprimem e/ou provam as desigualdades sociais no mundo.

Movimentos sociais são manifestações populares, socialmente organizadas, cujo fim é contestar e/ou questionar uma determinada (des)ordem social imposta por um poder hegemónico num determinado espeço geográfico[189]. Os movimentos sociais são constituídos por organizações da sociedade civil que defendem a mesma causa, neste caso, a produção de uma sociedade cada vez mais justa, inclusiva, igualitária, solidária, harmoniosa e sustentável, etc. A (des)ordem questionada e criticada pelos movimentos sociais, na maioria das vezes, têm sido impostas pelo Estado, o capital e outros grupos dominantes dentro da sociedade que se apropriam do espaço geográfico e com ele, todos os bens naturais de uso comum. Na visão de Moreira (2011), estaríamos diante do que considera "lutas de contra-espaço". Para este autor:

> O contra-espaço é um modo espacial por meio do qual os excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe aos que vivem em baixo e dentro dela. Pode ser contra-espaço um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou um simples questionamento da ordem espacial existente (MOREIRA, 2011, p. 103).

[189] Para uma leitura mais detalhada sobre o conceito de movimentos sociais em Fabrini (2008, 2012, 2018, 2019); Gohn (1997, 2011); Fernandes (1999; 2000; 2005).

Apropriando-se do espaço, os movimentos sociais usam-no para fazer política, procurando a partir das suas ações, influenciar a produção duma nova sociedade e/ou ordem social cada vez mais inclusiva e justa. Os movimentos sociais são sujeitos políticos que fazem da política, exigindo direitos, por exemplo, do poder. Os movimentos sociais usam os meios disponíveis a seu redor para conquistar e proteger os direitos sociais, lutando e resistindo coletivamente contra a (des)ordem pré-estabelecida, tanto pelo capital como pelo Estado. Neste entendimento, Fabrini (2011) afirma que:

> Os movimentos desenvolveram uma cultura política de base, autogestão, livre organização, direito à diversidade e respeito à individualidade. Os movimentos sociais se constituem numa forma de fazer política que fortalece as decisões tomadas na base com participação de todos os sujeitos envolvidos (FABRINI, 2011, p. 105).

Em relação aos movimentos sociais, noutro momento, Fabrini (2008) chama atenção para não confundi-los com qualquer movimento que ocorrer dentro da sociedade em reivindicação de algo. Este autor afirma que:

> Nem todo o movimento na sociedade pode ser considerado movimento social, pois ele existe quando são canalizadas formas coletivas por diferentes grupos para a transformação das relações sociais, políticas, econômicas, etc. A existência de movimentos sociais exigem forte expressão de dimensão coletiva e quando estas condições não estão amadurecidas, há dificuldades para o surgimento deles (FABRINI, 2008, p. 240).

Por sua vez, num texto recente, Fabrini (2019) chama ainda atenção para não se absolutizar os movimentos sociais, pois entende que, nalgumas vezes, e de forma contraditória, reproduzem práticas as quais lutam contra. Para este autor:

> Apesar de virtuosos politicamente, os movimentos sociais não devem ser absolutizados, pois eles também reproduzem internamente contradições, conflitos e desigualdades sociais diversas. Os movimentos formados por sujeitos excluídos e vitimados reproduzem na esfera cotidiana e interna à classe as práticas sociais dos dominantes, como se o oprimido numa dimensão fosse opressor noutra dimensão (FABRINI, 2019, p. 159).

Para que um movimento social se forme, existem alguns requisitos básicos e segundo Scherer-Warren (2014) são eles: (i) o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades; (ii) o desenvolvimento de uma sociabilidade política e; (iii) construção de um projeto de transformação na estrutura societária. Em relação ao *reconhecimento coletivo de um direito e formação de identidades*, esta autora afirma que os movimentos sociais por meio das suas ações, criam nos sujeitos "a consciência, não apenas do direito a um direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino" (SCHERER-WARREN, 2014, p. 68). Neste sentido, os movimentos sociais têm sido espaços de formação política dos camponeses, ou como

prefere Fabrini (2008, p. 269) “a ideia é que pelos movimentos sociais, os camponeses se fazem ouvir e se tornam sujeitos políticos”. Dito de outra maneira:

> Diante da exclusão e negação de participação política nos canais institucionais, os movimentos sociais emergem como possibilidade de participação de sujeitos marginalizados do sistema político moderno a partir das lutas e resistências. A participação nos movimentos sociais permite que as pessoas adormecidas para a vida política despertem-se; permitem, enfim, a emancipação social, política e econômica dos sujeitos (FABRINI, 2019, p. 159).

A realidade têm revelado que inserindo-se na dinâmica dos movimentos sociais, os camponeses têm logrado várias conquistas e uma delas, é a sua formação política, pois nota-se a emergência de consciência de classes, em que defende-se interesses e/ou direitos coletivos. Mesmo formados no interior dos movimentos sociais, as lutas e resistências travadas pelos camponeses, extrapolam as demandas dos seus “formadores”. Essa observação é feita por Fabrini (2008) e afirma que:

> A resistência camponesa não se limita ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais” (FABRINI, 2008, p. 239, grifo nosso).

Na maioria das vezes, os camponeses se rebelam contra o capital quando constatam que a intenção da sua territorialização no campo é de destruir o seu “modo de vida”. Contraditoriamente, os camponeses têm se inserido na “modernidade”, acessando os chamados “novos” pacotes tecnológicos e com eles, produzindo mercadorias de interesse do capital. Este aspecto contraditório da atuação dos camponeses no campo, tem culminado com o seu questionamento, na medida em que, passam a reproduzir as práticas conservadoras dentro do seu núcleo familiar, o garante da existência (e resistência) camponesa. A luta e resistência dos camponeses ganham âmago quando o capital tenta expropriá-los e expulsá-los da sua base material e simbólica de existência: a terra.

Aí sim, eles se movimentam, contestando de variadíssimas formas. A terra para os camponeses é mais que um instrumento de trabalho. Para os camponeses, a terra equipara-se a um abrigo, é um bem natural *sagrado* e *inalienável*, pois lhes liga aos seus ancestrais (antepassados). Dito de outra forma, os camponeses quando lutam e resistem contra a sua expulsão, não querem a terra para produzir apenas, mas sim, porque esta terra é seu abrigo. É por isso, que duma forma conjunta, os camponeses lutam e resistem para não perder os seus *pedaços* de terras. É por esta razão que as suas lutas e resistências camponesas dentro dos movimentos sociais têm sido mais complexas, na medida em que

passam a defender a terra enquanto "símbolo que se liga visceralmente a vida" (BALDUÍNO, 2004, p. 24).

A partir do momento em que os sujeitos se reconhecem como uma classe, que há uma necessidade de avançarem com ações conjuntas na luta contra a classe dominante, a identidade política e social destes também se estabelece. Ao se estabelecer, os sujeitos reconhecem ainda que estão no mesmo lado e que devem lutar pela conquista dos direitos coletivos e da sua classe. Embora a concepção de Scherer-Warren (2014) sobre os movimentos sociais seja mais em torno da cidadania não de classe, esta autora ajuda compreender como a partir do reconhecimento coletivo os sujeitos oprimidos pela classe dominante fortalecem as suas lutas e resistências. Para esta autora:

> É o reconhecimento *coletivo* de um direito que leva à formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutuamente como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito [...]. Enfim, podem lutar contra a exploração ou contra a expropriação, em termos de classe, neste caso, fortalecendo a luta mais geral (Scherer-Warren, 2014, p. 69-71).

Embora os sujeitos do campo se reconheçam como parte de mesmo grupo social oprimido, expropriado, explorado e excluído pela classe dominante, contraditoriamente, reproduzem também práticas conservadoras e individualistas. O conservadorismo e o individualismo nos movimentos sociais se verifica quando determinados grupos decidem não aderirem mais as lutas coletivas sob alegações de que já conseguiram conquistar o que precisavam, como, por exemplo, o acesso à terra. A desistência destes grupos, leva o enfraquecimento das próprias lutas por direitos coletivos.

O enfraquecimento das lutas coletivas dentro dos movimentos sociais, se dá pela diminuição do número de manifestantes que vão as mobilizações em contestação das ações arbitrárias e autoritárias da classe dominante. De realçar que, a não adesão de determinados grupos às mobilizações sociais pode se dar também devido as estratégias de cooptação, intimidação, perseguição e criminalização e o aniquilamento físico das lideranças camponesas e/ou das organizações da sociedade civil desencadeadas pela classe dominante.

Estas ações desencadeadas pela classe dominante, têm contribuído também para o enfraquecimento das lutas coletivas no campo. A cooptação das lideranças das organizações da sociedade civil, por exemplo, criam o divisionismo e "ódio de classe" entre as organizações da sociedade civil que luta pela justiça social (e ambiental) no campo. Este divisionismo, além de contribuir para o enfraquecimento das lutas coletivas,

leva a consolidação das práticas da classe dominante no campo e foi o que acontece em Moçambique com a entrada do ProSAVANA.

Em relação ao *desenvolvimento da sociabilidade política* nos movimentos sociais, segundo Scherer-Warren (2014) tem sido por meio deste processo que os sujeitos do campo conseguem alcançar algumas vitórias. Para esta autora, sem o *desenvolvimento da sociabilidade política* nos movimentos sociais, as lutas coletivas correm o risco de fracassar no campo. Neste sentido, o fracasso das lutas coletivas levam inevitavelmente à consolidação das práticas da classe dominante. A realização de ações coletivas por parte das organizações da sociedade civil às bases camponesas, sobretudo, onde vivem e trabalham os camponeses, é uma fórmula básica para o sucesso das suas ações combativas no campo.

Os encontros, as caravanas e as assembleias realizadas nas bases camponesas têm se tornado em espaços políticos por onde são traçadas as novas estratégias de lutas e resistências contra a classe dominante no campo. Com a realização destes encontros, caravanas e assembleias junto as bases camponesas, os sujeitos do campo tornam-se politicamente conscientes e motivados em desencadear lutas coletivas contra a classe dominante. Scherer-Warren (2014) entende que:

> Sem sociabilidade política, não há MS [Movimento Social] nem projeto coletivo em torno do qual [se pode] lutar. A participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembleias deliberativas [...] contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política. [...]. Através desta apreensão crítica é que se vão constituindo estes novos atores políticos e construindo seus projetos, diferentemente dos atores e projetos políticos tradicionais (SCHERER-WARREN, 2014, p. 71-72).

Finalmente, em relação à *construção de um projeto de transformação*, os movimentos sociais têm lutado incansavelmente e utopicamente para a construção de um projeto que visa transformar a estrutura societária, pois é isso que os faz existir como uma classe que lutam pela justiça social (e ambiental) no campo, diversificando as suas ações sob ponto de vista combativo. Por exemplo, a luta pela realização da reforma agrária, além de ser uma bandeira, faz parte também das ações dos movimentos sociais que visa democratizar o campo e modificar a estrutura fundiária de um determinado país que se encontra em situações de concentração de terras nas mãos de pequenos grupos.

Ao lutar para a realização da reforma agrária, o objetivo dos movimentos sociais tem sido o de promover a justiça social no campo por meio de políticas de (re)distribuição de terras aos camponeses, sobretudo, aqueles que não têm terras para a sua reprodução social. Na maioria das vezes, estes camponeses têm sido aqueles que foram expropriados

e expulsos dos seus territórios pela classe dominante, sobretudo, o capital no âmbito da sua territorialização no campo.

A luta pela reforma agrária tem sido apropriada também pelos próprios camponeses. Os movimentos camponeses tornam a reforma agrária numa das suas bandeiras de luta e resistência no campo contra o capital. Para Fernandes (2018, p. 61) "a reforma agrária não é somente uma luta contra o latifúndio, é também uma luta contra o agronegócio. O latifundio impede o campesinato de se territorializar, o agronegócio o destrói". Na mesma perspectiva, Fabrini (2018) remata:

> A luta e defesa da reforma agrária a partir dos movimentos camponeses permitem superar a acumulação rentista absoluta, indicativa de relações arcaicas, que dão sustentação a uma oligarquia rural, muitas vezes travestida de agronegócio produtivo [...]. Assim, os movimentos camponeses na sua luta pela reforma agrária estão em contraposição à ordem latifundiária oligárquica do "velho rural" rentista (FABRINI, 2018, p. 15).

Já Fabrini e Ross (2014) chamam atenção para não ver a reforma agrária como uma mera distribuição de terras aos camponeses despossuídos. Para estes autores, a refoma agrária vai além do processo de distribuição de terras aos camponeses despossuídos, pois na prática, ela ganha várias dimensões, entre elas, política, social e conômica. Em suas palavras, estes autores rematam que:

> [...] a reforma agrária não diz respeito apenas à distribuição de terra aos camponeses despossuídos, pois envolve mudanças na estrutura fundiária de um país e atendimento de um conjunto de demandas de natureza econômico-produtiva que se dsesdobra nas dimensões política, social e econômica (FABRINI & ROSS, 2014, p. 82).

Nesta empreitada pela construção de um projeto transformador, as demandas pelas quais os movimentos sociais lutam no campo são diversas. Os movimentos sociais têm contestado não apenas a concentração de terras nas mãos de pequenos grupos, expropriação e expulsão dos camponeses do campo, mas também a destruição da agricultura camponesa, a apropriação da água para fins exclusivamente de irrigação das lavouras, a contaminação dos alimentos, dos solos, lençóis freáticos e dos rios, o desflorestamento, a degradação ambiental e entre outros aspectos. De acordo com Scherer-Warren (2014) a luta dos movimentos sociais no campo:

> […] se expressa através da utopia de construção de uma nova sociedade: mais justa sob ponto social, na qual o direito à terra para quem nela precisa vive e trabalha , entre outros (cidadania social), seja respeitado; mais participativa e democrática, na qual os trabalhadores tenham suas organizações e formas de representação reconhecidas e consideradas (cidadania política); e na qual haja respeito à diversidade cultural (modo de vida camponesa) ou de gênero (mulher camponesa) (SCHERER-WARREN, 2014, p. 72-73)

Nos movimentos sociais, a construção de um projeto transformador se dá também pela apresentação de alternativas de modelo de desenvolvimento agrário. A Via Campesina, é atualmente, um dos maiores movimentos campesinos que têm sabido muito bem propor e/ou encaminhar as suas pautas utópicas, visando a mudança de paradigma em termos de modelos agrários/agrícolas. Para a Via Campesina, a causa geradora a violência e dos conflitos no campo, da exploração, expropriação e expulsão dos sujeitos das suas terras, da distribuição desigual da terra, é o modelo agrário/agrícola vigente, pautado na produção de *commodities* para exportação caracterizado pelo ocupação de extensas áreas de terras e no uso excessivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificados no processo produtivo.

A Via Campesina tem realçado ainda que as crises que o mundo vive nos dias atuais, estão intrinsecamente ligado ao modelo agrário/agrícola vigente. Trata-se, portanto, da crise alimentar e socioambiental. A luta que a Via Campesina tem vindo a desencadear, visa essencialmente, influenciar que no mundo sejam implementadas políticas agrárias socialmente inclusivas e sustentáveis em termos ambientais. O lema «*globalizemos a luta, globalizamos a esperança»* tem sido uma bandeira da Via Campesina na sua luta contra o modelo agrário do agronegócio no mundo, cuja racionalidade está pautada no lucro.

A Via Campesina tem apresentado a agricultura camponesa como alternativa ao modelo hemônico de produção no campo. Este movimento campesino tem justificado as suas afirmações, destacando que, as "técnicas agroecológicas" usadas pelos camponeses durante o processo produtivo, são menos nocivas a saúde pública e ao meio ambiente quando comparadas com as "técnicas modernas" usadas pelo agronegócio. Dito de outra forma, a Via Campesina tem argumentado que, as práticas campesinas são sustentáveis em termos ambientais, daí que são capazes de proporcionar o resfriamento em tempos do aquecimento global. A Via Campesina reitera, no entanto, que:

> […] é urgente colocar os direitos humanos e a natureza antes do lucro. Os camponeses são os principais agentes da mudança, mas frequentemente, somos marginalizados e privados de nossos direitos fundamentais, como o direito à terra, água e sementes. Portanto, é essencial promover, usar e implementar a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos campesinos/as e outras pessoas que trabalham em zonas rurais. Nós os/as camponeses/as, temos a solução imediata que os nossos filhos e jovens exigem hoje nas ruas. Nós podemos ajudar a esfriar o planeta. Para isso, precisamos que vocês, nossos governos, sejam ambiciosos, realmente nos representem e se comprometam conosco. […]. Temos o conhecimento e a visão para contribuir para moldar as políticas públicas e os investimentos necessários para uma transformação agroecológica bem sucedida. […]. A agroecologia camponesa combina séculos de conhecimento e experiência com princípios científicos e ecológicos

> para desenvolver sistemas alimentares locais vibrantes que podem lidar com a pobreza e a marginalização. Promove alimentos nutritivos, saudáveis e culturalmente adequados, melhora a biodiversidade e responde os efeitos da crise climática. […] Globalizemos a luta, para globalizar a esperança em todo o mundo![190]

Muitos movimentos sociais de base camponesa, têm usado as pautas da Via Campesina para contestar o avanço de políticas neoliberais de desenvolvimento agrário em seus países e, é o que tem acontecido em Moçambique nos dias atuais. Para Souza, Silva e Stronzake (2016):

> A progressiva expansão e consolidação da Via Campesina irá fortalecer [ainda mais a] sua articulação de caráter internacionalista, anticapitalista e pela soberania dos povos. É possível observar um avanço no sentido de consciência dos trabalhadores da terra, da floresta e da água ao redor do mundo, na medida em que experimentam sua capacidade de olhar para fora do seu próprio território (SOUZA, SILVA & STRONZAKE, 2016, p. 37).

Como se pode ver, a luta da Via Campesina no mundo visa implantar um projeto diferente da sociedade capitalista pautado pelo lucro. Para consolidarem as suas estratégias de lutas e resistências, os movimentos sociais têm estabelecido alianças, ou ainda redes anti-capitalistas, em que diferentes organizações da sociedade civil de nível local, nacional, internacional e transnacional se unem para se oporem a classe dominante e aos modelos hegemônicos de fazer agricultura. Nestas alianças anti-capitalistas, verifica-se a presença movimentos camponeses, ambientalistas, feministas, religiosos, ligados aos direitos humanos e entre outros.

O estabelecimento de alianças ou redes anti-capitalistas, é o reconhecimento de que, a união das organizações sociais é importante para se avançar com lutas e resistências conjuntas cada vez mais aguerridas contra as armadilhas do capital no campo. Ao se inserirem na dinâmica dos movimentos sociais, os camponeses tornam-se em sujeitos críticos, pois passam a questionar a (des)ordem social instaurada pela sociedade capitalista no campo. A esse respeito, Fabrini (2018) afirma que:

> O caráter crítico e questionador à ordem social dos camponeses organizados nos movimentos pode ser verificado ainda na formação de rede de relações, inclusive virtuais. A criação de redes de movimentos sociais possibilita a difusão de ideal democrático conectando as filosofias locais ao global, e vice-versa, em que questões do cotidiano se tornam globais e planetárias. Por meio da rede pode se alcançar a interação à diversidade numa relação mais democrática, horizontal e plural, conectando diferentes espaços e tempos históricos. Os movimentos sociais permitem aos camponeses estabelecer relações políticas, sociais e produtivas em redes mundializadas. Mas, tais redes se diferenciam das capitalistas porque não estão pautadas na mundialização (globalização) do mundo da mercadoria. Aliás, as redes camponesas visam

[190] Informação disponível em: http://www.mst.org.br/2019/09/30/via-campesina-na-onu-e-urgente-colocar-os-direitos-humanos-antes-do-lucro.html. Acesso: 08/10/2019.

> solapar a ordem do mercado global capitalista numa ação antiglobalização do capital. São exemplares as ações da *La Vía Campesina*, um movimento camponês internacional antiglobalização (FABRINI, 2018, p. 13).

Através do estabelecimento das alianças e/ou redes anti-capitalistas e/ou antiglobalização segundo Fabrini (2007):

> [...] os movimentos tornaram-se o paradigma de luta, resistência e construção do lugar social dos camponeses. A organização dos camponeses nos movimentos sociais em escala nacional e internacional indica que sua existência reside mais na sua eficiência política do que na capacidade de produção de mercadoria a baixo custo ou obtenção de vantagens no mundo da mercadoria (FABRINI, 2007, p. 20).

É desta forma que os movimentos sociais têm atuado nos últimos anos, em que por meio das suas ações, criam nos sujeitos do campo "a consciência, não apenas do direito a um direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino" (SCHERER-WARREN, 2014, p. 68). A dinâmica atual dos movimentos sociais, caracterizada por estabelecimento de alianças e/ou redes anti-capitalistas para o enfrentamento aos poderes hegemônicos (Estado, capital, etc.), têm sido um dos mecanismos de globalização das lutas e resistências contra o capital.

Os sujeitos em movimento têm estado a formar redes com outras organizações da sociedade civil que defendem a mesma causa por forma a ampliar as suas lutas e resistências contra os poderes hegemônicos e de dominação da sociedade. Essas redes são formadas em eventos, seminários, conferências, sejam eles de âmbito local, nacional, internacional e transnacionais. Em «*Das mobilizações às redes dos movimentos sociais*», Scherer-Warren (2006), remata que:

> Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem-terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113-114)

Embora haja movimentos sociais que lutam para romper com o poder dominante, existem outros que promovem ações com vista a manter a (des)ordem pré-estabelecida, os chamados *movimentos conservadores*. Esse tipo de movimento social tem defendido os interesses das elites opressoras, situação que aumenta ainda as desigualdades e as

injustiças sociais, na medida em que todo aquele que tem uma opinião contrária a pré-estabelecida, é perseguido, oprimido, torturado/violentado e, em casos graves, assassinado, sendo que o objetivo tem sido, silenciar as vozes críticas. Os movimentos conservadores estão em toda a parte do mundo e muita das vezes, compõe a chamada classe média que se reproduz na base de ações *clientelistas patrimonialistas*. Estes movimentos usam todos os meios a sua disposição para descredebililizar as ações coletivas dos movimentos sociais que defendem e promove a justiça social e ambiental.

Neste processo, os movomentos conservadores recorrem as chamadas *Fake News* e dos meios das redes sociais, como, por exemplo, *Facebook, Watsapp, Instagram, etc*., passam a defundir informações falsas que colocam em causa a integridade física (e/ou psicológica) dos militantes dos movimentos sociais populares. Os movimentos conservadores chegam a considerar os movimentos populares que lutam pela justiça social no campo de serem "mão externa", "anti-desenvolvimentistas", "marginais", "vagabundos", "doutrinadores" e entre outros nomes, reproduzindo assim, o discurso da classe dominante que é, em si, excludente e de ódio.

Ao contrário do que tem sido propalado pelos movimentos conservadores, os movimentos populares, possuem, no entanto, um "caráter de unificar para a luta por direitos, especialmente pelo direito à terra e, por extensão, ao trabalho, moradia, saúde, educação, enfim, a uma vida digna" (SAUER & SOUZA, 2008, p. 56). Adiciona-se também, a luta por direitos tais como: alimentação saudável produzido com base em técnicas agroecológicas, isto é, não nocivas à saúde pública e ao meio ambiente. Os movimentos sociais são pela preservação da biodiversidade por entenderem que os povos tradicionais dependem deles para a sua sobrevivência.

As ações desencadeadas pelos movimentos conservadores visam essencialmente, enfraquecer as lutas e resistências dos movimentos populares, na medida em que estes últimos, passam a ser perseguidos, intimidados, criminalizados e, em casos graves, mortos pelos simples fatos de defenderem causas sociais, ou seja, os interesses dos mais pobres e excluídos da sociedade. Com isso, não se pretender dizer que os movimentos sociais que defendem a justiça social não reproduzem contradições. Como foi realçado anteriormente, reproduzem também a estrutura conservadora e práticas opressoras.

Num contexto de generalização da violência e opressão, os movimentos sociais têm se redefinido e se reinventado. Nessa redefinição e reinvenção, os movimentos sociais têm recriado novas estratégias de lutas e resistências contra a classe dominante (o opressor) no campo. Por sua vez, os movimentos sociais têm agregado nas suas pautas

novas ações combativas contra o opressor. Conforme Scherer-Warren (2014) foi nesse contexto de redefinição, reinvenção e de agregação de novas ações combativas nas suas pautas que surgem os denominados «*Novos Movimentos Sociais (NMS)*». Para Fabrini e Ross (2014, p. 51) "são considerados novos movimentos não pela sua temporalidade [...], mas pela nova característica empregada na forma de luta, na organização política e social".

A apetência dos "novos personagens" do campo tem sido a de "criação de um novo sujeito social, o qual *redefine* o *espaço da cidadania*" (SCHERER-WARREN, 2014, p. 53-54, itálicos do original). Neste entendimento, o espaço de cidadania se dá por negação e contestação da (des)ordem pré-estabelecida pela classe dominante, sendo que a ideia tem sido a de romper, produzindo novas formas de relações sociais baseadas na apropriação política entre os sujeitos no campo. Segundo Scherer-Warren (2014) é:

> [...] através de suas lutas pela redefinição da cidadania, muitos destes NMS negam o modelo político existente e apontam para novas formas de relações societárias. Esta negação se expressa através de um crescente processo de *desligitimação de decisões tomadas autoritariamente* pelo Estado ou assumidas historicamente de acordo com os interesses das classes dominantes. Para este enfrentamento várias formas de "desobediência civil" passam a ser praticada (SCHERER-WARREN, 2014, p. 54).

Seguindo esse pensamento, as novas formas de relacionamento dos sujeitos, dar-se-iam na base de relações (de poder) de natureza comunitária. Com base nas relações de poder de base comunitária, os "novos personagens" procurariam sempre que possível, construir conjuntamente as suas utopias (em termos de projetos de transformação da estrutura societária) para daí, lutarem e resistirem contra a classe dominante com vista a produzir não apenas (novos) espaços da cidadania, mas também uma sociedade cada vez justa e inclusiva. Para Scherer-Warren (2014):

> A afirmação das novas relações societárias dá-se da reaproximação política do sentido das relações comunitárias. [...]. Esta prática política decorre de uma reavaliação, estimulada pelo trabalho de educadores populares junto aos movimentos, dos princípios de legalidade e de legitimidade. [...]. Estes movimentos creem no poder da força comunitária para a constituição do grupo (SCHERER-WARREN, 2014, p. 55).

A literatura refere que as pautas que vêem contemplando novas ações dos NMS começaram a fazer-se sentir a partir da segunda metade da década de 1970 (*cf*. Fabrini & Ross, 2014) e com mais intensificação a partir da década de 1980 (*cf*. MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011). Porém,

> Os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS), que surgem principalmente em meados do século XX, têm por vezes, o objetivo ou a função de

> complementar as lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se as estas lutas) (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 248).

Os NMS não dão muita atenção à perspectiva clássica, mas sim, a identidade, cultura, etc. Neste sentido, os NMS são aqueles vinculados a identidade e cultura como, por exemplo, de mulheres, etnias, LGBT, etc. O surgimento dos "novos personagens" no campo fez com que os estudiosos se ajustassem, por exemplo, a nova realidade (e/ou dinâmica) que os movimentos sociais traziam no mundo, sobretudo, em termos de pautas de lutas e resistências contra o opressor. Fabrini e Ross (2014) afirmam que estes "novos personagens" no campo surgem por causa da:

> [...] impossibilidade de interpretação de novas manifestações sociais a partir da compreensão marxista e ortodoxa, que privilegiou a organização do operariado na estrutura sinfical, fez com que os estudiosos olhassem para outros sujeitos sociais além da classe operária, o que permitiu visualizar a emergência de "novos personagens" na cena política (FABRINI & ROSS, 2014, p. 51).

Por exemplo, entre os estudiodos torno dos NMS:

> Pergunta-se qual a efetiva contribuição que estes movimentos poderiam trazer para a corrosão do autoritarismo (expresso do Estado, nos partidos e nas relações de poder da sociedade civil) e para a descentralização da sociedade, em termos da democracia política e da democracia social (SCHERER-WARREN, 2014, p. 51).

Ao surgir, os NMS passaram a diversificar as suas ações, trabalhando muitas das vezes em *redes de movimentos sociais*, sejam eles de escala local, nacional, regional e internacional. Estas redes, foram sendo constituídas por movimentos camponeses, feministas, ecológicos (ambientalistas), religiosos, raciais, étnicos, homosexuais, que lutam pelos direitos humanos e pela democratização do espaço geográfico, contra a fome, etc. (*cf*. SCHERER-WARREN, 2014; FABRINI & ROSS, 2014).

Ao se unirem por meio de redes, os movimentos sociais, passaram a (re)definir ações conjuntas por forma a combater o opressor. Além disso, ao surgirem, estes "novos personagens" passaram a desenvolver uma nova cultura e forma de fazer política no campo. Para Scherer-Warren (2014) a diferença entre os movimentos sociais clássicos e os novos movimentos sociais, reside exatamente na forma como eles se organizam e fazem valer as suas pautas de lutas e resistências no campo. Para esta autora:

> A diferença entre os velhos movimentos sociais e os novos movimentos sociais pode ser encontrada nas formas de suas organizações e de encaminhamento de suas pautas. De forma breve pode-se afirmar que, quanto à organização, os primeiros incorporam, sobretudo, formas clientelistas e paternistas de fazer política; em certas ocasiões utilizam o instrumento da democracia representativa e não excluíam, em outras, o recurso da violência física. As novas formas de organização no campo, por sua vez, valorizam a participação

> ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, a centralização do poder e ao uso da violência física. Quanto ao conteúdo de suas lutas, os últimos como os primeiros possuem demandas específicas e por vezes dependem utopias de transformações sociais mais gerais. O que há de inovador é a luta de pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas. [...]. Estas novas formas de organização de de lutas no campo incorporam algumas características de um movimento cultural mais amplo que vêm ocorrendo a nível internacional [...]. Pelo menos alguns destes grupos pretendem modificar a historicidade e o sistema de relações de poder e, neste sentido, são verdadeiros Movimentos Sociais (SCHERER-WARREN, 2014, p. 67-68).

Ao surgirem, os NMS não abandonaram por completo os "velhos" traços que outrora caracterizaram as suas lutas e resistências contra a classe dominante. Pelo contrário, os "velhos" traços estão cada vez mais presentes nas suas ações combativas contra a classe dominante. Para Scherer-Warren (2014, p. 66) não há "dúvida de que, nos casos empíricos particulares, há traços dos velhos movimentos sociais que ressurgem com maior ou menor intensidade nos movimentos sociais organizados mais recentemente".

Ao surgirem, os NMS agregaram novos valores conteúdos nas pautas de lutas e resistências contra a classe dominante. Aos poucos, o debate em torno dos NMS foi se tornando paradigmático, sendo que mais tarde, passou a exigir os estudiosos a fazer "uma revisão nos paradigmas tradicionais de análise dos MS" (SCHERER-WARREN, 2014, p. 76). Analisando os NMS sob olhar paradigmático, Gohn (1997) chama atenção a complexidade analítica destes "novos personagens", destacando a necessidade de aprofundar o debate para melhor compressão das suas ações.

Em seu livro intitulado «*Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e modernos*», Gohn (1997) faz uma análise *trans-escalar*, procurando assim trazer diferentes visões paradigmáticas que nortearam o debate sobre os movimentos sociais. A autora, faz uma viagem à Europa, os EUA, descendo para a América Latina e finalmente, no Brasil por onde trilha nesses paradigmas histórico-conceituais que marcaram o debate em torno dos movimentos sociais. Para esta autora:

> O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte da explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas desse paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc. (GOHN, 1997, p. 16).

Para esta autora, o paradigma dos NMS mostra que há uma diversificação das estratégias de lutas e resistências por parte dos sujeitos, na medida em que usam a mídia

para a disseminação das suas pautas. Esta autora faz saber que o paradigma dos NMS mostra que os sujeitos "usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais" (GOHN, 1997, p. 125). Além disso, o paradigma dos NMS, mostra que os sujeitos sempre estão em sintonia com o desenvolvimento tecnológico.

O debate paradigmático sobre os NMS permite afirmar que, com o advento da globalização, os "novos personagens" passaram a nutrir-se dos novos meios de comunicação e de informação disponibilizados pelo próprio capital que conetados à *internet*, conseguem formar redes de movimentos sociais, desde a escala local, nacional, regional, e internacional, combatendo politicamente este mesmo capital (*cf.* GOHN, 2011). Com o uso da *internet*, os sujeitos em movimento passaram a difundir suas preocupações, inquietações e informações sobre as suas lutas e conquistas, fazendo chegar as mesmas, em muitos lugares do mundo a uma velocidade difícil de calcular ou mesmo estimar/mensurar.

Com base no paradigma dos NMS, é possível afirmar que, os sujeitos em movimento passaram a usar *e-mail´s*, redes sociais (*Facebook, WhatsApp, Instagram*, etc.) para fazer circular informações importantes sobre as causas das suas lutas e resistências como também as propostas em termos de modelos de desenvolvimento agrários alternativos. Embora os meios de comunicação e de informação tenham permitido a internacionalização das pautas de lutas, é justamente no período de globalização neoliberal, de formação de redes e do uso da *internet* que os movimentos sociais têm se mostrado cada vez mais fragilizados e essa realidade tem sido notória pelo menos em Moçambique.

Quando há grupos infiltrados dentro dos movimentos sociais, sobretudo, os que defendem os interesses da classe dominante, estes por sua vez, passam a "vazar" informações com vista a fragilizar as lutas e resistências camponesas. As informações pelos infiltrados não são "vazadas" apenas por *e-mail*, mas também pelas redes sociais, sobretudo, *Watsapp*. As informações vazadas contempla vídeos, áudios, textos, cartazes, fotografias, etc. Neste sentido, os que têm interesse em monitorar as atividade e ações combativas dos movimentos sociais, entram em cena.

Depois de obterem todas as informações, a seguir, são feitos os mapeamentos, não apenas dos lugares de realização das mobilizações, mas também das pessoas que estarão em frente do processo. Identificadas as pessoas, as mesmas passam a ser intimidades e/ou ameaçadas de morte, numa tentativa de fragilização das lutas e resistências dos

movimentos sociais contra o capital. Mesmo diante de situações que levam a sua fragilização, os movimentos sociais têm se reinventado, criando outras estratégias de luta e resistência como forma de superação.

O paradigma dos NMS permite afirmar que, é difícil haver um isolamento absoluto dos sujeitos em movimento, mesmo que estes realizem as suas ações combativas num determinado contexto geográfico restrito. Dentro do movimento existem sujeitos que se interconectam com outros grupos sociais defensores da mesma causa por meio das novas tecnologias de informação. Os movimento sociais não estão a parte das atuais transformações tecnológicas e sociais que vêm acontecendo por meio do fenômeno chamado globalização. A globalização está na ordem do dia e a tendência é que talvez, a longo prazo, todo o mundo incluindo os sujeitos que nele habitam, estejam globalizados, o que significa que, pelo menos sob ponto de vista imaterial, os movimentos sociais não ficarão isolados uns dos outros. Scherer-Warren (2006), revela também que existem dinâmicas dentro dos movimentos sociais e isso se dá no âmbito da informatização da sociedade. De acordo com esta autora:

> A realidade dos movimentos sociais é bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm acompanhado esse dinamismo. Com a globalização e a informatização da sociedade, os movimentos sociais em muitos países, inclusive no Brasil e em outros países da América Latina, tenderam a se diversificar e se complexificar (SCHERER-WARREN, 2006, p. 109),

Tendo em conta que os camponeses se inserem também na dinâmica dos movimentos sociais no âmbito das suas lutas e resistências contra a hegemonia do capital no campo, com base no paradigma dos NMS, é possível afirmar que, os camponeses partilham e fazem circular as informações através dos meios virtuais (e-mail, rede sociais [*facebook*, *WhatsApp*, etc.]). É possível também afirmar que, os camponeses e suas organizações, fazem política através de meios virtuais, quando o território material é politicamente controlado – "minado" e/ou "militarizado" por poderes hegemônicos (capital e/ou Estado). Embora os NMS tenham essa característica de produzir espaço de cidadania, uma sociedade cada vez mais consciente socialmente e culturalmente, cuja missão é romper com a ordem pré-estabelecida pela classe dominante, tal como os movimentos clássicos, eles têm suas dificuldades e limitações nas suas ações.

Assim, de acordo com Scherer-Warren (2014), por exemplo, faz saber que, os NMS não são hegemônicos nos territórios onde atuam. Neste entendimento, o que faz com que os NMS não sejam hegemônicos nas suas ações no campo, é a sua forma fragmentada de atuação e isto de acordo com Scherer-Warren (2014, p. 60) resulta da

dificuldade de aproximação, “dá-se quando se consideram dois movimentos que são, em última instância, marcados pela conotação de classe”. A autora explica ainda que “a maior dificuldade dá-se quando se consideram dois blocos de movimentos que são, em última análise, marcados por conotações” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 60). Para a autora, neste processo, nota-se que “de um lado estariam os movimentos sociais de base mais popular, e do outro, estariam aqueles mais típicos da classe média” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 60-61).

Muitas das vezes, essas conotações surgem quando são movimentos sociais com concepções diferentes de mundo, ou ainda quando não estão alinhados pelos mesmos princípios e/ou causas que ambos defendem. Estas conotações surgem quando determinadas organizações da sociedade civil são conotadas pela classe dominante (Estado e capitalistas). Mais do que uni-los, estas conotações apenas os fragmenta e, na maioria das vezes, essa situação enfraquece as lutas e resistências coletivas e, posteriormente, a promoção da justiça social no campo. Essas conotações dentro dos movimentos sociais são recorrentes em Moçambique e, na maioria das vezes, têm culminado com a fragmentação e fragilização das ações combativas contra a classe dominante.

A fragmentação e fragilização dos movimentos sociais, apenas beneficia a classe dominante, pois esta, tem aproveitado esta situação para consolidar as suas iniciativas no campo. Outra dificuldade enfrentada pelos NMS no contexto da sua atuação no campo, segundo Scherer-Warren (2014), está intrinsecamente relacionado com o fato destes não conseguirem com que os seus valores tradicionais alcancem toda a população ao ponto de serem apropriados por todos os sujeitos do campo. Para esta autora:

> [...] há dificuldade de penetração destes movimentos na sociedade civil como um todo, pelo menos para que enquanto movimento cultural consiga fazer com que os valores tradicionais sejam repensados por um contingente mais amplo da população (SCHERER-WARREN, 2014, p. 61).

Essa autora afirma ainda que a tensão entre os movimentos sociais só pode passar se a ver respeito pelas diversidades, partindo do princípio de que não têm objetivos e valores comuns. Para autora, a reaproximação dos movimentos sociais, pode fortalecer ainda mais as suas lutas e resistências, contribuindo assim para conquistas e/ou vitórias coletivas. Mesmo com as suas limitações, esta autora diz haver mudanças significativas na forma de “ser” e de “estar” dos movimentos sociais, pois têm deixado de lado as suas diferenças, mostrando-se cada vez mais abertos em partilhar suas visões e experiências nos encontros, sejam eles locais, regionais, nacionais e internacionais, procurando assim,

traçar ações coletivas. No caso moçambicano, são notórias estas mudanças no seio dos movimentos sociais, pois mesmo tendo missão, objetivos e visões que norteiam a sua existência sejam diferentes, eles têm formado redes de movimentos sociais para enfrentarem a classe dominante e nalguns casos, tem surtido efeitos positivos.

6.2. Da concepção classista à abordagem territorial dos movimento sociais

O território torna-se numa base para a compreensão dos conflitos sociais no campo. É no território onde se materializam as ações de diferentes grupos sociais, incluindo as dos movimentos sociais, os quais disputam-no com vista a apropriá-lo por forma a desenvolver as suas atividades. Sendo os movimentos sociais, sujeitos que estão na contramão de classe dominante, neste caso, o capital, esse cenário nos conduz, a conceber o território a partir da perspectiva classista.

Assim, o território surge como base para a expansão das lutas sociais no campo, enfim, é onde emergem e se fortalecem as lutas camponesas e dos movimentos sociais contra a classe dominante. Como diz Mondardo (2018, p. 106), ao conceituar o território "é necessário recuperar seu rigor analítico e político no sentido de torná-lo uma ferramenta para pensar e problematizar o campo das lutas e tensões, conflitos, antagonismos e resistências" e isso, só é possível se visto a partir da abordagem classista. É neste âmbito que abordagem territorial ganha âmago, sobretudo, para compreender as ações coletivas dos movimentos sociais.

O debate sobre o conceito de território dentro da ciência geográfica tem revelado ser inacabado. Este debate mais intenso na Geografia Agrária pelo fato da "questão agrária ser antes de outras implicações, um problema territorial" (FERNANDES, 2009, p. 1). A realidade tem revelado que, cada vez que o debate surge em torno do território, torna-se mais complexo. Esta complexidade surge pelo fato do conceito de território ser analisado sob várias perspectivas, entre elas: política, econômica, social, cultural, simbólica entre outras.

Dentro da Geografia, o território tem sido analisado e interpretado desde da vertente *material* ao *imaterial*. Por sua vez, o território enquanto categoria de análise, é visto também na vertente paradigmática, com base nos chamados "*territórios paradigmáticos*" (*cf*. Campos, 2012; Fernandes, 2014; Lima, 2016) como nova categoria analítica adicional ao debate sobre a questão agrária. Embora comecem aparecer novos conceitos dentro da Geografia Agrária, no debate em torno do território verifica-se também divergências teóricas de natureza analítica entre os estudiosos envolvidos.

Para dizer que, o próprio território enquanto categoria de análise geográfica, está também numa disputa paradigmática no debate acadêmico para a sua apropriação. Por muito tempo, dentro da Geografia houve uma confusão no uso do território enquanto categoria de análise, pois foi sendo confundido com o espaço geográfico. Essa confusão na conceituação do território, segundo Fernandes (2015, p. 11) tornou-o numa "categoria cara à Geografia". Sanando esses equívocos Raffestin (1993) esclarece que:

> Espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos. Utilizando-os indiferentemente, os geógrafos introduziram em suas análises algumas confusões notáveis. É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível (RAFESTIN, 2009, p. 26).

Dando continuidade com os esclarecimentos por forma a sanar a confusão analítica em volta deste conceito, o autor afirma que, "o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível" (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O território enquanto categoria de análise, passou a ser usado, em várias áreas do conhecimento, sobretudo, na sociologia, direito, ciência política, história, antropologia, a economia, etc.

Embora seja usado por outras áreas do conhecimento, a Geografia tem uma responsabilidade adicional ao usar o território como categoria de análise. Ao usar o território como categoria de análise, diferentemente de outros campos do saber, a Geografia procura desvendar e demonstrar as contradições que aí se dão, sobretudo, quando apropriado por diversas classes sociais. Em «*O dinheiro e o território*», Santos (2007) é incisivo quanto a isto. Para este autor:

> A geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história dos homens plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais eficaz para mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2007, p. 13).

Na mesma perspectiva Oliveira (2007b), sem desprezar as abordagens teóricas dos seus conterrâneos e colegas de formação, insta que, não é com o espaço (geográfico) enquanto categoria de análise que a Geografia deve se preocupar, mas sim, com o território. Duma forma contundente, o autor argumenta que:

> [...] antes quero registrar a minha posição em relação à visão que tenho da Geografia, pois correntes importantes discutem a questão do espaço, como é

> caso de intelectuais do porte de Milton Santos, Ruy Moreira e outros. Quero deixar claro que não faço parte dos geógrafos que vêem no espaço a problemática central do estudo da Geografia. A teoria do espaço da Geografia é uma das possibilidades e evidentemente eu não sou contra quem vai por esse caminho, mas não escolhi esse caminho para trilhar. Penso que a Geografia é a ciência que deve ter no centro das suas preocupações o território. É essa visão de território que eu quero destacar (OLIVEIRA, 2007, p. 7).

Na perspectiva de Saquet (2015b):

> O território pode ser compreendido como um contexto, como território-lugar ligado aos territórios-lugares por múltiplas relações que se (i)materializam em diferentes redes trans-multiescalares. É desconstruído e reproduzido incessantemente, num único processo histórico e relacional. Há sujeitos e, concomitantemente, transformações do ser em seu-ser-outro, que o contém e o condiciona (i)materialmente. Uma está no outro, no movimento de formação do território. Estamos e nós realizamos na interação social-cultural-espiritual com outros sujeitos-homens-animais, num vai-e-vem que se objetiva e subjetiva num único movimento, todos os dias, desterritorializando-se e reterritorializando-se constantemente a partir das temporalidades e territorialidades (SAQUET, 2015b, p. 111).

Autores como Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) concebem o território numa perspectiva social, mas numa visão multidimensional. Baseando-se na atual (des)ordem mundial, caracterizado pela constituição do sistema-mundo moderno-colonial, estes autores afirmam que "como geógrafos, entendemos que território numa perspectiva social que integra tanto a sua dimensão concreta, político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural identitária" (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12). Já Santos (2007) sugere que o território seja analisado sob perspectiva do território usado. Para este autor:

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamento de trabalho; o lugar da residência; das trocas materiais e espirituais e de exercício da vida. O território em si, não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. [...]. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2007, p. 15, itálicos do original).

Enquanto categoria analítica, o território usado tem um potencial político por se tratar da base material e simbólica dos povos. É onde as paixões, os interesses e ações humanas são materializadas. É também onde as relações sociais e produtivas se estabelecem e se materializam. Neste entendimento, o "território usado" passa a ser visto como o espaço onde ocorre a territorialidade humana. De realçar que, a territorialidade é instituída socialmente pelos sujeitos na sua forma de se relacionar com o espeço geográfico onde estão inseridos e com o seu entorno. Neste sentido, a territorialidade é aqui entendida como sendo:

> [...] um atributo humano, correspondendo as relações sociais de poder, que ocorrem tanto em nível pessoal, como de um grupo intencional, supondo controle sobre uma área ou um espaço: é uma estratégia para influenciar recursos, fenômenos, relações e pessoas (SAQUET, 2015b, p. 112).

Este autor, afirma ainda que a territorialidade deve ser vista:

> […] a) como **relações** sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como **práticas** espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas…) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias…). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (SAQUET, 2015, p. 107-108, grifos do original).

Num outro momento, Saquet (2011) sinaliza que o conceito de territorialidade pode ter distintos significados e interpretações. Para este autor:

> A territorialidade significa essas relações cristalizadas entre os sujeitos e destes com o seu lugar de vida. Os indivíduos interagem, de modo espacial, cultural e economicamente, e são essas relações que se condicionam que corresponde a territorialidade ou às territorialidades. A territorialidade corresponde a todas as relações sociais efetivadas pelos sujeitos entre si e com o espaço de vida; é marcada por elementos de mudanças e processos no movimento de territorialização que, por sua vez gera o território. A territorialidade corresponde às dimensões sociais do território, ou seja, às relações econômicas, políticas e culturais que os homens estabelecem entre si e com a natureza exterior, a territorialidade é relacional e significa relações de poder, redes de circulação e comunicação, identidades, dominação social, resistências, conflitos entre outros componentes que indicam relações sociais entre os sujeitos e entre esses com seu lugar de vida (SAQUET, 2011, p. 45-46).

Torna-se importante evidenciar que, onde ocorre a territorialidade humana, emergem relações afetivas e/ou sentimento de pertencimento com os lugares. Ao se territorializar, contraditoriamente, os homens produzem tanto novas territorialidades e identidades, como também desigualdades, diferenças e indiferenças. Saquet (2015b) afirma que quando há uma territorialidade humana:

> Estabelecemos relações afetivas, por exemplo, com os objetos de uso cotidiano e com as pessoas da nossa família, juntamente com noções de pertencimento a certo bairro, determinada rua e lugar-território. Os homens através dos seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam territorialidades, desigualdades, diferenças e identidades. Há uma sucessão de identidades, que se *cancelam* e se *desagregam,* deixando traços-características materiais e imateriais no território. Identidades, desigualdades e diferenças coexistem (SAQUET, 2015b, p. 114).

No entender de Haesbaert (2016, p. 87) “as formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela

propriedade da terra, mas a territorialidade também se manifesta de diversos outros contextos sociais". No caso moçambicano, a territorialidade humana se dá por meio da posse da terra; pela compra de imóveis rurais (e urbanos); pela ocupação e invasão de propriedades capitalistas nacionais e estrangeiros, no caso dos camponeses que lutam pelo acesso à terra; pela invasão e ocupação de espaços públicos e reservados pelo Estado; pelos reassentamentos resultantes da implementação de megaprojetos no campo dentre outras.

De todas as acepções que o conceito de território teve até aqui, há um consenso dentro da Geografia que (enquanto categoria de análise geográfica) é permeado por *relações de poder*. Para que o território seja produzido, é necessário que os sujeitos mantenham-no sob seu domínio ou controlo monopolístico. Isso significa dizer que, na produção do território estão imbricadas as relações de dominação (com base no poder), situação que desembocam na sua apropriação e no seu controlo político por diversos grupos que precisam dele para fins diversos. Haesbaert (2016) afirma que:

> [...] de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e de referência simbólica. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés de dominação, num sentido mais amplo, não apropriativo (HAESBAERT, 2016, p. 96).

Neste sentido, o território passa a ser um fragmento e/ou compartimento do espaço geográfico produzido pela sociedade. É daí que o território passa a ser "fruto de repartição e de organização" (GOTTMANN, 2012, p. 525). Se assumirmos que o território resulta da «*fragmentação e compartimentação do espaço geográfico*» (Santos, 2013) por meio de *ralações de poder*, então se está diante da noção dos *territórios do território* cunhados por Fernandes (2008).

Estes territórios do território são *recortes espaciais* feitos por um determinado grupo social dentro duma "nação" que se apropriando deles, produzem novos territórios inerentes a sua reprodução social. Logo, o território é sinônimo de Estado, pois é dentro dele que estão aglutinados os interesses de todas as classes sociais na sua forma diversificada. Fica evidente que o território (material e imaterial) não existe se não for apropriado pela sociedade. Para Saquet (2015b):

> As apropriações têm três significados principais: a) como posse, propriedade, controle, domínio individual e/ou coletivo por sujeitos presentes ou ausentes do espaço apropriado por meio de mecanismo e mediadores (i)materiais; (b), significa delimitação com ou sem precisão, parcelamento, divisão e; c) uso, interferência e utilização de objetos, instrumentos, máquinas, terras, ruas, edifícios, homens (!), enfim, do espaço e natureza. As apropriações e os

> domínios do espaço, mais estáveis ou efêmeros, depende das intenções, dos desejos, das aspirações, das metas, enfim, das relações sociais e das práticas espaço-temporais-territoriais, todas realizadas nas relações sociedade natureza (i)materializando-se também nas paisagens e nos lugares (SAQUET, 2015b, p. 108-109).

Neste sentido, quem dá vida ao território é a sociedade durante a sua constituição no espaço geográfico, sem sair dele, já que a sua reprodução social está dependente do seu uso. É por isso que o território acaba se configurando numa "prisão que os homens constroem para si" (Raffestin, 1993, p. 144) por ser um produto que estes mesmos "se dão para viver sobre e com a terra" (Raffestin, 2018, p. 11) durante a sua reprodução social. Raffestin (2018, p. 10) afirma que "o território é um instrumento pelo qual os homens, as comunidades, as sociedades tomam posse do mundo, transformam-no e destroem-no pouco a pouco, se dele não cuidam".

No contexto de lutas de classes, é quase impossível compreender uma determinada sociedade, sem que ela esteja inserida num determinado contexto geográfico, neste caso, no *território*. Em sociedades fundadas na base de lutas de classes, os sujeitos ou grupo social se instalam (e/ou são instalados) num determinado espaço geográfico. Na maioria das vezes, a territorialização dos sujeitos e/ou de grupos sociais se dá de forma precária e essa situação é Moçambique, sobretudo, quando as populações são reassentadas no âmbito dos megaprojetos e/ou de construção e ampliação de estradas, ferrovias, etc.

Haesbaert (2016, p. 20) é incisivo na sua abordagm e segundo este o autor "não há como definir um indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial". Aliás, o filósofo Aristóteles em «*A física»*, baseando-se no *princípio da geograficidade*, já avançava que, "o que não está em algum lugar, não existe". É aqui onde reside o "mito da desterritorialização" descrito por Haesbaert (2016). De acordo com este autor:

> O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. Território visto aqui numa [...] perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como processo de domínio (político-econômico) e/ou apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um recurso básico, territorializar-se (HAESBAERT, 2004, p. 16).

Juntando-se a este debate, Saquet (2015) acrescenta que quando ocorre o processo de desterritorialização:

> O território desaparece sem deixar de existir, pois sempre vivemos relações sociais, territorialidades: esse desaparecer é um acontecer em movimento. E a superação do conteúdo do território o contém. Deixa de existir, mas acontece,

> paradoxalmente. Esse processo se dá pelo concretizar das relações. Essas continuem o território e desfazem-no, reconstruindo-o (SAQUET, 2015, p. 162).

A construção/produção e destruição dos territórios se dá pela territorialização dos sujeitos em novos espaços geográficos, pois é lá onde começam tudo produzir novas relações sociais, novos espaços sociais. A territorialização implica a expansão de relações de poder sobre um determinado espaço geográfico conforme nos ensina Fernandes (2004). No caso proposto para ser estudado aqui, existem dois principais tipos de relações sociais no campo, sendo que a primeira é capitalista de produção (agronegócio) e a segunda, é não capitalista de produção (campesinato).

Historicamente, essas duas relações sociais têm estado constantemente em conflitos caracterizados por disputas territoriais e isto, se deve pela sua racionalidade produtiva e econômica. Neste entendimento, a expansão de uma determinada relação de poder sobre o espaço geográfico, inevitavelmente, levam a desterritorialização da outra e vice-versa. Enquanto de um lado o capital desterritorializa o campesinato, do outro, o recria. Para empreender uma acumulação ampliada, o capital precisa do camponês. Do camponês, o capital não obtém apenas a produção agrícola, mas também a força de trabalho assalariada.

Neste sentido, o camponês passa a ser elemento chave no processo de reprodução ampliada do capital. É por esta razão que durante a sua territorialização, o capital cria, destrói e recria o campesinato de diferentes formas. De realçar que, a recriação do campesinato pelo capital está relacionado com as rejeições aos projetos do agronegócio, ocupações das propriedades capitalistas, a realização da reforma agrária dentre outras formas de lutas e resistências. No caso das relações não capitalistas produção, por meio da territorialidade, os sujeitos ora desterritorializados no âmbito da territorialização do capital, tentam garantir a sua manutenção em outros territórios, se territorializando novamente. Neste sentido:

> Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporciona efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multi-escalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2016, p. 97).

A territorialidade camponesa, às vezes, se dá pela ocupação das propriedades dos capitalistas. Já no caso das relações capitalistas de produção, a territorialidade envolve sua a expansão em escala global por meio da invasão dos territórios camponeses, em que além de conquista-los, passa também a dominá-los e a controlá-los politicamente (e com

eles, os recursos naturais), nalgumas vezes, incluindo os camponeses locais. Para Saquet (2015) "entre os elementos centrais de sua narrativa estão as relações de dominação de homens por outros homens no processo de conquista e de permanência no comando de um principado e/ou área/território".

Já destruição dos territórios, se dá pela sua desterritorialização quando há uma nova territorialização. A territorialização leva também a destruição e construção de novos territórios e no contexto do desenvolvimento capitalista, esse processo é recorrente. Não são apenas as relações capitalistas de produção que destroem e constroem os territórios, tanto materiais como imateriais no âmbito da sua territorialização. Pelo contrário, as relações não capitalistas de produção também destroem os territórios, sejam eles, materiais ou imateriais no âmbito da sua territorialização.

Conforme Fernandes (2005, p. 31) "a construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território". A territorialidade feita pelo capital em outros lugares, leva o controlo monopolístico do território, o que significa que, os povos locais são excluídos por processo. É por isso que Oliveira (2004, p. 40) considera que "a constituição do território, é contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução". A territorialidade que se dá a partir do capital, nem sempre é pacífica. Sempre que ela ocorre num determinado lugar, os conflitos emergem também, na medida em que desterritorializa as práticas preexistentes. Para Oliveira (2004):

> [...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função regulação) (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

É por causa da sua ação contraditória que o capital é contestado com recorrência pelos movimentos sociais por onde se territorializa, cenário que se configura numa luta pelo uso do território. Essa situação faz emergir disputas territoriais e consequentemente, conflitos sociais, pois os movimentos sociais entram em cena. A disputa que acontece aqui, envolvendo classes sociais distintas, não é apenas por *territórios materiais*, muito pelo contrário, é também por *territórios imateriais*. Os territórios imateriais são produzido/construídos socialmente pelas classes sociais que têm visões de mundo diferente. Neste sentido,

> "o território imaterial é formado por ideias e pensamentos diversos: conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas, etc., que definem a leitura, o foco, a

> interpretação, a compreensão e, portanto, a explicação do objeto, tema ou questão" (FERNANDES, 2015, p. 209).

Com base nos elementos acima descritos, é possível afirmar que, é o território imaterial que gera o território material. Fernandes (2015) faz saber que:

> A produção do território material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. [...]. Essas produções são construídas nas formações sociespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais. [...]. E pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas, por exemplo (FERNANDES, 209-210).

Partindo do pressuposto o território material só pode existir com base no território imaterial, o processo de constituição/produção, apropriação/dominação e leitura/interpretação deste último, tem sido caracterizado por disputas territoriais e elevados conflitos sociais envolvendo classes sociais distintas (governos, capitalistas, movimentos sociais, camponeses, etc.) que têm a forma diferente de ver o mundo.

A disputa nos territórios imateriais acontece porque uma determinada classe social procura por meio das suas ideias e/ou ideologias políticas, dominar, cooptar, subalternizar, controlar, persuadir, influenciar, convencer, manipular e induzir a outra relação social para o seu território/mundo. Este processo é permeado por relações de poder. A classe dominante (capital, Estado, governos, etc.) é que tem se notabilizado na construção de ideologias que visam cooptar, dominar e controlar politicamente os territórios (i)materiais, mas na contramão, estão os movimentos sociais enquanto um grupo social subalterno, onde sempre que se sente ameaçada, aparece a contestar, lutando e resistindo de diversas maneiras.

Ao lutar e resistir, os movimentos sociais têm procurado desterritorializar as ideias do mundo capitalista, ou como prefere Martins (1980) "o modo capitalista de pensar". Ao desterritorializar o "modo capitalista de pensar", os movimentos sociais procuram implantar uma nova ordem social no território (i)material, baseando-se no que podemos chamar de no "modo campesinista de pensar" enquanto uma forma de construção/produção e leitura/interpretação do mundo.

Essa disputa revela que os territórios imateriais enquanto categoria analítica, eles têm um potencial político muito forte, pois diversas classes sociais, fazem o uso destes enquanto espaço político para fazer política no mundo das ideias. Para Fernandes (2015, p. 210) "o território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política". Os territórios imateriais são vistos como a base explicativa de todos outros territórios. Nesta tentativa de explicação de outros territórios, emergem também

disputas paradigmáticas pelo seu controlo, apropriação e dominação dos territórios imateriais enquanto um mundo de ideias, de ideologias, de conceitos, método, metodologia pelas classes sociais. Para Fernandes (2015):

> Os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think tanks*. É impossível, pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos que pensam os territórios (FERNANDES, 2015, p. 211 itálicos do original).

Os movimentos sociais têm no território (i) materiais o seu maior trunfo, por isso, por isso, cada conquista é uma vitória para eles. Quando um movimento social ocupa uma propriedade, ele está a territorializar a sua ação. No contexto do desenvolvimento capitalista, é no território (i)material onde desembocam todas as contradições e as lutas de classes, disputando-o para o seu uso. Em «*Território, classe e movimentos sociais no campo*», Fabrini (2011) traz uma brilhante contribuição em volta da relação intrínseca entre o território e os movimentos sociais. O autor, mostra que é no território onde ocorre a transferência do poder e o controlo do espaço geográfico pelos diferentes sujeitos ou grupos sociais que lutam para a partir dele, materializarem os seus intentos. É aí onde também os movimentos sociais e as lutas e resistências camponesas se fortalecem contra a hegemonia do capital. De acordo com autor:

> Existe forte conexão entre território e movimentos sociais, pois ambas as categorias estão relacionadas à transferência das decisões de cúpulas estatais, empresariais e partidárias para a base da sociedade civil organizada. A transferência de poder para a base pode se comunicar com a doutrina liberal, pois os próprios sujeitos, investidos de poder e controle sobre o espaço, se encarregam de resolver seus problemas, forjando uma desobrigação estatal. Entretanto, as decisões na base e a dimensão territorial, concebida numa perspectiva classista, servem para fortalecer os movimentos sociais, lutas e resistências camponesas contra a hegemonia capitalista. Assim, dependendo da ótica da abordagem, o território pode reforçar ou negar a ordem mercadológica (FABRINI, 2011, p. 97).

Na perspectiva de Oliveira (2004):

> O território é assim o produto concreto das lutas de classe travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] as relações na sociedade de classes são tensas, conflituosas e as classes opostas, ou setores de uma mesma classe, entram em conflito direto. Por exemplo, quando os movimentos sociais ocupam uma propriedade privada, eles estão fazendo exatamente isso, ou seja, eles estão se confrontando com outra classe que são as classes dos proprietários de terra (OLIVEIRA, 2007, p. 3).

É neste âmbito que abordagem territorial ganha âmago no debate sobre os movimentos sociais. Quando um movimento social ocupa uma propriedade, significa que está a territorializar a sua ação. A territorialização da sua ação, significa ao mesmo tempo

a produção de um novo território (i)material com base nas suas aspirações, intenções, interesses, objetivos, etc. É neste viés que surgem os "movimentos socioterritoriais" cunhados por Fernandes (2005).

Ao adentrar neste debate, o autor firma que pretendia elaborar uma matriz teórica que permitisse "compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos" (FERNANDES, 2005, p. 31). Esse autor, veio confirmar que território (material e imaterial) e os movimentos sociais como são categorias se interconectam espacialmente.

No entender do autor, "os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência e criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios" (FERNANDES, 2005, p. 31). Este autor mostra ainda que é no território onde desembocam as contradições socioterritoriais e; que é ai onde os sujeitos se fortalecem, ganham a sua emancipação social, avançando com as suas ações coletivas em termos de lutas e resistências contra os que ameaçam a sua existência.

6.3. Movimentos sociais e lutas camponesas no Corredor de Nacala

O debate em torno dos movimentos sociais na academia não é tão intenso como acontece em outros países do mundo, embora localmente se observe um processo galopante de expansão desigual e contraditória das relações capitalistas de produção no campo. Na Geografia moçambicana, o debate em torno dos movimentos sociais, é quase inexistente. A realidade permite afirmar que embora tenham um papel muito importante na democratização do espaço geográfico e na construção de um projeto transformador dentro da sociedade, os movimentos sociais não aparecem como temática e/ou categoria de análise nos estudos elaborados por geógrafos/as.

A tese de doutorado de Langa (2017), defendida no campo da Geografia na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus Presidente Prudente/SP, veio apenas confirmar este fato. Embora a preocupação do autor tenha sido a de estudar a epistemologia da geografia moçambicana, a "nuvem" de palavras criada por este autor, usando as teses defendidas por geógrafos nos últimos 30 anos, não aparece nenhuma palavra relacionada com movimentos sociais (*cf*. LANGA, 2017).

Dos poucos estudos existentes sobre os movimentos sociais em Moçambique, na sua maioria escritos por sociólogos, economistas e politólogos. De realçar que, quando analisados por estes autores (*cf*. Mosca, 2015; Mandamule & Bruna, 2017; Chichaava,

2017), as abordagens sobre os movimentos sociais não têm sido feiras sob perspectiva territorial. A abordagem territorial dos movimentos sociais permite compreender como estes sujeitos em movimento se fortalecem e como ganham a sua emancipação durante as suas ações coletivas contra a classe dominante.

No Corredor de Nacala esse fortalecimento e essa emancipação dos movimentos sociais a partir do território é visível, sobretudo, quando as suas ações moblizadoras e combativas contra a classe dominante são feitas a partir das bases. Aí se compreende como é que, por exemplo, o território e os sujeitos em movimento se interconectam. As afirmações dos camponeses segundo as quais, essa "terra é minha", "essa terra é nossa", "essa terra é/era da minha avó" e/ou "é/era dos nossos avôs" ou ainda quando os movimentos sociais em defesa dos excluidos e dos subalternos dizem essa "terra é dos (e/ou pertence aos) camponeses", são apenas alguns exemplos dessa interconexão dos sujeitos em movimento com o território.

Quando os sujeitos em movimento no Corredor de Nacala afirmam, por exemplo, que "essa terra é nossa", que "essa terra é/era da nossa avô" e/ou que "essa terra é/era dos nossos dos avôs" ou ainda que "essa terra é dos (e/ou pertencem aos) camponeses", imaterialmente, eles estão delimitando os espaços a partir das suas ações combativas contra a classe dominante. Materialmente, essas ações se concretizam quando os sujeitos em movimento ocupam tais espaços ora delimitados.

Há, portanto, uma apropriação do espaço geográfico pelos sujeitos em movimento, na medida em que se identificam com ele ao delimitá-lo. Se há uma apropriação do espaço pelos sujeitos em movimento, significa que se está diante da materialização de relações de poder. Logo, (i)materialmente, se está diante de uma disputa territorial envolvendo grupos sociais que lutam paradigmaticamente para se apropriar de uma porção de terra para a materialização dos seus interesses ou objetivos.

Em Moçambique, a soberania é prerrogativa constitucional e está explícito que "a soberania reside no povo[191]. Não obstante, a soberania popular é afrontada dia-pós-dia pelas corporações estrangeiras que invadem os territórios camponeses e, na maioria das vezes, acontece por conivência do Estado, o mesmo que deveria fazer valer a constituição e as demais leis na defesa dos interesses da "nação". Ainda na Constituição da República, está explícito que "o povo moçambicano exerce sua soberania segundo as formas fixadas

[191] Cfr. Artigo 2, número 1.

na constituição[192]" e uma destas formas, é a sua luta e resistência dos camponeses em casos de verem ameaçada a sua soberania por forças externas, sobretudo, o capital.

Igualmente, a Constituição da República proclama que "a República de Moçambique valoriza a luta heróica e a resistência secular do povo moçambicano contra a dominação estrangeira[193]" em seus territórios. A Constituição da República assevera ainda que "a República de Moçambique reconhece e valoriza os sacrifícios daqueles consagraram as suas vidas à luta de libertação nacional, à defesa da soberania e da democracia[194]". Baseando-se neste princípio constitucional, os movimentos sociais têm se nutrido os ideais revolucionários de Samora Machel, gritando de voz viva que, *a luta em defesa dos interesses soberanos dos povos, continua*, numa clara declaração a guerra contra a territorialização de monopólios (e/ou corporações) no campo, por entenderem que são e/ou constituem uma ameaça à soberania secular dos camponeses. A foto 51 mostra os movimentos sociais contestando o ProSAVANA e defendendo a soberania alimantar (dos camponeses) em Moçambique.

Foto 51. Movimentos sociais em defesa da soberania alimentar em Moçambique

Fonte: Acervo particular da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» (2020)

Os movimentos sociais têm lutado e resistido de diversas maneiras contra a consolidação do agronegócio ao longo do Corredor de Nacala. A monocultura, associada ao modelo agrário/agrícola do agronegócio em expansão no Corredor de Nacala, é vista pelos movimentos sociais como sendo uma afronta aos saberes e valores seculares dos

[192] Cfr. Artigo 2, número 2.
[193] Cfr. Artigo 14.
[194] Cfr. Artigo 15, número 1.

camponeses, na medida em que não ocorre apenas a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, mas também introduz novos usos dos territórios e com eles, uma nova forma de trabalhar a terra e de fazer agricultura. Com a entrada do agronegócio no Corredor de Nacala, o conteúdo e a paisagem altera significativamente, passando assim, a ser dominado por monoculturas e esse cenário. Há territórios dentro do Corredor de Nacala que estão a ser governados pelos "dinheiros" internacionalizados que entram pelas cooperações capitalistas, o que de algum modo, simboliza uma afronta a segurança territorial. Embora em Moçambique vigore a propriedade estatal da terra, o debate sobre a venda de terras, está cada vez mais (in)tenso e no seio dos acadêmicos, há um entendimento de que este fenômeno existe de fato.

Defendem que a existência do mercado de terras no país, deve-se a corrupção real das elites políticas e a conivência do Estado ao capital. Sempre que se territorializa uma determinada corporação agrícola no Corredor de Nacala, os movimentos sociais correm atrás de informações sobre a sua origem e o que pretende e, logo depois, eles entram em cena, lutando e resistindo contra a homogeneização dos territórios por meio de *commodities*. Foi assim que aconteceu com o ProSAVANA, sobretudo, após a sua territorialização no Corredor de Nacala. Tantos outros programas em curso e, em processo de efetivação nestes território, foram sendo acompanhados por fortes contestações populares. Igualmente, os movimentos sociais têm afirmado que ao entrarem no Corredor de Nacala, as corporações agrícolas têm procurado manter o controlo monopolístico dos processos produtivos e com eles, toda a produção agropecuária. A isto, Oliveira (2014) chamou "territorialização de monopólios na agricultura". Para este autor:

> A territorialização de monopólios atua, simultaneamente, controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento da produção agropecuária e florestal (silvicultura). [...]. Assim, o processo de territorialização do monopólio nasce, simultaneamente, do controle da produção imediata e da circulação (OLIVEIRA, 2014, p. 30-31).

Estas mesmas multinacionais são criticadas e acusadas pelos movimentos sociais de engendrarem a monopolização do território, subalternizando os camponeses, fazendo assim, circular no mundo a produção camponesa, como se fossem produto do próprio capital. A este tipo de atuação do capital Oliveira (2014) chamou de "monopolização do território na agricultura". Para este autor:

> A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2014, p. 49).

Por sua vez, os movimentos sociais têm criticado e acusado as multinacionais de pretenderem controlar a indústria de sementes e agroquímicos e entre outros pacotes tecnológicos usados na produção agropecuária. Os movimentos sociais olham para a expansão das sementes híbridas e transgênicas (OGM´s) e de agroquímicos (agrotóxicos diversos) no país como uma forma das multinacionais pretenderem manter o controlo destes pacotes tecnológicos. A isto, Oliveira (2014) chamou de "controlo monopolístico do território" na agricultura. Segundo explica o autor:

> As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo e, às vezes, controlam os agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o **controlo monopolístico do território** (***monopolistc crontrol of the territory***) (OLIVEIRA, 2014, p. 49, grifos e itálicos do original).

Faz saber ainda que, nem sempre ocorre a territorialização física destes monopólios. Estes monopólios, garantem acumulação ampliada do capital, fazendo circular a sua mercadoria sem se territorializar, o que significa que, os pacotes tecnológicos usados na produção agrícola, podem ser compradas da fonte por via de encomenda a partir da *internet*. O negócio entre quem precisa das mercadorias e as multinacionais produtoras destas, é feito virtualmente. Por sua vez, explica que este processo permite também que os capitalistas nacionais que detém o controlo de terras, estabeleçam alianças com o capital estrangeiro para de forma conjunta, avançarem com a exploração capitalistas das mesmas, expandindo *commodities* agrícolas.

A preocupação dos movimentos sociais até um porto ponto faz sentido, pois em alguns países do mundo, sobretudo, latino-americanos, a sua soberania viu-se ameaçada com a territorialização de multinacionais (que são ao mesmo tempo monopólios) na sua agricultura. Na medida em que este monopólios foram se territorializando, iam capturando terras por via compra. Os estudos de Fernandes (2008a. 2009) são reveladores de que na América Central e na América do Sul, a territorialização de monopólios na agricultura, ameaçou a soberania destas "nações".

Este autor, explica que em relação a América Central, a territorialização destes monopólios na agricultura se deu a partir dos meados do século XX, onde extensas áreas de terras foram sendo ocupadas por empresas norte-americanas para a produção de bananas. Como resultado direto da presença de corporações capitalistas na América Central, surgiu a chamada "república das bananas" e isto justificou-se pela especialização dos territórios para a produção duma única cultura demandado por interesses externos, neste caso, as bananas (*cf*. FERNANDES, 2009). Já na América do Sul, o autor faz saber

que, a partir do final do século XX, extensas áreas de terras foram sendo ocupadas por corporações estrangeiras para a produção de soja e o conjunto dessas áreas ficou conhecido popularmente como "república da soja". Os países que compunham a "república da soja" segundo o autor, são a Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil (*cf*. FERNANDES, 2009). No caso brasileiro, o autor revela que a soberania brasileira vem sendo ameaça a várias décadas por causa da territorialização de multinacionais como a Cargill, Bengoa, Brenco, Syngenta e entre outras empresas (*cf*. FERNANDES; 2008a).

Na agricultura moçambicana, a territorialização de monopólios e a monopolização dos territórios, embora vigore o regime estatal de propriedade de terra, tem se tornado cada vez mais evidente nos últimos anos. Por causa da recorrente captura de extensas terras por via concessões feitas por Estado, às vezes, sem nenhuma transparência, corre-se o risco já de um dia haver em uma "república de qualquer coisa", como resultado da apropriação e controlo monopolístico do território pelas corporações estrangeiras.

O ProSAVANA caso seja decretada a sua implementação efetiva e o PEDEC, são programas que demonstram essa intensão de transformar o Corredor de Nacala num campo de produção de *commodities* de interesse do mercado global, sendo a soja, a principal mercadoria. A ideia do presidente Filipe Nyusi anunciada durante a campanha eleitoral em Outubro de 2019, no distrito de Massingir, segundo a qual pretende "transformar Moçambique numa superpotência agro-industrial do mundo", pode contribuir para o aparecimento de "algumas repúblicas" dentro do território nacional como aconteceu na América Central e na América Latina.

A «*Campanha Nacional de Fiscalização de Terras*», realizada pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), no ano de 2018, apenas veio confirmar as constatações de alguns acadêmicos e as críticas feitos pelos movimentos sociais, sobretudo, da União Nacional de Camponeses (UNAC) e da Aliança da Sociedade Civil Contra a Usurpação de Terras em Moçambique (ASCUT) de que as corporações agrícolas que operam no país, detém grandes áreas de terras, sendo que maior parte delas, não são exploradas devidamente conforme os planos de exploração. A territorialização de monopólios na agricultura moçambicana, tem demandado disputas pelo uso dos territórios e com eles, os recursos naturais aí presentes, tanto do solo como do sobsolo.

Além de expropriar expulsar os camponeses das suas terras e por conseguinte, explorá-los, desta vez, na condição da força de trabalho assalariada, a territorialização do capital no Corredor de Nacala avança, destruindo os saberes, sabores, valores viveres

tradicionais, enfim, o modo de vida camponês. Essa situação tem forçado os movimentos sociais a entrarem em cena, lutando e resistndo contra a entrada do capital nos territórios camponeses. Nos dias atuais, o campo moçambicano tem sido ingovernável e isto, deve-se a elevada concentração de terras, nas mãos das corporações capitalistas, das elites frelimistas e dos burocratas nacionais.

Esse cenário é evidente no Corredor de Nacala onde fluem os interesses das elites frelimistas, dos capitalistas nacionais e do capital internacional. A maior de concentração de terras nas mãos de pequenos grupos, de violência e de conflito sociais no país, forçaram a Igreja Católica a tomar um posicionamento em defesa dos mais pobres e dos excluídos do campo. Embora o seu pronunciamento tenha sido geral, usando a chamada "teologia da libertação", a Igreja Católica através de uma "carta pastoral", realçou que a terra em Moçambique está a tornar-se problema para os mais pobres por causa da entrada massiva do capital no campo. Nesta carta pastoral, por exemplo, a Igreja Católica refere que:

> A terra em Moçambique está a tornar-se uma fonte de problemas, principalmente para as comunidades locais dependentes da terra para a sua sobrevivência, 90% da qual, é ocupada por prática costumeira, modelo de ocupação de terra reconhecido pela Lei de Terras [...]. Em todas as províncias do país, estão a surgir conflitos por causa da terra, com a chegada dos mega-projetos ou outras empresas e investimentos ligados a ele. [...]. A terra é um bem cobiçado que se torna raro para o moçambicano, tanto no meio rural como nas cidades. [...]. O desconhecimento dos direitos e deveres está a forçar as comunidades locais a abandonarem as suas terras, para favorecer os investidores público-privados[195]

Para a Igreja Católica, o problema é o modelo agrário em curso no país. Esta instituição religiosa entende que atualmente, em Moçambique nota-se "a ausência de uma ecologia integral e de um modelo de desenvolvimento que respeite a integração de todos, particularmente dos mais frágeis[196]" e no seu entender, isto é perigoso sob ponto de vista socioambiental. No entanto, a Igreja Católica convida a sociedade moçambicana a se mobilizar para se "refletir sobre o modelo de desenvolvimento que sustenta estas políticas, a sua autenticidade e justiça[197]". E continua:

> O modelo econômico que vigora no país é cada vez mais capitalista-consumista. A economia neoliberal e a globalização impulsionam-nos a consumir cada vez mais produtos de que, até agora, não precisávamos e que substituem os nossos tradicionais [..]. O consumo massivo significa produção massiva e produção massiva significa esgotamento rápido de recursos naturais não renováveis. E mesmo aqueles que são renováveis necessitam de longos

[195] Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/interesses-obscuros-causam-conflitos-de-terras-em-mo%C3%A7ambique-diz-igreja-cat%C3%B3lica/a-38684159. Acesso: 07/02/2019.
[196] Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/interesses-obscuros-causam-conflitos-de-terras-em-mo%C3%A7ambique-diz-igreja-cat%C3%B3lica/a-38684159. Acesso: 07/02/2019.
[197] Disponível em: http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/37882. Acesso: 08/02/2019.

> períodos para a sua recuperação. Este modelo de desenvolvimento não está a ajudar-nos a proteger e cuidar da terra, nossa casa comum[198]

Desta forma, a Igreja Católica se aliava aos posicionamentos dos movimentos sociais que têm criticado o Estado por causa dos altos níveis de concentração de terras no país e de forma particular, no Corredor de Nacala, cuja ocupação por grandes corporações agrícolas foi fraudulenta. Para que se restabeleça a justiça social no campo, a Igreja Católica propõem a realização da Reforma Agrária em Moçambique em face dos altos níveis de concentração de terras e da exclusão social no país e se explica:

> Em 2025, celebraremos os 50 anos da nossa independência. A melhor maneira de os celebrar poderia ser começar já uma efetiva reforma agrária, para corrigir os impactos negativos que as políticas económicas e agrárias atuais estão a causar nas comunidades rurais e em todo o país. Poderia ser uma reforma agrária e social que reconciliasse todos os moçambicanos como membros de um mesmo povo e nação, libertados da opressão de colonizadores, que permitisse a distribuição equitativa das riquezas que Deus deu a Moçambique para o usufruto de todos[199].

Tendo em conta a situação atual com campo, há uma necessidade para avançar-se com o processo de *democratização do campo*, e a proposta da Igreja Católica de realizar-se a reforma agrária, pode ser uma via. Os movimentos sociais já têm seus "inimigos" previamente identificados: corporações capitalistas, o Estado, governo suportado pelo partido no poder (a FRELIMO) e as autoridades tradicionais (líderes comunitários e régulos). Se são "inimigos" dos movimentos sociais, significa que representam uma ameaça para os camponeses, daí a necessidade de combatê-los coletivamente para que não façam mais vítimas no campo.

As corporações capitalistas têm sido questionadas pelos movimentos sociais por expropriar e expulsar os camponeses dos seus territórios, como também por subalternizar/sujeitar e jogar os camponeses para o mercado, onde o próprio capital mantém o controlo monopolístico. Estas corporações passam também a ser questionadas pelos movimentos sociais por estar a explorar os mesmos camponeses que os expropriou no âmbito da sua territorialização, sobretudo, quando os transformou em força de trabalho assalariada a seu serviço.

Além disso, as corporações capitalistas tornam-se "inimigas" dos movimentos sociais por estar a transformar os sistemas (agro)alimentares no país, sobretudo, ao introduzir sementes laboratoriais (híbridas e OGM´s) nos processos produtivos; por contaminar terras e culturas camponesas e, posteriormente, por intoxicar pelos com

[198] Disponível em: http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/37882. Acesso: 08/02/2019.
[199] Disponível em: http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/37882. Acesso em: 08/02/2019.

agrotóxicos usados na produção agropecuária. São questionadas também por contaminar terras camponesas e a produção familiar, como também por intoxicar as pessoas durante a pulverização aréa nas lavouras.

Igualmente, as corporações capitalistas são alvos de contestações por destruirem florestas nativas para a expansão de monoculturas e por ocasionar a diminuição dos níveis das águas nos rios e os movimentos sociais entendem que tais práticas colocam em risco a existência de milhares de famílias camponesas pelo fato dos seus meios de sobrevivência estar em a serem destruídos. As monoculturas de eucaliptos segundo os movimentos sociais são as que mais trazem sofrimento para as famílias camponesas, pois ao se expandirem, tiram quase tudo aos sujeitos do campo, como, por exemplo, a terra, a água, espaços de uso como (florestas, lugares sagrados, pastos de animais, etc.).

A Livaningo, a Justiça Ambietal e a UNAC em seu relatório publicado em 2016, recomendaram ao Estado para tomar providências no sentido de colocar na legislação moçambicana uma distância míminia que deve ser considerada no processo de plantação de eucaliptos em relação aos cursos das bacias hidrográficas, tendo, por exemplo, sugerido 50 metros. Embora estas organizações não tenham mencionado neste relatório, há também uma necessidade de haver, por exemplo, uma distância mínima entre as monoculturas de eucaliptos e as áreas habitacionais.

As monoculturas de eucaliptos como foi referido no capítulo anterior, representarem riscos para as famílias camponesas que vivem e produzem nas proximidades destas plantações, na medida em que têm albergado animais ferrozes, como, por exemplo, serpentes venenosas. Acrescenta-se também a distância mínima entre as propriedades das empresas do agronegócio que usam o sistema aéreo de pulverização das lavouras com as áreas habitacionais para evitar acidentes, como os que têm acontecido em Lioma, onde opera a *AgroMoz* em que durantes as atividades o avião passa por cima das casas das famílias camponesas e das machambas a deixar cair gotas de agrotóxicos por cima delas.

A esses respeito, os movimentos sociais têm destacado ainda que as ações dos capitalistas são insustenáveis em termos socioambientais, pois além de pôr em risco a saúde das pessoas, colocam os territórios cada vez mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas. As alegação dos movimentos sociais, cientificamente, estão comprovado, pois o desmatamento das florestas nativas para a expansão de *commodities* agrícolas é visto como uma ameaça para a biodiversidade biológica e a própria permanência da espécie humana.

Outrossim, as corporações capitalistas têm sido contestadas pelos movimentos sociais por não cumprirem com as promessas feitas no âmbito das consultas comunitárias, como, por exemplo, o pagamento de indenização, geração de postos de emprego para os membros das comunidades, construção de casas e de infra-estruturas sociais tais como, escolas, hospitais, abertura de furos de água conforme estabelece a Constituição da República, o decreto sobre os reassentamentos populacionais resultantes de atividades econômicas, a própria Lei de Terras – Lei n° 19/97 e entre outros instrumentos legais.

Já o Estado, por ser ele quem faz as concessões de terras às grandes corporações, tem sido severamente criticado e contestado pelos movimentos sociais. O interesse pela promoção do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Corredor de Nacala com alegações de alcançar o desenvolvimento, não só demandou o concessionamento de extensas áreas de terras as grandes corporações capitalistas, mas também abriu espaço para a perpetuação das injustiças sociais no campo. Quando são realizadas as concessões de terras paras as corporações capitalistas, nota-se a sobreposição dos interesses. Os interesses das corporações capitalistas se sobrepõe aos dos camponeses.

A concessão da *Lúrio Green Resources*, nos distritos de Lalaua, Mecuburi e Ribaué, é o exemplo de muitos casos (de sobreposição) que aconteceram no país. As ilegalidades, às vezes, são cometidas propositadamente pelas autoridades governamentais, enfim, gestores da máquina (e/ou do aparelho) estatal. Na maioria das vezes, os agentes do Estado, geram conflitos por causa dos seus interesses pela extração de renda (diferencial) da terra junto com o capital e isso se verifica quando estes concessionam terras que são utilizado pelos camponeses para vários fins.

Na Constituição da República, por exemplo, está proclamado que "o Estado é responsável pelos danos causados por atos ilegais dos seus agentes, no exercício das suas funções[200]". Paradoxalmente, este postulado constitucional nem sempre o Estado se responsabilizado pelos seus altos ilegais e muito menos por aqueles praticados pelos seus agentes e pode-se inferir que, tais ilegalidades acontecem porque os seus praticantes são as próprias elites frelimistas. Por sua vez, essa responsabilização não acontece por serem empresários com fortes ligações com o próprio partido FRELIMO.

Há evidências de que grande parte das concessões de terras feitas ao longo do Corredor de Nacala as corporações agrícolas, as quais culminaram com a expropriação e expulsão dos camponeses dos seus territórios, são ilegais. O Estado tem sido questionado

[200] Cfr. Artigo 58, número 2 da Constituição da República de Moçambique.

e acusado pelos movimentos sociais pelo fato deste concessionar grandes extensões de terras sem, no entanto, a realização de uma auscultação pública acompanhado por um debate democrático e inclusiva.

Para os movimentos sociais, programas de maior dimensão, como, por exemplo, o ProSAVANA antes do Estado autorizar a concessão de terras para a sua implementação, devem passar por uma discussão mais ampla e inclusiva, pois a sua efetivação é uma ameaça à soberania popular. A violência em áreas de implementação de megaprojetos agrícolas ao longo do Corredor de Nacala, é um dado real. A expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, tanto para a implementação de programas atrelados ao agronegócio como para a construção de ferrovias sem indenização, faz parte desta violência. O reassentamento das famílias camponesas em áreas precárias e impróprias para a sua reprodução social, também faz parte desta violência. Os dados estatísticos oficiais referentes a violência no campo, são quase inexistente no país.

Das poucas informações existentes sobre a violência no campo, são reportadas por alguns estudos e alguma mídia privada. Não há dados estatísticos oficiais referentes a violência no campo porque as instituições criadas pelo Estado para colher dados relacionados com conflitos de terras no campo, na sua maioria estão inoperacionais e segundo, é por falta de interesse em revelar estas informações. A inoperância das instituições do Estado, em parte tem a ver com a falta de pessoas qualificadas e/ou tecnicamente treinadas para o levantamento de dados estatísticos sobre os conflitos de terras e, segundo, porque algumas terras m disputas no campo, estão nas mãos das elites frelimistas e alguns burocratas da administração pública.

As famílias camponesas visitadas ao longo do Corredor de Nacala, estão em conflito permanente com as empresas agrícolas, pois alegam que foram expropriados e expulsos. Muitos estudos (*cf*. Mandamule & Bruna, 2017; Smart & Hanlon, 2014; Selemane, 2017; Mandamule, 2017b) têm confirmado tal fato, mas quase nada é feito pelo Estado, no sentido de "acudir" os conflitos de terras e as disputas territoriais ao longo do Corredor de Nacala. Por sua vez, muitos relatórios (*cf*. Justiça Ambiental, 2011; UNAC & GRAIN, 2015; Livaningo, Justiça Ambiental & UNAC, 2016; ASCUT, 2017), revelam ainda a ausência do Estado na resolução dos conflitos de terras e disputas territoriais envolvendo os camponeses e as corporações do agronegócio.

Os casos mais conhecidos no país em que o Estado esteve ausente, envolvem as empresas agrícolas, *AgroMoz* que produz soja e milho na localidade de Lioma e a *Hoyo-Hoyo* que produz soja e milho, em Ruace, respetivamente; a *MOZACO*, que produz soja

e algodão, no distrito de Malema; a *Matharia Empreendimentos* que produz soja e milho e a *Lúrio Green Rseources (LGR)* que viabiliza o agronegócio de eucaliptos nos distritos de Lalaua, Mecuburi, Ribaué, respectivamente; a *Matanuska* que viabilizar o agronegócio de Banana, na localidade de Nacololo, no distrito de Monapo, pois a territorialização destas empresas, culminaram com a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, às vezes, sem nenhuma indenização.

Quando os camponeses se levantam contra as empresas, são reprimidos e violentados pelas forças policiais, neste caso, a Polícia da República de Moçambique (PRM) que aparece na defesa dos interesses do capital. Mosca (2015, p. 68) afirma que "quando há conflitos, o Estado surge do lado das multinacionais e, se necessário, com forças policiais repressivas". As acusações e críticas que pesam sobre o Estado são várias e são feitas por diversos atores sociais. Se para Bruna (2017) o Estado se encontra num estágio avançado de instrumentalização pelo capital multinacional, para Mosca (2019), o Estado é conivente a este mesmo capital multinacional.

Mosca (2014, p. 13) é contundente nas suas palavras e afirma, no entanto, que em vez de defender os interesses das populações o Estado surge como o instrumento de um sistema de capitalismo monopolista em formação, capturado por interesses externos com benefícios minoritários para os que, direta e indiretamente, decidem sobre os licenciamentos". Em alguns setores da sociedade civil tem havido afirmações segundo as quais, o Estado foi capturado pelos interesses do capitalismo global. O incumprimento das suas obrigações como fiscalizador e o garante do comprimento da Constituição da República e das demais legislações em vigor no país, são para alguns segmentos sociais, sintomas de que o Estado foi capturado pelos interesses do capital. A ideia de luta de classes torna-se importante para compreender a forma, natureza e a atuação do Estado na resolução de conflitos de terras no Corredor de Nacala.

Se o papel do Estado é proteger e defender os interesses soberanos dos camponeses numa situação de insegurança e de ameaça de expropriação e expulsão pelo capital, a realidade mostra ao contrário. A dinâmica da relação do Estado com a sociedade em Moçambique, é determinada pelo grau de interesses de quem gere o próprio aparelho do Estado. Significa que, quanto maior forem os interesses de grupos dentro do aparelho do Estado, maior será a debilidade deste na resolução dos conflitos de terras e na promoção da justiça social. ASCUT (2017) descreve que:

> Os problemas dos conflitos sobre terras que envolvem investidores de grande escala [e os camponeses], são majoritariamente, consequência de uma débil

> governação da terra, no qual as regras e os compromissos relativos as consultas comunitárias são de modo geral, ignorados, deserepeitados ou mal conduzidos. [...]. Neste contexto, de forma consistente, as populações rurais detentoras primárias dos direitos de uso e aproveitamento da terra, por se tratarem de grupos sociais fracos e sem poder, são expostas a perda de seus direitos e suas terras à favor dos investidores (ASCUT, 2017, p. 60).

Já o governo, é contestado pelos mesmos motivos, pois, é quem faz as negociações com os capitalistas estrangeiros para a exploração capitalista da terra, como também para a exploração dos recursos naturais do solo e do sobsolo, situação que desemboca em conflitos sociais por causa da não observância da legislação nacional. Os movimentos sociais têm questionado e criticado a forma como as concessões de terras são feitas após as negociações entre o governo e os investidores. Há um entendimento por parte dos movimentos sociais segundo o qual, as fraudes no processo de atribuição dos DUAT´s aos investidores, está relacionado com a falta de transparência, corrupção e manipulação de informações durante a consultas comunitárias. Além disso, os movimentos sociais entendem que os interesses por parte as elites frelimistas e a burocracia estatal moçambicana, estão por de traz dos conflitos sociais e das disputas territoriais, envolvendo camponeses e corporações agrícola no Corredor de Nacala. A esse respeito, ASCUT (2017) elucida que:

> O governo pouco faz para acompanhar e monitorar o cumprimento dessas promessas ou acordos [entre os camponeses e as empresas]. De acordo com as comunidades e vários estudos realizados, o governo está mais inclinado a defender os interesses dos investidores do que aqueles das comunidades. Isto ocorre porque grupos de interesses poderosos e elites próximas do governo têm os seus interesses misturados com os dos investidores, então, os incentivos em agir em defesa dos grupos mais fracos são poucos [...] (ASCUT, 2017, p. 65-66).

As ações do governo têm sido recorrentemente contestadas pelos movimentos sociais por causa dos programas que são elaborados e implementados no campo serem excludentes, sobretudo, por viabilizarem o agronegócio. O programa «*ProSAVANA*», é um dos programas governamentais mais criticados pelos movimentos sociais pelo fato de estar a fomentar o agronegócio no Corredor de Nacala. Embora com menor intensidade e expressão, o Programa «*Sustenta»* tem sido contestado também pelos movimentos sociais por promover o *pequeno agronegócio* (*agronegocinho*) por via da integração dos camponeses aos mercados.

Igualmente, os movimentos sociais têm contestado a introdução de sementes transgênicas (OGM´s), sobretudo, do milho *Bt* por considerarem que são uma ameaça para soberania secular dos camponeses, como também para a saúde pública e ao meio

ambiente. Em relação a legislação de fertilizantes, os movimentos sociais estão preocupados com a entrada de agrotóxicos mais perigosos, sobretudo, o que já foram banidos em outros mercados. Para estes sujeitos em movimento, a possibilidade do mercado de sementes e dos fertilizantes passar a ser apropriados e controlados por grandes companhias, é maior, daí que é preciso lutar e resistir contra a sua entrada no Corredor de Nacala e no país, em geral. Neste entendimento, a entrada de sementes transgênicas e agrotóxicos no país representa uma ameaça à soberania secular dos camponeses.

Os movimentos sociais advogam que, o uso destes pacotes tecnológico na produção agrícola podem ocasionar a destruição dos traços campesinos, comprometendo assim, a reprodução social do campesinato. Outros que têm sido questionados e criticados pelos movimentos sociais são as autoridades tradicionais, neste caso, os líderes comunitários e régulos. As autoridades tradicionais têm sido a fonte de conflitos sociais, na medida em que aparecem na maioria das vezes, envolvidos nos negócios de terras, no qual, as corporações capitalistas são as beneficiárias. A ação das autoridades tradicionais vai desde a fraudação das consultas comunitárias até a cedência de terras comunitárias para serem ocupadas pelas corporações capitalistas.

Essa conduta tem sido questionada pelos movimentos sociais, aonde afirmam que grande parte dos conflitos de terras no Corredor de Nacala, estão relacionado com o envolvimento das autoridades tradicionais por causa da sua conivência ao capital. Como forma de evitar que a situação cheguem ao externo no Corredor de Nacala, os movimentos sociais têm usado várias estratégias de luta e resistência contra o capital. A primeira estratégia tem sido a de realização de estudos com vista a compreender o problema. Estes estudos são mais tarde apresentados e publicados. Os movimentos sociais usam estes estudos para confrontar o governo e as empresas, no caso daquelas que não cumpre com as suas promessas com base em evidências empíricas.

Nestes relatórios são contempladas informações sobre o fenômeno de usurpação e/ou expropriação de terras dos camponeses, conflitos sociais resultantes do avenço do capital sobre os territórios comunitários como também os impactos ambientais resultantes da expansão das monoculturas no campo. Igualmente, a partir deste relatórios, os movimentos sociais têm demonstrado e denunciado os níveis de concentração de terras nas mãos das grandes corporações agrícolas no campo e entre outros aspectos. Os movimentos sociais têm produzido documentários, denunciando as contradições e entre outras problemas resultantes da expansão do capital no campo. Estes sujeitos em movimento têm realizado também algumas caravanas junto às bases. Nesta senda de lutas

e resistências contra o capital, têm organizado conferências locais, nacionais e internacionais.

Nestas conferências são discutidos os problemas que minam o desenvolvimento rural em Moçambique e, sobretudo, a reprodução social do campesinato no contexto da expansão do agronegócio. Discute-se também a problemática da terra em Moçambique. Uma das conferências importantes teve como tema «*Conferência sobre os 20 anos da lei de terras»* e foi realizado na cidade de Maputo, em Outubro de 2017. Além do Observatório do Meio Rural (OMR) que é uma instituição de pesquisa, fizeram parte da organização deste evento a União Nacional de Camponeses (UNAC), Centro Terra Viva (CTV), Fundação Iniciativas de Terras Comunitárias (iTC-F) e Fórum Mulher.

As discussões estiveram em torno da Lei de Terras como também atual onda de usurpação e concentração de terras nas mãos das corporações capitalistas. Estas organizações foram unânimes ao afirmar que a presença massiva do capital no campo está também a aumentar os níveis de violência e de conflitos sociais. De realçar que nesta conferência, houve clivagens de natureza político-ideológico, na medida em que tinha um grupo de juristas que defendiam a revisão da terra para como forma de flexibilizar o seu acesso para o capital. Esta afirmação foi contestada pelas organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo, destacando que, o problema não está na Lei de Terras, mas sim, na sua implementação.

Em Agosto de 2019, a Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terras em Moçambique (ASCUT), organizou uma conferência internacional, subordinado ao tema «*Conferência Nacional sore a Governação de Terras*». Durante estes evento, estas organizações demonstraram a sua preocupação com o cenário atual de concentração de terras no país, tendo deixado alerta de que, se o Estado não exercer o seu papel de fiscalizador, há riscos de reprodução das injustiças sociais no país. Para os movimentos sociais, por causa da recorrente confirmação de existência de recursos naturais no sobsolo, estes pocesso poderá influenciar a pressão sobre a terra no Corredor de Nacala e no país, em geral.

Outro evento importante que marcou as lutas e resistências dos movimentos sociais contra o capital no campo, teve como tema «*O impacto dos Organismos Geneticamente Modificados sobre a saúde pública e o meio ambiente»*, organizado pela Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Justiça Ambiental (JÁ), *African Center for Biodiversity (ACB)* e Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM). Este evento, realizou-se na cidade de Maputo, em Novembro de 2017 e

foi realçado que os OGM´s são uma ameaça para a saúde pública, ao meio ambiente e aos ao campesinato, pois a introdução de sementes transgênicas onde se planta sementes nativas/crioulas traz impactos negativos. Além dos movimentos sociais nacionais, a Via Campesina, o maior movimento campesino do mundo, esteve presente na conferência.

Por sua vez, com vista a consolidar as suas lutas e resistências contra o capital no Corredor de Nacala, as organizações da sociedade civil têm se juntado, formando as chamadas *redes dos movimentos sociais* para de forma conjunta, lutarem e resistir contra a entrada do capital em territórios camponeses. Estas redes servem como espaços de diálogo, onde de forma conjunta, mesclam "velhos" e "novos" modos de fazer política no campo com vista a combater os "inimigos" dos camponeses (o capital e o Estado, o governo, o partido FRELIMO, etc.). Todas as estratégias de lutas e resistências são traçadas de forma conjunta por meio destas redes.

Essas redes são formadas com o objetivo de travarem conjuntamente lutas contra o capital no país e no Corredor de Nacala, em particular.Nalguns casos e através destas redes, são realizadas caravanas junto às base. Pode-se citar o exemplo da caravana que aconteceu no Corredor de Nacala em 2017, um dia após a realização da «*III Conferência Internacional Triangular dos Povos*», organizado pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Embora haja essa união entre os movimentos sociais, internamente, nota-se várias divergências. A emergência destas divergências, em grande medida, se devem pelo fato de serem organizações que atuam em áreas diferentes. A forma como os assuntos internos são abordados, tem ocasionado a emergência de divergências. Essas divergências têm culminado com a fragmentação das organizações da sociedade civil e, consequentemente, a fragilização das lutas e resistências camponesas no campo e, essa situação ficou evidente com a entrada do ProSAVANA no Corredor de Nacala.

Paradoxalmente, nem sempre defendem os interesses das comunidades rurais e/ou dos camponeses, embora seja esta a intenção que levou a existência de muitas organizações da sociedade civil. De realçar que há casos em que algumas organizações da sociedade civil usam o nome das comunidades rurais e dos camponeses para acumulação individual. Mesmo com a presença destas organizações, as condições de vida das comunidades rurais e dos camponeses que dizem defender, estão cada vez mais precária, necessitando de uma intervenção urgente do Estado através de políticas públicas. Em algumas organizações, as lutas de classes pela acumulação privada da riqueza, torna-se cada vez mais evidentes. Acusações segundo as quais, algumas lideranças têm se apropriado das instituições para acumulação individual, são ainda cada

vez mais notórias em algumas organizações da sociedade civil. O ProSAVANA evidenciou a existência da agenda oculta nalgumas organizações da sociedade civil que antes se diziam serem defensoras dos interesses das comunidades rurais e dos camponeses. Por sua vez, há casos em que as organizações da sociedade civil procuram responder os interesses dos que financiam as suas atividades.

Mas, vale ressalvar que a maior parte das organizações da sociedade que lutam pela justiça social no campo, são financiadas pelas agências financeiras internacionais. Numa tentativa de responder os interesses dos financiadores, algumas organizações da sociedade civil têm deixando em segundo plano o que norteou a sua existência enquanto pessoas coletivas juridicamente reconhecidas pelo Estado como defensor dos interesses das comunidades rurais e dos camponeses. Uma das redes de movimentos sociais formadas por diferentes organizações sociais no Corredor de Nacala foi a «*Plataforma das Organizações da Sociedade Civil de Nampula*». Até a sua criação, esta plataforma era composta por diversas organizações da sociedade civil que atuavam em várias áreas, como, por exemplo, recursos naturais, agricultura, meio ambiente e entre outras. O coordenador desta rede faz saber que:

> A plataforma é um mecanismo de coordenação das ações das organizações da sociedade civil. Ela é formada através de redes temáticas, ou seja, ela só funciona por redes temáticas. Cada organização tem a sua gênese. Neste contexto, as redes elas se agrupam aquelas ligadas à saúde, educação estão juntas; aquelas ligadas ao meio ambiente, recursos naturais, agricultura estão juntas. Então, estas transformam uma plataforma. Ela não é um mecanismo legal, quer dizer como uma instituição legalizada, etc. Ela apenas [...] funciona com um secretariado que é eleito de dois em dois anos. Os escritórios são rotativos porque temos medo de cooptação do poder político de Moçambique. Agora todo o funcionamento da plataforma, está dentro da ORAM e a presidência está na solidariedade. A plataforma não tem uma agenda própria, tem agenda das redes. Vamos falar dessa situação do ProSAVANA, por exemplo, é um tema da agricultura e recursos naturais, então a plataforma absorve quando já o tamanho, é para discutir com o governo, com ministro, então, a plataforma aparece a dar *ambrela* a rede[201]

Na «*Plataforma das Organizações da Sociedade Civil de Nampula*», mais tarde, houve algumas cisões entre as organizações membros. As cisões surgem no âmbito de implementação do ProSAVANA, sobretudo, quando algumas organizações da sociedade civil começaram a serem cooptadas pelos executores deste programa. Por exemplo, a liderança desta rede foi denunciada com lideranças de outras organizações da sociedade civil filiadas que cooperava junto com os executores do ProSAVANA para avançar-se com a implementação efetiva deste programa no Corredor de Nacala. Nesta denúncia,

[201] Entrevista em Janeiro de 2016.

algumas organizações diziam ainda que, esta liderança terá se beneficiado de algum dinheiro alocado pela JICA. Com o passar do tempo, foram emergindo outras redes de organizações da sociedade civil visando ampliar as ações combativas contra a expansão do capital no campo e a «*Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terras em Moçambique (ASCUT)»*, é um dos exemplos clássicos deste processo. Criada em Julho de 2014, a ASCUT nasce com:

> O objetivo de maximizar sinergias entre as organizações da sociedade civil, com vista a tornar eficazes as suas ações de advocacia contra a usurpação de terras, de modo que as mulheres e os homens usufruam do direito da posse, segurança e controlo da terra (ASCUT, 2017, p. 4).

A criação da ASCUT é baseada no pressuposto segundo o qual, a entrada de corporações capitalistas tanto no setor minério-energético como agropecuário, desembocaria em disputas territoriais sendo que os camponeses seriam os principais prejudicados nesta medição de forças (*cf*. ASCUT, 2017). Das organizações que fazem parte da ASCUT, algumas delas, realizam as suas ações mobilizadoras no Corredor de Nacala, entre elas, a UNAC e o Fórum Mulher, sendo a primeira organização, camponesa e a segunda, feminista, respetivamente.

De realçar que, tanto a UNAC quando o Fórum Mulher, ambas as organizações sociais, integram também a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», uma das maiores e rebeldes redes de movimentos sociais do país, que de forma frontal, luta e resiste contra a ofensiva neoliberal no Corredor de Nacala que entra com o ProSAVANA. Além organizações da sociedade civil moçambicanas estabelecerem alianças entre si, elas se filiam também à várias plataformas e movimentos sociais internacionais que também lutam pela mesma causa, que passa pela promoção da justiça social e defesa dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais dos povos no campo.

A Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), a FASE/Brasil, estão entre os movimentos sociais brasileistos com os quais os movimentos sociais moçambicanos mantém relações de cooperação, baseadas na solidariedade entre os povos vítimas e oprimidos pelo capitalismo global. Nesta relação de cooperação entre movimentos sociais moçambicanos e brasileiros, ambos têm realizado atividades conjuntas e muitas vezes, tem sido em Moçambique.

A transferências de programas já implementados no território brasileiro para Moçambique, como é o caso do ProSAVANA, foi o que os uniu para de forma conjunta, lutarem para que não seja efetivada a sua implementação, destacando as perversidades

que estão por de trás deste modelo agrário/agrícola. No entanto, essas alianças dos movimentos sociais moçambicanos com movimentos sociais brasileiros e a filiação destes primeiros a plataformas internacionais como, por exemplo, a Via Campesina, no caso da UNAC, tem tido muita influência no encaminhamento das suas agendas combativas contra o capital no campo. O discurso tende a ser cada vez mais coerente, na medida em que nota-se o desenvolvimento da sociabilidade política.

Esta é a base para a formação de uma identidade social e política no seio dos movimentos sociais, elemento importante para a construção de um projeto transformador, com vista a promoção da justiça social. Mais tarde, a maior parte das organizações da sociedade civil nacionais anteriormente referenciadas, se juntou para lutar e resistir contra a implementação efetiva do ProSAVANA, numa rede de movimentos sociais que ficou conhecida mundialmente com o nome de «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Tendo em conta que no âmbito da sua expansão e territorialização o capital não respeita os direitos humanos, os movimentos sociais são obrigados dentro das suas condições, a entrarem na defensiva, lutando e resistindo para que a justiça social se restabeleça no campo.

Nessas lutas e resistências, os movimentos sociais têm avançado com suas propostas de modelo de desenvolvimento agrário que vai no sentido de construir/produzir um novo mundo, pautado na solidariedade entre os povos, cujo o centro é a defesa da vida. Um modelo de desenvolvimento agrário no campo que privilegie a produção de alimentos saudáveis para o consumo humano, que respeite a natureza e a biodiversidade presente nela, rompendo assim com a lógica mercadológica, consumista e extrativista trazida pelo *sistema-mundo colonial-moderno* do agronegócio em curso ao longo do Corredor de Nacala e no país, em geral.

Em relação a apresentação de proposta alternativa de modelo de desenvolvimento agrário no país, em Outubro de 2017, a União Nacional de Camponeses (UNAC) e outras instituições ligadas a financiamento de projetos agrícolas (no caso da GAPI Investimentos), a comercialização (no caso da ACIS – Associação de Comércio, Indústria e Serviços), de produção (FRUTISUL [Associação de Fruticultores de Moçambique] e de pesquisas (no caso do OMR – Observatório do Meio Rural), elaboraram e submeteram ao governo Filipe Nyusi, uma proposta de política agrária intitulada «*Contributo para uma mudança no desempenho econômico, social e ambiental da agricultura em Moçambique*». Neste documento, as instituiçãoes signatárias argumentavam que:

> A modernização da agricultura deve considerar a eficiência social e ambiental de modo a existir uma modernização não agressiva ao ambiente e à

> biodiversidade em processos sustentáveis de desenvolvimento. Nesta, perspectiva, a formação e educação dos técnicos e dos camponeses é muito importante (OMR *et al*., 2018, p. 3).

Embora a proposta destas instituições seja importante para o debate em torno do desenvolvimento agrário em Moçambique, nela verifica-se também contradições. É difícil haver uma eficiência social e ambiental em lugares onde ocorre a modernização da agricultura, pois além da agressão a natureza a vários níveis, "mina" a reprodução social do campesinato. A própria ideia de desenvolvimento sustentável esconde as "velhas" questões, uma delas, é a *dominação da natureza* que serve como base da acumulação ampliada do capital.

As instituições signatárias deste documento, apontam questões cruciais que, se levadas em consideração pelo governo, alguns deles, podem trazer alguma mudança, não apenas no desenvolvimento agrário, mas em quase toda estrutura fundiária (e/ou agrária) do país. Mesmo assim, esta proposta, sugere inferir que, a mesma está a legitimar ainda mais o desenvolvimento capitalista na agricultura moçambicana, cuja implicações socioambientais são notórias no Corredor de Nacala caracterizado pela expopriação e expulsão dos camponeses das suas terras, (super)exploração da força de trabalho assalariada, destruição da floresta nativa, degradação da condição humana e ambiental, etc. Embora haja contestações contra a expansão do agronegócio em terras comunitárias a vários níveis, Mosca (2019) observa, no entanto, que há:

> [...] poucas manifestações de protesto se verificam pela extracção predadora de recursos naturais comuns às comunidades (florestas, água, fauna, etc.), ou que implicam a marginalização do campesinato devido a políticas públicas adversas à agricultura e aos camponeses (MOSCA, 2019, s/p).

A constatação de Mosca (2019) faz todo sentido se obervado a natureza das manifestações populares no campo. As lutas e resistências não têm sido contra o capital como um todo, mas sim, contra determinados programas do agronegócio. Por exemplo, nota-se uma fraca moblização dos movimentos sociais contra a exploração desenfreada de rescursos florestais e faunísticos como também apropriação e privatização da água pelas corporações agrícolas. Verifica-se ainda uma fraca mobilização dos movimentos sociais contra políticas públicas de desenvolvimento rural/terriorial "inimigas" a agricultura camponesa e dos camponeses, neste caso, aquelas que viabilizam o agronegócio e o programa *Sustenta* é o exemplo clássico disto.

Em parte, o programa *Sustenta*, resulta da impopularidade que o ProSAVANA teve ao ser severamente contestado pelos movimentos sociais, tanto dentro e fora de

Moçambique, sobretudo, no Brasil e Japão, respetivamente. De realçar que, o programa *Sustenta* está sendo implementado ao longo do Corredor de Nacala e por coincidência, nas mesmas províncias afetadas pelo ProSAVANA, sobrentudo, Nampula e Zambézia, respetivamente. Num contexto em que se verifica a radicalização da estrutura capitalista no campo, os movimentos sociais são desafiados a alargar as suas ações combativas contra o avanço do agronegócio, expandindo-as para outros lugares do país.

Mesmo dentro do Corredor de Nacala, há uma necessidade dos movimentos sociais expandirem as suas ações combativas para outros lugares, sobretudo, onde nunca chegaram. Muitas vezes, as ações dos movimentos sociais são localizadas. Na maioria das vezes, tem sido em lugares onde as organizações da sociedade civil realizam as suas pesquisas e atividades de advocacia. Isto faz com que as suas ações combativas não sejam abrangentes, pois há camponesas que estão sob ameaças do capital que nunca foram visitadas pelas organizações que dizem lutar pela injustiça social no campo.

Em Moçambique, essa situação está a gerar o que Ortega (2008) chama de "*territórios deprimidos*". Embora este autor tenha aplicado este conceito para tratar de políticas públicas de desenvolvimento rural a partir do Brasil, o mesmo é aplicável no contexto das mobilizações populares contra a expansão do agronegócio no campo e de forma particular em Moçambique. A esse respeito, Fabrini e Ross (2014, p. 16) afirmam que os *territórios deprimidos*, caracterizam-se pela "pequena capacidade de proposição dos sujeitos de base social, as relações de verticalizadas, subordinadas às forças políticas locais, conservadoras e atrasadas no progresso da política".

Neste sentido, pode-se dizer que os "territórios deprimidos" são caracterizados pela fraca capacidade mobilizadora dos movimentos sociais, não só contra as ações da classe dominante e todas outras formas de opressão e de preconceito, exclusão social e violência baseada no gênero, raça, cultura, a banalização da condição humana, etc. A seguir, serão apresentadas e analisadas as ações desencadeadas pela União Nacional de Camponeses (UNAC), Associação RuraL de Ajuda Mútua (ORAM), Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU) e a «Campanha Não ao ProSAVANA» na luta e resistência contra o avanço do agronegócio em territórios camponeses no Corredor de Nacala.

6.3.1. União Nacional de Camponeses (UNAC)

A União Nacional de Camponeses (UNAC) é maior movimento campesino do país, cuja gestação ocorreu na segunda metade da década de 1980. A gestação da UNAC

ocorre no contexto das reformas liberais impostas ao governo pelas *Instituições de Breeton Woods* (FMI e BM). Como foi referenciado no capítulo 2, o FMI e o Banco Mundial impunham a privatização da terra e na contramão, apareceu um grupo de cooperativistas que tinha uma relação mais afetiva com a questão camponesa, contestando tal pretensão. Este grupo de cooperativistas via a iniciativa que previa a privatização da terra como um risco para a reprodução social das famílias camponesas por estas, serem dependentes deste recurso natural. O receio que deste grupo de cooperativistas tinha com a privatização da terra em Moçambique, era o aumento dos fenômentos de fome e miséria no campo.

Foi nessa tentativa de defesa e proteção dos interesses dos excluídos e dos mais pobres do campo que nasce a UNAC. Estes excluídos e pobres do campo, mais tarde, viriam a ser os seus membros, suas bases. Neste sentido, a UNAC surgiu no meio desta mudança de sistema econômico, do socialismo para capitalismo com objetivo de defender os interesses da classe camponesa. Para a criação da UNAC, muitos cooperativistas que haviam sido agrutinados nas *Cooperativas Agrícolas* criadas pelo Estado no âmbito da *socialização do campo*, se reuniram para discutir o futuro e o papel dos camponeses em Moçambique, tendo em conta que já sinais de mudança de sistema de desenvolvimento, de socialismo para capitalista. O Coordenador-Executivo da UNAC descreve que:

> A constituição da UNAC aconteceu numa reunião que aconteceu em 1987, na antiga União Geral das Cooperativas (UGC). Tinha cooperativistas a nível do país, mas eram aqueles que tinham uma organização interna um pouco robusto. São esses cooperativistas que criam a UNAC[202].

Segundo o Coordenador-Executivo da UNAC, os debates que culminaram com constituição deste movimento campesino, não estavam a acontecer em todo o país e, deveu-se por causa da guerra civil que estava em curso até este período, envolvendo o governo da FRELIMO e a RENAMO. Os debates q aconteciam apenas em lugares onde havia um pouco de calmaria e, sobretudo, nas cidades e algumas vilas. Para esta organização camponesa, a guerra civil, contribuiu negativamente para que a sua formação e sua consolidação não se desse tão rápido. A liderança da UNAC afirma, no entanto, que "era num contexto de guerra e não permitia que pudesse constituir como tal, mas foi sendo constituída ao longo do tempo[203]". Criada em 1987, a UNAC propunha-se defender os interesses sociais, econômicos, políticos e culturais dos camponeses.

[202] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[203] Entrevista realizada em Maio de 2019.

Essa defesa dos direitos e interesses dos camponeses, seria materializada por meio da sua participação no processo de definição/elaboração de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento agrários para o campo, visando garantir a soberania alimentar no país. A UNAC funda-se com a visão de produzir/construir uma sociedade mais justa, prospera e solidária no campo. A missão que norteou o seu surgimento em Moçambique era a de lutar por um maior protagonismo dos camponeses homens, mulheres e jovens no campo. De acordo com UNAC (2011, p. 4) desde a sua criação, as ações/intervenções assentam-se nos seguintes objetivos estratégicos:

i. Fortalecer a UNAC para prestar serviços aos membros;
ii. Promover ações visando o aumento da produção, produtividade e acesso aos mercados pelos membros;
iii. Fortalecer a participação da UNAC e dos seus membros no desenho, implementação e monitoria de políticas e;
iv. Integrar as questões de género, juventude e meio ambiente/mudanças climáticas nas atividades da UNAC.

A UNAC conta com sete (7) áreas de intervenção entre elas: (i) fortalecimento organizacional – capacitação dos membros associados; (ii) luta pela soberania alimentar; (ii) *lobby* e advocacia (educação cívica, campanhas, marchas populares e posicionamentos sobre a situação real do campo e entre outras questões que perigam a reprodução social dos camponeses; (iv) género e juventude; (vi) meio ambiente (gestão e controlo dos recursos naturais existentes em territórios comunitários); (vi) troca de experiência e (vii) promoção de mercados locais (feiras para exposição dos produtos advindos da produção camponesa)[204].

Dados apresentados a seguir pela UNAC em 2018, revelam que este movimento camponês, contava com mais de 150.000 membros e 2.250 associações de produtores, situação que revela que este movimento camponês, goza de um capital social sólido, a diferenças de outras organizações camponesas existentes no país. No âmbito do do seu estabelecimento enquanto movimento camponês, a UNAC criou núcleos provinciais e distritais, os quais são denominados por ela como "uniões provinciais" e "uniões distritais". Tanto as uniões provinciais quanto as distritais, ambas contam com infra-estruturas próprias para o seu funcionamento. O processo de espacialização desta organização camponesa, se deu de forma faseada, o que quer dizer que, há núcleos que

[204] Entrevista, realizada em Maio de 2019.

surgiram primeiro e outros, depois. O Coordenador Executivo da UNAC elucida que a sua espacialização ao longo do país "foi um processo faseado. A última União Província de Camponeses a ser criada, foi de Gaza, mas tem outras que se estabeleceram a 30 anos atrás, o caso de Manica, Tete[205].

A UNAC conta com 10 uniões provinciais e num conjunto de mais de 100 distritos, ela possuir 97 uniões distritais. Conforme o Coordenador Executivo da UNAC, a sua gestão emana a vontade dos membros associados, desde da base ao topo e segue uma estrutura tipicamente de uma convivência democrática, na medida em que os órgãos sociais são eleitos democraticamente em Assembleias Gerais Ordinárias. A sede da UNAC está localizada na cidade de Maputo. A definicão das suas agendas e/ou pautas de lutas e resistências contra a classe dominante e a elaboração dos planos anuais de atividades proposta de política de desenvolvimento agrário/agrícola para o país, é antecedida de um debate interno, envolvendo os próprios camponeses e todas as lideradas dos núcleos provinciais e distritais.

A UNAC segue uma estrutura orgânica em que a liderança máxima da organização é o/a presidente. Neste sentido, o/a presidente é a entidade superior dentro da burocracia interna da UNAC. Isto significa que, todos órgãos constituintes, subordinam-se a presidência. Embora o Coordenador-Executio da UNAC tenha afirmado que o poder está nas mãos dos camponeses, que são eles que decidem e que as pessoas que estão na direção apenas executam, há evidências que estes sujeitos são subalternos a hegemonia da liderança máxima.

Para realizar certas atividades, alguns núcleos, sobretudo, distritais esperam pelas decisões do órgão central, é o que pelo menos foi constatado nos distritos visitados. Essa estrutura orgânica tipicamente de governos, inevitavelmente, está sujeita a várias contradições, sendo que algumas delas, são as relações de dominação e de subordinação dos poderes subalternos e nalgumas vezes, a emergência de práticas patrimonialistas e clientelistas. Num contexto em que há relações de dominação e de subordinação dos poderes subaternos à(s) liderança(s) máxima(s) e práticas clientelistas, a possibilidade de existência de jogos de interesses dentro da UNAC é maior. Nota-se também a emergência divergências e, é mais notório nos núcleos distritais.

Por sua vez, observa-se um desalinhamento de alguma lideranças dos núcleos distritais com a ideologia política vigente na UNAC. Esse desalinhamento foi notório

[205] Entrevista, realizada em Maio de 2019.

durante a implementação do ProSAVANA em que parte das lideranças dos núcleos distritais passaram a participar das reuniões convocadas pelos executores deste programa, numa situação em que havia uma mensagem bem clara da UNAC que nenhum dos seus membros deveria participar. Nem sempre as lideranças da UNAC que iam participar dos encontros convocados pelo governo e seus parceiros de cooperação eram forçados.

Algumas lideranças da UNAC, tradicionalmente são membros da FRELIMO e pelo fato de este partido estar no poder, dificilmente recusam de participar dos encontros e/ou eventos organizado pelo governo. Não participar dos eventos do governo, é como se estivessem a militar contra a FRELIMO. Por sua vez, não participar nos eventos do governo e/ou militar contra a FRELIMO, é como se estas lideranças estivessem a dar "tiros" nos próprios pés, pois algumas delas, por meio de práticas patrimonialistas e clientelistas, têm se beneficado de apoio o desenvolvimento das suas atividades, sobretudo, quando é lançada uma política pública ou governamental.

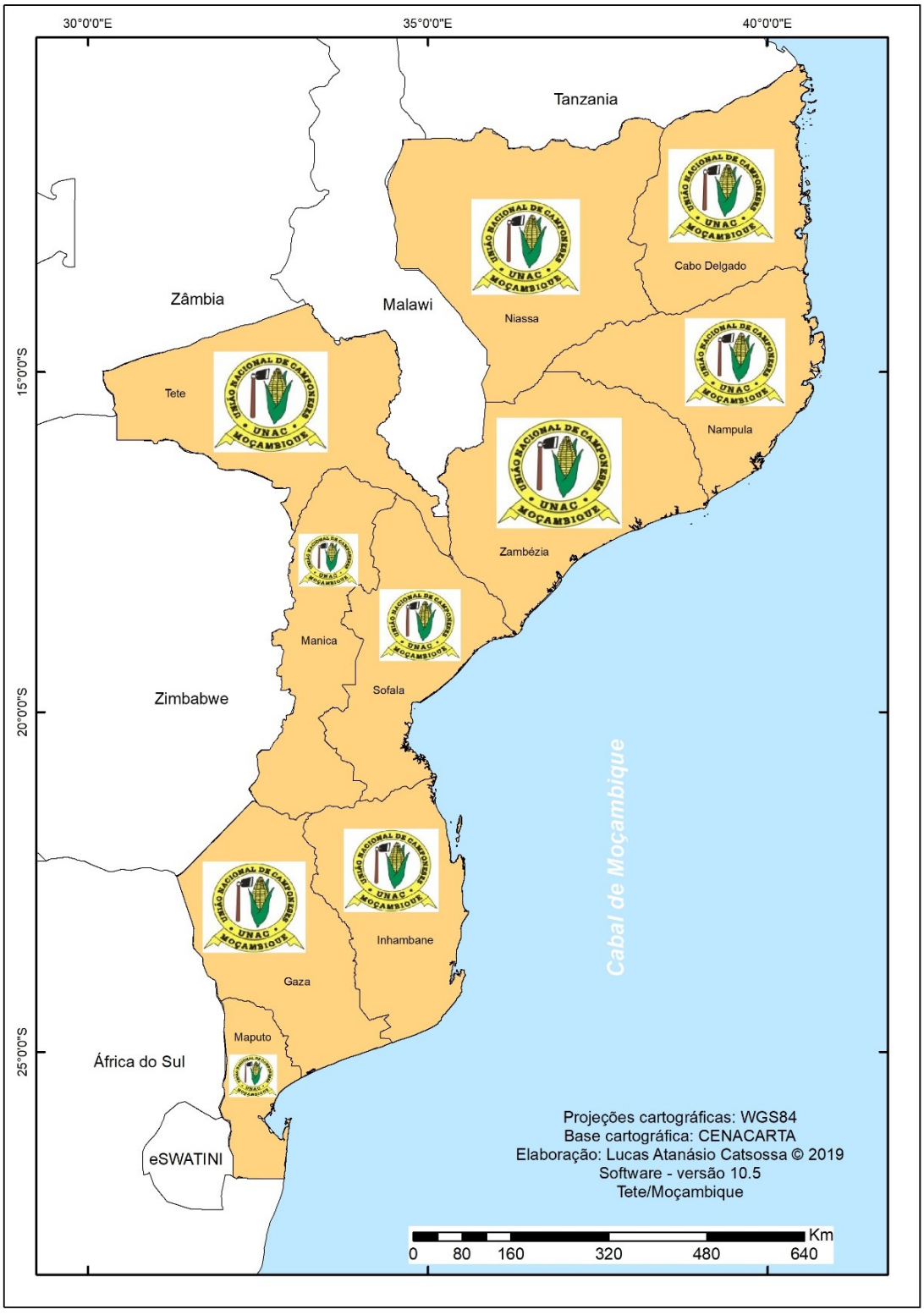
Embora haja este desalinhamento de alguns membros, na UNAC as decisões são tomadas coletivamente. Significa que, a decisão coletiva é que prevalece e quem for a desobedecer, é sancionado administrativamente e, em casos graves, é afastado do cargo substituído por uma outra pessoa. A liderança de camponeses da província da Zambézia é citada por Funada-Classen (2019) de ter recebido convite do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) para participar o evento no qual aceitou, desodecendo as decisões internas tomadas coletivamente. Segundo esta autora:

> Esta notícia foi levada a sério pelos líderes da UNAC. Embora, o então presidente da UNAC, o falecido Augusto Mafigo, não estivesse em boas condições de saúde, ele partiu de sua casa na província de Tete para a Zambézia para apurar o que estava a acontecer. O escolhido do MASA recusou-se a rejeitar o convite. Assim, o Presidente Mafigo pediu a todas as associações e clubes do distrito que discutissem entre si e apresentassem a sua posição sobre o ProSAVANA. [...]. Esperava se recuperar o controlo da tomada de decisões das mãos do governo para as mãos das associações de nível mais baixo. Dez dias depois, o Presidente Mafigo regressou para ouvir as decisões, mas ficou gravemente doente. Dentro de um dia, ele faleceu longe da sua casa. A morte do Presidente Mafigo chocou, não apenas todos os membros da UNAC, mas toda a sociedade moçambicana. Ele lutou contra o colonialismo português e desempenhava um papel fundamental na unificação dos camponeses que começaram a enfrentar casos de grandes usurpações de terras (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 35).

Diferentemente de outras organizações camponesas, a UNAC tem seu próprio hino. A UNAC defende a soberania dos camponeses, neste caso, alimentar e não obstante, territorial, já que ambas andam juntas. Em parte, a UNAC se confunde com a ideia de "nação" pelo fato desta, ter o seu próprio hino. Quando organiza conferências

internacionais para a discussão da questão camponesa em Moçambique, primeiro entoa-se o hino nacional e depois, da própria UNAC. Visto na vertente territorial, pode-se dizer, no entanto, que a UNAC é um *micro-território* dentro do território moçambicano.

Mapa 9. Espacialização da UNAC em Moçambique



Em todas as províncias do país, a UNAC está presente através das suas bases, lutando e resistindo contra o capital. Embora lute e resiste contra o capital, contraditoriamente, a UNAC tem reproduzido também a estrutura capitalista dentro do movimento. Essa reprodução da estrutura capitalista se dá, por exemplo, quando a UNAC aceita que os seus membros produzam determinadas mercadorias por contrato encomendadas por certos compradores (capitalistas). O exemplo clássico desta contradição, é o feijão *boer* que a UNAC instou aos seus membros no Corredor de Nacala para que produzissem em grandes quantidades, destacando que o governo indiano é que havia encomendado.

Durante a «*VI[a] Conferência Internacional da UNAC sobre Terra e Sementes*», realizada em Outubro de 2017, a presidente da UNAC, Ana Paula Tauacale, denunciou o incumprimento do contrado por parte do governo indiano. Nota-se aqui que, enquanto de um lado, a UNAC luta e resiste contra a expansão do capital no Corredor de Nacala, do outro, ela própria promove a subordinação/sujeição dos camponeses ao modo capitalista de produção. No Corredor de Nacala, a UNAC opera com as uniões provinciais localizadas em Nampula, Niassa e Zambézia. Estas uniões províncias também são compostos por uniões distrirais, que constituem bases da própria UNAC.

Por causa da expansão contraditória e desigual do agronegócio ao longo no Corredor de Nacala, a União Provincial de Camponeses Nampula (UPCN), na maioria das vezes, funciona como porta-voz de outras uniões provinciais localizadas nesta região do país. Sob ponto de vista político e combativo, a União Provincial de Camponeses de Nampula tem mais capacidade mobilizadora quando comparada com outros núcleos da UNAC que operam nesta região do país. Os militantes da UNAC que vivem e desenvolvem atividades junto aos camponeses a partir de Nampula, politicamente, os mesmos têm se mostrado cada vez mais combativos contra a expansão do capital.

As atividades desenvolvidas por estes militantes da UNAC vão desde advocacia, visitas e encontros com os camponeses e pressão para as empresas agrícolas restituírem terras reivindicadas pelos camponeses. Além disso, esses militantes têm pressionado o governo a resolver conflitos de terras. Aliás, não é por acaso que tem sido militantes que desenvolvem atividades a partir de Nampula que participam sempre de eventos sobre o ProSAVANA fora do país e isto, ficou evidente no âmbito da «*IV[a] Conferência Triangular dos Povos*», que teve lugar em Tóquio, em Novembro de 2018. Igualmente, grande parte dos pronunciamentos sobre o ProSAVANA e outras iniciativas do agronegócio em expansão ao longo do Corredor de Nacala, são feitos a partir de Nampula.

Além disto, vários comunicados de imprensa também foram feitos a partir deste local e um deles, está relacionado com agressão que os seus militantes sofreram em janeiro de 2016 por consultores da MAJOL, uma empresa de consultoria contratada pela JICA para colocar em prática a estratégia de cooptação das lideranças dos movimentos sociais contra a implementação do ProSAVANA. As lutas e resistências que a UNAC tem vindo a travar, estão associadas a vários fatores, os quais a obriga a tomar, por exemplo, um posicionamento político coerente sob ponto de vista combativo. As pautas da UNAC são diversificadas e abrangem áreas como, por exemplo, a agricultura (expansão de agronegócios diversos) e os recursos naturais (mineração e hidrocarbonetos) e meio ambiente.

Para a UNAC, são estas áreas que têm demandado a entrada do capital no campo e, consequentemente, a pressão sobre terras. Neste sentido, a UNAC defende que as injustiças sociais que vêm se reproduzindo ao longo do Corredor de Nacala, são produtos da entrada massiva do agronegício, como também da inoperância (das instituições) do Estado na fiscalização e na promoção da justiça social no país.

Vendo que as injustiças sociais no Corredor de Nacala tendem a ser reproduzidas pelo capital, a UNAC tem entrado em cena por forma a defender os seus interesses e de toda a classe camponesa. A União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), núcleo representativo da UNAC a partir das bases, diz estar contra a entrada do agronegócio no país e, sobretudo, em Nampula e/ou na região norte, no geral. Num tom combativo e de forma contundente, o secretário-executivo da UPCN afirma que:

> [...] vir investidor em Moçambique, na província de Nampula ou na zona norte em nome de desenvolvimento e criar injustiças [sociais] como tais que estão acontecendo atualmente, que é tirar os camponeses das suas zonas de produção em nome de desenvolvimento, todos os camponeses cá na região norte e Nampula em particular, estamos contra essas atitudes[206].

Com a entrada massiva do agronegócio no campo, a UNAC teme o surgimento de famílias camponesas *sem-terra* como aconteceu em alguns países da América Latina, sobretudo, no Brasil. A experiência brasileira do agronegócio observada *in loco* por alguns militantes da UNAC em 2012 na sua visita ao cerrado, sobretudo, no município de Lucas do Rio Verde, tem levado este movimento camponês moçambicano, nalgumas vezes, a aumentar a sua rebeldia e a tomar posicionamentos mais radicais. Para a UNAC, tanto a expansão do agronegócio no campo quanto a exploração dos recursos naturais,

[206] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

ambas atividades levam a expropriação dos camponeses e consequentemente, a expulsão destes, muitas vezes, em áreas marginais para a prática da agricultura, sua base de sobrevivência e/ou de existência.

Além de apropriarem-se dos recursos naturais vitais para a sobrevivência das famílias camponesas, verifica-se também a destruição do modo de vida que os camponeses. É por esta razão que a UNAC tem lutado e resistido por forma a defender, proteger e manter estes saberes, sabores, valores e viveres seculares herdados de geração em geração. Na declaração de Guiúa-Inhambane resultante da Assembleia Geral Ordinária realizada em 2013, a UNAC afirma que:

> Nós [camponeses] vemos estes projetos com grande ceptismo porque há muitas razões, dúvidas e, sobretudo, evidências de casos concretos que afligem os camponeses que estão em situação de conflitos e disputa de terra com as empresas. [...]. Nós, camponeses e camponesas, temos medo de ser expulsos das nossas terras, deslocados e reassentados em outras regiões como aconteceu em Tete. Assumimos que devemo-nos mobilizar e resistir contra essas ocupações indevidas de nossas terras e comunidades. A remoção e deslocação forçada da população implica uma ruptura, desestruturação e violação contra o ciclo secular de vida e nossa relação com a terra e com a natureza (UNAC, 2017, p. 22-23).

Diferentemente do que tem acontecido com a exploração dos recursos naturais, a UNAC tem travado fortes batalhas, lutando e resistindo contra a expansão do agronegócio no campo. No agronegócio, há uma particularidade, pois não é apenas a terra que está em causa, mas sim, o modo de vida camponês como um todo. Ao travar lutas e resistências contra o agronegócio no Corredor de Nacala, a UNAC tem destacado o seu lado perverso, caracterizado pela destruição dos traços campesinos, pela sua lógica extrativista e destruidora da natureza, baseada na expansão de monoculturas em grande escala.

Além disso, a UNAC insurge-se contra o agronegócio por causa do seu caráter anti-democrárico e conflituoso, rentista, concentrador de terras e da renda dentre outros impactos negativos que são gerados com sua territorialização no campo. Além da soberania alimentar, a UNAC exige que se faça com urgência a reforma agrária como forma de democratizar o campo. Por esta razão, a UNAC afirma que:

> Exigimos a implementação incondicional da soberania alimentar como uma alternativa sustentável para o desenvolvimento agrário em Moçambique em que nós, camponeses e camponesas, joguemos um papel ativo, essencial e insubstituível. Para isso, exigimos uma reforma agrária baseada na facilitação e dinamização dos meios de produção e produtividade no país e que se trave com urgência, o fenômeno de usurpação de terras (UNAC, 2017, p. 34).

Neste entendimento, a agricultura camponesa é a base para o alcance da soberania alimentar e a reforma agrária, democratizaria o campo e daria a possibilidade dos

camponeses terem acesso à terra e através dela, produzirem de forma autônoma e com base no seu modo de vida. Os aspectos acima arrolados neste depoimento da UNAC, alguns deles, foram referenciado por Mosca (2015) onde afirma que:

> A UNAC, em consequência, coloca na agenda do debate de conceitos que indicam a radicalização do discurso acerca das opções políticas do desenvolvimento agrário e do meio rural, como são os casos da agricultura familiar e as opções tecnológicas sustentáveis e dominadas pelos produtores, a soberania alimentar, agricultura biológica, o direito à terra e as indemnizações, às possibilidades do surgimento do fenómeno dos sem-terra, entre outros aspectos (MOSCA, 2015, p. 80).

As lutas e tesistências travadas pela UNAC contra a expansão do agronegócio no campo, tornaram-se cada vez mais expressivas com a entrada do ProSAVANA no Corredor de Nacala. A UNAC tem lutado e resistido contra a implementação efetiva do ProSAVANA por acreditar que este programa é um atentado para a classe camponesa ao colocar em risco os traçõs campesinos no Corredor de Nacala. Neste entendimento, para a UNAC o ProSAVANA é um modelo agrário baseado na acumulação ampliada do capital, embutido por um discurso "produtivista" e "desenvolvimentista", mas que por de traz dele, há uma destruição massiva, não apenas dos traços campesinos, mas também da natureza.

No entanto, a UNAC teme a reprodução dos conflitos sociambientais resultantes da implementação do PRODECER, já que o ProSAVANA se inspirar neste primeiro programa que já terminou, mas que as suas características permanecem intactas no segundo programa. O Coordenador-Executivo da UNAC afirma que mesmo que se elabore um novo Plano Diretor, as lutas e resistências do movimento que coordena irão se manter ativas porque a implementação do ProSAVANA "começou mal e, não achamos que seja uma coisa para endireitar com uma vírgula, com parênteses ou com ponto de interrogação[207]". E continua:

> Esse tipo de agronegócio que entra [com o ProSAVANA] a nós, nos preocupa pelas vicissitudes e pela desgraça que cria no meio rural e a destruição do *modus vivendi* campesino. No contexto das nações africanas, isso acaba sendo modelos selvagens que empurra um grupo de pessoas para o sítio mais marginalizado possível [da sociedade], na medida em que [...] arrasta todos e coloca os que são elegíveis. [..]. Até faz promessas, que nós vamos melhorar as vossas vidas, vamos empregá-los, quer dizer que não se discute aqui a questão de auto-empregabilidade, discute-se a ideia de que haverá alguém, um patrão que vai empregar alguns em troca esses tais vão ter que passar os seus recursos naturais, sobretudo, terra, água e florestas[208].

[207] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[208] Entrevista realizada em Maio de 2019.

Além de agrotóxicos, a UNAC luta e resiste também contra o uso de sementes laboratoriais, sobretudo, os Organismos Geneticamente Modificados (OGM´s) no processo produtivo. Como forma de proteger os sistemas tradicionais usados pelos camponeses, a UNAC tem vindo a lutar e a resistir contra a entrada dos OGM´s na agricultura moçambicana. Mas, vale realçar que, as lutas e resistências da UNAC contra o uso de OGM´s na produção agrícola não são recentes, ela são antigas. O Coordenador Executivo da UNAC afirma que:

> Nós fizemos uma luta muito grande em 2002 aquando da Assembleia do Desenvolvimento Sustentável que teve lugar em Durban, na África do Sul e na altura, Moçambique estava a discutir a possibilidade de ratificação do protocolo de Biossegurança. Nós conseguimos travar isso e foi nessa altura que Moçambique negou a entrada de OGM´s[209].

Numa declaração feita em agosto de 2012, a UNAC reiterou o seu posicionamento contra os OGM´s no país. Ao declarar-se contra o uso de OGM´s na produção agrícola no país, a UNAC frisou que:

> O cultivo dos OGM´s aumenta o controlo das empresas multinacionais que produzem e comercializam, exercem os produtores e consumidores, de tal forma que retira os agricultores, principalmente, do setor familiar, o seu direito natural de cultivar, desenvolver, selecionar, diversificar e partilhar as sementes entre si. Os Organismos Geneticamente Modificados não resolvem crise alguma ao meio ambiente, senão que, por si mesmo, colocam em risco o meio ambiente, pois levam a uma uniformização das variedades vegetais e ao desaparecimento da biodiversidade. [...]. O cultivo de OGM´s apoia-se e enquadra-se numa campanha das forças das multinacionais de destruir a agricultura camponesa através de um modelo coercitivo que pretende obrigar os camponeses a reposição constante de sementes devido a incapacidade das ementes geneticamente modificadas de repor a sua fertilidade, naturalmente (UNAC, 2017, p. 6-7).

O ProSAVANA é que moldou a ideia de que os camponeses deveriam lutar e resistir contra os agrotóxicos e os OGM´s na produção agrícolas. As contestações contra os OGM´s, foram evidentes durante a «*VI Conferência Internacional sobre Terras e Sementes»*, organizada pela União Nacional dos Camponeses (UNAC), entre os dias 16 e 17 de Outubro de 2017, na cidade de Maputo, conforme a foto 52.

[209] Entrevista realizada em Maio de 2019.

Foto 52. Camponesas protestando a entrada de OGM´s em Moçambique

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Em resistência ao uso dos agrotóxicos na produção agrícola que tem entrado com o agronegócio no Corredor de Nacala, a vice-presidente da UPCN (União Provincial de Camponeses de Nampula), afirmou que "temos adubo, adubo é a nossa própria técnica aqui mesmo. Não é necessário levar adubo [convencional] e adubar, temos o nosso próprio adubo local que é o próprio capim da machamba[210]". A vice-presidente da UPCN fez estas afirmações no contexto da sua visita a uma associação de camponeses, na província de Nampula.

De qualquer forma, na sua afirmação, nota-se uma forte oposição a modernização imposta pelo agronegócio ao longo do Corredor de Nacala. Na frase "*temos o nosso próprio adubo*", implicitamente, está presente a luta contra os agrotóxicos na produção agrícola que tem sido travada pelos camponeses ao longo do Corredor de Nacala. Esta frase revela também uma consciência política por parte dos camponeses das práticas tradicionais de produção, destacando a necessidade de preservá-las sob risco de serem destruídas pelo agronegócio em caso deste se expandir sobre os seus territórios.

Há um entendimento no seio da UNAC que a agricultura camponesa é mais sustentável em termos ambientais e que a partir dela, produz-se alimentos saudáveis para o consumo humano, quando comparado com o agronegócio que lhes tem sido imposto a seguir. Moçambique faz parte dos países onde os efeitos negativos dos OGM´s são ignorados pelas autoridades governamentais. Em Julho de 2019, o governo deu um passo

[210] Depoimento extraído no documentário «*Daqui a nada: encruzilhadas no Corredor de Nacala*», dispinível em: https://www.youtube.com/watch?v=nNwNt1eBKno. Acesso em: 19/02/2019.

rumo a liberalização de OGM´s para o seu uso na produção agrícola, destacando que irão permitir que os camponeses aumentem os seus níveis de produção e produtividade por serem resistentes à seca e a pragas.

Como foi referenciado no capítulo 4, os OGM´s não são necessariamente a solução dos problemas, eles são os principais vetores do surgimento dos problemas no campo. No entanto, o que governo moçambicano usa como justificava para liberar o uso de OGM´s, cientificamente é comprovado que é uma farsa. Os OGM´s são consideradas como "sementes do mal" (*cf*. Fuchs & Andrioli, 2012), pois além de destruir os sistemas (agro)alimentares dos povos nativos, contamina os solos e a próprios alimentos consumidos pela população.

Além disso, estudos (*cf*. Fuchs, 2012; Andrioli, 2012; Altieri, 2013; Porto-Gonçalves, 2017) revelam que, o uso de OGM´s na produção agrícola gera conflitos sociais, pois não permitem a coexistência de modelos agrários no mesmo espaço. Por isso, os argumentos usados pela UNAC no âmbito das suas lutas e resistências, segundo os quais, o uso a introdução dos OGM´s no país, representam um risco para o campesinato, a saúde pública e a biodiversidade, são válidos, pois cientificamente tais fatos foram comprovados.

A tentativa autorizar o uso dos OGM´s na agricultura, é uma clara evidência de que o governo está a ignorar as opiniões (e/ou contribuições) que são feitas não apenas pela UNAC, mas também outras organizações camponesas e da sociedade civil em geral, que têm vindo a chamar atenção sobre o risco que estas sementes trazem para a saúde pública e ao meio ambiente. Dois meses antes do governo ter declarado que iria deliberar o uso de OGM´s no país, isto em Maio de 2019, a UNAC afirmou que sempre deixou o seu posicionamento de indignação contra o uso destas sementes no país. O Coordenador Executivo da UNAC argumentou que:

> Nós sempre apresentamos a nossa indignação em relação a isso. Inclusive este último encontro que tivemos com o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), apresentamos essa preocupação ao próprio ministro[211].

Em 2012, a UNAC já havia declarado estar contra os OGM´s no país. Nesta declaração, a UNAC afirmou que agricultura camponesa e produção agroecológica era a única forma de fazer agricultura que eram sustentáveis ao meio ambiente e ao mesmo tempo, produzia produtos de qualidade para o consumo humano. Em suas próprias palavras, a UNAC descreveu que:

[211] Entrevista realizada em Maio de 2019.

> [...] reafirmamos a nossa total e inteira confiança na agricultura camponesa e no modelo de produção agroecológico que, a milhares de anos, desenvolvimentos, propomos e identificamos, em estrita concordância com a mãe natureza e com o futuro da humanidade. Pois acredita-se: (1) agricultura camponesa é o pilar da economia loca e constitui para manter e aumentar o emprego rural e permite a sobrevivência da cidade e das aldeias. Permite que as coletividades reforcem a sua própria cultura. [...]. As sementes camponesas, por si, tal como têm provado ao longo de milhares de anos, podem responder às diversidades climáticas e, dessa forma, garantir a alimentação de gerações presentes e futuras. [...]. Os métodos de produção agroecológicas permitem obter produtos alimentares de boa qualidade sem prejuízo do [meio] ambiente, melhorando e conservando, simultaneamente, a fertilidade dos solos graças à uma boa utilização dos recursos naturais e sem o uso de produtos químicos. A agroecologia exige e sustenta-se no desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia baseada nos seculares saberes indígenas e tradicionais e na ciência agroecológica, que defende a proteção do ambiente natural, da biodiversidade e da viabilidade econômica e social de um modo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável (UNAC, 2017, p. 7).

Ciente de que a tendência é que os OGM´s sejam utilizados na agricultura moçambicana, a UNAC diz ter avançado com algumas alternativas, expandindo bancos de sementes a nível do país. Fazendo referência às alternativas em curso dentro da UNAC no âmbito das suas lutas e resistências contra o agronegócio, o Coordenador Executivo deste movimento camponês, assegurou que:

> Nós estamos a fazer alternativas, estamos a fazer a expansão de bancos de sementes. [...]. Já temos banco de semente em Inhambane, em Marracurne, em Niassa, na Zambézia e estamos a tentar expandir [para outros lugares do país]. Vamos agora, na semana que vêm [referindo-se no mês de Maio] num encontro no Chimoio sobre sementes para [...] discutir o processo de resgate de sementes para que os camponeses possam controlar a cadeia de sementes como uma alternativa em relação a expansão das sementes que o governo está a fazer [que são laboratoriais, híbridas][212]

Por sua vez, a UNAC diz ser impossível lutar e resistir contra a expansão do agronegócio sem criar alternativas próprias. Neste sentido, a criação de bancos de sementes pelo país inteiro, visa necessariamente, dar consistência as suas lutas e resistências contra o uso de OGM´s por parte dos camponeses que este movimento campesino diz defender no país. Fazendo referência a importância de criação de bancos de sementes como estratégia de lutas e resistência contra a expansão do agronegício, o Coordenador Executivo da UNAC afirma que:

> [...] em alguns momentos temos que colocar cabeça no lugar para uma luta mais aguerrida [contra o agronegócio]. Nós não podemos apenas fazer uma luta teórica, mas sim, devemos fazer uma luta prática. Temos essa situação do [ciclone] IDAI, muitas pessoas perderam as suas sementes, o governo está a ajuda de diferentes cantos [do mundo] incluindo sementes. Não sabemos que tipo de sementes são estas que estão a vir. E se nós dissermos o governo não dar semente as pessoas, não temos sementes para dar também, fica um pouco

[212] Entrevista realizada em Maio de 2019.

> complicado. Então nós temos que chegar ao governo e dizer que não poder dar esta semente [aos camponeses] porque são OGM´s e nós temos essas sementes para serem usados [pelos camponeses] e, esta é uma forma de fazer uma luta mais consistente. Então, é essa guerra [de criação de bancos de sementes] que estamos a fazer e, é isso que vai-se discutir em Manica [cidade de Chimoio][213].

Nas conferencias internacionais que a UNAC tem vindo a organizar no país para a discussão dos problemas que apoquentam a classe camponesa, este movimento camponês, tem feito amostras de sementes nativas/crioulas, sobretudo, as que estão na posse dos camponeses, destacando a sua importância para a soberania do país. Durante a «VI *Conferência Internacional sobre Terra e Sementes*», realizado em Outubro de 2017, na cidade de Maputo, a UNAC reiterou a necessidade dos camponeses usarem as sementes que estão em sua posse e não as que com o agronegócio, numa clara luta e resistência contra os OGM´s no país. A foto 53 mostra lagumas sementes nativas usadas pelos camponeses em Moçambique.

Foto 53. Sementes nativas apresentadas pela UNAC na conferência internacional

Fonte: Acervo particular da UNAC (2019)

A UNAC diz, por exemplo, que na luta e resistência contra o agronegócio, "nós os camponeses unidos sempre venceremos". Nutrindo-se da máxima da Via Campesina,

[213] Entrevista realizada em Maio de 2019.

a UNAC termina as suas declarações, realçando que "globalizemos a luta, globalizemos a esperança". Dando continuidade com as suas utopias, a UNAC declara que:

> Na luta do povo, ninguém se cansa! Com os nossos sacrifícios iremos alcaçar os nossos objetivos e as conquistas que pretendemos. Quanto a nós, camponeses e camponesas de Moçambique, o nosso compromisso de luta pelo desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa de conservação e agroecológica, permanece firme como sempre o foi desde os difíceis momentos de luta de libertação nacional até os dias de hoje. De enxada na mão e com os pés firmes na luta sonhamos por um Moçambique viável e melhor, onde todos possamos sentir-se filhos e filhas de camponeses e camponesas desta terra qual lutamos e libertamos (UNAC, 2017, p. 23).

No meio de outras organizações que atuam no campo, a UNAC diz ser mais do que uma organização, realçando que é um movimento. No entanto, a UNAC diz não ser uma organização que trabalha para os camponeses, mas sim, uma organização de camponeses para camponeses. Por esta via, a UNAC tenta se diferenciar de outras organizações que também realizam suas atividades no campo. O Coordenador-Executuvo da UNAC afirma, no entanto, que:

> Nós [a UNAC] não somos uma organização apenas, somos mais que uma organização, somos um movimento. As nossas linhas são lutar, construir e resistir. Lutar porque é um outro modelo que está a vir. Então, temos que lutar contra este modelo de fora por forma a construir o nosso modelo que é nosso *modus vivendi*. O modo de ser e de vida do campesinato deve-se procriar. Quando digo isso, não é construir um outro modelo, queremos alternância e alternativa dentro desse nosso próprio modelo. É por isso que nós não vamos ficar no tempo, vamos continuar a resistir para que mantenhamos esse modelo. Portanto, daí que digo, não somos uma organização que trabalha para os camponeses, mas sim, uma organização de camponeses para camponeses. Os membros da UNAC é que são UNAC. Esta máquina diretiva que está a ver, não toma decisões da UNAC, o conselho diretivo da UNAC é constituído por camponeses[214].

Embora a UNAC lute contra as "técnicas modernas", contraditoriamente, os camponeses continuam a usá-las no processo produtivo. Algo paradoxal é que durante as conferências internacionais, encontros nacionais e locais, os camponeses têm reafirmado o seu compromisso em lutar e resistir contra os OGM´s, mas quando volta para as bases/território, voltam a se inserir no "mundo da modernidade", usando técnicas modernas no processo produtivo.

No entato, não se pode afirmar categoricamente que os camponeses do Corredor de Nacala (e/ou de Moçambique como um todo) estão a lutar contra a *modernidade* que tem entrado em seus territórios através do agronegócio. A realidade do Corredor de Nacala, sobretudo, dos lugares visitados, permite afirmar que, não é o "mundo moderno"

[214] Entrevista realizada em Maio de 2019.

em si, o qual os camponeses estão contra, mas sim, a sua expropriação e expulsão das suas terras. Os camponeses já vivem essa modernidade, embora de forma incompleta.

Paradoxalmente, os camponeses se inserem na lógica do modo capitalista de produção por meio das "técnicas modernas", que são, por ventura, produtos da revolução tecnológica desencadeada pelo próprio capital. Os camponeses têm utilizado técnicas modernas dentro das suas machambas e isto, é mais notório no distrito de Gurué, considerado como "capital da soja" no país. Igualmente, os camponeses têm utilizado sementes laboratoriais, entre elas híbridas como também transgênicas (OGM´s) fornecidos pelos capitalistas que os contratam. As empresas que contratam os camponeses, têm sido elas a distribuir sementes e fertilizantes a serem usados no processo produtivo.

Como foi referenciado no capítulo 4, o uso de sementes transgênicas não é uma novidade, elas entram por esquemas pouco conhecidos, sobretudo, pelos capitalistas interessados pelas mercadorias agrícolas, entre elas, soja e milho para a produção da ração animal para alimentar frangos. Numa altura em que se verifica uma expansão de sementes transgênicas por causa da globalização do agronegócio, é bem provável que os camponeses estejam a usar OGM´s nas suas machambas, sobretudo, quando procurados por alguns pessoas e/ou avicultores.

Em 2018, o presidente da União Distrital de Camponeses de Monapo (UDCM) foi visitado por duas pessoas que queriam que os camponeses produzissem as culturas de soja e milho em forma de contrato. Neste sentido, essas pessoas trariam sementes e também uma máquina para lavrar as machambas, uma que queriam grandes quantidades de milho e soja. E como os camponeses segundo o presidente da UDCM necessitavam de algum apoio para alavancar com a produção agrícola, em nome da classe camponesa que coordena ao nível do distrito de Monapo, acabou aceitando o desafio.

Como na UNAC as descisões são tomadas coletivamente, o presidente da UDCM explicou aos capitalistas que o procurou, realçando que só confirmaria assim que ele reunisse com os demais camponeses que são ao mesmo tempo membros associados da UNAC (União Nacional de Camponeses). De fato, dias depois, ele se reuniu com os companheiros e expôs o assunto e sem demorar, estes aceitaram produzir as duas culturas recomendas pelos capitalistas que haviam visitado a UDCM em Setembro de 2018. O presidente da UDCM explica nos seguintes termos:

> Vieram duas pessoas, uma delas eram um técnico e disseram que queremos quarenta (40) blocos de campos de produção da soja e do milho. Disseram que

> a semente será nossa e temos maneira de conseguir trator para lavrar a terra desde que os produtos sejam organizados em blocos (pequenos grupos). E eu disse que não tem problema, nós temos como produzir em blocos. Daí disse que tudo bem, eu fico a conversar com os camponeses. Então, programei um encontro com o restante dos camponeses e durante a conversa eles disseram que não tinham problemas em produzir essas culturas[215].

Como se pode ler no depoimento do presidente da UDCM, os camponeses aceitaram produzir as culturas recomendadas pelos capitalistas que lhes visitaram sem nenhuma desconfiança. Ao receber sementes dos capitalistas que os procuram, na maioria das vezes, os camponeses nem sempre tem conhecimento se tais sementes transgênicas ou não. O próprio presidente da UDCM, ao aceitar junto de outros membros para produzir as culturas de interesse dos capitalistas que os procurou, não sabia que se tratava de sementes transgênicas.

Nota-se aqui, que os camponeses, contraditoriamente, têm usado as técnicas modernas, as mesmas pelas quais lutam e resistem contra, sobretudo, quando estes se inserem na dinâmica dos movimentos sociais. A partir das evidências acima demonstradas, permitem reafirmar que os camponeses não estão a lutar e a resistir contra as "técnicas modernas", neste caso a expansão dos OGM´s, mas sim, contra a sua expropriação e expulsão das suas terras pelo capital. Não se está a dizer que os camponeses não devem lutar e resistir contra a modernidade que bate à sua porta.

Essas lutas e resistências que os camponeses travam contra o capital que os empura para a modernidade, são importantes para manterem-se firmes enquanto um grupo social que defende sua classe, na medida em que têm-se fortalecido dentro desta conjuntura. Nos últimos anos, a UNAC tem demonstrado sua preocupação com o Meio Ambiente e, em causa estão os danos ambientais que advém da expansão do agronegócio e da exploração dos recursos naturais. A UNAC tem participado em conferência para discutir questões relacionadas com mudanças climáticas, como aconteceu, recentemente, na conferência organizada pelo Observatório do Meio Rural (OMR), em Agosto de 2019, na cidade de Maputo.

Ao se integrar nesta discussão, a UNAC entende que este fenômeno tem afetado negativamente os camponeses. O seu pronunciamento sobre os contornos do ciclone tropical IDAI, vai neste sentido, de que as mudanças climáticas afetam negativamente os camponeses. A UNAC tem organizado várias conferências nacionais e internacionais não apenas para reforçar a sua posição em relação ao assunto das mudanças climáticas, mas

[215] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

também para traçar as estratégias de lutas e resistências contra a expansão do agronegócio. Nestes eventos participam camponeses vindos de todo o país em que representantes de cada província, procuram relatar a situação real em termos de conflitos sociais resultantes da invesão do capital em (e/ou sobre as) terras camponesas. A foto 54 mostra os membros da UNAC em plena conferência debatendo os desafios do campesinato face a entrada massiva do capital no campo moçambicano.

Foto 54. Membros/a da UNAC durante a III Conferência sobre Terras/Maputo

Fonte: Acervo particular da UNAC (2019)

Para consolidar as suas lutas e resistências contra o capital agrário, a UNAC decidiu internacionalizar-se. No fim da «*III Conferência Internacional Camponesa sobre Terras*», realizado em Outubro de 2014, a UNAC declarou que "continuaremos a internacionalizar a luta e a esperança, estabelecendo alianças estratégicas com movimentos populares e camponeses da nossa região [África Austral] e do mundo (UNAC, 2016, p. 34). No âmbito da internacionalização das suas lutas e resistências contra o capital, a UNAC vinculou-se aos movimentos sociais (e/ou plataformas/redes) internacionais, a começar pela Via Campesina. A Via Campesina é um dos maiores movimentos campesinos globais e congrega várias organizações camponesas de muitos países do mundo, cujo traços são comuns.

Tendo em conta as demandas e/ou as pautas defendidas pela UNAC fazem são quase as mesmas da Via Campesina, esta primeira foi aceito para ser membro desta segunda. Politicamente, o vínculo da UNAC com a Via Campesina continuam sendo importante no âmbito da sua atuação no campo. Neste entendimento, a UNAC vem se "nutrindo" dos saberes fornecidos pela Via Campesina. Por esta via, a UNAC tem

consolidado, tanto a sua identidade social e política, a capacidade mobilizadora na luta para a defesa de interesses coletivos, como também a utopia de construção de um projeto transformador com uma certa coesão. O papel da Via Campesina na vida política da UNAC foi confirmado pelo seu príorio Coordenador-Executivo, tendo descrito, por exemplo, nos seguintes termos:

> O nosso vínculo com a Via Campesina trouxe muita coisa. O sentido da formação política que temos hoje, de alguma forma bebemos da Via Campesina. A construção de alternativas, também bebemos da Via Campesina. Ou melhor, buscamos alguns reforços na Via Campesina. A capacidade que estamos a ter hoje, de fazer ouvir a nossa voz nos mais quadrantes e longínquos lugares [do mundo], tem a ver com esta ligação com a Via Campesina[216].

Além de ter vínculo com este movimento global de camponeses, a UNAC fez alianças com movimentos camponeses do Brasil, entre elas, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e o MPA (Movimentos de Pequenos Agricultores). A UNAC mantém também relações com outras organizações sociais brasileiras como é o caso da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a FASE/Brasil. A maior parte destas organizações brasileiras, sempre que há uma conferência organizada pela UNAC, elas têm marcado a sua presença, contribuído com a sua experiência de lutas e resistências contra o capital. A presença dos movimento sociais brasileiras foi notória durante a «*VI Conferência Internacional sobre Terras e Sementes*», organizada pela UNAC em Outubro de 2017, na cidade de Maputo.

Nesta conferência, estiveram presentes movimentos sociais como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e fez uma brilhante apresentação da sua trajetória de lutas e resistências contra o agronegócio no campo brasileiro. O representante do MPA demonstrou como os camponeses podem melhorar sua semente sem precisar transformá-los nos laboratórios, desconstruindo assim, o discurso da classe dominante que visa padronizar as sementes por via modificação genética e por via disto, controlar monopolisticamente todo o sistema produtivo.

Neste sentido, a UNAC enquanto movimento campesino, tem se nutrido muito da experiência brasileira em termos de lutas e resistências camponesas no campo travadas pelos movimentos sociais. Os movimentos sociais brasileiros contribuíram bastante para a consolidação das lutas e resistências camponesas travadas pela UNAC no Corredor de Nacala, local identificado para a implementação do ProSAVANA. Como se pode ver, a aproximação dos movimentos sociais moçambicanos e brasileiros é derivada da expansão

[216] Entrevista realizada em Maio de 2019.

do capital. Em seu livro «*Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*», Santos (2013) demonstra como essa aproximação dos sujeitos em movimento acontece. Neste livro, Santos (2013) afirma que o capital ao se internacionalizar, paradoxalmente, favorece também a internacionalização da resistência.

A ideia de que os movimentos sociais brasileiros foram importantes nas ações subsequentes da UNAC no campo, foi confirmada pelas próprias lideranças da UNAC, tanto a nível nacional como provincial. Um dos movimentos sociais brasileiros com o qual a UNAC mantém relações de cooperação nas suas lutas e resistências, é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). A esse respeito, o Coordenador Executivo da UNAC afirma que:

> Há muita coisa que aprendemos com o MST. Com o MST, conseguimos aprender os mecanismos e as táticas de luta. As estratégias de luta, [...] como é que nós podemos lidar sob ponto de vista de furar os esquemas e as pretensões das empresas, aprendemos muito com o MST[217].

O depoimento a seguir proferido pelo presidente da União Provinvcial de Camponeses de Nampula (UPCN), confirma também o papel desempenhado pelas organizações brasileiras, tanto na disponibilização de informações sobre o PRODECER, como também na chamada de atenção sobre os riscos que se incorre com a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala.

> Nós como associação [camponesa] temos nossas voltas, temos nossas fontes de buscas de informação. Temos nossos companheiros que estão no Brasil. Temos também camponeses associados que nos fornecem essas informações, apesar de que nós não precisamos ir para lá, mas temos informações fieis que dizem que essa cara que está sendo trazida para Moçambique em nome de desenvolvimento, é o mesmo que aconteceu no Brasil e que existe movimento de camponeses sem-terra[218].

O depoimento do presidente da UPCN, é prova de que as lutas e resistências contra a implementação efetiva do ProSAVANA em Moçambique por este movimento camponês se consolidaram por causa do papel exercido pelos movimentos sociais brasileiros em desmobilizar informações. Tendo em conta que as relações estavam cada vez mais sólidas, em 2013, alguns membros da UNAC visitaram o Brasil para observar *in loco* as contradições socioambientais geradas pelo PRODECER no cerrado. Foi daí que, o discurso mobilizador e combativo da UNAC contra o ProSAVANA e outras iniciativas atreladas ao agronegócio ao longo do Corredor de Nacala (e no pais em geral) ganharam força.

[217] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[218] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

Nos últimos anos, a UNAC tem sofrido perseguições pelo governo, interferindo assim, nas suas agendas políticas no campo. Nem sempre o governo, deixa a UNAC realizar suas atividades como dever ser. Em 2017, sobretudo, no fim da *VI Internacional sobre Terras e Sementes*, a UNAC tinha como uma das agendas, realizar uma marcha em contestação ao incumprimento da legislação de terras, a expropriação e/ou usurpação de terras e, consequentemente, a expulsão dos camponeses dos seus territórios, o avanço do agronegócio e a entrada de sementes laboratoriais. A UNAC queria marchar do Centro de Conferência Internacional das Telecomunicações de Moçambique (TDM) até ao gabinete do Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, mas isso não aconteceu.

Mais tarde, apareceu o ministro Celso Correia, do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), a "pedir" a UNAC para que esta, não marchasse para as instituições do Estado sem, no entanto, clarificar os motivos. Discursando-se na presença de centenas de camponeses de todo o país, sociadede civil, pesquisadores nacionais e estrangeiros, representantes de movimentos sociais brasileiros dentre outros, o ministro Celso Correia, chegou até a fazer um convite a UNAC para o *cocktail*, em que supostamente os camponeses poderiam apresentar as suas pautas ao governo. De realçar que, a perseguição da UNAC, ficou mais evidente durante a implementação da primeira fase do ProSAVANA, conforme descreve o responsável do setor de advocacia deste movimento camponês.

> Os proponentes do ProSAVANA, começaram a adotar um conjunto de estratégias de propaganda de manipulação, de intimidação e até de perseguição que foram sendo concretizados e ensaiados através dos governos distritais e locais. Repare que em 2013, o antigo governador da Zambézia Joaquim Veríssimo, chegou a dizer publicamente num comício popular que, aqueles que ousassem recusar o ProSAVANA, iriam a cadeia e não foi dito isso em privado, foi uma mensagem muito forte para os camponeses da Zambézia. Em Lichinga em 2013, o presidente da UNAC, foi ameaçado numa sala pelo coordenador do ProSAVANA de Nampula, dizendo que ele deveria ter cuidado com as posições, com as opiniões, que ele estava a defender e aquilo numa sala onde tinha cerca de 150 pessoas[219].

A interferência do poder político vigente às ações da UNAC, notabilizou-se ainda mais durante a implementação da primeira fase do ProSAVANA. Por exemplo, em 2016, depois dos seus militantes terem sido agredidos pelos consultores da MAJOL, uma empresa de consultoria contratada pela JICA no âmbito da implementação do ProSAVANA, seguiu-se a expulsão dos mesmos da UNAC. Depois de serem expulsos, foram se integrar a outras organizações sociais. De realçar que, os dois militantes ora

[219] Entrevista realizada em Março de 2016.

expulsos, faziam parte do conselho político da UNAC e um deles, foi ao Brasil para compreender e ver de perto as contradições geradas pelo PRODECER. Um dos militantes vítimas da peserguição do poder político vigente a UNAC, relaciona a ideia de que deveriam ser expulsos deste movimento camponês propalada pela MAJOL com os posicionamentos que tinham contra a implementação do ProSAVANA. Um dos militantes vítimas da violência protagonizada pelos consultores da MAJOL, descreve o cenário nos seguintes termos:

> Repare que na sala, chegaram a fazer um apelo direto para a presidente da UNAC, dizendo que não éramos funcionários da UNAC, que deveriam ter cuidado conosco e deveríamos ser expulsos. Não quero estabelecer nenhuma correlação de forças, mas dois ou três meses depois, a UNAC decidiu terminar o contrato conosco[220].

A perseguição política que a UNAC tem vindo a sofrer, faz parte de uma estratégia que visa essencialmente enfraquece-la politicamente, pois como se sabe, este movimento camponês tem maior legitimidade no campo. Essa legitimidade faz da UNAC ter maior capacidade em termos de mobilização e influência social nas bases camponesas. Tendo em conta que maior parte da população moçambicana vive no campo e é camponesa, a capacidade mobilizadora e a influência social da UNAC, é vista pelo poder político vigente como sendo uma ameaça, daí que é perseguida e combatida. A UNAC diz estar ciente que tem sido combatida pelo governo. Por esta razão, a UNAC diz não se identificar com o partido FRELIMO.

O deslinhamento da UNAC com a ideologia política da FRELIMO, não dá apenas porque este partido tem excluído e marginalizado os camponesas no processo de elaboração e implementação de programas e/ou políticas públicas. Esse desalinhamento da UNAC, deve-se também pelo fato do governo da FRELIMO estar a ignorar as demandas populares no âmbito da modernização da agricultura. A UNAC admite ter tido em algum momento da sua existência, uma aproximação com as linhas de governação da FRELIMO. Este movimento camponês reitera, no entanto, que as linhas que se refere são as que faziam parte da gênese da FRELIMO enquanto movimento de libertação. A liderança da UNAC, afirma que:

> A FRELIMO pela sua gênese política e de governação, em algum momento, teve linhas similares a que a UNAC está a defender. Reitero, na gênese da constituição da FRELIMO, não essa FRELIMO moderna [...] Desde às reformas econômicas [ocorridas na década de 1980] para cá, a UNAC não se identifica com a FRELIMO[221].

[220] Entrevista realizada em Maio de 2016.
[221] Entrevista realizada em Maio de 2019.

No entanto, cada vez mais que o governo avança no sentido de intimidar, fragilizar e controlar politicamente este movimento camponês, este último mais se torna rebelde e se afasta do partido no poder, a FRELIMO. O afastamento da UNAC ao partido FRELIMO, é uma resposta as ações autoritárias e arbitrárias que caracteriza a governação deste partido, desde 1975. Questionada se as perseguições e as intimidações que vêm sofrendo com o poder político vigente (a FRELIMO), em algum momento fez com que a UNAC pensasse, por exemplo, numa possível aliança com um partido da oposição por forma a levá-lo até ao poder, este movimento campesinato na voz do seu Coordenador-Executivo não descarta essa possibilidade.

Mas, acontecendo essa aliança da UNAC com um partido da oposição, pode ser um *golpe* ao "partido libertador" no poder desde 1975. A UNAC diz que mesmo não sendo um movimento camponês partidário, algum dia poderá fazer política ativa, pois internamente há debates que apontam que levam a crer que pode avançar para este caminho. Não quer com isto dizer que a UNAC não faz política. A UNAC já faz política, lutar e resistir contra o agronegócio e apresentar alternativas em termos de modelos para o desenvolvimento agrários no país, é, em si, um ato político. Em fim, lutar e resistir como a UNAC faz é, em si, uma arte de fazer política no campo.

A UNAC tem um *Plano Nacional de Apoio à Agricultura do Setor Familiar* em que afirma que com a sua implementação é possível combater a fome e promover uma alimentação adequada no país, mas de todas as tentativas feitas junto aos governos da FRELIMO, nunca tiveram uma resposta satisfatória. Em 2018, a UNAC elaborou conjuntamente com instituições financeiras [no caso do GAPI Investimentos) e de pesquisa (no caso do Observatório do Meio Rural [OMR]), uma proposta de política agrária e mais tarde entregue ao governo, mas não tiveram uma resposta satisfatória também.

A idea da UNAC de se aliar a um partido da oposição para conduzi-lo ao poder, é um protesto as ações autoritárias e arbitárias do partido FRELIMO contra a classe camponesa. A UNAC reitera que essa aliança será estabelecida, sob algumas condições, as quais ela mesma irá impor a este partido. Diz ainda que, em casos deste partido não cumprir as promessas, poderá levantar se for necessário, uma revolta popular para derrubá-lo e retirá-lo do poder, conforme se pode ler no depoimento a seguir do Coordenador Executivo da UNAC.

> A UNAC é uma organização a partidária, não tem vínculo com nenhum partido político. Mas dentro da UNAC, os seus membros estão filiados a diferentes partidos, outros no MDM, outros na RENAMO, outros na FRELIMO. Por isso, não podemos levar essa

> discussão [sobre partidos políticos] para dentro, se levarmos essa discussão para dentro, significa que vamos criar racha (divisão/separação) dentro do próprio movimento. Agora, numa análise das propostas e das agendas de governação e do desenvolvimento, [...] se nós pensamos em fazer alianças [...], recentemente, saiu uma discussão mais próxima e pode ser a mais estratégica [...]. Nós precisamos desenvolver o setor agrário em Moçambique. Nós somos a maioria, o voto está conosco, nós podemos tomar o país. Quem são os governos que vão concorrer, é a RENAMO, o MDM. Ok, vocês vão concorrer, nós temos o maior eleitorado, nós temos uma agenda de desenvolvimento e estamos a vender e a agenda está aqui. Você compra a nossa agenda e o preço é o nosso voto e a nossa recompensa é a implementação da nossa agenda, só isso. Compra agenda, coloca como manifesto a nossa agenda e nós vamos votar em si e você se compromete em fazer isso, sob o risco de você não se comprometer em fazer isso, nós podemos deliberadamente fazer um pacto e se possível nós podemos levantar uma convulsão social. A queda dos governos que está acontecer nos últimos na África é pelos movimentos sociais, então nós temos força para fazer isso. Então, se isso é aliança, eu não sei, mas por frustração e porque as demandas do campesinato não estão a ser tomadas [em consideração] a nível das agendas da governação do país, em algum momento, já está a se discutir isso. Provavelmente até na próxima governação, podemos apresentar o nosso plano[222].

Só pelo fato da UNAC pensar em se aliar a um partido da oposição por forma a tirar do poder o opressor, significa que, os camponeses estão a ganhar consciência política e de classe no contexto da sociedade de classe. É verdade que a aliança com um partido político não significa necessariamente autonomia camponesa, mas sim, uma subordinação/sujeição à política partidária, mesmo assim, não se pode também negar que o campesinato se reproduz através de múltiplas contradições e, na altumas vezes, no meio das estruturas político-partidárias. Às vezes, os camponeses se aliam ou votam num partido político pensando que este vai resolver os seus problemas, mas nem sempre têm sido a solução.

Mais tarde, sobretudo, quando se vêem frustrados, estes mesmos camponeses voltam novamente a constâ-lo. Em Moçambique, desde a independência nacional proclamada em 1975, os camponeses nunca experimentaram outro governo se não os da FRELIMO, por isso, é difícil afirmar que estes sujeitos estão frustrados com os demais partidos políticos. Mas, em países onde existem alternância política no sentido de entrar outro partido político no poder, a frustração dos camponeses é notável.

No caso moçambicano, as declarações do Coordenador de UNAC, revelam uma contestação ao *poder frelimiano* por este, não estar a levar com consideração a sua proposta de modelo de desenvolvimento agrário para o país. No depoimento acima, a UNAC sinaliza que acontecendo, essa aliança não será com a atual "FRELIMO moderna", por não se identificar com este partido político. Mas, acontecendo essa aliança com um partido da oposição ao ponto de levá-lo ao poder no atual contexto, pode vir a ser uma decisão trágica para os camponeses.

[222] Entrevista realizada em Maio de 2019.

Mesmo sendo "moderna" e/ou possuindo fortes traços do atraso, a FRELIMO é dos únicos partidos políticos de esquerda em Moçambique. É verdade que enquanto partido político que governa o país a mais de quatro décadas, tem suas contradições, mas tem havido algum espaço para a reprodução do campesinato, embora em condições adversas. A própria UNAC enquanto movimento campesino, socialmente tem-se reproduzido e se recriado dentro das contradições e das adversidades geradas pela FRELIMO no âmbito da sua governação e isto, vem acontecendo desde que o país tornou-se capitalista.

Outros partidos políticos da oposição representados na Assembleia da República, também não dão tanta confiança aos camponeses por causa das suas visões de mundo. A RENAMO, por exemplo, é um *partido político de direita* e desde o seu surgimento, na década de 1970, sobretudo, após a independência como movimento rebelde (contra o *poder frelimiano*), sempre esteve do lado do imperialismo, defendendo o sistema capitalista como opção para a organização econômica e social no país. No entanto, autores como Amose e Fauvet (2004) confirma o envolvimento com os grupos que eram na altura considerados como imperialistas, trata-se, portanto, de ex-colonos e alguns britânicos, sendo que os encontros aconteciam na África do Sul em que pretendiam destruir o comunismo da FRELIMO como o consideravam.

No caso da RENAMO, estudos (*cf*. MOSCA, 2011) mostram que desde o período das reformas econômica realizadas na década de 1980, esteve ao lado dos que defendiam a necessidade da privatização da terra, neste caso, o FIM e o Banco Mundial, mas mesmo assim, tem ganhado apoio dos camponeses, sobretudo, das regiões norte e centro do país. Já o MDM, é um *partido político de centro-direira*, cujo origem se deu através de cisões internas da própria RENAMO.

As pessoas que fundaram o MDM incluindo o atual presidente do partido, Daviz Mbepo Simango e o antigo Secretário-Geral, Ismael Mussá, antes eram quadros séniores da RENAMO. Pode-se inferir que, o MDM enquanto partido político ainda não se desvinculou completamente das suas raizes históricas, embora não seja um partido (completamente) belicista como a RANAMO. Quanto ao MDM, de realçar que, desde o seu surgimento em 2009, nunca apresentou um proposta plausível e detalhada sobre o desenvolvimento rural em Moçambique que desse atenção ao campesinato.

De realçar que, tanto a RENAMO quanto o MDM, usam os *discursos dos excluídos para os excluídos* como uma estratégia deliberada para capturar o eleitorado que vota na FRELIMO, mesmo num contexto de exclusão social e por via disto, chegar

ao poder. Esse eleitorado que tentam capturar, é constituído majoritariamente por camponeses, os mesmos que têm sido excluídos e marginalizado nas políticas públicas de desenvolvimento rural que a FRELIMO vem implementando no país. As propostas de governação da RENAMO e do MDM, sobretudo, para o desenvolvimento do setor agrário no país, embora sempre questionem e critique a FRELIMO, são pouco conhecidas pela sociedade moçambicana.

Tanto a FRELIMO, partido no poder desde 1975, quanto aos partidos da oposição, sobretudo, o RENAMO e o MDM, não têm apresentado nos seus manifestos eleitorais, uma ideia clara no que tange a sua visão sobre agricultura camponesa no país, embora os camponeses sejam os seus potenciais eleitores. Politicamente, os discursos dos candidatos à presidente da república destes três partidos políticos, em termos de conteúdo, têm se mostrado esvaziado, sobretudo, quando se fala dos camponeses e da agricultura camponesa no país. Esse esvaziamento político, acontece num contexto em que, constitucionalmente, agricultura camponesa é considerada importante na produção alimentar e para a dinamização da economia do país. A UNAC tem denunciado os candidatos à presidente da república de estarem a ignorar e a marginalizar os camponeses nos seus manifestos eleitorais, dando mais atenção ao agronegócio. A esse entendimento, Ntauzi (2014) descreve que:

> Mais de 250 camponeses de todo o país reunidos na sua III Conferência Internacional Camponesa sobre Terra, realizada nos dias 1 e 2 de Outubro com objetivo de aprofundar o debate democrático sobre os desafios estruturais da agricultura, denunciam os manifestos dos candidatos à presidente da república que ignoram e marginalizam a agricultura camponesa em benefício do agronegócio (NTAUZI, 2014).

Em tempos de crises e de restruturação da estrutura capitalista no mundo, a UNAC é desafiada a se reiventar perante conjuntura para manter as lutas e resistências camponesas. Fazendo referência a UNAC, Mosca (2014) afirma que:

> O movimento associativo dos pequenos produtores encontra um conjunto de desafios que necessitam ser superados. Caso contrário, poderão existir processos regressivos face à crescente penetração do capital e dificuldades concorrenciais dos pequenos agricultores (MOSCA, 2015, p. 80).

Enquanto movimento camponês de expressão nacional e internacional, a UNAC encontra-se consolidada, mas politicamente, há uma necessidade de fortalecer-se e este, é o primeiro desafio. Existem dentro da UNAC alguns sinais de que mesmo diante das conjuntura adversa a sua reprodução social, tem se fortalecido enquanto movimento campesino, como, por exemplo, a cração de bancos de semente. Esse foralecimento da

UNAC tem aumentado por ser membro da Via Campesina e também por ter estabelecido alianças com movimentos sociais nacionais e internacionais. Mesmo assim, há desafios por serem ultrapassados. Outro desafio da UNAC passa também por construir um plano nacional de desenvolvimento alinhado com as bases (camponesas) para melhor enfrentar o agronegócio em expansão campo.

Manter a coesão entre os membros, é também um dos desafios que a UNAC tem pela frente. A coesão interna contribui para o engrandecimento do movimento e evita fragmentações e, consequentemente, a sua fragilização. Outro desafio da UNAC, é a formação política das suas lideranças, sobretudo, nas bases é muito importante, pois é lá onde concentra-se maior parte dos seus membros. Embora que UNAC esteja a avançar com algumas capacitações esporádicas dos seus membros, mas há uma necessidade de expandir para outros lugares com vista a abranger maior número possível de camponeses.

Tendo em conta que o país tem mais 100 distritos, e outros estão inda a serem criados no contexto da descentralização em curso, a UNAC é desafiada a espedir-se para o resto dos distritos. Esta expansão irá permitir para que a UNAC esteja próxima das suas bases. Estando próxima das suas bases, significa que haverá maior protagonismo dos camponeses, na medida em que as suas ações no âmbito das atividades de advocacia, poderão contribuir para uma luta mais aguerrida e coletiva em defesa dos interesses da classe.

6.3.2. A Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM)

A Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) é uma organização camponesa de caráter associativa e foi criada em 1992 com objetivo de defender os interesses e direitos dos camponeses e das comunidades rurais, contribuindo para o desenvolvimento associativo e comunitário, visando assegurar o direito de posse e uso sustentável de terra e dos recursos naturais nas comunidades. Como visão, a ORAM afirma que pretende transformar os direitos de acesso à terra em benefícios de promoção da prosperidade e bem-estar das comunidades rural. Institucionalmente, a ORAM é guiada por valores e entre eles destacam-se os seguintes: equidade de gênero, justiça social, econômica e ambiental, democracia, imparcialidade político-partidária, transparência, solidariedade, espírito associativo e participação, respeito. De acordo com a ORAM (2010, p. 3) esta organização camponesa atua nas seguintes áreas:

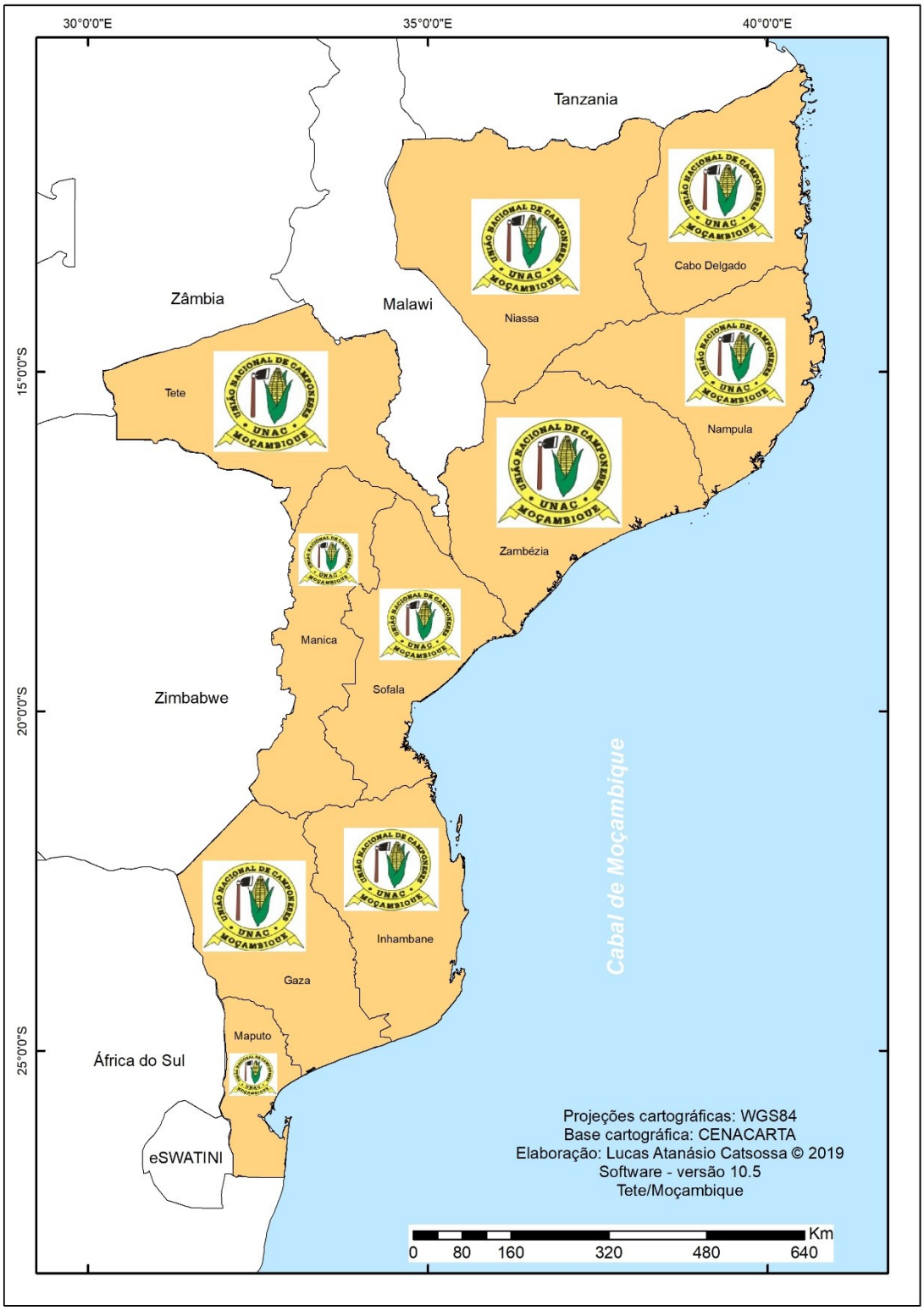
i. Sensibilização sobre os direitos das comunidades locais definidos na legislação da terra, florestas e fauna bravia e ambiente e sobre a importância das delimitações/demarcações no Cadastro Nacional de Terras;
ii. *Lobby* e advocacia;
iii. Delimitação/demarcação de áreas comunitárias;
iv. Elaboração de plano de uso de terras e recursos naturais comunitários;
v. Mediação de conflitos de terra e recursos naturais;
vi. Promoção do associativismo e de cooperativas de camponeses.

No âmbito das suas atividades, a ORAM elegeu três áreas principais, entre elas: (i) segurança e posse da terra; (ii) gestão dos recursos naturais e; (iii) lobby e advocacia; (iv) mudanças climáticas, desenvolvimento institucional e; (v) gênero. Dados fornecidos pela direção da ORAM durante a entrevista, apontam que possui cerca de 469 membros coletivos e 170 membros individuais. A sede da ORAM está localizada na cidade de Maputo. É a partir da cidade de Maputo que são tomadas todas as decisões e a planificação das suas atividades. Para a tomada das decisões e a planificação das atividades anuais, a ORAM tem se reunido em assembleias na presença das lideranças de quase todo o país. Tem havido também encontros ordinários e extra-ordinários para a discussão de questões importantes relacionadas com a própria organização.

A ORAM obedece uma estrutura orgânica na qual, o Diretor-Executivo é a pessoa responsável pela gestão institucional, mas subordinado por outros setores. Neste sentido, todos outros órgãos, se subordina a Direção-Geral. Essa estrutura orgânica, além de ser burocrática, ela está sujeita também a contradições deste as relações de dominação, já que outros órgãos orgânicos se subordinado a Direção-Geral sob gestão da liderança máxima.

Outra contradição é que neste tipo de estrutura orgânica, as práticas patrimonialistas e clientelistas são recorrentes. A liderança máxima da ORAM é eleita, seguindo princípios democráticos pelo Conselho de Direção. O processo de espacialização da ORAM ao longo do país, deu-se de forma faseada e foi motivada pela intensificação do conflitos de terras. Tendo em conta que a sua missão é promover a justiça social no campo, a ORAM viu-se obrigada a se instalar em quase todas as províncias do país. Desde a sua criação na década de 1990, a ORAM conta com dez delegações provinciais.

Mapa 10. Espacialização da ORAM em Moçambique



Neste sentido, a ORAM está presente no campo a partir das suas delegações e os seus membros é que se têm deslocado para as bases camponesas no âmbito das atividades rotineiras de advocacia. A ORAM tem avançado também na formação e capacitação dos seus membros com vista a garantir que estes tenham um maior capacidade de articulação

com as bases camponesas. Essas capacitações tem sido importante no processo de delimitação de terras comunitárias que tem vindo a desenvolver junto as comunidades rurais e os camponeses.

Num contexto em que os territórios comunitários têm sido alvo do capital, a ORAM tem desenvolvido atividades junto as comunidades rurais e os camponeses sobre importância da terra e outros recursos naturais virais para a sua sobrevivência. Para a ORAM, com as atividades que tem vindo a desenvolver junto as comunidades rurais e os camponeses, visa proporcionar os sujeitos ferramentas necessárias para as suas lutas e resistências em caso dos seus territórios serem invadidos pelo capital. A ideia da ORAM é fortalecer o protagonismo político dos camponeses em face das contradições que são geradas pelo capital no campo. O diálogo entre a ORAM e as comunidades tem sido feito na presença das autoridades locais (líderes comunitários e régulos, anciãs, etc.) e nalguns casos, algumas estruturas do governo. A foto 55 mostra as lideranças e membros da ORAM em pleno diálogo com os líderes comunitários.

Fonto 55. Diálogo entre a ORAM e as comunidades

Fonte: https://www.oramnampula.org.mz. Acesso: 14/08/2019.

No Corredor de Nacala, a ORAM opera com as delegações de Nampula, Niassa e Zambézia. Por meio destas delegações, a ORAM tem desenvolvido diversas atividades em defesa dos direitos e interesses dos camponeses. Destas atividades e son lema “a terra deve ser para todos”, a ORAM tem se envolvido no processo de demarcação de terras

comunitárias como forma de garantir que todos os moçambicanos, sobretudo, os camponeses tenham acesso à terra. A ORAM entende que só delimitando terras é que se pode dar maior proteção dos camponeses. Os conflitos de terras são os que mais têm preocupado a ORAM. Portanto, a ORAM vê a demarcação de terras comunitárias como uma via para "estancar" os conflitos sociais campo. O Diretor-Executivo da ORAM, afirma que "o DUAT é um instrumento de resolução dos conflitos de terra na nossa abordagem[223]". Acrescenta ainda que não são apenas os conflitos gerados pelo capital no âmbito da sua territorialização que preocupa a instituição que dirige, mas também, "os conflitos de limites entre comunidades".

Os conflitos sociais resultantes da má e/ou da falta definição e a não-obervância de limites entre comunidades no campo são recorrentes. O estudo de Mandamule (2017c) intitulado «*Tipologias dos conflitos sobre a ocupação de terras em Moçambique*», ajuda a compreender, por exemplo, como é que os conflitos sociais resultantes da má definição de limites entre comonidades ocorrem. Esta autora tipifica este conflito como sendo "inter-comunitário". O conflito *inter-comunitário* segundo esta autora, acontece quando, por exemplo, não há observância pelos limites entre duas comunidades. O conflito *inter-comunitário* é se assemelha ao *inter-familiar* que também ocorre por má e/ou falta de limites entre duas famílias camponeses, ambos descritos por esta autora. Em relação ao conflito inter-familiar, esta autora explica que:

> [...] este tipo de conflito está essencialmente ligado a não-observância dos limites ou à invasão de áreas familiares não utilizadas. A falta de deminitação, a existência de marcos baseados em suposições e na oralidade, a falta de registros dos direitos de propriedade pelas famílias, aliado à pobreza e o crescimento dos agregados familiares, são elementos que concorrem para que as famílias expandam suas áreas de cultivo, mesmo para espaços alheios. Estes espaços tendem a ser áreas cujos proprietários nunca cultuvaram, ou deixaram de cultivar por um período considerável de tempo que são desbravadas e cultivadas pelos novos ocupantes. Quando a família se apercebe que as suas terras estão sendo exploradas pelos terceiros, sem autorização, surge o conflito (MANDAMULE, 2017c, p. 216).

Isto para dizer que, os conflitos de terras em Moçambique e, sobretudo, no Corredor de Nacala não são orginados apenas por causa entrada do capital, mas também, se dão pela má e falta de definição dos limites entre os camponeses. Além do conflito *inter-comunitário* e *inter-familiar*, Mandamule (2017c) descreve também outros que se

[223] Entrevista realizada em Maio de 2019.

dão quase nos mesmos moldes, entre eles, *intra-familiar*[224]. Embora nalguns momentos atuem na contramão dos camponeses e das comundades rurais em benefício do capital e, em última instância, para eles próprios e seus parentes, os líderes comunitários e régulos, desempenham um papel importantes na resolução dos conflitos sociais resultantes da má e/ou falta de definição de limites, tanto *inter-comunitário* como *inter-familiar* A esse respeito, Mandamule (2017c) remata que:

> As autoridades comunitárias locais [...] jogam um papel importante na resolução deste tipo de conflito, mobilizando as partes em conflito e identificando as pessoas mais antigas da comunidade. Estas ajudam a perceber a quais das famílias pertencem a área, se os limites apresentados pela família ofendida coincidem, ou não, com os indicados por eles, e, em função disto, delimita-se o espaço e coloca-se marcos para separar a área. À família ofendida é feita uma compensação em culturas ou em valores monetários pelas plantas ou árvores destruídas durante o processo de ocupação da família agressora (MDANDAMULE, 2017c, p. 2017).

Talvez, a implementação do programa *Terra Segura* seja importante neste sentido, pois está a realizar registro formal de terras, tanto para DUAT´s singulares como comunitários (coletivos). Nesta vertente, este programa pode evitar a emergência de conflitos sociais resultantes da má e/ou falta de definião de limites. O papel da ORAM também torna-se crucial neste processo. O Diretor-Executivo da ORAM termina a sua intervenção, elucidando que a demarcação que a sua instituição está a levar a cabo no âmbito da Cadeia de Valores de Terras Comunitárias (CaVaTeCo) "permite a própria comunidade gerir potenciais conflitos decorrentes das demandas dentro das suas terras[225]". O processo de delimitação que a ORAM está levar a cabo, faz parte de uma iniciativa interna da organização, sendo que primeiro, implementou o programa CaVaTeCo que foi financiado pelo consórcio Terra Firma e envolveu as províncias de Nampula e Zambézia, respectivamente.

A partir do CaVaTeCo, a ORAM pretende fortalecer a sua capacidade institucional local através da criação de associações comunitárias legalizadas. A ORAM afirma, por exemplo, que o programa CaVaTeCo já apresenta resultados encorajadores e diz ser uma história de sucesso, pois através desta iniciativa conseguiu mitigar os conflitos de terra com a delimitação e formalização da posse da terra comunitária. Além desta iniciativa, a ORAM vem implementando outras com vista a garantir segurança de posse para os camponeses. Uma destas iniciativas é o Programa de reforço da segurança de

[224] Para Mandamule (2017c, p. 216) o conflito intra-familiar "acontece quando a divisão das terras entre os filhos não é feita de maneira equitativa e agrava-se quando a qualidade dos solos atribuídas a uns é considerada pelos outros como sendo mais produtiva".
[225] Entrevista realizada em Maio de 2019.

posse e gestão de terras das comunidades locais, financiado pela Rede Inkota, uma organização Alemã. A ORAM implementou também este mesmo programa com o apoio financeiro da Oxfam e abarcou os distritos de Ribáue e Malema, na província de Nampula.

O Diretor-Executivo da ORAM afirma, no entanto, que com a demarcação de terras comunitárias "irá permitir que as próprias comunidades possam fazer atração do investimento com clareza, através dos mapas que são elaborados no processo de delimitação de terras[226]". A implementação do Programa de criação de oportunidades e alternativas económicas sustentáveis e inclusivas em Moçambique pela ORAM que foi financiado pela Alianza por la Solidaridad (APS), pode ser visto neste prisma, pois visava apoiar os seus membros a identificar áreas que poderiam ser utilizados para atrair investimento dentro da comunidade como se pode observar na foto 56.

Foto 56. Camponesa indicando uma (possível) área a ser usada para atrair investimento

Fonte: https://www.oramnampula.org.mz. Acesso: 14/08/2019

Igualmente, a ORAM tem realizado várias capacitações aos camponeses e as camponesas de quase todo o país, sobretudo, nos lugares onde atua. Essas capacitações segundo a ORAM visam dotar os camponeses e as camponesas instrumentos necessários para poderem por si só, avançar com atividades que possam garantir a sua sobrevivência dentro das comunidades por ela delimitada. Uma das capacitações feitas pela ORAM visava munir os camponeses e camponesas técnicas de preservação de sementes nativas.

[226] Entrevista realizada em Maio de 2019.

No contexto das lutas e resistências contra a expansão do capital no campo, a ORAM tem se mostrado um pouco moderado no seu posicionamento contra o agronegócio no país. A ORAM é uma organização camponesa menos radical na luta contra o capital. Embora seja uma organização camponesa, a ORAM diverge em alguns aspectos com a UNAC com outros movimentos sociais e, sobretudo, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Enquanto a ORAM acredita na coexistência de modelos agrários enquanto que a UNAC e a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*, descartam essa possibilidade. O Diretor-Executivo da ORAM, afirma que "há uma necessidade de fazer coexistir os modelos [agrários] desde que eles não conflituem entre si[227]". E continua:

> O que nós somos contra são os modelos [agrários] e não o agronegócio. Agronegócio é bom porque cria, fortalece o produtor. O produtor não deve depender sempre do sistema para ser subsidiado insumos. Temos que criar a capacidade para que o produtor possa existir por si mesmo, mas nesse processo, temos que garantir que os modelos que ele adota, não sejam modelos que contrastam com os princípios de preservação da natureza[228].

Nos depoimentos anteriores do Diretor-Executivo da ORAM, além de existir algumas ambiguidades, há uma visão "romantizada" do agronegócio. Como foi referenciado nos capítulos anteriores, a territorialização do agronegócio se dá de forma desigual e contraditória. É quase impossível onde o agronegócio se implanta não existir concentração da riqueza/renda e terras nas mãos de pequenos grupos como também conflitos conflitos sociais. Os conflitos sociais no campo, fazem parte do ciclo de vida do agronegócio e eles se dão de diversas formas. Os conflitos sociais no campo não serão "estancados" com a delimitação de terras e a entrega dos DUAT´s aos camponeses. A expropriação de terras é a forma mais visível do conflito no campo entre os camponeses e o agronegócio.

Existem outros conflitos que não são visíveis, neste caso, relacionados com a contaminação da produção camponesa, dos solos, dos rios, lençóis freáticos, lagos feito pelos agrotóxicos. Os conflitos sociais no campo conforme foi realçado no capítulo 4, se dão também pelo uso dos OGM´s na produção agrícola em que o resultado, é a *poluição genetíca*. Significa que, sem usar OGM´s, a produção camponesa é contaminada geneticamente tanto pelas águas quando escoadas para as machambas dos camponeses como também pela migração de *polén* das lavoudas do agronegócio para as explorações familiares. Além disso, é difícil preservar-se a natureza onde o agronegócio se

[227] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[228] Entrevista realizada em Maio de 2019.

territorializa, pois a produção de *commodities* necessita de maior área limpa de vegetação possível. A ORAM tem lutado e resistido também contra a expansão dos OGM´s na agricultura moçambicana. Nesta luta e resistência contra os OGM´s, a ORAM tem um entendimento que estas sementes têm um impactos negativos para esfera social, econômica e ambiental.

Esta organização camponesa diz estar a desenvolver ações mais concretas com vista a ter um posicionamento claro e coerente sob ponto de vista combativo contra a expansão dos OGM no país. Diz ainda que dentro da organização, estão em curso algumas pesquisas tanto dentro do país como na África do Sul com vista a compreender melhor a problemática. Mas, vale realçar que, a África do Sul é um dos países africanos que mais usa OGM´s no processo produtivo e parte da sua produção, é consumida em Moçambique, sobretudo, nas cidade de Maputo e Matola, respetivamente. A ORAM afirma ainda que está a dialigar com outras organizações camponesas, como, por exemplo, a União Nacional de Camponeses (UNAC) no sentido de conduzirem ações conjuntas contra a expansão dos OGM´s no país. Reagindo a decisão do governo que visa aprovar o uso de OGM´s no país, o Diretor-Executivo da ORAM elucida que:

> Nós tivemos a oportunidade de fazer o acompanhamento de um projeto idêntico [ao que está sendo testado aqui em Moçambique] na África do Sul e estamos neste momento a escrever um documento de posição porque a ORAM é contra os OGM´s. A nossa experiência é contra e nós já apresentamos algumas evidências, no caso do milho que é a cultura que está, em princípio para passar para a fase de teste para a fase de produção. [...]. É uma grande contradição e nós estamos a fazer agora o posicionamento baseado nas evidências que temos. Há um posicionamento de que Moçambique ainda não está em altura de aprovar a produção com OGM´s de milho [...], então nós estamos a fazer no sentido de influenciar para que o país não adote. [...] Houve uma demonstração dos resultados duma pesquisa do IIAM [Instituto de Investigação Agrária de Moçambique] então, vai-se seguir a fase de adoção [para o seu uso no processo produtivo], que é exatamente esta fase que nós vamos mostrar alguma evidência de que o consumo de OGM´s tem impactos negativos a vários níveis, ambiental, social, econômico e, em particular, humano. Daí que vamos ativar o Ministério da Saúde para que tenha uma posição de que impacto tem o consumo de produtos derivados de OGM´s para a saúde humana, porque não basta o setor da agricultura dizer que resiste a praga e seca, não é suficiente. [...]. Fui abordar a UNAC [União Nacional de Camponeses] no sentido de qual seria a sua posição, se poderíamos unir esforços para movermos um processo em relação essa questão[229].

Na sua luta e resistência contra o uso de OGM´s na produção agrícola, a ORAM tem realizado atividades com vista a explicar os camponeses a importância e as vantagens do uso de sementes nativas. Recentemente, sobretudo, em Dezembro de 2019, a ORAM organização um evento na cidade de Chimoio, província de Manica onde se localização

[229] Entrevista realizada em Maio de 2019.

uma das suas representação para discutir o impacto negativo dos OGM´s na produção agrícola junto de outras organizações sociais que também lutam e resistem contra a expansão do agronegócio no campo. Além da ORAM, neste evento houve a participação de outras organizações, como, por exemplo, a União Provincial de Camponeses de Manica (UPCM), Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), a Plataforma da Sociedade Civil de Chimoio (PLASOC). No âmbito das suas atividades junto as suas bases, a ORAM tem estado a explicar aos seus membros as melhores formas de conservação as sementes nativas conforme a foto 57.

Foto 57. Amostra de sementes nativas feita pela ORAM

Fonte: Acervo particular da ORAM (2019)

O seu engajamento na luta contra o agronegócio, verificou-se no âmbito da entrada do ProSAVANA. Na tentativa de compreender o ProSAVANA, a ORAM coordenou um estudo intitulado «*Sustentabilidade e coexistência pacífica no uso e aproveitamento de terras em Moçambique: os contornos do ProSAVANA*». Neste estudo, a ORAM procura compreender se o modelo que o ProSAVANA pretende implantar no Corredor de Nacala vai ou não coexistir com o campesinato. Como conclusão, a ORAM chegou as seguintes constatações:

> Os investidores e as autoridades públicas demonstraram haver necessidade para o desenvolvimento do setor agrário em Moçambique. As comunidades locais e as ONGs apresentaram-se abertas e desejosas às iniciativas de investimento. Não obstante, parece claro que o ProSAVANA lidará com aspectos sensíveis como, por exemplo, a necessidade de reassentamento de parte da população local. Neste contexto, todos os setores revelaram grande preocupação e cautela discursiva em relação ao desafio de proteção dos diretos adquiridos pelas comunidades locais em relação a terra e outros recursos

> naturais e a necessidade de se minimizar processo de reassentamento das população (ORAM, 2012, p. 54).

As questões que a ORAM coloca no estudo acima citado, são importantes e as mesmas precisam ser consideradas no processo de implementação do ProSAVANA. Os reassentamentos populacionais no Corredor de Nacala, são inevitáveis e este aspecto, foi referenciado por muitos autores (*cf*. MANDAMULE & BRUNA, 2019; JACINTO, 2014; CATSOSSA, 2017a). As famílias camponesas do Corredor de Nacala, correm também o risco de perderem os direitos consuetudinariamente adquiridos, sobretudo, a terra que é a base material e simbólica de existência e de reprodução social.

Para a ORAM começar a lutar contra o ProSAVANA, vários aspectos a chamou atenção, além dos conflitos sociais, dentre outros aspectos, estão a destruição da floresta nativa e a degradação ambiental. Destes aspectos, os mais importantes estão ligados com a extensão territorial do ProSAVANA, o fato deste programa não ter passado pela Assembleia da República para a sua aprovação, a quantidade de dinheiro que iria ser aplicado no processo da sua implementação e a população diretamente afetada no Corredor de Nacala. O Diretor-Executivo da ORAM, afirma que ao entrar na luta contra o ProSAVANA a sua organização preocupava-se com:

> [...] dimensão [territorial que iria ser ocupado pelo ProSAVANA], falava-se 14,5 milhões de hectares de terras, olhava para a população diretamente abrangida com o programa que era cerda de 6 milhões, olhava para o volume de investimento, naquela altura falava-se do Fundo de Nacala que seria mais ou menos 2 bilhões de dólares. Então para o investimento deste gênero, não deve ser autorizado apenas pelo governo, tinha que haver pelo menos outra entidade porque 6 milhões de habitantes, é soberania de Estado, 14,5 milhões de hectares de terras, é hipotecar uma nação por meio de um programa. Então, nós chamamos um dispositivo na própria Constituição da República que é claro sobre quem deve autorizar a contratação de dívida. Por exemplo, nesse problema atual que temos de contratação da dívida (referindo-se da "dívida oculta") é ilegal porque a AR [Assembleia da República] não autorizou. Então, nós chamamos atenção para essa necessidade, no sentido do Estado se posicionar em relação a este processo [de implementação do ProSAVANA]. E havendo efetivamente a necessidade de se ocupar os 14,5 milhões de hectares de terras, nós assumíamos que o ProSAVANA fosse um programa público e aí entraria o Estado porque é mais simples, pois nós monitoraríamos as ações de implementação do governo do que programas privados[230].

Neste entendimento, a ORAM via a territorialização do ProSAVANA como a fonte de "colonização" do país através da produção de monoculturas de interesse do mercado global. Por sua vez, a ORAM olhava para o ProSAVANA como uma fonte de reprodução de injustiças sociais no Corredor de Nacala. De realçar que, a ORAM fez parte do grupo de organizações camponesas que se deslocou para o cerrado brasileiro com

[230] Entrevista realizada em Maio de 2019.

vista a ver de perto os desdobramentos do PRODECER. A coordenadora do secretariado da ORAM afirma que:

> Se for aquilo que está acontecer no Brasil, os camponeses vão ter que comprar [produtos alimentares] como no Brasil nessas zonas do Mato Grosso, as pessoas vão ter que comprar produtos alimentar, o impacto ambiental também aquelas questões negativas, se for aquilo, os camponeses vão perder terras[231].

Temendo a reprodução dos conflitos socioambientais no Corredor de Nacala, a ORAM decidiu juntar-se a outras vozes da sociedade civil para de forma conjunta, lutarem e resistirem com vista a travar a o ProSAVANA. A coordenadora de gênero da da ORAM, indignada com o modelo agrário que estava proposto afirma:

> Pisar a população que já foi pisada pelo colono também não. O nosso não, não é dizer que nós estamos a impedir os investimentos em Moçambique. Nós como ORAM, não impedimos nenhum investimento em Moçambique, só que nós temos que saber com esses investimentos, o que é que o moçambicano vai ganhar, o camponês vai ganhar o quê? O que é que nós perdemos?[232]

O Coordenador-Executivo da ORAM afirma que quando começou a travar batalha contra a implementação efetiva do ProSAVANA, havia uma certa arrogância da parte dos executores deste programa, pois não aceitava opiniões contrárias. Em uas palavras, o Coordenador-Executivo da ORAM descreve o cenário nos seguintes termos:

> Eu participei no debate, como disse a luta pelo ProSAVANA é antiga. Quando a luta começou, existia toda arrogância, toda a resistência do governo provincial em aceitar qualquer que fosse a ideia que a sociedade civil tivesse para apresentar. A tentativa de aproximação entre o governo e a sociedade civil, partiu de um discurso feito pelo governador de Nampula. Ele dizia que estamos dispostos [a dialogar convosco][233].

Na luta e resistência contra o ProSAVANA, a ORAM defendia que este programa fosse arquivado e começasse a elaboração de um outro plano de desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala, baseado nas demandas populares. Para a ORAM, os camponeses deveriam ser ouvidos antes de começar a implementação do ProSAVANA e impor-lhes um modelo agrário o qual não participaram para a sua construção/elaboração. Neste sentido, se o governo brasileiro e japonês quisessem investir no país, estes deveriam apoiar a nova proposta de modelo agrário resultante das demandas populares. A Coordenadora de Gênero da ORAM/Nampula afirma:

> Os camponeses estão a dizer Não ao ProSAVANA, tudo o que está dentro do quadrado ProSAVANA, modelo de crédito, empréstimo, esta questão de atribuição de DUAT's que está muito camuflada dentro do ProSAVANA. A ideia é que tudo, o que está dentro do quadrado ProSAVANA, ser encostado,

[231] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.
[232] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[233] Entrevista realizada em Janeiro de 2019.

> seu dinheiro ser [também] encostado. Começamos um estudo de base para perceber quais são as necessidades do camponês, o camponês não disse que quer produzir soja em grandes quantidades, não disse isso, o camponês não disse que quer produzir milho. [...]. Então, encosta-se o ProSAVANA, começa-se a produção de um novo modelo. Agora se o governo japonês e o governo brasileiro, decidirem apoiar esta nova proposta, tudo bem, se não, é que se procure novos parceiros que estejam dispostos a apoiarem esta iniciativa que seja legítima dos produtores e dos camponeses ao longo do Corredor de Nacala[234].

Nessa luta e resistência contra o ProSAVANA, a Coordenadora de Gênero da ORAM da ORAM foi mais longe e afirma, no entanto, que o dinheiro a ser investido neste programa não pode sacrificar milhares de famílias camponeses no Corredor de Nacala. A Coordenadora de Gênero da ORAM da ORAM/Nampula afirma que:

> O dinheiro não pode justificar o sacrifício que vai fazer um povo. A nossa ideia, não é dizer não ao ProSAVANA e calar-se, queremos alternativa para desenvolver a nossa agricultura. Lembro-me que até uma das palavras [dos camponeses], foi essa, não queremos um trator gigante que venha lavrar as nossas terras, queremos uma multi-cultivadora na qual a gente pega diz que está a ir a machamba para poder produzir. Então, o que eles na verdade queriam dizer, é que olha, não venha um programa tão gigante, mas que fortaleça aquela nossa habilidade de produzir. [...]. O camponês tem as suas culturas prioritárias e cada cultura, varia de região para região, porque é que vamos obrigar um Corredor inteiro a produzir culturas das quais não determinam o seu processo de subsistência[235].

Nem sempre a atuação da ORAM no campo é vista de bom agrado pelo governo, pois nota-se tensões, na medida em que os dois poderes se chocam quando se cruzam, daí que emergem conflitos. De um lado, o governo da FRELIMO com as suas visões de produção do mundo e do outro, a ORAM com a sua proposta e/ou alternativa, destacando a necessidade de produzir-se um outro mundo cada vez mais justo e humanizado. Essas visões de mundo por serem imaterialmente diferentes, quando cruzam, conflituam por conta das divergências teóricas ou políticas, principalmente, que existem entre os dois poderes. O Coordenador-Executivo da ORAM explica que:

> Ele [o governo] é que nos autoriza trabalhar. Nós trabalhamos numa área de intervenção do próprio governo, faz parte de um dos setores do governo. Então, temos colaborado com ele [o governo] para mostra se os modelos de governação têm surtido efeitos ou não aquilo que são os benefícios para o nosso caso [enquanto organização social] e para com as comunidades. Então, do momento a nossa relação é boa, [sobretudo] quando há um entendimento mútuo, mas noutros momentos, a [nossa] relação não tem sido boa, como foi, por exemplo, em vários processos quando esta(va)mos a fazer assistência jurídica as associações no âmbito da ocupação das suas terras por mega-projetos[236].

[234] Entrevista realizada em Janeiro de 2019.
[235] Entrevista realizada em Janeiro de 2019.
[236] Entrevista realizada em Julho de 2019..

A realidade conflitante, entre o governo e a ORAM, nalguns momentos tem minado uma convivência pacífica e democrática no país. Embora seja parceiro do governo nas suas ações, a ORAM mostra-se insatisfeita, daí que afirma a ver hipóteses de um dia se aliar a um partido político para ver os seus planos de governação agrária e de gestão de recursos naturais no país a serem implementados em benefício das comunidades rurais e dos camponeses. O Diretor Executivo da ORAM explica que:

> Se agenda deste partido for a mesma com a da ORAM, não vai-se fazer um pacto, mas sim, uma aliança, no sentido de (e/ou para) ver implementados todas aquelas diretrizes nacionais de governação agrária e de recursos naturais. Não vejo problemas nisso, desde que isso não seja usado como forma deste partido [o qual vamos nos aliar] ter acesso ao poder. Porque o nosso papel é exatamente monitorar a governação, apoiar a governação[237].

A ORAM também tem muitos desafios pela frente. A sua expansão para os distritos que têm sido vítimas do capital, é um dos desafios que a ORAM tem pela frente. Nos distritos vistitados ao longo do Corredor de Nacala, não foi possível localizar uma representação da ORAM. Fala-se mais da UNAC que da ORAM, embora estas duas organizações camponesas estajam presentes nas mesmas províncias no Corredor de Nacala. Enquanto a UNAC está presente até nos distritos através dos seus núcleos, a ORAM tem representação ao nível provincial.

Nas províncias, a ORAM está presente a partir das cidades capitais. No entanto, é no distrito onde vivem e trabalham os camponeses e não nas cidades. A sua territorialização nos distritos, politicamente, é estratégico e vantajos, pois pode ajudar o próprio movimento a consolidar-se cada vez mais sob ponto de vista combativos. A formação política dos seus militantes e a coesão interna, é importante para a sua própria atuação no campo. Dentro da ORAM, há várias visões sobre o agronegócio. Como foi visto, enquanto algumas lideranças olham para o agronegócio como uma ameaça a classe camponesa, outras afirmam que traz benefícios para esta mesma classe.

Essas divergências políticas trazem uma sensação de que, politicamente, a ORAM mostra-se desarticulada, sobretudo, no seu entendimento sobre o agronegócio enquanto modelo agrário/agrícola. No entanto, havendo internamente essas divergências teóricas sobre o agronegócio, significa que, o risco de ocorrer uma fragmentação dos membros é maior. A falta de coesão interna e coerência no discurso combativo, pode levar o enfraquecimento das próprias agendas sob ponto de vista de lutas e resistências contra o capital no campo e, sobretudo, no Corredor de Nacala.

[237] Entrevista realizada em Julho de 2019.

Pode minar também o projeto transformacional que a ORAM pretende implantar no país, pois só é possível materializá-lo quando internamente há uma clareza, coesão e coerência no encaminhamento das pautas de lutas e resistências. Paradoxalmente, há lideranças dentro da ORAM que afirmam que a sua organização não é pela luta e resistência contra o agronegócio, mas sim, pela coexistência deste com o campesinato no mesmo espaço. Outras lideranças da ORAM, estão na contramão deste pensensamento, destacando que são contra o agronegócio no Corredor de Nacala enquanto modelo agrário/agrícola. Embora algumas lideranças afirme que não são pela luta e resistência, as ações da ORAM enquanto movimento, revelam o contrário.

As ações da ORAM no caso do ProSAVANA, mostram uma luta e resistência contra a efetivação deste programa no Corredor de Nacala. Portanto, há evidências claras de que internamente, não há uma clareza e coerência no seu discurso combativo e isto, pode colocar em causa a própria identidade da ORAM enquanto uma organização camponesa que diz defender e proteger os interesses da sua classe. A ORAM tem feito atividades em defesa dos interesses da sua classe, mesmo assim, há uma necessidade de repensar nas suas estratégias de lutas e resistências por forma a avançar com outro tipo de abordagem politicamente clara e coerente para um combate mais aguerrido contra a expansão capital no campo.

6.3.3. Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)

A Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU) é uma organização social de caráter popular composta por membros e militantes inseridos em grupos de base comunitária. A ADECRU desenvolve suas atividades no campo com foco para a defesa dos interesses das comunidades rurais, cuja finalidade é a promoção da justiça social e solidariedade entre os povos. A ADECRU é uma organização recente, sendo que surgiu em 2007. ADECRU diz se uma organização "é reconhecida por seu trabalho no engajamento democrático e inserção produtiva dos camponeses e das comunidades rurais na luta pela construção de um poder popular e de uma agenda justa, solidaria e soberana de desenvolvimento[238]".

A ADECRU nasceu com a missão de "impulsionar a agenda soberana de desenvolvimento local, promovendo maior envolvimento e interação entre os vários atores nacionais e internacionais em prol do desenvolvimento solidário e justo das

[238] Disponível em: http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/adecru/missao. Acesso: 09/02/2019.

comunidades rurais[239]". Afirma ainda que pretende ver em Moçambique "comunidades rurais protagonistas e mais ativas na priorização, definição, implementação e avaliação de ações inerentes ao seu soberano desenvolvimento sociopolítico, económico e cultural[240]". Os valores que guiam a existência da ADECRU enquanto movimento camponês em Moçambique são os seguintes:

a) Sentido de pertença comunitária;
b) Cooperação comunitária, responsabilidade e integridade;
c) Respeito pela diversidade do conhecimento e saber comunitário;
d) Realismo, transparência, democraticidade e justiça;
e) Autonomia, independência, competência e coordenação; e
f) Solidariedade e humanismo[241].

A diferença de outras organizações camponesas que atuam no campo, a ADECRU não é formada por camponeses, mas sim, por grupos sociais comprometidos com a questão camponesa. A ADECRU foi formada por jovens estudantes universitários e não camponeses, embora tivessem algum vínculo com a questão camponesa. A origem de alguns membros fundantes é camponesa, mas grande parte deles, vivem nas cidades, apenas regressam ao campo para cordenar e participar certas atividades internas da organização, como, por exemplo, encontros regionais e/ou locais.

Mesmo não sendo formada por camponeses, a ADECRU tem se notabilizando nas lutas e resistências camponesas contra o capital no campo. Por conta do avanço do agronegócio sobre as terras comunitárias, ADECRU tem se mostrado cada vez mais radical e rebelde nas suas ações combativas no campo. Embora fora do Corredor de Nacala, em algumas províncias visitas no ambito de outras pesquias onde ADECRU realiza as suas ações combativas, sobretudo, nas de Manica e Zambézia, foi possível houvir de alguns camponeses um certo reconhecimento pelo trabalho realizado por esta organização. Nestas províncias, por exemplo, alguns camponeses se identificam com a ADECRU enquanto uma organização que defende e promove a justiça social no campo.

Igualmente, ADECRU é das poucas organizações sociais (se não a única) que milita no campo com informações detalhadas relacionadas com os conflitos de terras no campo. Esta é a diferença sobstancial da ADECRU com outras organizações sociais em Moçambique. As informações organizadas e publicadas na página oficial da ADECRU,

[239] Disponível em: http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/adecru/missao. Acesso: 09/02/2019.
[240] Disponível em: http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/adecru/missao. Acesso: 09/02/2019.
[241] Disponível em: http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/adecru/missao. Acesso: 09/02/2019.

embora em jeito de denúncias, permitem compreender a geografia, as dinâmicas e a natureza dos conflitos sociais e das disputas territoriais no campo moçambicano e, principalmente, do Corredor de Nacala entre o campesinato e o agronegócio.

No âmbito do seu surgimento, a ADECRU estabeleceu a sua sede na capital moçambicana, Maputo, mas as suas ações combativas contra o capital, ocorrem no campo, sobretudo, nas bases camponesas. É a partir destas bases que ADECRU cria a sua identidade enquanto uma organização social que luta e resiste contra a expansão do agronegócio. Fora da cidade de Maputo não tem outra representação pelo país. A falta de representação no Corredor Nacala por parte da ADECRU como acontece com outras organizações camponesas, como, por exemplo, a UNAC e a ORAM, não permitiu que se recolhesse informações sobre a sua atuação nas bases camponesas.

É a partir da cidade de Maputo onde são tomadas várias decisões. Alguns encontros, sobretudo, assembleias gerais convocados para discussão de questões internas, são realizados em vários lugares do país. É nas assembleias gerais que: (i) são desenhadas as ações com vista a travar lutas e resistências cada vez mais agueridas contra o capital no campo; (ii) são aprovados os relatórios de atividades desenvolvidas durante todo o ano; (iii) são apreciados e aprovados os planos anuais e seu orçamento; (iv) são analisadas e aprovadas as áreas temáticas da ADECRU; (v) são analisados os graus de implementação dos planos estratégicos; (vi) são apreciadas e validadas as políticas institucionais dentre outros assuntos relevantes.

Após surgir, ADECRU não se espacializou pela implantação de infra-estruturas próprias por onde opera como acontece, por exemplo, com a UNAC e a ORAM que têm suas delegações ao longo do país. A falta destas infra-estruturas faz com a ADECRU não esteja próxima as bases camponesas diferentemente do que acontece, por exemplo, com a UNAC e não abstante, a ORAM. Diferentemente da UNAC e da ORAM, não existem informações sobre quantos membros associados a ADECRU têm ao longo do pais. A ADECRU trabalha com pessoas singulares que vivem dentro das comunidades e não são necessariemente, seus membros associados.

Além de serem membros de direção e informantes de outras organizações sociais, algumas dessas pessoas que trabalham com a ADECRU, vivem nas capitais provinciais e/ou sedes distritais. Significa que estas pessoas são pagas pela ADECRU para realizar suas atividades no campo. Em outras palavras, ADECRU tercearia as suas atividades no campo. Aqui, estamos diante da reprodução das relações capitalista. Mas, vale realçar que, as pessoas com que a ADECRU trabalha, estão espalhadas em locais de maior

presença do capital e mais conflituosas. Nalguns casos, ADECRU tem colaboradores dentro das comunidades vítimas do agronegócio. São esses que têm disponibilizado informações (denúncias) para a ADECRU.

A partir destas informações, a ADECRU desenha ações com vista a apurar os fatos. Depois de apurar os fatos, ADECRU entra em cena, denunciando as atrocidades da expansão do agronegócio no Corredor de Nacala. Tal como as organizações citadas anteriormente, a ADERCU tem uma estrutura orgânica, sendo a Coordenação Nacional, o escalão máximo de exercício do poder. Essa estrutura permite manter as relações de dominação, sendo que, os escalões mais baixos de gestão de poder, obedecem a Coordenação-Geral.

Neste sentido, o Coordenador-Geral é a elite máxima da organização, no qual todos os poderes subalternos, deve obediência. Essa estrutura da ADECRU, permite reprodução de quase todas as contradições que se verificam nos governos em outras instituições publicas e privadas, sobretudo, a burocracia, relações de dominação (já que outros órgãos se subordinam a liderança máxima), práticas patrimonialistas e clientelistas, lutas de classes pelo poder e pelo acesso aos recursos, sobretudo, as finanças (para não dizer acumulação privada da riqueza), etc. A luta pelo acesso as finanças é notória dentro da ADECRU. Quando a base de acumulação não é garantida, outros membros/colaboradores que trabalham fora da cidade de Maputo têm se distanciado da organização, apresentando sua renúncia.

Embora a causa da ADECRU seja social, a sua estrutura não combina muito com a de um movimento social. A ADECRU possui uma estrutura hieráquica, vertical e com uma concentração de poder nas mãos da liderança máxima da organização, bem diferente de movimentos sociais que são caraterizados pela horizontalidade em que o poder está descentralizado e assentato na base, no território. No contexto das lutas e resistências contra o capital no campo, as ações da ADRCRU estão diversificadas e abrangem vários setores. Além de agronegócio, a ADECRU está envolvido também na luta contra a mineração, incluindo apropriação da água pelo capital e construção de barragens, por considerar que tem implicações negativas, não apenas sob ponto de vista social, mas também ambiental.

A questão da terra e os impactos negativos do avanço do agronegócio sobre os territórios comunitários, têm estado nas agendas da ADECRU na sua luta e resistência contra o capital no campo. Para tal, a ADECRU tem contestado severamente o processo de expansão do agronegócio no Corredor de Nacala e no país, em geral, por entender que

representa um risco para a reprodução social das famílias camponesas, já que é uma classe social mais desfavorecida que têm apenas a terra como o seu meio de existência material e simbólica. No âmbito das suas lutas e resistências contra a expansão do agronegócio no campo, a ADECRU tem referenciado, por exemplo, que:

> O avanço desse modelo agrícola [pautado no lucro] tende a gerar muitos problemas de usurpação de terras das comunidades camponesas porque os investidores ocupam extensos hectares, colocando em causa os nativos que vêem a terra como seu único meio de sobrevivência[242].

Ainda nesta senda de lutas e resistências contra a expansão do agronegócio, ADECRU tem contestado vários cenários de usurpação e/ou de expropriação de terras, todos eles envolvendo capitalistas internacionais, mas em conivência com as autoridades governamentais, enfim, com o Estado. No Corredor de Nacala, por exemplo, uma das contestações contundentes sobre a expropriação de terras feitas pela ADECRU, está relacionado com a presença da Nova Aliança do G7 (antes G8) para a Segurança Alimentar e Nutricional. ADECRU afirma que:

> Dos dados analisados pela ADECRU revelam que no âmbito da Nova Aliança do G8 para a Segurança Alimentar e Nutricional foram ativados negócios de terra com 5 empresas em Moçambique (*Corvus Investiments International, ENICA, Mozaco, Lozane Farms* e *Rei Agro*), até Dezembro de 2014, numa área total de 33.300 hectares para a produção de culturas voltadas para a exportação, designadamente, soja, banana, macadámia, milho e girassol. Destes números, na campanha agrícola de 2013/2014, foram cultivados efetivamente 8.189 hectares por estas empresas, aonde a soja representa cerca de 91% dos hectares produzidos[243].

Para "barrar" as ações da Nova Aliança do G7 para a Segurança Alimentar e Nutricional, a ADECRU convida todos os movimentos sociais do país para de forma conjunta, lutarem e resistirem contra capital financeiro (em expansão) no Corredor de Nacala, numa clara demonstração de que ela sozinha não vai conseguir. A ADECRU, afirma, no entanto, que:

> Diante dos fatos apresentados, a ADECRU, denuncia o avanço da Nova Aliança do [G7] para a Segurança Alimentar e Nutricional sobre os territórios camponeses e das comunidades [rurais], com urgência e veemência, as graves violações da Lei de Terras e das demais legislações aplicáveis [no país]. O Conselho de Coordenação Político-Associativa da ADECRU, convoca, deste modo, todos os movimentos sociais de camponeses, ambientais e sociais, comunidades rurais, pessoas do bem e todo o povo moçambicano para uma ação urgente de mobilização para travar o ataque agressivo da Nova Aliança

[242] Informações disponíveis em: https://adecru.wordpress.com/2017/08/03/adecru-defende-a-preservacao-do-modelo-agrario-das-comunidades-rurais. Acesso:03/06/2018.
[243] Informações disponíveis em: https://adecru.wordpress.com/2015/03/01/nova-alianca-do-g8-atinge-e-ururpa-terra-e-agua-de-50-mil-pessoas-em-mocambique. Acesso: 09/09/2019.

> [do G7 para a Segurança Alimentar e Nutricional] que de forma perversa já fez mais de 50 mil vítimas[244].

A ADECRU tem lutado e resistido contra a expansão do agronegócio de eucaliptos no Corredor de Nacala, sobretudo, nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, respetivamente. Nesta senda de lutas e resistências contra a expansão de monoculturas de eucaliptos, ADECRU tem procurado discutir a problemática junto as (e/ou com) as empresas produtoras destas mercadorias. Igualmente, ADECRU internacionalizou o debate sobre a expansão de eucaliptos no país. Por exemplo, a convite de uma organização alemã, de nome *Koordnierungs Kreis Mosambik (KKM)*, apresentou neste país europeu os impactos da expansão das monoculturas de ecucaliptos no país, tendo realçado que as "riquezas naturais, bens culturais e patrimoniais têm sido devastados pelo avanço do capital[245]".

A ADECRU reporta que "em 2005, o governo moçambicano lançou a nova estratégia de plantações de eucalipto e pinho em grande escala, tendo providenciado 500 hectares para este efeito, particularmente, nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia[246]". As empresas *Portucel Moçambique*, de capitais portugueses e a *Green Resources Moçambique*, de capitais noruegueses, respetivamente, são as que têm sido criticadas severamente pela ADECRU de estarem a usurpar terras de camponeses, sobretudo, nas províncias da Zambézia, Nampula e Niassa[247].

O ProSAVANA é um dos programas mais contestado pela ADECRU. A ADECRU tem-se notabilizado na luta e resistência contra o ProSAVANA, desde que este programa entrou no país. A ADECRU já foi ao Brasil contestar o ProSAVANA, num evento organizado por uma das organizações sociais brasileiras, neste caso, a FASE/Brasil, no Rio de Janeiro. A FASE/Brasil é uma das organizações sociais brasileiras que mais contestou o ProSAVANA, tanto no Brasil quanto em Moçambique, realçando os impactos negativos em termos socioambientais do modelo agrário proposto.

Tal como outras organizações camponesas e movimentos sociais, ADECRU diz que o ProSAVANA é uma ameaça a agricultura camponesa e com ela, a soberania alimentar no Corredor de Nacala e do país, no geral. Igualmente, a ADECRU tem

---

[244] Informações disponíveis em: https://adecru.wordpress.com/2015/03/01/nova-alianca-do-g8-atinge-e-ururpa-terra-e-agua-de-50-mil-pessoas-em-mocambique. Acesso: 09/09/2019.
[245] Informação disponível em: https://adecru.wordpress.com/2018/11/30/adecru-debate-com-o-publico-alemao-o-avanco-das-plantacoes-de-eucaliptos-e-pinho-em-mocambique/. Acesso: 18/12/2019.
[246] Informações disponíveis em: https://adecru.wordpress.com/2018/11/30/adecru-debate-com-o-publico-alemao-o-avanco-das-plantacoes-de-eucalipto-e-pinho-em-mocambique/. Acesso: 09/09/2019.
[247] No caso da Portucel, é criticada também pela ADECRU por ter expropriado terras de centenas de famílias camponesas na províncias de Manica, no centro do país.

contestado várias outras iniciativas do agronegócio em curso no Corredor de Nacala, cuja a sua entrada levou a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras.

Das iniciativas que têm sido contestadas pela ADECRU no Corredor de Nacala, destaca-se: a *Matharia Empreendimentos*, a *MOZACO*, a *AgroMoz*, a *Hoyo-Hoyo*, a *Murimo Macdámias Ltda* e entre outras. No âmbito das suas lutas e resistências, a ADECRU tem realizado vários estudos em forma de relatórios, os quais tem sido publicados, denunciando várias atrocidades geradas pelo capital no campo. A ADECRU, elabora estes relatórios sozinha e, ás vezes, em conjunto com outras organizações nacionais e internacionais com, as quais mantém relações de cooperação.

Dos estudos já elaborados e publicados pela ADECRU em conjunto com outras organizações sociais, pode-se destacar os seguintes: «O ataque do milho geneticamente modificado em Moçambique: minando a biossegurança e os camponeses», elaborado em parceria com a *African Centre for Biodiversity* (ACB) e «Sistemas agroalimentares em mutação: o impacto dos agro-investidores sobre o direito à alimentação (estudos de caso em Moçambique» em parceria com Institute of Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS, na sigla inglesa) da Universidade do Cabo Ocidental, África do Sul.

No primeiro estudo, a ADECRU e ACB, apresenta os impactos negativos dos OGM´s para a saúde pública e ao meio ambiente e chamam atenção os riscos para Moçambique em caso do seu uso na produção agrícola. Essa chamada de atenção surge em contestação as ações do governo que avançam no sentido de liberar o uso de OGM´s na produção agrícola com alegação de que garante maiores níveis de produção e produtividade, que são resistentes a pragas e a seca e que não constituem ameaça para a saúde pública para a saúde pública e ao meio ambiente.

No segundo estudo, a ADECRU e a PLASS, apresenta as mudanças nos sistemas agroalimentares campesinos com a entrada do agronegócio no distrito de Gurué, na província da Zambézia. Neste estudo, realça ainda que a sujeição/subordinação dos camponeses ao mercado para a produção de mercadorias, está a levar os camponeses a ocasionar a destruição da agricultura camponesa. Realça ainda que a expansão do agronegócio, ameaça a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas por causa do seu envolvimento na produção de mercadorias de interesse do capital e não necessariamente, de produtos alimentares para suprir as necessidades internas.

É partir destes estudos, a ADECRU reforçou a sua luta e resistência contra o agronegócio, daí que tem defendido a agricultura camponesa, destacando que, além de ser ambientalmente sustentável, produz alimentos de qualidade e garante a soberania

alimentar. Além disso, a ADECRU tem produzido documentários numa tentativa de diversificação das estratégias de lutas e resistências contra o capital. Pode-se citar, por exemplo, o documentário intitulado: «*ProSAVANA: terra roubada, vidas usurpadas*», que denuncia, por exemplo, a estratégia acirrada dos executores do ProSAVANA para a ocupação de extensas áreas de terras para a produção *de commodities*.

Neste mesmo documentário, nota-se as lutas e resistências dos camponeses em que dizem, por exemplo, que não querem o ProSAVANA em seus territórios. Os camponeses dizem ainda que não foram consultados pelos executores do ProSAVANA, daí as suas lutas e resistências contra este programa. Igualmente, os camponeses que aparecem neste documentário, reiteram que querem ProSAVANA de cabo curto e não que vem ocupar grandes extensões de terras e que quer trazer grandes máquinas agrícolas no Corredor de Nacala. Por sua vez, a ADECRU produziu um documentário intitulado «*Somos todos carvão?*», em contestação as atrocidades geradas pela mineradora brasileira Vale Moçambique ao longo do Corredor de Nacala.

Neste documentário, a ADECRU denuncia a expropriação e expulsão dos camponeses resultante da ampliação da linha-férrea no âmbito da entrada do ProSAVANA conforme foi referenciado nos capítulos anteriores. Para reforçar a sua capacidade mobilizadora no contexto das lutas e resistências contra a expansão do agronegócio no Corredor de Nacala, ADECRU tem realizado várias atividades junto as bases camponesas. Nestes encontros, a maior preocupação da ADECRU tem sido a segurança de posse de terras por parte dos camponeses no atual contexto do avanço do agronegócio, como também a necessidade de preservação da agricultura camponesa. Na seção sobre os movimentos sociais, foi referenciado que o contato direto com as bases camponeses, é importante para a formação política dos sujeitos. É deste contato que os camponeses são dotados de uma consciência política, em que o foco passa a ser a luta coletiva dos direitos como também a proteção dos mesmos em casos de ameaças. A foto 58 mostra as lideranças e membros da ADECRU em plena atividade junto das comunidades rurais e dos camponeses.

Foto 58. ADECRU junto com as bases camponesas no Distrito de Ile/Zambézia

Fonte: Acervo particular da ADECRU (2019)

Igualmente, a ADECRU tem realizado algumas conferências locais e nacionais para a discussão dos problemas que apoquentam os camponeses. Nestes eventos, além dos membros de direção e colaboradores da ADECRU, participam também os camponeses. Nestas conferências, são traçadas novas estratégias de lutas e resistências contra o capital. Enfim, nestas conferências ADECRU tem reafirmado o seu protagonismo com vista a manutenção das lutas e resistências contra a expansão do capital no campo.

Como forma de fortalecer as suas ações combativas contra o capital, a ADRCRU tem mantido relações de cooperação com outras organizações sociais nacionais e internacionais. De realçar que, a ADECRU mantém laços de cooperação com organizações sociais com os quais, ela se identifica, ou seja, que têm a mesma agenda política, neste caso, a promoção da justiça socioambiental, a proteção dos camponeses e das comunidades rurais, a luta e resistência contra a expansão do capital em territórios comunitários. Informações disponíveis em seu *site*, apontam que:

> ADECRU mantém-se firme e determinada a mobilizar e a engajar todas as famílias atingidas [pelo capital] num movimento popular de contestação, denúncia, resistência e luta em defesa da terra, recursos naturais e seus direitos em articulação e solidariedade com outros movimentos sociais, ambientais e campesinos nacionais e internacionais[248].

No âmbito nacional, a ADECRU mantém relações com a UNAC, com a ORAM, a Justiça Ambiental (JÁ) – Amigos da Terra Moçambique, a Livanigo, o Fórum Mulher e entre outras organizações sociais que lutam pela justiça social no campo. No âmbito destas relações, a ADECRU tem participado de confetências internacionais, nacionais e

[248] Informações disponíveis em: https://adecru.wordpress.com/2015/03/01/nova-alianca-do-g8-atinge-e-ururpa-terra-e-agua-de-50-mil-pessoas-em-mocambique. Acesso: 09/09/2019.

locais organizados por outras organizações camponesas, feministas e ambientais acima referidas. A partir destas relações, a ADECRU tem-se fortalecido enquanto uma organização social que defende e protege os interesses dos camponeses e das comunidades rurais.

No âmbito das suas lutas e resistências contra o ProSAVANA, a ADECRU filiou-se a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Este último, é um dos maiores movimentos sociais que surgiu na segunda década do século XXI com objetivo de contestar e inviabilizar a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala e a ADECRU, tem sido um dos maiores protagonistas em termos de ações combativas contra este programa de matriz neoliberal. A foto 59 mostra a liderança da ADECRU intervindo durante um encontro junto dos membros da «Campanha Não ao ProSAVANA».

Foto 59. Liderança Nacional da ADECRU discursando durante a IVª Conferência Tiangular dos Povos/Tóquio

Fonte: Acervo particular da ADECRU (2019)

No âmbito internacional, a ADECRU mantém relações de cooperação com os movimentos sociais de vários países do mundo. A ADECRU mantém também laços de amizade com o Movimento Mundial das Florestas Tropicais. No Brasil, a ADECRU mantém relações de amizade com Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST), a FASE/Brasil, o Fórum Carajás e Movimento Inter-Estadual de Mulheres Quebradeira de Cocos Babaçu e entre as organizações sociais brasileiras com as quais, a ADECRU mantém relações de cooperação no âmbito das lutas e resistências contra o capital. A foto

60 mostra a reunião dos militantes da ADECRU e do MST realizado algures de Moçambique.

Foto 60. Reunião de militantes da ADECRU e do MST

Fonte: Acervo particular da ADECRU (2019).

No âmbito da solidariedade com outros povos, a ADECRU tem postado na sua página oficial, mensagens em que além de denunciar a violência no campo brasileiro, também solidariza-se com as vítimas. As mensagens da ADECRU estão relacionadas com a solidariedade que presta ao MST, tendo em conta que tem sido um dos movimentos sociais brasileiros mais criminalizados. Esta criminalização vai desde a intimidação e perseguição política, violência e agressão física e assassinatos sistemáticos.

Igualmente, a ADECRU diz ser co-fundador do Movimento Pan-Africanismo, o qual foi fundado em Abril de 2016. O Movimento Pan-Africanismo é uma das maiores redes de movimentos sociais africanas que têm protagonizado lutas e resistências contra a expansão do capital sobre os territórios comunitários. ADECRU afirma que com "o objetivo de lutar pela construção de uma aliança anti-imperialista e anti-capitalista[249]" no continente africano. Enquanto uma organização que luta pela justiça social no campo, sobretudo, contra a expansão do capital agrário e extrativo,

A ADECRU, tem também muitos desafios pela frente. Institucionalmente, precisa encontrar coesão por forma manter-se politicamente forte, combativo e protagonista das lutas e resistências contra o capital no campo moçambicano. Nos últimos anos, a

[249] Informação disponível em: https://adecru.wordpress.com/2018/09/21/adecru-participa-na-terceira-conferencia-sobre-pan-africanismo-hoje-no-gana/. Acesso: 09/09/2019.

ADECRU tem passado por crises, os quais sempre culminam com cisões internas. Por dua vez, a ADECRU é uma das organizações em que as desavenças internas entre a liderança máxima e os colaboradores, são visíveis a olho nu. Essas desavenças internas têm culminado com a saída dos membros/colaboradores para outras organizações sociais e de defesa do meio ambiente. Por exemplo, por causa das desavenças, alguns colaboradores da ADECRU migraram para a Livaningo, uma outra organização filiada a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*.

A Livaningo é uma organização mais ligada a questão ambiental, mas também tem trabalhado com temáticas relacionadas com a terra e a questão camponesa. A Livaningo não é uma organização camponesa, mas defende e protege os interesses e direitos das comunidades rurais e dos camponeses. Por sua vez, há colaboradores da ADECRU que migraram para Agência Adventista de Desenvolvimento e Socorro de Emergência (ADRA), uma organização humanitária internacional, cuja missão é trabalhar com (e/ou em prol das) pessoas em situação vulnerabilidade de pobreza e sofrimento. Mas, vale reiterar que, parte das pessoas que sairam da ADECRU para outras organizações não eram membros fundandores, mas sim, colaboradores. Mesmo sendo apenas colaboradores, estes dinamizavam as atividades e as ações mobilizadores da ADECRU em defesa das comunidades e dos camponeses no campo.

Outro desafio da ADECRU para manter uma coesão interna, passa também pela sua democratização. Dentro da ADECRU há défice de democracia e, esta é uma das razões de divergências entre a liderança máxima e os membros/colaboradores. Em parte, a saída dos membos/rcolaboradores da ADECRU para outras organizações está relacionado com a défice da democracia. Nem sempre as decisões são coletivas, as da liderança são as que prevalece. Vendo que as suas decisões não são levadas em consideração, alguns membros/colaboradores preferem afastar-se da ADECRU, pedindo a sua renúncia.

As desavenças internas entre a liderança máxima e os colaboradores e saída destes para outras organizações, a escassez e a resolução dos problemas em tribunais que poderiam ter solução via diálogo interno, têm fragilizado a ADECRU, pelo menos sob ponto de vista institucional. Por sua vez, um dos dos desafios que ADECRU tem pela frente, está relacionado com a formação política dos seus militantes. De realçar que, tal formação deve ser especializada e direcionada para o campo. A ADECRU só pode ser forte em termos combativos contra a expansão do capital no campo se os seus militantes estiverem politicamente formados e capacitados.

Muitas organizações de defesa dos interesses e direitos das comunidades rurais e dos camponeses, tornaram-se fortes sob ponto de vista combativos por causa da formação política dos seus militantes. Ao serem formados, estes militantes quando regressassem para as suas bases, replicavam estes conhecimentos para outras pessoas, sobretudo, os camponeses. A partir deste momento, politicamente, os camponeses ganhavam uma consciência de classe e passavam a lutar para a conquista e proteção de direitos coletivos.

6.3.4. Campanha Não ao ProSAVANA: uma luta anticapitalista para além do ProSAVANA

Historicamente, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» enquanto um movimento social, surge em julho 2014, depois de várias tentativas fracassadas feita pelas organizações da sociedade civil em manter um dialógo democrático com os executores do ProSAVANA. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» é criada por um grupo de organizações que luta pela justiça social no campo composto por camponeses, mulheres, organizações religiosas e de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Desde a sua criação da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», a Justiça Ambiental (JÁ) – Amigos da Terra Moçambique, é que esteve em frente do movimento, mas em articulação com outras organizações a ela fliadas.

A gênese da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» está relacionada com a indisponibilidade de informações referente ao ProSAVANA, falta de transparência na sua concepção e no próprio acordo que, posteriormente, levou a sua territorialização no Corredor de Nacala. A forma sigilosa como o acordo decorreu e, posteriormente, a sua implementação autoritária no Corredor de Nacala, caracterizada por falta de diálogo, manipulação de informações, incumprimento da legislação de terras no que tange as consultas comunitárias, perseguição, cooptação, intimidação, criminalização e ameaça de prisão dos que criticavam este programa, estão entre os fatores que estiveram na origem da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Embora tenha surgido no ano de 2014, as lutas e resistências contra o ProSAVANA, não começam com a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Antes da sua criação, as organizações que mais tarde se uniram para criar já lutavam e resistiam de forma individual contra o ProSAVANA ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, no ano 2012 e com mais intensidade a partir de 2013.

Tendo em conta que nos primeiros anos as informações sobre o ProSAVANA eram escassas, o nível de contestação deste programa por parte das organizações da sociedade civil, era muito baixo. A falta e/ou a escassez de informações em torno deste

programa, em algum momento permitiu que os seus executores avançassem com a implementação de várias atividades, desde pesquisas/estudos e mapeamentos de solos, construção de laboratórios e entre outras, o sentido de viabilizá-lo. A maior parte das informações relacionadas ao ProSAVANA segundo revela Funada-Classen (2019), estavam escritas em japonês. Partindo do pressuposto de que esta língua não era falada entre as organizações da sociedade civil moçambicanas, permitiu que os executores do ProSAVANA avançassem sigilosamente com as suas atividades no Corredor de Nacala.

As organizações da sociedade civil moçambicanas só passaram a entender o que estava escrito em alguns documentos oficiais do ProSAVANA que iam vazando na *internet* quando uniram-se com as organizações sociais japonesas. As primeiras informações em português referentes ao ProSAVANA, além da escassa informação que estava na página oficial deste programa criado pelo governo, eram trazidas por uma estudiosa japonesa (*cf*. Funada-Classen, 2013; 2014) e por organizações sociais deste país asiático. Do lado brasileiro, tendo em conta que já havia sido difundida que o ProSAVANA era uma réplica do (e/ou que se inspirava no) PRODECER, os movimentos sociais deste país latino-americano, passaram a solidarizar-se com os movimentos sociais moçambicanos, fornecendo informações importante para a compreensão deste programa e dos seus desdobramentos no cerrado.

Nesta mesma altura, foram aparecendo também estudos de autoria de brasileiros com informações relevantes relacionados com os desdobramentos do PRODECER no cerrado brasileiro (*cf*. CLEMENTS & FERNANDES, 2012/13; SCHLESINGER, 2013). No Brasil, por exemplo, circulavam informações na mídia destacando que Moçambique estava a "oferecer" de graça milhões de hectares de terras aos produtores brasileiros para a produção de soja. Numa das matérias noticiosas, destacava-se, por exemplo, que "os produtores agrícolas brasileiros devem desembarcar para o continente africano, o motivo é que Moçambique está oferecendo terras a preço bem baratinho, incentivando novas plantações (BITTAR, 2010, s/p). E continuou:

> Uma área onde caberia três Estados de Sergipe, 6 milhões de hectares no total, é o que o governo de Moçambique vai dar praticamente de graça aos agricultores brasileiros. Será em regime de concessão para plantar soja, algodão e milho. Os fazendeiros poderão usar estas terras no norte do país durante 50 anos renováveis por mais 50. O imposto é ilusório, 21 reais por hectare por ano. A oferta tentadora tem explicação: o governo moçambicano quer aprender com a experiência dos brasileiros, 40 produtores do Mato Grosso, desembarcam na África já no mês que vem. Acostumados com o cerrado, eles terão muito a ensinar, os solos e as características climáticas da área oferecida são semelhantes às do centro-oeste do Brasil. A única imposição é que pelo menos 90% da mão-de-obra seja contratada no país africano. Com

> o intercâmbio, Moçambique pretende se tornar um grande exportador de *commodities*, principalmente, para o mercado chinês (BITAR, 2010, s/p).

Estas informações chegaram aos ouvidos das organizações da sociedade civil moçambicanas e aos poucos, foram compreendendo o ProSAVANA. No terreno a situação estava mudada e de repente os camponeses locais representadas pela União Nacional de Camponeses (UNAC) se levantaram contra o ProSAVANA. A UNAC em representação dos camponeses e camponesas do Corredores de Nacala, nesta luta e resistência fragmentada das organizações da sociedade civil, decide pronunciar-se publicamente e declarar guerra contra o ProSAVANA.

Os primeiros protestos da UNAC contra o ProSAVANA, foram feitas em Novembro de 2012 em que denunciava firmemente, a forma como este programa foi concebido, isto é, de "cima para baixo" e o próprio modelo de desenvolvimento agrário que estava sendo proposto para a modernização do Corredor de Nacala, realçando que era uma ameaça ao campesinato, a soberania alimentar e ao meio ambiente. Neste mesmo ano, a UNAC e a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) procuram viajar para o Brasil ver de perto as contradições geradas pelo «*Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)*» no Brasil, já se dizia que o ProSAVANA se inspirava nele.

Esta viagem ao cerrado brasileiro para de perto ver e compreenderem os desdobramentos do PRODECER, foi feita antes dos primeiros protestos da UNAC em novembro de 2012. Desta viagem, surgiriam algumas evidências claras de que o PRODECER, embora os seus executores, sobretudo, da contraparte brasileira e japonesa alegasse ter sido um "sucesso" ou uma "maravilha do século XX" (*cf.* JICA, 2009), respetivamente, a realidade constatada pela UNAC e a ORAM, contestava tudo o que se dizia em trono deste programa nipônico. A implementação do PRODECER, significou apropriação do cerrado brasileiro e a sua transformação em campos de produção de grãos, sendo soja e milho, as principais.

O receito da UNAC e da ORAM ao visualizar as contradições gerandas pelo PRODECER no cerrado brasileiro era com a possibilidade de reprodução dos conflitos socioambientais no Corredor de Nacala. De realçar que, desde o ínicio do PRODECER "houve interesse em organizar e reorganizar esse espaço para atender o mercado internacional" (PESSÔA, 2015, p. 454). Para dizer que, o que aconteceu no âmbito da implementação do PRODECER foi uma combinação contraditória e desigual da expansão das relações capitalistas de produção no campo (*cf.* OLIVEIRA, 1991).

Neste sentido, o "sucesso" e a "maravilha do século XX" atribuído ao PRODECER pelas autoridades brasileiras e japonesas não passava apenas duma retórica usada para capturar os territórios comunitários ao longo do Corredor de Nacala para fazer deles, instrumentos de acumulação ampliada do capital em escala global. Com a ideia de que o PRODECER foi um "sucesso" e/ou uma "maravilha" pretendia-se também contornar as críticas dos movimentos sociais em Moçambique. Mesmo diante da reprodução destes imaginários atrelados a ideologia do desenvolvimento, o ProSAVANA passou a ser constestado pelos movimentos sociais.

As constatações feitas no cerrado brasileiro, foram determinantes para os primeiros protestos da UNAC em 2012. No mesmo ano de 2012, a UNAC e ORAM publicaram um documentário intitulado: «*ProSAVANA: a face oculta do PRODECER*», numa clara contestação aos executores do ProSAVANA. Este comentário configurava-se numa luta e resistência contra o ProSAVANA no Corredor de Nacala e resulta da viagem feita ao cerrado brasileiro. Neste documentário, a UNAC e a ORAM fazem um arrolamento de várias contradições geradas pelo PRODECER no cerrado brasileiro, mas a partir do município de Lucas do Rio Verde, no Estado do Mato Grosso do Sul.

No ano seguinte, várias organizações sociais foram também se mobilizando e desta mobilização, surge a Justiça Ambiental (JÁ) – Amigos da Terra Moçambique a contestar e protestar o ProSAVANA, destacando que este programa é uma ameaça para a sobetania nacional, para o campesinato e para o meio ambiente. A Justiça Ambiental adicionava também o elemento segurança alimentar, destacando que o programa o qual o ProSAVANA se inspirava (neste caso, o PRODECER) não deu certo no Brasil. Neste sentido, foram surgindo vários pronunciamentos e comunicados de imprensas feitos pelas organizações sociais de forma independente em contestação ao ProSAVANA no país, mas nem sempre eram escutados pelos executores deste programa.

Enquanto as organizações sociais contestavam e repudiavam o ProSAVANA e os acadêmicos demonstravam cientificamente que o PRODECER no cerrado brasileiro não deu certo em termos socioambientais, de um lado, duma forma arrogante, autoritária, anti-democrática e sigilosa, os executores do PROSAVANA avançavam com as suas atividades ao longo do Corredor de Nacala, do outro. Vendo-se ignoradas, as organizações da sociedade civil decidiram se unir como forma de fazer contestações conjuntas contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala.

Foi daí que estas organizações começam a formar redes de movimentos sociais para avançar com ações conjuntas de modo contestar o ProSAVANA. Estas ações

consistiam na organização de encontros mensais para a discussão das linhas que orientariam as suas atividades. A partir deste momento, o programa era declarado adversário número um das organizações da sociedade civil em Moçambique. Durante o anúncio da mobilização contra a usurpação e privatização da terra, realizada em Junho de 2013, Graça Samo, uma ativista social do Fórum Mulher – Marcha Mundial das Mulheres, afirmou que:

> Depois de muito se refletir, concluiu-se que o assunto terra preocupa a todos os setores da sociedade [...] o ProSAVANA, um programa milionário de agronegócio, foi identificado pela sociedade civil como um assunto de agenda comum (SAMO, 2013, s/p).

Numa altura em que nota-se um silêncio por parte dos executores do ProSAVANA, com destaque para o governo moçambicano, citada pelo Jornal O País (2013), Alice Mabote, na altura presidente da LDH (Liga Moçambicana dos Direitos Humanos), acusou as autoridades governamentais, de estar a privatizar a terra. Frisando Mabote (2013, s/p) afirmou "estamos dispostos a mais um sacrifício para podermos dizer não a venda da terra, não à privatização da terra e não ao ProSAVANA que nada vai trazer aos moçambicanos, se não alimentar as potências que têm um visão futurista".

E acrescentou ainda que "o problema de terra é de todos nós, porque qualquer cidadão precisa de um pedaço de terra" (idem), daí que a mobilização contra o ProSAVANA era urgente, pois havia uma ideia de que este programa iria expropriar os camponeses do Corredor de Nacala. Terminou a sua intervenção com uma questão de reflexão, asseverando que, "quem nos garante que depois destas terras serem exploradas, vão retornar aos camponeses nas mesmas condições?" (idem).

O sociólogo português, Boaventura de Souza Santos que também foi convidado para este encontro, intervindo, alertou ao Estado moçambicano sobre os riscos socioambientais que o ProSAVANA representava. Tendo em conta que conhecia melhor a realidade do campo brasileiro onde o ProSAVANA saía, caracterizado por conflitos sociais entre o agronegócio e as comunidades tradicionais, entre elas, índios e quilombolas, alertou que pela forma como o programa foi concebido, "Moçambique poderá viver aquilo que se chama de maldição de abundância" (SANTOS, 2013, s/p).

Justificando a sua afirmação, argumentou que "o que está em causa, neste momento, é um processo vasto de usurpação de terra, expulsão dos camponeses, de destruição ambiental" (Idem). Depois de várias tentativas sem sucesso, as organizações sociais começaram a avançar com outras estratégias de lutas e resistências contra o ProSAVANA. Depois deste encontro, as organizações da sociedade civil decidiram por

internacionalizar as suas lutas e resistências, articulando com os movimentos sociais brasileiros.

Na verdade, a articulação entre as organizações moçambicanas com os movimentos sociais brasileiros para lutarem e resistirem conjuntamente contra o PROSAVANA, começa a partir de 2012. Aguiar e Pacheco (2015) explicam que um dos contatos aconteceu durante a Conferência Internacional Rio+20 das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro por onde a UNAC fez-se presente enquanto integrante da Via Campesina no contexto da Cúpula dos Povos.

Estes autores descrevem ainda que foi exatamente neste período que um dos militantes da Justiça Ambiental (JÁ) – Amigos da Terra Moçambique foi proibido de entrar no território brasileiro, sendo que mais tarde, foi extraditado e enviado para Moçambique. A proibição da entrada no Brasil e, posteriormente, a extradição do militante da Justiça Ambiental comoveu os movimentos sociais brasileiros sendo que momentos depois, prestaram as suas ações de solidariedade como forma de demonstrar que os movimentos sociais moçambicanos não estavam sozinhos na sua luta e resistência contra o capitalismo global em expansão no campo moçambicano pelo ProSAVANA e não só. Para estes autores:

> Especificamente sobre o ProSAVANA e presença do agronegócio brasileiro em Moçambique, pode-se localizar o início do diálogo entre movimentos sociais de ambos os países. Primeiro, em Maio daquele ano, um contato inicial e pontual foi feito com um representante da União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC), que integra a Via Campesina, durante a Cúpula dos Povos na Rio+20. Também na mesma ocasião, a proibição da entrada no Brasil de um membro da Justiça Ambiental de Moçambique desencadeou ações de solidariedade (AGUIAR & PACHECO, 2015, p. 20).

A viagem feita pela UNAC e a ORAM ao cerrado brasileiro para ver *in loco* os desdobramentos do PRODECER, é um marco importante da articulação entre os dois povos oprimidos pelo capitalismo global. Nesta viagem ao cerrado, além de ter contatos com os camponeses vítimas do PRODECER, os movimentos sociais moçambicanas mantiveram contatos com os movimentos sociais brasileiros, com destaque para a FASE/Brasil que também tem desenvolvido atividades em Moçambique no contexto do ProSAVANA. Aguiar e Pacheco (2013) referem que antes destes encontros, já havia uma aproximação entre os povos dos países. Os primeiros contatos segundo os autores, surgem por meio de encontros, "em especial, os Atingidos pela Vale, a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina" (AGUIAR & PACHECO, 2015, p. 20) que "a anos vem construindo lutas comuns" (idem) contra o capital no campo.

Estes autores afirmam ainda que o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) faz tempo que está presente em Moçambique realizando diversas atividades com movimentos sociais moçambicanas. Nas palavras destes autores, "o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)/Via Campesina há tempos mantém representantes em Moçambique realizando programas de sementes nativas" (AGUIAR & PACHECO, 2015, p. 20). Estes contatos que os dois povos vítimas do (e/ou oprimidos pelo) capitalismo global foram estabelecendo em momentos diferentes, contribuíram significativamente para a sua articulação no âmbito do ProSAVANA.

Estas articulações aconteciam enquanto os executores do ProSAVANA avançavam com a implementação de algumas atividades que compunham a primeira fase deste programa. De forma articulada, os dois povos passaram a desenhar ações conjuntas por forma a combater o ProSAVANA. Tendo em conta que os executores do ProSAVANA não se mostravam abertos em dialogar, os movimentos sociais moçambicanos decidiram elaborar uma carta aberta assessorada pelos movimentos sociais brasileiros e enviada aos três governos envolvidos no processo de implementação do ProSAVANA, neste caso, Moçambique, Brasil e Japão. Com título «*Carta aberta para deter e refetir de forma urgente o programa ProSAVANA*», foi enviada ao antigo presidente de Moçambique, Armando Guebuza, a antiga presidente do Brasil, Dilma Rousseff e ao Primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe.

De acordo com Funada-Classen (2019, p. 16) esta carta aberta foi submetida "durante a TICAD (Conferência Internacional do Japão sobre o Desenvolvimento Africano), onde mais de 30 chefes de estados africanos se reuniram no Japão". Ainda de acordo com esta autora "a notícia da Carta Aberta atraiu imensa atenção dos mídia japonesa e internacional" (Funada-Classen, 2019, p. 17), sobretudo, os que estavam interessados em saber os contornos da política externa japonesa em África. De realçar que, esta carta aberta, foi elaborada e enviada aos três governos depois dos pronunciamentos feitos pela UNAC em Novembro de 2012 em torno deste programa.

Além disso, ocorreu depois do lançamento do documentário realizado pela UNAC e pela ORAM com título «*ProSAVANA: a face oculta do PRODECER*» como também do estudo da ORAM intitulado «*Sustentabilidade e coexistência pacífica uso e aproveitamento de terras em Moçambique: os contornos do ProSAVANA*», sem no entanto, deixar de lado os estudos científicos que iam sendo publicados ainda neste período por acadêmicos nacionais e internacionais (brasileiros e japoneses) que reportavam contradições em torno do PRODECER no cerrado brasileiro.

Esta carta aberta, foi assinada por cerca de 23 organizações da sociedade civil moçambicanas e 43 estrangeiras. Além disso, esta carta teve cerca de 71 subscrições individuais, envolvendo pessoas nacionais e internacionais comprometidas pela luta contra as injustiças sociais. Nesta carta, as organizações da sociedade civil nacionais signatárias, apresentavam uma série de aspectos que consideravam críticos dentro do ProSAVANA que no seu entender deveriam ser tomadas em consideração pelos executores deste programa. O próprio modelo proposto para o desenvolvimento agrário/agrícola do Corredor de Nacala, a concepção, a manipulação de informações e intimidação dos camponeses e das organizações da sociedade civil que se opunham ao opunham a sua implementação, apresentando alternativas sustentáveis ao ProSAVANA estavam entre os aspectos arrolados como sendo graves.

Tendo em conta que algumas organizações camponesas já teriam percorrido o cerrado brasileiro para ver de perto os desdobramentos do PRODECER e mantido contato com os movimentos sociais brasileiros, nesta carta aberta identificava os possíveis impactos negativos entre eles: (i) o surgimento de famílias e comunidades sem-terra em Moçambique, como resultado dos processos de expropriações de terras e, consequentemente reassentamentos; (ii) frequentes convulsões sociais e conflitos socioambientais nas comunidades ao longo do Corredor de Nacala; (iii) agravamento e aprofundamento da miséria nas famílias das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência e de existência; (iv) destruição dos sistemas de produção das famílias camponesas e, consequentemente, a insegurança alimentar; (v) aumento da corrupção e de conflitos de interesse; (vi) poluição dos ecossistemas, solos e recursos hídricos como resultado do uso excessivo e descontrolado de pestecidas, fertilizantes químicos e agrotóxicos e; (vii) desequilíbrio ecológico como resultado de desmatamento de extensas áreas florestais para dar lugar aos mega-projetos de agronegócio (CARTA ABERTA, 2013). Por causa destes e de outros aspectos, as organizações da sociedade civil moçambicanas, nesta carta aberta que também foi assinada por outras dezenas de organizações internacionais, destacavam o seguinte:

> [...] nós camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil nacionais signatárias desta Carta Aberta manifestamos, publicamente, a nossa indignação e repúdio contra a forma como o Programa ProSAVANA tem sido concebido e tende a ser implementado nas nossas terras e comunidades do nosso País [...]. Exigimos uma intervenção urgente de V. Excias Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, na qualidade de mandatários legítimos dos vossos povos, com o objetivo de travar de forma urgente a lógica de intervenção do Programa ProSAVANA que trará

> impactos negativos irreversíveis para as famílias camponesas (CARTA ABERTA, 2013).

Para estas organizações, a suspensão imediata do ProSAVANA tinha em vista criar um espaço de diálogo. Igualmente, as organizações da sociedade civil signatárias desta carta, reiteravam que este diálogo, além de ser democrático, o mesmo deveria ser amplo a todos os setores da sociedade civil moçambicana com destaque para os camponeses e camponesas do Corredor de Nacala, já que estes eram os sujeitos diretamente implicados. No fim da carta, as organizações da sociedade civil signatárias da mesma rematam o seguinte:

> [...] nós os camponeses e camponesas moçambicanas, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil, exigimos uma cooperação entre países assente nos interesses e aspirações genuínas dos povos; uma cooperação que sirva para a promoção da solidariedade mais justiça e solidária. Sonhamos com um Moçambique viável e melhor, onde todos os moçambicanos e moçambicanas possam sentir-se filhos desta terra, unidos e engajados na construção de um Estado, cuja soberania emana e reside no povo (CARTA ABERTA, 2013).

Mesmo assim, os três governos mantiveram-se calados como se não tivessem recebido a carta das organizações da sociedade civil. O silêncio dos executores do ProSAVANA fez com que as organizações da sociedade civil moçambicanas, brasileiras e japonesas aumentassem a pressão com vista o cancelamento de todas as atividades que estavam em curso no país, baseando-se nos aspectos que haviam sido arrolados na carta aberta. Enquanto os movimentos sociais moçambicanos pressionavam o governo moçambicano, no Brasil, os movimentos sociais brasileiros pressionavam também o governo federal como forma destes, explicar os reais motivos que estavam por de trás da implementação do ProSAVANA.

Aos poucos, os executores do ProSAVANA foram cedendo, mas faltava o seu posicionamento em torno das reivindicações das organizações da sociedade civil signatárias da carta aberta. Mesmo tardia, a resposta veio da parte do governo moçambicano depois de várias insistências das organizações da sociedade civil moçambicanas signatárias da carta, mas sem muitos detalhes e com sinais de que não aceitavam nenhum diálogo. A liderança da ORAM argumenta que "a carta foi respondida um ano depois, mas o tom da resposta, foi, não existe nada para se responder, porque o plano diretor e as questões que estão no programa ProSAVANA, são legítimas[250]".

[250] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

Foi através deste posicionamento que as organizações da sociedade civil moçambicanas começaram a desenhar outras estratégias de lutas e resistências. Do lado brasileiro, a carta aberta teve um impacto significativo dentro do governo federal e de outras instituições e/ou grupos siciais que estavam interessados/as pelo (e/ou no) agronegócio em Moçambique, cuja expansão dar-se-ia que através do ProSAVANA, sobretudo, o setor privado, promovido grandemente pela Fundaçao Getúlio Vargas (FGV). Aguiar e Pacheco (2015) relatam que:

> No Brasil, a "Carta Aberta" teve imenso impacto dentro do governo, tendo resultado em uma espécie de crise que contribuiu atrasar e paralisar os planos iniciais e para pressionarem os governos a escutarem as demandas dos camponeses. A "Carta Aberta" foi enviada a vários órgãos do governo [...] inclusive na presidência. Porém, nunca houve uma resposta oficial pública. De modo não oficial, alguns representantes de governo responderam com o argumento de que o Brasil só pode relacionar com o governo de Moçambique; outros se defenderam alegando que "ONGs" estrangeiras estariam por de trás da iniciativa. Entre os setores do governo próximos à agricultura familiar e camponesa, a Carta passou a ser uma importante ferramenta a favor de sua atuação e contra os interesses do agronegócio. Do lado dos movimentos sociais, a carta teve um papel muito importante, pois todos os grandes movimentos que lutam pela terra a subscreveram e colocaram o ProSAVANA em suas pautas de luta (AGUIAR & PACHECO, 2015, p. 23).

Mesmo com este aparente impacto positivo da carta aberta, os executores do ProSAVANA continuaram com o seu *modus operandi* sigiloso, autoritário, anti-democrático e excludente, num contexto em que as lutas e resistências dos movimentos sociais já tinham sido internacionalizadas. Não vendo outra saída, as organizações da sociedade civil moçambicanas signatárias da "carta aberta", decidiram criar um espaço de diálogo que serviria para traçar novas estratégias de lutas e resistências mais aguerridas e politicamente coerente contra o ProSAVANA.

Neste entendimento, seria este espaço onde deveriam ser pensadas e recriadas novas estratégias de lutas e resistências contra este programa. Igualmente, seria neste espaço onde deveriam ser construídas e/ou produzidas novas propostas em termos de alternativas ao modelo que era proposto pelos executores do ProSAVANA. Este novo projeto, seria também ambientalmente sustentável, em que baseando-se em práticas agroecológicas caracterizadas pelo uso das "técnicas tradicionais" e sem uso de pesticidas, agroquímicos e agrotóxicos, conservar-se-ia e proteger-se-ia a natureza e com ela, todos os elementos vitais para a sobrevivência e/ou existência das famílias camponesas.

A decisão para a construção de um espaço de diálogo, surgem depois das organizações da sociedade civil verem todas as suas tentativas frustradas e fracassadas pelos executores do ProSAVANA. Foi daí que surge a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», como um movimento social com objetivos claros, contestar e inviablizar a implementação efetiva do ProSAVANA e propor alternativa de modelo de desenvolvimento agrário para o Corredor de Nacala, neste caso, agricultura camponesa.

Igualmente, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», passou a ser também um espaço de diálogo e de debate de ideias com vista a consolidar as lutas e resistências contra o ProSAVANA. O lançamento da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» deu-se em Julho de 2014, na cidade de Maputo e neste evento, estiveram dezenas de organizações da sociedade civil moçambicanas e não só, sobretudo, as signatárias da carta aberta. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» apareceu com um logotipo onde deixam claro que a sua luta e resistência tinha como finalidade, suspender definitivamente o ProSAVANA e iniciar a elaboração de um novo programa com base nas aspirações e/ou alternativas populares.

Figura 7. Logomarca da «Campanha Não ao ProSAVANA»

Fonte: Acervo particular da «Campanha não ao ProSAVANA» (2019).

Na figura 6, vê-se uma lata de lixo onde o dossiê sobre o ProSAVANA está sendo jogado. Isto mostra que o ProSAVANA não era considerado como válido pelas organizações da sociedade civil filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Foi com estas bases que a «*Campanha não ao ProSAVANA*» surgiu, configurando num dos movimentos anti-capitalistas mais organizados, articulados e com um discurso combativo, claro e coerente em Moçambique.

É um movimento social com uma sociabilidade política desenvolvida e tem em mão, um projeto transformador que visa construção de uma nova sociedade baseada na solidariedade entre os povos e na justiça social. Além disso, desde o seu surgimento, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» conseguiu criar sua própria identidade social e política própria, reconhecida dentro do país e no exterior como um dos principais movimentos anti-capitalistas mais radicais de África.

Durante a sua criação, a «*Campanha não ao ProSAVANA*», foi composta por várias organizações da sociedade civil, mas no decurso das suas atividades, algumas foram se retirando, como, por exemplo, a ORAM, o Kulima dentre outras. A saída de outras organizações estão relacionadas tanto com as abordagens e divergências internas do que o ProSAVANA significava como também por causa das ameaças, perseguições e agressões verbais e intimidações que algumas lideranças foram sendo vítimas durante o processo com os executores deste programa.

Além disso, o mecanismo de cooptação empreendido pelos empreendidos pelos executores do ProSAVANA foi determinante para a retirada e/ou a saída de algumas organizações da sociedade civil dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Umas das organizações camponesas que afastou por conta da abordagem, é a ORAM. Esta organização camponesa foi assinante da carta aberta enviada aos três países envolvidos na execução do ProSAVANA. Se assinou a carta, quer dizer que a ORAM aceitava a abordagem que estava sendo feito em torno do ProSAVANA.

Em quase todos os comunicados de imprensa que são publicados pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*», a ORAM não aparece como assinante e isto se deve pelo fato das divergência que existiram no passado. Além disso, sempre que são organizadas as conferências triangulares dos povos, a ORAM não aparece como co-organizadora do evento como também não tem participado na maioria das vezes. As divergências no tratamento do ProSAVANA levaram a ORAM e outras organizações sociais a sair da «*Campanha Não ao ProSAVANA»*. Essas divergências ainda continuam, mas as organizações sociais que restaram têm procurado ultrapassar as crises internas sem abandonar o movimento. Abandonar o movimento, seria como se estas organizações estivessem a asssinar um certidão de incompetência e/ou a autodeclararem-se fracassados na luta e resistência contra o ProSAVANA e o agronegócio no geral.

Há sinais de enfraquecimento do movimento por causa destas divergências, mesmo assim, as organizações sociais que se mantém filiadas, continuam firmes contra a implementação efetiva deste programa. De realçar que mesmo que haja essa coesão

interna, não são todas as organizações sociais filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» que têm levado a "peito" a importância de lutar e resistir contra o ProSAVANA e o agronegócio no Corredor de Nacala e no país em geral.

Isto deve-se, de um lado, pela perseguição e intimidação que as organizações filiadas sofrem e, do outro, nota-se um "esvaziamento" político caracterizado pela falta de construção de um discurso próprio, articulado e combativo. Em relação a ORAM, o seu nome não apareceu nos manuais produzidos que contém a visão e a abordagem da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» sobre o ProSAVANA. Esse cenário foi constatado durante o «*III[a] Conferência Triangular dos Povos*» sob lema: «*Entre os modelos dominantes de desenvolvimento agrário às alternativas populares*», realizado a cidade de Maputo, em Outubro de 2017.

Mesmo na «*IV[a] Conferência Triangular dos Povos*», realizado na cidade japonesa de Tóquio, em Novembro de 2018, a ORAM não se fez presente também e muito menos assinou a declaração resultante deste encontro sobre o ProSAVANA. Isto mostra um claro distanciamento entre as partes, sendo a abordagem e as divergências internas relacionados com o ProSAVANA, um dos principais causadores deste fenômeno. O problema que levou a ORAM do movimento amplo de luta contra o ProSAVANA é a forma como este programa era abordado internamente. Este distanciamento começa a ficar cada vez mais notório após a criação da «*Campanha Não ao ProSAVANA*».

Diferentemente de outras organizações sociais filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*, a ORAM é mais moderada nos seus posicionamentos e/ou nas abordagens em torno do ProSAVANA. Por ter uma visão diferente do que era ProSAVANA, a ORAM passou a distanciar de alguns pronunciamentos feitos pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*». No seu relatório publicado em 2013, a ORAM mostra claramente este distanciamento com algumas abordagens e/ou pronunciamentos feitos pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em relação ao ProSAVANA. Neste relatório, a ORAM acredita numa possível coexistência pacífica entre modelos de desenvolvimento agrários, neste caso, o agronegócio que entra com o ProSAVANA com agricultura camponesa, algo que a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» acha ser impossível de acontecer.

A ORAM diz que algumas organizações que foram se filiando a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», não tinham um posicionamento próprio, destacando que se ancorravam ao pronunciamentos pré-elaborados sem nenhuma capacidade de análise crítica. Em outras palavras, a abordagem da ORAM faz entender que parte das organizações que se filiavam a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», não tinham noção do que defendiam a

bandeira "Não ao ProSAVANA". Questionada se foi excluída da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» ou se ela mesma auto-excluiu-se do movimento, o Diretor-Executivo da ORAM respondeu nos seguintes termos:

> Nós achamos que muitas e não quero mencionar o nome das organizações, todos somos legítimos de fazer "veneração", mas muitas entraram a posterior como se estivessem a serem puxadas com um comboio (trem), como se chama, vagões dentro de um processo, mas não entendem para onde é que vão, não têm um direcionamento claro para onde vão. É dali que ficava a percepção de a ORAM auto-excluiu-se do processo. Nós dissemos que temos uma abordagem diferente das coisas porque dizer não ao ProSAVANA, o ProSAVANA tem vários projetos dentro de si, o Corredor de Nacala tem vários programas ligados ao desenvolvimento do setor agrário. Então, nós fizemos efetivamente entender que quais e identificar esses programas porque em algum momento começamos a ver algumas organizações a dizer que já havia o processo de usurpação de terras no Corredor de Nacala e nós a ORAM não subscrevemos isso porque não tínhamos essa informação. Nós trabalhamos com comunidades no Corredor de Nacala e temos uma ligação diária com aquelas comunidades, com aquelas associações camponesas e elas nos informavam o que acontecia efetivamente lá e não houve expropriação de terras[251].

Além da ORAM, outras organizações da sociedade civil que se identificavam com as pautas que foram arroladas na carta aberta de 2013 e que foram assinantes da mesma, se afastaram também da «*Campanha não ao ProSAVANA*». Por exemplo, quando são organizados os eventos e publicados os comunicados de imprensa e/ou declarações, não apareceu os seus nomes. Pelo contexto e ambiente que caracterizou a primeira fase de implementação do ProSAVANA, pode-se inferir que muitas delas começaram a sair por conta da estratégia de cooptação e intimidação empreendida pelos executores do ProSAVANA com vista o enfraquecimento das lutas e resistências contra este programa. Por parte da JICA, havia um objetivo claro, neste caso, tirar as lutas sociais da cena política no campo por considerá-las um obstâculo para o sucesso do ProSAVANA. Isso passava por perseguir, cooptar, dividir e fragilizar a sociedade civil moçambicana que se opunham ao ProSAVANA. Funada-Classen (2019) faz saber que neste processo:

> Os interesses políticos do Japão e Moçambique eram claros. O Japão queria estabilidade política para o seu mega-investimento em Moçambique. O único "obstáculo" era a sociedade civil moçambicana opor-se ou distanciar-se do ProSAVANA. Mas acordo bilateral exigia manter "diálogo" com eles "com cautela" (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 35).

A estratégia de cooptação surge como uma forma de promover as divergências dentro dos movimentos sociais. Depois de outras estratégias de fragmentação e fragilização das organizações da sociedade civil terem falhados, surge a "teoria de

[251] Entrevista realizada em Maio de 2019.

conspiração" como nova estratégia encabeçada pelas autoridades moçambicanas. Neste caso, todo aquele que ousasse a criticar o ProSAVANA era visto como "conspirador" ou ainda "mão externa" e isto era válido tanto para movimentos sociais nacionais como estrangeiras.

Alguns jornais de circulação nacional como é o caso do jornal Notícias, foram sendo usados para veicular notícias que punham em dúvida as críticas dos movimentos sociais, em que se destacava que eram "propagandas enganosas", que visavam manchar a "boa" imagem (e/ou nome) do ProSAVANA. Para que fosse possível a estratégia de cooptação, em consonância com a contraparte moçambicana, segundo (Funada-Classen, 2019, p. 36), a JICA fez uma "pesquisa de inteligência do tipo-CIA" que consistia na identificação de lideranças mais radicais nos seus posicionamentos dentro das organizações da sociedade civil.

O objetivo da JICA através da estratégia de cooptação era, como foi realçado anteriormente, dividir e enfraquecer as lutas e resistências contra o ProSAVANA. De realçar que não propriamente a JICA quem executou a estratégia de cooptação. Numa tentativa de fugir as responsabilidades, a JICA contratou uma empresa de consultoria, a MAJOL. Segundo demonstra Funada-Classen (2019), a partir de mensagens vazadas, havia objetivos claros por parte da JICA em colocar na mesma mesa, todas as organizações filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA»* com vista a identificar os conflitos (e/ou as divergências) na abordagem do ProSAVANA.

Através desta estratégia, segundo esta autora, a JICA queria impedir o estabeleciemnto de possíveis alianças ou consensos entre as organizações da sociedade civil filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA»* que levassem, por exemplo, a consolidação das lutas e resistências contra a implementação edetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Um dos encontros que visava a identificação e/ou o mapeamento das organizações da sociedade civil, foi realizado em Janeiro de 2016, nos dias 11 e 12, na cidade de Nampula.

De acordo com o comunicado de imprensa publicado pela UNAC em Janeiro de 2016, o encontro promovido pela MAJOL tinham em vista "perceber as atitudes e pensamentos das organizações da sociedade civil em relação ao ProSAVANA" (UNAC, 2016). A informação inicial posta a circular pela MAJOL segundo um dos militantes da UNAC, dizia que o convite aos movimentos sociais, tinha em vista a partipação destes de

um "seminário de divulgação do estudo do OMR[252]" e não necessariamente, ouvir o seu posicionamento em relação ao ProSAVANA.

Segundo este militante, a MAJOL chegou a dizer que o OMR estava também envolvida na organização deste evento, mas depois, "o OMR assumiu que não tinha organizado aquele encontro, simplesmente foi chamado para partilhar os resultados do seu estudo[253]" sobre o ProSAVANA. Questionado se o OMR, a instituição de pesquisa que dirige havia participado na organização deste evento junto a MAJOL, João Mosca afirmara, no entanto, que "o que o OMR faz, é revelar os resultados das pesquisas, não temos nenhuma relação direita com os doadores e nem com o governo moçambicano[254]". Durante o encontro, a MAJOL afirmou que o ProSAVANA já havia sido arquivado e que estavam abertos a iniciar um novo processo, mas um miltante da UNAC, assegurou que esta era apenas uma estratégia para se infiltrar no seio dos movimentos sociais. Este militante da UNAC, descreve que:

> A MAJOL quando é contratada, ela começa a contatar as organizações e os camponeses dizendo que ela tinha sido contratada para entrevistá-las para ouvir, o que de fato elas querem que aconteça em Moçambique. Dizia que aquele ProSAVANA, tinha sido interrompido e já não existia mais, então os governos aceitaram parar o ProSAVANA conforme era a demanda da carta aberta e começar um novo processo, quando na verdade, não era esse o seu mandato, era apenas uma estratégia para penetrar no seio das organizações dos camponeses [...]. Nós estávamos lá na sala e começamos a desconstruir aquela estratégia deles [representantes da MAJOL], mostrando que havia documentos e que havia provas bastantes que mostrava que era tudo contrário e começamos a perguntar, vocês podem repetir? A JICA é que disse que o ProSAVANA acabou? Eles [representantes da MAJOL] já não queriam responder por que sabiam que estavam a lhe comprometer[255].

Este encontro segundo o comunidado de imprensa publicado pela UNAC em janeiro de 2016, quase terminou em pancadarias. Vendo que a sua estratégia estava sendo desconstruída pelos militantes da UNAC, os consultores da MAJOL partiram para agressão. Neste comunicado de imprensa publicado longo após o episódio, a UNAC descreve a atução dos consultores de MAJOL nos seguintes termos:

> [...] de forma agressiva e numa cena que somente não resultou num espetáculo de pancadaria devido a pronta intervenção dos seus colegas que o impediram e o retiraram da sala de eventos, João Lamela insultou os ativistas acusandoos de serem marginais e antidesenvolvimento (UNAC, 2016).

[252] Entrevista realizada em Março de 2016.
[253] Entrevista realizada em Março de 2016.
[254] Entrevista realizada em Junho de 2016.
[255] Entrevista realizada em Março de 2016.

A agressão aos militantes da UNAC, segundo um dos agredidos, surge quando a MAJOL se apercebe que a sua estratégia havia sido desmantelada pelos movimentos sociais presentes no encontro. Este militante da UNAC descreve que:

> A mim pessoalmente, não me parece que agressão fizesse parte da estratégia inicial de intimidação deles, porque eu entendo que foi o perder do controlo quando eles se aperceberam que a estratégia deles, tinha sido desmantelada, tinha sido travada naquela reunião. Um dos consultores partiu para a via mais violenta de agressão, porque os outros instrumentos de intimidação, de manipulação tinham falhado[256].

A agressão dos militantes da UNAC pela MAJOL em 2016, foi repudiada pelos movimentos sociais brasileiros que vem acompanhando as suas lutas e resistências contra o ProSAVANA. Em representação dos movimentos sociais brasileiros, a Comissão Pastorial da Terra (CPT), numa carta de solidariedade enviada a UNAC dias depois depois do episódio, afirma que:

> [...] nós, representantes de movimentos do campo, de organizações da sociedade civil, de sindicatos, de entidades religiosas e de outros movimentos sociais do Brasil integrantes da Campanha Internacional "Não ao ProSavana", [declaramos] irrestrito apoio e solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses (UNAC) diante das ameaças e tentativas de agressões físicas que sofreram no dia 11 de janeiro de 2016[257].

Com base nas informações vazadas, Funada-Classen (2019) revelam que os movimentos sociais moçambicanos já haviam sido previamente mapeados pela MAJOL e divididos em quatro grupos. O primeiro grupo era chamado de "Vermelho", sendo que era considerado de "linha dura do ProSAVANA"; o segundo grupo era chamado de "Rosa", sendo que era considerado "fortemente contra o ProSAVANA, mas conversava"; o terceiro grupo era chamado de "Amarelo" e dizia-se que "não tinha nenhuma posição" e; o quarto grupo era chamado de "Verde" e este, estava "à favor do ProSAVANA" (*cf.* FUNADA-CLASSEN, 2019).

A partir deste mapeamento, a MAJOL a serviço da JICA tinha informações suficientes para avançar com as suas ações, isto, a sua investigação tipo-CIA. Para viabilizar o ProSAVANA, a MAJOL sabia com que contar em caso de resistência dos movimentos sociais que eram consideradas de "linha dura" por serem um grupo social mais dificil de manipular. A MAJOL contou com o apoio do terceiro e o quarto grupo, respectivamente, por serem movimentos sociais fáceis de manipulação e estes, estavam

[256] Entrevista realizada em Março de 2016.

[257] Disponível em: http://www.pacs.org.br/2016/01/26/organizacoes-do-brasil-manifestam-solidariedadeaos- representantes-da-uniao-nacional-de-camponeses-de-mocambique-diante-das-ameacas-e-agressoesfisicas/. Acesso em: 15/12/2019

baseados no Corredor de Nacala, diferentemente do primeiro e segundo grupo, em que as suas sedes, estão localizadas na cidade de Maputo.

O primeiro grupo composto pelas organizações filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*, passou a ser excluído e marginalizado dos encontros sobre o ProSAVANA. O acesso à informação também passou a ser exclusivo para as organizações que eram fáceis de manipulação, sobretudo, o quarto grupo tendo em conta que o mesmo já se mostrava ser à favor da implemenação do ProSAVANA. Na maioria das vezes, o grupo considerado como "linha dura" só tinha informações sobre o ProSAVANA em casos de vazamentos e o depoimento do presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN) a seguir, ajuda a compreender este fato.

> Para nós podermos participar, às vezes, éramos perguntados quem vos convidou para vir participar esta consulta pública? Mas nós, dissemos [...] que apanhamos na *internet,* o convite que está ali, diz que são consultas públicas e abertas, não tem nenhuma limitação[258].

Mas, vale realçar que, parte dos comunicados de imprensas publicados pela «*Campanha Não ao ProSAVANA»*, basearam-se em informações vazadas. O problema da JICA não era a «*Campanha Não ao ProSAVANA»* no seu todo. Na verdade, o alvo da JICA dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», era UNAC, por esta organização camponesa ter maior número de membros no país e no Corredor de Nacala de forma particular. Lembrar que a UNAC foi a primeira organização camponesa moçambicana a a contestar e a protestar publicamente o ProSAVANA. A partir dos protestos da UNAC, várias outras organizações nacionais se juntaram a ela, contestando abertamente o ProSAVANA.

É a partir dos protestos da UNAC em contestação do ProSAVANA que começa também a notar-se uma ação solidária dos movimentos sociais brasileiros e japoneses, respectivamente. Estava claro que os protestos e as contestações feitas pela UNAC contra o ProSAVANA era uma ameaça para os interesses da JICA em Moçambique. Na sua história, para triunfar a sua lógica de produção, o agronegócio sempre procurou retirar as lutas populares da cena política no campo, por isso, o que a JICA tentou fazer com a UNAC e com a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» no geral, não é algo novo.

As lutas populares no campo são "uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas" (FERNANDES, 2009b, p. 48). Durante o PRODECER no cerrado brasileiro, a JICA não

[258] Entrevista realizada em Janeiro de 2019.

precisou se aliar ao governo para retirar os movimento sociais da cena política no campo, demonizando-os, porque foi implementado no período da ditadura militar, mas no caso do ProSAVANA, o ambiente era favorável para tais práticas por causa da aparente democracia que se verfirica em Moçambique. No âmbito do ProSAVANA, a ação da JICA segundo Funada-Classen (2019, p. 67), "enfraqueceu a já frágil democracia e transparência em Moçambique". A situação torna-se mais grave ainda porque a JICA não atacou apenas os movimentos sociais. Os jornais que se simpatizavam com as ações da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», segundo Funada-Classen (2019) foram também vítimas da JICA em Moçambique. Para esta autora:

> A JICA e o MOFA foram ainda mais longe para intervir na midia moçambicana e manipular uma das midia mais independentes em Moçambique, colocando em risco a sua transparência e integridade. [...]. O alvo específico foram os jornais independentes que apoiam a "Campanha Não ao ProSAVANA", como @Verdade (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 54).

A intervenção da JICA na política moçambicana para a viabilização dos seus interesses, não vem ao acaso e segundo esta autora é porque "o Japão está sob o mesmo regime autoritário, o governo de Abe-Aso, desde fim de Dezembro de 2012, dois meses após a primeira denúncia do programa pela UNAC" (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 67). Pelo menos, há algo em comum entre os governo de Moçambique e do Japão, sobretudo, a partir da primeira denúncia da UNAC em contestação ao ProSAVANA, o autoritarismo.

Maior parte das ações empreendidas pelos dois governos com vista a implementação efetiva do ProSAVANA, foram autoritárias, caracterizadas pela perseguição, intimidação, demonização e criminalização dos movimentos sociais. A UNAC era até o período que a estratégia de cooptação foi colocada em ação pela JICA, a única organização camponesa que tinha dentro de si, militantes mais ativos sob ponto de vista combativo. Portanto, não foi por acaso que houve intervêncão do poder político vigente na UNAC para que os militantes que desafiaram a MAJOL em representação dos interesses da JICA (e do capitalismo financeiro global), fossem expulsos desta organização camponesa.

A UNAC por ser o maior movimento campesino moçambicano expressão internacional dada a sua filiação a Via Campesina, passou a ser alvo de perseguição dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». A força e a capacidade de moblização social que a UNAC tem no campo, passou também a ser considerada como um estorvo aos interesses da JICA e do capitalismo financeiro global. A JICA através das informações obtidas pela MAJOL quando fez a "pesquisa de inteligência tipo-Cia", sabia que outras organizações

filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» não tinham muita força e capacidade de mobilização social no Corredor de Nacala. No terreno, as lutas e resistências contra o ProSAVANA e outras iniciativas do agronegócio são desencadeadas pelos camponeses da UNAC.

Como forma de remover o obstâculo, a JICA procurou trazer a UNAC para o *Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil – MCSC* que também estava sob sua alçada em termos de controlo político. Neste sentido, a cooptação e o ingresso da UNAC ao MCSC, desmantelaria a «*Campanha Não ao ProSAVNA*», fragilizando-a. O objetivo do desmantelamento da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», era para retirar também a influência dos movimentos sociais japoneses na luta e resistência contra o ProSAVANA em Moçambique, destruindo o seu argumento, segundo o qual, a ação da JICA no âmbito deste programa, era imperial. Funada-Classen (2019) faz saber que:

> [...] a razão pela qual a JICA e a MAJOL queriam ter a UNAC no MCSC não era para refletir as vozes dos camponeses no Plano Diretor, mas sim para desmantelar a campanha "Não ao ProSAVANA" ao cooptar e tirar a UNAC dela e destruir o argumento da sociedade civil japonesa em Tóquio (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 42).

Os movimentos sociais brasileiros também não eram bem vistos pela JICA, afinal de contas, foram eles que denunciaram abertamente as barbaridades geradas pelo PRODECER no cerrado brasileiro. Estas denúncias foram feitas tanto no Brasil, no Japão como em Moçambique em contestação a propaganda (enganosa) da JICA que enfativaza que o PRODECER foi um "sucesso" e/ou uma "maravilha" no cerrado brasileiro. Foram os movimentos sociais bresileiros que disponibilizaram quase todas as informações sobre os desdobramentos do PRODECER a UNAC. As informações disponilizadas pelos movimentos sociais brasileiros, foram sendo usadas pela UNAC nos seus pronuciamentos e nas lutas e resistências contra o ProSAVANA.

Não é por acaso que os movimentos sociais brasileiros sempre foram tratados como "conspiradores" e "agitadores" pelos executores do ProSAVANA, sobretudo, a JICA e o governo moçambicano. No entanto, o desmantelamento da «*Campanha Não ao ProSAVNA*», fragilizaria também os movimentos sociais brasileiros, pois esta, é a rede com a qual, se conectaram desde o início com os movimentos sociais moçambicanos para de forma conjunta, travarem batalhas contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Para a JICA, era mais fácil se inserir nos territórios camponeses no Corredor de Nacala com a UNAC no MCSC e não fora dela. Fora a UNAC representava riscos aos interesses da JICA e do capital financeiro global, primeiro por ser

membros de plataformas internacionais como a Via Campesina e segundo, por ter relações com movimentos sociais brasileiros e japoneses.

Trazendo a UNAC para MCSC, era para a JICA, uma forma de contornar as lutas e resistências camponesas contra o ProSAVANA. Neste sentido, cooptada, a UNAC passaria a conter a "fúria" dos seus membros contra os interesses da JICA e por via disto, a implementação do ProSAVANA se efetivaria no Corredor de Nacala. A UNAC estava acompanhar a estratégia da JICA, de tal forma que, desvendou-a em janeiro de 2016, aquando do encontro organizado pela MAJOL na cidade de Nampula.

Ao ser devendada a sua estratégia, a JICA viu que a UNAC estava firme na sua batalha contra o ProSAVANA no Corredor de Nacala como anunciara no seu primeiro pronunciamento feito em 2012 e mais tarde, na carta aberta em 2013, nos comunicados de imprensas e nas declarações feitas nas conferências nacionais e internacionais organizadas por este movimento camponês. No entanto, a «*Campanha Não ao ProSAVANA»* foi vítima, diga-se de passagem, de uma "guerra hibrida" que visava cooptar e tirar a UNAC do cenário político no campo.

Quando estratégia de cooperação dos movimentos sociais começou a ser colocada em prática, a mesma se fez sentir, na medida em que as divergências passaram a ser cada vez mais evidentes dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA»*. Além de criticarem-se entre elas, fuga de informações dentro do movimento, verifica-se também mudança de abordagem sobre o ProSAVANA entre as organizações filadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*. Em suma, a estratégia de cooptação desenhada pela JICA e apadrinhada pelo governo moçambicano, mas executada pela MAJOL, culminou com a fragmentação da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» e isto, fez com que surgissem duas alas opostas, entre elas: a «*ala anti-ProSAVANA*» e a «*ala pro-ProSAVANA*».

As organizações que faziam parte da "*ala anti-ProSAVANA*", são as seguintes: Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula (CAJUPANA), Comissão Diocesana da Justiça e Paz de Nacala (CDJPN), o Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, a Marcha Mundial das Mulheres Moçambique, Justiça Ambiental (JÁ) – Amigos da Terra Moçambique, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), Livaningo e União Nacional dos Camponeses de Camponeses (UNAC). A «*ala anti-ProSAVANA*» é que manteve-se firme com o seu posicionamento, lutando e resistindo contra a implementação efetiva do ProSAVANA ao longo do Corredor de Nacala. Numa das suas declarações, «*ala anti-ProSAVANA*» que lidera a

«*Campanha não ao ProSAVANA*», manteve a sua filosifica combativa, aonde afirma que a sua luta é no sentido de influenciar que:

> Seja definitiva e imediatamente abandonado o ProSAVANA. As nossas alternativas assentem-se num modelo de desenvolvimento (agrário) que maximize os recursos naturais disponíveis (água e terra) para a prática da agricultura pensada por camponeses e operacionalizada por camponeses, em defesa da Soberania Alimentar, da Agroecologia, do controlo da terra e das sementes e da participação na tomada de decisões sobre o que produzir, quando produzir e para quem produzir (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2017).

Como se pode ver, o posicionamento da «*Campanha não ao ProSAVANA*» enquanto parte das organizações da sociedade civil da «*ala anti-ProSAVANA*», tem sido radical no sentido de que não querem saber do ProSAVANA em Moçambique e propoem agricultura camponesa como alternativa. Já a «*ala pro-ProSAVANA*», além de criticar as ações da «*ala anti-ProSAVANA*», pessaram a acreditar não apenas na coexistência pacífica do agronegócio com o campesinato, mas também que o ProSAVANA traria benefícios para os camponeses no Corredor de Nacala.

As organizações que faziam parte da «*ala pro-ProSAVANA*» as seguintes: a Plataforma Provincial de Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N), o Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (Fonagna), o Fórum das Organizaçõs Não Governamentais da Zambézia (Fongza) e a Rede das Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Zambézia (Rendeza). O argumento da «*ala pro-ProSAVANA*», passou a ser usado pelos executores do ProSAVANA, sobretudo, a JICA para dizer não eram todas as organizações que estavam contra, mas sim, eram um "grupinho". Do momento para outro, as organizações da «*ala pro-ProSAVANA*» passaram a ter mais ligação com executores do ProSAVANA.

Diferentemente das organizações da «*ala anti-ProSAVANA*», as da «*ala pro-ProSAVANA*», tinham acesso algumas informações privilegiadas com os executores do ProSAVANA. Essa situação começou a gerar "brigas" entre as organizações da sociedade civil moçambicanas que desembocaram em acusações segundo as quais, determinadas lideranças se beneficiavam em nome dos camponeses do Corredor de Nacala. Essa "brigas", não surge apenas por causa da abordagem sobre o ProSAVANA ser diferente, mas sim, por interesses.

De realçar que a UNAC e as restantes organizações da sociedade civil fliadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», não estavam movidas pelos interesses, mas sim, pela causa camponesa. O mesmo se pode dizer também da ORAM, embora esta organização

camponesa tenha se desvinculado da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Pelos fatos apresentados, pode-se inferir que as organizações da sociedade civil que estavam movidas de interesses, são as da «*ala pro-ProSAVANA*». Na história recente dos movimentos sociais em Moçambique, tudo indica que o ProSAVANA ficará pela história como um programa que dividiu as organizações da sociedade civil, sobretudo, as que se dizem defender e proteger os interesses e direitos das comunidades rurais e dos camponeses.

O ProSAVANA veio revelar que, por de trás da ideia de defesa e proteção dos interesses das comunidades rurais e dos camponeses, que é a bandeira de muitas organizações da sociedade civil, está o interesse destas pela acumulação privada da riqueza no país. Mas, vale realçar, algumas destas organizações, têm criticado o *modus operandi* da FRELIMO, sobretudo, a sua governação, acusando os seus membros que são ao mesmo tempo, gestores públicos de estarem a enriquecer a custa da pobreza dos moçambicanos. Paradoxalmente, algumas destas orgenizações, estão (e/ou têm estado) a reproduzir e de forma grosseira quase as mesmas práticas as quais contestam no país.

Neste sentido, certos grupos dentro das organizações da sociedade civil, usando o nome das comunidades rurais e dos camponeses, procuravam tirar proveitos, se aliando aos capitalistas com interesse na terra no país para a implementação de programas mascarados pelo discurso "produtivista" e "desenvolvimentista". Esse cenário apenas revela que há organizações que têm agendas contrárias aos objetivos, missão e valores que nortearam o processo da sua criação, pois as comunidades rurais e os camponeses, em particular, são usados como um *trampolim* para acumulação privada do capital.

A esse respeito, Mandamule e Bruna (2017, p. 233) afirmam que "aos movimentos de resistência, surgem outros mais oportunistas, pactuando com o capital e o poder político, que enfraquece a ação das populações" nas suas lutas e resistências contra a classe dominante. Evidências empíricas, revelam que algumas organizações, sobretudo, da «*ala pro-ProSAVANA*», apoiavam o ProSAVANA não para o bem dos camponeses, mas sim, para benefícios próprios. Alguns membros das organizações constituintes da «*ala pro-ProSAVANA*» passaram a beneficiar-se de contratos para prestação de serviços a JICA no âmbito da implementação do ProSAVANA.

Uma das empresas contratada pela JICA em substituição da MAJOL, segundo demonstra Funada-Classen (2019) foi a *Solidariedade Moçambique*, uma empresa de cunsltoria representada por António Mutoa, então presidente da Plataforma das Organizações da Sociedade Civil de Nampula (POSC-N) e um dos integrantes do Mecanismo da Coordenação da Sociedade Civil de Nampula (MCSC-N). Esta autora, o

valor recebido pela empresa de consultoria Sociedade Moçambique "foi 4 vezes maior ao valor pago a MAJOL" (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 44). O contrato que a JICA fez com a Solidariedade Moçambique, segundo esta autora, não foi declarado aos parlamentares japoneses que acompanhavam a distância os desdobramentos do ProSAVANA. Quando é divulgada a informação que confirmava a Solidariedade Moçambique como a empresa de consultoria contratada:

> Os parlamentares japoneses imediatamente procuraram uma explicação e os documentos relacionados ao contrato. A JICA atrasou a resposta por 2 meses. Em fins de Dezembro, a JICA, finalmente, divulgou o contrato assinado por António Mutoua, do MCSC, depois de o Memorando Formal de Perguntas ter sido submetido à Reunião Ministerial pelo parlamentar Ishibashi (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 44).

A «*Campanha não ao ProSAVANA*» chegou a fazer denúncias contundentes, destacando que ao contratar de uma empresa ligada a «*ala pro-ProSAVANA*», o interesse da JICA era colocar as comunidades rurais e os camponeses contra si. A estratégia de comunicação colocada em prática pela JICA e o governo moçambicana, incluia atividades nas comunidades na presença de líderes comunitárias e régulos, às vezes, em forma de "comícios eleitoral". De acordo com Funada-Classen (2019):

> As organizações da sociedade civil moçambicana e os institutos de pesquisa ficaram chocados com este espectáculo político realizado pelo aparelho local do Frelimo-Estado promovido por ajuda externa. Alguns deles fizeram o seguinte comentário: "tipo comício eleitoral" (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 33).

Nestes comícios populares, citados por Funada-Classen (2019), destacava-se, por exemplo, a importância do ProSAVANA para o desenvolvimento sócio-econômico do país e desvalorizava-se também as críticas da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em relação a este programa. Esta era uma forma de instrumentalização das comunidades rurais e dos camponeses e, por via disto, colocá-los contra a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Numa carta aberta endereçada ao presidente da JICA em Fevereiro de 2017, intitulada «*Protesto contra atuação da JICA sobre a sociedade moçambicana no âmbito do programa ProSAVANA*»**,** a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», denúncia que:

> Nos finais do mês de Outubro de 2016, foi revelado que a JICA canalizou diretamente um valor monetário equivalente a 206.139,75 dólares norte-americanos, para contratar uma ONG moçambicana baseada em Nampula (Solidariedade Moçambicana) como seu consultor para prestar serviços. A JICA quando confrontada com o fato de este contrato, consistiu mais uma intervenção manipuladora e direta da JICA, esta defendeu-se afirmando que o contrato resultou de um concurso livre e justo para a revisão do "Plano Diretor do ProSAVANA". Em finais de Dezembro a Campanha não ao ProSAVANA, tomou conhecimento de que o contrato celebrado com a Solidariedade Moçambique, foi de fato assinado pelo Senhor António Mutoa que para além

> de Diretor Executivo da Solidariedade Moçambique, ocupava o cargo de coordenador de MCSC-CN e jogou um papel importante em colaboração com a MAJOL na formulação de MCSC-CN em representação da JICA como vice-presidente da Plataforma da Sociedade Civil de Nampula (PPOCS-N). Em Junho de 2016, a JICA providenciou 3,700,00 Yen (equivalente a 40.000,00 dólares) ao MCSCCN liderado do Senhor António Mutoa para Mapeamento dos distritos alvos do ProSAVANA com objetivo real de colocar as comunidades contra a Campanha Não ao ProSAVANA e promover aceitação ao ("juntar-se na visão e objetivo do") MCSC-CN. No entanto, a JICA não só desrespeitou seus contribuintes e outras contrapartes incluindo nós, mas decidiu promover ainda mais divisões na sociedade civil, transferindo a primeira prestação (20%, ou 41,228 dólares) de valor do contratado para o Sr. Mutoa/Solidariedade Moçambique em Novembro do mesmo ano[259].

Mesmo fragilizada, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», se reinventou mesmo diante das adversidades conjunturais, uma vez que era perseguida e combatida politicamente pelo poder político vigente. Ao se reinventar, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» começou a ter sinais de conservadorismo. Antes de ceder entrevista aos pesquisadores, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», fazia muitas questões sobre a proveniência destes. No caso dos pesquisadores que eram conhecidos como críticos ao ProSAVANA, eram questionados se os mesmos haviam sido ou não cooptados pelos executores deste programa. Em caso de ceder entrevista aos pesquisadores, todas as organizações eram convidadas a estarem presentes para de forma conjunta, responderem as perguntas que eram colocadas.

Dificilmente, as organizações filiadas respondiam questões relacionadas com a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Esta era, portanto, uma forma de evitarem, por exemplo, a infiltração de "estranhos" no seu seio e, consequentemente, a fragilização do movimento. Desde a sua criação até os dias atuais, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» tem vindo a desenvolver várias atividades, sobretudo, a realização de eventos internacionais com vista a discutir questões relacionadas com o ProSAVANA e o agronegócio no geral. Igualmente, tem sido também espaço de lutas e resistências conjuntas dos movimentos sociais de Moçambique, do Brasil e do Japão contra o ProSAVANA e de outras iniciativas ligadas as este programa que contam ainda com o financiamento japonês, no caso do Projeto Estratégico de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC).

É nessas conferências que surgem propostas de modelos agrários/agrícolas alternativos aos que são propostos pelos executores do ProSAVANA. Desde a sua criação, a «*Campanha não ao ProSAVANA*» realizou quatro (4) «*Conferências*

[259] Informações disponíveis em: https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/#more-697. Acesso: 10/02/2019.

Internacionais dos Povos», aonde participaram os movimentos sociais de Moçambique, do Brasil e do Japão. Três destas conferências internacionais foram realizadas na cidade de Maputo, em Moçambique, nos anos de 2013, 2014 e 2017, respetivamente, e uma, sobretudo, a quarta aconteceu na cidade japonesa de Tóquio, em Novembro de 2018.

Foto 61. Membros da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» durante a «*IVª Conferência Internacional dos Povos*» Tóquio/Japão

Fonte: Acervo particular da ADECRU (2019)

Como se pode observar na foto 61, além da bandeira da ADECRU estão presentes as bandeiras da Via Campesina e do MST, respectivamente. A partir de 2018, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» decidiu abraçar as pautas dos movimentos sociais brasileiros na luta e resistência contra o MATOPIBA, que é uma nova fronteira agrícola em expansão, mas que está a reproduzir velhas questões no campo brasileiro. Num tom de combativo, no documento que ficou conhecido como «Declaração de Tóquio», a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» diz que rejeita o ProSAVANA no Corredor de Nacala e o MATOPIBA no Brasil e que se for necessário irão lutare e resistir em defesa da soberania alimentar dos povos nos dois países. Mais em diante, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» declara:

> Com a sociedade civil japonesa, e junto a um público mais alargado, expusemos a agenda do capital agroindustrial de eliminar a agricultura camponesa nos nossos territórios, tal como é o caso do programa ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil, promovidas pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), em aliança com o capital financeiro e os governos destes países. Tanto o ProSAVANA quanto o MATOPIBA são programas agrários pensados para a produção em larga escala de commodities

> para o benefício do capital, embora mencione deforma manipulada nos seus documentos que é para o desenvolvimento rural e a garantia da segurança alimentar. [...]. O ProSAVANA e o MATOPIBA representam um claro atentado a classe camponesa. A forma pela qual têm sido, até aqui, conduzido estes processos, os camponeses e camponesas das regiões de implementação têm sido recusados o direito de decisão sobre os seus sistemas alimentares. Continuam a ser tratados como objetos passivos e nega-se o seu protagonismo e um acumulado de saberes e valores ligados a agricultura camponesa e a importância da cooperação e solidariedade entre si. Ao imporem práticas e opções agrícolas estranhas a sua concepção, não só atenta a soberania alimentar dos povos, como também compromete uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental dos camponeses nessas regiões. Convocamos a sociedade e o público japonês a se posicionar em solidariedade com os povos de Moçambique e Brasil, em especial do Corredor de Nacala e do Cerrado Brasileiro, rejeitando o uso de recursos públicos do povo japonês para financiar programas de cooperação que violam os direitos humanos de povos e devastam o meio ambiente de territórios alheios, conforme se pretende com o ProSAVANA e o MATOPIBA (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2018b, s/p).

Na verdade, tanto o território do ProSAVANA quanto ao do MATOPIBA, ambos estão imbrincados num jogo de interesses para a produção de *commodities*, cristalizado pela crise de preços de alimentos de 2007/8 em que os governos locais desempenham um papel importante na criação de condições para a efetivação do capital financeiro. Por sua vez, tanto o ProSAVANA quanto o MATOPIBA, engendram o controlo monopolístico do territórios pelo capital financeiro para garantir a sua produção ampliada em escala global. Para que isto aconteça, significa o capital, no âmbito da sua expansão, precisa destruir as práticas preexistente nos dois territórios vítimas do capital financeiro, incorporando o "novo".

Significa ainda que ao se expandir sobre os dois territórios, contraditoriamente, o capital terá que destruir não só os territórios, mas também os sujeitos e com eles, as suas identidades. Contudo, o argumento da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» ao se opor contra o ProSAVANA no Corredor de Nacala e o MATOPIBA no cerrado brasileiro na «*Declaração de Tóquio*» de Novembro de 2018, são válidos. Em Outubro de 2017, durante a «*III[a] Conferência Internacional dos Povos*», realizado na cidade de Maputo, os movimentos sociais haviam destacado a necessidade dos dois povos travarem batalhas conjuntas contra o capitalismo agrário, tanto no cerrado brasileiro quanto no Corredor de Nacala. Intervindo, Diana Aguiar da FASE/Brasil, destacou o seguinte:

> Globalizemos as lutas, globalizemos as esperanças. Os desafios que se impõem no Brasil são os mesmos de Moçambique, que é a luta contra o agronegócio, devastação e contaminação de territórios. As resistências se constroem em espaços assim, seja numa sala em Maputo, seja numa sala na capital Federal do Brasil –, Brasília, seja em baixo duma árvore, nas comunidades do cerrado brasileiro, no norte de Moçambique, em Nampula, na Zambézia. Isso é de fato globalizar as lutas, globalizar as esperanças. A nossa presença aqui, é a

> representação disso. Agente sente que a luta de vocês é nossa e esperamos que a nossa luta seja a luta de vocês também[260].

Nas declarações da representante da FASE/Brasil, fica evidente o convite que os movimentos sociais brasileiros representados pela FASE/Brasil estavam a fazer aos movimentos sociais moçambicanos para duma forma conjunta, conduzirem atividades com vista a combater o capital nos dos territórios. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» ao declarar que também poderia lutar e resistir contra o MATOPIBA a partir de Tóquio, em Novembro de 2018, traduzia-se numa resposta ao convite feito pelos movimentos sociais brasileiros, sobretudo, pela FASE/Brasil.

Foto 62. III Coferência Internacional da Campamha Não ao ProSAVANA/Moçambique -2017

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Além das organizações da sociedade civil moçambicanas, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» é composta também por organizações da sociedade civil estrangeiras, sobretudo, brasileiras e japonesas. A articulação das organizações da sociedade civil dos três países no âmbito da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» tem trazidos impactos positivos na luta e resistência contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala. A partir da sua articulação com as organizações da sociedade civil estrangeira, as pautas da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», têm ganhado cada vez mais força política e verifica-se uma coerência e consistência no seu discurso combativo.

Além do discurso político ser claro, coerente e consistente, a partir da sua articulação com as organizações estrangeiras. No atual contexto, a diferença de outras

[260] Discurso gravado pelo autor durante a «*III[a] Conferência Internacional dos Povos*», realizado em Outubro de 2917, na cidade de Maputo.

plataformas e/ou redes criadas no país com a finalidade de lutar para a promoção da justiça social, a «*Campanha não ao ProSAVANA*» é um dos movimentos sociais mais combativos. O que difere a «*Campanha não ao ProSAVANA*» de outras plataformas, é que além de estar presente em vários momentos da vida dos sujeitos do campo, ela se identifica com a causa a qual tem estado a defender. Nos últimos anos, a «*Campanha não ao ProSAVANA*» tem se deparado com várias dificuldades, pois tem sofrido perseguições pelo poder político vigente. Nem sempre a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» tem conseguido trazer para o seu evento, movimentos sociais de outros países, sobretudo, do Brasil e do Japão.

Por exemplo, em 2017, durante a «*III[a] Conferência Triangular dos Povos*», Naoko Watanabe, uma ativista social japonesa e especialista do Centro de Voluntariado Internacional do Japão (JVC, *sigla inglesa*), foi impedida de entrar em Moçambique, na medida em que viu-se recusado o visto de entrada pela embaixada de Moçambique no Japão. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» afirmou haver possibilidades de ter sido uma ação propositada do governo moçambicano em coordenação com os seus aliados – neste caso, o governo japonês para esta ativista social japonesa não participar da conferência sobre o ProSAVANA, já que tem sido uma das vozes críticas a este programa em Moçambique, mas, a partir do Japão. No seu comunicado de imprensa, a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*, descreve a situação nos seguintes termos:

> A «Campanha Não ao ProSAVANA» solidariza-se com a companheira Naoko Watanabe, especialista do Centro de Voluntariado Internacional do Japão (JVC, em inglês), cujo pedido de visto para entrada em Moçambique com vista à sua participação no encontro da conferência Internacional de Tóquio sobre Desenvolvimento Africano (TICAD) foi recusado sem explicação. Este foi o único pedido de visto recusado, e é a primeira vez em 24 anos de história do TICAD que um visto é recusado a um representante da sociedade civil. Lamentamos a infundada decisão do nosso governo, na medida em que representa um sinal sério da limitação da efetiva participação da sociedade civil no TICAD, particularmente nos processos de tomada de decisão sobre modelos de desenvolvimento que devem ser tratados de forma inclusiva e aberta. A «Campanha Não ao ProSAVANA» receia que esta recusa possa ter sido consequência da parceria e do papel da JVC nas discussões em torno do Programa ProSAVANA. É de conhecimento público que este programa tem sido largamente contestado por organizações da sociedade civil, organizações de camponeses de Moçambique, Brasil e do Japão (entre estas a JVC). Esta forte oposição ao ProSAVANA em particular ao modelo agrícola que se impõe aos moçambicanos com este programa não é bem vista pelos proponentes do programa que tem insistido no avanço do mesmo contrariando todas as razões e argumentos apresentados e inclusive a vontade dos supostos beneficiários do mesmo. Não podemos deixar de pensar que a contestação e discussão em torno do ProSAVANA possa ser a razão para a recusa do pedido de visto de entrada em Moçambique. Parece que estamos perante um sistema opressor, ditador para os que contestam? Será que a nossa liberdade de expressão está a ser colocada em questão? Será solução impedir a entrada dos nossos parceiros para nos calar? (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2017).

Mesmo tendo sido barrada de entrar em Moçambique para vir participar fisicamente a «*Conferência Triangular dos Povos*», a «Campanha não ao ProSAVANA» criou outros meios alternativos para que a ativista social japonesa apresentasse a sua comunicação. Um dos meios alternativos usados pela «Campanha não ao ProSAVANA» foi recorrer o *Skype*. Mesmo com problemas de *internet*, a ativista sai japonesa da JVC apresentou a sua comunicação, fazendo várias denúncias dos aspectos que nunca teriam sido divulgados sobre o ProSAVANA, sobretudo, que este programa estava interligado outras iniciativas que estão na carteira do Japão para ocupação efetiva do Corredor de Nacala.

A ativista japonesa apontou o PEDEC (Programa Estratégico de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala) como sendo o programa macro e que o ProSAVANA era apenas coisa ínfima dentro dele. Se o ProSAVANA ocupa cerca de 14,4 milhões de hectares de terras, quer dizer que, o PEDEC vai mais além. O problema disto é que, não há informações sobre o PEDEC em Moçambique, a diferença do ProSAVANA que uma parte encontra-se na *internet*.

A denúncia feita pela ativista japonesa, aumentou os ânimos das organizações da sociedade civil filiadas a «*Campanha não ao ProSAVANA*», tendo declarado no fim, o seu engajamento na luta contra a implementação efetiva deste programa no Corredor de Nacala. As lutas sociais organizadas e internacionalizadas contra o ProSAVANA, resultaram na suspensão temporária das atividades do ProSAVANA. Essa suspensão temporária do ProSAVANA é descrita no depoimento abaixo.

> Acontece que o ProSAVANA foi suspenso, sobretudo, por decisão do parlamento japonês que cancelou financiamentos. Esse cancelamento foi um conjunto de fatores, a sociedade civil japonesa, brasileira, a sociedade civil moçambicana, reação das comunidades, etc, etc. Tudo isto fez com que os donos do dinheiro dissessem que não, vamos ter que esclarecer melhor esse assunto[261].

Existem correntes que olham a suspensão temporária do ProSAVANA como sendo uma derrota ao agronegócio em Moçambique. Em Junho de 2018, foi publicado um artigo no Jornal Le Monde Brasil Diplomatique, de autoria do jornalista e cineasta Stefano Liberti, intitulado «*Um programa de grilagem disfarçado de desenvolvimento: camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio*[262]». Este artigo teve uma recursão internacional, pois muitas pessoas que liam este texto, acreditavam que os camponeses

[261] Entrevista realizada em Junho de 2016.
[262] Disponível em: https://diplomatique.org.br/camponeses-mocambicanos-derrotam-o-agronegocio/. Acesso: 18/02/2019.

moçambicanos teriam conseguido vencer a batalha, impedindo oficialmente a expansão do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Numa das passagens do seu artigo, Liberti (2018) faz as seguintes afirmações:

> Os empresários do agronegócio do sul se parecem com os do norte: eles sonham com lucros fáceis cultivando terras comerciais em detrimento da agricultura familiar. Assim nasceu o ProSAVANA, que une o Japão e o Brasil a Moçambique. Entretanto, a inédita resistência de camponeses dos três Estados conseguiu interromper a operação (LIBERTI, 2018).

O autor acerta ao afirmar que o ProSAVANA é "um programa de grilagem disfarçado de desenvolvimento", mas em relação a ideia de que os camponeses moçambicanos conseguiram derrotar este progeama, levanta debate. Numa altura em que o capital está em processo de reestruturação, é prematuro afirmar categoricamente que os camponeses moçambicanos derrotaram o ProSAVANA. No mesmo ano que foi publicado o artigo de Liberti (2018), os executores do ProSAVANA, voltaram a se reunir na cidade de Maputo para traçarem novas estratégias, com vista a avançar com este programa. Depois das informações terem vazado, dando conta do encontro dos executores do ProSAVANA, a «*Campanha não ao ProSAVANA*», publicou um comunicado de impressa, contestando novamente a ação dos executores ProSAVANA. Neste documento, a «*Campanha não ao ProSAVANA*» descrevia o seguinte cenário:

> A «*Campanha não ao ProSAVANA*» tomou conhecimento através do relatório da última reunião sobre o ProSAVANA presidida pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar no dia 4 de Abril [de 2018], que os governos de Moçambique, Brasil e Japão, estão a tomar ações com vista a implementação efetiva do programa ProSAVANA na região norte do país, ignorando assim, todas as contestações dos camponesas e camponesas, dos moçambicanos e moçambicanas e das organizações da sociedade civil, filiadas ou não a «*Campanha não ao ProSAVANA*» (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2018a).

As organizações camponesas, também afirmam que a tendência do governo moçambicano junto dos seus parceiros de cooperação (Brasil e Japão), é avançar com a iniciativa. O presidente da UPCN (União Provincial de Camponeses de Nampula), descarta a possibilidade do ProSAVANA suspender-se e argumenta que:

> O ProSAVANA é um caso preocupante para a classe camponesa, nós acabamos entendendo que a tendência do governo é avançar com o programa. O governo está a tentar fazer manipulações para o poder avançar, usando essa linguagem de que é um grupinho pequeno de pessoas que não quer o ProSAVANA, mas esse grupinho está a defender a classe camponesa[263].

[263] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

Em Abril de 2019, segundo as organizações camponesas, sobretudo, a União Nacional de Camponeses (UNAC) e a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), havia convocado uma reunião para discutir-se o ProSAVANA. A convocação deste encontro por parte do MASA para se discutir questões referentes ao ProSAVANA, já demonstra que este programa ainda está no ideário dos seus executores para ser implementado. Existem possibilidades de que governo moçambicano esteja a sofrer pressão dos seus parceiros neste programa, o Brasil e Japão, pois não se pode esquecer que a primeira fase (2010-2015) envolveu milhões de dólares norte-americanos para a execução das atividades, usando impostos pagos pelos seus povos.

Esse dinheiro precisa ser justificado, pois saiu dos cofres dos dois países. A JICA, por exemplo, tem sido precionada pelos parlamentares japoneses a apresentar os resultados do ProSAVANA em Moçambique. Mesmo sabendo que o movimentos sociais moçambicanos, contestam este programa ao ponto de terem conseguido que fosse suspendido temporariamente, esperando que seja para sempre, a JICA tem dado esperança aos parlamentares e governantes japoneses de estar em curso a negociação com vista a bloquer o impasse (*cf*. FUNADA-CLASSEN, 2019).

A realidade, revela que a implementação efetiva do ProSAVANA está longe de acontecer, pois os movimentos sociais moçambicanos venceram mais uma batalha em Agosto de 2018, desta vez na justiça. Depois de muitas denúncias feitas pelos movimentos sociais e algumas delas, documentadas, a Ordem dos Adevogados de Moçambique (OAM) processou a Coordenação do ProSAVANA. Por sua vez, a OAM determinou que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) devem dispobilizar todas as informações relacionadas com o ProSAVANA.

As informações que a OAM insta o MASA a disponilizar para o público, estão relacionadas com a organização, funcionamento dos serviços e conteúdos de decisões passíveis de interferir na esfera dos direitos e liberdades dos cidadãos, particularmente, os relativos a terra, segurança alimentar e nutricional das comunidades abrangidas pelo ProSAVANA. Esta decisão da OAM complica ainda mais as matemáticas da JICA no que tange ao período estabelecido para a implementação deste programa no país.

Por sua vez, complica ainda mais a reputação dos funcionários da JICA, pois estes sempre se mostraram confiantes que o ProSAVANA lançaria o Japão como ator de desenvolvimento em África. Do lado brasileiro, não se verifica uma pressão as instituições responsáveis pela implementação do ProSAVANA, sobretudo, a Agência

Brasileira de Cooperação Internacional (ABC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no sentido de apresentar os resultados destes programa em justificação do dinheiro alocado pelo governo federal.

O governo moçambicano, não teria condições materiais no atual contexto para devolver todo o investimento que foi alocado por esses dois países. Na entrevista concedida pela UNAC, a liderança deste movimento campesinato fez saber que o encontro não produziu nenhum consenso sobre a sua possível implementação efetiva no Corredor de Nacala. O Secretário-Executivo da UNAC descreveu nos seguintes termos:

> Ainda não há consenso [sobre a implementação efetiva do ProSAVANA]. O encontro não produziu consenso e isto, tem que ficar claro e a ata [da reunião] deixa claramente isso, não produziu consenso. O que está acontecer é que o Ministro da Agricultura [e Segurança Alimentar] procura revitalizar ou recriar as ações em volta do ProSAVANA porque estava um pouco em hibernação. Eu acredito que provavelmente, seja por causa da pressão porque alocou investimento [no âmbito da execução das atividades do ProSAVANA]. Acompanhei através dos nossos amigos do Japão que o governo japonês está sendo pressionado a nível do parlamento para que diga em que está a resulta o investimento [alocado no âmbito do ProSAVANA em Moçambique], houve estudos de solos que foram feitos no Corredor de Nacala é por via disto que o MASA está a ficar pressionado para poder dar segmento [com o ProSAVANA][264].

A UNAC diz haver uma possibilidade de estar em curso uma estratégia usada pela MAJOL, uma empresa de consultoria contratada pela JICA, em 2016 que passava por colocar no mesmo lugar todas as organizações que contestavam o ProSAVANA para ver até aonde iam as suas exigências. Existem aspectos que demonstam que os executores do ProSAVANA não refletiram o suficiente em torno das reivindicações dos movimentos sociais, pois o modelo agrário proposto continua o mesmo.

O *modus operandi* continua o mesmo, pois as informações relacionadas com o ProSAVANA continuam a ser mantidas fora do alcance dos movimentos sociais e da sociedade moçambicana no geral. Esse sigilo se verifica num contexto em que a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) determinou que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) devem disponibilizar todas as informações relacionadas com o ProSAVANA. No caso do encontro convocado pelo MASA em Abril de 2019, o Secretário-Executivo da UNAC avança com a possibilidade tratar-se duma armadilha e diz haver, uma tentativa de "embrulhar" as organizações da sociedade civil que lutam contra o ProSAVANA. O Secretário-Executivo da UNAC elucida que:

> Do encontro que houve, o que se procurava se fazer, era colocar diferentes opiniões na mesa. Não sei o que está por de traz [disso]. Porque uma coisa é

[264] Entrevista realizada em Maio de 2019.

> dizer, mas outra é o que está por de traz do que é dito. Podem estar a nos mostrar um embrulho, mas não sei o que está por de traz do embrulho. Não é que estou a desconfiar, também não estar a dar a minha mão de credibilidade, não sei de nada. O que sei é que o [nosso] governo está a levar de novo a discussão do ProSAVANA. Então, esse encontro era para ver quais são as reivindicações de uns e dos outros e quais são as linhas de convergências para que se possa avançar. Isso para mim ficou claro[265].

Atenta as possíveis armadilhas da suposta suspensão das atividades do ProSAVANA, a Coordenadora de Gênero da ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua) avança que era preciso "celebrar com muita cautela porque o próprio sistema capitalista tem as suas armadilhas, no sentido de que podemos assumir esta posição por uns instantes, depois de agarrarmos a presa, continuarem a ignorar-nos como sempre fizeram[266]". De realçar que, diferentemente do Brasil, o governo japonês tem-se mostrado mais ativo em relação a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, messmo diante das contestações e protestos dos movimentos sociais.

No caso do Brasil, dois fatores podem ser apontados como determinantes no que tange ao seu recuo no processo de implementação do ProSAVANA. O primeiro está relacionado com a crise político-econômica que vêm afetando o Brasil com maior incidência durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), situação que prevaleceu até a sua queda do poder em 2016 por meio de um *golpe* parlamentar. A indiferença do Brasil no processo de implementação do ProSAVANA (e da expansão do agronegócio como um todo) em Moçambique tem explicações.

Além da crise político-econômica e todas as resistências dos camponeses, tanto em Moçambique, quanto no Brasil contra o ProSAVANA, a política externa brasileira também mudou radicalmente. Esses três fatores combinados, forçaram o Brasil a diminuir a sua presença em Moçambique em termos de investimentos alocados a determinados setores de atividades com destaque para agricultura.

A mudança radical da política externa brasileira para o Norte Global, é reiniciada pelo governo Michel Temer (2016-2018). Por exemplo, em Moçambique, o governo brasileiro sob liderança de Michel Temer, transferiu para o Brasil a equipe da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que trabalhava em Moçambique no contexto da implementação do ProSAVANA. A ausência da contra-parte brasileira no processo de implementação do ProSAVANA, começou antes mesmo do golpe contra Dilma Rousseff.

[265] Entrevista realizada em Maio de 2019.
[266] Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

As lutas e resistências dos movimentos sociais, foram determinantes para a fraca presença brasileira no processo de implementação do ProSAVANA. Lembrar que, a carta aberta escrita pelos movimentos sociais moçambicanos e assessorada pelos movimentos sociais brasileiros e mais tarde, enviada para a presidente Dilma Rousseff, foi também determinante para o recuo do Brasil na implementação do ProSAVANA. A esse respeito, Fingermann (2019) explica que:

> Em relação ao Programa ProSAVANA, o qual, em certa medida, estabelecia um vínculo entre a esfera comercial e o investimento na cooperação técnica, com o lançamento do Fundo Nacala pela FGV Projetos, ressalta-se a inviabilização da continuidade do projecto devido a dois fatores interconectados: a baixa adesão da Presidente à diplomacia e a incapacidade de interlocução do Governo com diferentes actores políticos da esfera nacional. Se, por um lado, Rousseff almejava, em sua narrativa, estabelecer vínculos entre a cooperação técnica e a agenda de investimentos, por outro lado, o cenário de divergência que a Presidente estabeleceu com o sector empresarial – produtivo, rentista e agronegócio, impediu qualquer possibilidade de ela encaminhar esse discurso. [...]. A ineficiente interlocução de Rousseff com o outro extremo da sociedade brasileira também gerou impactos negativos no ProSAVANA. [...]. Deste modo, as críticas levantadas pela ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) em meados de 2013 ao ProSAVANA ganharam respaldo político junto a esses antigos aliados, que buscavam se fortalecer por via do enfrentamento em instâncias internacionais (FINGERMANN, 2019, . 364).

Por parte das entidades brasileiras, há um entendimento segundo o qual, o ProSAVANA ofuscava a imagem do Brasil no cenário nacional e internacional. Porém, "do ponto de vista da FGV, o ProSAVANA já não era significativo para sua ambição institucional, mas, realmente, estava a prejudicar a sua reputação, tanto nacional quanto internacionalmente" (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 29). De fato, até um certo ponto, a imagem do Brasil no campo geopolítico, sobretudo, em relação a sua atuação em África ficou "suja" com o ProSAVANA, pois havia um entendimento tanto dos movimentos sociais quanto dos acadêmicos brasileiros que no âmbito deste programa, este país latino-americano operava na condição (sub)imperial, pois além de exportar conflitos socioambientais, promovia também o *land grabbing* em Moçambique.

É paradoxal afirmar, por exemplo, que "o ProSAVANA já não era significativo para a ambição instituicional" como a FGV faz transparecer, tendo em conta que, inicialmente o ProSAVANA foi tido como um programa ambicioso da cooperação brasileira no século XXI em África (*cf*. FINGERMANN, 2014, 2019; DÚRAN & CHICHAVA, 2013, CHICHAVA, 2017, 2019). Ao afirmar que "o ProSAVANA já não era significativo para ambição institucional", a FGV procura transparecer que o recuo do Brasil não se deveu a força dos movimentos sociais.

Mas, das evidências apresentadas, fica claro que o recuo do Brasil deveu-se em grande medida por causa da pressão desencadeada pelos movimentos sociais moçambicanas, brasileiras e japonesas contra a implementação efetiva deste programa no Corredor de Nacala. Lembrar que foi a própria FGV que desencadou várias ações com vista a promoção do ProSAVANA tanto no Brasil quanto no Japão. A partir do Fundo de Nacala, a FGV operava no sentido de promover os produtores brasileiros a se instalarem no Corredor de Nacala por forma a viabilizarem o agronegócio, mas tal objetivo não se efetivou por causa das lutas e resistências travadas pelos movimentos sociais contra a implementação efetiva do ProSAVANA.

Com o advento do governo Jair Bolsonaro em Janeiro de 2019, a política externa brasileira passou a priorizar a relação com os EUA, no qual este presidente brasileiro é acusado de estar a "vender" a soberania nacional por determinados setores da sociedade civil e pelos partidos da oposição, sobretudo, da esquerda. Há, no entanto, uma forte tendência de afastamento do Brasil governado por Jair Bolsonaro em termos de relação de cooperação com Moçambique e com resto do continente africano. A esse respeito, Fingermann (2019) afirma que:

> A transformação nas relações Brasil-Moçambique já era esperada na presidência de Bolsonaro devido ao seu próprio programa conservador de Governo e ao discurso de posse do chanceler Ernesto Araújo, que indicavam um evidente afastamento das iniciativas do Sul Global, com possível impacto na área de Cooperação Sul-Sul (CSS) (FINGERMANN, 2019, p. 353).

O silêncio de quase uma semana do presidente brasileiro Jair Bolsonaro para se pronunciar e solidarizar-se com as vítimas do ciclone IDAI que devastou Moçambique, sobretudo, a cidade da Beira, na região centro e o atraso em alocar ajuda humanitária, numa doação contabilizada em cerca de 100 mil euros, são alguns sinais da mudança da Cooperação Sul-Sul. Alguns autores (*cf*. Fingermann, 2019) consideraram a doação feita pelo Brasil governado por Jair Bolsonaro às vitimas do ciclone IDAI em Moçambique como sendo ilusória. O escritor moçambicano Mia Couto, após o Brasil doar cerca de 100 mil euros para as vítimas do ciclone IDAI, se pronunciou.

Desiludido com o Brasil governado por Jair Bolsonaro, em jeito de desabafo, disse Mia Couto que "acho que mais grave até do que o Governo dar pouco, foi como a notícia chegou tão tardiamente aqui [...] Doeu ver como África e Moçambique ficaram tão distantes (do Brasil), já estivemos mais próximos". Pela proximidade que o Brasil tinha com Moçambique, esperava-se de uma resposta muito rápida para socorrer e salvar as vítimas do ciclone IDAI, mas este país latino-americano governado por Jair Bolsonaro

chegou um pouco tarde quando comparado com os países mais distantes de Moçambique em termos de laços de "amizade".

Mia Couto esperava muito do "gigante" latino-americano, não necessariamente pelo dinheiro, embora fosse importante para suprir as necessidades básicas das vítimas do ciclone IDAI, mas sim, pela prontidão em ações de ajuda humanitária, como, por exemplo, no envio de uma equipe conjunta para socorrer as pessoas já que maior parte delas ainda estava em áreas de risco. A mudança e/ou o reposicionamento da política externa brasileira, do Sul Global (dos países africanos) para o Norte Global (para os EUA), iniciada por Michel Temer e continuada por Jair Bolsonaro, teve impactos em Moçambique. A maior parte dos investimentos foram cortados e as atividades que estavam em curso antes do *golpe* contra Dilma Rousseff, com a entrada de Michel Temer, foram interrompidas e alguns acordos, revogados.

Os exemplos clássicos vão para o corte do financiamento as atividades de construção da barragem *Moamba Major*, o cancelamento do envio de três aviões *T-27 Tucano* entre outros financiamentos, em 2016 pelo governo Michel Temer. Além disso, o governo brasileiro cancelou o financiamento de outras atividades ligadas a construção de laboratórios no âmbito da implementação do ProSAVANA. Chichava (2017) e Funada-Classen (2019) afirmam que com o recuo do Brasil, maior parte das atividades relacionadas com o ProSAVANA foram sendo financiadas pelo governo japonês através da JICA. Chichava (2017) revela que desde 2016, o Brasil não se fez presente no encontro que tinha por objetivo divulgar os resultados resultantes das investigações que vinham sendo feitos sobre o ProSAVANA no Corredor de Nacala. Segundo este autor:

> [...] o Brasil esteve ausente no «*Seminário de divulgação dos resultados da Investigação Agrária no Corredor de Nacala*», realizado a 10 e 11 de Março de 2016, cujo objetivo era partilhar e divulgar os resultados e experiências do ProSAVANA-PI [Projeto de Investigação] (CHCHAVA, 2017, p. 386).

Em Outubro de 2017, por exemplo, o Brasil voltou a "gazetar" na *III Conferência Triangular dos Povos*, organizada pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*», na cidade de Maputo. Apenas os governos de Moçambique e do Japão foram os que se fizeram-se presentes no evento e deixaram as suas opiniões em volta do ProSAVANA, mostrando-se disponíveis em partilhar as informações com as organizações da sociedade civil que contestavam e protestavam este programa.

No entanto, a ausência do Brasil, neste evento mesmo tendo sua representação diplonática em Moçambique, mostra um distanciamento deste país latino-americano em relação a este programa. Por causa da sua antipatia e preconceito caracterizado pelo ódio

contra pobres, negros, gays, lébicas, indígenas, etc., dentro e fora do Brasil, inclusive, dos países africanos e da sua subordinação aos EUA, dentre outros motivos, existem possibilidades do governo brasileiro sob liderança de Jair Bolsonaro não dar a devida atenção ao ProSAVANA.

No entanto, esse resfriar das relações Brasil-Moçambique, adicionado a este preconceito e ódio, leva a crer que, o ProSAVANA poderá não ter apoio significativo do governo brasileiro. Mesmo assim, não significa que a "grilagem" internacional de terras em Moçambique desencadeada por empresas brasileiras vai cessar, muito pelo contrário, este fenômeno é inerente ao processo de reprodução ampliada do capital em escala global.

Algumas empresas, sobretudo, as que já estão em Moçambique e, no Corredor de Nacala, em particular, podem adquirir terras em associação com outras, formando assim, monopólios globais, mesmo sem o ProSAVANA avançar efetivamente com as suas atividades produtivas. Numa entrevista concedida pelo geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes, duvidava se o Brasil teria força suficiente para avançar com o ProSAVANA, por causa crise político-econômica que fustigava esse país latino-americano, mas realçou que isso não impedia a *grilagem* internacional de terras em Moçambique, conforme se pode ler no depoimento abaixo:

> Agora com a crise que o Brasil que está vivendo eu não sei se esta expansão, vai continuar. Agora, se nós partirmos do princípio de que essas empresas brasileiras estão associadas a capital internacional, talvez a crise seja indiferente porque essas empresas vão continuar via o Brasil adquirindo terras como que se fossem empresas brasileiras, mas na verdade todas essas empresas brasileiras entre aspas estão vinculados com capitais internacionais. Aqui em Moçambique, você tem entrada do Brasil, da China, do Japão, você tem vários países que estão entrando aqui com os seus interesses[267].

De fato, a crise política e econômica que afetara o Brasil, trouxe mudanças significativas no processo de implementação do ProSAVANA. De um programa de cooperação trilateral, passou a ser conduzido bilateralmente, desta vez entre Moçambique e Japão. Ao analisar a situação atual do ProSAVANA, Funada-Classen (2019, p. 63) diz estar em curso "o regresso dos jogos da JICA e a promoção de benefiários locais" no Corredor de Nacala. Esta autora revela que o Japão ainda não desistiu por completo do seu sonho de ver a implementação do ProSAVANA a tornar-se uma realidade em Moçambique, embora este programa esta a ser contestado alé-fronteira. Para esta autora:

> [...] o ProSAVANA conseguiu sobreviver devido ao princípio político e burocrático japonês de "ininterrupção" de programas/projetos públicos. Afinal, o Japão ainda está sob o mesmo governo de Abe-Aso desde 2012.

[267] Entrevista realizada em Junho de 2016.

> Assim, jogos cómicos, mas desleais, voltaram. Reiniciou também outra ronda de perseguição à sociedade civil moçambicana, convocando reuniões para "diálogo" e usando os fundos e parceiros locais da JICA (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 63).

Na verdade, o Japão tem-se mostrado ativo, pois é ele quem às vezes, dá conferências de imprensa sobre o estágio do ProSAVANA. Foi assim que aconteceu em Janeiro de 2019. Em Fevereiro de 2019, o embaixador japoneses em Moçambique, num comunicado de imprensa, anunciou que o ProSAVANA vai arrancar novamente com as suas atividades ao longo do Corredor de Nacala, estando em processo a elaboração de um novo Plano Diretor que se supõem que venha a ser mais inclusivo.

A informação segundo a qual, estava em curso um novo Plano Diretor foi também tornada pública pela Coordenação do ProSAVANA, em 2017 durante a «*III Conferência Triangular dos Povos»*, na cidade de Maputo. Do lado moçambicano, nota-se também este programa ainda não despareceu das pautas governamentais. Os encontros que têm sido realizados em torno do ProSAVANA, às vezes, sem nenhuma comunicação a "nação", revela que o governo está interessado em avançar com o ProSAVANA. As promoções feitas pelo governo em 2017, no Japão, num contexto em que o programa estava suspenso, reforçam ainda a tese de que a implementação do ProSAVANA ao longo do Corredor de Nacala é irreversível.

Em 2017, a Coordenação do ProSAVANA da contraparte moçambicana afirmou que o governo não iria disistir de implementar este programa por causa de um grupo de pessoas que se chamava organizações da sociedade civil. Esta forma arrogante e autoritária de "ser", de "estar" e de se "pronunciar", revela apenas o interesse do governo moçambicano na implementação do ProSAVANA. No geral, o atual governo, dirigido pelo presidente Filipe Nyusi, demonstra que é a favor deste programa. Esses elementos, são reveladores para dizer que os camponeses moçambicanos, sobretudo, do Corredor de Nacala, ainda não conseguiram vencer por completo a batalha contra a implementação efetiva do ProSAVANA. Significa que os camponeses ainda têm muitos desafios pela frente e, por sua vez, uma longa caminhada por trilhar na sua luta e resistência contra o ProSAVANA que apresenta fortes traços coloniais. A situação dos camponeses torna-se mais complexas ainda por se tratar duma era em que o capital tende a reestruturar-se e a reinventar-se das suas crises.

Enquanto os interesses do governo moçambicano convergirem com os do capital internacional, neste caso dos seus parceiros no âmbito do ProSAVANA, a tendência deste programa é seguir avante com as suas intenções –, monopolizar o Corredor de Nacala

para atender as demandas globais. Numa altura em que Moçambique está a passar por uma profunda crise econômica/financeira em resultado das chamadas «Dívidas Ocultas», contraídas pelo governo Armando Guebuza (2005-2015), há possibilidades de não existir espaço de manobras para o governo Filipe Nyusi resistir ao imperialismo nipo-brasileiro que entra com o ProSAVANA.

Ao avançar-se com o ProSAVANA, o governo da FRELIMO, vai mais uma vez, "sacrificar" os camponeses que apenas dependem da terra para a sua reprodução social, tudo em nome de um desenvolvimento que está comprovado que apenas beneficia a minoria e exclui a maioria. Significa também "hipotecar" e destruir a história de um povo, produzida com base em saberes seculares que vêm sendo transmitidos de geração em geração. De algum modo, a suspensão temporária do ProSAVANA, é uma vitória histórica para os movimentos sociais moçambicanos, considerando a forma autoritária e arrogante de como este programa foi sendo implementado ao longo do Corredor de Nacala.

Pela primeira vez os movimentos sociais moçambicanos conseguiram frustrar os interesses do(s) governo(s) da FRELIMO, pois desde a independência do país em 1975, nenhuma decisão tomada ao mais alto nível da nação, poderia ser contrariada. Segundo Funada-Classen (2019) embora a JICA tenha conseguido dividir as organizações da sociedade civil em duas partes, a saber, os da «*ala anti-ProSAVANA*» e os da «*ala pro-ProSAVANA*», a mesma não conseguiu matterializar os seus interesses com este programa em Moçambique da forma como havia planificado. Para esta autora, o simples fato de imperdir-se que os interesses nipônicos fossem meterializados da forma como haviam sido planificados inicialmente, já é uma vitória importante para os movimentos sociais moçambicanos.

A decisão da justiça moçambicana, na qual exigia-se do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) a disponibilização de todas as informações relacionadas com o ProSAVANA, é para esta autora, uma vitória importante no contexto das lutas e resistências dos movimentos sociais em Moçambique. A forma organizada como os movimentos sociais lutaram e resistiram contra o ProSAVANA, mesmo num contexto de intimidação, perseguição, ameaças, cooptação e criminalização das suas ações, foi determinante para a sua suspensão temporária. As alianças com os movimentos sociais brasileiros e japoneses, foram determinantes neste processo.

Nunca na história do Moçambique independente, houve um movimento tão organizado e rebelde de luta e resistência contra o agronegócio como a «*Campanha Não*

ao ProSAVANA». Em 2015, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» foi distinguida pela Fundação MASC (Mecanismo de Apoio a Sociedade civil) "pela sua dedicação a defesa da causa pública", tendo recebido em seguida, um certificado. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» entra na história como um movimento social rebelde de Moçambique e, quiçá, da África, sobretudo, na sua forma como vem combatendo o capital no campo.

A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» enquanto movimento fez e continua a fazer política no campo no meio de tantas adversidades, caracterizadas por intimidação, opressão, agressão (física e psicológica), cooptação e entre outros aspectos, interrompendo temporariamente um programa fundando na base de princípios de acumulação privada da riqueza e/ou de acumulação por espoliação. O ProSAVANA como foi referenciado anteriormente é um modelo de desenvolvimento agrário de matriz neoliberal pautado pela dominação e controlo monopolístico do território.

Desde o início da implementação do ProSAVANA, houve interesses em ocupar extensas áreas de terras para serem transformas rm campos de produção de *commodities* do interesse do mercado global. Estes programas criam condições favoráveis para a concentração de terras nas mãos de grupos no país, sobretudo, ligados ao agronegócio e este aspecto tem vindo a ser referenciado por muitos autor (*cf*. CLEMENTS & FERNANDES, 2012/13; CLEMENTS, 2016; TANNER, 2013; DÚRAN & CHICHAVA, 2013; MELLO, 2013; SCHLSINGER, 2013; SMART & HANLON, 2018; AGUIAR & PACHECO, 2015; MOSCA & BRUNA, 2015; PESSOÂ, 2015; INOCÊNCIO, 2016; MACARINGUE, 2017; MNDAMULE & BRUNA, 2017; KOBASHIKAWA, 2020; MELO, OLIVEIRA & BARBOSA JR., 2018)[268].

Pode-se afirmar, portanto, que se está diante de um modelo agrário/agrícola disfarçado do discurso desenvolvimentista, mas que promove a *grilagem* internacional de terras para acumulação privada do capital em escala global. Mesmo que venha ocorrer a implementação efetiva do ProSAVANA, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» com o apoio das organizações sociais brasileiras e japonesas, conseguiram frustrar os executores deste programa. As matemáticas dos executores do ProSAVANA era que a implementação efetiva deste programa começasse em 2015, mas não descolou por conta da força da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» e seus parceiros. Numa altura em que se verifica a restruturação capitalismo global, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», tem muitos desafios pela frente.

[268] Estas constatações podem ser lidas ainda em: Catsossa (2015; 2017a; 2017b; 2018a; 2018b; 2019a, 2019b).

Neste contexto, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» é desafiada a reinventar-se, (re)criando outras estratégias de lutas e resistências contra o ProSAVANA. Numa altura que o governo tende a subsituir o ProSAVANA pelo *Sustenta*, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» é desafiada a elaborar um plano de desenvolvimento para enfrentar a expansão do modelo agronegócio no Corredor de Nacala. Igualmente, tendo em conta que o Sustena segundo o governo, poderá ser expandido para outros lugares do país, o plano nacional de desenvolvimnto a ser desenvolvindo pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*», deve ser nacional.

Além disso, há uma necessidade por parte das organizações a ela filiadas de manter um contato permanente com as bases camponesas, pois isto, pode ajudar na formação política dos sujeitos do campo. A partir deste contato, será possível dotar os camponeses instrumentos necessários para uma luta cada vez mais coletiva por direitos, sobretudo, o direito ao território e com ele, todos os recursos naturais vitais para a sobrevivência (terra, água, etc.) como também, a autonomia produtiva dos camponeses e isto, envolve, por exemplo, explicá-los a importância das sementes nativas/crioulas no processo produtivo.

Muitos camponeses que vivem nos locais de influência direta do ProSAVANA visitados durante a pesquisa de campo, afirmaram não conhecer este programa. Sendo a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» um movimento social que surgiu com o propósito de barrar a implementação efetiva do ProSAVANA, torna-se importante avançar com ações concretas no campo. Não se pretende com isso e em momento algum, desqualificar o papel desempenhado pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*» na consolidação das lutas e resistências camponesas contra o ProSAVANA.

A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» transformou-se num espaço de formação política dos camponeses. A ação política dos camponeses no campo em termos de lutas e resistências contra o ProSAVANA ganha notoriedade com o surgimento da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», em 2014. O depoimento a seguir de Malizane Gimo, camponês residente na localidade de Namina, no distrito de Mecuburi, é prova de que a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» teve um papel importante na formação política dos camponeses do Corredor de Nacala.

> [...] Alguns dizem que nós queremos. Dizem isso porque não sabem o que é que vai se passar para frente. [...]. Os que conhecem, negam o ProSAVANA. Até União Distrital de Camponeses Mecuburi já recebeu documentos do ProSAVANA, aqueles que dizem não ao ProSAVANA[269].

[269] Entrevista realizada em Setembro de 2018.

Embora alguns camponeses aceitem o ProSAVANA, outros dizem que não querem ver este programa em seus territórios. Nota-se também que os camponeses estão divididos ao longo do Corredor de Nacala entre aceitar e negar. De realçar que, inicialmente, este programa foi publicitado como usando uma "maravilha" pelos seus mentores, apontando que era para ajudar o camponês, mas durante o processo foi sendo contestado por esse mesmo sujeito. O fato de uma parte dos camponeses negarem o ProSAVANA, é uma demonstração clara de que já compreendem as armadilhas que estão por de trás deste programa.

O que chama atenção no depoimento acima transcrito é que este camponês menciona os documentos da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» encaminhados a União Distrital de Camponeses de Mecuburi para os mesmos, serem distribuídos nas bases camponesas, numa clara indicação que este movimento social tem sido importante nas suas lutas e resistências. Outro desafio da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», é evitar no máximo uma nova fragmentação entre as organizações sociais filiadas. Isto pode contribuir para o não enfraquecimento das lutas e resistência que a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» enquanto movimento trava contra o ProSAVANA e outras iniciativas do agronegócio em curso no país.

6.4. Relação entre o governo e os movimentos sociais: conflitualidade em questão

A relação entre o governo e os movimentos sociais conforme demonstrado nas seções anteriores, tem sido caracterizado por tensões e conflitos diversos. Mesmo que a atuação do governo represente um atropelo aos direitos civis no campo, nem sempre as ações dos movimentos sociais no campo são vistas de bom agrado pelos detentores do poder no país. Não se está a dizer aqui, que os movimentos sociais não reproduzem contradições as quais lutam contra no campo. Pelo contrário, as contradições na atuação dos movimentos sociais são evidentes, nalguns casos, reproduzem as mesmas práticas opressoras.

No entanto, grande parte das ações dos movimentos sociais no campo são vistas como uma forma criação da desordem, de instrumentalização e de tentativa de colocar as comuidades rurais e os camponeses contra o governo. Entregar uma proposta de política agrária diferente daquela já existente e ainda elaborada por pessoas de fora do aparelho do Estado, que muitas das vezes criticam-no, é visto pelos detentores do poder como sendo uma forma de interferência a governação e dos que têm interesses no agronegócio.

Faz muito tempo que a União Nacional de Camponeses (UNAC) tenta dialogar sem sucesso com o governo por forma a implementar o seu programa virado para a produção agroecológica. A UNAC tem realçado em suas conferências nacionais e internacionais, às vezes, na presença dos membros do governo e deputados dos partidos políticos representados na Assembleia da República (AR), sobretudo, a FRELIMO, RENAMO e MDM, que o país precisa adotar práticas agrícolas sustentáveis em termos socioambientais que previliegiem, por exemplo, a produção de alimentos de qualidade e saudáveis para o consumo humano, destacado agrucultura camponesa.

Esses desencontros político-ideológicos entre a UNAC e o governo têm gerado descontentamento por parte desta organização camponesa no país. Esses desencontros em termos político-ideológicos se verificam também quando as propostas são feitas por outras organizações, como, por exemplo, a ORAM, a ADECRU e de forma mais amplia, com a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*. Muitas políticas agrárias, programas e planos institucionais do setor agrário, são resultantes de pacto de classes, neste caso, os capitalistas nacionais c e o capital multinacional.

Tais políticas, visam essencialmente, garantir a acumulação de capital por parte de toda a "classe burguesa nacional", uma vez que são elaboradas com o objeto de viabilizarem o agronegócio. No entanto, propor uma política agrária e/ou programa que dá mais atenção ao campesinato e não ao agronegócio como a UNAC tenta fazer, torna-se numa ameaça aos interesses da "classe burguesa nacional" que detém e/ou mantém o controlo de extensas áreas de terras ao longo do país, cuja exploração se dá pela aliança com o capital internacional. As ações dos movimentos sociais que procuram derrubar um programa concebido por meio de alianças entre as elites políticas e econômicas nacionais (ligadas ao partido FRELIMO interessadas no agronegócio) com o capital financeiro global, tornam-se ainda numa ameaça.

Daí que passa a ser imperioso perseguir, intimidar, reprimir, violentar e criminalizar os movimentos sociais já que as suas ações passam a ser consideradas uma afronta e/ou ameaça a (des)ordem espacial pré-estabelecida. Não foi por acaso que a UNAC, a ORAM, Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), e a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» passaram a serem perseguidos, inimidados, reprimidos, violentados e criminalizados, pois as suas ações combativas contra a implementação efetiva do ProSAVANA são consideradas uma ameaça ao sucesso do agronegócio. A perseguição, intimidação, represeção, violência e criminalização dos sujeitos em movimento tem sido

recorrente áreas de expanção do agronegócio. Para dizer que, esse cenário não acontece apenas em Moçambique, muito pelo contário, em países onde o agronegócio é modelo de desenvolvimento agrário dominante, estes aspectos contraditórios são recorrentes e acrescenta-se também, os assassinatos das lideranças e/ou militantes de determinados movimentos sociais, como acontece, por exemplo, no Brasil.

Em Moçambique ainda não há relatos sobre assassinatos das lideranças e/ou militantes de movimentos sociais, mas a tendência é que se chegue até este nível de *barbárie* no campo. Além disso, os movimentos sociais que contestam, questionam e criticam os governantes pela sua conexão aos escândalos de corrupção como aconteceu no cado das "dívidas ocultas", são perseguidos, reprimidos, intimidados, violentados e criminalizados. De raalçar que, na maioria das vezes, as ações dos movimentos sociais são inviabilizados e interferidos pelas forças policiais, mas a mando do governo, inibindo assim as marchas populares nas ruas.

Influenciado pelo discurso "modernizador", "produtivista" e "desenvolvimentista" do agronegócio, o de ver os movimentos populares como um obstáculo para o seu sucesso no campo, o governo tem combatido de forma severa os movimentos sociais que luta e resistem contra o avanço do capital no campo, criminalizando-os de serem, portanto, os responsáveis pela desordem no campo. Em cada fase da sua governação, o partido FRELIMO tem vindo assumir posturas diferentes na sua relação com os movimentos sociais, sendo que na maioria das vezes, é caracterizada por tensões.

Essas tensões, notabilizaram-se durante o governo Armando Guebuza (2005-2015) em que os movimentos sociais foram considerados "vândalos", "marginais" e entre outros nomes e a mesma situação continuou se verificando no governo do seu sucessor, Filipe Nyusi. Aliás, na campanha eleitoral de 2014, Filipe Nyusi afirmara publicamente que o seu governo seria uma continudade dos ideais do seu antecessor, Armando Guebuza, a quem se insparava. A violência, seja ela psicológica ou física contra os movimentos sociais e todos os críticos ao governo, faz parte do projeto excludente da FRELIMO, pois esta é uma equação para a sua manutenção no poder. A violência está na raiz da invenção do que país que hoje se chama Moçambique.

Se a violência gera medo, então os governos sucessivos da FRELIMO precisam fazer isso e, às vezes, usam os meios repressivos a sua disposição, neste caso, as forças policiais, sobretudo, a Política da República de Moçambique (PRM). A violência gerada pelas forças policiais, sobretudo, a polícia civil e as Forças de Intervenção Rápidas (FIR)

contra os movimentos populares na vila de Moatize que reivindicavam os seus direitos após serem expopriados pela mineradora brasileira Vale, é apenas um exemplo.

Gerar terror e criar medo nas pessoas sempre foi o *modus operandi* dos governos da FRELIMO desde a fundação do "Estado-Nação", em 1975. O terror passou a fazer parte da ideologia política da FRELIMO, pois é o que garante, sobremaneira, a sua manitenção no poder. Este terror e medo, ainda permanece nos dias atuais, pois a FRELIMO ainda não abandonou por completo o seu *modus operandi*, pois todo aquele que critica e/ou questiona a a sua governação, é considerado como seu inimigo, daí que deve ser perseguido e combatido.

O direito a indignação e de pensar criticamente, é coartado por causa do terror e o medo que tem vindo a ser recriado pela FRELIMO. Criticar a FRELIMO e com ela, as elites predadoras dos recursos naturais e expropriadoras do Estado, do povo, dos camponeses, politicamente, é um ato revolucionário. Nos dias atuais, os movimentos sociais que questionam e criaticam os governantes pela sua coneção aos escândalos da corrupção como aconteceu com o caso das "dívidas ocultas", são perguidos, reprimidas, violentados e criminalisados.

Na maioria das vezes, as ações dos movimentos sociais são interferidas pelas forças policiais, a mando do governo, inibindo-os de merchar pelas ruas. Embora teoricamente Moçambique se autoconsidere um Estado democrático, Hernandez (2017, p. 184) é da opinião que este, é "um produto híbrido e autoritário, o qual se manifesta e reproduz a partir da simbiose entre várias formas de dominação/governação", o qual não permite atuação dos movimentos sociais. Neste sentido, o espaço político é apenas reservado para o partido que governa o país –, a FRELIMO, excluindo em massa outros sujeitos e grupos sociais que precisam dela para fazer (a sua) política, neste caso, os movimentos sociais.

No entanto, as práticas intimidatórias e represessivas e a inacabada criminalização dos movimentos sociais, faz parte da estratégia do governo enquanto gestor da *máquina estatal* para legitimar o seu poder perante os cidadãos que se manifestam pacificamente, questionando uma determinada situação que não concordam com ela. No campo, os líderes comunitários e/ou régulos têm atuado como "milícias" a serviço do partido FRELIMO. Os líderes comunitários e/ou régulos reproduzem práticas autoritárias e arbitárias dos governos da FRELIMO, na medida em que passam a controlar politicamente os membros das comunidades, sobretudo, aqueles considerados como desalinhados, gerando assim terror e, consequentemente, medo nas pessoas.

O caso de Lioma, no distrito de Gurué, é apenas um exemplo do terror criado pelos líderes comunitários e/ou régulos. Alguns camponeses expropriados pela AgroMoz têm medo de se mobilizarem e reivindicarem abertamente as suas terras por causa do terror criado em parte, pelos líderes comunitários e/ou régulos. Além de signifcar uma extensão do partido FRELIMO a nível local, estes líderes comunitários e/ou régulos foram cooptados (e/ou alienados) pela *AgroMoz*, empresa ligada ao agronegócio da soja e milho, pois estes, em vez de defenderem os interesses das comunidades, trabalham na contramão destes e em benefício da empresa, recebendo em troca alguma renda e promessas de emprego.

O fato dos camponeses afirmarem que não podem dar entrevista sem antes falar-se com os líderes comunitários e/ou régulos por temerem represálias, é prova de que em Lioma, vive-se um terror acompanhado pelo medo. Estes terror e medo é vivido e sentido também pelos camponeses de Nacololo, pois antes de darem entrevista, perguntaram se o partido FRELIMO tinha informação da pesquisa que estava sendo realizada naquele lugar. A recomendação que os camponeses tiveram é que nenhum estranho deveria conversar com eles sem antes se apresentar ao partido FRELIMO a nível local. Neste caso, os camponeses de Nacolo só dariam informações em caso de se confirmar que foi o partido a autorizar realização da pesquisa e sua respectiva entrevista naquela área.

Os camponeses que vivem em Nacololo, alguns fazem parte dos foram expopriados e expulsos das suas terras pela *Matanuska*, empresa agrícola ligada ao agronegócio de banana. De realçar que, esse terror e/ou medo não é vivido e sentido apenas pelos camponeses locais, mas também, aqueles que passam por aí a busca de informações para os seus trabalhos. Por ser uma área de influência da RENAMO, o maior partido da oposição, o controlo político tem sido maior, pois há um entendimento por parte do poder vigente no país de que as pessoas que aí passam, instrumentalizam os camponeses para se revoltarem contra o governo. No comunicado feito em janeiro de 2019 devido a multiplicação das revoltas populares no país, a FRELIMO afirma que é necessário manter "vigilância aos comportamentos que incitem contra a ordem pública[270]".

Na verdade, nem sempre os movimentos sociais são contra a ordem pública, mas sim, contra as injustiças sociais perpetradas pelas autoridades governamentais, a FRELIMO e o capital. Os grupos de vigilância existem em Moçambique e estão

[270] Informação disponível em: https://www.rtp.pt/rdpafrica/noticias-audio/ativista-mocambicana-fatima-mimbire-alvo-de-ameacas_15349. Acesso: 03/02/2019.

distribuído em vários setores da sociedade, sendo que alguns deles, são os membros dos Serviços Internos de Segurança do Estado (SISE), elementos do *G40*, um grupo de choque da FRELIMO, as milícias digitais pró-FRELIMO, "acadêmicos" pró-FRELIMO, membros da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) dentre outros segmentos sociais que surgem em defesa da (des)ordem pré-estabelecida.

São esses grupos de vigilância que quando há manifestação e/ou protestos populares, se juntam aos demais cidadãos como se estivessem também contra as ações do Estado e do governo, mas apenas têm sido uma estratégia deliberada para a identificar as lideranças para depois reprimi-los e, em situações extremas, ameaçá-los de morte. Os que detém o poder sobre a máquina estatal neste caso, a burocracia frelimista não têm conseguido nos dias atuais conviver com as diferenças e tudo é feito para empreender o controlo social e silenciar quem pensa diferente dela. Mosca (2015, p. 80) afirma que "no caso de Moçambique, tem existido, por parte do poder, dificuldades de assumir organizações com posicionamentos diferentes dos discursos e das práticas oficiais".

Esse panorama, tem contribuído para o enfraquecimento das lutas sociais no país, na medida em que gera um sentimento de medo no seio da sociedade civil. A esse respeito, Mosca (2015, p. 80) afirma que ao se instaurar esse medo "pretende-se evitar que existam organizações não totalmente alinhadas com o partido no poder e o respetivo governo, que possuíam alguma capacidade de mobilização e influência social". O confronto direto entre o poder político vigente e os movimentos sociais, tem aumentado as tensões caracterizado pelo ódio. O ódio é uma estratégia que tem sido usada pelo governo da FRELIMO para excluir parte da sociedade moçambicana, sobretudo, os não alinhados com poder político vigente. É aqui onde surge o paradigma segundo a qual, "*quem não está do nosso lado, não é nosso*", numa clara e deliberada promoção da exclusão (e/ou segregação) social no país.

Houve-se ainda que "*quem pensa diferente de nós, não é nosso*" e/ou "*quem não é da FRELIMO, o problema é dele*", o que significa que, socialmente, o sujeito que se encontra nesta condição, é excluído em quase todos os processos de tomada de decisão e no acesso aos recursos naturais, oportunidades de empregos e outros aspectos inerentes a sua reprodução social[271]. Em muitos casos, quem se atreve a criticar a FRELIMO e suas

[271] Para alguém ter acesso aos recursos naturais e oportunidades de emprego, cargos de chefia na função pública, enfim, dar-se bem socialmente, é forçado a ser membro da FRELIMO, defendendo os interesses deste partido. Se não é membro, então é forçado a simpatizar-se com ela, caso não, está condenado a sua exclusão. Hoje, muitas pessoas por quererem lograr-se bem socialmente (e/ou terem sucesso na vida), têm se acovardado a FRELIMO para dela, (re)tirarem benefícios, pois descobriram que só fazendo parte dela,

elites, é conotado de ser "inimigo", ou seja, é o *Outro* nos olhares dos detentores do poder em Moçambique. Matsimbe (2017) sinaliza que:

> Hoje, os *Outros* incluem todos os que alegadamente não deixam a FRELIMO cumprir a sua missão histórica de servir o «glorioso povo moçambicano», os que atrasam a chegada do prometido futuro melhor do povo, os que se opõem à elite predadora dos recursos do Estado e contra a nova burguesia aliada ao partido libertador (MATSIMBE, 2017, p. 64).

A historiografia do Moçambique independente, revela que a relação entre o governo da FRELIMO e aqueles que pensam diferente, nunca foi pacífica. A construção social do *Outro* enquanto um mecanismo de exclusão, é recorrente na sociedade moçambicana e na maioria das vezes, é reproduzida por aqueles que deveriam combater tais práticas, neste caso, o governo enquanto representante do Estado. A intolerância política no país ganhou contornos alarmantes no governo Filipe Nyusi. A conotação, a perseguição, a intimidação e a criminalização dos movimentos populares passaram a ser práticas recorrentes e nomalizaram-se. Situações que deveriam ser combatidas pelo governo, passaram a ser reproduzidas por quem tem a responsabilidade de garantir a coesão entre os moçambicanos. O presidente da república, é citado pelo Jornal @Verdade de ter conotado os que criticavam a governação da FRELIMO, chamando os movimentos sociais de "agitadores de problemas" e/ou "senhores de problemas" no campo e de estar a receber dinheiro por tais atos. De acordo com este jornal:

> O Presidente da República disse que existem agitadores de problemas em Moçambique, que até ganham dinheiro graças aos cidadãos que afetados por conflitos de terra, acidentes de viação e inundações urbanas e diante da apatia das autoridades governamentais têm se manifestado publicamente cada vez mais[272].

Ainda segundo este mesmo jornal, o presidente da república terá afirmado que já conhecia os tais "agitadores dos problemas" ou "senhores agitadores" e que o governo

---

é que se pode ser alguém em Moçambique. Para muitos, a FRELIMO é meio de acumulação privada (para não dizer primitiva) de capital, por isso, lutam para fazer parte dela, com objetivos bem claros, a médio e longo prazo terão algum benefício. Ter "cartão vermelho" que representa a cor dos simbolos do partido FRELIMO, como, por exemplo, bandeiras, que é ao mesmo tempo, a cor do cartão de membro, é sinônimo de ter um passaporte para cilindrar-se na vida. É normal ver muitos jovens que criticavam as ações da FRELIMO antes, passarem a serem eles mesmos os reprodutores, mensageiros e difusores de informações de interesse deste partido em troca de benefícios. A estes, adiciona-se também a reprodução de intolerância política e "ódio" entre classes sociais dentro da mesma "nação". Neste caso, o ódio é contra todo aquele que pensa e/ou tem opinião diferende e critica as "elites libertadoras da pátria" e pilhadoras dos recursos naturais. Por questões de sobrevivência, alguns "acadêmicos" chegam mesmo a vender a sua "massa cinzenta" em troca de alguns benefícios, progressões, cargos de direção, etc.

[272] Disponível em: http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/65998-presidente-nyusi-recomenda-aos-maputenses-se-nao-estas-preparado-para-viver-na-capital-procura-la-outro-sitio. Acesso: 03/02/2019.

havia mapeado todos eles para passar a monitorá-los. Citando as palavras do presidente da república, este jornal descreve o seguinte:

> Essas pessoas algumas já conhecemos, já conhecemos porque mapeamos. Andam de um lado para o outro a procura de problemas, não ajudam, até já tinham ido a Chibuto alguns. Andam informados onde que há problemas, foram a Chibuto a procura, já estiveram em Palma! Mas como é que eles têm dinheiro para poder andar em todos esses sítios a ser senhores agitadores. Afinal essa coisa de ser agitador ganha dinheiro né[273].

Lembrar que, esses pronunciamentos foram feitos num contexto em que o presidente da república, havia afirmado no âmbito da tomada de posse, em janeiro de 2015, que governaria para todos, ou seja, que o seu "coração cabia a todos os moçambicanos". As declarações que aparecem na citação acima, contradizem a intenção do presidente da república, pois elas, demonstram uma intolerância política. Os alinhados ao poder político vigente, além de reproduzir o discurso da classe dominante carregado de ódio, devem também ser capazes de "abafar" todas as críticas contra o regime como um todo e isso, implica a propagação de *Fake News* (notícias falaciosas), da violência verbal e insultos a sociedade civil, usando vários meios disponíveis ao seu dispor, entre eles: televisão, rádio e jornais, ambos meios de comunicação social públicos pagas pelo contribuinte. Igualmente, o ódio aos movimentos sociais é destilado a partir das redes sociais (*Facebook, Watsapp*) e entre outros.

Estas práticas de intolerância política foram sendo reproduzidas pelos elementos do G40, as milícias digitais e os "intlectuais pró-FRELIMO", às vezes usando os meios de comunicação social públicos paga pelos contribuintes. Numa das suas reportagens, a DW (2019) afirma que "intlectuais pró-Nyusi usam os meios de comunicação públicos para escamotear a verdade". A televisão de Moçambique (TVM), a Rádio Moçambique (RM) e o jornal Notícias, são os meios de comunicação social estatais que têm sido usados para escamotear a verdade e criar e propagar ódio dentro da sociedade moçambicana, atacando os que criticam e/ou aqueles que não se identificam com a governação da FRELIMO. Nessa reportagem, a DW (2019) remata que:

> Não é apenas no norte e no centro de Moçambique que se assiste ataques: o sul do país é também cenário de uma batalha campal. Mas, aqui, os confrontos são de posições e com direito a ataques verbais e insultos. A cidade de Maputo é o epicentro que opõe os intelectuais tidos como pró-Nyusi e a FRELIMO, o partido no poder, as ONGs da sociedade civil mais destacadas. Estas [OGNs da sociedade civil] têm-se notabilizado por fazer contraponto ao governo da FRELIMO de forma consistente. Já os intectuais pró-Nyusi são vistos como a

[273] Disponível em: http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/65998-presidente-nyusi-recomenda-aos-maputenses-se-nao-estas-preparado-para-viver-na-capital-procura-la-outro-sitio. Acesso: 03/02/2019.

> mão suja do partido no poder, como reação à acultilância da sociedade civil. Há o entendimento de que o seu objetivo é descredibilizar a sociedade civil. Os ataques que começam nas redes sociais, entretanto, tem direito agora a um palco de luxo: a comunicação social pública, paga pelo contribuinte. [...]. As redes sociais são os ringes onde se assiste a combates entre pugilistas de categorias diferentes. Por exemplo, enquanto a sociedade civil se foca no seu trabalho, apresentando evidências e seguindo a letra o adágio popular "os cães ladram e a caravana passa", os intelectuais pró-FRELIMO esperneiam e apostam, muias vezes, nos insultos e acusações nunca provadas, como, por exemplo, de serem a "mão externa" ou de obedecerem agendas ocultas (DW, 2019).

O uso dos meios de comunicação social públicos, pagos pelo contribuinte e as redes sociais para destilar ódio, perseguir, ameaçar, intimidar e criminalizar as vozes críticas à governação da FRELIMO, têm sido apenas uma estratégia deliberada para retirar a legitimidade e o protagonismo dos movimentos sociais na luta e resistência contra a classe dominante no campo. No campo, a UNAC é um dos movimentos campesinos desalinhados e por opor-se a (des)ordem preexistente, tem sido combatida severamente pelo poder político vigente no país.

Sempre que os camponeses são atacados pelo governo no âmbito da implementação das políticas governamentais, a UNAC surge na contramão em defesa dos interesses de sua classe. Por ser um das organizações camponesas com maior capacidade mobilizadora e influência social no campo, a UNAC tem sido vítima das ações perversas e autoritárias do partido no poder e o respetivo governo. A intervenção que houve na UNAC em 2016 que levou a expulsão dos seus miliantes, faz parte das ações perversas do governo da FRELIMO que visam fragilizar este movimento camponês por forma controlá-lo politicamente. Mesmo fragilizada politicamente com a saída de alguns dos seus militantes, a UNAC se reiventou, asegurando o seu lugar de protagonista ao voltar a fazer política no campo, lutando e resistindo contra a expansão do capital e, principalmente, a implementação efetiva do ProSAVANA.

Além da UNAC, outras organizações sociais não alinhadas ao poder político vigente é a Ação Acadêmica para o Desenvolvimemto das Comunidades Rurais (ADECRU), a Justiça Ambiental (JÁ) – Amigos da Terra Moçambique e a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». A «*Campanha Não ao ProSAVANA»* tem sido severemante combatida pelo governo da FRELIMO por inviabilizar o processo de implementação efetiva do ProSAVANA. Os comunicados de imprensa publicados pela «*Campanha Não ao ProSAVANA»* nos últimos anos, revelam que as organizações a ela filiadas, continuam sendo perseguidas, ameaçadas e intimidadas pelo governo. Por causa da sua rebeldia contra a implementação do ProSAVANA, Funada-Classen (2019), revela que o governo

moçambicano em parceria com a JICA, produzia e cordenava a divulgação de mensagens com vista a desestabilizar a «*Campanha Não ao ProSAVANA»* e o objetivo final era fragilizá-la politicamente.

Esta autora revela que "a JICA e a MAJOL consideraram e trataram as organizações que se opunham ao ProSAVANA como inimigos" (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 41). Ao construir-se a ideia segundo a qual, todas as organizações que se opunham ao ProSAVANA deveriam ser consideradas inimigas da classe dominante. De realçar que, as ações da JICA e da MAJOL contra os movimentos sociais que até a altura da implementação da primeira fase do ProSAVANA, era do conhecimento do governo.

Nalgumas vezes, as ações da JICA e da MAJOL eram feitas de forma coordenado com o governo. As intimidações e ameaças a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» foram notórias durante a «*III[a] Conferência Trinagular dos Povos*», realizado em Outubro de 2017, na cidade de Maputo. Destacar que, não são apenas organizações moçambicanas que são persguidos, ameaçados e intimidados quando contestam e protestam contra o ProSAVANA. Pelo contrário, movimentos sociais estrangeiras que apoiam as lutas e resistências dos movimentos sociais moçambicanos contra a implementação efetiva do ProSAVANA também são combatidos, intimidados, ameaçados e são considerados como sendo "agitadores".

As organizações filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA»*, estão também na mira do governo por estas, participarem na inviabiização do ProSAVANA e de outras iniciativas ao longo do país. Mosca (2015) revela também a reprodução de práricas intimidatórias aos movimentos sociais, principalmente, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Por exemplo, entre os intelectuais "pró-FRELIMO" e "pró-Filipe Nyusi" que são ao mesmo tempo, elementos do G4, um grupo de choque do partido FRELIMO, tem havido uma manifestação no sentido de fazer-se uma auditoria as contas de quase todas organizações da sociedade civil que questionam e criticam os governos sucessivos da FRELIMO.

Através das auditorias às contas das organizações da sociedade civil, a ideia é descobrir a origem do dinheiro e quem financia as suas atividades no campo e por via disto, comprovar-se-ia a tese segundo a qual, os movimentos sociais que contestam e protestam as ações do governo da FRELIMO são (na verdade) uma "mão externa". Esta é uma forma de intimidação as organizações da sociedade civil e no geral, aos movimentos. Os comunicados de imprensa publicados pela «*Campanha Não ao*

ProSAVANA» desde que começou a contestar e a protestar o ProSAVANA, revelam que as organizações a ela filiadas, são perseguidas, ameadas e intimidadas pelo governo.

Nos últimos anos, por causa da sua recorrente conotação e criminalização dos movimentos sociais feita pela burocracia frelimista, tem emergido em Moçambique o *anti-frelimismo* ou um movimento *anti-frelimista*. Este movimento *anti-frelimista* é, em parte, resultado ações autoritárias dos governos da FRELIMO. Este movimento *anti-frelimista* de "ser" e de "estar", mostra-se cada vez mais crescente nos últimos anos e se verifica em quase todas as províncias do país, tanto nas cidades como no campo.

Esse *anti-frelimismo*, é notório nas conferências locais, nacionais e internacionais organizadas pelas organizações da sociedade civil e algumas lideranças dizem mesmo não se identificar com a atual "FRELIMO moderna". Essa revolta das organizações camponesas, deve-se por causa das suas ações ati-democráticas do governo da FRELIMO como também a pela tentativa autoritária de modernização dos territórios camponeses no âmbito da implementação e dos seus programas agrícolas, alguns deles, de cooperação internacional, no caso do ProSAVANA.

A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o adversário tradicional da FRELIMO, tem sido o maior beneficiário deste *anti-frelimismo* vigente no país, sobretudo, no campo. O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) é outra força política que tem se beneficiado deste *anti-frelimismo*. A contestação do poder frelimiano por parte dos movimentos sociais e dos camponeses, é feita por via de voto durante os processos eleitorais. Para sobreviver politicamente no campo, a FRELIMO tem criado outros mecanismos para capturar o eleitorado constituído por camponeses por meio de alguns programas específicos e políticas públicas, mas nem sempre consegue ter algum sucesso.

O *Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)* e o *Sustenta*, são exemplos de programas, que foram transformados num "fundo partidário", na medida em que através de mecanismo patrimoniais e clientelistas, passaram a beneficiar funcionários públicos que são ao mesmo tempo membros e militantes da FRELIMO. Significa que, quem não é militante da FRELIMO, dificilmente terá financiamento, pois nalgumas vezes, os mutuários são exegidos os cartões do partido.

O *anti-frelimismo* crescente cada vez no país e tem colocado em *cheque* a permanência da FRELIMO no *poder* por vias totalmente democráticas. A fraude eleitoral e a criação de uma situação de medo na sociedade através da *ideologia do terror*, têm sido algumas das estratégias usadas pela FRELIMO para manter-se no poder. Num

contexto em que a força dos movimentos sociais têm conseguido derrubar governos autoritários no mundo e ao nível do continente africano, as alertas sobre o risco de acontecer em Moçambique, vem de dentro do partido FRELIMO. A alerta veio de Samora Machel Júnior ("Samito"), membro do *Burreau* político (Comité Central) da FRELIMO e filho do primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Machel.

Numa carta vazada na *internet* que endereçava ao presidente da república, Filipe Nyusi, Samora Machel Jr., afirma que o partido FRELIMO estava sendo abandonado pelas massas populares. Samora Machel Júnior, justifica o afastamento do povo ao partido, destacando que a um suposto "inimigo" que se infiltrou da FRELIMO, sem dizer que é, e qual é a sua origem, se é mão externa ou interna. Diz ele, no entanto, que o "inimigo conseguiu infiltrar-se entre nós e, mais grave ainda, o povo está a abandonar-nos[274]". Para ele, era hora do partido aproximar-se duma vez por todas do "povo". Em suas palavras, Samora Machel Júnior, afirma que:

> Camarada Presidente, é tempo de se tomar ações decisivas e voltar a encarreirar o Partido no caminho certo, ao lado do Povo. A convocação de uma reunião magna, para discutir, sem reservas e limitações, o estado atual do Partido e do País, é uma obrigação inevitável à luz do seu mandato. Eu, como milhões de Moçambicanos, aguardamos a sua posição[275].

Na verdade não se trata necessariamente de uma "infiltração de inimigo" como Samora Machel Júnior deixou transparecer. Os camponeses que constitue a maioria no campo que vem sendo oprimido pela ações dos governos consecutivos da FRELIMO, compreendeu o suficiente que está em jogo. Igualmente, os camponeses estão à espera para ver as suas condições de vida melhoradas desde a independência, proclamada em 1975, mas quase nada acontece. Maior parte das famílias camponesas, continuam tão miseráveis, às vezes, sem o que (dar crianças para) comer.

Sob ponto de vista social, a situação torna-se mais complicada porque grande parte dos camponeses (desalinhados a ideologia política da FRELIMO), não têm se beneficiado de financiamentos no âmbito da implementação de póliticas públicas. Mas, vale realçar que, mesmo que Samora Machel Junior tenha sido aplaudido por uns, destacando-se que teve uma atitude corajosa, surgiram também críticas contra ele próprio, pois alguns segmentos sociais questionavam-no. Os mais atentos, sobretudo, acadêmicos e membros da sociedade civil, argumentavam que Samora Machel Júnior não era um exemplo e/ou

[274] Informação disponível em: http://opais.sapo.mz/-samito-pede-reuniao-magna-para-discutir-problemas-da-frelimo-e-do-pais. Acesso em: 03/02/2019.
[275] Informação disponível em: http://opais.sapo.mz/-samito-pede-reuniao-magna-para-discutir-problemas-da-frelimo-e-do-pais. Acesso em: 03/02/2019.

"santo", realçando que fazia ele parte de um "regime" como um todo que oprimia e reprimia o seu próprio povo.

Olhando para o atual contexto, essas críticas fazem sentido. Ao criticarem a atitude de Samora Machel Júnior, os segmentos sociais (constituídos por alguns acadêmicos atentos e membros da sociedade civil), faziam um correlacionamento dos fatos com as injustiças sociais que têm se verificado na área onde a empresa mineira na qual ele é Presidente do Conselho de Administração (PCA). Trata-se, portanto, da *Montepuez Rubi Minning (MRM)*, empresa mineira que explora o minério de rubi, na localidade de Namanhumbir, em Cabo Delgado. Como é do domínio público, neste local, a violência é extrema, pois muitos garimpeiros têm sido torturados, sobretudo, quando são encontrados na propriedade desta empresa. Além disso, neste local, muitas famílias camponesas foram expropriadas e expulsas das suas terras, algumas delas, sem indemnização justa.

Algumas das pessoas tiveram seus níveis de produção e produtividade diminuídas por causa do tipo de terras que encontraram em outros lugares, situação que desembocou numa insegurança alimentar em determinadas famílias. Além disso, esta empresa mineira, cercou toda área, inibindo as famílias camponesas de usufruir os bens da natureza. Os camponeses sabem também que elites dentro da FRELIMO detém e controlam grandes reservas de terras e com elas, os recursos naturais do solo e do sobsolo e que se enriquecem a partir deles. Tanto a terra quanto aos recursos naturais aí presentes, são usados por essas elites para o enriquecimento próprio, nalgumas vezes, em alianças com o capital internacional.

Por sua vez, os camponeses sabem que milhões de hectares de terras têm sido concessionadas aos investidores estrangeiros pelo governo da FRELIMO, às vezes, sem nenhuma transparência e muito menos se realizam consultas comunitárias. Além disto, os camponeses compreenderam que está sendo explorado e expropriado pelo próprio "libertador", por isso que o *poder freminiano* tem sido criticado e contestado a vários níveis. Há também um entendimento por parte da sociedade civil moçambicana segundo o qual, as injustiças sociais que vêm se ampliando no campo, resultam grandemente da implementação de programas e políticas agrárias, classificadas como sendo "inimigas" ao setor familiar, sobretudo, para os camponeses.

Para as organizações da sociedade civil, tais programas e políticas agrárias são "inimigas" dos camponeses pelo fato de estarem a viabilizar sempre o agronegócio. Sendo iniciativas que viabilizam o agronegócio, os movimentos sociais têm relacionado os

conflitos de terras no campo com estas práticas. É por esta razão que, quando o governo convoca uma audiência pública para discussão de planos institucionais de desenvolvimento do setor agrário, nem todas as organizações da sociedade civil vão para estes encontros e nalguns casos, tem sido uma forma de protesto ao *modus operandi* das instituições do Estado. De acordo com Mosca (2015, p. 79) "a emergência de realidades conflitantes tem provocado distanciamento entre algumas organizações da sociedade civil e as instutuições públicas".

Na maioria das vezes, quando as organizações da sociedade civil não vão para os encontros organizados pelas instituições do Estado, o governo reclama que estas não têm colaborado para o sucesso dos programas e/ou políticas públicas no campo. Em caso de participarem das reuniões junto ao governo, as organizações da sociedade civil, apenas reparam as autoridades governamentais, esperando que digam alguma coisa do seu interesse e/ou pelo menos que os unem. É o que aconteceu durante a reunião convocada pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) em Abril de 2019, para discutir-se assuntos relacionados com ProSAVANA junto as organizações da sociedade civil que se opõem a este programa no país.

CONCLUSÃO

Chegado aqui, torna-se importante destacar que o agronegócio é para alguns segmentos sociais, o único modelo agrário/agrícola possível para o desenvolvimento da agricultura. Estes segmentos sociais são compostos por alguns capitalistas e tecnocratas favoráveis a *machambas maiúsculas* e "modernas". As autoridades governamentais defendem uma rápida modernização agrícola via agronegócio com alegações de elevação de níveis de produção e produtividade agrícola. Para o governo, o agronegócio é a solução para os males sociais que apoquentam as famílias camponesas entre eles, a fome, a miséria e o desemprego.

As opções de modernização agrícola defendidas pelas autoridades governamentais revelam tratar-se de um processo caracterizado pela intensificação do capital e do uso dos pacotes tecnológicos, típicos da agricultura capitalista. O governo tem se notabilizado na criação de condições necessárias com vista o alcance da modernização agrícola no país. A promoção do Investimento Direto Externo (IDE) dentro e fora do país, tem sido uma das vias para se atingir tal propósito.

Há um entendimento por parte das autoridades governamentais de que é a partir desta via que será possível garantir a entrada do capital e, consequentemente, as tecnologias necessárias para avançar-se com a modernização agrícola. Entre outras condições que têm sido criadas pelo governo no contexto da modernização agrícola, as mais importantes estão relacionadas com a revitalização e construção da cadeia logística (estradas, ferrovias e portos) para garantir o escoamento de *commodities* dos locais de produção para o mercado global. Para a revitalização e construção da cadeia logística, o governo tem recorrido também ao capital financeiro. A instalação de instituições de créditos em todos os distritos do país está no quadro da modernizatório agrícola.

Igualmente, o governo tem avançado também com as reformas em algumas legislações para acomodar os interesses do capital financeiro. Trata-se da Lei de Terras – Lei n° 19/97 de 1 de Outubro e as ações do governo vão no sentido de torná-la menos burocrática e mais flexível sob ponto de vista de acessibilidade de terras para o capital estrangeiro e o programa «*Terra Segura*», é o exemplo clássico disto. Embora o discurso oficial aponte que a implementação deste programa visa garantir segurança as comunidades rurais e os camponeses em relação aos seus direitos sobre a terra e outros recursos naturais aí existentes, há forte indicação de ser uma antecâmara para a privatização e consequentemente, a mercantilização dos títulos de terras no país.

As reformas das legislações, embora de forma anti-democráticas, abrangem também a Lei de Sementes, onde é feito no sentido de garantir a entrada de sementes transgênicas. Em relação a Lei de Sementes, o governo está a alguns passos para aprovar o uso de *Organismos Genericamente Modificados* (OGM´s) na produção agrícola. O governo alega que, com o seu uso na produção agrícola, os camponeses ir/ão aumentar os seus níveis de produção e produtividade e, quiçá, se livrarem da fome e da miséria que os fustigam. Por parte do governo, há um entendimento de que o seu uso na produção agrícola não constituem um risco para a saúde pública e a biodiversidade biológica, ignorando assim, as críticas que tem sido feitas por alguns acadêmicos e as organizações da sociedade civil.

Embora os OGM´s nalgumas vezes, garantam elevados níveis de produção e produtividade aos agricultores, as evidências revelam, portanto, que estas sementes não são necessariamente a solução dos problemas que são evocados pelo governo moçambicano. Além de não ser a garantia da segurança alimentar, os OGM´s têm consequências nefastas para a saúde pública e a biodiversidade, embora estes aspectos estejam a ser ignorados pelas autoridades governamentais. Além de contaminar os alimentos por causa da sua dependência ao uso excessivo de agrotóxicos, os OGM´s são responsáveis por tantos outros problemas sob ponto de vista socioambiental. Por causa do uso excessivo de agrotóxicos, nota-se também a contaminação dos solos, água dos rios, lagos, lagoas e dos lençóis freáticos.

A intoxicação dos consumidores e a destruição de culturas de subsistências plantados pelos camponeses, estão entre as contradições do uso dos OGM´s na produção agrícola. Além disso, o uso de OGM´s cria problemas para as sementes nativas/crioulas, na medida em que ocorre a contaminação destas por meio da *poluição genética* e a outra, se dá pela fuga de *pólen* das lavouras do agronegócio para as explorações familiares e isto, gera conflitos sociais. O uso de OGM´s na produção agrícola elimina também a possibilidade de haver coexistência de modelos de desenvolvimento agrários no mesmo espaço e, inevitavelmente, gera conflitos sociais.

Os impactos negativos do uso de sementes transgênicas são recorrentes no campo moçambicano, sendo algumas visíveis, outras não. A modernização agrícola no país, sobretudo, nos moldes que o governo quer que seja, só pode se efetivar caso as legislações de sementes e de fertilizantes sejam harmonizadas e aprimoradas as demandas do mercado global de *commodities*, passando assim, a permitir a entrada e o uso de OGM´s e agrotóxicos. O agronegócio só é maior produção e produtividade por causa do uso de

sementes transgênicas e agrotóxicos no processo produtivo. Há sinais de que a tendência será mesmo de harmonizar as legislações de sementes e de fertilizantes, pois o governo tem avançado a *ferro e fogo* neste sentido, transgredindo os princípios democráticos para atender os interesses do capitalismo global.

O risco de entrar no país OGM´s e agrotóxicos proibidos e banidos em outros países, é maior, pois os processos de fiscalização por parte das instituições do Estado, deixam pouco a desejar por serem ineficientes. Mesmo sem oficializar o uso de sementes transgênicas (OGM´s), a realidade revela que estas sementes já vêm sendo usados na produção agrícola no país, sobretudo, nas "agroindústrias". As redes pelas quais estas sementes entram, nem sempre são oficiais, pois a Lei de Sementes determina que a sua importação só pode ser feita pelo Estado em casos de necessidade.

Se estão a entrar por outros circuitos fora da alçada das entidades competentes, neste caso, do Estado, significa que o seu uso na produção agrícola é ilegal no país. Além disso, o uso de sementes transgênicas e agrotóxicos tem se expandido, alcançando os camponeses por via da agricultura de contrato. Os camponeses integrados a lógica do mercado, têm recebido sementes e fertilizantes (agrotóxicos) das mãos dos capitalistas que os contratam para a produção de soja e milho. Na maioria das vezes, os camponeses recebem sem ter noção de que trata-se de sementes transgênicas e isto, tem aumentado a sua subordinação/sujeição à lógica do modo capitalista de produção.

A modernização agrícola revela suas contradições no campo. Como resultado das transformações em resultado da modernização agrícola, nota-se, portanto, a emergência de novas configurações territoriais no campo. Igualmente, verifica-se a emergência de novos usos nos (e/ou dos) territórios. Nota-se também uma significativa alteração na forma de organização social e produtivo. Contraditoriamente, nota-se a modernização de latifúndios e nalguns casos, dos territórios dos camponeses integrados a lógica do modo capitalista de produção por meio da agricultura de contrato, mas de forma incompleta.

Igualmente, a experiência da modernização agrícola com base no agronegócio, revela a reprodução ampliada destes males sociais em áreas onde o agronegócio já se expandiu no campo. A reprodução destes males sociais deve-se pelo fato da racionalidade do agronegócio estar pautada no *lucro*, isto é, na produção de monoculturas para a exportação para o mercado global de *commodities* e não necessariamente, na produção de alimentos de qualidade (saudáveis) que vão diretamente na mesa do cidadão. Além destes aspectos, nota-se também a predação dos recursos naturais vitais para a sobrevivência das famílias camponesas. Essa situação tem contribuído diretamente para o aumento da

miséria no campo, uma vez que as alternativas de sobrevivência das famílias camponesas são destruídas no âmbito da expansão do agronegócio.

Nos lugares de forte presença do agronegócio, existem possibilidades de estar a ocorrer a degradação ambiental, contaminação dos solos, das águas dos rios, lençóis freáticos e entre outras *barbáries* por causa do uso excessivo de agroquímicos (agrotóxicos) no processo produtivo. As relações de trabalho nalgumas agroindústrias são "análogas à escravidão" e/ou por outra, uma "*escravatura moderna*" caracterizada pelo trabalho precário e flexível. A implementação efetiva do ProSAVANA pode reproduzir de forma ampliada os aspectos aqui mencionados, pois trata-se de um programa que visa sobretudo, a acumulação do capital em escala global.

Significa que, além de ocupar-se extensa áreas de terras, precisará destruir também a floresta nativa para a expansão de monoculturas. Fica evidente que, a intenção do ProSAVANA, não é produzir alimentos que vão diretamente para a mesa dos cidadãos, mas sim, *commodities* como soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, etc., para alimentar os mercados globais, sobretudo, o mercado asiático onde se localiza Japão, o maior financiador deste programa. As próprias sementes a serem usadas durante a implementação do ProSAVANA, não serão aquelas que são usadas pelos camponeses, neste caso, nativas/crioulas. Pelo contrário, serão sementes laboratoriais, sobretudo, transgênicas e a elas, adiciona-se também, o uso excessivo de agrotóxicos.

No entanto, o ProSAVANA é uma ameaça à segurança alimentar e a soberania alimentar das famílias camponesas como também, a biodiversidade biológica do Corredor de Nacala. Se partirmos do pressuposto de que a questão agrária é, antes demais, um problema de índole territorial, então, o ProSAVANA, é uma ameaça à soberania nacional, na medida em que a partir dele, o Corredor de Nacala corre o risco de ser capturado, apropriado e controlado por monopólios ligados ao agronegócio (capital financeiro).

A agricultura camponesa, aquela que de fato produz produtos alimentares de qualidade e saudáveis para o consumo humano e que emprega mais pessoas no campo, é colocado em segundo plano pelo governo. Nota-se, portanto, a exclusão e a marginalização recorrente da agricultura camponesa nas políticas públicas e nos programas governamentais de desenvolvimento agrário. Mesmo aqueles programas concebidos com a ideia de promover agricultura camponesa e apoiar os camponeses, na prática, a reprodução de contradições de vária ordem. O programa «*Sustenta*», em implementação em alguns distritos ao longo do Corredor de Nacala, é um dos programas em que discurso oficial aponta no apoio e incentivo dos camponeses na produção agrícola,

mas em contrapartida, nota-se a exclusão e marginalização massiva destes no acesso ao crédito.

O «*Sustenta*» está a promover e a incentivar o *agronegocinho* por meio da financeirização e tem havido uma integração perversa e forçada (quase completa) dos camponeses na produção de culturas de rendimento (mercadorias) para a exportação. A exclusão e a marginalização dos camponeses nas políticas públicas e nos programas governamentais de desenvolvimento rural, se dá pela modernização. Da parte das autoridades tradicicionais, por exemplo, há um entendimento de que agricultura camponesa deve ser mecanizada e integrada aos mercados, destacando que só assim, é que os camponeses serão eficientes e competitivos em termos econômicos.

Há, no entanto, por parte das autoridades governamentais, uma forte apetência em sujeitar/subordinar os camponeses a lógica do modo capitalista de produção. A sujeição/subordinação dos camponeses é materializada na transformação destes em produtores de mercadorias agrícolas de interesse do capital. Essa forma de transformação do setor agrário/agrícola, tem gerado "produtores emergentes" com forte ligação com o mercado, os quais se beneficiam dos apoios e incentivos do governo no contexto do programa «*Terra Segura*». Por sua vez, esta forma de transformação da estrutura agrária, apenas beneficia e consolida ainda mais o agronegócio.

É verdade que o campesinato, nalguns momentos do seu ciclo de vida, produz mercadorias, mas a sua racionalidade não está pautada no lucro como acontece com o agronegócio quando se territorializa. Parte da produção camponesa vai para o consumo familiar e isso, faz com que as famílias camponesas não dependam exclusivamente da compra dos produtos alimentar e passem a fome todo o ano. Outra parte da produção camponesa, é transformada em mercadoria e mais tarde, vendia nos mercados locais e, é esta que chega na mesa dos que dependem da compra dos produtos alimentares, sobretudo, os que vivem nas vilas e cidades. É a partir da venda de uma parte da sua produção que os leva a conseguir ter algum dinheiro para custar outras despesas familiares.

Como resultado desta integração dos camponeses aos mercados de *commodities*, nota-se a mudança na forma de produzir. É possível observar que os sistemas agroalimentares tradicionais estão em mutação por causa da presença massiva do agronegócio. Na verdade, estas mutações nos agrossistemas locais, surgem por causa da integração dos camponeses a este modelo agrário/agrícola. Além de colocar em risco a segurança alimentar, a integração dos camponeses ao agronegócio, coloca em risco a

soberania alimentar. Em relação à segurança alimentar é um risco porque os camponeses ao se integrar a lógica do modo capitalista de produção perdem o foco, em vez concentrar-se na produção de culturas alimentares para o consumo familiar, passam a dedicar parte do seu tampo na produção de mercadorias para a exportação.

Já em relação a soberania alimentar, torna-se numa ameaça por causa da entrada de práticas estrangeiras nos territórios camponeses. Nota-se, portanto, um intenso processo de externalização dos processos produtivos com base no uso de "técnicas modernas". Igualmente, nota-se, uma dependência dos camponeses as sementes laboratoriais (híbridas) em substituição das sementes nativas/crioulas que estão em sua posse. Há uma tendência de dependência por parte dos camponeses as sementes laboratoriais, sobretudo, melhoradas. Nota-se, portante, um aumento considerável do número de camponses que usa sementes melhoradas no Corredor de Nacala e no país em geral. Caso ocorra a liberação oficial dos OGM´s pelo governo para o seu uso na produção agrícola, o risco de aumentar é maior.

A questão agrária do Corredor de Nacala é muito complexa. Essa complexidade da questão agrária do Corredor de Nacala, é pelo fato de existir de muitos grupos siciais com interesse no agronegócio. Além das elites políticas nacionais e alguma burocracia estatal, há uma forte presença do capital financeiro global. Verifica-se ainda uma apropriação capitalista do Corredor de Nacala e, consequentemente, a sua monopolização pelo capital financeiro, na medida em que é transformado num campo para a produção de *commodities* agrícolas para a exportação. A terra é, no entanto, um dos núcleos duros da questão agrária no Corredor de Nacala.

A multiplicidade de grupos sociais interessados no agronegócio, tem aumentado a pressão sobre a terra. Maior pressão sobre a terra, significa que os camponeses correm riscos de serem expropriados e expulsos das suas terras pelo capital e, consequentemente, a concentração de terras. Por sua vez, essa multiplicidade dos atores com interesse no agronegócio têm gerado tensões e conflitos sociais. Essas tensões e conflitos sociais se dão quando há uma tentativa de apropriação da terra comunitárias/camponesas para fins de acumulação privada da riqueza. Nesta luta pela acumulação privada da terra com base nas terras comunitárias/camponesas, nota-se algo extraordinário: pacto de classes.

Constatou-se também um intenso processo de apropriação das terras camponesas e com ela, os recursos naturais aí existentes, sejam eles do solo ou do sobsolo para acumulação privada da riqueza de toda a "classe burguesa". Esta apropriação das riquezas naturais é acompanhada pela violência (física e simbólica) e entre outras

barbáries, sendo as populações locais, as vítimas da acumulação privada da riqueza desencadeada pelas elites políticas nacionais. Na maioria das vezes, os interesses da classe dominante constituída pelas elites políticas locais ligadas ao partido FRELIMO e o capital multinacional se sobrepõem aos dos camponeses locais.

A realidade local, revela que além do capital multinacional, as elites políticas locais estão também na luta paradigmática pela extração da renda (diferencial) da terra, mas de forma subordinada ao capital estrangeiro. A apetência pela acumulação privada da riqueza por parte das elites políticas nacionais e a burocracia estatal, tem culminado com a entrega de extensas áreas de terras ao capital estrangeiro, violando assim, a Constituição da República, a Lei de Terras e as demais legislações em vigo na República de Moçambique. A corrupção, clientelismo político e a falta de transparência, são os aspectos que têm caracterizado o processo de concessionamento de terras para os investidores estrangeiros.

Para as elites políticas e a burocracia estatal fazerem valer os seus interesses, concessionam grandes extensões de terras e, em seguida, as entregam ao capital multinacional. Na maioria das vezes, essas concessões são feitas para aquelas empresas as quais essas elites têm interesses. Aqui, destaca-se também a ação perversa e contraditória da atuação dos líderes comunitários e régulos. Além fazerem parte de uma extensa rede oligárquica envolvido em negócios fundiários e de serem coniventes ao capital, os conflitos sociais e as disputas de terras no campo estão intrinsecamente ligados com a atuação contraditória destas elites tradicionais. A ideia de que em Moçambique existem terras livres e subutilizadas usada pelo governo no processo de promoção do IDE, tem ocasionado a colonização agrícola no Corredor de Nacala e do país no geral.

Embora a Lei de Terras obriguem a realização de consultas comunitárias, este imperativo é ignorado. Mesmo quando realizadas, as consultas comunitárias não são abrangentes. O incumprimento da implementação da Lei Terras tem culminado na expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras e, na maioria das vezes, essa situação tem desembocado em fortes conflitos sociais e disputas territoriais entre os camponeses e o capital. As próprias consultas comunitárias são um mecanismo legal(izado) de expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras. Igualmente, são um processo legal(izado) de degradação e de banalização da condição humana.

Frequentemente, os camponeses têm sido expropriados e expulsos das suas terras com promessas de um dia verem as suas condições de vida melhoradas. Muitas famílias camponesas que são expopriadas e expulsas das suas terras pelas empresas agrícolas,

tornaram-se mais pobres do que estavam antes. Nem todas as promessas feitas pelas empresas agrícolas durante as supostas consultas comunitárias são cumpridas e, essa situação tem sido um dos principais motores de conflitos sociais no campo. Constatou-se que existem centenas de famílias camponesas que vivem em situações lastimáveis, pois as mesmas, não têm terras suficientes para produzir seus alimentos porque foram tomadas pelas empresas. Em muitos lugares visitados, os camponeses clamam pela justiça social, mas a realidade revela que estão abandonadas a sua sorte, pois o Estado, aquele que deveria repor a ordem e defender os interesses dos camponeses, além de ser inoperante, nalgumas vezes, aparece do lado do opressor, expropriador e explorador: o *capital*.

A expansão do agronegócio no Corredor de Nacala está a ocasionar a destruição dos sabres e valores seculares acumulados pelos camponeses. Igualmente, nota-se a interrupção do modo de vida que vinha sendo transferido de geração em geração pelos camponeses por meio da *socialização do camponês* enquanto elemento da produção camponesa. Por sua vez, observa-se a destruição da *herança da terra* enquanto um mecanismo secular de transferência de poder de saberes e valores das gerações mais velhas para as mais novas. No que tange a herança, a terra além de ser um instrumento de trabalho, miticamente, serve como *elo* de ligação entre estas com os seus ancestrais. A herança da terra tem sido uma das vias de transferência, não apenas da terra enquanto um instrumento de trabalho, mas também do poder, saberes e valores tradicionais e tem sido o gerente da reprodução social dos campesinato enquanto modo de vida.

Das observações feitas, é possível afirmar que a expansão do capital no Corredor de Nacala está a dar-se de forma desigual e contraditória. A expansão das relações capitalistas de produção no campo, move-se pela expansão das contradições: corrupção, expropriação/*grilagem*, violência, injustiças socioambientais, banalização da condição humana dentre outras barbaridades e brutalidades. Além de expropriar e expulsar os camponeses das suas terras, de cercá-los e inibi-los de usufruir os bens da natureza no âmbito da sua territorialização, na contração, nota-se a emergência, uma forte presença movimentos populares, contestando a (des)ordem estabelecida pelo capital quando se territorializa sobre as suas machambas. O capital, ao se expandir sobre (e/ou em direção) as machambas camponesas, encontra pela frente uma forte resistências camponesas.

As lutas e resistências que os camponeses vêm travando no campo no sentido de salvaguardar os seus interesses e proteger/defender o seu "modo de vida", não são recentes no Corredor de Nacala, elas são seculares. Igualmente, os conflitos sociais que têm ganhado novos contornos nos dias atuais no campo moçambicano, eles não são um

fenômeno recente, muito pelo contrário, estão intrinsecamente ligados com o processo de ocupação do país. Os camponeses moçambicanos são exemplo de um povo que vêm sendo espoliado, violentado e massacrado no seu próprio território há mais de quinhentos anos pela classe dominante (majoritariamente) estrangeira.

Os camponeses moçambicanos e, sobretudo, do Corredor de Nacala vêm lutando e resistindo desde a invasão portuguesa no século XV, que mais tarde, culminou com a colonização efetiva de Moçambique. De lá para cá, e, em contestação a sua expropriação e expulsão dos seus territórios pela classe dominante, os camponeses vêm ocupando pequenas porções/pedaços de terras, e nalguns casos, as propridades das corporações capitalistas para construírem livremente o seu futuro, ou seja, para garentirem a sua reprodução social com base no seu "modo de vida". Essas lutas e resistências seculares travadas pelos camponeses contra a classe dominante, tiveram como base de sustentação, criar as condições necessárias para continuarem sendo os mesmos sujeitos de sempre.

É por esta razão que os camponeses moçambicanos e de forma particular, do Corredor de Nacala, não medem esforços, pois mesmo em situações adversas a sua reprodução social, lutam e resistem para conquistar o seu lugar na sociedade de classes: um pedaço de terra. A luta pela terra é um dos mecanismos pelos quais os camponeses moçambicanos se reiventam no campo. É da luta pela terra que os camponeses rompem com a estrutura opressora e conservadora, enfim, com as "velhas" relações de dominação no campo. Para dizer que a formação camponesa em Moçambique é constituída por lutas e resistências seculares dos sujeitos em movimento contra a classe dominante.

Historicamente, as lutas e resistências camponesas, revela que os sujeitos do campo sempre contestaram de variadas formas os poderes dominantes em diversas fases da formação *sócio-espacial* moçambicana (período colonial, socialista, pós-socialista até os dias atuais). A violência, expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, de exploração do *homem pelo homem* e tantas outras *barbáries*, são fenômenos que nunca cessaram no campo moçambicano. O Corredor de Nacala tem se configurado num território em disputa, envolvendo as relações capitalistas de produção e as relações não capitalistas de produção enquanto relações sociais em constante conflito. Os movimentos sociais têm rejeitado e contestado o modelo agrário/agrícola do agronegócio, fundando com base em políticas de desenvolvimento rural/territorial neoliberais.

Embora demonizados, conotados, perseguidos, intimidados, criminalizado e violentados pelo poder político vigente no país, os movimentos sociais têm desempenado um papel preponderante, sobretudo, na transformação e democratização do campo,

promovendo assim, a justiça social e ambiental. A UNAC é o maior movimento campesino do país. Este movimento campesino possui maior maior força política e tem o campo como se espaço político em que de forma aguerrida, procura travar batalhas com o modelo do agronegócio em espansão. As lutas e resistências contra a expansão do agronegócio no Corredor de Nacala (e no país em geral) são travadas pelos camponeses da UNAC, principalmente. A UNAC é o movimento camponês mais consolidado do país e apresenta uma estrutura típica dos movimentos sociais, caracterizado pela horizontalidade em que o poder está descentralizado e assentado na base –, ou seja, no território. Essa estrutura que a UNAC apresenta, faz com este movimento camponês tenha força política sob ponto de vista combativo para contestar e enfrentar o avanço do agronegócio em territórios camponeses no país.

Embora a ORAM apresente a mesma estrutura horizontal até ao nível provincial, se verifique uma descentralização do poder, esta organização não tem apresentado uma força política suficientemente combativa contra a expansão do capital sobre os territórios camponeses. A ORAM é pela coexistência de modelos de desenvolvimento agrários/agrícolas, neste caso, entre a agricultura camponesa e o agronegócio, mesmo tendo uma racionalidade e lógica diferente em termos de organização dos espaços produtivos. A ADECRU é a única organização que possui uma estrutura vertical caracterizada pela centralização no processo de tomada de decisões e com um elevado nível de concentração de poder nas mãos da liderança máxima. Embora a ADECRU tenha uma força política sob de vista das suas ações combativa contra a expansão do agronegócio no campo, a sua estrutura não é típica dos movimentos sociais por ser vertical e por apresentar elevado nível de concentração de poder nas mãos da liderança máxima.

A maior parte das ações mobilizadoras contra a expansão do agronegócio no campo tem sido realizadas por meio de aliança com outras organizações da sociedade civil que também lutam pela justiça social no campo. Essas alianças entre organizações da sociedade civil geram *redes de movimentos sociais* e a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», é o exemplo clássico deste processo. Ao surgir, a *Campanha Não ao ProSAVANA*» transformou-se numa escola de formação política dos camponeses. Uma parte considerável dos camponeses passou a conhecer o ProSAVANA quando a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» começou a opor-se fortemente contra a implementação efetiva do ProSAVANA. Muitas organizações camponesas passaram a tirar benefícios após a sua filiação a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». É verdade que a UNAC já vinha desenvolvendo ações com vista a chamar atenção aos seus membros para

contestarem o ProSAVANA. Mas, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» despertou ainda mais atenção dos camponeses sobre os riscos que este programa trazia nos seus territórios.

O mesmo pode-se falar também da ADECRU, a sua filiação a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» trouxe para *know-how* em termos de estratégias de lutas e resistência contra a expansão agronegócio. Embora os movimentos sociais estejam a ser uma escola de formação política dos camponeses, há evidências que estes sujeitos em movimento têm reproduzido também contradições de várias ordem, nalgumas vezes, as mesmas do opressor, o qual dizem combater no campo. No âmbito das suas lutas e resistências contra a territorialização do agronegócio nas (e/ou sobre as suas) machambas, os camponeses têm se inserido, portanto, nas dinâmicas dos movimentos sociais. Inseridos nas dinâmicas dos movimentos sociais, os camponeses têm se transformado em verdadeiros atores políticos ao fazerem do campo, o seu espaço político, de lutas pelos direitos coletivos e por um projeto transformador alternativo ao agronegócio.

Na maioria das vezes, as lutas e resistências verificam-se durante as consultas comunitárias, pois é aonde os camponeses aceitam ou recusam a entrada do capital em seus território. Embora mais fortes em certos lugares e menos fortes, noutros, é nas dinâmicas dos movimentos sociais que as lutas e resistências camponesas ganham âmago no Corredor de Nacala contra a sua espoliação pelo capital monopolista. No entanto, nos lugares onde os movimentos sociais têm fraca presença sob ponto de vista das suas ações, nota-se uma fraca consciência política e de classe, situação que levam a dominação dos sujeitos pelo capital. De realçar que esta situação do Corredor de não é isolada, mas sim, é característico de quase todo o território nacional, pois há lugares onde os movimentos sociais são mais fortes em relação aos outros.

Em parte, a degradação das condições de vida das famílias camponesas vítimas do capital no campo, tornam-se ainda mais grave pelo fato das ações dos movimentos sociais não serem abragentes. A realidade local permite afirmar que, tanto a sujeição/subordinação e a proletarização dos camponeses, ambos não se dão de forma hegemônica no campo. Tanto os camponeses que têm sido forçados a sujeitar-se/subordinar-se ao modo capitalista de produção através da agricultura de contrato, como aqueles que foram expropriados e passaram a trabalhar como assalariados para garantirem a sua reprodução social, insurgem-se novamente contra o mesmo capital que os sujeitou/subordinou e os expropriou, respectivamente. O primeiro grupo de camponeses, luta e resiste contra a sua destruição pelo capital. Já o segundo grupo de camponeses, insurge-se tanto contra as práticas exploratórias como também para reaver as suas terras,

pois a maior parte deles, são àqueles camponeses deslocados compulsivamente para outros lugares com vista a dar espaço para a implementação de megaprojetos em nome de verem as condições de vida melhoradas.

Como forma de exigir que os empresários honrem com as suas promessas, os camponeses têm ocupado as terras, situação que culmina com a territorialização do seu modo de vida através da abertura de machambas. A ocupação das terras na posse das corporações do agronegócio, tem sido uma das formas de lutas e resistências contra o capital. É por esta via que os camponeses conseguem ter de volta as suas terras. A ocupação das propriedades do agronegócio, permite o restabelecimento do seu "modo de vida" outrora interrompido pelo capital aquando da territorialização no campo. Isso mostra que os camponeses não querem ser capitalistas e muito menos, trabalhadores assalaridos nas "agroindústrias". Igualmente, mostra que os camponeses querem se livrar das cercas modadas pelo capital no âmbito da sua territorialização, trabalhando para si, enfim, para o bem-estar do seu núcleo de existência: a família.

A realidade moçambicana e, sobretudo, do Corredor de Nacala, sugere afirmar que, o campesinato local está a contrariar a profecia do desaparecimento do camponês no campo e com ele o seu território em resultado da expansão do capital. Mesmo em situação de subordinação ao capital, os camponeses estão cada vez mais a se revelarem protagonistas do seu próprio destino na sociedade de classes, fazendo política a partir do campo. As lutas e resistências que travam no campo com o capital, revelam apenas que os camponeses estão a desenhar o seu próprio destino, que é de permanecer na terra e a partir dela, produzir os seus alimentos, baseando-se no seu modo de vida transmitido de geração em geração. As constatações feitas localmente permitem afirmar que o núcleo duro das lutas e resistências camponesas não é contra a "modernidade" em si, mas sim, é contra a sua expopriação e a subordinação que essa modenização traz como consequências ao seu modo de vida.

Embora os camponeses gritem "não aos OGM´s", poe exemplo, sobretudo, quando se inserem nas dinâmicas dos movimentos sociais, nota-se a substituição das "técnicas agroecológicas" pelas "técnicas modernas", as mesmas que lutam contra a sua entrada em seus territórios. No entanto, é a luta pela terra e a sua permanência nela que tem mobilizado muitos camponeses no campo a contestar o capital e não necessariamente, contra a entrada de "técnicas modernas". É a partir do acesso e controle da terra que os camponeses têm procurado, embora de forma contraditória, romper com as práticas tipicamente capitalistas em expansão no Corredor de Nacala. Embora os movimentos

sociais tenham conseguido obter algumas conquistas importantes nas suas ações combativas contra o capital, mesmo diante de uma conjuntura não favorável, ainda há um caminho muito longo por trilhar.

Das constatações feitas, foi possível ver que há ações em curso por parte das organizações camponesas, sobretudo, a UNAC, da ORAM, da ADECRU e da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» enquanto um movimento social, no sentido de criar outras alternativas para os camponeses para enfrenterem o agronegócio. Os movimentos sociais estão preocupados, por exemplo, com a criação de bancos de sementes nativas/crioulas, mas sob ponto de vista de ações concretas para consolidar as lutas e resistências camponesa no Corredor de Nacala e no país, em geral, ainda é um desafio.

Interromper temporariamente um programa como o ProSAVANA que estava sendo implementado com base em ações autoritárias, caracterizado pela perseguição, intimidação, cooptação diabolização e criminalização das ações dos movimentos sociais, foi uma vistória para os movimentos sociais. É motivo de orgulho para os movimentos sociais, pois não é comum barrar um programa com fortes traços coloniais e com interesses de grupos ramificados a escala global. Os movimentos sociais moçambicanos são um exemplo de um grupo social oprimido e subalterno que de forma unida e com a solidariedade de outros povos, sobretudo, do Brasil e do Japão, conseguiu interromper a expansão de um programa destruidor das práticas campesinas seculares e predador dos recursos naturais.

No entanto, só por terem interrompido temprariamente o avanço deste programa sobre os territórios camponeses, as ações dos movimentos sociais deixam, portanto, uma experança para o futuro e/ou a utopia camponesa para a construção de um mundo socialmente mais solidário, recíproco e justo. Embora os movimentos sociais tenham conseguido interromper temporariamente as atividades do ProSAVANA, há espaço para dizer que, este programa ainda não foi vencido definitivamente. Pensar que o ProSAVANA foi vencido completamente numa altura em que nota-se a restruturação do capitalismo global, pode ser como se estivesssem a se dar um *tiro no pé*.

O agronegócio no Correder de Nacala e no país em geral, está a expandir-se de outras formas e, às vezes, longe da alçada dos movimentos sociais. Há, portanto, sinais que revelam que o governo moçambiçano está a abraçar o *Sustenta*, programa que promove o *agronegocinho* ao longo do Corredor de Nacala sob financiamento do Banco Mundial. De realçar que em parte, o *Sustenta* surge por causa da impopularidade que o ProSAVANA teve em resultado das ações combativas dos movimentos sociais. O

governo afirmou que a partir de 2020, este programa será expandido para outras províncias do país por forma a alcançar mais agricultores. O governo alega os supostos "bons" resultados alcançados durante a primeira fase de implementação deste programa como fator determinante. Com este programa, o governo pode deliberadamente promover a entrada do capital financeiro para financiar as atividades produtivas no país.

Mesmo com essas declarações do governo, não tem havido muitas ações sob ponto de vista combativo por parte dos movimentos sociais. As ações dos movimentos sociais no Corredor de Nacala concentram-se no ProSAVANA e nalgumas empresas agrícolas ligadas ao agronegócio, mas localizadas. Tendo em conta que o *Sustenta* fomenta também o agronegócio mesmo que seja pequeno, as ações dos movimentos sociais, há uma necessidade de lutar-se também contra a expansão deste programa no Corredor de Nacala e no país em geral. A expansão deste programa no campo pelo fato de promover o pequeno agronegócio, representa também riscos para agricultura camponesa.

Sem abandonar por completo o ProSAVANA, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) está também a avançar com outro programa, neste caso, o Projeto Estratégico de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC). Há denúncias feitas pelos movimentos sociais japoneses e alguns estudiosos deste país asiático segundo as quais, a JICA está a usar fundos do ProSAVANA para viabilizar algumas atividades do PEDEC no Corredor de Nacala. Este aspecto, mostra que há uma ligação entre as duas iniciativas, daí que os movimentos sociais são chamados a recriar novas estratégias de lutas e resistências contra a expansão do capital no Corredor de Nacala, pois como se poder ver, há uma restetruturação do capital *nipônico* com vista a empreender a monopolização do território para fins de acumulação privada da riqueza.

Esta nova fase de restruturação do capital financeiro com vista a exploração capitalista de terra no Corredor de Nacala e no país em geral, desafia também os movimento sociais no sentido de manter as lutas e resistências contra a expansão do agronegócio em territórios camponeses. Os próprios camponeses também são desafiados a garantir a menutenção das lutas e resistências nas suas bases, pois o que tem-se verificado é que depois de contestarem a entrada do agronegócio em seus territórios no âmbito da sua inserção as dinâmicas dos movimentos sociais, voltam novamente a reproduzir as práticas do opressor as quais lutam contra. Essa ação contraditória dos camponeses tem contribuído para a perpetuação e/ou a consolidação da estrutura capitalista no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Pardigmas do capitalismo agrário*. 2ª edição, Editora HUCITEC/EDITORA DA UNICAMP, São Paulo-Campinas, 1992.

_____. *O admirável mundo novo de Alexandre Chayanov*. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Orgs). Chayanov e o campesinato. 1ª edição; Editora: Expressão Popular, p. 179-188, São Paulo, 2014.

ADECRU & PLASS. *Sistemas agro-alimentares em Mutação: os impactos das grandes agro-investidores sobre o direito à alimentação (estudos de caso em Moçambique),* cidade de Cabo, Harare, Maputo e Lusaka, 2016.

AGY, Aleia Rachide. *Desigualdades de género em contextos rurais em Moçambique: estudos de casos em localidades na província de Nampula*. In: FORQUILHA, Salvador (Org). Desafios para Moçambique 2018. Editor: IESE, p. 369-392, Maputo, 2018.

_____. *Participação das mulheres em projetos de investimento agrário no Distrito de Monapo.* Observador Rural – Documento de Trabalho, Número 63, OMR, Maputo, 2018.

AGUIAR, Diana & PACHECO, Maria Emília (Orgs). *A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique*. FASE/Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

AIUBA, Rubia. *Corredores de desenvolvimento: reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique*. Observador Rural – Documento de Trabalho, Número 79, OMR, Maputo, 2019.

ALI, Rosimina. *Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem estar nas agro-indústrias florestais em Niassa.* In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno & MUIANGA, Carlos (Orgs). Emprego e transformação económica e social em Moçambque, p. 209-254, IESE, Maputo, 2017.

_____ & MUIANGA, Carlos. *Geração de emprego e condições sociais de trabalho nas plantações agro-industriais em Moçambique*. In: BRITO, Luis de *at all*, (Orgs). Desafios para Moçambique 2016, p. 255-267, IESE, Maputo, 2016.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e habitus de classe*. Editora UNESP, São Paulo, 2006.

_____. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. Tese [Doutorado em Geografia]. UNESP/Presidente Prudente, São Paulo, 2003.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases cientificas para agricultura sustentável*. 3ª edição. Editora: Expressão popular, Rio de Janeiro – AS-TPA, 2012.

AMIN, Samir. *O imperialismo e o desenvolvimento desigual*. Tradução: Manuel Reis Ferreira. Lisboa, 1977.

ANDRIOLI, António Inácio: *Os efeitos dos transgênicos sobre a saúde*. In: ANDRIOLI, António Inácio & FUCHS, Richard (Orgs). Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos. 2ª edição; Editora: Expressões populares, p. 238-244, São Paulo, 2012.

APOTEKER, Arnaud. *Ciência e democracia: o exemplo dos OGMs*. In: ZANONI, Magda & FERMENT, Gilles (Orgs). Transgênicos para quê? Agricultura, ciência e conhecimento, p. 82-92, MDA, Brasília, 2011.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. *O sistema de aldeia comunal em Moçambique*. Tese [Doutorado em Geografia Humana], Universidade de Coimbra, Lisboa, 1988.

_____. *Geografia dos Povoamentos: assentamentos humanos rurais e urbanos*. Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1997.

ARNFRED, Signer. *Posse da terra, poder em função de gênero em Ribaué, província de Nampula*. In: WATERHOUSE, Rachel & VIJFHUIZEN, Carin (dir). Estratégias das mulheres, proveito dos homens: gênero, terra e recursos naturais em diferentes contextos em Moçambique. Imprensa Universitária da UEM, p. 180-210, Maputo, 2001.

ARTUR, Luís *et al*. *Os impactos do HIV e SIDA no setor agrário e no bem-estar social nas províncias de Tete e Niassa*. In: MOSCA, João (Coord). Aspectos da competitividade e transformação do setor agrário em Moçambique. Escolar Editora, p. 85-106, Maputo, 2014.

ASCUT. *Perfil de Terras em Moçambique*, Maputo, 2017.

BALDÚINO, Dom Tomás. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.* In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES, Maria Inez Medeiros (Orgs). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. Editora: Casa Amarela e Editora: Paz e Terra, p. 25-70, São Paulo, 2004.

BECK, Ulrick. *Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução: Sebastião Nascimento. 1ª edição; Editora: 34, São Paulo, 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

BRITO, Luís. *A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional*. Editor: IESE, Maputo, 2019.

BRUNA. Natacha, *Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique*. Observador Rural – Documento de Trabalho, Número 53, OMR, Maputo, 2017.

CACHAT, Severine. *Ilhas de Moçambique: uma herança ambígua*. Alcance Editores, Maputo, 2018.

CAHEN, Michael. *O dever de pesquisar na periferia do mundo*. In: CHICHAVA, Sérgio (Org). Desafios para Moçambique 2019. Editor: IESE, p. 21-44, Maputo, 2019.

_____. *Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado*. In: Crítica Marxista (entrevista a ÂNGELA LAZARGA), p. 118-129, 2006.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *Paradigmas em disputa na educação do campo*. Tese [Doutorado em Geografia], UNESP/Presidente Prodente, São Paulo, 2014.

_____. *Políticas públicas no campo: uma análise do relatório da II PNERA (1998-2011)*. In: COELHO, Fabiano & CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs). O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (Questão agrária e reforma agrária). 1º vol., Editora: CRV, p. 297-324, Curitiba, 2018.7

CAMPANHÃO NÃO AO PROSAVANA. *ProSAVANA: manipulações, mentiras e meias verdades*, Maputo, 2017.

_____. *Comunicado de imprensa sobre o ProSAVANA*. Maputo, 2018a. Disponível em: https://adecru.files.wordpress.com/2018/06/comunicado-da-campanha-nao-ao-prosavana-final.pdf. Acesso: 24/02/2019.

_____. *Comunicado de imprensa*. Maputo, 2018a.

_____. *Declaração de Tóquio sobre o ProSAVANA. Tóquio,* 2018b. Disponível em: https://adecru.files.wordpress.com/2018/11/declaraccca7acc83o-da-conferencia-tringular-dos-povos-contra-o-prosavana-e-matopiba.pdf. Acesso: 24/02/2019.

CAPAINA, Nelson. *Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: algumas causas e implicações*. Observador Rural nº 72, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

_____. *Entre o discurso e a prática: dinâmicas locais no acesso aos Fundos de Desenvolvimento Distrital em Memba*. In: MOSCA, João (Coord). O setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Escolar Editora, p.161-189, Maputo, 2015.

CARRILHO, João. *Poderá o arrendamento, contribuir para a alocação efiente de terras em Moçambique?* In: SERRA, Carlos Manuel & CARRILHO, João (Coord). Dinâmicas da ocupação e uso da terra em Moçambique. Escolar Editora, p. 169-198, Maputo, 2013.

_____. *Taxas de Terra*. OMR, Destaque Rural, Número 41, Maputo, 2018.

_____. & MANDAMULE, Uacitissa. *Lei de terras, poder e desenvolvimento rural no Moçambique pós-independente*. In. MANDAMULE. Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Escolar editora, p. 67-86, Maputo, 2017.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Capitalizando o capitalismo doméstico: prosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique*. In: BRITO, Luís de et al. (Orgs). Desafios para Moçambique 2015. Editor: IESE, p. 123-156, Maputo, 2015a.

_____. *Desafios da sustentabilidade do crescimento econômico: uma «bolha econômica» em Moçambique?* In: BRITO, Luís de *et al*. (Orgs). Desafios para Moçambique 2015. Editor: IESE, p. 157-199, Maputo, 2015b.

_____. Lógica histórica de acumulação primitiva de capital em Moçambique. In: BRITO, Luís de *et al.* (Orgs). Desafios para Moçambique 2017. Editor: IESE, p. 257-302, Maputo, 2017a.

_____. *Crises econômicas e estruturais de acumulação de capital em Moçambique*. In: BRITO, Luís de *et al.* (Orgs). Desafios para Moçambique. Editor: IESE, p. 99-164, Maputo, 2017b.

_____. *Opções econômicas de Moçambique 1975-99: problemas, lições e alternativas*. In: MAZULA, Brazão (Org). Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento. 1ª edição, p. 581-633, Maputo, 1995.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. *Terras negras, donos brancos: uma análise sobre o processo de expropriação de terras no norte de Moçambique e sua implicação para as comunidades locais*. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE- A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e Dimensões da análise e da ação, Presidente Prudente, ISSN: 2175-8875, p. 2793-2804, 2015.

_____. *Resenha: Lógica histórica de acumulação de capital em Moçambique*. Revista Entre-Lugar (UFGD), v.14, p.121 - 124, 2016.

_____. *Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFGD, Dourados/MS, 2017a.

_____. *O campo moçambicano no século XXI: dilemas e desafios do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.* In: Revista Nera – ISSN: 1806- 6755, p. 151-178, Presidente Prudente, 2017b.

_____. *Natureza apropriada, vidas cercadas: um olhar sobre o Corredor de Nacala em Moçambique.* In: RIBEIRO, Mara Aline & MORETTI, Edvaldo César (Orgs).

Olhares geográficos sobre paisagem e natureza. 1ª edição, Editora: ANAP, p. 83-123, São Paulo, 2018a.

_____. *Projetos de dominação e resistências camponesas: o caso do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique*. In: Anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, Dourados - MS; ISBN: 978-85-8147-161-7, p. 1416-1435, 2018b.

_____. *ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária na contemporaneidade*. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019a.

_____. *O avanço da fronteira agrícola brasileira e na nova (des)ordem no rural moçambicano: uma análise a partir do ProSAVANA*. In: Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania – vol.3 – n.2 – p.133-158, 2019b.

CHABOUSSOU, Francis: *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma reinvenção contra doenças e parasitas – a teoria da trofobiose*. Tradução: Maria José Guazelli. 2ª edição; Editora: Expressão popular, São Paulo, 2012.

CHAYANOV, Alexandre. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: SILVA, José Graziano da & STOLCKER, Verena (Orgs). A questão agrária. Trdução: Edgard Afonso Malagod; Sandra Brizolla & José Bonifácio de S. Amaral Filho. Editora Brasiliense, p. 132-163, São Paulo, 1981.

_____. *Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Orgs). Chayanov e campesinato. 1ª edição; Editora: Expressão Popular, p. 99-137, São Paulo, 2014.

_____. *Viagem de meu irmão Alexei ao mundo da utopia camponesa*. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Orgs). Chayanov e campesinato. 1ª edição; Editora: Expressão Popular, p. 41-98, São Paulo, 2014.

CHICHAVA, Sérgio. *O IESE e a pesquisa sobre Moçambique e o mundo (2010-2018)*. In: CHICHAVA, Sérgio (Org). Desafios para Moçambique 2019. Editor: IESE, p. 321-334, Maputo, 2019.

_____. *Moçambique e a crise político-econômica brasileira*. In: BRITO, Luís de *et al*. (Orgs). Desafios para Moçambique 2017. Editor: IESE, p. 381-391, Maputo, 2017.

_____. *Sociedade civil e ProSAVANA em Moçambique*. In: BRITOS, Luís et al., (Orgs). Desafios para Moçambique 2016. Editor: IESE, p, 375-384, Maputo, 2016.

_____. *Porque Moçambique é pobre? Uma análise do discurso de Armando Guebuza*. In: BRITOS, Luís et al (Orgs). Pobreza, Desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique. Editor: IESE, p. 65-82, Maputo, 2009.

_____. *Uma província rebelde: o significado do voto zambeziano a favor da RENAMO*. In: BRITOS, Luís et al., (Orgs). Cidadania e governação em Moçambique. Editor: IESE, p. 11-46, Maputo, 2008.

CHIZIANE, Eduardo. *Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra*. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 15-50, Maputo, 2017a.

_____. *Lei de Terras: entre a lei e a prática na defesa de direitos sobre a terra*. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 51-68, Maputo, 2017b.

_____. *O estatuto jurídico da terra e a promoção do investimento agrário em Moçambique*. In: CARZOLA, Maria José & CHIZIANE, Eduardo (Coord). Direito da terra e questões agrárias: uma aproximação entre Espanha e Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 305-324, Maputo, 2014.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. *Brazilian policies and strategies for rural territorial development in Mozambique: South-South cooperation and the case of PROSAVANA and PAA*, Dissertação (Mestrado em Geografia), UNESP-Campus Presidente Prudente, São Paulo, 2015.

_____. & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique*, Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbing II October 17-19, 2012.

_____. & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique*. Observador Rural – Documento de Trabalho, Número 6, OMR, Maputo, 2013.

COELHO, Fabiano & CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (Questão agrária e reforma agrária)*. 1º vol., Editora: CRV, Curitiba, 2018.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. *A questão agrária brasileira na era da globalização neoliberal*. In: COELHO, Fabiano & CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs). O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (Questão agrária e reforma agrária). 1º vol., Editora: CRV, p. 217-241, Curitiba, 2018.

DADÁ, Yasser Arafat. *Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chokwé, Guijá e Kamavota***.** Observador Rural nº 51, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

_____. & NOVA, Yara. *Efeitos dos grandes projetos em Moçambique: o caso da Matanuska*. OMR – Destaque Rural n° 33, Maputo, 2018.

_____. NOVA Yara & MUSSÁ, Cerina. *Investimento público na agricultura: o caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios*. Observador Rural nº 81, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?* Editora: Outras palavras & Autonomia literária, São Paulo, 2017.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. Editora: UNESP, São Paulo, 2016.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. *Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique*. Tese [Doutorado em Geografia], UFRGS, Porto Alegre, 2016.

ENGELS, Friedrich. *O problema camponês na França e na Alemanha*. In: SILVA, Graziano da & STOLCKE, Verena (Orgs). A questão agrária. tradução: Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla & José Bonifácio de S. Amaral Filho. Editora: Brasiliense, p. 59-80, São Paulo, 1981

FABRINI, João Edmilson. *Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas*. In: PAULINO, Eliane T. & FABRINI, João E. Fabrini (Orgs). Campesinato e territórios em disputa. 1ª edição; Editora: Expressão popular, p. 239-271, São Paulo, 2008.

_____. *A resistência camponesa para além dos movimentos sociais*. In: Revista Nera – Ano 10, N. 11, ISSN: 1806-6755, Presidente Prudente/SP, 2007.

_____. *Território, classe e movimentos sociais no campo*. In: Revista da ANPEGE, ISSN 1679-768 X , v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

_____. *Contradições camponesas no Brasil*. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, ISSN 1809-6271, v. 13, n. 30, p. 06-33, 2018.

_____. *A existência (e resistência) camponesa no Sul do Mato Grosso Sul*. In: Revista eletrônica da AGB, Três Lagoas/MS, nº 29 – Ano 15, p. 147-173, 2019.

_____. & ROSS, Djon. *Conflitos territoriais entre campesinato e agronegócio latifundiário*. 1ª edição; Editora Outras Expressões, São Paulo, 2014.

FAUVET, Paulo & MOSE, Marcelo. *É proibido pôr algemas nas palavras: uma biografia de Carlos Cardoso*. Editora: Caminho, AS, Lisboa, 2004.

FEIJÓ, João. *Mudam-se os tempos, mudam-se os modos de pensar? (des)continuidades nas reflexões sobre o trabalho em Moçambique*. In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO & MUIANGA, Carlos (Orgs). Emprego e transformações econômicas em Moçambique. Editor: IESE, p. 327-353, Maputo, 2017a.

_____. *Investimentos econômicos, assimetrias sócio-espaciais e movimentos migratórios*. In: FEIJÓ, João & RAIMUNDO, Inês Macamo (Coord). Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projetos. PubkiFIX edições, p. 17-61, Maputo, 2017b.

_____. *Pobreza, diferenciação social e (des)alianças políticas no meio rural*. Observador Rural – Documento de Trabalho, Número 61, OMR, Maputo, 2018.

_____. & AGY, Aleia. *Receitas, consumo e investimento: dinâmicas da economia camponesa em áreas de implementação de grandes projetos*. In: MOSCA, João (Coord). Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 192-239, Maputo, 2015.

FERMENT, Gilles. *Análise de riscos das plantas transgênicas: princípio da precaução ou precipitação?* In: ZANONI, Magda & FERMENT, Gilles (Orgs). Transgênicos para quê? Agricultura, ciência e conhecimento, p. 93-138, MDA, Brasília, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES, Maria Inez Medeiros (Orgs). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. Editora: Casa Amarela e Editora: Paz e Terra, p. 273-291, São Paulo, 2004.

_____. *27 anos do MST em luta pela terra*. In: FERANTE, Vera Lúcia Silveira Botta & WHITAKER, Dulce Consuelo Andeatta (orgs.). Reforma agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília, p. 27-52, 2009a.

_____. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (1979-1999)*. Tese [Doutorado em Geografia], USP, São Paulo, 1999.

_____. *Entrando nos Territórios do Território*. In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (orgs). Campesinato e territórios em disputas, 1ª edição, Editora Expressão Popular, p. 273-301, São Paulo, 2008a.

_____. *Movimento social como categoria geográfica*. Terra Livre, n.15, p.59-85, São Paulo, 2000.

_____. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. In: Revista Nera – Ano 8, N. 6 – ISSN 1806-6755, São Paulo, 2005.

_____. *O novo nome é agribusiness*, 2010. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicações/Onomeeagribusiness.pdf. Acesso: 2011/09/2019.

_____. *Prefácio*. In: SAQUET, Marcos Aurélio. Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial. 1ª Edição; Editora: Consequência, p. 11-13, Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Quando agricultura familiar é camponesa*. In: STEDILE, João Pedro (Org). A questão agrária no Brasil: interpretações sobre camponeses e o campesinato. 1ª edição; Editora: Expressão Popular, p. 303-327, São Paulo, 2012.

_____. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: STEDIE, João Pedro (Orgs). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. 1ª edição; Editora: Expressão popular, p. 173-273, São Paulo, 2013.

_____. *Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente*. In: MIRIDIERO JÚNIOR, Marco António; GARCIA, Maria Franco & VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs). A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1ª edição; Editora: Outras expressões, p. 153-179, São Paulo, 2015.

_____. *Luta pela reforma agrária nos governos neoliberais e pós-liberais: FHC, Lula e Dilma*. In: COELHO, Fabiano & CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs). O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (Questão agrária e reforma agrária). Editora: CRV; Vol. 1, p. 61-80, Curitiba, 2018.

_____ ; FREDERICO, Samuel & PEREIRA, Lorena Izá. *Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira*. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

_____ & WELCH, Cliford Andrew. *Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e no Brasil*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. 1ª edição, Editora: Expressão popular, p. 45-69. São Paulo, 2008.

FINGERMANN, Natália N. *A cooperação trilateral brasileira em Moçambique- Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA* [Tese de doutorado[, FGV, São Paulo, 2014.

_____. *Brasil e Moçambique na Cooperação Sul-Sul: avanços e recuos*. In: CHICHAVA, Sérgio (Org). Desafios para Moçambique 2019. Editor: IESE, p. 353-375, Maputo, 2019.

_____. *Os mitos por trás do ProSAVANA*. In: IDeIAS (Informação sobre Desenvolvimento, Inistituições e Análise Social), IESE, Maputo, 2013

FRANCISCO, António. *Por uma nova constituição económica em Moçambique*. In: SERRA, Carlos Manuel & CARRILHO, João (Coord). Dinâmicas da ocupação e uso da terra em Moçambique. Escolar Editora, p. 75-127, Maputo, 2013.

FRANCISCO, Atónio Álvaro. *Desenvolvimento comunitário em Moçambique: contribuição para a sua compreensão crítica*. 2ª edição; Editora: BS; Maputo, 2010.

FREI, Vanito Viriato Marcelino. *No país do mano muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula*. Tese [Doutorado em Geografia], UFG, Goiânia/GO, 2017.

FUCHS, Richards. *Primeiro a vaca e depois você: ração transgênica e seus efeitos colaterais*. In: ANDRIOLI, António Inácio & FUCHS, Richard (Orgs). Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos. 2ª edição; Editora: Expressões populares, p. 223-244, São Paulo, 2012.

FUNADA-CLASSEN. *Análise do discurso do programa ProSAVANA em Moçambique- enfoque no papel do Japão*, Tóquio, 2013.

_____. Fukushima, *ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann*, Documento de Trabalho 12, OMR, Maputo, 2014.

_____. *Ascensão e queda do ProSAVANA: da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência*. In: OMR – Observador Rural n° 82, Maputo, 2019.

GERALDI, Lúcia H. O. & SALAMONI, Giancarla. *Para entender o campesinato: a contribuição de A.V. Chayanov*. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org). Chayanov e o campesinato. 1ª edição; Editora: Expressão Popular, p. 163-178, São Paulo, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* Editora Loyola, São Paulo, 1997.

_____. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. In: Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47, Maio-Ago. p. 33-512, 2011.

GOTTMANN, Jean. *A evolução do conceito de território*. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. In: Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Tradução: Ênio Guterres & Horácio Martins de Carvalho. 2ª edição; Editora: Expressão popular, São Paulo, 2013.

GRATÃO, Lúcia H. Batista. (*Agri)cultura cerradeira e agronegócio: olhar de alerta e grito de conservação*. In: PAULINO, Eliane T. & FABRINI, João E. Fabrini (Orgs). Campesinato e territórios em disputa. 1ª edição; Editora: Expressão popular, p. 469-489, São Paulo, 2008.

GRAZIANO DA SILVA. *Modernização dolorosa*. Editora: Zahar. Rio de Janeiro, 1982.

HAESBEAT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade*. 9ª edição, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

_____. & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. Editora: UNESP, São Paulo, 2006.

HANLON, Joseph & SMART, Teresa. *Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?*, Editorial Kapicua Livros e Multimédia, Lda, Maputo, 2008.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução: Rogério Bettoni. 1ª edição; Editora: Boitempo, São Paulo, 2016.

_____. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. Tradução: Artur Renzo. 1ª edição; Editora: Boitempo, São Paulo, 2018.

_____. *A produção capitalista do espaço*. Tradução: Carlos Szlak. 1ª edição; Editora: Annablume, São Paulo, 2005.

_____. *Conferência de encerramento – XIII SIMPURB*. In: OLIVERIRA, Floriano Godinho de *et al.* (Orgs). Geografia Urbana: ciência e ação política. Editora: Consequência, p. 45-64, Rio de Janeiro, 2014.

_____. *O novo imperialismo*. Tradução: Adail Sabral & Maria Stela Gonçalves. 2ª edição; Editora: Loyola, São Paulo, 2004.

HEDGES David & ROCHA, Aurélio. *Moçambique durante o apogeu do colonialismo português (1945-1961): a economia e a estrutura social*. In: EDGES, David (Coord). História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo português (1930-1961). 1ª Ediçao, Editor: Livraria Universitária da UEM, p. 129-191, Maputo, 1999b.

HEDGES, David & CHILUNDO, Arlindo. *A contestação da situação colonial (1945-1961)*. In: EDGES, David (Coord). História de Moçambique: Moçambique no auge do

colonialismo português (1930-1961). 1ª Ediçao, Editor: Livraria Universitária da UEM, p. 197-259, Maputo, 1999.

IANNI, Octávio. *Revoluções camponesas na América Latina*. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org). Revoluções camponesas na América Latina. Editora da UNICAP; Editora: Icone, p. 15-45, São Paulo, 1985.

_____. *A utopia camponesa*. In: STEDILE, João Pedro (Org). Questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1ª edição; Editora: Expressão Popula, p. 55-70, São Paulo, 2013.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. *As tramas do poder na Territorialização do capital no Cerrado: O PRODECER***,** Tese [Doutorado em Geografia], UFG, Goías, 2010.

_____. *Brasil/Japão: Cooperação para o desenvolvimento dos cerrados ou estratégia capitalista de ocupação capitalista das savanas?* In: XVIII ENG: A construção do Brasil: geografia, ação, política e democracia; São Luís/MA, 2016.

IBRAÍMO, Yasfir. *Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza*. In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno & MUIANGA (Orgs). Emprego e transformação econômica e social em Moçambique. Editor: IESE, p. 159-172, Maputo, 2017a.

JACINTO, Rui. *Aparatos e aparências da lusofonia: Os sapatos sujos e seus labirintos*. In: Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 1, n. 2, p. 93-99, jan./jun. 2014.

JOSÉ, André Cristiano. *Narrativas de resistência contra as "promessas sem destino": crise da indústria do caju e lutas do quotidiano em Angoche*. Dissertação [Mestrado em Sociologia], Universidade de Coimbra, Lisboa, s/a.

JÚNIOR, António *et al*. *Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios*. In: MOSCA, João (Coord). Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Escolar Editora, p. 135-160, Maputo, 2015.

JUSTIÇA AMBIENTAL. *Pronunciamento sobre o ProSAVANA***.** Maputo, 2013.

_____. & UNAC. *Os senhores de terras: análise preliminar do fenômeno de usurpação de terras em Moçambique*. Maputo, 2011.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Tradução de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. (Proposta Universitária).

_____. *Socialização da agricultura*. In: SILVA, Graziano da & STOLCKE, Verena (Orgs). A questão agrária. tradução: Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla & José Bonifácio de S. Amaral Filho. Editora: Brasiliense, p. 127-131, São Paulo, 1981

LANGA, José Maria do Rosário Chiláule. *Análise de impactos da produção de alternativas agroenergéticas em Moçambique: o caso da província de Manica*. Dissertação [Mestrado em Geografia], UNESP, Presidente Prudente/SP, 2012.

_____. *Geografia de Moçambique um olhar para a história e a epistemologia*. Tese [Doutorado em Geografia], UNESP, Presidente Prudente/SP, 2017.

LAZÁRRAGA, Pilar & VACAFLORES, Carlos. Proyectos de dominación y resistencia campesina – El caso de tarija, Bolivia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. 1ª edição; Editora: Expressão popular, p. 225-248, São Paulo, 2008

LENIN. Vladmir I. *A questão agrária*. Tradução: coletivo das Edições «*Avante*!». Moscovo, 1975.

_____. *Como iludir o povo com slogans de liberdade e igauldade*. 3ª edição, Editora: Global, São Paulo, 1980.

_____. *O capitalismo na agricultura*. In: SILVA, Graziano da & STOLCKE, Verena (Orgs). A questão agrária. tradução: Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla & José Bonifácio de S. Amaral Filho. Editora: Brasiliense, p. 81-126, São Paulo, 1981

_____. *Imperialismo: o estágio superior do capitalismo*. 1ª edição; Editora: Expressão popupar, São Paulo, 2012.

LEFEBVRE, Henry. *O direito a cidade*. São Paulo: Morares, 1991.

LIBERTI, Stefano. *Um projeto de grilagem disfarçado de desenvolvimento: camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio*. 2017. Disponível em: https://diplomatique.org.br/camponeses-mocambicanos-derrotam-o-agronegocio/. Acesso: 18/02/2019.

LIVANINGO, JUSTIÇA AMBIENTAL (JÁ) & UNAC. *O avanço das plantações florestais sobre os territórios camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resource Moçambique.* Elaborado por Lexterra, Maputo, 2016.

LOBO, Almiro. *O berlinde com Eusébio lá dentro*. Alcance editores, Maputo, 2016.

MACMICHEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. Tradução: Sonia Midori, Edutora da UNESP e da UFRGS, Presidente Prudente/Porto Alegre, 2016.

MAITELLI, Gilda Tomasin & ZAMPARONI, Cleusaa Aparecida Gonçalves Pereira (Orgs). *Expansão da soja na pré-amazónia matogrossense*. Editora: UFMT, 2007.

MANDAMULE, Uacitissa. *Marracuene: "o fogo sob cinzas?" um estudo sobre posse da terra, conflitos e land grabbing em Moçambique?* In: MOSCA, João (Coord). Setor

familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 241-273, Maputo, 2015.

_____. *Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique*. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 115-151, Maputo, 2017a.

_____. *Processos e debates relacionados com DUATs: estudos de caso em Nampula e Zambézia*. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 152-199, Maputo, 2017b.

_____. *Tipologia de conflitos sobre a ocupação de terras em Moçambique*. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 201-238, Maputo, 2017c.

_____. *Relações laborais e movimentos de protestos no setor do açúcar*. In: FORQUILHA, Salvador. (Orgs). Desafios para Moçambique 2018. Editor: IESE, p. 341-365, Maputo, 2018.

_____. *Entre o discurso e a prática: mitos e realidades sobre o acesso à terra em Moçambique*. OMR, Destaque Rural, Número 40, Maputo, 2019.

_____. & BRUNA, Natacha. *Investimentos, migrações forçadas e conflitos de terras: representações sociais de populações reassentadas no Corredor de Nacala*. In: FEIJÓ, João (Org). Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: estudos de casos em Moçambique. 1ª Edição; Editora: Alcance editores, p. 215-236, Maputo, 2017.

_____. & CARRILHO, João. Lei de Terras, poder e desenvolvimento rural no Moçambique pós-independente. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 69-86, Maputo, 2017.

_____. MANHICANE JR., Tomás. *Os mercados de terras rurais no corredor da beira: dinâmicas e conflitos*. Observador Rural nº 72, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

MACARINGUE, Ernesto Jorge. M*odernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto da redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017*. Tese [Doutorado em Geografia], UFG, Goiás, 2017.

MARCOS, Valéria & FABRINI, João Edmilson: *Camponeses e a práxis da produção coletiva*. Editora: Expressão Popular, São Paulo, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *Lugar do modo de vida tradicional na modernidade*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES, Maria Inez Medeiros (Orgs). O

campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, p. 145-158, São Paulo, 2004.

_____. *Agrucultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica*. In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (Orgs). Campesinato e território em disputa. 1ª edição; Editora: Expressão Popular, p. 49-78, São Paulo, 2008.

_____. *Atualidade do conceito camponês*. In: STEDILE, João Pedro (Orgs). Questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1ª edição; Editora: Expressão popular; p. 35-53, São Paulo, 2013.

MARQUES, LUIZ. *Capitalismo e colapso ambiental*. Editora da UNICAMP, São Paulo, 2015.

MARTIN, Andrey Minin. *Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re)criação camponesa nos movimentos sociais*. In: STEDILE, João Pedro (Orgs). Questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1ª edição; Editora: Expressão popular; p. 283-308, São Paulo, 2013.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3ª edição; Editora: Vozes, Petrópolis, 1986a.

_____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª ediçãao, Editora Vozes, Petrópolis /RJ, 2000.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1989.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1980b.

_____. *Não há terra para plantar neste verão: o cercamento das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, RJ-Brasil, 1986.

_____. *O Cativeiro da terra*. 9ª edição, 1ª reimpressão, Editora Contexto, São Paulo, 2013.

_____. *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1994.

_____. *Sobre o modo capitalista de pensar*. Editora Hucitec, São Paulo, 1980a.

_____. *A caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação política dos movimentos sociais no campo*. Editora: Hucitec, São Paulo, 1989.

_____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª edição; Editora: Vozes, Petrópolis, 2003.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª edição, Editora: Contexto, São Paulo, 2009.

_____. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2ª edição; Editora: Vozes, Petrópolis, 1988.

MARX, Karl. *O capital.* crítica da economia política. Editora Boitempo, São Paulo, 2013.

_____. *As lutas de classes na França de 1484 a 1850*. Tradução: Nélio Schneider. 1ª edição; Editora Boitempo, São Paulo, 2012.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélio Schneider. Editora Boitempo, São Paulo, 2011.

_____. & ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Editora Biotempo, São Paulo, 1998.

KOBASHIKAWA, Tamy Yukie. *Brazilian agribusiness: the ProSAVANA Programme case study*. Revista Nera, v. 23, n. 51, p. 345-363, jan-abril, 2020.

MATSIMBE, Zefanias. *Partidos libertadores na África Austral: reflexão sobre os desafos para Moçambique*. In: BRITOS, Luís (Orgs). Desafios para Moçambique 2017. Editor: IESE, p. 61-79, Maputo, 2017.

MELO, Thiago Sebastiano de., OLIVEIRA, Adriano de & BARBOSA JR., Ricardo. *Cooperação sul-sul entre Brasil e Moçambique: de (in)segurança territorial à alteridade construída pela soberania popular*. In: Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). ISSN: 1679-768X, p. 83-114, v.14, Mai./Jul, 2018.

MINTER, William. *Os contras do apartheid: as raízes históricas da guerra em Angola e Moçambique*. Tradução: João Paulo Borges Coelho. Editora: Imprensa Universitária – Universidade Eduardo Mondlane, Arquivo Histórico de Moçambique – Estudos 13, Maputo, 1998.

MITRANY, David. *Marx contra o camponês*. Tradução: Marcelo Antônio; Editora: Ipanema, Ltda, Rio de Janeiro, 1975.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. *Território: a restruturação produtiva da avicultura*. Editora: UFGD, MS, 2003.

MOÇAMBIQUE. Constituição da República (atualizada), Maputo, 2019

_____. *Legislação sobre terras – Lei n°. 19/97*, 4ª edição; Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo, 2008.

_____. *Regulamentos da Lei de Terras – Decreto n°. 66/98*. 4ª edição; Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo, 2008.

MONDARDO, Marcos. *Território de transito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e "gaúchos" à produção de multiterritorialidade na fronteira*, Editora: Consequência, Rio Janeiro, 2018.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. 1ª edição, Lisboa, 1975.

MORAIS, Isabel Nogueira de. *ProSAVANA e os riscos omitidos da produção sob contrato*. In: MOSCA, João (Coord). Aspectos da competitividade e transformação do setor agrário em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 63-84, Maputo, 2014.

MORREIRA, Ruy. *O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa*. In: SANTOS, Milton et al., (Orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Editora: Lamparina, p. 72-108, Rio de Janeiro, 2011.

MOSCA, João. *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Insitituto Piaget, Lisboa, 1999.

_____. *Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009).* Escolar editora, Maputo, 2011.

_____. *Políticas agrárias e mudanças na agricultura em Moçambique*. In: MOSCA, João (Coord). Contributo para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural. Escolar Editora, p. 17-47, Maputo, 2012.

Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. In: MOSCA, João (Coord). Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Escolar Editora, p. 51-98, Maputo, 2015.

_____. *Economicando*. Editora: Alcance Editores, Maputo, 2009.

_____. *Os elefantes pisam... mas não matam a savana*. Editora: Alcance Editores, Maputo, 2014.

_____. *Agro-negócio e campesinato. Continuidades e descontinuidades de longa duração - o caso de Moçambique*. Observador Rural nº 80, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

_____. *Questões à volta da terra*. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Escolar editora, p. 87-113, Maputo, 2017.

_____. *Porque é que a produção alimentar não é prioridade?* In: MOSCA, João & DADÁ, Yasser Arafat (Orgs). Bases para uma política agrária em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 15-61, Maputo, 2014.

_____. & BRUNA, Natacha. *ProSAVANA: Discursos, práticas e realidades*. Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, 2015, Maputo.

_____. & DADÁ, Yasser Arafat. *Investimento no setor agrário*. In: MOSCA, João & DADÁ, Yasser Arafat (Orgs). Bases para uma política agrária em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 277-308, Maputo, 2014.

_____. & NOVA, Yara. *Agricultura: assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique*. Observador Rural nº 80, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

_____. & NOVA, Yara. *Zambézia: rica e empobrecida*. Observador Rural nº 39, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

_____. & ABBAS, Máriam. *Políticas públicas e desigualdades socias e territoriais em Moçambique*. Observador Rural nº 42, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

_____. MATAVEL, Vitor & DADÁ, Yasser Arafat. Algumas dinâmicas estruturais do seror agrário. In: MOSCA, João & DADÁ, Yasser Arafat (Coord). Bases para uma política agrária em Moçambique. Escolar editora, p. 133-164, Maputo, 2014.

MUIANGA, Carlos. *Dinâmicas atuais de aquisição de terras para investimento em Moçambique: Tendências, escalas, fatores, atores e questões para análises*. In: BRITO, Luís de *et al*. (Orgs). Desafios para Moçambique 2015. Editor: IESE, p. 201-221, Maputo, 2015.

_____. *A questão de terras e os debates sobre as opções de transformação agrária e rural em Moçambique*. In: FORQUILHA, Salvador (Org). Desafios para Moçambique 2018. Editor: IESE, p. 289-305, Maputo, 2018.

_____. *Organização e condições sociais de trabalho na agroindústria do chá Zambézia*. In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno & MUIANGA (Orgs). Emprego e transformação econômica e social em Moçambique. Editor: IESE, p. 255-276, Maputo, 2017.

NEGRÃO, José. *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres.* In: Oficina do Centro de Estudos Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra. Nº 179, setembro de 2002.

NETO, Francisco Graziano. *Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

NIÑO, Helena Perez. *Crescimento da cultura de tabaco em Moçambique: questões e desafios para um setor em transformação*. In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO,

Carlos Nuno & MUIANGA (Orgs). Emprego e transformação econômica e social em Moçambique. Editor: IESE, p. 295-326, Maputo, 2017.

NCOMO, Lucas Bernabé. *Urias Simango: um homem, uma causa*. 4ª edição; Edições Nova África, Maputo, 2004.

O´LAUGHLIN, Bridget. *Produtividade agrícola e cultura de trabalho em Moçambique*. In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno & MUIANGA (Orgs). Emprego e transformação econômica e social em Moçambique. Editor: IESE, p. 35-62, Maputo, 2017a.

_____. *Criação de empregos versus trabalho decente? Produção de cana e bem-estar dos trabalhadores no sul de Moçambique*. In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno & MUIANGA (Orgs). Emprego e transformação econômica e social em Moçambique. Editor: IESE, p. 173-207, Maputo, 2017b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura camponesa no Brasil*. Editora Contexto, São Paulo, 1991.

_____. *Barbárie e modernidade: as transformações no campo e agronegócio no Brasil.* São Paulo: AGB, ano 19, n. 21, jul./dez, p. 113-156, 2003.

_____. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUEZ, Marta Inez Medeiros (Orgs). O campo no século XXI: territórios de vida, de luta e construção da justiça social. Editora Casa amarela e Editora Paz e Terra, p. 29-70, São Pulo, 2004.

_____. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo, Labur, 2007a.

_____. *Geografia e movimentos sociais*. In: Revista Perspectiva geográfica, ano 3, n. 3, p. 7-28, Edunioeste, Cascavel, 2007b.

_____. *A mundialização da agricultura brasileira*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de *et al*., (Orgs). Território em conflito, terra e poder. Editora Kelps, p. 17-103, Goiânia/GO, 2014.

OMR.

_____. *Manifestos eleitorais de 2019. As opções da "modernização dolorosa1" com continuidade da pobreza e não inclusão de milhões de camponeses*. OMR – Destaque Rural, N°. 71, Maputo, 2019.

O PAÍS. *Defesa os recursos naturais: Sociedade civil anuncia mobilização contra a privatização da terra* [Maputo, versão imprensa], p. 10, 2013.

ORAM. *Documento de apresentação na reunião nacional sobre delimitação de terras comunitárias*. Maputo, 2010.

ORTEGA, António César. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Editora: Alínea/EDUFU, Uberlândia/MG, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. Editora UNESP, São Paulo, 2006.

_____. & ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1ª edição, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *Neoliberalismo, políticas de terras e reforma agrária de Mercado na América Latina*. In: SAUER, Sérgio & PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs). Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1ª edição; Editora: Expressão popular, p. 13-47, São Paulo, 2006.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas Paracatu e Alto Paranaíba/MG*, Tese [Doutorado em Geografia], UNESP, Rio Claro/SP, 1988.

_____. *O cerrado brasileiro e a savana africana no contexto das transformações no rural contemporâneo*. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João & MATTOS, Regina Célia (Orgs). Desafios da metropolização do espaço, Consequência editora, p. 443-457, Rio de Janeiro, 2015.

_____ & INOCÊNCIO, Maria Erlan. *O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado*. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Edição especial do XXI ENGA-2012, Goiânia, p. 1-22, 2014.

PITCHER,M. *Anne. Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique*. In: Análise Social, vol. XXXVIII (168), p. 793-820, 2003.

PLOEG, Jan Douwer Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

_____. *Camponeses e arte de fazer agricultura: um manifesto chayanoviano*. Tradução: Cláudia Freire. 1ª edição; Editora Unesp; Editora UFRGS, São Paulo; Porto Alegre, 2016.

_____. *O modo de produção camponês revisitado*. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org). A diversidade da agricultura familiar. 2ª edição; Porto Alegre, p. 15-56, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 7ª edição, Editora: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Geografia da riqueza fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso de recursos naturais*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES, Maria Inez Medeiros (Orgs). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, p. 207-253, São Paulo, 2004.

_____. *A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. 1ª edição; Editora: Expressão popular, p. 195-220, São Paulo, 2008.

QUADROS, Maria Conceição. *Conflitos de competência na gestão de terras: o caso da Zona Econômica Especial de Nacala*. In: CARZOLA, Maria José & CHIZIANE, Eduardo (Coord). Direito da terra e questões agrárias: uma aproximação entre Espanha e Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 117-154, Maputo, 2014.

QUEMBO, Carlos Domingos. Poder do poder: *Operação produção e a invenção dos «improdutivos» urbanos no Moçambique socialista*, 1983-1988, Alcance Editores, Maputo, 2017.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. *O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2015.

RAFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Editora Ática, São Paulo, 1993.

_____. *Prefácio*. In: SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma geografia das territorialidades e das temporidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª edição, Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

RAPOSO, Isabel. *Das aldeias comuniais aos grandes projectos territoriais: forjando uma sociedade urbana em Moçambique?* In: FEIJÓ, João (Coord). Movimentos migratórios e relações rural-ubanas: estudos de casos em Moçambique. 1ª edição, Alcance editores, p. 179-214, Maputo, 2017.

RIBEIRO, Fernando Bessa. *A questão fundiária em Moçambique: dinâmicas globais, atores e interesses.* In: Congresso africanista na Covilhão – África, compreender trajetos, olhar o futuro, 2006.

RIGOTTO, Raquel Maria & AGUIAR, Ana Cristina Pontes. *Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e saúde pública*. In: MIRIDIERO JÚNIOR, Marco António; GARCIA, Maria Franco & VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs). A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1ª edição; Editora: Outras expressões, p. 225-249, São Paulo, 2015.

ROSÁRIO, Domingos Manuel do. *Angoche: por uma compreensão da derrota eleitoral da Renamo nas eleições autárquicas de 2008*. In: Revista Cientifica Inter-Universitária – Economia, Política e Desenvolvimento. Vol. 1, Núm. 3, p. 79-111, Maputo, 2010.

ROSIMINA, Ali. *Mercados de trabalhos: porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique?* In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno & MUIANGA (Orgs). Emprego e transformação econômica e social em Moçambique. Editor: IESE, p. 63-86, Maputo, 2017a.

_____. *Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem-estar nas agro-indústrias florestais em Moçambique*. In: ALI, Rosimina, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno & MUIANGA (Orgs). Emprego e transformação econômica e social em Moçambique. Editor: IESE, p. 209-254, Maputo, 2017b.

SABOURIN, Eric. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. 1ª edição, Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Milton. *Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª edição. 2. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 23ª edição; Editora: Record, São Paulo, 2013.

_____. O *dinheiro e território*. In: SANTOS, Milton & BECKER, Bertha. K. (Orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Editora Lamparina, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Roberto de Sousa. *Políticas Públicas e o agronegócio na Amazônia legal/cerrado: Conflitos socioterritoriais*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *et al*., (Orgs). Território em conflito, terra e poder, Editora Kelps, p. 171-226, Goiânia, 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos de vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1978.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 4ª edição, Editora Outras Expressões, São Paulo, 2015.

_____. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. 1ª edição, Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Por uma geografia das territorialidades e das temporidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª edição, Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidades e complexidade da economia global*. Tradução: Angélica Freitas. 1ª edição; Editora: Paz & Terra, Rio de Janeiro/São Paulo, 2016.

SAUER, Sérgio & Souza, Marcos Rogério de. *Movimentos sociais na luta pela terra no campo: conflitos sociais e disputas políticas.* In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta & WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais, p. 53-87; MDA, Brasília/São Paulo, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Rede de movimentos sociais*. 6ª Edição; Edições Loyola, São Paulo, 2014.

_____. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. In: Revista Sociedade e Estado, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr, Brasília, 2006.

SELEMANE, Thomas. *A economia política do Corredor de Nacala: consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique*. Observador Rural – Documento de Trabalho, n° 56, OMR, Maputo, 2017.

_____. *A economia política do Corredor da Beira: consolidação de um enclave ao serviço do hinterland***.** Observador Rural nº 70, Observatório do Meio Rural (OMR), Maputo, 2019.

SERRA, Carlos Manuel. *Transmissibilidades dos direitos de uso e aproveitamento da terra em Moçambique*. In: SERRA, Carlos Manuel & CARRILHO, João (Coord). Dinâmicas da ocupação e uso da terra em Moçambique. Escolar Editora, p. 51-73, Maputo, 2013.

SERRA, Carlos. *Novos combates pela mentalidade sociológica*. 1ª edição, Editor: Imprensa Universitária da UEM, Maputo, 1997.

_____. *Combates pela mentalidade sociológica*. 2ª edição, Editor: Imprensa Universitária da UEM, Maputo, 2003.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em discussão marxista*. In:

_____. *Lições camponesas*. In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (Orgs). Campesinato e território em disputa. 1ª edição, Editora Expressão Popular, p. 23-47, São Paulo, 2008.

SILVA, Cristiane Nascimento da. *Viver a fé em Moçambique: as relações entre a FRELIMO e as confissões religiosas (1962-1982*). Tese (Doutorado em História Social), UFF, Nitirói/RJ, 2017,

SMART, Teresa & HANLON, Joseph. *Cervejas e galinhas: uma receita para crescimento*. Maputo, 2014.

SOUZA, José Gilberto de. *Limites do território*. In: Revista AGRÁRIA, São Paulo, nos 10/11, pp. 99-130, 2009.

SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.* Editora Laya, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Maria Gorete de; SILVA, Gilvânia Ferreira de & STRONZAKE, Judite. *Movimentos sociais e educação do campo na América Latina*. In: JOHNSON, Guilhermo Alfredo & SILVA, Marcos António da (Orgs). América Latina contemporânea: espectors, diversidades e seletividades. Editura: UFGD, p. 31-46, Dourados-MS, 2016.

TANNER, *Christopher. Valorizar a terra em Moçambique: um processo inclusivo ou divisório?* In: SERRA, Carlos Manuel & CARRILHO, João (Coord). Dinâmicas da ocupação e uso da terra em Moçambique. Escolar Editora, p. 129-149, Maputo, 2013.

TIQUE, César. *Estratégias de adaptação e de sobrevivência adaptadas pelos camponeses, em particular pelas mulheres em Gondola, província de Manica*. In: WATERHOUSE, Rachel & VIJFHUIZEN, Carin (dir). Estratégias das mulheres, proveito dos homens: gênero, terra e recursos naturais em diferentes contextos em Moçambique. Imprensa Universitária da UEM, p. 123-146, Maputo, 2001.

THOMAZ, Omar Ribeiro. "*Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista*. In: Revista de Antropologia, n. 51 (i), p. 177-214, São Paulo, 2008.

THOMAZ JUNIOR, António. *O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI*. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

UAEINE, Rafael. *Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique*. In: MOSCA, João (Coord). Contributo para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural. Escolar Editora, p. 49-67, Maputo, 2012.

_____. *Caracterização do setor familiar em Moçambique*. In: MOSCA, João (Coord). Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Escolar Editora, p. 23-49, Maputo, 2015.

UNAC. *Pronunciamentos da UNAC*. Nampula, 2012.

_____. *Mensagem de luta dos camponeses*, Maputo, 2017.

_____ & GRAIN. *Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique*. Maputo, 2015.

WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Tradução: Oswaldo Caldeira C. da Silva; 2ª edição; Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.

WOORTMANN, Ellen F. *O saber tradicional camponês e inovações*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES, Maria Inez Medeiros (Orgs). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, p. 133-143, São Paulo, 2004.

ZANONI, Magda & FERMENT, Gilles (Orgs). *Transgênicos para quê? Agricultura, ciência e conhecimento*, MDA, Brasília, 2011.

ZOMMERS, Annelies. *Lidar com a corrida global à terra: uma análise crítica das políticas rurais sobre a terra, desde os anos 90*. In: SERRA, Carlos Manuel & CARRILHO, João (Coord). Dinâmicas da ocupação e uso da terra em Moçambique. Escolar Editora, p. 13-49, Maputo, 2013.